

Arquivo Histórico da Madeira

Nova Série | N.º 1 | 2019



Título: *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1

Editor: ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

Local e data: Funchal, 2019

Periodicidade: Anual

Sítio da Internet: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt>

Contacto eletrónico: ahm.abm.sretc@madeira.gov.pt

Direção: Fátima Barros

Conselho Editorial: Filipe dos Santos; Nélio Pão; Nuno Mota

Conselho Científico: Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico Doutor Alberto Vieira); Ana Salgueiro (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura – Universidade Católica Portuguesa; direção da revista *Translocal. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas*); Benedita Câmara (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade da Madeira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, CRIA-IUL); Maria João Pires de Lima (Arquivo Distrital do Porto); Nelson Veríssimo (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade da Madeira); Paulo Esteireiro (Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical – Universidade Nova de Lisboa; direção da *Revista Portuguesa de Educação Artística*)

Capa: Arranjo gráfico a partir de *João Cabral do Nascimento*, 1927-03-28, ABM, Photographia Vicente, n.º inv. 21689.2

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 1 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.

O conteúdo dos artigos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.

A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos e ensaios não estão sob o controle do ABM, entidade editora da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série; consequentemente, não são da sua responsabilidade.

Índice

Index

Apresentação

5

Presentation

Artigos / Ensaio

9

Papers / Essays

Os Betencourt Perestrelo de Vasconcelos: Uma Família e o seu Arquivo

11

The Betencourt Perestrelo de Vasconcelos and their Family Archive

Maria Favila Vieira da Cunha Paredes

Os Primórdios da Família Leme na Madeira (Séculos XV-XVI)

67

The Beginnings of the Leme Family in Madeira (15th-16th Centuries)

Margarida Leme

O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira (Finais do Século XV a 1832): Enquadramento Jurídico, Titularidade e Exercício

103

The “Juízo dos Resíduos e Capelas” in Madeira (Late 15th Century until 1832): Legal Framework, Officers and Activity

Ana Madalena Trigo de Sousa

O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira

151

The “Registo Vincular” of Funchal’s Administrative District (1862-1863): An Analysis of “Vincular” Institution in its Final Stage

Ana Madalena Trigo de Sousa

O Inventário Pessoal do Governador Diogo de Azambuja e Melo (c. 1530-1599): Pistas para a Carreira e Formação de um Governador do Império Ultramarino Português nos Séculos XVI e XVII

213

The Personal Inventory of Governor Diogo de Azambuja e Melo (c. 1530-1599): Traces on the Career and Education of a Portuguese Overseas Empire Governor in the 16th and 17th Centuries

Cristina Trindade e Rui Carita

A Ecologia Política dos Desastres na Ilha da Madeira: Vulnerabilidade, Adaptação e Risco, no Século XIX	231
The Political Ecology of Disasters on Madeira Island: Vulnerability, Adaptation and Risk in the 19 th Century <i>V. Nuno Martins</i>	
A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970	263
The Emigration of Água de Pena and its Anthroponymy in the Passport Books of the Civil Government of Funchal from 1955 to 1970 <i>Naidea Nunes Nunes</i>	
Juízos dos Órfãos do Antigo Regime e o Estado da Questão: História Institucional e Arquivo – Pistas para a Investigação do Tema na Madeira (Século XV-1834)	291
Orphans Courts in the Ancient Regime and the State of the Question: Institutional History and Archives – Contributes to the Investigation of the Theme in Madeira Archipelago (15 th Century-1834) <i>José Vieira Gomes</i>	
O Turismo na Madeira Oitocentista	337
Madeira's Tourism in the 19 th Century <i>Elisabete Rodrigues</i>	
A Ilha da Madeira como Centro de Tratamento de Doenças Pulmonares em Meados do Século XIX	381
Madeira Island as Center for the Treatment of Pulmonary Diseases in the Mid-19 th Century <i>Ismael Cerqueira Vieira</i>	
A Casa de Saúde S. João de Deus (Funchal, 1960-2018) – Contributos para a sua História	407
Health House S. João de Deus (Funchal, 1960-2018) – Contributions to its History <i>Aires Gameiro</i>	
O Movimento Sindical na Ilha da Madeira através dos Arquivos da CGTP-IN	453
The Trade Union Movement in the Island of Madeira through the CGTP-IN Archives <i>Filipe Caldeira</i>	
Reflexos, Silêncios, Fantasmas: Do Arquivo como Norma ao Arquivo como Problema na História	479
<i>Reflections, Silences, Ghosts: From the Archive as a Norm to the Archive as a Problem in History</i> <i>Nuno Mota</i>	

Contributo para o Estudo das Iluminuras dos Frontispícios dos Livros de Receita e Despesa da Misericórdia do Funchal (Séculos XVII e XVIII)	529
Contribution to the Study of the Illuminations of Frontispieces of the Books of Revenue and Expenditure of <i>Misericórdia do Funchal</i> (17 th and 18 th Centuries)	
<i>Rita Rodrigues</i>	
<i>The Colonial Gaze – A Paisagem do Arquipélago da Madeira pelos Olhos de Mildred Cossart</i>	629
The Colonial Gaze – The Landscape of Madeira Archipelago as Seen by Mildred Cossart	
<i>Anne Martina Emonts</i>	
A Questão Autonomica na Madeira: Elementos para uma Reflexão	659
The Question of Autonomy in Madeira: Elements for a Critical Reflexion	
<i>Fernando Tavares Pimenta</i>	
Visconde do Porto da Cruz: Um Estudioso da Cultura Madeirense	695
Visconde do Porto da Cruz: A Scholar of Madeiran Culture	
<i>Sílvia Gomes</i>	
A Identidade Madeirense: Contributos das Crónicas Jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia	713
Madeira's Cultural Identity: Contributions of Horácio Bento de Gouveia's Journalistic Chronicles	
<i>Lisandra Ornelas Faria</i>	
Aspetos da Sintaxe do Português Popular Falado no Funchal	727
Syntax Aspects of Popular Portuguese Spoken in Funchal	
<i>Aline Bazenga</i>	
Uma Questão de Património Linguístico Madeirense: Saloia/Saloio	759
A Question about Linguistic Madeiran Patrimony: Saloia/Saloio	
<i>Helena Rebelo</i>	
A Lírica Madeirense Contemporânea: Folheando os Cadernos de Poesia que a têm registado (1952-2016)	781
Contemporary Madeiran Lyric: Browsing through the Poetry Journals that have been collecting it (1952-2016)	
<i>Thierry Proença dos Santos</i>	
Tolentino Mendonça: Da Insularidade à Poesia do Corpo	807
Tolentino Mendonça: From Insularity to the Poetry of the Body	
<i>Cidália Dinis</i>	

Apresentação

Presentation

A revista *Arquivo Histórico da Madeira* ocupa, desde o segundo quartel do século XX até hoje, um lugar da maior relevância na história da produção do conhecimento e da salvaguarda do património do Arquipélago da Madeira. Constitui, com efeito, a mais antiga revista histórica e cultural ainda vigente – é, por outras palavras, a decana das publicações periódicas de cariz cultural e científico deste espaço insular.

Foi criada em 1931 e, segundo palavras do seu fundador e primeiro diretor, João Cabral do Nascimento, correspondeu a uma «velha aspiração de alguns dos nossos conterrâneos» de ser um veículo editorial «em que sejam transcritos documentos inéditos de valor histórico (e onde também se publicariam artigos de carácter arqueológico e artístico)»¹.

Tendo sido inicialmente editada pela Câmara Municipal do Funchal, a partir do volume II, de 1932, passou a ser publicada como órgão, ou boletim, do Arquivo Distrital do Funchal. Decorrida mais de década e meia, Cabral do Nascimento, que foi igualmente o primeiro diretor deste arquivo, frisou que foi o *Arquivo Histórico da Madeira* que «determinou a criação do Arquivo Distrital»; na realidade,

«Como o decreto 19.952, na sua primeira redacção, fosse omissivo quanto ao Funchal na lista dos arquivos distritais, o director desta revista representou ao Ministro da Instrução Pública no sentido de se instituir aqui um organismo dessa natureza, e documentou a sua exposição com os fascículos até então impressos do «Arquivo Histórico». O Governo atendeu o pedido e, na publicação rectificadora daquele diploma, acrescentou mais uma alínea ao artigo que enumerava os arquivos distritais, nomeando-se nela o do Funchal.»²

Mormente por razões financeiras e de política cultural, a periodicidade estabelecida nos primórdios – um volume por ano – não logrou concretização do quarto volume em diante.

¹ [NASCIMENTO, João Cabral do], 1931, «Arquivo Histórico do Município do Funchal», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, p. 2.

² [NASCIMENTO, João Cabral do], 1949, «De Rebus Pluribus», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VII, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, p. 63.

Após um hiato – entre outros – de sete anos, em 1958 sai do prelo o décimo volume da revista³ – dirigida, desta feita, por José Pereira da Costa, três anos depois de tomar posse como diretor do Arquivo Distrital do Funchal.

Em 1972, o boletim, nas palavras do novo diretor, António Aragão, toma um outro rumo –

«no sentido de o transformar numa espécie de repositório sistematizado da documentação histórica sujeita à guarda do Arquivo Distrital do Funchal ou de quaisquer agrupamentos documentais que digam respeito à história da Madeira e se encontrem dispersos por outros Arquivos»⁴.

A partir da década de 90, no contexto da autonomia político-administrativa da Região Autónoma da Madeira, e já na qualidade de boletim do Arquivo Regional da Madeira (antes Distrital do Funchal), a revista veio a se diversificar no plano editorial, através da edição de bastos volumes e da inauguração de várias séries: um *Guia do Arquivo Regional da Madeira*⁵; a Série Instrumentos Descritivos⁶; a Série Índices dos Registos Paroquiais (16 números, com início em 2000⁷); a Série Índices dos Passaportes⁸; a Série Transcrições Documentais⁹; e, finalmente, a Série Colecção Iconográfica¹⁰.

³ COSTA, José Pereira da (dir.), 1958, *Arquivo Histórico da Madeira*, [vol. X], Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

⁴ ARAGÃO, António, 1972, «Palavras Prévias», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, Série Documental, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, p. IX.

⁵ FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros, JARDIM, Gastão e GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XX – *Guia do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura (SRTC) – Direcção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) – Arquivo Regional da Madeira (ARM).

⁶ FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros, 1998, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXI, Instrumentos Descritivos – *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM; JARDIM, Gastão, PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, GUERRA, Jorge Valdemar e BARROS, Fátima, 1999, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXII – *Instrumentos Descritivos, Relatório do Inquérito aos Arquivos Públicos na RAM*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM; BARROS, Fátima e TEIXEIRA, Maria Mónica, 2016, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXIII, Série Instrumentos Descritivos – *Arquivos de Escritores e Investigadores Madeirenses*, [Funchal], Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura – Direcção Regional da Cultura – ABM.

⁷ Citamos apenas o primeiro número: BARROS, Fátima (leitura paleográfica e revisão) e NÓBREGA, Regina (composição), 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Registos Paroquiais 1 – *Índices dos Registos de Casamentos do Concelho de Machico (1577-1893)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

⁸ VVAA, 2000, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Passaportes 1 – *Índices dos Passaportes (1872-1900)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM; VVAA, 2005, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Índices dos Passaportes 2 – *Índices dos Passaportes (1901-1915)*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

⁹ BARROS, Fátima (transcrição paleográfica e notas) e GUERRA, Jorge Valdemar (estudo introdutório, notas e índice), 2003, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Transcrições Documentais 1 – *Rol dos Judeus e seus descendentes*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM; PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha (selecção, prefácio, leitura paleográfica, notas e índice) e MELLO, Luís de Sousa (quadros de descendências e povoadores do Porto Santo), 2005, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Transcrições Documentais 2 – *Documentos Históricos da Ilha do Porto Santo*, Funchal, SRTC – DRAC – ARM.

¹⁰ BARROS, Fátima e JARDIM, Luís Miguel (coord.), 2013, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Colecção Iconográfica 1 – *Imagens do Funchal Urbano 1966*, [Funchal], DRAC – ARM; GUERRA, Jorge Valdemar (org. e descrição catalográfica das fotografias), 2017, *Arquivo Histórico da Madeira*, Série Colecção Iconográfica 2 – *Imagens Antigas do Funchal Urbano*, [Funchal], Direcção Regional da Cultura – ABM.

No presente ano, no âmbito de um processo de reforma editorial consonante com a criação do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) – organismo que resulta da fusão do Arquivo Regional da Madeira com a Biblioteca Pública Regional –, a atual direção, na pessoa de Fátima Barros, escolheu refundar a revista, denominando-a ***Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série***.

A constituição desta nova série insere-se, pois, na pertinente atividade editorial que o ABM e as instituições que o antecederam sempre evidenciaram. Continuando e honrando uma memória e um legado que contam já com quase 90 anos, ambiciona-se, desta feita, traçar e trilhar um novo rumo, assente em três eixos: a produção e a fixação, de forma criteriosa e certificada, de saber científico; a instituição de uma periodicidade; finalmente, o alinhamento com tendências recentes marcadas pela desmaterialização dos veículos de transmissão do conhecimento e da investigação, o que se traduz na aposta nos formatos digitais e na publicação e divulgação por intermédio da Internet.

No âmbito geral, o *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série* inaugura um novo paradigma editorial no seio do ABM e surge para auxiliar no cumprimento de dois desideratos axiais: a assunção do ABM como instituição relevante, no panorama regional e nacional, no tocante à produção de conhecimento sobre a história e à divulgação do património arquivístico; e, à semelhança de práticas salutaras por parte de outras instituições nacionais (e internacionais), em grande medida alicerçadas num novo entendimento das funções dos arquivos enquanto promotores de cultura e de ciência, o incremento da sua intervenção em matéria de divulgação científica e extensão cultural, que forçosamente levará ao cultivo de uma relação mais estreita com os utentes e os leitores. (Deve ser referido que, a par da Nova Série, manter-se-á apenas a Série Colecção Iconográfica, tendente à divulgação criteriosa e graficamente apelativa de conteúdos sobre o Arquipélago da Madeira.)

Em termos concretos e sucintos, a revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série* segue os seguintes parâmetros editoriais: privilegia, como temáticas globais, a História, a Memória e o Património – material e imaterial – do Arquipélago da Madeira, e elegerá, por conseguinte, as áreas do conhecimento da História, das Ciências Sociais e Humanas e da Arquivística; tem um Conselho Editorial, composto por colaboradores do ABM; conta com a colaboração de um Conselho Científico, formado por investigadores e académicos de nomeada e com obra de relevo, externos à instituição editora; cumpre normas editoriais uniformizadoras; vem a lume mediante uma periodicidade anual; é publicada em suporte digital; e fica alojada em linha, no sítio institucional do ABM (<https://ahm-abm.madeira.gov.pt/>), permitindo o acesso livre e gratuito.

Apresentação

O ABM imensamente agradece aos autores que, com engenho, dedicação e entusiasmo, colaboraram neste número inaugural, produzindo e legando contributos valorosos – que muito honram a instituição e a Região Autónoma da Madeira.

A terminar, presta-se homenagem ao primeiro diretor da revista e do Arquivo Distrital do Funchal, o Dr. João Cabral do Nascimento. Que o espírito de missão e a erudição que o caracterizaram sejam imorredoiros e modelos a emular.

*A Direção
O Conselho Editorial*

Artigos / Ensaaios

Papers / Essays

Os Betencourt Perestrela de Vasconcelos: Uma Família e o seu Arquivo¹

The Betencourt Perestrela de Vasconcelos and their Family Archive

Maria Favila Vieira da Cunha Paredes²

Resumo

No âmbito da comemoração dos 600 anos do (Re)Descobrimento do Arquipélago da Madeira, recordamos o povoador e primeiro capitão do Porto Santo, Bartolomeu Perestrela, apresentando uma das linhagens que se destacam no universo da sua numerosa descendência – os Betencourt Perestrela de Vasconcelos –, e o respetivo arquivo familiar, hoje conservado no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Palavras-chave: Descobrimento; Madeira; Bartolomeu Perestrela; Betencourt Perestrela de Vasconcelos; Porto Santo.

¹ Agradeço reconhecidamente a colaboração da Dr.ª Paula Cristina Freitas Gonçalves, do Dr. Nuno Mota e do Dr. José Vieira Gomes, que se prontificaram a trocar impressões sobre a classificação do fundo e contribuíram com sugestões relevantes; bem como, para a elaboração dos quadros genealógicos necessário para fundamentar a classificação deste fundo, a do Dr. João Nuno Perestrela Alencastre Gonçalves Freitas, a de Regina Teixeira dos Santos Nóbrega e Elsa Gonçalves, a do Eng.º Filipe Pontes da Encarnação, a de Andy Aguiar, Gilberto Paulo, Roberto Faria, David Rodrigues e Leonardo Vasconcelos, e ainda a da Dr.ª Joana Judite Silva e do genealogista Dr. Paulo Pernet.

² Licenciada em Ciências Históricas pela Universidade Livre de Lisboa (1982) e especializada em Ciências Documentais (opção Arquivo) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ingressou na Função Pública em 1983, na Divisão de Investigação e Apoio às Ciências Históricas da Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma da Madeira e transitou para o Arquivo Regional da Madeira – hoje Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira – em 1988. Desde 1997, presta apoio técnico ao Arquivo Histórico da Diocese do Funchal – colaboração formalizada entre a Diocese do Funchal e a Direcção Regional da Cultura em 2017. Tem publicado documentos e estudos sobre arquivos privados familiares e a Ilha do Porto Santo, entre outras temáticas. Contacto: maria.paredes@madeira.gov.pt.

Abstract

The Archipelago of Madeira was (re)discovered 600 years ago. This paper presents a brief history of the Betencourt Perestrelo de Vasconcelos, who are among the numerous descendants of the settler and first captain of Porto Santo, Bartolomeu Perestrelo. It also provides the reader with information on their family archive, which is now preserved in the Madeira Regional Archive and Public Library.

Keywords: Discovery; Madeira; Bartolomeu Perestrelo; Betencourt Perestrelo de Vasconcelos; Porto Santo.

À Laia de Introito...

Com a inventariação do arquivo da família Betencourt Perestrelo de Vasconcelos, dei sequência a outras experiências de tratamento e valorização de arquivos e documentos de família: identificação dos documentos do arquivo da família Torre Bela, incluindo manuscritos históricos da ilha do Porto Santo que transcrevi³; estudo da história do morgadio dos Piornais⁴; seleção e transcrição de documentos referentes à capela de Nossa Senhora da Ajuda (sede do morgadio instituído por António Favila e sua mulher em 1540-1541), em colaboração com o antigo diretor do Arquivo Regional da Madeira Luís de Sousa Mello⁵, de que resultou nomeadamente a apresentação de uma comunicação no Colóquio Internacional de Arquivos de Família, na Torre do Tombo, em 2010⁶; adaptação à ISAD(g) (Norma Internacional de Descrição Arquivística) do catálogo elaborado por Miguel França Doria de documentos madeirenses do seu arquivo de família, cujos microfilmes podem ser consultados no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Coincidindo com o 6.º centenário do (re)descobrimento do arquipélago da Madeira, a conclusão do inventário do arquivo Betencourt Perestrelo de Vasconcelos convida a evocar o povoador e 1.º capitão do Porto Santo, ascendente assinalado desta família. Por momentos, regresso aos devaneios de esplêndidos dias de verão na «formosa e limpa praia», como é designada nos *Anais do Município do Porto Santo*⁷. Guiada pela Musa de Sofia de Mello Breyner, prende-me como dantes o encantamento

³ PAREDES, 2005, *Sonho da Ilha Afortunada e memórias de tempos difíceis: documentos históricos da ilha do Porto Santo*.

⁴ VIEIRA, VIEIRA e PAREDES, 2004, «Capela de Nossa Senhora da Ajuda: memória e atualidade», pp. 163-193.

⁵ MELLO e PAREDES, s.d., «Documentos agregados à Memória genealógica», inédito.

⁶ PAREDES, 2012, «Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Morgadio dos Piornais em S. Martinho, Funchal, ilha da Madeira», pp. 243-264.

⁷ VIEIRA e RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*.

do mar que «respira/ coberto de brilhos»; transportada no «canto incendiador» da poetisa, interpretado pelos Setúbal Voz, imagino esse primeiro capitão deambulando no areal – talvez interrogando o porvir dos seus, já que, tendo a instâncias de Tristão Vaz abraçado o projeto régio de povoamento e exploração das ilhas, aqui casou três vezes e deixou uma descendência numerosa, de que os Betencourt Perestrelo de Vasconcelos constituem um ramo.

O inventário do arquivo Betencourt Perestrelo é desde logo um contributo para a reconstituição dessa descendência, aumentando o manancial de conhecimentos sobre os Perestrelas; permite também apresentar novos materiais para o estudo da instituição vincular e da Família; em conformidade com a norma ISAD(g), descreve não só os documentos do arquivo familiar, mas ainda documentos relacionados e alguma bibliografia que oferecem vislumbres da vida ou personalidade de vários capitães da Ilha Dourada e alguns parentes seus. Crime e castigo, amores de paixão e política de casamentos, intrigas palacianas e guerras de poder, triunfos e desaires, fama e virtude ou desonra e opróbrio... a saga dos Perestrelas, nomeadamente dos Perestrelas insulares, exhibe o arco-íris da condição humana, entre o mérito atribuído ao 1.º capitão do Porto Santo pelo Infante D. Henrique na carta de doação da capitania, e o elogio dos referidos *Anais* ao último Perestrelo que marcou o destino da Ilha Dourada – o inspetor da agricultura e 2.º governador Manuel da Câmara Perestrelo de Noronha. Aliás, o desempenho político e militar dos capitães e governadores do Porto Santo – fossem ou não de apelido Perestrelo – é tema que não está esgotado. As dificuldades que todos eles conheceram excediam os recursos disponíveis para defesa e desenvolvimento da ilha, de importância estratégica mas tão exígua e fácil de acometer como agreste, sobretudo depois que a exaustão da primitiva mata de zimbros e dragoeiros, outrora fonte do rendoso comércio de “sangue de drago” que os espanhóis disputavam aos portugueses, agravou a escassez de chuva.

Os Betencourt Perestrelo de Vasconcelos entroncam no 7.º capitão do Porto Santo, Diogo de Bettencourt Perestrelo, casado com D. Luísa Agostinha de Noronha. Ao instituir, em 1680, um morgadio cuja sucessão estava condicionada à obediência filial, este instituidor enalteceu uma das virtudes conducentes à paz e prosperidade familiar. À luz da mentalidade coeva, a família não era obra do instinto e mero acaso, mas como que um edifício que se elevava pela conformação da vontade individual com as leis naturais e as leis divinas (que também estabeleciam limites à autoridade do soberano). A família perduraria tanto mais excelente e próspera quanto mais virtuosa fosse, ou seja – como poderia dizer o jurista e teórico do absolutismo Bodin –, quanto melhor concretizasse a harmonia entre o comportamento moral dos indivíduos, a vivência no seio familiar e as relações entre as famílias e os restantes corpos sociais.

Neste quadro de valores, o morgadio, ao qual subjaziam «uma estrutura social e uma forma de perceção do real específicas, que o possibilitavam e eram por ele reforçadas», respetivamente a *linhagem* e a *genealogia*⁸, destaca-se como fator de construção das famílias nobres, entre dois momentos ponderosos da vida dos seus membros: a morte e o casamento. Ao instituir um morgadio, habitualmente por meio de disposição testamentária, o instituidor, estipulando condições para o seu sucessor aceder à administração dos bens vinculados, visa «assegurar a continuidade da família e a preservação do património»⁹; ao mesmo tempo pereniza-se como Pai fundador e (re)cria a família pelo poder que tem de moldar o destino desta depois do seu desaparecimento, ao cumprir um

«acto de regulamentação administrativo-jurídica de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem»¹⁰.

Como a consolidação do estatuto e o incremento do património da família dependiam também de uma política de casamentos judiciousa, exemplarmente obediente seria desde logo o filho ou filha que casasse a contento dos pais. Que tal estratégia matrimonial podia originar tensões aflitivas e mesmo tragédias, demonstram-no os amores infelizes de José Freire de Vasconcelos (filho do 8.º capitão do Porto Santo e sobrinho de Paulo Freire de Noronha, 1.º administrador da terça do 7.º capitão da mesma ilha) e de D. Mariana: morreu de um tiro desferido a mando de José de Betencourt Henriques (com a cumplicidade de seu irmão o genealogista Henrique Henriques de Noronha), que foi condenado como autor moral do crime cometido

«pella cauza próxima [...] do cazamento que contra vontade sua intentava fazer o nomeado Jozeph Freire com huma sua filha [...] a paixão e odio do reo [...] fazendo publicas admoestacoens do seu sentimento, athe chegar a recolher a dita sua filha com violencia e estrondo em hum convento»¹¹.

Por outro lado, um episódio da história dos Betencourt Perestrelo de Vasconcelos demonstra que havia margem não só para recusar o casamento imposto, como também para os sucessivos morgados interpretarem a “lei” estipulada pelo instituidor do vínculo quando lhes tocasse nomear o administrador que lhes havia de suceder: assim aconteceu com D. Luísa Agostinha Betencourt Noronha, que não obstante ter

⁸ ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, p. 19.

⁹ ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, p. 120.

¹⁰ ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, p. 20.

¹¹ Sentença de 29-03-1712, in *Certidão das sentenças dos filhos do governador do Porto Santo contra João de Bettencourt Henriques*, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), Família Torre Bela (FTB), cx. 19-34, fls. 2-2v.º.

casado “a furto”, foi escolhida por seu pai, o 2.º morgado, para suceder na administração da terça de Diogo de Betencourt Perestrelo.

A classificação de um acervo arquivístico procura conciliar o respeito de dados observáveis (como as *tipologias documentais* – cartas, ofícios, escrituras, recibos, róis de vinho, etc. –, ou os sinais reveladores da arrumação e uso dados aos documentos – agregados documentais, números, títulos e resumos, etc., inscritos em etiquetas ou nos documentos) com a interpretação dos mesmos, de modo a (re)estabelecer uma estrutura expressiva da origem e das inter-relações dos documentos produzidos/acumulados. No caso do arquivo dos Betencourt Perestrelo, a busca de sentido do cúmulo de papéis em presença passou também por uma investigação genealógica que, não sendo exaustiva, abrangeu um mundo de parentescos suficientemente alargado para testar o interesse das instituições Família e Morgadio como chaves interpretativas do património documental resultante da atividade dessa antiga família da elite madeirense. Partiu-se da tese de que

«a apreensão da especificidade da documentação que integra um arquivo de família deve ser compreendida no quadro da evolução histórica da própria instituição “Família”. De facto, [...] a realidade complexa que é a documentação deste tipo de arquivos [...] é um espelho de uma história que se estende ao longo de várias gerações [...]. Ao referir-nos a várias gerações pensamos sobretudo em duas importantes realidades quando abordamos um arquivo de família. Primeira, o facto de a família não ser uma instituição estática mas uma das instituições mais dinâmicas presentes na sociedade o que inexoravelmente se reflete na documentação do arquivo de uma família. Ora, esta realidade prende-se com outra fundamental, nomeadamente na Península Ibérica, que é a instituição do Morgadio que só por si irá determinar não só o tipo de documentação de um arquivo de família, como igualmente a concentração da documentação ligada a várias famílias na mão de um só detentor: o Morgado. [...] Não podemos esquecer que o morgadio contempla a posse da maior parte dos bens de uma família nas mãos do filho primogénito, que passará então a ser o habitual detentor de toda a documentação relacionada com a família, principalmente no que concerne a documentos patrimoniais e genealógicos. Por outro lado, os sucessivos casamentos produzem [...] variadas e progressivas agregações de documentação comprovativa dos bens transmitidos, nomeadamente relativa a dotes, podendo igualmente trazer outro tipo de documentação, da mais variada. É desta forma que o arquivo de uma família se vai tornando naquilo que Borja de Aguinagalde chama “um arquivo de arquivos”»¹².

Tratar um arquivo de família leva a questionar o uso da palavra “família” para designar formas de associação humana muito diversas da realidade biológica constituída por pai, mãe e filhos gerados pela união carnal dos pais:

¹² PEIXOTO, Jun. 1991, *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*, p. 9.

«ao entrarmos no séc. XX e mesmo em grande parte do séc. XIX, os arquivos de família vão rareando cada vez mais em detrimento do cada vez maior número de arquivos pessoais, as razões estão por um lado numa nova forma de encarar a família e por outro lado nas novas relações económicas em que os elementos de uma família se vão separando do conjunto no que respeita às atividades pessoais»¹³.

Homens e mulheres do Arrojado Mundo Novo do século XXI, testemunhamos a imparável elevação do “homem aumentado” e verificamos que a própria existência de famílias/unidades biossociais está posta em causa por tendências éticas e jurídicas, opções e estilos de vida que divergem da (eco)lógica da natureza humana. *A contrario*, o arquivo que nos ocupa espelha um tipo de organização familiar de inspiração religiosa assente no culto dos antepassados e brotando da vontade do instituidor, reconhecida pela Coroa e pela Igreja como “lei do morgadio”. Neste quadro, o maior pesadelo do chefe de família era a inexistência de filhos que perpetuassem a “religião” doméstica – culto das tradições e dos valores materiais e simbólicos que expressavam a identidade comum dos membros de uma mesma “casa”; bom filho seria o que bem cumprisse a vontade do Pai – precisamente o filho mais merecedor e mais obediente, no entender do capitão Diogo de Bettencourt Perestrelo, fundador do morgadio e da linhagem dos Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos.

1. História Familiar

1.1. Os Perestrelos, de Piacenza à Ilha da Madeira

É possível retroceder muitos séculos na história deste grupo familiar que entronca numa frondosa árvore de raízes italianas. Os Perestrelos portugueses são «un ramo – e ben documentato – della celebre famiglia Pallastrelli di Piacenza, una delle maggiore famiglie di questa città»¹⁴, sediada no castelo de Sarmato e cuja antiga nobreza o garboso leão do seu escudo evidencia:

«questa famiglia, oltrechè illustre e nobile, era anche ricca. Nei secoli XI e XII possedeva terre presso Piacenza, a Fodesta, a Roncori, a Pontenure, a Cotrebbia nella campagna di Piacenza oltre Trebbia e a Ottavello: e prima del 1136 era padrona degli ragioni sul Porto del Po. Nei secoli XIII, XIV e XV possedette terre al colle e al piano in più che quaranta diversi territorii del distretto. Fin dal terzo decimo secolo aveva possedimenti nell'Apennino piacentino a veintecinque chilometri dalla città, nel luogo detto Seriano, ove ergavesi un forte castello,

¹³ PEIXOTO, Jun. 1991, *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*, p. 20.

¹⁴ REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importante testimonianze artistiche».

del quale buona parte anche oggi rimane. Nei due posteriori secoli, le ricchezze territoriali della famiglia estendevansi in una lunga e larga zona della pianura occidentale piacentina parallelamente al Po, dalla porta di Piacenza, detta di Sant'Antonio, fino a Fontana per una lunghezza di oltre sedici chilometri, senza quasi interruzione. Ivi i Pallastrelli tenevano castella, rocche e torri fortificate; ivi giurisdizioni, decime e vassalli; e in Po isole e diritti di pescagione»¹⁵.

Os nossos reis não duvidaram reconhecer a nobreza e as armas dos Pallastrelli, premiando os serviços prestados sob o condestável Nuno Álvares Pereira, no alvorecer da dinastia de Avis, por Filippo, filho de Madonna Bertolina Bracciforte e de Gabriele Pallastrelli, que veio para Portugal depois da venda do castelo de família em Sarmato:

«con breve dell'8 gennaio del 1399, dato a Porto (documento già nella Torre do Tombo, Cancelleria João III, Liv. XI, fol. 13v) D. João I concedeva a Filippo Perestrello l'uso dello stemma e gli concedeva e "le proprie case de Subripas" ovvero quelle che secondo Felgueiras Gois erano le dimore reali a Coimbra, tuttora esistenti, e splendido esempio di stile manuelino»¹⁶.

Trata-se de decisão régia anterior à referida por Luís Filipe Thomaz, que em artigo em que adota a tese da naturalidade genovesa de Colombo, assinala na biografia do navegador escrita por seu filho Don Hernando Colón o facto de «empolar a nobreza de D. Filipa Moniz, a primeira esposa de seu pai, chamando-lhe, com certo exagero, «senhora de nobre sangue, fidalga»»¹⁷. Thomaz refuta a tese de Mascarenhas Barreto e seus precursores, que haviam opinado que «uma dama da jerarquia de D. Filipa Moniz, filha do donatário do Porto Santo se não abaxaria a casar «com um aventureiro genovês»»: salienta que aqueles estudiosos de Colombo esqueciam que D. Filipa «não passava, afinal, da filha de um aventureiro lombardo, de jerarquia apenas um pouco mais subida»¹⁸, e conclui:

«Os Perestrellos estavam longe de pertencer à alta nobreza: o primeiro do nome em Portugal, Filippo Pallastrelli, chamado Filipão pela sua grande estatura, era um simples cavaleiro, originário de Placência, que veio para Portugal na comitiva de D. Leonor, futura mulher del-rei D. Duarte. Embora em 1433 este lhe tenha conferido brasão de armas e mandado passar carta de nobreza, nem o *Livro de Linhagens do Século XVI*, de autor anónimo, assaz fiável, nem a bem conhecida *Pedatura Lusitana*, incluem os Perestrellos em seus róis, e nenhum destes casou com damas de elevada estirpe. Muitos casaram com senhoras da sua igualha, filhas de capitães-donatários de outras ilhas: D. Isabel (ou talvez Helena) Perestrello, primeira filha do sogro de Colombo, desposou Pedro Correia, capitão

¹⁵ PALASTRELLI, Bernardo, 1876, *Il suocero e la moglie di Cristoforo Colombo*, Piacenza, cit. por REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importanti testimonianze artistiche».

¹⁶ REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importanti testimonianze artistiche».

¹⁷ THOMAZ, 2015, «Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?», p. 498.

¹⁸ THOMAZ, 2015, «Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?», p. 498.

da ilha Graciosa; Bartolomeu Perestrelo II, cunhado do descobridor, casou com Guiomar Teixeira, filha de Tristão Vaz Teixeira, donatário do Machico; e Bartolomeu Perestrelo III, filho do precedente, desposou Aldonça Delgado, neta de João Gonçalves Zarco, donatário do Funchal, e, em segundas núpcias, sua tia D. Yolanda, filha do donatário do Machico. Quanto aos filhos daquele, sobrinhos-netos por afinidade do descobridor das Antilhas, um casou com a filha de um magistrado (Diogo Taveira, desembargador e corregedor do Funchal), os outros dois com «homens principais, nobres e ricos», da própria ilha do Porto Santo, onde, como é bem sabido, não abundavam os titulares. Apenas o primeiro donatário e sogro do almirante, adotando a estratégia matrimonial seguida por outros *parvenus* para «melhorar o seu sangue», tomara esposa num estrato social ligeiramente superior ao seu, desposando uma Furtado de Mendonça»¹⁹.

Em 1522, D. João III consentiu que a mulher e noras do primeiro capitão do Porto Santo se pudessem chamar de Dom, por ele ser de ascendência nobre:

«Bertolameu Palestrello fidalgo de nossa caza e capitam da nossa jlha do Porto Santo nos enuiu dizer que elle desendia da linhagem e geração de Phelippam Palestrello e de missé Gabriel Palestello, e de madona Bertollina que sam fidalgos de linhagem de Lombardia, e uinhão da geração dos Pallestrellos e Bisfortes pedindo nos por merçe que por assim elle uir das ditas linhagens que herão muito fidalgos e em sua terra se chamauão de Dom que sua molher delle capitão se pudesse chamar de dom, e porquanto fomos certo elle capitão ser das ditas geraçõez e nos fazer certo por hum pubrico estromento, que nos delle foi apresentado, que os sobres ditos [*sic*] Felippam Palestrello e missé Gabriel Palestrello e madona Bertolina herão de nobre linhagem, e geração dos Palestrelloz e Bisfortes de Lombardia que herão muito fidalgos»²⁰.

No âmbito de um estudo sobre as armas dos Perestrellos, Gabriele Reina apresenta uma vistosa representação desse brasão tirada do *Livro da nobreza e perfeiçam das armas*, de António Godinho²¹, com o seguinte comentário:

¹⁹ THOMAZ, 2015, «Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?», p. 498, pp. 498-499. Não sendo objetivo deste artigo participar da discussão a respeito da nacionalidade de Colombo, mas como tal debate abrange a historiografia dos Perestrellos, importa registar que Fernando Branco, Professor do Instituto Superior Técnico, membro honorário da Academia Portuguesa da História, refuta neste ponto Luís Filipe Thomaz: «Recorda-se no entanto que apesar da pequena nobreza defendida por LT para Filipa Moniz, esta era “comendadora” da ordem de Santiago cujo mestre, D. João II devia autorizar seu casamento. Filipa Moniz era ainda tia do Mordomo-mor de D. João II, D. Pedro de Noronha, pai do D. Martinho de Noronha que foi buscar o Almirante ao Restelo na sua chegada da 1ª viagem às Índias. Era também tia da Marquesa de Montemor, da Condessa de Abrantes e da Condessa de Penamancor, ou seja um ambiente familiar que não estaria muito ligado ao casamento com plebeus (M. Rosa12)» (BRANCO, 03-06-2017, «Discussão do artigo “Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?” de Luís Filipe F. R. Thomaz»).

²⁰ *Treslado do aluara per que El Rei Dom João houue por bem que a molher e noras do Capitam da jlha do Porto Santo Bertolameu Pallestrello se podessem chamar de Dom*, datado de 06-11-1522, ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, lv. 1212 (“Tombo Velho”), fls. 84-84v.º.

²¹ Um dos tesouros do Arquivo Nacional da Torre Tombo, o *Livro da nobreza e da perfeiçam das armas dos reis cristãos e nobres linhagens do reino e senhorios de Portugal* tinha a cota antiga Casa Forte 164 e tem atualmente a cota Casa Real, Cartório da Nobreza, lv. 20.

«Pure conosciuto come *Livro da Torre do Tombo* [...] su incarico del re Dom Manuel fu miniato da Antonio Godinho fra il 1521 e il 1541, affinché che completasse il *Livro do Armeiro Mor* di João Rodrigues e António Rodrigues, che presentava varie lacune. In questo testimonianza si può ravvisare come le sei rose di rosso non siano accostate alla banda azzurra, ma caricate sulla stessa, come se l'autore non avesse avutto sotto gli occhi un disegno o modelo, ma si fosse basato su una descrizione»²².

Como tantos fidalgos portugueses, os Perestrellos lançaram-se no grande empreendimento dos Descobrimentos: «una volta insediatisi nell'Extremadura portoghese, i Perestrello da guerrieri si trasformarono in valorosi marinai che nell'epopea oceanica lusitana raggiunsero le Indie, la Malacca, la Cina»²³. Bartolomeu Perestrello, filho de Filippo Pallastrello e de Catarina Visconti, acompanhou João Gonçalves Zargo e Tristão Vaz Teixeira logo na primeira viagem ao Porto Santo:

«É o que nos afirma Zurara, na sua "Crónica da Guiné". "E tornando dali (*da ilha do Porto Santo, no inverno de 1418*) para o Reino, lemos na dita Crónica, falaram sobrello ao Infante, contando-lhe a bondade da terra e o desejo que tinham à cerca da sua povoação; de que ao Infante muito prouve, ordenando logo como podessem haver as coisas que lhe cumpriam para se tornarem à dita ilha. E andando assim neste trabalho de se encaminharem para partir se ajuntou a sua companhia Bartolomeu Perestrello, um fidalgo que era da Casa do Infante D. João; os quais tendo todas as coisas prestes, partiram para viagem da dita ilha"»²⁴.

Também os sobrinhos de Bartolomeu Perestrello acolheram o apelo do mar e da viagem: João Lopes Perestrello, servidor da toalha de D. João II, fez a carreira da Índia com Vasco da Gama; Bartolomeu Perestrello foi feitor de Malaca e Rafael Perestrello aí combateu às ordens de Afonso Albuquerque, sendo o primeiro português a alcançar a China ao desembarcar em Cantão em 1516-1517. João Lopes Perestrello e Rafael Perestrello capitanearam respetivamente as naus *Fradeza* e *La Rosa*, cujas miniaturas constam do *Livro das Armadas* conservado na Academia das Ciências de Lisboa. Nunziatella Alessandrini abalançou-se a «traçar o percurso desta família no Império português do século XVI, de maneira a sistematizar a documentação já publicada, completada com documentação inédita», embora admitindo que

«escrever sobre a família Perestrello afigura-se complicado por diversas razões. A falta de estudos organizados sobre o assunto, assim como a vastidão de informações dispersas na documentação portuguesa e nos inúmeros trabalhos produzidos sobre esta família, a extensão territorial para onde os Perestrello se deslocaram e os frequentes casos de homonímia dificultam o trabalho»²⁵.

²² REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importante testimonianze artistiche».

²³ REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importante testimonianze artistiche».

²⁴ FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 61.

²⁵ ALESSANDRINI, 2012, «Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império Português (século XVI)», p. 81.

Tais dificuldades e desafios estimularam Luisa D'Arienzo a desenvolver uma investigação sistemática

«nei principali archivi e biblioteche portoghesi, spagnoli e italiani per la stesura dell'opera su *La presenza degli italiani in Portogallo al tempo di Colombo*, realizzata per la *Nuova Raccolta Colombiana* nell'ambito delle celebrazioni per il quinto centenario della scoperta dell'America. In mérito alle fonti utili per il nostro tema, gli archivi italiani si sono rivelati d'interesse solo per inquadrare la famiglia in epoca precedente al suo trasferimento in Portogallo [...] Fra gli archivi di Lisbona vanno segnalati, per importanza, l'Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com i preziosi fondi della Chancelaria, del Corpo Cronológico e della Leitura Nova, e l'Arquivo Histórico da Camara Municipal de Lisboa, dove si trovano notizie, a vario titolo, su diversi esponenti della famiglia. Fra le piu celebri raccolte di fonti, largamente basate sui citati archivi, vanno ricordati i monumentali *Descobrimientos Portugueses*, curati da Silva Marques, e i *Monumenta Henricina*, in 15 volumi, realizzate per celebrare il quinto centenario della morte dell'infante Enrico. Bisogna poi aggiungere le fonti chronachistiche, come la *Cronica de Guine* di Zurara, l'*Asia* di João de Barros e anche l'utile opera di Gaspar Frutuoso, un cronista nato nel 1522 a Ponta Delgada, nelle Azzorre, che scrisse *Saudades da Terra* [...] Il secondo volume è dedicato [...] al grupo di Madera ed è d'interesse per il tema di cui trattiamo [...] non vanno dimenticati per importanza anche gli archivi di Siviglia, specie quelli dei "Protocolli" e "Municipale", dove si possono seguire le vicende dei Moniz Perestrello, esponenti del ramo familiare di Felipa, moglie di Colombo, figlia di Bartolomeo I e della sua terza moglie Isabella Moniz, che seguirono il navigatore in Andalusia in torno al 1485 e unirono i propri destini a quelli dell genovese e di suo figlio Diego, dapprima a Siviglia, poi nel Nuovo Mondo»²⁶.

Esta autora apresenta quadros genealógicos da descendência: de Filipe Perestrello e Catarina Visconti, ascendentes dos Perestrellos portugueses; de Bartolomeu Perestrello, primeiro capitão do Porto Santo e sogro de Cristóvão Colombo, e ainda do terceiro capitão, Bartolomeu Perestrello – isto «al fine di sanare i numerosi errori invalsi nella storiografia»²⁷.

1.2. Revisitando a Biografia de Bartolomeu Perestrello

1.2.1. Um Povoador Mal-Amado?

Há perto de 50 anos, um historiador madeirense empreendeu tarefa semelhante à de Luisa d'Arienzo, analisando documentos coevos, confrontando datas e narrativas, para desfazer equívocos históricos relacionados com Bartolomeu Perestrello. N'O *Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, o P.^e Pita Ferreira cuida de «relembrar

²⁶ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 649.

²⁷ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 649.

a vida e ação»²⁸ do povoador: contrariando «todos os genealogistas e escritores madeirenses, que escreveram sobre D. Isabel Moniz, desde Nicolau Florentino aos contemporâneos P.^e Fernando Augusto da Silva, Coronel Artur Sarmento, Major Reis Gomes e P.^e Eduardo da Conceição Nunes Pereira»²⁹, confirma que a sua terceira mulher era filha de «Gil Aires e sua esposa Leonor Moniz como defendeu o Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior»³⁰. Refuta a afirmação de Jerónimo Dias Leite de que Perestrelo viera para o Porto Santo «debaixo da bandeira do dito João Gonçalves Zargo», observando que «Zargo não era nobre, por isso El-Rei não lhe subordinaria Perestrelo, que era fidalgo»³¹. Destacando o protagonismo de D. João I enquanto proprietário do Porto Santo e autor moral do povoamento insular, nega a miséria de Perestrelo, propalada em razão das «exageradas proporções que, desde Zurara foram dadas à praga dos coelhos»: «Perestrelo não gastou o dote das esposas nem caiu na miséria por causa do povoamento do Porto Santo, porque de 1420 a 1446 não foi Capitão da ilha mas apenas um feitor ou regedor de El-Rei, nos primeiros cinco anos, e do Infante D. Henrique até lhe ser concedida a capitania, no dia 1 de novembro de 1446»³². Realça a iniciativa de Perestrelo, citando a carta de venda da capitania do Porto Santo a Pedro Correia: «Eu o Infante D. Henrique, *lemos no dito documento*, faço saber a quantos esta minha carta for mostrada que Bartolomeu Perestrelo, que Deus perdoe, sendo vivo me pediu por mercê, que porquanto seu desejo e vontade era povoar a minha ilha do Porto Santo de que até então não tinha a algum dado carregamento nem capitania dela, e a mim prouve de lhe fazer mercê da Capitania dela...»³³. Transcreve a carta de doação de 1446³⁴, em que o Infante além de estabelecer o modo de sucessão na capitania – «dou cargo a Bartolomeu Perestrelo, fidalgo da minha Casa, da minha ilha do Porto Santo, para que ele dito Bartolomeu Perestrelo a mantenha por mim em justiça e direito e morrendo ele a mim praz que seu filho primeiro ou algum se tal for tenha este cargo pela guisa suso dita e assim de descendente em descendente em linha reta» –, também declara o motivo da doação: «fiz esta mercê ao dito Bartolomeu Perestrelo por ele ser o primeiro que por meu mandado a dita ilha povoou e por outros muitos serviços que me fez»³⁵.

²⁸ FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 55.

²⁹ FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 57.

³⁰ FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 60.

³¹ FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, respetivamente p. 62 e p. 63.

³² FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 66.

³³ Cit. por FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 76.

³⁴ Publicada por MARQUES, 1944, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. 1 (1147-1460), pp. 449, 450, doc. 353.

³⁵ Cit. por FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, respetivamente p. 77 e p. 78.

Não existe suporte documental para a alegação do escritor Nicolau Florentino, que identificara como irmãos do primeiro capitão do Porto Santo duas amantes do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, Isabel e Branca, a cujo mau proceder atribuía a concessão da capitania a seu irmão Bartolomeu:

«Documenti autentici attestano, invece, che il prelado ebbe sì due amanti, ma la prima era una *mulher solteira* e non fu monaca di Odivelas, come lo era la Perestrello; circa la seconda, il suo cognome era Dias e non ebbe alcun rapporto con la famiglia Perestrello. Si è, in oltre, potuto accertare che in quel nucleo familiare non è mai esistita una Bianca Perestrello [...] L'incredibile errore genealogico aveva portato alcuni autori, come il Vignaud, seguito poi dal Ballesteros, ad affermare che Bartolomeo avrebbe avuto la capitania grazie all'appoggio del vescovo Noronha e al comportamento poco onesto delle sue sorelle [...] Giudizio assai inopportuno, che lo studio dei documenti originali ci autorizza a relegare fra gli errori»³⁶.

Se o relato de Alvise Cadamosto³⁷ atesta a relativa prosperidade atingida pela capitania de Perestrelo em 1455 e abona as qualidades de administrador do capitão, o depoimento do autor anónimo de certo manuscrito seiscentista descoberto no arquivo da Família Torre Bela revela a razão do regresso de Perestrelo ao Reino, pouco tempo depois do primeiro desembarque, bem como a lembrança idílica que perdurou entre os portosantenses de uma ilha de *pão e mel*, mau grado a praga dos coelhos:

«foi descuberta a jlha do Porto Samto primeiro tres anos do que a ilha da Madeira por mandado dos infantes de Purtugal e ja hera axada dos espanhoes que nela abitauam e nam a pauouam por a comquista ser do Reino de Purtugal e nam de Espanha e os espanhois hiam a esta jlha a fazer o sangue dos dragos que hauia muito grande aruoredos deles faziam muita camtidade dele [...] e dahi o leuauam pera muitas partes do mundo a uemder e os descubridores da tera se foram a ho Reino ha dar comta aos emfantes e leuaram tera e sangue dos dragos e ramos deles [e] ramos de zimbreiros que por antre os dragos hauia muitos e grandes [...] e uemdo os emfantes os sinais da tera com breuidade tornaram a mamdar os descubridores com mais outra gemte com h[o] nesario e trouxeram uaquas e porquos e hoouelhas e perdizes coelhos pardos e amarelos e pretos [...] foi tanta a criasam que os coelhos pardos fizeram na tera que os moradores estiueram em conselho de se tornarem pera ho Reino dizemdo que aquilo hera pragua e nam coelhos mas com ho fauor de Deus comesaram a samear pam e pramtar figeiras uinhas amoreiras romeiras e fazer ortalisas e melois e muita fruta muita casa muito pescado e marisquo de toda a sorte e muito gado de toda a sorte em abumdamsia que em nehuma parte do mundo podia ser mais e pela beira mar hera huma grande alegria de aruores de fruto asim de figeiras como de amoreiras e uinhas [e] espinheiros que tapauam tudo isto»³⁸.

³⁶ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», pp. 651 e 652.

³⁷ Cit. por FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, pp. 79-80.

³⁸ PAREDES, 2005, *Sonho da Ilha Afortunada e memórias de tempos difíceis: documentos históricos da ilha do Porto Santo*, pp. 72-73.

Não obstante, o 1.º capitão não se demorava na capitania: «le fonte lasciano intendere che egli non amassi risiedervi per lunghi periodi, e tanto meno sua moglie Isabella. Così, i soggiorni a Porto Santo dovettero essere saltuari»³⁹, observação que coincide com a intuição que já tivera o P.º Pita Ferreira:

«atendendo à sua categoria de fidalgo, a ter casado três vezes no Reino, – o que nos dá a impressão de que lá vivia, – ao facto do Porto Santo ter sido aproveitado pelo Senhor Infante mais para pastagem do que para terreno de sementeira, é de crer que que o feitor não tivesse fixado residência na ilha, mas que a visitasse todos os anos e nela passasse alguns meses ou dias. Depois de criada a capitania, certamente fixou residência com sua família, na Vila Baleira»⁴⁰.

Para não fugir ao tema deste artigo, que é a linha dos Betencourt Perestrela de Vasconcelos, não trataremos aqui dos restantes capitães do Porto Santo. Apenas, para melhor situar o 7.º capitão do Porto Santo, instituidor do vínculo que sustentou o ramo familiar que nos ocupa, parece pertinente salientar que com o 6.º capitão Diogo Taveira Perestrela Bisforte findou um primeiro ciclo na história da defesa da ilha: a crise dinástica provocada pelo desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir favoreceu o incremento do curso contra as possessões e a navegação portuguesas, ao mesmo tempo que a nomeação de governadores gerais (1581) reduzia os capitães «a uma situação muito subalterna e quase meramente honorífica» embora conservassem as rendas correspondentes aos seus primitivos privilégios⁴¹.

1.2.2. Cristóvão Colombo, Esposo de Filipa Moniz Perestrela

O vivo e continuado interesse por Bartolomeu Perestrela prende-se não só com a sua participação na vida da colónia italiana em Portugal e na Expansão atlântica ideada e promovida pela Coroa Portuguesa, mas também com a sua ligação ao descobridor da América, que o primeiro capitão do Porto Santo não conheceu por ter falecido em 1457 – data «dada como certa»⁴²; Luisa D'Arienzo, que reconstituiu a genealogia dos Perestrelas portugueses com base em documentos fidedignos, situa o nascimento de Bartolomeu Perestrela cerca de 1400 e a sua morte antes de 1458, subscrevendo neste ponto a opinião geral fundada na carta de venda, em 17 de maio desse ano, da capitania do Porto Santo a Pedro Correia, documento em que o rei alude ao que «Bartolomeu Perestrela, a quem Deus perdoe, sendo vivo, me pediu por

³⁹ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 653.

⁴⁰ FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 79.

⁴¹ SILVA, 1998, «Porto Santo (Capitania do)», p. 116.

⁴² FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, p. 80, n. 55.

mercê»⁴³. Filipa Moniz Perestrello, «secondogenita di Bartolomeo I e di Isabella Moniz, nacque in torno al 1454 e sposò Cristoforo Colombo tra il 1479 e il 1480, dando presto alla luce il loro unico figlio Diego»⁴⁴, criança que seu avô Bartolomeu não conheceu.

Foi um casamento de amor, segundo Don Fernando Colombo, filho e cronista do Almirante das Índias: «Gentildonna Filippa Mogniz, di nobil sangue: Cavalliera nel Monastero d’ogni Santi, dove l’Amiraglio usava d’andare a messa, prese tanta pratica, ed amicitia com lui, che divenne Sua Moglie»⁴⁵; os cônjuges terão sido felizes,

«come lasciano intendere gli accorati ricordi di Colombo in due lettere del 1493 e del 1500 quando, nel rivendicare adeguate ricompense dai Re Cattolici per la sua grande impresa, ricordò che, per andare al servizio della Corona, aveva sopportato molti disagi economici e morali, tra i quali l’aver lasciato la moglie e i figli che non avrebbe più visto. Il matrimonio fu, comunque, breve perché Colombo lasciò il Portogallo per la Spagna in modo precipitoso tra il 1484 e il 1485»⁴⁶.

Filipa teve Diogo, único filho legítimo de Colombo, que foi como seu pai navegador, almirante e vice-rei das Índias, tendo nascido no Porto Santo cerca de 1480: «O testemunho de Bartolomé de las Casas sobre este feito é claro: “asi que fuese a vivir Cristóbal Colón a la dicha isla de Puerto Santo, donde engendró al dicho su primogénito heredero, D. Diego Colón”»⁴⁷.

Por via do casamento com Filipa Moniz, Colombo consolidou o seu estatuto na corte e especialmente no círculo dos familiares da Casa de Bragança – o que não lhe trouxe só vantagens. Seu sogro Bartolomeu Perestrello, fidalgo cavaleiro da Casa do Infante,

«era, dunque, un personaggio d’alto rango, che godette di prestigio personale, tanto da partecipare ai Parlamenti del regno, in rappresentanza dei duchi di Bragança, quando furono convocati a Lisbona nel 1439 per conferire a dom Pedro, duca di Coimbra, la nomina di reggente del regno, fino alla Maggiore età dell’infante Alfonso, legittimo erede all trono, futuro re dom Alfonso V (*Monumenta Henricina*, VII, doc. 15, pp. 18-23). Questo stretto legame dei Perestrello con la potente famiglia Bragança ci aiuta a comprendere le motivazioni che dovettero spingere Colombo, nel 1484-1485, a fuggire furtivamente dal Portogallo, quando, a causa del suo matrimonio con Filipa, poté risultare coinvolto nella congiura ordita dai duchi contro il re dom João II»⁴⁸.

Neste contexto político, tal ligação perigosa pode explicar a omissão do nome de Filipa Moniz, notada por Nunziatella Alessandrini em fontes importantes:

⁴³ Publ. in FERREIRA, [1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, pp. 81-84.

⁴⁴ D’ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 657.

⁴⁵ Cit. por ALESSANDRINI, 2012, «Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império Português (século XVI)», p. 95.

⁴⁶ D’ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», pp. 657-658.

⁴⁷ VIEIRA, 2016, «Colombo, Cristóvão».

⁴⁸ D’ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 653.

«João Perestrello, guardião-mor da quinta do Hespanhol, afirma que o nome da esposa de Cristóvão Colombo não aparece em nenhum documento do arquivo de família nem em Portugal nem em Itália [...] a mesma falta ocorre no testamento do filho do casal, Diego Colón Moniz, redigido a 16 de Março de 1509. Nascido em 1480, Diego Colón Muniz menciona a mãe exclusivamente como Filipa Moniz e nunca nomeia os avós paternos e maternos. No mesmo testamento, D. Diego menciona as irmãs da mãe Filipa Moniz, Violante Muniz, esposa de Miguel Molyart, Briolaja Moniz e a condessa Banaamar que Diego chama “tias”»⁴⁹.

Parece que Colombo terá mantido uma convivência bastante próxima com a família de sua mulher, que terá hospedado o jovem casal em casas alugadas por D. João I a Bartolomeu Perestrello, em 1431, na Rua Nova dos Mercadores de Lisboa – centro comercial e urbano bastante atrativo para a dinâmica colónia italiana:

«È assai probabile che Colombo vi abbia vissuto per qualche tempo insieme con sua moglie Felipa, se prestiamo fede a quanto dissero i biografi del navigatore, Las Casas e don Fernando, i quali, nel parlare delle nozze, riferirono che il genovese, essendo già morto Bartolomeo Perestrello, andò a stare da sua suocera»⁵⁰.

Colombo terá deixado Portugal em 1484 ou 1485, possivelmente para escapar ao castigo fulminado contra os Bragança e seus simpatizantes:

«il coinvolgimento di Colombo nelle repressioni poste in atto dal re *dom* João II contro i congiurati si può desumere dal fatto che la fuga del genovese e dei familiari di sua moglie dal Portogallo, come sua cognata Violante, si colloca nella stessa época in cui trovarono refugio a Siviglia anche diversi esponenti della famiglia Bragança, scampati alle esecuzioni insieme e ai loro familiari. Si tratta in particolare di tre fratelli di *dom* Fernando III duca di Bragança, il quale era stato decollato a Évora nel 1483 [...] *dom* João marchese de Montemor o Novo e sua moglie Isabel, marchesa de Portugal; *dom* Alfonso, conte di Faro, Odemira e Aveiro; *dom* Alvaro de Portugal e sua moglie Felipa de Melo. I tre nobili portoghesi, con le loro consorti, ebbero posizioni di prestigio nel regno castigliano e mantennero relazioni con Colombo e com i suoi familiari»⁵¹.

Tendo Filipa Moniz entretanto falecido, Colombo confiou o filho Diego a sua cunhada Violante ou Briolanja, uma desses exilados portugueses:

«Tra i portoghesi che in Andalusia risultano vicini a Colombo deve essere ricordata, in primo luogo, sua cognata Violante Moniz Perestrello, alla quale il navigatore affidò il piccolo Diego nel 1491, quando la donna già risiedeva a Huelva com su marito Miguel Moliart»⁵².

⁴⁹ ALESSANDRINI, 2012, «Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império Português (século XVI)», pp. 93-94.

⁵⁰ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 654.

⁵¹ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 659.

⁵² D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 661.

Reportando-se ao segundo testamento de Diego (1523), D'Arienzo destaca ainda que Filipa Moniz foi sepultada no jazigo familiar dos Moniz, na capela de Nossa Senhora do Pranto ou da Piedade na igreja do Carmo, fundada pelo Santo Condestável. Note-se, a propósito, que Anselmo Braamcamp Freire, ao comentar as armas dos Febos Moniz, representadas entre as das principais famílias da nobreza portuguesa no Paço Real de Sintra, trata dos Monizes Perestrellos, defendendo que Diego Colón teria nascido em Lisboa e não no Porto Santo e citando o passo do testamento de D. Diego em que el se refere à sepultura de sua mãe no mosteiro do Carmo; trata também de Violante e Miguel Moliart⁵³. Àcerca da investigação que desenvolvera a respeito da família de Filipa, pode ler-se, no Prólogo da 2.^a edição dos *Brasões da Sala de Sintra*, o seguinte desabafo do autor:

«Fica-me uma grande saudade de não poder terminar esta segunda edição dos *Brasões*. Mas Deus assim o quis! São inúmeros os apontamentos de novos documentos para ilustração da obra. O leitor bem o alcança, comparando o que fica escrito na primeira edição e o desenvolvimento dado à matéria na segunda edição. Lastimo ficarem perdidos todos os apontamentos àcerca da capela dos Monises na igreja do Carmo de Lisboa. Foram coligidos a pretexto do casamento de Felipa Monis com Cristóvão Colombo. Anexos a eles em apêndice ou em nota iria uma grande colecção de documentos relativos aos Perestrellos. Mas tudo isto lá fica perdido»⁵⁴.

Com base nos relatos de Las Casas e Fernando Colombo, Luisa D'Arienzo admite que terá tido influência determinante na carreira do navegador seu cunhado Pedro Correia, marido de Iseu Perestrello, ele próprio navegador experiente:

«il Correia dovette essere un buon amico di Colombo e poté essere lui, piuttosto che un esponente della famiglia Perestrello oppure le carte lasciate da Bartolomeo I, a fornire al genovese utili informazioni e una competente guida nel concepimento della sua impresa»⁵⁵.

No âmbito de um projeto de investigação sobre as coleções artísticas de famílias italianas em Portugal, Gabriele Reina dá a conhecer um singularíssimo vestígio da ligação entre os Perestrellos e Colombo: um relicário de prata dourada do século XVI contendo uma imagem de coral da Virgem,

«uno dei più preziosi tesori di famiglia della famiglia Perestrello. È appartenuto per secoli al ramo dei Perestrello di Madeira. Secondo la tradizione familiare la statuetta della Vergine era portata al collo da Cristoforo Colombo durante i suoi viaggi oceanici. È appartenuto sino al 1991 alla famiglia Perestrello di Madeira»⁵⁶.

⁵³ FREIRE, 1930, *Livro terceiro dos Brasões da Sala de Sintra*, pp. 55-63.

⁵⁴ FREIRE, 1930, *Livro terceiro dos Brasões da Sala de Sintra*, p. XIV.

⁵⁵ D'ARIENZO, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», p. 655.

⁵⁶ REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importanti testimonianze artistiche».

1.3. Exemplificando o Atrativo e os Riscos da Genealogia: Alguns Destaques no Mundo de Parentescos dos Betencourt Perestrelo de Vasconcelos

A história dos Betencourt Perestrelo de Vasconcelos, como a de todas as famílias, perde-se na noite dos tempos. Disse Almada Negreiros que «nós todos, inclusive os expostos, temos as nossas árvores genealógicas do mesmo tamanho»⁵⁷; com paixão de criativo pela infinita variedade da Criação, intuiu que a diferença entre essas “árvores” está no mistério da origem e do destino de famílias e indivíduos – porque estes vivendo escrevem a história, geram “ramos” e “troncos”, “árvores” sempre mais frondosas e novas “árvores”:

«lá no tamanho das árvores somos todos iguais. Mas é precisamente nas árvores que está a nossa diferença. Vê-se perfeitamente que a cada uma aconteceu qualquer coisa que não se passou com mais ninguém. E aconteceu-nos antes ainda de nós termos nascido. É a árvore genealógica, o mistério que se espelha só em cada um de nós! O verdadeiro mistério humano que ultrapassa a sociedade, a ciência, que respira apenas ar de Arte e de Religião!»⁵⁸.

Nesse mistério que compõe a substância da História, a densidade do tempo que passa, reside o interesse da Genealogia: perante o rol inumerável dos seus maiores, cada pessoa descobre-se a si mesma como passado e como potencial – olhando para o passado familiar, pode escolher o(s) antepassado(s) que quer seguir, e o ascendente que quer ser para as gerações futuras. Enquanto modo de registo e organização de factos passados, o estudo da origem e da filiação das famílias atrai curiosidade generalizada, porque o mapa das ligações biológicas entre indivíduos e gerações não só mostra caminho(s) percorrido(s) cujo rumo – orientação última, destino final – descobre ao situá-los num panorama amplo, como promove a socialização, alimentando a autoconsciência e o sentido de responsabilidade. Nesta medida, toda a investigação genealógica, necessariamente limitada, nunca é fútil. Por outro lado, não há dúvida que a diferença entre árvores genealógicas está precisamente no grau de «perceção genealógica do real»⁵⁹ de cada família e seus membros:

«a Genealogia nasceu, primeiro oral e depois escrita, quando a Família quis-se outra: também “memória comum” de lugares, edifícios, pessoas, factos e distinções, então pacientemente registados, por vezes documentados, para as gerações que haviam de vir, de modo a permitir o “reconhecimento” dos diversos indivíduos que, síncronica e diacronicamente, se poderiam considerar “parentes”, porque conscientes de um passado comum e portadores

⁵⁷ In *Nome de Guerra*, vol. II, cit. por SERVIÇO EDUCATIVO DO ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, 2006, *Genealogia e História da Família: caderno pedagógico*, p. [1].

⁵⁸ In *Nome de Guerra*, vol. II, cit. por SERVIÇO EDUCATIVO DO ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, 2006, *Genealogia e História da Família: caderno pedagógico*, p. [1].

⁵⁹ ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, p. 261.

de uma simbologia que se desejava perpetuar. E construiu-se assim uma teia ideológica, hierarquizada, supostamente sobreposta e abrangente»⁶⁰.

1.3.1. O Universo de Parentescos dos Perestrelos segundo o *Nobiliário de Bettencourt Perestrela*

«Bartolomeu Perestrela plantou uma árvore genealógica que se fez bem madeirense, confundindo com as outras as suas ramadas»⁶¹: o *Nobiliário de Bettencourt Perestrela* dá uma ideia da multidão de ascendentes e ligações desta família a outras linhagens, tanto insulares como continentais e estrangeiras, desde tempos remotos, apresentando⁶² árvores da ascendência de Paulo Freire de Noronha, filho do 7.º capitão do Porto Santo e de D. Luísa Agostinha de Noronha, e de seu filho António de Bettencourt Perestrela (fls. 64-162), inserindo-os na geração, nomeadamente, de: D. Fernando, 2.º duque de Bragança; do conde D. Pedro de Meneses, 1.º (ou 2.º?) marquês de Vila Real; D. Álvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto; D. Afonso, conde de Gijón e Noronhas nas Astúrias e sua mulher D. Isabel de Portugal, filha bastarda do rei D. Fernando de Portugal; D. Pedro de Meneses, conde de Viana; D. Afonso, filho natural do rei D. João I de Portugal e D. Beatriz Pereira; Gil Vaz da Cunha e Isabel Pereira, filha de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Crato, e irmã de D. Nuno Álvares Pereira; Filipe Perestrela, senhor de Palencia, que veio trazer a Portugal a rainha Santa Isabel; João Gonçalves Zarco e sua mulher, D. Constança Rodrigues de Almeida e Sá; D. Álvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto; João Rodrigues Calaça e D. Ana Ferreira de Castro e Meneses, a viúva do Campo, que pessoas de autoridade diziam ter vindo «furtada ou fugida» para a ilha do Porto Santo onde «se tratava com toda a ostentação», sendo filha de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, senhor de Montemor o Velho, Aveiro e outras terras, filho bastardo de D. João II de Portugal e D. Ana de Mendonça; D. Joana de Lencastre, marquesa de Fontes; Diogo Vaz Bettencourt e Isabel Afonso; Diogo Bisforte Perestrela e D. Maria da Câmara, Gaspar Homem d'El-Rei e Filipa da Câmara; Diogo Bettencourt Favila e D. Joana de Abreu; Fernão Favila de Vasconcelos e D. Francisca de Bettencourt, Álvaro Vaz e D. Maria de Bettencourt, D. Maria de Sousa e seu marido D. Carlos José de Ligne, filho do príncipe de Ligne, senescal do Hainaut (inclui árvores da ascendência de D. Catarina de Moura e seu marido Manuel de Andrade Catanho, a fls. 103-104, bem como de D. Ângela de Sousa e Aragão e seu marido Paulo Freire de Noronha, a fls. 105-106); resumo da sucessão na donataria do Porto Santo, extraída da carta

⁶⁰ MELLO, s.d., «Memória genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras», p. 2.

⁶¹ CLODE, 1952, *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira*, p. 252.

⁶² ABM, Família Bettencourt Perestrela de Vasconcelos (FBPV), lv. 3.

de confirmação da mercê feita da capitania e governo do Porto Santo a Diogo de Bettencourt Perestrelo; árvores da descendência da Viúva do Campo, Ana Ferreira de Castro e Menezes (fls. 163-166); árvore da descendência de Diogo Soares Perestrelo, governador do Porto Santo, filho mais velho de Garcia Perestrelo, e sua mulher D. Joana de Castro, filha da Viúva do Campo e de João Rodrigues Calaça (fl. 168); árvore da descendência do juiz dos órfãos da vila da Calheta, Gaspar Homem d'El-Rei casado com Filipa da Câmara, filha de Pedro Moniz (fls. 169-170); árvore da descendência de Diogo Bisforte Perestrelo e sua mulher D. Maria da Câmara (fls. 171-172); árvore da descendência de Manuel de Florença e Abreu e Maria Pereira (fl. 174); árvores da descendência de João França e Inês Pires, filha de João Drumond (fls. 175-178); árvore da descendência de Isabel Afonso de Azevedo e Francisco Homem de Gouveia (fls. 179-180); árvores da descendência de António Dias Flamengo e Catarina Gomes, e de Manuel Florença e Abreu e Maria Pereira (fl. 181); "Árvore dos Lomelinos" (fls. 182-184); ascendência de Pedro Nicolau Bettencourt de Freitas, juiz dos resíduos (fls. 185-186); notícia histórica sobre João Esmeraldo, as partilhas entre seus filhos e o morgado do Vale da Bica (fls. 187-191); árvore da descendência de João Esmeraldo, instituidor dos morgados (fl. 192); árvore da descendência de Henrique Fernandes Barros e Clara Luís Maciel (fl. 193).

1.3.2. Um caso de Sucesso da Estratégia Matrimonial dos Perestrelos: A União de D. Francisca da Câmara Perestrelo e de Vitoriano de Betencourt de Vasconcelos (22-11-1617)

A *Árvore da ascendência de José António Betencourt Perestrelo de Vasconcelos Júnior*⁶³ que consta do arquivo familiar ilustra a sua ligação a outra família de povoadores do arquipélago, os Favilas, através de Vitoriano de Betencourt de Vasconcelos: este neto de Fernão Favila de Vasconcelos o Velho, 1.º morgado dos Piornais, casou com D. Francisca da Câmara Perestrelo, herdeira do capitão Diogo de Perestrelo Bisforte – «por cujo casamento entrou o governo e donataria n'esta casa d'os Favillas, por mercê feita a seu filho Diogo de Bettencourt Perestrello»⁶⁴. Esta aliança matrimonial relevantíssima para os Perestrelos foi contraída «em casa do pai da noiva e à noite em 1617.11.22», sendo «testemunhas Manuel Dias de Andrade e Fernão Favilla de

⁶³ ABM, FBPV, cx. 3-49. Verifica-se um lapso neste quadro, cujo autor confunde Francisco Betencourt Perestrelo, filho do 2.º morgado Betencourt Perestrelo e sua mulher Cecília Maria de Moura e Vasconcelos, marido de Inácia Antónia Seixas Sotomaior, com seu sobrinho-neto, o 4.º morgado Francisco Betencourt e Vasconcelos, casado com Francisca Agostinha de França Doria.

⁶⁴ NORONHA, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, p. 452.

Vasconcellos (ARM, RP, S. Pedro, L.º # 119, fl. 27v.º)»⁶⁵. Em razão do enlace e atendendo aos seus méritos, Vitoriano, que foi vereador e guarda-mor da saúde na câmara do Funchal, obteve a capitania e governo do Porto Santo com remuneração idêntica à dos anteriores capitães:

«avendo respeito a Vitoriano de bitancor de Vascomçelos estar cazado com dona francisca Soares filha mais velha De Dioguo Taveira Perestrello Vltimo capitão e Donatario que foi da Ilha do porto sancto, e por seu falecimento auer feito Merce desta capitania a Dona francisca soares pera a pessoa que cazasse Com ela sendo benemerita e de meu Comtento, e ComCorrerem estas comdisões na pessoa do dito Vitoriano de Bitancor de Vascomçelos seu marido por fiar da imformação que delle tenho que [em] [ho] que o emcarregar me seruiria bem desejando [tamb]em de Comservar a memoria dos primeiros [pouoa]dores, e descubridores desta jlha de que descende Dona francisca Soares, sua mulher e os [merecim]entos que por esta Via se Reprezemtão nella Tendo a tudo Comçideração e ao que Sobre esta matéria ap[resem]tou o procurador De minha Coroa / Hej por bem e me praz de fazer Merçe ao dito Vitoriano de bitancor [d]e Vascomcelos da capitania e governo da jlha do porto sancto assim e da maneira que a tiverão os capitães e gouernadores seus antecessores e lhe pertencer per suas doações com os ordenados com que a seruirão os outros donatarios que antes delle forão de que me fara pleito e omenagem na forma da ordenaçam e Custume destes Reinos»⁶⁶.

Vitoriano de Betencourt logo pediu «lhe mandace passar Carta na Comformidade do dito alvará»⁶⁷, sendo-lhe deferido, «visto seu Requerimento e o dito alvará [...] e as doações de seus antecessores atras tresladadas e a Reposta que em Rezão disso deu o doctor thome pinheiro da veigua do meu Comselho e procurador de minha Coroa e carta da jurisdição que no fim de cada hua se relata que a de uzar Na dita ilha»⁶⁸: foi-lhe concedida «a capitania e governo da dita jlha do porto santo assim e da maneira que a tiuerão os capitães e governadores que forão da dita jlha e [...] Com os mesmos ordenados proes e percalsos que lhe diretamente pertencerem», com ordem para tomar posse tendo «primeiro feito della pleito e omenagem» em mãos do soberano⁶⁹.

⁶⁵ MELLO, s.d., «Memória genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras», p. 169.

⁶⁶ Teor do alvará régio mandado tresladar em carta em 24-01-1653 a pedido de Diogo Betencourt Perestrello, por onde consta ser nomeado Vitoriano de Bettencourt e Vasconcelos capitão e governador da ilha do Porto Santo, in *Registo da carta de confirmação e mercê feita a Diogo de Bettencourt Perestrello de capitão mór e governador da ilha do Porto Santo*, Funchal, 14-12-1654 (Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (PJRFF), Registo Geral da Fazenda e Contos (RGFC), lv. 965-A, fls. 112v.º-113).

⁶⁷ Teor da carta régia mandando dar a Vitoriano de Betencourt de Vasconcelos a posse da capitania em conformidade com o alvará de nomeação, in *Registo da carta de confirmação e mercê feita a Diogo de Bettencourt Perestrello de capitão mór e governador da ilha do Porto Santo*, Funchal, 14-12-1654 (ANTT, PJRFF, RGFC, lv. 965-A, fl. 118v.º).

⁶⁸ ANTT, PJRFF, RGFC, lv. 965-A, fls. 118v.º-119.

⁶⁹ ANTT, PJRFF, RGFC, lv. 965-A, fl. 119.

Um autor contemporâneo, João José de Sousa, questiona a conceção linhagística de Henrique Henriques de Noronha e do autor do *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, no seu comentário à «quebra de varonia representada por D. Francisca Perestrelo» na sucessão da capitania do Porto Santo: «Não é, portanto exacto afirmar-se que a capitania “entrou” noutra apelido, no caso, Favilas, pelo casamento de D. Francisca Perestrelo com Vitoriano Bettencourt de Vasconcelos Favila. Não era o chefe da linhagem Favila e só desempenhou o cargo provisoriamente»⁷⁰; ora os documentos régios citados, o facto de que Vitoriano exerceu vitaliciamente o cargo, continuando a ocupá-lo mesmo depois da morte de sua mulher⁷¹, não abonam a favor da tese de que «ao capitão Diogo Perestrelo Bisforte sucedeu uma espécie de “interregno” assegurado pelo genro Vitoriano», que exerceu essas funções «provisoriamente» e «pode, assim, ser considerado um “regente” da capitania e não capitão efetivo»⁷².

A união de Vitoriano e D. Francisca assegurou aos Perestrelos a continuidade na posse da capitania: o seu único filho, Diogo Betencourt Perestrelo, sucedeu na capitania e foi tronco de uma geração de Perestrelos Favilas que inclui, entre outros, os subsequentes capitães do Porto Santo e morgados dos Reis Magos (Estreito da Calheta), os morgados Betencourt Perestrelo de Vasconcelos, e ainda os Perestrelos da Câmara, procedentes do enlace da morgada D. Ana Angélica Betencourt Perestrelo da Câmara Homem de Gouveia – descendente de D. Francisca –, com seu primo Gregório Francisco Perestrelo e Câmara – descendente de Gaspar Perestrelo, irmão da dita D. Francisca. Este teria perdido a capitania por emigrar para a Índia com seu irmão Nuno, «por matarem na vila da Calheta a um Pero Velho»⁷³; mas Betencourt Perestrelo narra uma versão diferente desse sangrento episódio, atribuindo a morte de Pedro Velho aos irmãos de Gaspar, Belchior e Baltasar. Àcerca dos outros filhos de Diogo Perestrelo Bisforte, diz que «seu filho Manoel Suares mais uelho que andaua p[ara] [ca]zar na Cidade do funchal, e faleceo [...] O segundo filho Gaspar Perestrello faleceo no estreito da Calleta e foj emterrado na Capella dos reis faleceo de idade de 25 anos»⁷⁴.

⁷⁰ SOUSA, s.d., *Uma árvore de costados dos Perestrelos portugueses: os capitães do Porto Santo*, p. 16.

⁷¹ «Victoriano de Bettencourt e Vasconcellos, filho 2.º de Diogo de Bettencourt Favella, morreu/ em Maio de 1653./ Casou em 22 de Novembro de 1617 com D. Francisca d’a Câmara Perestrello filha Herdeira de Diogo Perestrello Bisforte, Capitão Donatário d’a Ilha do Porto Sancto, e de D. Maria/ d’a Câmara, em titulo de Perestrellos [...] a qual morreu em Março de 1650» (NORONHA, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, p. 276).

⁷² SOUSA, s.d., *Uma árvore de costados dos Perestrelos portugueses: os capitães do Porto Santo*, p. 16.

⁷³ NORONHA, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, p. 452.

⁷⁴ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo* vol. I, ABM, FBPV, lv. 3, fl. 61.

Noronha e Betencourt Perestrelo concordam em que Gaspar Perestrelo teve um filho ilegítimo, Vicente de Noronha, que casou com D. Branca de Carvalho⁷⁵ e teve geração.

A exemplo de seus pais, Diogo Bettencourt Perestrelo contraiu um casamento decisivo para a sucessão dos Perestrelos na capitania: o anónimo comentador seiscen-tista da crónica de Jerónimo Dias Leite diz que ele

«casou em Lisboa com a Snr^a Dona Luiza Agustinha de Noronha, filha de Manoel Freyre de Noronha, e da Snr^a Dona Clara de Noronha, que ainda hoje em dia viue na Calheta. Ser esta Snr^a Dona Clara de Noronha Prima da Snr^a Dona Mariana de Noronha mulher do Secretario das Merces Gaspar de Faria Severim, foi obrado para El Rei Dom João o 4.^o metter na sucessão da Capitania do Porto Santo a Diogo de Bitancur Perestrello, e a favor do casamento com Dona Luiza»⁷⁶.

Este bem-fadado varão

«foy senhor do morgado dos reis magos foy setimo Donatario do Porto Santo fidalgo caualheiro por Aluara de 12 de setembro de 1654 caualheiro professo na ordem de christo por merce de 27 de julho de 1656 tumou pleito e homenagem nas mãos do soberano em 28 de março de 1654 foy recebido na freguezia de santa crus do castello da cidade de lisboa em 21 de Março de 1652 Com Pedro Sanches Farinha Escriuam do Paso com procuração de D. Luiza de Noronha que se achaua recolhida no mesmo Castello filha de Manoel Freire de Noronha e de D. Clara de Souza; neta paterna de Paullo Freire e de D. Anna de Noronha; materna de Francisco Aranha e de D. Clara de Souza»⁷⁷.

A noiva, nascida em setembro de 1635,

«entrou no Castello por prouizão de 3 de Feuereiro de de 1650 [...] foy irmã de Paullo Freire de Noronha cappitam de courasas governador de Sam Thomé Fidalgo Caualeiro Com dous mil reis de moradia caualeiro profeso na ordem de christo», que «abilitou sua pesoa no tribunal da meza da Conciencia na forma dos definitórios no anno de 1659 e se lhe passou carta para tomar o abito em 20 de Feuereiro de 1660 nacendo em janeiro de 1630»⁷⁸.

⁷⁵ ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 1045. fls. 112v.^o-113 (cit. por MELLO, s.d., «Memória genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras», p. 20).

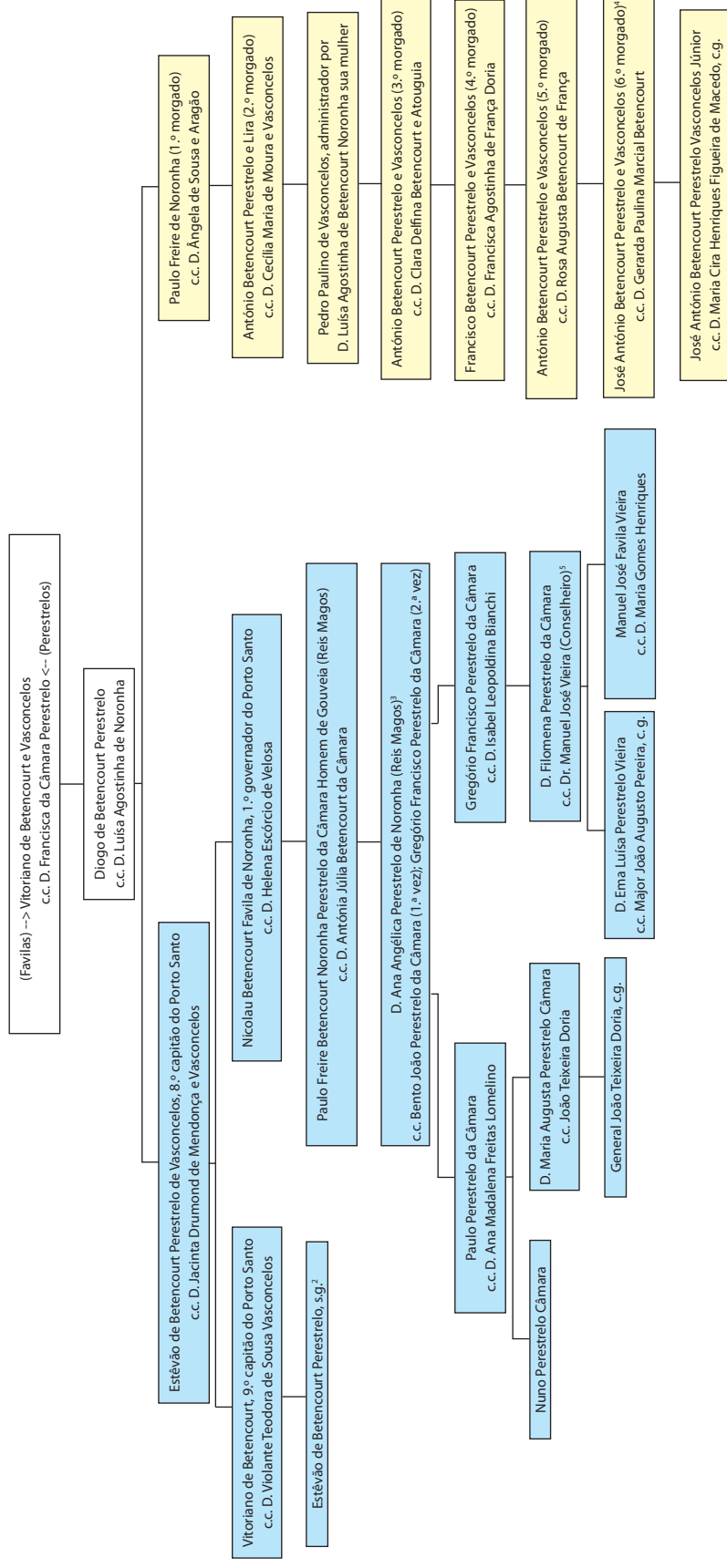
⁷⁶ LEITE, 1947, *Descobrimto da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, p. 115.

⁷⁷ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fl. 69v.^o.

⁷⁸ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fl. 69v.^o.

Os Betencourt Perestrelo de Vasconcelos: Uma Família e o seu Arquivo

Quadro Genealógico n.º 1 – Duas Linhas de Perestrelos Favilas: Os Capitães do Porto Santo, Morgados dos Reis Magos □, e os Morgados Betencourt Perestrelo de Vasconcelos □, Administradores do Vínculo Instituído pelo 7.º Capitão, Diogo de Betencourt Perestrelo, no filho ou filha mais merecedor⁷⁹



⁷⁹ Eram também administradores das capelas de Manuel Florença, o Velho, D. Maria da Estrela, Dr. Cristóvão de Lira e Sousa (mestre-escola da Sé) e D. Joana Maria.

⁸⁰ Passou o morgado dos Reis Magos, no Estreito da Calheta, aos filhos de seu tio Nicolau Betencourt Favila, e a capitania à Coroa. Finda aqui a linha dos capitães.

⁸¹ Última morgada dos Reis Magos, pois faleceu em 11-01-1888 (cf. ABM, Judiciais, cx. 31 26-2), após a abolição dos morgadios pela lei de 19-05-1863.

⁸² Último administrador da 3.ª do 7.º capitão do Porto Santo em que sucedeu por morte de seu pai (1859); por sua vez, faleceu em 1916, muito depois da lei de 19-05-1863 que aboliu os vínculos.

⁸³ Herdeiro universal do 8.º e último morgado dos Piornais, António João da Silva Betencourt Favila, com obrigação de adicionar ao nome do filho varão que lhe nascesse o de Favila.

1.3.3. Algumas Figuras e Parentescos em Destaque na Descendência de Bartolomeu Perestrelo nos Séculos XX e XXI

Também na época contemporânea e focando apenas uma pequena parte da descendência de Bartolomeu Perestrelo, observam-se alguns factos dignos de nota. O genealogista Luiz Peter Clode, contemporâneo de José António Betencourt Perestrelo de Vasconcelos Júnior (1887-1957), último membro desta família constante do respetivo arquivo, constatou:

«A varonia dos Perestrelos extinguiu-se no século XIX. Com uma ou mais quebras de varonia, são muitas as linhas atuais de descendência do primeiro Bartolomeu Perestrelo. Por linha feminina, pertenciam a esta família o Capitão Jorge Perestrelo de Velosa Camacho, casado com D. Ermelinda Leite Monteiro Camacho, c.g., e o Dr. Mário Perestrelo do Nascimento; e, actualmente, são seus membros, entre outros: Dr. Fernão Henriques Perestrelo Favila Vieira, casado com D. Dulce Homem de Gouveia Favila Vieira, c.g.; Dr. Alvaro Henriques Perestrelo Favila Vieira, casado com D. Maria Carolina Bianchi Henriques Favila Vieira, c.g.; D. Ema Luiza Perestrelo Vieira Pereira, viuva do capitão João Augusto Pereira, c.g.; D. Berta Luiza Perestrelo Vieira Pereira da Silva, casada com o Dr. Ângelo Augusto da Silva, c.g.; D. Beatriz Filomena Vieira Pereira de Sousa, casada com o Dr. Manuel Cristiano de Sousa, c.g.; D. Fernanda Favila Vieira Figueira, casada com o Dr. Gastão Carlos de Deus Figueira, c.g.; D. Maria Manuela Favila Vieira Santa Clara Gomes, casada com Miguel Santa Clara Gomes, c.g.; D. Maria do Pilar Mimoso Aragão Figueira de Freitas, casada com o Dr. João Figueira de Freitas, c.g.; D. Teresa Mimoso Aragão Klut Henriques, casada com João Klut Henriques, c.g.; D. Maria Vera de Bettencourt Azevedo; Salomão da Veiga França, casado com D. Ariete Figueira Ferraz Veiga França, c.g.; D. Eugénia Perestrelo de Freitas Bettencourt; Dr. Luiz de Sousa e Vasconcelos, casado com D. Adelina Patena»⁸⁴.

De notar que, entre os mencionados por Luiz Peter Clode, estão: Fernão Henriques Perestrelo Favila Vieira, advogado, simpatizante do Integralismo Lusitano, foi vice-presidente da comissão distrital do Funchal da União Nacional e delegado-organizador do Movimento Nacional-Sindicalista na Madeira, integrou e chefiou movimentos políticos e campanhas jornalísticas inspirados nos ideais da Revolução de 18 de maio de 1926; Álvaro Henriques Perestrelo Favila Vieira, também advogado, foi governador civil substituto (1930-1934) e deputado à Assembleia Nacional na I, II, III e IV Legislaturas; Berta Luísa Perestrelo Vieira Pereira da Silva, cuja morte foi objeto de um voto de pesar aprovado por unanimidade em sessão plenária de 6 de fevereiro de 1979, fundou com a colaboração de amigas generosas o “Abrigo de Nossa Senhora de Fátima” – esta obra acarinhada pelo bispo do Funchal D. António Manuel Pereira Ribeiro tinha por objetivos divulgar a Mensagem de Fátima e acolher raparigas

⁸⁴ CLODE, 1952, *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira*, pp. 252-253.

desvalidas, e passou de associação a fundação em virtude do decreto-lei n.º 119/83 e do decreto regulamentar regional n.º 3/84/M aplicando à Madeira o Estatuto das IPSS.

Filho mais velho de Fernão Henriques Perestrelo Favila Vieira e Dulce Homem de Gouveia Favila Vieira, Fernão Manuel Homem de Gouveia Favila Vieira foi embaixador de Portugal em Havana (1989-1993) e em Praga (1993-1995); na sua longa carreira de diplomata, um dos postos mais espinhosos e não obstante mais bem-sucedidos foi em Luanda. Chegou a Angola «em 1979, no rescaldo da independência, e, durante três anos, a sua missão de cônsul-geral consistiu mormente em assistir os presos portugueses, muitos sem culpa formada e torturados. Em 1982, foi por isso agraciado pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique»⁸⁵. Seu irmão Francisco Manuel Homem de Gouveia Favila Vieira, engenheiro civil, trabalhou «para a Direção-Geral da Aeronáutica Civil (DGAC), na Brigada de Aeródromos das Províncias Ultramarinas e no quadro técnico da respetiva Direção do Serviço de Obras», participando em estudos e projetos bem como na fiscalização da construção dos aeroportos de Lisboa, S. Miguel (Açores), Praia, S. Vicente, Maio e Boa Vista (Cabo Verde).«O seu desempenho na fiscalização da construção do primeiro aeroporto do Funchal, em 1964, levou a DGAC a propor a condecoração que então lhe foi atribuída pela Presidência da República Portuguesa: o grau de Oficial da Ordem do Infante D. Henrique»⁸⁶.

Maria Luísa de Betencourt Perestrelo Peramés, descendente direta do último morgado Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos, partilha a ligação ao fundador dos Perestrelos insulares com todos os acima referidos e seus descendentes, entre os quais a autora destas linhas; além desta, dois outros arquivistas do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira – Paula Cristina Freitas Gonçalves e João Nuno Perestrelo Alencastre Gonçalves Freitas – são descendentes do primeiro capitão do Porto Santo; igualmente descendente de Bartolomeu Perestrelo é o atual comandante da Zona Militar da Madeira, Major-General Carlos Perestrelo.

Quanto mais recuados os limites temporais do universo de parentes considerado, melhor se observa a repetição de enlaces entre famílias, e os Perestrelos não fogem à regra. Sem precisar em qual dos dois ramos de Perestrelos continentais descendentes do irmão de Bartolomeu Perestrelo, Rafael (morgados da Ermigeira e morgados da Quinta do Hespagnol), entroncavam os proprietários da Casa da Cioga do Monte em Trouxemil (Coimbra), Gabriele Reina menciona o vetusto brasão partido de Cunhas e Perestrelos encimando o imponente portão dessa Casa:

⁸⁵ VIEIRA, 2016, «Vieira, Fernão Manuel Homem de Gouveia Favila».

⁸⁶ CARMONA, 2016, «Vieira, Francisco Manuel Homem de Gouveia Favila».

«Esta splendida dimora era un morgadio (fedecomesso) ch'è entrò in casa Perestrello in seguito al matrimonio di Francisco Vaz Perestrello, cavaliere dell'Ordine di Cristo, com Catharina Marques de Paiva, prima signora del Morgado di Santo Antonio de Cioga do Monte. (J. Pereira de Sampaio Forjaz Serpa Pimentel, *Noticias biographicas*, 1889, pp. 336-339)»⁸⁷.

Acrescenta, adiante:

«la parentela fra i Vaz, Cunha e Perestrello risale ai tempi di Jeronima Perestrello, da cui Luisa Perestrello, sposata com Francisco Vaz da Cunha, signore del Palazzo de Sub-Ripas a Coimbra nella prima metà dell XVII secolo. Questi era figlio di Francisco Vaz di Coimbra e di Catarina da Cunha, originaria di Obidos (v. M. da Silva Gaio, *Subripas*, in *Arquivo Coimbrão*, VII, 1943)»⁸⁸.

Com séculos e o mar de permeio, o matrimónio da autora destas linhas, a 13 de abril de 1990, com João Carlos Fino Igrejas da Cunha Paredes, atualiza a aliança de Cunhas com Perestrellos (da Madeira, desta feita).

1.4. História dos Morgados Bettencourt Perestrello de Vasconcelos

1.4.1. Instituição do Morgadio

A história dos morgados Bettencourt Perestrello de Vasconcelos tem origem no testamento de Diogo de Bettencourt Perestrello, feito, aprovado e aberto em 1680. Nele, este 7.º capitão instituiu vínculo na terça de seus bens, ficando primeiro a dita terça a sua mulher «para que a pesua e disfrute em sua vida somente»⁸⁹ e, por morte dela,

«a meus dous filhos Dona Bernardina e Paulo Freire a qual partirão pelo meio igoalmente, e dahi por diante nunca mais será partida nem dividida vendida nem alheada ate o fim do Mundo e a cada hum dos dittos meus filhos deixo a metade da ditto Terça com penção de cinco Missas rezadas em cada hum anno para sempre e, e dahi em diante poderão os dittos meus filhos [...] nomearem cada hum delles no filho que mais merecimentos lhe tiverem e

⁸⁷ REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importante testimonianze artistiche».

⁸⁸ REINA, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importante testimonianze artistiche».

⁸⁹ *Pública-forma de traslado em pública-forma datado de 1681-05-29, do testamento do governador e capitão-general da ilha do Porto Santo, Diogo Bettencourt Perestrello, feito e aprovado a 16 de Fevereiro de 1680, e aberto a 17 do mesmo mês e ano, extraído em pública-forma do próprio original incorporado nos autos de inventário dados pela mulher do defunto, D. Luísa Agostinha de Noronha, e apresentado pelo morgado Tristão Joaquim Bettencourt da Câmara, solicitante do traslado e 4.º neto dos referidos Diogo Bettencourt Perestrello e D. Luísa Agostinha de Noronha*, de 1814-03-09, in [Documentos do morgado Tristão Joaquim Bettencourt da Câmara, 4.º neto do governador e capitão general do Porto Santo Diogo Bettencourt Perestrello e de sua mulher D. Luísa Agostinha de Noronha], ABM, FBPV, lv. 5, pp. 1-25; outro traslado, de leitura mais dificultosa, deste testamento que institui o vínculo, encontra-se no importante livro das *Sentenças que alcançou Pedro Paulino de Vasconcellos Como Cabeza de sua mulher Donna Luiza Agostinha de Noronha Betencourt sobre a 3ª que Instetuhio Diogo Bettencourt Perestrello Governador e Cappitam Donatario* (ABM, FBPV, lv. 4).

Ihe forem mais obedientes, de sorte que nunca se attenderá a maioria senão ao que mais merecimento e obediente Ihe for ao Paj ou Maj»⁹⁰.

Diogo de Bettencourt Perestrelo toma medidas para acautelar que se cumpra o seu intento:

«que nunca a ditto Terça seja tomada para pagamento de Dividas nem por outra alguma couza porque de já para então a hei por vinculada para sempre», e que «sendo cazo que algum dos dittos meus filhos primeiros nomeados falessa algum delles sem herdeiro em tal cazo ficará a sua ametade ao que vivo ficar; e falecendo ambos ou algum delles tendo filhos sem nomear, eu desde logo nomeio para a sucessão da dita Terça aquelle que mais merecimentos tiverem [sic] e for mais obediente a seu Pai e a sua Mai sem haver maioria senão merecimentos»⁹¹.

«Homem muito discreto, e muito lido, e muito bemfeitor, e primoroso»⁹², como escreveu em 1686 o comentador anónimo da crónica de Jerónimo Dias Leite, o 7.º capitão do Porto Santo quis um funeral compatível com o seu estatuto:

«meu Corpo será sepultado na Capella Mor da Igreja Matriz desta Ilha do Porto Santo na Sepultura que nella tenho com todo o aparato como Cavaleiro Professo que sou da hordem de Christo. Pesso ao Senhor Provedor e mais Jrmãos da Santa Caza da Misericórdia desta Ilha me acompanhem com a bandeira da Jrmandade e Sua pompa como Jrmão e provedor que fui da ditto Caza // Acompanhar-me há o Reverendo Cabido desta Ilha e todos os mais Clerigos extravagantes que se acharem no tempo de meu falecimento, e Religiosos e a cada hum delles se dará a esmola costumada. Acompanhar me hão todas as cruces que há de todas as confrarias desta Ilha e se dará a cada huma dellas a esmola costumada»⁹³.

Depois do falecimento de sua mãe, que «morreo com testamento aprovado em julho 1706»⁹⁴, e como sua irmã D. Bernardina «morreo solteira»⁹⁵, Paulo Freire de Noronha, fidalgo-cavaleiro e sargento-mor do Porto Santo, foi o beneficiário das disposições de seu pai e o primeiro de sete morgados que administraram o património por ele alocado à sustentação do ramo familiar encarregado de corporizar uma tradição de obediência filial exemplar.

1.4.2. Notícias Biográficas dos Morgados e suas Consortes

O espólio subsistente deste arquivo é ainda importante e variado, de modo que conserva vestígios da vivência quotidiana dos sucessivos administradores da terça

⁹⁰ ABM, FBPV, lv. 5, pp. 16 e 17.

⁹¹ ABM, FBPV, lv. 5, pp. 17-18.

⁹² LEITE, 1947, *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, p. 115, nota 21.

⁹³ ABM, FBPV, lv. 5, pp. 4-5.

⁹⁴ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fl. 69v.º.

⁹⁵ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fl. 69v.º.

de Diogo Betencourt Perestrelo, permitindo documentar momentos da sua intimidade familiar e da sua labuta para conservar e incrementar as propriedades deste e dos outros vínculos que administravam – o de Manuel de Florença o Velho e o de D. Maria da Estrela, as capelas do doutor Cristóvão de Lira e Sousa, mestre-escola da Sé, e de D. Joana Maria. Assim, e também com recurso abundante ao *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*⁹⁶ e a livros paroquiais conservados no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, foi possível elaborar as sínteses biográficas que se seguem.

1.4.2.1. Morgado Paulo Freire de Noronha (1669-1712) e Ângela de Sousa e Aragão (1660-?)

Paulo Freire de Noronha, filho de Diogo de Betencourt Perestrelo e de D. Luísa Agostinha de Noronha, nasceu em 16-11-1669 no Porto Santo, sendo o quinto de sete irmãos: precederam-no Estêvão de Bettencourt de Perestrelo e Vasconcelos, Vitoriano de Betencourt e Vasconcelos, Diogo de Betencourt (s.g.), Manuel da Câmara Bettencourt (s.g); depois dele nasceram D. Clara Maria do Desterro, freira em Santa Clara, e D. Bernardina, solteira. Paulo Freire era neto paterno de Vitoriano de Betencourt e Vasconcelos e D. Francisca Soares de Albergaria, como é designada no *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, (ou D. Francisca da Câmara Perestrelo, como lhe chama Henrique Henriques de Noronha), filha herdeira do capitão do Porto Santo Diogo de Betencourt Perestrelo Bisforte e de sua mulher D. Maria da Câmara; era neto materno de Manuel Freire de Noronha e de D. Clara de Sousa «“dama d’o Paço” em título de Caldeirões de Portugal»⁹⁷.

Fidalgo cavaleiro por alvará de 12-01-1700, Paulo Freire de Noronha foi sargento-mor do Porto Santo.

Casou na vila da Calheta em 05-06-1689 com Ângela de Sousa e Aragão, irmã do mestre-escola da Sé do Funchal Cristóvão de Lira e Sousa, comissário do Santo Ofício. D. Ângela era filha de Gaspar de Sousa de Lira e de sua mulher Maria do Ó; neta paterna de Pedro Fernandes de Sousa e de sua mulher Ângela Agostinha; neta materna de Manuel Dias de Lira e de sua mulher Mécia Rodrigues do Canto. Fora batizada a 20-1-1660 na Calheta, sendo padrinho o capitão José de Lira e Aragão e madrinha Inês Chaves. Em 5-5-1689, a tia da noiva D. Maria da Estrela fez testamento⁹⁸

⁹⁶ «Título 47 de Favillas», in *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fls. 65-73v.º.

⁹⁷ NORONHA, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, p. 276.

⁹⁸ *Acordo do dote feito a Paulo Freire de Noronha*, ABM, FBPV, cx. 1-2.

a seu favor, dotando-a em previsão do seu casamento. Por ter casado a contento de sua mãe, Paulo Freire de Noronha foi contemplado com a terça que ela herdara de seu marido: em 1689 tomou posse das fazendas do vínculo – a do Engenho e a dos Galegos –, terras de vinha e árvores de fruto no Estreito da Calheta; com a petição solicitando a posse, Paulo Freire apresentou nomeadamente duas cartas, uma de D. Luísa Agostinha congratulando o doutor Cristóvão de Lira e Sousa, pelo casamento de seu filho com a irmã dele, D. Ângela de Lira e Aragão, e outra da dita sua mãe congratulando-o a ele, capitão Paulo Freire, pelo mesmo motivo⁹⁹ – o que bem se compreende, sendo «o Capitão Gaspar de Sousa e Lira, e D. Maria d'Ó e Aragão pessoas de nobre ascendência e muito ricos»¹⁰⁰. Segundo o *Nobiliário de Betencourt Perestrelo*, Paulo Freire de Noronha e sua mulher tiveram: José de Vasconcelos Betencourt; António de Betencourt Perestrelo; D. Clara Agostinha de Santa Rosa, freira em Santa Clara; D. Ângela, que morreu menina.

Este 1.º morgado morreu em outubro de 1712. Deixou sua terça a seu filho António, com pensão de 10 missas.

1.4.2.2. Morgado António Betencourt Perestrelo e Lira (1694-1767) e Cecília Maria de Moura e Vasconcelos (1701-?)

António de Betencourt Perestrelo e Lira, filho mais velho de Paulo Freire de Noronha e de D. Ângela de Sousa e Aragão, sucedeu a seu pai no vínculo de seu avô Diogo de Betencourt Perestrelo. Fidalgo-cavaleiro em 1701, consta como escrivão da ribeira e despachos por saída na Alfândega do Funchal, em 1718.

Nasceu a 05-06-1694 na Calheta, sendo batizado a 8 ou 9¹⁰¹ de julho de 1694. Casou a 8-10-1718 na Calheta com Maria Cecília de Moura e Vasconcelos, filha de Manuel de Andrade Catanho e de Catarina de Moura e Vasconcelos, nascida na Calheta a 24-04-1701 e batizada a 07-05-1701, neta paterna de Inácio Cabral Catanho e sua mulher D. Leonor de Andrade e materna do capitão Brás Mendes de Sousa, familiar do Santo Ofício, e de sua mulher D. Catarina de Moura.

Em 1718, este 2.º morgado requereu ao juiz ordinário da Calheta, o capitão José de Souto de Mendonça, que recebesse os embargos que tinha às posses de umas fazendas no Estreito da Calheta que pertenciam ao morgado dele requerente (fazendas do Engenho e Cruz, das Gibeiras e das terras do Grilo) e de água da Ribeira do Farrobo,

⁹⁹ *Escritura e autos de posse doadas por D. Luísa Agostinha de Noronha a seu filho Paulo Freire de Noronha*, 1688-1689, ABM, FBPV, cx. 1-1.

¹⁰⁰ NORONHA, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, p. 278.

¹⁰¹ O *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, a fl. 72v.º, regista 8 no texto e 9[?] em nota à margem.

que tomara seu irmão José de Vasconcelos Betencourt «com título surretício ou sem elle»¹⁰², tendo o juiz despachado: «vistos estes autos de embargos de terceiro do embargante que recebo, e mando seia restituído a sua posse e desapençada a inquirição, querendo o embargado vista para contrariar os embargos se lhe de ficando a inquirição em segredo»¹⁰³.

Em 1744 compareceu perante o juiz dos resíduos e provedor das capelas Nicolau Betencourt de Freitas como administrador da capela de seu avô Diogo de Betencourt Perestrelo¹⁰⁴; em 1758, consta como capitão numa quitação que está no processo desta capela¹⁰⁵.

António Betencourt Perestrelo e Lira faleceu a 07-02-1767, com testamento feito e aprovado em 28-9-1764 em que indicava como herdeira de sua terça sua filha Luísa, declarando ser este o seu verdadeiro testamento: «por minha letra faço esta dispozição de minha última uontade reuogando todos os testamentos que antes deste haja feitos porque so quero que ezte ualha»¹⁰⁶. A seus filhos – o Doutor Diogo de Betencourt Perestrelo e Paulo Perestrelo de Noronha (que nomeia por seus testamenteiros, juntamente com sua mulher, Cecília Maria de Moura e Vasconcelos), Luísa de Betencourt Noronha mulher de Pedro Paulino de Vasconcelos, Ângela do Céu, religiosa no convento de Santa Clara, Manuel da Câmara de Noronha (então ausente nas Minas), Francisco Betencourt Perestrelo, João Favila Perestrelo Betencourt (estes dois filhos foram soldados¹⁰⁷), Doutor António Betencourt Perestrelo (“Frei Paulo”, religioso em França) – declara: «a todos lanso a benção de Deos e lhe peso e rogo sejão muito amigos»¹⁰⁸, a todos instituindo por herdeiros, deixando a terça de seus bens móveis e de raiz a sua mulher. Declara ser administrador dos bens e vínculo e capela do mestre-escola da Sé Doutor Cristóvão de Lira e Sousa, dos bens

¹⁰² *Embargos de terSejro com que Veio o Capitam Antonio de BitanCurt perestrello as posses que tomou seu jrmam Juzeph de Vasconcelos BitanCurt todos deste termo, 1718-05-06, vila nova da Calheta, morada do juiz ordinário, o capitão José de Souto de Mendonça, in Sentenças que alcansou Pedro Paulino de Vasconcellos Como Cabeça de sua mulher Donna Luiza Agostinha de Noronha Bettencourt sobre a 3ª que Jnstetuho Diogo Bettencourt Perestrelo Governador e Cappitam Donatario da Ilha do Porto Sancto et caetera, ABM, FBPV, lv. 4, fl. 170 v.º.*

¹⁰³ ABM, FBPV, lv. 4, fl. 171.

¹⁰⁴ *[A]uto da contaz que [S]e tomão a Antonio Betancurt Prestello desta Cappella de Diogo Betancurt Prestello governador que foi da Ilha do Porto Santo, in Capella de Diogo Bitancurt Perestrello Governador Donatario da Ilha do Porto Santo, de que ha de dar Conta Jozeph de Vasconcelos Bitancurt filho de Paulo Freire de Noronha Hoje Francisco Bitancor Perestrello e Vasconcellos, ABM, Juízo dos Resíduos e Capelas (JRC), cx. 114, n.º 6, fl. 15.*

¹⁰⁵ ABM, JRC, cx. 114, n.º 6, fl. 31.

¹⁰⁶ ABM, FBPV, lv. 4, fl. 40v.º.

¹⁰⁷ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*, vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fl. 73.

¹⁰⁸ *[Testamento]*, ABM, FBPV, lv. 4, fl. 41v.º.

da tia deste, Joana Maria, «do qual uinculo e capela he diretamente sucesor meu filho o Douthor Diogo de Bittencurt Prestrello»¹⁰⁹. Como administrador dos «bens e vinculo de Morgado de nomeação que fes de sua tersa Diogo de Bittencurt Prestrello meu auou Donatario da Ilha de Porto Santo», cujo testamento invoca, decide:

«pela facultade que me da nomejo a ditta tersa em a minha filha Dona luiza Bittencur [...] de Noronha por nella Concorrerem as partes e Requezitos que declara e recomenda o instetuido [sic] que vem a ser a grande obediência que senpre me teve e a sua Maj tanto no estado de solteira Como na elejção do Cazamento em que me obedeço e a sua Maj Como tambem Conseruando a mesma obediencia e amor depois de cazada»¹¹⁰.

Elenca os bens do vínculo: terras ao pé do Pico do Castelo arrendadas a Vitoriano Perestrela; terras no Estreito da Calheta (fazenda da Terça no lugar dos Galegos com água da Ribeira Funda, fazenda dos Reis no Lombo dos Reis com água da Ribeira do Farrobo, fazenda no Lombo dos Reis no lugar da Cruz chamado o “Engenho”, fazenda das Gilieiras no Lombo dos Castanheiros com água das levadas anexas, fazenda no Lombo de Isabel Sardinha); fazenda do Figueiral, ao pé do Maravador, no Porto Moniz; serrado da Palmeira nos Piornais; serrado na Praia Formosa (para compensar a venda que fizera deste serrado, o anterior administrador, Paulo Freire de Noronha, obrigara-se a comprar a fazenda do Salão e a fazenda de Domingos de Sá no Estreito da Calheta, bem como o tanque de João Ferreira).

Este morgado poderá ser o autor tanto do *Nobiliário de Betencourt Perestrela* como de um manuscrito da Biblioteca Nacional¹¹¹ onde pode ler-se:

«Este Livro foy Composto por Antonio de Betencourt Perestrela de Noronha Fidalgo Cavaleiro da Caza Real morador na Ilha da Madeira, e hum dos principaes fidalgos da Cidade do Funchal que teve a curiozidade de escrever esta progonologia dos seus naturaes E para a fazer com toda a Certeza tomou o trabalho de ver todos os Livros de bauptismo Recebimentos, E obras de todas as freguesias da mesma Ilha, e vindo a Lisboa a negocios da sua Caza, o copiou pela sua mesma Letra, de modo que esta Copia só lhe falta para ser original o haver se escrito primeiro o que fez por querer o seu generozo animo favorecer ou ajudar a minha curiozidade Nelle observou escrever nas costas de cada Arvore a da mulher de cada hum dos varoens de quem se fizeram afim de poder fazer as noticias mais antigas. Em alguãs nam observa o mesmo, como se ve nas advertencias que nellas faz».

Também no *Livro de Árvores das Famílias da Ilha da Madeira Feito no Anno de 1764*¹¹², pode ler-se:

¹⁰⁹ [Testamento], ABM, FBPV, lv. 4, fl. 42v.º.

¹¹⁰ [Testamento], ABM, FBPV, lv. 4, fls. 42v.º-43.

¹¹¹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), reservados, cód. PBA 296.

¹¹² BNP, reservados, cod. 1352.

«As Árvores que se áchão neste Livro são tiradas fielmente dos Nobiliarios que escreveo Henrique Henriques de Noronha, somente das Famillias que pertencem á Ilha da Madeira, e se lhe deve dar inteiro credito, tanto por ser o dito Henrique Henriques, pessoa Ilustre, inteligente, e natural da mesma Ilha, como por escreve los sobre bons fundamentos, vendo os Cartorioz da mesma Ilha, oz livroz dos cazamentos, baptizados, e óbitos, Inventarioz, Brazões, e escripturas, que são oz documentos mais proprios para a clareza destes livros, como em quazi todas as famílias tras sitados; E supposto que algumas vezes se valha tambem de tradição hé só naquelles cazos a que não poude achar outra prova, mais do que a antiga noticia: E seguindo o mesmo estilo, e verdade, António Bettencourt Perestrello Favella, Fidalgo Cavaleiro, natural da mesma Ilha/ devendo=lhos os seos patricios não menor affecto no incançavel trabalho em que tem exercitado a sua curiosidade, que ainda actualmente exercita / uniformemente se veyo conformar nas Arvores que compôs em o Livro que concerva de sua propria Letra, com os ditos Nobiliarios, por onde se formarão as Arvores deste livro, os quais forão autorizados, e tidos por verdadeiroz por Joze Francisco Monterroyo Mascarenhaz, por Diogo Rangel, e por todos os mais Genialogicos que virão os ditoz Livros, de Henrique Henriques; e pelos que hoje há neste Reino, e isto pelos fundamentos expostos. Neste livro se observa escrever nas costas das Arvores a da mulher de cada hum dos Varões a quem se fizeram afim de se poderem fazer as noticiaz mais antigas, e em algumas se não observa o mesmo, mas hé a que imediatamente se segue».

Outro indício da aludida provável autoria é o facto de se encontrarem dentro do vol. II do *Nobiliário de Betencourt Perestrello*, tendo aliás motivado a sua encadernação juntamente com as folhas desta obra, duas cartas dirigidas a “António Betencourt Perestrello”, uma delas datada de 26-08-1746, em que João Henrique de ? indica os nomes de seus avós André de Freitas Drumond e Arcângela Cordeiro de Sampaio, bem como de seus bisavós Manuel de Freitas Drumond e D. Margarida de Teive¹¹³.

1.4.2.3. Pedro Paulino de Vasconcelos (post. 1685-ant. 04-08-1803), administrador do morgadio por cabeça de sua mulher Luísa Agostinha Betencourt Noronha (1719-1809)

Filho de Manuel de Sousa de Vasconcelos e de Teresa Cabral Catanho, que casaram no Arco da Calheta em 1685, e irmão do P.^e Manuel de Sousa e Vasconcelos e de Inácia Cabral de Vasconcelos, Pedro Paulino de Vasconcelos nasceu no Arco da Calheta.

Aí casou com Luísa Agostinha de Noronha, filha do capitão António de Bettencourt Perestrello e Vasconcelos e de Cecília Maria de Moura e Vasconcelos – a furto, pois a noiva estivera ajustada para casar com seu primo Mateus Cabral de Barros e Câmara, filho do capitão comandante Francisco de Barros e Vasconcelos, primo irmão de sua mãe, e fugiu na véspera do dia acertado para se fazerem as escrituras deste casamento e do de seu irmão Diogo com Rosa Maria Cabral da Câmara, filha do

¹¹³ ABM, FBPV, lv. 2, fls. [460]-[461] (num. atual).

referido capitão¹¹⁴. Antes de Luísa Agostinha e Pedro Paulino se receberem, ela esteve hospedada em casa de sua prima Leonor Telo Moniz de Menezes; o casamento realizou-se a 12-11-1744

«na Jrmida de Nossa Senhora do Desterro de Licença do Reverendo Provizor depois de corridos os banhos e sem impedimento algum excepto os impedimentos que sahirão de parentesco de consanguinidade, primeiros esponsaes, e Rapto, que não procederão, como consta da sentença [...] com a data de sete de Novembro, do M[ui]to Reverendo Doutor Provizor o Cónego Manoel Gomes da Silva, e na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituições do Bispado»¹¹⁵.

Pedro Paulino residiu no Arco da Calheta entre 1745 e 1778; entre 1745 e 1761 morava com sua mulher no sítio do Ribeiro do Ledo. Em 1767 era juiz ordinário no Arco da Calheta.

Litigou com seu cunhado Diogo de Bettencourt Perestrello pela posse do vínculo instituído pelo bisavô de sua mulher, litígio que estava pendente em 22 de outubro de 1779, ano em que aparece a prestar contas desta capela¹¹⁶. Foi ratificado na posse das fazendas da dita terça em 1788.

O livro das *Sentenças que alcançou Pedro Paulino de Vasconçellos Como Cabeça de sua mulher Donna Luiza Agostinha de Noronha Bettencourt sobre a 3ª que Instetuhio Diogo Bettencourt Perestrello Governador e Cappitam Donatario da Ilha do Porto Sancto*, que contém o teor das disposições do instituidor a favor de seus filhos Paulo Freire de Noronha e D. Bernardina, bem como das do 1.º administrador da terça dito Paulo Freire de Noronha, e do 2.º administrador capitão António Betencourt Perestrello, atesta a intensidade do confronto dos cunhados. Após uma sentença a favor de Diogo de Betencourt, em 19 de abril de 1773, Pedro Paulino e sua mulher apelaram e obtiveram sentença contrária da Relação em 17 de janeiro de 1775:

«menos bem julgado foi pelo corregedor da Ilha da Madeira em julgar nulla a nomeação feita na Appellante, vistos os auttos, dos quais se mostra, que fazendo se no secullo passado a Jnstiuição do vinculo de que se tracta com a irregular sucessão de se poder nomear o vincullo no filho que fosse mais benemerito, sem atenção à maioria; asim sucederão os Administradores athe ao Pae destas partes, o qual no testamento com que falesceo no anno de mil settecenttos uzando da dita faculdade o nomeou na Appelante sua filha, declarando ter esta as qualidades da Jnstiuição; e supposto que no anno de mil

¹¹⁴ Diogo de Betencourt Perestrello, «bacharel formado em cânones» em Coimbra e D. Rosa Maria casaram em 1745-10-31 na ermida de Nossa Senhora da Nazaré no Arco da Calheta (ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1032, fl. 17v.º).

¹¹⁵ ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1032, fls. 7-7v.º.

¹¹⁶ *Capella de Diogo Bitancurt Perestrello Governador Donatario da Ilha do Porto Santo, de que ha de dar Conta Jozeph de Vasconcelos Bitancurt filho de Paulo Freire de Noronha Hoje Francisco Bitancor Perestrello e Vasconcelos*, ABM, JRC, cx. 114-6, fl. 38.

settecentos sessenta e sette, uzando da dita faculdade o nomeou na Appellante sua filha declarando ter esta as qualidades da Instituição; e supposto que no anno de mil, settecentos, sessenta e noue se oppós o Appellado Com o fundamento de Ser Primogenito, e não ter a Jrmã as qualidades da gratidão que o Pae nomeante expressava, nem a faculdade de nomear se podia verificar em filha, havendo filho, Comtudo não deve ser attendido porquanto, ainda que o Instituidor Se explicou pella palavra = filhos = esta no sentido jurídico não exclue as filhas, e muito menos no sentido do mesmo Instituidor, que chamando logo para Succeder neste Vincullo em partes iguais a hum filho, e hua filha deixados outros filhos; quando fallou com os dous chamados, repetidas vezes se explicou pella mesma palavra = filhos = sem distinção de macho a fêmeas. A instituição expressamente excluía a Primogenitura; e como Se não prova com legalidade que faltassem as qualidades da gratidão, nem seria facil depois da nomeação e asserção do ultimo administrador; não há motivo para se julgar nulla a nomeação, e excluir a Appellante da posse e direito que Se conferio na Appelante depois da Morte do Pay nomeante em tempo que não era Reprovada a Successão irregullar que as Leys novíssimas Só Reprovarão para o futuro, e se mandão observar dahy em diante pelos Successores dos actuais administradores, como se declarou por Assento do Senado. Portanto, e o mais dos auttos Reformão Sua Sentença, e julgão Valida a nomeação para na Successão da nomeada Se continuar a Succeder na Conformidade das Leys novíssimas; e pague o Appellado as custas dos autos»¹¹⁷.

Os desembargadores julgaram a favor de Luísa Agostinha e Pedro Paulino, recusando validar a sentença do corregedor madeirense, apenas concedendo que a sucessão no vínculo daí por diante não se faria mais nos termos do testamento da instituição, mas «na conformidade das leis novíssimas»¹¹⁸. Em vão o Doutor Diogo Betencourt Perestrelo debateu a natureza do vínculo disputado e alegou ser «entre todos os filhos o mais obediente a seu Pay e May e por estta matteria o estimavam mais e fazião delle mayor apreço, porque era bem procedido Sem Ser inclinado âquelles vicios a que porpende a mocidade Sahindo da caza dos dittos Seus Pays para a Universidade de Coimbra por gosto e vontade destes»¹¹⁹, ao passo que sua irmã «antes de cazada deu vários desgostos tanto a Seu Pay como a Sua May com outros cazamentos que pertendia efetuar occultamente e Sem consentimento destes com pessoas que nam erão da cua qualidade»¹²⁰ – pior ainda, que o casamento de D. Luísa Agostinha «não foi por gosto e consentimento de seus pais»¹²¹: o acórdão da

¹¹⁷ *Sentenças que alcansou Pedro Paulino de Vasconcellos Como Cabeza de sua mulher Donna Luiza Agostinha de Noronha Bettencourt sobre a 3ª que Instetuhio Diogo Bettencourt Perestrelo Governador e Cappitam Donatario da Ilha do Porto Sancto*, ABM, FBPV, lv. 4, fls. 141-142v.º.

¹¹⁸ É de crer que se trata da lei de 09-09-1769, que suprimiu os pequenos morgadios, e da lei de 03-08-1770, que remodelou os vínculos existentes e proibiu a instituição de novos morgadios (cf. SILVA, 1998, «Instituições vinculares», p. 172).

¹¹⁹ ABM, FBPV, lv. 4, fls. 68v.º-69.

¹²⁰ ABM, FBPV, lv. 4, fls. 110v.º-111.

¹²¹ ABM, FBPV, lv. 4, fl. 111.

Relação repôs a vontade do instituidor contrariada pela sentença anterior¹²², mostrando assumir o testamento da instituição (que expressamente excluía da sucessão os primogénitos, mas não as filhas) como «norma interna do morgadio»¹²³ e a palavra do instituidor como prova suficiente da condição requerida para suceder (gratidão filial).

É passada quitação das missas da capela de Diogo de Betencourt Perestrelo a favor de D. Luísa Agostinha em 17 de julho de 1799, e a partir de 1803 (decerto já viúva) ela aparece a prestar contas deste vínculo¹²⁴.

Juntamente com o processo da capela de Diogo de Betencourt Perestrelo, encontra-se o da *Conta que novamente se toma a Pedro Paulino de Vasconcellos desta Capella que Instituhio Dona Maria da Estrella Aragam*, com pensão anual de «duas missas rezadas, huma a Nossa Senhora da Estrella outra a Nossa Senhora do Luretto»¹²⁵; em 16-10-1779, o capitão Pedro Paulino declarou não poder apresentar a instituição e o tombo desta capela, por motivo que fica por esclarecer, porque falta parte da folha; apesar do mau estado do processo, é possível verificar que Pedro Paulino apresentou quitações da capela de D. Maria da Estrella entre 1776 e 1793, porém a partir de 1803 é o nome da sua mulher que consta; a D. Luísa Agostinha sucedeu, em 24-07-1820, Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos; em 1841, sendo administrador António Betencourt Perestrelo, mostrou-se cumprida esta capela.

Pedro Paulino litigou também com Gaspar Berenguer César Betencourt a respeito de um tanque de água na fazenda do Salão no Lombo dos Reis; litigou ainda com seu sobrinho António João de Barros de Cabral e Câmara, e ainda sobre o vínculo instituído por Manuel de Florença, o Velho. Em agosto de 1789, foi chamado pelo 1.º escrivão da Santa Casa da Misericórdia (João) Homem (d'El-Rei), na sequência do determinado em Mesa da Santa Casa, a prestar contas do tempo que servira de escrivão (ano de 1784) seu filho Joaquim José de Vasconcelos, nascido em 1761¹²⁶.

1.4.2.4. Morgado António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1745-ant. 24-07-1820) e Clara Delfina Betencourt e Atouguia (1767-?)

Filho de Pedro Paulino de Vasconcelos e de Luísa Agostinha Betencourt Noronha, António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos sucedeu na administração do morgadio. Nasceu no Arco da Calheta a 04-09-1745 e foi batizado a 12 dos mesmos mês e ano, sendo padrinho António Betencourt Perestrelo, por procuração a Manuel da Câmara e Andrade,

¹²² Cf. ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, p. 249.

¹²³ ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, p. 248.

¹²⁴ ABM, JRC, cx. 114, n.º 6, fl. 49.

¹²⁵ ABM, JRC, cx. 114, n.º 6, fl. 1.

¹²⁶ ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1022, fl. 154.

e madrinha Clara Agostinha de Santa Rosa, religiosa de Santa Clara, por procuração ao P.^e António(?) Teles de Meneses¹²⁷.

Em 1768, consta como soldado, e como capitão em outubro de 1802.

Em 24-10-1791, casou, na capela de Nossa Senhora da Estrela, Calheta, sendo primeiro corridos os banhos na igreja Colegiada da Calheta e na do Arco da Calheta, com Clara Delfina Betencourt e Atouguia¹²⁸, filha do capitão Manuel Rodrigues Teixeira e de Antónia Filipa Betencourt e Atouguia, nascida a 08-08-1767 e batizada a 12 dos mesmos mês e ano, no Paul do Mar¹²⁹: foram testemunhas o capitão Paulo Freire de Betencourt Perestrelo de Noronha Homem de Gouveia e o cura da Colegiada da Calheta Francisco de Atouguia Bettencourt (presume-se que seria o irmão da noiva, natural do Paul e mais velho do que ela por ter nascido a 09-02-1756¹³⁰). Moradores, ele no Arco da Calheta e ela no Lombo da Estrela à data do seu casamento, António e Clara Delfina moravam no dito Lombo em 29-01-1795, data do batismo de seu filho Francisco, e no Estreito da Calheta, à data do casamento deste com Francisca Agostinha de França Doria, em 29-06-1813.

António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos aparece a prestar contas da capela de Diogo Betencourt Perestrelo em 18-10-1810, sendo-lhe as contas tomadas de novo em 05-07-1817 e mostrando-se então «alcançado [...] em setenta Missas rezadas [...] a duzentos reis cada uma»¹³¹; em fevereiro de 1817 foi levantado o sequestro feito em bens deste morgado.

Este morgado e seus sucessores agregaram o patronímico Vasconcelos aos apelidos Betencourt Perestrelo, herdados do instituidor do vínculo.

1.4.2.5. Morgado Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1795-ant. 1841) e Francisca Agostinha de França Doria (1784-?)

Filho de António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos e de Clara Delfina Betencourt e Atouguia, Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos nasceu a 20-01-1795, na Calheta, e batizou-se a 29 dos mesmos mês e ano, na igreja colegiada do Espírito Santo da mesma vila, sendo padrinhos o capitão de mar e guerra Francisco Bettencourt Perestrelo e D. Inácia Antónia de Seixas Sotomaior¹³². É de crer que o

¹²⁷ ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1020, fl. 157.

¹²⁸ ABM, Paróquia da Calheta, lv. 536, fl. 55v.º.

¹²⁹ ABM, Paróquia do Paul do Mar, lv. 1223, fl. 331.

¹³⁰ ABM, Paróquia do Paul do Mar, mf. 83/84, fl. 231.

¹³¹ *Conta que se toma ao novo administrador desta Capella que instituiu Diogo Bitancur Perestrello Governador Donatario da Ilha do Porto Santo, in Capella de Diogo Bitancur Perestrello...*, ABM, JRC, cx. 114, n.º 6, fls. 51v.º-52.

¹³² ABM, Paróquia da Calheta, lv. 523, fl. 203v.º.

padrinho seria o tio-avô da criança, irmão de sua avó D. Luísa Agostinha, que «foy para a índia por cappitam de mar e guerra na Nao de viage Santo Antonio e justisa em 15 de Abril de 1761 Caualleiro professo na ordem de christo Com tensa de 60 mil»¹³³, e a madrinha a mulher deste, como o leva a presumir a correspondência abaixo mencionada.

Morador no Estreito da Calheta, casou em 29-06-1813 na capela de Nossa Senhora da Estrela da Calheta com sua prima Francisca Agostinha de França Doria¹³⁴, filha de Manuel Freire Betencourt e França e de Leonor Agostinha Betencourt, sendo os noivos dispensados no 2.º grau de consanguinidade bem como dos últimos dois pregões. Foram testemunhas o capitão-mor António João Rodrigues Brazão e o P.º Francisco de Atouguia (presume-se que seria o sacerdote mencionado no capítulo 1.4.2.4., o “Tio Cura” a que diz respeito a subsecção D/A do arquivo da família). Francisca Agostinha nascera a 24-09-1784 na Várzea da Estrela na Calheta, sendo batizada a 04-10-1784 na igreja colegiada do Espírito Santo da vila da Calheta¹³⁵. O casal teve cinco filhos: António, nascido a 18-04-1814; Maria, a 29-06-1815; Lourenço, a 17-10-1816; Inácia, a 02-07-1818, e Leonor, a 05-03-1821¹³⁶.

Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos consta como morgado no batismo destes três últimos filhos seus, e a prestar contas como administrador da terça de Diogo de Betencourt Perestrelo a 24-07-1820, mostrando «satisfeita a penção até o anno preterito de mil outocentos e dezanove inclusive»¹³⁷.

Em 1 de agosto de 1831, enquanto administrador das capelas de Diogo de Betencourt Perestrelo, Manuel de Florença e Dona Maria da Estrela, liquidou até 1830 inclusive a conta que lhe foi tomada.

Em 26-08-1823, este morgado obteve sentença reconhecendo a longuíssima posse de mais de 130 anos em que estava de águas do vínculo que administrava, por si e pelos administradores que o haviam precedido. Foi co-herdeiro do reverendo António João de França Castelo Branco, e herdeiro de sua tia, madrinha e comadre Inácia Antónia de Seixas Sotomaior, com quem mantinha uma relação afetuosa, como atesta a sua correspondência¹³⁸, que igualmente documenta a relação próxima que mantinha

¹³³ *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo* vol. I, ABM, FBPV, lv. 1, fl. 73v.º. Este fidalgo consta a 09-07-1774 com esta patente no Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre da Corporação dos Oficiais da Marinha*, lv. 1, p. 43.

¹³⁴ ABM, Paróquia da Calheta, lv. 537, fl. 173v.º.

¹³⁵ ABM, Paróquia da Calheta, lv. 522, fl. 157.

¹³⁶ ABM, Paróquia da Calheta, lvs. 526 a 529.

¹³⁷ ABM, JRC, cx. 114-6, fl. 54.

¹³⁸ Por exemplo, *Carta dirigida a Francisco Betencourt Perestrelo por sua tia, madrinha e comadre D. Inácia Antónia de Seixas Sotomaior*, 1821-07-12, ABM, FBPV, cx. 1-126.

também com os seus parentes do ramo dos capitães do Porto Santo e morgados dos Reis Magos¹³⁹.

Entre 1820 e 1832 foi juiz ordinário da Calheta. Consta como major em 1829 e como sargento-mor em 1832. Preso, pediu para ser transferido da fortaleza do Ilhéu para outra prisão em 1834; em 1837 recebeu aviso de que quem o quisesse procurar deveria fazê-lo até 03-01-1838, pois que ele tinha ordem para embarcar para Lisboa. Em 07-03-1838 estava preso no Limoeiro.

1.4.2.6. Morgado António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1814-1859) e Rosa Augusta Bettencourt de França (1810-1885)

Filho de Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos e de Francisca Agostinha de França Doria, António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos nasceu em 11-04-1814, na Calheta, e batizou-se a 18 dos mesmos mês e ano, na igreja de S. Sebastião do convento da mesma vila¹⁴⁰.

De abril de 1838 a 1840 esteve ausente em Canárias, onde fez testamento por estar muito doente: sofria de um tumor na cabeça, padecendo dores de ouvido desde criança.

Apesar da doença, António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos estava noivo em 26-04-1842, ano em que casou, a 14 de novembro, no Arco da Calheta, com Rosa Augusta Bettencourt de França, filha de Francisco João de França e Andrade e de Maria Ludovina Drumond e França¹⁴¹. A noiva, nascida em 05-09-1810, foi batizada a 16 dos mesmos mês e ano, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Graça do Estreito da Calheta¹⁴². À data do batismo de seu filho José, em 29-06-1845, o casal morava na Ladeira, Arco da Calheta¹⁴³. O capelão deste morgado, Don Angel Perdomo Betencourt, e o seu compadre, Manuel Justino Passalaqua, foram seus confidentes e conselheiros, tendo-lhe o primeiro recomendado

«el método plan de vida y órden com que te hás de conducir; no debes ignorar que el buen marido hace la buena muyer, que á esta se le ha de tratar com amor y condescendencia como baso fragil que es, y no com gritos, malos modos y furias tan naturales a los Portugueses»¹⁴⁴!

António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos tratou de obter a patente de alferes da 1.ª companhia do Regimento de Milícias da Calheta. Leal à rainha D. Maria II, entre

¹³⁹ Por exemplo, *Carta dirigida por D. Ana a seu primo Francisco Betencourt Perestrelo de Vasconcelos reportando-se às duas cartas que dele recebera, datadas de 25 de janeiro e 23 de abril, 18--06-01*, ABM, FBPV, cx. 1-110.

¹⁴⁰ ABM, Paróquia da Calheta, lv. 526, fl. 93v.º.

¹⁴¹ ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1034, fl. 125.

¹⁴² ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 1056, fl. 250v.º.

¹⁴³ ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1028, fl. 152v.º.

¹⁴⁴ ABM, FBPV, cx. 2-214.

os seus adversários políticos encontrava-se certo miguelista denominado Vabalarco. Sucedeu na administração do morgadio e, como muitos morgados, sofreu apertos financeiros, teve contas com diversos credores – João Calisto Mendes, o canariense Nicolás Abréo, Manuel Justino Passalaqua, Don Angel Perdomo Betencourt, Amaro Severim; recorreu também a seus cunhados, Francisco Ladislau de França e Andrade e Vicente Júlio Betencourt Pimenta, que administrou o casal de seus sogros após a morte destes e durante a ausência em Canárias de seu cunhado. Este morgado foi parte interessada na herança de seu primo Cristóvão. Foi juiz eleito da Calheta, em 1850.

Administrador da capela de Diogo de Betencourt Perestrelo, aparece em 1841 a pagar a respetiva pensão até «1841 inclusive»¹⁴⁵.

António Bettencourt Perestrelo e Vasconcelos morreu em 07-05-1859¹⁴⁶, no Lombo dos Reis, Estreito da Calheta, com todos os sacramentos. Rosa Augusta faleceu com todos os sacramentos da Igreja Católica no sítio da Ladeira e Lamaceiros em 01-03-1885¹⁴⁷.

1.4.2.7. Morgado José António Betencourt Perestrelo (1845-1916) e Gerarda Paulina Marcial Betencourt (1847-1925)

Filho do morgado António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos e de Rosa Augusta Bettencourt de França, José António Bettencourt Perestrelo e Vasconcelos nasceu em 09-04-1845 e foi batizado em 29 de junho do mesmo ano¹⁴⁸.

Em 1886 casou na Calheta com D. Gerarda Paulina Marcial, filha de Luís Marcial e de Bebiana Carolina Marcial, moradores no Lombo da Estrela¹⁴⁹; a noiva, nascida a 26-06-1847, fora batizada em 5 de setembro do mesmo ano¹⁵⁰.

Em 04-05-1871, consta ser intimado

«José Bettencourt Prestrello solteiro como filho de Antonio Bettencourt Prestello, morgado, para no prazo de trinta dias, hir ou mandar pagar as pen[s]ões que he obrigado dito seu Pai por ser responsável pelos os [sic] encargos Pios, e Vinculos, e Capellas sob sua Administração instituídas por Diogo Bettencurt Prestello que era [Vinculo] do Porto Santo, em 1680, D. Maria da Estrella N.º 976 N.º 977. – Manoel de Florença»¹⁵¹.

¹⁴⁵ ABM, JRC, cx. 114, n.º 6, fl. 58.

¹⁴⁶ ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 1077, fl. 190.

¹⁴⁷ ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 4313, fl. 3v.º-4.

¹⁴⁸ ABM, Paróquia do Arco da Calheta, lv. 1028, fl. 152v.º.

¹⁴⁹ ABM, Paróquia da Calheta, lv. 4382, fl. 11v.º-12.

¹⁵⁰ Cf. cópia do termo de batismo, ABM, FBPV, cx. 2-113; neste documento, encontra-se inscrita a lápis a data do seu falecimento, 18-06-1925.

¹⁵¹ *Termo da citação feita a José Bettencourt Perestrelo como filho de António Bettencourt Perestrelo, morgado, 04-05-1871, in Processo da capela de Diogo de Betencourt Perestrelo, ABM, JRC, cx. 114-6, fl. 61v.º.*

Tomada a conta à revelia do citado, foi este condenado, em 30 de outubro de 1871, «na commutação dos legados pios não cumpridos, de mil oitocentos e quarenta a mil oitocentos e sessenta, na importancia de quarenta e um mil e seiscentos reis, sellos e custas»¹⁵². Consequentemente, pagou 27.735 réis ao procurador do Hospital de S. José e 13.865 réis ao tesoureiro da Misericórdia do Funchal; em 30-04-1872, «e por tudo se achar cumprido ate mil oitocentos e sessenta, anno este em que a lei de desvinculação dezonou de seus encargos os bens vinculados»¹⁵³, foi-lhe passado alvará de cumprimento dos encargos em questão.

Foi nomeado vogal da Comissão do Recrutamento da Calheta para o ano de 1893. Hipotecou propriedades para garantia de dívidas que pagou: devolveu a Alexandre Gonçalves da Costa 318.600 réis que ele lhe emprestara, sobre uma terra no Lombo dos Reis com benfeitorias e meio dia de água do Farrobo; pagou a Francisco Policarpo da Veiga, escrivão do Juízo de Direito, 494.776 réis que lhe pedira, dando como garantia uma propriedade no Lombo dos Reis no Estreito da Calheta. Fez pagamentos a Tadeu de Sousa Drumond, procurador de Francisco Policarpo da Veiga, bem como pagou 100.000 réis que ficara devendo ao falecido Manuel Pereira de Canha. Consta ser proprietário do foro do Pau Branco, na Ponta do Pargo, de um prédio na Terra das Frangas e Bacalhau no Lombo da Igreja, e ainda da terra da Fajã das Mixas(?) do Lombo dos Castanheiros, Estreito da Calheta.

Adquiriu diversas propriedades: uma terra no Lombo dos Moinhos, do Estreito da Calheta (1880); uma terra de relva, mato e pinheiros no sítio da Cancela, do Lombo do Lameiro, bem como água do Ribeiro dos Castanheiros, no Estreito da Calheta (vendidas por D. Ana Perestrelo da Câmara Bettencourt); umas benfeitorias sobre terra do seu morgadio pertencentes a João Francisco e sua mulher Antónia de Jesus, lavradores; uma casa sobradada no sítio do Lombo dos Reis; uma terra de sementeira no sítio da Vatalina, do Arco da Calheta, com água da levada do Paul da Serra; um prédio rústico e urbano, com casa sobradada, palheiro e poço, no sítio dos Moinhos do Lombo de S. João, na Fajã da Ovelha; uma terra de pasto na Giesteira da Fajã da Ovelha, e também água do furo da Levada do Moinho e água da Fonte do Folhado da Fajã da Ovelha; diversas benfeitorias e metade de uma casa no sítio da Carreira, no Lombo dos Reis.

Por mandado judicial, como arrematador entregou a Francisco José Brasão Júnior o valor da arrematação de uma terra e benfeitorias no sítio do Lombo dos Reis,

¹⁵² *Termo da citação feita a José Bettencourt Perestrelo como filho de António Bettencourt Perestrelo, morgado, 04-05-1871, ABM, JRC, cx. 114-6, fl. 64.*

¹⁵³ *Termo da citação feita a José Bettencourt Perestrelo como filho de António Bettencourt Perestrelo, morgado, 04-05-1871, ABM, JRC, cx. 114-6, fls. 67-67v.º.*

pertencentes à falecida D. Inácia Bettencourt Perestrelo, para pagamento de uma dívida a que esta era obrigada.

Era morador no Estreito da Calheta à data da sua morte, 11-06-1916¹⁵⁴.

1.4.2.8. José António Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos Júnior (1887-1957) e Maria Cira Henriques Figueira de Macedo (1887-?)

Filho de José António Bettencourt Perestrelo e Vasconcelos e de Gerarda Paulina Marcial Bettencourt, José António Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos Júnior nasceu no Estreito da Calheta, em 04-09-1887, tendo sido batizado a 20-10¹⁵⁵. Casou em 02-07-1908 em Santa Luzia, Funchal, com Maria Cira Henriques Figueira de Macedo, filha de Evaristo António Abreu Macedo e de Maria Elisa Henriques Figueira de Macedo¹⁵⁶, nascida a 31-01-1887 e batizada a 10 de fevereiro, em S. Pedro¹⁵⁷. Em 1911 era morador na Encarnação, Santa Luzia, Funchal. Faleceu no Estreito da Calheta em 1957.

1.4.2.9. Quadros Genealógicos

A elaboração dos quadros genealógicos que complementam o inventário do arquivo da família Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos, utilizando nomeadamente o *Nobiliário de Bettencourt Perestrello* cujos três volumes integram o arquivo familiar, não foi motivada sobretudo pelo fascínio de desenredar a multiplicidade de vidas que tecem o destino de uma família no ser e no agir de cada membro seu; não se tratou simplesmente de reconstituir uma comunidade familiar ou ajudar o leitor a identificar pessoas para as quais os documentos deste fundo remetem – embora os referidos quadros tenham também esse interesse e essa utilidade. Foi preciso situar esta família e seus membros no seu mundo alargado de parentescos para reconstituir a teia de relações, esmaecida por vicissitudes diversas, que originou os documentos que compõem o acervo, de modo a fundamentar a organização deste.

A par da linha de sucessão dos morgados Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos, administradores da terça do 7.º capitão do Porto Santo, Diogo Bettencourt Perestrelo, e descendentes do 1.º morgado e filho desse instituidor Paulo Freire de Noronha, foi identificada a linha de sucessão dos capitães do Porto Santo que se extinguiu com a morte, sem geração, do último capitão, Estêvão Bettencourt Perestrelo e Vasconcelos,

¹⁵⁴ ABM, Conservatória do Registo Civil da Calheta, lv. 904, fl. 91, reg. 177.

¹⁵⁵ ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 4451, fls. 30v.º.

¹⁵⁶ ABM, Paróquia de Santa Luzia, lv. 6502, fls. 13v.º-14v.º.

¹⁵⁷ ABM, Paróquia de S. Pedro, lv. 1391, fls. 15v.º, reg. 37.

cujos herdeiros foram os descendentes de seu tio e 1.º governador do Porto Santo, Nicolau Betencourt Favila de Noronha; atento o critério de Henrique Henriques de Noronha e do autor do *Nobiliário de Betencourt Favila*, que integram em título de Favilas estas duas linhagens, consideram-se pertencerem ambas ao grupo dos Perestrelos Favilas cujo tronco é o 7.º capitão, filho único de D. Francisca da Câmara Perestrela e de Vitoriano de Betencourt de Vasconcelos, provido na capitania em razão do casamento com D. Francisca; a linha de descendência de Gaspar Perestrela, irmão de D. Francisca, veio a fundir-se com a linha de sucessão dos capitães do Porto Santo, por via de D. Ana Angélica filha do morgado dos Reis Magos Paulo Freire Betencourt de Noronha Perestrela da Câmara¹⁵⁸ e de seus dois maridos e primos: do primeiro, Bento João Perestrela da Câmara¹⁵⁹, teve quatro filhos: Ana Perestrela de França, Júlia Perestrela da Câmara, Paulo Perestrela da Câmara e madre Maria Amália Perestrela do Patrocínio; do segundo e irmão do anterior, Gregório Francisco Perestrela da Câmara¹⁶⁰, teve uma filha, D. Helena Augusta Perestrela¹⁶¹, mulher do morgado Tristão Joaquim Betencourt da Câmara¹⁶², e um filho, Gregório Perestrela da Câmara, que casou com D. Isabel Leopoldina Bianchi: uma filha destes, Filomena, desposou o Conselheiro Manuel José Vieira¹⁶³, herdeiro universal do último morgado dos Piornais, tendo este casal originado a geração de Perestrelos Favilas Vieiras.

¹⁵⁸ Natural da Sé, onde nasceu a 1792-07-04 (ABM, Paróquia da Sé, lv. 31, fl. 129).

¹⁵⁹ Casaram no Estreito da Calheta em 1806 (ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 1065, fl. 6).

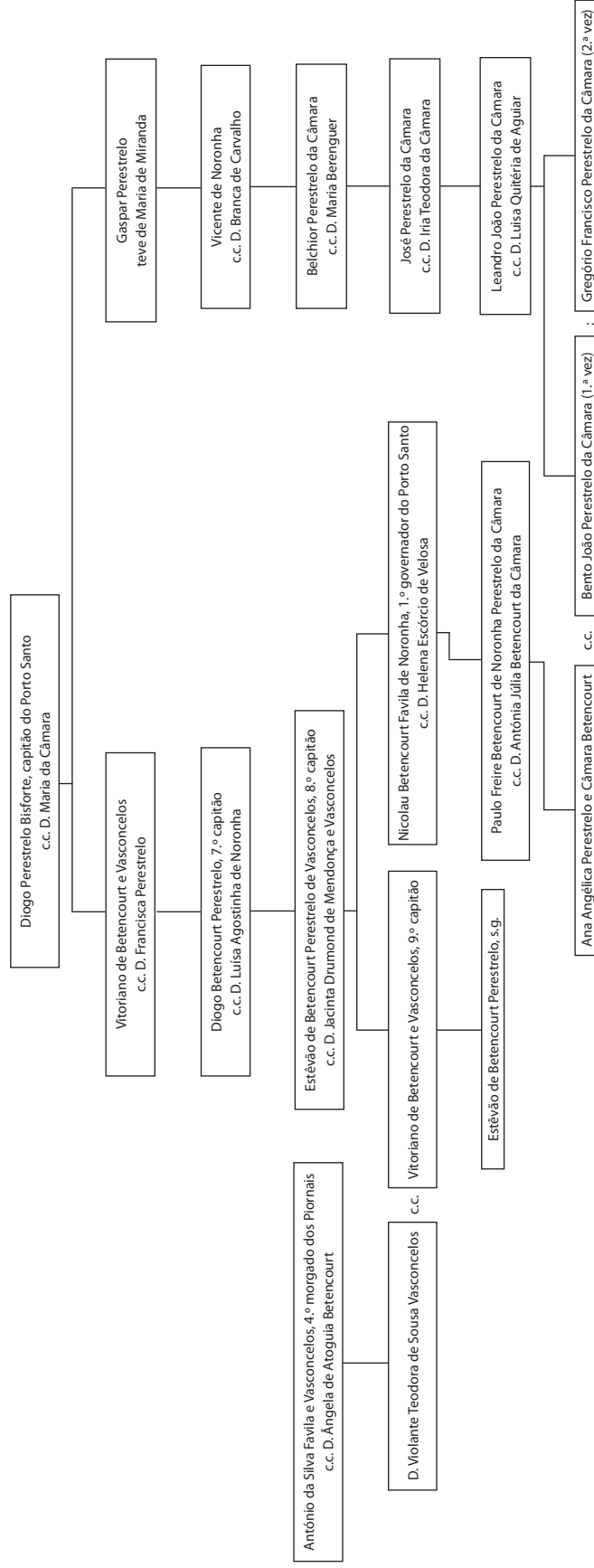
¹⁶⁰ Casaram em 1814-04-05 na Sé (ABM, Paróquia da Sé, lv. 63, fls. 106v.º-107).

¹⁶¹ Nascida a 09-09-1815, batizada a 01-10-1815 na ermida dos Reis Magos, estando seus pais, Doutor Gregório Francisco Perestrela da Câmara e D. Ana Angélica Betencourt Perestrela da Câmara Homem (de Gouveia) então a residir «na sua Quinta do Lombo dos Reis» (ABM, Paróquia do Estreito da Calheta, lv. 1057, fls. 53-53v.º).

¹⁶² Casaram em 22-02-1835 (ABM, Paróquia de S. Pedro, lv. 129, fl. 203v.º).

¹⁶³ Casaram em 21-09-1867 (ABM, S. Pedro, lv. 1405, registo 19).

Quadro Genealógico n.º 2 – Sucessão dos Capitães do Porto Santo e Descendência de Gaspar Perestrelo ¹⁶⁴



¹⁶⁴ Este filho mais velho de Diogo Perestrelo Bisforte teria perdido a capitania por se ausentar para a Índia com seu irmão Nuno, «por matarem na vila da Calheta a um Pero Velho» (NORONHA, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, p. 452); mas o *Nobiliário* de António de Betencourt Perestrelo narra uma versão diferente desse sangrento episódio, atribuindo a morte de Pedro Velho aos irmãos de Gaspar, Belchior e Baltasar.

2. História Custodial do Arquivo

O arquivo da família Betencourt Perestrelo de Vasconcelos foi doado ao Arquivo Regional da Madeira em data incerta, conforme se afirma no *Guia do Arquivo Regional da Madeira*¹⁶⁵, e a sua história custodial não está documentada. Por informação da família sabe-se, no entanto, que este fundo sofreu perdas significativas anteriormente à sua incorporação no Arquivo Regional.

3. Tipologia Documental e Sistema de Organização

A documentação deste arquivo, bastante heterogénea, inclui nomeadamente: correspondência tão variada como as *Cartas da santa vida de António Betencourt* (Frei Paulo), 1766, correspondência com familiares e amigos, com procuradores e juristas; escrituras e outros títulos de posse como o acordo de dote firmando a união do 1.º morgado, Paulo Freire de Noronha, com sua mulher Ângela de Sousa e Aragão, que casaram em 1689; documentos da administração dos morgados, de que são exemplo as contas e contratos com colonos e meeiros – 1758-1781 –, os róis de avaliação de fazendas, e benfeitorias em fazendas, de Pedro Paulino de Vasconcelos, administrador do vínculo por sua mulher Luísa Agostinha Betencourt Noronha – 1757-1778 –, as quitações do pagamento efetuado pelo mesmo administrador dos encargos da capela de Nossa Senhora das Mercês – 1769-1779 –, ou ainda róis de vinho e trigo do morgado Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos – 1810-1827; documentos do exercício de cargos públicos pelos morgados Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos e António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos, juizes da Calheta respetivamente em 1823-1832 e 1847-1852, e José António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos, regedor do Estreito da Calheta em 1849; papéis documentando a estada em Canárias do morgado António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1834-1840), incluindo o seu testamento (1840). Apesar de boa parte do acervo se ter perdido, tudo o que sobreviveu permite ainda fazer ideia da mentalidade e do quotidiano da fidalguia madeirense, ao longo de um período abrangendo os séculos XVII a XX.

Ao iniciar a inventariação, o acervo apresentava-se despojado de etiquetas e agregados documentais como maços e macetes – um cúmulo de papéis cujas inter-relações e relação com o respetivo produtor foram “apagadas” deixando que

¹⁶⁵ FERREIRA, JARDIM, GUERRA, 1997, *Guia do Arquivo Regional da Madeira*, p. 158.

se perdessem uns dos outros documentos principais, desprovidos de data e/ou assinatura, e os respetivos anexos, ou invólucros.

Alguns cartórios de família dão felizmente entrada nos arquivos históricos conservando ainda sinais explícitos da organização que lhes fora dada pelos respetivos produtores/utilizadores (por exemplo, etiquetas em maços ou macetes ostentando o nome de famílias cujas propriedades foram anexadas por casamentos ou heranças às da linhagem do morgado, ou ainda a designação das feitorias que agregavam as propriedades por ele administradas, etc.) – vestígios de uma “ordem original” que facilitam a classificação.

Perante a escassez de evidências manifestando a ordem e o modo de uso do arquivo Betencourt Perestrelo quando era instrumento da administração familiar (quer dos morgados, quer dos casais que herdaram as propriedades do antigo morgadio após a extinção dos vínculos em 1863), socorri-me da doutrina que realça a importância do estudo das entidades produtoras para bem entender a respetiva produção documental. Destaco: «o trabalho num arquivo de família [...] pede uma investigação genealógica» que «pode oferecer algumas dificuldades»¹⁶⁶, dada a complexidade da entidade Família –

«uma teia de heranças genéticas [...] tecida ao longo de sucessivas gerações ligadas por aquilo a que se chamou – e ainda se chama – “laços de sangue”, e iniciada por um tanto quanto possível longínquo Pai Fundador, real ou fictício, a quem todas as malhas devem conduzir [...] também “memória comum” de lugares, edifícios, pessoas, factos e distinções [...] [permitindo] o “reconhecimento” dos diversos indivíduos que, sincrónica e diacronicamente, se poderiam considerar “parentes”, porque conscientes de um passado comum e portadores de uma simbologia [...] também uma “economia”. Se possidente – terratenente, logo mercantil, financeira ou industrial – reunia as condições prévias necessárias para a elaboração do registo da “memória comum” e consequente “reconhecimento” da parentela, e sobretudo essencial para o cumprimento das regras próprias da sucessão na administração do património e dirimir possíveis querelas de direitos»¹⁶⁷.

Da vida familiar enquanto jogo de parentescos, memória comum e economia, decorre a produção/acumulação de documentos:

«Se a documentação patrimonial é importante para assegurar o sustentáculo económico de uma família a documentação genealógica é-o para transmitir e comprovar determinadas prerrogativas sociais importantes para essa família. Considerando uma terceira área, os arquivos de família contemplarão a documentação de carácter pessoal de cada elemento da família»¹⁶⁸.

¹⁶⁶ PEIXOTO, Jun. 1991, *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*, p. 10.

¹⁶⁷ MELLO, s.d., «Memória genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras», p. 2.

¹⁶⁸ PEIXOTO, Jun. 1991, *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*, p. 10.

Sobretudo, deve evitar-se «usar a classificação para de algum modo localizar documentos por assunto»¹⁶⁹, procurando antes a «reconstituição do contexto orgânico-funcional da documentação»¹⁷⁰, de modo a patentear a organicidade da entidade produtora – no caso em apreço, a família –,

«valorizando o que a família apresenta como traços constitutivos essenciais, e não as suas particularidades contextuais (socioeconómicas, políticas e culturais): não é orgânica a noção de Casa enquanto unidade gestora de património fundiário, como os bens vinculados ou livres, mas é orgânica, porque comum a qualquer família unidade social, a existência de gerações com casais, seus descendentes e parentes. Portanto, [...] devolver, na medida do possível, os documentos familiares ao seu contexto orgânico é distribuí-los pelo casal administrador ou casal nuclear, pelos irmãos (irmãs) ou pelos cunhados/as e pelos descendentes, geração a geração. É esta, em nosso entendimento, a organicidade familiar. E a funcionalidade associada consiste em elencar em cada membro da família, colocado geracionalmente, as atividades públicas e/ou privadas que exerceu nas sucessivas fases de vida»¹⁷¹.

O mesmo autor conclui que «a abordagem [...] de um acervo familiar, ou de um acervo pessoal, deve pautar-se pela distribuição ou fixação numa espécie de linha do tempo geracional ou bioetápica (fases da vida de uma pessoa) dos documentos produzidos e/ou recolhidos»¹⁷².

A inventariação do arquivo Betencourt Perestrelo permitiu confirmar que independentemente da sua dimensão e/ou estado de (des)arranjo e/ou fragmentação, nos arquivos de família, como em quaisquer outros, preexiste à mediação do arquivista «o imperativo da estrutura institucional e administrativa que conforma e condiciona o fluxo documental»¹⁷³. No caso de um arquivo como este constituído em boa parte por documentação produzida sob o Antigo Regime e o Liberalismo, tal imperativo consiste na existência, na atividade e na interação de instituições portadoras de forte dinamismo próprio e autónomo relativamente à administração régia – a Família e o Morgadio.

Assim, os documentos deste acervo foram integrados, atendendo aos seus produtores identificados e datas, em secções (A a H) cuja estrutura reflete a lógica orgânica de desenvolvimento do grupo familiar (relações de parentesco entre produtores e/ou recetores dos documentos), conjugada com a lógica funcional de criação e desenvolvimento do morgadio (vinculação de bens fundiários, garantes da

¹⁶⁹ SILVA, 2016, «Prefácio», p. 17.

¹⁷⁰ SILVA, 2016, «Prefácio», p. 20.

¹⁷¹ SILVA, 2016, «Prefácio», p. 18.

¹⁷² SILVA, 2016, «Prefácio», p. 19.

¹⁷³ SILVA, 2016, «Prefácio», p. 14.

sustentação económica do grupo familiar, ao cumprimento da vontade do instituidor; sucessão na posse/administração dos mesmos bens condicionada à nomeação pelo morgado em funções do(a) filho(a) mais merecedor – mérito granjeado pela obediência ao pai, o dito morgado). A classificação proposta espelha, como “eixo” da organização do arquivo, a relação de paternidade/filiação dos morgados e a sequência dos sucessores indigitados, nos termos do documento da instituição primeiro, e depois das “leis novíssimas”¹⁷⁴; as subsecções agregam documentos produzidos por ou resultantes da interação morgado/administrador do vínculo e respetivo cônjuge com os parentes desse casal principal – pais, irmãos, filhos, primos. É o caso, por exemplo, das subsecções B/A e B/B (respetivamente, de documentos de António Betencourt Perestrelo e de João Favila Perestrelo Betencourt, filhos do morgado António Betencourt Perestrelo e de Cecília Maria de Moura e Vasconcelos); optou-se por constituir, dentro da secção E (espólio do morgado Francisco Betencourt Perestrelo de Vasconcelos e de Francisca Agostinha de França Doria), uma simples série – E/006 Documentos de primos (do ramo dos sucessores dos capitães do Porto Santo) – com documentos cuja presença neste arquivo só se explica, no estado atual dos conhecimentos, porque se sabe, pela correspondência do morgado, que Francisco e seus primos D. Ana Angélica e Gregório Francisco Perestrelo da Câmara se correspondiam entre si¹⁷⁵. Já as séries foram (re)constituídas com base na tipologia dos documentos – por exemplo, a série G/004 Escrituras de venda, quitação e distrate, a série F/010 Quitações e recibos –, ou no assunto – por exemplo, C/007 Pendências em que Pedro Paulino e D. Luísa Agostinha tiveram parte. Assim se procurou interpretar como “ordem original” do acervo a restaurar a lógica do processo de formação/uso do arquivo, partindo das lógicas de desenvolvimento do grupo familiar e de administração do morgadio.

Documentos cuja ligação a qualquer das outras secções não pôde ser comprovada foram agrupados em séries independentes segundo um critério funcional e/ou temático: Correspondência, Róis e relações diversas ou Documentos de despesa, por exemplo; como não foi possível encontrar prova irrefutável de que o 2.º morgado, António Bettencourt Perestrelo, fosse o autor do *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo* (cf. Caps. 1.4.2.2. supra e 5. infra), optou-se por integrar esta obra na série de Documentos genealógicos (FBP/002).

¹⁷⁴ Cf. Nota 118.

¹⁷⁵ Cf., por exemplo, a já referida carta de D. Ana, [18..?]-06-01, ABM, FBPV, cx. 1-110; *carta de Gregório Francisco Perestrelo informando que sua mulher estivera em casa de umas (parentes)*, 1827-11-26, ABM, FBPV, cx. 1-140.

4. Quadro de Classificação

FBPV	Arquivo da Família Betencourt Perestrelo de
FBPV/001	Documentos de bens, benfeitorias e rendimentos agrícolas
FBPV/002	Documentos genealógicos
FBPV/003	Correspondência
FBPV/004	Documentos judiciais
FBPV/005	Róis e relações diversas
FBPV/006	Documentos de teor lúdico ou literário
FBPV/007	Documentos de despesa
FBPV/008	Documentos de Brasão
FBPV/A	Morgado Paulo Freire de Noronha (1669-1712) e Ângela de Sousa e Aragão (1660-?), casaram 1689
FBPV/A/001	Acordo de dote e outros títulos de bens do casal
FBPV/B	Morgado António Betencourt Perestrelo (1694-1767) e Cecília Maria de Moura e Vasconcelos (1701-?), casaram 1718
FBPV/B-A	António (Frei Paulo) Betencourt Perestrelo (1738-1765)
FBPV/B-A/001	Cartas da Santa Vida de António Betencourt em 1766
FBPV/B-B	João Favila Perestrelo Betencourt (1742-?)
FBPV/C	Pedro Paulino de Vasconcelos (post 1685-ant. 04-08-1803), administrador do vínculo por cabeça de sua mulher Luísa Agostinha Betencourt Noronha (1719-1809), casaram 1744
FBPV/C/001	Correspondência de D. Luísa Agostinha Betencourt Noronha
FBPV/C/002	Correspondência de Pedro Paulino de Vasconcelos
FBPV/C/002-001	Cartas de Caetano Alberto Álvares da Silva
FBPV/C/002-002	Cartas de Francisco Nunes de Andrade
FBPV/C/002-003	Cartas e despachos de Diogo de Betencourt Perestrelo
FBPV/C/003	Escrituras
FBPV/C/004	Róis de avaliação de fazendas e benfeitorias sitas em fazendas de Pedro Paulino de Vasconcelos
FBPV/C/005	Contas e contratos com colonos e meeiros
FBPV/C/006	Quitações do pagamento de trigo da capela de Nossa Senhora das Mercês
FBPV/C/007	Pendências em que Pedro Paulino e D. Luísa Agostinha tiveram parte
FBPV/C/007-001	Pendência com Diogo de Betencourt Perestrelo
FBPV/C/007-002	Pendência de Gaspar Berenguer acerca do Tanque
FBPV/C-A	Joaquim José de Vasconcelos Betencourt (1761-1783)

- FBPV/C-A/001 Correspondência de Joaquim José de Vasconcelos Betencourt, filho de Pedro Paulino de Vasconcelos e D. Luísa Agostinha Betencourt Noronha
- FBPV/C-B Padre Manuel de Sousa e Vasconcelos
- FBPV/C-B/001 Correspondência e documentos do Padre Manuel de Sousa e Vasconcelos, irmão de Pedro Paulino de Vasconcelos
- FBPV/D Morgado António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1745-ant. 24-07-1820) e Clara Delfina Betencourt e Atouguia (1767-?), casaram 1791
- FBPV/D/001 Correspondência
- FBPV/D/001-001 Correspondência recebida de seus pais Pedro Paulino de Vasconcelos e D. Luísa Agostinha Betencourt Noronha
- FBPV/D/001-002 Correspondência sobre questões legais e pendências
- FBPV/D/002 Documentos sobre questões legais e pendências
- FBPV/D-A Francisco de Atouguia Betencourt, "O Tio Cura" (1756-?)
- FBPV/D-B Capitão Manuel Rodrigues Teixeira (?-ant. 1791-10-24) e Antónia Filipa Betencourt e Atouguia (?-1801-07-07), casaram 1753
- FBPV/D-B/001 Correspondência de Antónia Filipa Betencourt
- FBPV/E Morgado Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1795-ant. 1841) e Francisca Agostinha de França Doria (1784-?), casaram 1813
- FBPV/E/001 Cartas e outros documentos da vida militar de Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos
- FBPV/E/002 Correspondência de Francisco Betencourt Perestrelo e Vasconcelos com sua mulher, filhos, outros familiares e amigos
- FBPV/E/003 Correspondência com procuradores e juristas
- FBPV/E/004 Administração e posse de propriedades e rendimentos
- FBPV/E/004-001 Róis de vinho e trigo
- FBPV/E/004-002 Quitações e recibos
- FBPV/E/005 Juiz ordinário da vila da Calheta
- FBPV/E/005-001 Correspondência
- FBPV/F Morgado António Betencourt Perestrelo e Vasconcelos (1814-1859) e Rosa Augusta Betencourt de França (1810-1885), casaram 1842
- FBPV/F/001 Correspondência com credores e fornecedores
- FBPV/F/002 Correspondência com suas irmãs, cunhado, outros familiares e amigos
- FBPV/F/003 Correspondência com Don Angel Perdomo e Vicente Perdomo
- FBPV/F/004 Correspondência e róis da administração de propriedades agrícolas
- FBPV/F/005 Correspondência e documentos diversos
- FBPV/F/006 Títulos de bens
- FBPV/F/007 Estada em Canárias

- FBPV/F/008 Exercício de juiz eleito do Estreito da Calheta
FBPV/F/009 Correspondência e outros documentos sobre partilhas
FBPV/F/010 Quitações e recibos
FBPV/F/011 Correspondência sobre assuntos militares
FBPV/G Morgado José António Betencourt Perestrelo (1845-1916) e Gerarda Paulina Marcial Betencourt (1847-1925), casaram 1886
FBPV/G/001 Correspondência de familiares e amigos
FBPV/G/002 Declarações de venda e quitação, quitações e recibos
FBPV/G/003 Documentos pessoais
FBPV/G/004 Escrituras de venda, quitação e distrate
FBPV/G/005 Herança de D. Inácia Bettencourt Perestrelo
FBPV/G/006 Exercício de regedor no Estreito da Calheta
FBPV/G/007 Documentos de dívida
FBPV/H José António Betencourt Perestrelo de Vasconcelos Júnior (1887-1957) e Maria Cira Henriques Figueira de Macedo (1887-?), casaram 1908
FBPV/H/001 Correspondência
FBPV/H/002 Documentos de despesa
FBPV/H/003 Documentos pessoais

5. Documentação Relacionada

O *Guia do Arquivo Regional da Madeira* refere como fazendo parte do arquivo da Família Betencourt Perestrelo «dois livros manuscritos de genealogias de diversas famílias da Madeira e Porto Santo, que estão integrados na Coleção de Genealogias do ARM»¹⁷⁶: ora são na realidade três, e não apenas dois, os volumes do *Nobiliário de Bettencourt Perestrelo*¹⁷⁷. O 2.º morgado desta família, António Bettencourt Perestrelo (1694-1767), marido de D. Cecília Maria de Moura e Vasconcelos (1701-?), poderá ser o autor deste *Nobiliário* e bem assim do manuscrito da Biblioteca Nacional com a cota PBA 296, conforme a *Advertência ao Leitor* citada acima, em 1.4.2.2.

Outro manuscrito também da Biblioteca Nacional, o *Livro de Árvores das Famílias da Ilha da Madeira Feito no Anno de 1764*¹⁷⁸, sendo as ditas árvores «tiradas fielmente dos nobiliários que escreveo Henrique Henriques de Noronha» – como refere a notícia

¹⁷⁶ FERREIRA, JARDIM, GUERRA, 1997, *Guia do Arquivo Regional da Madeira*.

¹⁷⁷ ABM, FBPV, lvs. 1 a 3.

¹⁷⁸ BNP, reservados, cod. 1352.

constante da folha de rosto –, confirma que o dito 2.º morgado e o autor do *Nobiliário de Betencourt Perestrela* foram contemporâneos.

Particularmente útil para confirmar a linha de sucessão dos morgados, contribuindo para estruturar a classificação do fundo, foi o processo da *Capella de Diogo Bitancurt Perestrela Governador Donatario da Ilha do Porto Santo, de que ha de dar Conta Jozeph de Vasconcelos Bitancurt filho de Paulo Freire de Noronha Hoje Francisco Bitancor Perestrela e Vasconcellos*¹⁷⁹, que documenta o exercício como administrador, em nome da herdeira sua mulher, de Pedro Paulino de Vasconcelos.

As notas de rodapé à síntese da história familiar supra (incluindo notícias biográficas dos administradores do vínculo) remetem para diversas fontes relacionadas com o arquivo dos Betencourt Perestrela de Vasconcelos – documentos pertencentes à Torre do Tombo, ao Arquivo Histórico da Marinha, à Biblioteca Nacional e a outros fundos do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira: arquivos da Família Torre Bela, da Câmara Municipal do Funchal, do Juízo dos Resíduos e Capelas, livros paroquiais; com efeito encontram-se documentos sobre Perestrelas e Favilas nomeadamente em livros de batismos, casamentos e óbitos dos arquivos das paróquias de Sé, S. Pedro, Calheta e Estreito da Calheta. Existem ainda documentos relacionados com o arquivo Betencourt Perestrela de Vasconcelos entre os documentos da Madeira e Porto Santo conservados no Arquivo Histórico Ultramarino e descritos no *Inventário* de Eduardo de Castro e Almeida¹⁸⁰.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino

Superintendência dos Serviços de Pessoal, *Livros Mestres da Corporação dos Oficiais de Marinha*, lv. 1.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Casa Real, Cartório da Nobreza, lv. 20.

Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, lv. 965-A.

¹⁷⁹ ABM, JRC, cx. 114-6.

¹⁸⁰ ALMEIDA, 1907-1909, *Archivo de Marinha e Ultramar. Inventário: Madeira e Porto Santo*, 2 vols.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

Câmara Municipal do Funchal, lv. 1212.

Conservatória do Registo Civil da Calheta, lv. 904.

Família Bettencourt Perestrello de Vasconcelos, lvs. 1 a 5; cx. 1-1, 1-2, 1-110, 1-140; cx. 2-113; cx. 3-49.

Família Torre Bela, cx. 19-34.

Juízo dos Resíduos e Capelas, cx. 114-6.

Paróquia do Arco da Calheta, lvs. 1020, 1022, 1028, 1032.

Paróquia da Calheta, lvs. 522, 523, 526, 537, 4382.

Paróquia do Estreito da Calheta, lvs. 536, 1077, 1034, 1045, 1056, 1057, 1065, 4313, 4451.

Paróquia do Paul do Mar, lv. 1223, mf. 83/84.

Paróquia de Santa Luzia, lv. 6502.

Paróquia de São Pedro, lvs. 129, 1391.

Paróquia da Sé, lv. 31.

Biblioteca Nacional de Portugal

Cód. PBA 296.

Cód. 1352.

Bibliografia

ALESSANDRINI, Nunziatella, 2012, «Os Perestrello: uma família de Piacenza no Império Português (século XVI)», in ALESSANDRINI, Nunziatella, RUSSO, M., SABATINI, G., VIOLA, A. (org.), *Di buon affetto e commercio: relações luso-italianas na Idade Moderna*, Lisboa, Centro de História d'Além Mar, pp. 81-112, disponível em https://www.academia.edu/6148469/Os_Perestrello_uma_fam%C3%ADlia_de_Piacenza_no_Imp%C3%A9rio_portugu%C3%AAs_s%C3%A9c._XVI_in_Di_buon_affetto_e_commercio_pp.81-112, consultado em 01-04-2019.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (compil.), 1907-1909, *Archivo de Marinha e Ultramar. Inventário: Madeira e Porto Santo*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.

ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, *Catálogo do Arquivo da documentação da Família Betencourt Perestrello* (antigo Instrumento Descritivo n.º 57).

BIBLIOTECA NACIONAL, BARATA, Paulo J. S. (intr., catálogo e índices), 2001, *Catálogo da Coleção de Códices: COD. 851-1500*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

BRANCO, Fernando, 03-06-2017, «Discussão do artigo "Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?" de Luís Filipe F. R. Thomaz», in *Expresso*,

- disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2017-06-03-Texto-de-Fernando-Branco-1#gs.4bqwk9>, consultado em 04-04-2019.
- CARMONA, Maria João Favila Vieira, «Vieira, Francisco Manuel Homem de Gouveia Favila» in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/vieira-francisco-manuel-homem-de-gouveia-favila/>, consultado em 04-04-2019.
- CLODE, Luiz Peter, 1952, *Registo genealógico de famílias que passaram à Madeira*, Funchal, Tipografia Comercial.
- COELHO, Maria de Fátima, 1980, «O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias», in *Análise Social*, vol. XVI, n.º 61-62, pp. 111-131, disponível em www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7696.pdf, consultado em 04-04-2019.
- CORDEIRO, Margarida Cláudia S.S. Oeiras, 1989, *Inventário do Arquivo da Casa Nisa*, Lisboa, Trabalho do seminário de Arquivística do Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”.
- COSTA, Isabel Botelho da, 1987, *Organização e inventariação dum arquivo histórico particular, pertencente à Família Bettencourt Mimoso, e doado ao Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Trabalho do seminário de Arquivologia da Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”.
- D’ARIENZO, Luisa, 2007, «La famiglia di Bartolomeo Perestrello, suocero di Colombo», in *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Roma – Série XII, vol. XII, pp. 649-670, disponível em https://www.academia.edu/11881810/La_famiglia_di_Bartolomeo_Perestrello_suocero_di_Colombo, consultado em 01-04-2019.
- FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros, JARDIM, Gastão e GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, *Guia do Arquivo Regional da Madeira*, in *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, vol. XX, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Arquivo Regional da Madeira.
- FERREIRA, P.º Manuel Juvenal Pita, [imp. 1959], *O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1930, *Livro terceiro dos Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- GUERRA, Jorge Valdemar, Jan.-Jun. 1991, «O saque dos argelinos à ilha do Porto Santo em 1617», in *Islenha*, n.º 8, pp. 57-78.
- LEITE, Jerónimo Dias, 1947, *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha*, com introdução e notas de João Franco Machado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, João Martins da Silva, 1944, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. 1 (1147-1460), Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.
- MELLO, Luís de Sousa, s.d., «Memória genealógica de Perestrellos Favillas Vieiras», in *Capela de Nossa Senhora da Ajuda nos Piornais: memória e actualidade*, inédito.

- MELLO, Luís de Sousa e PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, s.d., «Documentos agregados à Memória genealógica», in *Capela de Nossa Senhora da Ajuda nos Piornais: memória e actualidade*, inédito.
- MELLO, Luís de Sousa, 2005, «Quadros de descendências de povoadores do Porto Santo», in *Sonho da Ilha Afortunada e memórias de tempos difíceis: documentos históricos da ilha do Porto Santo*, in *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, Série Transcrições Documentais, 2, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Arquivo Regional da Madeira.
- NORONHA, Henrique Henriques de Noronha, [1948], *Nobiliário de Famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira, depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, [S. Paulo], Revista Genealógica Brasileira.
- PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, 2005, *Sonho da Ilha Afortunada e memórias de tempos difíceis: documentos históricos da ilha do Porto Santo*, in *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, Série Transcrições Documentais, 2, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Arquivo Regional da Madeira.
- PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, 2012, «Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Morgadio dos Piornais em S. Martinho, Funchal, ilha da Madeira», in ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, pp. 243-264.
- PEIXOTO, Pedro Abreu, Jun. 1991, *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*, [Lisboa], Instituto Português de Arquivos, Estudos e Documentos Técnicos.
- REINA, Gabriele, 2017, «Lo stemma dei Perestrello e alcune importante testimonianze artistiche», in *III CONGRESSO INTERNAZIONALE COLOMBIANO – Torino*, Palazzo Lascaris, 12 e 13 Ottobre 2017, disponível em https://www.academia.edu/36171138/Lo_stemma_dei_Perestrello_e_alcune_importanti_testimonianze_artistiche._III_CONGRESSO_INTERNAZIONALE_COLOMBIANO_-_Torino_Palazzo_Lascaris_12_e_13_Ottobre_2017, consultado em 01-04-2019.
- ROSA, Maria de Lurdes, 1995, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSA, Maria de Lurdes e NÓVOA, Rita Sampaio da (coords.), 2014, *Arquivos de família: memórias habitadas: Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, Col. Instrumentos de trabalho – I, Lisboa, IEM – Instituto de Estudos Medievais.

- SERVIÇO EDUCATIVO DO ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA, 2006, *Genealogia e História da Família: caderno pedagógico*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais – Arquivo Regional da Madeira.
- SILVA, Armando Malheiro, 2016, «Prefácio», in LIMA, Luís Horta, *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- SILVA, P.º Fernando Augusto, 1998, «Instituições vinculares», in *Elucidário Madeirense*, vol. II, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 171-173.
- SILVA, P.º Fernando Augusto, 1998, «Perestrelo (Bartolomeu)», «Porto Santo (Capitania do)», «Porto Santo (Vila e Município)», «Porto Santo (Desenvolvimento, decadência e crises)» e «Quintos e oitavos», in *Elucidário Madeirense*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, respetivamente pp. 71, 116-117, 118, 122-123.
- SOUSA, João José Abreu de, s.d., *Uma árvore de costados dos Perestrelos portugueses: os capitães do Porto Santo*, Secretaria Regional de Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SOUSA, João José Abreu de, s.d., *Casa Colombo – Porto Santo e a Expansão*, disponível em http://www.museucolombo-portosanto.com/museu_portosanto.html, consultado em 13-03-2018.
- TRINDADE, Ana Cristina e PERNETA, Paulo, 2016, «Perestrelo, Bartolomeu», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/perestrelo-bartolomeu/>, consultado em 13-03-2018).
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., 2015, «Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. XVI, pp. 483-542.
- VIEIRA, Alberto, 2016, «Colombo, Cristóvão», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/colombo-cristovao/>, consultado em 01-04-2019).
- VIEIRA, Alberto e RIBEIRO, João Adriano (intr. e notas), 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo.
- VIEIRA, Maria João Pereira da Silva Favila, VIEIRA, Fernão Manuel Favila e PAREDES, Maria Favila Vieira da Cunha, 2004, «Capela de Nossa Senhora da Ajuda: memória e atualidade», in *Islenha*, n.º 35, pp. 163-193.
- VIEIRA, Sofia Favila, «Vieira, Fernão Manuel Homem de Gouveia Favila», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/vieira-fernao-manuel-homem-de-gouveia-favila/>, consultado em 04-04-2019.

Os Primórdios da Família Leme na Madeira (Séculos XV-XVI)

The Beginnings of the Leme Family in Madeira (15th-16th Centuries)

*Margarida Leme*¹

Resumo

Com este artigo pretende-se situar no espaço e no tempo a família Leme, descendente de Martim Leme, natural de Bruges, estabelecido em Portugal em meados do século XV, desfazendo, à luz da documentação já conhecida, uma série de equívocos que se foram criando à sua volta.

Pretende-se também seguir o percurso das três primeiras gerações de Lemes na ilha da Madeira, desde a chegada de António Leme ao Funchal, no último quartel do século XV, até ao final do século XVI, referindo expressamente o morgado instituído em 1552 por Pedro Leme.

Palavras-chave: História da Família; Família Leme; Madeira.

Abstract

This article intends to situate in space and time the Leme family, descendant from Martim Leme, a native of Bruges, established in Portugal in the middle of the 15th century, undoing, in the light of the documentation already known, a series of mistakes that were created around them.

It also intends to follow the course of the first three generations of Lemes on the island of Madeira, from the arrival of António Leme to Funchal, in the last quarter of the 15th century, until the end of the 16th century, expressly referring to the strict settlement (morgado) founded in 1552 by Pedro Leme.

Keywords: Family History; Leme Family; Madeira.

¹ Doutorada em História / Arquivística Histórica, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Bibliotecária-Arquivista pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi entre 1980 e 2013 responsável pelo Centro de Documentação e Informação (Biblioteca e Arquivo) da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Lisboa). É membro do Instituto de Estudos Medievais da mesma instituição, tendo como áreas de interesse a história da família e a arquivística histórica, bem como a história do livro e da leitura. Contacto: mleme@netcabo.pt.

A história da família Leme, desde as suas origens em Bruges, passando depois por Portugal continental, Madeira e também Brasil, apesar do conhecimento de alguns documentos, em certos casos mal interpretados, está cheia de equívocos transmitidos por genealogistas, todos eles tardios – seis e setecentistas² –, inquinando até a historiografia actual³.

Pretendemos, pois, com este nosso artigo, repor, à luz da documentação coeva até agora identificada, o que consideramos ser o percurso desta família em Portugal, desde as suas origens flamengas, até à partida de alguns dos seus membros para o Brasil e à instituição do morgado dos Lemes, na Madeira, em meados do século XVI.

As Origens

Martim Leme, flamengo de nação, «brugês de Bruges» como é designado numa carta régia de 1456⁴, chegou a Portugal, por via do comércio, em meados do século XV, no reinado de D. Afonso V. A família já tinha armas, pois na carta de brasão passada a seu filho António, em 1471, D. Afonso V expressamente o diz: «posto que nos bem em conhecimento somos que elle da parte de seu pay pode trazer armas»⁵.

Sabemo-lo com negócios em Lisboa, pelo menos desde 1452, onde está como «facteur et compagnon de marchandise» de Zegher Parmentier, negociante com casa comercial em Bruges⁶. Ao chegar a Lisboa, traz também procuração de Rombout de

² Nomeadamente, Henrique Henriques de Noronha (cf. NORONHA, 1948, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, tomo II, pp. 350-357), Alão de Morais (cf. MORAIS, 1997, *Pedatura Lusitana*, vol. v, pp. 318-319), Felgueiras Gaio (cf. GAIO, 1992, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. VI, pp. 355-356), Pedro Taques de Almeida Paes Leme (cf. LEME, 1980, *Nobiliarquia Paulistana* [...], tomo III, pp. 1-139, 217-221). Baseados em Manuel Soeiro (1580-1628) (cf. SOEIRO, 1924, *Anales de Flandes*), Alão de Morais (1632-1693), Henrique Henriques de Noronha (1667-1730) e Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), os únicos que referem os Lemes da Madeira, pois que Felgueiras Gaio (1750-1831) só trata dos Lemes do continente, ajudaram a estabelecer a confusão sobre as duas primeiras gerações de Lemes em Portugal, confundindo Martim (pai) com Martim (filho) e criando uma geração intermédia que nunca existiu.

³ É exemplo disto, entre outros, a comunicação de John Everaert apresentada ao *III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, intitulado «Les Lem, alias Leme: une dynastie marchande d'origine flamande au service de l'expansion portugaise». Nela, o autor não só confunde pai e filho, como atribui, sem qualquer fundamento, a um neto de Martim Leme, Henrique Leme, que morreu solteiro em Malaca (mas com testamento), uma série de filhos, na realidade uma série de Lemes «desgarrados» que ele supõe serem filhos deste Henrique Leme. Cf. EVERAERT, 1993, «Les Lem, alias Leme [...]», pp. 817-838.

⁴ Nas várias cartas registadas na Chancelaria de D. Afonso V, Martim Leme é sucessivamente referido como «mercador brugês, nosso naturall» (1456), «nosso escudeiro, mercador, morador em esta cidade de Lisboa» (1463), «nosso scudeiro, mercador, morador em a nossa muy noble e sempre lial cidade de Lixboa» (1464).

⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, f. 90. Transcrita em LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», p. 68.

⁶ PAVIOT, 1999, «Les Portugais à Bruges au XVe siècle», doc. 14, p. 38.

Wachtere⁷, também comerciante flamengo, para lhe resolver um assunto que aqui se encontrava pendente, relacionado com a venda de jóias. Mais tarde, em 1466-1467, terá uma questão judicial a este respeito, em Bruges, com o dito Wachtere⁸.

Entre 1456 e 1466 uma série de documentos registados na Chancelaria de D. Afonso V dão-nos notícia da sua actividade em Portugal, sempre ligada ao comércio. Assim em 7 de Junho de 1456 estabelece com o rei um contrato para exportação de cortiça para a Flandres, tendo como sócio Pero Dinis, estante em Bruges⁹. Curiosamente, duas semanas mais tarde, em 21 de Junho, este mesmo contrato é feito com Marco Lomelino¹⁰, não sendo mencionado o nome de Martim Leme. Quando, dez anos depois, é dada quitação a Marco Lomelino, já o nome de Martim Leme volta a surgir substituindo Domenico Scotto, que no contrato feito com Marco Lomelino tinha ficado com uma parte das acções da companhia. Toda esta questão foi desenvolvida por Sousa Viterbo no artigo que escreveu sobre o comércio da cortiça em Portugal¹¹, e por Virgínia Rau no seu estudo sobre a família Lomelino¹², pelo que deixamos aqui apenas o apontamento.

Durante os cerca de 15 anos em que provavelmente viveu entre Portugal e a Flandres¹³, Martim Leme foi um importante elemento da comunidade flamenga em

⁷ PAVIOT, 1999, «Les Portugais à Bruges au XVe siècle», doc. 70, pp. 70-76.

⁸ PAVIOT, 1999, «Les Portugais à Bruges au XVe siècle», doc. 70, pp. 70-76. Esta questão é muito curiosa pois nos permite penetrar nos circuitos comerciais da época. Wachtere tinha enviado para Lisboa, por via de dois feitores seus, nomeados no texto Jaques Fave (Fane?) e Berthelmy de Busere, determinadas jóias de alto valor (10.310 *écus d'or*). Aqui, esses feitores dividiram-nas, tendo cada um deles ficado com um quinhão. Delas, parte havia já sido vendida por 2.000 dobras, e Busere empenhara (*avoit engaigiez*) a parte restante a um judeu, tendo Fave levado sete peças para Sevilha, onde também as empenhara (*mis en gaige*) a um cambista por cerca de 1.000 dobras. Estas últimas haviam sido recuperadas por Martim Leme, para o que tivera que fazer «changes et rechanges», não tendo disso recebido pagamento de Wachtere. Vendera-as e, além do que conseguira com a venda, tinha gasto mais nos câmbios uma avultada quantia que Wachtere lhe devia. Não tinha porém conseguido recuperar as que haviam ficado em Lisboa, apesar de ter pedido a Wachtere que lhe enviasse «lettres de recommandation de nostres tres-redoubtee dame et princesse ma dame la duchesse de Bourgoigne, au roy de Portugal et a la royne», o que Wachtere aliás providenciou. Todas estas diligências tinham sido feitas por Martim Leme a pedido de Wachtere que aproveitou o regresso de Martim Leme a Lisboa (teria sido até o próprio Martim Leme que, chegado de Portugal, o informara do mau andamento do negócio) para lhe passar procuração para resolução desta questão, cujo desfecho fica interrompido, pois o processo está incompleto. Há na obra de que nos servimos diversos outros documentos sobre o mesmo assunto (PAVIOT, 1999, «Les Portugais à Bruges au XVe siècle», docs. n.º 41, 53, 56-57, 60, 62-63, 66-69, 118, 124-125) mas em flamengo, o que nos impediu de os utilizar devido ao desconhecimento da língua. Aliás, muitas outras fontes também publicadas em flamengo e certamente essenciais para a reconstituição, não só da pessoa de Martim Leme (pai), como dos seus antecessores, ficaram por explorar devido ao mesmo obstáculo.

⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, f. 134. Publicado por VITERBO, 1904, «O monopólio da cortiça no século XV», p. 46.

¹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, f. 50v.

¹¹ VITERBO, 1904, «O monopólio da cortiça no século XV», pp. 41-52. V. também FREIRE, 1908, «Maria Brandoa, a do Crisfal [...]», vol. VI, pp. 327-328, 359-360.

¹² RAU, 1956, «Uma família de mercadores italianos [...]», pp. 56-83.

¹³ Não é líquido que Martim Leme tenha vivido sempre em Lisboa. Ao regressar a Bruges definitivamente,

Lisboa e certamente membro da Irmandade dos Borguinhões, estabelecida na capela de Santa Cruz e Santo André do mosteiro de São Domingos¹⁴. Em 1457 aparece-nos, inclusive, como procurador dos mercadores flamengos, holandeses e zelandeses¹⁵. O documento, datado de 8 de Agosto, apresenta as reclamações dos mercadores súbditos do duque de Borgonha, acerca de certos abusos de que eram vítimas por parte das autoridades portuguesas que os prejudicavam nas suas transacções. Martim Leme não só serve de interlocutor junto de D. Afonso V, como fica a seu cargo uma larga soma de dinheiro pertencente a esses mercadores. Tem como credencial suplementar o facto de falar português e flamengo, pois que se subentende que os referidos mercadores eram prejudicados por não falarem a nossa língua.

Em 1461 é um dos assinantes, juntamente com Gomes Eanes de Zurara, do compromisso da Confraria de Santa Catarina do Monte Sinai, dos livreiros, instituída com o patrocínio do condestável D. Pedro, filho do infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira¹⁶. Em 1463, por carta régia datada de Sacavém, 25 de Fevereiro, é-lhe dada licença de porte de armas para seis dos seus homens¹⁷, o que assinala uma vertente da violência da época, ao exigir escolta armada como garantia da segurança dos mercadores abastados. Nesse mesmo ano, juntamente com os sócios, estabelece «trautos» com o rei – que lhe são quitados no ano seguinte –, no valor de 3.167.234 réis, dos quais 178.000 réis foram para custear as despesas da armada de Tânger¹⁸. A empresa africana, em que D. Afonso V tanto se empenhou, parece também impressionar Martim Leme, pois que mais tarde, em 1471, já regressado a Bruges, armará e enviará à conquista de Tânger uma urca capitaneada por seu filho António¹⁹.

para aí casar, em Setembro de 1467, já Martim Leme (Maerten Lem) detém o importante cargo de burgomestre da Comuna, e não mais, até à sua morte, deixa de ocupar lugares importantes na administração da cidade, o que não se coaduna com a hipótese de se ter expatriado em Portugal durante mais de 15 anos.

¹⁴ Fundada em 12 de Abril de 1414 «na Capella collateral da Mayor da banda da Epistola», segundo SOUSA, 1767, *Primeira Parte da Historia de S. Domingos* [...], pp. 345-345. Para esta capela contribuíam os mercadores súbditos do duque da Borgonha com «hum por milhar de tudo o que val a fazenda que lhes entra nas maons, e todas suas nãos pagaõ por tonelada hunm vintem, que como são muitas, e a terra de Frandes não tem outro genero de vida nem trato, senaõ mercadejar, he hum, e outro rendimento taõ importante, que huns annos por outros passa de dous mil, e quinhentos cruzados quando o comercio não està cerrado», segundo a mesma fonte. Também FREIRE, 1908, «Maria Brandoa, a do Crisfal [...]», vol. VI, pp. 332-334, 359-360; vol. VII, pp. 53-55.

¹⁵ Documento inserido em outro datado de 1483 que o confirma (ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 6, f. 165). Publicado por FREIRE, 1908, «Maria Brandoa, a do Crisfal [...]», vol. VI, pp. 431-434.

¹⁶ VITERBO, 1988, *Dicionário Histórico e Documental* [...], pp. 202-203.

¹⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, f. 58v.

¹⁸ Carta de quitação de trautos, Coimbra, 27 de Setembro de 1464 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, f. 61; *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 5, f. 142-142v.). Publicada por VITERBO, 1904, «O monopólio da cortiça no século XV», pp. 49-50.

¹⁹ Poderá ter relação com isto o facto de o timbre das armas que constam no seu retrato existente no

Entretanto, não sabemos quando, durante a sua estadia em Portugal, teve com Leonor Rodrigues²⁰ sete filhos, legitimados em 1464²¹, a saber: Luís, Martim, António, João, Rodrigo, Catarina e Isabel²². Adquiriu uma casa na rua Nova dos Mercadores, que é dada como referência quando do cortejo de aclamação de D. João II em 1485²³ e em 1499²⁴. Nessa casa vivia em 1500 a sua «viúva», como então se intitula Leonor Rodrigues²⁵.

Ainda em 1464, o rei concede a Martim Leme, a quem designa de «escudeiro», autorização para submeter à justiça cristã os seus credores judeus²⁶. Por esta altura, em função do teor dos documentos, Martim Leme parece estar a «encerrar» os seus negócios

Hôpital de la Potterie (Bruges), ser um negro em pé. Neste quadro o brasão é esquartelado, tendo no 2.º e 3.º quartéis *de prata três merletas* e no 1.º e 4.º quartéis *de vermelho cinco vieiras* (cf. LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]» p. 66). Este brasão de armas parece, no entanto, ter sido incorretamente reproduzido, uma vez que as armas que figurariam no túmulo de Martim Leme na Catedral de São Donaciano em Brugues (demolida no séc. XIX), tinham no 1.º e 4.º quartéis *de prata três merletas* e no 2.º e 3.º *de vermelho cinco vieiras* (cf. LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]» p. 66). Chamamos a atenção para o facto das armas de Martim Leme constantes do *Livro do Armeiro-Mor* conservado no Arquivo da Torre do Tombo serem: *de prata três merletas de negro*, sem timbre (cf. LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]» p. 67). No *Tombo das Armas dos Reis e Titulares Intitulado... Tesouro da Nobreza*, 1675, manuscrito da Torre do Tombo, o timbre é apenas uma merleta. Já na obra de Manuel de Santo António, *Thezouro da Nobreza de Portugal*, manuscrito do século XVIII de que existem cópias na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo, o timbre é a merleta no centro de uma aspa de prata.

²⁰ Dita «mulher solteira» à data das legitimações.

²¹ Cartas de legitimação, datadas de Tentúgal, 6 de Setembro de 1464, em ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, ff. 66v.-67. São sete cartas, uma para cada um dos filhos, diferindo apenas o nome do respectivo legitimado.

²² Esta é a ordem por que as cartas de legitimação estão apresentadas no livro da Chancelaria. Temos, porém, razões para acreditar que António seria mais velho que Martim. Efectivamente é António que o pai envia numa urca, desde a Flandres, a combater em Arzila ao lado de D. Afonso V e do príncipe D. João, de cuja casa virá a ser cavaleiro, como veremos adiante. Martim, João e Rui terão ficado com o pai em Bruges, como também veremos adiante. De Luís mais nada se sabe depois da sua legitimação em 1464.

²³ AHML, *Livro 1.º de emprazamentos*, f. 24. Publicado por OLIVEIRA, 1911, *Elementos para a História*, vol. 1, pp. 339-345. Essa casa será provavelmente a mesma que em 1565 pertencia a D. Diogo de Almeida, neto de sua filha Catarina e de João Rodrigues Pais (cf. LISBOA, 1947, *Livro do Lançamento [...]*, vol. I, p. 213). Seria decerto uma casa suficientemente óbvia para servir de referência e bastante espaçosa para albergar doze inquilinos.

²⁴ Alvará, de 4 de Abril de 1499, determinando que se realizem urgentemente certas obras na cidade, in LISBOA, 1959, *Documentos do Arquivo Histórico [...]*, pp. 50-51 (doc. 36).

²⁵ Esta informação é-nos prestada por uma procuração que Leonor Rodrigues passou ao filho, Rui Leme, para tratar com a Câmara do aforamento enfatiota do «ar» de duas moradas de casas que Martim Leme «pai de seus filhos» lhe tinha deixado na Ferraria, encostadas ao muro da cidade, sobre o açougue que «novamente» se havia construído na Ribeira (cf. AHML, *Livro 1.º de Emprazamentos*, f. 24: Escritura de aforamento, de 16 de Março de 1500, de umas casas sobre o Açougue da Ribeira, feita a Leonor Rodrigues). Seriam talvez as casas que, em Outubro de 1463, Martim Leme adquiriu por 140.000 réis, a Lopo Afonso, recebedor da Sisa das Carnes de Lisboa, que ficavam na rua da Ferraria e pagavam foro enfatiota à Câmara da cidade (cf. AHML, *Livro 1.º de Escrituras de Aforamento*, ff. 51-51v.).

²⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, f. 63v. Publicada por VITERBO, 1904, «O monopólio da cortiça no século XV», pp. 48-49. Poderá estar esta carta relacionada com o processo judicial já referido, em que participa um judeu? (cf. nota 8).

em Lisboa, preparando-se para partir. Efectivamente, por volta do ano de 1466, regressa à Flandres, levando temporariamente com ele os filhos António, Martim, João e Rui²⁷.

Se bem que de regresso a Bruges²⁸, Martim Leme continua a comerciar com Portugal. Em 1470 serve como fiador do negociante João Esteves, numa questão que o opõe ao feitor português Álvaro Dinis, sobre contrabando e confisco de marfim²⁹. No documento pelo qual conhecemos a ocorrência, é dito «mercador da nação de Portugal, casado e morador na cidade [de Bruges]». Em 1473 importa de Portugal, via Zelândia, dois carregamentos de cortiça³⁰.

Em Lisboa, onde ficou, Leonor Rodrigues³¹ casa as filhas e vê alguns dos filhos partirem – António e João para a Madeira. De Luís não temos mais qualquer notícia,

²⁷ Apenas SOEIRO, 1924, *Anales de Flandes*, p. 494, diz que Martim também vai com o pai para Bruges. De António, temos a certeza de ter ido, pela carta de armas já referida, que o diz expressamente «avendo respeito aa sua booa vomtade e desejo com que nos veo de Framdes servir em a tomada da nossa villa d'Arzilla e çidade de Tamger com çertos espyngardeyros e homens em huuma hurca em a quall o seu pay Martym Leme o enviou a nos servir na dita guerra» (cf. LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», p. 68). Em Outubro de 1472 Martim Leme (pai), já casado em Bruges com Adrienne van Nieuenhove, compra para os seus filhos legítimos, Kaerlekin, Adrienkin e Hannekin, e bastardos, Maertkin (Martinzinho) e Hannekin (Joãozinho), certas tenças de juro (annuities). Em Novembro de 1477, compra novamente «annuities» para os filhos, desta vez, para os legítimos Adriaan e Maykin, e para os bastardos, Jan (João) e Rogier (Rui). Cf. MATTHEUS, 2011, *Prosopografie van het Brugs Stadsbestuur*. Agradecemos esta informação a Wil Lem, bem como a respectiva tradução para inglês.

²⁸ Em Bruges, Martim Leme casa com Adrienne Van Nieuvenhoven, em 1467, nascendo-lhe em 1468 o 1.º filho flamengo. Vai tendo filhos e enriquecendo. Vive principescamente e toma parte na vida municipal e política (cf. EVERAERT, 1993, «Les Lem, alias Leme [...]», p. 383, que no entanto descreve as actividades políticas e municipais de Martim Leme (pai) em Bruges, como se do filho se tratasse; cf. também HAEMERS, *For the common good* [...], pp. 35, 43-44, 50-51, 54, 74, 78, 80, 82-89, 92, 100, 137-139, 141-146, 150, 156, 183, 191, 194, 197, 219, 226, 268). Em 1477 institui, juntamente com a mulher, a capela de *Nôtre Dame de la Miséricorde* na igreja colegiada de *Saint Donatien*, com aniversário perpétuo. É também eleito tutor do *Hôpital de la Potterie*. Desta sua função resta-nos um quadro a óleo, ainda exposto na referida instituição, com a legenda «D. Martinus Lem. Factus Tutor Anno 1478. Obiit 1487» (cf. LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», p. 66). Esta última data está manifestamente errada pois morre em Lovaina, em 27 de Março de 1485, deixando viúva, 9 filhos e uma casa comercial próspera que é, então, liquidada (cf. MUS, 1964, «De Brugse Compagnie Despars [...]», pp. 88-89). Há alguma confusão com o ano da sua morte e até com o local (Lovaina ou Bruxelas). Quanto à data em que ocorreu – 1484, 1485 ou 1487 – em parte se explica pelo facto de, na Flandres, o ano começar no dia de Páscoa e em 1485 a Páscoa ter caído em 3 de Abril e portanto, tendo sido o dia da morte 27 de Março, já se estar, segundo a datação actual, em 1485. A data de 1485 é comprovada por, em Outubro desse ano, a mulher, Adrienne, já ser chamada de «viúva» (cf. MUS, 1964, «De Brugse Compagnie Despars [...]», p. 88, nt. 392: «in oktober 1485 een volmacht kregen van Adriane van Nieuwenhove, weduwe van Maarten Lem»). Maarten Lem exilou-se em Lovaina por motivo de turbulência política em Bruges, em 1485, e aí morreu, tendo a viúva tido alguma dificuldade em recuperar os seus restos mortais para os enterrar na capela familiar na igreja de *Saint Donatien* (arrasada no século XVIII).

²⁹ Talvez relacionado com Pedro Dinis, sócio de Martim Leme no contrato da cortiça, e também com Martim Dinis, futuro genro de Martim Leme. Seria Álvaro pai deste último?

³⁰ Cf. EVERAERT, 1993, «Les Lem, alias Leme [...]», p. 822 e nt. 4.

³¹ Terá morrido entre 1516 e 1519. Cf. Testamento de Henrique Leme, seu neto, em LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», pp. 70-81.

mas Martim, que é referenciado na Madeira em determinadas ocasiões, deve ter ficado em Portugal, dando continuidade aos negócios do pai. Rui fica em Lisboa, vivendo «de contínuo» na casa do rei, como adiante veremos.

A Primeira Geração Portuguesa

Deixaremos António Leme para o final, por ter sido ele o patriarca dos Lemes da Madeira, passando a tratar dos seus irmãos, filhos de Martim Leme e de Leonor Rodrigues.

Ao sair definitivamente de Portugal, Martim Leme (pai) não liquidou totalmente os seus negócios aqui. Tudo leva a crer que Martim Leme (filho, geralmente alcunhado de «o Moço» nos documentos) tenha ficado a substituí-lo à frente de uma casa comercial que teria três pontos de confluência: Bruges, Lisboa e a Madeira (ilha para onde mais tarde irá o seu irmão António).

Em 1476, Martim Leme, dito «português», participava com 20% de uma comandita, que incluía os Medici e Portinari de Bruges e os florentinos Martelli, e que tinha Francesco Muccini como gerente de operações em Lisboa³².

Em 1478, quando do empréstimo lançado por D. Afonso V para «acorrer às despesas da guerra e defesa do reino», «Martim Leme, filho de Martim Leme», empresta ao rei 40.000 réis³³.

Em Dezembro de 1481 está na Madeira, certamente tratando de negócios, tendo sido surpreendido a jogar às cartas no Funchal³⁴ em casa de Rui de Araújo, mas é durante todo o ano de 1482³⁵ que temos mais notícias dele, pelas reuniões de vereação do concelho do Funchal, pois tinha-se comprometido em levar à Madeira uma certa quantidade de trigo e não conseguiu cumprir o contrato³⁶. Esta ou outra questão idêntica estaria por

³² Cf. MELIS, 1972, *Documenti per la Storia Economica* [...], p. 454.

³³ Cf. FREIRE, 1906, «Os sessenta milhões outorgados em 1478», pp. 426, 432, 434; cf. também FARO, 1965, *Receitas e Despesas da Fazenda Real* [...], p. 266.

³⁴ COSTA, 1995, *Vereações* [...], p. 82. A data referida é 23 de Dezembro de 1481, o que inviabiliza a possibilidade de estar simultaneamente em Bruges tratando dos negócios de Maximiliano, cf. EVERAERT, 1993, «Les Lem, alias Leme [...]», p. 823.

³⁵ Há uma certa confusão nas datas dos documentos publicados nas já citadas *Vereações*, pois parece que o livro original terá sido reencadernado em data posterior à da sua execução. Só assim se explica que documentos datados de 1482 estejam entre documentos datados de 1481. Também todas as actas datadas de 25 de Dezembro a 31 do mesmo mês já têm a data do ano seguinte, sistema de datação que se praticou em Portugal desde 1422 até 1582, quando se adoptou o calendário gregoriano (cf. COSTA, 1933, *Normas Gerais de Transcrição* [...], p. 23).

³⁶ Assim, somos informados, ainda em Dezembro de 1481, que não teria cumprido o contrato feito com o Concelho (em data ignorada, mas muito possivelmente nesse mesmo ano) de trazer à ilha, juntamente com Baptista Lomelino, 400 moios de trigo (200 cada um) até final do ano. Martim, por não ter conseguido honrar a sua parte, solicita um adiamento que lhe é concedido até ao seguinte

resolver em 22 de Maio de 1483, quando o duque de Viseu, donatário da ilha, escreve à Câmara, a pedido de Antão de Oliveira, escudeiro da casa da infanta sua mãe, «por algumas boas obras que rezebeo de Martim Leme o Moço», dizendo que

«por quoamto elle e Bautista Lomellim fizeram obrigaçam de levarem a esa minha villa do Funchall soma de pam e o dito Martim Leme nom podera comprir com a sua parte e emcorrera em penna de çertos cruzados como sabees me pidia que asy por lhe fazer merçee como por hy aveer rezam de nom podeer comprir pella saca do pam que ell rey meu senhor defemdeo nestes seus reygns vos escprevese que da dita penna relevasees o dito Martim Leme por que requiere e ouvesees della por quite»³⁷.

Sabe-se apenas que, antes de 13 de Agosto de 1485, já tinha morrido³⁸ pois que nessa data, na Câmara de vereação apareceu

«Antonio Leme cavaleiro morador na dicta vila e dise que seu irmão Martim Leme que Deus aja ennovara com este conçelho sobre a hobrigaçam em que lhe era dos dozentos moios de trigo que per todo este mes de satembro que ora vem lhe desse aqui postos cem moios de trigo e porque na dicta ennovaçam nom era decrarado se o concelho so queria tomar per ho preço de dous mil reis segundo no contrauto primeiro era haffirmado e porcanto elle dicto ante Antonio Leme tiinha mandado por o dicto trigo e ora esperaua por elle lhes pidio que lhe decrarassem se queriam tomar o dicto trigo per o preço dos dictos dous mil reis moio ou lho largarem que o vendesse como elle quissese e podesse»³⁹.

De João Leme, o quarto filho legitimado do casal Rodrigues-Leme, depois de ter estado com o pai para Bruges, pelo menos entre 1472 e 1477⁴⁰, só sabemos (graças ao testamento do seu sobrinho, Pedro) que foi para a Madeira, onde morreu e foi enterrado na igreja do convento de São Francisco, «no cruseiro diamte do alltar de Samto Amtonio [...] em huma sepulltura que tem huma campan gramde de pedra de Flamdes com huma guarnição de latão em que jas Joam Leme meu tio»⁴¹.

mês de Março. Em Março de 82 Martim Leme só trouxe 80 moios e pede portanto novo adiamento que lhe é autorizado até Maio. Fica-se também a saber que Baptista Lomelino conseguiu trazer 189 moios, tendo-lhe sido perdoados os 11 moios que faltavam. Em Junho desse ano ainda Martim Leme não tinha cumprido o objectivo de trazer o trigo que faltava, sendo então requerido, conforme previsto nas condições do primeiro contrato, o embargo dos seus bens. Não temos o seguimento desta questão pois que faltam as actas das vereações dos anos de 1483 e 1484. Cf. COSTA, 1995, *Vereações [...]*, pp. 63, 65, 69, 82, 88.

³⁷ Cf. *Arquivo Histórico da Madeira*, 1972, p. 121, doc. 84.

³⁸ É curioso que tenha morrido pela mesma altura que o pai, com quem é sistematicamente confundido, mas pensamos ter conseguido distinguir as personagens. Se outras razões não houvesse, o facto de ter sido apanhado a jogar cartas a dinheiro no Funchal em 1481 (cf. COSTA, 1995, *Vereações [...]*, p. 82) completamente inviabilizaria a possibilidade de ter sido o filho de Leonor Rodrigues o Maerten Lem casado em Bruges com Adrienne van Nieuwenhove, que nesse ano foi burgomestre da Comuna, o Martim Leme surpreendido no Funchal em jogo clandestino.

³⁹ Cf. COSTA, 1995, *Vereações [...]*, p. 103.

⁴⁰ Cf. nota 27.

⁴¹ Informação colhida no testamento de Pedro Leme, que põe como uma das hipóteses ser enterrado no convento de São Francisco, na sepultura «em que jas Joam Leme meu tio». Cf. Testamento de

O quinto filho legitimado, Rui Leme, terá também ido com o pai para Bruges onde, em 1477, este lhe compra uma tença de juro. No documento é chamado de Rogier e dito filho bastardo de Maerten Lem⁴². Terá voltado para Portugal pois que, em 1494, foi testemunha, juntamente com Duarte Pacheco Pereira, do Tratado de Tordesilhas, onde é designado como «contínuo» da casa de D. João II. Em 1497 recebe de D. Manuel o foro de cavaleiro, por carta datada de Évora, 19 de Setembro, onde se lê que «querendo fazer graça e merçee a Ruy Leme cavaleiro de nosa casa porquanto esta prestes pera nos servir com homens e armas e cavalos temos por bem e mandamos que daqui em deante etc. e em forma»⁴³.

Em 1500 surge-nos como procurador da mãe num contrato de aforamento com a Câmara Municipal de Lisboa. É aí designado como «mercador»⁴⁴. Em 1506 era rendeiro da Alfândega do Funchal»⁴⁵.

Morre antes de 1513, data em que o juiz dos órfãos de Lisboa manda o recebedor da Sisa do Pescado e Madeira entregar a Tristão Gomes [da Mina] 47.050 réis que foram desembargados aos seus herdeiros⁴⁶.

Das duas filhas legitimadas, Catarina, certamente a mais velha, casa duas vezes e tem geração de ambos os casamentos⁴⁷.

Pedro Leme, de 15 de Junho de 1552, Funchal (ABM, *Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Tombo dos Resíduos*, cx. 4, ff. 593-598). Citado, entre outros, por CARITA, 1992, *A Pintura Flamenga na ilha da Madeira* [...], p. 251 e CAMERON, 1989, «Pedras e sepulturas laminadas flamengas [...]», p. 123. Infelizmente, este convento foi demolido no século XIX.

⁴² V. *supra* nota 27.

⁴³ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 28, f. 110.

⁴⁴ V. *supra* nota 25.

⁴⁵ Trespasa em «Framcisco Catanho genoves estamte em Lixboa iij^o lxiiij mjll e ij^o iij rs». Cf. COSTA e PEREIRA, 1985, *Livros de Contas...*, p. 29.

⁴⁶ Cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. 2, mç. 42, n.º 228.

⁴⁷ Do primeiro casamento, foram seus filhos Nuno Fernandes da Mina (cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador de Panóias, por carta de 5 de Novembro de 1527, vedor do Mestre D. Jorge, dos «Treze», pelo menos a partir de 14 de Outubro de 1532, quando esteve presente no Capítulo Geral da Ordem. Cf. PIMENTA, 2002, *As Ordens de Avis e de Santiago* [...], p. 547), Tristão Gomes da Mina (comendador de Santo Eusébio, na Ordem de Cristo, pagem de lança de D. João II), Fernão Gomes da Mina (mestre-escola em Évora), Leonor Gomes (casada com Henrique de Sousa, irmão do conde do Prado), Beatriz Leme (casada com João Lopes de Sequeira, trinchante de D. Manuel e mordomo-mor de D. Beatriz, duquesa de Sabóia, que em 1513 «vendeu» ao rei o castelo de Santa Maria do Cabo de Gué, por si construído) e Urraca (ou Iria?) da Mina (casada com Pedro Correia, senhor de Belas, que em 1522 era donatário da capitania norte da ilha de Santiago e do gado bravo da ilha da Boa Vista, em Cabo Verde). Do seu segundo casamento Catarina Leme teve apenas uma filha, Maria Pais. Esta casou com um filho do conde de Abrantes, D. António de Almeida, que por morte do sogro recebe o cargo de contador-mor, que deste modo passou para a titularidade da família Almeida. Note-se que João Rodrigues Pais teve outra filha, bastarda, com o mesmo nome, Maria Pais, que casou sucessivamente com Vicente Afonso e com Afonso Pestana, de quem teve geração. Cf. bibliografia indicada *supra* nota 2.

Pelo seu primeiro casamento, com Fernão Gomes da Mina, a família alia-se à alta finança do reino, pois Fernão Gomes, figura de relevo da sociedade mercantil lisboeta, deteve entre 1469 e 1474, como é sobejamente sabido, o monopólio do comércio da Guiné, tendo chegado pela primeira vez à costa da Mina, o que lhe valeu o epíteto por que ficou conhecido. Findo esse período foi agraciado pelo rei com armas novas⁴⁸ e em 1478 era já «cavaleiro do Conselho»⁴⁹. Sabemos que, juntamente com outros sócios, também arrematou as rendas da Madeira, porque em 1477 pretendia encampar o contrato, «Dizendo que todo Se pagaua tam mall que elles perdiam tamto no dito aRendamento que o não poderiam mamteer», pelo que a duquesa D. Beatriz em carta dirigida à Câmara do Funchal toma as devidas providências para «que Daquj Em Diamte tenha tall cuydado como Se os Dereytos que a elle pertemcẽ Recadem asy ymteyramente como Deuẽ E nom como Se atee ora fez»⁵⁰.

O segundo casamento de Catarina Leme foi com João Rodrigues Pais, contador-mor do reino, cargo em que tinha sucedido ao pai, Paio Rodrigues, cavaleiro da casa d'el-rei e do seu Conselho. Diga-se, como curiosidade, que em 1503 João Rodrigues

⁴⁸ Por carta de 24 de Agosto de 1474. São elas: de prata três cabeças de negros de sua cor com argolas e colares de ouro no nariz, orelhas e pescoço. Timbre: uma das cabeças do escudo. Cf. FREIRE, 1989, *Armaria Portuguesa*, p. 330.

⁴⁹ Em 1469 Fernão Gomes era escudeiro e foi armado cavaleiro em 1471, logo após a conquista de Arzila. Exponente daquilo que João Paulo Oliveira e Costa chama de «cavaleiro-mercador» (cf. COSTA, 1999, «D. Afonso V e o Atlântico [...]», p. 59; COSTA, 2017, «Fernão Gomes – o cavaleiro-mercador», pp. 125-141), dele nos dão notícias Garcia de Resende (*Vida d'El Rei D. João II*, cap. 24), Rui de Pina (*Crónica d'El Rey D. João II*, cap. II), Manuel de Faria e Sousa (*Ásia Portuguesa*, tomo I, parte I, cap. 2) e sobretudo João de Barros (*Ásia*, Década I, parte II, cap. 1-2). A Chancelaria régia deixou-nos alguns documentos datados de 1469 a 1481, quase todos relacionados com o comércio (publicados em MARQUES (compil.), 1988, *Descobrimientos Portugueses*, docs. 47, 65, 81, 83, 97 e *Portugaliae Monumenta Africana*, 1993, vol. I, docs. 68, 71, 74, 79, 81, 85, 136). Cf. ainda ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, f. 181 (carta de 16.2.1471, para que os seus homens possam andar em «besta muar» enquanto durar o trato da Guiné), liv. 33, f. 141 (carta de 24.5.1474, de perdão por qualquer erro que possa ter cometido durante o contrato com el-rei), liv. 26, f. 19v (carta de perdão, de 13.2.1481, a Gonçalo de Abreu, escudeiro, *acusado de ter chamado Fernão Gomes da Mina* quando ia preso). Também em ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 7, f. 117, se encontra uma carta régia dando-lhe licença para fazer uns moinhos no rio que vem de Alenquer, numa sua terra abaixo da ponte de Vila Nova. Apesar de toda esta documentação, muito pouco se sabe da sua vida, nem sequer a sua ascendência. Outros documentos que nos poderiam elucidar sobre a sua inserção familiar, como testamento, instituição de sufrágios, ou apenas a data da morte e o local de sepultura, são estranhamente omissos para um personagem que teve um óbvio relevo económico e social e um papel importante na corte afonsina, a merecer um estudo mais aprofundado. O marquês de Abrantes chama-o Fernão Gomes de Brito e di-lo, sem hesitar, filho de Tristão Gomes de Brito (cf. TÁVORA, 1999, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, p. 255). Outros genealogistas como GAIO, 1992, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. VII, p. 395, e MORAIS, 1997, *Pedatura Lusitana*, vol. I, p. 653, ignoram as suas raízes. Independentemente da origem social, acumulou certamente uma grande fortuna, que permitiu a seus filhos e netos casarem na média, se não alta, nobreza: Meneses, Noronhas, Sousas, Correias.

⁵⁰ *Arquivo Histórico da Madeira*, 1972, p. 88, doc. 53 («carta da Jmfamte pera se aRecadar bem Suas Remdas», de 1 de Maio de 1477).

Pais e Catarina Leme moravam em Lisboa, na rua Nova d'El-Rei, junto à igreja de São Julião⁵¹.

Finalmente, uma segunda filha de Martim Leme e Leonor Rodrigues (Isabel, conforme carta de legitimação, ou Maria, como querem os genealogistas⁵²), teria casado com Martim Dinis, que alguns chamam de Beire, natural do Porto, onde teria vivido. Quanto a ter ela vivido nesta cidade, não é provável pois, na ausência de qualquer documento que o comprove, só sabemos que morreu e foi enterrada em Lisboa, no convento de São Domingos, «honde jaz mynha mai que santa grolia aja em huma cova que no dicto moesteiro temos», como o filho, Henrique Leme, refere a propósito da capela que aí mandava fazer⁵³. É possível que tenha casado com Martim Dinis, mas o nome do pai também não é declarado por Henrique. Cremos não ser descabido pôr a hipótese de, a ser Martim Dinis o marido de Isabel (ou Maria?) Leme, este estar relacionado com Pedro Dinis que foi sócio de Martim Leme pai no contrato da cortiça, ou até com Álvaro Dinis, que foi feitor régio em Bruges⁵⁴.

Uma das suas filhas, Leonor, casa com Jorge de Albuquerque, primo coirmão de Afonso de Albuquerque, capitão de Malaca. A outra, Guiomar, vai para freira no Convento de Santa Clara de Aveiro, cenóbio patrocinado pela família Albuquerque, o que nos faz pensar que estes netos de Martim Leme terão ficado órfãos muito cedo e talvez a cargo da irmã Leonor (certamente já casada com Jorge de Albuquerque), e de outros parentes. Henrique, a propósito do tio, Rui Leme, recorda concretamente «por criação que em sua casa rezeby». Uma terceira filha, Ana, ficou solteira, foi ela a herdeira e testamenteira do irmão, Henrique⁵⁵. À data da morte deste, vivia em casa da prima, Maria Pais, já casada com o contador-mor, D. António de Almeida. Ana morreu em 1563⁵⁶.

Os filhos, Henrique e outro (de que não sabemos o nome, pois Henrique, a nossa única fonte de informação, o omite), vão servir na Índia, destino de tantos filhos segundos da nobreza à procura de fortuna. O irmão de que Henrique fala no

⁵¹ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1134, ff. 188v.-189.

⁵² Cf. GAIO, 1992, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. VI, p. 355; LEME, 1980, *Nobiliarquia Paulistana [...]*, tomo III, p. 5.

⁵³ Cf. Testamento de Henrique Leme, 1521, transcrito em LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», pp. 70-81.

⁵⁴ GAIO, 1992, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. III, p. 11, em título de «Beires», dá-nos Martim Dinis de Beire, casado com Maria Leme, filho de Álvaro Dinis de Beire e neto de Pedro Dinis de Beire.

⁵⁵ Cf. Testamento de Henrique Leme, 1521, transcrito em LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», pp. 70-81.

⁵⁶ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião*, liv. 17, ff. 461v.-467.

testamento morre antes de 1521 e mais nada sabemos da sua vida⁵⁷. Henrique, por sua vez, partiu para a Índia em 1512, na companhia do cunhado Jorge de Albuquerque e por lá batalhou, até morrer em Malaca em 1523⁵⁸.

Por fim, António Leme, o terceiro filho legitimado de Martim Leme e Leonor Rodrigues. Foi ele, como já referimos, enviado pelo pai, em 1471, à conquista de Arzila. Na sequência deste feito recebe de D. Afonso V armas novas⁵⁹ e é dito como fazendo parte da casa do príncipe D. João. Passou a residir na Madeira no último quartel do século XV.

Lemes na Madeira

Durante os anos 80 do século XV⁶⁰, encontramos António Leme plenamente fixado na Madeira, para onde terá ido possivelmente como representante dos interesses da família naquela ilha vocacionada para o comércio do açúcar. Segundo notícias que nos chegam por via do cronista dos feitos de Cristóvão Colombo, Bartolomeu de las Casas, um dos informadores do descobridor da América foi «un Antonio Leme, casado en la isla de la Madera [que] le certificó que habiendo una vez corrido con una sua carabela buen trecho al poniente, había visto tres islas cerca de donde andaba»⁶¹.

António instala-se no Funchal como proprietário de terras⁶² e toma parte na vida municipal, tendo sido vereador por diversas vezes entre os anos de 1485 e 1491⁶³. É, nos documentos que nos chegaram, chamado de «homem bom» e «cavaleiro», o que o mostra plenamente integrado nos estratos superiores da sociedade madeirense.

⁵⁷ É possível que seja ele o Martim Leme de que fala Gaspar Correia (cf. CORREIA, 1860, *Lendas da Índia*, p. 278), dizendo que em 1512 «o capitão [Afonso de Albuquerque] entregou a fortaleza [Malaca] a Martim Leme, feitor e alcaide mor, que elle fez per morte de Ruy d'Araujo, e Afonso Pessoa em guarda que ninguém saysse em terra...». Cf. o testamento de Henrique Leme in LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», pp. 51-83.

⁵⁸ Sobre Henrique Leme e o seu testamento cf. LEME, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar [...]», pp. 55-61, 70-81.

⁵⁹ Carta de armas em ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, f. 90. FREIRE, 1989, *Armario Portuguesa*, p. 263, nota.

⁶⁰ Em 1485 é ele que informa o Concelho do Funchal da morte do irmão e se propõe honrar o contrato que este tinha feito, conforme já referido. Cf. COSTA, 1995, *Verações [...]*, p. 103.

⁶¹ LAS CASAS, 1875, *Historia General de las Indias*, vol. I, p. 75 e COLOMBO, 1571, *Le Historie della Vita e dei Fatti [...]*. Cf. PERES, 1960, *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 343 e ALBUQUERQUE, 1965, «António Leme», p. 701.

⁶² RAU e MACEDO, 1962, *O Açúcar na Madeira [...]*, p. 72 («foi estimado huum canaveall na terra d'Antoneo Leme») e p. 79 («estimamos huum canaveall na terra d'Antoneo Leme»). Estas terras de António Leme ficavam «nas partes de fundo a saber do Campanairo atee a Fajãa d'Houvelha».

⁶³ COSTA, 1995, *Verações [...]*, pp. 199, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 213, 221, 232, 233, 238, 242, 246, 249, 250, 253, 257, 266.

Na Madeira casou com Catarina de Barros, filha de Pedro Gonçalves da Clara⁶⁴ e de sua mulher Isabel de Barros. Por escritura de 31 de Janeiro de 1484 (que transcrevemos no Anexo 1)⁶⁵ recebeu dos sogros, em pagamento de um dote no valor de 450.000 réis, acordado em escritura prévia,

«todo seu asentamento de terras e casas que tinham em a ponta do soll [...] que todo posam llograr e pesojr e defrruytaar e vemder e daar e doar trocar escambar fazer dos ditos bens e em elles e de todas suas bemfeytorias E asy d augoas que necessytasem pera suas terras tenham todo o que quysesem e por bem tevesem asy elles seus filhos como todos aquelles que delles vierem e decenderem».

A partir de 1491, quando pela última vez é referenciado nas actas da Câmara do Funchal, deixamos de ter notícia de António Leme. Não sabemos quando morre, mas terá sido depois de 1514, ano em que assina um conhecimento de dívida de 15.000 réis de um moio de trigo recebido do feitor da terça parte da renda das Ilhas⁶⁶. Quanto a Catarina de Barros, ainda estaria viva em 1524, quando envia para as Canárias «hũ quarto de vinho canteiro de vinagre e laranjas»⁶⁷.

António Leme e Catarina de Barros tiveram, pelo menos, sete filhos: Martim, Pedro, Antão, Aleixo, Rui, Antónia e Leonor.

Martim Leme, que talvez fosse o primogénito, não é referido em nenhuma genealogia. No entanto é-nos apresentado, juntamente com o irmão Pedro, como tendo feito parte da expedição que, em 1513, sob o comando de João Gonçalves da Câmara, foi auxiliar na tomada de Azamor⁶⁸.

⁶⁴ Os genealogistas, a partir de Henrique Henriques de Noronha, são unânimes em considerar o sogro de António Leme como Pero Gonçalves da Clara, ou seja, o viúvo de Clara Esteves casado uma segunda vez com Isabel de Barros, filha de Lopo Vaz Delgado e de Catarina de Barros. Ora, em 1473 Pero Gonçalves ainda está casado com Clara Esteves, que no seu testamento, datado de 1 de Janeiro de 1473, deixa o marido por testamenteiro, juntamente com João do Porto, dizendo expressamente que lhe deixa pelo seu trabalho 30.000 réis, «e enquanto o dito meu marido não cazar estem em posse dos bens comprindo todo esto que eu mando fazer e se se cazar mando a João do Porto dito meu testamenteiro que lhe parta todolos bens» (cf. Testamento de Clara Esteves, em COSTA, 1993, «Testemunhos históricos [...]», pp. 305-307). Causa pois estranheza que Catarina de Barros, que em Janeiro de 1484, na melhor das hipóteses, poderia ter 9 ou 10 anos, nessa data estivesse já casada (e não prometida para casar) e presente na escritura de pagamento do seu dote, aceitando os bens juntamente com seu marido (cf. Anexo 1). Mas parece não haver dúvida que o Pero Gonçalves, escudeiro do Duque, pai de Catarina de Barros é efectivamente o Pero Gonçalves da Clara. Pelo menos um documento da Chancelaria de D. Manuel, datado de 1496, refere os seus irmãos, «Pero Gonçalves, moço da Câmara, e Diogo de Barros, seu irmão, filhos de Pero Gonçalves da Clara, moradores na ilha da Madeira» (cf. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, f. 45v.).

⁶⁵ Agradecemos ao Doutor Miguel Dória, descendente de António Leme e de Catarina de Barros, proprietário do Arquivo da Família França Dória, com reprodução disponível no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, a autorização que nos deu para transcrever e usar esta escritura de 1484, pertencente ao referido arquivo.

⁶⁶ ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. 2, mç. 47, doc. 68.

⁶⁷ Cf. COSTA e PEREIRA, 1985, *Livros de Contas da Ilha da Madeira [...]*, p. 99.

⁶⁸ Cf. FARINHA, 1989, «A Madeira e o Norte de África [...]», p. 373.

Antão Leme, outro filho de António Leme também desconhecido dos genealogistas portugueses, aparece-nos pela primeira vez a caminho do Brasil:

«no anno do nacymento de nosso senhor Jhũ Xpõ de myll e quinhentos e corenta e dous em vymte e dous dyas do mes de nouembro na çidade de Lixboa no arrabalde della a Boa Vysta, nas casas omde ora pousa Amtam Leme que ora com ha graça de Deus vay para o Brasyll, estamdo hy de presente Pedro Leme seu filho e sua molher Luzya Fernandez moradores que foram em Sam Mamede termo da vylla d'Obydos que ora tambem com ha graça de Deus vão para o Brasyll»⁶⁹.

Será pois Antão Leme o patriarca de todos os Lemes do Brasil, onde é identificado por Fr. Gaspar da Madre de Deus⁷⁰, a partir de 1544, assinando, como juiz ordinário da Câmara, as actas das vereações da vila de São Vicente na capitania de Martim Afonso de Sousa. O genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que não teve acesso à documentação conhecida por Fr. Gaspar, refere apenas que Pedro Leme, sua mulher Luzia Fernandes e a filha de ambos Leonor Leme se encontravam já no Brasil em 1550⁷¹.

O documento de 1542, parcialmente transcrito acima, foi por nós localizado no fundo da Colegiada de Óbidos, na Torre do Tombo⁷², permitindo não só garantir a veracidade das afirmações feitas por Pedro Leme na sua petição de 1564 ao ouvidor Brás Fragoso para lhe ser reconhecida a fidalguia⁷³, como também perceber que pai e filho (Antão e Pedro) não terão partido da Madeira para o Brasil, mas sim do continente, onde já viveriam há algum tempo, uma vez que Pedro Leme, filho de Antão⁷⁴ (mas cuja

⁶⁹ Cf. LEME, 2016, «Antão Leme e Pedro Leme [...]», pp. 9-20.

⁷⁰ MADRE DE DEUS, 1797, *Memorias para a Historia* [...], pp. 48-51. Fr. Gaspar da Madre de Deus era, por parte de mãe, descendente de Antão Leme.

⁷¹ LEME, 1980, *Nobiliarquia Paulistana* [...], vol. 3, pp. 10-11. Pedro Taques era também descendente de Antão Leme.

⁷² ANTT, *Colegiada de Santa Maria de Óbidos*, cx. 17, doc. 80.

⁷³ «Diz Pedro Leme, que ele quer justificar que é filho legítimo de Antão Leme, natural da cidade do Funchal da Ilha da Madeira, o qual Antão Leme é irmão direito de Aleixo Leme e de Pedro Leme, os quais todos são fidalgos nos livros de El-rei, e por tais são tidos e havidos e conhecidos de todas as pessoas que razão têm de o saber; e outrossim são irmãos de Antónia Leme, mulher de Pedro Afonso de Aguiar, e de Leonor Leme, mulher de André de Aguiar, os quais outrossim são fidalgos, primos do capitão donatário da Ilha da Madeira; os quais Lemes outrossim são parentes em grau mui propínquo de Dom Diniz de Almeida, contador-mor, e de D. Diogo de Almeida, armador-mor, e de Diogo de Cablera, filho de Henrique de Sousa, e de Tristão Gomes da Mina, e de Nuno Fernandes, veador do mestrado de Santiago, e dos filhos de Craveiro por ser a mãe deles outrossim sobrinha dos ditos Lemes, tios e pai dele suplicante, os quais são tidos e havidos e conhecidos em o reino de Portugal por fidalgos; pede a Vosa Mercê lhe pergunte suas testemunhas, e por sua sentença julgue ao suplicante por fidalgo, e lhe mande guardar todas as honras, privilégios e liberdade que às pessoas de tal qualidade são concedidas. E. R. M.» Cf. LEME, 1904, *Genealogia Paulistana*, pp. 184-185.

⁷⁴ Antão Leme teria provavelmente outra filha vivendo em Portugal, visto que, como testemunha, neste contrato de venda aparece «Roque Dyaz d'Aguiar, genro do dito Antam Leme». Também em Óbidos, pelos anos 40 do século XV, vivia Maria Leme, viúva de Diogo Moreno e casada em segundas núpcias

mãe se não conhece), já estava casado com Leonor Fernandes, natural de São Mamede (Óbidos) e com uma filha criança, de nome Leonor. Esta Leonor, por sua vez, confirmará ter nascido em Óbidos, quando, com mais de 80 anos, em 1622, foi interrogada em São Paulo, no âmbito do processo de canonização do padre José de Anchieta⁷⁵.

Dos outros filhos homens de António Leme, Aleixo e Rui, pouco mais conseguimos apurar para além do que Henriques de Noronha informa.

Aleixo Leme casou com Mecia de Melo, filha de Diogo Homem de Sousa e de Catarina de Berredo⁷⁶, de quem teve pelo menos seis filhos. Morreu, com testamento, em Novembro de 1544, e foi enterrado, conforme seu desejo expresso, no convento de São Francisco, na sepultura de sua tia-avó Aldonça de Barros⁷⁷.

Quanto a Rui Leme, parece ter-se dedicado ao comércio, sobretudo com as Canárias, onde casou pela segunda vez e terá vivido algum tempo. Morreu no Funchal no mesmo dia do ataque dos corsários franceses, em 3 de Outubro de 1566. Foi enterrado na Sé, na capela do Santíssimo Sacramento de seu avô Pedro Gonçalves⁷⁸.

Do seu primeiro casamento, com Leonor Vieira, teve, segundo Henriques de Noronha, dois filhos, Martim e Antónia.

Casou pela segunda vez, na ilha de Lançarote, com Maria de Franchi Luzardo⁷⁹, da nobreza das Canárias, e em 1538 já o filho de ambos, Diogo, recebia a prima tonsura na Sé do Funchal, das mãos do bispo D. Ambrósio⁸⁰. Vivia então na freguesia da Sé. Além de Diogo, teve deste segundo casamento mais cinco filhos e filhas, que deixaram geração tanto na Madeira como nas Canárias.

Finalmente, as duas filhas de António Leme, Antónia e Leonor, casaram com dois primos, descendentes de João Gonçalves Zarco, respectivamente, Pedro Afonso de

com Afonso de Andrade. Que seria ela a Antão e Pedro Leme? Filha de um e irmã de outro? Não foi possível até à data comprovar o parentesco. Cf. ANTT, Colegiada de Santa Maria de Óbidos, cx. 17, docs. 105 a 122. Sobre este assunto cf. LEME, 2016, «Antão Leme e Pedro Leme [...]».

⁷⁵ Cf. VIOTTI, 1996, «Qualificação e depoimento [...]», p. 25.

⁷⁶ Mecia de Melo era ainda prima de Aleixo Leme, visto que as avós de ambos, Isabel de Barros e Aldonça de Barros, eram irmãs.

⁷⁷ Cf. ABM, *Paróquia da Sé-Funchal, Óbitos*, liv. 1, f. 54v.

⁷⁸ Cf. ABM, *Paróquia da Sé-Funchal, Óbitos*, liv. 4, f. 14v. O registo de óbito informa que Rui Leme faleceu no Funchal, na Rua de Lopo Barreiro, mas que era morador em Lançarote.

⁷⁹ Segundo Eugenio Egea Molina, in <http://geneacanaria.blogspot.pt/2015/03/abuelos-portugueses-una-ascendencia.html> (consultado em 20 de Junho de 2018), «hija del gobernador de Lanzarote y Fuerteventura, alcaide de la Torre de Sta. Cruz de la Mar Pequeña, Diego Cabrera Solier el Bueno, hijo del conquistador y gobernador de Lanzarote, Fuerteventura, La Gomera y el Hierro, Alonso Cabrera Solier, natural de Córdoba, y de Catalina Dumpiérrez, descendiente del conquistador normando Robin Unpierre, ambos fundadores de la casa Cabrera o de los Coroneles en Canarias; y de Catalina Luzardo Franchi, hija del escribano público de Lanzarote y Fuerteventura, Marcos Luzardo, y de Argenta Franchi, oriundos de Génova».

⁸⁰ ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, liv. 29, f. 26.

Aguiar e André de Aguiar. Será na descendência de Leonor Leme e de André de Aguiar que o morgado instituído por Pedro Leme, primogénito sobrevivente de António Leme, se irá perpetuar, como veremos de seguida.

O Morgado dos Lemes

Sobre Pedro Leme, o instituidor do morgado dos Lemes, pouco mais sabemos para além do que ele diz no seu testamento, em que institui um vínculo que será conhecido por «morgado dos Lemes», cuja cabeça foi «esta minha quimtan que herdej per falsimento de minha maj haquj [...] bajxo de Samto Antonio⁸¹».

Foi ele certamente que em 1513 acompanhou o capitão João Gonçalves da Câmara, juntamente com o irmão Martim, na tomada de Azamor⁸², e talvez seja ele o Pero Leme, fidalgo da casa real, que em 1532 era fronteiro em Azamor e recebe 5.938 réis de seu soldo⁸³. Antes disso, em 1523, enviava para as Canárias «hũa pipa de trigo», certamente produção da sua quinta de Santo António.

Tudo o mais que sabemos dele, é ele próprio que o revela no seu testamento⁸⁴. Não casou, mas teve quatro filhos bastardos, que nomeia:

«Diguio que heu tenho a Cristovão Leme e ha Manoell e a Otavião e a Maria Leme e ha Jlena os quoaes são meus filhos naturaes que heu ouve e criej por filhos e os [!]ejxo por foros e livres e jsemtos e por foros e llivres sic e meus filhos os criej e tive e nomeio»

À data em que redigia o testamento, Junho de 1552, morava na sua quinta dos Lemes, que havia herdado da mãe. Nada nos diz sobre os pais, a não ser que a mãe estava enterrada na igreja de Santo António, na capela-mor, onde ele próprio se pretende enterrar, na sepultura da mãe, na qual quer que se ponha uma lápide que diga «haquj jas Caterina de Baros he Pedro Leme seu filho».

Apesar de incluir sempre o pai nos sufrágios que pede que lhe façam, não fala na sua sepultura, talvez porque António Leme não tenha morrido na Madeira. Menciona, porém, a sepultura do tio, João Leme, e a do avô, Pedro Gonçalves, uma vez que põe a hipótese de, não podendo ser enterrado na igreja de Santo António, sê-lo no convento de São Francisco, ou na Sé:

«peso heu e roguo pello amor de Deus ao provedor e jrmaõs da Samta Misericordia queirão levar meu corpo athe sepulltura que sera no mosteiro de São Francisco no cruseiro diamte

⁸¹ Santo António, actual freguesia suburbana do Funchal. Cf. SILVA, 1929, *Paroquia de Santo Antonio*.

⁸² Cf. FARINHA, 1989, «A Madeira e o Norte de África [...]», p. 373.

⁸³ ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. 2, mç. 178, doc. 67 (Mandado do capitão e governador de Azamor em que manda pagar a Pedro Leme 5\$938 réis de soldo, 19 de Agosto de 1532).

⁸⁴ Cf. Anexo 2.

do alltar de Samto Amtonio hem hũa sepultura que tem hũa campan gramde de pedra de Flamdes cõ hũa guarnição de latão em que jas Joam Leme meu tio, ou na Se na capella de meu avoo que hesta a mão direita da capella mor em ha em quoall destas sepulturas milhor pareser a meus testamenteiros».

Entre outras esmolos, quer

«que se dee d esmolla pera se fazer ho allpremdre de Samto Amtonio tres mill reis <os quoaes quero que seão pera ajuda de se [...] o allpendre> e não pera outra nehũa cousa; e se polla ventura ao tall tempo ho allpremdre for feito hemtão se guastara hem as portas ou as mais necesareas obras da propria igreja».

Deixa como testamenteiros Rui Leme e D. Leonor Leme, os únicos irmãos ainda vivos à data⁸⁵, bem como Nicolau Delgado e o licenciado Manuel Carrilho.

Passa então às disposições testamentárias, propriamente ditas.

Elege como seu herdeiro o filho Cristóvão Leme, a quem deixa

«toda esta minha quimtan que herdej per falsimemto de minha ma[j] haqj [...] bajxo de Sam[t]o Amto[n]io em ha [...] guora vivo com todas as pipas, tinas [...] e baras e emchadas, arquas e cadeiras, mesas, armas, cavallos [...] que emtão tiver lljvres»

Deixa a fazenda em regime de morgadio, com os respectivos encargos:

«a quoall fazemda quero que amde senpre jumta sem se poder deverdir nem apartar nem vemder nem aforar nem arremdar por mais tempo que de dous anos; a quoall fazemda lhe deixo com hemcareguo de me mandar dizer per mynha allma e de meu paj e maj doze misas cada ano, comvem ha saber, hũa misa cada mes rezada [...] sesta fejra a omra da Pajção de Meu Senhor Jesu Cristo que farão doze misas cada ano e isto pera sempre».

Por morte de Cristóvão quer que o morgado fique, com todos os encargos de missas (que ele expressamente diz que podem ser rezadas em qualquer igreja), para seu filho mais velho, e se não houver filho, filha, e assim sucessivamente. Mas se Cristóvão não tiver filhos, ficará o morgado para Maria Leme, com as mesmas condições do irmão Cristóvão. Caso não haja filhos de Maria, ficará o morgado para Otaviano, sempre com as mesmas condições. Porém,

«morendo quoallquer destes pesuidores sem nenhũ herdeiro em tall caso ha lejxo ao paremte mais cheguado macho que se chame Leme nobre e de bom viver e sobsedera desemdemte hem desemdemte pelas comdições e todos os hemcareguos atras escritos hemquoamto o mumdo durar».

Outros bens ele deixa também aos filhos, nomeadamente escravos: João Fernandes e Catarina Gomes, escravos brancos, que deixa forros; Afonso, escravo mulato, que deixa a Cristóvão; Francisca, mulata, que deixa forra depois de ter servido quatro anos a filha Helena; Jorge, escravo branco, que deixa a Otaviano; Maria Rodrigues «filha de Framcisqua

⁸⁵ Antão Leme ainda estaria também vivo, mas no Brasil.

e de Guaspar Rodrigues menina bramqua he minha escrava», que deixa à filha Maria; e Bastião, escravo mulato, que deixa ao filho Manuel.

Além dos escravos, deixa ainda

«quatrocentos mill reis hem moedas douro e prata os quoaes eu quero que se não guastem em nenhũa cousa e destes quero que se dem a Maria Leme pera seu casamemto ou se meter hem allgu mostejro cemto he coremta mill reis, e ha Jlena Leme mamdo lhe dem cem mill reis, e a Manoell Leme outemta mill reis, e a Otavião Leme darão outemta mill reis, que são os ditos quatrocentos mill reis que hao prezemte hem minha boeta tenho».

Dois anos mais tarde, em Outubro de 1554, ainda no Funchal, redige um codicilo a este testamento, em que acrescenta à herança que deixou ao filho Cristóvão algumas propriedades, entretanto adquiridas, com condição que

«elle prestara as ditas suas jrmaãs trezemtos mill reis diguo trezemtos mill reis pera se meterem frejras ou se cazarem e lhe fazer a despeza de sua emtrada; e asim com comdição de ter consiguio seus jrmaões the serem de jdade pera os hemcamjnhar caminho da Jmdea ou omde lhe Deus de sua vemtura e do dinheiro que lhes dejxo se aviarão pera seu caminho he viagem e neste tempo elle Cristovão Leme os mamtera de todo o necesareo e lhes fara boa companhia e não queremdo eles estar com elle he a sua obediencia semdo tall como cumpre não sera obriguado a lhe dar allimemtos».

Refere ainda três «corpos de armas» que deixa para os filhos escolherem, cada um o seu. E a cada uma das filhas, deixa um cofre ou caixa, conforme preferirem.

As filhas, enquanto não casarem, ou se «meterem freiras», deverão ficar em casa de sua irmã D. Leonor, a quem Cristóvão «sustara de todo o necesareo a custa da fazemda que lhe dejxo».

Esta será a última vez que encontramos Pedro Leme com vida. Dois anos mais tarde, em Maio de 1566, o licenciado António Rodrigues apresenta a um juiz do cível de Lisboa

«ha sedulla de testamemto de Pero Leme hatras escrita, per parte de Cristovão Leme seu filho preso na cadea, a quoall estava serada coseda com hũa llinha bramqua e aselado com ho sello diguo com sete selos de sera, pedimdo me que porquamto ho dito Pero Leme hera falesido he falesera na dita cadea o mamdase abrir».

Por razões que se desconhecem, Pedro Leme foi preso e morreu na cadeia, em Lisboa. Uns meses depois, o próprio Cristóvão Leme (que fora preso juntamente com o pai), morre também na prisão. Assim, em Setembro de 1566, apresenta-se ao mesmo juiz do cível, António Leme⁸⁶

«hem nome de Maria Leme e dise ao dito juis que elle como testamemteiro que hera da allma de Cristovão Leme ja defumto filho de Pero Leme outrosim defumto lhe aprezemtava ho dito

⁸⁶ António Leme de Aguiar, filho de Antónia Leme e de Pedro Afonso de Aguiar, sobrinho de Pedro Leme e primo de Cristóvão.

testamento e lhe pedia que lho mandasse dar hem publca forma per ter delle necessidade o que visto pelo dito juis lho mamdou dar».

A herdeira do morgado instituído por Pedro Leme foi, portanto, sua filha Maria Leme, que o possuiu até à data da sua morte, em 1607⁸⁷. Apesar de ter casado, em Dezembro de 1566, com Pedro Gomes de Galdo⁸⁸, não deixou descendência, pelo que o morgado acabou por passar para a descendência da irmã de Pedro Leme, Leonor Leme, na pessoa de seu filho Gaspar de Aguiar Leme, o qual tomou posse «da fazemda e casas he de morgado que ficou de Maria Leme de Bajros» em 31 de Março de 1607, no próprio dia da morte da prima⁸⁹. O próprio Gaspar de Aguiar Leme irá morrer sem geração e o morgado passa então para sua irmã D. Maria da Câmara, perpetuando-se na descendência desta até à data da extinção dos morgadios, 1863, quando pertencia à casa dos condes de Carvalhal.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico Municipal de Lisboa (AHML)
Administração, *Livro 1.º de emprazamentos*.
Administração, *Livro 1.º de escrituras de aforamento*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Cabido da Sé do Funchal, lv. 29.
Chancelaria de D. Afonso V, livros 8, 9, 13, 21, 26, 29, 33, 38.
Chancelaria de D. Manuel I, livros 28, 32.
Chancelaria de D. Sebastião, livro 17.
Colegiada de Santa Maria de Óbidos, cx. 17.
Corpo Cronológico, pt. 2, maços 42, 47, 178.
Hospital de São José, livro 1134.
Leitura Nova, Estremadura, livros 5, 6, 7.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM)
Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, *Tombo dos resíduos*, cx. 4.

⁸⁷ Morreu em 31 de Março de 1607. V. Anexo 3.

⁸⁸ ABM, Paróquia da Sé, Casamentos, liv. 3, f. 24.

⁸⁹ V. Anexo 2.

Paróquia da Sé-Funchal, *Casamentos*, livro 3.

Paróquia da Sé-Funchal, *Óbitos*, livros 1, 4, 6.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís de Albuquerque, 1965, «António Leme», in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa.

Arquivo Histórico da Madeira, 1972, vol. XV, Funchal, Arquivo Distrital.

CAMERON, Hugh K., 1989, «Pedras e sepulturas laminadas flamengas do século XVI na ilha da Madeira», in *Isleña*, n.º 4, pp. 120-127.

CARITA, Rui, 1992, *A Pintura Flamenga na Ilha da Madeira na Época dos Descobrimentos*, vol. 1, Lisboa, IPM.

COLOMBO, Fernando, 1571, *Le Historie della Vita e dei Fatti di Cristoforo Colombo*, Veneza.

CORREIA, Gaspar, 1860, *Lendas da Índia*, livro II, Lisboa, Acad. das Ciências.

COSTA, Avelino de Jesus Costa, 1933, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos*, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Universidade de Coimbra.

COSTA, João Paulo Oliveira e, 1999, «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, n.º 17, pp. 39-71.

COSTA, João Paulo Oliveira e, 2017, «Fernão Gomes – o cavaleiro-mercador», in COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *Construtores do Império*, Lisboa, Esfera dos Livros.

COSTA, José Pereira da, 1994, *Livros de Matrícula do Cabido da Sé do Funchal: 1538-1558*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

COSTA, José Pereira da, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*, vol. 1, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

COSTA, José Pereira da e PEREIRA, Fernando Jasmins (pref. e leitura), 1985, *Livros de Contas da Ilha da Madeira: 1504-1537. I – Almojarifados e Alfândegas*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.

COSTA, Maria Clara, 1993, «Testemunhos históricos acerca do papel de algumas mulheres no contexto social madeirense – séc. XV e XVI», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 291-324.

EVERAERT, John, 1993, «Les Lem, alias Leme: une dynastie marchande d'origine flamande au service de l'expansion portugaise», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 817-838.

- FARINHA, António Dias Farinha, 1989, «A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI (I)», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. 1, Funchal, pp. 370-377.
- FARO, Jorge, 1965, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*, Lisboa, INE, Centro de Estudos Económicos.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1906, «Os sessenta milhões outorgados em 1478», in *Arquivo Histórico Português*, vol. 4, Lisboa, pp. 425-438.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1908, «Maria Brandoa, a do Crisfal: II – A feitoria de Flandres», in *Arquivo Histórico Português*, vols. VI e VII, Lisboa.
- FREIRE, Braamcamp, 1989, *Armario Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Cota d'Armas.
- GAILLIARD, J., 1857, *Bruges et le Franc*, vol. I, Bruges.
- GAIO, Felgueiras Gaio, 1992, «Título de Lemes», in *Nobiliário das famílias de Portugal*, 3.^a ed., vol. VI, Braga, Carvalhos de Basto.
- HAEMERS, Jelle, 2009, *For the Common Good. State Power and Urban Revolts in the Reign of Mary of Burgundy (1477-1482)*, Brepols Publishers.
- LAS CASAS, Bartolomé de las Casas, 1875, *Historia General de las Indias*, vol. I, Madrid.
- LEME, Luís Gonzaga da Silva, 1904, «Título de Lemes», in *Genealogia Paulistana*, vol. II, São Paulo, Duprat & Comp.^a, pp. 184-185.
- LEME, Margarida, 2008, «Os Lemes – um percurso familiar de Bruges a Malaca», in *Revista Sapiens: História, Património, Arqueologia*, n.º 0, pp. 51-83, disponível em <http://www.revistasapiens.org/numero0.html>.
- LEME, Margarida, 2016, «Antão Leme e Pedro Leme rumo ao Brasil», in *Revista ASBRAP*, São Paulo, n.º 22, pp. 9-20, disponível em http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev22_art1.pdf.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, 1980, «Título de Lemes», in *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 5.^a ed. acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay, vol. 3, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia.
- LISBOA, Câmara Municipal, 1947, *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no Ano de 1565*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal.
- LISBOA, Câmara Municipal, 1959, *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. 4, Lisboa, Câmara Municipal.
- MADRE DE DEUS, Gaspar da, 1797, *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente, Hoje Chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil*, Lisboa, Academia Real das Sciencias.
- MARQUES, João Martins da Silva (compil.), 1988, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, INIC.

- MATTHEUS, Annelies, 2011, *Prosopografie van het Brugs Stadsbestuur 1467-1477*, Master of Arts in de geschiedenis.
- MELIS, Federico, 1972, *Documenti per la Storia Economica dei Secoli XIII-XVI*, Firenze, Olschki.
- MORAIS, Alão de, 1998, «Título de Lemes», in *Pedatura Lusitana*, nova ed., vol. 5, Braga, Carvalhos de Basto.
- MUS, O., 1964, «De Brugse Compagnie Despars op het einde der 15de eeuw», in *Handelingen Genootschap Geschiedenis Brugge*, n.º 101.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1948, «Título de Lemes», in *Nobiliário da Ilha da Madeira*, tomo II, S. Paulo, Revista Genealógica Brasileira.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1911, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal.
- PAVIOT, Jacques, 1999, «Les Portugais à Bruges au XVe siècle», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXVIII, Lisboa-Paris, pp. 1-122.
- PERES, Damião Peres, 1960, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. do A.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, 2002, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o Governo de D. Jorge*, Palmela, Câmara Municipal.
- PORTUGALIAE Monumenta Africana, 1993, vol. I, Lisboa, INCM.
- RAU, Virgínia Rau e MACEDO, Jorge de, 1962, *O Açúcar na Madeira nos Fins do Século XV: Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo.
- RAU, Virgínia, 1956, «Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, vol. XXII, pp. 56-83.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1929, *Paroquia de Santo Antonio da Ilha da Madeira: Alguns Subsídios para a sua Historia*, Funchal, Ed. do A.
- SOEIRO, Manuel, 1924, *Segunda Parte de los Anales de Flandes*, Anvers, Pedro y Juan Beleros.
- SOUSA, Fr. Luís de, 1767, *Primeira Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal*, Lisboa, na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- TÁVORA, Luís de Lancastre e, 1999, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal.
- VIOTTI, Hélio Abranches, 1996, «Qualificação e depoimento das testemunhas nos processos anchietanos mais antigos», in *Revista ASBRAP*, São Paulo, n.º 3, p. 25.
- VITERBO, Sousa, 1904, «O monopólio da cortiça no século XV», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, Lisboa, pp. 41-52.
- VITERBO, Sousa, 1988, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. 2, Lisboa, INCM.

Anexo 1

Pedro Gonçalves e sua mulher Isabel de Barros acordaram dar a António Leme e a sua mulher Catarina de Barros todas as casas, terras, benfeitorias e águas que possuíam na Ponta do Sol em pagamento de 450.000 réis que eram obrigados a dar-lhes por seu casamento.

1484-01-31, Funchal

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Família França Dória, MF1-1B2.

Saibham os que este estormento [de] aprazimento de partes virem que no anno do nascimento de Noso Senhoor Jhesu Christo de myll he iiiic lxxxiiij annos em xxxj dias do mes de Janeyro em a ylha da Madeyra na villa do Funchall nas casas da morada de Pero Gonçalluez escudeiro da casa do Duque noso [Senhor] perante mym tabaliam e testemunhas pareçeo hy o dito Pero Gonçalluez e sua molher Ysabell de Bayrros e Antoneo Leme caualeyro da casa del Rey noso Senhor e lloguo o dito Pero Gonçalluez e sua molher dyseram que elles se comsertaram com ho dito Antoneo Leme seu jenrro de lhe darem todos seus bens que elles tem na Ponta do Soll de rraiz em paguo de seu casamento .*scilicet*. em paguo de quatro centos e cinquenta myll rreis que lhe eram obrigados a darem em casamento por escriptura pubrica facta por mym tabaliam e dyseram que em paguo dos ditos quatro centos e cinquenta myll rreis lhe dauam a elle e a sua molher Catelina de Bairros todo todo [sic] seu asentamento de terras e casas que tinham em a Ponta do Soll .*scilicet*. lhes deram todo junto em a dita Ponta do Soll [...] ate feytura deste estormento e a elles pertençer todo deram e trespassaram ao dito Antoneo Leme e a sua molher deste dia pera todo sempre que todo posam llograr e pesojr e defruytaar e vemder e daar e doar trocar escambar fazer dos ditos bens e em elles e de todas suas bemfeytorias e asy d augoas que necessytasem pera suas terras tenham todo o que quysesem e por bem tevesem asy elles seus filhos como todos aquelles que delles vierem e decenderem. E llogo a feytura deste estormento o dito pero gonçalluez e sua molher dyseram que elles sayam da posse dos ditos bens e os tirauam e renunçiauam de sy e de todos seus filhos herdeyros e poseram no dito Antoneo Leme e em sua molher e lhes mandaram que sem majs sulenydade nem de juyzes nem justiças se metam e investam na pose dos ditos bens todos e d augoa que a elles pertence e de todas suas bemfeytorias. E elles se obrigaram de os terem e manterem na pose dos ditos bens e lhes fazerem boa pertemça [não] lhe seyam demandados nem contrariados por nem huã co [i.e. só] pesoa. E nom lhos fazendo bons e em paaz se obrigaram de lhos pagarem os ditos quatro centos e cinquenta myll rreis em dobro e pagarem custas e despesas perdas e danos todo por sy e todos

seus bens moves e de rayz avudos e por aver que pera ello obrigaram. E o dito Antoneo Leme e sua molher que presente estaua dyseram que elles tomauam os ditos bens nos [...] ditos quatro centos e cinquenta myll rreis e se dauam por bem pagos [...] dos ditos quatro centos e cinquenta myll reis e deram os ditos seu pay e may por quytes e livres [...] deste dia pera todo senpre. E em testemunho da verdade mandarom [...] testemunhas que presentes foram [...] e Joham Fernandez o Doçe homem [...] e eu Fillipe Lopez taballiam pubriquo em a dita villa e seu termo pello Duque [...] fiell e [...] mandey tyrar da nota [...] synall [...] que tall he.

[sinal]

pagou Lx rreis

Anexo 2

Testamento de Pedro Leme.

1552-1556

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Tombo dos resíduos, cx. 4, fls. 593-598.

Testamento de Pero Leme. E ministrador Guaspar d Aguiar Leme

Sajbão quoamtos este publjco estromento dado hem publica forma com ho treslado de hũ testamemto dado per mandado e autoridade de justiça virem que no ano do nasimemto de Nosso Senhor Jesu Cristo de mill e qujnhemtos he sincoemta e seis anos aos nove dias do mês de Setembro do dito ano hem esta muj nobre e sempre leall cjdade de Llisboa nas casas da morada do doctor Dioguo Llopes cidadão he juis do civil em ha dita cidade de Llisboa e seus termos ettr^a peramte elle dito juis pareseo Amtonio Leme hem nome de Maria Leme e dise ao dito juis que elle como testamemteiro que hera da allma de Cristovão Leme ja defumto filho de Pero Leme outrosim defumto lhe aprezemtava ho dito testamemto e lhe pedia que lho mandase dar hem publjca forma per ter delle necessidade o que visto pelo dito juis lho mamdou dar do quall ho treslado todo de verbo a verbo he o que se segue.

Em nome de Deus Amem Padre e Filho e Esprito Samto tres pessoas e hũ soo Deus hem ho quall heu Pedro Leme bem e fiellmemte creio asim como manda tem e cree a Santa Madre Igreja [faltam palavras?] virem como heu Pedro Leme estamdo são e hem todo meu sizo e entendimemto tall quall ao senhor Deus per sua misericordia aprouve de mo dar por não saber ho dia e ora que o senhor Deus de mim se querera servir ordenej de fazer meu testamemto hem a manera segimte.

Primeiro emcomendo ha mynha allma ao senhor Deus todo poderosso que ele per sua samtissima piedade e misericordia e merytos de sua santissima Pajcham me queyra perduar meus pequados e ha sua glória pera que foj criada a quejrão levar e peso e roguo umillmemte a Nossa Senhora Madre de Deus que ella per sua misericórdia com toda a corte do ceo quejra ser minha avoguada pera quamdo esta mynha allma pecadora desta carne fragill e fraqua sajr ha aprezemtar hem ha gloria pera que foj criada Amen.

Mamdo que meu corpo seja henterado falsemndo heu da presente vida aquj nesta minha quimtan haquj nesta igreja de Samto Amtonio no meio da capela mor omde jas mjnha maj; e ao dia do hemteramemto officio de tres lições com suas ladajnhas he responso e missa camtada he mais simquo misas rezadas com seus respomsos sobre minha cova e darão doferta dous baris de vinho de dous allmudes e meio cada hũ he hũ s[a]quo de tri[g]uo d[e] [di]guo de se[...] allqueire[s e] hũa du[zia de] pejxe seq[uo...]; [f. 593v.] e mes e ano as simquo misas rezadas que mamdo que se diguão em cada officio serão a omra das simquo chaguas de meu Senhor Jesus Cristo; e asim me dirão por cada sesta fejrã per todo hũ ano hũa missa rezada com seu respomso sobre minha cova a omra da Resurejsão de meu Senhor Jesu Cristo; e o meu corpo levarão e sepulltarão simquo ou seis pobres diguo homes pobres e darão ha cada hũ hũ vimtem levarão doze tochas e asjm hem cada hũ dos tres officios e ho que mais for necesareo segumdo vir meu testamemteiro; e asim mamdo que se dee desmolla pera se fazer ho allpremdre de Samto Amtonio tres mill reis <os quoaes quero que sejam pera ajuda de se [...] o allp[en]dre> e não pera outra nehũa cousa; e se polla ventura ao tall tempo ho allpremdre for feito hemtão se guastara hem as portas ou as mais necesareas obras da propria igreja. E mamdo que se ponha sobre mjnha sepulltura hũa campam que chegue do cruseiro hathe jumto com ho primeiro degrao do alltar de quatro pallmos de llarguo jmtejrã daquella pedra de camtaria que se tira bem acima de camara de llobos com seu llitreiro hem sjma que digua *haquj jas Caterina de Baros he Pedro Leme seu filho*. E hacabado ho ano dahj por diamte pera sempre quero que me diguão hũa missa cada mes, comvem ha saber, a sesta fejrã a omra da Pajxão do meu Senhor Jesu Cristo que serão doze misas cada ano pela mynha allma e de meu paj e maj. E semdo caso que por allguũ hembarguo ou hemedimemto me não posa hemterar no meio da capella mor desta jgreja de Samto Amtonio omde jas minha maj hemtão me levarão a cidade emtão me levarão ha cidade [sic] os pobres que habostarem [sic] pera me levarem hathe São Pedro e darão a cada hũ trimta reis d esmollas levarão com ho meu corpo doze tochas; e de São Pedro por diamte peso heu e roguo pello amor de Deus ao provedor e jrmaões da Samta Misericordia queirão levar meu corpo athe sepulltura que sera no mosteiro de São Francisco no cruseiro diamte do alltar de Samto Amtonio [h]em hũa sepulltura que tem hũa campan [gr]amde de pedra de Flamdes cõ hũa guarnição de latão em que jas Joam Leme meu tio, ou na Se

na capella de meu avoo que hesta a mão direita da capella mor em [...] em quoall destas sepullturas milhor [f. 594] pareser a meus testamenteiros he se milhor poder fazer sem escandallo; darão ha Samta Misericordia mill reis diguo mill reis desmolla; e asim peso he roguo ao cabido da See e aos frades de São Framcisco que pello amor de Deus queirão hacompanhar meu corpo de São Pedro athe sepulltura e darão hao cabido desmolla isso que for resão e onesto e aos mais frades he quamto [...]; e no demais necesareo ha meu hemteramento farão meus testamenteiros o que for mester.

Asim mamdo he quero que Joam Fernamdes meu escravo branco des meu falesimemto por diamte seja foro e llivre pera sempre e dem lhe hũ pelote capa carapusa de pano dado; he asim seja Caterina Gomes minha escrava bramqua fora e llivre pera sempre.

E ordeno por meus testamenteiros me isto fazerem cumprir a Ruj Leme e ha Nicullao Dellguado e hao lesemseado Manoell Carilho pera os ajudar semdo necesareo e ha minha jrmã dona Llianor Leme aos quoaes heu peso e roguo pello amor do Senhor Deus, comvem ha saber, Ruj Leme meu jrmão, dona Llianor minha jrmã e ha Nicullao Dellguado e ao lesemseado Manoell Carilho pera os ajudar semdo necesareo, a todos ou aos que por meu falesimemto se acharem que heste meu testamemto hem todo fação cumprir; he a Nicullao Dellguado leixo hũ mill reis diguo mill reis de seu trabalho, ao lesemseado pagua[rão] o que se por este meu testamemto cumprir procurar ou requerer semdo pera isso necesareo per bem de minhas cousas.

Diguo que heu não tenho herdeiro nenhũ forsozo pela quoall resão ha todos meus herdeiros que ho meu podiã herdar abimtestado hos deserdo he quero he mamdo que do meu não hajão cousa allguã que asim he mynha vomtade soomemte as pesoas [q]ue neste testamemto deixar e declarar pella maneira que se declarar aquj.

Diguo que heu [te]nho a Cristovão Leme e ha Manoell e a Otavião [e] a Maria Leme e ha Jlena os quoaes são meus filhos naturaes que heu ouve e criej por filhos e os [l]eixo por foros e livres e jsemtos e por foros e llivres e meus filhos os criej e tive e no[m]e[io] pella quoall resão e asim pello careguo com que lho dejxo.

Diguo que leixo a Cristovão Leme meu filho toda esta minha quimtan que herdej per falesimemto de minha mã[j] haquj [...] bajxo de Sam[t]o Amto[n]io em ha [...] [f. 594v.] guora vivo com todas as pipas, tinas [...] e baras e emchadas, arquas e cadeiras, mesas, armas, cavallos [...] que emtão tiver llivres; e asim lhe dejxo Afomço escravo mullatuo mosso que comprej a hũ sapateiro; a quoall fazemda quero que amde senpre jumta sem se poder devedir nem apartar nem vemder nem aforar nem arremdar por mais tempo que de dous anos; a quoall fazemda lhe dejxo com hemcareguo de me mandar dizer

per mynha allma e de meu paj e maj doze misas cada ano comvem ha saber⁹⁰ hũa misa cada mes rezada [...] sexta feira a omra da Pajção de meu Senhor Jesu Cristo que farão doze misas cada ano e isto pera sempre. E quero, comvem a saber, elle Cristovão Leme meu filho pague todas as custas, comvem a saber, do hemteramento e do mes e ano e a misa que mamdo dizer rezada cada sexta feira por todo hũ ano, que serão coremta e outo misas com seu respomso e aghoa bemta sobre minha sepulltura; e elle Cristovão Leme com os meus testamenteiros que nomeado tenho ou os que vivos forem sera pera pagar e hajudar e se comprir este meu testamento e pera elle isto pagar, comvem a saber, Cristovão Leme com o testamenteiro que vivo for dos que aquj nomeados tenho, se venderão dos meus vinhos ou de quoaquer outro dinheiro meu que se achar ao tall tempo. E esta minha quimtam que nomeada tenho que ha Cristovão Leme meu filho lejxo lha dejxo com hencareguo de se comprir o que haquj declarado tenho e asim me mamdara dizer hũa misa cada mes a sexta feira a omra da Pajção de meu Senhor Jesus Cristo que serão doze misas cada ano pera sempre hemquoamto o mumdo durar como dito tenho pella minha allma e de meu paj e maj as quoaes misas serão rezadas hem quoaquer igreja que [s]e quiser; e por seu falesimento ficara a dita fazemda a seu filho mais velho macho que se chame Leme e dahj a neto com ho [m]esmo hencareguo e comdições pera sempre hemquoamto o mumdo durar; he não avemdo filho emtão ficara a filha sua mais velha com as mesmas condições he [he]mcar[e]guos; e n[a]õ avem[d] o filha em [f. 595] tão lejxo a dita fazemda a Maria Leme mjnha filha; e por sua morte a seu filho mais velho e asim sobsedera com as comdicoes e hencareguo que dito tenho hemquoamto o mumdo durar; e não avemdo de Cristovão Leme nem de Maria Leme filho nem filha ou semdo de ordem memdicamte emtão lejxo a dita fazemda a Otavião Leme meu filho com as ditas comdicoes e hencarguo.

E porque ao fazer deste meu testamento eu tenho e lejxo em hũa das minhas boetas quatrocentos mill reis hem moedas douro e prata os quoaes eu quero que se não guastem em nenhũa cousa e destes quero que se dem a Maria Leme pera seu casamento ou se meter hem allgu mostejro cemto he coremta mill reis, e ha Jlena Leme mamdo lhe dem cem mill reis, e a Manoell Leme outemta mill reis, e a Otavião Leme darão outemta mill reis, que são os ditos quatrocentos mill reis que hao prezemte hem minha boeta tenho.

Asim dejxo a Framcisca minha mulata por fora e lrvre pera sempre com tall comdição que ella sirva a Jlena Leme quatro anos ou lhe dee senão quiser servir os ditos quatro anos dee a Jlena Leme hũa negrinha mosa de quatro anos boa he [...] pera ha servir por sua

⁹⁰ À margem: «misa cada mes a sexta feira rezada».

cativa pera sempre. E leixo a Otavião o meu escravo baso que se chama Jorge pera elle ser seu cativo para que o sirva. Leixo a Maria Leme minha filha lhe deixo a Maria Rodrigues filha de Francisca e de Guaspar Rodrigues menina bramqua he minha escrava pera que sirva a Marja Leme hathe jdade de vimte anos he Maria Leme minha filha lhe roguo eu mujto que ha trate e cure mujto bem e como Maria [Ro]drigues chegar a vimte anos de sua jdade a dejxe e quero que seja fora e llivre pera todo sempre e Maria Leme minha filha lhe dara pera ajuda do seu casamemto hũ vestido e hũ colchão he dous lamsoes cabesall cobertor e isso que Maria Leme poder e quiser e cazalla com quem a guazalhe bem e quoamdo [...] quero que Cristovão Leme meu [filho] a quem deixo esta minha quimtan [com os] hemcareguos e condicoes atras escrj[tas ...] a Maria Rodrigues filha de [...] sinquo allmude [sic] de vinho bom he [...] allqueires de triguo he hũ carneiro pera ajuda de sua vida se casar; e falesemdo Maria Leme amtes que [Ma]ria Rodrigues ch[egue] [f. 595v.] a vimte anos emtão mamdo he quero que do dia que Maria Leme faleser pera sempre seja Maria Rodrigues filha de Francisca fora e llivre pera sempre. Leixo a Manoell Leme meu filho a Bastião o meu escravo mullato que comprej a Joane Anes allbardeiro ho deixo e dou a Manoel Leme filho de Francisca por seu cativo.

E asim amdara esta minha fazemda desemdemte hem desemdemte com has ditas comdições e hencareguos atras declarados; he semdo casso que quoallquer destas pesoas a quem asim leixo minha fazemda e dela for pesuidor cometer allgu caso ou delicto per resão do quoall deva perder a dita fazemda hem tall caso lha não deixo he mamdo e quero que lloguo va e a aja o segumdo hem grao pela maneira asima escrito com todos hos hemcareguos he comdicoes atras escritos. Moremdo quoallquer destes pesuidores sem nenhũ herdeiro em tall caso ha leixo ao paremte mais cheguado macho que se chame Leme nobre e de bom viver e sobsedera desemdemte hem desemdemte pelas comdicoes e todos os hemcareguos atras escritos hemquoamto o mumdo durar. Asim mamdo he diguo que todo ho emcarguo que leixo e mamdo que se faça ho pesuidor pela maneira atras escrita ho comprira he fara hem todo e não ho fazemdo asim ha justica rogo he peso que ho fação cumprir sem por isso perder ha tall fazemda. E pela maneira dita e declarada diguo que hej por acabado este me[u] testamento e quero que valha e out[ro] nenhũ não porque esta hee minha ulltim[a] vomtade e mamdo he quero que se cumpra e guarde asim e da maneira que vaj escrjto, feito e asinado de minha mão he sinall oje quimze dias amdados de junho de mill e qujnhemtos e sincoemta e dous anos.

Pedro Leme

E declaro mais que hos⁹¹ qujnhões que heu tirej a Llianor Neta e a Joam da Cunha e asim ha Pero Feio com[o] das [esc]returas se vera, leixo tambem a [Cristov]ão [L]eme meu filho com ho mais remanecemte de minha fazemda tiramdo o que hasima diguo e leixo a seus jrmaões he jrmaãs [...] mais com as comdyções asima ditas; [f. 596] e asim com tall comdição que elle prestara as ditas suas jrmaãs trezemtos mill reis diguo trezemtos mill reis pera se meterem frejras ou se cazarem e lhe fazer a despeza de sua emtrada; e asim com comdição de ter consiguio seus jrmaões the serem de jdade pera os hemcamjnar caminho da Jmdea ou omde lhe Deus de sua vemtura e do dinheiro que lhes dejxo se aviarão pera seu caminho he viagem e neste tempo elle Cristovão Leme os mamtera de todo o necesareo e lhes fara boa companhia e não queremdo eles estar com elle he a sua obediencia sendo tall como cumpre não sera obriguado a lhe dar allimentos.

Eu tenho tres corpos d armas deles escolhera Cristovão Leme hũ deles quoall quiser e os dous ficarão a seus jrmaões pera cada hũ seu mamdo que se não vemdão; e asim que dem mais a suas jrmaãs a cada hũa hũa cajxa quoaes ellas quiserem e se amtes quizerem hũ cofre tomem; e nos [d]o dinheiro mamdo que se não bulla e este jumto sem com elle se bullir te se as ditas mosas meterem freiras e todo hestara hem poder delle Cristovão Leme sem lho poderem tirar de poder porque com esta comdição ho leixo.

E asim mamdo que minhas filhas emquoamto se não meterem freiras estem hem casa de minha jrmam dona Llianor e ele meu filhos [sic] a sustara de todo o necesareo a custa da fazemda que lhe dejxo.

Declaro que tenho de Ruj Leme meu jrmão doze mill e trezemtos reis, comvem a saber, dous mill e qjnhemtos me deu Nicullao Dellguado que lhe devia de remda de hũa courella e nove mill e outocemtos que recebj de seus remdeiros, mamdo que lhos dem e paguem. E por aquj hej por acabado este testamento o quoall quero que valha e outro nenhũ não porque todos os hej por revoguados soomente este que mamdo que se cumpra e valha por testameto ou outra ulltima vomtade.

E falesemdo da vida prezemte fique Guasparinho foro e damdo seu paj vimte crusados a sua maj o quoall estara com sua maj athe jdade de quatro anos; destes vimte crusados lhe comprara hũa casa.

E por verdade roguej ao lesemseado Manoell Carilho que hesta adição me acabase pollo heu não poder fazer por mjnha hemfermidade, feito oje doze de [Outubro] de mill e qjnhemtos he sincoemta e quatro, e por verdade asinej com ele testador no dito dia he tempo.

Pero Leme

Lesemseatus Carilhos

⁹¹ Riscado: «dous».

Em nome de Deus Amem. Sajbão quoantos [f. 596v.] este estromemto d aprovação desta cedulla de testamemto virem que no ano do nacimemto de nosso Senhor Jesu Cristo de mill e qujnhemtos he sincoemta e quatro anos aos doze dias do mes de Outubro na jlha da Madeira na quimtam de Pero Leme que he no termo da cidade do Fumchall nas suas casas da morada da dita quimtan prezemte [sic] mj notareo publjco e testemunhas ao diante escritas pareseo hj ho dito Pero Leme e esto doemte he dejtado hem hũa cama de doemsa que lhe o Senhor Deus deu estamdo hem todo seu sizo e hemtemdimento segumdo a mj notareo he testemunhas pareseo.

Lloguo por ele dito Pero Lleme foj dado a mj taballião esta sedulla da sua mão a minha serada cozeita com llinha bramqua asellada com sete sellos de sera e escrito de demtro hem duas folhas e meia de papell todas hescritas com esta meia folha partida domde esta esta aprovação que por todas são sinquo meias folhas de papell todas escritas e esta sedulla se acabou de escrever per Manoell Carilho lesemseado a roguo dele Pero Leme segumdo por ella se vera.

E dado como dito hee assim ho dito testamemto lloguo por elle Pero Leme foj dito que elle ho avia por bom d oje pera sempre e quer que seja valliosso em juizo e fora delle por esta ser sua ulltima e deradeira vomtade dizemdo lloguo os todos hos outros testamemtos sedullas e codesillos que amtes deste tenha feitos todos hos avia por nenhūs e de nenhū vigor he força soomemte este haa por bom por esta ser sua ulltima e deradeira vomtade he por isto hem testemunho da verdade assim [ho] outorguou e mamdou ser feito este estromemto daprovação; testemunhas prezemtes ho dito lesemseado Manoel Carinho [sic] e Nicullao Dellguado cidadãos na dita cidade e Amtonio Leme diguo Amtonio d Agujar filho de Amdre d Aguiar que Deus aja e Guaspar Rodrigues morador na dita cidade e Gomsallo Allvares morador na dita cidade e eu Joam Guomsallves notareo hem esta cidade do Fumchall e termos que heste estromemto d aprovasão fis escrevj e asinej de meu pubrico [si]nall que tall he.

O doctor Dioguo Llopes cjdadão he juis do civil nesta cidade de Lisboa e seus termos ettr^a, faço saber aos que ha presente certidão virem como peramte mj [f. 597] pareseo o licenciado Amtonio Rodriguez e me aprezemtou ha sedulla de testamemto de Pero Leme hatras escrita, per parte de Cristovão Leme seu filho preso na cadea, a quoall estava serada coseda com hũa llinha bramqua e aselado com ho sello diguo com sete selos de sera, pedimdo me que porquamto ho dito Pero Leme hera falesido he falesera na dita cadea o mamdase abrir. E visto por mj ha dita sedulla a mamdej abrir digo e ha lj e esta sam sem vicio nem cousa que duvida faça soomemte na primeira lauda donde nela esta hũa pausa [?] riscada que dis *minha quintan* amtes de hũas pallavras que dizem *que nesta minha quintan aqj nesta e asi ate* e tem hũa antrellinha que dis *Leme*

sem ter outra nenhũa cousa que duvida faça; e ha dita sedulla esta escrita hem simquo meias folhas de papel com ha meia folha en que hesta aprovação della; e portamto mamdej delo pasar a prezemte sertidão de abertura, oje vinte e dous dias do mes de Maio, Estevão de Viana taballião a fis, de mill e qjnhentos he sincoemta e seis anos.

Didacus

O doctor Dioguo Llopes cidadão he juis do civel nesta cidade de Llisboa e seus termos ettra^a, faço saber aos que esta prezemte certidão virem como haparesserão testemunhas pela justificação da letra e sinall publjco do estromemto d aprovação da cedulla [do] testamento hatras escrito os quoaes [tes]temunhas declararão pello juramen[to d]os samtos hevangelhos a dita aprovação ser escrita e asinada do publjco sinall de Joam Gonsallves Chamoro taballião publjco das notas na jlha da Madeira [e] cidade do Fumchall o quoall serve e os seu officio e a suas hescreturas se dão jnteira fe e credito em toda a parte omde são haprezemtadas asin hen juizo como fora delle segumdo mais larguamente consta de seus ditos e testemunhas que fica hem [p]oder do taballião que hesta fes per bem do [que] eu hej a dita sedulla e testamemto [p]or justificada e portamto mamdej dello pasar a prezemte sertidão de justificação por mj hasinada. Feita hen Llisboa, oje dezano[v]e [dia]s do mes de Junho, Estevão de Viana taballião ha fez, de mill e qjnhentos e sincoenta e seis anos.

E semdo hasin dada a dita sedulla pelo suplicamte he tresllada [sic] como dito he e vista pelo dito juis lhe mamdou dar ho dito treslado [n]este pu [f. 597v.] bljco estromemto no quoall ho dito juis dise que elle jmterpunha sua autoridade ordinarea e judicall pera que faça fee asim hen juizo como fora dele e se lhe dee credito tanto quoamto com direito se lhe deva dar e eu Estavão [sic] de Viana taballião publjco damte os juizes do civel desta cidade de Llisboa e seus termos por Ell Rej nosso Senhor ettc^a que este estromemto mamdej tresladar e comsertej com ho proprio com ho taballião abajxo asinado he por tamto ho sobescrevj e asinej de meu publjco sinall [...]

Estevão de Viana ||

Comsertado por mj taballião.

Fernão Vas

Framcisco de [...]

Auto da posse que tomou Guaspar d Aguiar da fazemda e casas
he de morgado que ficou de Maria Leme de Bajros

Anno do nasimemto de nosso Senhor Jesu Cristo de mill e seiscentos e sete anos aos trinta e hũ dias do mes de Marso do dito ano nas tres oras da tarde fuj heu escrivão has casas e quintam que ficou de Maria Leme e por vertude do despacho atras do juis dos residuos o lesenseado Manoell Rodrigues [...] dej posse dela dita quintam e casas laguar orta arvores agoa e todo o mais triguo vinho e todo o mais que nella avia e tera da dita [quin]tam com todas has hentradas he saidas [per]tenças logradouros serventias pose[sões] utilles propriedades juntamente com Antonio Fernamdes porteiro do Conselho que lhos [...] peramte mj escrivão he das testemunhas ao diamte escritas tomou pedras tera [...] arvores triguo vinha [...] agoa e as [...] e bajxo delas de tudo meteo na mão hao dito Guaspar d Aguiar Leme e assim do llaguar e dos casquos e do mais que na dita quintan e casas avia dizemdo ho dito Antonio Fernamdes porteiro que lhe fosse to[d]os testemunh[as] hen como dava posse da dita quintan e courel[a] casas he agoa e todo quoamto nella avia [...] con ha novidade con que estava [...] ao dito Guaspar d Aguiar Leme metendo lhe outra ves tudo o conthendo na mão he [o dito] Guaspar d Aguiar tomou ha dita posse reall corporall aut[u]all como milhor he mais firme fique asim das ditas casas [f. 598] como da dita quimtam e agoa, que parte pela bamda dor [sic] norte com Francisco Rodrigues d Araujo e com ho sull com fazemda de Custodio Gonsallves e pela bamda do leste com ho caminho do Conselho que vaj pera Santo Amtonio e pela bamda d oeste con ho ribeiro que vaj amtre ha dita quimtan e Pero Ribeiro Esmeralldo he con ho dito Custodio Guonsallves, dizemdo outra ves o dito portejro que todos lhe fossem testemunhas como avia ha dita posse por dada ao dito Guaspar d Aguiar Leme e eu escrivão ouve ha dita posse por dada e boa encorporada e firme no dito Guaspar d Aguiar conforme ao despacho da petição hatras; o que todo forão testemunhas o padre Antonio Afonço vigario de Santo Antonio que haj hestava e Amtonio Lluis Sodre e Pero Gonsallves do Calhao he Guaspar Gonsallves e Joam Dias e Afomço Guonsallves, todos moradores na dita fregesia de Santo Antonio que virão dar ha dita posse que aquj asinarão con ho dito porteiro Amtonio Fernamdes e com eu escrivão Roque Fereiro Dromomdo escrivão que sirvo dos reziduos que ho escrevj e fis he dej com ho dito porteiro a dita posse perante as ditas testemunhas. Roque fereira dromomdo o escrevj.

Roque Fereira Dromomdo

Guaspar d Aguiar Leme

Antonio Fernamdes

Antonio Afomço

de Pero + Guomsallves
Anto [sic] Lluis Sodre
de Joam + Dias
de Afomço + Gonsalves
de Guaspar + Guonsallves

Sajbão quoantos este publjco estromento dado hem publica forma com ho treslado de hũ testamemto dado per mandado e autoridade de justiça virem que no ano do nasimemto de nosso Senhor Jesu Cristo de mill e quinhentos he sincoemta e seis anos aos nove dias do mês de Setembro do dito ano hem esta muj nobre e sempre leall cjdade de Llisboa nas casas da morada do doctor Dioguo Llopes cidadão he juis do civil em ha dita cidade de Llisboa e seus termos ettr^a peramte elle dito juis pareseo Amtonio Leme hem nome de Maria Leme e dise ao dito juis que elle como testamemteiro que hera da allma de Cristovão Leme ja defumto filho de Pero Leme outrosim defumto lhe aprezemtava ho dito testamemto e lhe pedia que lho mandase dar hem publjca forma per ter delle necesidade o que visto pelo dito juis lho mamdou dar do quall ho treslado todo de verbo a verbo he o que se segue.

O coal testamento e pose da maneira que dito he en ela se conten eu escrivão o fis botar em tonbo do propio [sic] que esta en pubriquo que veio da sidade de Lisboa que fica en meu poder por [...] me reporto asin de mais como de menos e con elle o consertei con o escrivão comigo abaixo asinado Roque Ferreira Dromondo que o escrevi e asinei. Com antrelinha que dis *os coais quero que seião p^a ajuda de fazer o alprende*, isto se fes por verdade.

[Ass.] *Roque frr^a dromomdo*

Anexo 3

Registo de óbito de Maria Leme de Barros.

1607, 31 de Março

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Paróquia da Sé, Óbitos, Iv. 6, fls. 94v.-95v (microfilme 1108283).

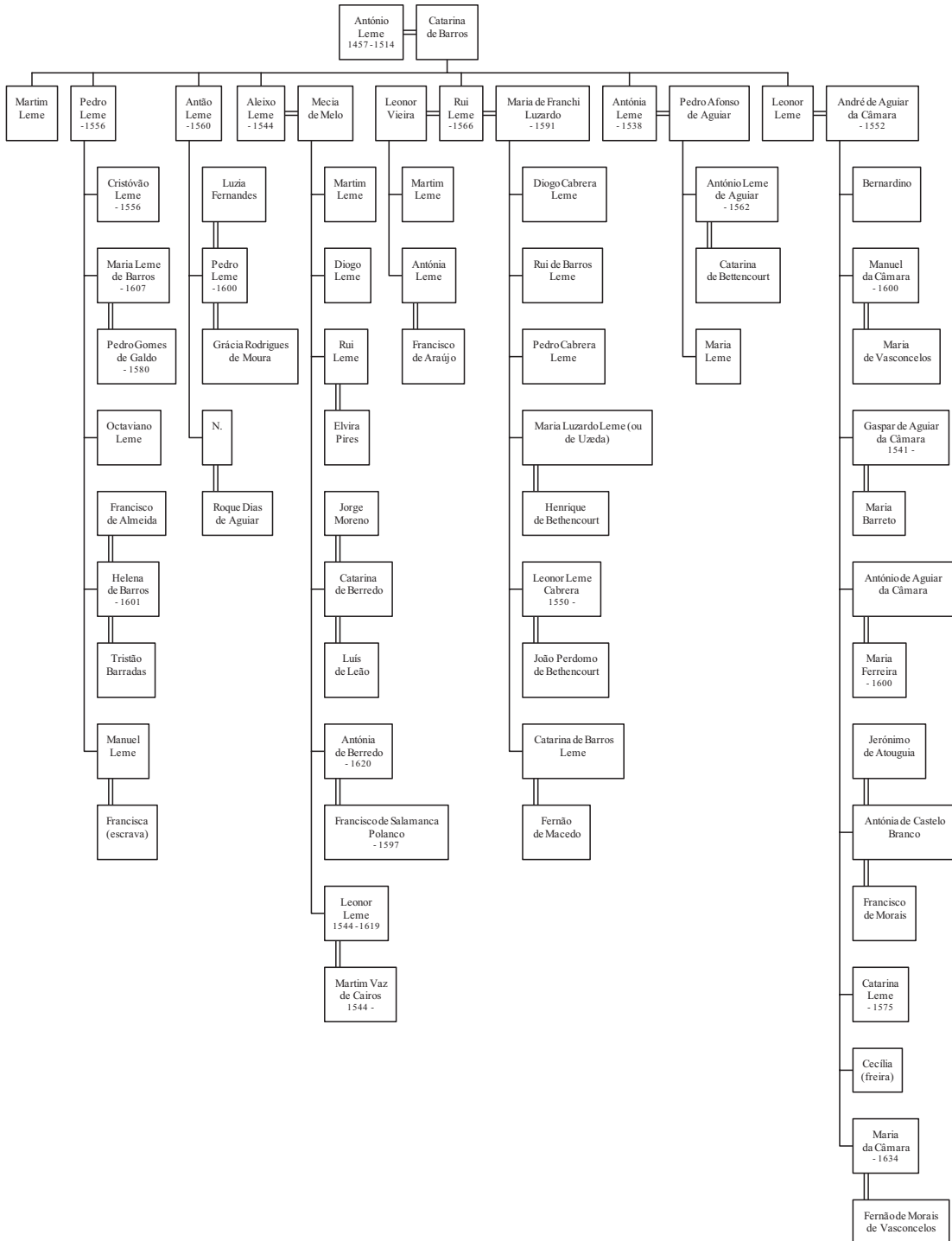
Maria Leme
fez hũ officio na See

Em o deradejro dia do mes de Março de 607 faleceu Maria Leme de Bairros freguesa da see. Fes testamento o qual foi approvedo por Pero Nogeira taballiaõ, nelle se mandou enterrar en o mostejro de São Francisco. Nomeou por seus testamentejros a Joaõ Fernandez Gondin, seu sobrinho, Guaspar Fernandes e a Fernão Nunes mercador. Manda que no ditto mosteiro lhe fação tres officios de nove liçoins con suas vesporas, a saber, o primeiro aos octo dias e os dous ao mais prestes que puder sser; e a offerta do primeiro sera con hu saquo de trigo hu baril de vinho e hũ carnejro ou sua justa valia, e os dous offertados da mesma maneja, excepto que naõ teraõ carnejro mas en seu luguar lhe daraõ a cada hu meia dusia de peixe. Manda que na see lhe fação hũ officio de nove licoins con suas vesporas offertado con hu saquo de trigo hu baril de vinho e hũa dusia de peixe. E pera estes legados nomeou dous casticais de prata hũ salejro meia dusia de colheres de prata e do melhor movel que se achasse en sua casa; e do remanecente lhe digaõ hũ anno de missas adonde entraraõ as sextas feiras da paxão, e darão ao padre que as disser [palavra cancelada] o que for necessario. Iten mada que depois de seu falecimento en o dia somente de todos os defuntos en o primeiro anno lhe digão por sua alma hũa missa cantada. Manda den mill rs a confraria de nosa Senhora do Rosairo da see, dous mill rs a confraria do Sacramento da see, a confraria de nosa Senhora da Candalaria de São Pedro mill rs, a Santo Antonio da Sserra mill rs, a confraria do Bon Jessu da mesma igreja mill rs, a nosa Senhora da Agoa de Lupe mill rs, a confraria de São Pedro quinhentos rs. Iten manda que den a confraria das Chaguas de nosa Snora do Calhaõ mill rs. Declarou mais en seu testamento que a confraria de Santa Maria Madalena cita en a freguesia de Santo Antonio dessen mill rs. Decha a Pero Gomes de Crasto sobrinho de seu marido morador detras da ilha hũ pedasso de terra que ten con seus montados e parte de hua serra dagoa, con obrigação de lhe mandar diser todos os annos hua missa cantada por dia de San Christovaõ por sua alma. Manda que seus testamentejros den todos os sabbados des rs pera aseite pera a alampada de nosa Senhora d'Agoa de Lupe, e isto ssera dos rendimentos que o seu escravo por nome Joaõ ganhar en sete annos que servir os dittos seus testamentejros asima declarados. Eu Anrrique Nunes cura o escrevi.

[Ass.] *Anrrique nunes*

Anexo 4

Descendência de António Leme



O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira (Finais do Século XV a 1832): Enquadramento Jurídico, Titularidade e Exercício

The “Juízo dos Resíduos e Capelas” in Madeira (Late 15th Century until 1832): Legal Framework, Officers and Activity

Ana Madalena Trigo de Sousa¹

Resumo

Data de finais do século XV a primeira referência ao juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos da ilha da Madeira, cujo exercício decorria à semelhança dos seus congéneres dispersos pelas várias comarcas do reino de Portugal. Pela importância da sua atividade de zelador do cumprimento das disposições testamentárias, o juiz dos resíduos e provedor das capelas assumiu o seu papel jurisdicional, no conjunto dos demais organismos de poder responsáveis pela regulação e administração da vida comunitária do novo espaço insular. A sua permanência no quadro institucional do arquipélago foi uma realidade até ao ano de 1832, data em que foi formalmente extinto. Neste ensaio, dividido em duas partes, pretende-se estabelecer o enquadramento jurídico do cargo e a sua competência jurisdicional, desde o primitivo regimento das capelas até ao ano de 1832, dando a conhecer a sua evolução legislativa e, ao mesmo tempo, detetar as alterações no modo de constituição de vínculos (morgadios e capelas) até 1863, data da abolição do sistema vincular em Portugal. A análise dos titulares que exerceram este cargo constituiu a segunda parte, com uma subdivisão: por um lado, a identificação dos

¹ Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico Doutor Albero Vieira (Funchal). Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH/UNL – (1992), mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII) pela FCSH/UNL (1997). Em 2004 obteve aprovação por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da temática dos poderes e das instituições municipais na Madeira, nas épocas moderna e contemporânea, uma linha de investigação que tem vindo a desenvolver no decurso da sua atividade no Centro de Estudos de História do Atlântico. Presentemente, encontra-se a investigar a temática do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira e das instituições vinculares neste arquipélago. Para mais informação: <https://www.calameo.com/accounts/620121>; contacto: anamtrigosousa@sapo.pt.

indivíduos que foram juizes dos resíduos e provedores das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo, atendendo as modalidades de nomeação e as particularidades verificadas; por outro, a atividade deste oficial.

Palavras-chave: Madeira; Resíduos e Capelas; Legislação; Titulares; Exercício.

Abstract

The first reference to the “juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos” in Madeira Island is from the late 15th century. His functions were the same as his equals located throughout the Portuguese kingdom. The importance of his activity as a guardian of the wills obedience gave him a specific jurisdictional function inside the community life of the emerging insular society. His presence in Madeira’s institutional context remains until 1832, when it was formally extinguished. This essay is divided in two fundamental points. The first one is focused on an analysis of this officer legal framework and his jurisdictional activity since the late 15th century until 1832, demonstrating the legal evolution and having attention to the particularities of the “sistema vincular” and its prevalence until 1863 when it was abolished. Secondly, the focus will be given on the officers who held this institutional position, the reasons why they were chosen and their main activity.

Keywords: Madeira; “Resíduos e Capelas”; Legislation; Officers; Activity.

Introdução

Em 1997, o volume XX do *Arquivo Histórico da Madeira* dava a conhecer, ao público interessado, o *Guia do Arquivo Regional da Madeira*². No conjunto do vasto e precioso espólio mencionado, estavam os arquivos judiciários. Entre eles, o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, uma instituição que teve como missão zelar pelo cumprimento das disposições testamentárias dos defuntos. Da sua atividade, decorrida entre os séculos XVI e XIX, resultou uma ampla e diversificada série documental, rica em conteúdo sobre a história da instituição vincular no arquipélago, uma temática que, pela sua abrangência e complexidade, é fértil em linhas de investigação.

O exercício vincular na Madeira foi uma realidade precoce, desenvolvido à semelhança do reino de Portugal onde a vinculação dos bens das famílias, com a dupla finalidade de preservação do património familiar e de salvação da alma do instituidor, era visível desde a Idade Média³. A vinculação ocorria através da expressão escrita, num

² BARROS *et alii*, 1997, *Arquivo Histórico da Madeira* [...], pp. 70-74. Agradeço à Dr.ª Fátima Barros, diretora do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, pelo desafio lançado, em 2015, no sentido de iniciar uma linha de investigação no âmbito da complexa problemática do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira.

³ COELHO, 1980, «O Instituto Vincular, sua Decadência e Morte: Questões Várias», pp. 111-131; ROSA, 1995, *O Morgadio em Portugal* [...]; ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...].

testamento ou numa escritura notarial, da vontade de constituir, após a morte do seu instituidor, um morgadio e/ou uma capela. É um sistema complexo, ideia plenamente demonstrada por Maria de Fátima Coelho, que refere a vinculação como uma forma específica de apropriação e de transmissão patrimonial⁴, e por Maria de Lurdes Rosa, que sublinha que este instituto assegurava, perpetuamente, a concentração dos bens na posse de uma família, cujos rendimentos ficavam destinados a propiciar a salvação das almas dos seus fundadores, através da realização dos sufrágios, num processo que se transmitia de geração em geração⁵. Ficou assim estruturado um fenómeno, só entendível à luz dos preceitos do Cristianismo que afirmava a crença na necessidade de salvação da alma por via da oração e da canalização dos rendimentos dos bens materiais para fins espirituais⁶. A vinculação teve grandes implicações de natureza social e de natureza económica. Em termos sociais, porque ao determinar a indivisibilidade do património familiar, obrigou à unidade dos seus membros, para além da morte do instituidor, uma vez que ficavam a viver sob a tutela financeira do primogénito e administrador do vínculo⁷. Do ponto de vista económico, porque ao determinar a perpetuidade da concentração dos bens na posse familiar, retirou da circulação comercial todo um património imóvel, com consequências ao nível da fiscalidade régia e do investimento de capital na agricultura⁸.

A ação da monarquia, no universo da vinculação, foi uma realidade desde os finais da Idade Média. A salvação das almas dos seus súbditos, e toda a envolvência mental e socio-económica gerada por esta necessidade, era uma preocupação para a monarquia. A instauração e a lenta implementação de mecanismos de regulação e de controlo do cumprimento das vontades dos defuntos foi constatável, sobretudo, nos reinados de D. João II e de D. Manuel I. Foi justamente no reinado de D. João II, mais concretamente em 1486, que se registou a primeira referência ao juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos da ilha da Madeira. As suas funções terão sido semelhantes às dos seus congéneres dispersos pelas várias comarcas do reino de Portugal. O seu papel fiscalizador e disciplinador no cumprimento das disposições testamentárias deu-lhe a necessária relevância, no conjunto dos demais organismos de poder responsáveis pela regulação e administração da vida comunitária do novo espaço insular. A sua permanência no quadro institucional do arquipélago decorreu até ao ano de 1832, data em que foi formalmente extinto.

⁴ COELHO, 1980, «O Instituto Vincular, sua Decadência e Morte: Questões Várias», pp. 111-131.

⁵ ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...], pp. 52-53.

⁶ GOMES, 2000, «Legados Pios», pp. 69-70.

⁷ HESPANHA, 1993, «Carne de uma só Carne: Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico-Antropológicos da Família na Época Moderna», pp. 951-974.

⁸ HESPANHA, 2004, *Guiando a Mão Invisível* [...], pp. 482-483.

Uma tão longa atividade jurisdicional foi geradora de um vastíssimo acervo documental, digno da maior consideração. Com efeito, o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas das Ilhas da Madeira e Porto Santo integra, na sua totalidade, as seguintes séries documentais: os processos de capelas; os processos de testamentos; os processos de contencioso; os processos de confrarias; e, ainda, vários livros avulsos. O arco temporal desta documentação vai do século XVI ao século XIX. Extinto o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas em 1832, os processos de testamentos e de legados pios foram incorporados nas administrações de concelho, entidade que ficou a tutelar estas matérias. Por seu turno, as confrarias passaram a prestar as suas contas ao governador civil do distrito administrativo do Funchal.

O conteúdo deste acervo⁹ é propiciador de múltiplas linhas de investigação. Os testamentos são fundamentais para a compreensão da história das mentalidades, precisamente porque o ato de testar expressava, textualmente, a relação do indivíduo com o divino, revelando as suas preocupações com a vida além-morte e, conseqüentemente, com o cuidado da sua alma¹⁰. Para além da relação entre o testador e o divino, o testamento pode permitir uma leitura das relações familiares existentes, bem como da relação do testador com a comunidade envolvente, percebendo-se redes de convivência e de solidariedade¹¹. Cuidar da alma implicava canalizar bens e rendimentos para a realização dos sufrágios e obras pias. Logo, o testamento é também revelador da componente material que envolvia a vida do testador. Os bens que deixa, livres ou vinculados, ou ainda a vincular por via deste ato, permitem aferir importantes indicadores sobre a vida patrimonial e económica das famílias. A mesma tipologia e qualidade informativa são possíveis de ser encontradas nos processos de capelas, onde o administrador dos vínculos prestava contas, dos rendimentos dessas instituições, junto do juiz dos resíduos e provedor das capelas. E, neste âmbito, com a particularidade de se poder aferir a evolução dos rendimentos dos bens vinculados, devido ao carácter perpétuo da instituição. As confrarias, enquanto associações de natureza religiosa, também prestavam contas ao juiz dos resíduos e provedor das capelas. Essa documentação é fundamental para uma análise que, para além da componente espiritual e devocional, pode demonstrar a dimensão financeira e patrimonial de instituições cuja importância no todo social teria sido uma realidade. Finalmente, o contencioso, com uma variedade de tipologias assinalável. Um estudo destes processos, reveladores da conflituosidade gerada em

⁹ Está em curso o trabalho arquivístico de organização e descrição das séries relativas aos testamentos, aos autos de tomada de contas de capelas e ao contencioso.

¹⁰ DURÃES, 2005, *Os Testamentos e a História da Família*.

¹¹ SILVA, 2014, «O Uso dos Testamentos como Fontes para a Produção do Conhecimento Histórico», pp. 1-10.

torno do cumprimento das disposições testamentárias e da prestação de contas dos rendimentos dos bens vinculados, merece uma análise que tenha em atenção o universo normativo da época, integrado pela multiplicidade de leis e demais textos de natureza jurídica, e o incumprimento dessas mesmas normas. As sentenças proferidas são a manifestação da função disciplinadora do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas.

Este ensaio encontra-se dividido em duas partes. Na primeira pretende-se estabelecer o enquadramento jurídico do cargo e do seu exercício jurisdicional, desde o primitivo regimento das capelas até ao ano de 1832, dando a conhecer a sua evolução legislativa e, ao mesmo tempo, detetar as alterações no modo de constituição de vínculos (morgadios e capelas) até 1863, data da abolição do sistema vincular em Portugal. A análise dos titulares que exerceram este cargo constituiu a segunda parte, com uma subdivisão: por um lado, a identificação dos indivíduos que foram juizes dos resíduos e provedores das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo, atendendo as modalidades de nomeação e as particularidades verificadas; por outro, a atividade deste oficial.

As fontes que sustentam este estudo são, evidentemente, de natureza diversa. Para o estabelecimento do enquadramento jurídico do cargo foi fundamental a consulta e análise, com intuítos sistematizadores, do conteúdo da ampla legislação promulgada com vista à regulação do papel do juiz dos resíduos e provedor das capelas e, de igual modo, daquela que determinou a forma e evolução da instituição de vínculos (morgados e capelas). No processo de levantamento, de identificação e da forma de nomeação dos juizes dos resíduos e provedores das capelas, o Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal assumiu uma importância fulcral, uma vez que todas as nomeações régias eram, obrigatoriamente, inscritas naqueles livros do município funchalense. As falhas existentes neste registo foram colmatadas com a consulta das Chancelarias Régias, matriz de todas as nomeações deste oficialato. Estabelecer e perceber qual era a forma de exercício do poder por parte deste magistrado, foi possível por via da análise de um conjunto de informação, diversa e algo dispersa, oriunda quer do registo geral da câmara do Funchal, quer dos volumes avulsos que se encontram inseridos no acervo do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas.

1. O Juízo dos Resíduos e Capelas e o Sistema Vincular no Ordenamento Jurídico Português: Análise Legislativa

A longevidade do sistema vincular na organização institucional portuguesa é um dado indiscutível. Delineado nos séculos XIV-XV, e consagrado na legislação oficial no reinado de D. Manuel I, o sistema vincular só seria extinto em 1863. Estamos perante um

fenómeno com repercussões de natureza social e económica, cujo ordenamento jurídico importa perceber. Para uma análise deste complexo universo é pertinente estabelecer uma divisão em três etapas, porque representam contextos políticos distintos. Assim, e numa primeira fase atendemos à legislação promulgada entre 1504, data do primitivo regimento das capelas de Lisboa e seu termo, e 1603, data das *Ordenações Filipinas*. A legislação promulgada no tempo do Marquês de Pombal, e reinado de D. Maria I, representa a primeira rutura com o ordenamento jurídico em vigor desde as *Ordenações Filipinas*. Por esse motivo, constituiu uma segunda etapa. Finalmente, e já no século XIX, importa perceber a importância da legislação de Mouzinho da Silveira, de 1832, relativa ao instituto vincular, bem como de um conjunto de diplomas cuja promulgação, entre os anos de 1834 e 1860, prepararam a abolição do instituto vincular em 1863.

Foi o rei D. Manuel I quem promoveu uma institucionalização da forma de regulação da gestão dos bens inseridos em capelas e da forma de fiscalização do cumprimento dos sufrágios fúnebres conforme as determinações testamentárias deixadas pelos defuntos. Esta decisão régia, consubstanciada no regimento das capelas de 1504, não deve ser dissociada de um contexto propício à constituição de um poder monárquico forte que, segundo Maria de Lurdes Rosa, não podia descurar o cuidado de zelar pelo correto cumprimento das disposições testamentárias, em prol do bem das almas dos súbditos mortos¹². Salvar as almas seria, portanto, uma obrigação do poder do rei. Contudo, e prévio à promulgação do regimento das capelas de 1504, assistiu-se, no decurso do reinado de D. João II, a uma ação reformadora visível na existência de um grupo de funcionários de nomeação régia, os oficiais dos resíduos, especializados no registo de atos administrativos de instituições de caráter piedoso e assistencial, nomeadamente, os hospitais, as albergarias e as confrarias. Maria de Lurdes Rosa chama a atenção para o facto de que esta ação reformadora de D. João II teria sido particularmente sentida em locais como Santarém e Torres Novas onde o monarca se dedicara, por ocasião da permanência da corte naquelas vilas, à inspeção das capelas locais com a finalidade de ser o garante do respeito absoluto pela vontade dos súbditos falecidos, deixada expressa no seus testamentos, cuidando e promovendo que todos os encargos pios fossem escrupulosamente seguidos¹³.

A legislação manuelina abrange três diplomas fundamentais, a saber: o regimento das capelas e dos hospitais, albergarias e confrarias de Lisboa e seu termo, de 9 de janeiro de 1504; o regimento dos contadores das comarcas, de 1514; e, por fim, as *Ordenações Manuelinas*, de 1514-1521. É um corpus documental que traduz um percurso legislativo

¹² ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...], p. 220.

¹³ ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...], pp. 230, 232, 235, 239, 241-242.

digno de nota: parte de uma normativa circunscrita a Lisboa e seu termo, torna-a, com as devidas adaptações, extensível às comarcas territoriais para, finalmente, ser consagrada em lei oficial do reino. Há uma outra componente, nesta legislação, que também importa ressaltar. Referimo-nos à criação e implementação de um sistema normativo que, tendo como princípio fundamental o cumprimento do serviço de Deus e o bem das almas dos finados, criou uma organização institucional, o juiz das capelas de Lisboa e o contador dos resíduos das comarcas – e, simultaneamente, definiu as normas para a vinculação de bens e de rendimentos para fins piedosos.

Promulgado em janeiro de 1504, o já mencionado regimento das capelas e dos hospitais, albergarias e confrarias de Lisboa, e seu termo, traduz a consciencialização por parte do poder régio de que era preciso assegurar uma correta gestão dos bens das capelas e uma fiscalização do cumprimento dos sufrágios, porque a práxis corrente demonstrava que «as obrigações das missas das capelas de Lisboa e termo não são devidamente cumpridas»¹⁴. Para pôr fim a semelhante dano, porque contrário ao serviço de Deus e do bem das almas, era necessário que os administradores das capelas satisfizessem, na íntegra, os compromissos determinados pelos fundadores das ditas capelas. A «boa ordem» desejada por esta lei implicava que fosse nomeado um oficial, sob a designação de provedor do hospital de todos os santos e das capelas de Lisboa e seu termo, cujas atribuições seriam, genericamente, tomar conhecimento das capelas que efetivamente existissem e garantir a celebração das missas. Para o cumprimento deste objetivo, este novo oficial teria de inspecionar, anualmente, as capelas, teria de inquirir quais os seus bens e rendas, e, munido dessa informação, tomaria contas aos seus administradores¹⁵. Há mais duas questões que este regimento introduz e às quais importa atender. Por um lado, esboça as primeiras medidas que este oficial deve adotar em situação de incumprimento porque, assim cita o legislador, «na boa paga dos capelães consiste todo o bem desta coisa»¹⁶. Quando não se conseguia o «bem da coisa» era necessário que o novo oficial pudesse agir contra o administrador da capela: por via de notificação para prestação de contas; e, caso esta não surtisse o devido efeito, por via do recurso à penhora dos bens dos faltosos para, com esses montantes, proceder ao pagamento dos sufrágios por celebrar. O recurso à suspensão do administrador estava contemplado quando este não fosse sequer capaz de atestar a situação (instituição, ordenança, bens e rendimentos) da capela

¹⁴ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 2004, Volume III, Documento n.º 26, pp. 107-118.

¹⁵ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 2004, Volume III, Documento n.º 26, pp. 107-118.

¹⁶ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 2004, Volume III, Documento n.º 26, pp. 107-118.

sob sua responsabilidade¹⁷. Por outro lado, vemos que esta lei faz uma clara assunção da realidade vincular: que existem bens por via de morgado e bens por via de capela, e que podem ser instituídos por testamento ou outra qualquer ordenança, isto é, por um instrumento notarial¹⁸.

O regimento dos contadores das comarcas, promulgado em 1514, teve os mesmos princípios orientadores da lei de 1504, com as devidas adaptações à realidade além-corte. Este documento alarga as funções de um oficial régio que já existia no ordenamento jurídico com as funções de arrecadação e gestão dos dinheiros destinados aos cofres do rei. Doravante, o contador ficava incumbido de prover, em nome do rei, o serviço de Deus, em matérias como a verificação do cumprimento das determinações deixadas pelos defuntos instituidores de capelas; a verificação do desempenho dos testamenteiros no cumprimento das vontades dos defuntos; a verificação do tratamento ministrado aos doentes ao cuidado dos hospitais, albergarias, gafarias e confrarias; a defesa dos interesses dos órfãos; e a arrecadação dos dinheiros dos resíduos para a redenção dos cativos¹⁹.

As *Ordenações Manuelinas*, em concreto o seu título XXXV, organiza, numa lei geral do reino, os princípios já manifestos nos dois anteriores diplomas. Contudo, aperfeiçoa conceitos e mecanismos de fiscalização, introduz uma maior exigência e clarifica jurisdições. Distinguimos, no decurso da nossa análise das *Ordenações Manuelinas*, quatro questões que merecem uma particular atenção pela sua importância. Referimo-nos à distinção estabelecida entre capela e morgado; ao papel do contador dos resíduos das comarcas, que vê as suas competências dilatadas; ao papel dos testamenteiros e, por último, à clarificação da jurisdição eclesiástica e da jurisdição leiga em matéria do cumprimento de legados pios.

É neste corpo legislativo que, pela primeira vez, é feita a distinção clara entre o que seria entendido como morgado e o que seria entendido como capela. Com efeito, o parágrafo 49.º afirma que o morgadio existe quando a instituição a aplicar aos bens dos defuntos estipula que o administrador, e possuidor desses bens, é responsável, apenas, pelo cumprimento dos encargos pios. Os rendimentos dos bens revertem para benefício do próprio administrador e possuidor. Por seu turno, o legislador afirma que a capela existe quando a instituição a aplicar aos bens do defunto estipula que o administrador tem apenas direito a um certo rendimento desses bens. Tudo o mais é direcionado

¹⁷ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 2004, Volume III, Documento n.º 26, pp. 107-118.

¹⁸ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 2004, Volume III, Documento n.º 26, pp. 107-118.

¹⁹ As disposições do regimento dos contadores das comarcas são citadas a partir de ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...], p. 275.

para o gasto em missas e obras piedosas²⁰. Por conseguinte, a distinção na vinculação – morgado e capela – é visível somente na forma determinada, pelo documento deixado pelo defunto, de repartição dos encargos pios no conjunto dos rendimentos propiciados pelos bens transmitidos. Esta distinção implicava que o contador, em caso de demanda, só teria capacidade para prover no âmbito do cumprimento dos encargos pios, e nunca sobre os bens dos morgados, propriamente ditos. Tais causas teriam de ser remetidas aos desembargadores do reino dotados de competência jurídica para as julgar²¹.

A ação do contador dos resíduos das comarcas é especificada e reforçada, face ao conteúdo do regimento de 1514. Com efeito, as *Ordenações Manuelinas* revelam particular cuidado no âmbito da sua fiscalização junto dos testamenteiros e dos funcionários notariais, detentores dessa informação. O contador dos resíduos assumia a obrigação de, «com muita diligência, cumprir e executar os testamentos e últimas vontades dos finados»²². Para tal, tinha o poder de «constranger» os tabeliães e escrivães a exibirem todos os testamentos e codicilos registados nos seus cartórios²³; tinha o poder de ordenar aos testamenteiros que mostrassem os testamentos e, juntamente com eles, os inventários das receitas e das despesas dos bens dos defuntos. No caso em que o contador dos resíduos detetasse alguma irregularidade, na contabilidade apresentada, podia destituir o testamenteiro das suas funções, e obrigá-lo a devolver os montantes em falta²⁴. Todo o dinheiro que o finado deixava para obras pias, seria arrecadado pelo contador para garantir a sua efetiva aplicação. Interessa referir que a legislação integrava, no seu conceito de obras pias, várias realidades, a saber: mandar rezar missas; dar esmola; remir cativos; edificar capela; dotar, para casamento, órfãos; vestir os pobres²⁵. A exigência do registo escrito é digna de nota. O contador devia mandar o seu escrivão fazer a lista de todos os finados que tivessem feito testamento, com a identificação do testamenteiro, num caderno especialmente para esse efeito²⁶. Também se escriturava, anualmente, tudo o que se demandava e se arrecadava, no âmbito da prestação de contas por parte dos testamenteiros²⁷. Por desempenhar uma tarefa exigente e complexa, o contador dos resíduos viu ser-lhe fixada uma forma de remuneração. Assim, para além do pagamento da alimentação, comum a todos oficiais ao serviço do rei, o contador teria direito a uma

²⁰ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 49.º.

²¹ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 50.º.

²² *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 7.º.

²³ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 7.º.

²⁴ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 8.º, § 11.º.

²⁵ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 7.º, § 13.º, § 14.º, § 15.º, § 16.º.

²⁶ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 9.º.

²⁷ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 18.º.

percentagem dos montantes envolvidos na tomada de contas aos testamenteiros: «um real por cento, tanto que a fazenda de que se tomar conta chegar a cem reais, e daí para cima, até á quantia e valor de cinquenta marcos de prata, contando cada marco a dois mil e duzentos reais, e dos ditos cinquenta marcos para cima levarão meio real por cento»²⁸. Atendendo à complexidade das funções e, sobretudo, à potencial situação de conflituosidade com os testamenteiros, o contador tinha o auxílio de um procurador, ou solicitador, cuja função era a de demandar os testamenteiros e citá-los para que prestassem, com celeridade, as contas a que eram obrigados. Ao contrário do contador, este não tinha direito a ordenado e mantimentos, podendo, somente, auferir a quinta parte de valores envolvidos em demanda²⁹. Porque a prestação de contas de testamentos envolvia dinheiros, podiam gerar-se situações de litígio. Tendo em consideração essa realidade, o legislador determinou que as partes insatisfeitas com a decisão do contador dos resíduos pudessem apelar para os desembargadores, mas só em causas cuja quantia envolvida fosse igual ou superior a 1.000 reais³⁰.

O testamenteiro era sempre obrigado a prestar contas de tudo o que recebesse e de tudo o que despendesse pela alma do finado, mesmo que o testador não deixasse expressa tal exigência³¹. Tinha o dever de cumprir as disposições do testador no prazo de um ano e um mês, sendo que, em caso de incumprimento e fugindo às suas obrigações, poderia ser citado na pessoa da sua mulher, na de seus familiares e, mesmo, na de seus servidores³². O papel do testamenteiro não se limitava à apresentação do conteúdo do testamento e ao cumprimento imediato das últimas vontades aí registadas. Havia uma continuidade no tempo, uma vez que a lei determinava que podia ser chamado a prestar contas de todos os bens de raiz e suas novidades, até 25 anos, e dos bens móveis, até 15 anos³³.

A separação entre a jurisdição eclesiástica e a jurisdição leiga é assunto do maior interesse, uma vez que logo no parágrafo 4.º, é afirmado que, segundo a disposição do direito, pertencia aos prelados eclesiásticos e à pessoa do monarca fazer cumprir e executar as últimas vontades dos finados. Perante tal constatação, surgiria a dúvida: o testamenteiro prestava contas perante o eclesiástico ou perante o contador dos resíduos, como oficial régio? Certamente com a intenção de clarificar uma confusão visível na prática corrente, o legislador consagrou uma solução de potencial equilíbrio. Assim, as instituições vinculares (capelas, hospitais e albergarias) criadas por eclesiásticos

²⁸ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 23.º.

²⁹ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 26.º, § 27.º.

³⁰ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 29.º.

³¹ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 1.º.

³² *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 2.º, § 5.º.

³³ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 22.º.

prestariam contas perante o estado eclesiástico; as mesmas sobreditas instituições fundadas por leigos e administradas por leigos, prestariam contas perante o contador dos resíduos. Mas, atendendo à permeabilidade de situações, uma vez que se tratava da morte do crente e da salvação da sua alma, o legislador ter-se-ia visto obrigado a acautelar diferentes realidades. As capelas fundadas por leigos mas administradas por clérigos poderiam ser fiscalizadas por prelados. As capelas fundadas e administradas por leigos, mas tendo encargos de missas, poderiam ser visitadas por prelados com a finalidade de zelar pelo cumprimento desses sufrágios³⁴.

As funções atribuídas ao contador dos resíduos das comarcas serão, pelo regimento de 6 de dezembro de 1564, aplicadas ao recém-criado cargo de provedor e contador dos resíduos, capelas, hospitais, albergarias e confrarias da cidade de Lisboa em substituição do antigo provedor do hospital de Todos os Santos, criado pelo regimento de 9 de janeiro de 1504. Este novo provedor teria capacidade para entender e prover conforme as ordenações e regimentos dados aos provedores e contadores dos resíduos das comarcas³⁵. Em relação a estes, as *Leis Extravagantes*, de 1569, introduziram, no seu título XVI, o alvará de 24 de novembro de 1564 que determinava que os, em diante designados, provedores das comarcas e contadores dos resíduos, hospitais, capelas, albergarias e confrarias, tinham prerrogativa de tomar conhecimento das instituições e compromissos, com a respetiva tomada de contas aos seus administradores, quando o estado eclesiástico lhes enviasse informação relativa a encargos e obrigações por cumprir. Esta medida era implementada, segundo o mesmo diploma, em atenção do Concílio Tridentino³⁶.

As *Ordenações Filipinas*, de 1603, repetem o articulado das *Ordenações Manuelinas* e das *Leis Extravagantes*. À sua semelhança, mantêm a divisão entre o provedor das capelas e resíduos da cidade de Lisboa e o provedor e contador das comarcas. Contudo, chama-nos a atenção a obrigatoriedade do provedor e contador da comarca ter de se deslocar às várias localidades e freguesias da sua jurisdição, uma vez que os testamenteiros já não seriam obrigados a dar conta dos testamentos fora do seu lugar de residência³⁷. Também é digno de menção o facto de que, quando um testador mandasse edificar uma capela, o provedor teria o dever de mandar realizar, o mais rápido possível, a respetiva empreitada e pelo melhor preço possível³⁸.

³⁴ *Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Título XXXV, § 40.º, § 41.º.

³⁵ *Leis Extravagantes e Repositório das Ordenações [...]*, 1987, Título XV: Regimento de 6 de dezembro de 1564.

³⁶ *Leis Extravagantes e Repositório das Ordenações [...]*, 1987, Título XVI: Alvará de 24 de novembro de 1564.

³⁷ *Ordenações Filipinas. Livro Primeiro*, 1985, Título LXII, § 4.º, § 8.º.

³⁸ *Ordenações Filipinas. Livro Primeiro*, 1985, Título LXII, § 15.º.

Acrescente-se, por último, que se mantém a distinção entre morgado e capela estabelecida nas *Ordenações Manuelinas*³⁹.

O conteúdo das *Ordenações Filipinas* esteve em pleno vigor até ao consulado do Marquês de Pombal. Este, sem as revogar, irá introduzir novos critérios na interpretação, na integração e na aplicação de um vasto conjunto de normas jurídicas. O universo da vinculação não será exceção no quadro da proliferação legislativa que marcou a segunda metade de setecentos. A legislação pombalina abarcou todos os grandes domínios do direito, como nos afirma Rui Marcos, «desde o direito sucessório ao direito de família, ao direito comercial, ao direito processual civil, ao direito e processos penais, ao direito fiscal e alfandegário, até aos ordenamentos judiciário, administrativo e militar, todos estiveram na mira do legislador josefino, uns recebendo meras alterações de retoque, outros sendo objeto de profundas alterações»⁴⁰. A transformação estrutural do instituto vincular ocorre por via da promulgação de dois diplomas fundamentais. Referimo-nos à carta de lei de 9 de setembro de 1769 e à lei de 3 de agosto de 1770. Prévia a esta legislação importa mencionar o alvará de 7 de Janeiro de 1750 publicado com a finalidade de clarificar os ordenados de vários ministros e oficiais régios, e, entre eles, os provedores das comarcas. A sua atuação, no âmbito específico dos resíduos e capelas, ficou perfeitamente assente, cabendo-lhes, portanto, a verificação e julgamento das contas dos testamentos e das capelas, das confrarias, das albergarias e dos hospitais⁴¹.

A carta de lei de 9 de setembro de 1769 representa uma rutura com o universo mental até então existente. O legislador assumia a sua intenção reformista ao afirmar, de uma forma muito clara, os seus propósitos: «restringir a liberdade mal-entendida de testar, promover e sustentar a sucessão legítima em nome da razão natural, da caridade cristã e da boa ordem das famílias»⁴². Atendendo à realidade vigente em matéria de consignação de bens e rendimentos para legados pios, vemos como o legislador, em nome da «razão natural» descreveu, com suma ironia, as escolhas feitas pelos testadores: «se chegará ao caso de serem as almas do outro mundo senhoras de todos os prédios destes reinos [...] ainda que todos os indivíduos existentes nestes reinos fossem clérigos, nem assim poderiam dizer a terça parte das missas que constam nas instituições registadas»⁴³. O pragmatismo do legislador revelava-se evidente quando declarou que os bens e rendimentos das propriedades deviam, única e exclusivamente, garantir a subsistência dos vivos⁴⁴.

³⁹ *Ordenações Filipinas. Livro Primeiro*, 1985, Título LXII, § 53.º.

⁴⁰ MARCOS, 1990, «A Legislação Pombalina», p. 73.

⁴¹ Alvará de 7 de janeiro de 1750 in *Apêndice das Leis Extravagantes, Decretos e Avisos* [...], 1760, pp. 28-33.

⁴² Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*.

⁴³ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 12.º.

⁴⁴ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 21.º.

Uma leitura deste diploma deverá ser feita tendo em atenção três parâmetros: 1.º qual a forma de testar permitida; 2.º qual a forma de instituir vínculos; 3.º como encarava o Estado o instituto vincular. Como testar, segundo a carta de lei de 9 de setembro de 1769? Neste parâmetro, a determinação régia foi no sentido de afirmar que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade e condição, podia dispor dos seus bens em prejuízo dos seus parentes, até ao 4.º grau. Mesmo a terça parte dos bens do testador ficava sujeita a condicionalismos, ou seja, só dos bens adquiridos, e nunca herdados, é que poderia ser aplicada em benefício de outrem. Contudo, os cônjuges continuavam aptos para deixar ao sobrevivente o usufruto da terça parte dos seus bens. Há ainda dois importantes elementos que este diploma introduz: por um lado, os filhos religiosos, porque, segundo o legislador «morreram para o mundo», ficarão, em diante, excluídos da herança e das legítimas materna ou paterna, por outro, a proibição da instituição da alma por herdeira⁴⁵. A segunda questão que a análise do documento proporciona: como instituir vínculos? Com efeito, o poder régio continuava a reconhecer a pertinência do instituto vincular, mas assumiu, claramente, o seu papel dirigente neste processo. O estabelecimento de capelas ficava dependente de licença concedida pelo Desembargo do Paço, impossibilitando-se o testador de dispor, a título de legado pio, mais do que a terça parte dos seus bens⁴⁶. É interessante verificar que, mesmo em relação à terça parte dos bens, impuseram-se condições, isto é, o legado pio não podia contemplar mais de 400 mil réis. No entanto, as quantias podiam chegar a 800 mil réis, se fosse um legado destinado a misericórdias, a hospitais, à dotação de órfãos e ao sustento de expostos ou a escolas e a seminários de «criação da mocidade»⁴⁷. A intenção de desagrar os rendimentos de terras, ou de quaisquer outros bens de raiz, verificou-se pela ordem de redução dos encargos de capelas à décima parte do rendimento líquido dos bens vinculados e, também, por ordenar como bens «livres e desembaraçados» aqueles cuja receita fosse inferior a 100 mil réis⁴⁸. Todas as capelas devolutas seriam integradas na coroa⁴⁹. Como encarava o Estado o instituto vincular? A duplicidade da posição do poder régio é deveras interessante. Se, por um lado, atestou a perturbação da existência dos vínculos, quer para o comércio de bens de raiz, quer para o Estado que ficava impossibilitado de receber as sisas oriundas da compra e venda de património fundiário, por outro, consagrou-os, ainda que numa única circunstância. Referimo-nos à continuidade do instituto vincular apenas no âmbito

⁴⁵ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 1.º, § 2.º, § 4.º, § 10.º, § 21.º.

⁴⁶ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 6.º, § 17.º.

⁴⁷ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 7.º, § 8.º.

⁴⁸ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 19.º, § 21.º.

⁴⁹ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 18.º.

do aumento e conservação das casas nobres e com uma única justificação: para que os seus administradores pudessem, dignamente, servir a coroa⁵⁰.

As ideias centrais desta carta de lei de 9 de setembro de 1769 serão retomadas, cerca de um ano mais tarde, por ocasião da promulgação da lei de 3 de agosto de 1770 «reformando, regulando de pretérito e precavendo para o futuro, a instituição dos morgados». O Estado manifestou, novamente, a sua duplicidade face ao instituto vincular. Este era considerado uma contradição face: ao «uso honesto do domínio que o proprietário tem por direito natural»; à «justiça e igualdade na repartição dos bens entre os filhos»; à «receita do Erário Régio pela privação das sisas que derivam da liberdade dos bens e das sucessivas vendas». Contudo, o instituto vincular continuava a fazer sentido porque permitia a existência de uma nobreza com meios para estar ao serviço do rei, tanto na paz como na guerra⁵¹. Retomou, igualmente, a disposição de extinção e abolição de todos os vínculos cuja receita fosse inferior a 100 mil réis, sendo esse montante alterado para 200 mil réis no caso dos vínculos localizados nas províncias da Estremadura e Alentejo. Por seu turno, os bens ditos vinculados mas sem demonstraram prova, clara e expressa, da respetiva instituição, seriam «livres e desembaraçados»⁵². O papel do Estado, no processo de instituição de vínculos, ficou reforçado. Com efeito, cabia-lhe conceder a respetiva licença ao requerente. Este, por seu turno, tinha de ser, obrigatoriamente, pertencente à nobreza ou tinha de demonstrar serviço prestado à coroa, fosse pelas «armas», fosse pelas «letras», ou ainda, «pelo louvável desempenho no comércio, agricultura e artes liberais»⁵³. O requerente teria, de igual modo, de fazer prova, «exata e conclusiva» de que os bens que pretendia vincular representavam, de renda líquida anual, uma quantia igual ou superior a 6.000 cruzados. Isto nos requerimentos de vínculos a instituir na corte. Para a Estremadura e Alentejo, os valores diminuiriam para 3.000 cruzados sendo que, para os requerimentos aplicáveis a todas as outras províncias do reino, bastava demonstrar um rendimento anual de um conto de réis líquido⁵⁴. Em todas as situações ficava estabelecido um agravamento na centésima parte dos rendimentos que fossem destinados a obras pias. Estas permaneciam sob a inspeção do provedor das capelas⁵⁵.

⁵⁰ Carta de Lei de 9 de setembro de 1769 in *Coleção de Legislação 1769-1783*, § 11.º, § 21.º.

⁵¹ Lei de 3 de agosto de 1770 in *Coleção de Leis, Decretos e Alvarás que compreende o Feliz Reinado de El-Rei Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor*, 1771.

⁵² Lei de 3 de agosto de 1770 in *Coleção de Leis, Decretos e Alvarás que compreende o Feliz Reinado de El-Rei Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor*, 1771, § 1.º, § 4.º.

⁵³ Lei de 3 de agosto de 1770 in *Coleção de Leis, Decretos e Alvarás que compreende o Feliz Reinado de El-Rei Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor*, 1771, § 13.º, § 15.º, § 16.º.

⁵⁴ Lei de 3 de agosto de 1770 in *Coleção de Leis, Decretos e Alvarás que compreende o Feliz Reinado de El-Rei Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor*, 1771, § 19.º, § 20.º, § 21.º.

⁵⁵ Lei de 3 de agosto de 1770 in *Coleção de Leis, Decretos e Alvarás que compreende o Feliz Reinado de El-Rei*

A visão negativa do instituto vincular, introduzida pela legislação pombalina, é retomada, no século XIX, por José Xavier Mouzinho da Silveira, ministro de D. Pedro IV, cuja importante obra jurídica lançou as bases da reforma administrativa consagrada pelo constitucionalismo monárquico⁵⁶. O primeiro diploma que iniciou o percurso que levou à abolição do sistema vincular, em 1863, foi promulgado em 4 de abril de 1832 pelo duque de Bragança, em nome de sua filha, a rainha D. Maria II. Este documento foi sustentado pelo conteúdo do relatório redigido por Mouzinho da Silveira que postulava a necessidade de abolição dos pequenos vínculos com a justificação de ser necessária jurisprudência nova: «é melhor que a liberdade goze e o vínculo sofra»⁵⁷. Advogava que deveria ser extinta a diferença, em vigor desde o tempo de Pombal, entre os valores dos vínculos em vigor para a Estremadura e o Alentejo (200 mil réis) e para as restantes províncias (100 mil réis). Porém, era desejável manter a excecionalidade, prevista desde 1770, para as casas nobres possuidoras de vínculos com valor superior a 6.000 cruzados, porque, segundo este relatório, representavam «boa fortuna»⁵⁸. Assim, o diploma de D. Pedro, com a mesma data, determinou a abolição, em todas as províncias e domínios portugueses, dos morgados e das capelas cujo rendimento líquido fosse inferior a 200 mil réis. Aqueles cujo rendimento excedendo este valor, mas sem que o atual administrador tivesse sucessão, seriam extintos⁵⁹. Mas, constatava-se a necessidade de precaver o futuro. Para tal, ficou consagrado que não seriam permitidas uniões de vínculos, nem tão-pouco a anexação de bens livres aos que existissem à data⁶⁰.

O ano de 1832 assinalou, além do início do percurso que levaria à abolição do sistema vincular, uma outra importante realidade. Em concreto, a extinção dos juízes privativos e, entre eles, o juiz dos resíduos e provedor das capelas. A reforma administrativa do Estado liberal preconizava, numa das suas vertentes, o estabelecimento de uma nova organização judicial onde os seus magistrados – os juízes de direito – teriam competência para julgar «o direito em todas as causas em

Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor, 1771, § 27.º.

⁵⁶ MANIQUE, 1989, *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*, pp. 47-48.

⁵⁷ *Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série*, 1834, pp. 8-10: Relatório de José Xavier Mouzinho da Silveira de 4 de abril de 1834.

⁵⁸ *Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série*, 1834, pp. 8-10: Relatório de José Xavier Mouzinho da Silveira, de 4 de abril de 1834.

⁵⁹ *Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série*, 1834, pp. 11-14: Decreto de D. Pedro, em nome da Rainha, em consideração do relatório de Mouzinho da Silveira, de 4 de abril de 1832, Artigo 1.º, Artigo 2.º.

⁶⁰ *Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série*, 1834, pp. 11-14: Decreto de D. Pedro, em nome da Rainha, em consideração do relatório de Mouzinho da Silveira, de 4 de abril de 1832, Artigo 3.º.

que forem os réus domiciliados nas respetivas jurisdições, sem atenção à qualidade das pessoas, mas sim em satisfação da justiça»⁶¹. Consequentemente, ficariam extintos todos os tribunais, lugares e ofícios de justiça existentes até então⁶².

Entre 1832, data destas reformas já assinaladas, e 1863, data da extinção da instituição vincular, a atenção do legislador esteve concentrada nas questões de natureza burocrática que surgiram em resultado da extinção do juízo dos resíduos e provedoria das capelas. A primeira situação a ser resolvida foi de ordem prática. Para onde se transferir todos os processos de tomada de contas das capelas? O decreto de 7 de agosto de 1834 determinou que essa documentação, onde se incluíam os processos de legados pios não cumpridos, era transferida para os cartórios das misericórdias, no reino e nas províncias ultramarinas⁶³. A reforma administrativa que criou os governos civis de distrito, em 1835, assim como as administrações de concelho, implicou uma nova gestão da realidade vincular. Porque, na perspetiva do legislador, ficou patente que a administração dos vínculos (morgados e capelas) era um ato meramente administrativo devendo, em virtude dessa característica, ficar sob tutela do administrador do concelho. Logo, a tomada de contas dos vínculos, tal como era, outrora, efetuada pelo provedor das comarcas, será feita pelo administrador do concelho, mas com uma importante diferença face ao extinto provedor da comarca. Referimo-nos ao facto de o administrador do concelho não ter capacidade para proceder executivamente, estando obrigado a remeter o processo em causa para o poder judiciário⁶⁴. Esta importante alteração teve uma outra consequência, no plano da circulação da documentação relacionada com o sistema vincular. Isto é, as administrações de concelho ficaram, a partir de 1842, com todos os processos dos extintos juízos dos resíduos e provedorias das capelas que estavam inseridos nesses concelhos, mas com uma importante ressalva: os documentos desses cartórios que pertencessem à fazenda pública deviam passar para a tutela do governador civil⁶⁵. As atribuições do administrador do concelho, face às instituições vinculares, ficaram perfeitamente estabelecidas no artigo 248.º do Código Administrativo de 1842.

⁶¹ *Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série*, 1834, pp. 91-135: Organização Judicial. Extinção dos Juizes Privativos, Artigo 38.º.

⁶² *Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série*, 1834, pp. 91-135: Organização Judicial. Extinção dos Juizes Privativos, Artigo 272.º.

⁶³ *Coleção de Decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Majestade Imperial, desde a sua Entrada em Lisboa até à Instalação das Câmaras Legislativas, Terceira Série*, 1840, p. 246: Decreto de 7 de agosto de 1834.

⁶⁴ *Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados no Ano de 1838, 8.ª Série*, 1838, p. 111: Decreto de 2 de abril de 1838.

⁶⁵ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva de 1842 em Diante*, 1842, pp. 48-49: Decreto de 25 de fevereiro de 1842.

Desta forma, cabia-lhe tomar contas do cumprimento dos legados pios, deixados em testamento, aos administradores de vínculos (morgados e capelas), bem como tomar contas às irmandades, confrarias, hospitais e misericórdias. Todavia, a aprovação definitiva das contas destes estabelecimentos pertencia ao Conselho de Distrito⁶⁶. Perante os legados pios não cumpridos, o administrador do concelho podia mandá-los executar, nos termos das leis fiscais em vigor, sendo que, em casos de contestação pelas partes, os processos seriam, necessariamente, remetidos ao juiz de direito da comarca respetiva⁶⁷.

As várias medidas legislativas referentes à vinculação não impediram o seu crescente isolamento. O Liberalismo viu no fenómeno vincular um obstáculo ao desenvolvimento económico, ao crescimento do tesouro régio e à concórdia social. Os liberais argumentaram a incompatibilidade entre a vinculação e o novo regime político – o constitucionalismo monárquico – por este necessitar de fomentar o desenvolvimento agrícola, impedido pelo elevado número de terras improdutivas e com estatuto de inalienável e indivisível; por este precisar de aumentar receita fiscal, neste caso, as sisas, cuja cobrança estava impossibilitada por não haver transações de bens fundiários; e, por último, por necessitar de paz social, uma vez que os constantes litígios entre primogénitos e secundogénitos em nada contribuiriam para um clima de concórdia⁶⁸.

Pela lei de 30 de julho de 1860 foi determinada uma reforma dos vínculos existentes. Ficavam livres, e alodiais, todos os bens móveis que estivessem à data vinculados; os juros vinculados de capitais; os capitais depositados para serem investidos em prédios ou benfeitorias; os terrenos incultos e os edifícios desmoronados. Todos os bens agora libertos continuavam no domínio e posse dos seus vigentes administradores, porque os tinham herdado legalmente⁶⁹. Postulava-se a abolição de todos os morgados e capelas de rendimento líquido anual inferior a 400 mil réis, e de todos aqueles que não fossem registados, no prazo de 2 anos, no governo civil do distrito onde os bens estivessem localizados⁷⁰. Esta lei introduz dois outros pontos de grande interesse. Por

⁶⁶ *Código Administrativo. Nova Edição Oficial. Anotado. 18 de Março de 1842, 1865, Artigo 248.º, II e III.*

⁶⁷ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1851, 1852, pp. 400-402: Decreto de 5 de novembro de 1851.*

⁶⁸ COELHO, 1980, «O Instituto Vincular. Sua Decadência e Morte: Questões Várias», pp. 111-131; TEIXEIRA, 1985, *Os Morgadios da Reforma Pombalina ao Liberalismo*, pp. 53, 62, 64.

⁶⁹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 1.º.*

⁷⁰ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho*

um lado, a faculdade de o administrador e seu cônjuge poderem reunir dois ou mais vínculos que perfizessem um rendimento anual líquido superior a 600 mil réis. Por outro, a possibilidade de o administrador entregar aos secundogénitos, aos quais devia alimentos, um património que, oriundo dos bens desvinculados, fosse equivalente a essa prestação. Cessaria, assim, a obrigação de dar alimentos⁷¹. Saliente-se, ainda, o facto de o legislador libertar civilmente, os bens desvinculados, de quaisquer encargos pios⁷². As exceções ainda permaneciam, em concreto, a inalterabilidade dos vínculos pertencentes à Casa de Bragança e a permissão de os pares do reino poderem instituir novos vínculos⁷³.

Foi o governo liderado pelo Marquês de Loulé que promulgou a lei de 19 de maio de 1863 que determinou «a abolição de todos os morgados e capelas atualmente existentes no continente do reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas e declarando alodiais os bens de que se compõem»⁷⁴. Os bens desvinculados ficariam apenas sujeitos ao pagamento de dívidas que os onerassem e, à semelhança da lei anterior, civilmente livres de encargos pios⁷⁵. Revogou-se toda a legislação em contrário e, segundo o diploma, especialmente o artigo 27.º da lei de 30 de julho de 1860 que abrisse a exceção aplicada aos pares do reino⁷⁶.

de 1860, Artigo 4.º; Artigo 9.º.

⁷¹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 5.º; Artigo 23.º.*

⁷² *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 10.º.*

⁷³ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 24.º; Artigo 27.º.*

⁷⁴ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1863, 1864, pp. 200-201: Lei de 19 de maio de 1863, Artigo 1.º.*

⁷⁵ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1863, 1864, pp. 200-201: Lei de 19 de maio de 1863, Artigo 9.º, Artigo 10.º.*

⁷⁶ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa Redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1863, 1864, pp. 200-201: Lei de 19 de maio de 1863, Artigo 14.º.*

2. O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira

2.1. Os Titulares do Cargo e as Modalidades de Nomeação

Data de finais do século XV, em concreto do ano de 1486, a primeira referência ao juiz dos resíduos e capelas, segundo documento transcrito por Cabral do Nascimento. Foi este autor que forneceu, em 1935, a primeira relação dos indivíduos que ocuparam este cargo, relação essa que teve por fonte os índices dos tombos da Câmara Municipal do Funchal e os índices do Arquivo da Marinha e Ultramar⁷⁷. Partindo destas referências, foi feito o seu confronto e cruzamento com outras fontes, nomeadamente com os livros do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal e com as Chancelarias Régias. A investigação realizada permitiu estabelecer todas as nomeações deste oficial, havendo apenas alguns casos, pontuais, em que não foi possível consultar os documentos na íntegra devido ao seu mau estado de conservação. Por se tratar de um cargo em que a sua primeira nomeação ocorreu em 1486 e a última em 1799, a informação recolhida e tratada será apresentada em três tabelas. Esta divisão justifica-se pelas particularidades encontradas nestas nomeações, resultantes quer da conjuntura política e institucional, quer das modalidades de provimento (nomeação para servir; ou concessão de propriedade do ofício).

O primeiro quadro contempla os provimentos concedidos entre 1486 e 1501, por serem nomeações específicas dos resíduos e capelas. O segundo quadro contém as ocorridas entre 1535 e 1599, período em que o exercício deste cargo foi sempre em acumulação com outros ofícios da administração periférica da coroa, com exceção da nomeação que houve em 1593, constituindo um caso específico e de difícil explicação. Em 1639 deu-se a primeira concessão da propriedade do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas. Até 1799, data da última concessão, assistiu-se a um sistema de provimento, ora em regime de nomeação para servir o cargo, ora em regime de concessão de carta de propriedade do ofício. A partir de 1639 as situações de acumulação foram muito pontuais. Esta distinção entre modalidades de provimento, ocorrida entre 1639 e 1799, justifica uma terceira, e última, tabela.

⁷⁷ NASCIMENTO, 1935, «Capelas e Morgados da Madeira», pp. 65-72. Os índices dos tombos da Câmara do Funchal estão localizados no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (em diante ABM), Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livros n.º 1397, n.º 1398 e n.º 1405. Por seu turno, a informação do Arquivo da Marinha e Ultramar, originária de um documento com data de 1768, foi publicada por Eduardo de Castro e Almeida em 1907, com a designação *Archivo da Marinha e Ultramar. Inventário Madeira e Porto Santo*, Volume I (1613-1819), p. 33.

Quadro n.º 1 – Juizes dos Resíduos e Capelas na Madeira (1486-1501)

Nome e grau académico	Data de nomeação	Designação do cargo	Tempo de serviço
João do Porto ⁷⁸	1486-05-19	Juiz e contador dos resíduos, provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos	Indeterminado
Pedro Quaresma ⁷⁹	1493-05-06	Juiz e contador dos resíduos	Indeterminado
João Fernandes, bacharel ⁸⁰	1501-07-20	Juiz dos resíduos	Indeterminado

Fontes: Ver notas de rodapé n.º 78 a n.º 80.

A introdução do juiz e contador dos resíduos no quadro institucional da Madeira poderá ser explicada como um paralelismo face ao que decorria no reino, onde os assuntos relacionados com as instituições pias estavam a ser definidos numa moldura jurídica, ao mesmo tempo que havia oficiais a atuar no terreno no âmbito da salvaguarda dos legados dos defuntos. Com efeito, desde o reinado de D. Afonso V existiram nomeações para juiz e provedor dos hospitais, albergarias e confrarias de Lisboa e termo, ocorridas entre 1464 e 1466, sendo que remontaria a 1433 o aumento do número de oficiais dos resíduos em funções no reino⁸¹. Por conseguinte, não será de estranhar a presença deste oficial no contexto insular madeirense. As designações que se verificam nas três nomeações em apreço revelam as suas similitudes com o que estava em vigor no reino. No caso de João do Porto, a sua carta determinou, claramente, que iria servir «segundo os seus semelhantes oficiais nas comarcas do reino». Pedro Quaresma foi designado juiz dos resíduos na ilha da Madeira, «como foi João do Porto». Quanto a João Fernandes, apenas designado juiz dos resíduos da ilha da Madeira, não teve especificação na forma do exercício do cargo. Todas as nomeações, feitas pelo monarca, tiveram como motivo o serviço de Deus, o serviço do rei e o bem das almas dos defuntos. Com exceção de João Fernandes, que possuía o título de bacharel, os outros juizes não teriam qualquer

⁷⁸ *Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Parte*, 1973, Transcrição de Luís de Sousa Melo, in *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, Série Documental II, Volume XVI*, pp. 196-197, Documento n.º 108: Carta em que se faz mercê a João do Porto de juiz dos resíduos, de 19 de maio de 1486.

⁷⁹ *Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Parte*, 1973, Transcrição de Luís de Sousa Melo, in *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, Série Documental II, Volume XVI*, pp. 282-283, Documento n.º 167: Carta do duque rei em que faz a Pedro Quaresma juiz dos resíduos, de 6 de maio de 1493.

⁸⁰ *Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Parte*, 1973, Transcrição de Luís de Sousa Melo, in *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, Série Documental III, Volume XVII*, pp. 418-419, Documento n.º 249: Carta do rei em que faz mercê a João Fernandes do ofício de juiz dos resíduos, de 20 de julho de 1501.

⁸¹ ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...], pp. 184, 225.

preparação jurídica. João do Porto e Pedro Quaresma, além da sua «bondade», eram «discretos» escudeiros de D. Manuel, Duque de Beja e primo do então monarca, D. João II. No caso de João Fernandes não surge o elemento de ligação direta ao monarca, mas apenas o facto de ser morador na ilha da Madeira. As três nomeações foram, cada uma, por tempo indeterminado. Relativamente aos vencimentos, João do Porto e Pedro Quaresma auferiam, anualmente, 12 mil reais brancos dos dinheiros que arrecadassem dos resíduos julgados. Quanto a João Fernandes, a expressão usada foi que teria todos os percalços, interesse e mantimento que por direito lhe pertencessem.

João Fernandes foi nomeado em 1501, já no reinado de D. Manuel I, época de reforma e de promulgação de legislação sobre as instituições pias. O regimento das capelas de Lisboa, de 1504, o dos contadores das comarcas, de 1514, as *Ordenações Manuelinas*, entre 1514 e 1521, trouxeram consequências práticas na forma de provimento dos juizes dos resíduos da ilha da Madeira. Sobretudo, em virtude deste código que introduziu, pelo seu Título VIII, a figura do desembargador das ilhas. Segundo o seu articulado, os desembargadores nomeados para as ilhas tinham por missão «desembargar em Relação todos os feitos cíveis que por apelação e agravo vierem de cada uma das ilhas posto que sejam de direitos reais, ou de capelas ou órfãos ou outros semelhantes»⁸². No quadro n.º 2 serão visíveis as diferenças na forma de provimento, nas características dos nomeados e, sobretudo, porque o cargo de juiz dos resíduos vai ser, por largos anos, exercido em regime de acumulação com os outros ofícios da administração periférica da coroa. Esta acumulação explicar-se-á pela sintonia com a moldura legislativa vigente e, também, porque já desde os finais do século XV, princípios do século XVI, vinham enviados à Madeira corregedores e desembargadores com alçada para fazer justiça⁸³. Não sabemos quanto tempo esteve em funções o bacharel João Fernandes. Será lícito deduzir que terá exercido como juiz dos resíduos ao mesmo tempo que começaram a chegar estes corregedores desembargadores que, por seu turno, teriam começado a chamar a si as causas de resíduos, sobretudo após a promulgação do Código Manuelino. Há, portanto, um hiato entre o fim das funções do bacharel João Fernandes e o ano de 1535, porque a primeira referência que conseguimos encontrar é precisamente deste ano, conforme se observa no quadro n.º 2.

⁸² *Ordenações Manuelinas. Livro Primeiro* [...], Título VIII.

⁸³ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense* [...], pp. 247 a 266.

Quadro n.º 2 – Juizes dos Resíduos e Capelas na Madeira (1535-1599)

Nome e grau académico	Data de nomeação	Designação do cargo	Exercício simultâneo de outros cargos	Tempo de serviço
Afonso da Costa ⁸⁴ , licenciado	Estaria já a servir em 1535	?	Corregedor, na forma de seus antecessores	?
Luís da Guarda ⁸⁵ , doutor	1546-05-17	Juiz dos resíduos, contador e provedor dos órfãos e capelas	Alçada	?
João Jorge ⁸⁶ , licenciado	1555-05-05	Provedor dos resíduos e capelas	Alçada	?
Gonçalo Mendes ⁸⁷ , licenciado	1560-11-05	Juiz dos órfãos e capelas, contador dos resíduos	?	3 anos
Leonis Simões Homem ⁸⁸ , licenciado	1565-07-10	Provedor dos resíduos	Provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	?
Luís Preto ⁸⁹ , licenciado	1566-05-13	Provedor dos órfãos, capelas, hospitais, confrarias, gafarias, contador dos resíduos	Provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	3 anos
João Leitão ⁹⁰ , licenciado	1582-01-05	Provedor dos resíduos	Corregedor, provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	?

⁸⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (em diante AHU), Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 2, Documento n.º 337: Informação do corregedor Francisco Moreira de Matos, de 1768.

⁸⁵ ABM, *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Lv.º 1213). *Instrumento de Descrição Documental* n.º 18, p. 2; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁸⁶ ABM, *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Lv.º 1213). *Instrumento de Descrição Documental* n.º 18, p. 3; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁸⁷ ABM, *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Lv.º 1213). *Instrumento de Descrição Documental* n.º 18, p. 8; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁸⁸ ABM, *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Lv.º 1213). *Instrumento de Descrição Documental* n.º 18, p. 11; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁸⁹ ABM, *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Lv.º 1213). *Instrumento de Descrição Documental* n.º 18, p. 13; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁹⁰ ABM, *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Lv.º 1213). *Instrumento de Descrição Documental* n.º 18, p. 21; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

Domingos Vaz ⁹¹ , licenciado	1585-05-31	Provedor dos resíduos e capelas	Corregedor, provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	3 anos
António de Melo ⁹² , licenciado	1590-08-08	Provedor dos resíduos	Corregedor, provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	3 anos
Manuel Rodrigues Pedreira, licenciado ⁹³	1593-07-07	Juiz dos resíduos, distinto e separado		Enquanto o rei houver por bem
Bernardo Fernandes Tinoco ⁹⁴ , desembargador	1595-05-10	Provedor dos órfãos, resíduos e capelas	Corregedor, provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	3 anos
André Lobo ⁹⁵ , desembargador	1597-10-30	Provedor dos órfãos, resíduos e capelas	Corregedor, provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	3 anos
Baltasar Fróis ⁹⁶ , desembargador	1599-11-19	Provedor dos órfãos, resíduos e capelas	Corregedor, provedor da fazenda real, juiz da alfândega do Funchal	3 anos

Fontes: Ver notas de rodapé n.º 83 a n.º 95.

O quadro n.º 2, cuja informação de suporte consta na documentação citada nas notas de rodapé n.º 83 a n.º 95, contém um conjunto de elementos a analisar. Previamente, importa referir que há vários oficiais cujos provimentos não foram possíveis de consultar,

⁹¹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1214, fls. 167v.º-168, Alvará régio de nomeação do licenciado Domingos Vaz, de 31 de maio de 1585; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁹² ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1214, fl. 181, Alvará régio de nomeação do licenciado António de Melo, de 8 de agosto de 1590; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁹³ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1214, fls. 204-204v.º, Carta régia de nomeação do licenciado Manuel Rodrigues Pedreira, de 7 de julho de 1593.

⁹⁴ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1214, fls. 219-219v.º, Alvará régio de nomeação do desembargador Bernardo Fernandes Tinoco, de 10 de maio de 1595; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁹⁵ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1214, fls. 244v.º-245, Alvará régio de nomeação do desembargador André Lobo, de 30 de outubro de 1597; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

⁹⁶ ABM, *Índice do Tombo 3.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal (Lv.º 1214). Instrumento de Descrição Documental n.º 19, p. 2*; MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real da Ilha da Madeira* [...], pp. 199-200.

devido ao seu mau estado de conservação. Pelo que foram meramente apresentados, neste quadro, os seus nomes e respetivo grau académico, as datas das suas nomeações, a designação do cargo e a existência de situações de acumulação com outros ofícios. O levantamento desta informação só foi possível de realizar por existirem os índices dos tomos do Registo Geral da Câmara do Funchal onde se encontram as referências às cartas de nomeação, cujos originais estão danificados.

Para o primeiro indivíduo identificado neste quadro, Afonso da Costa, a exercer em 1535⁹⁷, a única informação que possuímos de que teria sido juiz dos resíduos pertence a uma relação elaborada, em 1768, pelo então corregedor Francisco Moreira de Matos. Não nos foi possível localizar o documento de nomeação neste ofício. Contudo, conseguimos analisar um interessante conjunto de provisões régias de nomeação, documentos essenciais para se perceber as competências atribuídas a estes indivíduos e outros dados sobre as suas qualificações, percursos profissionais e vencimentos a auferir.

Todos os presentes possuíam habilitação académica. Não menos relevante a existência de alguns desembargadores, nomeadamente Domingos Vaz, António de Melo, Bernardo Fernandes Tinoco, André Lobo e Baltasar Fróis, todos da Relação e Casa do Porto. Sobre o percurso profissional destes indivíduos, antes da sua chegada ao Funchal, temos informação que Domingos Vaz exercera como corregedor da comarca do Porto, Bernardo Fernandes Tinoco desempenhou a mesma função, mas na comarca de Beja e, por seu turno, André Lobo, fora corregedor na comarca de Esgueira. Teria sido em atenção ao percurso destes homens que o rei os nomeou para a Madeira. São comuns, nos casos analisados, as referências feitas pelo rei a esses prévios trabalhos, sendo considerados uma atestação das suas competências. O rei assumia o seu respeito e a sua confiança nos conhecimentos jurídicos destes homens que, associados à sua experiência, eram atributos tidos como necessários para a etapa que se seguiria. Essa etapa próxima-futura seria, precisamente, uma nomeação para os resíduos e capelas da Madeira, que, nesta fase, esteve sempre associada ao exercício de outros cargos.

O exercício dos mandatos em regime de acumulação revela-nos que as competências no âmbito da justiça e da fazenda representavam importantes preocupações para o rei. Com a subida de D. Manuel I ao trono, o território da Madeira deixou de ser um senhorio, passando a ser um espaço perfeitamente integrado na coroa. Logo, sujeito a ser administrado preferencialmente pelos funcionários régios, da confiança do rei. Data também deste reinado o incremento do papel dos desembargadores com alçada, isto é, funcionários com formação jurídica e ligados

⁹⁷ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1219, fls. 173v.º-175v.º, Relação dos corregedores que vieram à Madeira até ao ano de 1735.

aos tribunais régios, onde se incluiria a sua jurisdição nos assuntos relacionados com as instituições pias⁹⁸. A situação vivida na Madeira além de acompanhar, necessariamente, esta evolução, contou com outra importante realidade: a criação da Provedoria da Fazenda Real, em 1508, com plena jurisdição sobre a atividade dos almoxarifados das capitanias do Funchal e de Machico em matéria de finanças da coroa. Logo, verificou-se que, na perspetiva régia, seria importante associar a ação de funcionários especializados nas duas áreas mais sensíveis: a fazenda e a justiça⁹⁹. Dentro da esfera do exercício da justiça, em nome do rei, estiveram as instituições pias. Daí que o desempenho das funções de contador dos resíduos e provedor das capelas tivessem surgido em acumulação com, e no âmbito da justiça, com as de corregedor e de juiz dos órfãos e, no âmbito das finanças, com as de provedor da fazenda real e de juiz da alfândega do Funchal.

Os mandatos destes indivíduos seriam, por norma, de três anos, podendo ser prolongado, enquanto o rei não mandasse o contrário. A prorrogação do mandato, sempre na dependência da vontade régia, podia suceder devido à ausência de um substituto com disponibilidade imediata, ou, ainda, porque o oficial em exercício não teria sido sujeito à respetiva residência (inspeção do seu desempenho), isto é, o ato administrativo que punha termo às suas funções. Os vencimentos auferidos estavam, em contrapartida, claramente divididos. Na esfera dos resíduos e capelas, tinham direito, anualmente, a prós, percalços e mantimentos, e a uma verba de 20 mil réis pagos pelas rendas da imposição da cidade do Funchal. Pelos ofícios de provedor da fazenda real e de juiz da alfândega do Funchal recebiam um rendimento, também anual, de 120 mil reais, sendo que o serviço na esfera da justiça rendia, anualmente, 100 mil reais¹⁰⁰. As designações registadas nas cartas de provimentos expressam uma interessante variedade. Só em 1546 (Luís da Guarda) e em 1560 (Gonçalo Mendes) é que aparece a expressão «juiz». Por norma, é a de «provedor» dos órfãos, resíduos e capelas, constante, sobretudo, a partir de 1565 (Leonis Simões Homem), talvez na sequência da promulgação do alvará de 24 de novembro de 1564 que definiu as funções dos provedores das comarcas e dos contadores dos resíduos, hospitais, capelas, albergarias e confrarias, conforme relatado no ponto anterior.

O caso de Manuel Rodrigues Pedreira, nomeado em 7 de julho de 1593, constitui uma aparente exceção. Recebeu a sua carta régia de nomeação de juiz dos resíduos da ilha da Madeira, «distinto e separado dos mais ofícios que houve o seu antecessor António

⁹⁸ ROSA, 2012, *As Almas Herdeiras* [...], pp. 252, 257-258.

⁹⁹ MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira* [...], pp. 102-108.

¹⁰⁰ MIRANDA, 1994, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira* [...], pp. 102-108.

de Melo». Ao contrário dos restantes provimentos deste quadro, Manuel Rodrigues Pedreira não recebeu um mandato trienal, ficando a exercer enquanto o rei houvesse por bem e não ordenasse nada em contrário. Os motivos desta nomeação foram em tudo idênticos aos dos seus congéneres: o respeito, a boa informação e a confiança que o rei nele depositava. Teria direito aos usuais prós e percalços, à semelhança dos demais juizes dos resíduos, tudo na forma das Ordenações. Portanto, a única diferença face aos outros provimentos é que exerceu separadamente e não esteve sujeito ao mandato fixo de três anos. Com efeito, há registos de que teria continuado em exercício por bastante tempo. Segundo Nelson Veríssimo, em 1608, o rei ordenou a Manuel Rodrigues Pedreira que, para além das suas funções como juiz dos resíduos, provesse as serventias dos ofícios vagos, que efetuasse a avaliação das contas dos municípios, tomando conhecimento de todas as matérias no domínio da jurisdição régia. O mesmo Autor chama a atenção para o facto de, em 1625, Manuel Rodrigues Pedreira, ter integrado, juntamente com o provedor da fazenda real, uma alçada sob a presidência do desembargador Estevão Leitão de Meireles, com o objetivo de prover justiça, sem apelo nem agravo¹⁰¹.

Sendo assim, porque é que apareceu, num documento posterior, referência a Manuel Rodrigues Pedreira como proprietário do ofício? Não sabemos responder a esta questão. Em 1639, na carta de nomeação de Belchior Tavares de Sousa (a constar no próximo quadro), está expresso que Manuel Rodrigues Pedreira era proprietário do dito ofício, com satisfação, e que não estava capaz de continuar em exercício devido à sua avançada idade¹⁰². Porém, não encontramos, nem nas chancelarias, nem no registo geral da câmara do Funchal, qualquer referência à concessão de propriedade do ofício de juiz dos resíduos ao indivíduo em apreço. A dúvida existe. É uma questão que permanece em aberto e dependente de uma hipotética localização de um documento que ateste, na sua prática jurisdicional, que Manuel Rodrigues Pedreira foi, alguma vez, juiz dos resíduos como proprietário, até 1639, pois estes identificavam-se, sempre como tal, quando despachavam os processos da sua responsabilidade¹⁰³.

¹⁰¹ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense* [...], pp. 248, 253.

¹⁰² ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1217, fl. 54, Carta de juiz dos resíduos do licenciado Belchior Tavares de Sousa, de 30 de setembro de 1639.

¹⁰³ A identificação, levantamento e descrição do acervo do Juízo dos Resíduos e Capelas da Madeira encontra-se em curso. Pelo que é legítimo colocar a hipótese de haver documentação que comprove, ou não, o que foi afirmado sobre Manuel Rodrigues Pedreira.

Quadro n.º 3 – Juizes dos Resíduos e Capelas na Madeira (1639-1799)

Nome e grau académico	Data de nomeação	Exercício do ofício	Acumulação com outros cargos	Tempo de serviço
Belchior Tavares de Sousa ¹⁰⁴ , licenciado	1639-09-30	Vitalício e patrimonial		Enquanto o rei houver por bem
António Tavares de Sousa ¹⁰⁵	1656-12-22	Vitalício e patrimonial		Enquanto o rei houver por bem
Belchior Tavares de Sousa ¹⁰⁶ , neto	1682-02-26	Comissão de serviço		Durante o impedimento de seu pai
	1696-09-14	Vitalício e patrimonial		Enquanto o rei houver por bem
Francisco Moniz de Meneses ¹⁰⁷	1705-10-12	Comissão de serviço		3 meses
António da Cunha Franco ¹⁰⁸ , bacharel	1714-07-18	Comissão de serviço	Juiz de fora do Funchal	3 anos
Agostinho de Ornelas e Vasconcelos ¹⁰⁹	1718-09-30	Comissão de serviço		3 anos
Sebastião Mendes de Carvalho ¹¹⁰ , bacharel	1731-04-14	Comissão de serviço	Juiz de fora do Funchal	1 ano
	1732-12-22	Comissão de serviço		Até ao fim do mandato de juiz de fora
Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas ¹¹¹	1737-05-02	Vitalício e patrimonial		Enquanto o rei houver por bem

¹⁰⁴ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1217, fl. 54, Nomeação de Belchior Tavares de Sousa, de 30 de setembro de 1639.

¹⁰⁵ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (em diante, ANTT), Chancelaria de D. Afonso VI: Doações, Ofícios e Mercês, Livro n.º 27, fl. 11v.º, Nomeação de António Tavares de Sousa, de 22 de dezembro de 1656.

¹⁰⁶ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 127v.º-128, Nomeação de Belchior Tavares de Sousa, neto, de 26 de fevereiro de 1682. Livro n.º 1222, fls. 131-132v.º, Mercê de propriedade, de 14 de setembro de 1696.

¹⁰⁷ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 271-271v.º, Nomeação de Francisco Moniz de Meneses, de 12 de outubro de 1705.

¹⁰⁸ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 306v.º-307, Nomeação de António da Cunha Franco, de 18 de julho de 1714.

¹⁰⁹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 320v.º-321, Nomeação de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, de 30 de setembro de 1718.

¹¹⁰ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1219, fls. 120v.º, 134v.º, Nomeação de Sebastião Mendes de Carvalho, de 14 de abril de 1731 e de 22 de dezembro de 1732.

¹¹¹ ANTT, Chancelaria de D. João V: Doações, Ofícios e Mercês, Livro n.º 90, fls. 338v.º-339, Nomeação de Pedro Nicolau Bettencourt de Freitas, de 2 de maio de 1737.

João José Bettencourt e Freitas ¹¹²	1752-05-25	Comissão de serviço		Durante os impedimentos de seu pai
António Silva Conde ¹¹³ , bacharel	1761-02-22	Comissão de serviço	Juiz dos órfãos do Funchal	?
João José Bettencourt e Freitas ¹¹⁴	1766-01-27	Comissão de serviço		1 ano
	1767-12-22	Comissão de serviço		1 ano
António Silva Conde ¹¹⁵ , bacharel	1769-03-17	Comissão de serviço	Juiz dos órfãos do Funchal	3 meses
João José Bettencourt e Freitas ¹¹⁶	1769-1777	Comissão de serviço		3 meses; 1 ano
	1777-12-17	Vitalício e patrimonial		Enquanto o rei houver por bem
José Vicente Macedo Correia ¹¹⁷ , doutor	1779-08-03	Comissão de serviço		3 meses
	1779-11-29			3 meses
	1780-03-02			3 meses
Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas de Meneses ¹¹⁸	1797-03-20	Comissão de serviço		Durante os impedimentos de seu pai
	1799-11-13	Vitalício e patrimonial		Enquanto o rei houver por bem

Fontes: Ver notas de rodapé n.º 104 a n.º 118.

¹¹² ABM, Câmara Municipal do Funchal Registo Geral, Livro n.º 1220, fls. 214v.º-215, Nomeação de João José Bettencourt e Freitas, de 25 de maio de 1752.

¹¹³ AHU, Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 2, Documento n.º 337: Relação do corregedor Francisco Moreira de Matos, de 1767.

¹¹⁴ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1222, fls. 46-46v.º, fls. 129v.º-130, Nomeação de João José Bettencourt e Freitas de 27 de janeiro de 1766 e de 22 de dezembro de 1767.

¹¹⁵ ABM; Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1222, fls. 142v.º-143, Nomeação de António Silva Conde, de 17 de março de 1769.

¹¹⁶ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1222, fls. 148v.º-149, Nomeação de João José Bettencourt e Freitas, de 20 de junho de 1769; fls. 164-164v.º, Nomeação de 10 de maio de 1770; fls. 216v.º-217, Nomeação de 19 de setembro de 1771. Livro n.º 1223, fls. 12v.º-13, Nomeação de 25 de maio de 1773; fls. 34-35, Nomeação de 3 de junho de 1774; fls. 45-46, Nomeação de 16 de maio de 1775; fls. 70-70v.º, Nomeação de 22 de junho de 1776; fls. 78-78v.º, Nomeação de 10 de junho de 1777; fls. 82v.º-83, Nomeação de 10 de julho de 1777; fls. 84v.º-85v.º; Mercê de propriedade, de 17 de dezembro de 1777.

¹¹⁷ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1223, fls. 107v.º-108, Nomeação de José Vicente Lopes de Macedo Correia, de 3 de agosto de 1779; fls. 113v.º-114, Nomeação de 29 de novembro de 1779; fls. 128v.º-129, Nomeação de 2 de março de 1780.

¹¹⁸ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1224, fls. 66-66v.º, Nomeação de Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas de Meneses, de 20 de março de 1797; fls. 91v.º-93, Mercê de propriedade, de 13 de novembro de 1799.

Os elementos contidos no quadro n.º 3 permitem uma análise da evolução da forma de exercício do cargo de juiz dos resíduos e provedor das capelas da Madeira, onde a realidade vigente nos séculos XVII e XVIII transmite importantes diferenças face ao observado até ao final do século XVI.

A designação do cargo foi constante durante o período em questão: «juiz dos resíduos e provedor das capelas nas ilhas da Madeira e Porto Santo», tendo desaparecido, no âmbito das suas funções, a tutela dos órfãos, e tendo cessado as referências às velhas instituições pias, hospitais, gafarias e albergarias. A importante novidade trazida pela centúria de Seiscentos é o exercício vitalício e patrimonial do ofício. Há quatro situações de acumulação, verificadas em indivíduos nomeados em comissão de serviço, duas com o cargo de juiz de fora do Funchal e outras duas com o cargo de juiz dos órfãos. Interessa, desde logo, afirmar que foram casos pontuais. E porquê?

António da Cunha Franco, nomeado em 18 de julho de 1714, foi também juiz de fora do Funchal, nomeado em 9 de agosto desse mesmo ano¹¹⁹. O juiz dos resíduos que estava a exercer, Francisco Moniz de Meneses, tinha falecido repentinamente havendo, conseqüentemente, necessidade de ser provido em «pessoa de boa satisfação» e capaz de servir o rei «bem e fielmente». Recebeu, assim, uma nomeação por 3 anos, com direito aos seus mantimentos, próis e percalços. O recurso ao juiz de fora acontecera porque não havia juiz-proprietário dos resíduos e capelas e havia um incumprimento assinalável neste âmbito: quase todas as capelas, com especial incidência na cidade do Funchal, estavam por cumprir, ou seja, não tinham apresentado as suas contas. Em virtude desta situação, António da Cunha Franco veio munido de um documento, passado na corte, que o autorizava a cobrar 38 réis por assinatura de cada conta que tomasse anualmente¹²⁰. António da Cunha Franco possuía habitação académica, era bacharel, uma condição exigida a um juiz de fora, e, de igual modo, verificada em Sebastião Mendes de Carvalho, nomeado por duas vezes em comissão de serviço, em 1731 e em 1732. Sebastião Mendes de Carvalho teve a particularidade de ficar no exercício deste cargo até ao termo do seu mandato como juiz de fora do Funchal. Como a falta de execução das vontades dos testadores continuaria a ser uma realidade, fora o próprio Sebastião Mendes de Carvalho a pedir ao rei que o nomeasse juiz dos resíduos e provedor das capelas, prometendo-lhe zelo e diligência, e assegurando a sua capacidade de mandar cumprir atempadamente os sufrágios das almas nas missas e obras pias. No entanto, as suas múltiplas ocupações

¹¹⁹ SOUSA, 2015, «Juiz de Fora», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*.

¹²⁰ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1223, fls. 56-70, Sentença da Relação que alcançou António Correia Bettencourt Henriques contra o juízo do resíduo e provedor das capelas, de 20 de fevereiro de 1770.

como juiz de fora não lhe teriam permitido tratar, com a celeridade supostamente exigida, as matérias de resíduos e capelas. Com efeito, teria sido o então escrivão dos resíduos e capelas, Pedro de Miranda, a tratar, na prática, das verificações das missas e das averiguações dos bens sobre os quais estariam impostas as pensões para pagamento dos encargos pios deixados pelos testadores¹²¹.

A presença de um juiz dos órfãos no exercício dos resíduos e capelas é uma outra situação assinalável. O bacharel António da Silva Conde recebeu a sua primeira comissão de serviço, em 22 de fevereiro de 1761, concedida interinamente pelo governador e capitão general da Madeira. Esta informação, sem quaisquer outros elementos explicativos, consta de uma relação elaborada pelo corregedor Francisco Moreira de Matos em 1767. Quanto à segunda nomeação interina de António da Silva Conde, sabemos que ela aconteceu devido à vacatura do ofício. Tendo António da Silva Conde os «requisitos necessários» para o bom desempenho do cargo, foi, portanto, nomeado para um mandato de 3 meses.

Houve três outros indivíduos com nomeações, em comissão de serviço, mas sem estarem a exercer qualquer outro cargo: Francisco Moniz de Meneses, que recebera a sua em 12 de outubro de 1705 com uma duração de 3 meses; Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, que recebera em 30 de setembro de 1718 com um mandato de 3 anos; o doutor José Vicente Macedo Correia, com três comissões de serviço, cada uma por 3 meses, outorgadas entre agosto de 1779 e fevereiro de 1780. Qual a explicação para estes três casos? Francisco Moniz de Meneses recebera provimento interino do governador. Não possuía formação académica mas, em contrapartida, teria outros atributos, considerados igualmente relevantes para o seu desempenho: era fidalgo da Casa Real e tinha «bom procedimento». Contudo, a principal razão da sua nomeação interina foi de natureza familiar e burocrática. Efetivamente, Francisco Moniz de Meneses era cunhado de João de Bettencourt e Freitas que, à data, estava em processo de requisição da propriedade do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo, em virtude do falecimento de seu sogro, Belchior Tavares de Sousa, neto. Para salvaguardar a sua presunção, João de Bettencourt e Freitas fizera uma petição ao rei para que fosse escolhido interinamente o seu cunhado, enquanto o seu caso não era deferido. Logo, Francisco Moniz ficaria em exercício apenas enquanto o seu cunhado não regularizasse a sua situação junto do monarca. Durante o seu mandato, teve direito a próis e percalços mas viu-se obrigado ao pagamento de novos direitos no valor de 5.000 réis. Relativamente a Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, sabemos que foi a saída da ilha da Madeira do seu antecessor, o bacharel António da Cunha Franco, que levou

¹²¹ TRINDADE, 2012, *Plantar Nova Cristandade* [...], pp. 181-202.

à sua nomeação interina em 27 de novembro de 1717. O governador invocou, como fundamento desta escolha, a necessidade imediata de provimento do ofício numa pessoa de «toda a satisfação», expressando a sua confiança na «retidão» de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos¹²². No ano seguinte, o rei, em virtude da boa informação que dele tivera, nomeou-o por 3 anos ou enquanto não houvesse proprietário do dito ofício. Finalmente, José Vicente de Macedo Correia. Recebeu interinamente todos os seus provimentos porque o então proprietário do ofício, João José Bettencourt e Freitas, estava gravemente doente e incapacitado de servir. A escolha do governador recaía em José Vicente de Macedo Correia por este possuir os requisitos para servir bem, com honra, zelo e desinteresse. À semelhança de Francisco Moniz de Meneses, por ter recebido provimento interino do governador, pagou de novos direitos 5.000 réis.

Os séculos XVII-XVIII foram marcados pela presença de duas linhagens de proprietários do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo. Referimo-nos aos Tavares de Sousa e aos Bettencourt e Freitas de Meneses, cujo elo de ligação foi o casamento da única filha legítima de Belchior Tavares de Sousa, neto, Ana de Vasconcelos, com João de Bettencourt e Freitas. Este iria reivindicar a propriedade do ofício em nome da mulher porque a ela lhe pertencia por «estilo antiquíssimo»¹²³. Importa atender a esta expressão «estilo antiquíssimo». De facto, a noção do ofício como um património transmissível aos filhos é uma realidade plenamente instalada no século XVII. Como nos afirma António Hespanha, o direito Seiscentista reconhecia a transmissibilidade *mortis causa* dos ofícios, o que acabou por bloquear a existência de uma estrutura de oficialato baseada exclusivamente no arbítrio régio. Só no século XVIII é que esta realidade se inverteu, por surgirem teorias, com consequências no plano institucional e legislativo, que defendiam que a jurisdição dos oficiais mais não seria do que um reflexo da jurisdição do próprio monarca¹²⁴. Até à mudança legislativa do século XVIII, a regra doutrinal impunha que aos reis cabia, sempre, a confirmação dos pedidos feitos pelos filhos que pretendessem a concessão vitalícia da propriedade do ofício, com o argumento do bom desempenho dos seus falecidos pais.

Os casos em apreço são disso um exemplo. O primeiro proprietário foi Belchior Tavares de Sousa, único licenciado deste grupo, que recebeu do rei a propriedade do ofício de juiz dos resíduos nas ilhas da Madeira e Porto Santo em 30 de setembro de 1639. Esta concessão, em sintonia com as ideias vigentes defensoras da patrimonialização dos

¹²² ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 316-316v.º, Nomeação de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, de 27 de novembro de 1717.

¹²³ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 271-271v.º, Nomeação de Francisco Moniz de Meneses, de 12 de outubro de 1705.

¹²⁴ HESPANHA, 1994, *As Vésperas do Leviathan* [...], pp. 508-510.

ofícios, teria acontecido na sequência do pedido feito pelo suposto anterior proprietário, Manuel Rodrigues Pedreira, sobre o qual já expressámos as nossas dúvidas. No documento que concede a propriedade a Belchior Tavares de Sousa é afirmado que Manuel Rodrigues Pedreira, em serviço há 46 anos, estava com grande dificuldade atendendo à avançada idade. Uma vez que Belchior Tavares de Sousa teria as qualidades requeridas para servir o ofício em análise, recebera a dita propriedade e iria servir da mesma forma que «teve e serviu Manuel Rodrigues Pedreira». Para o monarca seria rentável conceder este ofício: com efeito, Belchior Tavares de Sousa pagou por ele 30 mil réis de meia-anata relativa a esta mercê, 30 mil réis pela nomeação; e 25 mil réis pela mercê do ofício. Belchior Tavares de Sousa, além dos resíduos e capelas, esteve em outras diligências do serviço real, em concreto, no lançamento e cobrança dos donativos devidos à fazenda régia. Foi numa destas diligências, realizada em 1655, que sofreu um acidente mortal¹²⁵. Tal fundamentou o pedido de propriedade do ofício feito pelo seu filho, António Tavares de Sousa, tendo-a recebido por carta régia de 22 de dezembro de 1656. Foi precisamente este o aspeto decisivo na concessão da mercê de propriedade a António Tavares de Sousa: o bom desempenho de Belchior Tavares de Sousa como juiz dos resíduos e capelas, a sua trágica morte ao serviço do rei, e a situação de grande desamparo em que teria ficado a sua viúva e o seu filho. Além destes elementos, ficava expressa a confiança que o rei depositava em António Tavares de Sousa e na sua capacidade de bem exercer o ofício. A «transmissão» para o seu filho, de nome Belchior Tavares de Sousa, a quem acrescentamos a palavra «neto», para o diferenciar do seu avô, ocorreu quando António Tavares de Sousa esteve com problemas de saúde. Assim, Belchior Tavares de Sousa, neto, recebeu, em 26 de fevereiro de 1682, uma nomeação em comissão de serviço, em vigor durante os impedimentos do seu pai. Além do elemento familiar, o rei reconhecera as supostas aptidões de Belchior Tavares de Sousa, neto: teria a suficiência requerida e bons conhecimentos na matéria. Ficando o rei com uma boa impressão a seu respeito fez esta nomeação, como prova da sua confiança. Em 1696, estando vago o ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo devido ao falecimento de António Tavares de Sousa, foi o seu filho, Belchior Tavares de Sousa, neto, contemplado com a propriedade do mesmo. As razões desta concessão do ofício foram o bom desempenho de seu pai e de seu avô, e, ainda, o facto de o seu mandato, em comissão de serviço, ter decorrido «sem nunca ser culpado em erros do dito ofício». Uma realidade que, aliada à boa informação que dele prestara o juiz de fora do Funchal, sustentou a concessão vitalícia da propriedade

¹²⁵ AHU, Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 2, Documento n.º 37: Aditamento feito em 1768 à relação dos titulares do cargo de juiz dos resíduos e capelas da Madeira feita pelo corregedor Francisco Moreira de Matos em 1767.

do ofício. Contudo, sempre com a ressalva «enquanto o rei houvesse por bem e não mandasse o contrário», e com uma relevante declaração: em caso de decisão régia de extinção do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo, a fazenda real não teria, perante Belchior Tavares de Sousa, neto, obrigação alguma. Isto porque, para receber a mercê de propriedade do ofício, tinha de pagar ao Estado a quantia de 50 mil réis relativos a novos direitos.

Em 1737, Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas recebia a mercê da propriedade do ofício. Era neto do último proprietário encartado, Belchior Tavares de Sousa, neto, e filho de João Bettencourt e Freitas, seu genro. Quais os fundamentos desta concessão? Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas obtivera do Juiz das Justificações do Reino uma sentença favorável à sua pretensão, uma vez que determinava que lhe assistia o direito de requerer a mercê da propriedade do ofício em causa porque era costume o rei fazê-la aos filhos mais velhos dos proprietários dos ofícios, ficando estes vagos. Para além desta sentença favorável, Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas tinha os requisitos necessários: «limpeza de sangue», «hábito de Cristo», e seria apto «o suficiente». À semelhança do seu avô, Belchior Tavares de Sousa, neto, a fazenda real não lhe deveria compensação alguma, caso o rei, entretanto, decidisse extinguir este ofício. Um outro elemento relevante: o seu pai, João Bettencourt e Freitas, requerera a propriedade do ofício, conforme já mencionámos a propósito da nomeação de Francisco Moniz de Meneses, mas faleceu sem se «encartar», isto é, sem ter recebido a mercê¹²⁶. Mesmo assim, o rei entendia que Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas devia o pagamento dos novos direitos relativos ao seu pai, no valor de 50.000 réis, mais os relativos à sua carta, fixados no mesmo montante.

O seu filho, João José Bettencourt e Freitas, não teve a mesma conjuntura favorável à transmissão dos ofícios, de pais para filhos, devidamente confirmada pelo rei. Com efeito, as circunstâncias legislativas e institucionais estavam em mutação. Daí o facto de ter estado no exercício do cargo, em comissão de serviço, entre 1752 e 1761, durante os impedimentos de seu pai; de se manter, igualmente em comissão de serviço, entre 1766 e 1777, com mandatos não superiores a um ano; para, finalmente, receber a mercê, vitalícia e patrimonial, do cargo, em 17 de dezembro de 1777. Durante os interregnos, o cargo fora desempenhado pelo juiz dos órfãos do Funchal, António da Silva Conde, conforme afirmado.

A análise dos seus provimentos e a sua articulação com uma importante lei, permite explicar as atribulações encontradas na sua pretensão de se «encartar» como juiz proprietário dos resíduos e capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo. O primeiro

¹²⁶ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1218, fls. 271-271v.º, Nomeação de Francisco Moniz de Meneses, de 12 de outubro de 1705.

provimento régio recebido, data de 25 de maio de 1752, conforme consta no quadro n.º 3. Os motivos desta nomeação, em comissão de serviço, foram a sua filiação, isto é, era filho do proprietário ainda em exercício, Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas, e que se encontrava doente, impedido de realizar o «laborioso trabalho» em causa. Para além disto, o parecer favorável do juiz de fora do Funchal relativo à capacidade de João José Bettencourt e Freitas, bem como a resposta positiva dada pelo Promotor Geral dos Cativos e pela Mesa da Consciência e Ordens, foram decisivos para a sua nomeação. Tal como o seu pai, João José Bettencourt e Freitas não possuía qualquer habilitação académica, munindo-se apenas do seu estatuto de fidalgo da Casa Real. Relativamente às nomeações, também em regime de comissão de serviços, ocorridas em 27 de janeiro de 1766 e em 22 de dezembro de 1767, constantes no quadro n.º 3, temos informação de que a primeira fora da responsabilidade do governador e capitão-general tendo assumido, portanto, um carácter meramente interino. Isto porque João José de Bettencourt e Freitas tinha já feito o requerimento para concessão da propriedade do ofício, em virtude do falecimento de seu pai, e estava a aguardar o despacho régio. Por ter servido durante a doença de seu pai, com «louvável procedimento», o governador fizera aquela nomeação, ciente das qualidades do escolhido. Contudo, e pela nomeação régia de dezembro de 1767, ficamos a saber que o rei tinha, de facto, deferido favoravelmente o pedido de João José de Bettencourt e Freitas, mas que estava a aguardar, há cerca de um ano, o despacho do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Consequentemente, recebeu um provimento anual, como serventário. A que se devia este tempo de espera? Responder a esta questão é sempre um exercício especulativo. Contudo, além da normal lentidão burocrática, entendemos considerar dois outros fatores: em primeiro lugar, o contexto de evolução político-institucional que, contrário ao fenómeno da patrimonialização dos ofícios, estaria a preparar as mudanças legislativas corporizadas na Carta de Lei de 23 de novembro de 1770, que estabeleceu o carácter personalíssimo dos ofícios providos pelo Monarca e somente dados em vida. Há, em segundo lugar, um outro aspeto que não deve ser descurado. Referimo-nos à correspondência, dirigida à corte, do então corregedor da recém-criada comarca da Madeira. O conteúdo e a influência destas missivas merecem ser ponderados, uma vez que o corregedor Francisco Moreira de Matos, logo no início de 1768, escrevia, num ofício enviado para o ministro competente, sobre a «péssima» administração da justiça na Madeira, onde «tudo são desordens»¹²⁷. Para «abolir vícios e fazer praticar as virtudes necessárias», nas palavras deste magistrado, era preciso que fossem enviados «ministros

¹²⁷ AHU, Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 2, Documento n.º 302, Ofício do corregedor Francisco Moreira de Matos, de 26 de fevereiro de 1768.

de letras dotados de uma prudente resolução», isto é, oficiais com habilitação jurídica para as diversas esferas da justiça e, entre elas, a provedoria dos resíduos e capelas. Neste específico ponto, afirmava que existiam demandas de «quinze e mais anos», dispersão do conteúdo do acervo, supostamente reformado em 1590 pelo desembargador António de Melo, e a presença de «um provedor leigo que se reputa fidalgo aparentado com os principais desta ilha»¹²⁸. Estaria a referir-se a João José Bettencourt e Freitas que tinha recebido a sua nomeação no final de 1767, conforme mencionado. Este não deixou de continuar a solicitar junto do rei, a sua continuidade na serventia do ofício, enquanto não fosse nomeado proprietário. Entre 1769 e 1777, João José Bettencourt e Freitas recebeu oito provimentos régios¹²⁹, e quatro provimentos interinos do governador e capitão-general¹³⁰. A explicação desta sucessão de provimentos, ora interinos, ora régios por um ano, deveu-se à promulgação da Carta de Lei de 23 de novembro de 1770 que, conforme já mencionado, estabelecia o carácter personalíssimo dos ofícios providos pelo Monarca e somente dados em vida¹³¹. Com efeito, esta lei criticava o recurso ao direito consuetudinário quando se pedia a confirmação dos ofícios concedidos pelos reis, antecessores de D. José, e criticava o próprio direito consuetudinário tido como uma contradição «com as Leis e costumes de todas as nações polidas da Europa». O legislador exprimia a «repugnância» pelo costume de passarem, de pais para filhos, ofícios que requeriam, pela sua natureza e exigência, o serviço de pessoas aptas e não meramente em função do seu particular interesse. Atendendo a este cenário, tido como prejudicial, ficou determinado que os ofícios presentemente vagos, e os que em diante vagassem, deviam ser entendidos como «personalíssimos», ou seja, pertencentes ao rei, a quem cabia doá-los somente em vida. Relativamente aos ofícios que já estivessem providos, devido ao tal «erro consuetudinário» não poderiam passar para os filhos dos então titulares, sem que o rei fosse previamente informado do «bom serviço e merecimento dos pais», assim como da «idoneidade» dos filhos que quisessem o provimento dos mesmos¹³². Em rigor, a

¹²⁸ AHU, Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 2, Documento n.º 302, Ofício do corregedor Francisco Moreira de Matos, de 26 de fevereiro de 1768.

¹²⁹ Especificados na nota de rodapé relativa a João José Bettencourt e Freitas no quadro n.º 3.

¹³⁰ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1222, fl. 201, Nomeação de João José Bettencourt e Freitas, de 29 de julho de 1771; fls. 202-202v.º, Nomeação de 29 de setembro de 1771; fls. 205v.º-206, Nomeação de 31 de janeiro de 1772; fls. 209-209v.º, Nomeação de 29 de abril de 1772.

¹³¹ *Coleção da Legislação Portuguesa Desde a Última Compilação das Ordenações Redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*, 1829, pp. 504-513: Carta de Lei de 23 de novembro de 1770.

¹³² *Coleção da Legislação Portuguesa Desde a Última Compilação das Ordenações Redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*, 1829, pp. 504-513: Carta de Lei de 23 de novembro de 1770.

lei não traz nenhuma substancial novidade, uma vez que os filhos dos proprietários tinham de provar o bom desempenho dos pais e avós, assim como os seus próprios merecimentos, conforme verificámos nos casos aqui expostos. O que este decreto trouxe de novo foi um articulado mais virulento contra as práticas consuetudinárias, porque contrárias à polidez e racionalidade que se desejava nesta época, ou seja, durante o reinado de D. José. Mas, João José Bettencourt e Freitas viria a conseguir, no final de 1777, e já no reinado de D. Maria I, o deferimento régio à sua pretensão de se «encartar» como proprietário do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo. Como argumento a seu favor, apresentara uma sentença do Juízo das Justificações do Reino que determinava o seu direito de solicitar a mercê do ofício, por ser filho único do anterior proprietário que servira com boa satisfação. De igual importância, a informação favorável, enviada à rainha, pelo novo corregedor da comarca da Madeira, António Botelho Guedes do Amaral, sucessor de Francisco Moreira de Matos, sobre as aptidões e o bom serviço que João José Bettencourt e Freitas prestara como serventuário. À semelhança dos antecessores proprietários, em caso de extinção do ofício, a fazenda real não ficava obrigada a dar-lhe compensação alguma.

O último juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e do Porto Santo foi Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas de Meneses, filho de João José Bettencourt e Freitas e neto de Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas. Verifica-se, novamente, um processo em tudo semelhante aos anteriores, porém, sem os constrangimentos burocráticos constatados no caso do seu pai. Efetivamente, a primeira nomeação foi em comissão de serviço, recebida em 20 de março de 1797, com o fundamento de estar o seu pai, então proprietário, com problemas de saúde que o impediam de trabalhar. Tal como o seu pai e avô, não possuía qualquer habilitação académica, exibindo, apenas, o seu estatuto social de fidalgo escudeiro da Casa Real. A morte do seu progenitor permitiu-lhe alcançar o estatuto de provedor dos resíduos e capelas «com propriedade vitalícia nos mesmos termos que seu pai», por carta régia de 13 de novembro de 1799. Os requisitos foram os já observados: ser filho legítimo do anterior proprietário, ter servido como serventuário, durante os impedimentos do pai, com boa satisfação, ter pareceres favoráveis, sobre a sua pessoa e conduta, emitidos pelo corregedor da comarca da Madeira, pela Mesa da Consciência e Ordens e pelo Desembargador Procurador da Coroa.

O cargo foi extinto em 1832. Pensamos que Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas teria estado em exercício até ao ano de 1821, data em que o então nomeado corregedor para a comarca da Madeira, o bacharel Manuel Gomes Quaresma, recebeu a mercê deste

cargo e, a ele anexado, o de provedor dos órfãos e capelas¹³³. Enquanto a corregedoria esteve em funcionamento, ou seja, até 1833, foi este o magistrado responsável pelos assuntos do juízo dos resíduos e provedoria das capelas. Uma realidade corroborada pelo nosso trabalho de levantamento e identificação do espólio relativo aos processos de contencioso do juízo dos resíduos e provedoria das capelas, presentemente em curso.

2.2. A Atividade do Juiz dos Resíduos e Provedor das Capelas: Alguns Elementos

O quadro de competências deste oficial ficou patente no decurso da nossa análise sobre o enquadramento jurídico do cargo e a sua competência jurisdicional. Sintetizando o que já foi afirmado, as atribuições do juiz dos resíduos e provedor das capelas compreendiam a verificação do cumprimento do conteúdo dos testamentos, no âmbito dos legados pios, e a tutela da administração das capelas instituídas por leigos. Esta tutela era extensível às confrarias, às albergarias e aos hospitais, em suma, associações caritativas e piedosas desde que fundadas também por leigos. Contudo, a situação verificada na Madeira foi, por provisão régia de 1738, clarificada no sentido de alargar a sua atividade ao estado eclesiástico. O rei afirmou, dirigindo-se ao então juiz dos resíduos e provedor das capelas da ilha da Madeira, que, a ele, lhe incumbia tomar contas às confrarias erigidas quer por autoridade do ordinário, quer do eclesiástico; e «a todas as capelas e testamentos que administrassem quaisquer pessoas ainda eclesiásticas». Caso as justiças ordinárias ou as eclesiásticas impedissem o uso da jurisdição do juiz dos resíduos e provedor das capelas, este devia logo recorrer ao juízo da coroa¹³⁴.

Relativamente ao exercício da sua atividade, é possível dar apenas alguns elementos. Um quadro completo está dependente do nosso trabalho de investigação sobre o âmbito jurisdicional do juiz dos resíduos e provedor das capelas, como magistrado de primeira instância, e que se encontra, presentemente, em curso.

Por ora, sabemos que a atividade deste oficial decorria quer no seu escritório, sediado no Funchal, quer em correição por toda a ilha da Madeira. Importa referir que, até ao momento, não foram encontradas referências a visitas à ilha do Porto Santo. A informação disponível sobre estas correições é do século XVIII, assim como a da perspetiva destes oficiais sobre as implicações daquelas deslocações.

¹³³ SOUSA, 2006, «Os Provimentos dos Corregedores nos Municípios da Madeira e Porto Santo: 1768 a 1833», p. 144.

¹³⁴ AHU, Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 35, Documento n.º 12.157, Provisão régia, de 9 de dezembro de 1738, sobre as funções do juiz dos resíduos e capelas.

A sentença da Relação de Lisboa obtida por António Correia Bettencourt Henriques contra o então juiz do resíduo e provedor das capelas, com data de 20 de fevereiro de 1770, permite uma análise sobre a atividade deste oficial fora do Funchal, as atribuições porque passava, e, sobretudo, uma perceção acerca do problema da sua remuneração. António Correia Bettencourt Henriques, administrador de morgadios e homem da governança funchalense¹³⁵, fundou a sua pretensão de recusar qualquer pagamento ao juiz dos resíduos e provedor das capelas, no âmbito de um auto de tomada de contas dos seus vínculos, por ter os seus encargos devidamente cumpridos¹³⁶. Efetivamente, por alvará de 7 de janeiro de 1750, clarificou-se que a remuneração aplicada à verificação das contas dos testamentos e das capelas só podia contemplar às situações de incumprimento e negligência de testamenteiros e de administradores¹³⁷.

Declarava esta sentença, a favor de António Bettencourt Henriques, que ao juiz dos resíduos e provedor das capelas cabia a tarefa de fazer cumprir e observar a vontade do defunto instituidor da terça ou capela. Porém, não podia cobrar quando os encargos pios estivessem devidamente satisfeitos pelo respetivo administrador. Semelhante afirmação teria causado a maior perturbação ao juiz dos resíduos e provedor das capelas que fundamentava a sua pretensão com o facto de, na prática, não auferir ordenado ou emolumento algum, exceto pelas assinaturas das capelas e testamentos cumpridos. Queixava-se que o rendimento deste ofício estava avaliado, na chancelaria, em 200 mil réis anuais, valor que tinha de ser pago, obrigatoriamente, quando recebia a mercê da propriedade do ofício. Para além deste, tinha de cumprir os novos direitos e o 4,5%. Alegava, conseqüentemente, que se não cobrasse pelos encargos cumpridos, «estaria a servir de graça»¹³⁸.

Para lá do contencioso entre duas partes, o conteúdo desta sentença fornece-nos uma informação, com algum detalhe, sobre as correições que este oficial fazia pela ilha. Porque, segundo a doutrina vigente, este juiz não podia obrigar os administradores a vir prestar contas ao Funchal. Estas correições tinham,

¹³⁵ SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo* [...], p. 104.

¹³⁶ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1223, fls. 56-70, Sentença da Relação que alcançou António Correia Bettencourt Henriques contra o juiz do resíduo e provedor das capelas, de 20 de fevereiro de 1770.

¹³⁷ Alvará em que se acrescentam os ordenados dos desembargadores do Paço, Casa da Suplicação e do Porto, e mais ministros do reino e se reformam alguns abusos in *Apêndice das Leis Extravagantes, Decretos e Avisos* [...], 1760, pp. 28-33.

¹³⁸ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1223, fls. 56-70, Sentença da Relação que alcançou António Correia Bettencourt Henriques contra o juiz do resíduo e provedor das capelas, de 20 de fevereiro de 1770.

necessariamente, de ser feitas. Se não se realizassem, ficaria «privado o bem das almas»¹³⁹. Contrariamente ao determinado no alvará de 7 de janeiro de 1750¹⁴⁰, o juiz dos resíduos na Madeira não recebia aposentadoria alguma. Esses percursos pela ilha revelavam-se empresas muito difíceis pelos custos excessivos, pelo perigo dos caminhos e pelo perigo da navegação, caso se optasse por uma deslocação de barco, por vezes mais rápida do que por terra. De inverno, raramente seria possível uma deslocação por mar. Logo, o juiz, e a sua comitiva, tinham de ir por terra. O relevo vigoroso, os maus caminhos e as ribeiras caudalosas, faziam com que as correições fossem realizadas, quase sempre, na primavera e no verão. Partindo do Funchal, o juiz dos resíduos, acompanhado do seu escrivão, empreendia uma viagem a cavalo, mas muitas vezes a pé devido ao estado dos caminhos, juntamente com vários homens responsáveis pela carga transportada. Essa carga era composta pelos cofres onde se guardavam os autos das capelas, cujas contas iam ser examinadas; pelas roupas, loiças e mantimentos, por não haver estalagens na ilha onde pudessem pernoitar. Chegados às localidades, teriam de arranjar uma casa para se instalar, porque os municípios não lhes concediam nada. Para além da casa, tinham de arranjar mobílias. Toda a alimentação era transportada do Funchal, pois os víveres, porventura disponíveis, eram muito caros. Uma deslocação à Ponta do Sol e à Ribeira Brava representava cerca de mês e meio de trabalho, «por estarem alongados e distantes os moradores»; à vila de São Vicente, gastavam-se mais de 20 dias «por ser dilatado e muitas as pensões»; ao Arco de São Jorge e a Santa Ana, pouco mais de um mês; à Calheta, gastava-se dois meses; sendo o mesmo despendido na correição às vilas de Santa Cruz e de Machico. Os dias de permanência nessas localidades decorriam a analisar e verificar as contas dos moradores que tivessem vínculos sob sua administração¹⁴¹.

O articulado do alvará de 7 de janeiro de 1750 já estaria em vigor, na Madeira, no último quartel do século XVIII. Se, por ocasião da sentença de 1770, o então juiz dos resíduos e provedor das capelas queixava-se que os concelhos não lhe prestavam qualquer apoio logístico, contrariando o dito alvará, o mesmo não se verificou no final

¹³⁹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1223, fls. 56-70, Sentença da Relação que alcançou António Correia Bettencourt Henriques contra o juiz do resíduo e provedor das capelas, de 20 de fevereiro de 1770.

¹⁴⁰ Alvará em que se acrescentam os ordenados dos desembargadores do Paço, Casa da Suplicação e do Porto, e mais ministros do reino e se reformam alguns abusos in *Apêndice das Leis Extravagantes, Decretos e Avisos* [...], 1760, pp. 28-33. Este alvará determinava que pela aposentadoria nos concelhos, os provedores tinham direito a alojamento, em concreto, casas, cama, lenha, loiça para cozinha e mesa. Tudo o mais seria à sua custa.

¹⁴¹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1223, fls. 56-70, Sentença da Relação que alcançou António Correia Bettencourt Henriques contra o juiz do resíduo e provedor das capelas, de 20 de fevereiro de 1770.

do século. Com efeito, a correição realizada entre meados de setembro e os inícios de outubro de 1787, foi dedicada ao município de Machico, tendo abrangido as localidades de Machico, do Caniçal, do Porto da Cruz, Faial, Santa Ana e São Jorge. Previamente, o juiz dos resíduos enviara uma portaria aos oficiais da câmara de Machico ordenando que lhe fosse dada aposentadoria, nos termos do alvará de 7 de janeiro de 1750, extensível ao pessoal que o acompanhava, isto é, o seu escrivão e mais dois oficiais¹⁴².

Pelo edital da correição mandada fazer na cidade do Funchal e seu termo, isto é, desde o Caniçal até à Tabua, no ano de 1790, ficamos com uma informação precisa sobre o conteúdo da atividade deste oficial. Neste caso, ele permanecia nas casas da sua residência no Funchal, uma vez que a correição era dedicada à cidade e seu termo, devendo os administradores de vínculos deslocar-se até às suas instalações.

O cumprimento da dita correição compreendia um conjunto de quesitos, a saber:

- Todos os testamenteiros, eclesiásticos e seculares, responsáveis pela execução das disposições piedosas legadas pelos defuntos tinham de prestar contas das mesmas;
- Os administradores e possuidores, eclesiásticos e seculares, de bens de capelas sujeitos a encargos e pensões tinham de prestar contas da sua administração. De igual modo, tinham de apresentar os documentos instituidores;
- Os administradores, eclesiásticos e seculares, de todas e quaisquer confrarias e irmandades tinham de prestar contas neste juízo, exibindo, obrigatoriamente, os seus livros, instituições, criações, compromissos e títulos de bens possuídos e administrados, comprovando as suas contas de receita e despesa;
- Os administradores de bens e rendimentos pertencentes aos cativos tinham de comparecer perante este juiz e entregar os ditos bens e rendimentos, em audiência, para ser feita a sua arrecadação;
- Todos eram obrigados a prestar contas ao juiz dos resíduos e provedor das capelas, mesmo que já o tivessem efetuado junto das justiças eclesiásticas, porque se assim o fizeram foi «consequência de incompetência ou violência das mesmas justiças eclesiásticas»;
- Os incumpridores de todas estas ordens e determinações seriam punidos pelo juiz dos resíduos e provedor das capelas com as penas aplicáveis, pois este oficial tinha atribuições jurisdicionais, estando mandatado para «proceder contra eles com todo o rigor da justiça»¹⁴³.

¹⁴² ABM, Juízo dos Resíduos e Capelas, Livro n.º 1: Requerimentos, sentenças e despachos, fl. 3v.º, Portaria do juiz dos resíduos e provedor das capelas, de 13 de setembro de 1787.

¹⁴³ ABM, Juízo dos Resíduos e Capelas, Livro n.º 1: Requerimentos, sentenças e despachos, fls. 52v.º-55v.º, Edital da correição na cidade do Funchal, de 10 de abril de 1790.

Qual era a relação do juiz dos resíduos e provedor das capelas com a estrutura judicial local? Podiam as causas de resíduos e capelas ser avocadas? Responder a esta questão implica verificar duas situações, em concreto: qual a relação com o ouvidor do donatário; e qual a relação com o corregedor da comarca, sobretudo no período após a extinção do donatário (e, conseqüentemente, do ouvidor), atendendo a que, a partir de 1766, foi instituída a corregedoria permanente na Madeira.

Pela correição extraordinária feita pelo corregedor Manuel Pedrosa da Veiga, em 1738, temos informação que seria prática corrente os juizes dos resíduos dar apelação e agravo, das suas causas, para o ouvidor do donatário da capitania do Funchal. Entendia o corregedor Pedrosa da Veiga que tal não estava minimamente fundamentado nas doações, e sucessivas confirmações régias, feitas ao donatário do Funchal, pelo que não devia o juiz dos resíduos dar apelação e agravo para o ouvidor, enquanto o rei não determinasse o contrário¹⁴⁴. Contudo, o rei viria a determinar essa prática uns anos mais tarde, em concreto, em 1751, retomando o articulado desta correição de Manuel Vieira Pedrosa da Veiga. Assim, alegava o monarca que o donatário do Funchal, e conde de Castelo Melhor, tinha o direito a usar da sua posse e jurisdição porque estas lhe foram concedidas pelos reis de Portugal e, sucessivamente, confirmadas como «prémio dos seus serviços». Por conseguinte, o juiz dos resíduos e capelas, e demais ministros locais, tinham o dever de «inviolavelmente» respeitar e guardar as doações do conde-donatário¹⁴⁵. Há, no entanto, uma importante subtiliza que importa sublinhar. É que o rei ordenou que este ouvidor do conde donatário teria de ser, obrigatoriamente, um letrado, isto é, alguém com habilitação em direito para, munido dessa aptidão, poder julgar convenientemente as causas que, por apelação e agravo, lhe fossem dirigidas em segunda instância¹⁴⁶. Só depois de passar pela ouvidoria é que os processos poderiam ser remetidos para os tribunais superiores do reino.

Quando as donatarias da Madeira foram extintas, em 1766, 1767 e 1770, o ouvidor deixou de ter existência na estrutura jurídica local. O papel de justiça de segunda instância passou a ser desempenhado, em exclusivo, pelo corregedor. Tal foi uma realidade até 1835, quando foi extinta esta magistratura e substituída pelos juizes de direito, no contexto da execução da reforma judicial de 16 de maio de 1832¹⁴⁷. A presença do

¹⁴⁴ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1219, fls. 168-172v.º; Auto dos capítulos da correição que mandou fazer o doutor Manuel Pedrosa da Veiga, corregedor, de 12 de agosto de 1738.

¹⁴⁵ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1220, fls. 185-188v.º; Ordem régia mandando que sejam dadas apelações e agravos para o ouvidor do conde donatário, de 26 de janeiro de 1751.

¹⁴⁶ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1220, fls. 185-188v.º; Ordem régia mandando que sejam dadas apelações e agravos para o ouvidor do conde donatário, de 26 de janeiro de 1751.

¹⁴⁷ SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo* [...], p. 265.

corregedor, no universo das causas dos resíduos e capelas, foi ganhando visibilidade, a partir do último quartel do século XVIII, culminando em 1821 quando passou a assumir, de facto, as funções que dantes cabiam ao juiz dos resíduos e capelas. Temos notícia de que os dois últimos proprietários do ofício, João José Bettencourt e Freitas e o seu filho, Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas, tiveram situações de litígio com os corregedores, então em exercício. Ambos conseguiram alcançar sentenças cíveis favoráveis às suas pretensões. Em 1793, o Juízo da Coroa deu razão a João José Bettencourt e Freitas na sua ação contra o corregedor da comarca ordenando que este magistrado não fizesse devassa ao juiz dos resíduos. Este confronto existiu porque o corregedor entendia ter o direito de incluir, na sua correição, o inquérito ao juiz dos resíduos como fazia, habitualmente, aos juizes ordinários das vilas e aos juizes dos órfãos, por serem todos leigos em matéria jurídica. João José Bettencourt e Freitas protestara e o Juízo da Coroa deu-lhe razão¹⁴⁸. O mesmo problema teria tido o seu filho, e sucessor na propriedade do ofício, Pedro Nicolau Bettencourt e Freitas, que obteve uma decisão favorável do tribunal superior que determinou que de nenhuma forma era lícita a intromissão do corregedor na jurisdição do juiz dos resíduos¹⁴⁹. Será de grande importância conhecer o papel das justiças de segunda instância – ouvidor e corregedor – no âmbito das causas de resíduos e capelas, e aferir qual o desempenho que teve, na prática, o juiz dos resíduos e como foi sendo, paulatinamente, substituído pelo corregedor.

Conclusão

Foi no reinado de D. João II, mais concretamente, em 1486, que se registou a primeira referência ao juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, gafarias e órfãos da ilha da Madeira. O seu papel fiscalizador e disciplinador no cumprimento das disposições testamentárias deu-lhe a necessária relevância, no conjunto dos demais organismos responsáveis pela regulação e administração da vida comunitária do novo espaço insular. A sua permanência no quadro institucional do arquipélago foi uma realidade até ao ano de 1832, data em que foi formalmente extinto.

A longevidade do sistema vincular na organização institucional portuguesa é um dado indiscutível. Consagrado na legislação oficial do reinado de D. Manuel I, só terminaria em 1863. A sua evolução legislativa compreendeu três grandes etapas.

¹⁴⁸ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1224, fls. 43-44, Sentença cível que alcançou o juiz dos resíduos e provedor das capelas, de 1 de junho de 1793.

¹⁴⁹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livro n.º 1224, fl. 174, Registo da sentença que alcançou o juiz dos resíduos e provedor das capelas, de 7 de abril de 1807.

A primeira abrangeu a legislação promulgada entre 1504, data do primitivo regimento das capelas de Lisboa, e o ano de 1603, data das *Ordenações Filipinas*. Foi uma fase caracterizada pela criação e implementação de um sistema normativo assente numa organização institucional destinada a zelar pelo serviço de Deus e pelo bem das almas dos defuntos, por via de uma fiscalização do cumprimento das disposições testamentárias. Simultaneamente, definiu as normas para a vinculação de bens e rendimentos para fins piedosos e caritativos. Numa segunda etapa, que decorreu durante os reinados de D. José e de D. Maria I, verificamos a primeira rutura com o ordenamento jurídico em vigor desde as *Ordenações Filipinas*. É uma época em que o legislador assumiu uma intenção claramente reformista, expressa nos seus propósitos: restringir a liberdade de testar; promover a sucessão legítima, em nome da razão e da boa ordem das famílias; em suma, por termo à desmesurada vinculação de bens e rendimentos que perturbava o comércio de bens de raiz e, conseqüentemente, a cobrança das sisas por parte do Estado. Porém, continuou-se a tolerar o instituto vincular mas apenas no âmbito das casas nobres, pois desejava-se que os seus titulares continuassem a ter riqueza suficiente para servir, condignamente, o rei. Esta visão negativa do instituto vincular, introduzida pela legislação pombalina, foi retomada no século XIX. Assim, e numa terceira e última etapa, vimos que o percurso que levou à abolição vincular, em 1863, foi iniciado com a promulgação da legislação de Mouzinho da Silveira, de 1832. Neste mesmo ano, foram abolidos os juizes privativos e, entre eles, o dos resíduos e capelas, por ocasião da implementação de uma reforma administrativa que visou estabelecer uma nova organização judicial dominada pelos juizes de direito. O Liberalismo viu no fenómeno vincular um obstáculo ao desenvolvimento económico, ao crescimento do tesouro público e à concórdia social. Conseqüentemente, a sua extinção foi uma condição essencial inserida numa ampla mutação social e económica que se desejava para o reino e territórios adjacentes.

Partindo das referências de Cabral do Nascimento, datadas de 1935, sobre a relação dos titulares do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas das ilhas da Madeira e Porto Santo, foi feito o seu cruzamento e confronto com outras fontes, nomeadamente o Registo Geral do Arquivo da Câmara Municipal do Funchal e as Chancelarias Régias. Em resultado desta articulação, estabelecemos o quadro com todos os indivíduos que foram titulares deste ofício, entre 1486, data da primeira nomeação, e 1799, data da última concessão da mercê de propriedade deste ofício. Um arco cronológico tão abrangente implicou uma análise que teve por finalidade estabelecer as tipologias dos provimentos de nomeação e perceber a sua evolução. Os quadros apresentados permitiram aferir que as nomeações deste oficial, sempre da responsabilidade do rei, representaram três momentos distintos. O primeiro, registado entre 1486 e 1501,

demonstrou ser o tempo das nomeações dos homens ligados ao donatário, e com a particularidade de serem específicas dos resíduos e capelas. O segundo, registado entre 1535 e 1599, revelou o exercício deste cargo atribuído a funcionários da confiança do rei, com habilitação jurídica, e sempre em acumulação com os ofícios da fazenda e da justiça, duas áreas onde a administração periférica da coroa pretendia ver-se reforçada. Em 1639 deu-se a primeira concessão da propriedade do ofício de juiz dos resíduos e provedor das capelas. Até 1799, data da última nomeação, percebemos a existência de um sistema de provimento, ora em regime de nomeação para servir o cargo, ora em regime vitalício e patrimonial. Foi este último que permitiu a presença de duas linhagens de juizes proprietários: os Tavares de Sousa e os Bettencourt e Freitas. O cargo foi extinto em 1832. Cerca de dez anos antes, o então nomeado corregedor para a comarca da Madeira recebeu os ofícios de provedor dos órfãos e capelas. Enquanto a corregedoria esteve em funcionamento, ou seja, até 1833, foi este o magistrado responsável pelos assuntos do juízo dos resíduos e provedoria das capelas.

O quadro de competências deste oficial compreendia a verificação do cumprimento do conteúdo dos testamentos, no âmbito dos legados pios, e a tutela da administração das capelas instituídas por leigos. Todavia, a situação verificada na Madeira foi alargada, por provisão régia, ao estado eclesiástico. Relativamente ao exercício da sua função foi possível identificar alguns elementos, visíveis pela análise dos editais que anunciavam a atividade deste magistrado, assim como pela análise das vicissitudes por que passava nas suas longas e penosas deslocações pela ilha, porque não se podia descurar o bem das almas. A relação do juiz dos resíduos e provedor das capelas com a estrutura judicial local foi uma outra questão sobre a qual o estado da nossa investigação permitiu, somente, uns breves elementos. A avocação das causas de resíduos e capelas pelas justiças intermédias – ouvidor e corregedor – foi uma realidade constatada. Aferir qual o desempenho que terá tido, na prática, o juiz dos resíduos e capelas, e aferir como foi sendo, lentamente, substituído pelo corregedor, sobretudo após 1766, será o tema de investigações futuras.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Madeira e Porto Santo, Catalogados, Caixa n.º 2, Documentos n.º 35, n.º 37, n.º 302, n.º 337, Caixa n.º 35, Documento n.º 12.157.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Afonso VI: Doações, Ofícios e Mercês, Livro n.º 17; Chancelaria de D. João V: Doações, Ofícios e Mercês, Livro n.º 90.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, Livros n.º 1214, n.º 1217, n.º 1218, n.º 1219, n.º 1220, n.º 1222, n.º 1223, n.º 1224; Juízo dos Resíduos e Capelas, Livro n.º 1 (cota provisória).

Fontes Impressas

Apêndice das Leis Extravagantes, Decretos e Avisos que se tem publicado do Ano de 1747 até o Ano de 1761, 1760, Lisboa, No Mosteiro de São Vicente de Fora, Câmara Real de Sua Majestade Fidelíssima.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), *Índice do Tombo 2.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal (Lv.º 1213). Instrumento de Descrição Documental n.º 18; Índice do Tombo 3.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal (Lv.º 1214). Instrumento de Descrição Documental n.º 19.*

Código Administrativo. Nova Edição Oficial. Anotado. 18 de Março de 1842, 1865, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, Segunda Série, 1834, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial desde a sua Entrada em Lisboa até à Instalação das Câmaras Legislativas, Terceira Série, 1840, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção de Legislação 1769-1783.

Coleção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774, 1829, Lisboa, Tipografia Maigrense.

Coleção de Leis, Decretos e Alvarás que compreende o Feliz Reinado de El-Rei Fidelíssimo D. José I Nosso Senhor, 1771, Tomo III, Lisboa, Na Oficina de Miguel Rodrigues.

Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais publicados no Ano de 1838, 8.ª Série, 1838, Lisboa, Imprensa Nacional.

- Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva de 1842 em diante*, 1842, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1851, 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1863, 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Leis Extravagantes e Repositório das Ordenações de Duarte Nunes de Lião Impressa em 1569, 1987*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações Filipinas. Livro Primeiro*, 1985, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações Manuelinas. Livro Primeiro*, 1984, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações Manuelinas. Livro Segundo*, 1984, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 2004, Coordenação Científica de José Pedro Paiva, Volume III, *A Fundação das Misericórdias. O Reinado de D. Manuel*, Lisboa, União das Misericórdias.
- Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Parte*, 1973, Transcrição de Luís de Sousa Melo, in *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, Série Documental II, Volume XVI.
- Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. Primeira Parte*, 1973, Transcrição de Luís de Sousa Melo, in *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, Série Documental III, Volume XVII.

Bibliografia

- ALMEIDA, Eduardo Castro e, 1907, *Arquivo da Marinha e Ultramar. Inventário Madeira e Porto Santo*, Volume I (1613-1819), Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BARROS, Fátima, JARDIM, Gastão, GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, *Arquivo Histórico da Madeira. Guia do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- COELHO, Maria de Fátima, 1980, «O Instituto Vincular, sua Decadência e Morte: Questões Várias», in *Análise Social*, Volume XVI (61-62), pp. 111-131.

- DURÃES, Margarida, 2005, *Os Testamentos e a História da Família*, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3364/1/testamentos.pdf>, consultado em 8 de abril de 2017.
- GOMES, Manuel Saturnino, 2000, «Legados Pios», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Direção de Carlos Moreira de Azevedo, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 69-70.
- HESPANHA, António, 1993, «Carne de uma só Carne: Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico-Antropológicos da Família na Época Moderna», in *Análise Social*, Volume XXVIII (123-124), pp. 951-974.
- HESPANHA, António, 1994, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal Século XVII*, Coimbra, Almedina.
- HESPANHA, António, 2004, *Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina.
- MANIQUE, António Pedro, 1989, *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MARCOS, Rui, 1990, «A Legislação Pombalina», in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Suplemento do Volume XXXIII*, Coimbra, pp. 1-314.
- MIRANDA, Susana, 1994, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira. Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1935, «Capelas e Morgados da Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume IV, Fascículo II, pp. 65-72.
- ROSA, Maria de Lurdes, 1995, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2012, *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SILVA, Aryanne Faustina da, 2014, «O Uso dos Testamentos como Fontes para a Produção do Conhecimento Histórico», in *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH – Rio: Saberes e Práticas Científicas*, pp. 1-10.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2006, «Os Provimentos dos Corregedores nos Municípios da Madeira e Porto Santo: 1768 a 1833», in *História do Municipalismo. Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 137-170.

- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2015, «Juiz de Fora», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/juiz-de-fora/>, consultado em 13 de setembro de 2018.
- TEIXEIRA, António Assis, 1985, *Os Morgadios da Reforma Pombalina ao Liberalismo*, Relatório de Mestrado apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- TRINDADE, Ana Cristina, 2012, *Plantar Nova Cristandade. Um Desígnio Jacobeu para a Diocese do Funchal. Frei Manuel Coutinho 1725-1741*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense no Século XVII*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira

The “Registo Vincular” of Funchal’s Administrative District (1862-1863): An Analysis of “Vincular” Institution in its Final Stage

*Ana Madalena Trigo de Sousa*¹

Resumo

A reforma da legislação vincular ocorrida em 1860, cuja aplicação se concretizou pelo decreto de 19 de janeiro de 1861, originou a elaboração de uma fonte digna do maior interesse. Trata-se do Registo Vincular, realizado entre 20 de novembro de 1862 e 10 de abril de 1863, e materializado em três volumes que arrolaram, com grande detalhe, as instituições vinculares de 15 administradores de morgadios e capelas, do distrito do Funchal. Tendo em consideração que os vínculos eram compostos por um conjunto de bens, capaz de gerar rendimento aos seus titulares, estamos perante uma fonte cujo conteúdo é suscetível de proporcionar importante conhecimento de uma realidade económica do arquipélago da Madeira, mais concretamente, sobre a propriedade vinculada, rústica e urbana, que, em virtude desta condição, ficava de fora do circuito da comercialização e, conseqüentemente, não gerava qualquer tipo de receita para o Estado.

A nossa análise do fenómeno vincular na Madeira, nesta fase derradeira, compreende três momentos. Em primeiro lugar, uma verificação das condições de produção desta fonte,

¹ Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico Doutor Albero Vieira (Funchal). Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH/UNL – (1992), mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII) pela FCSH/UNL (1997). Em 2004 obteve aprovação por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da temática dos poderes e das instituições municipais na Madeira, nas épocas moderna e contemporânea, uma linha de investigação que tem vindo a desenvolver no decurso da sua atividade no Centro de Estudos de História do Atlântico. Presentemente, encontra-se a investigar a temática do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira e das instituições vinculares neste arquipélago. Para mais informação: <https://www.calameo.com/accounts/620121>; contacto: anamtrigosousa@sapo.pt.

designadamente, a forma de aplicação dos pressupostos legislativos emanados pela Coroa e a razão para a presença de apenas 15 administradores vinculares. De seguida, impõe-se uma análise comparativa dos vínculos que ficaram registados, focalizada no património, sua localização, avaliação e rendimento anual. Por último, propomos um exercício sobre uma eventual ligação entre a realização desta fonte e a implementação da reforma fiscal das contribuições diretas.

Palavras-chave: Madeira; Vínculos; Registo; Propriedade.

Abstract

The reform of the “vincular” legislation in 1860, whose application was affected by the law of January 19th, 1861, led to the elaboration of a historical source of the most interest: the “Registo Vincular”, which was written between November 20th, 1862, and April 10th, 1863. This source materialised in three volumes detailed the “vincular” institutions of 15 administrators in Funchal’s administrative district. Taking into account that those “vínculos” were composed by a considerable amount of assets, who were able to generate income for its holders, this source’s content is suitable of providing important knowledge of an economic reality of Madeira’s archipelago, more specifically, the rustic and urban property, that, because of its “vincular” condition, remained outside the trade circuit, and was not able of providing any income for the Portuguese Crown.

Our analysis of the “vincular” phenomenon in Madeira at its final stage is composed by three moments. First, the verification of the conditions that originate this source, more specifically, the law’s application regarding this subject, and also the understanding of the reason for the presence of only 15 administrators. Then, we made a comparative analysis on the “vínculos” that have been registered, focusing on the assets, its location, evaluation and annual income. Finally, we proposed an exercise attentive to a possible link between the “Registo Vincular” and the tax reform on direct contributions that the Portuguese Crown wished to implement on Madeira’s archipelago.

Keywords: Madeira; “Vínculos”; Registration; Property.

Introdução

É indiscutível a importância da propriedade vinculada no ordenamento do direito familiar, sucessório e patrimonial em Portugal. Os morgadios e as capelas representaram a concretização deste fenómeno, com repercussões relevantes no plano social e económico². Para uma definição do que significou esta instituição, as palavras de António Maria de Assis Teixeira são elucidativas: a propriedade vinculada traduzia «o direito do filho mais velho suceder em certos bens da família, designados e retirados dos restantes bens da herança pelo instituidor e que ficavam vinculados e sujeitos

² COELHO, 1980, «O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias», pp. 111-131; ROSA, 1995, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*.

a certa ordem de sucessão na família [do instituidor] e a certos deveres de natureza familiar, económica e social»³. Por consequência, o vínculo tinha como prerrogativas a primogenitura e varonia, porque a transmissão era feita, obrigatoriamente, por linha masculina ao filho mais velho. A estas duas prerrogativas junta-se a proibição de divisão dos bens vinculados e, igualmente, a inibição da sua venda⁴. O resultado desta ordem jurídica foi: por um lado, a unidade familiar porque os seus membros viviam na dependência do administrador dos bens, também conhecido por «morgado»; e, por outro, a manutenção da unicidade do património familiar, em virtude de este nunca poder ser vendido ou dividido. Foram, precisamente, a indivisibilidade e a inalienabilidade que permitiram a construção e a perpetuação do prestígio social e do poder económico das famílias⁵.

A realidade vincular madeirense teria sido precoce. Com efeito, a investigação feita por Miguel Jasmins Rodrigues constatou que, a partir das primeiras décadas do século XVI, a forma de organização dos poderes na Ilha da Madeira esteve em articulação com a criação de uma estrutura social onde os seus membros dominantes foram, paulatinamente, apropriando-se da terra disponível⁶. A preponderância social destes indivíduos foi sendo consolidada através de duas componentes, dependentes entre si: pelo domínio direto sobre a terra; e pela construção e manutenção de um relacionamento privilegiado com a estrutura de poder que se foi construindo, primeiro sob a responsabilidade dos senhores da Ilha, depois sob a tutela da Coroa⁷. Assegurado o domínio direto sobre a terra, a vinculação da propriedade seria o passo seguinte. Devidamente enquadrada pelo direito vigente, consagrou a garantia de que o património familiar ficaria unido e que o nome da família perduraria no tempo. A longevidade do instituto vincular, morgadios e capelas, ficou registada em diversas fontes documentais, como os testamentos e os autos de contas de capelas, numa cronologia que vai do século XVI até ao XIX⁸.

A questão vincular foi mencionada por autores como João Cabral do Nascimento e Jorge de Freitas Branco. Em 1935, num artigo publicado no *Arquivo Histórico da Madeira*, Cabral do Nascimento diz-nos que esta Ilha «foi uma das terras portuguesas onde em

³ TEIXEIRA, 2003, «O tratado de morgados de Manuel Álvares Pegas: uma fonte histórica esquecida», pp. 1200-1202.

⁴ HESPAÑA, 1993, «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», pp. 951-974.

⁵ TEIXEIRA, 2003, «O tratado de morgados de Manuel Álvares Pegas: uma fonte histórica esquecida», pp. 1195-1281.

⁶ RODRIGUES, 1996, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Ilha da Madeira 1460-1521*.

⁷ RODRIGUES, 1989, «Os Esmeraldos da Ponta do Sol. Uma família nobre na ilha», pp. 612-666.

⁸ Está em curso o trabalho de inventariação e catalogação dos testamentos e autos de contas de capelas que se encontram depositados no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (em diante ABM).

maior número existiram e se desenvolveram os vínculos. Em meados do século XIX eram tantos os morgados e as capelas que não admira que de aqui partisse a ideia da sua completa extinção»⁹. Por seu turno, Freitas Branco considerou a ruralidade madeirense, entre 1750 e os meados do século XIX, alicerçada numa rede de relações sociais marcada por um importante dualismo: de um lado, os proprietários das terras – designados por «morgados» –, do outro, o campesinato que as trabalhava – conhecidos por colonos. Estes sucediam-se, de geração em geração, uma vez que o contrato que lhes permitia o acesso ao amanho da terra era hereditário¹⁰. O autor chama a nossa atenção para o facto de esta dualidade ter acarretado uma consequência que não pode ser descurada, pois «Enquanto na esfera dominante e minoritária a propriedade tendia para a concentração, do lado oposto sobrevivia toda uma população de *colonos*, subjugados e confinados a parcelas cada vez mais reduzidas»¹¹.

A importância da propriedade vinculada permitiu um sistema social e económico, traduzido na concentração da posse da terra num reduzido grupo social e condicionando o acesso daqueles que nela precisavam de trabalhar. Este sistema, construído a partir do século XVI aquando da apropriação da terra pelos indivíduos ligados ao poder, teria perdurado através do tempo. Quando chegamos ao século XIX, verificamos como as autoridades oficiais constataavam a sua relevância. Vale a pena transcrever as palavras que o governador José Lúcio Travassos Valdez deixou registadas num ofício dirigido ao ministro da Marinha e Ultramar, em 1827:

«Noutro tempo por causas que então seriam boas se deu demasiada extensão e facilidade à vinculação das terras e por isto estas ilhas são propriedade inalienável de oito centos ou mil famílias chamadas morgados, que dão as terras debaixo da condição de receberem a metade dos seus produtos líquidos, contribuição, arrendamento ou foro enorme, por aqui se vê que ainda quando os produtos da agricultura venham a obter grande valor, pouco é o líquido que pode ficar reservado na caixa dos originários lavradores»¹².

Há dois elementos que nos suscitam interesse, neste excerto da missiva do governador Travassos Valdez. Qual seria o número destes «morgados», isto é, herdeiros de património vinculado, que existia na Madeira? Qual o rendimento proporcionado pelo cultivo das suas terras? Repare-se, por um lado, no número impreciso registado neste documento, 800 ou 1000; e, por outro, na menção da forma de distribuição do rendimento das terras cultivadas. São questões que nos levaram ao propósito deste

⁹ NASCIMENTO, 1935, «Capelas e morgados da Madeira», pp. 65-72.

¹⁰ BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* [...], pp. 153-157.

¹¹ BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* [...], p. 156; o itálico é do autor.

¹² ALMEIDA, 1909, *Arquivo da Marinha e Ultramar. Inventário: Madeira e Porto Santo*, Volume II, Caixa 29, Documento n.º 10.255-56. As citações usadas no decurso deste texto têm a ortografia atualizada.

ensaio, dedicado ao Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal, que foi elaborado nos anos de 1862 e 1863, na sequência da reforma legislativa ocorrida em 1860, cuja aplicação se concretizou pelo decreto de 19 de janeiro de 1861. Trata-se de uma fonte do maior interesse, dividida em três volumes executados entre 20 de novembro de 1862 e 10 de abril de 1863, onde se encontram arrolados, com grande detalhe, as instituições vinculares de 15 administradores de morgadios e capelas, do então distrito administrativo do Funchal. A importância e o valor desta fonte foram assinalados por Miguel Jasmins Rodrigues¹³. Num documento de trabalho, com data de 2013, e intitulado «Abolição dos morgadios: o caso da Madeira», apresentou a sua análise da fonte, onde expõe alguns dados. A sua abordagem permitiu-lhe fazer uma tipificação dos morgados em três categorias: aqueles que resultam da conversão de senhorio banal em propriedade territorial, dando como exemplo único os marqueses de Castelo Melhor; os morgadios com propriedade dispersa pela Ilha da Madeira, dando como exemplos os casos de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura, do visconde de Torre Bela e de Luís da Câmara Leme; e, por último, os morgadios com propriedades concentradas em uma ou duas freguesias, dando como exemplos João de Bettencourt Baptista e João Facundo Spínola de Freitas. De igual modo, chama a atenção para a data de origem dos vínculos e exemplifica a questão da aglomeração de vários vínculos ocorrida ao longo do tempo.

Na senda deste documento de trabalho de Jasmins Rodrigues, empreendemos o nosso estudo do Registo Vincular do distrito administrativo do Funchal, com uma orientação voltada para o conhecimento sobre a propriedade fundiária que se encontrava vinculada, o seu valor e os rendimentos por ela gerada, com a noção de se tratar de um fenómeno existente fora do circuito da comercialização e não gerando, conseqüentemente, qualquer tipo de receita para o Estado, uma vez que não podia ser vendida.

A nossa análise da propriedade vinculada na Madeira, na sua fase derradeira, compreende três momentos. Em primeiro lugar, é essencial perceber as condições de produção do Registo Vincular. Em articulação com outras fontes, designadamente, a legislação régia e a correspondência trocada entre o governador civil do Funchal e o Ministério do Reino, pretende-se verificar como foram aplicados os pressupostos legislativos emanados pela Coroa, e qual a razão da presença de apenas 15 administradores, uma vez que a documentação do Governo Civil nos permite estabelecer a relação completa dos «administradores de vínculos ou morgados», segundo a expressão

¹³ RODRIGUES, 2013, «Abolição dos morgadios: o caso da Madeira».

corrente no século XIX, que existiam na Madeira à data do Registo Vincular. A segunda parte deste ensaio é dedicada à análise comparativa dos vínculos dos 15 administradores que ficaram registados nesta fonte. Identificado cada administrador, assim como a forma de comprovação da instituição dos seus vínculos, importa aferir, caso a caso, o número total de bens, as suas tipologias e respetiva quantificação, a localização desses bens, por freguesia e concelho, o seu rendimento anual e qual a sua avaliação à data do registo. Finalmente, é proposto um exercício que visa perceber a existência de uma eventual relação entre o potencial informativo gerado pela realização do Registo Vincular e a introdução, na Madeira, da reforma das contribuições diretas, em vigor a partir de 1 de janeiro de 1863.

Para não haver uma saturação de quadros no decurso do texto, optou-se pela elaboração de um conjunto de anexos, um para cada administrador vincular, onde estão todos os elementos quantitativos levantados do Registo Vincular.

1. O Registo Vincular na Madeira: Do Enquadramento Legislativo às Condições de Produção da Fonte

Prévia ao enquadramento legislativo que originou a produção do Registo Vincular, em 1862-1863, importa ter em atenção a realidade vincular do arquipélago da Madeira vivida em 1850. Neste ano, na sua sessão de 15 de fevereiro, a Câmara dos Dignos Pares do Reino assistiu à intervenção de Daniel de Ornelas e Vasconcelos, Barão de São Pedro, na qual apresentou um projeto-lei destinado a abolir todos os vínculos (morgados e capelas) que existiam nas Ilhas da Madeira e Porto Santo¹⁴. Este projeto não foi aprovado, mas teve o importante efeito de gerar a produção de alguma informação, relativamente a esta problemática, por parte de várias autoridades do arquipélago. Logo em 25 de março de 1850, o então governador civil do distrito do Funchal, José Silvestre Ribeiro, emitiu uma circular, dirigida a todos os municípios, com a finalidade de obter resposta a um conjunto de quesitos, porque «a comissão especial encarregada de examinar o dito projeto [de abolição dos vínculos] querendo dar um parecer digno da importância do objeto de que se trata requereu que lhe fossem presentes os esclarecimentos constantes na nota que inclusa encaminho»¹⁵. Infelizmente, não consta a nota anexa, com os quesitos, mas fica patente a gravidade do assunto em causa, expressa nestas palavras de Silvestre Ribeiro:

¹⁴ COUTO, 1989, «O projeto do barão de São Pedro de abolição dos vínculos no arquipélago da Madeira (1850)», pp. 671-688.

¹⁵ ABM, Governo Civil, Registo da Correspondência com as Câmaras Municipais do Distrito, Livro 159, fls. 226-226v.º.

«Devo observar que se trata de um objeto da maior transcendência de uma questão imensamente importante e difícil. Convém que Vossas Senhorias procurem adquirir o conhecimento da verdade em todos os quesitos propostos não poupando meio algum de obter esclarecimentos exatos que possam guiar o legislador na sua melindrosa tarefa [...] o assunto em questão deve ser estudado profundamente sem paixão e só com a mira de acertar com a melhor e mais justa solução»¹⁶.

Só nos foi possível localizar as respostas, a esta carta circular do governador, dadas pelos municípios do Funchal, da Calheta e do Porto Santo¹⁷. Contudo, a informação propiciada afigura-se do maior interesse. Os presidentes do Funchal e da Calheta deram as suas réplicas no dia 11 de abril. A vereação do Porto Santo no dia 18 do mesmo mês. Pelo seu conteúdo, é possível deduzir quais as questões lançadas pelo governador Silvestre Ribeiro, a saber: 1.^a tinham os habitantes do concelho manifestado intenção de requerer a abolição dos vínculos (morgados e capelas); 2.^a houve alguma representação, no mesmo sentido, feita pelo concelho; 3.^a quais os vínculos existentes no espaço da sua jurisdição, quanto rendiam e que dívidas suportavam; 4.^a como eram reguladas as relações entre os administradores dos morgadios e os camponeses que trabalhavam essas terras.

A perspetiva demonstrada por estes três municípios merece a nossa atenção. Dizia o então presidente do município funchalense, António Gonçalves de Almeida, que, em conjunto com a vereação, tinha tomado informações e meditado sobre «tão grande assunto»¹⁸. José João de Alencastre, presidente da câmara do Porto Santo, pensou «maduramente» nos quesitos indicados¹⁹. Por seu turno, Fernando José de Vasconcelos, presidente da Calheta, assumia a vontade de dar a sua satisfação «se não com a precisão que desejara pelo menos com a possibilidade e prontidão que pode conseguir-se»²⁰.

O quadro n.º 1 contém uma súmula das respostas dadas, de acordo com os quesitos em causa. A sua natureza permite-nos aferir qual era o estado da questão vincular no terreno.

¹⁶ ABM, Governo Civil, Registo da Correspondência com as Câmaras Municipais do Distrito, Livro 159, fls. 226-226v.º.

¹⁷ Infelizmente, são imensas as lacunas nos arquivos municipais do século XIX no que respeita aos livros de registo de ofícios para a autoridade distrital. Com efeito, para esta data de 1850, só existem exemplares nos concelhos do Funchal, da Calheta e do Porto Santo.

¹⁸ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo dos Ofícios à Administração Geral do Distrito, Livro 193, fls. 156v.º-157v.º.

¹⁹ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Registo dos Ofícios dirigidos ao Governo Civil, Livro 128, fls. 170-170v.º.

²⁰ ABM, Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165, fls. 71-74.

Quadro N.º 1 – A Situação Vincular nos Concelhos do Funchal, da Calheta e do Porto Santo (1850)

Quesitos	Funchal	Calheta	Porto Santo
1.º	Os habitantes não requereram a abolição dos vínculos.	Muitos proprietários manifestaram acordo com o projeto do barão de São Pedro.	Não consta que tenha havido qualquer petição nesse sentido.
2.º	Não houve representação concelhia no mesmo sentido.	Não consta, no registo do município, que os habitantes tenham requerido a abolição dos vínculos.	Não houve qualquer representação feita ao município pelos administradores dos vínculos.
3.º	Está vinculada uma 3.ª parte da Ilha da Madeira. Não se consegue obter informação precisa do seu valor, mas sabe-se que é muito importante. Não se sabe o valor das dívidas associado aos bens vinculados.	Não há arquivo que designe os bens vinculados e especifique a sua natureza. Não se sabe o valor dos vínculos, nem há como saber. É impossível saber o valor das suas dívidas.	Não conseguem distinguir os morgadios das capelas. Quanto aos seus valores, não se sabe. Existem dívidas, mas não se sabe os valores.
4.º	Não há lei escrita, apenas direito consuetudinário. As terras vinculadas estão entregues a colonos parciários, que dão ao senhor da terra metade da colheita. As terras alodiais são arrendadas segundo um contrato.	Há uma relação consuetudinária, não há nenhuma legislação ou postura municipal sobre o assunto. A relação entre os donos das terras e aqueles que as trabalham é o contrato de colônia a meias.	Existe o uso e o estilo antiquíssimo em que os colonos dão ao administrador dos bens vinculados a dimídia dos frutos da terra. Os foreiros e rendeiros de bens vinculados pagam segundo o contrato estipulado.

Fonte: Ver notas de rodapé n.º 18 a n.º 20.

O primeiro quesito é revelador da controvérsia relacionada com a questão vincular. Se, no Porto Santo, a câmara municipal alegava não ter conhecimento de qualquer tipo de posicionamento por parte dos seus habitantes, o mesmo não sucede nem na Calheta, nem no Funchal, onde a resposta lacónica do presidente António Gonçalves de Almeida poderá ser reveladora de um incómodo perante a assunção de uma opinião. Com efeito, afirmava este autarca que os funchalenses não tinham requerido a abolição dos vínculos; no entanto, constava-lhe a existência de uma representação assinada apenas por poucos indivíduos, uma representação que nunca teria chegado ao seu destino, porque, «alguns dos signatários refletindo melhor [...] votam hoje pela conservação

dos vínculos»²¹. Na Calheta houve, pelo contrário, um posicionamento, não no âmbito oficial da sua vereação, mas sim por parte dos seus habitantes. Muitos proprietários, sobretudo na freguesia da Calheta e na do Porto Moniz, tinham manifestado a sua concordância com as ideias do barão de São Pedro, à semelhança do que teria sucedido com a proposta feita, no mesmo sentido, por António Correia Herédia no ano de 1847 e publicada em 1849²². A informação relativa ao terceiro quesito, sobre a quantidade e valor dos vínculos, denunciou o estado da questão vincular nos três municípios em apreço. Em comum, o facto de se desconhecer, de todo, a quantidade e o valor dos vínculos existentes. Pelas palavras do presidente do Funchal, ficou patente que todos os vínculos que existiam tinham sido instituídos para conservação de «certas famílias». Relativamente aos encargos dos vínculos, na componente das capelas, estariam, à data, muito reduzidos e consistiam em missas e esmolos para estabelecimentos pios e de caridade. Quanto aos valores dos bens vinculados, sabia-se, somente, que eram muito importantes, mas não havia qualquer tipo de informação a esse respeito²³. O desconhecimento da propriedade vinculada e dos encargos a ela associada era notório na vila da Calheta. O seu presidente, Fernando José de Vasconcelos, afirmava «impraticável» dar uma resposta a este quesito, por não haver nenhum registo escrito, com a agravante de nem os seus administradores saberem, com alguma certeza, os valores das suas terras e bens vinculados, confundindo morgadios e capelas. Deixou como sugestão, ao governador Silvestre Ribeiro, uma consulta do cartório do extinto Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, e, não obtendo o conhecimento necessário, entendia que a autoridade distrital teria como obrigação proceder a um levantamento cadastral²⁴. O mesmo problema surgiu no Porto Santo, local onde não havia qualquer distinção de morgadios ou capelas, sendo a expressão vínculos usada indiscriminadamente. Quanto aos encargos onerados a esses vínculos, assim como os seus valores e rendimentos, o presidente José João de Alencastre alegava que eram «objetos estranhos ao conhecimento desta câmara»²⁵. Associado ao terceiro quesito, aparecem as afirmações sobre uma pertinente questão. Era a propriedade vinculada um entrave ao desenvolvimento agrícola? José João de Alencastre afirmava que, no

²¹ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo dos Ofícios à Administração Geral do Distrito, Livro 193, fls. 156v.º-157v.º.

²² Referimo-nos às *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira oferecidas à consideração da Liga Promotora dos interesses materiais do País*, impressas em Lisboa.

²³ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo dos Ofícios à Administração Geral do Distrito, Livro 193, fls. 156v.º-157v.º.

²⁴ ABM, Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165, fls. 71-74.

²⁵ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Registo dos Ofícios dirigidos ao Governo Civil, Livro 128, fls. 170-170v.º.

Porto Santo, não havia nenhuma diferença agrícola entre as terras vinculadas e as terras alodiais²⁶. O presidente do Funchal, António Gonçalves de Almeida, colocou o ónus na abundância ou escassez de água. Em sua perspectiva, onde havia água as terras, fossem de vínculo ou fossem alodiais, estavam bem aproveitadas. Não havendo água suficiente, todas produziam pouco; logo, na sua perspectiva, a vinculação não seria a razão de atraso agrícola nem a liberdade da terra a condição única para a existência de melhores colheitas²⁷. O responsável pela edilidade da Calheta assumia uma posição diametralmente oposta. Para Fernando José de Vasconcelos, a propriedade vinculada era a principal responsável pelo atraso na agricultura, pois havia terrenos «banhados por levadas» que nada produziam, devido ao abandono dos seus senhorios, e os colonos procuravam cultivar os terrenos alodiais, onde «se esmeravam»²⁸; os alódios, situados principalmente na freguesia do Estreito da Calheta, no Lombo da Ribeira Funda, e nas freguesias da Fajã da Ovelha e da Ponta do Pargo, «apresentam um estado de cultura o mais satisfatório»; concluiu dizendo que «o amanho da cultura dos bens livres comparado com os de vínculo é indubitavelmente melhor naqueles do que nestes»²⁹. Aliado ao abandono da terra vinculada, estava o dos imóveis que nela estavam situados. Com raras exceções, os prédios urbanos e as quintas das casas vinculadas estavam arruinados. O presidente Fernando José de Vasconcelos exemplificou com o que acontecera com os paços do concelho da Calheta que estiveram prestes a «abismar-se» devido ao estado ruinoso em que se encontrava a casa contígua pertencente ao morgado João Agostinho de Figueiroa e Albuquerque. A vereação calhetense tinha compelido o procurador do dito morgado a responsabilizar-se pela demolição daquele imóvel para que não causasse danos às habitações em redor³⁰. Finalmente, constatamos que o direito consuetudinário era a principal forma de regulação do relacionamento entre os donos das terras vinculadas e os camponeses que nelas trabalhavam. Era «uso e estilo antiquíssimo» na Ilha do Porto Santo a divisão a meias, da colheita realizada, entre o senhorio e o colono. Quando os bens vinculados estavam aforados ou arrendados, os pagamentos ao senhorio seriam feitos conforme as cláusulas do contrato estabelecido entre as partes³¹. A relação senhorio-camponês

²⁶ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Registo dos Ofícios dirigidos ao Governo Civil, Livro 128, fls. 170-170v.º.

²⁷ ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo dos Ofícios à Administração Geral do Distrito, Livro 193, fls. 156v.º-157v.º.

²⁸ ABM, Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165, fls. 71-74.

²⁹ ABM, Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165, fls. 71-74.

³⁰ ABM, Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165, fls. 71-74.

³¹ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, Registo dos Ofícios dirigidos ao Governo Civil, Livro 128, fls. 170-170v.º.

surge de uma forma mais bem explicitada pelo presidente da câmara do Funchal. Este especifica que as terras vinculadas, tal como as livres, podiam ser entregues ou a colonos parciários, ou aforadas perpetuamente com pensão certa, ou, ainda, arrendadas. No primeiro caso, o colono parciário assumia a responsabilidade de dar ao senhorio metade da colheita, sendo apontado, especificamente, que tal sucedia apenas nas culturas de trigo e de vinho. Estes colonos, habitando as terras do senhorio, tinham a faculdade de fazer as benfeitorias que entendessem, com a particularidade de esses melhoramentos passarem a ser propriedade do colono. Se o senhorio os mandasse embora, tinha a obrigação de pagar ao colono o valor dessas benfeitorias. Os aforamentos e arrendamentos decorriam segundo o contrato estabelecido³². Por último, o presidente da Calheta alegava a necessidade de ser feita legislação reguladora dos direitos e obrigações de senhorios e colonos, para precaver abusos de ambas as partes e para promover o melhoramento agrícola. Este autarca foi o único, nestes três casos analisados, a reiterar a bondade de uma abolição dos vínculos, por ser, esta instituição, um dos «maiores tropeços à agricultura»³³.

A informação que ficou retida junto das autoridades distritais, e devidamente transmitida ao rei, teria sido, certamente, a do desconhecimento relativo ao número e valor dos vínculos existentes nas Ilhas da Madeira e Porto Santo. O desconhecimento da situação vincular seria algo comum em Portugal. Esta afirmação fundamenta-se pelo articulado do título III da carta de lei de 30 de julho de 1860, uma lei que expressa a intenção da monarquia constitucional de empreender uma reforma vincular. Condição essencial para essa reforma era a necessidade de mandar registar todos os vínculos existentes, conforme consta no mencionado título III³⁴. Pelo decreto de 19 de janeiro de 1861 estabeleceu-se a forma de execução da carta de lei de 30 de julho de 1860. Esta regulamentação, feita em janeiro de 1861, ditou a forma como deveria ser elaborado o Registo Vincular, considerado como um requisito essencial para a validade das instituições de morgado ou capela³⁵. O ponto fulcral deste decreto é a sujeição a um registo oficial de «todas as instituições primordiais de bens vinculados em morgado ou

³² ABM, Câmara Municipal do Funchal, Registo dos Ofícios à Administração Geral do Distrito, Livro 193, fls. 156v.º-157v.º.

³³ ABM, Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165, fls. 71-74.

³⁴ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860*, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Título III.

³⁵ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861*, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861.

capela»³⁶. Era estabelecido um prazo para este registo, a saber: dois anos contados da sua publicação, com ordem de abolição de todos os morgados e capelas que não ficassem inscritos dentro do dito prazo³⁷. O artigo 34.º contempla o que fazer nos distritos, uma vez que caberia ao Governo Civil a responsabilidade pelo registo desta informação. Com essa finalidade, teria de arranjar, para a respetiva secretaria, um «livro especial, numerado e rubricado pelo governador civil e autenticado com os competentes termos de abertura e encerramento»³⁸. Esse «livro especial» continha uma apresentação específica: cada folha seria dividida em três colunas ficando registados na coluna central «todos os títulos de vinculação e das alterações vinculares» e as colunas marginais seriam para inscrição de anotações³⁹. Toda a informação que nele iria constar seria fornecida pelos próprios administradores vinculares, ou seus legítimos herdeiros. Para esse efeito, tinham de requerer, junto do Governo Civil, o registo de todos os seus vínculos. O ato de registo vincular seria feito pela ordem de requisição, sob responsabilidade de cada administrador vincular⁴⁰. Importa, por último, reter as determinações contidas no artigo 40.º e no artigo 48.º do decreto de 19 de janeiro de 1861. O artigo 40.º estipulava quais os elementos que deveriam constar do registo de cada título de vinculação, a saber: i) a situação dos bens vinculados; ii) a legitimidade do requerente; iii) a alegação, especial ou genérica, do vínculo; iv) a denominação, situação, confrontação e medição, havendo-a nessa data, dos diferentes prédios que integravam o vínculo a registar⁴¹. Doravante, a certidão do registo dos vínculos, passada pelo Governo Civil, constituiria o comprovativo, único e exclusivo, da natureza vincular de quaisquer bens⁴².

³⁶ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 31.º.*

³⁷ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 29.º, § único.*

³⁸ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 34.º.*

³⁹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 35.º.*

⁴⁰ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 38.º.*

⁴¹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 40.º.*

⁴² *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, pp. 12-19: Decreto de 19 de janeiro de 1861, Artigo 48.º.*

A autoridade distrital do Funchal iniciou os trabalhos exigidos pelo decreto de 19 de janeiro de 1861 no último trimestre desse ano. Efetivamente, em 26 de outubro do dito ano, o governador Januário Correia de Almeida tinha mandado publicar um edital onde divulgava que já se encontrava organizado, nos termos daquele mencionado decreto, «o livro especial», depositado em sede do Governo Civil, para se fazer o registo vincular⁴³. Porém, em 14 de junho de 1862, Januário Correia de Almeida, em ofício dirigido ao Ministério do Reino, afirmava que ainda não tinha sido registada nenhuma instituição vincular. Só tinha aparecido um único administrador – João Facundo Álvares Spínola e Freitas –, mas que não pudera fazer qualquer registo, por não ter preenchido todas as formalidades requeridas pela lei. Ciente da exigência do cumprimento dos prazos estabelecidos pelo decreto de 19 de janeiro de 1861, o governador convidou todos os administradores de vínculos do distrito do Funchal para uma reunião, na qual só teriam comparecido alguns desses indivíduos (não foram especificados o número e a sua identificação). Nessa ocasião, os administradores presentes alegaram pretender uma prorrogação, por mais um ano, do prazo do registo dos seus vínculos, com o fundamento de que estariam a ter grande dificuldade em organizar os seus processos, sobretudo pela ausência de matrizes prediais, o que tornava muito complexa a avaliação dos bens vinculares a registar⁴⁴. Perante este argumento, o rei respondera, via Ministério do Reino, que a inexistência de matrizes prediais não era motivo para a prorrogação de prazo solicitada por alguns administradores⁴⁵. Novamente, em ofício de 30 de julho de 1862, o governador Januário Correia de Almeida enfatizava o problema da inexistência de matrizes prediais, fator que impedia que os administradores vinculares fossem céleres na apresentação, para registo, dos seus vínculos, uma vez que a necessidade de fazer a descrição de todos os bens, com os respetivos valores, implicava um trabalho prévio de avaliação dos ditos bens, algo descrito como muito demorado e dispendioso⁴⁶. Teria sido, justamente, o problema das avaliações dos bens que condicionou o início da produção desta fonte. De facto, só a 20 de novembro de 1862 é que teve início o Registo Vincular, terminando no dia 10 de abril de 1863. Foi entre estas datas que deram entrada na secretaria do Governo Civil do Funchal os 15 títulos de administradores vinculares que ficaram registados. Depois de 10 de abril de 1863, não foi recebido mais nenhum, segundo informação do então governador civil Jacinto António Perdigão⁴⁷.

⁴³ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 28v.º-29.

⁴⁴ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 28v.º-29.

⁴⁵ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fl. 41v.º.

⁴⁶ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fl. 41v.º.

⁴⁷ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fl. 113.

Devido ao estrito cumprimento do prazo legal de dois anos, concedido pelo decreto de 19 de janeiro de 1861, só ficaram registados 15 administradores de vínculos, de um total de cerca de meia centena, como ficará estabelecido no próximo ponto deste ensaio. De igual modo, será importante assinalar uma outra circunstância: referimo-nos à promulgação da carta de lei de 19 de maio de 1863, que determinou a abolição de todos os vínculos que existissem, à data da sua publicação, no continente do reino, nas ilhas adjacentes e nas províncias ultramarinas. Por conseguinte, já não haveria uma justificação de natureza legal para se dar continuidade a esse levantamento e registo, pois a carta de lei de 19 de maio de 1863 declarou como alodiais todos os bens que compunham os vínculos entretanto extintos⁴⁸.

2. Análise Comparativa dos Vínculos Registados

A determinação expressa no artigo 40.º do decreto-lei de 19 de janeiro de 1861, já citado, feita no sentido de exigir a cada administrador vincular a apresentação, em sede de Governo Civil, da prova documental relativa à origem, à natureza e às características do seu património vinculado, decidiu a elaboração desta fonte. A sua relevância advém do facto de proporcionar, de forma uníssona e sistemática, uma vasta informação sobre a propriedade vinculada, importante característica da sociedade e da economia do arquipélago da Madeira.

Em ofício dirigido ao Ministério do Reino, com data de 9 de outubro de 1862, o secretário-geral do Governo Civil do Funchal, António Barbosa de Albuquerque, fornecia a devida informação sobre o estado do cumprimento da carta de lei de 30 de julho de 1860 (através do decreto de 19 de janeiro de 1861) no distrito administrativo do Funchal. Com efeito, e até essa data, não tinha havido «registo algum de títulos de bens de morgado ou capela», e nenhum administrador, com exceção de João Facundo Álvares de Freitas, tinha tal requerido⁴⁹. Este ofício de Barbosa de Albuquerque tem o mérito de nos fornecer uma relação completa dos administradores vinculares do distrito administrativo do Funchal e «uma ideia aproximada do valor de semelhantes instituições»⁵⁰. São identificados 55 administradores vinculares em todo o arquipélago. Importa sublinhar que este número é o resultado da última reforma vincular ocorrida

⁴⁸ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite de Vasconcelos do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1863, 1864, pp. 200-201: Carta de Lei de 19 de maio de 1863.*

⁴⁹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

⁵⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

à data, designadamente, o artigo 4.º da lei de 30 de julho de 1860, que ordenou a abolição de todos os vínculos cujo rendimento anual fosse inferior a 400\$000 réis fortes⁵¹. Consequentemente, os 55 indivíduos constantes desta relação representam os «sobreviventes» da última reforma vincular. Todos os restantes, abolidos em 1860 e cujo total se desconhece, foram apenas referidos, pelo secretário Barbosa de Albuquerque, como «um grande número deles»⁵².

O quadro n.º 2 permite estabelecer uma identificação dos administradores vinculares existentes à data do Registo Vincular, assim como o conhecimento do seu rendimento anual. De acordo com o ofício de Barbosa de Albuquerque, o valor total do rendimento anual dos vínculos em apreço representava um cálculo feito a partir de uma média entre o rendimento das terras no tempo em que havia vinhas, e o rendimento, em 1862, originado pela produção de cana-de-açúcar e de cereais⁵³. Este modo de cálculo não obedeceu ao artigo 39.º da lei de 30 de julho de 1860, que ordenou as matrizes prediais como instrumento fundamental dessa operação de cálculo⁵⁴, porque, em 1862, não estavam organizadas, no arquipélago madeirense, essas matrizes⁵⁵.

Na elaboração do quadro n.º 2, além do nome de cada administrador e dos valores anuais correspondentes aos rendimentos dos seus vínculos, acrescentamos a informação relativa à sua inscrição, ou não, no Registo Vincular. A ordem de exposição adotada é o valor do rendimento anual, do mais elevado até chegar ao mais baixo, isto é, aos vínculos de 400\$000 réis.

Quadro n.º 2 – Relação Total dos Administradores-Vinculares do Distrito do Funchal em 1862

N.º de ordem	Nome do administrador vincular	Rendimento anual dos bens vinculados (em réis)	Inscrição no Registo Vincular
1.º	Conde de Carvalhal	25:000\$000	Não
2.º	Nuno de Freitas Lomelino	7:000\$000	Não

⁵¹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 4.º.*

⁵² ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

⁵³ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

⁵⁴ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 39.º.*

⁵⁵ SOUSA, 2009, «A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)», p. 565. Só a partir de 1866 é que nos livros de Recenseamento Eleitoral surge a determinação do valor dos rendimentos dos eleitores e elegíveis com a designação «contribuição paga». Essa contribuição seria a contribuição predial entretanto fixada pelos responsáveis pela fiscalidade régia na Madeira.

3.º	Diogo de Ornelas de França Frazão Figueiroa	4:000\$000	Não
4.º	João José de Bettencourt e Freitas	4:000\$000	Sim
5.º	Visconde de Torre Bela	4:000\$000	Sim
6.º	Agostinho de Ornelas e Vasconcelos	3:000\$000	Sim
7.º	Diogo Berenguer de França Neto	3:000\$000	Não
8.º	António Ferreira Correia	2:800\$000	Não
9.º	Francisco Correia Herédia	2:000\$000	Provisório
10.º	Mendo de Ornelas Sisneiro de Brito	2:000\$000	Não
11.º	João José de Ornelas Cabral	1:200\$000	Não
12.º	João Sauvaire da Câmara	1:200\$000	Não
13.º	João Teixeira Dória	1:200\$000	Não
14.º	Marquês de Castelo Melhor	1:200\$000	Sim
15.º	Pedro José de Ornelas	1:200\$000	Não
16.º	Visconde do Amparo	1:200\$000	Sim
17.º	António João de Sá Bettencourt Favila	1:000\$000	Não
18.º	João Facundo Álvares de Freitas	1:000\$000	Sim
19.º	José Justiniano da Câmara Lomelino	1:000\$000	Não
20.º	Luís da Câmara Leme	1:000\$000	Sim
21.º	Pedro Agostinho Teixeira de Vasconcelos	1:000\$000	Não
22.º	Conde da Taipa	800\$000	Não
23.º	João de Bettencourt Batista	800\$000	Sim
24.º	João de Freitas Correia da Silva	800\$000	Não
25.º	Laureano Francisco da Câmara Falcão	800\$000	Sim
26.º	Matilde Augusta Bettencourt	800\$000	Não
27.º	Pedro Agostinho Pereira de Agrela	800\$000	Não
28.º	Roberto Joaquim Cuibem	800\$000	Não
29.º	Tristão Vasco da Câmara	800\$000	Não
30.º	Ana Isabel de Olival	600\$000	Não
31.º	Ana Perestrelo Bettencourt da Câmara	600\$000	Não
32.º	António Sebastião Spínola Ferreira de Carvalho	600\$000	Sim
33.º	Cristóvão da Câmara Leme	600\$000	Não
34.º	Francisco de Carvalhal e França	600\$000	Não
35.º	João Agostinho Figueiroa de Albuquerque	600\$000	Não
36.º	João Agostinho Jervis de Atouguia	600\$000	Não
37.º	João José de Bettencourt e Câmara	600\$000	Não
38.º	João Lúcio de Lagos Teixeira	600\$000	Não
39.º	João Teixeira Cabral de Noronha	600\$000	Sim
40.º	José António Monteiro Teixeira	600\$000	Não
41.º	Manuel Raimundo Torrezão	600\$000	Sim
42.º	Sebastião Francisco Falcão Melo Trigoso	600\$000	Sim

43.º	António Francisco Rego	500\$000	Não
44.º	Francisco António Araújo Esmeraldo	500\$000	Não
45.º	João Barbosa de Matos e Câmara	500\$000	Não
46.º	Joaquim José de Faria Bettencourt	500\$000	Não
47.º	Luís de Vasconcelos e Coito	500\$000	Não
48.º	Manuel de Gouveia Rego	500\$000	Não
49.º	Maria da Piedade Bettencourt	500\$000	Não
50.º	Maria do Monte Moniz de Vasconcelos	500\$000	Não
51.º	Maria Luísa Moniz de Meneses	500\$000	Não
52.º	Maria Tojal da Câmara	500\$000	Não
53.º	Valentim de Freitas Leal	500\$000	Não
54.º	Nuno Fernandes Cardoso	400\$000	Não
55.º	Sebastião Joaquim de Mendonça e Vasconcelos	400\$000	Não
Soma		89:500\$000	

Fonte: ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

A prerrogativa da masculinidade imperou no sistema vincular madeirense. Só figuram neste quadro sete administradoras porque seriam as únicas herdeiras do património familiar vinculado. Sabemos que cinco indivíduos residiam fora da Madeira: eram eles o marquês de Castelo Melhor, o visconde do Amparo, Laureano Francisco da Câmara Falcão, Sebastião Francisco Falcão Melo Trigo, estes inscritos no Registo Vincular, e um quinto, o conde da Taipa que, não tendo sido registado, também estava ausente do espaço insular. Mais de metade dos restantes 43 teve a particularidade de estar ligada às estruturas do poder local. Em concreto, verificou-se a presença de 23 destes indivíduos nas câmaras e conselhos municipais e na Junta Geral de Distrito. Agostinho de Ornelas e Vasconcelos destaca-se como o único, deste grupo, que viria a desempenhar funções de deputado. Esta tendência do grupo social e economicamente dominante aceder ao poder era algo perfeitamente constatável desde o Antigo Regime. Em pleno século XIX, o constitucionalismo monárquico ditava como condicionante do acesso ao poder a posse de rendimentos suficientes. Era uma condição imprescindível para votar e ser eleito, fosse para os cargos municipais, fosse para o lugar de deputado⁵⁶.

Em relação aos valores dos rendimentos aqui apresentados, destacam-se, no início do quadro, o Conde de Carvalhal com um valor de 25:000\$000 réis, o mais alto registado. No final da tabela, só temos dois casos de vínculos com valor de 400\$000 réis, de Nuno Fernandes Cardoso e de Sebastião Joaquim de Mendonça e Vasconcelos,

⁵⁶ SOUSA, 2009, «A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)», pp. 556 e seguintes.

remanescentes da última reforma vincular prescrita pela lei de 30 de julho de 1860. Muito distanciados dos valores do Conde de Carvalhal, mas ainda com um montante razoável, assinalam-se Nuno de Freitas Lomelino, com 7:000\$000 réis, e Diogo Frazão Figueiroa, João José de Bettencourt e Freitas e o Visconde de Torre Bela, todos com um rendimento idêntico: 4:000\$000 réis. Saliente-se, ainda, que mais de metade dos vínculos apresentava rendimentos anuais inferiores a 1:000\$000 réis. É fundamental, numa leitura mais ampla deste quadro, ter em consideração que os seus valores são única e exclusivamente os pertencentes aos bens que estavam vinculados. Por conseguinte, ficava de fora o grupo dos bens livres que, certamente, todos os administradores possuíam. Neste ponto, só o cruzamento com a informação oriunda dos testamentos que supomos terem feito estes indivíduos, é que poderá proporcionar uma informação mais abrangente relativa ao grau de riqueza por eles detida. O testamento era o documento onde, com clareza, aparece a distinção entre o que constituía o património livre e o que constituía o património vinculado⁵⁷, permitindo uma aferição do peso de cada uma destas categorias de bens e, por esta via, perceber uma melhor aproximação à realidade sócio-económica vigente.

Dos 55 indivíduos presentes, só 12 é que figuram, com inscrição definitiva, no Registo Vincular. De acordo com o ofício do governador civil Jacinto António Perdigão, datado de abril de 1864, ou seja um ano após o término do registo, temos informação de que Francisco Correia Herédia tivera um registo provisório, feito a requerimento do Ministério Público, e do qual houvera uma reclamação⁵⁸. Há dois casos que constam do Registo Vincular, mas não do quadro n.º 2, constituindo uma situação sobre a qual apenas podemos especular. Por ora, importa colocar a questão da fraca adesão ao Registo Vincular por parte destes indivíduos. Para uma resposta plausível, é importante ter em atenção um conjunto de razões que teria, mais ou menos, variado, consoante cada caso. Em primeiro lugar, o fator temporal. O prazo legal era de dois anos, o que seria manifestamente insuficiente atendendo aos procedimentos burocráticos, pois o registo era feito individualmente por requerente e exigindo, em alguns casos, a redação de um abundante número de itens. Do lado dos administradores vinculares era-lhes, porventura, difícil uma rápida obtenção e organização dos seus meios de prova, isto é, das sentenças de justificação de bens vinculados, dadas pelos juízes de direito, e dos testamentos e dos autos de capelas que teriam sido depositados no cartório do extinto Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas. Muitos testamentos eram antigos e a sua caligrafia complexa, pelo que o paleógrafo do Governo Civil terá tido muito

⁵⁷ SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo* [...], pp. 112-113, 121.

⁵⁸ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 151-152.

trabalho na realização dessas transcrições. É preciso ter em conta que todo o Registo Vincular pressupôs a apresentação de prova documental e, tendo havido falta dela, os administradores requisitantes socorreram-se do artigo 33.º da lei de 30 de julho de 1860, na parte que afirmava que «a posse de quaisquer bens como vínculos, não interrompida durante os 30 anos anteriores [à promulgação desta lei], dá direito a registo»⁵⁹. Finalmente, um último argumento: segundo uma dedução do secretário do Governo Civil, Barbosa de Albuquerque, aqueles administradores que não tinham demonstrado qualquer intenção de fazer o registo, teriam o propósito de aguardar o decorrer dos dois anos do prazo legal e, desse modo, obter a desvinculação dos bens de morgado e capela que administravam⁶⁰. Pelo que regressamos à moldura jurídica, nomeadamente ao artigo 9.º da lei de 30 de julho de 1860 que, com efeito, decretava a abolição de todos os morgados e capelas que não tivessem sido registados no prazo de dois anos⁶¹. Os bens desvinculados ficariam livres e alodiais, continuando em poder do administrador que até então os tinha como vinculados. Em simultâneo, esses bens ficavam civilmente livres de quaisquer encargos pios⁶².

Entre 20 de novembro de 1862, data de abertura do livro do Registo Vincular, e 10 de abril de 1863, término do prazo imposto pela lei, 15 administradores vinculares fizeram o competente registo de todos os seus vínculos, constituídos, maioritariamente, por bens patrimoniais e alguns legados pios. O quadro n.º 3 elenca esses 15 administradores, sendo que dois deles não constaram da relação do Governo Civil (quadro n.º 2), como foi dito.

Quadro n.º 3 – Administradores-Vinculares Registados

Nome do administrador: por ordem da fonte	Data de apresentação para registo
João José de Bettencourt e Freitas	24 de novembro de 1862
João de Vasconcelos e Sousa, Marquês de Castelo Melhor e Conde da Calheta	23 de novembro de 1862
João Teixeira Cabral de Noronha	22 de novembro de 1862
João Correia Brandão Henriques de Noronha, visconde de Torre Bela	4 de janeiro de 1863

⁵⁹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 33.º.*

⁶⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

⁶¹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 9.º.*

⁶² *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 10.º e Artigo 21.º.*

Manuel Raimundo Torrezão	19 de fevereiro de 1863
Urbano Egídio da Costa Campos	17 de março de 1863
Sebastião Francisco Melo Trigoso	20 de março de 1863
Laureano Francisco da Câmara Falcão	27 de março de 1863
João Facundo Spínola de Freitas	1 de abril de 1863
João de Bettencourt Batista	1 de abril de 1863
Rodrigo Lencastre e Barros, visconde do Amparo	1 de abril de 1863
Agostinho de Ornelas e Vasconcelos Rolim de Moura	31 de março de 1863
Luís da Câmara Leme	7 de abril de 1863
António Sebastião Spínola Ferreira de Carvalho.	9 de abril de 1863
João Cupertino da Câmara	10 de abril de 1863

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livros 984, 985, 986.

O Registo Vincular fundamentou-se na documentação apresentada por cada requerente, constituindo a prova da posse e administração de bens vinculados. Do grupo de 15 administradores presentes no quadro acima, só dois apareceram munidos das respetivas sentenças cíveis de justificação da instituição de vínculos. Referimo-nos a João José de Bettencourt e Freitas, com sentença proferida pelo juiz de direito da Comarca Oriental do Funchal, de 21 de novembro de 1862, e ao marquês de Castelo Melhor, cuja sentença foi proferida, no mesmo local, a 2 de junho do dito ano. A apresentação das respetivas sentenças teve por finalidade provar, no caso de João José de Bettencourt e Freitas, a legalidade da titularidade dos vínculos administrados, desde «tempo imemorial», muito para além de 100 anos, sem qualquer contradição. A existência de alguma omissão dever-se-ia, segundo este administrador, à falta de conhecimento de alguns papéis da «sua casa»⁶³. Em relação ao marquês de Castelo Melhor, a ênfase encontrava-se colocada na apresentação da prova de que se tratava da «casa vinculada fundada por João Gonçalves Zarco, 1.º capitão donatário do Funchal», uma instituição que se constituiu na descendência de Zarco, tendo continuado até ao requerente, o marquês de Castelo Melhor. A sentença teria, igualmente, por objetivo reforçar que os «títulos» pertencentes à sua casa vinculada neste distrito administrativo tinham sido dados de jure e herdade aos primogénitos da descendência, e que, à data deste registo, tinham o marquês de Castelo Melhor como «legítimo possuidor e sucessor». Por via desta sentença cível, Castelo Melhor pretendia reforçar, como pertença da sua casa vinculada, os direitos de posse do fundador e padroeiro do mosteiro do convento

⁶³ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 1 e seguintes.

de Santa Clara do Funchal, por terem seguido, inalteravelmente, a descendência de João Gonçalves Zarco⁶⁴. Apresentando-se como o «legítimo administrador» do vínculo denominado o «morgado das Selvagens», João Teixeira Cabral de Noronha compareceu, no Governo Civil, munido de uma carta de sentença, da Relação de Lisboa, com data de 23 de fevereiro de 1814, atestando a existência do dito vínculo e respetiva instituição pelo cônego Manuel Ferreira Teixeira em 1717. Integrava três propriedades, as três ilhas denominadas Selvagens⁶⁵. Além da sentença, Cabral de Noronha juntou uma certidão onde constava a localização e medição dessas Ilhas, com a respetiva avaliação⁶⁶.

Os testamentos e os títulos de instituição de capelas representaram o principal meio de apresentação de prova por parte do visconde de Torre Bela, de Manuel Raimundo Torrezão, de Laureano Falcão, de João Facundo de Freitas Spínola, de João de Bettencourt Batista e, finalmente, por parte de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. Foi abundante a lista das instituições vinculares, feitas ao longo do tempo, demonstrada pelo visconde de Torre Bela⁶⁷. Com efeito, alegava ser sucessor de títulos muito antigos e instituídos ao longo do tempo, sendo os meios de prova um conjunto de testamentos, a saber: o testamento de João Afonso Correia, de 11 de maio de 1490; o de António Correia, com data de 29 de dezembro de 1572; o de Isabel Bettencourt, feito em dezembro de 1561; Maria Vieira, cujo testamento era de 3 de julho de 1592; António Correia Bettencourt, com data de 10 de dezembro de 1770; Isabel de Abreu, em 9 de outubro de 1545; Mécia Pestana, feito em 2 de janeiro de 1566; Isabel Fernandes, de 27 de novembro de 1546; Pedro de Brito, de 2 de dezembro de 1586; de Joana Cabral, com data de 13 de junho de 1598; Ana Massante, de 29 de fevereiro de 1570; Ambrósio de Brito, de 27 de janeiro de 1579; Pedro Bettencourt Henriques, 27 de dezembro de 1688; Maria da Câmara, 2 de outubro de 1676; João Bettencourt Henriques, com data de 27 de novembro de 1649; do padre António da Silva Barreto, de 21 de fevereiro de 1647⁶⁸; de Antónia Joana Henriques, com data de 20 de maio de 1746; de Manuel Martins Brandão, de 1 de outubro de 1682; e, por último, o testamento de Beatriz Chamorra, com data de 27 de abril de 1565⁶⁹. O auto de posse da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do

⁶⁴ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 44v.º e seguintes.

⁶⁵ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 82-84.

⁶⁶ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 84-84v.º.

⁶⁷ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 87-87v.º. Alguns testamentos desta lista não se encontram transcritos.

⁶⁸ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls.110-113; 119v.º-121; 128v.º-129v.º; 135-136; 139v.º-140; 148-149; 159-161; 167-169v.º; 171v.º-173; 179v.º-180v.º; 182-182v.º; 183v.º-184v.º; 190-192; 193-194; 198-198v.º; 199v.º-200v.º. Nestes fólhos estão as transcrições dos testamentos mencionados no texto e que teriam sido feitas pelo paleógrafo do Governo Civil.

⁶⁹ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls.12v.º-13v.º, 24v.º-25, 39-40v.º.

Monte do Carmo, de 26 de março de 1670, é outro documento que o visconde de Torre Bela apresenta⁷⁰, assim como uma série de escrituras de posse, averbamentos, listas de testemunhas e processos com sentenças posteriores à extinção do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas. Entre estes, destaca-se um pleito, com o conde de Carvalhal, a correr no Juízo de Direito da Comarca Oriental do Funchal, a propósito da reivindicação, como pertença da casa Torre Bela, dos vínculos instituídos por Filipe Gentil e sua mulher Isabel de Vasconcelos⁷¹. O «morgado» Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, presente no Registo Vincular com o fim de conservar vinculados os bens que lhe foram transmitidos, recorreu ao mesmo meio de prova. Porém, e apesar de se declarar senhor de uma casa vinculada composta por vários «morgados», apresentou um único testamento, feito por Álvaro de Ornelas e Constança de Mendonça, em 1499, uma datação estabelecida pelo paleógrafo do Governo Civil⁷². Idêntica situação verificou-se com Manuel Raimundo Torrezão cujo único meio de prova consistiu no testamento do capitão Manuel Telo de Meneses, do Porto da Cruz, com data de 4 de setembro de 1737, assim como o título da capela instituída pelo mesmo com data de 10 de janeiro de 1741⁷³. Laureano Francisco da Câmara Falcão, com a particularidade de ser residente na Ilha de São Miguel, atestou a sua situação de administrador de bens vinculados mediante a apresentação do testamento de Jorge Pinto, feito em 14 de abril de 1559. Para além disso, exibiu uma certidão de que era administrador deste vínculo há mais de 30 anos⁷⁴. O administrador João Facundo Spínola de Freitas limitou-se a exibir, como atestação do seu estatuto de administrador vincular, o testamento de Filipa Gonçalves, feito em 2 de fevereiro de 1549⁷⁵, sendo idêntico procedimento verificado com João de Bettencourt Batista, munido, somente, do testamento de Maria Batista Carvalhais, efetuado em 26 de junho de 1512, como certidão da instituição do vínculo que alegava administrar⁷⁶.

Os administradores Sebastião Francisco Melo Trigoso, o visconde do Amparo, Luís da Câmara Leme e António Sebastião Spínola Ferreira de Carvalho, não apresentaram qualquer sentença de justificação ou qualquer testamento que servisse de atestação da instituição dos seus vínculos. Foi só com as certidões de declaração, confrontação e avaliação dos bens vinculados que o procurador de Sebastião Trigoso, por ser este

⁷⁰ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 36-36v.º.

⁷¹ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 84v.º e seguintes.

⁷² ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 135v.º-136v.º. Sobre os «morgadios» de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, ver BARROS, 1998, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos. Instrumentos descritivos* [...], pp. 14-34.

⁷³ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 71-74; 75-75v.º.

⁷⁴ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 105v.º-107v.º.

⁷⁵ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fl. 118v.º.

⁷⁶ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 121v.º-122.

residente em Torres Vedras, compareceu para o registo dos ditos bens⁷⁷. Por seu turno, o visconde do Amparo, também representado por um procurador no Funchal uma vez que morava em Leiria, limitou-se a apresentar a mesma tipologia documental⁷⁸. Afirmando-se sucessor de seu pai, D. João Frederico da Câmara Leme, o administrador Luís da Câmara Leme apresentou a relação dos bens vinculados sob a sua administração. Acrescentou uma lista de encargos pios, com declaração do seu valor, mas sem a data das respetivas instituições⁷⁹. António Sebastião Ferreira de Carvalho, sem instrumentos de instituições, viu os seus bens vinculados serem registados pelo seu tutor, Remígio da Silva Barreto, uma vez que era menor e órfão, mediante as certidões de declaração, confrontação e avaliação dos seus bens⁸⁰.

Há dois indivíduos constantes neste Registo Vincular que não foram incluídos na relação do Governo Civil. Referimo-nos a Urbano Egídio da Costa Campos e a João Cupertino da Câmara. O caso de João Cupertino da Câmara é algo insólito, porque ele assumiu não ter qualquer documento comprovativo e os bens que foram inscritos, duas pequenas fazendas localizadas no concelho de Machico, tinham um rendimento anual muito inferior aos 400\$000 réis exigidos por lei. Com a agravante de não apresentar uma avaliação das suas propriedades⁸¹. Este terá sido o motivo de não constar na lista do Governo Civil. Contudo, foi registado com o argumento de se afirmar legítimo administrador dos bens vinculados que estavam na posse dos seus antecessores há mais 30 anos, invocando o artigo 33.º da lei de 30 de julho de 1860. Ora, aquilo que esse artigo prescrevia era, além da posse de quaisquer bens como vinculados não interrompida durante os 30 anos anteriores à promulgação desta lei, a sua atestação por meio de uma sentença passado em julgado⁸². Urbano Egídio da Costa Campos, residente em Lisboa e representado pelo seu procurador no Funchal, não terá constado na lista do Governo Civil porque os seus bens tinham um rendimento inferior a 400\$000 réis. Contudo, os significativos valores de avaliação teriam permitido o registo, apesar de não apresentar nenhum documento de comprovação da origem dos seus vínculos⁸³.

Para além de um conhecimento das sentenças de justificação e dos títulos de instituição, o Registo Vincular fixou, para cada administrador presente, a descrição geral

⁷⁷ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 88 e seguintes.

⁷⁸ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 123 e seguintes.

⁷⁹ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 24 e seguintes; fls. 44-45.

⁸⁰ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 46 e seguintes.

⁸¹ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 59v.º-68.

⁸² *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, pp. 275-279: Lei de 30 de julho de 1860, Artigo 33.º.*

⁸³ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 82v.º e seguintes.

dos bens vinculados, com as respetivas confrontações e denominação de cada prédio, atestadas pelas suas certidões de avaliação (com o rol de testemunhas e avaliadores) e discriminação dos rendimentos anuais desses bens vinculados. Logo, esta fonte teve o mérito de ultrapassar a questão da instituição e evolução dos títulos vinculares destes 15 administradores, e que está fora do propósito deste ensaio, para estabelecer, num registo cadastral, quais os bens que estes indivíduos detinham, quanto valiam e quanto rendiam⁸⁴. Este registo cadastral, com o seu manancial informativo, permitiu-nos uma análise detalhada dos bens vinculados de cada um dos 15 administradores, análise feita de acordo com um procedimento metodológico que visou as seguintes etapas:

1. Apuramento do número total dos bens identificados;
2. Estabelecimento das tipologias dos bens identificados e sua quantificação;
3. Localização dos bens identificados por freguesia e concelho;
4. Rendimento anual dos bens: totais apurados e distribuição por tipologia;
5. Avaliação dos bens: totais apurados e distribuição por tipologia;
6. Encargos pios sobre os bens vinculados: identificação, data, rendimento e conteúdo.

Esta metodologia resultou na elaboração de vários quadros para cada um dos 15 administradores. Pela sua extensão, constam dos anexos deste ensaio, com a discriminação dos fólhos dos livros do Registo Vincular onde se encontra a informação. Por ora, a nossa linha expositiva compreende a apresentação de apenas 4 quadros (n.º 4 a n.º 7), onde se integram os totais relativos aos 15 indivíduos, tendo por base os conteúdos dos anexos. Adota-se uma perspetiva comparada entre os 15 indivíduos, considerando-se as seguintes categorias: o número total de bens vinculados; a localização dos bens por ilha e por concelho; a existência de encargos pios; a avaliação e o rendimento dos bens.

Quadro N.º 4 – Número Total de Bens por Administrador

Nome do administrador	Número total de bens
1: Bettencourt e Freitas	150
2: Castelo Melhor	41
3: Cabral de Noronha	3
4: Torre Bela	166
5: Meneses Torrezão	58

⁸⁴ Importa ressaltar que o Registo Vincular integra outros níveis informativos, suscetíveis de abrir outras linhas de análise, mais direcionadas para o conhecimento das realidades agrícolas, em concreto, as confrontações das propriedades, o seu cultivo por colonos ou por foreiros, e, por vezes, as produções agrícolas e as horas de água de rega.

6: Urbano Campos	15
7: Sebastião Trigoso	48
8: Laureano Falcão	6
9: João Facundo	13
10: Bettencourt Batista	Não contabilizável
11: Amparo	68
12: Ornelas e Vasconcelos	129
13: Câmara Leme	73
14: António Sebastião Spínola	78
15: Cupertino da Câmara	5
Soma	853

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livros 984, 985, 986.

Estavam vinculados, só sob a administração de 15 indivíduos, um total de 853 prédios rústicos e urbanos. Dentro deste pequeno universo que foi registado, destacam-se, com mais de uma centena: Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, com 129; João José de Bettencourt e Freitas, com 150; e o visconde de Torre Bela, que demonstrou possuir o maior número de bens, num total de 166. Entre as tipologias de bens identificadas, destacam-se, nestes três casos, a existência de «casas nobres de morada», de «quintas» e, sobretudo, de propriedades agrícolas ou «fazendas» e «porções de terra arável» (veja-se anexos n.º 1, n.º 4 e n.º 12). Cabral de Noronha assumiu a singularidade de surgir como administrador do vínculo constituído pelas três Ilhas Selvagens. O caso do marquês de Castelo Melhor também se reveste de alguma particularidade, uma vez que os vínculos possuídos resultavam da redução da antiga capitania do Funchal a alcaidaria maior, em 1766, tendo havido uma compensação, por parte da Coroa, permitindo que os antigos privilégios banais fossem convertidos em bens patrimoniais⁸⁵. As tipologias dos bens do marquês de Castelo Melhor, como, por exemplo, os moinhos de farinha movidos a água, o solo de uma fábrica de cal ou a capela de Santa Catarina, no Funchal, revelam essa realidade (veja-se anexo n.º 2). No extremo oposto, citemos os casos de Laureano Falcão ou de Cupertino da Câmara, não chegando a contabilizar uma dezena; e de Bettencourt Batista, cuja informação se resumia a possuir «terras situadas no sítio da Terra do Batista, freguesia do Porto da Cruz, [...] todas [...] cultivadas»⁸⁶. Os restantes administradores, cujo número total de bens não atingiu a centena, possuíam entre 40 (marquês de Castelo Melhor) e 78 (António Sebastião Spínola), havendo só dois com

⁸⁵ VERÍSSIMO, 2005, «Nascimento e morte da capitania do Funchal».

⁸⁶ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 122v.º-123.

menos de 20 (Urbano Campos e João Facundo). Mais de metade dos bens vinculados, registados no Registo Vincular, estava na posse de apenas três administradores: Torre Bela, Bettencourt e Freitas e Ornelas e Vasconcelos. A concentração da propriedade vinculada foi uma realidade demonstrada pelos números do quadro n.º 4.

Qual a localização dos bens vinculados? O quadro n.º 5 dá-nos essa resposta, sendo remetida para a consulta dos anexos a informação ao nível da freguesia e ao nível da distribuição quantitativa dos bens.

Quadro n.º 5 – Localização dos Bens

Nome do administrador	Localização dos bens
1: Bettencourt e Freitas	Ilha da Madeira: Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Porto Santo; Ilha Terceira: Vila Praia da Vitória, São Sebastião
2: Castelo Melhor	Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Calheta, Ilhéu do Bugio
3: Cabral de Noronha	Ilhas Selvagens
4: Torre Bela	Ilha da Madeira: Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Calheta; Reino: Cartaxo
5: Meneses Torrezão	Santana
6: Urbano Campos	Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol
7: Sebastião Trigoso	Funchal, Câmara de Lobos, Ponta do Sol
8: Laureano Falcão	Funchal, Santana
9: João Facundo	Calheta
10: Bettencourt Batista	Santana
11: Amparo	Funchal
12: Ornelas e Vasconcelos	Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Calheta e São Vicente
13: Câmara Leme	Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Santana, Porto Santo
14: António Sebastião Spínola	Funchal, Santa Cruz, Machico, Santana
15: Cupertino da Câmara	Machico

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livros 984, 985, 986.

A localização dos bens dos 15 administradores vinculares é reveladora de alguns aspetos que vale a pena mencionar. Bettencourt e Freitas e o visconde Torre Bela possuíam bens fora da Madeira, em concreto, na Ilha Terceira e no concelho do Cartaxo, em Portugal continental, respetivamente. Conforme se verificou no quadro anterior, são dos maiores possuidores de bens vinculados. O facto de havê-los fora da Madeira é revelador do que podia significar, na prática, a concentração do património

familiar, uma vez que o herdeiro único era chamado para qualquer propriedade que estivesse na posse daquela família, independentemente da sua localização. A presença da propriedade vinculada estava muito concentrada na vertente sul da Ilha da Madeira. A Ilha do Porto Santo é visível apenas nos casos de Bettencourt e Freitas e Câmara Leme, e com muito pouca expressão numérica, conforme consta nos anexos. Os concelhos do Funchal, de Câmara de Lobos e da Ponta do Sol estão representados em quase todas as situações. Os da Calheta, de Santa Cruz, de Machico e de Santana também têm alguma expressão. São Vicente surge com uma única referência. Destaca-se a ausência do Porto do Moniz, com estatuto de concelho à data do Registo Vincular, no elenco espacial da propriedade vinculada. Nenhum destes 15 administradores possuía bens naquele espaço. Seria totalmente alodial? Não é possível dar resposta a esta questão, uma vez que só estamos a trabalhar 15 casos, do total dos 55 existentes. Saliente-se que Ornelas e Vasconcelos era possuidor de mais de duas dezenas de vínculos localizados no concelho de São Vicente mas que surgem, especificamente, como pertencentes à freguesia do Porto do Moniz (veja-se o anexo n.º 12). A história atribulada do concelho do Porto do Moniz explica este facto, uma vez que o município fora instituído em 1835, suprimido em 1849, novamente estabelecido em 1855 para ser, posteriormente, extinto em 1867, numa série de atribuições que continuaram até ao final do século XIX⁸⁷. Daí a confusão que se poderia ter instalado ao registar a localização dos prédios, pois o Porto Moniz, ora tinha estatuto de freguesia, ora tinha estatuto de concelho.

Quais eram os encargos pios que oneravam os bens vinculados dos 15 administradores? O quadro n.º 6 dá-nos a resposta a esta questão e, simultaneamente, suscita uma outra.

Quadro n.º 6 – Legados Pios

Nome do administrador	Encargos pios sobre bens vinculados
1: Bettencourt e Freitas	Capela de Maria Pimentel: 4 missas ano. Rendimento de 3 contos de réis por sub-rogação em 2 prédios no Funchal.
2: Castelo Melhor	Não consta
3: Cabral de Noronha	Não consta
4: Torre Bela	Os encargos pios dos bens vinculados ficaram reduzidos a uma missa rezada (aos domingos e dias santos) na capela do Sítio da Torre, em Câmara de Lobos.
5: Meneses Torrezão	Não consta
6: Urbano Campos	Não consta
7: Sebastião Trigoso	Não consta

⁸⁷ BARROS et alii, 1997, *Arquivo Histórico da Madeira. Guia do Arquivo Regional da Madeira*, pp. 64-65.

8: Laureano Falcão	2 capelas de missas que se pagam aos Resíduos e que importam, por ano, 18\$000.
9: João Facundo	2 capelas perfazendo 4 missas ano. Só prestaram contas até 1732.
10: Bettencourt Batista	Não consta
11: Amparo	Não consta
12: Ornelas e Vasconcelos	70\$000 à Santa Casa da Misericórdia do Funchal mais 12 missas por ano.
13: Câmara Leme	Capelas de Antónia de Castelbranco: 8 missas ano. Capela de António Dutra Corte Real: 2 missas ano. Capela de Inácia de Castelbranco: 9 missas ano. Capela de Francisco de Castro: 5 missas ano. Capela do cônego António de Brito Bettencourt, e sua irmã Helena de Vasconcelos, 3 missas ano. O seu valor total excede 1 conto de réis.
14: António Sebastião Spínola	Não consta
15: Cupertino da Câmara	Não consta

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livros 984, 985, 986.

A referência à existência de encargos pios onerados em bens vinculados é visível, somente, em 6 situações. As capelas sob administração de Bettencourt e Freitas e de Câmara Leme revelam valores particularmente elevados. Por seu turno, os encargos pios dos vínculos do visconde de Torre Bela estavam reduzidos a uma missa rezada na capela da Torre. Os encargos pios da administração vincular de Ornelas e Vasconcelos destinavam-se à Santa Casa da Misericórdia do Funchal. A importância anual das duas capelas de missas sob a responsabilidade de Laureano Falcão representava a quantia de 18\$000 réis por ano, ao passo que as duas capelas administradas por João Facundo não prestavam constas desde 1732. Esta ausência de informação sobre os legados pios podia atestar as palavras do presidente do município funchalense em 1850, já referidas atrás, no sentido de estarem os encargos das capelas muito reduzidos e consistindo apenas em missas e esmolas para estabelecimentos pios e de caridade. Ou, podemos colocar uma outra hipótese: estando o interesse do legislador concentrado no registo da propriedade, e dos seus valores e rendimentos, a existência de encargos pios sobre estes bens assumiria uma importância secundária, não sendo, por isso, uma componente fundamental. Por sua vez, muitos administradores nem sequer sabiam, com rigor, quais eram esses legados pios, com exceção dos casos em que os seus valores eram muito significativos, como ocorreu com Bettencourt e Freitas e com Câmara Leme. Aí haveria todo o interesse, quer do legislador quer do administrador vincular, em deixá-los devidamente registados.

Finalmente, importa trazer a questão do rendimento anual e da avaliação dos bens vinculados. O quadro n.º 7 faz uma exposição dos totais apurados dos 15 administradores, sendo remetida para os anexos a análise dos dados específicos de cada indivíduo.

Quadro n.º 7 – Avaliação e Rendimento Anual dos Bens Vinculados

Nome do administrador	Avaliação: Total em réis	Rendimento anual: Total em réis
1: Bettencourt e Freitas	79:524\$940	4:034\$881
2: Castelo Melhor	20:703\$470	1:062\$950
3: Cabral de Noronha	11:000\$000	600\$000
4: Torre Bela	49:250\$000	2:648\$228
5: Meneses Torrezão	22:484\$500	1:132\$525
6: Urbano Campos	9:690\$460	394\$720
7: Sebastião Trigos	25:249\$690	727\$825
8: Laureano Falcão	20:092\$000	1:004\$600
9: João Facundo	1:900\$000	773\$100
10: Bettencourt Batista	Não consta	743\$650
11: Amparo	20:523\$675	1:015\$196
12: Ornelas e Vasconcelos	106:012\$538	4:504\$256
13: Câmara Leme	32:055\$565	1:559\$591
14: António Sebastião Spínola	15:384\$975	713\$270
15: Cupertino da Câmara	Não consta	16\$325
Soma	413:871\$813	20:931\$117

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livros 984, 985, 986.

A avaliação dos bens vinculados era feita pelos indivíduos escolhidos para o efeito, os avaliadores, que, posteriormente, redigiam numa certidão os valores que entendiam como adequados. Esse documento, respetivo a cada administrador, era exibido ao responsável pelo Registo Vincular que, por seu turno, transcrevia a informação contida. O nosso trabalho consistiu em fazer o somatório dos valores de avaliação dos bens de cada administrador e inserir os totais neste quadro para uma análise comparativa. Nos anexos constam a avaliação distribuída por tipologias de bens vinculados relativa a cada administrador. Os valores anuais de rendimento apresentado, no ato do Registo Vincular, reportavam-se às terras cultivadas e aos prédios arrendados. A renda obtida, anualmente, ficava contabilizada e constava, à semelhança da avaliação, de uma certidão própria. O nosso procedimento face aos valores do rendimento foi o mesmo verificado para a avaliação. Remetemos para os anexos a sua distribuição por tipologias de bens vinculados, respetiva a cada um dos administradores.

À data do registo, dois administradores não apresentaram qualquer avaliação dos seus bens. Referimo-nos a João Bettencourt Batista e a João Cupertino da Câmara,

por motivos que desconhecemos. Este último apresentou um rendimento anual muito inferior aos 400\$000 réis determinados na última reforma do sistema vincular. Idêntica situação foi observada com Urbano Campos. Ambos não constam da relação dos 55 administradores feita pelo Governo Civil, exibida no quadro n.º 2. Contudo, interessa mencionar que Urbano Campos apresentava um significativo valor de avaliação dos seus bens, apesar do rendimento inferior a 400\$000 réis, e que João Bettencourt Batista, sem avaliação, apresentava um rendimento acima dos 400\$000 réis prescritos pela lei.

A existência de alguma disparidade nos valores do rendimento anual presentes no quadro n.º 2, apurados pelo Governo Civil, e nos valores presentes no quadro acima, resultado do somatório por mim realizado, podem explicar-se pela circunstância de o apuramento do Governo Civil ter sido feito por alto, ou seja, através de uma categorização dos administradores por valores redondos de rendimento anual, uma vez que não havia nenhum tipo de conhecimento oficial relativo a esta matéria. Só a partir do Registo Vincular é que esses valores passaram a fazer parte de uma informação cadastral. Por isso, os valores apresentados no quadro n.º 7 têm alguma diferença, justamente porque resultam da soma, aqui efetuada, de todas as parcelas constantes do Registo Vincular.

Os valores mais elevados pertencem aos administradores com maior número de bens: Bettencourt e Freitas, Torre Bela e Ornelas Vasconcelos. Os bens vinculados de João José de Bettencourt e Freitas com maior avaliação e com maior rendimento eram as suas «propriedades agrícolas» (num total de 46) e as suas «porções de terra arável» (num total de 48). Estavam avaliadas em 27:542\$000 réis e em 22:367\$000 réis, respetivamente. O seu rendimento anual, representado pelo valor livre para o senhorio, estava acima de um conto de réis, mais concretamente, 1:138\$100 das propriedades agrícolas e 1:350\$950 das porções de terra arável (veja-se anexo n.º 1). O visconde de Torre Bela denota um padrão semelhante. Eram as suas «fazendas» e as suas «porções de terra» os seus bens mais valiosos, com valores totais, para cada tipologia, a rondar os vinte contos de réis. O seu rendimento anual figurava, em cada tipologia, quantias um pouco superiores a um conto de réis (veja-se anexo n.º 4). Os bens vinculados de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos têm valores e rendimentos que superam, substancialmente, os casos de Bettencourt e Freitas e Torre Bela. Com uma avaliação total de 106:012\$538 réis, os bens vinculados de Ornelas e Vasconcelos representavam, segundo a sua inscrição no Registo Vincular, uma «casa vinculada» que compreendia quatro «morgadios»: o do Caniço; o do Vale da Bica, situado na Lombada da Ponta do Sol; o de Teive, situado na Ribeira Brava; e o de Vila do Conde, em Portugal Continental. Este último não consta do Registo Vincular. Eram as suas fazendas, juntamente com uma «grande propriedade», os bens vinculados que tinham os valores mais altos. As fazendas

estavam avaliadas em 41:802\$000 réis, e rendiam anualmente 2:128\$300 réis, e a dita «grande propriedade», denominada quinta do Vale da Bica e situada na Lombada dos Esmeraldos, valia 26:000\$000 réis. O rendimento da quinta do Vale da Bica foi fixado em 1:300\$000 réis (veja-se anexo n.º 12). Os demais administradores constantes do quadro n.º 7 tinham bens vinculados avaliados com importâncias muito inferiores à tríade mencionada, mas mesmo assim deveras significativos. Esta observação é extensível aos valores dos rendimentos anuais.

Reiteramos o significado destes valores, quer das avaliações, quer dos rendimentos anuais. Reportam-se a apenas 15 administradores vinculares e somente aos bens vinculados. Qual seria a percentagem dos bens livres detidos por estes indivíduos? É uma questão que permanece em aberto e dependente do avanço das pesquisas para outros núcleos documentais.

Se o Registo Vincular tivesse abrangido a totalidade dos 55 administradores vinculares do distrito administrativo do Funchal, devidamente identificados à data, os resultados seriam, com certeza, mais próximos da realidade. O Registo Vincular transmite, em termos económicos e sociais, uma desigualdade que cremos estruturante da sociedade madeirense: no acesso e na posse da terra, sobretudo da mais valiosa em termos agrícolas; e, conseqüentemente, na captação do rendimento por ela gerado⁸⁸.

Os resultados deste trabalho desenvolvido pelo Governo Civil, entre 1862 e 1863, só teriam sido superiormente comunicados no início de 1864, sendo governador Jacinto Perdigão. Foi num ofício de 18 de janeiro que ficaram fixados, oficialmente, os valores totais dos bens registados no Registo Vincular⁸⁹. Tal informação permite um exercício comparativo com aquela que foi fixada por nós no quadro n.º 7. Ao mesmo tempo, este ofício de 18 janeiro de 1864 introduziu novos elementos que vale a pena mencionar.

Quadro n.º 8 – Valores Totais do Registo Vincular: Exercício Comparativo

Nome do administrador	Avaliação obtida neste ensaio: total em réis	Avaliação expressa pelo Governo Civil em 1864
1: Bettencourt e Freitas	79:524\$940	97:699\$111

⁸⁸ Trata-se de uma questão desenvolvida, sob a perspetiva história e antropológica, por Jorge Freitas Branco, que estruturou a sua investigação sobre o campesinato da Madeira em torno daquilo que designa «um facto social bastante simples: de um lado estavam as pessoas que eram proprietárias da terra, do outro existia uma maioria que, na prática, via o seu acesso à propriedade limitado», BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* [...], pp. 153-157. O acesso à terra, vinculada ou não, por parte do camponês, era feito por via dos contratos de colónia ou de aforamento. Sobre este assunto veja-se as obras de: SOUSA, 1994, *História Rural da Madeira. A Colónia*; LIZARDO, 1994, «Algumas notas e várias dúvidas sobre a colónia nos dois últimos séculos», pp. 137-142; CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colónia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 213-233.

⁸⁹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

2: Castelo Melhor	20:703\$470	20:703\$470
3: Cabral de Noronha	11:000\$000	11:000\$000
4: Torre Bela	49:250\$000	51:155\$718
5: Meneses Torrezão	22:484\$500	21:989\$500
6: Urbano Campos	9:690\$460	8:790\$360
7: Sebastião Trigoso	25:249\$690	24:504\$870
8: Laureano Falcão	20:092\$000	20:092\$000
9: João Facundo	1:900\$000	21:338\$000
10: Bettencourt Batista	Não consta	14:873\$000
11: Amparo	20:523\$675	18:850\$915
12: Ornelas e Vasconcelos	106:012\$538	104:208\$138
13: Câmara Leme	32:055\$565	29:993\$265
14: António Sebastião Spínola	15:384\$975	15:204\$975
15: Cupertino da Câmara	Não consta	9:200\$000
João Agostinho Álvares Almada Cardoso	Não consta do Registo Vincular	18:029\$000
Maria Tojal	Não consta do Registo Vincular	15:664\$980
Soma	413:871\$813	503:297\$302

Fonte: ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

A observação deste quadro permite um exercício comparativo digno de interesse. Há três situações de coincidência absoluta. Os valores das avaliações de Castelo Melhor, Cabral de Noronha e Laureano Falcão são precisamente os mesmos. Os administradores Bettencourt Batista e Cupertino da Câmara detêm, em 1864, as avaliações dos seus bens entretanto desvinculados. Há dois novos integrantes, Maria Tojal e João Agostinho Almada Cardoso. Contudo, este último não integrava a relação do Governo Civil de 1862. Aparece nesta lista de 1864 por motivos que desconhecemos. Consta-se uma pequena diferença nos valores das avaliações de Meneses Torrezão, Urbano Campos, Sebastião Trigoso e António Sebastião Spínola. Poderão ser explicáveis por ter surgido nova informação relativamente aos seus bens à qual o Governo Civil teria tido acesso, no decurso dos seis meses que medeiam o fim do Registo Vincular e este ofício. Se a diferença, visível nos casos do visconde do Amparo e de Luís da Câmara Leme, não é muito ostensiva, com o Governo Civil a revelar valores de avaliação um pouco mais altos do que foram apurados neste ensaio, o mesmo não se poderá afirmar em relação a João Facundo, onde a disparidade é muito grande. Para uma explicação deste facto, talvez tenhamos de regressar um pouco atrás, em concreto, à missiva do secretário Barbosa de Albuquerque, de 9 de outubro de 1862, em que relata a presença de João Facundo Álvares de Freitas, no Governo

Civil, para registar o seu vínculo. Porém, este fora recusado com o argumento de que a informação sobre os seus títulos não estava corretamente organizada, de acordo com os preceitos legais⁹⁰. Logo, é lícito supor que a alteração verificada em 1864 poderia resultar de uma melhor organização, entretanto feita, e com a qual teria sido possível registar os competentes valores. Finalmente, consideremos a tríade dos agora ex-administradores Bettencourt e Freitas, Torre Bela e Ornelas e Vasconcelos. Há uma diferença assinalável em Bettencourt e Freitas, mas pouco relevante em Torre Bela e em Ornelas e Vasconcelos. Desconhecemos o motivo desta disparidade. Contudo, e em relação ao visconde de Torre Bela, o mesmo ofício de Jacinto Perdigão refere que tinham sido, entretanto, registados os bens que pretendia reivindicar da casa do conde de Carvalhal, com a qual, a este respeito, estava em litígio. O seu valor estava calculado em 30:000\$000 réis, mantendo-se a disparidade entre os montantes de avaliação do visconde de Torre Bela, sendo que permanece a dúvida se este registo total, entretanto feito, abarcava a totalidade dos bens em litígio ou apenas uma parte deles⁹¹.

3. O Registo Vincular e a Fiscalidade Régia: Que Relação?

A informação gerada pelo Registo Vincular, ainda que circunscrita a apenas 15 administradores, afigurava-se importante para a monarquia constitucional e para a legislação de natureza fiscal que pretendia impor. Com efeito, num ofício de 18 de janeiro de 1864, o então governador civil Jacinto Perdigão, procurava responder às questões do Ministério do Reino acerca do resultado que tinham produzido, no distrito administrativo do Funchal, as medidas determinadas pelas leis de 30 de julho de 1860, relativa ao registo vincular, e de 19 de maio de 1863, relativa à abolição do sistema vincular⁹². Contudo, o governador não estava particularmente capacitado para dar significativos esclarecimentos, uma vez que dependia da informação prestada por duas entidades locais: os administradores do concelho e o delegado do tesouro. Os primeiros seriam responsáveis por relatar «acerca do melhoramento que porventura se tenha experimentado na propriedade rústica e urbana por efeito da promulgação das citadas leis»; o segundo estaria responsável pela informação do «imposto de registo para conhecer o grau de movimento nas transações dos bens de

⁹⁰ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 66-67v.º.

⁹¹ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

⁹² ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

raiz»⁹³. Ora, nem um nem outro tinham, à data deste ofício, dado uma resposta cabal. Os administradores de concelho porque davam «muito deficientes informações», e o delegado do tesouro porque afirmava que esse imposto de registo estava dependente «do exame que tem de fazer-se na escrituração das recebedorias de comarca»⁹⁴.

Esse trabalho estaria ainda bastante demorado. Conforme referimos no ponto atrás, foi só neste ofício, de 18 de janeiro de 1864, que se procedeu ao envio dos valores totais dos bens que tinham sido registados até 10 de abril de 1863 e que, por via da lei de 19 de maio desse mesmo ano, tinham sido desvinculados. A grande questão que estaria a ser colocada no início de 1864 era o estado de desenvolvimento das transações desses bens, ou seja, se a liberalização da propriedade na Madeira tinha proporcionado a criação de um mercado de terras. Conhecer a importância e alcance dessas transações era de importância vital, porque significava a arrecadação de receita para o Estado, em concreto, o imposto de registo, designação dada ao imposto de transmissão e às sisas. Determinava a lei que ficavam sujeitos, ao imposto de registo, todos os atos de transmissão de propriedade imóvel e móvel, de qualquer natureza⁹⁵. Ora, aquilo que o governador Jacinto Perdigão não percebeu, de todo, era que um impacto positivo da desvinculação, caso acontecesse, iria levar muito tempo a manifestar-se. Logo, as consequências destes fenómenos só seriam passíveis de uma aferição no médio e longo prazo. Sabemos que a oferta de terra, no decurso do século XIX, manteve-se «praticamente fixa e bastante insuficiente»⁹⁶. Com a agravante de que o crescimento demográfico verificado a partir de 1850 provocou uma maior pressão sobre as terras conduzindo a uma elevada fragmentação das explorações agrícolas, sobretudo das exploradas em sistema de colônia, que era o usual. A explicação de Benedita Câmara sobre a particularidade deste regime, que se presumia abranger uma elevada percentagem da população insular, é elucidativa: era um «regime que assentava na divisão entre a propriedade do chão e propriedade das benfeitorias (plantas, árvores, muros e demais construções) admitindo em ambos a faculdade de transmissão por via sucessória ou a alienação, sem existência de limites ao seu parcelamento»⁹⁷. Onde entram as possíveis consequências da desvinculação da propriedade nesta equação – compropriedade e regime sucessório – é uma questão da maior importância e à qual é (quase) impossível dar, presentemente, resposta.

⁹³ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

⁹⁴ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

⁹⁵ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1860, 1861*, pp. 211-214: Lei de 30 de junho de 1860.

⁹⁶ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 29.

⁹⁷ CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 31.

Mas, o Registo Vincular, e a sua metodologia, antecederam e decorreram em simultâneo com uma outra importante reforma fiscal no âmbito do conhecimento da realidade predial, rústica e urbana, madeirense. Com efeito, a partir da década de 60 do século XIX, a Madeira ficou sujeita à reforma das contribuições diretas. A partir de 1 de janeiro de 1863, ficaram extintos os dízimos eclesiásticos (principal imposto do Estado até então), a décima predial, o quinto, o subsídio literário e o finto⁹⁸. Esta lei, de setembro de 1861, além de mandar extinguir o antigo quadro tributário, uma extinção com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 1863, tinha por finalidade «proceder com antecipação à organização das respetivas matrizes prediais» para poder, conseqüentemente, implementar as contribuições predial, industrial e pessoal, à semelhança do que já sucedia no continente do reino⁹⁹. Relativamente à contribuição predial, importa dizer que era um imposto direto lançado sobre a propriedade rústica e urbana. A sua implementação e arrecadação implicavam que, previamente, fosse realizada «uma avaliação geral do rendimento de todos os prédios e a elaboração de cadastro geral onde deveria figurar a descrição de todos os prédios, dos respetivos rendimentos e dos seus proprietários»¹⁰⁰. Em 23 de junho de 1863, era decretada, pela primeira vez, a fixação para o distrito administrativo do Funchal do contingente da contribuição predial para esse ano, e o seu modo de repartição¹⁰¹. Ora, aquilo que o legislador pretendia era o conhecimento de toda a propriedade, rústica e urbana, do arquipélago. Neste sentido, podemos afirmar que o Registo Vincular, pela natureza da sua informação, foi um precursor do conhecimento cadastral madeirense. Limitando-se, primeiramente, à situação da propriedade vinculada, o Estado, numa segunda etapa, demonstrou o seu afã de alargar o âmbito deste conhecimento. Nesta data, 23 de junho de 1863, toda a propriedade estava desvinculada. Doravante, o importante era saber quanta propriedade existia e quanto esta rendia. O Registo Vincular, pela sua riqueza informativa, constituiu o primeiro momento para uma tomada de conhecimento da realidade cadastral madeirense.

⁹⁸ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1861, 1862*, pp. 335-336: Carta de lei de 11 de setembro de 1861, Artigo 1.º.

⁹⁹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1861, 1862*, pp. 335-336: Carta de lei de 11 de setembro de 1861, Artigo 2.º e Artigo 4.º.

¹⁰⁰ BASTIEN, 2006, «A tentativa de reforma fiscal cabralista e o seu fracasso», p. 41.

¹⁰¹ *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1863, 1864*, p. 240: Carta de lei de 23 de junho de 1863.

Conclusão

Este ensaio sobre o Registo Vincular do distrito administrativo do Funchal (1862-1863) foi feito com o propósito de contribuir para o conhecimento da propriedade vinculada na fase derradeira desta instituição.

Cerca de uma década antes da última reforma vincular, prescrita pela lei de 30 de julho de 1860, era total o desconhecimento, quer do poder municipal, quer do Governo Civil, em relação ao número de vínculos (morgados e capelas) existentes no arquipélago. A reforma de 30 de julho de 1860 determinou a extinção de todos os morgados e capelas cujo rendimento anual fosse inferior a 400\$000 réis. De igual modo, exigiu o registo escrito e oficial – o Registo Vincular – em sede de Governo Civil do Distrito, de todos os que permaneciam integrados neste sistema. No distrito administrativo do Funchal foram 55 os indivíduos que mantiveram o seu estatuto de administrador de bens vinculados. No entanto, o Registo Vincular, realizado entre 20 de novembro de 1862 e 10 de abril de 1863, contabilizou a presença de apenas 15 administradores, perfeitamente identificados. A informação vertida sobre a realidade vincular destes 15 indivíduos é rica em conteúdo, cuja análise exaustiva permitiu, para cada indivíduo: I) perceber o tipo de documentação que atestava a posse e administração de bens vinculados; II) contabilizar o total de bens vinculados; III) localizar esses bens; IV) verificar os legados pios associados; V) aferir a avaliação desses bens assim como o seu rendimento anual.

Dentro do grupo dos 15 administradores foi notória a diferença da documentação apresentada para comprovar a posse e administração de vínculos. Só em dois casos foi exibida a «sentença de justificação» exigida pela lei em concreto o de João José de Bettencourt e Freitas e o do marquês de Castelo Melhor. Por seu turno, o visconde de Torre Bela apresentou um extenso rol de testamentos efetuados pelos seus antepassados onde ficou expressa a instituição dos vínculos que, à data, estavam sob a sua administração. O testamento, enquanto meio de prova para conservar a vinculação dos bens, foi o principal instrumento usado. Digno de nota o facto de vários administradores não terem apresentado qualquer meio de prova – sentença de justificação ou testamento –, à exceção das respetivas certidões de declaração, de confrontação e de avaliação dos bens vinculados. Será que interessava ao legislador saber, com toda a precisão, quem eram os avoengos destes indivíduos? Pensamos que não. Precisamente porque o que estava em causa era a tomada de conhecimento e o registo escrito, com precisão, dos bens vinculados: a sua identificação, contabilização e localização, assim como o mais importante, isto é, quais os seus valores e rendimentos.

Os 15 casos analisados contabilizaram um total de 853 bens, distribuídos por várias tipologias e dispersos pela Ilha da Madeira, havendo ainda referências ao Porto Santo e algumas situações de vínculos nos Açores e no Continente do Reino. Os legados pios onerando alguns bens eram pouco significativos, com exceção do rendimento da capela de Maria Pimentel e das capelas sob administração de Luís da Câmara Leme.

A aferição da avaliação e o rendimento do total dos bens sob administração destes indivíduos revelou valores dignos de interesse. Se o Registo Vincular tivesse abrangido a totalidade dos 55 administradores vinculares do distrito administrativo do Funchal, os resultados seriam, certamente, mais significativos. A ausência dos restantes 40 indivíduos, no período de realização do Registo Vincular, explica-se, por um lado, pela morosidade do ato de registo de cada administrador e, por outro, pela circunstância de terem escolhido, ainda que de uma forma não assumida, esperar pela liberalização dos seus vínculos, uma vez que a reforma de 30 de julho de 1860 determinava, justamente, que os bens não registados ficavam automaticamente alodiais.

Os resultados do Registo Vincular foram superiormente transmitidos em janeiro de 1864, altura em que o então governador Jacinto Perdigão expressava o seu entusiasmo pelo surgimento de um «imminente» mercado de terras, com capacidade de gerar importantes valores de imposto de registo. Ora, não teria sido isso o que aconteceu. O estudo científico, da autoria de Benedita Câmara, sobre a evolução da economia madeirense, a partir de 1850, revelou que a oferta de terras permaneceu estática e muito insuficiente face a uma população em crescimento. Logo, o impacto da abolição dos vínculos, feita no âmbito da liberalização da propriedade e do espetável aumento de receita para o Estado, seria insignificante e dificilmente perceptível num curto espaço de tempo. Mas o Registo Vincular foi realizado ao mesmo tempo que o Estado pretendia introduzir na Madeira a reforma das contribuições diretas. Era altura de inserir este espaço insular no âmbito da tributação feita através das contribuições predial, industrial e pessoal. Para que tal fosse viável, as autoridades locais teriam de empreender a avaliação do rendimento de toda a propriedade, rústica e urbana, através da elaboração de um cadastro onde deveria figurar a descrição dos prédios, o montante do seu rendimento e o nome dos seus proprietários. O Registo Vincular, pela natureza do seu conteúdo e pela metodologia adotada, foi um precursor do conhecimento cadastral deste território insular. A propriedade, fosse ela rústica ou urbana, tornar-se-ia matéria suscetível de interesse para o Estado em virtude do seu valor e rendimento e pelo potencial de receita que poderia gerar.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM)

Câmara Municipal da Calheta, Correspondência Oficial, Livro 165.

Câmara Municipal do Funchal, Registo dos Ofícios à Administração Geral do Distrito, Livro 193.

Câmara Municipal do Porto Santo, Registo dos Ofícios dirigidos ao Governo Civil, Livro 128.

Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647; Registo de Correspondência com as Câmaras Municipais do Distrito, Livro 159; Registo Vincular, Livros 984, 985, 986.

Fontes Impressas

ALMEIDA, Eduardo de Castro e, 1909, *Arquivo da Marinha e Ultramar. Inventário: Madeira e Porto Santo*, Volume II, Coimbra, Imprensa da Universidade, Caixa n.º 29, Documento n.º 10.255-56.

Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1860, 1861, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1861, 1862, Lisboa, Imprensa Nacional.

Coleção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcelos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa. Ano de 1863, 1864, Lisboa, Imprensa Nacional.

Bibliografia

BARROS, Fátima, JARDIM, Gastão, GUERRA, Jorge, 1997, *Arquivo Histórico da Madeira. Guia do Arquivo Regional da Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

BARROS, Fátima, 1998, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos. Instrumentos Descritivos. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, Volume XXI, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

- BASTIEN, Carlos, 2006, «A tentativa de reforma fiscal cabralista e o seu fracasso», in *Os Impostos no Parlamento Português. Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, D. Quixote, pp. 29-47.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano do arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CÂMARA, Benedita, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», in *Continuity and Change*, vol. 21, pp. 213-233.
- COELHO, Maria de Fátima, 1980, «O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias», in *Análise Social*, Volume XVI (61-62), pp. 111-131.
- COUTO, Jorge, 1989, «O projeto do Barão de São Pedro de abolição dos vínculos no arquipélago da Madeira (1850)», in *Atas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Volume I, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 671-688.
- HERÉDIA, António Correia, 1849, *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira oferecidas à consideração da Liga Promotora dos interesses materiais do País*, Lisboa.
- HESPANHA, António, 1993, «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», in *Análise Social*, Volume 28 (123-124), pp. 951-974.
- LIZARDO, João, 1994, «Algumas notas e várias dúvidas sobre a colonia nos dois últimos séculos», in *Isleña*, n.º 14, pp. 137-142.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1935, «Capelas e morgados da Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume IV, Fascículo II, pp. 65-72.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 1989, «Os Esmeraldos da Ponta do Sol. Uma família nobre na ilha», in *Atas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Volume I, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 612-666.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 1996, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Ilha da Madeira 1460-1521*, Cascais, Patrimonia Histórica.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 2013, «Abolição dos morgadios: o caso da Madeira», in *A Propriedade na Construção do Império Português*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <http://landsoverseas.files.wordpress.com/2013/12/wp-miguelrodrigues.pdf>, consultado em 2016-04-22.
- ROSA, Maria de Lurdes, 1995, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa.

- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2009, «A elite municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e perfil sócio-económico (1834-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, pp. 515-657.
- SOUSA, João José Abreu de, 1994, *História Rural da Madeira. A Colonia*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- TEIXEIRA, António Maria de Assis, 2003, «O tratado de morgados de Manuel Álvares Pegas: uma fonte histórica esquecida», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raul Ventura*, Volume I, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pp. 1195-1281.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2005, «Nascimento e morte da capitania do Funchal», in *Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/nelsonverissimo.pdf>, consultado em 2019-01-24.

Anexo n.º 1 – João José de Bettencourt e Freitas

Número Total dos Bens Identificados e sua Localização

Ilha da Madeira	140
Ilha do Porto Santo	3
Ilha Terceira, Açores	7
Total	150

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 4v.º-19; 38 e seguintes.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Casa nobre de morada	1
Quinta	1
Propriedade agrícola	46
Porção de terra arável (ou pedaço de terra)	48
Porção de terra foreira	44
Vargem (no Porto Santo)	3
Corpo de terras (na Terceira)	7
Total	150

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 4v.º-19; 38 e seguintes.

Localização dos Bens Identificados: Ilha, Concelho e Freguesia

Ilha	Concelho	Freguesia	N.º de bens identificados
Madeira	Machico	Machico	5
Madeira	Machico	Água de Pena	4
Madeira	Santa Cruz	Santa Cruz	28
Madeira	Santa Cruz	Gaula	3
Madeira	Funchal	Sé	4
Madeira	Funchal	Santa Luzia	8
Madeira	Funchal	Santo António	4
Madeira	Funchal	Santa Maria Maior	26
Madeira	Funchal	Nossa Senhora do Monte	6
Madeira	Funchal	São Gonçalo	5
Madeira	Funchal	São Pedro	1
Madeira	Funchal	São Martinho	2
Madeira	Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	8
Madeira	Câmara de Lobos	Campanário	1
Madeira	Ponta do Sol	Ponta do Sol	4
Madeira	Ponta do Sol	Serra de Água	3
Madeira	Ponta do Sol	Ribeira Brava	19
Madeira	Ponta do Sol	Tabua	9
Porto Santo	Porto Santo	Nossa Senhora da Piedade	3
Terceira	Vila Praia da Vitória	Vila Nova	3
Terceira	Vila Praia da Vitória	Aqualva	1
Terceira	Vila Praia da Vitória	Consta apenas o sítio: Serra de São Tiago	1
Terceira	Vila Praia da Vitória	Consta apenas o sítio: Pereiras	1
Terceira	São Sebastião	Porto Judeu	1
Total			150

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 4v.º-19; 38 e seguintes.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias dos bens vinculados	Rendimento anual (em réis)
Casa nobre de morada	410\$000
Quinta Acciaiolly	759\$000
Propriedades agrícolas	1:138\$100
Porções de terra arável	1:350\$950
Terras foreiras	331\$431
Vargens	45\$400
Total	4:034\$881

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 4v.º-19; 38 e seguintes.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias dos bens vinculados	Avaliação (em réis)
Casa nobre de morada	7:040\$000
Quinta Acciaiolly	15:180\$000
Propriedades agrícolas	27:542\$000
Porções de terra arável	22:367\$000
Terras foreiras	6:894\$620
Vargens	501\$320
Total	79:524\$940

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 4v.º-19.

Legados Pios: Identificação, Data, Rendimento e Conteúdo

Capela instituída por Maria Pimentel. Não consta a data de instituição. Rendimento: 3 contos de réis por sub-rogação em dois prédios, localizados no Funchal. Conteúdo: 4 missas anuais: 2 no dia de Páscoa, 2 no dia de Nossa Senhora da Encarnação¹⁰².

Anexo n.º 2 – Marquês de Castelo Melhor

Número Total dos Bens Identificados e sua Localização

Ilha da Madeira	40
Ilhéu do Bugio, adjacente à Ilha da Madeira	1
Total	41

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 46v.º-50v.º.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Imóveis	21
Pedaços de terra	8
Solos de imóveis	11
Ilhéu do Bugio	1
Total	41

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 46v.º-50v.º.

¹⁰² ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 22v.º-23.

Localização dos Bens Identificados: Ilha, Concelho e Freguesia

Ilha	Concelho	Freguesia	N.º de bens identificados
Madeira	Funchal	São Pedro	21
	Funchal	Santa Luzia	1
	Funchal	Santa Maria Maior	1
	Funchal	Santo António	2
	Funchal	São Roque	2
	Câmara de Lobos	Estreito de Câmara de Lobos	1
	Ponta do Sol	Ribeira Brava	5
	Ponta do Sol	Ponta do Sol	1
	Ponta do Sol	Madalena do Mar	1
	Calheta	Calheta	1
	Calheta	Arco da Calheta	1
	Calheta	Fajã da Ovelha	3
Ilhéu do Bugio			1
Total			41

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 46v.º-50v.º.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias dos bens vinculados	Rendimento anual (em réis)
Imóveis	852\$500
Pedaços de terra	39\$900
Solos de imóveis	70\$550
Ilhéu do Bugio	100\$000
Total	1:062\$950

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 46v.º-50v.º.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias dos bens vinculados	Avaliação (em réis)
Imóveis	17:650\$000
Pedaços de terra	786\$380
Solos de imóveis	267\$090
Ilhéu do Bugio	2:000\$000
Total	20:703\$470

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 46v.º-50v.º.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 3 – João Cabral de Noronha

Património Vinculado: Quadro Global

Nome do vínculo	Ilhas Selvagens, arquipélago da Madeira
Número total dos bens identificados	3
Rendimento anual (em réis)	600\$000
Avaliação (em réis)	11:000\$000

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 82 e seguintes.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 4 – Visconde de Torre Bela

Número Total dos Bens Identificados e sua Localização

Ilha da Madeira	176
Continente do Reino	65
Total	241
Em litígio com o Conde de Carvalhal	75 / Não foram inseridos por não terem avaliação nem rendimento anual.
Total em análise	166

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 89-104.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Armazém	1
Casa nobre de morada, rua do Peru, Funchal	1
Quinta da Alegria, freguesia de São Roque, Funchal	1
Casas	7
Fazendas	55
Porções de terra	97
Olival	1
Serrado	1
Tanques	1
Horas de água da levada do Paul da Serra	1 referência, sem especificar o número
Total	166

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 89-104.

Localização dos Bens Identificados: Território, Concelho e Freguesia

Território	Concelho	Freguesia	N.º de bens identificados
Ilha da Madeira	Funchal	Sé	5
	Funchal	São Roque	1
	Funchal	Santo António	1
	Funchal	Santa Maria Maior	3
	Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	21
	Câmara de Lobos	Estreito de Câmara de Lobos	1
	Câmara de Lobos	Campanário	1
	Ponta do Sol	Ribeira Brava	33
	Ponta do Sol	Tabua	1
	Ponta do Sol	Serra de Água	1
	Ponta do Sol	Ponta do Sol	4
	Calheta	Calheta	4
	Calheta	Arco da Calheta	25
Reino	Cartaxo	Ereira	65
Soma			166

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 89-104.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias dos bens vinculados	Rendimento anual (em réis)
Armazém	2\$400
Casa nobre de morada	280\$000
Quinta da Alegria	30\$000
Casas	17\$086
Fazendas	1:076\$300
Porções de terra	1:231\$942
Olival	2\$400
Serrado	8\$100
Tanques	Não consta
Horas de água	Não consta
Total	2:648\$228

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 89-104.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias dos bens vinculados	Avaliação (em réis)
Armazém	48\$000
Casa nobre de morada	5.360\$000
Quinta da Alegria	600\$000
Casas	360\$000
Fazendas	21:986\$000
Porções de terra	20:896\$000
Olival	Não consta
Serrado	Não consta
Tanques	Não consta
Horas de água	Não consta
Total	49:250\$000

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 89-104.

Observação: As propriedades localizadas no concelho do Cartaxo não apresentam valor de avaliação.

Legados Pios: Identificação, Data, Rendimento e Conteúdo

Não consta a data de instituição. Uma missa rezada na capela de Nossa Senhora da Boa Hora, Sítio da Torre, Câmara de Lobos, aos Domingos e dias santos, mas que por circunstâncias atendíveis faz celebrar o mesmo número de missas em qualquer outra capela e em quaisquer outras datas¹⁰³.

Vínculos em Litígio com o Conde de Carvalhal, à Data do Registo Vincular

Em 1864, os bens em litígio com o Conde de Carvalhal foram avaliados em 30:000\$000 réis¹⁰⁴. A sua avaliação e rendimento não constam no Registo Vincular.

Bens Vinculados por Instituição de Filipe Gentil e sua Mulher Isabel de Vasconcelos (Total: 63)

Tipologias	Quantificação
Casas	10
Quinta com capela de invocação a São Filipe localizada no Funchal, por cima da igreja de São Tiago	1
Fazendas	23

¹⁰³ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 84v.º e seguintes.

¹⁰⁴ ABM, Governo Civil, Correspondência com o Ministério do Reino, Livro 647, fls. 135v.º-137.

Foros impostos em casas	9
Serrados	3
Porções de terra	17
Total	63

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 104-106v.º.

Localização dos Bens Identificados: Concelho e Freguesia

Concelho	Freguesia	N.º de bens identificados
Funchal	Sé	6
Funchal	São Pedro	3
Funchal	Santo António	2
Funchal	Santa Maria Maior	6
Funchal	Santa Luzia	2
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	1
Câmara de Lobos	Campanário	24
Câmara de Lobos	Estreito de Câmara de Lobos	2
Santa Cruz	Camacha	1
Santa Cruz	Gaula	10
Santa Cruz	Vila	1
São Vicente	Ponta Delgada	1
Ponta do Sol	Ribeira Brava	1
Não localizados		3
Total		63

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 104-106v.º.

Bens Vinculados por Instituição de Isabel Pais da Cunha (Total: 12)

Tipologias	Quantificação	Localização no Funchal	Quantificação
Quinta	1	Freguesia da Sé	2
Fazenda	5	Freguesia de Santa Luzia	5
Terras de pasto	1	Freguesia do Monte	4
Foros	5	Freguesia de São Gonçalo	1
Total	12	Total	12

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 984, fls. 106v.º e seguintes.

Anexo n.º 5 – Manuel Telo de Meneses Torrezão

Número total de bens identificados: 58, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Casa de telha com capela	1
Paredes de uma casa	1
Porções de terra	2
Propriedades agrícolas, com água de rega da levada do Castelejo	54
Soma	58

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 80v.º-82.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantidade
Faial	Santana	5
Porto da Cruz	Santana	53
Soma		58

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 80v.º-82.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento (em réis)
Casa de telha com capela	40\$000
Paredes de uma casa	Não consta
Porções de terra	15\$300
Propriedades agrícolas	1:077\$225
Soma	1:132\$525

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 80v.º-82.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Casa de telha com capela	800\$000
Paredes de uma casa	190\$000
Porções de terra	6\$000
Propriedades agrícolas	21:488\$500
Soma	22:484\$500

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 80v.º-82.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 6 – Urbano Egídio da Costa Campos

Número total de bens identificados: 15, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Casas	2
Fazendas	7
Foros	1
Partes de imóveis	2
Domínio direto	3
Soma	15

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 83-83v.º.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantificação
São Roque	Funchal	2
Santo António	Funchal	2
São Pedro	Funchal	1
Monte	Funchal	1
Santa Maria Maior	Funchal	4
Sé	Funchal	2
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	2
Ribeira Brava	Ponta do Sol	1
Soma		15

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 83-83v.º.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento anual (em réis)
Casas	30\$845
Fazendas	287\$600
Foros	1\$409
Partes de imóveis	41\$866
Domínio direto	33\$000
Soma	394\$720

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 83-83v.º.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Casas	3:441\$140
Fazendas	6:052\$000
Partes de imóveis	197\$320
Soma	9:690\$460

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 83-83v.º.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 7 – Sebastião Francisco de Melo Trigoso

Número total de bens identificados: 48, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Benfeitorias	9
Casas e armazéns (casa, altos e baixos; casas e armazém)	2
Fazendas	6
Porções de terra de colonia	7
Propriedades	18
Solos de imóveis (casas e armazéns)	6
Total	48

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 89-93.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantificação
Santa Luzia	Funchal	1
Sé	Funchal	7
São Roque	Funchal	1
São Martinho	Funchal	4
São Pedro	Funchal	2
Santo António	Funchal	1
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	5
Campanário	Câmara de Lobos	4
Ribeira Brava	Ponta do Sol	13
Serra de Água	Ponta do Sol	10
Total		48

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 89-93.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento anual (em réis)
Benfeitorias	Não consta
Casas e armazém	280\$000
Fazendas	222\$225
Porções de terra de colonia	150\$000
Propriedades	14\$000
Solos de imóveis (casas e armazéns)	61\$600
Soma	727\$825

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 89-93.

Observação: Dos 48 itens, só consta o rendimento relativo a 16.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Benfeitorias	2:165\$240
Casas e armazém	4:860\$000
Fazendas	4:454\$500
Porções de terra de colonia	6:285\$000
Propriedades	6:308\$800
Solos de imóveis (casas e armazéns)	1:176\$950
Soma	25:249\$690

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 89-93.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 8 – Laureano Francisco da Câmara Falcão

Património Vinculado: Quadro Global

Total de bens identificados	Tipologias	Localização: freguesia e concelho	Rendimento anual (em réis)	Avaliação (em réis)
6	4 Fazendas	2 São Jorge, Santana	520\$000	10:400\$000
		2 Santana, Santana	480\$000	9:600\$000
	2 Foros	1 Sé, Funchal	2\$100	92\$000
		1 Monte, Funchal	2\$500	
Soma	6	6	1:004\$600	20:092\$000

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 107-107v.º.

Legados Pios: Identificação, Data, Rendimento e Conteúdo

Não consta a data de instituição. Duas capelas de missas com o valor anual de 18\$000 réis¹⁰⁵.

Anexo n.º 9 – João Facundo Spínola de Freitas

Património Vinculado: Quadro Global

Total de bens identificados	Tipologias	Localização: freguesia e concelho	Rendimento anual (em réis)	Avaliação (em réis)
13	Fazendas	Ponta do Pargo, Calheta	773\$100	1:900\$900
Soma	13	13		

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 120-120v.º.

Observação: Todas as fazendas têm várias horas de água das levadas da zona, somando o valor de 200\$000 réis.

Legados Pios: Identificação, Data, Rendimento e Conteúdo

Não consta a data de instituição. Duas capelas de 4 missas e meia por ano. Só prestaram contas até ao ano de 1732¹⁰⁶.

Anexo n.º 10 – João de Bettencourt Baptista

Património Vinculado: Quadro Global

Total de bens identificados	Tipologias	Localização: freguesia e concelho	Rendimento anual (em réis)	Avaliação (em réis)
Não consta	Terras cultivadas	Porto da Cruz, Santana	Trigo 223\$650	Não consta
			Cevada 18\$670	
			Milho 53\$335	
			Cana doce 71\$400	
			Inhame 213\$600	
			Verduras 121\$000	
			Frutos diversos 15\$000	
			Linho 5\$660	
			Vinho 21\$335	
Soma			743\$650	

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 122v.º-123.

¹⁰⁵ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 107-107v.º.

¹⁰⁶ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fl. 121.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 11 – Visconde do Amparo

Número total de bens identificados: 68, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Armazém	2
Casa com quintal	36
Casas (de sobrado com fazenda; demolida)	3
Casa e fazenda	3
Loja	1
Solo de um telheiro	1
Terreno	1
Porção de terra (com água; com casa de palha; com telheiro)	12
Porção de terra de colonia	9
Soma	68

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 124-128v.º.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantificação
Sé	Funchal	22
Monte	Funchal	1
São Martinho	Funchal	1
Santa Luzia	Funchal	44
Soma		68

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 124-128v.º.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento anual (em réis)
Armazém	24\$000
Casa e quintal	407\$656
Casas	66\$540
Casa e fazenda	54\$500
Loja	1\$500
Solo de um telheiro	4\$000
Terreno	3\$000

Porção de terra	67\$000
Porção de terra de colonia	387\$000
Soma	1:015\$196

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 124-128v.º.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Armazém	489\$200
Casa e quintal	7:987\$290
Casas	1:339\$500
Casa e fazenda	1:513\$125
Loja	33\$750
Solo de um telheiro	80\$050
Terreno	60\$100
Porção de terra	1:280\$660
Porção de terra de colonia	7:740\$000
Soma	20:523\$675

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fls. 124-128v.º.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 12 – Agostinho de Ornelas e Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura

Número total de bens identificados: 129, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Casas (casa de sobrado e quintal; casa nobre sobradada na rua do Bispo)	14
Fazendas	42
Grande propriedade	1
Passagem numa fazenda	1
Pedaços de terra	17
Porções de terra	49
Solos de casas de sobrado	3
Térreo da capela de Santo Amaro	1
Térreo no jardim do paço Episcopal	1
Soma	129

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 2-9; 12v.º-14.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantificação
São Martinho	Funchal	5
Santa Luzia	Funchal	5
Santa Maria Maior	Funchal	5
Santo António	Funchal	2
São Pedro	Funchal	4
Sé	Funchal	9
Caniço	Santa Cruz	8
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	2
Estreito de Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	5
Ribeira Brava	Ponta do Sol	34
Serra de Água	Ponta do Sol	7
Tabua	Ponta do Sol	1
Ponta do Sol	Ponta do Sol	4
Estreito da Calheta	Calheta	6
Fajã da Ovelha	Calheta	1
Jardim do Mar	Calheta	4
Porto do Moniz	São Vicente	27
Soma		129

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 2-9; 12v.º-14.

Rendimento Anual: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento anual (em réis)
Casas	736\$324
Fazendas	2:128\$300
Grande propriedade	1:300\$000
Passagem numa fazenda	4\$000
Pedaços de terra	274\$600
Porções de terra	54\$532
Solos de casas de sobrado	4\$500
Térreo da capela de Santo Amaro	Não consta
Térreo no jardim do paço episcopal	2\$000
Soma	4:504\$256

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 2-9; 12v.º-14.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Casas	15:062\$312
Fazendas	41:802\$000
Grande propriedade	26:000\$000
Passagem numa fazenda	80\$000
Pedaços de terra	4:226\$000
Porções de terra	18:653\$626
Solos de casas de sobrado	130\$950
Térreo da capela de Santo Amaro	12\$400
Térreo no jardim do paço episcopal	45\$250
Soma	106:012\$538

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 2-9; 12v.º-14.

Legados Pios: Identificação, Data, Rendimento e Conteúdo

Não consta a data de instituição. São pagos 70\$000 réis à Santa Casa da Misericórdia do Funchal mais 12 missas rezadas por ano¹⁰⁷.

Anexo n.º 13 – Luís da Câmara Leme

Número total de bens identificados: 73, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Bocados de fazenda	15
Bocados de terra	6
Casas (pequena, nobre com sua horta)	3
Chão de um poço	1
Courelas de terra	1
Fazendas	23
Grande porção de terra	1
Loja	1
Porção de terra	1
Solo de casa e fazenda	4

¹⁰⁷ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 985, fl. 135

Solo de casa e quintal	3
Solo de armazém	1
Solo de moinho	2
Solo de casas	5
Telheiro	1
Umas terras	5
Soma	73

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 38-44.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantificação
Campanário	Câmara de Lobos	1
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	3
São Martinho	Funchal	1
Santo António	Funchal	1
São Roque	Funchal	7
São Pedro	Funchal	7
Sé	Funchal	2
Santa Luzia	Funchal	2
Santa Maria Maior	Funchal	8
Machico	Machico	23
Porto da Cruz	Santana	5
Faial	Santana	9
Nossa Senhora da Piedade	Porto Santo	4
Soma		73

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 38-44.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento anual (em réis)
Bocados de fazenda	22\$215
Bocados de terra	2\$930
Casas (pequena, nobre com sua horta)	167\$400
Chão de um poço	1\$200
Courelas de terra	4\$000
Fazendas	1:114\$115
Grande porção de terra	30\$500
Loja	18\$000
Porção de terra	5\$900

Solo de casa e fazenda	24\$250
Solo de casa e quintal	25\$000
Solo de armazém	2\$208
Solo de moinho	1\$425
Solo de casas	87\$473
Telheiro	4\$000
Umas terras	48\$975
Soma	1:559\$591

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 38-44.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Bocados de fazenda	538\$300
Bocados de terra	60\$860
Casas (pequena, nobre com sua horta)	3:348\$000
Chão de um poço	27\$150
Courelas de terra	83\$000
Fazendas	22:237\$500
Grande porção de terra	610\$000
Loja	360\$000
Porção de terra	118\$000
Solo de casa e fazenda	595\$375
Solo de casa e quintal	595\$500
Solo de armazém	52\$055
Solo de moinho	34\$485
Solo de casas	2:200\$935
Telheiro	80\$000
Umas terras	1:114\$405
Soma	32:055\$565

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 38-44.

Legados Pios: Identificação, Data, Rendimento e Conteúdo

Não constam as datas de instituição. Capela instituída por Antónia de Castelbranco: tem de pensão 3 missas cantadas em dia de Corpo de Deus e 3 missas rezadas na festa do Santíssimo Sacramento, tudo anualmente. Capela instituída por António Dutra Corte-Real: tem de pensão 2 missas rezadas em qualquer altar. Capela instituída por Antónia de Castelbranco: tem de pensão 2 missas rezadas anualmente:

uma em dia de Purificação de Nossa Senhora e a outra em dia de Santo Inácio. Capela instituída por Inácia de Castelbranco: tem de pensão 9 missas rezadas no decurso do ano pelas 9 festas de Nossa Senhora. Capela instituída por Francisco de Castro: tem de pensão 5 missas rezadas anualmente. Capela instituída pelo cônego António de Brito Bettencourt e sua irmã, Helena de Vasconcelos: tem de pensão 3 missas rezadas anualmente a Nossa Senhora da Conceição. O valor de todos estes encargos excede 1 conto de réis¹⁰⁸.

Anexo n.º 14 – António Sebastião Spínola Ferreira de Carvalho

Número total de bens identificados: 78, todos na Ilha da Madeira.

Tipologias dos Bens Identificados e Respetiva Quantificação

Tipologias	Quantificação
Armazém e lojas	1
Capela de Nossa Senhora da Saúde, o seu longo e entrada	1
Casas (sobradadas, altos e baixos, cobertas de telha)	3
Fazendas	8
Porção de terra	1
Propriedades de terra (terras semeadiças com árvores de fruto, árvores silvestres e cana doce)	56
Telheiro	1
Umas terras	7
Soma	78

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 47v.º-53.

Localização dos Bens Identificados: Freguesia e Concelho

Freguesia	Concelho	Quantificação
Santa Cruz	Santa Cruz	45
Faial	Santana	2
Água de Pena	Machico	11
Santo António da Serra	Machico	2
São Martinho	Funchal	1

¹⁰⁸ ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 44-45.

Santo António	Funchal	11
Sé	Funchal	1
São Pedro	Funchal	2
São Roque	Funchal	1
Santa Luzia	Funchal	1
Soma		77

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 47v.º-53.

Observação: Não consta a localização da capela de Nossa Senhora da Saúde, que ficava em São Pedro, Funchal.

Rendimento Anual dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Rendimento anual (em réis)
Armazém e lojas	Não consta
Capela de Nossa Senhora da Saúde, o seu longo e entrada	Não consta
Casas (sobradadas, altos e baixos, cobertas de telha)	35\$000
Fazendas	81\$100
Porção de terra	4\$000
Propriedades de terra (terras semeadiças com árvores de fruto, árvores silvestres e cana doce)	480\$500
Telheiro	850
Umás terras	111\$820
Soma	713\$270

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 47v.º-53.

Avaliação dos Bens: Total Apurado e Distribuição por Tipologias

Tipologias	Avaliação (em réis)
Armazém e lojas	1:296\$000
Capela de Nossa Senhora da Saúde, o seu longo e entrada	360\$000
Casas (sobradadas, altos e baixos, cobertas de telha)	2:634\$000
Fazendas	1:594\$975
Porção de terra	80\$000
Propriedades de terra (terras semeadiças com árvores de fruto, árvores silvestres e cana doce)	9:420\$000

Telheiro	Não consta
Umas terras	Não consta
Soma	15:384\$975

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fls. 47v.º-53.

Sem referência a legados pios.

Anexo n.º 15 – João Cupertino da Câmara

Património Vinculado: Quadro Global

Total de bens identificados	Tipologias	Localização: freguesia e concelho	Rendimento anual (em réis)	Avaliação (em réis)
5	1 Propriedade	Água de Pena, Machico	Não consta	Não consta
	1 Horta	Machico, Machico	\$325	
	1 Fazenda	Santo António da Serra, Machico	8\$500	
	1 Fazenda	Machico, Machico	Não consta	
	1 Porção de terra	Santo António da Serra, Machico.	7\$500	
Soma	5	5	16\$325	

Fonte: ABM, Governo Civil, Registo Vincular, Livro 986, fl. 59v.º.

Sem referência a legados pios.

O Inventário Pessoal do Governador Diogo de Azambuja e Melo (c. 1530-1599): Pistas para a Carreira e Formação de um Governador do Império Ultramarino Português nos Séculos XVI e XVII¹

The Personal Inventory of Governor Diogo de Azambuja e Melo (c. 1530-1599): Traces on the Career and Education of a Portuguese Overseas Empire Governor in the 16th and 17th Centuries

Cristina Trindade²

Rui Carita³

Resumo

Diogo de Azambuja e Melo foi um governador da Madeira de finais do século XVI, cargo com que encerrou uma longa carreira no império ultramarino português, e que ocupou já ao serviço da monarquia dual.

¹ Abreviaturas e siglas usadas: ABM: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira; BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa; BNP: Biblioteca Nacional de Paris; cit.: citado; CMF: Câmara Municipal do Funchal; cód.: código; cx.: caixa; doc(s): documento(s); fl(s): fólio(s); IAN/TT: Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; liv(s): livro(s); mss.: manuscrito; p(p): página(s); RG: Registo Geral; t.: tomo; v.: verso; vol.: volume.

² Professora do ensino secundário com mestrado e doutoramento em História Moderna. Apesar de trabalhar, preferencialmente, temas de História Religiosa, temática sobre a qual produziu alguns estudos já publicados, tem vindo, mais recentemente, a diversificar âmbitos de intervenção. Nesse sentido, é também investigadora do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa), coordenadora executiva do *Dicionário Enciclopédico da Madeira* e colaboradora em diversos outros projetos desenvolvidos por aquele centro de estudos. Contacto: trindadeanacristina@gmail.com.

³ Professor catedrático aposentado da Universidade da Madeira, onde dá aulas e é assessor para a recuperação de património nos Emiratos Árabes Unidos. É membro do CLEPUL (Universidade de Lisboa), do Instituto de Arqueologia e Paleociências (Universidade Nova de Lisboa), da Comissão de História Militar, da Academia Portuguesa da História, etc. Tem cerca de 50 livros publicados e 200 outras publicações, tendo orientado e arguido teses e participado em júris nas áreas de Património Edificado, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia e Artes Decorativas.

O exercício insular da função teve de dar resposta aos vários problemas que a nova situação política exigia, mas o facto de a Madeira ter sido o seu último posto veio permitir que nele realizasse um inventário revelador não só do seu itinerário geográfico e percurso político, mas também de aspetos curiosos relacionados com a sua formação e interesses.

O referido inventário, longo e discriminado, constitui, assim, um documento singular, porque raro, e um privilegiado posto de observação da vida de um membro da elite administrativa e militar do império.

Palavras-chave: Diogo de Azambuja e Melo; Governador; Império, Ilha da Madeira, Inventário.

Abstract

Diogo de Azambuja and Melo was a Madeira governor of the late 16th century, a position with which he ended a long career in the Portuguese overseas empire, and hold already in the service of the dual monarchy.

The insular function exercise had to respond to several issues that the new political situation demanded, but the fact that Madeira had been his last post came to allow him to perform an inventory, that reveals not only of his geographical itinerary and political career but also curious aspects related to his education and interests. The inventory, long and detailed, is thus a unique document, because rare, and a privileged observation post for the life of a member of the administrative and military elite of the empire.

Keywords: Diogo de Azambuja e Melo; Governor; Empire; Madeira Island; Inventory.

Introdução

Só muito recentemente o assunto da formação dos quadros superiores do Império Português tem sido objeto de alguma atenção, que se mantém ainda bastante sumária. A atenção preferencial nesta área tem sido dada ao longo dos últimos tempos aos quadros específicos da corte, reis e principais ministros, e, em relação à Madeira, essencialmente, aos quadros eclesiásticos, embora tratados sempre mais propriamente no domínio da Fé que da História. Nesse quadro, os governadores da Madeira têm sido bastante ignorados, até por se tratar de elementos não madeirenses e de passagem, logo sem qualquer enquadramento e conhecimento das especificidades locais, entendendo-se que teriam limitado a sua intervenção ao mínimo possível. Para tal contribuiu a quase inexistência de arquivos dos governadores até aos meados do século XVII, dos quais quase somente possuímos as nomeações na chancelaria régia, em Lisboa, e a quase sempre lacónica tomada de posse no registo geral da Câmara Municipal do Funchal, onde se transcreve a mesma nomeação, sendo muito raros os restantes documentos a respeito dos seus governos.

A escassez da informação sobre a vida e atuação destes governantes esconde, no entanto, uma realidade que de vez em quando entreabre e revela existências aventurosas,

ricas, preenchidas e surpreendentemente cultas como acontece com a de D. Diogo de Azambuja e Melo, chegado ao Arquipélago para o governar em 1591.

A Ilha da Madeira sempre representou um elo fulcral na manutenção do Império Português à escala quase global, pois que, face ao regime de ventos no Atlântico Norte, toda a comunicação da corte portuguesa com os vastos domínios ultramarinos passava, quase que obrigatoriamente, se não pelo porto do Funchal, pelo menos pelo mar à volta da Ilha. E isto acontecia assim para o Brasil, para as costas de África a partir das praças do Sul de Marrocos e para o Oceano Índico. O governador da Madeira era, portanto, um interlocutor privilegiado da corte de Lisboa com os vastos domínios ultramarinos, pelo que a sua nomeação se deveria rodear da máxima cautela. Acrescia ainda que superintendia sobre uma série de outros poderes, como a administração fiscal e a judicial, embora estas também estivessem dependentes de outros órgãos centrais e que, não poucas vezes, colidiam entre si, tal como teria de manter uma atenção muito especial com a sua relação com o prelado diocesano, também de apresentação régia e pago pela fazenda real.

Desde o reinado de D. Manuel que existia uma espécie de escola para os moços fidalgos no Paço da Ribeira, onde se lecionavam aulas de aritmética e cálculo, tal como depois, de ciências náuticas e cosmografia, e ainda de arquitetura militar. Esta aula foi depois mesmo institucionalizada para a educação do príncipe D. Sebastião, de forma a enquadrar a sua formação com elementos da mesma idade. Poucos dados possuímos deste organismo, por certo rudimentar como estrutura de ensino, bem como pouco sabemos da forma como se institucionalizou, verdadeiramente, no século seguinte.

Os efeitos práticos da aprendizagem realizada, no entanto, assomam por vezes, e de forma inesperada, como acontece com o que revela um inventário dos pertences do governador Diogo de Azambuja de Melo (c. 1530-1599), feito no Funchal, pouco tempo antes de falecer, que nos dá uma ideia da bagagem de um governador do Império nos finais do XVI⁴, assinalando os seus principais interesses intelectuais e, muito especialmente, no fundo, as bases da sua formação, que, a atentar no legado bibliográfico que deixou o governador, aponta na direção de ele próprio ter frequentado essa escola.

Diogo de Azambuja de Melo (c. 1530-1599)

O governador Diogo de Azambuja de Melo era filho de António de Azambuja e D. Maria de Castro, filha de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide, e neto

⁴ PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 128-140.

de Diogo de Azambuja (1432-1518), que nos inícios do séc. XVI havia estado na Madeira, «um dos três cavaleiros que escolheu el-Rei D. João II, para se acharem com ele na morte do duque D. Diogo»⁵. O pai, António de Azambuja, tinha sido navegador e teve carta de armas passada em Évora, em fevereiro de 1535, tendo o tio, Jorge de Azambuja, servido na Índia, embora se perdesse na viagem de regresso, e um outro tio homónimo, Diogo de Azambuja, falecido na Índia, em combate, em 1536⁶. Diogo de Azambuja de Melo seguiu assim o exemplo do pai e dos tios, sendo um militar experiente e de uma excepcional ilustração, com bons serviços prestados nas Ilhas do Maluco, onde foi capitão de Tidore e na Índia, como capitão de Columbo, no Ceilão e que, como capitão-mor, estivera no cerco de Goa e de Chaul em 1570⁷. Participou depois em várias operações nas Molucas, sendo capitão dessas Ilhas entre 1578 e 1582, altura em que se teria deslocado ao Perú, como refere depois no seu inventário. Recebeu, mais tarde, com a nomeação para capitão da Ilha da Madeira, os proventos de «uma viagem à China»⁸, com que a Coroa recompensava, através da Casa da Índia, os serviços relevantes prestados naquele estado português.

Diogo de Azambuja de Melo teve provisão do governo da Madeira passada em 23 de maio de 1594 e, a 23 de setembro seguinte, fez profissão na Ordem de Cristo no convento de N.ª Senhora da Luz, em Carnide, onde hoje se encontra o Colégio Militar, cerimónia da qual existe registo nos *Privilégios e Liberdades dos comendadores e cavaleiros da Ordem de Cristo*, com várias peças poéticas em seu louvor⁹, cuja pública forma foi passada em Tomar, a 8 de abril de 1595¹⁰. Tomou, entretanto, menagem em Lisboa do lugar da Ilha da Madeira, em 3 de janeiro de 1595, e embarcou pouco depois para a Ilha, onde tomou posse a 20 de abril desse mesmo ano de 1595¹¹. Em Lisboa deve ter recolhido informações sobre a Ilha da Madeira, pois que veio acompanhado de novo mestre das obras reais, Jerónimo Jorge (c. 1570-1617), que foi nomeado pouco depois do governador prestar menagem em Lisboa e antes do mesmo se deslocar para a Ilha, com patente datada de 10 de fevereiro de 1595¹². O mestre das obras reais Mateus Fernandes (c. 1520-1597)

⁵ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas... 1722*, pp. 49-50.

⁶ PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 125.

⁷ CASTILHO, 1573, *Comentario do cerco de Goa e Chaul*, p. 16.

⁸ RIBEIRO, 1954, *Registos da Casa da Índia*, p. 300, registos 1264-1265.

⁹ BNP, mss., cód. 8171, cit. in PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 126-127.

¹⁰ BNP, mss., cód. 8171, cit. in PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 126-127.

¹¹ ABM, CMF, RG, t. 3, fl. 215.

¹² IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 28, fl. 202.

começara a ter dificuldades com os governadores anteriores e os militares castelhanos, em princípio porque aquilo que planeava não pressupunha o conflito alargado em que se entrara com a União Ibérica. Em causa também poderia estar a sua situação de residente e os vários conflitos que depois houve, sendo inclusivamente acusado de simpatizante dos Vimioso, como chegou a referir o conde de Lançarote, D. Agustín de Herrera y Rojas (1537-1598), a 4 de maio de 1583, afirmando que «fora criado da casa de Vimioso»¹³, uma informação que não recolhemos em mais parte alguma.

O novo governador, que se deslocou para o Funchal com uma importante biblioteca de assuntos militares, incluindo livros sobre arquitetura militar, ordenações régias, etc., aspeto de que só nos finais do século seguinte voltamos a ter referência, começou por remodelar os seus serviços, face aos problemas surgidos com os seus antecessores. Optou por diminuir o número de conselheiros militares para três, passando-os à categoria de ajudantes e escalando-os semanalmente para serviço. Estes conselheiros eram os chamados capitães entretenidos, ou seja, que não tinham companhia atribuída, mas recebiam ordenado, ou «Capitães da Sala do Governo», como vêm referidos no *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*¹⁴. Reuniam-se na Sala do governo da fortaleza apenas quando necessário. O governador podia assim organizar o seu serviço independentemente, para o que nomeou um secretário: Manuel de Amil, como «escrivão e secretário das cousas da guerra»¹⁵, que já em tempo do governador anterior participava de serviços desta área.

Um dos problemas do governador foi do seu alojamento, pois a fortaleza de S. Lourenço, onde vivia, não dispunha das condições mínimas de conforto, o que obrigava os titulares do cargo de governação a deslocarem-se acompanhados de mobília, como revela a quantidade de bagagem de que se fez acompanhar e que no final da vida fez inventariar. Esta situação, já de si desconfortável, piorava graças à necessidade de coabitar na fortaleza com os soldados do presídio castelhano, sobre os quais, até certo ponto, tinha pouco controlo. Tratava-se de uma guarnição castelhana, com comando castelhano e pagamento pelos dinheiros da coroa de Castela, pelo que a relação com o governador não podia ser absolutamente transparente. Por outro lado, o comandante do presídio correspondia-se diretamente com a corte de Madrid, o que logicamente ainda piorava a situação. A agravar este aspeto havia o de parte dos soldados deste presídio estarem alojados fora da fortaleza, em casas das imediações, pagas pelos dinheiros da fortificação do Funchal. O problema terá sido colocado ao governador pelo anterior tesoureiro da

¹³ Arquivo Geral de Simancas, *Guerra y Marina*, legado 145, docs. 150-151.

¹⁴ BNL, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*, fls. 10 e 10v.

¹⁵ ABM, CMF, RG, t. 2, fl. 204.

fortificação, Manuel de Amil, então secretário dos assuntos da guerra. O assunto foi levantado pelo tesoureiro seguinte, que tentou debitar essa despesa diretamente à Câmara do Funchal. O resultado foi uma carta de sentença de Lisboa, de 16 de maio de 1596, favorável à Câmara e contra o tesoureiro das obras da fortificação, então Garcia Mouzinho de Melo, «acerca dos quinhentos mil réis pelo aluguer das casas dos soldados castelhanos»¹⁶.

O problema já se arrastava há dois anos, tendo sido colocado em relação aos alugueres e reparos a fazer nestas casas e decidido por alvará de 25 de junho de 1594, que seriam pagos dos dois terços do dinheiro da imposição do vinho, aplicados para as obras da fortificação¹⁷. Dada a falta de liquidez contínua dos dinheiros da fortificação, em 1605 ainda se pagava aos poucos, como se comprova pelos 40\$000 réis entregues ao ourives Domingos Barbosa, «procurador bastante» de Sebastião da Silva, «das casas e chãos que lhe tomaram no quartel donde pousaram os soldados, por mandado do Governador e autos de diligências», parte do montante «dos quinhentos mil réis aplicados às casas»¹⁸.

A base da sentença do bispo-governador, que pensamos ser D. Pedro de Castilho (c. 1540-1615), que fora bispo de Angra e era, desde 1583, de Leiria, foi a carta de Filipe II, de junho de 1596, em que mandava que do dinheiro da fortificação se pagasse aos quatro capitães da Ilha, bem como aos três bombardeiros. Assim, tendo os capitães 80\$000 réis cada e os bombardeiros 36\$000 réis, perfazia-se a quantia de 428\$000 réis cada ano, «pelo que ainda fica muito para a fortificação»¹⁹, o que não seria bem verdade, pelo que o governador da Madeira tinha então mandado à Câmara a explicar a situação o sargento-mor Roque Borges de Sousa (c. 1550-1610)²⁰, que compareceu à sessão de 23 de setembro de 1596. Foi então explicada a «necessidade de fortificar a cidade conforme as traças d'El-Rei e que para isso havia falta de dinheiro e que o da fortificação se consumia com as casas dos soldados e com os capitães entretenidos», propondo-se que ou «se recolham os soldados na fortaleza ou se pagavam as casas da fazenda real e o mesmo se tinha nos capitães entretenidos». Os vereadores concordaram, assegurando «que escreveriam a Sua Majestade sobre isso»²¹. Mas tudo ficou na mesma, voltando os vereadores a reunirem-se no ano seguinte, a 21 de agosto de 1597, para analisar

¹⁶ ABM, CMF, RG, t. 3, fls. 232-238.

¹⁷ ABM, CMF, tomo velho, fls. 147-147v.; t. 3, fls. 212-212v.; e avulsos, maço 2, doc. 232.

¹⁸ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 18.

¹⁹ ABM, CMF, avulsos, cx. 2, docs. 236-237.

²⁰ IAN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 28, fl. 189v.; IAN/TT, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, liv. 693, fl. 13v.

²¹ ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1312, fl. 60v.

a necessidade de «os soldados virem morar para a fortaleza»²², tendo o Governador de ir então pessoalmente à Câmara, a 25 de setembro seguinte, para pedir dinheiro para «acabar a fortaleza que estava aberta»²³, ou seja o futuro baluarte do Castanheiro. O assunto, no entanto, arrastou-se pelos anos seguintes.

Os problemas de defesa atravessaram assim todo o governo de Diogo de Azambuja de Melo, pois logo nos finais de março de 1595, quando ainda estava em Lisboa, ocorrera mais um ataque inglês aos arquipélagos atlânticos, com um sucesso pouco evidente, pese embora o facto de terem sido atacadas povoações nas Canárias e ter sido saqueado o Porto Santo por uma nau sob o comando do capitão Amyas Preston²⁴. Os moradores daquela Ilha ainda se tentaram opor à pilhagem, mas impotentes para suster os ingleses, acabaram por fugir para o reduto do Pico do Castelo, tendo a vila sido incendiada, como tributo de honra pelos ferimentos sofridos por alguns dos invasores. Saliente-se que o móbil não foi propriamente o saque, como se depreende da descrição de um dos elementos da expedição, mas pura e simplesmente a ação de força e a destruição, com que achavam ganhar muita honra²⁵. A Madeira foi, assim, mais ou menos poupada nestes anos à pilhagem inglesa, o que não aconteceu, por exemplo, com os Açores, as Canárias, Cabo Verde e até o Brasil, mas a hipótese de um assédio era preocupação constante.

Em setembro de 1598, na sequência dos prováveis trabalhos de Manuel Bocarro de 1591, no tempo do governador D. António Pereira (c. 1550-c. 1614) tentou o governador Diogo de Azambuja de Melo montar uma fundição de canhões no Funchal, para fazer face à dificuldade de armamento pesado que se fazia sentir. Não fazemos ideia das dimensões e localização da fundição em causa, ainda que se tenha por certo não ser capaz de fundir grandes armas. As primeiras informações de que dispomos datam de setembro de 1598, quando se pagou 37\$500 a Sebastião Fernandes, «vizinho de Lisboa», «do frete do barro que trouxe para a fundição»²⁶. O forno estaria pronto em 1599, quando Pero Fernandes, «fundidor de artilharia», recebeu 4\$000 «para ajuda de fazer o forno em que fundiu o almofariz de refinar pólvora»²⁷. Entretanto tinham-se adquirido 2\$000 de «cobre para cinco carregadores (?) das cinco peças novas»²⁸. Em meados de 1599 pagou-se mais \$500 «duma barcada

²² ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1312, fl. 140v.

²³ ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1313, fls. 44-45.

²⁴ DAVIE, 1959, «Robert Davie's account of Preston's voyage», pp. 381-383.

²⁵ CARITA e CASTILHO, 1995, «O saque inglês de 1595 ao Porto Santo», pp. 83-87.

²⁶ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fls. 13v. e 15.

²⁷ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 18.

²⁸ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 18.

de lenha» e «quinze sacos de carvão que se gastaram na fundição», vindo ainda nesse ano mais barro²⁹.

Nestes finais de 1599 ainda ordenou o governador Diogo de Azambuja de Melo que se fizessem peças de artilharia, adquirindo-se 85\$060 de cobre ao comerciante flamengo Jacques Rodrigues de Lange e pelo que mais tarde foi paga a verba de 32\$929 a Jorge Martins, «de ajudar a fundir (...) as peças de artilharia»³⁰. Já na vigência de D. Luís Figueiredo de Lemos (1566-1629), «Bispo, capitão-mor»³¹, em 1603 se pagou também ao fundidor Pero Fernandes 2\$000, «de uma culatra que botou em uma peça de artilharia»³², mas não existem depois mais referências à fundição de artilharia do Funchal, só voltando a aparecer em 1797, quando se montou um forno para balas no então Forte Novo de S. Pedro.

Não havendo fundos para acabar definitivamente as grandes obras de fortificação do Funchal, o governador foi determinando pequenos trabalhos, na previsão do que viria a acontecer mais tarde. Assim e antes de terminado o baluarte-cavaleiro de S. Lourenço, depois denominado baluarte do Castanheiro, onde se encontra o Museu Militar da Madeira, trabalho nessa altura interrompido e só recomeçado em 1609, mandou o governador adquirir uma grande pedra de moinho a João Berte de Almeida, para serem lavradas as armas com que seria encimada a obra. A «pedra que lhe foi tomada do seu engenho para as armas que se lavraram para a Fortaleza» foi paga depois, em setembro de 1601 por 4\$000 réis³³. O licenciado João Berte de Almeida vendera o seu engenho de açúcar da ribeira de Santa Luzia a Pedro Gonçalves da Câmara, que fora proprietário das Casas das Cruzes, por escritura assinada a 11 de setembro de 1600 e pelo alto preço de 700\$000 réis. A pedra teria sido tomada assim antes dessa data, pois o engenho foi vendido «com todas suas entradas e saídas, logradouros, pertenças, serventias, direitos, posições que lhe diretamente pertençam e venham a pertencer». Era então «livre e desembargado de foro, ou pensão, e fora de toda a outra obrigação e hipoteca, somente devendo o dízimo a Deus»³⁴. Trata-se com certeza do grande brasão de armas que encima o baluarte do Castanheiro, recolocado no lugar em junho de 1993, peça inédita em Portugal, pois os reis de Castela sempre usaram aqui as armas nacionais. O governador Diogo de Azambuja de Melo, provavelmente, possuindo um desenho das armas castelhanas, num esmero exagerado, mandou comprar a mó de

²⁹ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fls. 16-16v.

³⁰ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 20v.

³¹ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 31.

³² ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 31.

³³ ABM, CMF, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, fl. 38v.

³⁴ ABM, *Misericórdia do Funchal*, liv. 40, fls. 49-58.

moinho, para melhor entalhar o conjunto envolvido pela ordem do Tosão de Ouro. Mais tarde, em 1640, picaram-se as armas de Castela e colaram-se em cima as Nacionais, em cantaria do Porto Santo. No entanto, ficou o colar do Tosão de Ouro e a coroa de Castela a lembrar as armas anteriores. Apeadas para amputação do cunhal do baluarte nas obras da Avenida Arriaga, em 1916, regressaram ao seu local em julho de 1993.

Os últimos anos do governo de Filipe II (1527-1598), com a nomeação dos governadores (1593-1599) e com os anteriores desastres da Invencível Armada (1588) e da armada de socorro de Cádiz, saqueada em 1596, foram calamitosos para Portugal, acabando com o pouco que restava do poderio naval português. A situação atlântica de Portugal representava a primeira linha de defesa da Península Ibérica de Filipe de Habsburgo, situando-se aqui os principais alvos dos seus inimigos, que se refletiram nas nossas pessoas e bens, acabando Portugal por ser uma das principais vítimas da política imperialista do monarca, situação que se estendeu a todo o ultramar português. A 13 de setembro de 1598 morria no seu mosteiro/palácio do Escorial, Filipe de Habsburgo, I de Portugal e II de Castela, não deixando muitas saudades, embora se tenha de reconhecer um certo tacto administrativo no seu reinado, infelizmente arruinado com estes últimos desastres. Em meados de outubro de 1599 faleceu no Funchal o governador Diogo de Azambuja de Melo, pelo que a 31 desse mês se efetuaram eleições na Câmara Municipal do Funchal. Nesta eleição entraram o bispo, D. Luís Figueiredo de Lemos, o desembargador Dr. José Lobo, que aqui estava desde o 1.º de janeiro desse ano³⁵, e a vereação camarária, «fidalgos, gente da governança e capitães (...)»³⁶. A eleição do prelado para substituir o governador seria norma local a partir dessa data, embora só viesse a ser oficialmente instituída na 2.ª metade do séc. XVIII.

Bagagem de um Capitão Português da Segunda Metade do Séc. XVI

O largo inventário mandado fazer por Diogo de Azambuja de Melo, por 25 de setembro de 1599, data referida no mesmo ao abordar as 11 chaves das várias embalagens que nesse dia deu ao seu secretário Duarte de Melo, um mês antes de falecer, o que leva a crer que nessa altura deveria estar a aguardar ordem para regressar a Lisboa, é uma grata surpresa na medida em que fornece pistas interessantes para avaliar o percurso, cuidado e cultura, de pelo menos este governador da Madeira. O inventário, hoje na

³⁵ ABM, CMF, Vereações, liv. 1314, fl. 2; ABM, CMF, RG, t. 3, fls. 244v.-245.

³⁶ ABM, CMF, RG, t. 3, fls. 45-47.

documentação da Santa Casa da Misericórdia de Évora, mal escrito e ortografado³⁷, não é de fácil leitura nem interpretação, pois foi feito de acordo com a distribuição dos livros, objetos, instrumentos, etc., pelo espaço disponível nas várias caixas, cofres, quartos de barril, etc., à medida que estes iam sendo embarcados e por alguém que não sabia bem o que estava a escrever, parecendo ter sido ditado. Acresce ser uma cópia mandada fazer no Funchal, perante o juiz ordinário da Câmara Diogo Pereira da Silva, por João Vaz Mendes, «estante nesta cidade», a pedido do mesmo, «de uns papéis e itens de coisas que o capitão geral desta Ilha Diogo de Azambuja de Melo, já defunto, mandara daqui para a cidade de Lisboa por Duarte de Melo», a 22 de agosto de 1600³⁸, podendo inclusivamente deduzir-se que Duarte de Melo seguira com aquele material antes do falecimento do governador. A responsabilidade aqui cometida a Duarte de Melo está em linha com aquilo que parecem ter sido as relações entre os dois homens, caracterizadas por grande confiança do governador na pessoa do secretário, pois não só transportava bens dele em conjunto com os seus, mas ainda lhe confiava papéis em branco e assinados, a fim de que, em Lisboa, escrevesse por ele ao rei, ou aos governadores, sobre assuntos de serviço relativos ao seu regresso ao reino. Como secretário que era, a Duarte de Melo competia, ainda, escrever as cartas que o governador enviava para o continente, e que se destinavam, como adiante melhor se verá, aos mais altos dignitários do país, o que também é demonstrativo da intimidade existente entre os dois.

A biblioteca e arquivo que seguiram para Lisboa eram verdadeiramente fantásticos para a época³⁹, pois deixam entrever que o velho governador teria frequentado as lendárias Aulas do Paço, ou Aulas dos Moços Fidalgos e a Aula da Esfera do Dr. Pedro Nunes (1502-1578), dado incluir a bibliografia, que de uma ou outra forma, aparece citada nessas aulas⁴⁰. Menciona-se, assim, um volume do *Tratado da Esfera* «em pergaminho branco», do Doutor Pedro Nunes (1502-1578), de que há várias versões a partir de 1537, tal como um *Reportório*, também em «pergaminho branco», que pensamos que seja o de Jerónimo Chaves, editado em 1572, ou de André Aguiar, que sucedeu na cátedra de Coimbra a Pedro Nunes, mais completo e de 1585, e a *Navegação e compêndio da esfera*, de Martín Cortés de Albarca (1510-1582), que devia ser uma tradução, pois que a obra original é *Breve compendio de la Sphera y de la Arte de navegar, con nuevos instrumentos*

³⁷ PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 127.

³⁸ PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 127.

³⁹ PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», pp. 128-140.

⁴⁰ *Sphaera Mundi*, 2008.

y reglas, ejemplarizado con muy sutiles demostraciones, Sevilha, de 1551, um livro inglês de navegação, etc. Aliás, entre os seus instrumentos figuravam vários globos terrestres, inúmera cartografia, balestilhas, astrolábios, agulhas de marear, níveis, prumos, etc., parafernália que atesta bem as competências também de navegação de Diogo Azambuja. De salientar aqui a atualidade de todos estes volumes, publicados havia pouco tempo, o que comprova o interesse com que o governador seguia este tipo de assuntos, alguns ligados a necessidades de informação decorrentes da sua atividade governativa, sobretudo no Oriente, mas outros mais imediatamente relacionados com um espírito curioso que gostava de aprofundar conhecimentos na área da Matemática, por exemplo.

Tratando-se da biblioteca de um governador faz sentido que nela se encontrem suportes legislativos, o que, neste caso, acontece com «o primeiro livro das ordenações portuguesas», talvez as de D. Manuel I (1469-1521) de 1514, tal como «as ordenações de Castela em tábuas pardas, em uso muito grande» e «As Ordenações de Portugal em pergaminho branco», cópia que deve ter arranjado no Desembargo do Paço, mas não devendo ser as ordenações sebásticas que não teriam esse título, sendo por certo as Filipinas, mandadas coligir por 1590 e sancionadas em 1595, embora só publicadas em 1603, mas de que já circulavam cópias. No elenco constam ainda dois volumes da *Regra da Ordem de Cristo*, talvez o volume editado em 1504, ou uma cópia com as alterações introduzidas por D. João III (1502-1557), em 1529, o que se explicará pelo facto de o governador se ter tornado cavaleiro daquela Ordem em 1594. Existem depois inúmeros livros de carácter militar, *Regimento de Milícia*, de Bernardino Roqua, que não identificámos, tal como o *Tratado dos Esquadrões*, a *Fortificação* de Girolamo Cataneo (c. 1520-1584), talvez a edição de Brescia, de 1567, *Da Arquiteura* de Leão Bautista Alberti (1404-1472), que pensamos ser *De Re Aedificatoria*, com inúmeras edições, *Arquitetura Militar* de Pietro Cataneo (1510-1574), provavelmente a edição de Veneza, de 1554, *As Duas Regras da Perspetiva*, etc.

O conjunto de livros e manuscritos refere também outro tipo de livros ainda mais técnicos, como a *Geometria* de Euclides, um *Manual do Contador*, *Livro das Quatro Regras da Aritmética*, etc., mas também um bom acervo de obras mais literárias entre as quais se contam os sonetos de Petrarca (1304-1374), a cuja leitura servia, julgamos, o dicionário de italiano que o governador também tinha, o *Livro Segundo* de Cícero (106.a.C-46-a.C.), que deve ser uma tradução de *De Legibus (Das Leis)*, *Os Comentários* de Caio Júlio César (100 a.C-44 a.C.), ou seja, uma cópia, em princípio, dos *Commentarii de Bello Gallico*. A presença de várias obras de História também contribui para que se acrescente este tema àqueles que interessavam o governador, e essa afinidade pode documentar-se através da presença no espólio do governante de *A Republica dos*

Venezianos, La Araucana, de Alonso de Ercilla (1533-1594), que versa a guerra que, na América do Sul, se deu entre espanhóis e mapuches ou araucanos, um livro sobre os oito maiores imperadores turcos, e, ainda, uma História Cesárea. Outro aspeto que chama a atenção e que releva da listagem bibliográfica de Diogo de Azambuja é o facto de nela constarem livros em inglês, como acontece com um «livro em inglês de navegação, em pergaminho», ou francês, de que é exemplo «um livro francês de cavalaria», o que, aparentemente, torna o governador capaz de ler naquelas línguas, uma vez que, ao contrário do que acontece para o italiano, em que se socorre de um dicionário, não há indicações desse tipo de auxiliares para as duas línguas em questão. A fechar o capítulo bibliográfico e imagético registam-se ainda uma série de pinturas e livros de arte e de viagens, como, claro, inúmeros livros religiosos.

Apesar de todos estes registos de exemplares, há, porém, alguns que brilham pela ausência como acontece com os livros dessa época sobre os feitos portugueses no Oriente, como o *Comentario do cerco de Goa e Chaul, no anno de MDLXX*, no tempo do vice-rei D. Luís de Ataíde (1517-1580), do cronista António de Castilho (c. 1525-1593), editado em 1573, onde o governador aparece citado.

O conjunto de manuscritos era ainda mais numeroso, com atados de cartas, desde as que recebera ainda no Maluco, incluindo as oficiais de governação, como cópias das cartas que escrevera ao rei, ao conde de Portalegre, ao arcebispo, ao conde meirinho-mor, ao conde de Santa Cruz, aos secretários Miguel de Moura, Diogo Velho, Cristóvão Soares, etc. Este lote de personalidades com quem se correspondia o governador, e no qual figuram, para além do rei, os cinco membros do Conselho que governou Portugal após a morte do cardeal Alberto de Áustria, a saber o conde de Portalegre, D. João da Silva, o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro (1536-1635), o conde meirinho-mor, D. Duarte de Castelo Branco, a quem Filipe II fez conde de Sabugal em 1582, o conde de Santa Cruz, título atribuído pelo rei a D. Francisco de Mascarenhas e, finalmente, Miguel de Moura, que depois de uma boa carreira ao serviço da monarquia portuguesa, foi elevado por Filipe II ao lugar de escrivão da puridade, mostram um Diogo de Azambuja muito bem integrado na monarquia dual e com acesso direto aos seus mais altos representantes tanto em Portugal como em Espanha.

Mas as relações epistolares de Diogo de Azambuja não se estabelecem numa direção apenas vertical, no sentido em que as cartas se destinavam a personalidades que lhe eram hierarquicamente superiores. De um plano mais horizontal, mais interpares, também se conservam registos, nomeadamente os que atestam a receção de cartas de Jerónimo de Almeida, capitão general de Angola entre 1593 e 1594, que tratavam assuntos que tinham que ver com Estevão da Gama (c. 1505-1576), filho de Vasco da Gama, e governador da Índia de 1540 a 1542.

Na lista dos correspondentes não se encontram, no entanto, apenas figuras de relevância política, o que se demonstra pelo facto de o governador também ter ligação epistológrafa com frei Nicolau Coelho, um cientista, contemporâneo de Pedro Nunes e seu substituto eventual nas aulas de Matemática da Universidade de Coimbra. Esta ligação vem pôr em evidência que, para além das suas funções de governo, Diogo de Azambuja estava genuinamente interessado em assuntos da área do conhecimento científico, pelo que a ampla biblioteca que possuía sobre a temática transcendia, com certeza, um carácter meramente utilitário e se destinava a satisfazer uma curiosidade pessoal que era independente de questões profissionais. Para além de todo este importante acervo de cartas cuidadosamente guardadas, Diogo de Azambuja também se correspondia com a família, nomeadamente com a mãe e com a mulher, D. Guiomar, e essas missivas, de índole muito pessoal, tinham para ele importância suficiente para serem inventariáveis. Na área do registo escrito, mas agora já não sob a forma de carta, o governador conservava documentos significativos para a sua vida, na medida em que ou documentavam os diversos patamares da carreira, como alguns que vieram de Maluco e continham a procuração do governador, ou testemunhavam episódios menos simpáticos como o que atestava as diferenças que tivera com «o torto de Duarte Pereira» em Maluco, ou as relações com o «traidor alferes Clemente». Outros papéis reportavam a questões de pagamentos que o rei lhe deveria fazer, o que, a crer no testemunho de Gabriel Pereira, que afirma ter o governador despendido no serviço do rei «incríveis somas de dinheiro de que não teve satisfação», acabaria por nunca acontecer. A exaustiva presença desta correspondência das mais diversas origens, destinatários e fins acaba por revelar uma faceta do governador que o mostra como um homem cuidadoso e organizado, com uma longa carreira já cumprida, cujas marcas eram meticulosamente conservadas.

Havia ainda informações pessoais sobre a Madeira, que recolhera em pequenos livros, tal como outro material referente à sua governação, inclusivamente cópias dos contratos da venda dos bens de Fernão Gonçalves da Câmara ao Colégio dos Jesuítas, em que entrava a chamada Quinta Grande.

O inventário inclui ainda o mobiliário pessoal, como a cama do governador, que parece ter sido desmanchada para ir para Lisboa, tal como a do seu secretário Melo, uma série de cadeiras e móveis com gavetas, havendo referências a móveis da Flandres e a coisas vindas da Índia, tal como uma grande quantidade de pratos em estanho. O elencar deste mobiliário, acompanhado de outros bens de apetrechamento doméstico, como sejam cortinas, ainda que gastas, um número razoável de quadros, candelabros ou uma toalha de linho da China, mostram, por outro lado, o desconforto absoluto das instalações que a Madeira disponibilizava aos seus governadores, nas

quais tudo faltava, obrigando os titulares a suprirem, a expensas e trabalhos próprios, as carências com que se deparavam.

Curiosamente, não há qualquer alusão a porcelanas da China, sendo a única menção àquele território feita a propósito da já referida toalha de linho. Havia ainda um retábulo, várias pinturas religiosas, rosários, alguns incompletos, e com a indicação de serem feitos de sementes do Perú, um realejo, este algo complexo, com os foles do órgão de chumbo, com encerados, alamares brancos e que era forrado interiormente por baeta verde, seguindo tudo no cofre da Flandres. Para Lisboa seguiu também a cadeirinha, com as suas varandas e cortinas, na qual o governador se devia deslocar para visitas mais oficiais, com a indicação que seria para dar ao padre frei Cristóvão. Discrimina-se ainda no inventário um enorme conjunto de vestes de cerimónia, umas dadas como mais usadas, e armas de aparato, com adereços em prata, tal como um quase incontável conjunto de tecidos de centenas de varas dos mais diversos panos. A descrição bastante circunstanciada das diversas vestimentas permite surpreender um nobre que tinha perfeita consciência do seu estatuto e que se sabia vestir para as ocasiões, mas também um indivíduo que não se eximia de inventariar «duas gualteiras de seda muito velhas» ou um «bentinho velho», ou, ainda, «uns calções do mesmo veludo lavrado preto, tudo velho», num apontamento que pode denotar um elevado espírito de poupança, ou uma situação que não seria de grande desafogo económico, ou até as duas coisas em simultâneo. Os cuidados que o vestuário lhe merecia são, ainda, testemunhados pelo facto de, no conjunto dos bens arrolados, figurar uma conta de alfaiate, único item do género, a sublinhar, talvez, as despesas mais avultadas que o governador realizava com aquele lado particular da sua vida.

Um dos atados de cartas era de D. Guiomar Pereira, sempre assim mencionada e à qual deveriam ser entregues algumas das varas de tecidos. D. Diogo de Azambuja contraíra matrimónio com esta senhora, já em idade avançada⁴¹, sendo a mesma filha de Jácome Pereira de Melo e já anteriormente casada quatro vezes, com a qual, em princípio, não esperava vir a fazer vida em comum, dado ter professado na Ordem de Cristo. Apesar disso, o governador trata-a sempre com deferência, destinando-lhe de forma inequívoca alguns dos tecidos que o acompanhavam, nomeadamente 26 côvados de um tecido grosso, de lã, e 66 pares de peles de coelho.

Em 1601 ou 1602, D. Guiomar, cinco vezes viúva, ainda viria a contrair matrimónio com o antigo governador Tristão Vaz da Veiga (1537-1604). Não temos muito mais informações de D. Guiomar Pereira, tudo levando a crer que os seus casamentos se teriam

⁴¹ PEREIRA, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», p. 126.

realizado por estrita conveniência das famílias envolvidas e de forma a partilhar os bens, como era o caso dos remanescentes dos antigos governadores da Madeira.

Na extensa listagem de bens é possível surpreender alguns que permitem um vislumbre de aspetos mais privados da vida do governador, como acontece com a menção de um conjunto de penas de pavão, para limpar o pó, ou uma forma de madeira do seu pé, que trouxera de Maluco e que se usava para molde de calçado.

Em artigo dedicado à formação intelectual das elites coloniais, Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos⁴² afirmam que, no que toca a abordagens que permitam esclarecer o âmbito dos conhecimentos dos membros daquelas elites, a «cultura material e cultura intelectual podem ser lidas conjuntamente, ou a cultura intelectual também pode ser decifrada a partir da cultura material», e este singular inventário dos bens de um governador do Império testemunha bem as duas vertentes da cultura que a autora refere. O arrolamento dos bens de Diogo de Azambuja permite, de facto, estabelecer com segurança qual o património intelectual de que dispunha o governante, que aqui se revela como um homem singularmente informado e muito atualizado no que toca a aspetos técnicos e científicos do seu tempo e da sua profissão. Por outro lado, porém, e ainda dentro da vertente não material da sua vida, constata-se a existência de um outro conjunto de publicações que satisfazia necessidades diferentes: as da fruição literária propriamente dita, representada por poetas, filósofos, e outras figuras relevantes da Antiguidade ou do Renascimento italiano, e a religiosa, porque as obras de sermões, orações, vidas de santos, pontificam igualmente no espólio. Assim, e deste ponto de vista, a imagem que emerge de Diogo de Azambuja é claramente um homem do seu tempo, uma figura do Renascimento, com interesses diversificados que procurava satisfazer.

Se se considerar, agora, o que o inventário revela da materialidade da sua existência, deparamo-nos com um indivíduo que não descurava a apresentação, mas que igualmente se preocupava com aspetos comezinhos do quotidiano, como sejam a posse de inúmeras peças de tecidos diversos, as mobílias e outros bens da esfera da domesticidade – pratos, cobertores, cortinas, ou, ainda, num patamar inferior, a preocupação com tarefas tão insignificantes como a de limpar o pó.

Diogo de Azambuja revela-se, portanto, do seu inventário, como um homem que cuidava de todos os pormenores tanto da sua vida institucional, como da de crente, como, ainda, da que respeitava a um viver do dia-a-dia, e esta imagem contribui, sem dúvida, para um esclarecimento raro e abrangente daquelas que eram as preocupações de um membro esclarecido da governança do Império.

⁴² XAVIER e SANTOS, «Cultura Intelectual das Elites Coloniais», p. 23.

Manuscritos Citados

- Arquivo Geral de Simancas, *Guerra y Marina*, legado 145.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, avulsos, cx. 2.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Livro de Receita e Despesa da Fortificação, 1600-1611*, n/class.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Registo Geral*, tomo velho, t. 2 e t. 3.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Vereações*, livs. 1312-1314.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, *Misericórdia do Funchal*, liv. 40.
- Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Filipe I*, Doações, liv. 28.
- Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, liv. 693.
- Biblioteca Nacional de Lisboa, *Reservados*, cód. 8391, *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda do Funchal*, 1775.
- Biblioteca Nacional de Paris, *Manuscritos portugueses*, cód. 8171, *Privilégios e Liberdades dos comendadores e cavaleiros da Ordem de Cristo*.

Bibliografia Consultada

- CARITA, Rui, 1991, *História da Madeira, A crise da 2.ª metade do Séc. XVI (1566-1600)*, II vol., Funchal, SRE.
- CARITA, Rui e CASTILHO, José, 1995, «O saque inglês de 1595 ao Porto Santo», in *Islenha*, n.º 16, Funchal, DRAC, pp. 83-87.
- CASTILHO, António de, 1573, *Comentario do cerco de Goa e Chaul, no anno de MDLXX, Viso Rey Dom Luis de Ataide, scripto por Antonio de Castilho, Guarda mor da torre do Tombo, por mandado del Rey nosso Senhor*, Lisboa, Antonio Gonçalves.
- DAVIE, Robert, 1959, «Robert Davie's account of Preston's voyage», in *Privateering Voyages to the West Indies, 1588-1595*, Cambridge, ed. Denneth K. Andrews to Hakluyt Society, University Press, pp. 381-383.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas... 1722*, Funchal, SRTC/CEHA.

- PEREIRA, Gabriel, 1951, «Diogo de Azambuja e Diogo de Azambuja de Melo. Documentos do Arquivo da Santa Casa. A bagagem de um Capitão Português no século XVI», in *Estudos Eborenses*, 3.º vol., Évora, edições Nazareth, pp. 115-140.
- RIBEIRO, Luciano, 1954, *Registos da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, 2008, textos de Jorge Couto e outros, catálogo de exposição realizada entre 21 de fevereiro a 31 de abril de 2008, Lisboa, BNP.
- XAVIER, Ângela Barreto e SANTOS, Catarina Madeira, 2007, «Cultura Intelectual das Elites Coloniais», in *Revista de História das Ideias*, n.º 24, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, pp. 9-33.

A Ecologia Política dos Desastres na Ilha da Madeira: Vulnerabilidade, Adaptação e Risco, no Século XIX

The Political Ecology of Disasters on Madeira Island: Vulnerability, Adaptation and Risk in the 19th Century

*V. Nuno Martins*¹

Resumo

O conceito de vulnerabilidade permite analisar as causas na origem dos desastres, porém, continuam a escassear os trabalhos que utilizam uma perspetiva histórica para avaliar a vulnerabilidade, das regiões e sociedades, aos riscos naturais, biológicos e antrópicos. Este estudo adotou, assim, uma abordagem histórica para analisar os processos multidimensionais que influenciaram a vulnerabilidade de desastre da Madeira, e para elucidar sobre os processos adaptativos estabelecidos pela sociedade madeirense, de modo a reduzir o risco de desastre na ilha.

Os princípios teóricos da ecologia política foram utilizados na análise da vulnerabilidade e, enquanto métodos de pesquisa documental, foram adotados na recolha e análise das fontes primárias e secundárias. Este estudo concluiu que os desastres ocorridos em Oitocentos, na Madeira, resultaram da interação entre os agentes de perigosidade natural, biológica e antrópica, e as diferentes vulnerabilidades associadas à sociedade madeirense, tendo estas origem em processos marcadamente políticos, económicos, sociais, demográficos e ambientais.

O burocrático e ineficaz sistema de administração da Madeira, a forte dependência de uma monocultura de exportação e a organização feudal tornaram a ilha e o seu sistema social

¹ Doutorado em Ciência e Gestão de Desastre pela Universidade de Delaware, nos Estados Unidos da América, e atualmente investigador de pós-doutoramento no Disaster Research Center. É membro do Centro de Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Tem desenvolvido investigação no domínio da governação e gestão do risco de desastre desde 2009, primeiro na Universidade dos Açores, e nos últimos cinco anos na Universidade de Delaware. Tem interesse pelas questões associadas com a vulnerabilidade social, a resiliência de desastre, a preparação e a mitigação de desastre, e as adaptações socioculturais aos fenómenos de risco, e utiliza métodos qualitativos, quantitativos e sistemas de informação geográfica no âmbito da sua investigação. Tem um livro e vários artigos publicados em revistas internacionais e é presença assídua em conferências. Vive em Wilmington, no estado de Delaware. Contacto: nmartins@udel.edu.

vulnerável aos desastres, condicionando a sua capacidade para se adaptar a uma geografia de risco. Estes fatores também limitaram a capacidade da sociedade insular de Oitocentos de se preparar, responder e recuperar dos diferentes desastres que assolaram a Madeira no século XIX, como as aluviões, as epidemias e as crises de fome. Apesar da identificação de processos adaptativos na ilha, designadamente, o controlo de fatores ambientais (poios e levadas), o padrão de ocupação territorial, a gestão dos recursos naturais e a mitigação estrutural e não estrutural do risco de desastre, estas adaptações revelaram-se incapazes de compensar as vulnerabilidades existentes à época, o que explica o registo histórico de desastre no século XIX. Este estudo também concluiu que as vulnerabilidades da Madeira em Oitocentos derivavam, por um lado, das vulnerabilidades criadas desde o povoamento da ilha, disseminadas ao longo dos séculos, e por outro das vulnerabilidades inerentes à sociedade madeirense do século XIX.

É, ainda, importante sublinhar que a vulnerabilidade da Madeira não foi influenciada somente por processos que tiveram lugar na ilha, mas também por dinâmicas nacionais e globais. Com base nestas conclusões, foram tecidas, neste trabalho, um conjunto de apreciações, de modo a contribuir para a atual governação e gestão do risco de desastre na Madeira.

Palavras-chave: Desastre; Vulnerabilidade; Adaptação; Ecologia Política; Risco; Dimensão Temporal; Escala Espacial; Abordagem Histórica; Ilha da Madeira.

Abstract

The concept of vulnerability allows one to understand the root causes of disasters; yet few studies adopted a historical perspective to assess the vulnerability of societies and regions to natural, biological and anthropic risks. Therefore, this work adopted a historical perspective to evaluate the multidimensional processes that influenced the vulnerability of Madeira to disasters and to identify the strategies adopted by the Madeiran society to mitigate disaster risk on the island.

The principles of political ecology were adopted in order to examine vulnerability while documental analysis methods were chosen to collect and analyze the primary and secondary data sources. This study concluded that the disasters that occurred in Madeira in the 19th century resulted from the complex interaction between natural, biological and anthropic hazards and the various vulnerabilities associated with the Madeiran society, that resulted from political, economic, social, demographic and environmental processes.

The bureaucratic, remote, and inefficient system of political administration of Madeira, its economic dependence on a monoculture of exportation and the feudal social structure that existed at that time made the island and its society vulnerable to disasters and diminished their capacity to adapt to a geography of risk. Furthermore, these factors limited the ability of the Madeirans to prepare for, cope with, and recover from the disasters that took place in the 19th century, such as flash-floods, epidemics and famines. The identification of various adaptive methods and practices developed by the Madeirans, like control of ecological factors (*poios* and *levadas*), land use patterns, management of natural resources and structural and non-structural disaster mitigation, were insufficient to counteract the vulnerabilities that were being created, which explains the historical record of disaster on the island in the 19th century. This work also concluded that the vulnerability of Madeira in

the 19th century resulted from vulnerabilities that were established since the settlement of the island in the 15th century that were propagated throughout the course of time, but also from vulnerabilities inherent to the Madeiran society of the 19th century.

It is critical to stress that the vulnerability of Madeira to disasters was not only influenced by processes that took place on the island, but also from national and global dynamics. According to these findings, we made several recommendations that are useful for the present governance and management of disaster risk on the island.

Keywords: Disaster; Vulnerability; Adaptation; Political Ecology; Risk; Temporal Dimension; Spatial Scale; Historical Approach; Madeira Island.

Introdução

Os desastres foram interpretados ao longo da história da Humanidade como Atos de Deus, que visavam, sobretudo, punir os comportamentos desviantes do Homem. Esta representação do desastre enquanto fenómeno divino viria a ser questionada no século XVIII, pela mão da corrente Iluminista que se instalara, então, na Europa. A este respeito, ficou célebre o diálogo aceso mantido entre Voltaire e Rousseau, após o terramoto de Lisboa (1755), no qual esgrimiram vários argumentos sobre o papel de Deus neste desastre, acabando por procurar na natureza e no comportamento humano, as razões para a calamidade que arrasou Lisboa.

Atualmente, é consensual que os desastres não são Atos de Deus ou Atos da Natureza, uma vez que estes ocorrem na esfera de interação entre um perigo, que pode ser natural, tecnológico ou biológico, e uma sociedade particularmente vulnerável. Ou seja, o desastre ocorre quando um determinado perigo explora as vulnerabilidades existentes numa sociedade, que derivam por sua vez de processos multidimensionais, desde políticos até socioeconómicos, entre outros. Com a ausência de um destes elementos, o perigo ou a vulnerabilidade, não há, portanto, desastre². Assim, a vulnerabilidade associada às sociedades humanas assume um papel central na compreensão do desastre enquanto processo social, cultural e histórico.

Com origem no seio das ciências sociais, o conceito de vulnerabilidade refere-se aos processos de origem política, económica, social, cultural, demográfica, tecnológica, institucional, ambiental ou infraestrutural, que influenciam a capacidade de uma sociedade para se preparar, enfrentar, responder e recuperar de um desastre. Nesta perspetiva, a vulnerabilidade é resultante dos processos e das estruturas que

² BLAIKIE *et al.*, 1994, *At risk: Natural hazards [...]*, p. 284.

caracterizam as sociedades³. Deste modo, o conceito de vulnerabilidade desempenha um papel central na investigação das dinâmicas temporais e espaciais dos episódios de desastre, bem como na identificação das causas na origem desses eventos disruptivos. Adicionalmente, o conceito de vulnerabilidade tem sido utilizado por instituições governamentais e não-governamentais, a nível internacional, nacional e regional, para definir políticas, estratégias e medidas, com vista a reduzir o risco de desastre.

De acordo com a literatura, há vários modelos teórico-conceituais que definem o conceito de vulnerabilidade e identificam os seus principais componentes, a partir de perspetivas disciplinares distintas, bem como métodos para avaliar o nível de vulnerabilidade de indivíduos, comunidades e sociedades aos desastres. Uma revisão da literatura permite identificar algumas das limitações teóricas e metodológicas associadas ao conceito de vulnerabilidade. Referimo-nos, no caso específico deste artigo, à falta de integração da dimensão temporal, e em particular, da abordagem histórica, na contextualização da vulnerabilidade aos desastres. Uma vez que a vulnerabilidade é um processo dinâmico, dado evoluir ao longo do tempo, torna-se, assim, indispensável desenvolver abordagens teórico-conceituais e metodológicas que integrem a dimensão temporal na análise das vulnerabilidades aos desastres⁴.

Este artigo insere-se nessa lógica, isto é, no contexto da implementação de uma abordagem teórico-conceitual e metodológica que permita contextualizar a evolução da vulnerabilidade, na ilha da Madeira, no século XIX, com recurso a uma abordagem histórica. Em bom rigor, há diferentes vantagens em adotar por uma perspetiva histórica na análise de vulnerabilidade.

Em primeiro lugar, permite examinar os processos de vulnerabilidade e determinar como é que a sua evolução influenciou os níveis e os padrões de vulnerabilidade aos desastres, ao longo do tempo num espaço geográfico. Ou seja, é possível apurar se houve ou não um aumento, dos níveis de vulnerabilidade numa sociedade, se ocorreram mudanças nos processos que influenciam a vulnerabilidade, ou ainda se há novos processos a condicionar a vulnerabilidade social aos riscos naturais, tecnológicos ou biológicos. Em segundo lugar, uma análise histórica possibilita estudar a relação de causa-efeito entre a vulnerabilidade e os fenómenos de desastre, tornando, assim, possível identificar e caracterizar os processos que contribuíram ou contribuem para a ocorrência de desastres. Em terceiro lugar, ajuda a determinar se vulnerabilidades criadas no passado (i.e., anos, décadas ou séculos) condicionam ou influenciam os desastres que têm lugar no presente. Em quarto lugar, ao utilizar uma abordagem temporal, é possível identificar

³ OLIVER-SMITH, 1999, «“What is a disaster?” [...]», pp. 18-34.

⁴ MARTINS, 2017, *The Historical Construction of Vulnerability* [...], p. 372.

o conjunto de modificações que ocorrem nas estruturas de uma sociedade (i.e., ideologia; forma de governação; economia; organização e estrutura social), ao longo do tempo, de modo a determinar o modo como estas influenciam a evolução da vulnerabilidade e a ocorrência de desastres. Por último, facilita a identificação e a análise das adaptações que são desenvolvidas pelas sociedades, de modo a mitigar as suas vulnerabilidades, reduzir o risco de desastre e ainda minimizar a exposição aos fenómenos de perigosidade.

Tendo em conta os possíveis méritos de uma perspetiva histórica para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e de desastre, este artigo procurará, assim, descrever a vulnerabilidade da sociedade madeirense, no século XIX. Tendo em conta o objetivo deste estudo, bem como a limitação teórica-conceptual e metodológica previamente discutida, este artigo procurará responder a três perguntas:

- I. No caso da ilha da Madeira, qual é o contributo de uma perspetiva histórica para contextualizar a vulnerabilidade da sociedade madeirense aos fenómenos de desastre, no século XIX, bem como para compreender os desastres ocorridos na ilha nesse século?
- II. Qual foi a função desempenhada por processos políticos, económicos, sociais, demográficos e ambientais na construção de vulnerabilidades na Madeira, ao longo do século XIX?
- III. Quais foram os processos adaptativos implementados pela sociedade madeirense para minimizar o risco de desastre na ilha, e até que ponto foram efetivos?

Situada no Oceano Atlântico Norte, a aproximadamente 900 km sudoeste de Portugal Continental e a 700 km oeste da Costa Ocidental Africana, a ilha da Madeira apresenta um conjunto de características importante para o estudo da vulnerabilidade. A principal razão prende-se com o seu registo histórico de desastre, que é particularmente significativo. A ilha tem sido afetada por aluviões desde o início do seu povoamento, em 1425, eventos que causaram perdas humanas e materiais assinaláveis. Por exemplo, no século XIX, a ilha foi afetada por oito aluviões, sendo a aluvião de 9 de Outubro de 1803, a mais catastrófica da história da Madeira⁵. As epidemias de varíola, em 1815 e 1873, e de cólera, em 1856, bem como a crise de fome, em 1846 e 1847, são exemplos de outros desastres que abalaram a sociedade madeirense de Oitocentos. Importa sublinhar que este artigo não considera apenas os desastres desencadeados por perigos naturais, como as aluviões, mas também equaciona os desastres motivados por perigos biológicos e antrópicos, como as epidemias ou a fome, respetivamente. De facto, como teremos a oportunidade de discutir neste artigo, os desastres ocorridos na Madeira em Oitocentos

⁵ QUINTAL, 1999, «Aluviões da Madeira [...]», pp. 31-48.

foram altamente influenciados pelas vulnerabilidades estruturais da sociedade madeirense. Ou seja, essas vulnerabilidades foram exploradas por perigos naturais, como por perigos biológicos ou antrópicos, o que justifica o registo histórico de desastre no século XIX, na Madeira.

O passado colonial da Madeira é outra razão que nos conduza a estudar a vulnerabilidade da ilha. Importa identificar e conhecer as implicações de uma administração colonial na criação de fatores de vulnerabilidade e determinar as suas implicações na forma como os fenómenos de desastre foram governados e geridos na ilha.

A terceira razão prende-se com a primazia que tem sido dada, na Madeira, ao estudo dos desastres a partir da perspectiva das ciências geofísicas, negligenciando os processos de natureza social, quando estes são preponderantes para a compreensão do desastre enquanto fenómeno complexo. Julgamos relevante, deste modo, discutir um conjunto de processos ligados às sociedades, como as estruturas de poder político, o modelo económico, a organização social, a evolução demográfica, os padrões de povoamento, entre outros, de modo a conhecer o seu papel na geração de vulnerabilidade aos desastres, na Madeira, no século XIX.

Em suma, este artigo utilizará uma abordagem histórica, baseada nos princípios da ecologia política, para identificar, analisar e discutir os processos que influenciaram a vulnerabilidade da ilha da Madeira ao longo do século XIX, e ainda para identificar as diferentes adaptações que foram desenvolvidas, ou não, pela sociedade madeirense, para reduzir a sua exposição aos riscos. Ao mesmo tempo, esta abordagem permitirá identificar as causas de raiz dos desastres que aconteceram na ilha, no século XIX, bem como determinar se vulnerabilidades construídas ao longo do século XIX influenciaram os desastres ocorridos recentemente na Madeira.

Método

Enquadramento Teórico

Este estudo adota os princípios teóricos da ecologia política. Esta abordagem conceptual teve a sua origem na década de 1970, quando vários estudos analisaram o papel das relações de poder no modo como a relação homem-ambiente evolui, com o objetivo de enquadrar numa série de questões, desafios e conflitos ambientais.

Em geral, a ecologia política é bastante útil, quando aplicada aos estudos de vulnerabilidade e de desastre, uma vez que permite analisar a influência de fatores políticos, económicos e sociais na forma como as sociedades interagem com o

ambiente, sendo que dessa interação surgem padrões de vulnerabilidade, mas também de adaptação aos desastres. Assim, a ênfase é colocada não só na interação entre o homem e o ambiente, mas também na importância dos processos políticos, económicos e sociais, no modo como a interação homem-ambiente evolui no tempo e no espaço, e o seu contributo para a geração de padrões de vulnerabilidade e de adaptação aos desastres⁶.

O modelo apresentado neste estudo obedece a dois pressupostos teóricos. Primeiro, a vulnerabilidade resulta das interações espaciais e temporais mantidas entre processos sociais, políticos, económicos e ambientais que, em conjunto, determinam a capacidade de uma sociedade se preparar, responder e recuperar de um desastre. Estes processos também influenciam os processos adaptativos que são desenvolvidos pelas sociedades de modo a minimizarem a sua exposição ao risco.

Segundo, a adaptação aos fenómenos de perigosidade tem um efeito no nível de vulnerabilidade das sociedades⁷, por exemplo, uma maior capacidade adaptativa reduz os níveis de vulnerabilidade, enquanto uma menor capacidade adaptativa contribui para níveis de vulnerabilidade mais elevada.

Em termos conceptuais, este modelo apresenta quatro dimensões para a análise da vulnerabilidade: a social, a político-económica, a ambiental e a adaptação sociocultural⁸. No que toca à primeira dimensão, esta integra um conjunto de processos de origem social, nomeadamente, a evolução demográfica, a estrutura social e as condições de vida e de bem-estar. Uma série de fatores demográficos, como o crescimento e a densidade populacional e as migrações (internas e externas) influenciam os padrões de ocupação do território e, dessa forma, o grau de exposição ao risco⁹. De um modo geral, as populações mais vulneráveis estão localizadas nas áreas de risco mais elevado. A organização social abrange os fatores que contribuem para a estratificação dos grupos sociais, do ponto de vista socioeconómico. Efetivamente, os indivíduos e as famílias, com menores recursos financeiros e mais marginalizadas socialmente, são muito mais vulneráveis aos desastres, pois residem geralmente em áreas de risco mais elevado, as suas habitações são pouco resilientes para resistir aos perigos e, por fim, não possuem os recursos necessários para responder a um desastre ou então para recuperar de uma calamidade¹⁰. A vulnerabilidade social também é determinada pelas condições sociais e de vida dos indivíduos.

⁶ OLIVER-SMITH, 1999, «“What is a disaster?” [...]», pp. 18-34.

⁷ OLIVER-SMITH, 1999, «“What is a disaster?” [...]», pp. 18-34.

⁸ MARTINS, 2017, *The Historical Construction of Vulnerability [...]*, p. 372.

⁹ CUTTER *et al.*, 2003, «Social vulnerability to environmental hazards», pp. 242-261.

¹⁰ HEWITT, 1997, *Regions of risk: A geographical introduction [...]*, p. 410.

Distribuição de riqueza, desigualdade e o grau de acesso à educação, cuidados de saúde e habitação são indicadores que permitem distinguir os indivíduos em termos da sua vulnerabilidade¹¹.

A dimensão político-económica analisa a vulnerabilidade com recurso a diferentes processos: o sistema de administração política e a governação, a tomada de decisão, a distribuição das funções administrativas, as dependências entre centro e periferia, a economia, o uso de recursos locais e a dependência externa. A governação, o modelo de administração e os processos de tomada de decisão comportam efeitos sociais, económicos e governamentais, com implicações na vulnerabilidade das regiões e respetivas sociedades¹². Por exemplo, o nível e a qualidade do acesso a serviços básicos e a apoios sociais determinam o grau de vulnerabilidade dos indivíduos¹³. A promoção de políticas de desenvolvimento pouco sustentáveis conduz à formação de vulnerabilidades sociais, económicas, ambientais e infraestruturais, aumentando o risco de desastre.¹⁴ A ausência de políticas e iniciativas públicas com vista à redução do risco ou o incumprimento das leis e dos instrumentos de mitigação do risco de desastre também geram vulnerabilidade. Por sua vez, a concentração das funções políticas e administrativas numa região em particular, representa um aumento significativo da exposição de indivíduos, edifícios, infraestruturas e de funções societárias importantes aos perigos¹⁵. Como é constatável nos exemplos anteriores, a dimensão política assume um papel central na criação de vulnerabilidades.

As dependências entre o centro e a periferia são importantes no contexto da vulnerabilidade, sobretudo no caso de territórios insulares, como a ilha da Madeira. As regiões situadas na periferia são mais vulneráveis aos desastres por serem mais pobres, subdesenvolvidas, suscetíveis às perturbações da economia mundial e por dependerem do crescimento económico das regiões centrais para gerarem riqueza¹⁶. Outros fatores económicos, como o controlo dos meios de produção, a natureza do mercado de trabalho, o acesso a recursos (ou a falta) e a dependência externa, também permitem analisar a vulnerabilidade de uma região, tanto em termos económicos, como sociais e ambientais¹⁷.

¹¹ BLAIKIE *et al.*, 1994, *At risk: Natural hazards* [...], p. 284; CANNON *et al.*, 2003, *Social vulnerability. Sustainable livelihoods* [...], pp. 1-63.

¹² PELLING e UITTO, 2001, «Small island developing states: Natural disaster [...]», pp. 49-62.

¹³ MASCARENHAS e WISNER, 2012, «Politics: power and disasters», pp. 48-60.

¹⁴ PELLING e UITTO, 2001, «Small island developing states: Natural disaster [...]», pp. 49-62.

¹⁵ ARAGÓN-DURAND, 2007, «Urbanisation and flood vulnerability [...]», pp. 477-494.

¹⁶ BALCILAR *et al.*, 2017, «Testing the dependency theory on small island economies [...]», pp. 1-11.

¹⁷ CUTTER *et al.*, 2003, «Social vulnerability to environmental hazards», pp. 242-261.

Na dimensão ambiental encontramos três processos: o enquadramento geofísico, os perigos e a degradação do ambiente. A caracterização do ambiente geofísico permite identificar os perigos característicos de uma região, bem como a frequência e a magnitude destes¹⁸. A degradação ambiental influencia a vulnerabilidade de diferentes formas, por exemplo, por meio da degradação das condições de subsistência, da degradação dos recursos naturais e do aumento da frequência e magnitude da perigosidade natural.

Finalmente, na quarta dimensão, podemos distinguir entre diferentes formas de adaptação sociocultural, designadamente: a gestão dos fatores ecológicos, os padrões de ocupação do território e a mitigação do risco. A primeira forma de adaptação inclui as políticas, programas e medidas dedicadas à governação e gestão sustentável dos recursos ecológicos, como a água, o solo ou a floresta. A segunda forma abarca os padrões de ocupação territorial, nomeadamente, se estes traduzem uma preocupação das populações com a exposição aos perigos. Por fim, a mitigação do risco compreende tanto políticas e medidas estruturais, como as intervenções de engenharia, e ainda as políticas e medidas não infraestruturais, como o planeamento e ordenamento territorial.

Recolha e Análise dos Dados

Este estudo utilizou métodos de pesquisa documental para identificar, caracterizar e descrever os processos de vulnerabilidade que tiveram lugar na Madeira, no século XIX, e também para enquadrar as adaptações que foram desenvolvidas para mitigar o risco de desastre, nesse espaço temporal. As fontes de informação utilizadas neste estudo foram selecionadas de acordo com as dimensões, os processos e os fatores de vulnerabilidade incluídos no modelo teórico adotado, discutidos previamente.

Utilizámos fontes primárias e secundárias neste estudo. As fontes primárias foram recolhidas no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Consultámos os seguintes arquivos: i) Arquivo do Governo Civil (Registo de correspondência da administração do concelho; Registo de correspondência com autoridades diversas; Registo de correspondência com câmaras municipais; Atas do Conselho de Distrito; Registo de Correspondência Entrada; Atas das Sessões); ii) Administração do Concelho do Funchal (Registo da Correspondência Expedida; Registo da Correspondência Recebida; Emolumentos); iii) vereações das câmaras municipais do Funchal, de Machico e de São Vicente. No que se refere às fontes secundárias, optou-se por

¹⁸ SMITH e PETLEY, 2009, *Environmental hazards: assessing risk [...]*, p. 416.

analisar informação presente em livros, monografias, artigos científicos, bibliografias, enciclopédias, relatórios técnicos, literatura, fotografias, jornais, legislação (regional e municipal) e ainda informação estatística.

De modo a analisar as fontes de informação, utilizámos um método de análise qualitativa: a análise de conteúdo direta. Esta técnica permitiu analisar os dados documentais, tendo por referência os processos e os fatores de vulnerabilidade identificados no modelo teórico, bem como identificar outros processos que permitem descrever a evolução da vulnerabilidade¹⁹. Uma parte importante da análise dos dados envolveu a preparação de uma anotação para cada um dos dados consultados e analisados. O objetivo da anotação foi, em primeiro lugar, resumir e avaliar as fontes primárias e secundárias e, em segundo lugar, identificar os processos de vulnerabilidade que não foram incluídos no modelo conceptual desenvolvido para este estudo.

A codificação da informação documental recolhida foi desenvolvida em três etapas complementares. Na primeira etapa utilizámos o método de código provisório, baseado nas dimensões e processos incluídos no modelo teórico, e ainda o método de código inicial, que resultaram da análise das anotações e das fontes primárias e secundárias. Na fase seguinte, utilizámos o método de código axial. Este método permitiu identificar as principais categorias e subcategorias de vulnerabilidade com base na análise dos códigos iniciais e provisórios, acima mencionados. Na última etapa, optámos por utilizar o método de código teórico de modo a identificar os principais temas e a estabelecer a relação entre temas, categorias e subcategorias de vulnerabilidade. Este processo de codificação permitiu identificar os principais processos e fatores que determinaram a vulnerabilidade da Madeira aos desastres, no século XIX.

Resultados e Discussão

Construção de Vulnerabilidade no Século XIX

O século XIX é um período importante da história da Madeira, no qual tiveram lugar mudanças políticas, económicas e sociais e eventos, com grande significado histórico. Neste período temporal, o sistema de administração da região foi alvo de uma reforma relativamente importante, introduzida após o estabelecimento da Monarquia Constitucional em 1834; a economia do vinho colapsou após dois séculos a produzir riqueza para o Estado Central, os mercadores ingleses e as elites regionais; a Madeira

¹⁹ HSIEH e SHANNON, 2005, «Three approaches to qualitative content analysis», pp. 1277-1288.

perdeu parte da sua importância geoestratégica no Atlântico; o contrato de colónia continuou a dividir a sociedade madeirense em dois grupos sociais, os senhorios e os colonos, e a servir de mecanismo de controlo político, económico e social; a região foi ocupada pelos ingleses em duas ocasiões; a população madeirense aumentou na segunda metade de século e continuou a privilegiar a ocupação da costa sul da Madeira; a emigração intensificou-se, em função da desaceleração da economia, da pobreza generalizada e das crises de fome; a degradação ambiental, nomeadamente a deflorestação das serras, continuou a produzir efeitos nefastos para o sistema socio-ecológico madeirense; a ilha foi fustigada por aluviões, epidemias, pragas e crises de subsistência; e, por fim, surgiu uma maior consciencialização entre as elites para as grandes questões políticas, económicas, sociais e ambientais da época, bem como para os problemas que afetavam o quotidiano da ilha.

É a partir deste contexto que devemos analisar a vulnerabilidade da sociedade madeirense de Oitocentos aos fenómenos de desastre. Como teremos a oportunidade de analisar neste estudo, estas dinâmicas, mudanças e eventos políticos, económicos, sociais, demográficos e ambientais influenciaram, diretamente, a evolução dos níveis e padrões de vulnerabilidade e geraram condições favoráveis à ocorrência de desastres. Em verdadeiro rigor, as aluviões, as epidemias e as crises de fome do século XIX foram largamente influenciadas pela vulnerabilidade estrutural da sociedade madeirense, como concluiremos em seguida.

A governação da Madeira no século XIX era fortemente condicionada pela arquitetura de poder político-administrativo, definida pelo Reino de Portugal para a administração dos seus domínios ultramarinos. No século XIX, de modo geral, os poderes políticos e administrativos estavam centralizados no Reino, sendo a administração da Madeira, em virtude disso, excessivamente burocrática, distante, ineficiente e ineficaz. Além da falta de poderes políticos e administrativos, as autoridades madeirenses não tinham os recursos necessários para promover o desenvolvimento da região. Apesar da reforma do sistema administrativo, introduzida em 1834, uma reforma que visou conceder maior poder político e administrativo às autoridades regionais, aumentar os seus meios financeiros e agilizar a governação da região, a verdade é que a administração da Madeira se manteve sobre o controlo apertado do Reino durante esse período.

De facto, o sistema de administração política foi um fator que condicionou decisivamente a vulnerabilidade da Madeira, por diferentes ordens de razão. Em primeiro lugar, apesar dos governadores serem os representantes do Estado na Madeira, os seus poderes encontravam-se bastante limitados pela ação do próprio Estado. O Estado adotou uma postura que limitava a autoridade dos governadores da ilha e que diminuía a capacidades destes para gerir as questões relativas à administração da região, desde

as político-económicas até às sociais e ambientais²⁰. Ou seja, os órgãos de poder da Madeira eram secundários, dada a sua falta de poder, sendo este sistema de administração uma barreira ao desenvolvimento da ilha.

Paralelamente, o Estado também era criticado por legislar sem ter em conta as singularidades da Madeira, isto é, as leis criadas em Portugal Continental não consideravam o contexto geográfico da Madeira, nem as necessidades, os costumes e as tradições dos madeirenses, e ainda os recursos à disposição destes. Por outro lado, um conjunto de reformas fundamentais para o desenvolvimento social e económico da Madeira, como a liberalização das terras, a criação de instituições bancárias, a melhor administração da alfândega e o fim de monopólios comerciais²¹, só poderiam ser implementadas por intervenção direta do Estado. Novamente, as autoridades regionais não tinham o poder necessário para decidir sobre os destinos e as questões fundamentais da Madeira, o que, irremediavelmente, contribuiu para o subdesenvolvimento da ilha. Ao mesmo tempo, as comunicações entre Portugal e Madeira eram pouco frequentes e muito difíceis, o que dificultava o processo de tomada de decisão.

Acresce também que o Estado Central controlava e limitava, de forma bastante austera, os recursos à disposição das autoridades madeirenses²². Com poucos recursos à disposição e com a vigilância apertada do Estado, as autoridades regionais não tinham meios financeiros para construir infraestruturas vitais ao desenvolvimento da Madeira, como levadas, estradas e túneis²³. Estas obras eram necessárias para aumentar a área agrícola existente na ilha, facilitar as comunicações entre localidades, dinamizar o transporte de produtos agrícolas e conceder uma fonte de rendimento às populações mais desfavorecidas, sobretudo nos períodos de crise no comércio do vinho.

A ausência de recursos financeiros também teve repercussões sociais. Num século marcado por crises de subsistência, aluviões, epidemias e uma crise social particularmente marcante, as autoridades madeirenses tinham grande dificuldade em acudir à população, dependendo frequentemente do contributo do Estado Central e da filantropia dos ingleses radicados na ilha. Por sua vez, o acesso limitado a recursos financeiros também condicionava a mitigação dos riscos naturais. As autoridades regionais debatiam-se com uma crónica ausência de meios financeiros para mitigar o risco de desastre, por exemplo, na construção de muralhas de proteção das ribeiras que atravessam a maioria

²⁰ RODRIGUES, 2001, «As guerras napoleónicas e o fim do Antigo Regime [...]», pp. 87-107.

²¹ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira [ABM], *Clamor Público*, Edição de 12 de Novembro de 1855, fl. 1.

²² NEPOMUCENO, 1994, *As crises de subsistência na História da Madeira*, p. 255.

²³ ABM, *Clamor Público*, Edição de 28 de Abril de 1856, fl. 2.

dos principais núcleos populacionais²⁴, na limpeza das ribeiras e nos trabalhos de reflorestação²⁵. Adicionalmente, também havia grande escassez de meios para apoiar as populações afetadas por desastres, bem como para recuperar a região após as aluviões.

O sistema de administração da Madeira constituiu-se assim como um preponderante mecanismo de criação e propagação de vulnerabilidade, no século XIX. Este sistema de administração condicionou o crescimento económico da ilha, o que explica o seu subdesenvolvimento histórico, uma herança do passado colonial, mas também teve um impacto negativo nas condições sociais da população. A limitada capacidade das autoridades madeirenses em responder às crises sociais, económicas e de saúde pública que ocorreram em Oitocentos, em mitigar os riscos naturais e em recuperar a ilha das aluviões resultaram largamente da presença de um sistema de governação burocrático, distante e ineficaz, que não dotava a região de recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

Além do sistema de administração, a economia da Madeira também apresentava particularidades que influenciaram a vulnerabilidade da sociedade insular. No início do século XIX, o comércio do vinho mantinha-se como a principal atividade económica da região e a sua maior fonte de riqueza, entrando em declínio ainda neste século, designadamente, na segunda metade de Oitocentos. O vinho sucedeu ao açúcar, como principal produto de exportação, por influência dos senhorios, interessados em retirar o máximo proveito económico das suas terras, do Estado Central, que encontrava no comércio do vinho uma fonte de receita através da cobrança de impostos aduaneiros, das autoridades regionais, uma vez que esta atividade impulsionava a economia da região e era geradora de recursos financeiros, e dos mercadores ingleses, os atores responsáveis pela comercialização do vinho Madeira²⁶.

Apesar da riqueza gerada pela comercialização do vinho e da sua grande influência social, pois a maioria da população madeirense dependia desta atividade económica para sobreviver, a economia da região estava inteiramente dependente deste setor para gerar e distribuir riqueza. Deste modo, uma quebra na produção do vinho, no seu valor de mercado ou uma menor procura pelo vinho nos mercados internacionais conduziriam, irremediavelmente, a uma recessão na Madeira, bem como a uma crise social. Ironicamente, à semelhança do que acontecera com o comércio do açúcar alguns séculos antes, a Madeira estava novamente exposta aos riscos inerentes às monoculturas

²⁴ ABM, Governo Civil, *Administração do Concelho*, liv. 133, fls. 15v.-16, 28 de Agosto de 1840.

²⁵ ALMEIDA, 1907, *Archivo de Marinha e Ultramar: Madeira e Porto Santo [...]*, p. 487.

²⁶ NEPOMUCENO, 1994, *As crises de subsistência na História da Madeira*, p. 255; BRANCO e JASMIN RODRIGUES, 1993, «Apropriação da natureza no arquipélago da Madeira [...]», pp. 597-622.

de exportação. De facto, com o declínio do comércio do vinho da Madeira, na década de 1820 e na segunda metade de Oitocentos, motivado pela maior competição dos vinhos estrangeiros, após o fim das Guerras Napoleónicas, pela menor procura pelo vinho nos mercados tradicionais²⁷, pelos elevados custos de produção e pelas pragas que atingiram as vinhas²⁸, a região entrou numa grave recessão económica e crise social, com a degradação geral das condições de vida do madeirense. Ou seja, a prosperidade da região e da sociedade madeirense dependia quase exclusivamente do comércio do vinho.

Ainda para mais, tal como acontecera durante o ciclo do açúcar, os agricultores de Oitocentos cultivavam sobretudo a uva e negligenciavam as culturas de subsistência, um problema que era reconhecido pelas autoridades regionais²⁹. Devido à monocultura da vinha, a região importava a maioria dos bens necessários à alimentação do madeirense, aumentando assim a sua dependência externa. Com o declínio do comércio do vinho, pelas razões acima mencionadas, a Madeira perdeu a capacidade de adquirir bens essenciais nos mercados externos, pois o vinho era utilizado como moeda de troca para a aquisição de bens essenciais. O declínio do comércio do vinho está assim associado às crises de subsistência do século XIX, um importante fator de vulnerabilidade social.

O comércio do vinho também prestou um papel fundamental para reforçar a importância geoestratégica da Madeira e, sobretudo, para colocar a Madeira nas rotas comerciais e de navegação do Atlântico³⁰. Naturalmente, com o declínio da comercialização do seu vinho, a Madeira acabou por perder essa relevância geoestratégica, aumentando ainda mais o seu isolamento e a sua dependência externa.

A economia da Madeira, no século XIX, era particularmente frágil com naturais repercussões na vulnerabilidade social. O declínio da exportação do vinho, atividade na qual assentava a economia da região e a subsistência do madeirense, contribuiu para a degradação das condições sociais, sobretudo entre os camponeses, procurando estes, na emigração, uma fuga à pobreza e à fome. Os produtores de vinho, os senhorios e os mercadores ingleses, por sua vez, também foram prejudicados pelo declínio do comércio do vinho, porém, de forma menos substancial em termos sociais do que as classes mais desfavorecidas da ilha. As autoridades regionais também foram prejudicadas com o colapso do comércio do vinho, uma vez que tinham menos recursos para apoiar a

²⁷ BARROS e GUERRA, 2010, *Funchal 500 anos* [...], p. 219.

²⁸ CÂMARA, 2002, *A economia da Madeira (1850-1914)*, p. 355.

²⁹ ALMEIDA, 1907, *Arquivo de Marinha e Ultramar: Madeira e Porto Santo* [...], p. 487.

³⁰ CARITA, 2013, *História do Funchal*, p. 252.

população, em tempos de crise, para mitigar os riscos³¹ e para promover a reflorestação das serras, uma medida essencial para proteger as populações da ilha.

Em Oitocentos, a Madeira apresentava um quadro político, administrativo e económico de grande vulnerabilidade. Este foi marcado pela falta de acesso a poderes políticos e administrativos e pela forte dependência do comércio do vinho, condicionando a capacidade da sociedade madeirense em mitigar, responder e recuperar das perturbações causadas pelas aluviões, epidemias e crises de fome. A região também apresentava um contexto social particularmente vulnerável, fruto da organização feudal da sociedade madeirense, com dois grupos sociais: os senhorios e os colonos.

A sociedade madeirense de Oitocentos ainda apresentava uma organização social de natureza feudal. A distribuição de terras com recurso ao sistema de sesmarias, numa primeira fase, e ao contrato de vinculação, numa fase posterior, determinou a divisão da sociedade em dois grupos sociais: os senhorios e os camponeses. O surgimento do contrato de colónia no século XVI reforçou essa divisão entre esses grupos sociais e aumentou a estratificação existente entre ambos. Ou seja, o regime de colónia ditou que a propriedade das terras estivesse na posse de um número relativamente reduzido de indivíduos e suas famílias, enquanto milhares de colonos cultivavam as suas terras. O contrato de colónia foi, assim, um importante instrumento que acabou por influenciar as relações económicas, políticas e sociais na Madeira, no século XIX.

Os senhorios constituíam-se como a classe dominante, abastada e poderosa da ilha, cuja prosperidade resultava do trabalho árduo dos colonos nos campos, enquanto os colonos eram a classe produtiva, uma classe explorada, pobre e sujeita aos termos injustos, impostos pelo contrato de colónia. Aliás, um destes termos, a sucessão hereditária, conduziu à subdivisão das parcelas agrícolas em pequenos minifúndios³², o que condenava os colonos à pobreza dado a pequena área de cultivo que tinham à disposição, diminuindo a sua fonte de rendimento e de subsistência.

Além do controlo dos meios de produção, como as terras e o capital, os senhorios também forçaram os colonos a cultivar a uva³³, cultura que permitia gerar riqueza através do comércio do vinho. Nos períodos de prosperidade no comércio do vinho, os colonos acabavam por melhorar os seus rendimentos e a sua condição de vida. Porém, fruto da sua condição social e económica, o colono também era o mais prejudicado nos períodos

³¹ Na manutenção das muralhas que protegiam as vilas das aluviões, na construção de novas muralhas de proteção das ribeiras ou na limpeza das ribeiras.

³² CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the Colonia Tenancy Contract [...]», pp. 213-233.

³³ NEPOMUCENO, 1994, *As crises de subsistência na História da Madeira*, p. 255; ARAGÃO, 1992, *O espírito do lugar. A cidade do Funchal*, p. 155.

de recessão, uma vez que perdia a sua única fonte de rendimento³⁴. Durante os períodos de recessão, a própria subsistência dos colonos estava em risco pois estes não davam prioridade às culturas de subsistência. Em suma, os colonos eram uma classe vulnerável, sem grande capacidade para responder a um desastre, mitigar os riscos, ou recuperar das calamidades desencadeadas pela natureza montanhosa da ilha, enquanto os senhorios eram uma classe menos vulnerável, pois controlavam o acesso aos mecanismos de poder e aos recursos, como o capital e os meios de produção. Os senhorios tinham mais recursos à disposição para responder aos desafios impostos pela natureza da ilha e também para recuperar das calamidades induzidas pelas ameaças naturais e antrópicas.

Tendo em conta o sistema de administração política da Madeira, a dependência de uma monocultura de exportação e a acentuada estratificação social, torna-se claro que a sociedade madeirense de Oitocentos era particularmente vulnerável aos fenómenos de desastre. Tirando as classes mais privilegiadas, a maioria da população era pobre e a sua sobrevivência estava em risco, devido à escassez do cereal e de outros bens. A habitação da maioria da população era também ela pobre e rudimentar³⁵. As condições de vida eram humildes, por exemplo, a dieta do madeirense era pobre em proteína e rica em hidratos de carbono³⁶. Os cuidados de higiene, da generalidade da população, eram escassos, o que ajuda a compreender as crises de saúde pública que tiveram lugar no século XIX. O acesso a cuidados de saúde era reduzido, sobretudo entre as populações das zonas rurais da ilha³⁷, enquanto os níveis de iliteracia eram elevados. Na última década do século XIX, por exemplo, 84,5% da população madeirense era analfabeta³⁸. Dada a vulnerabilidade da sociedade madeirense de Oitocentos, esta tinha grandes dificuldades em responder e recuperar das consequências danosas, impostas pelas crises sociais, fome, aluviões, epidemias e pragas.

Outra dinâmica ocorrida em Oitocentos, com influência nos níveis de vulnerabilidade, foi o aumento da população. Entre 1806 e 1900, a população madeirense evoluiu de 87.754 residentes para 147.953 residente, uma taxa de crescimento de 68%, em pouco menos de 100 anos³⁹. Esta dinâmica demográfica naturalmente contribuiu para aumentar os níveis de exposição aos riscos. Além do mais, entre 1864 e 1900, a percentagem de população a viver nos municípios localizados na

³⁴ NATIVIDADE, 1954, *Madeira a epopeia rural*, p. 42.

³⁵ RIBEIRO, 1985, *A ilha da Madeira até meados do Século XX* [...], p. 71.

³⁶ SILVA, 1994, *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense (1750-1900)*, p. 241.

³⁷ SILVA e MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, volume II, p. 440.

³⁸ DIRECÇÃO DA ESTATÍSTICA GERAL E COMMERCIO, 1896, *Censo da População do Reino de Portugal* [...], p. 456.

³⁹ MARTINS, 2017, *The Historical Construction of Vulnerability* [...], p. 372.

costa sul da ilha evoluiu de 80,2% para 85,4%⁴⁰. Este padrão demográfico é bastante relevante, dada a maior concentração populacional em áreas historicamente expostas aos perigos naturais e com um registo histórico de desastre bastante considerável.

Além das condições sociais desfavoráveis e das dinâmicas demográficas, o século XIX ficou marcado por uma série de eventos que conduziram à degradação das condições de vida na Madeira. O colapso no comércio do vinho, as epidemias de cólera e de varíola, as fomes de 1846 e 1847 e as aluviões de 1803, 1815, 1842, 1856 e 1895 agravaram a crise social, o que deteriorou as condições de vida do madeirense. A crise social ajudou a reforçar a vulnerabilidade já existente na ilha.

A emigração madeirense com destino à Demerara primeiro, e mais tarde em direção ao Brasil, América do Norte e Havai, acaba por ser uma consequência da crise social do século XIX⁴¹. Outro dado que ilustra esta crise social é o elevado número de mendigos que residiam nas ruas do Funchal. A mendicidade foi um fenómeno importante nas décadas de 1840 e 1850 devido à recessão económica que atingiu a ilha. Em 1856, por exemplo, 2,6% da população do Funchal era constituída por mendigos⁴². Testemunhos históricos também indicam a grande presença de mendigos nas ruas do Funchal, nas últimas décadas do século XIX⁴³. O aumento da prostituição e do abandono infantil⁴⁴ são outros exemplos que testemunham a grande vulnerabilidade da sociedade madeirense de Oitocentos. A crise de fome de 1846 e 1847 também exacerbou a crise social de Oitocentos. Por fim, o impacto social das aluviões também foi importante, sobretudo a de 1803. Além das perdas humanas e materiais, as aluviões também comportaram uma perda económica relevante, nomeadamente, a destruição dos terrenos agrícolas e das plantações, com repercussões nos rendimentos, nas condições de vida e da subsistência da população madeirense.

Torna-se claro que a crise económica e social, as epidemias, as crises de fome e as aluviões exacerbaram as vulnerabilidades de uma sociedade já de si vulnerável, fruto de um sistema de administração desadequado à realidade da Madeira, de uma economia dependente do comércio do vinho e de uma estrutura social feudal, que promovia a desigualdade e a injustiça social. Neste contexto político, económico e social, como é que uma sociedade vulnerável como a madeirense poderia estar preparada para responder aos perigos impostos pela natureza da ilha, para mitigar os diferentes riscos

⁴⁰ MARTINS, 2017, *The Historical Construction of Vulnerability [...]*, p. 372.

⁴¹ RIBEIRO, 1985, *A ilha da Madeira até meados do Século XX [...]*, p. 71.

⁴² ABM, Administração do Concelho do Funchal, *Registo de Correspondência Expedida*, liv. 301, fls. 10-11, 11 de Abril de 1856.

⁴³ BIDDLE, 1896, *The Madeira Islands*, p. 184.

⁴⁴ DINIS, 2001, *Os expostos no Concelho do Funchal (1820-1869)*, p. 246.

ou para recuperar dos desastres que tiveram lugar neste período? As vulnerabilidades estruturais da sociedade madeirense de Oitocentos, em conjunto com a exposição a diferentes formas de perigo, determinaram, assim, de forma decisiva, os desastres recorrentes ocorridos na Madeira durante este século.

Os Padrões de Adaptação Sociocultural

O século XIX na Madeira não ficou marcado somente pela criação de vulnerabilidades, mas também pela presença de padrões de adaptação aos riscos. Podemos distinguir entre diferentes formas de adaptação sociocultural, nomeadamente, o controlo de fatores ambientais, os padrões de povoamento do território, a gestão dos recursos naturais e a mitigação estrutural e não estrutural do risco.

A natureza montanhosa da Madeira constituiu-se como um fator que condicionou, desde o início do povoamento, o quotidiano das populações insulares, forçando o madeirense a adaptar-se às circunstâncias geográficas da ilha, com recurso a diferentes técnicas. Os poios e as levadas foram as técnicas desenvolvidas pelo madeirense para controlar os fatores necessários ao desenvolvimento da Madeira, nomeadamente, a terra e a água.

Os poios são terraços que permitiram a plantação de culturas nos terrenos acidentados da Madeira, bem como controlar os processos de erosão hídrica. Construídos desde o início do povoamento, os poios são terrenos agrícolas estreitos, com uma área muito reduzida⁴⁵, que se encontram presentes nas encostas da Madeira desde o nível do mar até a uma cota de 800 metros. Os poios desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da Madeira, pois permitiram aumentar a área agrícola da ilha e controlar a erosão hídrica dos solos, dois fatores que influenciaram a produtividade agrícola. Além da função económica, os poios desempenharam uma função ambiental, designadamente, diminuíram a erosão dos solos que havia sido causada pela intervenção antrópica através de queimadas e do corte de árvores. Os poios também reduziram o escoamento superficial e contribuíram para a estabilidade das encostas acidentadas da ilha, o que minimizou o risco de movimentos de vertente.

Os poios foram determinantes para o desenvolvimento económico da Madeira, porém, este não teria sido possível sem a construção das levadas.

As levadas são canais, aquedutos e túneis de irrigação que transportam a água, a partir de centenas de nascentes, distribuídas ao longo da ilha, em direção aos poios, permitindo o cultivo destes. As levadas proporcionaram diferentes benefícios, ao longo

⁴⁵ Os poios mais exíguos medem algumas dezenas de metros quadrados.

dos séculos. Em primeiro lugar, estas estruturas permitiram recolher, armazenar e distribuir a água de acordo com as necessidades agrícolas, aumentando, desta forma, a área agrícola. Foi com a construção das levadas que o madeirense conseguiu ultrapassar um importante paradoxo geográfico, ou seja, as terras mais férteis da Madeira estão localizadas na costa sul enquanto a água é mais abundante na costa norte. Deste modo, a construção das levadas tornou a distribuição da água menos errática na ilha. Em segundo lugar, as levadas permitiram diminuir o escoamento superficial, a erosão hídrica e o risco de deslizamentos de vertente⁴⁶, uma ação ambiental preponderante numa ilha que se debatia com graves problemas de deflorestação no século XIX. À semelhança dos poios, as levadas também cumpriram, historicamente, uma função económica e uma função ambiental.

Não existem evidências que os padrões de povoamento na Madeira reflitam uma preocupação com a exposição aos perigos naturais, como aluviões ou movimentos de vertente. Um conjunto de motivações geográficas e económicas e os sistemas de distribuição de terras determinaram a evolução da estrutura de povoamento da Madeira. Porém, há um conjunto de características associadas aos padrões de povoamento da Madeira que acabaram por diminuir a exposição do madeirense aos fenómenos de perigosidade.

O padrão de povoamento disperso, característico da Madeira, por exemplo, reduziu o grau de exposição aos perigos naturais. No século XIX, o Funchal era a única cidade da Madeira, existindo pequenas vilas, distribuídas ao longo da costa sul e da costa norte. Uma proporção importante da população madeirense vivia, assim, disseminada nas encostas da ilha, em casas isoladas ou então em pequenos agrupamentos⁴⁷, o que diminuía, deste modo, o seu grau de exposição aos perigos naturais. Aliás, os impactes sociais, económicos e infraestruturais causados pelas aluviões mais disruptivas⁴⁸ de Oitocentos suportam esta conclusão. Estes foram muito mais significativos nas áreas com um povoamento, marcadamente concentrado, do que nas regiões com um povoamento disperso.

O povoamento dos lombos ou lombadas também produziu, em certos locais da ilha, um efeito positivo na redução do risco. Lombos e lombadas são denominações que visam caracterizar os interflúvios na Madeira, áreas alongadas, estreitas e geralmente com um declive mais suave. Estas áreas foram povoadas pelo madeirense ao longo

⁴⁶ DUNCAN, 1972, *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes* [...], p. 291.

⁴⁷ RIBEIRO, 1985, *A ilha da Madeira até meados do Século XX* [...], p. 71.

⁴⁸ As aluviões que causaram mais perdas humanas e materiais, bem como prejuízos económicos, no século XIX, ocorreram nos anos de 1803, 1815, 1848, 1856 e 1895.

dos séculos, sendo que, vários lombos e lombadas na ilha, apresentam um menor grau de exposição a perigos naturais, em resultado dos declives suaves e também da sua distância em relação aos cursos de água de regime torrencial.

Por outro lado, os padrões de povoamento também refletem uma inadaptação aos perigos naturais. A localização do Funchal, bem como das principais vilas da Madeira, na foz das ribeiras, acabou por influenciar, desde o povoamento da ilha, a exposição das populações aos fenómenos de aluvião. As consequências mais catastróficas das aluviões de Oitocentos viveram-se, acima de tudo, nas aglomerações populacionais situadas na foz das ribeiras que apresentam um regime torrencial, por exemplo, no Funchal, Machico, Santa Cruz, São Vicente, Calheta e Ponta do Sol⁴⁹.

A exploração económica da ilha e as necessidades económicas do madeirense contribuíram, largamente, para a deflorestação maciça das serras da Madeira, o que motivou o Poder Central e as autoridades regionais a desenvolver um conjunto de regimentos com vista à proteção das florestas, nomeadamente, o Regimento das madeiras de 1515 e o Regimento novo das madeiras de 1562.

De acordo com estes regimentos, o poder municipal era responsável por aplicar e fiscalizar as normas referentes à gestão das florestas na Madeira. Estes regimentos visavam promover a proteção das florestas da Madeira, com recursos a diferentes medidas. Em primeiro lugar, o poder municipal era responsável pela emissão de licenças a autorizar o corte das lenhas, licenças que só podiam ser emitidas anualmente. O corte de arvoredo, na proximidade dos cursos de água, era estritamente proibido, de acordo com a mesma norma. Em segundo lugar, o uso do fogo para facilitar a recolha das madeiras estava proibido, bem como o corte de ramos de árvores que eram utilizados pela população na construção dos currais de gado. Em terceiro lugar, o regimento obrigava à reflorestação das áreas despidas de arvoredo, uma medida fundamental para mitigar a desflorestação das serras da Madeira. Em quarto lugar, os oficiais que representavam o poder municipal tinham a obrigação de promover visitas anuais às florestas, bem como aos cursos de água, de modo a garantir que estes estavam devidamente conservados e isentos de danos⁵⁰. Além do mais, as câmaras municipais na ilha tinham um oficial, o meirinho da serra, que era responsável pela supervisão da floresta e dos cursos de água.

Tendo em conta que a deflorestação continuava a ser um importante desafio ao ambiente, e com consequências catastróficas para a população insular, por exemplo,

⁴⁹ QUINTAL, 1999, «Aluviões da Madeira [...]», pp. 31-48.

⁵⁰ Regimento novo das madeiras para a ilha da Madeira, 27 de Agosto de 1562, em ANDRADA, 1991, *Repovoamento florestal no Arquipélago da Madeira (1952-1975)*, pp. 83-87.

na aluvião de 1803, o poder local optou por reforçar os regulamentos que promoviam a proteção dos recursos naturais pela inclusão de medidas suplementares nas posturas municipais. As posturas desenvolvidas para a proteção do ambiente variavam de acordo com as câmaras municipais, porém, de modo geral, estas procuraram proibir o pastoreio desordenado nas serras, bem como o corte de lenhas nos terrenos públicos e de árvores e ramos situados nas imediações dos cursos de água e nascentes e, ainda, a importação de madeiras, provenientes de outros municípios sem autorização das câmaras municipais⁵¹.

Apesar da presença de um sistema de regras formais que visava proteger a floresta, as serras da Madeira continuavam despidas de vegetação. Por exemplo, nas primeiras décadas de Oitocentos, segundo os relatos do Engenheiro Militar Paulo Dias de Almeida, o interior da Madeira encontrava-se desprovido de arvoredo, em função do corte das lenhas, desde o início do povoamento da ilha⁵². Este problema manteve-se ao longo do século XIX, independentemente do quadro legal em vigor, e das medidas adotadas pelo poder regional e municipal, como reconhecido por Lima e Cunha num relatório em que este diagnostica a deflorestação como uma das maiores ameaças à segurança do madeirense, sugerindo o desenvolvimento de trabalhos de reflorestação no maciço central da ilha⁵³.

O corte de madeiras sem autorização municipal⁵⁴, o corte de lenhas numa quantidade acima da autorizada pelas autoridades municipais⁵⁵ e a reduzida frequência dos trabalhos de reflorestação, um esforço muitas vezes esporádico, não planeado e limitado pelos poucos recursos à disposição das autoridades madeirenses, são razões que ajudam a contextualizar a deflorestação maciça das serras da Madeira. Por outro lado, a aplicação das normas inscritas nos regimentos das madeiras e nas posturas municipais não era propriamente efetiva, o que explica os desafios ambientais vividos pela sociedade madeirense de Oitocentos.

Há diferentes razões que explicam a degradação ambiental do século XIX, na Madeira. Uma das razões prende-se com as frágeis condições económicas da sociedade insular, caracterizadas por grande pobreza, que a obrigava a utilizar os recursos naturais

⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL [CMF], 1849, Posturas da Câmara Municipal do Funchal, p. 44; CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO [CMM], 1856, Posturas da Câmara Municipal de Machico, p. 81.

⁵² CARITA, 1982, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, p. 187.

⁵³ LIMA E CUNHA, 1879, *Plano de Melhoramentos para a Ilha da Madeira*, p. 15.

⁵⁴ ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1366, fls. 12-12v., 27 de Abril de 1805; ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1370, fls. 122-122v., 18 de Abril de 1826; ABM, CMM, *Vereações*, liv. 127, fls. 100v.-101, 14 de Julho de 1804; ABM, CMM, *Vereações*, liv. 132, fls. 174-175v., 18 de Junho de 1825.

⁵⁵ ABM, CMM, *Vereações*, liv. 127, fl. 22, 2 de Setembro de 1807.

existentes na ilha de modo a garantir a sua sobrevivência, por exemplo, na recolha de madeiras para a produção de carvão e na utilização das terras para o pastoreio. O próprio Governador Civil da Madeira, José Silvestre Ribeiro, reconhece em 1850⁵⁶, que o problema da Madeira não é a ausência de leis, mas a falta de vontade do madeirense em cumprir com a lei. Importa sublinhar, no entanto, que a pobreza generalizada que caracteriza a sociedade madeirense de Oitocentos contribuiu para o uso insustentável dos recursos naturais, pois foi a forma encontrada pela população para suplementar os seus parcos rendimentos, sobretudo nos períodos de crise no comércio do vinho.

Adicionalmente, as câmaras municipais na ilha tinham dificuldade em fazer cumprir os regimentos e as posturas que visavam a proteção dos recursos naturais. De facto, não raras as vezes, o poder municipal não era proactivo na proteção da floresta. Em certas ocasiões, aliás, o poder municipal negligenciava o corte ilícito de madeiras que era praticado continuamente nas serras da ilha⁵⁷. Por outro lado, o difícil acesso às serras, o corte de lenha praticado durante a noite e a falta de cooperação da população madeirense na denúncia destes atos ilícitos, também dificultavam a atuação do poder municipal. Ou seja, apesar da existência de um sistema de regras formais que visava a proteção dos recursos naturais, as difíceis condições de vida do madeirense obrigavam-no a desenvolver atividades económicas que contribuía para a degradação da floresta. Adicionalmente, a incapacidade do poder local em implementar e fiscalizar as leis também contribuiu para a degradação ambiental experienciada na Madeira, em Oitocentos.

No que se refere à mitigação do risco no século XIX, a exposição da sociedade madeirense às aluviões levou as autoridades regionais e o poder municipal a implementar políticas para reduzir o risco de desastre desencadeado por este fenómeno natural. É possível distinguir entre as medidas de mitigação infraestrutural, como a construção das muralhas de proteção das ribeiras, e as medidas de mitigação não estrutural, como o ordenamento do território e a limpeza das ribeiras.

De acordo com os registos históricos, a construção de muralhas de proteção nas ribeiras, que atravessam as principais cidades e vilas na Madeira, teve a sua origem no século XVII⁵⁸. Construídas em alvenaria de pedra e cal, estas estruturas desempenharam ao longo do tempo um papel importante na defesa das populações insulares durante as aluviões. Porém, a manutenção das muralhas de proteção das ribeiras era diminuta ou, em determinadas circunstâncias, inexistente. As muralhas construídas no Funchal

⁵⁶ ABM, Governo Civil, *Administração do Concelho*, liv. 54, fls. 6v.-8, 2 de Fevereiro de 1850.

⁵⁷ ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1366, fls. 12-12v., 28 de Abril de 1805.

⁵⁸ SILVA e MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, volume II, p. 440.

e em Machico, a título de exemplo, não estavam em bom estado devido à falta de manutenção⁵⁹, uma responsabilidade do poder municipal. Apesar da magnitude elevada da aluvião de 1803, não pode ser ignorado que os danos ocorridos, tanto no Funchal como em Machico, possam ter sido amplificados pela deficiente manutenção das muralhas de proteção das ribeiras.

Efetivamente, a gestão das muralhas das ribeiras constituía um motivo de preocupação para o poder regional e municipal, sobretudo nos períodos após às aluviões. A escassez de meios financeiros para construir novas muralhas, ou para manter e recuperar as muralhas existentes, era uma questão que preocupava o poder regional⁶⁰ e o poder municipal⁶¹ de forma recorrente. Enquanto as autoridades regionais estavam dependentes dos recursos financeiros do Estado Central para construir ou reparar as muralhas de proteção das ribeiras, o poder municipal estava, por sua vez, muito dependente dos meios financeiros das autoridades regionais de modo a encetar estes trabalhos. Ou seja, a crónica falta de recursos por parte do poder regional e municipal condicionava a sua atuação no que toca à construção e manutenção das muralhas de proteção. Por outro lado, também é possível encontrar críticas na imprensa escrita madeirense, no final do século XIX, ao modo pouco cuidado, ou até mesmo negligente, como o poder municipal procedia à gestão e manutenção das muralhas das ribeiras⁶². Assim, a falta de meios financeiros, aliada à negligência das autoridades municipais, justifica a precária manutenção das muralhas e ainda a incapacidade de construir as muralhas necessárias à proteção das populações situadas na foz das ribeiras.

Quanto à mitigação do risco de foro não estrutural, diferentes normas foram implementadas para reduzir o risco de cheia. Estas normas estavam sob a responsabilidade do poder municipal. As posturas municipais propunham diferentes medidas para reduzir o risco de cheia. A primeira medida proibia o cultivo nos leitos das ribeiras, ribeiros e córregos, bem como a construção de infraestruturas, nomeadamente, muros, moinhos, represas e poços, nos leitos das ribeiras, ribeiros e córregos. A segunda medida impedia a retirada de pedra das ribeiras, ribeiros e córregos, as escavações nas colinas, que serviam de suporte aos cursos de água, e o amontoar de pedras, árvores, matos ou outros materiais que pudessem obstruir os cursos de água. A terceira medida visava impedir a construção de represas nos leitos

⁵⁹ TRIGO DE SOUSA, 2015, «O poder municipal na segunda metade do Século XVIII [...]», pp. 1-30.

⁶⁰ ABM, Governo Civil, *Administração do Concelho*, liv. 133, 1840, fls. 15v.-16, 28 de Agosto de 1840.

⁶¹ ABM, CMM, *Vereações*, liv. 127, fl. 44, 21 de Março de 1804; ABM, CMM, *Vereações*, liv. 130, fls. 87v.-88, 18 de Janeiro de 1820; ABM, CMM, *Vereações*, liv. 133, fls. 1-3, 28 de Julho de 1830.

⁶² ABM, *Diário de Notícias, Assumptos geraes: é melhor prevenir*, 13 de Outubro de 1895.

das ribeiras, ribeiros e córregos de modo a impedir a obstrução dos cursos de água, um fator que contribuía decisivamente para a ocorrência de cheias⁶³.

Um pouco à imagem do sucedido com os regimentos e posturas que pretendiam proteger as florestas, as normas acima mencionadas também eram infringidas pela população. Há relatos que apontam para a prática da agricultura nos leitos das ribeiras⁶⁴ e a construção de edifícios nas margens das ribeiras⁶⁵. No final do século, num artigo publicado no Diário de Notícias, a construção de edifícios e a prática da agricultura nos leitos das ribeiras era apontada como um dos fatores que agravavam, largamente, o risco de aluvião na ilha, pois estrangulavam as ribeiras⁶⁶. Neste mesmo artigo, a passividade das autoridades regionais e municipais na aplicação e fiscalização das leis é criticada.

A limpeza das ribeiras foi das medidas que, historicamente, visou minimizar o risco de desastre na Madeira. Esta intervenção pretendia impedir a acumulação de lixo, pedras, madeiras ou arbustos nas ribeiras e ribeiros, de modo a mitigar a probabilidade de ocorrência de cheias, em períodos de precipitação forte ou continuada. De modo a desenvolver estes trabalhos de limpeza, as autoridades regionais requeriam que as populações contribuíssem, anualmente, com cinco dias de trabalho para a limpeza das ribeiras ou, em alternativa, contribuíssem com uma quantia financeira⁶⁷ para recompensar a sua ausência destes trabalhos⁶⁸. Adicionalmente, durante a crise de fome de 1846 e 1847, o Governador Civil José Silvestre de Ribeiro contratou dezenas de indivíduos para a limpeza das ribeiras que atravessavam o Funchal. O objetivo do Governador passou por mitigar a ocorrência de futuros desastres, mas também para garantir uma fonte de rendimento e subsistência para a população, num período de grave crise social e económica.

Infelizmente, não raras as vezes, as autoridades regionais só se davam conta da importância da limpeza das ribeiras após a ocorrência das aluviões. Muitos destes trabalhos de limpeza, aliás, foram levadas a cabo durante a fase de recuperação das aluviões de 1803, 1815, 1842 e 1848. Ou seja, as autoridades madeirenses acabavam por adotar uma postura reativa em relação à limpeza das ribeiras que atravessavam os principais núcleos populacionais na ilha, em vez de uma postura proactiva de modo a evitar a ocorrência de futuros desastres.

⁶³ CMF, Posturas da Câmara Municipal do Funchal, 1849; CMM, Posturas da Câmara Municipal de Machico, 1856.

⁶⁴ ABM, CMM, *Vereações*, liv. 127, fl. 154v., 6 de Abril de 1805; ABM, CMM, *Vereações*, liv. 127, fls. 160v.-161, 8 de Julho de 1812; ABM, CMM, *Vereações*, liv. 131, fls. 21-22, 20 de Abril de 1822.

⁶⁵ ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1368, fl. 38v., 3 de Novembro de 1815; ABM, CMF, *Vereações*, liv. 1368, fl. 72, 24 de Julho de 1816; ABM, Governo Civil, *Administração do Concelho*, liv. 51, fl. 97v., 15 de Maio de 1839.

⁶⁶ ABM, Diário de Notícias, *Assumptos geraes: é melhor prevenir*, 13 de Outubro de 1895.

⁶⁷ Mil réis.

⁶⁸ ABM, Governo Civil, *Administração do Concelho*, liv. 51, fls. 8-10, 11 de Agosto de 1836.

Conclusão

Este artigo analisou os processos que contribuíram para a construção de vulnerabilidades aos desastres na Madeira, em Oitocentos, bem como as adaptações produzidas pela sociedade madeirense, para minimizar a sua exposição ao risco, de modo a contextualizar os desastres que afetaram a ilha, durante o século XIX. Os resultados deste estudo permitem concluir que os desastres experienciados pela sociedade madeirense não resultaram da ação isolada de um agente de perigosidade natural, biológica ou antrópica, como as aluviões, as epidemias ou as fomes, respetivamente. Ao invés, os desastres, que marcaram o século XIX na Madeira, resultaram da complexa interação entre os fenómenos de perigosidade e as vulnerabilidades associadas à sociedade madeirense. Os fenómenos de perigosidade, presentes na ilha, exploraram, ciclicamente, as vulnerabilidades produzidas por processos políticos, económicos, sociais, ambientais, demográficos e culturais, contribuindo, deste modo, para a ocorrência de desastres. Ao mesmo tempo, a limitada eficácia das adaptações produzidas pela sociedade insular para mitigar os níveis de risco, condicionou, decisivamente, a sua vulnerabilidade aos fenómenos de desastre, o que explica o registo histórico de desastre no século XIX.

Os desastres ocorridos na Madeira em Oitocentos não se trataram de processos unidimensionais, mas sim, de processos multidimensionais que refletem as dinâmicas estabelecidas entre os agentes de perigosidade, a vulnerabilidade da sociedade madeirense e a incapacidade desse sistema em se adaptar às circunstâncias geográficas da ilha. Focando na vulnerabilidade da sociedade de Oitocentos, o sistema de administração política da Madeira condicionou o desenvolvimento socioeconómico da região, contribuindo assim, para a construção de vulnerabilidades sociais. A falta de autonomia política e os poucos recursos à disposição das autoridades regionais justifica ainda o carácter esporádico dos trabalhos de reflorestação das serras e a dificuldade em construir e conservar as muralhas de proteção das ribeiras, duas medidas cruciais para reduzir o risco de desastre na ilha. Concomitantemente, a região apresentava grandes dificuldades em recuperar da ocorrência de desastres, que derivava, em certa medida, da centralização dos poderes político-administrativos em Lisboa e da escassez de recursos financeiros.

Um conjunto de dinâmicas económicas e sociais também influenciaram a vulnerabilidade na Madeira. A localização das terras mais férteis na costa sul da ilha contribuiu para a concentração de população numa área suscetível à ocorrência de aluviões, como testemunhado nos registos históricos de desastre. A concentração das funções económicas, administrativas, culturais e religiosas no Funchal, a capital da

ilha, também motivou a concentração de população, numa área exposta às aluviões. Ademais, a estrutura feudal em que estava organizada a sociedade madeirense, ditou que os mecanismos de controlo político, económico e social estivessem concentrados nos senhorios, tornando-os numa classe poderosa, logo, menos vulnerável, enquanto a maioria da população madeirense não tinha acesso a mecanismos de poder e aos meios de produção, transformando-os, assim, numa classe mais vulnerável aos agentes de perigosidade. Devido à sua condição social, marcada pela pobreza e mendicidade, o madeirense optou por utilizar os recursos da ilha, de modo a complementar os seus parcos rendimentos, por exemplo, a produção de carvão e a utilização das terras para o pastoreio, contribuindo para o incremento da deflorestação, da erosão hídrica e da instabilidade das vertentes, fatores que exacerbaram o risco de aluvião.

Este estudo também conclui que a sociedade madeirense tentou minimizar a sua exposição a um ambiente de grande perigosidade através de vários processos de adaptação. A construção dos poios e das levadas serviu um propósito económico, isto é, o desenvolvimento da agricultura, mas também cumpriu uma função ambiental dado que ajudou a reduzir a erosão hídrica, a instabilidade das vertentes e o risco de movimentos de vertente. Regimentos e posturas foram criadas para proteger a floresta, visando minimizar os efeitos das calamitosas aluviões. O povoamento disperso da Madeira também minimizou, de certa forma, os impactes decorrentes das aluviões e dos movimentos de vertente. A construção de muralhas de proteção das ribeiras que atravessam os principais núcleos populacionais da ilha, os trabalhos de limpeza das ribeiras e as leis existentes para impedir a construção nos leitos dos cursos de água são outros exemplos de adaptações aos riscos naturais. Estas adaptações foram, no entanto, insuficientes para compensar as vulnerabilidades construídas ao longo do século XIX, explicando, assim, o número de desastres que ocorreram nesse período.

O passado colonial da Madeira tem implicações diretas na construção de vulnerabilidade aos desastres. Como sublinhado anteriormente, o sistema de administração política está diretamente ligado ao subdesenvolvimento histórico da Madeira, um fator que deste modo condicionou a vulnerabilidade da sociedade madeirense ao longo dos séculos. Por sua vez, a exploração económica da ilha incentivada pela Coroa Portuguesa desde o início do povoamento, nomeadamente, através do corte de madeiras que eram enviadas para Lisboa, contribuiu para a deflorestação da Madeira, aumentando assim o risco de aluvião. Também é necessário considerar a influência dos padrões de povoamento nos níveis de exposição ao risco, outra herança do passado colonial. As circunstâncias geográficas aliadas às motivações económicas do Estado Central e da população determinaram a localização da principal cidade e das vilas mais importantes em áreas de risco. Torna-se assim claro que a

suscetibilidade da Madeira aos desastres decorria das vulnerabilidades que foram construídas desde o início do povoamento da ilha e transmitidas ao longo de séculos, mas também das vulnerabilidades que caracterizavam a sociedade madeirense de Oitocentos.

Embora este estudo tenha focado, sobretudo, a evolução temporal dos processos de vulnerabilidade, importa sublinhar que a escala geográfica também é bastante relevante para a compreensão destes processos. A vulnerabilidade da Madeira, no século XIX, foi determinada por processos e acontecimentos que tiveram lugar à escala regional, nacional e global. De modo a ilustrar, a maior concorrência dos vinhos franceses, após o fim das Guerras Napoleónicas ou a instabilidade no mercado da América do Norte, decorrente da guerra civil norte-americana, explica o declínio na comercialização do vinho da Madeira no século XIX, que por sua vez desencadeou uma grave crise económica e social na Madeira, aumentando, exponencialmente, os níveis de vulnerabilidade no seio da sociedade madeirense. A vulnerabilidade da Madeira não foi assim influenciada apenas por dinâmicas regionais, mas também por dinâmicas globais.

Finalmente, o estudo da vulnerabilidade da Madeira no século XIX permite retirar diferentes lições para a gestão atual dos fenómenos de desastre na ilha. Como já tivemos a oportunidade de realçar, há processos históricos que continuam a condicionar os níveis de vulnerabilidade no presente, como a degradação ambiental ou os padrões de povoamento. Estes processos devem ser tidos em conta na gestão do risco de desastre.

Por outro lado, embora o subdesenvolvimento crónico da Madeira tenha determinado a sua vulnerabilidade histórica aos desastres, a região não pode abraçar políticas e estratégias de desenvolvimento que se revelem insustentáveis a curto e médio prazo, pois tal contribuirá para aumentar os níveis de risco. O subdesenvolvimento de uma região pode constituir-se como um importante catalisador de vulnerabilidades, mas o mesmo também sucede quando se adota políticas de desenvolvimento que se revelem insustentáveis em termos económicos, sociais e ambientais.

A dependência do comércio do vinho e o declínio desta atividade tornou a região vulnerável aos riscos em Oitocentos, devido à degradação das condições sociais e à menor capacidade das autoridades madeirenses para mitigar os riscos. Atualmente, a economia regional depende, em demasia, do turismo e da construção civil, dois setores particularmente voláteis e influenciados por circunstâncias endógenas e exógenas para gerar riqueza. Como tivemos a oportunidade de testemunhar na década de 90, no início da década de 2000 e no período entre 2008 e 2012, o declínio ocorrido nestes setores produziu desemprego e conduziu à emigração. Ou seja, importa diversificar a economia madeirense de modo a reduzir a vulnerabilidade da sociedade madeirense.

Também é importante que o desenvolvimento dos setores do turismo e da construção civil não contribua para a degradação ambiental ou para a ocupação das áreas de risco, como tem acontecido.

A forte desigualdade social existente na sociedade de Oitocentos determinou que a maioria da população da ilha fosse vulnerável aos desastres. Apesar do franco progresso registado desde então, em termos de condições sociais e de vida na Madeira, importa sublinhar que os níveis de desigualdade social são bastante acentuados, sendo que, uma percentagem muito significativa da população madeirense se encontra, atualmente, em risco de pobreza. Algumas das camadas populacionais mais desfavorecidas da ilha vive em zonas de risco, necessitando do apoio das autoridades regionais para mitigar a sua exposição ao risco, sendo que uma parte importante da população madeirense não tem condições para se preparar, para responder ou para recuperar de um desastre.

Quanto à governação e gestão do risco de desastre, o século XIX ficou marcado pela existência de políticas, medidas e intervenções que visaram reduzir a frequência e a magnitude dos desastres, porém, estas revelaram-se insuficientes. O mesmo tem sucedido nas últimas quatro décadas, como podemos concluir através das consequências calamitosas produzidas pelas aluviões de 1993 e 2010 e pelos incêndios de 2013 e 2016. O abandono dos poios devido ao recuo da agricultura conduziu à falta de manutenção dos mesmos, diminuindo a sua eficácia na redução da erosão hídrica e na estabilidade das vertentes. Ao mesmo tempo, os poios foram invadidos por vegetação que aumenta o risco de incêndio. O desordenamento territorial em áreas de risco elevado, a inexistência de instrumentos de gestão territorial necessários à gestão do risco, designadamente, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e a Reserva Ecológica Regional, e a falta de inclusão de políticas e medidas para mitigar o risco de desastre nos planos diretores municipais, também ajuda a entender os desastres frequentes que têm afetado a Madeira desde o estabelecimento da autonomia. Ao mesmo tempo, a aposta ininterrupta em medidas de mitigação infraestrutural, como a canalização dos cursos de água e as barragens para retenção de detritos, pode revelar-se insuficiente, em casos de eventos de magnitude elevada, e pode ainda contribuir para o surgimento de um falso sentimento de segurança entre os decisores políticos e a população madeirense, que diminuirá o seu esforço para mitigar o risco de desastre na Madeira.

Referências

- ALMEIDA, Eduardo de Castro, 1907, *Arquivo de Marinha e Ultramar: Madeira e Porto Santo (1613-1819)*, volume I, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- ANDRADA, Eduardo de Campos, 1991, *Repovoamento florestal no Arquipélago da Madeira (1952-1975)*, Lisboa, Ministério de Agricultura, Pescas e Alimentação, Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção Geral de Florestas.
- ARAGÃO, António, 1992, *O espírito do lugar. A cidade do Funchal*, Lisboa, Pedro Ferreira Editor.
- ARAGÓN-DURAND, F., 2007, «Urbanisation and flood vulnerability in the peri-urban interface of Mexico City», in *Disasters*, n.º 31(4), pp. 477-494.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Administração do Concelho do Funchal, *Registo de Correspondência Expedida, 1856-1866*, liv. 301.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal de Machico, *Vereações, 1803-1808*, liv. 127.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal de Machico, *Vereações, 1818-1821*, liv. 130.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal de Machico, *Vereações, 1821-1823*, liv. 131.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal de Machico, *Vereações, 1823-1825*, liv. 132.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal de Machico, *Vereações, 1830-1834*, liv. 133.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Vereações, 1804-1808*, liv. 1366.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Vereações, 1814-1820*, liv. 1368.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Vereações, 1824-1827*, liv. 1370.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, *Clamor Público*, Edição de 12 de Novembro de 1855.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, *Clamor Público*, Edição de 28 de Abril de 1856.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Diário de Notícias, *Assumptos geraes: é melhor prevenir*, Edição de 13 de Outubro de 1895.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil, *Administração do Concelho, Registo de Correspondência, 1836-1840*, liv. 51.

- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil, *Administração do Concelho, Registo de Correspondência*, 1848-1853, liv. 54.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil, *Administração do Concelho, Registo de Correspondência*, 1840-1843, liv. 133.
- BALCILAR, Mehmet, KUTAN, Ali & YAYA, Mehmet, 2017, «Testing the dependency theory on small island economies: The case of Cyprus», in *Economic Modelling*, n.º 61, pp. 1-11.
- BARROS, Fátima & GUERRA, Valdemar, 2010, *Funchal 500 anos: Momentos e documentos da história da nossa cidade*, 1.ª ed, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- BIDDLE, Anthony J. Drexel, 1896, *The Madeira Islands*, Ohio, General Bookbinding Co.
- BLAIKIE, Piers, CANNON, Terry, DAVIS, Ian & WISNER, Ben, 1994, *At risk: Natural hazards, People's Vulnerability, and Disasters*, London, Routledge.
- BRANCO, Jorge Freitas & JASMIN RODRIGUES, Miguel, 1993, «Apropriação da natureza no Arquipélago da Madeira. Determinação de parâmetros analíticos», in *Actas do III colóquio internacional de história da Madeira*, Funchal, Direção Regional de Assuntos Culturais – Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 597-622.
- CÂMARA, Benedita, 2002, *A economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CÂMARA, Benedita, 2006, «The Portuguese Civil Code and the Colonia Tenancy Contract in Madeira (1867-1967)», in *Continuity and Change*, n.º 21(2), pp. 213-233.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO, 1856, *Posturas da Câmara Municipal da Villa de Machico*, Funchal, Typographia de T. D. Viannas.
- CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, 1849, *Posturas da Câmara Municipal do Funchal*, Funchal, Typographia do Governo no Palacio de S. Lourenço.
- CANNON, Terry, TWIGG, John & ROWELL, Jennifer, 2003, *Social vulnerability. Sustainable Livelihoods and Disasters*, disponível em <http://www.radixonline.org/resources/dfid-vuln&live-rep.pdf>, consultado em 2018-02-12.
- CARITA, Rui, 1982, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, 1.ª ed., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais da Madeira.
- CARITA, Rui, 2013, *História do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira.
- CUTTER, Susan, BORUFF, Bryan & SHIRLEY, Lynn, 2003, «Social vulnerability to environmental hazards», in *Social Science Quarterly*, n.º 84(2), pp. 242-261.
- DINIS, Márcia J. de Barros Fernandes, 2001, *Os expostos no Concelho do Funchal (1820-1869)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

- DIRECÇÃO DA ESTATÍSTICAS GERAL E COMMERCIO, 1896, *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º Dezembro de 1890 – Volume I*, Lisboa, Ministerio das Obras Públicas, Commercio e Industria.
- DUNCAN, Thomas Bentley, 1972, *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in Seventeenth-Century commerce and navigation*, Chicago, University of Chicago.
- HEWITT, Kenneth, 1997, *Regions of risk: A geographical introduction to disasters*, 1.ª ed., London, Routledge.
- HSIEH, Hsiu-Fang & SHANNON, Sarah E., 2005, «Three approaches to qualitative content analysis», in *Qualitative Health Research*, n.º 15 (9), pp. 1277-1288.
- LIMA E CUNHA, Henrique, 1879, *Plano de melhoramentos para a Ilha da Madeira*, Lisboa, Imprensa Democratica.
- MASCARENHAS, Adolfo & WISNER, Ben, 2012, «Politics: Power and disasters», in WISNER, Ben, GAILLARD, J. C. & KELMAN, Ilan (ed.), *The Routledge handbook of hazards and disaster risk reduction*, 1.ª ed., New York, Routledge, pp. 48-60.
- MARTINS, Valter Nuno Brito, 2017, *The Historical Construction of Vulnerability and Disasters on Madeira Island (1800-2015): Power, Economy, Society, and Adaptation*, Tese de Doutoramento em Disaster Science and Management, Newark, Delaware, Universidade de Delaware.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira, 1954, *Madeira a epopeia rural*, 2.ª ed., Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994, *As crises de subsistência na História da Madeira*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Caminho.
- OLIVER-SMITH, Anthony, 1999, «“What is a disaster?”: Anthropological perspectives on a persistent question», in OLIVER-SMITH, Anthony & HOFFMAN, Susan (ed.), *The angry earth: Disaster in anthropological perspective*, 1.ª ed., New York, Routledge, pp. 18-34.
- QUINTAL, Raimundo, 1999, «Aluviões da Madeira. Séculos XIX e XX», in *Territorium*, n.º 6, pp. 31-48.
- PELLING, Mark & UITTO, Juha I., 2001, «Small island developing states: Natural disaster vulnerability and global change», in *Environmental Hazards*, n.º 3, pp. 49-62.
- RIBEIRO, Orlando, 1985, *A ilha da Madeira até meados do Século XX: Estudo geográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2001, «As guerras napoleónicas e o fim do Antigo Regime na construção da ideia de Autonomia na Madeira», in *Seminário Internacional – Autonomia e História das Ilhas*, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 87-108.
- SILVA, António Ribeiro Marques da, 1994, *Apontamentos sobre o quotidiano madeirense (1750-1900)*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Caminho.

- SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, volume II, 4.ª ed., Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- SMITH, Keith & PETLEY, David N., 2009, *Environmental hazards: Assessing risk and reducing disaster*, 5.ª ed., New York, Routledge.
- TRIGO DE SOUSA, Ana Madalena, 2015, «O poder municipal na segunda metade do Século XVIII: Administração dos recursos naturais e ordenamento do espaço comunitário nos municípios da Ilha da Madeira», in BONATI, Sara, SALGUEIRO, Ana, FERNANDES, Filipa, ENCARNAÇÃO, Duarte, SOUSA, Ilidio & CAMACHO, F. (ed.), *(Dis)memory of disasters: A multidisciplinary approach*, Funchal.

A Emigração de Água de Pena e a sua Antroponímia nos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal de 1955 a 1970

The Emigration of Água de Pena and its Anthroponymy in the Passport Books of the Civil Government of Funchal from 1955 to 1970

*Naidea Nunes Nunes*¹

Resumo

No período de 1955 a 1970, os anos de 1957, 1964, 1969 e 1970 são os que registam maior número de passaportes concedidos a residentes na freguesia de Água de Pena, sobretudo do concelho de Machico. Em 1957, o destino de emigração mais procurado é o Brasil, seguido da Venezuela. No ano de 1964, a grande procura é o embarque para a Venezuela, que se mantém em 1969, embora com decréscimo. Enquanto, em 1970, o destino mais procurado é a Inglaterra, seguido da Venezuela, com grande redução. Assim, no período estudado, foram concedidos 243 passaportes para a Venezuela, 125 para o Brasil e, a partir

¹ Docente no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira (naidean@staff.uma.pt). É doutorada em Linguística Românica pela Universidade da Madeira e pós-doutorada em Ciências da Linguagem e Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada (IULA) da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona (Espanha). Mestre em Linguística Portuguesa e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É membro investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e do Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais (CIERL) da Universidade da Madeira. Publicou vários estudos e ensaios na área da Linguística, sobretudo direcionados para o conhecimento do léxico, participando em colóquios e revistas científicas nacionais e internacionais. Da sua bibliografia destacam-se os seguintes livros: 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI) e Repertório onomástico histórico da Madeira*, em coautoria com Dieter Kremer; 2003, *Palavras Doces. Terminologia e tecnologia históricas e atuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*, Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA); e 2010, *Outras palavras doces. Glossário comparativo da atual terminologia açucareira no Atlântico: Madeira, Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil (com referências à Venezuela e à Colômbia)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura, CEHA. Tem como principais áreas de investigação e interesse: Linguística Histórica, Linguística Sociocultural, Lexicologia e Lexicografia, Onomástica, Terminologia, Dialectologia e Cultura Popular.

de 1970, a Inglaterra surge como novo destino de emigração, com 77 passaportes atribuídos. Os registos de passaportes do Governo Civil do Funchal permitem conhecer os nomes próprios e os nomes de família dos migrantes, observando a frequência de prenomes como *Beatriz, João, José, Maria e Manuel*. Assistimos a uma diversificação destes com o passar do tempo, a par da tendência para a formação de prenomes compostos por dois nomes, como *João Manuel e Maria José*. Quanto aos nomes de família, predominam as formas *Freitas, Nunes, Pereira e Vieira*, assim como as composições *Freitas Branco e Fernandes Belo*, entre outras. Encontramos algumas alcunhas que já são nomes de família, como *Bisca*, e mesmo um nome de profissão, *Carregador*.

Palavras-chave: Emigração; Água de Pena; Ilha da Madeira; Livros de Passaportes; Governo Civil do Funchal, 1955-1970; Antroponímia.

Abstract

From 1955 to 1970, the years 1957, 1964, 1969 and 1970 were the ones that registered the highest number of passports granted to residents of the parish of Água de Pena, mainly from the municipality of Machico. In 1957, the most sought after emigration destination is Brazil, followed by Venezuela. In 1964, the great demand is the departure to Venezuela, which remains in 1969, although with decrease, whereas in 1970 the most sought after destination is England, followed by Venezuela, with a great reduction. Thus, in the period studied, 243 passports were granted to Venezuela, 125 to Brazil and, from 1970 onwards, England emerges as a new emigration destination, with 77 passports. The passport records of the Civil Government of Funchal allow us to know the emigrants' first names and family names, observing the frequency of first names such as *Beatriz, João, José, Maria and Manuel*. We witness a diversification of first names over time, along with the trend towards the formation of first names composed of two names, such as *João Manuel and Maria José*. As for family names, the *Freitas, Nunes, Pereira and Vieira* predominate, as well as the compositions *Freitas Branco and Fernandes Belo*, among others. We found some nicknames that are already family names, like *Bisca*, and even a profession name, *Carregador (Porter)*.

Keywords: Emigration; Água de Pena; Madeira Island; Passport Books; Civil Government of Funchal, 1955-1970; Anthroponymia.

Da ilha da Madeira, partiram muitos indivíduos para várias partes do mundo à procura de melhores condições de vida. Depois do Brasil e do Curaçau, foram a Venezuela e a África do Sul os principais destinos de migração dos madeirenses. Entre 1955 e 1970, a Venezuela destaca-se como país de acolhimento da migração madeirense, com o maior número de passaportes atribuídos. Joselin Nascimento² diz-nos que a primeira fase da emigração madeirense para a Venezuela (entre 1940 e 1960) foi por necessidade, ou seja, por fuga à miséria ou pobreza. Enquanto a segunda fase, entre 1961 e 1974, foi

² NASCIMENTO, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*.

forçada para fugir ao serviço militar em África. Defende que as notícias do sucesso de outros conterrâneos na Venezuela motivaram os madeirenses a embarcarem para este país, fugindo à escassez de trabalho e à dureza deste na Ilha, sendo uma possibilidade de melhorar as suas condições de vida. Sobre as duas principais fases da emigração madeirense para a Venezuela, a autora informa que, entre 1937 e 1940, diversos madeirenses emigraram para o Curaçau, mas, devido aos fracos salários ou ao fim do contrato, optaram por partir para a Venezuela, sendo a partir de 1945 e na década de 50 que se verificou o mais forte aumento emigratório para aquele país. Os madeirenses, como eram agricultores, começavam em trabalhar na terra, mas, depois, muitos passavam para a área do comércio, por exemplo por padarias, *abastos* (mercearias), *areperas* (de vender *arepas*) e *chicharronerias* (de *chicha*, “carne comestível”).

Sobre o processo de emigração, Joselin Nascimento³ diz-nos que, em 1956, para ter autorização para embarcar eram necessários os seguintes documentos: o requerimento ao governador civil do Distrito Autónomo do Funchal para a concessão do passaporte, o recenseamento/documento militar, o registo criminal, o atestado médico, a certidão de diploma (conclusão do ensino primário elementar), o requerimento para a obtenção do *permiso* ou *visa de ingreso* na Venezuela, o termo de responsabilidade de quem enviou a carta de chamada e o boletim de informação da Junta da Emigração. Em caso de casamento, era necessário o requerimento ao governador civil para averbar o estado de casado ao passaporte do marido, o requerimento à mesma entidade para a autorização do embarque de ambos, assim como a concessão do passaporte à mulher, o atestado médico, o registo de casamento, a declaração consular a aprovar a entrada na Venezuela (*permiso* ou *visa de entrada*) e o boletim de informação da Junta da Emigração. Acrescenta que, neste último boletim:

«constam os dados pessoais do requerente, as pessoas que acompanham o emigrante, o meio de transporte desejado, as habilitações literárias e profissionais, as condições económicas de trabalho no país e a razão da pretensão, o nome das pessoas da família a seu cargo que ficam no país e a informação se a emigração é feita com carta de chamada, contrato de trabalho ou termo de responsabilidade.»⁴

Estas informações sobre a documentação exigida no processo de emigração dos madeirenses para a Venezuela são relevantes, uma vez que, apesar de serem necessários tantos procedimentos, são muitos os passaportes concedidos a residentes da freguesia de Água de Pena, no período de 1955 a 1970, tendo como destino aquele país da América Latina.

³ NASCIMENTO, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*.

⁴ NASCIMENTO, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, p. 44.

A Emigração de Água de Pena nos Livros de Passaportes (1955-1970)

No levantamento dos registos de passaportes concedidos a residentes na freguesia de Água de Pena, pertencentes tanto ao concelho de Machico como ao de Santa Cruz⁵, entre 1955 e 1970⁶, registámos maior número de migrantes do primeiro concelho do que do segundo: respetivamente 399 de Machico (mais 5 da freguesia e concelho de Machico) e 158 de Santa Cruz (mais 1 da freguesia de Gaula e 7 da freguesia e concelho de Santa Cruz). No ano de 1956, entre os residentes em Água de Pena, surgem dois indivíduos nascidos no Funchal, em Santa Maria Maior; em 1957, um no Monte e dois em Santa Maria Maior; em 1958, um em S. Pedro; em 1966 e em 1967, um no Monte; em 1969, um em S. Pedro, dois em Santa Maria Maior e dois em S. Gonçalo; em 1970, um em S. Gonçalo, no Funchal, sendo casos raros, na altura, os que nasciam em hospitais ou maternidades. Encontrámos ainda, no ano de 1969, um homem de Água de Pena (Machico) casado com uma mulher da Calheta, cujos três filhos nascidos na Calheta vão com eles para a Venezuela, e um indivíduo da Calheta casado com uma mulher de Água de Pena (Santa Cruz), que vão com a filha nascida no Funchal para a Venezuela. Estes casos mostram alguma mobilidade interna dentro da ilha, sobretudo de homens que vão trabalhar para concelhos distantes como a Calheta e vice-versa, da Calheta para Água de Pena, tal como acontece na emigração, talvez por influência familiar, devido ao facto de algum parente ou conhecido já se ter deslocado para esse concelho e por ter surgido uma oportunidade de trabalho, acabando por casar com raparigas desses lugares de destino na ilha.

Na sistematização dos dados compulsados a partir dos registos de passaportes concedidos, no que se refere aos destinos dos emigrantes por anos, constatamos que, no ano de 1955, o destino mais procurado é o Brasil (BR) com 10 indivíduos, seguindo-se a Venezuela (VE) com 7 indivíduos e Joanesburgo (África do Sul – ZA) com 1. Em 1956, atestámos 12 passaportes concedidos para o BR, 10 para a VE e 1 para a ZA. Em 1957, documentámos 24 para o BR, 18 para a VE, 9 para o Curaçau (Antilhas Holandesas – AN), 1 para os EUA (US), 1 para a Argentina (AR) e 1 para Inglaterra (GB), enquanto, em 1958, temos 20 para a VE, 16 para o BR e 6 para AN. Neste ano, começamos a ver o predomínio da emigração com destino à VE, em detrimento do BR. Em 1959, registámos 14 passaportes tendo como destino a VE, 9 para o BR, 7 para AN,

⁵ Esta divisão da freguesia de Água de Pena entre os dois municípios deixou de existir a 13 de abril de 1989, quando foi integrada na freguesia de Santa Cruz, devido ao seu reduzido número de habitantes.

⁶ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.^{os} 1142-1185.

1 para os “EUAN” (Estados Unidos da América do Norte – US) e 1 para o Canadá (CA). Em 1960, a VE apresenta 18 passaportes concedidos, 12 para o BR, 3 para GB, 1 para a “América do Norte” (US) e 1 para a ZA. No ano de 1961, curiosamente, encontramos 9 para o BR, 7 para a VE, 5 para “South Africa” (ZA), 2 para GB e 1 para a Austrália (AU). Seguidamente, em 1962, averbámos 8 para a VE, 5 para a ZA, 3 para as AN, 1 para a GB e 1 para a AR.

Por sua vez, em 1963, ocorrem 23 passaportes para a VE, a par de 11 para o BR, 2 para a GB, 1 para a ZA e 1 para a Alemanha (DE). Em 1964, são 31 os passaportes concedidos para a VE, 10 para a ZA, 3 para os US, 3 para a FR, 2 para a GB, 1 para a AU, 1 para a AR e 1 para vários países da Europa (vpE). Salientamos aqui um grande acréscimo da emigração desta freguesia, com a predominância do destino da Venezuela, bem como um crescimento do destino da África do Sul. Em 1965, mantém-se o predomínio da VE com 18 passaportes, 6 para o BR, 5 para a GB, 1 para os US e 1 para vpE. No ano de 1966, observamos a continuação do domínio da VE, com 11 passaportes, mas já com tendência decrescente, a par da GB com 11, da ZA com 7, do BR com 4 e do CA com 1. Em 1967, testemunhamos 14 passaportes atribuídos para a VE, 9 para o BR, a par da GB também com 9, 4 para o CA, 2 para vpE, 1 para as AN e 1 para a AU. No ano de 1968, são 10 para a ZA (incluindo 2 para o Transvaal), 8 para a VE, 2 para o CA, 2 para a GB, 1 para os US, 1 para vpE, 1 para a DE e 1 para as AN, notando-se um acréscimo de emigrantes para a ZA. Em 1969, temos 22 passaportes para a VE, 12 para a GB, 9 para a ZA, 3 para os US, 3 para vpE, 1 para a FR, o CA e a AU.

Salientamos o aumento da procura do destino GB face à ZA. Já em 1970, existem 27 passaportes concedidos para a GB, 14 para a VE (com um grande decréscimo), 5 para a ZA, 5 para a Rodésia (ZI), 3 para o BR, 2 para o CA e 2 para vpE. A tabela n.º 1 mostra que, nos anos em estudo, predomina claramente a emigração para a Venezuela, com 243 indivíduos, tendo como ano de maior número de passaportes concedidos o de 1964. Em segundo lugar, fica o Brasil, com 125, com o pico mais elevado de migração no ano de 1957. A GB surge em terceiro lugar, com 77 indivíduos, sendo um novo destino de migração madeirense a partir de 1966 com 11 indivíduos, 9 no ano seguinte, 12 em 1969 e 27 em 1970, o número mais significativo para este destino, com tendência a crescer nos anos seguintes. Em quarto lugar, encontramos a África do Sul (ZA) com 55 passaportes concedidos, tendo como anos de maior expressão ou procura 1964, 1968 e 1969. As Antilhas Holandesas (AN) surgem em quinto lugar com 27 indivíduos, apresentando o maior número de passaportes (9) atribuídos no ano de 1957.

Tabela n.º 1 – Sistematização dos Números de Migrantes de Água de Pena e dos Destinos de Emigração (1955 a 1970)

Ano/ País	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	Total
BR	10	12	24	16	9	12	9		11		6	4	9			3	125
VE	7	10	18	20	14	18	7	8	23	31	18	11	14	8	22	14	243
AN			9	6	7			3					1	1			27
ZA	1	1				1	5	5	1	10		7		10	9	5	55
ZI																5	5
GB			1			3	2	1	2	2	5	11	9	2	12	27	77
US			1		1	1				3	1			1	3		11
AU							1			1			1		1		4
CA					1							1	4	2	1	2	11
AR			1					1		1							3
DE									1					1			2
FR										3					1		4
vpE										1	1		2	1	3	2	10
Total	18	23	54	42	32	35	24	18	38	52	31	34	40	26	52	58	577

Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.^{os} 1142-1185.

Relativamente às profissões indicadas pelos requerentes dos passaportes, quase todas as mulheres são domésticas e os homens são agricultores ou trabalhadores agrícolas. Salientamos, no entanto, o facto de, entre os que pedem passaporte para emigrar para o Brasil, 11 mulheres serem bordadeiras, entre 1955 e 1962, época em que iam trabalhar para fábricas de bordados, sobretudo no Rio de Janeiro. Alguns homens que vão para o Brasil são jardineiros, 7 de 1955 a 1962, a que acresce um que vai para a Venezuela neste último ano. Ainda para o Brasil, sublinhamos o registo de um pedreiro em 1955 e um em 1967, um carregador em 1958, um comerciante em 1963 e um aparelhador em 1970. Alguns destes trabalhadores que emigraram para o Brasil foram trabalhar como carregadores, principalmente de sacas de café, nos portos de embarque de mercadorias. Também é interessante notar que, na emigração para Inglaterra, a partir de 1959, constam 3 cozinheiros (incluindo um de 3.ª classe), 3 trabalhadores da indústria hoteleira, juntamente com 2 empregados de mesa, mas também um jardineiro em 1963, a par de agricultores e mulheres domésticas. Em 1965, temos um passaporte concedido para a Inglaterra a um ajudante de cozinha, em 1966 a um empregado de mesa e, em 1967, a uma criada, duas domésticas e um ajudante de cozinha. Encontramos ainda um passaporte atribuído a um comerciante para vários países da Europa em 1967, a um cozinheiro para Inglaterra em 1968, assim

como a um ajudante de cozinha e a um criado de mesa, em 1969. É a partir deste ano que começa a aparecer a palavra estudante, para jovens dos 11 aos 15 anos: 2 para a Venezuela, um para a América do Norte, um para França e um para a Rodésia, que emigram juntamente com os pais, com a mãe ou sozinhos para se juntarem ao pai. Aferimos ainda a ocorrência de um proprietário que solicita passaporte para vários países da Europa, em 1970, assim como um construtor civil e um bombeiro; e ainda um empregado do comércio que vai para Inglaterra e um para o Curaçau (neste último caso, certamente para se juntar a algum familiar).

A Antroponímia dos Emigrantes de Água de Pena (1955-1970)

Os nomes dos emigrantes de Água de Pena que constam nos livros de passaportes do Distrito Autónomo do Funchal, entre 1955 e 1970, dão-nos informações sobre a antroponímia da época, na Ilha da Madeira. Pois, os antropónimos fornecem informações históricas, linguísticas e socioculturais importantes sobre o período a que pertencem. A formação dos nomes dos indivíduos depende de critérios linguísticos e geográficos, de fatores históricos, sociais e culturais, da tradição cristã (nomes de inspiração religiosa) e pagã e da tendência inovadora da época, resultante da moda ou do gosto dominante⁷.

Utilizamos a terminologia antroponímica do projeto *Patronymica Romanica* (PatRom), proposta por Dieter Kremer⁸, que substitui a de Leite de Vasconcelos⁹. A nova terminologia permite descrever com maior precisão os antropónimos bem como a sua posição e função na cadeia antroponímica dos nomes dos indivíduos. Assim, o termo “prenome” corresponde ao “nome próprio”, designando o primeiro nome de um indivíduo, que pode ser composto, isto é, constituído por dois elementos antroponímicos, como *João Baptista* (neste caso uma unidade fixa de origem religiosa), por oposição ao prenome simples *João*. Os prenomes compostos podem ainda ser formados por um prenome seguido de um complemento onomástico, por exemplo os nomes motivados por evocações marianas: *Maria das Neves*, *Maria das Dores*, *Maria da Luz*. A adoção do termo “prenome” para o primeiro nome leva a utilizar a denominação “segundo nome”, em vez de “sobrenome” e “apelido” ou nome de família, para referir a unidade antroponímica que segue o prenome. Como escreve Ivo Castro, «o nome próprio ou prenome é o vocábulo ou vocábulos que ocupam a primeira posição na

⁷ NUNES, 1996, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*.

⁸ KREMER, 1997, *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane (PatRom). Présentation d'un projet*.

⁹ VASCONCELOS, 1928, *Antroponímia portuguesa*.

sequência de nomes que cada pessoa usa e que servem para a distinguir dos restantes indivíduos do seu grupo»¹⁰, ou seja, dentro da família.

O “segundo nome” tem a função de identificar o indivíduo no contexto social, sendo um nome hereditário ou de família. Ao “segundo nome” podem seguir-se outros elementos apelativos ou identificativos do indivíduo, um “terceiro nome” e um “quarto nome”, que também são ou podem vir a ser apelidos (como é o caso das alcunhas). Estas unidades constituem, inicialmente, elementos de identificação individual, na comunidade a que pertencem, especificando características físicas, morais ou sociais dos indivíduos, podendo fixar-se, mais tarde, como nomes de família. Os segundos, terceiros e quartos nomes podem ser nomes constituídos por patronímicos (geralmente, formados na Idade Média, a partir do prenome do pai, por exemplo *Henriques*, filho de *Henrique*), nomes geográficos ou nomes de origem, nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão. Estes últimos três tipos antroponímicos são nomes delexicais, ou seja, nomes provenientes do léxico geral ou comum.

Ao contrário dos prenomes, que têm a sua origem, geralmente, na tradição e que identificam uma pessoa na família, os nomes delexicais, retirados do vocabulário corrente, identificam e qualificam uma pessoa socialmente. O grande grupo dos nomes de família delexicais é um testemunho precioso da língua falada ou popular da respetiva época e, por vezes, permite registar pela primeira vez esse elemento lexical, tendo grande interesse para a história da língua. No entanto, nem sempre é fácil definir o significado concreto de uma alcunha. Pois, na maior parte das vezes, não conhecemos a motivação real da denominação e uma interpretação apenas pode indicar significações possíveis¹¹. Deste modo, um nome de pessoa ou antropónimo é constituído por prenomes e patronímicos, nomes de origem ou geográficos e nomes delexicais (étnicos, alcunhas e nomes de profissão), formando uma cadeia onomástica complexa. Posto isto, procuraremos conhecer, através dos antropónimos dos emigrantes de Água de Pena, entre 1955 e 1970, as unidades antroponímicas mais frequentes que ocorrem como prenomes, segundos, terceiros e quartos nomes dos indivíduos.

Nos registos de passaportes analisados, encontramos muitos prenomes e, sobretudo, segundos e terceiros nomes como nomes de família, na formação da cadeia antroponímica dos indivíduos da freguesia de Água de Pena. Em primeiro lugar, podemos observar que os indivíduos mais velhos ou dos primeiros anos em estudo, tanto homens como mulheres, apresentam nomes muito simples, compostos apenas por um prenome e um segundo nome como nome de família, com casos frequentes de

¹⁰ CASTRO, 2001, «O nome dos portugueses», p. 1.

¹¹ NUNES, 2016, «Alcunhas».

homonímia. Nos prenomes, predominam os indivíduos do sexo masculino chamados *João, José e Manuel*, enquanto os nomes femininos mais populares são: *Beatriz* (provavelmente por este ser o nome da santa padroeira da paróquia de Água de Pena) e *Maria*, nome religioso evocativo da mãe de Jesus Cristo. Com o avançar dos anos, surgem cada vez mais prenomes compostos variados, sobretudo de influência religiosa, tanto femininos (nomes marianos) como masculinos: *Manuel Arnaldo, Maria Celeste, José Plácido, José Manuel, José Agostinho, António Clemente, Avelino Hilário, Maria de Jesus, Margarida da Paz, Irene José, Maria Celestina, Maria da Graça, Maria de Assis, Maria Madalena, Maria de Assunção, Manuel José*. Curiosamente, encontramos uma mulher com um prenome composto de três nomes individuais, *Maria Catarina Luísa, com apenas um segundo nome ou nome de família*. A ocorrência de apenas um nome de família, que será o nome do pai, no registo dos nomes dos indivíduos é frequente, principalmente nos prenomes femininos compostos. Por vezes, os filhos menores, cujos nomes estão agregados a um dos progenitores ou aos dois, apenas são identificados com prenomes compostos, por exemplo: *José Evangelista e Maria Teresa*. Ficamos sem saber se o seu nome é constituído apenas por estes elementos ou se se deve ao facto de, nestes casos, não ser necessário documentar o(s) respetivo(s) nome(s) de família.

Predominam os nomes de família de origem patronímica, como: *Fernandes* (de *Fernando*), *Pires* (de *Pedro*¹²), *Nunes* (de *Nuno*) e *Rodrigues* (de *Rodrigo*), e de origem geográfica, por exemplo: da *Costa, de Mendonça, de Freitas, de Nóbrega, de Sousa, de Vasconcelos, de Viveiros, Ferreira*¹³, *Teixeira*¹⁴, *(de) Oliveira* e *(de) Olival*, em que a preposição *de* (com tendência a ser omitida e desaparecer) é indicativa de proveniência (geralmente de nomes fitotoponímicos). São poucos os nomes de origem delexical, alcunhas e nomes de profissões, que são nomes de família: *Abundança, Coelho, Branco, Belo, Bisca, Carregador, Machado, Maio, Patudo, Pombo, Relva, Sabido*. Como dito por Naidea Nunes e Dieter Kremer¹⁵, os nomes delexicais, tirados do vocabulário corrente, são testemunho da língua falada ou popular da sua época e revelam muito sobre a sociedade local e regional a que pertencem os indivíduos nomeados. São inicialmente atributos individuais com pleno significado, que identificam socialmente um indivíduo.

¹² Cf. MACHADO, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*: *Pires* é uma forma divergente, por evolução fonética meridional, de *Peres*, apelido proveniente do patronímico regular de *Pêro*, forma proclítica antiga de *Pedro*.

¹³ Cf. MACHADO, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*: nome de família proveniente do topónimo *Ferreira*, com o significado primitivo de “mina de ferro”.

¹⁴ Cf. MACHADO, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*: do topónimo *Teixeira*, derivado de *teixo*, nome de arbusto, que se tornou nome de família.

¹⁵ NUNES, KREMER, 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*, p. 5.

Estes elementos identificativos de origem popular podem ser efémeros ou tornar-se fixos e hereditários, passando a nomes de família. São responsáveis pela riqueza e diversidade do património antroponímico português, ocorrendo como segundos, terceiros e quartos nomes, tendo vindo a ser nomes de família sobretudo das classes sociais mais baixas, tal como os nomes de profissões. Os nomes de família mais correntes, nos anos em estudo, são: *Belo, Branco, Coelho, Fernandes, Freitas, Nunes, Pereira e Vieira*. Observamos na composição dos nomes de família como os indivíduos se vão juntando, através dos casamentos, originando diferentes combinações de apelidos numa cadeia antroponímica cada vez mais complexa.

Nos primeiros anos em estudo, predominam as cadeias antroponímicas constituídas apenas por um prenome, como: *Clementina, Manuel, Adelino, Conceição, Virgínia, João, Mercês, Maria, Júlio, Fernanda, José, Joana, Beatriz, Tiago, Diodora, Lúcia, Agostinho, Luís, Álvaro, Raul, Augusta, Zeferina, António, Francisco, Lucinda, Delfina, Luciana, Zulmira, Felisberta, Benvinda, Leonor, Guilhermina*, e um nome de família ou segundo nome, por exemplo: *Vieira, Dias, Carvalho, dos Santos, Batista, de Mendonça, Cabral, de Castro, Correia, Coelho, Nunes, Perestrela, de Sousa, de Freitas, Teixeira, Monteiro, Pereira, Rodrigues, Alves, Cardoso, Evangelista, Pestana, Gonçalves, Olival, de Vasconcelos e de Lousas*¹⁶, o que explica a existência de alguns homónimos. Talvez, por isso, tenha surgido a necessidade de atribuição de prenomes compostos, masculinos e femininos, como: *Manuel Arnaldo, Maria Celeste, Evangelista Quirino, José Plácido, José Manuel, Maria Dolores, José Agostinho, António clemente, Avelino Hilário, Maria de Jesus, Margarida da Paz, Augusta de Jesus, Irene José, Maria Celestina, Maria Cecília, Maria Fernanda, Maria da Graça, Maria de Assis, Agostinho Alexandrino, Fernando Quirino, Maria Madalena, Germano Bento, Maria de Assunção, Manuel Basílio, Manuel Evangelista, Ana Cecília, Maria da Conceição, Manuel Arlindo, Maria José, João António, Maria Felismina, Arlindo Romão, José Renato, José Leonardo, Maria Antónia, Eleutério Assis, João Patrício, Manuel Patrício, José Pedro, Domingos Fortunato, Maria Teresa, João Evangelista, Maria Cristina, José Eurico, Maria Cândida, José Martinho, Beatriz Laurentina, Maria Gorete, Maria Olívia, Adelaide da Conceição, Lucinda Germana, Manuel José, Maria de Fátima, João Manuel, João de Assunção, José Honrado, Manuel da Conceição, Evangelista Lourenço, João Batista, Maria de Jesus, José da Cruz, Henrique Quirino, Maria Romana, Maria Amélia, José Eleutério, José Joaquim, António Clemente, Luís da Encarnação, Maria Albertina, António de Assis, Júlio Quirino, José Rogério, Manuel Tomé, José Arnaldo, José*

¹⁶ Cf. MACHADO, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*: nome de família proveniente de um topónimo do norte de Portugal, nomeadamente de Barcelos, Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva e Boticas, sendo o plural de *Lousa*.

*Adelino, Gabriel de Jesus, José Boaventura, João Tiago, Manuel Leonardo, José Inácio, José da Luz, André Florêncio, José Eurico, Maria Luzia, João Luís, Maria da Luz, Maria Odete, José Carlos, António Heliodoro, Maria Leonor, Gil Raimundo, João Bonifácio, Manuel António, Beatriz Catarina, Maria Lúcia, Maria da Piedade, Francisco Faustino, José Paulo, Manuel Valentim, José Salvador, António Moisés, Maria Juvelina, José de Jesus, Maria Beatriz, José Manuel, José António, Maria Vitalina, José Abel, Maria Lígia, José Horácio, Maria Idalina, Dina Maria, Manuel Florentino, Manuel de Jesus, Cristina Marta, José Luís, Maria Felisbela, José Frutuoso, José Pedro, Ana Maria, Agostinho Américo, Maria Ilda, Maria Isilda, Manuel Marino, António Ferdinando, Maria Filomena, Maria Manuela, Isabel de Fátima, Luís José, João Leonel, Maria Fátima, Maria Benta, José Jacinto, Manuel David, João Cecílio, Maria Laurinda, Maria Elisa, Maria Brígida, Maria Lina, António Teófilo, Silvana Conceição, Maria Gini, Maria Zélia, João José, João Carlos, José Luciano, José Simplício, Maria Zina, Maria Natália, Manuel Serafim, Maria da Paz, João da Cruz, Maria Paulina, Lina Maria, António de Jesus, Maria dos Anjos, Maria Paz, Maria Goreti, Maria Isaltina, Agostinho Tolentino, Maria Glória, António Alexandre, Manuel Rufino, Maria Rosa, Francisco Silvino, Maria Delia, Manuel Cândido, Maria Laurentina, Maria Lourdes, António Miguel, Carlos Alberto, António Lídio, Maria Manuela, José Miguel, Carmina da Encarnação (este poderá ser já um segundo nome), Fátima da Conceição (combinação de duas invocações religiosas de Maria), João Joaquim, Maria Bernardete, Maria Beatriz, Maurília Libânia, Jesuína Cândida, Merita da Conceição, Maria dos Reis, José Avelino, Maria Gui, Maria Irene, Manuel da Vera Cruz (de Cristo, complemento do nome religioso), Maria Verónica, Frederico da Paixão (de Cristo, complemento religioso do prenome), Emanuel José (combinação de um dos nomes de Cristo com o de S. José), José Nélio, Maria Clara. Excecionalmente, ocorrem dois nomes femininos compostos por três prenomes: *Maria Catarina Luísa* e *Maria Natália da Graça* (complemento determinativo do nome, sendo *Graça* um prenome de origem religiosa que passa a ser também um nome de família, como muitos outros).*

A maior parte dos prenomes femininos compostos são nomes marianos, cujo primeiro elemento da composição é *Maria*, sendo uma invocação de Nossa Senhora (*Maria da Conceição*) ou o nome de uma santa (*Beatriz, Maria Madalena*) ou o segundo elemento da composição é claramente religioso (*da Paz, de Jesus, de Assis*) e ainda ocorrem nomes indiretamente religiosos, que nos remetem para o céu – *Celeste/Celestina*. Alguns dos prenomes masculinos compostos também são religiosos como *João Batista* ou o segundo elemento é claramente religioso como *Bento, Assis, de Assunção, da Cruz, da Luz* e mesmo *Clemente*. Os nomes religiosos, inicialmente fixos, como *Maria da Conceição* e *João Batista*, começam a ocorrer também como elementos livres, noutras combinações como *Adelaide da Conceição*. O nome *José* também é religioso (de S. José), sendo frequente na composição de nomes masculinos como *José*

Agostinho, mas também femininos, *Maria José*. Podemos dizer o mesmo do nome *João* (de S. João) e *Manuel* (de *Emanuel*), que encontramos combinados em *João Manuel*. Com o passar dos anos, ao mesmo tempo que se desenvolve o uso de prenomes compostos, há registo de uma maior diversidade de nomes próprios, sobretudo femininos, como *Algerina*, *Bernardete*, *Délia*, *Gini*, *Gorete*, *Gui*, *Irene*, *Maurília Libânia*, *Nazaré*, *Odete*, *Zina*, com ou sem o primeiro elemento *Maria*. Alguns prenomes passam a ser utilizados em múltiplas combinações, com variantes de nomes com e sem a preposição *de*, como *Maria de Fátima* e *Maria Fátima* e *Maria da Paz* e *Maria Paz*. Salientamos também o facto de o nome religioso *Fátima* ocorrer numa nova composição – *Isabel de Fátima*, assim como *da Conceição* em *Carmina* (em vez de *Maria da Conceição*).

A atribuição dos prenomes, no período em estudo, está em consonância com a legislação portuguesa do nome nos seus inícios, ou seja, após a República, que ainda assenta na tradição religiosa, como menciona Ivo Castro:

«O código do registo civil de 1911 estipulava (art. 143.º) que o nome próprio pode ser escolhido nos diferentes calendários religiosos, nesse aspeto prosseguindo uma tradição antiga que Leite de Vasconcelos reconhecia: “Sendo os portugueses, como são, povo católico, ninguém se admirará de que eles vão muitas vezes à religião escolher nomes” (Vasconcelos 1928, p. 84). O código admitia ainda que fossem usados os nomes de personagens conhecidas na história, prática tradicional igualmente registada pelo Doutor Leite de Vasconcelos. (...) o que o código de 1911 exclui é que possam servir de nome próprio os nomes de família, bem como os de “ cousas, qualidades, animais ou análogos”. (...) O código salazarista de 1932 (art. 242.º) mantém intactas as mesmas disposições, com uma única diferença: deixam de poder ser dados nomes que envolvam referência política. O código de 1958 (art. 123.º) adiciona às restrições uma que pode ser entendida como reação ao cosmopolitismo crescente da sociedade, já que até então não parecera necessária: “Os nomes próprios devem ser portugueses”, sem precisar o que por tal se entende. Isso mantém-se no código de 1967 (art. 130.º), mas condimentado por importantes concessões aos nomes estrangeiros.»¹⁷

A questão dos prenomes estrangeiros parece não se colocar nos dados recolhidos, visto tratar-se de uma reduzida área geográfica rural dentro da Ilha da Madeira. Sobre os nomes de família, Ivo Castro refere diferentes visões sobre a importância destes na cadeia antroponomástica dos nomes dos indivíduos e no repertório onomástico da Língua Portuguesa:

«o nome de família ou apelido é um dos vocábulos que ocupam as posições finais na sequência de nomes, com funções simultaneamente conjuntivas e separativas: conjuntivas porque identificam todos os indivíduos que pertencem e pertenceram a uma mesma família, e separativas, pois os distinguem de todos os que não pertencem a essa família,

¹⁷ CASTRO, 2001, «O nome dos portugueses», p. 4.

muito especialmente se são portadores do mesmo nome próprio. Mas outros acham que o nome de família tem tudo a ver com a história destes, alguns têm da história uma visão essencialmente genealógica, reconhecendo no nome um bem que é transmitido entre as gerações pertencentes a uma linhagem consanguínea, que pode ser reclamado como qualquer outra peça do património familiar e que, dentro da lógica da posse de bens, deve ser conservado intacto e, quando possível, aumentado por acumulação. Esta visão é favorecida por quem pertence à aristocracia ou a ela gostaria de pertencer, pois só os nomes das famílias desse setor da sociedade possuem registo suficientemente antigo para serem avaliados quanto à sua perdurabilidade. No entanto, há outros modos de apreciar a existência histórica do nome de família: a uma visão mais social da história não escapará o interesse da perda da função patronímica de nomes como Henriques, ou a distribuição regional de certos apelidos, especialmente se forem resultantes de nomes de profissão ou de alcunhas, ou do facto muito ignorado de inúmeros portugueses terem chegado ao século XX sem disporem de qualquer nome de família. Por mim, sou dos que preferem ver os nomes próprios e os apelidos como unidades linguísticas, vocábulos de gramática difícil, de etimologia talvez não tão problemática, que merecem de linguistas e gramáticos uma atenção mais assídua e diversificada que aquela que têm recebido.»¹⁸

Desta citação, relevamos o contraste existente entre os nomes de família dos aristocratas, possuidores de terras e com protagonismo social, face, muitas vezes, à ausência de apelidos nas camadas mais pobres da sociedade, para os quais só a sobrevivência é premente. No levantamento dos nomes de família efetuado, apenas alguns descendentes que viajam com os pais surgem sem nome de família, todos os outros têm pelo menos um segundo nome.

Quanto aos nomes de família compostos, apercebemo-nos de que a tendência inicial é registar apenas o apelido do pai e, depois, também o da mãe, que o antecede (ao contrário do sistema antroponímico espanhol, em que o nome de família paterno surge primeiro porque são os primeiros e não os últimos apelidos que passam para os filhos). Contudo, há exceções, como é o caso do nome do primeiro indivíduo da freguesia de Água de Pena a quem foi atribuído passaporte no ano de 1955, com o nome de família *de Freitas Joaquim*, em que o primeiro elemento da composição será provavelmente da mãe e *Joaquim* do pai, sendo um prenome que terá passado a ser também apelido. Como já foi referido, com o passar dos anos, cada vez mais, é documentada a ocorrência de segundos e terceiros nomes, que seguem os prenomes, tendencialmente, compostos ou complexos dos indivíduos. Assim, são atestadas as seguintes combinações de nomes de família: *Fernandes Belo*, *de Sousa de Jesus* (este último terá começado por ser um elemento religioso de composição de prenomes, tanto masculinos como femininos, passando depois também a nome de família), *de*

¹⁸ CASTRO, 2001, «O nome dos portugueses», p. 2.

Jesus Freitas e Jesus Freitas (irmãos, sendo que no nome feminino perde a preposição *de*), *de Jesus de Freitas* (com duas preposições *de*, não sendo aparentemente da mesma família), *de Freitas Monteiro*, *Ferreira de Freitas*, *Teixeira Dias*, *Rodrigues Carregador* (alcunha proveniente de nome de profissão), *Freitas da Paixão* (de Cristo, nome religioso), *Moniz Pires*, *de Freitas Branco* e *Freitas Branco* (sem a preposição *de*), *de Freitas Oliveira* e *Freitas Oliveira* (sem a preposição *de*), *de Freitas Carvalho*, *Rodrigues Valério* (prenome que é também nome de família), *Dias de Freitas*, *Fernandes dos Santos*, *Nunes Vieira*, *de Freitas Olival*, *Carvalho Dias*, *Alves de Sousa*, *Alves Dias*, *Fernandes Dias*, *Vieira Carlos* (mais um prenome que passou a apelido), *Dias de Mendonça*, *Ferreira Nunes*, *Vieira Rodrigues*, *Oliveira da Câmara*, *da Costa Andrade*, *Gonçalves Correia*, *Vieira de Sousa*, *Belo de Aguiar*, *Pestana Coelho*, *Nunes de Nóbrega* e *Nunes Nóbrega* (sem a preposição *de*), *de Sousa Nunes*, *Vieira de Freitas*, *de Freitas Pereira*, *Nunes Teixeira*, *Vieira Teixeira*, *de Freitas Coelho*, *Freitas Catanho*, *Carvalho de Vasconcelos*, *de Vasconcelos Belo*, *Oliveira da Costa*, *Mendonça Coelho*, *Gonçalves Nunes*, *Freitas Machado*, *Correia de Freitas*, *Nunes de Viveiros*, *de Viveiros Melim*, *Branco Dias*, *Vieira Prazelo*, *Alves Bisca*, *de Freitas e Sousa* (ocorrência do elemento *e* como ligação entre os dois nomes de família que compõem o nome do indivíduo) e *de Freitas Sousa* (sem o elemento gramatical de ligação *e*), *Dias Rodrigues*, *Rodrigues Vieira*, *Oliveira da Câmara*, *Nunes Coelho*, *de Sousa Jardim*, *Franco Fernandes*, *Nunes de Oliveira*, *Rodrigues Correia*, *de Freitas Nunes*, *Fernandes Correia*, *de Sousa Nunes*, *Dias de Freitas*, *Nunes Sabido*, *Vasconcelos Branco*, *Vieira Praguêl*, *dos Santos Vieira*, *Ferreira Nunes*, *Saldanha Melim*, *Vieira de Freitas*, *Vieira Carvalho*, *Freitas Rodrigues*, *de Sousa Vieira*, *Pereira Carvalho*, *Branco Dias*, *Dias Alves*, *de Freitas Spínola*, *Nunes de Mendonça*, *de Freitas Correia*, *Rodrigues Ferreira* e *Roiz* (abreviatura de *Rodrigues*, na mesma família) *Ferreira*, *Pestana e Sousa* (com o elemento de união *e* entre os dois nomes de família), *Carvalho de Vasconcelos*, *Roiz Carregador*, *de Olival Rodrigues*, *de Sousa Oliveira*, *Dias de Abundância*, *da Conceição* (aqui será já nome de família e não prenome) *Vieira*, *de Mendonça Coelho*, *Pestana Coelho*, *Vieira Cardoso*, *Faria de Freitas*, *Macedo Gomes*, *Carvalho de Sousa*, *Rodrigues dos Santos*, *Fernandes de Freitas*, *de Olival Rodrigues*, *de Freitas Centauro*, *Sousa Carvalho*, *de Freitas Nunes*, *Belo Vieira*, *Fernandes Vieira*, *de Mendonça Coelho*, *de Sousa Jardim*, *de Freitas Dias*, *Branco Nunes*, *Mendonça Câmara*, *Dias Rodrigues*, *Roiz Correia*, *de Freitas Correia*, *Saldanha de Melim* e *Saldanha Melim* (sem a preposição *de*), *de Freitas Joaquim*, *Alves de Bisca* (aqui, a preposição *de* poderá surgir por analogia com os nomes geográficos), *de Sousa Carvalho*, *Nunes da Câmara*, *Vieira de Jesus*, *Andrade Fernandes*, *Freitas Rodrigues*, *Ferreira Jorge* (sendo este primeiramente um prenome), *Sousa Ferreira* e *de Sousa Ferreira* (sem *e* com preposição *de* na mesma família), *Freitas Rosário* (nome de origem religiosa, sendo primeiramente um prenome), *Pereira Pires*, *Vieira Prageles*, *Coelho de Correia* (aqui a preposição *de* parece

indicar que *Correia* é um nome geográfico) e *Coelho Correia* (sem a preposição *de*, em irmãos respetivamente mais velho e mais novo), *Correia Freitas, da Silva Carvalho, Sousa e Freitas* e *Sousa Freitas* (na mesma família), *Oliveira de Vasconcelos, Nunes de Freitas, de Freitas Rodrigues, de Castro Ferreira, de Sousa Saldanha* e *Sousa Saldanha* (na mesma família), *Mendonça Coelho, Olival Dias, Gonçalves Ribeiro, Baptista Viveiros, Oliveira Câmara, Nunes Pereira, Carvalho Freitas, de Sousa Freitas, de Freitas Pereira, de Mendonça Quintal* e *Mendonça Quintal* (na mesma família), *Teixeira Coelho, Vieira de Olival, Ferreira de Nóbrega, Alves Correia, de Freitas Dias, Branco Dias, Belo Relva, Belo Rodrigues, de Sousa Júnior, de Gouveia e Sá, Teixeira de Freitas, Rodrigues de Oliveira, Joaquim Júnior, Dias Oliveira, Pires Vieira, Pereira Vieira, Nunes Perestrelo, dos Santos Petito, da Paixão Marques, dos Santos Felisberto, de Araújo Mendonça, dos Santos Carvalho, de Jesus de Sousa, de Sousa Freitas, de Sousa Ribeiro, Branco Gonçalves, Vieira Rodrigues*.

Excepcionalmente, em 1955 e 1956, são averbados dois quartos nomes na cadeia antroponímica de indivíduos masculinos, respetivamente em *Nunes Pereira de Freitas* e em *Nunes Freitas Pereira* (neste último caso, sem registo da preposição *de* antes de *Freitas*, sendo que a ordem diferente dos apelidos na composição do nome indica pertencerem a famílias distintas). Em 1956, encontramos ainda um indivíduo com um quarto nome, em *de Freitas França Fernandes*. Em 1957, é documentado um outro indivíduo masculino com um quarto nome, *Dias Fernandes Belo*, em que percebemos claramente que *Dias* é o nome de família da mãe e *Fernandes Belo* um apelido composto do pai, que funciona como unidade antroponímica. Em 1958, temos um quarto nome de um indivíduo masculino, em *Carvalho Patudo Júnior*, em que o terceiro nome é uma alcunha que parece indicar uma característica física de um ascendente, tendo o filho o mesmo nome que o pai, daí a necessidade do último nome *Júnior*, no seu registo, para distingui-lo do pai. No mesmo ano, ocorre um nome feminino também com um quarto nome, *Fernandes Belo de Aguiar*, em que temos a unidade antroponímica composta *Fernandes Belo*, seguida do nome do pai ou do marido (por ser uma mulher casada). No ano 1960, encontramos um indivíduo do sexo feminino com um quarto nome na cadeia antroponímica, *Fernandes Belo Pereira*, em que, mais uma vez, temos como nome de família a unidade composta *Fernandes Belo*, nome da mãe ou do pai, no caso do último nome *Pereira* ser do marido (por ser uma mulher casada). Em 1961, um indivíduo do sexo feminino, com um prenome composto, apresenta, na cadeia antroponímica, um quarto nome, *de Jesus Coelho Jardim*, em que o apelido *Jardim* é o nome de família do marido que a acompanha. No ano de 1962, uma mulher integra igualmente um quarto nome, em *de Sousa Freitas Coelho*. Por ser casada, este último provavelmente será o nome de família do marido.

Em 1963, um indivíduo do sexo masculino tem também um quarto nome, *Nunes de Freitas Pereira*, o que parece ser cada vez mais comum, coexistindo com o aumento da variedade ou diversidade dos nomes de família documentados nestes registos. Em 1964, aferimos a ocorrência de um quarto nome na cadeia antroponímica de um homem com um prenome composto, em *Carvalho Nunes Maio*, em que o último nome é claramente uma alcunha relativa a alguma circunstância ou episódio de vida. No mesmo ano, temos um quarto nome na cadeia antroponímica de um indivíduo do sexo masculino com um prenome simples, em *de Freitas Pombo Júnior*, em que o último nome surge para distingui-lo do pai, que teria o mesmo nome, terminado com o apelido proveniente da alcunha *Pombo*. Ainda em 1964, é atestado um quarto nome em *Fernandes Belo França*, em que, mais uma vez, *Fernandes Belo* parece ser uma unidade antroponímica composta, à qual se associa o último nome *França* (do pai ou do marido, visto ser uma mulher casada). Também outro homem apresenta, na sua cadeia antroponímica, um quarto nome em *de Sousa Vieira Centauro*.

Em 1965, temos um caso concreto em que os nomes da família da mãe são *Fernandes Belo* (não havendo associação do apelido do marido) e uma filha recebe o último nome da mãe, *Belo* (desfazendo a unidade antroponímica *Fernandes Belo*) e *Vieira* do pai, sendo *Belo Vieira*, enquanto o filho com prenome composto masculino é *Freitas Belo Vieira*, sendo claramente *Vieira* o nome do pai, mas o *Freitas Belo* deveria ser *Fernandes Belo*, podendo ser um lapso do registo no livro de passaportes. Na mesma família, uma outra filha com um prenome feminino composto tem como nomes de família *Fernandes Vieira*, com o primeiro apelido da mãe *Fernandes*, em vez do último *Belo*, separando a unidade antroponímica composta *Fernandes Belo*, o que mostra uma certa irregularidade na atribuição dos nomes de família aos indivíduos. Isto acontece a par dos nomes de família de um indivíduo do sexo masculino, *Mendonça Câmara*, casado com uma mulher de prenome simples e tendo um só apelido, *Rodrigues*, cuja filha tem um prenome composto, seguido dos nomes *Rodrigues de Mendonça Câmara* (recebendo o nome de família composto do pai, juntamente com o da mãe). Por sua vez, os dois filhos mais novos do casal, ambos do sexo masculino, com um prenome simples, apresentam apenas um segundo e terceiro nomes, *Rodrigues Câmara*. Em 1966, uma mulher casada com os apelidos *Freitas Oliveira* obtém o passaporte juntamente com os três filhos, todos com um quarto nome na cadeia antroponímica, *Oliveira Fernandes Belo* ou *Oliveira Friz* (abreviatura de *Fernandes*) *Belo*, em que *Oliveira* é o nome de família da mãe, sendo seguido da unidade antroponímica *Fernandes Belo* do pai (aqui não desmembrada). Em 1967, encontramos um quarto nome na cadeia antroponímica de uma mulher casada, *Vieira Coelho Rodrigues*, em que o último nome certamente será o do marido, que se junta ao do pai e da mãe. No entanto, segue-se a esta uma mulher

solteira com um prenome composto e com um quarto nome, *Nunes Pereira de Freitas*, sendo que, neste caso, o último apelido não pode ser atribuído ao marido. Ainda em 1967, é averbado o nome de uma mulher casada com um quarto nome, *de Freitas de Sousa Coelho*, cujos filhos (que a acompanham) são *Coelho (de) Correia*, verificando-se que *Coelho* não é o nome de família do marido, mas provavelmente um apelido composto do pai dela (*de Sousa Coelho*, nome geográfico mais alcunha), passando para os filhos o último nome *Coelho*, ao qual se junta *Correia* do marido.

Em 1968, é atestado um quarto nome na cadeia antroponímica de uma mulher jovem e casada, que viaja sozinha para a África do Sul, em *Rodrigues Vieira Nóbrega*, podendo este último apelido ser o nome de família do marido. No mesmo ano, temos um indivíduo do sexo masculino com um prenome simples seguido de um segundo, terceiro e quarto nomes, *de Sousa Freitas Branco*, em que ocorre a unidade antroponímica composta *Freitas Branco*, nome de família recorrente, neste caso do pai que se junta ao da mãe *de Sousa*. Este é acompanhado do irmão mais velho com um prenome complexo, seguido apenas do nome do pai *de Freitas Branco*, o que prova que nem sempre o nome de família da mãe passava para os filhos. Encontramos ainda uma mulher casada com um prenome composto, ao qual se juntam os nomes de família *Nunes Maio Joaquim Sousa*, sendo que o quinto e último nome provavelmente provém do marido. Em 1969, ocorre o registo de uma mulher casada com um prenome simples e um segundo, terceiro e quarto nomes, *Gonçalves Felisberto Ribeiro*, sendo o último apelido do marido, uma vez que os três filhos que a acompanham, com prenomes complexos, têm como nomes de família *Gonçalves* da mãe (e não *Felisberto*) e *Ribeiro* do pai. No mesmo ano, é averbado o nome de uma mulher casada com o nome de família *Fernandes Belo*, que é acompanhada de dois filhos: o filho tem um prenome composto e um segundo e terceiro nomes, *Ferreira de Nóbrega*, enquanto a filha (também com um prenome composto) apresenta segundo, terceiro e quarto nomes, *Belo Ferreira Nóbrega* (sem a preposição *de*). Podemos constatar que *Ferreira de Nóbrega* parece constituir uma unidade antroponímica composta do nome de família do pai, que se junta ao último apelido da mãe, desmembrado da unidade antroponímica *Fernandes Belo*. Ainda em 1969, encontramos vários antropónimos com um quarto nome: uma mulher casada com um prenome composto, *de Vasconcelos Freitas Branco*, em que a unidade antroponímica *Freitas Branco* poderá ser do pai ou do marido; um indivíduo do sexo masculino *da Câmara Fernandes Belo*, em que, mais uma vez, temos a unidade antroponímica *Fernandes Belo* do pai, que segue o nome da mãe *da Câmara*; uma mulher jovem e casada com um prenome composto e um segundo, terceiro e quarto nomes, *de Sousa Menezes Pires*, em que provavelmente o último nome é do marido.

No ano de 1970, está documentado o nome de uma mulher casada, com um prenome complexo seguido dos nomes de família *Alves Moniz*, que viaja com uma filha, cujo prenome simples é seguido de um segundo, terceiro e quarto nomes, *Alves Moniz Berenguer*, em que *Alves Moniz* constitui uma unidade antroponímica recebida da mãe à qual se junta o apelido do pai, *Berenguer*. Segue-se o nome de uma mulher jovem e solteira com um prenome composto, ao qual também se juntam um segundo, terceiro e quarto nomes, *Carvalho Fernandes Belo*, em que ocorre a unidade antroponímica *Fernandes Belo* do pai. No mesmo ano, encontramos um casal em que o marido apresenta um prenome e um nome de família simples, *Perestrelo*, contrastando com o nome da mulher, constituído por um prenome complexo, seguido dos nomes de família *de Freitas Oliveira Perestrelo*, em que podemos confirmar o último apelido ser do marido. Acontece o mesmo com o casal seguinte: o marido tem um nome de família simples, *de Sousa*, e a mulher (que o acompanha) é *Rodrigues Fernandes Sousa*, sendo o último nome do marido.

Assinalamos, ainda, no mesmo ano, o registo dos nomes de dois irmãos muito pequenos, de 5 e 4 anos, que parecem viajar sem familiares para a Venezuela: uma menina de prenome composto, seguido de segundo, terceiro e quarto nomes, *Pereira Fernandes Belo*, e o irmão, também com um prenome complexo, *Freitas Fernandes Belo*, em que o segundo nome não coincide nos dois indivíduos, correspondendo ao nome de família da mãe, sendo o do pai posposto como último nome composto, *Fernandes Belo*, na medida em que funciona como uma unidade antroponímica fixa. Encontramos ainda uma mulher casada, com um segundo, terceiro e quarto nomes, *de Freitas Oliveira Teixeira*, que viaja sozinha, certamente para se juntar ao marido, cujo último apelido será o nome de família dele. Uma outra mulher, também casada, *de Sousa Branco Gonçalves*, viaja com dois filhos, ambos com prenomes compostos, seguidos dos nomes de família *Branco Gonçalves*, revelando o último apelido ser o nome de família do marido. Estes dados mostram como os nomes das mulheres, que inicialmente eram muito simples e reduzidos, se tornam cada vez mais complexos e extensos, sobretudo com a adição dos apelidos dos maridos.

Sublinhamos a ocorrência do registo de formas abreviadas dos nomes de família, características da Idade Média: *Roiz*, abreviatura de *Rodrigues*, e *Friz*, redução do nome *Fernandes*, nos antropónimos mais extensos com prenomes compostos, como segundo ou terceiro nomes, podendo ainda ser seguidos de um quarto nome. Se compararmos estes dados com os dos nomes de família luso-brasileiros coletados nas cidades de Lisboa e de S. Paulo (Brasil), a partir das respetivas listas telefónicas (em 2004-2005), por

Ivo Castro¹⁹, verificamos que, apesar da restrita área geográfica rural da nossa amostra, os apelidos mais representados são semelhantes: *Silva, Santos, Pereira, Sousa, Ferreira, Oliveira, Costa, Rodrigues, Almeida, Fernandes*, entre outros. As principais diferenças são sobretudo o apelido *Silva*, o mais frequente nas duas metrópoles, que não é corrente no *corpus* em estudo, assim como *Almeida*. No que se refere aos prenomes mais comuns, nas duas cidades, são: *Maria, José, António, Manuel e João*, o que mostra o carácter conservador da transmissão dos nomes próprios, não obstante ocorrerem inovações nos repertórios antroponomásticos com o passar das décadas.

Se olharmos para a legislação atual, nomeadamente o decreto-lei n.º 131/95, de 6 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 36/97, de 31 de janeiro, no texto do artigo 103.º, sobre a «composição do nome», vemos que o nome completo de um indivíduo deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos gramaticais, simples ou compostos, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos. Estes são escolhidos entre os que pertençam a ambos ou só a um dos pais do registando ou a cujo uso qualquer deles tenha direito, podendo, na sua falta, escolher-se um dos nomes por que sejam conhecidos. Ou seja, ainda hoje, não é obrigatório que, na composição do nome de um indivíduo registado em Portugal, sejam atribuídos os últimos apelidos do nome da mãe e do pai como nomes de família, havendo liberdade nessa escolha.

Os Agregados Familiares

Os antropónimos dos migrantes de Água de Pena apresentam uma grande riqueza e diversidade e mesmo uma nítida evolução na sua composição ao longo do tempo, no período estudado, o que é visível sobretudo nos passaportes concedidos a agregados familiares. Assim, começamos por apresentar, na tabela n.º 2, a quantificação dos dados recolhidos por agregados familiares, em que temos casais com e sem filhos (no caso dos mais jovens).

¹⁹ CASTRO, 2017, «Sobre Antroponímia Luso-Brasileira (2004-2005)», pp. 313-337.

Tabela n.º 2 – Quantificação dos Dados por Casais

Anos	Casais	Idades	Profissões	Filhos	Idades	Profissões	Destinos
1955	1	22-23	Pedreiro e doméstica	–	–	–	Brasil
1956	1	33-31	Trabalhador agrícola e doméstica	–	–	–	Brasil
1957	1	59-56	Trabalhador agrícola e doméstica	3	19-16-12	domésticas –	VE
1958	1	60-46	Trabalhador agrícola e doméstica	–	–	–	Brasil
	1	64-56	Carregador e doméstica	1	18	–	Brasil
1959	–	–	–	–	–	–	–
1960	–	–	–	–	–	–	–
1961	–	–	–	–	–	–	–
1962	–	–	–	–	–	–	–
1963	1	34-26	agricultor e doméstica	2	2-10 m	–	Brasil
	1	63-59	agricultor e doméstica	1	18	agricultor	Brasil
	1	48-45	agricultor e doméstica	2	30-17	doméstica e agricultor	VE
1964	1	59-52	agricultor e doméstica	1	15	Agricultor	VE
	1	24-19	trabalhador agrícola e doméstica	–	–	–	ZA
1965	1	33-32	agricultor e doméstica	–	–	–	GB
	1	54-56	agricultor e doméstica	3	17-14-13	doméstica	Brasil
1966	–	–	–	–	–	–	–
1967	1	26-26	agricultor e doméstica	2	3-2	–	VE
	1	40-41	pedreiro e doméstica	2	13-10	–	Brasil
	1	60-64	trabalhador agrícola e doméstica	–	–	–	CA
1968	–	–	–	–	–	–	–

1969	1*	33-34	trabalhador agrícola e doméstica	3	8-6-3	–	VE
	1	66-66	motorista e doméstica	1	38	Doméstica	VE
	1	55-58	agricultor e doméstica	2	23-18	Domésticas	VE
	1**	61-59	proprietário e doméstica	–	–	–	vpE
1970	1	66-71	agricultor e doméstica	–	–	–	CA
	1	33-30	trabalhador agrícola e doméstica	4	7-6-4-11 m	–	VE
	1	27-26	agricultor e doméstica	–	–	–	GB
	1	30-33	agricultor e doméstica	–	–	–	GB
	1	58-56	aparelhador e doméstica	1	16	doméstica	Brasil

Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.ºs 1142-1185.

* O homem é natural da Calheta.

** Provavelmente, será um visto para turismo.

O número de casais que emigraram passa de 2 em 1958, 1964 e 1965 e 3 em 1963 e 1967 para 4 em 1969 e 5 em 1970, sendo valores pouco significativos. Nos anos de 1959 a 1962, 1966 e 1968, não foram registados casais, enquanto nos anos de 1955 a 1957 estão documentados um por ano. No que respeita às idades dos casais, temos 12 casais mais velhos: em 6 deles os dois elementos do casal têm mais de 55 anos e nos outros 6 um deles apresenta essa mesma condição. Dos outros 12 casais, 4 estão na casa dos 20 anos, 6 na casa dos 30 (pelo menos um deles) e 2 na casa dos 40 anos. Os homens quase todos são trabalhadores agrícolas e as mulheres domésticas, com exceção de 2 homens pedreiros, 1 carregador, 1 motorista e 1 aparelhador, sendo que um dos homens idosos (de 61 anos) surge como proprietário, o que não é propriamente um nome de profissão.

Relativamente aos filhos, o maior número é 4 (de um casal de 30 anos), respetivamente de 7, 6, 4 anos e 11 meses. Seguem-se 3 casais com 3 filhos, dois deles com mais de 55 anos e um na casa dos 30 anos, com filhos de 8, 6 e 3 anos. Dos casais com dois filhos, 4 estão na casa dos 30-40 anos, um na casa dos 20 anos e um na casa

dos 50 anos, migrando juntamente com as filhas de 23 e 18 anos, solteiras e domésticas. Sem filhos, são 10 casais: 6 na casa dos 20-30 anos, que poderão ainda não ter filhos ou deixá-los ao cuidado dos avós maternos ou paternos; 4 com mais de 55 anos que irão ter com os filhos, possivelmente com carta de chamada para ficarem e não de visita. Os destinos dos casais são sobretudo o Brasil (9) e a Venezuela (8), mas também a Inglaterra (3), o Canadá (2), a África do Sul (1) e vários países da Europa (1).

Seguem-se as tabelas n.º 3 e n.º 4, com a quantificação dos dados por mulheres casadas, com e sem filhos, e irmãos que emigram sem os pais.

Tabela n.º 3 – Quantificação dos Dados por Mulheres Casadas

Anos	Mulheres Casadas	Idade	Profissões	Filhos	Idades	Profissão	Destinos
1955	1	34	doméstica	2	2-1	-	Brasil
1956	1	79	doméstica	1	14	doméstica	Brasil
	1	22	doméstica	1	10 m	-	VE
	1	44	engomadeira	1	8	-	VE
1957	1	57	doméstica	1	16	doméstica	Brasil
	1	61	doméstica	1	29	doméstica	Brasil
	1	31	doméstica	3	8-7-4	-	Curaçau
	1	24	doméstica	1	1	-	Brasil
	1	29	doméstica	2	6-4	-	Curaçau
	1	26	doméstica	2	3-1	-	Brasil
1958	1	30	doméstica	2	8-6	-	Brasil
	1	25	doméstica	1	10	-	Curaçau
	1	37	bordadeira	1	6	-	Brasil
	1	28	doméstica	1	2	-	VE
1959	1	36	doméstica	3	13-8-5	-	Brasil
	1	36	doméstica	3	10-8-6	-	Curaçau
	1	35	doméstica	2	10-9	-	VE
	1	24	doméstica	1	1	-	Brasil
	1	21	doméstica	1	1	-	VE
1960	1	28	doméstica	2	6-4	-	Brasil
	1	34	doméstica	1	12	-	VE
1961	1	31	doméstica	1	11	-	VE
1962	-	-	-	-	-	-	-
1963	1	32	doméstica	3	13-10-9	-	VE
	1	21*	doméstica	1*	11*	-	VE
	1	24	doméstica	1	6	-	VE
	1	36	doméstica	2	15-13	agricultor e -	VE
1964	1	34	doméstica	2	11-9	-	VE
	1	47	doméstica	1	10	-	VE
	1	38	doméstica	3	13-12-10	-	ZA

1965	1	42	doméstica	3	16-12-9	doméstica e –	VE
	1	52	doméstica	1	14	–	VE
	1	41	doméstica	3	9-8-6	–	VE
1966	1	52	doméstica	1	19	doméstica	VE
	1	53	doméstica	1	15	–	Brasil
	1	48	doméstica	1	19	doméstica	VE
	1	52	doméstica	1	13	–	VE
	1	28	doméstica	3	7-6-4	–	ZA
1967	1	61	doméstica	1	23	agricultor	VE
	1	58	doméstica	3	32-30-25	domésticas	VE
	1	31	doméstica	2	15-13	–	Brasil
1968	1	32	doméstica	1	4	–	Transvaal
1969	1	62	doméstica	1	18	doméstica	VE
	1	43	doméstica	3	9-6-4	–	ZA
	1	45	doméstica	1	13	estudante	US
	1	28	doméstica	2	5-4	–	GB
	1	30	doméstica	2	9-6	–	ZA
	1	42	doméstica	3	16-14-11	doméstica, estudante e –	VE
1970	1	22	doméstica	1	8 m	–	ZA
	1	56	doméstica	1	14	agricultor	GB
	1	55	doméstica	1	16	doméstica	GB
	1	54	doméstica	3	18-16-13	domésticas e –	VE
	1	41	doméstica	4	15-13-11-7	estudante e –	Rodésia
	1	26	doméstica	2	1-8 m	–	GB

Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.ºs 1142-1185.

* Devido à idade da mulher e da criança, poderá ser um irmão e não filho.

Os dados quantitativos das mulheres casadas que viajam com filhos, sistematizados na tabela n.º 3, mostram que estas são os grupos mais frequentes, sendo que apenas no ano de 1962 não foi registado nenhum grupo. Como podemos ver, destacam-se os anos de 1957, 1969 e 1970 com seis grupos de mulheres que obtêm passaportes juntamente com os filhos para se juntarem aos maridos nos respetivos países de destino. Seguem-se os anos de 1959 e 1966 com 5 grupos, os anos de 1958 e 1963 com 4 grupos e os anos de 1956, 1964, 1965 e 1967 com 3 grupos.

Todas as mulheres são domésticas de profissão com exceção de uma que é engomadeira. Apenas uma mulher de 41 anos, em 1970, viaja com 4 filhos, respetivamente de 15, 13, 11 e 7 anos, indo para a Rodésia. 12 mulheres viajam com 3 filhos e vão para o Curaçau, o Brasil, a Venezuela e a África do Sul. Com 2 filhos, são também 12 as mulheres que viajam para o Brasil, o Curaçau, a Venezuela, a Inglaterra e a África do Sul. As restantes 28 mulheres viajam apenas com um filho. Quanto aos homens

casados que viajam com filhos, são uma exceção, tendo sido documentado apenas um agricultor, no ano de 1958, com 45 anos, que vai para a Venezuela com um filho de 14 anos, também com a profissão de agricultor. Seguem-se os dados quantitativos dos irmãos que viajam sozinhos, na tabela n.º 4 abaixo.

Tabela n.º 4 – Quantificação dos Dados por Irmãos sem Pais

Anos	Irmãos	Idades	Profissões	Filhos	Idades	Profissões	Destinos
1955	–	–	–	–	–	–	–
1956	–	–	–	–	–	–	–
1957	2	19-16	bordadeira e trabalhador agrícola	–	–	–	Brasil
1958	2	16-14	doméstica e trabalhador agrícola	–	–	–	Brasil
	2	23-18	trabalhadores agrícolas	–	–	–	VE
1959	–	–	–	–	–	–	–
1960	2	17-15	–	–	–	–	Brasil
1961	–	–	–	–	–	–	–
1962	–	–	–	–	–	–	–
1963	3	17-15-13	agricultores	–	–	–	VE
1964	2	15-14	agricultores	–	–	–	ZA
	2	12-9	agricultor e –	–	–	–	VE
	2	20-13	doméstica e –	–	–	–	VE
	2	12-10	–	–	–	–	VE
	3	14-12-6	–	–	–	–	França
1965	2	18-11	doméstica e –	–	–	–	VE
1966	–	–	–	–	–	–	–
1967	–	–	–	–	–	–	–
1968	4	20-17-15- 11	domésticas e – agricultores	–	–	–	VE
	2	18-16	doméstica, trabalhador	–	–	–	CA
	3	18-15-11	agrícola e –	–	–	–	ZA
1969	–	–	–	–	–	–	–
1970	2	5-4	–	–	–	–	VE

Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.ºs 1142-1185.

Como podemos ver, em 1957, apenas é averbado um grupo de 2 irmãos com 19 e 16 anos: uma bordadeira e um trabalhador agrícola, que vão para o Brasil. No ano seguinte, são 2 grupos de 2 irmãos que vão para a Venezuela e o Brasil. Em 1960, um grupo de dois irmãos, de 17 e 15 anos, vão para o Brasil e, em 1963, um grupo de 3 irmãos (de 17, 15 e 13 anos) agricultores tem como destino a Venezuela. No ano de 1964, temos 5 grupos de irmãos, 4 de 2 irmãos e um de três, entre os 6 e os 20 anos, os rapazes agricultores e as raparigas domésticas, que vão para a Venezuela, a África do Sul e a França. Em 1965, apenas um grupo de dois irmãos, de 18 e 11 anos, viajam para a Venezuela, enquanto em 1968 são três grupos: respetivamente de 4, 2 e 3 irmãos, entre os 11 e os 20 anos, as raparigas domésticas e os rapazes trabalhadores agrícolas, cujos destinos são a Venezuela, o Canadá e a África do Sul respetivamente. No ano de 1970, também apenas é documentado um grupo de dois irmãos, de 5 e 4 anos, que viajam sem familiares para a Venezuela.

Os outros indivíduos, maioritariamente do sexo masculino, que viajam sozinhos, inicialmente são homens casados que vão trabalhar para o Brasil, Curaçau e Venezuela. Depois, são jovens solteiros que, por norma, vão trabalhar com o pai ou que fogem à guerra colonial, sobretudo nos últimos anos, partindo com carta de chamada de familiares. São registadas também mulheres jovens solteiras, nos primeiros anos, sobretudo bordadeiras que vão para o Brasil. Muitas mulheres jovens casadas viajam sozinhas, provavelmente após um casamento feito por procuração, para se juntarem aos maridos nos países de destino. Excepcionalmente, algumas mulheres viúvas, geralmente mais velhas, viajam sozinhas (ou com filhas), para irem viver com os filhos já emigrados ou com irmãos. Cada um destes indivíduos, ou agregados familiares, corresponde a um processo de passaporte, onde consta toda a documentação exigida para a emigração e onde é possível consultar as respetivas cartas de chamada e dados pessoais e familiares, o que não coube no âmbito deste trabalho.

Conclusão

Podemos concluir que, no período de 1955 a 1970, os anos de 1957, 1964, 1969 e 1970 são os que registam maior número de passaportes concedidos a residentes na freguesia de Água de Pena, sobretudo do concelho de Machico. Em 1957, o destino de emigração mais procurado é o Brasil, seguido da Venezuela. No ano de 1964, a grande procura é a Venezuela, que se mantém em 1969, embora com decréscimo, enquanto em 1970 o destino mais procurado é a Inglaterra, seguido da Venezuela, com grande redução. Assim, no período estudado, temos à frente a Venezuela, com 243 passaportes,

o Brasil com 125 e, a partir de 1966, a afirmação da Inglaterra como novo destino de emigração, com 77 indivíduos.

Os registos dos passaportes concedidos pelo Governo Civil do Funchal também permitem conhecer os nomes próprios (prenomes) e os nomes de família (apelidos ou segundos, terceiros, quartos e mesmo, excepcionalmente, quintos nomes) dos migrantes, observando a frequência de prenomes como *Beatriz, João, José, Maria e Manuel*. Assistimos a uma diversificação destes nomes com o passar do tempo, a par da tendência para a formação de prenomes compostos por dois nomes, como *João Manuel e Maria José*. Quanto aos nomes de família, verificamos como estes se juntam a partir dos casamentos, inicialmente com registo apenas do nome do pai nos antropónimos dos filhos e, depois, também com o nome de família da mãe na sua composição. Os nomes de família predominantes são: *Freitas, Nunes, Pereira e Vieira*, assim como as composições *Freitas Branco e Fernandes Belo*, entre outras. Encontramos algumas alcunhas que já são nomes de família, como *Bisca*, e mesmo um nome de profissão, *Carregador*. Constatamos que os nomes das mulheres, inicialmente muito reduzidos, geralmente formados por um prenome simples e apenas o nome de família do pai, com o passar dos anos tornam-se mais complexos do que os dos homens, por incorporarem prenomes compostos, seguidos dos nomes de família da mãe, do pai e do marido.

Esta documentação, além de nos dar informações sobre a evolução do sistema antroponímico, fornece dados importantes sobre a composição de agregados familiares, podendo ser usada para outro tipo de estudos como a história da emigração de famílias madeirenses para diferentes partes do mundo. Seria interessante fazer este tipo de levantamento de dados dos Livros de Passaportes do Governo Civil do Funchal para outras freguesias no mesmo período de tempo, de modo a podermos comparar os resultados tanto antroponímicos como de destinos de emigração. Fica por fazer também o mesmo estudo para a mesma e outras freguesias em décadas anteriores e posteriores.

Fontes

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Governo Civil do Funchal, Livros de registos de passaportes concedidos, 1955-1970, lv.^{os} 1142-1185.

Bibliografia

- CASTRO, Ivo, 1987, «A investigação antroponímica em Portugal», in *Actes du 1er. Colloque du Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romains* (Trèves, 1987), Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1990, pp. 10-13, disponível em http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1987_Antroponmia_em_Portugal.pdf, consultado a 23 de março de 2019.
- CASTRO, Ivo, 2001, «O nome dos portugueses», inédito, in *Conferência no Colóquio Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, disponível em http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2001_Nome_dos_Portugueses.pdf, consultado a 23 de março de 2019.
- CASTRO, Ivo, 2017, «Sobre Antroponímia Luso-Brasileira (2004-2005)», in *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 313-337.
- KREMER, Dieter (coord.), 1997, *Dictionnaire historique de l'anthroponymie romane (PatRom). Présentation d'un projet*, Sonderdruck, Niemeyer.
- MACHADO, José Pedro, 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Livros Horizonte/Confluência.
- NASCIMENTO, Joselin da Silva do, 2009, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Madeira para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Interculturais.
- NUNES, Naidea Nunes, 1996, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NUNES, Naidea Nunes e KREMER, Dieter, 1999, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*, Coleção Patronymica Romanica, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- NUNES, Naidea, 2016, «Alcunhas», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira, Projeto Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/alcunhas/>, consultado a 23 de março de 2019.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1928, *Antroponímia portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Juízos dos Órfãos do Antigo Regime e o Estado da Questão: História Institucional e Arquivo – Pistas para a Investigação do Tema na Madeira (Século XV-1834)

Orphans Courts in the Ancient Regime and the State of the Question: Institutional History and Archives – Contributes to the Investigation of the Theme in Madeira Archipelago (15th Century-1834)

*José Vieira Gomes*¹

Resumo

O presente artigo tem como objectivo traçar o cenário actual do estudo sobre o estado da questão dos juízos dos órfãos do Antigo Regime (até 1834, uma data limite que, neste texto, não deve ser lida em termos absolutos), com particular incidência sobre a sua história institucional e os seus arquivos, tendo em vista apontar pistas de investigação exequíveis para o estudo deste tema no arquipélago madeirense (séc. XV-1834).

Procuramos enquadrar o objecto de investigação à luz de uma selecção bibliográfica nacional e estrangeira de referência, sobretudo a publicada nos últimos 15 anos, sobre as problemáticas da assistência, infância, pobreza e orfandade, privilegiando-se os casos dos países da Europa Mediterrânica Ocidental (desde logo Portugal, Espanha, França e Itália) e do Brasil (colónia, império e república), visto os brasileiros contabilizarem nos últimos anos um número substancial de publicações (sobre os juízos dos órfãos, sua história institucional e arquivos pretéritos), incluídas dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

Foi também nosso desiderato, sempre que possível, submeter uma leitura crítica e comparada sobre a bibliografia consultada, buscando situar e definir o objecto específico de investigação. Identificamos as categorias de análise, as abordagens teórico-metodológicas mais utilizadas, as principais matérias de interesse dos investigadores e os respectivos contributos e limites

¹ É licenciado em História (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH-UNL –, 2003) e pós-graduado em Arquivística (Universidade de Évora, 2007). Enquanto arquivista no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), dedica-se à inventariação de arquivos históricos. É ainda autor de exposições, inventários e publicações de acervos. Frequenta o doutoramento em História (Arquivística Histórica; FCSH-UNL), sendo o tema da tese – *Juízos dos órfãos da Madeira (séc. XV-1834): história institucional e arquivo*. Contacto: jose.v.gomes@madeira.gov.pt.

científicos destes estudos para o aporte de conhecimento. Acompanhamos a evolução do discurso historiográfico, bem como o sentido e o retorno epistemológico que esta temática representa para a sociedade. Deste modo, propomos possíveis pistas para o estudo do tema, em particular na Madeira.

Em termos de estrutura interna deste texto, começamos por elaborar uma contextualização historiográfica do tema, passando depois a uma tentativa de aproximação dos órfãos à História da Assistência e respectiva interligação às restantes categorias assistenciais, seguindo-se uma perspectiva do *status quo* da História Institucional dos Juízos dos Órfãos. Por fim, analisamos a crescente utilização e valorização, nos últimos anos, dos arquivos dos juízos dos órfãos, em domínios que extravasam a História Institucional e a Arquivística, demonstrando-se como esta documentação judicial tem servido de ponte para o diálogo, convergência e projectos comuns, entre arquivistas e historiadores.

Palavras-chave: Juízos dos Órfãos; Madeira; Arquivos; Arquivística Histórica; Assistência; Orfandade; Infância.

Abstract

This article aims to outline the current situation of the study about the orphan's courts of the Ancient Regime (until 1834, a deadline which in this text should not be read in absolute terms), with particular emphasis on its institutional history and archives, in order to identify feasible research clues for further research on this matter in Madeira archipelago (since the 15th century until 1834).

We intend to develop the present research relying on a selection of national and foreign bibliography, especially those published in the last 15 years. This documentation considers social assistance issues, such as childhood, poverty and orphanhood in Western Mediterranean countries (Portugal, Spain, France and Italy) and Brazil (colony, empire and republic). On the latest years, brazilians have made a substantial number of publications over this social problem (orphans' courts, their institutional history and archives), including master's and doctoral dissertations.

It is also our aim to present an analytic and comparative work risen from the examined bibliography, defining and centering the object of this investigation: different existing analysis; main theoretical and methodological approaches; researchers most questioned issues, their scientific contribution, as well as eventual limitations to the progress of knowledge on this matter; the evolution of the historiographic discourse; the meaning and epistemological value that this topic represents for the society. Therefore, possible clues are suggested in order to explore the theme, particularly in Madeira archipelago.

Concerning the internal structure of this paper, a historiographical contextualization is presented initially, attempting to connect the orphans and the History of Social Assistance attending their interconnection with the other categories of social support, followed by a perspective of the *status quo* of the Institutional History of Orphans' Courts. Finally, we analyze the increasing use and value of orphans' courts archives in thematical areas that extend beyond Institutional History and Archival Science, demonstrating how this judicial documentation has been allowing further dialogue and convergence in projects between archivists and historians.

Keywords: Orphans' Courts; Madeira; Archives; Historical Archive Science; Social Assistance; Orphanhood; Childhood.

1. Introdução

Os juízos dos órfãos, com origens na Idade Média, funcionaram em Portugal (Reino e Império) até serem extintos em 1834. Organismos homólogos existiram na Europa (Espanha, França, Itália, Holanda e Inglaterra). Tinham como principais atribuições: julgar todos os casos cíveis em que fossem parte menores de 25 anos de idade; inventariar os bens que ficassem por morte de seus pais; nomear os seus tutores; acautelar o depósito na arca das escrituras, ouro, prata, jóias e dinheiro (e, neste caso, zelar pela segurança e rentabilização do capital emprestado a juro); assegurar a criação, instrução e aprendizagem de um ofício mecânico aos referidos menores, deferindo-lhe ainda a emancipação para casarem e/ou regerem as suas pessoas e bens. O principal oficial deste organismo, o «juiz dos órfãos» (assim intitulado, de forma abreviada, pelas fontes e bibliografia), detinha, na verdade, uma efectiva jurisdição mais vasta sobre uma multiplicidade de indivíduos assistidos e «incapazes», como os expostos, mentecaptos, pródigos e ausentes (ou seja, não forçosamente menores de idade). Em certos casos a sua vara acumulou com os mouros e judeus (em Loulé, séc. XV) ou, ainda, com os indígenas, forros e africanos livres (Brasil, finais do séc. XIX). Este magistrado era tutelado pelo provedor dos órfãos (um por comarca) que fiscalizava a sua atividade. Juiz e provedor materializavam o alto desígnio do Rei Cristão de tutelar e proteger os «pobres» desvalidos (viúvas, idosos, doentes, leprosos, cativos, alienados, órfãos e expostos). São vastas as problemáticas do estudo da orfandade no Antigo Regime. Estudos comparatistas e transnacionais têm tratado o tema, sobretudo, nos campos da História da Assistência, da História da Infância e da História da Pobreza. E, se nos últimos três decénios a historiografia da Assistência em Portugal se dedicou mais a estudar as Misericórdias e os expostos, temos assistido gradualmente a um crescendo de interesse dos historiadores pelos «órfãos», enquanto objecto de investigação de pleno direito. Este panorama animador acompanha o cenário historiográfico internacional sobre os juízos dos órfãos e os seus arquivos, com destaque para os estudos brasileiros. Porém, actualmente é inexistente um estudo de caso sobre o tema para a Madeira. Daí a importância de se elaborar a breve trecho uma história institucional destes juízos, bem como uma história dos seus arquivos, à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira e cuja inventariação acha-se actualmente em curso. Nesta medida, e neste tema em particular, é muito importante, do ponto de vista quer técnico, quer científico, que a história institucional e a arquivística não sejam desconectadas. Sendo incontornável o estudo da história custodial documental, das séries, tipologias e circuitos documentais, buscando-se reconstituir organicamente estes arquivos

e seu contexto (produção, organização, ordenação, classificação, gestão, uso, custódia, conservação e eliminação)².

2. A Historiografia: Breve Contextualização

A publicação da obra de Philippe Ariès – *História Social da Criança e da Família* (1960), faz quase 60 anos, constituiu um marco importante na conceptualização da infância, pelo que rapidamente começaram a vir a lume uma série de estudos históricos de crianças europeias. Todavia, a história da infância achava-se, até há pouco tempo, num estado embrionário para muitas latitudes e períodos históricos. Um cenário historiográfico que começou a dar mostras de inverter só nas últimas duas décadas – referimo-nos, no caso, às ex-colónias americanas das Coroas Ibéricas. A atenção dos investigadores latino-americanos da infância, não só historiadores, tem vindo a centrar-se nos temas da circulação de crianças, tutoria, educação precoce, bem-estar e trabalho infantil (conforme teremos oportunidade de ver mais demoradamente, mais à frente neste texto, no caso dos estudos brasileiros). A criança ganha paulatinamente estatuto autónomo de objecto de investigação, ao passo que começa a ser posta em causa e revista uma historiografia que só de modo indirecto dedicava atenção à população infantil, em particular quando se estudava a natureza da família colonial, as heranças das elites proprietárias ou a ilegitimidade nos territórios coloniais. Mais recentemente, o esforço tem sido no sentido de identificar se a história das crianças latino-americanas evidencia linhas de continuidade e/ou de ruptura com a visão dos historiadores da infância da Europa Ocidental³.

É igualmente incontornável para o estudo de categorias ligadas à infância (entre as quais as tocantes à infância desvalida, incluída a dos órfãos pobres e institucionalizados)

² ROSA, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação», pp. 572-580.

³ Ver PREMO, 2005, *Children of the father king: youth, authority, & legal minority in colonial Lima*. Um estudo pioneiro e inovador sobre a infância na América Colonial Espanhola, tendo como objecto a vida das crianças, em particular as órfãs e os jovens vagabundos, nas casas, escolas e instituições da capital Lima, no Peru, no período de 1650 a 1820. É um novo olhar sobre a evolução das políticas coloniais da infância e como estas espelharam questões ligadas à idade, casta, classe social e género. A autora conclui que a ligação ideal entre adultos e crianças, em Lima, funcionava como um reflexo da relação política mais ampla entre o Rei e a Colónia. Ou seja, a autoridade adulta sobre as crianças – e em particular o direito dos pais sobre a sua prole – achava-se em termos conceptuais relacionada à filosofia política que ligava a autoridade do monarca espanhol (o «rei pai» tutelar) sobre os seus súbditos coloniais. E em matéria de tutela, não podemos entendê-la como exclusiva para as crianças, pois de acordo com as leis espanholas, à luz de um quadro patriarcal e do já referido conceito do «rei pai espanhol», uma grande parte da sociedade colonial (mulheres casadas, escravos, índios e menores de idade) era invariavelmente representada, em questões legais, por homens adultos poderosos.

o legado da primeira edição francesa da *História da Vida Privada* (1985), da direcção de Philippe Ariès e Georges Duby. A infância é associada ao quadro conceptual desta obra, como parte indissociável da História dos Sentimentos, em linha com a História das Mentalidades, com o propósito derradeiro de alcançar a ambicionada «história total», que tanto procuravam aqueles e outros reputados historiadores dos *Annales*.

Infelizmente, em território nacional, foi preciso aguardar duas décadas e meia sobre a edição francesa inaugural, para se conhecer uma *História da Vida Privada em Portugal* (2010)⁴. Esta obra abre espaço e centralidade aos temas da «criança», acabando até, dado o largo arco temporal entre a primeira edição francesa e esta portuguesa, e decorrente de conhecimento inédito da investigação, entretanto realizada, por romper com algumas «traves mestras» do pensamento de Philippe Ariès sobre a sua História da Infância. De facto, há uma década que a historiografia da criança, em Portugal, como noutros países europeus, tem colidido com a visão criada por Ariès, de que a criança e o amor materno são «produtos culturais nascidos na contemporaneidade» e que, para os períodos históricos precedentes, «grassaria uma indiferença generalizada», justificada pela elevada taxa de mortalidade que assolava a população infantil de todas as classes sociais, sendo que uma parte substancial não completava um ano de vida ou quanto muito não alcançava a adolescência. Esta ideia foi fundamentada por outros historiadores, por exemplo, aludindo à prática transecular de enfaixar os corpos dos bebés, evitando-se assim que estes incomodassem em demasia as lides dos pais. Em Portugal, esta leitura simples de uma suposta indiferença parental medieval e moderna pela prole, foi desconstruída, pela primeira vez, pela historiadora medievalista Ana Rodrigues Oliveira⁵. Mais recentemente, os historiadores da infância têm lançado uma nova abordagem às fontes históricas. A sua atenção virou-se para uma série de documentação que regista testemunhos de dor de mães que abandonaram os seus filhos na roda, bem como para o teor esperançoso de alguns dos sinais, que acompanhavam estes expostos, atestando o ensejo de algumas mães que, de alguma forma, almejavam um dia reaver os filhos. Ou seja, a uma aparente

⁴ OLIVEIRA, 2010, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, no seu capítulo «A criança» (pp. 260-299), procura caracterizar as vivências da mesma «entre o privado e o público», começando pelo espaço infantil no perímetro privado doméstico, desde o nascimento até à adolescência, passando pela sua educação, até ao espaço público, na rua, com as brincadeiras e os jogos, indo aos contextos familiares alargados, sem esquecer as festas, as doenças, a morte, a solidariedade e a assistência, para por fim, ao gosto de Ariès e Le Goff, chegar aos sentimentos infantis e juvenis, do Ocidente Medieval Cristão. Veja-se ainda SÁ, 2011, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, no seu capítulo «As crianças e as idades da vida» (pp. 72-95), onde explora as dinâmicas privadas do nascimento e sobrevivência da criança, o seu crescimento a cargo das amas, as práticas educacionais, a aprendizagem dos ofícios, os afectos familiares, terminando em questões fracturantes do que chama os «segredos de família»: aborto, infanticídio, ilegitimidade e abandono de crianças.

⁵ OLIVEIRA, 2007, *A criança na sociedade medieval portuguesa*.

indiferença dos «pais anteriores ao Século das Luzes», uma nova corrente historiográfica tem vindo a defender que, no essencial, o que mudou ao longo dos séculos, não foi a essência do amor pelos filhos, mas antes o facto de «a comunidade» (crucial nas mundividades medieval e moderna), com o advento da Era Industrial e do Liberalismo, ter gradualmente perdido importância para o indivíduo que, desde o berço até à cova, passou a granjear de atenções individualizadas, fruto da melhoria das condições gerais de vida das sociedades, em particular em áreas como a saúde, educação e consumo⁶.

De resto, neste novo milénio, a historiografia portuguesa e europeia dedicada à Infância, não descarta uma metodologia interdisciplinar no estudo da Criança no Antigo Regime, desde o seu nascimento, criação e educação, até à idade adulta⁷. A própria categoria da infância assistida, onde se inclui as crianças órfãs (os expostos⁸ também, mas ao invés daqueles, têm sido alvo de muito mais atenção dos historiadores), tem despertado um recente interesse na comunidade de historiadores portugueses e estrangeiros (com destaque para os brasileiros e espanhóis), na organização de encontros internacionais sobre o tema, com novos e promissores dados neste domínio⁹. Por exemplo, refira-se

⁶ MARTINS, 2014, *História da criança em Portugal. Desde D. Afonso Henriques até aos nossos dias* [...], pp. 12-13. Um trabalho ambicioso, em termos de arco temporal, cobrindo a História da Criança, desde a fundação da nacionalidade aos nossos dias. O texto é de uma linguagem acessível a leigos, contemplando, entre outros temas, os jogos e brincadeiras das crianças, os seus quartos de vestir, a escola, a oficina, a eira, o orfanato ou o hospital, com uma interessante leitura sobre a evolução historiográfica da matéria.

⁷ FERREIRA, 2000, *Gerar, Criar, Educar. A Criança no Portugal do Antigo Regime*, pp. 17-40 e 421-426. O autor, da área da psicologia educacional, defende que o conhecimento do universo infantil de tempos e sociedades pretéritas é composto de realidades complexas, pelo que urge trabalhar o tema ao nível da História comparada (à escala internacional) e ao mesmo tempo buscar o auxílio das Ciências da Educação, Medicina, Antropologia e Sociologia. Neste seu trabalho sobre gerar, criar e educar a criança no Portugal do Antigo Regime, o autor assume-se como mais um «adepto fervoroso» do corte com a ideia de Ariès e seus discípulos de que as crianças, na Europa Pré-Industrial, teriam sido ignoradas e até indesejadas. Defende que as crianças não foram propriamente alvo da falta de afecto e desamor parental, mas vítimas sim das parcas «condições que o século oferecia». Tais como as limitações médico-sanitárias da época; a ignorância e superstição da maioria da população (que aliada à questão das dificuldades financeiras e da incapacidade de aceitação da «desonra» de um filho ilegítimo), atirava a criança para situações muitas vezes mortais. Aliás, se a exposição de crianças era tolerada no Antigo Regime, nada tem que ver com falta de «afecto», mas antes com o facto de ser um «mal menor» aos olhos da mentalidade coeva. A institucionalização legal do abandono de crianças funcionaria como um mecanismo que as autoridades instituíram para tentar estancar outro mal ainda maior: o infanticídio.

⁸ ROBIN-ROMERO e BARDET, 2007, *Les orphelins de Paris. Enfants et assistance aux XVI^e-XVIII^e siècles*, criticam alguns historiadores na sua tendência de confundir completamente os órfãos com os expostos, sem reconhecer as suas particularidades: aqueles são legítimos e conhecem as suas origens e parentalidade, enquanto o mesmo não se poderá dizer destes segundos. Este é um interessante estudo das casas parisienses de assistência aos órfãos (sécs. XVI-XVIII).

⁹ É de salientar o *I Encontro de História da Infância em Portugal*, realizado em 1999 e que teve lugar na Escola Superior de Educação de Santarém, tendo reunido representantes de várias universidades brasileiras e portuguesas para debater temas da História da Educação Infantil Contemporânea (sécs. XVIII-XX), em torno do tema «A Infância e a sua Educação (1820-1950). Materiais, Práticas e Representações». Os trabalhos cobriram áreas desde a problematização de conceitos da História da Infância; assistência infantil e suas representações ontem e hoje; a institucionalização da infância; a infância e a escolarização,

que a bibliografia, de modo geral, tem categorizado os órfãos de «crianças pobres» (de acordo com a tradição historiográfica medieval e até moderna da história da assistência), mas uma série de trabalhos, em particular um de Ana I. M. Guedes dedicado ao estudo dos colégios dos meninos órfãos em Évora, Porto e Braga (sécs. XVII-XIX), defende que o conceito de «pobre» remete para uma polissemia de realidades assistenciais muito variadas, considerando, deste modo, ser necessário levar mais além o quadro de análise. E justifica-se. Recorre ao Colégio dos Meninos Órfãos do Porto. Afirma que esta casa primou por uma certa selectividade social, enquanto os colégios de Évora e Braga destinar-se-iam, estes sim, como a generalidade das instituições assistenciais, a acudir efectivamente a população órfã mais pobre. Propõe a feitura de estudos que visem um conhecimento mais aprofundado dos meios sociais de origem dos órfãos, bem como a obtenção de uma melhor compreensão dos programas educativos e carreiras profissionais seleccionadas às crianças órfãs, na admissão aos colégios, sem esquecer uma melhor análise às relações trabalhadas entre as comunidades locais e aqueles orfanatos¹⁰.

Neste novo milénio assistimos a um crescente e renovado interesse na História da Infância. Porém um número significativo de investigadores, deste domínio científico, são da opinião de que pese embora a criança europeia na historiografia tenha sido alvo de estudos, sobretudo nos últimos trinta anos, este tema não tem merecido, ainda assim, a devida atenção¹¹. Foi com vista a inverter este panorama que, há poucos anos, em 2013, teve lugar um encontro internacional, em Bucareste, na Roménia, que reuniu um grupo de académicos séniores e juniores, oriundos de diferentes centros universitários europeus. A ideia central foi discutir, refletir e lançar iniciativas futuras, numa visão transnacional, em torno das problemáticas dos órfãos e crianças abandonadas, na História Europeia Moderna e Contemporânea (sécs. XVI-XX). A escolha da Roménia, para este evento, não foi ao acaso. Enquanto na Europa Ocidental, o estudo destas matérias já se encontra mais aprofundado e amadurecido, só recentemente os países do leste europeu começaram a dar os primeiros passos na investigação do tema. Este Encontro também procurava, de certa forma, travar uma certa tentação de «decalcar» para o

literatura e pintura (FERNANDES e VIDIGAL, 2005, *Infantia et pueritia: introdução à história da infância em Portugal*, pp. 5-6). Mais recentemente, em 2008, espanhóis e portugueses reuniram-se num encontro internacional, tendo por base um olhar comparado sobre *A infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. O encontro incluiu também comunicações no âmbito da categoria de assistidos infantis: as crianças abandonadas (ABREU, 2008, «As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade [...]») e os órfãos (GUEDES, 2008, «Os órfãos em Portugal (séculos XVII-XIX)»).

¹⁰ GUEDES, 2006, *Os colégios dos meninos órfãos (séc. XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*.

¹¹ MUÑOZ BUENDÍA, 2000, «La Infancia Robada. Niños Esclavos, Criados y Aprendices en la Almería del Antiguo Régimen», pp. 65-78. Um trabalho de História da Infância desvalida (no caso, escravos, criados, aprendizes e órfãos), mas à escala local: Almeria do Antigo Regime (sul de Espanha).

Leste Europeu as conclusões dos estudos da história da infância, da assistência e da pobreza, realizados no Ocidente, sem que se olhasse, por exemplo, às especificidades, nesta matéria, dos legados das civilizações Bizantina e Otomana. De resto, um elemento constante, no arco cronológico longo da história europeia, assenta no facto das crianças órfãs, entre outras categorias de pobres, representarem uma significativa proporção da população, tanto dos Balcãs, como dos países desmembrados do extinto império otomano, mas também bem da Europa Central, Ocidental e até do Norte. No fundo, esta iniciativa científica, na Roménia, ambicionava estabelecer uma visão comparativa, debater as tendências, particularidades individuais, experiências, padrões e recursos específicos, do ponto de situação da historiografia dos órfãos europeus.

Uma série destas comunicações, respeitantes a diferentes geografias e períodos históricos da Europa do Antigo Regime, comprovam como no tocante aos órfãos postos à guarda parental, bem como aos órfãos e expostos institucionalizados, uma série de mecanismos legais, instituições e funcionários asseguraram socorros a estas crianças, que foram bem além do simples suprir de necessidades fisiológicas. Falamos de escolarização e aprendizagem de um ofício mecânico. Em certa medida, estas crianças órfãs e abandonadas, ao beneficiarem da instrução nas primeiras letras e do ensino de uma profissão, acabavam por ter um «privilégio» que, na generalidade, não estava acessível à população comum, ao mesmo tempo que potencialmente, quando chegassem à vida adulta, teriam melhores condições para ganhar o seu sustento, sem cair na mendicidade, habilitando-se, inclusive, a poderem progredir social e economicamente.

Estes investigadores uniram-se à volta da convicção de que no século XXI, mais do que nunca, urge estudar a infância desvalida, um tema indissociável da História da Pobreza Europeia e da História da Assistência aos órfãos e crianças abandonadas. É que os conceitos de «órfãos» ou «abandonados», para descrever crianças que imaginamos ser pobres ou ilegítimas, são na actualidade termos conceptualmente incompletos e redutores. Estudos recentes demonstram que estas categorias devem ser ampliadas para incluir a «criança escrava», o «escravo cigano» ou, até mesmo, o «refugiado órfão». A propósito desta última categoria, saliente-se que à data deste Encontro, a Guerra na Síria marcava a geopolítica internacional, com particular impacto para a Europa que começava a ser fustigada com as vagas de refugiados do Norte de África. De facto, a «pobreza conjuntural» provocada pela natureza ou por eventos catastróficos (entre os quais bélicos, epidémicos, crises agrícolas, etc...) resultaram paulatinamente em mudanças estruturais que, ao longo da História, impactaram fortemente sobretudo nas camadas mais frágeis da sociedade: caso das crianças, mulheres, idosos ou pobres. Sendo exemplo disto mesmo, a crise coeva dos órfãos sírios, onde a amplitude do flagelo não pode ser vista só pela ajuda externa, mas também pelo suporte interno

de organizações não-governamentais. Hoje as acções de caridade, como aquelas prestadas pela Organização dos Órfãos Sírios, oferecem, não apenas o auxílio imediato de comida, vestuário e medicamentos, mas também a abertura de escolas, hospitais de campanha e outras instituições de assistência, e não só, em territórios de conflito armado. De facto, na actualidade, organizações de caridade modernas, como aquela que atrás referimos, nasceram para dar resposta aos problemas do mundo do séc. XXI. Em certa medida, estes tipos de organismos mantêm vivo o papel assistencial de combate aos flagelos intemporais causados pela guerra, fome, doença, migrações ou orfandade que, no passado, foi sobretudo desempenhado por uma série de autoridades religiosas, políticas e até particulares. Todavia, a actuação destas organizações não pode ser vista apenas num quadro caritativo, num mundo complexo, mediático, global e de confronto geopolítico e civilizacional entre o Islão radical e o Mundo Ocidental Cristão. Razão pela qual, recentemente alguns historiadores, como Amy Singer, começam a explorar a «caridade e filantropia islâmicas», como um contrapeso ao «Mundo Ocidental». Em suma, o estudo da infância desvalida, incluída a dedicada aos órfãos, não pode ser olhado apenas à lupa da História da Infância e da Assistência. Trata-se de um problema complexo e transversal, que inclui dinâmicas e problemáticas que convocam uma «história total»¹².

Estudar os órfãos na História, em particular no Antigo Regime, passa inevitavelmente por compreender a importância da salvaguarda dos patrimónios familiares, sobretudo aquando da morte do *pater familias*, de tentativas de usurpação de bens por terceiros alheios à prole, algo que os poderes centrais europeus, através dos magistrados especiais dos órfãos, existentes com diferentes designações nacionais, procuravam a todo o custo evitar, sobretudo como forma de estabilização social. Numa sociedade de Antigo Regime, baseada na Casa, o interesse em perpetuar as famílias, enquanto corporação, fez com

¹² ROMAN, STELLA e GOURDON *et al.*, 2017, *Orphans and abandoned children in European History: Sixteenth to Twentieth Centuries*, pp. 1-10 e ss. Uma série de trabalhos (desde os inícios da Idade Moderna até ao século XX), em torno das crianças órfãs e abandonadas europeias. Estão reunidas algumas matérias pouco a floradas, como o estabelecimento e institucionalização da escravatura de crianças sem família. Portugal, infelizmente, não esteve presente com nenhuma comunicação, num evento onde compareceu um número substancial de investigadores da Europa Ocidental e de Leste. Os painéis das comunicações foram estruturados em três partes (I. Identidade das crianças; II. Educação ou trabalho?; III. Vida em ambiente urbano e rural): França (o baptismo e o abandono de crianças – sécs. XVI-XX); Roménia (O Estado e as crianças abandonadas em Bucareste Oitocentista); Itália (padrões da assistência italiana a órfãos nos sécs. XVIII e XIX; Educação para crianças abandonadas em Siena de 1645-1784); Turquia (origem e rede das escolas reformadas otomanas – 1860-1870); Áustria (Movimento, trabalho e crimes hediondos: crianças nas ruas em finais dos sécs. XIX e inícios do XX em Viena); França (Projectos de espaços para crianças abandonadas em Paris – 1760-1770); Croácia (Assistência a crianças abandonadas em Dubrovnik no período moderno); República Checa (Crianças órfãs na sociedade boémia rural na 1.ª metade do séc. XIX: assistência, co-residência e práticas de herança), Espanha (Práticas de mudanças em «La Inclusa de Madrid» – 1890-1935).

que uma série de estratégias (casamentos, alianças, testamentos e doações, etc...) fossem adoptadas para garantir a continuidade do nome da linhagem, do património e da memória dos antepassados. O propósito último de garantir a sobrevivência da corporação familiar, passava por nomear a cada geração os representantes/administradores confiáveis para a mesma. Em Portugal, os morgadios, capelas e bens vinculares, foram por excelência veículos jurídicos de satisfação do referido desiderato. Esta linha de investigação tem sido perseguida por historiadores como Alessandro Buono que, mais em particular, tem estudado à escala comparada, as problemáticas das heranças dos ausentes. Mais uma razão, como aliás refere Buono, para o estudo dos arquivos das provedorias dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos, bem como dos juízos dos resíduos e capelas (bens vinculados), e ainda dos juízos dos órfãos (que também subentendiam nos ausentes e seus bens), organizações de Antigo Regime que funcionaram no Reino e no Ultramar¹³.

Por fim, estudar os órfãos, enquanto uma das principais categorias da infância assistida, é assaz pertinente como tema da actualidade, isto no âmbito das problemáticas atinentes ao debate em torno da sobrevivência dos sistemas públicos de «protecção social» europeus (envelhecimento da população; aumento do desemprego jovem; precariedade dos vínculos laborais; diminuição dos descontos para os sistemas de previdência, etc...). Por outro lado, são inúmeras as propostas de soluções e desafios, radicalmente diferentes, que se colocam para salvar estes sistemas nacionais de segurança social. No que à pobreza e aos assistidos diz respeito, em contexto de paz ou de guerra, o tempo histórico quase que não é linear. Daí que as crianças órfãs e expostas, viúvas, pobres em geral, políticas sociais, instituições de assistência e de saúde, não podem ser temáticas tratadas pela História como problemas de um passado distante, nem tão pouco com olhares, representações ou soluções anacrónicas¹⁴.

¹³ BUONO, 2017, «The sovereign heir: claiming vacant estate succession in Europe and in the Spanish World (13th-18th centuries)». O autor, neste seu estudo de âmbito comparativo e transnacional (Europa-Ásia-América), olha com particular atenção os contextos italianos e ibéricos (incluídos os territórios ultramarinos), procurando explicar como as Casas familiares protegeram os herdeiros ausentes, incapazes de assumir a herança, e como lidaram com os seus credores e com o cumprimento de todas as obrigações de terceiros. Buono chama a atenção da importância das competências da comunidade familiar, instituições religiosas ou soberanas, para assegurar os direitos sobre bens materiais ou das almas dos defuntos. Havia que garantir a cobrança dos foros dos imóveis e o pagamento dos legados religiosos por alma dos antepassados. Tudo isto servia o grande propósito de assegurar que o património familiar não se deteriorasse ou fosse possuído ilegalmente, assegurando a transmissão intergeracional de activos, direitos e obrigações. Sobre esta matéria veja-se, ainda, ROSA, 2005, «As almas herdeiras». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*.

¹⁴ LOPES, 2010, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna* [...]. É sobretudo um guia de estudo e de investigação pertinente para a pesquisa em História da Protecção Social em Portugal da Idade Moderna (sécs. XVI-XVIII). Um interessante trabalho crítico sobre a génese e evolução da rede institucional da protecção social, seus recursos humanos, patrimoniais, financeiros, políticos e simbólicos, desde o

3. A Assistência: O Caso dos Órfãos

Há meio século que a historiografia da História da Infância tem procurado estudar os «órfãos». Porém é igualmente importante compreender que esta tipologia de infância assistida, em torno da orfandade, tem sido trabalhada igualmente à luz de categorias da História da Assistência. Por isso, as investigações históricas dos órfãos e dos juízos especializados – com jurisdição sobre os mesmos –, têm de conceptualizar as problemáticas daqueles objectos de investigação, à lente das referidas áreas de domínio científico, onde aliás encontramos os trabalhos de maior qualidade científica.

Com raízes medievais, quase confundindo-se com as origens da fundação de Portugal, foram criadas, por iniciativa privada¹⁵, uma série de instituições para socorrer uma variedade de carenciados, que incluía inúmeros tipos de «pobres», desde viúvas, idosos, doentes, leprosos, cativos, alienados, órfãos, entre outros. Guerras constantes, epidemias, fomes, banditismo ou falta de higiene e de cuidados hospitalares, foram as causas mais directas das misérias materiais e imateriais. Pelo que, na mundividência e no imaginário medievais, as doenças, os infortúnios, os acontecimentos nefastos, eram considerados como castigos de um Deus descontente com o comportamento dos homens. Esta «galáxia de pobres», atrás elencada, em certa medida, era vista pelo Homem Medieval, como uma espécie de sanção divina para desagramento dos seus pecados. Logo, o socorro a estes necessitados não pode ser visto segundo princípios contemporâneos e anacrónicos de «justiça social», mas sim, como resultado de uma acção paternalista das classes privilegiadas da nobreza e clero que, deste modo, assistiam os ditos «pobres». Na Idade Média, a Igreja e a pastoral do seu clero (sobretudo os monges), à semelhança do paradigma europeu, tiveram um papel incontornável na assistência e na prestação de cuidados médicos. Entre as principais instituições assistenciais existentes, incluíam-se albergarias, hospitais, conventos, catedrais e presbitérios, gafarias, mercearias, instituições de barcas para passagem de rios, resgate de cativos, mas também recolhimentos e orfanatos¹⁶. Na transição do período Tardo-Medieval para o Moderno, em

papel caritativo central das misericórdias, mas também dos recolhimentos, hospitais, confrarias, ordens terceiras, entre outras organizações de beneficência.

¹⁵ PEREIRA, 2005, *A assistência em Portugal na Idade Média*, pp. 169-173. A assistência durante toda a Idade Média em Portugal é de iniciativa privada, não sendo a mesma da responsabilidade da Coroa. Mesmo a vasta obra benemérita encetada por reis e rainhas, plasmada nos generosos legados testamentários instituídos pelas pessoas régias, são de natureza e iniciativa pessoais dos monarcas. De igual modo, benfeitores ricos (nobres ou não) praticavam a caridade, primeiro como forma de redimirem os pecados perante os seus confessores, antes sequer do acto desinteressado, por si mesmo, de procurar a genuína caridade.

¹⁶ Em 1273, a rainha D. Beatriz, segunda mulher de D. Afonso III, instituiu em Lisboa, o Colégio dos Meninos Órfãos ou Colégio de Jesus que perdurou até ao séc. XIX. Importa referir que, de modo geral, os órfãos

sintonia com o que já vinha acontecendo por toda a Europa¹⁷, ao nível das reestruturações das condições de assistência, das políticas sanitárias, do controle da mendicidade e vagabundagem e face à ineficiência das instituições de cariz hospitalar medievais (alvo de abusos e negligência de seus administradores), foi encetada em Portugal, por iniciativa do rei D. João II, uma política de intervenção estatal, concluída mais tarde pelo rei Venturoso. Este processo caracterizou-se por reformar, centralizar e agregar as múltiplas instituições assistenciais de matriz medieval, inicialmente no recém-fundado, em 1492, Hospital Real de Todos os Santos¹⁸, em Lisboa, bem como nos hospitais gerais fundados em Évora, Coimbra, Santarém e, por fim, por todo o Reino. Na Madeira, a Santa Casa da Misericórdia do Funchal e o seu hospital foram protagonistas – não os únicos –, deste centralismo assistencial¹⁹. É importante referir que esta reforma das instituições assistenciais, para além da inerente racionalização de recursos, insere-se no processo de fortalecimento do poder real, que D. Manuel I desencadeou em vários domínios (forais novos, moeda, pesos e medidas, etc.). No âmbito desta reforma operada a partir do Hospital Real de Todos os Santos, na capital, importa salientar a importância crucial do Regimento das Capelas, de 1504, para as profundas alterações que começavam a transformar a paisagem assistencial do reino. Este diploma é extensível, em termos funcionais, aos órfãos, sendo de todo o interesse para percebermos a protecção conferida a uma série de assistidos pela autoridade real moderna – o «rei-pai», tutor e protector dos desvalidos (incluídos os órfãos). Uma série de desembargadores com alçada, uma espécie de «provedores sobre todos os provedores», munidos de amplos poderes «pios e assistenciais», foram enviados a partir do Hospital Real, na capital, às comarcas do Reino, incluída a Madeira, com poderes extensíveis em todas as questões tocantes às capelas, hospitais, albergarias, gafarias, confrarias, resíduos e órfãos e suas propriedades e rendas²⁰. Das suas decisões não havia apelo ou agravo²¹. Para compreender o processo de reforma assistencial

já eram objecto da protecção dos bispos e párocos. PEREIRA, 2005, *A assistência em Portugal na Idade Média*, p. 89; OLIVEIRA, 2010, «A criança», p. 294.

¹⁷ ABREU, 2004, «Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII) [...]»; ABREU, 2008, «As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI», pp. 33-34; ROBIN-ROMERO e BARDET, 2007, *Les orphelins de Paris. Enfants et assistance aux XVI^e-XVIII^e siècles*.

¹⁸ Este hospital tinha acomodações para 130 a 150 enfermos e um movimento anual que em meados do séc. XVI cifrou-se nos 2500 a 3000 ingressos diários. PEREIRA, 2005, *A assistência em Portugal na Idade Média*, pp. 117-118.

¹⁹ JARDIM, 2015, «Assistência social: o papel das Misericórdias na Diocese do Funchal», pp. 435-445; PINHO, 2015, «As instituições assistenciais na Madeira na Época Moderna», pp. 457-462.

²⁰ SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, pp. 193-194. Data de 1486 a mais remota nomeação documentada de um juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos para a ilha da Madeira, no caso, a favor de João do Porto.

²¹ Estes provedores, um por comarca, são muito importantes para conhecermos como funcionavam as

desencadeado pela Coroa é preciso ter em conta a centralidade que assumiram as recém-criadas Misericórdias, em finais do séc. XV, ao herdarem uma série de funções assistenciais das instituições medievais «fundidas». As Santas Casas passaram a administrar a quase totalidade da rede hospitalar nacional, com competências e recursos especializados na assistência aos presos, crianças desprotegidas (expostos e órfãos), pobres e doentes. Por detrás deste ímpeto reformador de Quinhentos na área da caridade, é preciso salientar que na transição do séc. XV para o XVI, a ideia medieval de uma certa glorificação dos «pobres» como «representantes de Cristo», começava a ser alvo de vozes dissonantes, à medida que vingava uma crescente tomada de consciência do seu potencial perigo, nomeadamente como agentes de instabilidade social²². A reestruturação do quadro assistencial português materializado por D. Manuel na centúria de Quinhentos, cristalizou um *status quo* assistencial, cujo modo de actuação manteve-se sem grandes transformações, de fundo, até ao Liberalismo²³.

O presente texto não pode deixar de focar uma das principais funções assistenciais das Misericórdias, disseminadas pelo Reino e Império: a atribuição de dotes para órfãos «pobres e honradas» poderem casar. Elevadas somas de legados testamentários foram canalizadas pelas Misericórdias para estas órfãos. É disto testemunha o rico arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, onde se reúne um número significativo de processos de concessão de dotes para o casamento de órfãos²⁴. Estudos comparativos

organizações dos juízos dos órfãos, visto que aqueles provedores dos órfãos (entre outras competências assistenciais, como vimos) eram o imediato superior hierárquico dos juízes dos órfãos, sendo que ao primeiro competia tutelar e fiscalizar a acção do segundo. HESPANHA, 1994, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, pp. 160 e 180-181. Ver sobre a reforma das instituições assistenciais, concluída por D. Manuel I: ROSA, 2005, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, pp. 151-200; PEREIRA, 2005, *A assistência em Portugal na Idade Média*, p. 117.

²² JACOBI, 2009, «Between charity and education: orphans and orphanages in early modern times», pp. 51-52. Um artigo dedicado ao estudo dos órfãos nos orfanatos europeus na denominada «Segunda Era da Pobreza» (sécs. XVI-XVIII). O trabalho procura responder como é que aquela infância assistida era alvo de uma distinção: entre os «pobres bons» e os «pobres maus», isto sobretudo num quadro demográfico excedentário, agravado por conjunturas difíceis (locais, regionais, nacionais e internacionais) de convulsões sociais e económicas, como guerras, más colheitas, crises comerciais e surtos epidémicos.

²³ ABREU, 2004, «Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII) [...]». A reforma manuelina das instituições assistenciais tem merecido um profundo interesse dos investigadores, em particular desde a década de 1980, período em que a Assistência na Idade Moderna ganhou alguma centralidade como objecto de estudo. A assistência tem sido vista, no seu carácter político, enquanto pedra basilar de valorização da construção do Estado Moderno, sendo o seu nível de importância simbólica para a Coroa, comparável à atenção dedicada à guerra, ao exército, à diplomacia e à administração. Matérias tidas como nucleares do processo centralizador do poder régio. Por outro lado, convém reter que se estima que em «finais da Idade Média e período Moderno, 30 a 50% da população europeia fosse miserável». ABREU, 2014, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, pp. 9-10.

²⁴ Acervo à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

sobre vários recolhimentos femininos das Misericórdias, no Reino e Ultramar, caso dos recolhimentos de Salvador, Rio de Janeiro e Porto²⁵, dão conta, neste caso para o século XVIII, como este mecanismo assistencial especializado, das Misericórdias, de conferir dotes de casamentos às órfãs, esteve ao serviço da moral e ensino de cariz tridentino. Mas a dotação das órfãs também serviu fundamentalmente os interesses políticos dos monarcas, no esforço de fazer drenar, para o mercado matrimonial ultramarino, jovens portuguesas cristãs, escassas no império, para aí casarem com súbditos reinóis e mestiços.

Num país como Portugal, com claros défices demográficos internos e incapaz de alimentar as grandes necessidades de efectivos humanos para o império (administração civil e militar; povoamento), as órfãs, à semelhança dos degredados, acabaram por se revelar um recurso humano essencial para os projectos coloniais da Coroa. Acresce que para a Inquisição, o facto de um reinol aspirar a casar no ultramar com uma órfã cristã que, por exemplo, tivesse sido educada num recolhimento gerido por uma Santa Casa, era para aquele «tribunal de fé» mais uma forma dissuasora, pelo menos em teoria, de uniões matrimoniais entre portugueses e seus descendentes, com elementos gentílicos não católicos. De facto, Timothy Coates ao procurar uma explicação para a longevidade do império português, concluiu que as órfãs e os degredados, à primeira vista categorias marginais da sociedade moderna, terão dado um contributo essencial na construção e manutenção de um império. Este estudo de Coates marca assim um corte com a historiografia dedicada aos «constructores de impérios», muito centrada nos heróis navegadores, nos conquistadores e nos altos oficiais da máquina administrativa e militar imperial. Ainda assim, o autor ressalva que se este modelo de expedição de órfãs não resultou na perfeição, conforme planeado pela Coroa, ao menos satisfaz parcialmente as reais necessidades colonizadoras do ultramar. É que mesmo com as órfãs enviadas pela Coroa para casar com os súbditos em paragens longínquas, o seu número, em termos de oferta, foi sempre insuficiente para suprir a enorme procura por parte deste mercado matrimonial, pelo que a solução derradeira e generalizada que se impôs, foram os casamentos de portugueses e seus descendentes com as famílias locais, criando-se «comunidades luso-indianas, luso-chinesas, luso-africanas e luso-brasileiras»²⁶.

²⁵ GANDELMAN, 2005, *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia* [...]; ABREU, 2001, «O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império português». Veja-se também RAMOS, 1999, «A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas no século XVI». Este último trabalho apresenta um cenário bem menos auspicioso sobre o envio das «órfãs del rei» do Reino para irem casar no Brasil colonial do séc. XVI, com os súbditos da Coroa. Sustenta que a bordo das embarcações e em terra, um número substancial destas órfãs, à revelia dos esforços contrários das autoridades clericais, foram submetidas por marinheiros e terceiros a uma série de sevícias, inclusive de cariz sexual.

²⁶ COATES, 1998, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*, pp.

Os colégios e os recolhimentos dos órfãos no Reino, no espaço europeu²⁷ e no ultramar português, têm merecido a atenção dos historiadores da área, na medida em que estas casas, no âmbito do panorama reformador das instituições assistenciais de Quinhentos, segundo os seus estatutos, de modo geral, estavam vocacionadas e especializadas para o ensino e assistência, sobretudo daquela categoria de infância desvalida institucionalizada (expostos – sem família –, e órfãos, neste caso quando a rede familiar, por algum motivo, não tivesse condições para assegurar a criação e tutoria dos mesmos). Todavia, não podemos esquecer a outra categoria de órfãos – os não desvalidos materialmente, cuja «qualidade social», conforme as Ordenações do Reino, determinava que chegados à idade de lei deveriam ser encaminhados pelo juiz dos órfãos não para a aprendizagem dos ofícios mecânicos (como os órfãos comuns), mas por exemplo para uma carreira letrada, militar, etc... Os colégios dos meninos órfãos de Évora, Porto e Braga, entre os sécs. XVII e XIX, foram objecto de estudo por Ana I. M. Guedes, com resultados de investigação que contrariam a visão simplista e generalista do órfão sinónimo de «pobre» ou de que estes colégios funcionavam todos de igual modo²⁸.

Por fim, um breve périplo bibliográfico do estado da questão da História da Assistência na Madeira (sécs. XV-XX), e em particular no tocante aos estudos dos órfãos, fazendo incidir a apreciação nas obras publicadas nas últimas duas décadas. O panorama geral é marcado pela inexistência, até à data, de uma obra aglutinadora

11-28, 43-51, 196-199, 284-286. Após uma exaustiva pesquisa comparada encetada em diversos arquivos e bibliotecas nacionais, nas ex-colónias e nos EUA, este estudo explica o esforço encabeçado pela Coroa portuguesa (aliado no ultramar à acção conjunta das Câmaras Municipais, da Igreja, das Misericórdias e dos juizes dos órfãos) no âmbito das remessas de órfãos para casarem com os súbditos estabelecidos nas possessões ultramarinas. Estas órfãs foram utilizadas como um recurso precioso para a materialização de uma política de colonização patrocinada pela Coroa (conforme designa o autor).

²⁷ JACOBI, 2009, «Between charity and education: orphans and orphanages in early modern times». Um artigo sobre a educação e a caridade nos orfanatos europeus na Idade Moderna. ROBIN-ROMERO e BARDET, 2007, *Les orphelins de Paris. Enfants et assistance aux XVI^e-XVIII^e siècles*. Uma interessante investigação sobre às casas parisienses de assistência aos órfãos (sécs. XVI-XVII), a partir da agregação Quinhentista dos numerosos hospitais medievais nos Hospitais do Saint-Esprit e no Trinité (um pouco à semelhança da reforma assistencial manuelina, em Portugal, em torno do Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa). Os seus autores destacam o sucesso escolar destas instituições na alfabetização dos órfãos, na catequese e moral cristã, mas sobretudo ao assegurarem àqueles pupilos, junto de mestres de ofícios, contratos de aprendizagem de uma profissão. O estudo dá como um dos exemplos maiores deste sucesso escolar, o facto de os referidos actos notariais de aprendizagem de ofício terem sido assinados pelos menores (aspirantes a aprendizes), algo pouco comum à época, inclusive para a maioria comum da população.

²⁸ GUEDES, 2006, *Os colégios dos meninos órfãos (séc. XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*, p. 247. A autora conclui que estes colégios, a partir do séc. XVI, começaram por admitir filhos legítimos (Lisboa) e só depois outras categorias de infância desvalida (Évora), definindo-se assim dois modelos de admitidos: os colégios que se dedicaram às crianças legítimas (Lisboa e Porto) e, por outro, os colégios que abriram as suas portas às crianças desamparadas (Évora, Braga e Coimbra). Todavia, foram os filhos legítimos os mais beneficiados, pois em todos os espaços estudados os mesmos achavam-se em número mais significativo do que as outras crianças.

do tema. Ainda assim, a *História da Madeira* de Rui Carita (1989 e ss.), em vários volumes, cuja reedição revista, atualmente se acha em curso pela Imprensa Académica da Universidade da Madeira, dedica parte do seu texto à assistência na Madeira, sendo esta obra a mais abrangente sobre a matéria. Há poucos anos, em 2014, no âmbito das comunicações levadas ao congresso comemorativo dos 500 anos da Diocese do Funchal (1514-2014), publicou-se, em actas do encontro, um número razoável de comunicações sobre o tema da assistência no arquipélago madeirense. No entanto, a generalidade dos textos não avança propriamente com conhecimento inédito sobre «as instituições assistenciais na Madeira na Época Moderna», mas antes visam somente «sistematizar a informação existente e dispersa relativa a estas instituições»²⁹, com destaque para os hospitais de tradição tardo-medieval e de iniciativa privada, instituídos na Madeira em finais do séc. XV, para a acção das Misericórdias (Funchal – 1511; Santa Cruz – 1528; Calheta – 1535; Machico – antes de 1543; Porto Santo³⁰ – antes de 1575) e seus hospitais (em particular o da Misericórdia do Funchal³¹), confrarias, recolhimento feminino do Bom Jesus (década de 60 do séc. XVII) e a igreja e o inicial Hospício do Carmo (1657)³².

Com o Regime Liberal, uma série de instituições foram criadas e postas sob a administração dos governos-civis dos distritos, que coadjuvados pelas suas Juntas Gerais, passaram a superintender na fiscalização e aprovação das contas relativas à criação dos expostos (maioritariamente compostas pelos salários das amas), que as Câmaras Municipais estavam obrigadas a assegurar. Pelo que o Liberalismo, desta forma, destituiu os municípios da autonomia, de Antigo Regime, que gozavam nesta matéria de expostos³³. Os asilos de mendicidade foram uma destas instituições liberais,

²⁹ PINHO, 2015, «As instituições assistenciais na Madeira na Época Moderna», pp. 457-462.

³⁰ RIBEIRO, 1995, *O Porto Santo nos séculos XVII-XVIII* [...], p. 345.

³¹ JARDIM, 1996, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal: século XVIII* [...].

³² Sobre comunicações do congresso dos 500 Anos da Diocese do Funchal: PINHO, 2015, «As instituições assistenciais na Madeira na Época Moderna», pp.457-461; JARDIM, 2015, «Assistência social: o papel das Misericórdias na Diocese do Funchal»; GAMEIRO, 2015, «Notas sobre a assistência aos alienados na diocese do Funchal nos séculos XVII-XX». Vejam-se ainda outros trabalhos fora deste congresso: JARDIM, 1996, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal: século XVIII* [...]; CARITA, 1996, *História da Madeira. O século XVIII: arquitetura de poderes*, p. 332; CARITA, 1999, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e produção açucareira*, pp. 96 e 247-268); SILVA, 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII)*, pp. 754-757; VIEIRA, 2015, «A assistência hospitalar aos escravos no Funchal: séculos XV-XIX»; SANTOS, 2015, «Corpos doentes, corpos confinados: lázaros no Funchal (final do século XV-segundo terço do século XVII)»; COSTA, 1993, *Assistência médico-social na Madeira: breve resenha histórica*.

³³ DINIS, 2001, *Os expostos no concelho do Funchal (1820-1869)* [...]. Esta dissertação de mestrado, no âmbito da História social e local, defendida na Universidade da Madeira, é um dos raros trabalhos sobre o tema dos expostos para a Madeira. Este trabalho dá centralidade às competências dos juizes de órfãos do Funchal em matéria de expostos, uma vez que competia também a estes magistrados especializados a

com um cariz fortemente centralizador, que foram sendo estabelecidos no Reino, nas principais capitais de distrito. Foi o caso do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (1847-1959). No seu género, foi um dos primeiros a ser fundado no país. A sua instituição foi da iniciativa do governador civil do Funchal, José Silvestre Ribeiro, um homem progressista para o seu tempo. A caridade prestada era financiada sobretudo por fundos públicos, subscrições privadas, esmolas e legados testamentários. A diáspora madeirense, em particular a radicada nos Estados Unidos da América, colaborava activamente e com frequência no envio de donativos para o asilo funchalense. Esta Casa dispunha internamente de um médico, de uma enfermaria, de uma escola (de ensino elementar e separada por sexos) e de uma oficina de artes e ofícios. A extensa obra assistencial deste Asilo confunde-se com os principais acontecimentos funestos da História Contemporânea da Madeira. Os socorros prestados, com ou sem internamento, tiveram como beneficiários uma população adulta e infantil (de ambos os sexos) fustigada pela fome, doença, velhice, orfandade e variados tipos de exclusão social. Assim foi com a «grande fome» decorrente da praga dos batatais de 1846-1847, com a praga da filoxera nos vinhedos, em 1872, e com os «órfãos da cólera» de 1856 e 1910. Este Asilo foi extinto em 1959, sucedendo-lhe o ainda existente Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição (1959-____) que, como o nome indica, mantém a tradição assistencial da Casa que lhe antecedeu, pese embora actualmente já não se dedique aos adultos. As atribuições deste Abrigo centram-se exclusivamente nas crianças e jovens em risco social (em regime de internato, semi-internato e jardim de infância)³⁴.

Em jeito de conclusão, os estudos até hoje produzidos dedicados à assistência na Madeira incidem sobretudo nos temas das Misericórdias e dos expostos, um cenário que, de resto, até há poucos anos atrás, não se achava muito distante do cenário que se verificava à escala nacional e no que a este domínio de especialização diz respeito. Urge, por um lado, que os investigadores prestem mais atenção ao estudo dos órfãos e dos juízos com a sua jurisdição; por outro, beneficiará o conhecimento histórico que uma investigação futura sobre órfãos produza um saber amadurecido suficiente que sustente um projecto de elaboração de uma História da Assistência na Madeira, ao longo da sua história, desde o séc. XV até a actualidade.

jurisdição sobre este tipo de infância abandonada (a partir dos 7 anos). Estes juízes tinham a autoridade de administrar aos expostos as tutorias e a integração no «mercado» de trabalho. As fontes desta dissertação foram sobretudo oriundas do arquivo da Câmara do Funchal: livros de datas de expostos e órfãos e livros de contas de expostos.

³⁴ GOMES, 2010, «Do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal ao Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição (1847-1959) [...]»; GOMES, 2016, «A política assistencial da Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1892)»; GOMES, 2016, «Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (1847-1959)».

4. Os Juízos dos Órfãos: História Institucional

O estudo dos juízos dos órfãos em Portugal tem merecido nas últimas duas décadas um crescente interesse, sobretudo por parte dos historiadores da área da assistência, uma situação que permitiu inverter o panorama de uma investigação que, até então, era fortemente concentrada nas Misericórdias e nos expostos. Um quadro animador que, no essencial, acompanha o crescendo de atenção dada ao tema na cena internacional. De facto, nestes últimos anos tem vindo a lume uma série de publicações relevantes para o tema orfanológico e seus juízos especializados, essencialmente com particular incidência na Europa Mediterrânica Ocidental (Itália, França, Espanha e Portugal) – com exemplos de seguida, sem descurar o intenso ambiente académico brasileiro em torno da matéria, do qual trataremos mais demoradamente no final deste capítulo.

Os juízos dos órfãos do Antigo Regime português funcionaram no Reino e foram replicados nas possessões ultramarinas. De facto, o peso demográfico dos órfãos na Europa de Antigo Regime reclamou medidas enérgicas das autoridades centrais, regionais e locais. O rei, como supremo protector de todos os súbditos, mas particularmente dos mais fracos (viúvas, miseráveis e órfãos), postos sob especial protecção da *respublica*, impôs a criação de estruturas de vigilância destes menores – tutores, guardiães, curadores, família e amigos. Os indivíduos que tutelavam menores, com ou sem família, respondiam pela pessoa e bens dos menores, perante tribunais e oficiais específicos para administração dos interesses dos órfãos (litígios, criação, educação, tutela, etc...).

Em Castela (séc. XVII) existia o *padre general de los menores y defensor de ausentes*. Noutras regiões espanholas (Navarra, Saragoça ou Valência) o poder municipal nomeava os *padres de huérfanos* que, entre outras coisas, entregavam os menores nas casas dos artesãos para que aprendessem um ofício, evitando-se assim o risco destes menores caírem na mendicidade quando entrassem na vida adulta. Na região italiana do Piemonte funcionou o *avvocato dei poveri*, oficial muito semelhante ao referido para aquelas regiões espanholas³⁵. Na região Toscana, as mães viúvas dirigiam os pedidos de tutoria dos seus filhos aos Magistrados dos Pupilos, funcionários que foram um instrumento de fortalecimento do poder central do grã-duque florentino sobre as elites locais³⁶. Na Inglaterra da Idade Média, os senhores nobres decidiam sobre

³⁵ BUONO, 2017, «The sovereign heir: claiming vacant estate succession in Europe and in the Spanish World (13th-18th centuries)», p. 27.

³⁶ MANNORI, 1994, *Il sovrano tutore. Pluralismo istituzionale e accentramento amministrativo nel Principato dei Medici (Secc. XVI-XVIII)*. Este trabalho explica como a tutela administrativa da instituição central florentina sobre as cidades e campos agregados, apoiada nos magistrados responsáveis pela administração do património dos órfãos e respectiva atribuição das tutorias dos mesmos, funcionou como um mecanismo do grã-duque – na qualidade de autoridade paterna, para fazer

os órfãos, através dos *Manour Courts*. Com origem em Londres medieval e copiado para outras cidades inglesas, por volta de 1600, os *Orphans' Courts* administravam as propriedades dos órfãos e seus interesses. Os empréstimos de dinheiro destes pupilos financiaram a enorme expansão de Londres, ocorrida no séc. XVII. O pior é que, em 1690, quando a cidade entrou numa grande bancarrota, os *Orphans' Courts*, os principais credores da urbe, colapsaram, vitimando 2.300 órfãos que, desta forma, ficaram «deserdados» (destituídos) da sua herança³⁷. Ainda no Norte da Europa, a tutela sobre órfãos (pela sobrecarga de trabalho) por parte dos oficiais municipais, foi paulatinamente substituída por magistrados especializados: os *weeskammers*, os *chef-tuteurs* e os *gard'orphènes* para regular toda a matéria orfanológica. À parte as especificidades nacionais destes organismos, o enquadramento legal dado aos órfãos teve, em comum, os mesmos objectivos de salvaguarda da pessoa e bens dos referidos não emancipados: realização de inventário dos bens legítimos de herança; indicação de tutores, curadores ou guardiães; controlo das contas da tutoria; autorização da venda de bens, administração de dinheiros, educação e casamento dos órfãos; ditar penalidades aos tutores e menores infratores. Estas competências, no fundo, representam um universo de problemas e de mecanismos de resolução comuns que primeiro na Europa e, depois, no ultramar, as autoridades europeias assumiram em matéria de protecção dos órfãos³⁸.

Passamos agora ao espaço nacional. Os juízos dos órfãos, organismos com raízes medievais, tinham à frente de cada tribunal um juiz, servido por um escrivão e um tesoureiro da arca, sendo que a complexificação da administração judicial orfanológica, ocorrida sobretudo a partir do séc. XVI, acrescentou a este reduzido oficialato um conjunto de outros funcionários (curador geral, meirinho, porteiro, avaliador e partidor). A partir

dilatar o seu capital simbólico e territorial. Por outras palavras, o grã-duque florentino satisfazia o clientelismo das elites locais toscanas, dando-lhes uma certa autonomia administrativa, em troca do reconhecimento, por parte dos últimos, da soberania do primeiro. A capacidade do grã-duque usar os seus funcionários centrais na designação e fiscalização dos magistrados judiciais dos órfãos granjeou-lhe a autoridade de afirmação, enquanto príncipe, como o «suserano tutor», exercendo uma «tutela parental» que extravasava a dos órfãos, sendo extensível, se quisermos, aos «súbditos adultos», na medida em que cimentou o seu poder junto das elites locais da periferia da Toscana. Um artigo de CALVI, 2005, «“Sans espoir d'hériter”. Les mères, les enfants et l'État en Toscane, XVIe-XVIIe siècles», focou o objecto de investigação nos Magistrados dos Pupilos da região Toscana (sécs. XVI-XVII). Esta investigadora conclui que os Médici, através daqueles juízes, cimentaram e ampliaram o seu poder nos territórios de Florença. Acresce, por outro lado, que as mães viúvas, uma vez excluídas da transmissão patrimonial familiar, acabavam por ser compensadas desta situação, a partir do momento em que tomavam a posse na tutoria da pessoa e património dos seus filhos órfãos.

³⁷ CARLTON, 1974, *The Court of Orphans*.

³⁸ Para estes organismos europeus que tutelavam os órfãos, veja-se GUEDES, 2006, *Os colégios dos meninos órfãos (séc. XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*, pp. 26-28.

do séc. XV, os juízes de órfãos eram nomeados³⁹ para os lugares com mais de 400 fogos (*Ordenações Manuelinas*, liv. 1.º, tit. 67), sendo da sua competência toda a causa cível em que fossem parte órfãos (incluídos os filhos de pais desconhecidos, caso dos expostos) até à idade de 25 anos. Pese embora este magistrado seja reiteradamente apodado pela forma abreviada de «juiz dos órfãos», muito por força da nomenclatura comum versada na linguagem natural dos documentos de arquivo, na verdade a sua vara cobria uma série de pessoas «desvalidas», incluindo-se até indivíduos não forçosamente menores de idade, como: mentecaptos, pródigos ou ausentes. Casos existiram em que tutelaram mouros e judeus, em Loulé⁴⁰, e os indígenas, forros e africanos livres, no Brasil⁴¹. Daí fazer todo o sentido que o provedor, um por cada comarca do Reino, como superior hierárquico destes juízes, exercesse a tutela administrativa e fiscalizadora sobre a acção dos últimos em matéria de órfãos, bem como detivesse jurisdição cumulativa sobre outras áreas funcionais de natureza assistencial (dementes, pródigos, ausentes, pobres, viúvas, incapazes, gafarias e hospitais)⁴². O cargo de juiz dos órfãos era ambicionado

³⁹ A via de acesso ao cargo destes juízes dos órfãos foi diversa e dinâmica, conforme cada caso de vila ou cidade do Reino ou império. Nas localidades onde não existiam juízes dos órfãos, eram os juízes ordinários dos concelhos que acumulavam com a vara orfanológica. Casos houve em que os juízes dos órfãos foram eleitos pelas vereações (poder municipal), mas também aconteceu serem providos pelos senhores da terra e pela Coroa. Um quadro dinâmico. No geral, uma dada localidade conheceu ao longo da sua história várias modalidades de acesso ao cargo. Na Idade Média, as Câmaras «faziam» os seus juízes de órfãos, mas com o alvorecer da Idade Moderna, a Coroa começou a chamar a si a nomeação destes ofícios. Assim foi no Porto (MACHADO, 2010, *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*, p. 40), em Loulé (MACHADO, 2016, *O fundo dos órfãos de Loulé (séculos XV e XVI)*, pp. 5-10) e na Madeira (VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, pp. 57-59). Com o passar do tempo e a crescente profissionalização do cargo de juiz dos órfãos (a exigir habilitações em Leis), a tendência geral foi o ofício transformar-se em regime de propriedade a favor das famílias da governança local, caso dos Valdavesso, ricos mercadores, que obtiveram a mercê régia da propriedade do ofício de juiz dos órfãos da cidade do Funchal, vila da Ponta do Sol e seu termo, desde meados de Seiscentos e até ao ano de 1754, quando o último titular vendeu a propriedade do cargo, por motivos de ruína financeira familiar (VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, pp. 57-59).

⁴⁰ MACHADO (2016, *O fundo dos órfãos de Loulé (séculos XV e XVI)*, pp. 8-10) ao estudar o julgado dos órfãos de Loulé refere que o cargo de juiz dos órfãos, em 1433, deixou de ser de eleição municipal e anual, ao mesmo tempo que a sua jurisdição alargou-se aos mouros e judeus, como comprova a carta de D. Duarte aos homens-bons louletanos, do referido ano, em que se ordenou que Gonçalo Sárria, criado do Infante D. Henrique, continuasse a exercer as funções de «juiz dos órfãos, mouros e judeus» na vila e termo de Loulé, tal como o fizera em vida de D. João I. Aparentemente o cargo era vitalício. Seja como for, posteriormente, o cargo voltou a ser desmembrado, passando a existir um juiz dos órfãos e um juiz dos mouros e judeus.

⁴¹ SABINO (2016, «Autos de tutela: uma possibilidade para compreensão histórica da família e da infância no Pará no final do século XIX», pp. 9-16) e PAPALI (2003, *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*). É de ressaltar que no Brasil as *Ordenações Filipinas* vigoraram até inícios do séc. XX.

⁴² HESPANHA, 1994, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, pp. 160 e 180-181.

pelas Gentes da Governança⁴³ das terras, cujo acesso ao ofício era exclusivo aos «cristãos-velhos»⁴⁴.

Não é por acaso que Maria de Fátima Machado, na sua tese de doutoramento sobre os órfãos e os enjeitados da cidade do Porto e seu termo, confere um lugar de destaque ao juiz dos órfãos na condução dos destinos dos órfãos e expostos portuenses. Não significa isto que este magistrado tivesse um papel exclusivo. Pelo contrário, Fátima Machado comprova a coexistência entre várias entidades com responsabilidades nos órfãos e expostos: o juízo dos órfãos, a Câmara e a Misericórdia do Porto. Cada organismo desenvolvia as suas competências especializadas, mas no final de contas, contribuíam todos para o mesmo propósito: o socorro à exposição de crianças e à orfandade. Falamos de intervenções como: assegurar a criação dos expostos (município); financiar dotes para as órfãs (Misericórdia); realização dos inventários dos bens legítimos, gestão do cofre dos órfãos, atribuição das tutorias, celebração de contratos de aprendizagem de ofícios mecânicos aos menores, deferimento de emancipações para casamentos, julgamento de toda a matéria cível contenciosa em que fossem parte órfãos ou demais «incapazes» (juizes dos órfãos). A autora, por se confrontar com a inexistência de um *corpus* documental específico para os órfãos e enjeitados para a cidade em estudo e seu termo, viu-se obrigada a consultar fontes de outras localidades do Reino, fazendo prospecções comparativas com Penafiel, Chaves, Braga, Coimbra, Lisboa, Loulé e Angra do Heroísmo⁴⁵.

Com a reforma judiciária de Mouzinho da Silveira, em 1832, foram extintos os juízos dos órfãos do Antigo Regime. Foram substituídos pelos juízos de paz e órfãos, cujas áreas territoriais coincidiam com as das freguesias. É que os juízos dos órfãos, seus antecessores, detinham uma área territorial que, na maioria das vezes, suplantava os limites físicos do concelho. Tudo leva a crer que os juizes de paz e órfãos tivessem sido uma ténue

⁴³ DIAS (1998, *Portugal – Do Renascimento à Crise Dinástica*, pp. 27 e 197, conforme obra do mesmo autor *Gentes e Espaços [...]*, 1.º vol., pp. 503-546) alude à importância dos juízos dos órfãos no quotidiano das gentes comuns, bem como para a Coroa que também recorria a financiar-se à arca dos órfãos. No Reino, sem contar com a Madeira e Açores, entre 1496 e 1532, foram providos 81 novos cargos de juizes dos órfãos para um total de 94 circunscrições administrativas.

⁴⁴ As provisões régias para os cargos dos juizes de órfãos para a Madeira (Funchal, Calheta e Machico; no Porto Santo eram os juizes ordinários que acumulavam com a vara orfanológica) referem expressamente que os agraciados em questão teriam feito prova prévia da sua «limpeza de sangue», ou seja, que teriam dissipado qualquer suspeita da sua pessoa ou da sua ascendência familiar descender de judeus, mouros ou gentios. Como hipótese de investigação do tema, a elaboração de levantamentos e estudos prosopográficos sobre os juizes dos órfãos e suas famílias permitirá conhecer melhor a questão da «limpeza de sangue», entre outras problemáticas respeitantes às exigências formais no acesso aos ofícios em questão, bem como compreender ainda como se construíram as «dinastias» familiares proprietárias dos cargos de juizes dos órfãos na Madeira. Sobre os estatutos de limpeza de sangue em Portugal, ver OLIVAL, 2004, «Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal».

⁴⁵ MACHADO, 2010, *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*.

sombra do poderio que outrora ostentaram os juizes dos órfãos. No entanto, é preciso frisar que se esta última afirmação não é propriamente especulativa, aguardaremos pelo veredicto de futuros estudos especializados sobre estes juizes de paz⁴⁶. Ainda assim, urge partilhar uma inquietação: fará pleno sentido assumir como baliza cronológica o ano de 1834 (fim da Guerra Civil; entrada em vigor em todo o Reino da reforma judiciária de Mouzinho da Silveira, que extingue os juizes dos órfãos, substituindo-os pelos juizes de paz e órfãos) como um «antes» e um «depois» na administração judicial orfanológica do Reino e império? É que no tocante às atribuições orfanológicas, ainda que reformuladas (inventários de bens; tutorias de órfãos ou contratos de aprendizagem de ofícios), no essencial, as mesmas transitaram do Antigo Regime para o Liberalismo português, um cenário que aliás é confirmado para o Brasil independente (pós 1825 e até inícios do século XX), como veremos mais adiante. Só o estudo destes juizes e dos seus arquivos poderá ajudar a esclarecer esta e outras questões.

Dediquemos agora estas linhas aos juizes dos órfãos da Madeira. Sobre os trabalhos publicados alusivos ao tema, podemos afirmar que existe uma bibliografia relevante, mas em número claramente insuficiente. Há que dar ênfase a um artigo de Paulo D. Braga sobre órfãos e cativos na Madeira, ao tempo de D. João II e D. Manuel I, em que o autor faz uma relação dos juizes e escrivães dos órfãos para as capitanias de Machico e do Funchal. Identifica, ainda, a referência documental mais antiga a um juiz dos órfãos neste arquipélago, na pessoa de Mendo Afonso, em exercício de funções, na jurisdição do Funchal, antes de 12 de Maio de 1489⁴⁷. Já na obra *Elucidário Madeirense*, ficamos a saber que três anos antes, em 1486, fora provido João do Porto para juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos da ilha da Madeira (a nomeação mais remota, pelo menos documentada)⁴⁸.

Também na Madeira, o cargo de juiz dos órfãos era muito apetecido pelas elites locais. O historiador Nelson Veríssimo refere-se à proeminência social da família Valdavesso no seio da sociedade madeirense de Seiscentos. Os membros desta família, ricos mercadores e gente da governança funchalense, granjearam um estatuto e

⁴⁶ Sobre a criação dos juizes de paz e órfãos na Madeira: SILVA e MENESES (1998, *Elucidário Madeirense*, p. 196). Uma obra que deve ser lida com muita cautela, visto a mesma ser muito antiga, desatualizada e conhecida por conter uma série de imprecisões históricas. Ainda assim, para uma fase inicial de investigação deste tema, não podemos de deixar de indicar a leitura deste trabalho.

⁴⁷ BRAGA, 1993, «Da protecção aos desfavorecidos na Madeira no tempo de D. João II e D. Manuel: cativos e órfãos», pp. 74-80. Um artigo que privilegiou como *corpus* documental o tomo 1.º do arquivo da Câmara do Funchal transcrito e publicado por MELO (1972-1990, «Tomo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal»), bem como os documentos sobre a Madeira constantes do Corpo Cronológico, cuja sumarização foi feita por PEREIRA (1990, *Documentos sobre a Madeira no século XVI existentes no Corpo Cronológico*).

⁴⁸ SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, pp. 193-194.

proveitos financeiros procedentes, pelo menos em parte, da propriedade familiar do ofício de juiz dos órfãos da cidade do Funchal, vila da Ponta do Sol e seu termo. O cargo foi transmitido de geração em geração, durante mais de um século, até que em inícios da segunda metade de Setecentos, o último Valdavesso proprietário do cargo, arruinado financeiramente, o renunciou por venda a um terceiro (para que «com o seu produto», pudesse pagar as suas dívidas aos credores)⁴⁹.

Rui Carita, na sua *História da Madeira*⁵⁰, num dos seus dois volumes dedicados ao séc. XVIII, dedica um capítulo, no âmbito do poder judicial, aos «juízos dos órfãos e dos resíduos e capelas». Um texto que foca fundamentalmente a relação horizontal (graciosa e contenciosa) dos juízes dos resíduos com os juízes dos órfãos na Madeira de Setecentos, a tutela institucional, as apelações para os ouvidores e corregedores e as vias de acesso aos cargos.

Importa dizer que segundo o que foi possível apurar documentalmente, até à data, para o arquipélago da Madeira do Antigo Regime (séc. XV-1834), terão existido, no máximo, quatro juízos dos órfãos: o da cidade do Funchal, vila da Ponta do Sol e seu termo; o da capitania de Machico e seu termo; o da vila da Calheta e seu termo; e o juízo ordinário e órfãos da ilha do Porto Santo (os três primeiros especializados e o último unido à vara do juízo ordinário)⁵¹.

Como tivemos oportunidade de referir atrás, a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, sancionada pelo decreto de 16 de maio de 1832, extinguiu os juízos dos órfãos e criou em seu lugar os juízos de paz e órfãos. Mas só após o fim da Guerra Civil, em 1834, o diploma começou a ser aplicado em todo o Reino. Pelo que, em 1835, por ordem do prefeito da província da Madeira, foi nomeada uma comissão, na Câmara do Funchal, para inventariar os extintos cartórios dos escrivães dos órfãos. Assim sendo, no caso destes processos dos orfãos, deliberou-se manter neste arquivo camarário do Funchal, os processos findos, sendo que os correntes, transmitir-se-iam aos juízes de paz. Estes juízes de paz funcionavam um por cada freguesia que compunha o julgado, competindo ao povo eleger o referido juiz. De 1835 a 1840, as suas funções eram semelhantes às que antes os seus antecessores, os juízes dos órfãos, exerciam. Mas o decreto de 29 de Março de 1890 ordenou que os juízes de paz fossem de nomeação governamental e o decreto de 5 de Junho de 1905 estabeleceu a composição dos distritos de juízes de paz do Funchal, Ponta do Sol, Santa Cruz e São Vicente. Informações que

⁴⁹ VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, pp. 57-59.

⁵⁰ CARITA, 1996, *História da Madeira. O século XVIII: arquitetura de poderes*, pp. 190-197.

⁵¹ Arquivos dos Juízos dos Órfãos da Madeira (grupo de fundos judiciais) – em fase de inventariação; à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

carecem de ser validadas pela consulta dos arquivos da Câmara do Funchal e do Governo Civil do mesmo distrito, mas por ora, à falta de melhores elementos, constituem uma importante pista para a História Custodial destes acervos⁵².

Em suma, será de todo o valor que trabalhos futuros sobre o tema dos juízos dos órfãos incidam sobre os seus extensos arquivos orfanológicos, à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, tendo em vista, à semelhança dos estudos já realizados para outros locais, procurar compreender os impactos da orfandade e suas problemáticas para a sociedade madeirense de Antigo Regime. Será necessário partir da bibliografia de referência e da legislação enquadradora das atribuições dos juízos dos órfãos, visando tentar perceber o que estava por detrás da necessidade imperiosa em acautelar a pessoa do órfão e o património familiar (instrução dos autos cíveis de tutoria de órfãos e inventários obrigatórios). Uma série de perguntas emergem: qual o significado da atribuição de tutores aos órfãos para assegurar a sua criação, sustento e educação? Que objectivos se procurou atingir na celebração de contratos de aprendizagem de ofícios mecânicos para os menores? Quais os sectores da sociedade que recorreram aos empréstimos, a juro, dos dinheiros recolhidos nas arcas dos órfãos?⁵³ Como procedeu o juiz dos órfãos, em matéria de emancipação dos menores, para estes contraírem matrimónio e/ou receberem os legítimos bens de herança? Quais as causas contenciosas mais comuns travadas nos juízos dos órfãos (tanto em matéria atinente a estes menores, como também nos assuntos de ausentes, mentecaptos ou pródigos)?

Portanto, urge questionar sobre a importância institucional, social e económica deste organismo judicial no quadro de poderes de Antigo Regime. A investigação da história institucional e dos arquivos destes juízos, inclui o estudo da gestão dos órfãos como actividade geradora de arquivo. Deste modo, a pesquisa sobre os juízos dos órfãos da Madeira (até 1834), enquanto organismos integrados numa sociedade atlântica (com as suas especificidades face ao Reino e Império), deverá contribuir para acrescentar conhecimento inédito nos domínios das problemáticas e da epistemologia

⁵² SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, p. 196.

⁵³ Tanto a Coroa, como particulares, recorriam a empréstimos, a juro, às arcas dos órfãos, para financiarem uma variedade de iniciativas. D. Sebastião usou o dinheiro dos órfãos para custear a trágica campanha de Alcácer Quibir, tal como Afonso V o fizera para pagar as suas campanhas bélicas (MACHADO, 2010, *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*, p. 308). Um exemplo estruturante disto mesmo é veiculado pelo alvará de 2 de Maio de 1528, no qual o rei ordenou ao almoxarife ou recebedor da Alfândega da ilha da Madeira que, de qualquer dinheiro que tivesse do dito rendimento, pagasse ao bacharel Pêro Gomes, juiz dos órfãos «da mesma ilha», 23.825 réis que, em 1527, despendeu em soldos e mantimentos para 41 homens, que foram daquela ilha em socorro à vila de Santa Cruz de Cabo de Gué, em Marrocos. Uma demonstração da importância da arca dos órfãos e da posição estratégica da Madeira, no socorro às praças do Norte de África (Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 39, n.º 137).

da historiografia histórica e arquivística. Em suma, estas hipóteses de investigação, que acabamos de elencar, integram um filão de problemas ligados ao estudo desta temática, na Madeira.

Vejam agora o panorama na historiografia brasileira. Com particular incidência nos últimos quinze anos, os juízos dos órfãos e seus arquivos têm sido objecto de uma intensa produção bibliográfica (em particular em São Paulo e Minas Gerais). No Brasil têm sido realizadas teses de doutoramento, dissertações de mestrados, artigos de revista, monografias e comunicações de encontros científicos, em particular no âmbito da História Institucional dos juízos dos órfãos brasileiros, da História da Infância e no domínio da Arquivística aplicada aos arquivos orfanológicos. São áreas geográficas destes estudos: Estância (Sergipe) – educação, tutela, emancipação e trabalho infantil de órfãos (séc. XIX)⁵⁴; Manaus: história institucional, tutela⁵⁵ e trabalho infantil de órfãos⁵⁶ (sécs. XIX-XX); Minas Gerais: história institucional⁵⁷, curadoria de dementes⁵⁸, cofre dos órfãos e práticas creditícias⁵⁹ (sécs. XVIII-XIX); Pará: tutela de órfãos e circulação de crianças (séc. XIX)⁶⁰; Porto Alegre: história institucional⁶¹ e tutela de menores⁶² (sécs. XIX-XX); Recife: arquivística (análise tipológica e construção de vocabulário controlado em acervo) e história institucional (séc. XIX)⁶³; São Paulo: história institucional⁶⁴, arquivística (produção, organização e classificação de inventários *post-mortem*)⁶⁵, tutela e trabalho infantil de órfãos⁶⁶ (sécs. XVI-XX). Os recortes temporais destes estudos remontam aos primórdios do povoamento e administração judiciária

⁵⁴ SILVA, 2013, «Contar, bordar e rezar: a educação de órfãos na Estância/SE oitocentista».

⁵⁵ REZENDE, 2012, «Os juízos dos órfãos na Manaus Republicana (1897-1923)».

⁵⁶ PESSOA, 2011, «O Juízo de Órfãos e o trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)»; TEIXEIRA, 2013, «O Juízo de Órfãos em Manaus: Infância, Direito e Cidadania».

⁵⁷ SANTOS, 2013, «Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII».

⁵⁸ SOUZA, 2017, «Os inventários de dementes: os processos de curadoria e a relação da justiça régia com a loucura nas Minas Gerais do século XVIII».

⁵⁹ SANTOS, 2005, «*Devo que pagarei*»: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773; FERREIRA, 2015, *As três chaves do juízo: o cofre dos órfãos e o crédito nos tempos do declínio do ouro – vila de São João Del-Rei (1774-1806)*; FERREIRA, 2016, «História custodial e orfandade: o direito, a tutela e o crédito no império português».

⁶⁰ SABINO, 2016, «Autos de tutela: uma possibilidade para compreensão histórica da família e da infância no Pará no final do século XIX».

⁶¹ CARDOZO, 2017, «Justiça orfanológica no final do século XIX: o Juízo dos Órfãos de Porto Alegre».

⁶² CARDOZO, 2012, «O Juízo dos órfãos e a tutela de menores».

⁶³ CUNHA, 2013, *A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do Juízo dos Órfãos do Recife (1824-1889)*.

⁶⁴ AZEVEDO, 2007, «Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX».

⁶⁵ TROITIÑO, 2017, «Estudo comparativo de funções e atividades em instituições análogas: a produção de inventários *post-mortem*».

⁶⁶ AZEVEDO, 2007, «Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX»; PAPALI, 2003, *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*.

orfanológica da América Portuguesa, com maior incidência entre o período do Brasil Oitocentista pós 1825 (império) e o 1.º quartel do séc. XX (república). Com recurso a esta rica bibliografia é já possível traçar o aparecimento e evolução dos juízos dos órfãos no Brasil. A instituição funcionou no Brasil, como um organismo estruturante, à semelhança das Câmaras e das Misericórdias no povoamento deste território. No período mais remoto da ocupação portuguesa do território brasílico, eram os juízes ordinários dos concelhos que acumulavam com a jurisdição orfanológica. À medida que em cada localidade a população em geral e os órfãos foram aumentando em número, os juízes ordinários começaram a ser substituídos, na jurisdição dos órfãos, em detrimento dos recém-criados juízes dos órfãos. E neste particular, foi um marco importante o Alvará de 2 de Maio de 1731, diploma que determinou a criação dos juízos de órfãos para o Brasil e ordenou que estes passassem a andar separados dos juízos ordinários. A extinção dos juízos dos órfãos, no Brasil, só ocorreu em 1923, com a criação do primeiro Juízo de Menores no Rio de Janeiro, uma reforma que foi logo disseminada, por todo o país, através do Código de Menores, em 1927⁶⁷. Ressalve-se que na alçada do juiz dos órfãos estavam os órfãos e expostos (menores de idade), mas também os «furiosos», «mentecaptos»⁶⁸, «pródigos», «desassisados», «ausentes» e «surdos/mudos», todos definidos como incapazes (*Ordenações Filipinas*, liv. 1.º, tít. 78 e 90 e liv. 4.º, tít. 103). Tenha-se em conta, ainda, que no Brasil do séc. XIX, foram incluídos na jurisdição do juiz dos órfãos, os indígenas, as mulheres solteiras ou casadas (isto se o pai ou cônjuge estivessem ausentes) e os «ingénuos», filhos do ventre escravo (já à frente explicaremos), bem como aqueles que tivessem pais desconhecidos (incógnitos) e cujas mães fossem dadas como inaptas, por terem comportamento inadequado à vida em sociedade⁶⁹.

Em 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, ficou instituído que, a partir deste ano, crianças nascidas de ventre escravo, seriam consideradas «ingénuas» e não mais escravas, ou seja, livres dos senhores fazendeiros. Rapidamente, uma enorme massa de braços desocupados, procedentes de uma «população heterogénea, livre e ex-escrava»,

⁶⁷ TEIXEIRA, 2013, «O Juízo de Órfãos em Manaus: Infância, Direito e Cidadania», p. 6.

⁶⁸ SOUZA, 2017, «Os inventários de dementes: os processos de curadoria e a relação da justiça régia com a loucura nas Minas Gerais do século XVIII». Uma análise sobre a actuação dos juizes dos órfãos responsáveis pelos autos de curadoria de dementes (ou mentecaptos) e seus inventários, num universo total de dezasseis processos para a vila de Sabará, em Minas Gerais do séc. XVIII. A regulação da «loucura» foi também uma forma de ordenamento da vida social local, ao mesmo tempo que se acautelava o património dos «dementes» (isto numa região rica em ouro) da cobiça de terceiros. Estas fontes são fabulosas para o estudo da História Social da Loucura. O Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira também possui autos de inventário e tutoria de mentecaptos.

⁶⁹ CARDOZO, 2017, «Justiça orfanológica no final do século XIX: o Juízo dos Órfãos de Porto Alegre», p. 110.

começou a ser «empurrada» para o trabalho. E neste particular, um número considerável de historiadores brasileiros dão importância central ao papel dos juizes dos órfãos e à sua jurisdição sobre aquela população «liberta», não forçosamente menores de idade (pobres, indígenas, forros e africanos livres), juntando-se os referidos «ingénuos», estes menores, todos encaminhados, através dos mecanismos de tutoria e contratos de aprendizagem de ofícios, para um trabalho compelido⁷⁰. Até a abolição definitiva da escravatura no Brasil, em 1888, uma larga maioria dos estudos sobre os processos de tutela de menores, dos arquivos dos juízos dos órfãos, são consensuais na identificação de estratégias usadas pelos senhores de escravos na manutenção de serviços (tanto os realizados no âmbito público, como no espaço doméstico), e isto graças à tutoria que detinham dos filhos das escravas. E mesmo após a abolição da escravatura, o juiz de órfãos, um cargo altamente cobiçado pelas elites locais, é entendido como uma peça central na categorização dos órfãos em duas classes: a primeira, a dos órfãos com bens, a quem seria atribuído um tutor responsável pelo seu sustento e educação; a segunda, a dos órfãos «mecânicos», desprovidos de bens, contratados à soldada, a partir dos sete anos de idade, destinados a uma «educação pelo trabalho», de certa forma coerciva, sobre uma infância «pobre e desvalida». Um quadro que a historiografia brasileira, mais recente, tem classificado de «trabalho compulsório das populações pobres e livres»⁷¹.

Por fim, para concluir este capítulo, alguns estudos de caso em torno dos cofres dos órfãos. Minas Gerais no século XVIII, no auge do período do ciclo do ouro, mas também na fase posterior de declínio aurífero, tem sido alvo de uma interessante linha de investigação sobre as arcas dos órfãos e o seu papel incontornável para o financiamento da sociedade mineira Setecentista. Estes trabalhos dedicam-se ao estudo das dinâmicas de uma série de «práticas creditícias» (expressão técnica assim designada, repetida e convencionalizada pela historiografia especializada). O problema essencial consiste em tentar perceber qual o impacto destas actividades creditícias no «universo económico e cultural mineiro Setecentista». Os pagamentos a prazo, com recurso ao crédito, foram na América Espanhola algo comum para o estabelecimento dos primeiros povoados. No caso de Minas Gerais, as práticas de crédito atingiram um grande expoente, em

⁷⁰ SABINO, 2016, «Autos de tutela: uma possibilidade para compreensão histórica da família e da infância no Pará no final do século XIX», pp. 9-16. Um estudo sobre o caso do Pará; PAPALI, 2003, *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*, concluiu a partir do estudo dos processos de tutoria dos órfãos de Taubaté (1871-1895), no Vale do Paraíba Paulista, que «não raras vezes a tutoria desses menores era concedida pelo juiz de órfãos ao próprio ex-senhor, ou seus filhos, genros ou netos». Este trabalho (com base na série autos de tutoria) explorou esta lenta libertação do cativo dos ex-escravos e as tensões abolicionistas que, à época, tiveram ecos inflamados na imprensa brasileira.

⁷¹ CARDOZO, 2012, «O Juízo dos órfãos e a tutela de menores» (Porto Alegre); TEIXEIRA, 2013, «O Juízo de Órfãos em Manaus: Infância, Direito e Cidadania», pp. 7-8.

parte, por um comércio interno e externo em expansão, que em muito ficou a dever aos empréstimos dos cofres dos órfãos, mediante autorização dos seus juízes (daí este cargo ser muito ambicionado). As fianças junto dos juízos dos órfãos, para assegurar a devolução do dinheiro emprestado, eram não raras vezes garantidas por material aurífero. Além dos juízos dos órfãos, as irmandades mineiras emprestavam dinheiro, a juro, à sociedade local⁷².

5. Os Arquivos dos Juízos dos Órfãos e a Investigação nas Áreas da Arquivística e da História

As potencialidades dos arquivos judiciais, em particular dos acervos orfanológicos, para o desenvolvimento da investigação histórica e arquivística estão longe de estar plenamente esgotadas. Em Portugal, até há bem pouco tempo, havia uma certa ideia, partilhada por alguns investigadores e leigos, de que os acervos judiciais emanavam uma certa aridez legalista, sendo os processos judiciais rotulados de enfadonhos e desinteressantes do ponto de vista informacional. Estes documentos, segundo esta visão, eram vistos como «fontes estéreis» para potenciais objectos de estudo que extravasassem categorias imediatas da história judicial e institucional. Contudo, este panorama depreciativo sobre este tipo de fontes tem sofrido gradualmente, nos últimos anos, alterações num sentido favorável. Uma série de mesas-redondas realizadas entre 2001 e 2003, na Torre do Tombo, em Lisboa, juntou historiadores e arquivistas com larga experiência e comprovada competência, para debaterem e refletirem sobre problemáticas do interesse de ambas as ciências e corporações. Uma destas mesas incidiu sobre os arquivos judiciais, o seu tratamento técnico, divulgação e valorização.

⁷² SANTOS, 2005, «*Devo que pagarei*»: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. As fontes privilegiadas desta dissertação de mestrado foram os inventários (1713-1773), num total de 379, bem como alguns testamentos, à guarda do Museu do Ouro Branco e do Arquivo Público Mineiro. Trata-se de uma leitura interpretativa sobre a relação da sociedade da época com o «crédito» e a «usura» (condenada em certas circunstâncias pelo direito canónico). Partindo das diversas peças de autos cíveis que integraram os ditos inventários, foram exploradas as dívidas activas e passivas, as fianças, as letras de crédito e recibos, visando perceber o perfil dos credores e devedores. Concluiu-se, assim, que neste período, na capitania de Minas Gerais, num contexto de baixa circulação monetária e de difícil manipulação do ouro em pó, os particulares recorreram a expedientes creditícios na arca dos órfãos. Tais práticas de crédito continuadas permitiram a circulação constante de produtos, incluídos os de primeira necessidade, sem ser preciso apresentar moedas. Dito de outra forma, visto estes indivíduos serem «mútuos fiadores uns dos outros», as dívidas compensavam-se umas às outras, perpetuando-se, deste modo, as operações de crédito. Ver ainda sobre este tema: SANTOS, 2013, «Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII»; FERREIRA, 2015, *As três chaves do juízo: o cofre dos órfãos e o crédito nos tempos do declínio do ouro – vila de São João Del-Rei (1774-1806)*; FERREIRA, 2016, «História custodial e orfandade: o direito, a tutela e o crédito no império português».

Coube a Irene Vaquinhas transmitir a sua experiência com a documentação judicial (processos correcionais) como fonte privilegiada na elaboração da sua tese de doutoramento (1991), intitulada *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Um tipo documental, que segundo a historiadora, serve a história social, da sexualidade, da criminalidade, das mulheres, das mentalidades, da família ou a história da vida privada e do quotidiano⁷³. Já António Sousa⁷⁴ testemunhou sobre o seu trabalho no Arquivo Distrital do Porto com os fundos oriundos dos tribunais, sendo que Maria Plantier Saraiva⁷⁵ pronunciou-se sobre o ponto de situação da organização, descrição normalizada e divulgação pública dos arquivos judiciais na Torre do Tombo. Infelizmente, esta última intervenção foi evasiva sobre o que toca aos arquivos dos juízos dos órfãos. O próprio guia de fundos do Arquivo Nacional é insuficiente para esclarecer este assunto. De facto, até à data, não existe um relatório de diagnóstico nacional global sobre o «estado da questão» destas massas de documentação acumulada dos juízos dos órfãos do Antigo Regime (entidades detentoras; dimensão física; datas extremas; séries mais representativas; estado de conservação geral; instrumentos descritivos; objectos digitais, etc...). Na verdade, estes acervos dos juízos dos órfãos estão dispersos por múltiplas entidades detentoras: Torre do Tombo, Arquivos Distritais, Arquivos Regionais (Madeira e Açores), Arquivos Municipais e quiçá Tribunais de Comarca⁷⁶.

⁷³ VAQUINHAS, 2004, «A experiência fascinante de um regresso ao passado», pp. 65-69.

⁷⁴ SOUSA, 2004, «O tratamento dos arquivos judiciais», pp. 103-109.

⁷⁵ SARAIVA, 2004, «Arquivos judiciais na Torre do Tombo», pp. 95-102.

⁷⁶ FARINHA e FRAZÃO, 2002, *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo* [...], pp. 194-198. Segundo este guia de fundos, estão identificados um total de 180 juízos dos órfãos (subgrupo de fundos integrado no grupo de fundos Administração Periférica), com datas extremas de 1535 e 1877. Em nosso entender, seria útil uma informação agregada sobre estes arquivos à microescala nacional (ao nível municipal). Não obstante este cenário, são bons exemplos de inventários documentais publicados, sobre estes acervos, os instrumentos descritivos editados pelas seguintes entidades detentoras: Arquivo Municipal de Arraiolos (FONSECA, 1999, *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos*); Arquivo Municipal de Loulé (MACHADO, 2016, *O fundo dos órfãos de Loulé (séculos XV e XVI)*). O caso de Ponte de Lima é um bom exemplo de divulgação documental dos acervos judiciais dos órfãos na internet (software ARCHEEVO; descrição e objecto digital): no *site* daquele Arquivo Municipal e no Portal Português de Arquivos. Deste modo, o Arquivo Municipal de Ponte de Lima disponibiliza em suporte eletrónico a documentação dos juízos dos órfãos à sua guarda (juízo dos órfãos de Ponte de Lima, juízo dos órfãos do concelho de Albergaria de Penela, juízo dos órfãos da Correlhã, juízo dos órfãos de Souto de Rebordões, num total de 2072 imagens e descrição). Estas óbvias comodidades para o investigador permitem a consulta à distância desta documentação. *Site*: <http://pesquisa.arquivo.cm-pontedelima.pt/viewer?id=2834&FileID=275780>, consultado em 2018-05-25. Um agradecimento especial ao Doutor Nelson Vaquinhas (Técnico Superior de Arquivo do Arquivo Municipal de Loulé e membro do CIDEUS-UÉ), por veicular esta prestimosa informação. Finalmente, no caso da Madeira, o seu Arquivo Regional e Biblioteca Pública – ABM (FERREIRA, JARDIM e GUERRA, 1997, «Guia do Arquivo Regional da Madeira», pp. 70-72) tem disponível, à data, a informação sumária ao nível de fundo para os arquivos dos juízos dos órfãos (séc. XVI-XIX). Até ao momento não foi possível aferir com exatidão a dimensão física total dos arquivos dos juízos dos órfãos à guarda do ABM, mas um relatório recente, datado de Dezembro de

Passemos a um segmento documental muito particular: os inventários obrigatórios. Nos últimos trinta anos, em Portugal, temos assistido a uma crescente procura desta documentação que tem sido muito requisitada para trabalhos ao nível da cultura material no âmbito da sociologia histórica, em linha com a tendência europeia⁷⁷. Os inventários produzidos pelos juízos dos órfãos representam um tipo de fonte dificilmente inigualável, pela rica concentração de património imóvel e móvel (mobiliário, vestuário, objectos de uso comum, jóias, gado, escravos, etc...) neles declarados. Um tipo documental com as suas limitações, pois não representam a totalidade do universo de falecidos inventariados (só os que deixavam menores ou ausentes; sem esquecer os inventários de pródigos ou mentecaptos), mas, ainda assim, com óbvios contributos informacionais para a investigação histórica. Na obra clássica de Nuno L. Madureira⁷⁸, os inventários foram usados para estudar os aspectos do consumo e da vida material em Lisboa dos finais do Antigo Regime. Estas fontes têm sido mais recentemente «convocadas» por uma série de trabalhos académicos, neste âmbito da cultura material. Foram os casos da dissertação de mestrado de Maria A. Ribeiro⁷⁹ sobre o trabalho e o quotidiano em Vila do Conde setecentista e da tese de doutoramento de história económica e social e etnográfica que Olanda Vilaça defendeu para o Baixo Minho do Antigo Regime (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso)⁸⁰.

Por fim, assinalamos um outro segmento de estudos brasileiros que tem associado a História à Arquivística, ao eleger problemáticas específicas dos juízos dos órfãos e seus *corpus* documentais pretéritos, tratando-os, não de forma isolada, mas interligados. Estes trabalhos caracterizam-se pela sua proposta de reconstituir organicamente os arquivos

2017, dá conta de um total de 2772 inventários obrigatórios, com data de produção até 1834, já lançados em base de dados (<https://abm.madeira.gov.pt/pesquisa/judiciais/>, consultado em 2018-08-02) e de um total de 50 livros (1549-1843) integrados nos arquivos das Câmaras Municipais do Funchal, Ponta do Sol e Santa Cruz e no arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal (sobretudo livros de datas de órfãos e expostos e livros das arcas dos órfãos), cujos instrumentos descritivos podem ser consultados on-line: <https://abm.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/ABM-Instrumentos-Descritivos-AZfundos.pdf>, consultado em 2018-08-02.

⁷⁷ CROCKER, 2016, *Elizabethan inventories and wills of the Exeter orphans' court*. Uma preciosa publicação que reúne a transcrição de 53 testamentos e 88 inventários, com datas extremas de 1556 e 1602, produzidos pelo *Exeter orphans' Court*. Estes documentos são respeitantes a 106 homens livres de Exeter, na Inglaterra, que morreram deixando crianças com idade inferior a 21 anos. Estas são fontes privilegiadas para o estudo da arquitectura vernacular e da cultura material da cidade de Exeter. Os inventários veiculam informações relevantes sobre as casas dos comerciantes de Exeter (móveis, têxteis, comida, bebida, roupas, joias e armaduras, o recheio das lojas e nalguns casos livros, especiarias, etc...).

⁷⁸ MADUREIRA, 1989, *Inventários: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*.

⁷⁹ RIBEIRO, 2002, *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral: Vila do Conde no século XVIII*.

⁸⁰ VILAÇA, 2012, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*.

históricos, em respeito pelos princípios da ordem original e da proveniência e pela história custodial e institucional. Inclusive, alguns destes contributos bibliográficos socorrem-se de outras técnicas e ciências auxiliares (caso da paleografia, diplomática, filologia e língua portuguesa, direito, linguística ou lexicografia). Em comum, diríamos que têm a ambição de aproximar estas fontes judiciais de públicos diferenciados⁸¹ e leigos⁸². Por último, não queríamos deixar de destacar um certo dinamismo na produção historiográfica paulista (Brasil) que, em nosso entender, em muito se deve ao significativo trabalho de disponibilização de fontes à comunidade, por parte do Arquivo Público do Estado de São Paulo⁸³.

A título meramente sugestivo e ilustrativo da variedade tipológica e informacional da documentação dos arquivos dos juízos dos órfãos, à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, apresentamos imediatamente abaixo, como exemplo, um processo produzido pelo arquivo do Juízo dos Órfãos da Cidade do Funchal, Vila da Ponta

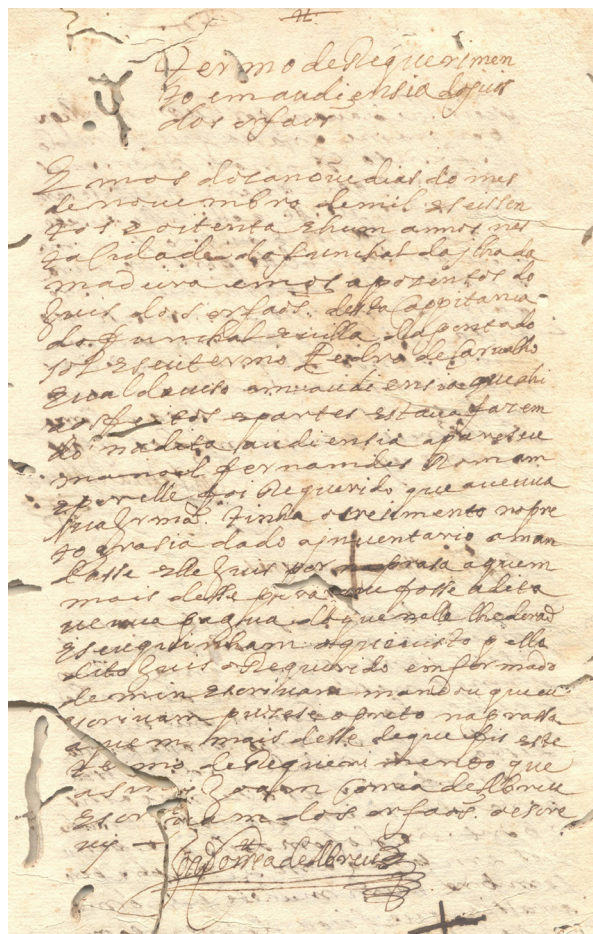
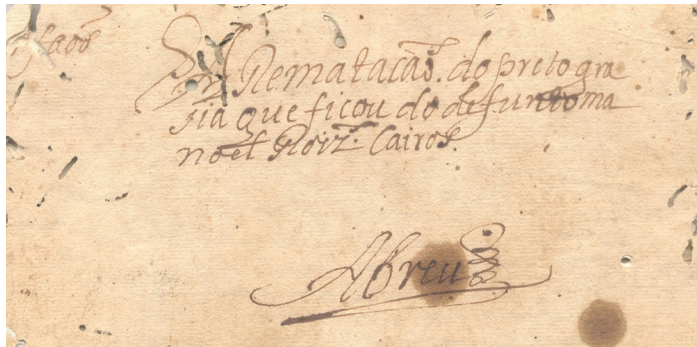
⁸¹ RODRIGUEZ, 2010, *O Juízo dos Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*, pp. 3-18. Uma tese de doutoramento, pela Universidade de São Paulo, na qual se constata do «crescente interesse dos historiadores pelos documentos/arquivos das instituições do poder judiciário». O objectivo central passou pela caracterização de tipos documentais (1578-1926) do Juízo dos Órfãos de São Paulo, para chegar a uma proposta metodológica de classificação deste acervo, adaptada do modelo usado desde meados da década de 1980 pelo *Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid* para a documentação da administração pública. Este trabalho é um exemplo feliz de como uma tese de doutoramento tem retorno imediato e pragmático para a comunidade, na medida em que possibilitou que todo um acervo, que se achava por descrever, passasse a estar disponível para o investigador. CUNHA, 2013, *A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do Juízo dos Órfãos do Recife (1824-1889)*, nesta sua dissertação de mestrado procurou-se delinear um percurso metodológico para estudar e apresentar a variedade de tipologias emanadas do Juízo dos órfãos do Recife. Desenvolveram-se índices dos tipos documentais produzidos a partir das competências e atribuições desta entidade, tendo como fim último a construção de um vocabulário controlado para a multiplicidade de formas tipológicas encontradas nos documentos, para se referir à mesma função. A ideia foi cristalizar os termos controlados, de forma uníssona, com óbvias vantagens de indexação para a gestão e recuperação informacional (em contexto de *software* de gestão documental). GIMENEZ, 2015, *Edição semidiplomática e estudo lexicográfico de habilitações à herança setecentista do Juízo de Órfãos de São Paulo*, na sua dissertação de mestrado parte de uma selecção de cinco autos cíveis de habilitação à herança do Juízo dos Órfãos de São Paulo. Com recurso a um programa de *software* especializado, procedeu a uma transcrição semidiplomática dos referidos documentos e ao seu estudo lexicográfico. O fim derradeiro consistiu em identificar uma série de terminologia jurídica, entre outros domínios do conhecimento, e sua evolução no tempo. Um contributo para a epistemologia do Direito, Filologia, Linguística e lexicografia.

⁸² GRAF, SILVA, PORTELA *et al.*, 201-?, *Redescobrimo o poder judiciário paranaense: o acervo judiciário paranaense trabalhado a partir de oficinas*. Trata-se de um projecto, iniciado em 2004, que consistiu na realização de oficinas abertas à comunidade, envolvendo estagiários de História, Direito e Historiadores com o intuito de desenvolver catálogos que facilitassem o acesso e a classificação do acervo designado de «Poder Judiciário do Paraná» (sécs. XVII-XX), incluído o Juízo dos Órfãos de Curitiba. Com esta iniciativa procurou-se criar condições de disponibilização das fontes, à população paranaense, promovendo-se o interesse e o estudo da história local. Uma forma de abrir os arquivos à comunidade.

⁸³ Disponibilização em base de dados dos processos do juízo dos órfãos de São Paulo, desde 1668 (http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/base_dados/Juizo_orfaos, consultado em 2018-04-09).

do Sol e seu termo. Estamos em crer que as fontes inéditas, reunidas neste conjunto de acervos, são relevantes para a investigação histórica, arquivística histórica, sociologia histórica (cultura material), entre outros domínios científicos.

Figuras n.º 1 e n.º 2 – Autos Cíveis de Arrematação de um Escravo «preto (...), um moleque, por nome “Grasia”, do gentio de Angola, que ficou por inventário do defunto Manuel Rodrigues Cairos», em Legítima de Herança da sua Mulher Maria Jorge e de seus Filhos Órfãos (1681-1682)



Fonte: ABM, Juízo dos órfãos da cidade do Funchal, vila da Ponta do Sol e seu termo, cx. 6661, n.º 9.

6. Conclusão

Este artigo procurou apresentar uma perspectiva do estado da questão sobre a investigação dos juízos dos órfãos, organismos com raízes na Idade Média, que funcionaram no Reino e no Império, até serem extintos, em 1834, com a instauração definitiva do Liberalismo, em Portugal. Estes juízos julgavam toda a matéria cível em que fossem parte órfãos menores de 25 anos (mas também uma série de adultos, de alguma forma «incapacitados», como ausentes, pródigos ou mentecaptos). Com este trabalho de revisão da bibliografia, nacional e estrangeira, vinda a lume sobretudo na última década e meia, procuramos, por um lado, conhecer o ponto de situação da investigação do tema em Portugal, bem como nos países da Europa mediterrânica ocidental e no Brasil colonial e independente (até inícios do séc. XX). Buscamos conhecer os principais quadros dogmáticos, metodológicos e conceptuais do tema na historiografia da última década e meia, tendo em vista melhor aferir que hipóteses de investigação podem ser desenvolvidas com recurso ao extenso e rico acervo orfanológico à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. É importante que trabalhos futuros assentes nos arquivos dos juízos dos órfãos da Madeira, possam ir além do estudo da infância assistida dos expostos. Sendo a orfandade (principais causas: guerras, fomes, epidemias ou elevadas taxas de mortalidade) um fenómeno muito presente no quotidiano do Antigo Regime, importará mais tentar compreender – para a Madeira –, quais os reais impactos da referida problemática para a sociedade madeirense e quais os mecanismos legais e empíricos utilizados para proteger a pessoa e património familiar dos menores, mentecaptos, pródigos e ausentes.

Quando delimitamos temporalmente a análise deste trabalho até à extinção dos juízos dos órfãos do Antigo Regime, isto é até 1834, pese embora avançássemos pontualmente (nos casos da Madeira ou do Brasil), neste texto, bem além deste marco cronológico, tratou-se apenas de uma opção fundamentada e pessoal, não querendo isto significar de forma alguma que os problemas inerentes à orfandade deixassem de existir na década de trinta do séc. XIX ou, sequer, que os órfãos ficassem legalmente desprotegidos de entidades judiciais e assistenciais que os tutelassem. Pelo contrário. O que aconteceu foi que os juízos dos órfãos do Antigo Regime, tal como os conhecemos, dotados de extensas atribuições, sofreram em Portugal e nos seus domínios ultramarinos, uma profunda reforma administrativa, dando lugar aos juizes de paz e órfãos que, no essencial, continuaram a exercer tutela funcional sobre os órfãos e outros incapacitados «equiparados». Inclusive, como vimos no Brasil colonial e independente (império e república), onde as *Ordenações Filipinas* vigoraram

até dentro do séc. XX, os juízos dos órfãos brasileiros exerceram um papel fundamental junto da população mais pobre (tutorias; encaminhamento do menor para o trabalho «compelido», etc...). O extenso recurso à arca dos órfãos para o financiamento da economia de Minas Gerais Setecentista comprova como estes juízos tocavam de forma transversal em toda a sociedade mineira da época. No Brasil de finais do séc. XIX, dadas as especificidades históricas, o leque de indivíduos passíveis de cair na tutela jurisdicional do juiz dos órfãos, suplantou, inclusive, a realidade de Portugal. É que os juízes de órfãos brasileiros, decorrente da conjuntura pós-abolição da escravatura, ficaram incumbidos dos destinos dos «ingénuos», indígenas, forros e africanos.

Em Itália, França, Espanha ou Inglaterra, vimos como entidades criadas para socorrer os órfãos, obviamente com outras designações, no fundamental, tinham atribuições idênticas às dos juízos dos órfãos portugueses. Esta é uma das razões que dá sentido ao estudo dos juízos dos órfãos, à luz das categorias ligadas à História da Assistência, à História da Pobreza e à História da Infância, como procuramos fazer. Daí que não seja de estranhar, como muito bem demonstrou Maria de Fátima Machado, na sua tese de doutoramento, que a administração judiciária orfanológica no Porto, do séc. XVI, deve ser entendida de forma complementar no quadro das práticas assistenciais de instituições como a Misericórdia (que atribuía dotes às órfãs – um recurso inestimável para o mercado matrimonial ultramarino) e a Câmara Municipal portuense (que custeava a criação dos expostos), isto sem esquecer a escolarização, catequização e preparação profissional proporcionadas pelos colégios dos meninos órfãos.

Procuramos apresentar o diálogo encetado nos últimos tempos entre arquivistas e historiadores, essencialmente privilegiando o contexto nacional e brasileiro. De facto, o novo milénio tem sido palco para uma nova e renovada abordagem às fontes judiciais. Os arquivos dos órfãos têm muito potencial para a investigação interdisciplinar nas áreas da História Social, História Económica, Sociologia Histórica (cultura material), História Institucional e Arquivística.

No século XXI, em Portugal, crianças e jovens (institucionalizados ou não) são tuteladas e assistidas por instituições como os Tribunais de Família e Menores, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e por outras entidades de institucionalização e assistência à infância e juventude em risco social (públicas e privadas). Estas entidades, tomadas as devidas cautelas para não cairmos em anacronismos históricos, são legítimas sucessoras dos extintos juízos dos órfãos pretéritos que, Hoje, tal como no Passado, buscam acudir às problemáticas intemporais, advindas da orfandade, da pobreza e da exclusão. Segundo um relatório da organização *Missing Children Europe*, recentemente divulgado em 25 de Maio

de 2018, uma em cada cinco crianças desaparecidas na Europa enfrentou situações de violência, abuso, negligência ou exploração. Motivo mais do que suficiente para comprovar a «intemporalidade», atualidade e necessidade do estudo da orfandade e de outros temas similares⁸⁴.

7. Fontes manuscritas

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), Juízo dos órfãos da cidade do Funchal, vila da Ponta do Sol e seu termo, cx. 6661, n.º 9. Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 39, n.º 137.

8. Sites institucionais

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, disponível em <http://pesquisa.arquivo.cm-pontedelima.pt/>.

Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, disponível em <https://abm.madeira.gov.pt/pt/inicio/>.

9. Bibliografia

ABREU, Laurinda, 2001, «O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império português», in *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 8.º vol., n.º 3 (Set.-Dez.), Rio de Janeiro, pp. 591-611, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt, consultado em 2018-03-2018.

ABREU, Laurinda, 2004, «Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação», in *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Évora, Publicações do CIDEHUS, pp. 11-26, disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/176>, consultado em 2018-03-30.

⁸⁴ Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/uma-em-cada-5-criancas-desaparecidas-na-europa-enfrenta-violencia-e-abuso---relatorio-9377791.html>, consultado em 2018-06-20.

- ABREU, Laurinda, 2008, «As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI», in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de & FERREIRA, Fátima Moura (orgs.), *A infância no universo assistencial da península ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 31-49, disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/1970>, consultado em 2018-03-20.
- ABREU, Laurinda, 2014, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, 1.ª ed., 1.º vol., Lisboa, Gradiva, disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/12879/1/O%20Poder%20e%20os%20Pobres_Acad..pdf, consultado em 2018-03-19.
- AZEVEDO, Gislane Campos, 2007, «Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX», in *Histórica. Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, Ano 3, n.º 27 (Nov.), pp. 1-9, disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica27.pdf>, consultado em 2018-04-09.
- BARROS, Henrique da Gama, 1945-1954, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., 11 vols., Lisboa, Sá da Costa.
- BRAGA, Paulo Drumond, 1993, «Da protecção aos desfavorecidos na Madeira no tempo de D. João II e D. Manuel: cativos e órfãos», in *Islenha*, n.º 13, pp. 74-80.
- BUONO, Alessandro, 2017, «The sovereign heir: claiming vacant estate succession in Europe and in the Spanish World (13th-18th centuries)», in *Properties without owner: inheritance in abeyance and vacant succession in comparative perspective during the Early Modern period*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2017 (inédito; cedido pelo autor).
- CALVI, Giulia, 2005, «“Sans espoir d’hériter”. Les mères, les enfants et l’État en Toscane, XVIe-XVIIe siècles», in *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, n.º 21, pp. 1-17, disponível em <http://journals.openedition.org/clio/1445>, consultado em 2016-10-03.
- CARDOZO, José Carlos da Silva, 2012, «O Juízo dos órfãos e a tutela de menores», in *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, 16.º vol., n.º 395, disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-395/sn-395-14.htm>, consultado em 2018-03-30.
- CARDOZO, José Carlos da Silva, 2017, «Justiça orfanológica no final do século XIX: o Juízo dos Órfãos de Porto Alegre», in *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, 9.º vol., n.º 18, pp. 92-115, disponível em <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/447/pdf>, consultado em 2018-03-28.
- CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira. O século XVIII: arquitetura de poderes*, 4.º vol., Funchal, Secretaria Regional de Educação.

- CARITA, Rui, 1999, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e produção açucareira*, 2.^a ed., 1.º vol., Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- CARLTON, Charles, 1974, *The Court of Orphans*, Leicester, Leicester University Press, disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/historical-journal/article/the-court-of-orphans-by-carltoncharles-leicester-university-press-1974-pp-145-350/12720F192E58515ACC0A98F7AEB20E75>, consultado em 2018-03-23.
- CLAVERO, Bartolomé, 1995, «Tutela administrativa o diálogos con Tocqueville (a propósito de “Une et indivisible” de Mannoni, “Sovrano tutore” de Mannori, y un curso mío)», in *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 24.º vol., n.º 1, pp. 419-468, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5222805>, consultado em 2018-02-20.
- COATES, Timothy Joel, 1998, *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*, 1.^a ed., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- COSTA, José Pereira da, 1993, *Assistência médico-social na Madeira: breve resenha histórica*, Funchal, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.
- COSTA, Wellington Júnio Guimarães da, 2014, «A prática da justiça na provedoria de defuntos e ausentes de Vil Rica (1711-1808)», in *Anais do XIX Encontro Regional de História*, Juiz de Fora (JUL., 28-31), disponível em http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398474496_ARQUIVO_ANPUH_WELLINGTON_TEXTO_COMPLETO.pdf, consultado em 2018-03-22.
- CROCKER, Jannine (ed.), 2016, *Elizabethan inventories and wills of the Exeter orphans' court*, Exeter, Devon and Cornwall Record Society.
- CUNHA, Mônica Maria de Pádua Souto da, 2013, *A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do Juízo dos Órfãos do Recife (1824-1889)*, dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10456/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%B4nica%20Cunha.pdf>, consultado em 2018-04-06.
- DIAS, João José Alves (coord.), 1998, *Portugal – Do Renascimento à Crise Dinástica*, in SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, 5.º vol., Lisboa, Editorial Presença.
- DINIS, Maria José de Barros Fernandes, 2001, *Os expostos no concelho do Funchal (1820-1869). Um estudo de história social*, Funchal, SRTC/CEHA.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, FRAZÃO, António (coord.), 2002, *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Instituições do Antigo Regime. Administração periférica. Domínios Casa Real e Casas Anexas*, 4.º vol., Lisboa, IAN/TT-DSA.

- FERNANDES, Rogério, VIDIGAL, Luís (ed. lit.), 2005, *Infantia et pueritia: introdução à história da infância em Portugal*, Santarém, Escola Superior de Educação.
- FERREIRA, António Gomes, 2000, *Gerar, Criar, Educar. A Criança no Portugal do Antigo Regime*, Coimbra, Quarteto Editora.
- FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros, JARDIM, Gastão, GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, «Guia do Arquivo Regional da Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, boletim do Arquivo Regional da Madeira, 20.º vol., Funchal, SRTC/DRAC/ARM.
- FERREIRA, Raphael Chaves, 2015, *As três chaves do juízo: o cofre dos órfãos e o crédito nos tempos do declínio do ouro – vila de São João Del-Rei (1774-1806)*, dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del-Rei, disponível em <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoRaphaelChaves.pdf>, consultado em 2018-03-26.
- FERREIRA, Raphael Chaves, 2016, «História custodial e orfandade: o direito, a tutela e o crédito no império português», in *Tempos Gerais*, Revista de Ciências Sociais e História – UFSJ, 5.º vol., n.º 1, pp. 101-124, disponível em 2018-03-26: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/temposgerais/article/view/2010/1371>.
- FONSECA, Jorge, 1999, *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal.
- FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), 2015, *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades*, 1.º vol., Lisboa, Esfera do Caos.
- GAMEIRO, Aires, 2015, «Notas sobre a assistência aos alienados na diocese do Funchal nos séculos XVII-XX», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades*, 2.º vol., Lisboa, Esfera do Caos, pp. 481-492.
- GANDELMAN, Luciana Mendes, 2005, *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, disponível em http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279860/1/Gandelman_LucianaMendes_D.pdf, consultado em 2018-03-27.
- GIMENEZ, Fabio, 2015, *Edição semidiplomática e estudo lexicográfico de habilitações à herança setecentista do Juízo de Órfãos de São Paulo*, dissertação de mestrado em Filologia e Língua Portuguesa apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29062015-143113/pt-br.php>, consultado em 2018-04-08.

- GOMES, José Vieira, 2010, «Do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal ao Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição (1847-1959). Contributos para a história da assistência na Madeira, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, pp. 69-114, disponível em https://ceha.madeira.gov.pt/CEHA/publicacoes/anuario/Anuario_2010, consultado em 2018-03-27.
- GOMES, José Vieira, 2016, «A política assistencial da Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1892)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, 1.º vol., Funchal, SRETC/DRC/ARM, pp. 173-217.
- GOMES, José Vieira, 2016, «Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal (1847-1959)», in FRANCO, José Eduardo (coord.), *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira* (Agência de Promoção da Cultura Atlântica), disponível em <http://aprendermadeira.net/asilo-de-mendicidade-e-orfaos-do-funchal-1847-1959/>, consultado em 2018-03-27.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos, SILVA, Andrea Cristina da, PORTELA, Bruna Marina et al., 201-?, *Redescobrimo o poder judiciário paranaense: o acervo judiciário paranaense trabalhado a partir de oficinas*, disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/redescobrimo.pdf>, consultado em 2018-04-08.
- GUEDES, Ana Isabel Marques, 2006, *Os colégios dos meninos órfãos (séc. XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- GUEDES, Ana Isabel Marques, 2008, «Os órfãos em Portugal (séculos XVII-XIX)», in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de & FERREIRA, Fátima Moura (orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 17-30.
- HESPANHA, António Manuel, 1982, *História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina.
- HESPANHA, António Manuel, 1994, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina.
- HESPANHA, António Manuel, 2015, *Como os juristas viam o mundo (1550-1750). Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*, Lisboa, edição do autor.
- JACOBI, Juliane, 2009, «Between charity and education: orphans and orphanages in early modern times», in MAYER, Christine & LOHMANN, Ingrid (coord.), *Paedagogica Historica: International journal of the history of education*, 45.º vol., n.º 1-2, pp. 51-66.
- JARDIM, Dina, 2015, «Assistência social: o papel das Misericórdias na Diocese do Funchal», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades*, 2.º vol., Lisboa, Esfera do Caos, pp. 435-445.

- JARDIM, Maria Dina dos Ramos, 1996, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal: século XVIII. Subsídios para a sua história*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LOPES, Maria Antónia, 2010, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e investigação*, Coleção Estudos: Humanidades, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30059/1/Lopes%2c%20Maria%20Antonia.Protoc%3%A7%3%A3o%20Social%20em%20Portugal.pdf>, consultado em 2018-03-28.
- MACHADO, Maria de Fátima, 2010, *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55375/2/5HDD17S4VDFPYSS48FJ2BPESTPMA3C000127495.pdf>, consultada em 2018-03-27.
- MACHADO, Maria de Fátima, 2016, *O fundo dos órfãos de Loulé (séculos XV e XVI)*, Loulé, Câmara Municipal.
- MADUREIRA, Nuno, 1989, *Inventários: aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, tese de mestrado em Economia e Sociologia Históricas (séculos XV-XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/26838>, consultado em 2018-03-27.
- MANNORI, Luca, 1990, «Per una 'preistoria' della funzione amministrativa. Cultura giuridica e attività dei pubblici apparati nell'età del tardo diritto comune», in *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 19.º vol., n.º 1, pp. 323-504, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5233232>, consultado em 2018-03-22.
- MANNORI, Luca, 1994, *Il sovrano tutore. Pluralismo istituzionale e accentramento amministrativo nel Principato dei Medici (Secc. XVI-XVIII)*, Milão, Giuffrè Editore, disponível em http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1997_num_52_2_279573_t1_0425_0000_002, consultado em 2018-03-22.
- MARTINS, Maria João, 2014, *História da criança em Portugal. Desde D. Afonso Henriques até aos nossos dias, um olhar inédito sobre a infância*, 1.ª ed., Lisboa, Parsifal.
- MELO, Luís Francisco de Cardoso de Sousa, 1972-1990, «Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal», in *Arquivo Histórico da Madeira*, boletim do Arquivo Regional, 15.º-19.º vols.
- MUÑOZ BUENDÍA, Antonio, 2000, «La Infancia Robada. Niños Esclavos, Criados y Aprendices en la Almería del Antiguo Régimen», in *Los Marginados en el Mundo Medieval y Moderno. Actas de las jornadas sobre grupos sociales marginados celebradas en Almería del 5 al 7 de noviembre de 1998*, Almería, Instituto de Estudios

- Almerienses, pp. 65-78, disponível em file:///C:/Users/ASUS/Downloads/Dialnet-LaInfanciaRobadaNinosEsclavosCriadosYApredicesEnL-2241834%20(1).pdf, consultado em 2018-03-29.
- NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria, TERRIEN, Jacques, 2004, «Trabalhos científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas», in *Estudos em Avaliação Educacional*, 15.º vol., n.º 30 (JUL-DEZ), disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2148/2105>, consultado em 2018-03-19.
- OLIVAL, Fernanda, 2004, «Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal», in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 4, pp. 151-182, disponível em http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/artigo_Fernanda_Olival.pdf, consultado em 2018-04-11.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, 2007, *A criança na sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Teorema.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, 2010, «A criança», in MATTOSO, José (dir.) & SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Média*, 1.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 260-299.
- PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro, 2003, *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*, São Paulo, Annablume: Fapesp, disponível em https://books.google.pt/books?id=MGpkXOBpzkcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, consultado em 2018-04-08.
- PEREIRA, Fernando Jasmins, 1990, *Documentos sobre a Madeira no século XVI existentes no Corpo Cronológico*, 2 vols., Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- PEREIRA, Nuno Moniz, 2005, *A assistência em Portugal na Idade Média*, s.l., Clube do Coleccionador dos Correios.
- PESSOA, Alba Barbosa, 2011, «O Juízo de Órfãos e o trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)», in *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônico*, 1.º vol., n.º 2, pp. 23-42, disponível em <https://www.aacademica.org/alba.barbosa.pessoa/4.pdf>, consultado em 2018-04-06.
- PINHO, Joana Balsa de, 2015, «As instituições assistenciais na Madeira na Época Moderna», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal: a primeira diocese global: História, Cultura e Espiritualidades*, 2.º vol., Lisboa, Esfera do Caos, pp. 457-462.
- PREMO, Bianca, 2005, *Children of the father king: youth, authority, & legal minority in colonial Lima*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, disponível em <https://uncpress.flexpub.com/preview/children-of-the-father-king>, consultado em 2018-03-22.

- RAMOS, Fábio Pestana, 1999, «A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas no século XVI», in PRIORE, Mary del (org.), *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Contexto, pp. 19-54, disponível em https://www.researchgate.net/publication/275601988_A_Historia_Tragico-Maritima_das_crianças_nas_embarcacoes_portuguesas_do_seculo_XVI, consultado em 2018-03-29.
- REZENDE, Ivana Otto, 2012, «Os juízos dos órfãos na Manaus Republicana (1897-1923)», in *Revista Alpha*, Revista do Centro Universitário de Patos de Minas, Ano 13, n.º 13 (Nov.), pp. 41-56, disponível em http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/25962/Os_juizos_dos_orfaos.pdf, consultado em 2018-04-09.
- RIBEIRO, João Adriano, 1995, *O Porto Santo nos séculos XVII-XVIII. Contribuição para a sua História*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, documento policopiado.
- RIBEIRO, Maria Armanda Pereira Nunes Gaitero, 2002, *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral: Vila do Conde no século XVIII*, 1.º vol., dissertação de mestrado na área da História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18636>, consultado em 2018-03-30.
- ROBIN-ROMERO, Isabelle, BARDET, Jean-Pierre (pref.), 2007, *Les orphelins de Paris. Enfants et assistance aux XVI^e-XVIII^e siècles*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, disponível em <https://books.google.pt/books?id=xLrxUCIVVCIC&printsec=frontcover&dq=les+orphelins+de+paris&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKewj55qTqn5LaAhXLvxQKHWfNDi0Q6AEIJzAA#v=onepage&q=les%20orphelins%20de%20paris&f=false>, consultado em 2018-03-29.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 1996, *Organização dos poderes e estrutura social. A Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia Historica.
- RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño, 2010, *O Juízo dos Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*, tese de doutoramento apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, disponível em file:///C:/Users/ASUS/Downloads/SONIA_MARIA_TROITINO_RODRIGUEZ.pdf, consultado em 2018-03-23.
- ROMAN, Nicoleta (ed.), STELLA, Alessandro, GOURDON, Vincent *et al.*, 2017, *Orphans and abandoned children in European History: Sixteenth to Twentieth Centuries (Routledge studies in Modern European History)*, 1.ª ed., London, Routledge – Taylor & Francis Group (London and New York), disponível em <https://www.amazon.com/Orphans-Abandoned-Children-European-History/dp/1138071099>, consultado em 2018-03-28.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspectivas teóricas e

- proposta de percurso de investigação», in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30.º vol., Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 547-586.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2005, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13303/1/mlr.pdf>, consultado em 2018-03-27.
- RUBIO VELA, Agustín, 1990, «Infancia y marginación. En torno a las instituciones trecentistas valencianas para el socorro de los huérfanos», in *Revista d'història medieval*, n.º 1, pp. 111-153, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2504234>, consultado em 2018-03-29.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1997, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 2001, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 2011, «As crianças e as idades da vida», in MATTOSO, José (dir.) & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, 2.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 72-95.
- SABINO, Elianne Barreto, 2016, «Autos de tutela: uma possibilidade para compreensão histórica da família e da infância no Pará no final do século XIX», in *@rquivo Brasileiro de Educação*, revista de divulgação científica da área de Educação e Ensino da Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 4.º vol., n.º 9, pp. 7-17, disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2016v4n9p7>, consultado em 2018-04-09.
- SANTOS, Filipe dos, 2015, «Corpos doentes, corpos confinados: lázaros no Funchal (final do século XV-segundo terço do século XVII)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 35-94, disponível em http://www.academia.edu/23278305/SANTOS_Filipe_dos_2015_Corpos_Doentes_Corpos_Confinados_L%C3%A1zaros_no_Funchal_Final_do_S%C3%A9culo_XV_Segundo_Ter%C3%A7o_do_S%C3%A9culo_XVII_in_Anu%C3%A1rio_do_Centro_de_Estudos_de_Hist%C3%B3ria_do_Atl%C3%A2ntico_n.o_7_pp_35-94, consultado em 2018-03-27.
- SANTOS, Juliana Godoy, 2013, «Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII», in *XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social (ANPUH, Brasil)*, Natal (Julho, 22-26), pp. 1-11, disponível em <http://snh2013>.

- anpuh.org/resources/anais/27/1372282311_ARQUIVO_ArtigoANPUH2013-JulianaGodoySantos_1_.pdf, consultado em 2018-04-09.
- SANTOS, Raphael Freitas, 2005, «*Devo que pagarei*»: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773, dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), disponível em https://dadospdf.com/download/devo-que-pagarei-sociedade-mercado-e-praticas-crediticias-na-comarca-do-rio-das-velhas-1713-1773-_5a4bcee8b7d7bcab67ef6d4c_.pdf, consultado em 2018-03-27.
- SARAIVA, Maria Teresa M. Plantier, 2004, «Arquivos judiciais na Torre do Tombo», in HENRIQUES, Maria de Lurdes (coord.), *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores: mesas – redondas na Torre do Tombo*, Lisboa, IAN/TT, pp. 95-102.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1941, *O arquipélago da Madeira na legislação portuguesa*, Funchal, Câmara Municipal.
- SILVA, Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, 2.º vol. (F-N), Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura / Direcção Regional dos Assuntos Culturais (fac-símile da edição de 1940-1946).
- SILVA, José Manuel Azevedo e, 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII)*, 2.º vol., Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional de Turismo e Cultura.
- SILVA, Sheyla Farias, 2013, «Contar, bordar e rezar: a educação de órfãos na Estância/ SE oitocentista», in *XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social (ANPUH, Brasil)*, Natal (Julho, 22-26), pp. 1-15, disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364734460_ARQUIVO_CONTAR,BORDAREREZAR.pdf, consultado em 2018-04-09.
- SOUSA, António, 2004, «O tratamento dos arquivos judiciais», in HENRIQUES, Maria de Lurdes (coord.), *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores: mesas – redondas na Torre do Tombo*, Lisboa, IAN/TT, pp. 103-109.
- SOUZA, Ivo Carneiro de, 2006/2007, «Cativas e Bichas, Meninas e Moças: A subalternidade social feminina e a formação do mercado matrimonial de Macau (1590-1725)», in *Campus Social*, Revista Lusófona de Ciências Sociais, n.º 3 e 4, pp. 173-196, disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campussocial/article/view/231>, consultado em 2018-03-30.
- SOUZA, Maria Eliza de Campos, 2017, «Os inventários de dementes: os processos de curadoria e a relação da justiça régia com a loucura nas Minas Gerais do século XVIII», in *Revista de História (São Paulo)*, n.º 176, pp. 1-32, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a07616.pdf>, consultado em 2018-03-28.

- TEIXEIRA, Alcemir Arlijean Bezerra, 2013, «O Juízo de Órfãos em Manaus: Infância, Direito e Cidadania», in *XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social (ANPUH, Brasil)*, Natal (Julho, 22-26), pp. 1-17, disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932500_ARQUIVO_artigoanpuh2013.pdf, consultado em 2018-04-06.
- TROITIÑO, Sonia, 2017, «Estudo comparativo de funções e atividades em instituições análogas: a produção de inventários *post-mortem*», in VAQUINHAS, Nelson & CAIXAS, Marisa & VINAGRE, Helena (dir.), *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades*, Biblioteca – Estudos & Colóquios – 7, Évora, Publicações do Cidehus, pp. 127-150, disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/2666>, consultado em 2017-12-27.
- VAQUINHAS, Irene, 2004, «A experiência fascinante de um regresso ao passado», in HENRIQUES, Maria de Lurdes (coord.), *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores: mesas – redondas na Torre do Tombo*, Lisboa, IAN/TT, pp. 65-69.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, SRTC/DRAC.
- VIEIRA, Alberto, 2015, «A assistência hospitalar aos escravos no Funchal: séculos XV-XIX», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 11-34, disponível em file:///C:/Users/ASUS/Downloads/dadospdf.com_a-assistencia-hospitalar-aos-escravos-no-funchal-seculos-xv-xix-hospital-assistance-to-slaves-in-funchal-15th-to-19th-centuries-.pdf, consultado em 2018-03-27.
- VILAÇA, Olanda, 2010, «Podemos conhecer os patrimónios móveis através dos inventários orfanológicos?: os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX)», in SÁ, Isabel dos Guimarães & FERNÁNDEZ, Máximo García (dir.), *Portas adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 237-250, disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/31589/2/10-%20portas%20adentro.pdf>, consultado em 2018-03-27.
- VILAÇA, Olanda Barbosa, 2012, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*, tese de doutoramento em História – Especialidade em Idade Moderna pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24872>, consultado em 2018-03-27.

O Turismo na Madeira Oitocentista

Madeira's Tourism in the 19th Century

*Elisabete Rodrigues*¹

Resumo

O turismo na ilha da Madeira tem sido alvo de estudos recentes que analisam o fenómeno turístico atual e em relação ao século XX. Sobre o que aconteceu numa fase anterior existem apenas breves apontamentos. Podemos garantir e não somos os únicos a afirmá-lo, a história do turismo na Madeira ainda está por fazer.

Sendo a ilha da Madeira um destino turístico por excelência, torna-se imprescindível conhecer os seus antecedentes, os inícios do turismo na Ilha tanto numa perspetiva histórica quanto numa vertente prática.

Na atualidade a informação é uma ferramenta indispensável, o conhecimento sobre a temática do presente estudo é fundamental para todos quantos se interessem pelas áreas, entre outras, da História, da Cultura e do Turismo, na Madeira.

Este estudo tem por objetivos principais descobrir os antecedentes do turismo na ilha da Madeira, com especial ênfase para o século XIX, através da identificação da Procura e Oferta Turística na Madeira Oitocentista. Não pretendemos apresentar uma história do turismo na Ilha, mas é nossa intenção contribuir para um melhor conhecimento do fenómeno turístico madeirense num passado relativamente recente.

Para a prossecução destes objetivos recorreremos a diferentes fontes, a artigos e outra literatura já publicada sobre o início do turismo na Ilha e tornaram-se valiosos os dados obtidos na literatura de viagens inglesa, alusiva à Madeira.

Através dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, pretendemos responder às seguintes questões, relativamente ao século XIX: (i) Qual a procura turística; (ii) Foram viajantes, visitantes ou turistas, aqueles que por aqui passaram; (iii) Quais eram os fatores de atratividade; (iv) Se existiu turismo, quais as formas de turismo.

¹ Licenciada em «Informação Turística» (Instituto Sup. de Novas Profissões), Mestre em «Cultura e Literatura Anglo-americanas» (Univ. da Madeira) e Doutorada em «Novos Recursos e Sustentabilidade em Turismo» (Univ. de Salamanca). É docente, coordenadora da Licenciatura em Turismo e membro do Conselho Técnico Científico da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Tem publicações na área do Turismo e da Cultura. Contacto: elisabete.rodrigues1@gmail.com. Filiação IES: Instituto Politécnico de Portalegre.

Dada a quase inexistência de estudos neste âmbito, julgamos pertinente elaborar o presente trabalho que esperamos venha a tornar-se útil para todos os que até a data têm sentido essa necessidade de informação.

Palavras-chave: Cultura; Turismo; Madeira.

Abstract

Tourism in Madeira has been a common subject of recent studies, which analyse the current tourist phenomenon, especially throughout the 20th century. About what took place prior to that, only a few annotations remain. We can guarantee, and are not the only ones to state, that the history of Madeira's tourism is still in the making.

Being the island of Madeira a tourist destination par excellence, it is required to know its background, the start of tourism on the Island, from an historical but also practical perspective. These days information is an indispensable tool, knowledge over this study's subject is a must, for all those who might be interested in areas such as History, Culture, Tourism and, of course, Madeira.

The main objective of the present study was to uncover the background in which Madeira's tourism originated, emphasizing particularly on the 19th century, through the identification of 1800's Madeira's Tourist Supply and Demand. We do not seek to present the history of tourism on the Island, instead we intend to contribute for a better understanding of Madeira's tourist phenomenon in a relatively recent past.

In the pursuit of such objectives we called upon several sources, mainly articles and other types of literature, previously published, about the beginning of tourism on the Island. English travel literature, allusive to Madeira, provided the most valuable data.

With the obtained results, we intend to answer the following questions, relative to the 19th century: (i) What was the tourist demand; (ii) Were there travelers, visitors or tourists, that came through here; (iii) Which were the factors of attractiveness; (iv) Which were the different forms in which tourism presented itself.

Given the almost absolute absence of studies in this area, we deemed relevant to elaborate this article, and hope that it becomes useful for all those who, up to this point, have felt that need for information.

Keywords: Culture; Tourism; Madeira.

Introdução

De uma forma geral, ao estudarmos uma determinada temática de elevado nível sociocultural ou económico é usual retroceder no tempo e traçar uma abordagem que permita o entendimento de acontecimentos numa fase posterior.

Este estudo tem por objetivos principais descobrir os antecedentes do turismo na ilha da Madeira, com especial ênfase para o século XIX, através da identificação da Procura e Oferta Turística na Madeira Oitocentista. Não pretendemos apresentar

uma história do turismo na Ilha, mas é nossa intenção contribuir para um melhor conhecimento do fenómeno turístico madeirense num passado relativamente recente.

O turismo na ilha da Madeira tem sido alvo de estudos recentes que analisam o fenómeno turístico atual e em relação ao século XX. Sobre o que aconteceu numa fase anterior existem apenas breves apontamentos. Podemos garantir e não somos os únicos a afirmá-lo, a história do turismo na Madeira está por fazer.

Sendo a ilha da Madeira um destino turístico por excelência, torna-se imprescindível conhecer os seus antecedentes, os inícios do turismo na Ilha tanto numa perspetiva histórica quanto numa vertente prática.

Nesta ótica, o nosso estudo tem como objetivos específicos, a resposta às seguintes questões, concernentes ao século XIX:

- Qual a procura turística;
- Foram viajantes, visitantes ou turistas, aqueles que por aqui passaram;
- Quais eram os fatores de atratividade;
- Se existiu turismo, quais as formas de turismo.

Para a prossecução destes objetivos recorreremos a diferentes fontes, a artigos e outra literatura já publicada sobre o início do turismo na Ilha e tornaram-se valiosos os dados obtidos na literatura de viagens inglesa, alusiva à Madeira.

Nesta linha de orientação, optámos por apresentar a procura turística e o perfil deste visitante, com uma focagem particular nos fatores de motivação principais da visita e nas atividades desenvolvidas na Ilha que nos permitiram constatar as formas de turismo existentes no século XIX.

Na atualidade a informação é uma ferramenta indispensável, o conhecimento sobre a temática do presente estudo é fundamental quer para os docentes da área de Turismo, quer para os profissionais de informação turística, bem como para todos quantos se interessem pelas áreas, entre outras, da História, da Cultura e do Turismo, na Madeira.

O artigo está organizado em diferentes partes. Na primeira parte abordámos a revisão da literatura; na segunda parte justifica-se a exposição da metodologia seguida no processo de investigação, constando a discussão dos resultados na terceira parte. A quarta e última parte foi dedicada às conclusões e aos contributos futuros da presente investigação.

Por fim serão apresentadas as fontes.

Revisão da Literatura

Contextualização da Terminologia Técnica

Ao longo dos séculos, a conceção de turismo sofreu diversas alterações, embora sempre ligada intrinsecamente a determinados pressupostos: viajar, conhecer outras culturas, visitar e admirar locais diferentes, aprender, relaxar, descansar, encontrar melhores condições para a cura de uma doença, etc.

Em nossa opinião, o desejo de fazer turismo esteve sempre presente na mentalidade humana, desde os primórdios da civilização, sem que nos apercebêssemos e normalmente camuflado por outras motivações, prioritárias então para a sobrevivência humana, nessas épocas remotas.

A partir do século XIX, começámos a tomar consciência da sua existência, dessa necessidade intrínseca do ser humano e iniciámos um percurso que continua na atualidade, a sua conceptualização, ao tentar encontrar definições que se enquadrem nas sucessivas e imparáveis mudanças da sociedade atual. Os seus estudos têm proliferado, as definições têm sido ajustadas. Presentemente conseguimos compreender o fenómeno turístico sob diferentes prismas o que permite melhorar as nossas atitudes face a uma área multidisciplinar que encerra simultaneamente uma vertente de atividade económica e outra não menos importante, a vertente de atividade sociocultural.

Independentemente das definições aceites mundialmente, entre os estudiosos do Turismo, para a maioria daqueles que “fazem turismo”, o conceito apresenta uma conceção própria, fruto de motivações individuais, de diferentes práticas de estilo de vida e sobretudo dos diferentes “sonhos” de cada indivíduo.

Na realidade, a contestação sobre os “conceitos-chave” do termo “turismo”, cresce cada vez mais. Para tal tem contribuído “a institucionalização do turismo em termos académicos”. De acordo com C. Hall, Allan Williams e Alan Lew, «uma das razões para a confusão conceptual é devida à multiplicidade das abordagens disciplinares e paradigmáticas que foram feitas sobre os fenómenos do turismo.»²

Para uma melhor interpretação do estudo que pretendemos elaborar tornar-se fundamental apresentar os conceitos aceites atualmente que se prendem com o nosso estudo.

² HALL et al., 2004, *Turismo: Conceitos, Instituições e Temas*, p. 27.

O conceito de turismo aparece pela primeira vez no início do segundo quartel do século XX. Desde essa data, outras definições têm surgido. De momento a definição mais aceite é a da Organização Mundial de Turismo (OMT), decorrente da conferência de Otava em 1991, assim como a adotada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que considera turismo como: «as atividades realizadas pelos visitantes durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a 12 meses, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado.»³

Muitos estudiosos, ao abordar esta temática, têm tentado separar o lazer do trabalho, denominando “turismo de negócios” à vertente do turismo que apresenta a motivação laboral como principal para uma determinada deslocação temporária, sendo o lazer, a motivação secundária. Este mesmo princípio tem sido aplicado a outros casos, entre eles os relacionados com a religião, desporto, saúde, etc.

Independentemente da distinção que seja efetuada entre motivações principais e motivações secundárias, os conceitos têm mantido dois aspetos coincidentes: a necessidade de deslocação e a duração dessa deslocação. Na verdade só se pratica turismo se existir uma deslocação humana para fora do seu “ambiente habitual” e se ela for temporária, que não exceda 12 meses.

De acordo com o INE, entenda-se por “ambiente habitual” de um indivíduo, a área geográfica (não necessariamente contínua) dentro da qual o indivíduo realiza a sua rotina regular de vida⁴.

O homem desde os primórdios foi um ser que sempre se movimentou, inicialmente por questões de sobrevivência sendo a procura de alimentos a força motriz da sua deslocação. Quando se tornou um ser sedentário não conseguiu, nem o mundo em seu redor permitiu, que desistisse de movimentar-se. Nessa fase os motivos foram outros, prevalecendo os comerciais, de conquista, de descoberta, etc.

Quanto ao termo “Viajante”, as opiniões têm sido unânimes ao longo dos tempos, sendo compreendido universalmente como qualquer pessoa que se desloque entre duas ou mais localidades por tempo indeterminado, independentemente do motivo da viagem.

Em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, reunida em Roma, introduziu um novo termo “Visitante”, o qual se subdivide em duas categorias: os “Excursionistas” e os “Turistas”.

³ INE, 2017, *Estatísticas do Turismo 2016*, p. 141.

⁴ INE, 2017, *Estatísticas do Turismo 2016*, p. 143.

Segundo o INE⁵:

- Visitante: é o «Indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual, por um período inferior a 12 meses, cujo motivo principal é outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado»;
- Excursionista: «visitante que não pernoita no lugar visitado»;
- Turista: «visitante que permanece, pelo menos, uma noite num alojamento coletivo ou particular no lugar visitado».

Para um estudo mais sistematizado do turismo, optou-se por classificar o turismo de acordo com a origem dos visitantes. Para o estudo que estamos a efetuar, os visitantes enquadram-se no denominado “Turismo Recetor”: «atividades desenvolvidas pelos visitantes não residentes no âmbito de uma deslocação ao/no país de referência (ou região), desde que fora do seu ambiente habitual»⁶.

De acordo com o tempo de permanência nesse país e com o facto de o visitante estar a deslocar-se para um único destino ou mais do que um, essa viagem turística será classificada considerando o respetivo destino principal.

Pelo que, outra questão emerge, como classificar o “destino principal”. Segundo a mesma fonte, constatamos que o destino principal está dependente de algumas circunstâncias. Que será sempre considerado como destino principal, o destino motivante e só quando não seja possível identificar qual o destino motivante, no caso de existir mais do que um serão então considerados outros fatores como o local onde permaneceu mais tempo e em última instância, o mais distante da sua residência habitual.

Quanto às classificações das viagens turísticas, estas dependem essencialmente de dois fatores, os motivos que levam as pessoas a viajar e as características de cada destino. Os recursos de um determinado destino irão determinar a diversidade dos modelos de viagens turísticas desse destino, uma vez que esses atrativos serão os responsáveis pela motivação da visita.

De acordo com as *International Recommendations for Tourism Statistics 2008, Compilation Guide*⁷, uma «viagem turística» só tem um motivo principal, embora o visitante possa efetuar outras atividades no destino turístico, as quais podem ser classificadas em diferentes categorias (Fig. n.º 1):

⁵ INE, 2017, *Estatísticas do Turismo 2016*, p. 143.

⁶ INE, 2017, *Estatísticas do Turismo 2016*, p. 141.

⁷ UNWTO, 2016, *International Recommendations for Tourism Statistics 2008* [...], p. 32.

Fig. n.º 1 – Classificação das Viagens Turísticas

Motivação Principal	
1. Pessoal	1.1. Férias, lazer e recreação
	1.2. Visitas a amigos e familiares
	1.3. Educação e formação
	1.4. Saúde e cuidados médicos
	1.5. Religião / peregrinações
	1.6. Compras
	1.7. Trânsito
	1.8. Outro
2. Negócios e motivos profissionais	

Fonte: UNWTO, 2016, *International Recommendations for Tourism Statistics 2008* [...], p. 32.

Considerámos conveniente uma última referência aos tipos de “produto turístico” por aglutinarem diferentes aspetos relacionados com as características dos locais visitados, dos meios de transporte utilizados, das atividades desenvolvidas no local visitado, dos tipos de acomodação escolhidos, entre outros. Em relação a este aspeto, não existem recomendações internacionais por este tipo de terminologia ainda não estar suficientemente uniformizada ao nível internacional.

Como “produto turístico” referimo-nos, não ao conceito utilizado na vertente dos estudos económicos, mas ao conceito utilizado pelos profissionais de turismo aquando da promoção dos pacotes turísticos. A este nível, podemos enumerar como tipos de produtos turísticos, o turismo urbano, o turismo gastronómico, o turismo de inverno, o ecoturismo, o agroturismo, o turismo de saúde, o turismo sol-praia, etc.

Quanto à procura turística de um país é basicamente estudada tendo em consideração as deslocações dos visitantes estrangeiros e dos visitantes residentes nesse país.

O presente estudo irá limitar-se à procura externa da Madeira, com especial ênfase no século XIX, pelo que estudaremos unicamente os visitantes estrangeiros na Madeira.

Sendo o principal indicador de procura externa fornecido pelas entradas dos visitantes estrangeiros, perante a inexistência de dados estatísticos relativos ao século XIX, recorreremos à literatura de viagens e a alguns trabalhos já publicados, onde tentámos recolher alguma informação a este nível. Da mesma forma tentaremos encontrar um padrão no que concerne as dormidas desses visitantes.

São diversos os fatores que influenciam a procura de um destino, entre outros, podemos citar, a distância, a acessibilidade, a disponibilidade de tempo e dinheiro, características da viagem e características socioculturais (motivações, necessidades).

No que concerne a oferta turística de um determinado destino turístico, esta é constituída por um agregado de componentes, nomeadamente bens, serviços, recursos, atividades, etc. Por outro lado, o critério definidor da oferta turística é aferido através do estudo de tudo quanto os visitantes utilizam num determinado tempo e espaço específico.

O turismo está intimamente relacionado com o movimento de pessoas, o fluxo turístico existente na Madeira no século XIX, tem sido pouco estudado. No entanto, esse estudo é fundamental para a compreensão dos fatores que o influenciaram no tempo e no espaço, que medidas foram tomadas para responder às necessidades desses turistas, o impacto cultural desse turismo, quais as atrações turísticas principais, que itinerários eram efetuados na época, viagens de um único destino (viagem de ida e volta – destino único) ou o chamado circuito, com pontos múltiplos de acesso e de saída e distintos estilos de itinerários nas diferentes áreas de destino.

Para além de tudo isto, sendo o desenvolvimento dos transportes um elemento elementar no progresso de um destino turístico, tentaremos demonstrar que a sua relevância no século XIX foi dominante no movimento de turistas na Ilha.

Uma das características da oferta turística é a sua imobilidade. Ela não pode ser transportada para outro local, daí que caracteriza profundamente um destino, como força motriz da procura turística.

Considera-se que os principais componentes da oferta turística são:

- Recursos Turísticos (naturais ou criados) – clima, flora, fauna, paisagem, praias, montanhas, a arte, a história, os monumentos, etc.;
- Infraestruturas – as básicas de saneamento, abastecimento de água, eletricidade, portos, aeroportos, estradas, facilidades de transporte, etc.;
- Equipamentos – alojamento, restaurantes, entretenimento, estabelecimentos comerciais, etc.;
- Acessibilidades e Transportes – vias de acesso e meios de transporte;
- Hospitalidade e Acolhimento – o espírito de bem receber, a amabilidade, a limpeza, a informação, as condições criadas para receber bem os visitantes.

A Literatura de Viagens e o Turismo na Madeira

Atualmente, a promoção de um destino turístico ocorre dentro de uma variedade de esferas, através de anúncios, websites, brochuras, jornalistas de viagens, agências especializadas na área do marketing, através dos media, de publicações específicas de determinadas áreas, nomeadamente do desporto, da cultura, das artes, das televisões, entre outras.

O papel da promoção no turismo é muito valioso e sublinha a interação da oferta com a procura turística.

Os textos utilizados na promoção de lugares são considerados textos culturais, por transmitirem «representações de conhecimentos etnográficos e de lugares de produção cultural – o culminar tanto da interacção social como das experiências individuais.»⁸

Nesta atmosfera torna-se crucial enunciar a “literatura de viagens”. Tão antiga quanto o próprio ato de viajar, desde cronistas, cientistas, historiadores, jornalistas, escritores, etc., todos tentaram relatar as experiências vividas durante as suas viagens. Nesses relatos encontramos uma panóplia de impressões, emoções e descrições fruto do “olhar próprio” de quem o escreveu, mas cujo grande desejo foi o de partilhar essa informação com o mundo em seu redor. Esta literatura desempenha ainda hoje um papel capital no turismo e nos séculos passados, tendo em consideração os meios de comunicação existentes, podemos afirmar que foi uma ferramenta promocional de eleição, tendo influenciado vivamente a decisão de compra de determinados destinos.

Entre os estudiosos do turismo, a literatura de viagens é «descrita como sendo “pseudoetnográfica”, reflectindo um certo grau de descrição objectiva mas invariavelmente colorida pela experiência pessoal»⁹.

Os primeiros textos, embora sejam documentos de viagens, tiveram objetivos militares e mercantis. Como exemplo de um destes textos, podemos referir as viagens de Marco Polo, no século XIII. Outros sucederam-se, baseados em peregrinações religiosas que incluíram para além das referências religiosas, descrições de locais, de formas de entretenimento, etc. Segundo Mike Robinson «estes relatos permitem importantes descobertas históricas nas experiências dos viajantes e primeiros turistas»¹⁰.

A literatura de viagens ou os registos de viagens, embora com antecedentes medievais e independentemente do atributo de género literário ou não, em que alguns dos seus autores se tornaram mais conhecidos como viajantes do que propriamente como escritores, tornaram-se uma realidade na Europa, a partir do século XV.

Em Portugal, os descobrimentos marítimos proporcionaram-lhe o substrato radicado na necessidade de registo e comunicação de acontecimentos. O prelúdio da literatura portuguesa, no âmbito das narrativas de viagem, tem sido fundamentado em dois textos: a Relação da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499), atribuída a Álvaro Velho e a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel (1500). Seguiram-se outros, alguns deles, verdadeiras obras literárias.

⁸ MORGAN, 2004, «Problematizar a Promoção de Lugares», p. 205.

⁹ ROBINSON, 2004, «Narrativas de Estar Noutro Sítio: Turismo e Literatura Turística», p. 343.

¹⁰ ROBINSON, 2004, «Narrativas de Estar Noutro Sítio: Turismo e Literatura Turística», p. 344.

Comparativamente, as viagens de exploração no reinado do rei George III constituíram motivo forte para este género de narrativa. Distinguiram-se as narrativas de alguns dos seus comandantes: John Byron (1764-6), Wallis and Carteret (1766-8), James Cook (1768-71, 1772-5, 1776-9) e George Vancouver (1791-5)¹¹. Em Inglaterra, estas narrativas assumiram, na segunda metade do século XVIII, uma forte vulgarização sendo esta a época de maior procura¹².

Segundo Castelo Branco Chaves, o século XVIII presenciou um aumento considerável do número de viajantes que procuravam conhecer novos locais e novas culturas: «agora viajam também os artistas e os escritores, os filósofos e os naturalistas, os ricos curiosos e os nababos enfatiados»¹³. Apesar do acréscimo verificado no número de viajantes, alguns não possuíam os meios necessários para a concretização de uma viagem, pelo que «o francês, o inglês, o alemão que não podiam viajar liam livros de viagens. Assim, nas literaturas europeias setecentistas, com excepção das de língua portuguesa e castelhana, os livros de viagens abundavam e sucediam-se»¹⁴. Por outro lado, algumas narrativas de viagem do século XIX começaram a valorizar aspetos sociais em detrimento das descrições de monumentos, museus, igrejas e instituições, enquanto outras foram trabalhos de naturalistas, cujo principal motivo de viagem foi o científico¹⁵.

Apesar da literatura de viagens não ser considerada um género distinto da literatura, julga-se ter sido a que mais se leu na Grã-Bretanha para além do romance, tendo fornecido a base de muita da literatura infantil¹⁶.

Nos finais do século XVIII, a ilha da Madeira começou a ser ponto de escala privilegiado para o viajante inglês, que posteriormente publicava as suas impressões de viagem quando chegava à pátria, algumas acompanhadas de belíssimas ilustrações. O século XIX presenciou, ainda, um outro tipo de visitantes, os que procuraram uma solução para os seus problemas de saúde, movidos pela celebridade das qualidades terapêuticas do clima madeirense. Esta afluência originou inúmeros testemunhos e guias para inválidos, onde as informações sobre a Ilha sucediam-se, com carácter de aconselhamento para uma permanência ideal.

Segundo Maria dos Remédios Castelo Branco, existe muita ambiguidade nos testemunhos dos viajantes ingleses que escreveram sobre Portugal, sendo necessária

¹¹ S.A., s.d., «The Literature of Travel, 1700-1900», a: §4.

¹² CHAVES, 1987, *Os Livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, p. 9.

¹³ CHAVES, 1987, *Os Livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, p. 10.

¹⁴ CHAVES, 1987, *Os Livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, pp. 10-11.

¹⁵ S.A., s.d., «The Literature of Travel, 1700-1900», b: §8.

¹⁶ S.A., s.d., «The Literature of Travel, 1700-1900», c: §19.

uma seleção, para que lhes seja concedida a respetiva influência como «fonte historiográfica e sociológica de enorme valor, pela variedade de informes que nos prestam, pelos quadros, notação de ambientes e situações sociais que fizeram chegar até nós»¹⁷.

A grande maioria dos testemunhos ingleses sobre a ilha da Madeira remonta, essencialmente, aos séculos XVIII e XIX, embora o primeiro inglês que a tenha referido, Sir Thomas Nicols, a tenha visitado em meados do século XVI¹⁸.

A análise de Maria dos Remédios C. Branco a estes textos, evidenciou um fluxo crescente de publicações, durante o século XIX, onde «o panorama madeirense se desdobra em múltiplos aspectos de observação, o conhecimento dos quais se torna indispensável para os estudiosos da sua história, da sua evolução económica e social»¹⁹, quer pelas observações que ostentam, quer também pelas ilustrações. Considerou, ainda, que das temáticas abordadas nestes registos, o que lhe pareceu mais evidente foi «o contraste cruel que progressivamente se agrava entre a elegância e o conforto das casas dos madeirenses abastados e dos comerciantes ingleses, na beleza paradisíaca dos jardins que as envolvem, e as habitações miseráveis da gente do povo» assim como «o contraste entre os hábitos de vida das diferentes classes»²⁰, concluindo que a importância destes relatos não residia nos factos mas sim no «seu significado cultural e humano»²¹.

Segundo Walter Minchinton a literatura de viagens na promoção da Madeira como destino turístico foi uma peça elementar «to inform tourists, a literature developed. Brown's Madeira, Canary Islands and Azores, first published in 1883, ran through many editions before it ceased publication in 1932. It was specifically designed for the «stop-over» visitors travelling on the Union-Castle liners»²².

Para além de partilharmos de idêntica opinião, também pensamos que a interpretação dos factos relatados, nesses registos, possa ser uma fonte singular para o estudo do fenómeno turístico que inundou a sociedade madeirense dessa época.

Por esse motivo, utilizámos as narrativas de viagens como fonte crucial para elaborarmos a análise das motivações, do comportamento dos visitantes e da oferta e da procura turística da Madeira, apresentada neste estudo.

¹⁷ CASTELO BRANCO, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», p. 199.

¹⁸ CASTELO BRANCO, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», p. 200.

¹⁹ CASTELO BRANCO, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», p. 205.

²⁰ CASTELO BRANCO, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», p. 206.

²¹ CASTELO BRANCO, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», pp. 205-206.

²² MINCHINTON, 1990, «Britain and Madeira to 1914», p. 518.

Metodologia

A ideia principal deste estudo foi descobrir como se desenrolou o turismo na Madeira durante o século XIX com as finalidades já referidas anteriormente.

Para a prossecução desse objetivo recorreremos a diferentes fontes, a artigos e outra literatura já publicada sobre o início do turismo na Madeira e tornaram-se valiosos os dados obtidos na literatura de viagens inglesa e francesa, alusiva à Madeira.

Resultados

Os primórdios do Turismo na Madeira continuam envoltos numa névoa de hipóteses, carecendo de estudos elaborados em profundidade. Para isso têm contribuído as fracas fontes existentes e a dificuldade de acesso a algumas delas.

Os poucos estudos que encontramos circunscrevem-se em simples opiniões de alguns estudiosos, sem que algum deles tenha efetuado, até à data, um trabalho rigoroso de investigação sobre esta temática.

Segundo Iolanda Silva, a «História do Turismo da Madeira está praticamente por fazer»²³. Em sua opinião, podemos afirmar que a Madeira é um destino turístico desde o século XV. Numa primeira fase passou por um turismo “colonial”, entre os séculos XV e XVIII e numa fase seguinte, a “terapêutica” no século XIX e início do século XX²⁴.

A ilha da Madeira desde a sua descoberta oficial pela coroa portuguesa, em 1419/20, cumpriu um papel deveras crucial no processo de expansão. A sua posição geográfica transformou-a no ponto de escala ideal para todos quantos rasgavam o oceano, numa fase inicial foi o excelente local de escala para as rotas de descobrimento ao longo da costa africana, passando mais tarde a ser a escala de eleição nas rotas comerciais e científicas.

A conquista de uma posição estratégica na navegação atlântica aconteceu também graças à:

«[...] importância das suas produções ou da política colonial definida pelo império britânico [...] a obrigatoriedade da escala das embarcações do Cabo, Índia e Antilhas, aliada à disponibilidade do vinho para abastecimento e comércio nas praças de destino, tornaram o Funchal numa escala assídua. A isto acresceu a presença de visitantes na condição de doentes ou turistas»²⁵.

Walter Minchinton é de opinião que a Madeira apresentou ao longo das primeiras

²³ SILVA *et al.*, 1985, *A Madeira e o Turismo, Pequeno Esboço Histórico*, p. 6.

²⁴ SILVA *et al.*, 1985, *A Madeira e o Turismo, Pequeno Esboço Histórico*, p. 6.

²⁵ VIEIRA (coord.), 2010, *História da Cidade do Funchal* [...], p. 3.

centúrias diferentes finalidades para além de porto de importação/exportação: «there were the individual calls of some note. Many British, Portuguese, Dutch and French admiral, governor, official, missionary or savant, on his way to a colonial residence, spent a day or two in Madeira»²⁶, apesar de, já em meados do século XVI, ser conhecida através do seu vinho: «English voyagers began to speak of the good wines grown in Madeira»²⁷.

Desde cedo, pela Madeira passaram algumas personalidades importantes, entre as quais, o Almirante John Benbow, em Janeiro de 1699 com quatro embarcações militares; em Março de 1699, Sir William Norris, parece ter mantido cinco embarcações durante uma semana na Madeira «while Bolton entertained him»²⁸ e o Capitão James Cook, em 1768 e em 1772.

A Madeira foi igualmente procurada por cientistas, ávidos de conhecimentos, para isso contribuiu o valioso património natural da Ilha e o facto de aqui residirem estrangeiros oriundos do país de residência de alguns cientistas, facilitando-lhes assim a estadia na Ilha:

«Instituições seculares, como o *Museu Britânico*, *Linean Society*, e *Kew Gardens*, enviaram especialistas às ilhas proceder à recolha de espécies, enriquecendo os seus herbários. Os estudos no domínio da Geologia, Botânica e Flora são resultado da presença fortuita ou intencional dos cientistas europeus. Esta moda do século XVIII [...]»²⁹.

O turismo na Madeira desenvolveu-se essencialmente com o aparecimento dos barcos a vapor, sendo a Madeira conhecida como destino privilegiado no segmento de «a health and fashionable pleasure resort» para um mercado de aristocratas ingleses: «English people of the leisured classes became increasingly attracted to the island because of its mild climate and lovely scenery»³⁰.

O aparecimento das embarcações a vapor, no século XIX, criou a necessidade de abastecimento de água e carvão, a qual foi determinante na procura do Funchal como porto de escala. Os ingleses foram pioneiros na criação do primeiro serviço de abastecimento de carvão no Funchal, o qual «foi montado em 1838 pelos ingleses Jacob Ryffy e Diogo Taylor»³¹. No último quartel do século XIX, consolida-se o predomínio da navegação a vapor nas rotas transatlânticas, aumentando o movimento de passageiros na Madeira.

²⁶ MINCHINTON, 1990, «Britain and Madeira to 1914», p. 506.

²⁷ MINCHINTON, 1990, «Britain and Madeira to 1914», p. 499.

²⁸ MINCHINTON, 1990, «Britain and Madeira to 1914», p. 506.

²⁹ VIEIRA (coord.), 2010, *História da Cidade do Funchal* [...], p. 105.

³⁰ MINCHINTON, 1990, «Britain and Madeira to 1914», p. 517.

³¹ VIEIRA (coord.), 2010, *História da Cidade do Funchal* [...], p. 26.

Neste estudo são analisadas a Oferta e a Procura Turística da Madeira durante o século XIX à luz do “olhar” daqueles que nos visitaram e que nos legaram os seus testemunhos escritos.

Temos consciência que desde muito cedo e em períodos anteriores ao século XIX, a Madeira ganhou relevância como estância de Turismo Terapêutico, o clima considerado fundamental na cura da tuberculose e de outras doenças do foro pulmonar atraiu muitos visitantes, procura que se prolongou até ao século XX. Atualmente temos conhecimento que o nosso clima não era o ideal para a cura ou convalescença deste tipo de doenças, mas terá sido, sem sombra de dúvidas, uma melhor hipótese face ao clima dos países de residência daqueles que procuraram, ao longo dos séculos, a Madeira.

Por outro lado, houve a intenção de dar a conhecer que a par do já mencionado Turismo Terapêutico, outro tipo de turismo começou a desenvolver-se durante o século XIX.

Viajantes, Visitantes e Turistas

À luz de alguns estudos sobre os estrangeiros que passaram pela Madeira, e em especial, segundo um estudo coordenado pelo historiador Alberto Vieira, sobre os cientistas que nos haviam visitado, conseguimos apurar alguns dados. Embora o nosso estudo se circunscreva ao século XIX, optámos por recuar até ao século XVII, permitindo assim uma melhor perceção do ocorrido durante o século em estudo.

Com base na tabela publicada³², os séculos anteriores refletem o seguinte:

- a) No século XVII, existem referências a cinco pessoas, uma delas sem nacionalidade ou ocupação profissional apurada, das restantes quatro, três eram ingleses e uma de nacionalidade francesa. No que concerne a ocupação profissional, o francês era boticário, quanto aos ingleses, dois eram médicos e/ou naturalistas e o terceiro era capelão e escritor.
- b) No século XVIII encontramos 39 indivíduos: 41% ingleses, 23% franceses, 5% alemães, 1% suecos, 1% português, 1% italiano e 11% sem referência à nacionalidade. Quanto à ocupação profissional, 19% eram botânicos, 17% cientistas; 15% navegadores, 10% exploradores, 9% médicos. Entre as restantes ocupações figuravam escritores, pintores, geógrafos, físicos, meteorologistas, etc.

³² VIEIRA (coord.), 2010, *História da Cidade do Funchal* [...], pp. 155-169.

De acordo com a mesma tabela, o século XIX, exhibe um cenário substancialmente diferente, conforme se apresenta na Fig. n.º 2:

Fig. n.º 2 – Visitantes – Ocupação

Período	Visitantes		Ocupação	%
	Nacionalidade	%		
1800-1825	Ingleses	56	Botânico	21
	Alemães	24	Escritor	17
	Noruegueses	4	Médico/Cirurgião	14
	Italianos	4	Cientista	11
	Dinamarqueses	4	Naturalista	8
	Nac. desconhecida	4	Explorador	8
1826-1850	Ingleses	49	Escritor	24
	Alemães	20	Botânico	16
	Americanos	8	Médico	14
	Dinamarqueses	6	Naturalista	8
	Franceses	5	Geólogo	6
	Austríacos	1	Cientista	5
	Espanhóis	1	Militar	5
	Italianos	1	Meteorologista	4
	Polacos	1	Artista	2
	Prussianos	1	Ornitólogo	2
	Suíços	1	Paleontólogo	2
	Nac. desconhecida	6	Poeta	2
1851-1875	Alemães	40	Botânico	16
	Ingleses	24	Escritor	15
	Austríacos	10	Médico	14
	Franceses	7	Cientista	11
	Portugueses	5	Geólogo	6
	Suíços	1	Explorador	4
	Polacos	1	Zoólogo	4
	Nac. desconhecida	12	Meteorologista	4
			Naturalista	3
Paleontólogo			3	
Filósofo			3	

1876-1900	Alemães	30	Escritor	18
	Ingleses	21	Botânico	17
	Franceses	11	Médico	9
	Austríacos	5	Naturalista	7
	Portugueses	4	Explorador	6
	Belgas	4	Zoólogo	5
	Italianos	2	Cientista	4
	Americanos	2	Ornitólogo	4
	Dinamarqueses	2	Diplomata	2
	Outros	7	Entomólogo	2
	Nac. desconhecida	12	Meteorologista	2
			Militar	2
Oceanógrafo			2	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados publicados por VIEIRA (coord.), 2010, *História da Cidade do Funchal* [...], pp. 155-169.

Para além das ocupações dos visitantes mencionados na figura anterior, encontramos em inferior percentagem, no 1.º quartel do século XIX: navegadores, geólogos, paleontólogos, ornitólogos, zoólogos e meteorologistas; no 2.º quartel: políticos, astrónomos, historiadores, imunologistas, pintores, teólogos, físicos, farmacêuticos, etc.; no 3.º quartel: físicos, químicos, agrónomos, alpinistas, biólogos, diplomatas, ornitólogos, poetas, cartógrafos, juristas, etc. e, no último quartel do século XIX: artistas, biólogos, geógrafos, mineralogistas, astrónomos, etnólogos, artistas, paisagistas e litógrafos, etc.

Deste estudo podemos afirmar que a Madeira foi essencialmente procurada, desde o século XVII por indivíduos cujo motivo de viagem foi o profissional/científico. Essa procura acentuou-se ao longo do século XIX, com especial incidência para a segunda metade do século.

Quanto às nacionalidades destes visitantes, as predominantes nos séculos XVII e XVIII foram a inglesa e a francesa. Ao longo do século XIX, os alemães e os austríacos engrandeceram essa procura.

Enquanto na primeira metade do século XIX, os ingleses foram o principal mercado, na segunda metade do século, foram os alemães os que mais procuraram a Madeira com finalidades profissionais/científicas, seguidos de imediato pelos ingleses, franceses e austríacos.

Quanto às ocupações, aquelas que se repetem, inclusive nos séculos XVII, XVIII e sobretudo durante o século em estudo, foram: botânicos, médicos, escritores, cientistas, naturalistas, geólogos, meteorologistas e exploradores. Esta procura enquadra-se nos recursos primários da ilha da Madeira, em especial no seu património natural.

Quanto ao tipo de visitantes cujo motivo de visita não era o profissional/científico, podemos afirmar que no século XIX, predominou a procura da Madeira como estância de saúde, aconselhada por médicos³³.

Relativamente a estes visitantes, a procura foi essencialmente inglesa: «From England are continually arriving invalids (generally consumptive), who come hither for the benefit of their health, and many who have arrived in an early state of decline, have completely recovered»³⁴.

Em 1821, William Combe confirma-nos a continuidade desta situação. Segundo o seu testemunho conseguimos apurar que os visitantes ingleses procuravam a Madeira por motivos de saúde durante a estação de Inverno³⁵.

Em 1834, Driver oferece-nos um outro dado. Ao exaltar as características do clima madeirense, refere: «Patients who come from the south of France especially remark this quality»³⁶, o que nos permite verificar que a Madeira era também procurada pelos franceses por idênticos motivos, já na primeira metade do século XIX.

Outras nacionalidades engrandeceram essa procura embora ainda nos finais do século XIX, a maioria dos visitantes fosse de nacionalidade inglesa³⁷.

Nas últimas décadas do século XIX, a procura da Madeira começou a sofrer alterações, surgiu outro tipo de visitantes:

«Madeira, though the resort of invalids for so many years, is little known, except to those who have visited it, or to their immediate friends. However, since the increased communication with the Cape has caused the two steamship companies to build and run large and comfortable vessels, the island is more visited than heretofore by persons on their voyage to or from the Cape – sometimes only a few hours, or a week, or a fortnight, en route»³⁸.

A estação de eleição que desde o início do século era o Inverno, embora continuasse a ser a principal, deixou de ser considerada única³⁹. Apesar da transformação que se começou a sentir nos finais do século, a imagem da Madeira como estância de saúde mantinha-se⁴⁰.

Quanto ao número de visitantes, devido à carência de estatísticas relativas ao século em estudo, conseguimos apenas apurar que em 1834, cerca de 80 pessoas haviam

³³ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], p. 5.

³⁴ S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], p. 46.

³⁵ COMBE, 1821, *A History of Madeira* [...], pp. 49-53.

³⁶ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 161.

³⁷ GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver*, p. 6.

³⁸ TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. ix.

³⁹ GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver*, p. 11.

⁴⁰ ALBIZZI, 1888, *Six Mois à Madère*, p. 66.

visitado a Madeira «in search of health»⁴¹ e que nos anos de 1838, 1839 e 1840, o número anual, excedia os 200⁴². De acordo com Driver, em 1837, «upwards of three hundred invalids resorted thither to avoid the inclement weather of England»⁴³.

Sendo os dados contraditórios, o que podemos julgar é que nestes anos, a procura oscilou entre os 200 e os 300 visitantes anuais. Em meados do século a procura aumentou, registando-se chegadas anuais de 300 a 400 pessoas⁴⁴. E nos finais do século o número rondava os 500 visitantes anuais⁴⁵.

Efetivamente, a grande maioria dos visitantes da Madeira durante o século XIX, consubstanciou-se nos doentes pulmonares à procura de uma cura para os seus problemas de saúde. Fugiam aos invernos rigorosos dos seus países e procuravam no Inverno madeirense um clima mais adequado ao seu restabelecimento.

Normalmente chegavam à Madeira durante os meses de setembro, outubro e regressavam aos seus países nos meses seguintes de maio, junho ou julho⁴⁶. Em alguns casos era aconselhado um período de permanência superior, contínuo ou intercalado, através do regresso à Ilha, nos dois Invernos seguintes⁴⁷. Esta opinião irá manter-se ao longo do século⁴⁸.

John Dix, um escritor americano que visitou a Madeira em 1850, diz-nos o seguinte:

«Our residence in Madeira commenced on the 12th of November, and terminated on the 17th March; and my own observations fully confirmed the favorable impressions I had long before received in respect to the general character of the climate. [...] From June to September there is no rain. But it is as a winter climate that Madeira is sought by invalids, and certainly no district of country can be found which, for dryness and moderate warmth combined, presents so many advantages. [...] It would be difficult to find a climate, within the reach of European or American invalids, of which as much can be said. [...] It is rare that an invalid is not most likely to be benefitted by a temperature which, like that of Funchal, never reaches in winter the point of summer heat»⁴⁹.

Em 1851, Robert White confirma-nos que o período de saída dos visitantes não sofreu alterações face ao início do século⁵⁰. No final do século XIX, quando a Madeira já era

⁴¹ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. iii.

⁴² COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* [...], p. 24.

⁴³ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. iii.

⁴⁴ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 101.

⁴⁵ GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver*, p. 6.

⁴⁶ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], p. 17.

⁴⁷ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], p. 18.

⁴⁸ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 195; GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], p. 16; GOLDSCHMIDT, 1884, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver Et Été*, p. 11.

⁴⁹ DIX, 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, pp. 150-151.

⁵⁰ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 128.

procurada por outros visitantes, com diferentes motivações, o período de permanência oscilava entre algumas horas, uma semana ou duas⁵¹.

Em 1883, Lady Annie Brassey, visitou a Madeira no mês de outubro, tendo permanecido uma semana na Ilha. A sua viagem era de longo curso, iniciou-se em setembro e terminou em dezembro de 1883, tendo visitado a Madeira, Trindade, Venezuela, Jamaica, Bahamas, Bermudas e Açores⁵².

Em 1888, o Marquês de Albizzi, italiano, refere no seu livro a importância de regressar à Madeira durante três Invernos para obter uma cura perfeita⁵³.

De acordo com os testemunhos apresentados, conseguimos apurar que durante o século XIX, o tempo de permanência da maioria dos visitantes oscilava entre seis a oito meses, durante a estação de Inverno. No final do século com o aparecimento de novas motivações o tempo de permanência de uma minoria oscilava entre algumas horas, uma semana ou duas.

De acordo com os conceitos atuais de turismo, podemos afirmar que durante o século XIX, a maioria dos visitantes eram Turistas e que só no final do século, a Ilha foi igualmente procurada por uma minoria de Excursionistas (aqueles que apenas visitavam a Ilha por “algumas horas”).

Motivações Turísticas

As motivações e necessidades dos que visitaram a Madeira durante o século XIX estiveram essencialmente relacionadas com a saúde e com intuitos profissionais/científicos. Ao longo do século essas motivações sofreram alterações. Tentaremos oferecer uma panorâmica das impressões dos visitantes ao longo do século XIX.

Em 1801, a Ilha era considerada o local ideal e de destaque máximo para a convalescença dos doentes pulmonares, em fase inicial da doença. Por outro lado, sabemos que estes doentes gostavam de conhecer a Ilha e efetuavam alguns passeios⁵⁴.

Em 1819, encontrámos uma opinião que para além de englobar como motivação de visita a saúde, acrescenta duas outras motivações, uma ao nível empresarial/negócios e outra mais subjetiva, que encerra o lazer e o entretenimento para os restantes visitantes⁵⁵.

No Outono de 1823, Edward Bowdich visitou a Madeira, na sua viagem a caminho de Africa. Após a sua morte, em 1825, foi publicado um livro da sua autoria, intitulado

⁵¹ TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. ix.

⁵² BRASSEY, 1885, *In the Trades, The Tropics* [...], pp. xvi, 1-23, 66-83.

⁵³ ALBIZZI, 1888, *Six Mois à Madère*, p. 66.

⁵⁴ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 16-17.

⁵⁵ S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], p. i.

Excursions in Madeira and Porto Santo. Os seus passeios pela Ilha tiveram finalidades científicas. As suas descrições evocam essencialmente a flora, a fauna e a geologia da Ilha. Não encontramos referência aos monumentos, à exceção dos casos em que os refere simplesmente para identificar uma determinada paisagem⁵⁶.

Bowdich desvenda uma motivação, já focada no ponto anterior, a científica, com especial realce para os Botânicos⁵⁷.

W. R. Wilde, licenciado pelo Royal College of Surgeons, na Irlanda e membro da Dublin Natural History Society, visitou a Madeira em 1837, tendo desembarcado no Funchal no dia 23 de outubro. No prefácio do seu livro, publicado em 1840, esclareceu os motivos da sua viagem. Neste texto podemos identificar duas fortes motivações de viagem, sendo a principal, o desejo de conhecer o mundo e a secundária, a saúde⁵⁸.

Wilde transmite-nos igualmente a sua emoção ao contemplar a beleza do cenário madeirense e em sua opinião, não será o clima a única forma de curar o doente, o cenário contribuirá para uma recuperação de ânimo e força mental⁵⁹. Wilde compara uma estadia na Madeira a uma «residência de Inverno para os doentes», enaltecendo as vantagens do clima madeirense face a qualquer outro europeu⁶⁰. Podemos afirmar que foi um acérrimo defensor da Ilha como estância de saúde⁶¹, tendo apresentado um caso para provar a sua afirmação. Imaginemos o efeito deste testemunho nos doentes da época, quantos não terão seguido o conselho deste reconhecido médico?

Robert White, tendo residido cerca de quinze anos na Madeira e, incentivado pelos seus amigos, decidiu publicar em 1851, um livro que fosse «useful to strangers, and specially invalids, resorting in Madeira. The want of such information has often been regretted by visitors, and certainly none of the works hitherto published on the subject are at all calculated to supply this desideratum»⁶². Nesta afirmação conseguimos perceber, por um lado que um dos objetivos do seu trabalho foi responder à carência de informação sentida pelos visitantes e por outro, a influência da literatura de viagens na promoção do Turismo na Madeira. Um outro objetivo, para além de informar os doentes, foi exaltar o clima da Madeira para todos quantos estivessem interessados em visitar uma

⁵⁶ BOWDICH, 1825, *Excursions in Madeira* [...], p. 18.

⁵⁷ BOWDICH, 1825, *Excursions in Madeira* [...], p. 101.

⁵⁸ WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], prefácio.

⁵⁹ WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], pp. 88-89.

⁶⁰ WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], p. 110.

⁶¹ WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], p. 115.

⁶² WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. iii.

estância de inverno⁶³. Nesta asserção realçamos, já em meados do século XIX, uma outra motivação turística, a procura de algo diferente, uma mudança de rotina.

Na segunda metade do século XIX, os franceses começam a procurar a Madeira por questões de saúde, aconselhados pelos médicos⁶⁴.

Michael C. Grabham, em 1870, apresenta ao público um trabalho cujo objetivo principal foi oferecer informação «to those who seek efficient shelter from the vicissitudes of extreme climate»⁶⁵. Em sua opinião «it is here that persons who seek shelter from the winters of the North and the summers of the south, pass the period of their sojourn in Madeira. How a place apparently so small can minister for many months to the well-being and pleasure of its guests»⁶⁶.

Ao analisar a opinião de Michael C. Grabham podemos considerar que para os ingleses, em 1870, a Madeira já não era unicamente a estância de saúde e que a procura turística cada vez mais alargava os seus horizontes. Este parecer é corroborado pelo testemunho de outro visitante em 1881:

«It may be interesting to state, that whilst Madeira is still much used as a resort for consumptive patients, it is being more and more used and appreciated as a quiet resting-place for persons out of health generally, harassed business men requiring a change, etc. It possesses immense advantages for such, not only in its agreeable climate and its scenic beauty, but also in the excellent accommodation provided, and in the facility and variety of modes of approach and departure»⁶⁷.

De acordo com Rendell, no final do século XIX as motivações para visitar a Madeira eram diversas, salientando-se entre elas a necessidade de mudança de rotina, de fuga ao stress, de descanso, enfim de puro lazer.

Ellen Taylor partilha esta opinião: «For those who are not invalids, but are simply requiring rest of mind or body, Madeira affords great attractions, the botanist and geologist finding much to interest and occupy them»⁶⁸.

No entanto, para os franceses, a Madeira no final do século, era sobretudo a estância de saúde por excelência⁶⁹.

⁶³ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, pp. iii-iv.

⁶⁴ GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], p. 3.

⁶⁵ GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], p. viii.

⁶⁶ GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], p. 39.

⁶⁷ RENDELL, 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, p. 9.

⁶⁸ TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. xi-xii.

⁶⁹ GOLDSCHMIDT, 1884, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver Et Été*, p. 28.

Distância, Acessibilidades e Transportes

Desde a sua descoberta oficial pela coroa portuguesa que a Madeira ocupou uma posição estratégica no Oceano Atlântico. A distância entre os países de origem de quem nos visitou, durante o século XIX, nunca foi considerada uma desvantagem. No entanto, os meios de transporte, no início do século, constituíram o principal entrave, tendo os visitantes de recorrer aos conhecimentos dos comerciantes, para a tomada de decisão⁷⁰.

As embarcações mercantis, cedo começaram a oferecer condições mais confortáveis para os passageiros, quer ao nível da acomodação, quer ao nível das viagens⁷¹.

Em 1834, a oferta ao nível de viagens era considerada suficiente pelos visitantes⁷².

Em 1840, Cooper menciona a existência de três excelentes embarcações a efetuarem a travessia entre Londres e a Madeira⁷³.

As viagens que numa fase inicial poderiam demorar seis semanas, em 1834 apresentavam uma duração de treze dias⁷⁴ e em 1851, uma duração entre oito a doze dias⁷⁵.

White elucida-nos sobre a possibilidade de ligação marítima entre Lisboa e Madeira, para os visitantes que fizessem parte do percurso por terra, com uma regularidade mensal e ótimas condições⁷⁶.

Para os visitantes franceses a acessibilidade era também considerada suficiente⁷⁷.

Em 1870, as opiniões sobre a acessibilidade da Madeira eram muito vantajosas⁷⁸. Em 1881, Rendell afirma que as comunicações com a Ilha eram regulares, variadas e frequentes⁷⁹.

Ellen Taylor ofereceu-nos uma informação pormenorizada sobre os transportes para a Madeira. Através da sua descrição apercebemo-nos de que no final do século XIX, existiam diversas hipóteses, entre as quais relevamos⁸⁰:

- a) «The Union Steam Ship Company, Limited – The steamers of this Company leave Southampton every alternate Friday afternoon, and call at Lisbon the following Monday for mails and passengers by the “Sud” express, which left London the previous Saturday.

⁷⁰ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 6-7.

⁷¹ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 10.

⁷² DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. Appendix n.º 1.

⁷³ COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* [...], p. 8.

⁷⁴ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 81.

⁷⁵ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 102.

⁷⁶ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 105.

⁷⁷ GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], pp. 4-9.

⁷⁸ GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], p. 2.

⁷⁹ RENDELL, 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, p. 16.

⁸⁰ TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 1-11.

They are due at Madeira on Wednesday morning». Representantes na Madeira: Blandy Bros. & Co.;

b) «The Castle mail Packets company, Limited – The steamers of this company leave London every second Wednesday and Dartmouth on the following Friday, alternately calling at Lisbon and Las Palmas and at Lisbon and Madeira, where they are due on Wednesday morning». Representantes na Madeira: Blandy Bros. & Co.;

c) «The African Steam Ship company – This company and the British and African Steam Navigation Company maintain a fortnight service from Liverpool to Madeira every alternate Saturday, and a regular weekly service from Madeira to Liverpool». Representantes na Madeira: Blandy Bros. & Co.;

d) «The Hamburg South American Steam Ship company – The steamers of this company leave Hamburg for Madeira and the River Plate every Thursday afternoon».

Os meios de transporte na Ilha eram poucos e durante todo o século XIX resumiram-se ao uso do cavalo, da rede, do palanquim (muito pouco utilizado pelos visitantes), do carro de bois e do carro de cestos. As carruagens eram limitadas e para uso privado dos seus proprietários⁸¹. No final do século, as referências aos meios de transporte interno não sofreram alterações⁸².

Recursos Turísticos

No início do século XIX, os recursos da Ilha não foram devidamente valorizados. Para além do clima, do ar puro que se respirava na Madeira, recursos essenciais na procura do turismo de saúde, pouco mais interessava ao visitante, existindo mesmo algumas opiniões pouco gratificantes sobre a Ilha⁸³.

Quanto ao clima da Madeira, ao longo do século em estudo, as impressões que os visitantes nos legaram foram deveras favoráveis⁸⁴. A título de exemplo, transcrevemos uma das mais elucidativas:

«Cet isolement au milieu de l'océan lui donne un climat éminemment marin, avec des changements de températures insignifiants, une humidité modérée, des hivers chauds et des étés tempérés. [...] Cette ville est presque l'unique résidence des malades. Elle leur offre les meilleures conditions climatiques, le confort indispensable et les distractions un peu modestes d'une petite ville»⁸⁵.

⁸¹ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 13.

⁸² RENDELL, 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, p. 24; TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 30-31.

⁸³ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], p. 23.

⁸⁴ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], p. 18; GOURLAY, 1811, *Observations on the Natural History, Climate* [...], p. 31; S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], p. 12; DIX, 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 51; GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], p. 16; GOLDSCHMIDT, 1884, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver Et Été*, p. 22.

⁸⁵ GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver*, p. 6.

Existiam outras publicações que forneciam dados específicos sobre o clima, fruto de estudos profundos, as quais optámos por não incluir neste trabalho por não se enquadrem nos nossos objetivos.

Quanto à flora e fauna da Madeira, à semelhança do que aconteceu com os estudos sobre o clima, existiram trabalhos bastante completos. Preferimos analisar as impressões que nos permitiam depreender as sensações dos visitantes perante estes recursos, as quais foram igualmente abonatórias ao longo do século XIX⁸⁶. Destas ressalvamos o testemunho de Pitta, conciso e muito esclarecedor: «Madeira, [...] might justly be termed the Garden of the world»⁸⁷.

Ellen Taylor, em 1882 e na segunda edição do seu livro em 1889, dedicou todo um capítulo à flora e fauna da Madeira, com especial ênfase para os endemismos.

A paisagem foi um outro aspeto muito exaltado durante todo o século⁸⁸, em especial a beleza das noites madeirenses:

«Among the other charms of Madeira, is the beauty of the nights. [...] the stars begin to come out, and the moon, if she is in this part of the heavens, lights up the encircling hills with an effect as beautiful, if not as brilliant, as that which is produced by the glare of mid-day. [...] As the sun went down in the Atlantic, and while the whole west was red and glowing with his beams, the moon was rising over the mountains, and seemed already to have taken full possession of the opposite east; so sudden is the transition from day to night! As I turned from one to the other; I could scarcely believe that I was not under the influence of an optical illusion»⁸⁹.

A citação acima apresentada sobre o impacto da paisagem nos visitantes é particularmente relevante para a confirmação de que ao longo do século sucederam-se diversos elogios ao cenário madeirense, disseminando a ideia de uma Ilha maravilhosa.

No que concerne a História da Ilha, a grande maioria dos autores comentaram a descoberta oficial da Madeira, relacionando-a com a lenda de Robert Machim, em particular os ingleses, dedicando um ou mais capítulos das suas publicações a esta temática.

Um outro recurso, não menos importante: os monumentos. No início do século e nas publicações com finalidades científicas, as alusões aos monumentos são fracas e por

⁸⁶ SPILSBURY, 1807, *Account of a Voyage to the Western Coast of Africa* [...], p. 9; COMBE, 1821, *A History of Madeira* [...], p. 23; DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 71; WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], pp. 92-93; COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* [...], p. 36; TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. x.

⁸⁷ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 59.

⁸⁸ S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], p. 28; HADFIELD, 1854, *Brazil The River Plate, and the Falkland Islands* [...], pp. 68-69; GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], p. 9; GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], p. 62.

⁸⁹ DIX, 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 120.

vezes depreciativas, outras seguiram-se⁹⁰, as quais ofereceram ao leitor uma perspetiva mais aliciante:

«Sé, São Pedro, Sta. Luzia, and Sta. Maria Maior [...], and there are also several important churches and chapels attached to various houses and establishments. [...] The interior of the cathedral is notable chiefly for a decorated roof of native cedar, and though the altars, pictures, and images are poor, the special decorations are effective and full of taste. [...] The Church of the Jesuit College, recently repaired and decorated, has to show some admirable specimens of Madeira wood-work, and profuse ornamentation»⁹¹.

Ao nível dos monumentos, Ellen Taylor referiu os já focados pelos restantes autores, assim como a Igreja Inglesa, os cemitérios e alguns edifícios relevantes (capelas, conventos, igrejas, hospitais, correios, etc.)⁹².

Neste contexto podemos concluir que os visitantes do século XIX não “olhavam” os monumentos existentes na época, como fatores atrativos para a sua deslocação à Ilha.

Um outro fator, a gastronomia, pelo que nos foi possível descobrir, não era apelativo nessa época, embora existam algumas referências positivas, entre elas:

«[...] there is a much better table provided than I ever met with in Spain or Portugal. Fish is very good, and in great variety; poultry is also plentiful. The beef is excellent, from a small breed of mountain cattle [...]. Of game, there is the partridge, with snipes, woodcocks, and quails. [...] Vegetables of all kinds are abundant. [...] Of fruits, besides every kind that I think we have in England, there are the banana, guava, custard-apple, orange, lemon, lime, shaddock, pomegranate, and every description of table grape»⁹³.

No que concerne o Vinho Madeira, é implícito ser considerado como recurso para um grupo de visitantes específicos. Durante o século XIX, os comerciantes ingleses convidaram alguns escritores para conhecerem as suas casas comerciais, os seus vinhos e o método de tratamento. Estes escritores visitaram a Madeira por motivos profissionais. Nas suas publicações, para além das descrições relativas ao Vinho Madeira e às casas comerciais, abordaram nos restantes capítulos das suas publicações, temáticas arroladas com a história, clima, paisagem e outros aspetos relacionados com a Ilha. Estes trabalhos, para além dessas descrições, ostentam ilustrações extraordinárias. No entanto, e dentro deste contexto, somos de opinião que o Vinho Madeira tenha atuado como um forte meio de promoção turística da Madeira.

Um outro recurso, debatido com grande calor pelos visitantes: os passeios, ou melhor, as excursões na Ilha. No início do século as referências são escassas e transmitem

⁹⁰ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, pp. 101-104; S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], pp. 16-23.

⁹¹ GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], pp. 47-49.

⁹² TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 41-56.

⁹³ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], pp. 69-70.

uma ideia pouco aprazível⁹⁴. Essas impressões dos visitantes, ao longo do século sofreram uma forte metamorfose, conforme poderemos aferir através das descrições de diferentes autores⁹⁵, nomeadamente: «Many of the loviest walks in the country are along paths by the side of “levadas”»⁹⁶.

No início do século os passeios resumiam-se ao centro do Funchal e aos arredores próximos, com recurso ao cavalo ou à rede. A partir de 1843, principiámos a encontrar referências a passeios mais extensos e sobretudo ao longo das levadas.

No final do século XIX, Rendell, Lady Brassley e Ellen Taylor dedicaram grande parte das suas publicações à descrição das excursões na Ilha.

Rendell, como passeios terrestres de curta duração sugeriu quinze hipóteses, entre elas, Alegria, Camacha, Monte, Palheiro, Neves, Lazareto, S.^{to} António, S. Martinho, Levada de Santa Luzia e Câmara de Lobos, assim como passeios ao longo das levadas e excursões marítimas. Nas observações de cada passeio, para além do itinerário e da duração, informou o leitor sobre o prazer que o visitante desfrutava ao longo do passeio, aludindo a elementos da paisagem, da natureza, da vegetação, das quedas de água, da orografia, etc.⁹⁷.

Ellen Taylor dedicou um capítulo do seu livro às excursões, subdividindo-as em: “Short Excursions and Rides”, “Excursions of from Three to Fourteen Days” e “Pedestrian Tours”. Nas de curta duração, que oscilavam entre uma hora de passeio a quatro horas e trinta minutos, utilizando os meios de transporte disponíveis, cavalo, rede, etc., encontrámos passeios ao Monte, a S.^{to} António, ao Palheiro e à Camacha⁹⁸.

Nas excursões de um dia (ou de sete a dez horas), Ellen Taylor oferece um plano com diferentes hipóteses: Ribeiro Frio, Grande Curral, Cabo Girão, Ponta do Sol e Lombada por terra ou mar, Pico do Areeiro, Santa Cruz ou Camacha. Quanto à excursão de três a catorze dias, foi apontada como um percurso de catorze dias, em que o turista escolheria a duração do mesmo, tendo a possibilidade de regressar ao Funchal quando desejasse. O início do percurso poderia ocorrer em Santana ou em Santa Cruz, visitando o Pico Ruivo, Boaventura, São Vicente, Ponta Delgada, Rabaçal, Paul da Serra, Seixal e terminando no Funchal. Para além deste apresentou dois planos de excursões com duração de seis dias cada, um para visitar o lado leste e outro para visitar o lado oeste da Ilha. No que concerne

⁹⁴ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], p. 24.

⁹⁵ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 158; WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. v; GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], pp. 13-14; GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D’Hiver*, p. 7; TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. xii.

⁹⁶ RENDELL, 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, p. 42.

⁹⁷ RENDELL, 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, pp. 55-68.

⁹⁸ TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 87-96.

os passeios a pé, foram enumerados doze passeios de um dia, seis de dois dias e três de três dias⁹⁹.

Dos passeios que lemos, optámos por citar a descrição de um passeio ao Rabaçal que julgámos mais explícita, a de Lady Brassey:

«Forty hammock-men with twelve hammocks arrived on board [...] immediately after they had embarked we got up steam and proceeded along the beautiful coast, past Camara de Lobos and Cabo Girão, to Calheta. [...] It was very hot on landing; but we at once got into our hammocks and were carried gaily by the trotting bearers, upwards always upwards, into a cooler air. [...] The passage through the tunnel had been like the touch of a magician's wand. From the barren moor, we had emerged into a sort of semi-tropical Killarney, rain and all, with abrupt precipices and tree-clothed crags on all sides, and ferns and mosses everywhere. [...] And the walls of the levadas; what rare studies of nature they offered! One forgot all sense of danger in gazing on the varied loveliness of the scene; [...] The path along the levada, picturesque though it otherwise was, narrow and slippery, having only a width of one brick for the men to walk on, with often a sheer precipice on one side, hundreds of feet deep, over which the hammock hung perilously when the bearers turned a sharp corner. [...] The rain seemed to fall more and more heavily; and we were not sorry to find the house of one of the Commissioners of Works (to whom we had a letter of introduction) come in sight [...]. We were hospitably received by our host; our drenched clothes were taken to be dried, and a room was given to us in which to spread our lunch [...]. Four of our number preferred, in spite of the deplorable weather, to go on to see the Vinte-cinco Fontes, or Twenty-five Fountains. [...] and how ever our bearers managed to carry us along without letting us roll over the side of the precipice is a mystery to me. Sometimes, too, they had to walk up to their knees in water, in the levada itself. [...] but the beauty of the scenery atoned for all the peril incurred. The twenty-five Fountains [...] consist in reality of one high waterfall, tumbling over a perpendicular precipice [...]. I counted thirty instead of twenty-five «fountains»; and there were numberless small ones besides. [...] As it was, I felt almost as though the scene were too enchanting to be real – that I was in a dream [...]. From this spot we went along another levada to the great Risco fountain, a straight waterfall, rushing over a sheer precipice [...]. Our bearers descended at a tremendous pace; and in an hour and twenty-five minutes from the time of leaving the refuge of Rabaçal we were on board the boat on our way to the yacht, and were soon after steaming away towards Funchal»¹⁰⁰.

Optámos por citar este passeio, uma vez que quando o lemos, as nossas dúvidas dissiparam-se. Nas descrições dos passeios a pé de outros autores, por vezes questionámo-nos sobre a forma como os visitantes os faziam, até que ponto caminhavam ao longo das levadas ou eram transportados em “rede”. Nesta descrição a autora demonstra a sua profunda admiração pela habilidade dos homens que carregavam

⁹⁹ TAYLOR, 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 96-136.

¹⁰⁰ BRASSEY, 1885, *In the Trades, The Tropics* [...], pp. 46-53.

as redes, ao não permitirem que os visitantes caíssem em certos precipícios e ao serem obrigados, em certas partes do percurso, a andar com água até os joelhos.

Ao conjugarmos as descrições de Ellen Taylor com as de Lady Brassley concluímos que os passeios a pé, ao longo das levadas, poderiam ser efetuados pelos visitantes de duas formas, a caminhar ou em “rede”.

Assinale-se que os visitantes, ao longo do século XIX, teceram diversos louvores aos recursos da Ilha¹⁰¹, dos quais realçamos:

«[...] the general influence of Madeira, in the extent and variety of its natural beauty, in grandeur of its scenery, in the vernal freshness of autumn, and the summer characters of winter, in the foreign aspect of things, in the maintenance of accustomed luxury amidst a strange and bounteous profusion, in the facilities which the place affords for general participation in its own peculiar enjoyments, and in the social attitude of the inhabitants. [...] the facility for constant open-air exercise as one of the chief reasons for coming to Madeira, and to this, in combination with other means, we are enabled yearly to trace the happiest results»¹⁰².

Como atrás explicitámos, os recursos turísticos da Madeira no século XIX estavam pouco publicitados, foram sendo descobertos pelos visitantes, com alguma ajuda dos comerciantes ingleses residentes na Ilha, conforme podemos constatar ao longo deste estudo. E, nesta fase, julgamos poder afirmar que os recursos que deliciaram os visitantes na segunda metade do século XIX são os que continuam a deslumbrar os turistas do século XXI.

Infraestruturas e Equipamentos

O cenário da ilha da Madeira, no século XIX, ao nível de portos, facilidades de transporte e meios de transporte interno não pode ser considerado muito atraente.

Desde os primórdios da descoberta da Ilha, a construção de estradas foi um ofício problemático e em certos casos impossível, face aos meios existentes na época e à orografia da Ilha. Em diferentes partes da Ilha os trilhos abertos só permitiam o acesso a pé, com grande dificuldade, e não possibilitavam o acesso a cavalo ou em rede. O transporte marítimo era o meio que estabelecia mais facilmente a comunicação entre as diferentes localidades costeiras.

Com o melhoramento das estradas surgiram meios de transporte terrestre como a corsa, o carro de bois e o carro de cesto.

¹⁰¹ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], pp. vi, 84-85; DIX, 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 200; GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D’Hiver*, p. 22.

¹⁰² DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 157.

Quanto ao porto do Funchal, inicialmente o desembarque fazia-se na praia. Em meados do século XVIII fez-se uma ligação entre um dos ilhéus e a costa e posteriormente construiu-se um pequeno cais de desembarque: Em 1889 concluiu-se a construção do primeiro porto de abrigo com a ligação entre o Ilhéu de S. José e o de N. Senhora da Conceição. Ao longo do século XX sofreu diferentes ampliações e transformou-se no atual porto do Funchal.

No final do século XIX, a carência de infraestruturas era relatada pelos visitantes: «Madeira has no ports, Funchal bay being an open roadstead, exposed to winds from S: to S:W:, which however, blow but a small part of the year; the landing then is difficult, and even at times dangerous, otherwise the bay is quite calm, and the landing safe and easy»¹⁰³.

Ao nível da oferta de alojamento, os dados são escassos, no entanto podemos afirmar que no início do século XIX existiam algumas hipóteses de acomodação, oferecidas pelos comerciantes ingleses residentes na Ilha. Era aconselhado ao visitante ser portador de “cartas de recomendação” dirigidas essencialmente aos comerciantes ingleses para que estes os ajudassem a procurar o alojamento, as quais deveriam ser imediatamente apresentadas na chegada à Ilha¹⁰⁴.

Para além das acomodações facilitadas pelos comerciantes ingleses, temos notícia que em 1801, já existiriam algumas hospedarias e um médico, o Dr. Adams, já havia estabelecido uma casa para o acolhimento dos visitantes doentes¹⁰⁵.

Em 1812, o quadro manteve-se inalterado¹⁰⁶, embora com uma nova alusão: «some families, who intend to reside for a time in the island, bring with them common furniture [...] though houses for temporary residence are not scarce»¹⁰⁷.

As casas que existiam para alugar fora do Funchal, não se encontravam preparadas ao nível de aquecimento, apesar de muitos visitantes as preferirem, motivados pelo clima e pela beleza da paisagem¹⁰⁸.

Em 1819, a oferta começava a adequar-se à procura, graças à iniciativa dos ingleses residentes na Ilha:

«[...] several boarding and lodging houses (the terms of which are from three guineas to four guineas per week, including every expense), are kept for their accommodation by very respectable English people, who, for the most part, have been unfortunate in their

¹⁰³ RENDELL, 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, p. 4.

¹⁰⁴ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 6-11.

¹⁰⁵ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 11-12.

¹⁰⁶ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 120.

¹⁰⁷ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 28.

¹⁰⁸ PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 105.

commercial concerns; and, as here are no bankrupt laws, they have no other resource whereby to obtain a livelihood»¹⁰⁹.

Em 1834, através dos relatos de Driver confirmámos que ainda não existiam hotéis na Ilha e que face à maior afluência de visitantes, os comerciantes ingleses já não os acomodavam nas suas casas, apesar das “cartas de recomendação”¹¹⁰.

Driver ofereceu-nos uma panorâmica das possibilidades de alojamento em 1838, mencionando oito principais hospedarias no Funchal. A par das hospedarias, existia um outro tipo de alojamento: «There are several furnished cottages, or quintas, to be taken for the season, in the neighbourhood of the city, at a rent of from £60 to £200, according to the situation and size of the house»¹¹¹.

Segundo Wilde, em 1840, já existiam hotéis e pensões na Madeira:

«Besides hotels and boarding houses, families (many of whom are now resident here) can purchase houses for the winter season, although at rather a dear rate. These can be had either in the town itself, or in some of the beautiful suburban retreats [...]. Unless for those who go early in the season, it will be necessary to write beforehand, in order to procure good accommodation. So great was the demand last year, that the Portuguese, as might be expected, took advantage of it to raise the prices of their houses»¹¹².

Em 1840, a procura já atingira níveis tão elevados que a reserva de alojamento tornava-se necessária para os que tentassem visitar a Madeira no início da estação, o que nos permite deduzir que já existiria uma época alta e uma época baixa na procura turística da Madeira, refletindo-se nos preços da acomodação.

Conforme já referimos anteriormente, Wilde enaltece as qualidades do clima madeirense na esfera dos climas europeus, bem como a melhoria nas condições de acessibilidade à Ilha, com a introdução dos barcos a vapor¹¹³.

Esta foi uma contribuição fundamental para a melhoria da Oferta Turística da Madeira. Através da literatura de viagens temos conhecimento que na questão do alojamento, a comunidade inglesa, residente na Ilha, desempenhou um papel fundamental desde que a Madeira começou a receber visitantes estrangeiros.

Robert White, no seu livro publicado em 1851, ofereceu-nos um conjunto de dados sobre o alojamento na Madeira que nos permitiu analisar a questão de uma forma mais coerente. De acordo com o autor, em meados do século XIX, o cenário havia mudado substancialmente.

¹⁰⁹ S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], p. 46.

¹¹⁰ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], Appendix n.º 1, p. ii.

¹¹¹ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], Appendix n.º 1, pp. iii-iv.

¹¹² WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], pp. 109-110.

¹¹³ WILDE, 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira* [...], p. 110.

No primeiro quartel do século, existiam apenas uma ou duas pensões com fracas condições e a forma de suprir a falta de alojamento era unicamente compensada pela hospitalidade dos comerciantes Ingleses que recebiam nas suas casas os estrangeiros que lhes haviam sido recomendados. Nessa época o número de visitantes não era comparável ao de meados do século, com chegadas anuais de 300 a 400 pessoas¹¹⁴. Nesta fase, a oferta encontrava-se adequada à procura, quer em número e tipos de alojamento, oferecendo o conforto desejado pelos visitantes, quer também no âmbito da acessibilidade, através de um maior e melhor serviço de transportes marítimos.

White afirmou que o visitante ao chegar ao Funchal, não depararia com qualquer dificuldade em encontrar alojamento: «nearly all the boarding establishments, as well as those termed hotels, will receive passengers for a few days, or till they can decide on, or procure, a permanent residence»¹¹⁵.

Na sua publicação, White ofereceu-nos uma listagem enumerando os diferentes tipos de alojamento, localização e preços, ao longo do século XIX¹¹⁶.

Segundo os dados de White, analisando a oferta de alojamento das Quintas e Casas Mobiladas, podemos concluir que existiam 65 empreendimentos, 75% propriedade de portugueses e 25% de estrangeiros, maioritariamente ingleses.

Quanto aos estabelecimentos hoteleiros, em número menor, a situação era inversa. Dos 17 estabelecimentos (15 Pensões e dois Hotéis), apenas duas pensões pertenciam a famílias portuguesas.

Desta análise podemos concluir que em meados do século XIX, a oferta de alojamento na Madeira já não se encontrava exclusivamente no domínio dos ingleses e que o turismo de qualidade começava a caminhar a passos largos, algum na mão dos portugueses.

Se em 1851 existiam cerca de 82 empreendimentos dedicados ao alojamento dos visitantes, oito anos mais tarde o número já excedera os 100¹¹⁷.

Ao longo do século as menções ao alojamento mantiveram-se inalteradas.

Ellen Taylor, na 2.^a edição revista do seu livro publicado em 1889, aconselha aos visitantes cinco hotéis; três, propriedade de Mr. Reid: o Hotel Santa Clara, o Hotel do Carmo, o Deutsches Hotel Hortas; sendo os restantes dois: Jone's Private Family Hotel (Hotel "Bella Vista") e Cardwell's Hotel. Para além destes cinco hotéis, nomeia quatro pensões¹¹⁸.

¹¹⁴ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 101.

¹¹⁵ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 109.

¹¹⁶ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, pp. 111-112, 188-190.

¹¹⁷ GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère [...]*, pp. 11-12.

¹¹⁸ TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It [...]*, pp. 14-17.

Ellen Taylor elucidou-nos igualmente sobre as “*Country Inns*”, localizadas na parte norte da Ilha, nas quais incluía uma casa do governo no Rabaçal, para a qual os turistas teriam de pedir autorização às entidades governamentais¹¹⁹.

Para além destas hipóteses continuavam a subsistir as “*Furnished Houses*”, situadas, quer no Funchal, quer no meio rural¹²⁰.

Fátima Gomes, num artigo sobre Hotéis e Hospedarias na Madeira entre 1891 e 1901, reclama a carência de dados estatísticos e exhibe uma listagem dos estabelecimentos hoteleiros que haviam registado uma licença para “ter porta aberta”, acentuando que a tipologia havia sido “registada de forma imprecisa”. Da análise dessa listagem verificámos que dos 22 proprietários que solicitaram licenças no período referenciado, 15 eram portugueses e 7 estrangeiros. Saliente-se que William Reid solicitou licença para 7 empreendimentos enquanto os restantes só a solicitaram para um único empreendimento. Através dessa listagem não é possível descortinar as denominações dos empreendimentos, apenas a identificação dos proprietários e a localização dos mesmos¹²¹.

Sabemos que em 1891, o Reid New Hotel já estava construído¹²², segundo Walter Minchinton, a família Reid, teve um papel de destaque na construção do melhor hotel da Ilha entre 1889 e 1891¹²³.

Em conformidade com o atrás explicitado podemos afirmar que os comerciantes ingleses residentes na Madeira desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento do Turismo na Ilha, tendo sido os principais impulsionadores do investimento na construção de diferentes tipos de alojamento para acomodar os visitantes que desejassem permanecer na Ilha por algum tempo.

Entretenimento

No que respeita ao entretenimento, o quadro madeirense foi encarado como muito incompleto ao longo do século XIX, embora no início do século alguns autores encontrassem vantagens nessa conjuntura.

No início do século as opiniões foram expressas de forma radical: «There are no places of public amusement [...]. The principal amusement of the place is riding on horseback on paved roads»¹²⁴, factor deveras elucidativo da condição vivida.

¹¹⁹ TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 17-19.

¹²⁰ TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], pp. 20-21.

¹²¹ GOMES, 1989, «Hotéis e Hospedarias (1891-1901)», pp. 170-176.

¹²² ALBIZZI, 1891, *Madère Guide Pratique pour Malades et Touristes*, p.30.

¹²³ MINCHINTON, 1990, «Britain and Madeira to 1914», p. 518.

¹²⁴ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 12-13.

A questão da falta de entretenimento era aceite, uma vez que a saúde era mais importante e era motivo suficiente para perdoar essa imperfeição, embora a contemplação da Natureza fosse considerada uma forma de solucionar o problema:

«[W]hoever resorts to Madeira, should go there in pursuit of health; for neither the climate, the country, nor the characters of the inhabitants, however amiable, are sufficient to divert that ennui which the long residents of a busy metropolis and a colder climate must always feel from the sameness of every succeeding object. But while health, the first of all blessings, is the end in view, every other consideration will subside [...] but, without some pursuit, paradise itself (and such Madeira may in many respects be stilled) would become vapid and tedious, unless the whole man be absorbed in the contemplation of Nature and her works»¹²⁵.

O sentimento permaneceu durante o primeiro quartel do século XIX, uma vez que o entretenimento para os madeirenses assentava essencialmente nas festividades religiosas¹²⁶.

Em 1821 encontrámos um parecer mais agradável, fruto do principiar da descoberta da beleza da Ilha: «There are several delightful rides within the environs of Funchal»¹²⁷, embora persistissem algumas críticas, em parte minimizadas pela hospitalidade inglesa¹²⁸.

Em 1834, John Driver ofereceu-nos outra perspetiva, apesar de continuar a reclamar a carência de entretenimento, de cafés e o facto de o Teatro ter sido demolido¹²⁹.

Por outro lado, John Driver enaltece a escassez de entretenimento face ao tipo de visitantes da Ilha, sendo a maioria composta por doentes, o descanso era imprescindível: «it is, probably, a fortunate circumstance for invalids, that there are no public places of amusement in Funchal; for a sick person ought certainly to have nothing to do with crowded parties, theatres, &c.»¹³⁰. Até 1870, esta ideia é partilhada por outros visitantes¹³¹.

John Driver tendo visitado a Ilha por motivos de saúde, foi um visitante ativo, um verdadeiro turista, que desejou conhecer a Madeira em todo o seu esplendor, tendo efetuado diferentes passeios pela Ilha, participou igualmente em dois eventos: uma corrida de cavalos e uma mostra da flora e de horticultura madeirense¹³².

Cooper, em 1840, descreve um ambiente ligeiramente diferente e melhorado:

a) «At present there is no theatre or other place of public amusement in the town. [...] The British merchants have established a library and reading rooms, to which visitors are

¹²⁵ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 29-30.

¹²⁶ S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], pp. 39-40.

¹²⁷ COMBE, 1821, *A History of Madeira* [...], p. 47.

¹²⁸ COMBE, 1821, *A History of Madeira* [...], p. 52.

¹²⁹ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], pp. 12-13.

¹³⁰ DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 83.

¹³¹ COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* [...], pp. 24-25; DIX, 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 89; GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], pp. 57-58.

¹³² DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], pp. 31-51.

admitted by ballot. The subscription is fifteen dollars for six months, and the leading English newspapers and Periodicals are taken in. There is also a Portuguese Club, to which visitors are admitted upon the same terms as to the English rooms. During the winter months there are balls, which are generally numerously attended by both British and Portuguese»¹³³;

b) «The Funchal Club give a ball at their rooms every month during the season, and very agreeable they are; for that is one of the few occasions when the English and Portuguese are brought together; [...] these balls are a very agreeable exception to the dull monotony of Funchal life, and are looked forward to by all parties with the greatest interest»¹³⁴.

Em 1850, para além dos entretenimentos focados anteriormente, surgem menções a concertos¹³⁵ e a piqueniques em terra ou no mar¹³⁶.

Robert White, no âmbito da literatura de viagens que pesquisámos, foi o único que referiu uma outra forma dos visitantes da Madeira, ocuparem o seu tempo livre, efectuando uma viagem de ida e volta a Canárias, com a duração de uma semana a dez dias, nos meses de janeiro ou fevereiro¹³⁷.

Em 1870, embora as observações continuassem consistentes com as anteriores, deparámo-nos com um outro detalhe, o entretenimento privado: «Private entertaining is marked by an enduring sucession of dinners, luncheons, croquet parties, and pic-nics, interspersed occasionally with balls, music, &c. [...] Life in Madeira is essentially spent out of doors by all classes»¹³⁸.

Em 1889, Ellen Taylor corroborou a ideia do entretenimento privado, principalmente na esfera dos ingleses residentes na Ilha:

«Amusements, in the usual acceptance of the word, are no doubt limited. Balls, dancing-parties, dinners, and picnics occur seldom. Nevertheless, the social life in Madeira amongst the English is pleasant and easy, as frequent luncheon, and afternoon lawn tennis, and occasional musical parties make an agreeable variety to the every-day round, which to many, away from their usual pursuits, is apt to become monotonous. Picnic-parties are easily arranged and make a very agreeable variety [...]. The collector of ferns, lichens, and mosses will find ample employment and amusement [...]»¹³⁹.

Em certa medida pareceu-nos óbvio que o entretenimento na Madeira oitocentista era limitado. Ao longo do século alguns desafios foram superados, fruto da evolução da época e da alteração da procura turística, permitindo que os recursos turísticos da Ilha fossem suplantando a carência deste tipo de entretenimento.

¹³³ COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* [...], pp. 20-21.

¹³⁴ COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* [...], pp. 48-50.

¹³⁵ DIX, 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 72.

¹³⁶ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 125.

¹³⁷ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 126.

¹³⁸ GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], pp. 57-58.

¹³⁹ TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. xiv.

Hospitalidade e Acolhimento

Pelo estudo elaborado, apurámos que a hospitalidade, desde tempos remotos esteve presente como característica inseparável do Turismo na Madeira.

As referências à hospitalidade dos madeirenses e dos ingleses residentes na Ilha multiplicaram-se na literatura de viagens, ao longo do século em estudo¹⁴⁰. Para evitar desmedidas repetições, optámos por transcrever algumas citações, as que julgámos mais esclarecedoras:

- a) «[...] in the country the people are extremely hospitable, and will not accept any return for the little assistance they may render a stranger»¹⁴¹;
- b) «No nation is posses of more elegant manners, with a greater degree of courteousness, condescension, and contentment, than the Portuguese [...] to strangers particularly, their kindness and generosity overflow»¹⁴²;
- c) «Tout le monde parle français et entoure de vives sympathies les Français qui viennent pour l’hiver à Funchal»¹⁴³;
- d) «Courtesy and kind-heartedness are the great characteristics in all classes»¹⁴⁴.

Entre as diferentes observações também nos deparámos com algumas opiniões depreciativas. Essas criticavam o tipo de personalidade dos madeirenses e a ignorância patente em algumas classes sociais, embora o mesmo autor ao referir-se à questão da hospitalidade partilhasse das opiniões acima apresentadas.

A questão do acolhimento foi outra cujos louvores avultaram nos testemunhos escritos dos visitantes do século XIX.

No início do século, o procedimento usual dos visitantes aquando da sua chegada à Ilha, após obterem a permissão de entrada, era deixarem as suas bagagens nas embarcações e dirigirem-se de imediato aos comerciantes ingleses, com as suas “cartas de recomendação”, a quem solicitavam ajuda. Os comerciantes poderiam acomodá-los nas suas residências ou indicar-lhes onde poderiam obter alojamento, ajudando-os nas formalidades alfandegárias. Normalmente ocupavam-se das bagagens, fazendo-as chegar ao local onde o visitante já se encontrava alojado¹⁴⁵.

¹⁴⁰ S.A., 1801, *A Guide to Madeira* [...], pp. 27-30; PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 120; S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira* [...], p. 31; DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* [...], p. 84; WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, p. 35; GARNIER, 1859, *Itinéraire de Paris à Madère* [...], p. 15.

¹⁴¹ SPILSBURY, 1807, *Account of a Voyage to the Western Coast of Africa* [...], p. 9.

¹⁴² GOURLAY, 1811, *Observations on the Natural History, Climate* [...], pp. 29-30.

¹⁴³ GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D’Hiver*, p. 6.

¹⁴⁴ TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. 58.

¹⁴⁵ GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* [...], pp. 63-64; GOLDSCHMIDT, 1880, *Madère Étudiée Comme Station D’Hiver*, p. 25; TAYLOR, 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It* [...], p. 14.

A partir do momento em que o turismo se desenvolveu, surgiram os “intermediários” que se deslocavam às embarcações para receber os visitantes e ajudá-los em todo o processo. Os intermediários eram os proprietários dos estabelecimentos hoteleiros ou um seu representante.

Os intermediários, atualmente designados por “agentes de viagem”, tinham por missão informar o visitante sobre quintas e vilas para alugar. White, em 1851, nomeou três agentes: o proprietário do «balneário», junto ao estabelecimento de S. Wilkinson e outros dois, nas mercearias dos Senhores Wilkinson e Payne¹⁴⁶.

Com base no descrito é lícito afirmarmos que a procura desempenhou um papel primordial no turismo. Gunn é de opinião que «só havendo pessoas com vontade de viajar é que se pode conceber o desenvolvimento da actividade turística»¹⁴⁷. O quadro exposto ilustra vivamente esta afirmação.

Conclusão

O Turismo de Saúde na Madeira oitocentista foi um acontecimento de grande importância, sublinhado pela metamorfose, ocorrida nos finais do século, para um Turismo de Recreio.

As ocorrências do século XIX cumpriram um papel crucial no aperfeiçoamento da atividade turística na Ilha.

As classificações das viagens turísticas, à luz dos conceitos atuais, na primeira metade do século prevaleceram as intituladas “Saúde e Cuidados Médicos”, “Negócios e Motivos Profissionais” e “Trânsito”. Na segunda metade do século mantiveram-se as anteriormente focadas e embora a procura tenha lentamente alargado os seus horizontes, nos finais da centúria as viagens classificadas como “Férias, Lazer e Recreação” iniciaram um percurso que culminou no seu perfeito desenvolvimento durante o século XX.

Quanto às denominações de Viajante, Visitante e Turista, face aos conceitos atuais e subjacente ao exposto no presente estudo, podemos afirmar que a maioria dos Visitantes do século XIX foram “Turistas”, uma vez que se deslocavam para fora do seu ambiente habitual, por períodos inferiores a 12 meses, estando o motivo principal da sua deslocação, alheio ao exercício de uma atividade lucrativa principal e que praticavam diferentes atividades no local visitado.

¹⁴⁶ WHITE, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, pp. 112-113.

¹⁴⁷ GUNN, 1988, *Tourism Planning*, p. 45.

Demonstrámos que os “doentes”, que visitaram a Ilha, usufruíram dos seus recursos turísticos, através de passeios de barco, rede, etc. e participaram em piqueniques, bailes, eventos e outras atividades de carácter lúdico.

No que concerne os fatores que influenciaram a procura turística, realçamos as motivações e necessidades dos visitantes, assim como a distância da Ilha face aos centros emissores de turistas.

O alojamento não foi um fator de grande relevância, os turistas chegavam sem alojamento confirmado, na sua bagagem transportavam apenas cartas de recomendação dirigidas aos comerciantes ingleses que prontamente intercediam em seu favor. No final do século, apesar do alojamento se ter adequado à procura, os turistas continuaram a chegar sem reserva antecipada, plenamente confiantes de que encontrariam na Ilha alguém que os ajudaria a solucionar a questão.

Quanto à acessibilidade e aos transportes, o respetivo papel foi crucial. O Turismo desenvolveu-se a par da evolução destes dois fatores, sem os quais, por muita vontade e interesse que existisse por parte dos turistas, não teriam conseguido atingir os seus objetivos.

Em certa medida pareceu-nos óbvio que o entretenimento na Madeira Oitocentista era limitado. Ao longo do século alguns desafios foram superados, fruto da evolução da época e da alteração da procura turística, permitindo que os recursos turísticos da Ilha fossem suplantando a carência deste tipo de entretenimento.

As referências à hospitalidade dos madeirenses e dos ingleses residentes na Ilha multiplicaram-se na literatura de viagens, ao longo do século em estudo.

De acordo com a análise realizada, os principais pilares responsáveis pela evolução da atividade turística na Madeira Oitocentista, foram os recursos turísticos da Ilha. Num primeiro momento foi o clima, independentemente das condições de nível de transportes, acessibilidade, infraestruturas, equipamentos, etc. Num segundo momento, o clima, coadjuvado pelos restantes recursos naturais da Ilha, pela promoção dos próprios visitantes e pela melhoria da oferta propiciaram o progresso do Turismo na Madeira.

Temos consciência de que não esgotámos esta temática e perante a quase inexistência de estudos, neste âmbito, julgamos pertinente elaborar o presente trabalho que esperamos venha a tornar-se útil para todos os que até a data têm sentido essa necessidade de informação.

Referências Bibliográficas

- ALBIZZI, Le Marquis Degli, 1891, *Madère Guide Pratique pour Malades et Touristes*, Zurich, Orrel Fussil & Co.
- AMORIM, Diogo Pacheco de, 1937, *Relações Comerciais de Portugal com a Inglaterra*, Typ. Popular, Figueira da Foz.
- ANSON, G., 1749, *A voyage round the world, in the years MDCCXL, I, II, III, IV*. London, John and Paul Knapton.
- AZEVEDO, Pedro, 1927, *História da Diplomática em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BIDDLE, Anthony J. Drexel, 1900, *The Madeira Islands*, London, Hurst & Blackett.
- BLOXAM, J. M., 1855, *The Climate of the Island of Madeira, or the Errors & Misrepresentations on this Subject contained in a Recent Work on Climate by T. H. Burgess, M. D., considered in A Letter addressed to George Lund*, London, M. D. T. Richards.
- BOWDICH, T. Edward, 1825, *Excursions in Madeira and Porto Santo during the Autumn of 1823*, London.
- BRASSEY, Lady Anne, 1885, *In the Trades, The Tropics, & The Roaring Forties*, London, Longmans, Green, & Co.
- CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CÂMARA, Paulo Perestrello da, 1841, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira ou Memórias sobre a sua geographia, Historia, Geologia, Topographia, Agricultura, Commercio, etc.*, Lisboa, Typographia das Bellas Artes.
- CHAVES, Castelo Branco, 1987, *Os Livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, 2.ª ed., Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with A Series of Twenty-seven coloured Engravings, Illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of that Island*, London, R. Ackermann.
- COOK, Chris, 1999, *Britain in the Nineteenth Century 1815-1914*, London and New York, Longman.
- COOPER, William White, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira, with a description of Tenerife, Lisbon, Cintra, Mafra, etc. and a Vocabulary of the Portuguese and English Languages*, London, Smith, Elder and Co.
- CORVO, João Andrade, 1854, *Memórias sobre as Ilhas da Madeira e Porto-Santo*, Memória I, Funchal.
- COSSART, Noël, 1984, *Madeira the Island Vineyard*, London, Christie's Wine Publications.
- CROFT-COOKE, Rupert, 1961, *Madeira*, London, Putnam & Company Limited.

- CUNHA, Licínio, 1997, *Economia e Política do Turismo*, Portugal, McGraw-Hill.
- CUNHA, Licínio, 2007, *Introdução ao Turismo*, 3.^a ed., Lisboa e São Paulo, Verbo.
- DIX, J. A., 1850, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, New York, William Holdredge.
- DRIVER, J., 1838, *Letters from Madeira in 1834; with an Appendix, Illustrative of the History of the Island, Climate, Wines, and other information up to the year 1838*, London, Longman.
- DRUMMOND DE MENEZES, Sérvulo, 1849-50, *Uma época administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, Funchal, Typ. Nacional.
- DYSTER, F. D., 1854, *Madeira as a Residence for Invalids: with a series of Meteorological Observations made in the Island*, London, T. Richards.
- FAIRPLAY, 1850, *Suum Cuique*, London, Francis & John Rivington.
- FERNANDES, Julieta et al., 1982, *Os Transportes na Madeira*, Funchal, DRAC.
- FERRAZ, Maria Lourdes F., 1994, *Dinamismo Sócio-Económico do Funchal na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- GARNIER, P., 1859, *Itinéraire de Paris à Madère, par le docteur P. Garnier*, Paris, J. B. Baillière et Fils.
- GOLDSCHMIDT, J., 1880, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver*, Paris, Adrien Delahaye et Émile Lecrosnier, Éditeurs.
- GOLDSCHMIDT, J., 1884, *Madère Étudiée Comme Station D'Hiver Et Été*, Paris, Adrien Delahaye et Émile Lecrosnier, Éditeurs.
- GORDON, Sir. Charles Alexander, 1894, *The Flower of the Ocean, the Island of Madeira: a resort for the invalid; a field for the naturalist*, London, Baillière & Co.
- GOURLAY, W., 1811, *Observations on the Natural History, Climate and Diseases of Madeira, during a period of Eighteen Years*, London, J. Callow, Medical Bookseller.
- GRABHAM, Michael C., 1870, *The Climate and Resources of Madeira, as Regarding Chiefly the Necessities of Consumption and the Welfare of Invalids*, London, John Churchill & Sons.
- GREGORY, Desmond, 1988, *The Beneficent Usurpers, A History of the British in Madeira*, London and Toronto, Associated University Presses.
- GUNN, Clark, 1988, *Tourism Planning*, New York, Taylor & Francis.
- HADFIELD, W., 1854, *Brazil The River Plate, and the Falkland Islands; With the Cape Horn Route to Australia. Including Notices of Lisbon, Madeira, The Canaries, and Cape Verds*, London, Longman, Brown, Green, and Longmans.
- HALL, C. M., WILLIAMS, A. M. e LEW, A. A., 2004, *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

- HARCOURT, Edward Vernon, 1851, *A Sketch of Madeira: containing Information for the Traveller, or invalid Visitor*, London, John Murray.
- HODGSON, Studholme Captain, 1838, *Truths from the West Indies including a sketch of Madeira in 1833*, London, William Ball.
- INE, 2017, *Estatísticas do Turismo 2016*, disponível em <https://www.ine.pt>, consultado em 2018-07-03.
- JOHNSON, James Yate, 1885, *Madeira its Climate and Scenery. A Handbook for Invalid and other Visitors with Chapters on the Fauna, Flora, Geology and Meteorology*, London, Dulau & Co.
- KOEBEL, William, 1909, *Madeira, Old and New*, London, Francis Griffiths.
- LAMAS, Maria, 1956, *Arquipélago da Madeira Maravilha Atlântica*, Funchal, Eco do Funchal.
- LETHBRIDGE, Alan, 1924(?), *Madeira, Impressions and Associations*, London, Methuen & Co. LTD.
- LYRA, Manuel Inisio da Costa, 1888, *Propostas Apresentadas na Comissão de Inquerito creada para Estudar as Causas da Crise Economica da Madeira*, Funchal, Typ. Esperança.
- MANSON, J., 1850, *A Treatise on the Climate and Meteorology of Madeira*, London, John Churchill.
- MARSH, A. E. W., 1892, *Holiday Wanderings in Madeira*, Sampson Low, London, Marston & Company.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994, *As Crises de Subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Caminho.
- NICHOLAS, Elizabeth, 1953, *Madeira and the Canaries*, London, Hamish Hamilton.
- PICKEN, Andrew, 1842, *Madeira illustrated*, Fac-símile da 2.^a ed. de Londres, Day & Haghe, ed. James Macaulay, 1991, Porto, Litografia Nacional.
- PIMENTA, Alfredo, 1942, *Estudos Históricos – XVIII Para a História das relações entre Portugal e a Inglaterra*, 4.^a ed., Lisboa, Edição do Autor.
- PIO, Manuel Ferreira, 1992, *O Monte, Santuário Votivo da Madeira*, 3.^a ed., Funchal, Junta de Freguesia do Monte.
- PITTA, Nicolau Bettencourt, 1812, *Account of the Island of Madeira*, London, Longman.
- RENDELL, J. M., 1881, *Concise Handbook of the Island of Madeira*, London, Kegan Paul & CO.
- RIBEIRO, Emanuel, 1936, *Terra Nossa*, Porto, Maranus.
- RIBEIRO, Vitor, 1917, *Privilégios de Estrangeiros em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- ROY, Nash, 1990, *Scandal in Madeira*, Great Britain, Antony Rowe.
- S.A., 1801, *A Guide to Madeira: Containing a Short Account of Funchal, with Instructions to such as Repair to that Island for Health*, London, T. N. Longman and O. Rees, Paternoster-Row.

- S.A., 1819, *An Historical Sketch of the Island of Madeira; Containing an account of its Original Discovery and First Colonization; Present Produce; State of Society and Commerce*, London, F. S. Hopkins.
- S.A., 1827, *Rambles in Madeira and in Portugal*, London, C. & J. Rivington.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1951, *Fasquias & Ripas da Madeira*, 2.^a ed., Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1952, *Ensaio Históricos da Minha Terra*, 3.^o vol., 2.^a ed., Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1947, *Ensaio Históricos da Minha Terra*, 2.^o vol., 2.^a ed., Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SERRÃO, Joel (dir.), 1975, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Liv. Figueirinhas.
- SHAW, L. M. E., 1998, *The Anglo-Portuguese Alliance and The English Merchants in Portugal 1654 – 1810*, United Kingdom and USA, Ashgate.
- SHILLINGTON, V. M. e CHAPMAN, A. B. Wallis, 1907, *The Commercial Relations of England and Portugal*, London, George Routledge & Sons.
- SILBERT, Albert, 1997, *Un Carrefour de l'Atlantique: Madère (1640-1820)*, Funchal, SRTC, CEHA.
- SILVA, Iolanda et al., 1985, *A Madeira e o Turismo, Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, SRTCE, DRAC.
- SILVA, J. Donald, 1987, *A Bibliography on the Madeira Islands*, Essays in Portuguese Studies, University of New Hampshire, International Conference Group on Portugal.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da e MENEZES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense*, Fac-símile da edição de 1946, Funchal, SRTC, DRAC.
- SIMÕES, Álvaro et al., 1983, *Transportes na Madeira*, Funchal, DRAC.
- SMITH, Adam, 1999, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, trad. Luís Cristóvão de Aguiar, 3.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOUSA, João José Abreu de, 1989, *O Movimento do Porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810, Alguns Aspectos*, Funchal, DRAC.
- SPILSBURY, F., 1807, *Account of a Voyage to the Western Coast of Africa, performed by His Majesty's Sloop Favourite, in the year 1805*, London, Richards Phillips.
- STAUTON, G., 1797, *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, London, G. Nicol, Bookseller to his Majesty.
- TAYLOR, E., 1882, *Madeira: Its Scenery and How To See It. With Letters of a Year's Residence and Lists of the Trees, Flowers, Ferns, and Seaweeds*, London, Edward Stanford.
- TAYLOR, E., 1889, *Madeira: Its Scenery and How To See It. With Letters of a Year's Residence and Lists of the Trees, Flowers, Ferns, and Seaweeds*, 2.^a ed., London, Edward Stanford.

- TRIGO, Adriano A. e TRIGO, Annibal A., 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, T. Esperança.
- UNWTO, 2016, *International Recommendations for Tourism Statistics 2008 Compilation Guide*, disponível em http://statistics.unwto.org/content/irts2008_cg, consultado em 2018-06-03.
- VIEIRA, Alberto, 1993, *História do Vinho da Madeira Documentos e textos*, Funchal, CEHA.
- VIZETELLY, Henry, 1880, *Facts about Port and Madeira with notices of the wines vintaged around Lisbon, and the wines of Tenerife*, London, Ward, Lock, and Co.
- WATKIN, David, 2002, *English Architecture*, London, Thames & Hudson Ltd.
- WHITE, Robert, 1851, *Madeira its Climate and Scenery*, London, Cradock & Co.
- WILDE, W. R., 1840, *Narrative of a Voyage to Madeira, Tenerife and along the shores of the Mediterranean, including a visit to Algiers, Egypt, Palestine, Tyre, Rhodes, Telmessus, Cyprus, and Greece*, Dublin, Longman.
- WILSON, Richard and MACKLEY, Alan, 2000, *Creating Paradise, The Building of the English Country House 1660-1880*, London and New York, Hambledon & London.
- WOODCOCK, Thomas and ROBINSON, John Martin, 1988, *The Oxford Guide to Heraldry*, New York, Oxford University Press.

Artigos e Revistas

- CARITA, Rui, 1987, «Andrew Picken e a Madeira», in *Revista Atlântico*, n.º 10, Funchal, pp. 107-110.
- CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, 1989, «Testemunhos de Viajantes Ingleses sobre a Madeira», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*, Funchal, GRM, SRTCE, DRAC, pp. 198-246.
- GOMES, Fátima Freitas, 1989, «Hotéis e Hospedarias (1891-1901)», in *Revista Atlântico*, n.º 19, Funchal, pp. 170-176.
- HALL, C. M., WILLIAMS, A. M. e LEW, A. A., 2004, «Turismo: Conceitos, Instituições e Temas», in LEW, Alan A., HALL, C. Michael e WILLIAMS, Allan M. (coord.), *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 23-41.
- MARQUES DA SILVA, António Ribeiro, 1990, «Os inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O domínio inglês», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 469-475.
- MECKERCHER, Bob, LEW, Alan, 2004, «Correntes Turísticas e Distribuição Espacial dos Turistas», in LEW, Alan A., HALL, C. Michael e WILLIAMS, Allan M. (coord.), *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 57-70.

- MINCHINTON, Walter, 1990, «British Residents and their Problems in Madeira before 1815», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 477-492.
- MINCHINTON, Walter, 1989, «Britain and Madeira to 1914», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*, Funchal, GRM, SRTCE, DRAC, pp. 489-523.
- MORGAN, Nigel, 2004, «Problematizar a Promoção de Lugares», in LEW, Alan A., HALL, C. Michael e WILLIAMS, Allan M. (coord.), *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 201-211.
- ROBINSON, Mike, 2004, «Narrativas de Estar Noutra Sítio: Turismo e Literatura Turística», in LEW, Alan A., HALL, C. Michael e WILLIAMS, Allan M. (coord.), *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 341-353.
- S.A., s.d., «The Literature of Travel, 1700-1900», in *The Cambridge History of English and American Literature*, vol. XIV, disponível em <http://www.bartleby.com>, consultado em 2018-05-21.
- SARMENTO, Alberto Artur, s. d., «Madeira 1801 a 1802, 1807 a 1814, Notas e Documentos», Funchal, Separata do Diário de Notícias.
- SMITH, Stephen, 2004, «A Dimensão do Turismo Global: Velhos Debates, Novos Consensos e Desafios Contínuos», in LEW, Alan A., HALL, C. Michael e WILLIAMS, Allan M. (coord.), *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 45-55.
- VIEIRA, Alberto (coord.), 2010, *História da Cidade do Funchal: Economia de uma Cidade Portuária*, disponível em <http://www.calameo.com/books/0000104920e3a2093b487>, consultado em 2018-05-20.
- VIEIRA, Alberto, 2008, «A História do Turismo na Madeira. Alguns Dados para uma Breve Reflexão», in *TURISMO Revista de la Escuela Universitaria de Turismo Iriarte*, Puerto de la Cruz, Tenerife, pp. 95-117.

A Ilha da Madeira como Centro de Tratamento de Doenças Pulmonares em Meados do Século XIX

Madeira Island as Center for the Treatment of Pulmonary Diseases in the Mid-19th Century

*Ismael Cerqueira Vieira*¹

Resumo

A revolução microbiológica dos finais do século XIX produziu uma profunda mudança não só ao nível da patologia, da clínica e da terapêutica das doenças crónicas e infetocontagiosas como também ao nível da epidemiologia e da medicina preventiva. Neste contexto o estudo das doenças e a sua relação com o ambiente ocuparam uma posição central. Se bem que o ponto de partida do enfoque ecológico havia sido o tratado hipocrático sobre os ares, as águas e os lugares – inspirando uma tradição ambientalista que se manteve por mais de dois milénios – a medicina do século XIX começou a olhar novamente para a geografia e para o ambiente como fatores condicionantes das doenças.

A ilha da Madeira, com o seu clima muito particular, começou a ser falada ao nível internacional nos finais do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX como o lugar ideal para o tratamento de doenças do aparelho respiratório como a tuberculose, a pneumonia, a pleurite ou a bronquite. A temperatura amena, a boa insolação, a geografia marítima e montanhosa, a barometria depressiva e a higrometria foram fatores estudados e destacados pela comunidade médica nacional e internacional como ótimos para o tratamento dessas doenças.

Com este trabalho pretende-se em primeiro lugar contextualizar do ponto de vista ambiental e climático as particularidades da ilha da Madeira de forma a justificar a sua procura como estância climatoterapêutica durante várias décadas, com base nos estudos médicos da

¹ Investigador Integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» – CITCEM – (Universidade do Porto) e colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20 – (Universidade de Coimbra), Doutor em História pela Universidade do Porto. Dedicou-se ao estudo da história da saúde e da história social da Medicina da época moderna e contemporânea. Laureado com vários prémios académicos, destaca-se por ter vencido em 2017 o Prémio Calouste Gulbenkian de História Moderna e Contemporânea de Portugal atribuído pela Academia Portuguesa da História & Fundação Calouste Gulbenkian. *Email*: ivieira@letras.up.pt.

ilha entre os finais do século XVIII até meados do século XIX. Em segundo lugar pretende-se mostrar como foi feito o aproveitamento terapêutico do clima madeirense, através da sua institucionalização por meio do Hospício do Funchal, o primeiro hospital em Portugal dedicado ao tratamento de doenças pulmonares.

Para tal utilizamos documentos da época como os manuais médicos, teses médicas e artigos de periódicos que nos permitem acompanhar as ideias e justificações médicas para a procura e aproveitamento terapêutico dos elementos do clima madeirense para o tratamento de doenças pulmonares.

Palavras-chave: Madeira; Portugal; Hospital; Climatoterapia; Hospício do Funchal; Tuberculose; Doenças Pulmonares.

Abstract

The microbiological revolution of the late 19th century produced a profound change not only in the pathology, in the clinic and in the treatment of chronic and contagious diseases, but also in epidemiology and preventive medicine. In this context, the study of diseases and their relation to the environment occupied a central position. Although the starting point of the ecological approach was the Hippocratic treatise on airs, water and places – inspiring an environmentalist tradition that remained for more than two millennia – 19th century medicine began to look again at geography and the environment as disease conditioning factors.

The island of Madeira with its very particular climate began to be spoken at the international level in the late 18th century and during the first half of the 19th century as the ideal place to treat diseases of the respiratory system such as tuberculosis, pneumonia, pleuritis or bronchitis. The mild temperature, the good insolation, the maritime and mountainous geography, the depressive barometry and the hygrometry were factors studied and highlighted by the national and international medical community as excellent for the treatment of these diseases.

With this work we intend at first contextualize from the environmental and climatic point of view the particularities of the island of Madeira to justify its search as a climatotherapeutic resort for several decades, based on the medical studies of the island between the end of the 18th century until the mid-19th century. Secondly, we intend to show how the therapeutic use of Madeira climate was achieved, through the institutionalization of the Funchal Hospice, the first hospital in Portugal dedicated to the treatment of pulmonary diseases.

For that we use documents of the time such as medical manuals, medical theses and periodicals articles that allow us to follow the ideas and medical justifications for the search and therapeutic use of the elements of the Madeira climate for the treatment of pulmonary diseases.

Keywords: Madeira; Portugal; Hospital; Climatotherapy; Funchal Hospice; Tuberculosis; Pulmonar Diseases.

Introdução

«Passámos a grande Ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assi se chama;
Das que nós povoámos a primeira,
Mais célebre por nome que por fama.
Mas, nem por ser do mundo a derradeira,
Se lhe aventajam quantas Vénus ama;
Antes, sendo esta sua, se esquecerá
De Cipro, Gnido, Pafos e Citera.»

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V

Dos inúmeros debates historiográficos levados a cabo no século XX, aparece na década de 1970 a chamada Nova História. À história dos acontecimentos à maneira de Ranke ou de Langlois & Seignobos, no século XIX, sucedeu uma história dos *Annales* que tinha no centro das preocupações os problemas e as estruturas, colhendo muito dos contactos e interfaces com outras ciências como a sociologia ou a economia. A história dos *Annales*, rejeitava «a história factual, biográfica, historicizante, a erudição monográfica, o corporativismo ciumento e deliberadamente imperialista dos historiadores do *establishment* universitário»². A esta nova forma de fazer história impulsionada por Marc Bloch e Lucien Lefebvre, que integra desde a década de 1930 novos objetos, emerge nos anos 70 do século passado o movimento da Nova História, com Jacques Le Goff à cabeça, que numa coleção maciça de ensaios traz para o campo historiográfico novos problemas, novas abordagens e novos objetos³. A dita Nova História começou a interessar-se por (virtualmente) toda a atividade humana – a infância, a morte, o clima, os odores, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, etc.⁴ – ampliando significativamente os objetos da História, mas também adotando uma nova abordagem que não se limitava à narrativa histórica tradicional, mas preocupava-se com a análise das estruturas.

É também a partir da década de 1970, que a história começa a prestar atenção ao corpo⁵ – saudável ou doente – numa perspetiva que começa a incluir a saúde e os meios de a preservar, a doença e os modos de a curar, as ciências (bio)médicas e os seus atores, as epidemias e as endemias e as suas repercussões políticas, económicas e sociais como objetos da História. Assim, não se pode estranhar que as doenças, em especial as

² CARBONELL, 1992, *Historiografia*, p. 121.

³ BURKE, 1992, «Abertura: A Nova História [...]», p. 9.

⁴ BURKE, 1992, «Abertura: A Nova História [...]», p. 11.

⁵ PORTER, 1992, «História do corpo», pp. 291-326.

doenças de carácter epidémico e as de impacto social alargado como a lepra, a peste bubónica, a sífilis, a tuberculose e o cancro têm-se revelado personagens da história de elevado interesse científico para os historiadores. A compreensão e o controlo dos processos mórbidos determinaram não somente várias transformações nos processos culturais, mentais e tecnológicos, como permitiu, pelas implicações epidemiológicas e demográficas, alterações nos sistemas sociais, políticos e económicos.

As doenças, testemunhando as formas de organizar e viver das sociedades humanas assumiram um papel destacado em cada período histórico, atravessando, no dizer de Grellet & Kruse⁶, a história dos Homens e escrevendo a sua própria história em paralelo à das suas vítimas. O advento da industrialização no mundo ocidental (ou ocidentalizado) tornou as populações mais vulneráveis a vários tipos de doenças infetocontagiosas, uns pelo trabalho extenuante e pelas débeis condições de subsistência, os outros, mais abastados, pela incontornável vivência e contacto com os primeiros.

No campo da historiografia, após um primeiro período no qual imperou uma história da medicina essencialmente voltada para as grandes personalidades e para as instituições, descorando o passado das enfermidades e o seu papel na vida das sociedades de outrora, iniciou-se uma valorização do estudo das doenças em sentido lato. O interesse dos investigadores recaiu sobre as doenças e a sua relação com o ambiente. O ponto de partida deste enfoque ecológico tinha sido o tratado hipocrático sobre os ares, as águas e os lugares, que sob perspetivas distintas se cristalizou em novas abordagens no século XIX. Por aqui se percebe a tendência para a publicação de trabalhos como as geografias médicas onde se descreviam muitas vezes as condicionantes geográficas determinantes do aparecimento de doenças ou a utilização das propriedades climáticas para o tratamento das mesmas. Os exemplos multiplicam-se: William Gourlay⁷ deu à estampa em 1811 o seu livro *Observations on the natural history, climate and diseases of Madeira during a period of eighteen years*, no ano seguinte Nicolau Pitta⁸ publicou o seu *Account of the island of Madeira*, e em meados de oitocentos Francisco António Barral⁹ publicou a *Notícia sobre o clima do Funchal e sua influência no tratamento da tísica pulmonar*. Estes são apenas três exemplos das várias obras publicadas neste período acerca da ilha da Madeira e dos seus benefícios para os doentes, sobretudo os que padeciam de doenças do foro pulmonar.

⁶ GRELLET & KRUSE, 1983, *Histoires de la tuberculose*, p. 13.

⁷ GOURLAY, 1811, *Observations on the natural history* [...].

⁸ PITTA, 1812, *Account of the island of Madeira*.

⁹ BARRAL, 1854, *Notícia sobre o clima do Funchal* [...].

Neste estudo tratamos do papel que a ilha da Madeira teve no tratamento climatoterapêutico de doenças pulmonares em meados do século XIX. A Madeira tornou-se numa paragem internacionalmente conhecida no que concerne ao tratamento climático de doenças pulmonares, especialmente da tuberculose. A ilha foi procurada pelo seu clima marítimo temperado e tonificante, onde tuberculosos de diferentes camadas sociais, incluindo a realeza europeia, aí procuraram a cura para as suas enfermidades. Nos meados da centúria de oitocentos, ao mesmo tempo que apareceram na Alemanha e na Suíça os primeiros sanatórios para tísicos pulmonares, abriu portas o primeiro hospício para tratamento de doentes do foro pulmonar na Madeira por iniciativa da então imperatriz D. Amélia Augusta, viúva do rei D. Pedro IV.

Este estudo comporta como principais objetivos enquadrar a procura da ilha da Madeira por doentes tuberculosos durante a primeira metade do século XIX, incidindo a análise em alguns fatores ambientais da ilha e nas circunstâncias políticas que a popularizaram. Em segundo lugar pretende-se fazer um breve apanhado dos antecedentes da criação do Hospício D. Maria Amélia e uma análise do funcionamento desta instituição em termos clínicos.

Partindo da análise de várias geografias médicas do período em questão e dos relatórios do Hospício pretende-se salientar a importância da ilha da Madeira no tratamento de doenças pulmonares, reconhecendo as especificidades climatológicas insulares e algumas características sanitárias que contribuíram para atrair os doentes. Estudamos ainda o funcionamento interno do hospício do Funchal, de forma de perceber as motivações que presidiram à sua fundação e o funcionamento interno e as suas linhas de ação. Finalmente, enquadramos a prestação de cuidados e tratamento no âmbito das doutrinas médicas da época, para o período de existência do hospício, entre 1853 e 1858.

1. A Madeira como Estância de Tratamento de Doenças Pulmonares

Entre finais do século XVIII e sobretudo durante o século XIX, a Madeira destacou-se, tanto no plano nacional como internacional, como uma estância de tratamento de doenças do foro pulmonar e respiratório. A climatoterapia, nos casos de tuberculose – a principal doença do foro pulmonar – e de outras doenças respiratórias como a bronquite, a asma ou a pneumonia era a principal arma terapêutica ao lado da alimentação fortificante e da polifarmácia, composta por inúmeros produtos de origem animal, vegetal ou mineral.

A procura de um clima propício para a cura da tuberculose e de outras doenças pulmonares era uma preocupação antiga dos médicos europeus. Já Curvo Semedo considerava os ares de Beja, Évora e Algarve como os mais aconselhados para os tísicos, por serem pouco húmidos em relação aos de Lisboa¹⁰. Duarte Rebelo de Saldanha dizia que os ares do Campo Grande e de Sintra, a meia légua e quatro léguas respetivamente, eram preferíveis aos de Lisboa¹¹. O inglês Thomas Beddoes mencionou que um médico seu amigo estivera em Portugal durante dois invernos e que era prática frequente enviar os tísicos de Lisboa para as cidades alentejanas¹².

Por toda a Europa, o tratamento da tísica pelo clima era considerado mais eficiente do que todos os medicamentos em voga. Havia vários pontos na Europa frequentados pelos tísicos e outros doentes pulmonares. Thomas Young, em 1815, dizia que em Portugal e em Espanha a tísica parecia não ser tão comum quando comparada com outras geografias, embora não fosse desconhecida¹³. Na Inglaterra, na França, na Itália, na Alemanha, na Bélgica, na Espanha, e fora da Europa, no Egipto e nas Canárias existiam lugares propícios para o tratamento da tuberculose. Embora a climatoterapia fosse tão incerta como qualquer outro meio de cura, era aconselhada para o alívio dos sintomas e para a prevenção do aparecimento ou desenvolvimento de doenças respiratórias nos indivíduos mais predispostos.

Atendendo à crescente procura dos habitantes das zonas mais setentrionais da Europa por climas mais amenos, a ilha da Madeira estava muito bem localizada e começou a ganhar fama e popularidade como estância climatoterapêutica.

O contexto económico e político do século XIX fizeram da Madeira um ponto comercial importante no Atlântico Norte. A velha política de alianças entre Portugal e Inglaterra impediu uma neutralidade portuguesa face à guerra entre Inglaterra e França. Após a Guerra do Rossilhão, a Espanha negociou bilateralmente com a França deixando Portugal, tradicional aliado dos ingleses, numa posição débil no contexto ibérico e continental, uma vez que a França queria forçar Portugal a fechar os seus portos aos ingleses. O golpe do 18 do Brumário, que permitiu a Napoleão Bonaparte assumir o poder em França, após a campanha do Egipto, possibilitou aos franceses retomar o projeto da invasão de Portugal, o que veio a acontecer em 1807 com a primeira vaga invasora dos franceses.

¹⁰ SEMEDO, 1741, *Polyanthea Medicinal* [...], p. 172.

¹¹ SALDANHA, 1762, *Ilustração Médica* [...], pp. 128-129.

¹² BEDDOES, 1799, *Essay on the causes, early signs* [...], p. 23.

¹³ YOUNG, 1815, *A practical and historical treatise* [...], pp. 98-100.

Neste contexto, Portugal e Inglaterra negociaram a convenção que permitiu à família real fugir para o Brasil e a invasão da ilha da Madeira¹⁴, transformando-a numa plataforma onde portugueses e ingleses puderam planejar as intervenções militares no continente. Da presença regular de ingleses na ilha resultou relações comerciais entre a Madeira e Inglaterra, baseadas, entre outros produtos, no comércio do vinho. Com o Bloqueio Continental uma boa parte dos portos europeus fecharam-se aos ingleses, impossibilitando aos doentes o acesso aos principais centros de tratamento climatoterapêutico localizados no Sul de França e Itália. Estes acontecimentos tornaram a Madeira no principal centro de tratamento ao dispor dos ingleses. Mesmo após as mudanças geopolíticas decorrentes da derrota de Napoleão em 1815, o número de ingleses não diminuiu significativamente, pois a Madeira havia adquirido um estatuto de centro climatoterapêutico importante.

A fixação de mercadores e homens de negócios britânicos, possibilitada pelas relações comerciais, permitiu a difusão dos benefícios do clima da Madeira para o tratamento dos doentes do peito. As primeiras notícias acerca dos benefícios do clima madeirense são-nos dadas por médicos ingleses que visitaram a ilha, embora os clínicos portugueses também tenham escrito acerca do clima madeirense e da sua influência no tratamento da tísica pulmonar.

Em 1811, William Gourlay¹⁵ publicou as suas *Observations on the natural history, climate and diseases of Madeira during a period of eighteen years* onde registou aspetos do clima e epidemiologia da ilha da Madeira que servisse de guia aos doentes inválidos britânicos. Descreveu a uniformidade da temperatura durante todo o ano, considerando-a conveniente para as doenças do peito, que dividia em três grupos: os catarros, a pneumonia e a tísica. Quanto à tísica, a mais grave das doenças do peito, dizia que a mudança de clima era benéfica sobretudo na fase inicial da doença, quando os tísicos estavam numa fase primária ou inflamatória¹⁶.

Também Nicolau Pita¹⁷ em *Account of the island of Madeira* (1812), um trabalho académico para a obtenção do grau de Doutor em Medicina na Universidade de Edimburgo, fez uma descrição importante acerca do clima, temperatura, salubridade e epidemiologia da ilha. Entre as doenças mais destacadas da Madeira dizia que eram as doenças de pele e as doenças do peito as mais frequentes entre os nativos, sendo partidário dos benefícios do clima madeirense no tratamento das tísicas iniciais.

¹⁴ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, 1993, «As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais», in MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 19-25.

¹⁵ GOURLAY, 1811, *Observations on the natural history* [...].

¹⁶ GOURLAY, 1811, *Observations on the natural history* [...], p. 92.

¹⁷ PITTA, 1812, *Account of the island of Madeira*.

Em 1815, Thomas Young¹⁸ escreveu que existiam grandes vantagens no clima madeirense para o tratamento de doenças do peito pela temperatura uniforme e salubridade climática. Dizia não existir uma verdadeira consumpção como em Inglaterra, embora reconhecesse que havia casos de tísica entre os habitantes.

Em 1832, Francisco de Assis de Sousa Vaz, defendeu a sua tese em Paris intitulada *De l'influence salubre du climat de Madère (île portugaise) dans le traitement de la phthisie pulmonaire et de la supriorité de cette influence sur celle des climats du sud de la France et de l'Italie*¹⁹, onde comparou os climas de França e Itália com o da Madeira. Em 1936, também William Sweetser²⁰ em *A treatise on consumption* defendia que a Madeira tinha um clima suave, uniforme, húmido e temperaturas moderadas que influenciavam favoravelmente as funções pulmonares, especialmente nos tísicos.

Já em meados do século XIX outras três obras merecem destaque. Em 1851, Edward Harcourt²¹ em *A sketch of Madeira containing information for the traveler or invalid visitor* fala igualmente dos benefícios do clima para o tratamento dos doentes do peito. No ano seguinte P.-J. Vieira²², médico originário da Madeira, conclui a sua tese de doutoramento na Universidade de Montpellier com *Études médicales sur le climat de Madère*. Nela revela que na época a Madeira era a 'pátria' dos doentes de foro pulmonar que vinham de todos os cantos da Europa, incluindo Espanha, França e sobretudo Inglaterra. Pode ler-se na introdução:

«L'île de Madère méritait, autant que tout autre pays, l'analyse des conditions et des effets thérapeutiques de son climat; comme l'Italie, elle est la patrie des malades: beaucoup d'organisations souffrantes, en proie aux ravages de la phthisie, ou tourmentées par d'autres maladies chroniques des organes respiratoires, viennent, tous les ans, demander à son beau ciel, à sa température douce et uniforme, un soulagement à leurs maux, et ranimer, dans cette atmosphère chaude, une vie qui s'éteint»²³.

Apesar das diversas obras produzidas sobre a Madeira, Vieira dizia não haver uma climatologia médica da Madeira, que pudesse elucidar os médicos sobre os recursos terapêuticos do clima. Vieira dividiu o seu trabalho em duas partes, tendo na primeira feito um estudo do clima 'médico' tocando aspetos como geografia, geologia, fertilidades, produções vegetais, higrometria, modos de vida da população, etc., e na segunda parte tratou das doenças mais comuns na ilha e da influência

¹⁸ YOUNG, 1815, *A practical and historical treatise* [...].

¹⁹ VAZ, 1832, *De l'influence salubre du climat de Madère* [...].

²⁰ SWEETSER, 1836, *A treatise on consumption*.

²¹ HARCOURT, 1851, *A sketch of Madeira* [...].

²² VIEIRA, 1852, *Études médicales* [...].

²³ VIEIRA, 1852, *Études médicales* [...], p. 5.

benfazeja exercida pelo clima sobre essas doenças, particularmente sobre a tísica pulmonar.

Francisco António Barral publicou em 1854 uma *Notícia sobre o clima do Funchal e sua influência no tratamento da tísica pulmonar*, onde analisou as características da ilha e as vantagens do seu aproveitamento terapêutico, analisando a geologia e meteorologia, a pressão barométrica, a temperatura, a meteorologia, a fauna e a flora.

O que tornava a Madeira tão atrativa era, pois, o conjunto das condições climatéricas e higiénicas que a ilha, e a cidade do Funchal, apresentavam. Segundo Almeida, «o “casamento” do ambiente marítimo com a altitude, com a luxuriante e frondosa vegetação, com a excelente exposição solar, e ainda com as temperaturas amenas, durante todo o ano»²⁴ fazia da Madeira o local ideal para os doentes do peito. A Madeira tinha um clima montanhoso e marítimo, baixas pressões atmosféricas e ar puro, uma flora exuberante, uma boa insolação e temperaturas amenas e uniformes: temperatura média anual era de 20° C, descendo nos meses mais frios, de dezembro a março, até aos 17° C e no verão não ia além dos 23° C. A amenidade da temperatura era constante durante todo o ano, com pequenas variações durante o dia, entre o dia e a noite e entre os dias sucessivos, meses e estações²⁵.

Para Francisco António Barral, a Madeira tinha, além de um bom clima, boas condições para que os doentes estrangeiros pudessem habitar durante o tempo necessário à terapêutica. O clima era propício à cura das moléstias do foro pulmonar, contando também com fatores como a boa insolação e ventilação das ruas, a vegetação abundante, que proporcionava um ar puro, as condições habitacionais decentes e a limpeza geral, inusual em grande parte das grandes cidades como o Porto ou Lisboa.

Todas estas condições deram fama à ilha, conduzindo à Madeira, para tratamento, um grande número de portugueses e estrangeiros entre 1848-1852: 1601 ingleses, 51 portugueses, 32 americanos, 31 alemães, 7 russos, 4 franceses, e 2 italianos²⁶. O maior número de ingleses justificava-se pelas relações políticas e comerciais que mantinham com a ilha, quanto aos estrangeiros de outras proveniências vinham atraídos pela fama da Madeira no que concerne ao tratamento de doenças pulmonares.

Quanto ao transporte devemos dizer que os ingleses estabeleceram carreiras regulares de viagens entre a Inglaterra e a Madeira, com saídas a dia 17 de cada mês desde Southampton, Londres, Liverpool e Glasgow e com destino às Índias Ocidentais,

²⁴ ALMEIDA, 2007, *O Porto e a Tuberculose*. [...], p. 21.

²⁵ BARRAL, 1854, *Notícia sobre o clima do Funchal* [...], pp. 43-57.

²⁶ BARRAL, 1854, *Notícia sobre o clima do Funchal* [...], pp. 223 e 226-229.

passando pela Madeira a 24 ou 25 do respetivo mês²⁷. Outra hipótese seria fazerem escala em Lisboa e zarpar rumo à Madeira em embarcação portuguesa. Transportavam geralmente cerca de vinte a trinta doentes em cada viagem entre os meses de outubro e novembro, para aí passarem o Inverno.

Alguns dos doentes famosos que por lá passaram eram membros da realeza europeia como a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, o príncipe Maximiliano Napoleão de Leuchtenberg, a rainha Adelaide de Inglaterra e a imperatriz consorte Isabel da Áustria-Hungria, «Sissi»²⁸.

Os ingleses, e outros estrangeiros, que procuravam o clima da Madeira instalavam-se em hotéis ou residências particulares. Segundo Mason²⁹ em 1850 existiam apenas dois hotéis na Madeira, o London Hotel e o Yates's Family Hotel, mas em contrapartida existiam numerosas pensões ao preço de 50 dólares por mês, bem como quintas (villas) com preços entre 50 e 200 dólares mensais. Existiram alguns projetos de criação de um estabelecimento para a cura de tísicos britânicos pobres, mas saíram sempre malogrados. Em 1849, *Lord Grosvenor*, vendo uma filha curada de uma tísica na Madeira queria iniciar a construção de um estabelecimento destinado ao tratamento por parte de uma associação criada para esse efeito, mas desentendimentos entre os filantropos impediram a concretização da obra³⁰. Quanto aos médicos que exerciam no Funchal em 1850 eram apenas onze, a saber os Drs. Broughton, Imray, Lister, Lund, Millar, Moderno, D'Ornellas, Pitta, A. Silva e Tibbett³¹.

Em 1853, por iniciativa da imperatriz do Brasil, D. Amélia, criou-se um novo hospício na cidade do Funchal, destinado ao tratamento de doentes com tísica e outras moléstias respiratórias, o Hospício D. Maria Amélia.

2. Origens, Organização e Funcionamento do Hospício D. Maria Amélia do Funchal

2.1. Origens do Hospício

Como mencionado no capítulo precedente, a ilha da Madeira passou a ser muito procurada como centro de tratamento para doenças do foro pulmonar na primeira metade do século XIX devido tanto aos fatores naturais e climáticos como pelo

²⁷ MASON, 1850, *A treatise on the climate* [...], p. 372.

²⁸ CARITA, 2008, *Funchal: uma porta para o mundo*, p. 28.

²⁹ MASON, 1850, *A treatise on the climate* [...], pp. 376-377.

³⁰ VIANNA, 1853, «Hospício da Princesa Dona Maria Amélia», p. 137.

³¹ MASON, 1850, *A treatise on the climate* [...], p. 378.

estreitamento de laços políticos e económicos entre Portugal, Inglaterra e outros países estrangeiros.

Em 1853, a Madeira recebeu a Princesa D. Maria Amélia, filha do rei D. Pedro IV e da princesa alemã Amélia de Leuchtenberg Beauharnais com quem casara em segundas núpcias. À semelhança do pai, que morrera tuberculoso em 1834 no mesmo quarto em que nascera no Palácio de Queluz, também Maria Amélia de Bragança sofreu de tísica pulmonar, à qual sucumbiu. Após a morte de D. Pedro IV, sucedeu-lhe no trono português a sua filha D. Maria II. Maria Amélia, com apenas 6 anos, rumou à Baviera com a sua mãe onde foi educada junto da sua avó materna, Augusta da Baviera, duquesa de Leuchtenberg, onde teve uma educação primorosa, tendo mesmo feito exames de física na Universidade de Munique³².

Não se sabe muito dos antecedentes de saúde, sabe-se que tinha constituição fraca e ao que parece viajou bastante com a mãe pela Alemanha, Inglaterra, Rússia e Suécia, talvez procurando mudança de ares como era norma para os predispostos à tísica. Em 1850, já com 19 anos, regressou a Portugal tendo enfermado no outono do ano seguinte, atacada por febres intermitentes, escarlatina e laringite³³. Pouco depois contraiu tuberculose e partiu para a ilha da Madeira em 1852, instalando-se na Quinta Lambert, acompanhada pela mãe e pelo médico Francisco António Barral. A 4 de fevereiro de 1853, cinco meses depois de se instalar no Funchal, sucumbiu à tísica, que também vitimara o pai.

A imperatriz D. Amélia, ficando de luto pela filha, não quis deixar de agradecer aos madeirenses a sua hospitalidade, pelo que procurou criar um hospício para que os doentes tuberculosos aí pudessem ser tratados gratuitamente:

«A Augusta Viuva do Senhor Dom Pedro IV, que com mão generosa e caritativa tantas lagrimas tem enxugado, a tantas afflicções acudido, e soccorrido tantos estabelecimentos pios, quiz que os beneficios do clima suave e reparador da ilha da Madeira, podessem ser logrados tambem por aquelles, que, não sendo abastados, fossem victimas da terrivel enfermidade, que tão cédo a deixára orphã dos carinhos e ternura do mais acrisolado amôr filial.»³⁴

O testemunho de Francisco Viana indicia que a criação do hospício do Funchal teve como base a iniciativa benemérita da imperatriz, que pretendia com esta iniciativa acudir às pessoas que sofressem da mesma doença que vitimou a filha e que não tivessem recursos para o tratamento. Porém, as funções do hospício não se resumiam à assistência aos doentes, funcionando também como centro de investigação da tísica em áreas como a estatística, a patogenia e o estudo do tratamento pelo clima.

³² CRESPO, 1944, «A doença da Princesa D. Maria Amélia de Bragança», p. 50.

³³ CRESPO, 1944, «A doença da Princesa D. Maria Amélia de Bragança», p. 51.

³⁴ VIANNA, 1853, «Hospício da Princeza Dona Maria Amelia», p. 137.

Em 1853, D. Amélia mandou arrendar um edifício, por cinco anos, para acolher e tratar os primeiros doentes. Tinha capacidade para tratar vinte e quatro doentes, doze de cada sexo, naturais da Madeira, podendo ser igualmente recebidos doentes do continente e do Brasil por recomendação da imperatriz. No entanto, como refere o regulamento do hospício, os doentes para serem admitidos tinham de ser «pobres, de vida honesta, e não ter menos de quinze annos de idade»³⁵.

O hospício veio a funcionar num edifício reparado e remodelado para acolher os doentes, possuindo uma morgue com espaço para se realizarem autópsias, uma rouparia e casas de banho. A mobília foi mandada fazer especificamente para o hospício, as camas eram de ferro, guarnecidas com enxergão, colchão, travesseiro e almofadas. Havia cadeiras de encosto com diferentes inclinações, cadeiras de palhinha, mesas para comer na cama e bancos no jardim. O asseio parecia ser um ponto fulcral, pelo que as divisões eram bem ventiladas, a água era canalizada – quente e fria – e havia bastante roupa para as diferentes estações do ano. Os quartos, a roupa e os utensílios eram diferentes para funcionários e doentes³⁶. Podemos dizer que houve uma intenção clara de proporcionar aos doentes todo um conforto que não era comum nos hospitais comuns da época, talvez como forma de não afastar os doentes deste centro de tratamento, já que os hospitais eram vistos como lugares onde se ia morrer. Por outro lado, o hospício representou o início de uma especialização nosocomial, isto é, antes da existência dos primeiros sanatórios para o tratamento dos tuberculosos, o hospício estava na linha da frente deste tipo de tratamento. Note-se que apesar da doença pulmonar mais representativa nesta altura ser a tuberculose pulmonar, o hospício recebia doente com outras enfermidades como as pneumonias, as pleurites ou os catarros, apresentando-se como um espaço de tratamento de doenças do foro pulmonar e não somente como um repositório de tuberculosos.

2.2. Organização e Funcionamento do Hospício

A organização e o funcionamento do hospício repousavam nas funções de um corpo de funcionários, que muitas vezes partilhavam tarefas para assegurar uma boa gestão do hospício. A gestão repousava numa comissão administrativa, composta pelo presidente, tesoureiro e secretário, que exercia funções de tipo administrativo, executivo e fiscalizador. Cada um dos membros da comissão tinha competências próprias que podiam ou não se relacionar com as funções desempenhadas pelo coletivo.

³⁵ REGULAMENTO do Hospício [...], 1854a, pp. 367-369.

³⁶ VIANNA, 1853, «Hospício da Princesa Dona Maria Amelia», p. 137-138.

Do mesmo modo também os outros funcionários do hospício exerciam múltiplas funções, acumulando diversas tarefas. O médico, a regente, o enfermeiro, e até a cozinheira, desempenhavam tarefas nas esferas administrativa, económica, financeira, policiamento e fiscalização. A pluralidade de funções exercidas por cada funcionário era norma no hospício, sendo o caso do médico e da regente bons exemplos: o médico acumulava as suas funções clínicas com outras de índole administrativa e disciplinar. A regente fazia a gestão económica, administrativa, secretariado e policiamento³⁷.

As funções administrativas/burocráticas eram partilhadas por várias pessoas, atendendo ao grau de importância das decisões a serem tomadas. A complexidade da gestão da instituição e as relações com o poder local e central implicava fazer a escrituração e a contabilidade do hospício, produzir relatórios, inventários, róis de materiais recebidos e gastos, papeletas dos doentes, sua evolução e terapêutica, estatísticas, etc.³⁸

O presidente mantinha a correspondência com o representante da imperatriz em Lisboa e com as demais autoridades madeirenses, convocava a comissão para deliberação de diversos assuntos, apurando o resultado das votações e dirigindo os trabalhos da comissão. Outras funções incluíam assinar a conta corrente anual das receitas e despesas e encerrar, rubricar e numerar cada uma das folhas dos livros da escrituração.

Ao tesoureiro competia realizar o pagamento dos salários, dos bens alimentares, da renda e das despesas da botica, fazer a escrituração financeira e elaborar o relatório anual de contas. Ao secretário competia tratar de todo o expediente da comissão, mantendo a correspondência com a imperatriz e com as autoridades locais, quando não fosse possível ao presidente fazê-lo³⁹.

O médico fazia a escrituração do registo clínico e da conta dos serviços clínicos, assinando a conta, estatísticas e receitas, e também autorizava as altas médicas e emitia as declarações de óbito⁴⁰. A regente contabilizava os géneros recebidos, estabelecendo uma relação entre os bens e materiais rececionados e os utilizados, apontando as peças de roupa entregues à lavadeira, as desaparecidas ou perdidas, participando por escrito os casos de desobediência e desrespeito a ordens superiores, administrando os sacramentos em caso de morte e fazia a distribuição do serviço das enfermeiras⁴¹. O médico e a regente conjuntamente concediam ainda as licenças aos doentes para receberem visitas ou saírem do estabelecimento, a permissão aos empregados para saírem do hospício

³⁷ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 94.

³⁸ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 94.

³⁹ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 94.

⁴⁰ REGULAMENTO do Hospício [...], 1854a, p. 368.

⁴¹ REGULAMENTO do Hospício [...], 1854b, p. 377.

e mantinham a comissão informada sobre o funcionamento do hospício a todos os níveis. O enfermeiro mantinha os processos atualizados quanto aos remédios e dietas, atualizava o livro de entradas dos doentes e realizava a estatística clínica anual⁴².

A gestão financeira recaía sobre o tesoureiro e o presidente. O tesoureiro recebia e guardava a verba para manutenção do hospício e procedia aos pagamentos dos salários, da renda, da conta da botica e dos gastos gerais, enquanto o presidente verificava as receitas e despesas e assinava as contas do hospício⁴³.

A gestão económica era atributo da regente, que devia «receber por inventário, arrecadar e guardar todo o material do hospício, e responder por elle»⁴⁴. Assim, a comissão administrativa estava incumbida de fazer um balanço mensal das roupas, utensílios, móveis, etc., para melhorar a gestão dos bens do hospício. Os víveres eram os mais fiscalizados porque a alimentação continuava a ser um elemento determinante na terapêutica e como tal os alimentos eram cuidadosamente comprados, guardados e controlados. A regente entregava diariamente os alimentos por conta, peso e medida à cozinheira para a alimentação de empregados e doentes, cabendo-lhe racionar as dietas⁴⁵. A regente zelava também pelo estado e limpeza da roupa.

Havia uma preocupação no controlo dos pertences do hospício e uma tendência para inventariar com minúcia todos os pormenores, sendo de destacar o cuidado com os géneros alimentares e o vestuário. Os alimentos eram muito importantes não só por serem essenciais à subsistência de empregados e doentes, mas porque faziam parte do próprio arsenal terapêutico. Determinados alimentos, particularmente o leite, os caldos, as carnes, eram mesmo tidos como medicamentos específicos contra a tuberculose⁴⁶, pelo que a sua proteção e fiscalização era constante, pois deles dependia em parte o sucesso da terapia⁴⁷.

A vigilância e o controlo do comportamento dos doentes e dos funcionários eram estritos, cabendo à regente e ao médico essa incumbência. O médico podia entrar a qualquer hora no hospício «não só para visitar os doentes, mas para examinar e fiscalizar a maneira por que se faz o serviço»⁴⁸, podendo advertir ou despedir os funcionários de acordo com a gravidade da falta cometida. Ao médico competia também repreender ou expulsar os doentes por má conduta ou se estivessem no hospício contra a sua

⁴² REGULAMENTO do Hospício [...], 1854b, p. 377.

⁴³ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», pp. 94-95.

⁴⁴ REGULAMENTO do Hospício [...], 1854b, p. 377.

⁴⁵ REGULAMENTO do Hospício [...], 1854c, p. 6.

⁴⁶ Veja-se GUILLAUME, 1986, *Du désespoir au salut* [...], pp. 54-61.

⁴⁷ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 95.

⁴⁸ REGULAMENTO do Hospício [...], 1854a, p. 369.

vontade. O policiamento do asseio, limpeza e bom funcionamento do hospício, em particular nas enfermarias e cozinha, pertencia à regente, tal como do comportamento dos enfermos⁴⁹.

3. O Papel do Hospício no Tratamento dos Doentes do Peito

O Hospício D. Maria Amélia tinha um corpo clínico composto por um médico, uma regente, um enfermeiro e quatro enfermeiras que garantiam o cumprimento das reais funções do hospício, que era receber e tratar os doentes do peito.

O Dr. António da Luz Pita era o médico encarregado do hospício, que havia recusado funções de deputado às Cortes, para vir exercer neste hospital, acumulando o cargo de clínico com o de professor da Escola Médico-cirúrgica do Funchal.

As suas funções incluíam o exame e aprovação da entrada dos doentes, o acompanhamento de cada doente e a prescrição da terapêutica. Instruía ainda a regente e o enfermeiro quanto à administração dos medicamentos e refeições, devendo ser informado pelo enfermeiro e pelas enfermeiras quanto ao tratamento dos doentes.

A regente, o enfermeiro e as enfermeiras encarregavam-se da distribuição e administração dos medicamentos e das refeições aos doentes. O enfermeiro fazia os curativos e ensinava as enfermeiras a fazer curativos, dirigindo-as no tratamento dos cáusticos, cautérios, sedenhos e úlceras. As enfermeiras deviam tratar do asseio das camas e da enfermaria em geral. A cozinheira tinha tarefas menores de auxílio ao tratamento, designadamente na conservação dos caldos e manter sempre pronta água quente para o serviço das enfermarias⁵⁰.

Nesta época, as terapêuticas empregues pretendiam na sua maioria combater os sintomas das doenças pulmonares. A título de exemplo, apesar de nos meados do século XIX a tísica já não ser considerada como um *general state*⁵¹ confundível com a asma, as bronquites e as inflamações, a característica principal da terapêutica era o seu empirismo, que resultava na prescrição de terapias baseadas nas doutrinas galénicas, *brownistas* e *aeristas*. As doutrinas seguidas eram essencialmente produto dos sistemas médico-filosóficos mais do que da medicina anatomoclínica, desenvolvida a partir dos primeiros decénios da centúria de oitocentos⁵².

⁴⁹ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», pp. 95-96.

⁵⁰ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 96.

⁵¹ SHRYOCK, 1977, *National Tuberculosis Association* [...], p. 4.

⁵² VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater* [...], p. 324.

3.1. Terapêuticas

Das terapias descritas e executadas por António da Luz Pita apercebemo-nos da filiação a quatro grandes tendências terapêuticas. Em primeiro lugar estava a doutrina galénica, que preconizava fundamentalmente a evacuação dos maus humores através de clisteres, purgas e sangrias. Em segundo lugar, vinha a doutrina *brownista*, desenvolvida por John Brown no século XVIII, que defendia o uso de remédios excitantes ou calmante, como o álcool e o ópio⁵³.

Em terceiro lugar temos a corrente *aerista*, bastante seguida em Portugal, centrando-se na exposição dos doentes ao ar, geralmente um ar artificial carregado de substâncias tidas como medicamentosas e menos um ar natural⁵⁴. O ar puro era considerado nocivo para os doentes de peito e era preferível o ar impregnado de vapores sulfurosos, carbónicos ou creosotados, que era administrado através de fumigações ou inalações. No caso particular do clima marítimo da Madeira, o ar caracterizava-se pela predominância do azoto sobre o oxigénio e pela abundância de ozono, cloretos, brometos e iodetos. Estes elementos gasosos e minerais eram tidos, à luz da época como antissépticos, contribuindo para a melhoria do pulmão afetado.

Em quarto lugar, a terapia alimentar tinha também uma enorme importância desde que Broussais havia observado que a tuberculose, a par de outras doenças, era acompanhada de problemas intestinais e hepáticos, associado quase sempre a diarreias. Uns acreditavam numa alimentação fortificante, alicerçada na ingestão de carnes, e outros numa dieta ligeira, fundamentada na ingestão de caldos, legumes e doces. Em 1840 apareceu também o óleo de fígado de bacalhau que passou a integrar o arsenal medicamentoso contra este tipo de doenças⁵⁵.

No Hospício preconizavam-se tratamentos filiados nas quatro correntes terapêuticas que acabamos de descrever. Substâncias tónicas, vomitivas, expetorantes, revulsivas, sedativas, inalações e outros tratamentos eram os mais usados.

Entre os medicamentos que denotam a filiação à corrente galénica estavam os vomitivos, expetorantes e revulsivos, isto é, produtos que pretendiam limpar o organismo por dentro, livrá-lo dos maus humores e dos problemas digestivos por ele causados. Existiam também os tónicos e os sedativos, conotado com as teorias brownistas e neuropatológicas, que sustentavam que as doenças se deviam ora a estados de excitação e debilidade no primeiro caso, ora a anomalias do tónus das fibras

⁵³ SHRYOCK, 1977, *National Tuberculosis Association* [...], p. 12.

⁵⁴ GUILLAUME, 1986, *Du désespoir au salut* [...], pp. 62-63.

⁵⁵ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater* [...], p. 324.

vivas. Os tónicos e os sedativos eram empregues, nesta aceção, como excitantes para os corpos débeis (álcool) ou como calmantes nos estados de excitação (láudano).

O médico destrinçava ainda o tratamento para os estados corporais dos tratamentos dos sintomas. Nos sintomas das dispepsias e diarreias eram usados sobretudo produtos de origem mineral e vegetal, como águas, carbonatos e pós. No tratamento dos suores, os medicamentos eram de origem mineral, com ênfase nas águas minerais, e vegetal dos derivados de quinina em conjunto com ácidos. No tratamento das hemoptises eram utilizados remédios que funcionavam essencialmente como adstringentes⁵⁶.

De todos os produtos mencionados pelo médico tinha primazia o óleo de fígado de bacalhau, quando bem tolerado pelo sistema digestivo. O ferro e a quina usados para a anemia e as águas de Vichy no tratamento dos problemas gastrointestinais eram os preferidos do clínico. A incapacidade curativa destes remédios justificava a polifarmácia utilizada neste como em todos os hospitais da altura⁵⁷.

3.2. O Movimento Hospitalar

Durante o período de 1853 a 1858, os primeiros anos de funcionamento do Hospício, e os únicos para os quais encontramos suporte documental, entraram no total 428 doentes distribuídos do seguinte modo:

Quadro n.º 1 – Entrada Anual de Doentes por Grupo Etário

	*1853	1854	1855	1856	1857	1858	Total
15-20 anos *16 anos	1	?	22	24	15	18	80
20-30 anos *18-33 anos	29	?	40	29	32	42	172
30-40 anos *33-54 anos	6	?	3	18	11	15	53
40-50 anos	–	?	8	11	11	5	35
50-60 anos	–	?	6	4	3	5	18
60-70 anos	–	?	1	2	1	0	4
70-80 anos	–	?	0	0	1	0	1
Total	36	65	80	88	74	85	428

Fonte: *Gazeta Médica de Lisboa*, 1854-1859.

No primeiro ano de atividade, o intervalo etário utilizado na contagem de doentes foi diferente dos anos subsequentes, pelo que fizemos essa diferenciação no Quadro n.º 1. Ao longo destes seis anos de atividade – entre 1853 e 1858 – foram tratados no

⁵⁶ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater* [...], p. 325.

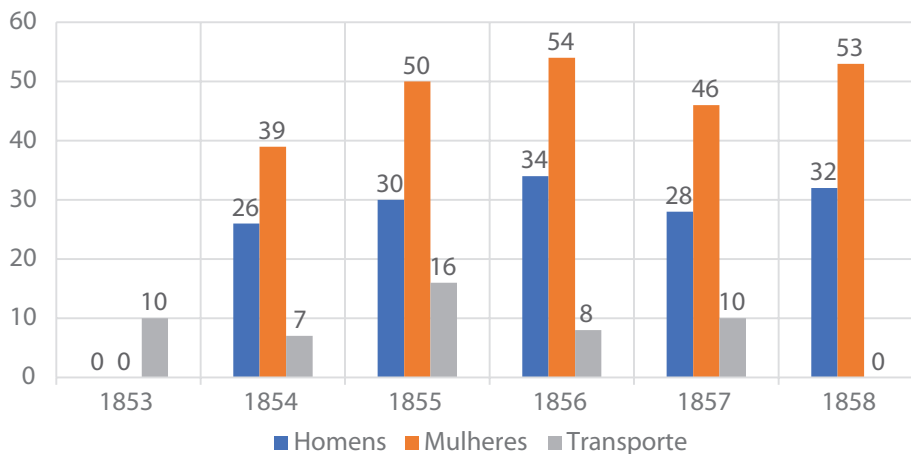
⁵⁷ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 99.

hospício 428 doentes com uma distribuição anual muito próxima, entre as sete e as oito dezenas, à exceção do ano de 1853 com apenas trinta e seis doentes pelo facto de só ter recolhido doentes a partir do segundo semestre do ano, altura em que foi inaugurado. No ano seguinte, o número de doentes subiu para 65. A maior procura dos serviços do hospício deu-se a partir de 1855 com 80 doentes admitidos, atingindo o máximo em 1856, ano particularmente difícil por ter havido um surto de cólera em Portugal que também atingiu a Madeira. A epidemia colérica repercutiu-se no menor número de doentes recebidos em 1857. Durante a epidemia alguns doentes e funcionários foram atingidos, nomeadamente duas enfermeiras e dois pacientes que faleceram⁵⁸. Em 1858, o número de doentes tornou a aumentar.

A maioria dos doentes do hospício tinha entre os 15 e os 40 anos, sendo que era entre os 20 e os 30 anos que a doença tinha maior prevalência, coincidindo com o período de vida ativa dos doentes.

No que concerne à divisão por sexo, predominou a entrada de mulheres sobre os homens (ver Gráfico n.º 1). Excluindo o ano de 1853 para o qual não há dados numéricos por género, o total de doentes registados entre 1854 e 1858 foi de 150 (38%) homens e 242 (62%) mulheres, ou seja quase mais uma centena de mulheres do que homens, o que justifica o facto das ocupações profissionais mais representativas serem ocupações de costura e trabalhos domésticos, seguida de trabalhadores do campo e em terceiro lugar encontram-se outras atividades não discriminadas.

Gráfico n.º 1 – Entrada Anual de Doentes por Sexo



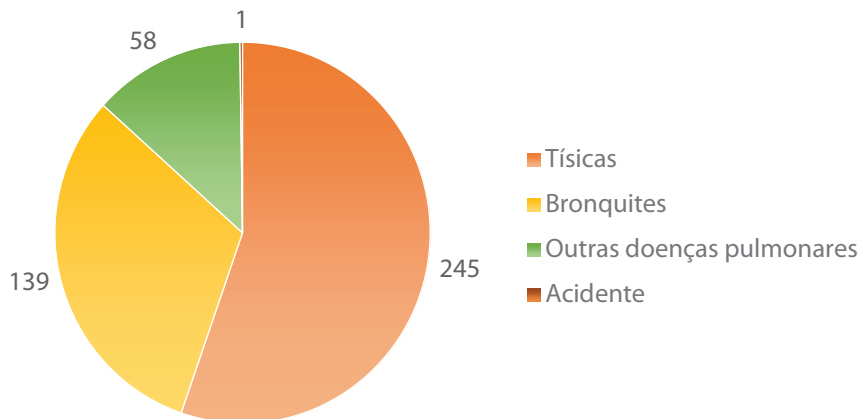
Fonte: *Gazeta Médica de Lisboa*, 1854-1859.

⁵⁸ PITTA, 1857, «Relatório apresentado à Comissão [...]», p. 165.

A conjugação da partição sexual com os trabalhos exercidos permite constatar que eram sobretudo as mulheres que exerciam as profissões mais propensas à contração da tuberculose, pela maior permanência em espaços interiores, mais confinados e insalubres. Um menor número de homens pode, no entanto, significar que eram mais relutantes em pedir ajuda ou que por obrigações familiares tinham de trabalhar para o sustento da família. A maioria dos doentes internados eram solteiros (65%), seguindo-se os casados (25%) e os viúvos (10%). Os solteiros estavam em clara maioria, porque podendo não ter compromissos matrimoniais podiam ir com mais facilidade procurar cuidados de saúde. Os casados por outro lado tinham compromissos familiares, o que certamente contribuía para o decréscimo do seu número, contando-se 91 casados para 237 solteiros no período observado, excluindo 1854 onde não se faz menção ao estado civil. No caso dos viúvos o panorama seria idêntico, já que o viúvo que tivesse filhos certamente não os abandonaria para partir por vários meses para um tratamento⁵⁹.

Quanto à origem dos doentes eram na sua maioria madeirenses, seguindo-se em menor número os portugueses do continente e Goa. De Portugal continental contam-se vinte e dois doentes, dos quais dezoito eram de Lisboa, dois do Porto, um de Aveiro e outro de Faro. De Goa vieram dois doentes. Os doentes não madeirenses vinham às expensas da rainha, sendo o seu número diminuto por dependerem de autorização especial de D. Amélia ou pela falta de informação relativa à existência do hospício⁶⁰.

Gráfico n.º 2 – Entrada Anual de Doentes segundo a Patologia



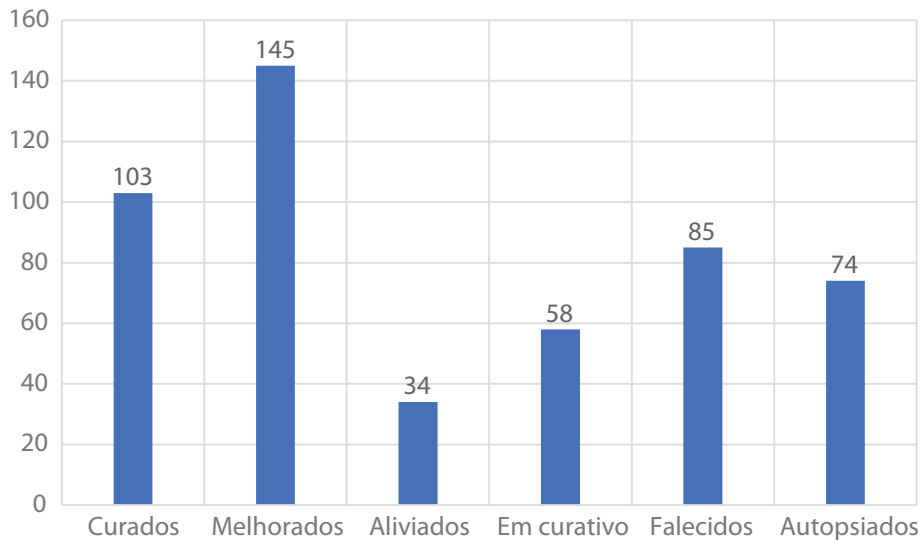
Fonte: *Gazeta Médica de Lisboa*, 1854-1859.

⁵⁹ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», pp. 100-101.

⁶⁰ VIEIRA, 2011, «O pioneirismo da Madeira [...]», p. 101.

A distribuição gráfica (Gráfico n.º 2) das patologias diagnosticadas mostra que havia uma predominância das tísicas (pulmonar e laríngea), seguida das bronquites. As outras doenças pulmonares como pneumonias, pleurites, hemoptises surgem em terceiro lugar, existindo ainda um caso de um acidentado durante as obras do novo hospício que ali foi internado por ordem de D. Amélia. Deve dizer-se que as dificuldades de diagnóstico próprias do período em questão, em que os médicos recorriam essencialmente à sintomatologia, à percussão e à auscultação como métodos de diagnóstico, era um entrave à real perceção do problema.

Gráfico n.º 3 – Resultado dos Tratamentos entre 1853-1858



Fonte: *Gazeta Médica de Lisboa*, 1854-1859.

O Gráfico n.º 3 sintetiza os dados relativos aos resultados dos doentes tratados entre 1853 e 1858. Um primeiro reparo que devemos fazer é relativo à terminologia empregue para designar o resultado dos tratamentos. Atendendo à fase em que a medicina de meados do século XIX se encontrava podemos questionar os conceitos de “curado”, “melhorado” e “aliviado”, sendo difícil perceber a fronteira entre o “melhorado” e o “aliviado”. Podemos também pôr em causa a certeza que o médico tinha em relação ao curado, a partir dos meios clínico e para-clínicos de que dispunha. Para David Barnes⁶¹, o conceito de curado, em França, era muitas vezes usado para pacientes com grandes melhorias de todos os sintomas ou quando recuperavam as forças após vários meses. Contudo, acreditando que o conceito de “curado” correspondia a uma verdadeira cura, que o termo

⁶¹ BARNES, 1995, *The making of social disease* [...], p. 100.

“melhorado” correspondia a uma melhoria do estado de saúde ou a detenção da marcha da doença e que o termo “aliviado” representava uma ligeira melhoria dos sintomas, verificamos que os resultados, plasmados no Gráfico n.º 3, evidenciavam que o resultado mais frequente era a melhoria dos doentes, e não uma cura. Os doentes referenciados como melhorados eram sobretudo sofredores de tísicas, de todos os graus da doença, seguidos de bronquites crónicas, estando as outras doenças pulmonares representadas em menor número. Do grupo dos curados destacam-se os doentes com bronquite crónica, em franca maioria, seguido do total de outras doenças pulmonares e depois de tísica, somente de 1.º grau. Dos aliviados, o grosso dos doentes eram tísicos de 2.º e 3.º grau da doença⁶². A estes somam-se 85 pessoas falecidas, não se sabendo, no entanto, o estado de avanço da doença aquando da entrada no hospício.

O último relatório a que tivemos acesso é datado de 1 de março de 1859, referente ao ano de 1858. Em 1856 já havia sido iniciada a construção de um novo edifício que foi terminado em 1859, mas só em 1862 abriu as portas aos primeiros doentes⁶³.

A direção do novo hospício e o tratamento de doentes foi confiado pela imperatriz às Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo, tendo chegado o capelão e as primeiras freiras em princípios de 1862. No mesmo ano as freiras foram repatriadas para França devido à célebre “questão das Irmãs da Caridade”. Como é sabido em 1857 várias associações caritativas de Lisboa e do Porto solicitaram ao governo a vinda de irmãs francesas, célebres pela sua atividade nos hospitais, asilos e outras instituições de assistência, para ajudarem com a epidemia de cólera e de febre-amarela que grassava no país, bem como prestarem ajuda nos hospitais e orfanatos. Em junho de 1858 começou a levantar-se contra elas uma violenta campanha, com reflexo na imprensa, nas câmaras legislativas e incluso no governo por estarem conotadas com o ressurgimento do jesuitismo internacional, tema caro aos políticos anticlericais. Vários partidos de esquerda e a própria Confederação Maçónica Portuguesa, cujo grão-mestre era o duque de Loulé, o presidente do Conselho de Ministros⁶⁴ também não concordavam com a permanência das freiras.

O problema com as Irmãs da Caridade tomou um cariz político, já que eram defendidas pelo governo francês, e Napoleão III mandou a Lisboa a fragata *Orénoque* para repatriar as religiosas⁶⁵. Segundo Oliveira Marques⁶⁶, a imperatriz viúva D. Amélia como forma de protesto recusou o patrocínio a várias associações benévolas a que presidia,

⁶² VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater* [...], p. 329.

⁶³ LANCASTRE, 1908, «A luta contra a tuberculose em Portugal», p. 687.

⁶⁴ MARQUES, 2004, «A conjuntura», pp. 473-474.

⁶⁵ DIAS, 2004, «Igreja, igrejas e cultos», p. 290.

⁶⁶ MARQUES, 2004, «A conjuntura», p. 475.

nomeadamente a associação protetora dos órfãos desvalidos das vítimas da cólera e de febre-amarela e o mesmo foi feito por várias damas da aristocracia. É provável que o mesmo se tenha passado em relação ao Hospício do Funchal. Em 1871 as Irmãs voltaram para administrar o hospício, mas no ano seguinte D. Amélia faleceu deixando o hospício a cargo da sua irmã Josefina da Suécia, que segundo se sabe deu continuidade ao hospício, mas não se sabe se como hospício para tuberculosos⁶⁷.

Notas Finais

Em meados do século XIX, a Madeira era uma estância muito procurada por doentes do foro pulmonar, especialmente tuberculosos, embora não tivesse hospitais para esse fim. Os doentes, atraídos pelo clima e pela esperança de uma cura para os seus problemas de saúde, procuravam um lugar na ilha, que prometia ser a Suíça do Atlântico. A morte da Princesa D. Maria Amélia de Bragança na Madeira, devido a uma tísica, levou a sua mãe, a imperatriz viúva de D. Pedro IV a fundar em 1853, o primeiro hospício português para tísicos pobres. No hospício do Funchal foram ensaiados vários tratamentos em voga como a climatoterapia marítima e demais terapêuticas, que se revelavam para muitos doentes apenas um meio paliativo.

Sabemos que o hospício teve um trabalho pujante durante os cinco anos para os quais existem registos, recebendo mais de quatro centenas de doentes, tendo testado um conjunto alargado de terapias e tinha também uma estrutura administrativa e clínica bem montada que permitia acolher e tratar os enfermos de uma forma, quiçá, rara para a época.

O ano de 1858 levou à passagem do hospício para um novo edifício o que possivelmente implicou uma reestruturação do seu funcionamento. Por falta de documentação não foi possível determinar o funcionamento da instituição para o período subsequente. cremos que a vinda das Irmãs da Caridade pôs um ponto final no funcionamento do hospício enquanto centro de tratamento de doentes do peito. Em termos internacionais as décadas seguintes foram marcadas pelo aparecimento de um novo paradigma no tratamento da tísica, com recurso à climatoterapia de montanha. Os sanatórios marítimos caíram em desuso até finais do século XIX, para depois ressurgirem como locais de prevenção e tratamento de tuberculoses não pulmonares, sobretudo as que requeriam o recurso à helioterapia.

⁶⁷ VIEIRA, 2016, *Conhecer, tratar e combater* [...], pp. 330-331.

Fontes e Bibliografia

- ALMEIDA, António Ramalho de, 2007, *O Porto e a tuberculose: história de 100 anos de luta*, Porto, Fronteira do Caos.
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, 1993, «As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais», in MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 19-25.
- BARNES, David S., 1995, *The making of social disease: tuberculosis in Nineteenth-Century France*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- BARRAL, Francisco, 1854, *Notícia sobre o clima do Funchal e sua influência no tratamento da tísica pulmonar*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- BARRAL, Francisco, 1858, *Le Climat de Madère et son influence thérapeutique sur la phthisie pulmonaire*, Paris, J.-B. Baillière.
- BEDDOES, Thomas, 1799, *Essay on the causes, early signs and prevention of pulmonary consumption for the parents and preceptors*, Londres, Longman and Rees.
- BURKE, Peter, 1992, «Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro», in BURKE, Peter (ed.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Editora Unesp, pp. 7-37.
- CARBONELL, Charles-Olivier, 1992, *Historiografia*, Lisboa, Teorema.
- CARITA, Rui, 2008, *Funchal: uma porta para o mundo*, Lisboa, CTT.
- CRESPO, José, 1944, «A doença da Princesa D. Maria Amélia de Bragança», in *Jornal do Médico*, vol. 5, n.º 5, pp. 50-51 e 61.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho, 2004, «Igreja, igrejas e cultos», in SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.), *Nova História de Portugal*, Vol. 10, Lisboa, Editorial Presença, pp. 269-302.
- DUBOS, René & DUBOS, Jean, 1996, *The White Plague: Tuberculosis, Man and Society*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- GAZETA Médica de Lisboa, 1854-1859.
- GOURLAY, William, 1811, *Observations on the natural history, climate and diseases of Madeira during a period of eighteen years*, Londres, J. Callow Medical Bookseller.
- GRELLET, Isabelle & KRUSE, Caroline, 1983, *Histoires de la tuberculose: Les fièvres de l'âme, 1800-1940*, Paris, Éditions Ramsay.
- GUILLAUME, Pierre, 1986, *Du désespoir au salut: les tuberculeux aux 19e et 20e siècles*, Paris, Aubier.
- HARCOURT, Edward, 1851, *A sketch of Madeira containing information for the traveler or invalid visitor*, Londres, John Murray.

- LANCASTRE, António de, 1908, «A luta contra a tuberculose em Portugal», in *Notas sobre Portugal: exposição nacional do Rio de Janeiro em 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 685-714.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2004, «A conjuntura», in SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.), *Nova História de Portugal*, vol. 10, Lisboa, Editorial Presença, pp. 467-518.
- MASON, J. A., 1850, *A treatise on the climate and meteorology of Madeira*, Londres, John Churchill.
- MOURÃO-PITTA, C.-A., 1859, *Du climat de Madère et de son influence thérapeutique dans le traitement des malades chroniques en général et en particulier de la phthisie pulmonaire*, Montpellier, Typographie de Boehm.
- PITTA, Antonio da Luz, 1857, «Relatório apresentado á Comissão Administrativa do Hospício da Princesa Dona Maria Amelia», in *Gazeta Médica de Lisboa*, tomo 5, n.º 107, p. 165.
- PITTA, Nicolau, 1812, *Account of the island of Madeira*, Londres, Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown.
- PORTER, Roy, 1992, «História do corpo», in BURKE, Peter (ed.), 1992, *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Editora Unesp, pp. 291-326.
- REGULAMENTO do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, 1854a, in *Gazeta Médica de Lisboa*, tomo 1, n.º 23, pp. 367-369.
- REGULAMENTO do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, 1854b, in *Gazeta Médica de Lisboa*, tomo 1, n.º 24, pp. 377-378.
- REGULAMENTO do Hospício da Princesa D. Maria Amélia, 1854c, in *Gazeta Médica de Lisboa*, tomo 2, n.º 25, pp. 6-7.
- SALDANHA, Duarte Rebelo de, 1762, *Ilustração Médica, ethico-politica, histórico-sistemática, sceptico-eletica, físico-analitica, e theorico-pratica ou reflexão critica ás considerações medicas sobre o método de conhecer, curar, e preservar as epidemias, ou febres malignas, podres, pestilenciaes, contagiosas et. cet.*, Lisboa, Officina de Joam de Aquino Bolhoens.
- SEMEDO, João Curvo, 1741, *Polyanthea Medicinal: Noticias Galenicis, e Chymicas, repartidas em tres tratados*, Lisboa, Officina dos Herdeiros de António Pedrozo Galram.
- SHRYOCK, Richard Harrison, 1977, *National Tuberculosis Association (1904-1954): A Study of the Voluntary Health Movement in the United States*, Nova Iorque, Arno Press.
- SWEETSER, William, 1836, *A treatise on consumption*, Boston, T. H. Carter.
- VAZ, Francisco de Assis de Sousa, 1832, *De l'influence salutaire du climat de Madère (île portugaise) dans le traitement de la phthisie pulmonaire et de la superiorité de cette influence sur celle des climats du sud de la France et de l'Italie*, Paris, Imprimerie de Didot le Jeune.

- VIANNA, Francisco José da Cunha, 1853, «Hospício da Princesa Dona Maria Amelia», in *Gazeta Médica de Lisboa*, tomo 1, n.º 9, p. 137.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira, 2011, «O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX», in *Ler História*, n.º 61, pp. 85-103.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira, 2016, *Conhecer, tratar e combater a 'peste branca': A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*, Porto, Edições Afrontamento/CITCEM.
- VIEIRA, P.-J., 1852, *Études médicales sur le climat de Madère*, Tese de Doutoramento em Medicina, Montpellier, Imprimerie de Ricard Frères.
- YOUNG, Thomas, 1815, *A practical and historical treatise on consumptive diseases*, Londres, B. R. Howlett.

A Casa de Saúde S. João de Deus (Funchal, 1960-2018) – Contributos para a sua História

Health House S. João de Deus (Funchal, 1960-2018) – Contributions to its History

*Aires Gameiro*¹

Resumo

Este artigo constitui uma síntese da história da Casa de Saúde S. João de Deus de 1960 a 2018. Começa por resumir os antecedentes com notas sobre economia, ciclos da cana-de-açúcar e da vinha, fatores de alcoolismo, a primeira referência aos alienados, o papel do Hospital da Misericórdia do Funchal, a reação de Miguel Bombarda, a curta existência do Manicómio Câmara Pestana (1906-1925). Refere as várias tentativas de associar os Irmãos de S. João de Deus à assistência dos doentes mentais na Madeira e seus protagonistas, e, finalmente, a fundação e inauguração (1922 e 1924). Descreve a seguir a evolução de 1924 a 1960: edifícios, aumento de doentes, tratamentos e ocupações ergoterápicas e recursos humanos.

Põe em evidência o número crescente de doentes internados e as instalações. A partir de 1980 aponta as correntes e tendências de desinstitucionalização, psiquiatria social e comunitária, novos psicofármacos, porta giratória, tratamento específico de alcoólicos para explicar a redução progressiva de doentes internados. A construção e renovação de edifícios para alcoólicos, doentes agudos, atividades culturais e ocupacionais (póidesportivo, lavandaria/rouparia, oficinas ergoterápicas e unidades de reabilitação

¹ Irmão de S. João de Deus e Sacerdote, licenciado em Teologia e em Psicologia e doutorado em Teologia Pastoral da Saúde. Foi diretor da revista *Hospitalidade*, psicólogo na Casa de Saúde do Telhal, 1972-1998, diretor das Casas de Saúde de S. Miguel, 1998-2001, e da de S. João de Deus, Funchal, 2001-2004. É Membro Honorário da Academia Portuguesa da História e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa (Secção de Medicina). Autor de mais de duas centenas de artigos científicos e quatro dezenas de livros, nomeadamente: *Emigrantes* (1984); *Manual de Saúde Mental* (1989); *Alcoolismo nos Açores e na Madeira. Padrões de Consumo em 1999 e 2000. Linhas de Prevenção* (2000); *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira* (vol. I, 2014); *Caldos Culturais de Lusofonia e Evangelização: Ensaios e Relatos de viagens Além-mar* (2015); *Transmigrações e cenários de lusofonia e cultura cristã na Europa. Em mais de uma centena de relatos de viagens por 25 países, 1956-2016* (2018). Contacto: aires.gameiro@isjd.pt.

psicossocial), a partir de 1979, serão tratados em pormenor. Descreve a evolução do quadro técnico e doutros recursos humanos, internamentos compulsivos de doentes por tribunais, criação de unidades de reabilitação, requalificação de edifícios e supressão de barreiras arquitetónicas. Descreve a passagem da Casa de cinco para 12 unidades e valências, os processos de qualificação e creditação, funcionamento da Escola de Hospitalidade e parcerias oficiais e privadas. Serão referenciadas numerosas ações de formação técnica, congressos, encontros e convenções organizados pela Casa de Saúde e pelo Instituto S. João de Deus, assim como os atos culturais para celebrar os 90 anos da história da Casa de Saúde e publicações. Será feita referência aos recursos humanos técnicos até 2018, valências, estatística de doentes e parcerias mais recentes. Terminará com algumas perspetivas assistenciais a médio prazo e referências bibliográficas essenciais.

Palavras-chave: Casa de Saúde S. João de Deus; Funchal – Madeira; Saúde Mental e Psiquiatria; Alienados; Alcoolismo; História dos Serviços de Saúde Mental; Psiquiatras Madeirenses; História da Madeira.

Abstract

This article is a synthesis of the history of the Casa de Saúde (Health House) S. João de Deus, Funchal, from 1960 to 2018. It begins by summarizing the backgrounds: it gives notes on the economy, the sugarcane and wine cycles, as alcoholism factors, tourism and migration. It recalls the first reference to alienated people, the role of the Misericórdia Hospital in Funchal, the reaction of Miguel Bombarda and the short existence of the Manicómio Câmara Pestana (1906-1925). It refers to various attempts to associate the Brothers of St. John of God with the care of the mentally ill in Madeira and its protagonists, and finally the foundation and inauguration (1922 and 1924) and evolution from 1924 to 1960: buildings, patient increase, therapeutical means, occupational therapies and human resources.

It highlights the growing number of inpatients and facilities. It points out the trends in deinstitutionalization, social and community psychiatry, new psychopharmaceuticals, revolving door, specific treatment of alcoholics to explain the progressive reduction of hospitalized patients. The construction and renovation of buildings for alcoholics, acute patients, cultural and occupational activities (sports center, laundry / clothes shop, workshops and psychosocial rehabilitation units). It describes the evolution of the technical staff and other human resources, compulsory hospitalization of patients by the courts, creation of rehabilitation units, re-qualification of some buildings and suppression of architectural barriers. And as the Health House went from five treatment units and valences to 12 in parallel with processes of quality and accreditation, functioning of the School of Hospitality and official and private partnerships. Numerous technical training actions, congresses, meetings and conventions organized by the Casa de Saúde and the Instituto S. João de Deus, as well as the cultural acts to celebrate the 90th anniversary of the Casa de Saúde and publications, will be referenced. The technical human resources until 2018, recent valences and statistics of patients and partnerships will be referred to. It will end with some medium-term care perspectives and essential bibliographical references.

Keywords: Casa de Saúde (Health House) S. João de Deus; Funchal – Madeira; Mental Health and Psychiatry; Alienated People; Alcoholism; History of Mental Health Services; Madeiran Psychiatrists; History of Madeira.

I Parte

Contexto e Precedentes

A história desta instituição de psiquiatria quase centenária articula-se com variados contextos sociopolíticos e científicos. Em primeiro lugar o dos descobrimentos e do ponto obrigatório donde o Infante D. Henrique desenvolveu os seus empreendimentos. O ciclo da cana-de-açúcar que iria fazer irradiar economicamente a Madeira para o exterior ao passo que para dentro iria trazer problemas de saúde mental ligados ao consumo de um dos seus produtos, a aguardente. A estes associou-se com igual peso económico a cultura da vinha e do vinho também com problemas do seu consumo e de situações de carestia por escassez de cereais. Nos tempos mais recentes, nos séculos XIX e XX, desenvolveu-se um outro contexto que não tem cessado de crescer até hoje, o do turismo, igualmente, fonte de divisas para a região. Paralelamente a emigração, com mais população madeirense fora que dentro, constitui outro contexto dominante; quase todos os habitantes têm parentes entre os “embarcados” e não poucos têm de receber de volta os seus doentes, entre os quais, os afetados de doenças e perturbações mentais. Este facto terá concorrido, também, para o aumento de camas de psiquiatria ao longo da história da Casa.

Na história da assistência aos alienados da Madeira até ao século XIX só é conhecida uma referência a um tronco para os amarrar do século XV. O vazio total de assistência a alienados até 1844 teve uma resposta insatisfatória no Hospital da Misericórdia que nessa data dispôs de três quartos de segurança semelhantes aos calaboiços da polícia. Estas respostas precárias mantiveram-se até aos anos 20 do século XX. No final do século XIX o contexto da situação dos alienados no Hospital da Misericórdia foi abalado por uma visita de Miguel Bombarda àqueles três quartos de contenção, aos quais fez uma crítica impiedosa em 1898 ao regressar de S. Miguel onde se tinha deslocado a pedido da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada para apoiar o planeamento do manicómio dos Açores:

«Funchal, 22 de agosto de 1898.

[...] «Hoje, que acabo de visitar o hospital da Misericórdia no Funchal, sinto o meu coração estrangulado numa dor imensa, porque nada de mais doloroso se pode imaginar. Em três quartos infectos, sem mais ar nem mais luz do que as que rompem pela única janela gradeada, numa atmosfera de mefitismo de arrancar náuseas, três desgraçados andrajosos, imundos, de aspeto repelente, vivendo em condições de abjeção que nem feras nas ménagéries das cidades civilizadas. Um deles, sem camisa, quase não podia andar, que os pés tinham-se-lhe inchado pela prolongada imobilidade; era talvez um idiota, ao parecer tranquilo que vagabundeando pelos campos fora por certo mais feliz. O segundo

vivia naquela infeção há mais de 10 anos; a sua aparência era igualmente tranquila e apenas ali o tinham, porque, sempre que o faziam sair do asqueroso covil, tentava fugir! Não! Eu não havia de tentar fugir! O último, enfim, um furioso que já escavacara parte da horrível prisão, o terceiro não menos andrajoso que os outros, vivia a sua vida, ali, naquela célula penitenciária, com este último suplício – as ALGEMAS! E através das grades estendia as mãos acorrentadas, na sofreguidão de um cigarro para depois apagar no gesto de infunda doçura o desgraçado idiota seu companheiro a quem por momentos se acabava de libertar...»²

À sua crítica nos jornais da época, o Provedor respondeu que esses quartos eram apenas a duplicação dos calaboiços da Polícia onde os alienados esperavam até terem barco, o que raramente acontecia (talvez por medo das tripulações, acrescentamos nós), para serem transferidos para o hospital de que ele, Miguel Bombarda, era diretor, isto é, Rilhafoles.

A Casa de Saúde S. João de Deus começou a ser pensada e planeada em clima hostil à monarquia e por entre meandros republicanos revolucionários de cariz maçónico, entre 1903 e 1922, por iniciativa do bispo D. Manuel Agostinho Barreto e da dona da Quinta do Trapiche. Não foi possível, diz Manuel Maria Gonçalves, por a maçonaria se opor para não favorecer o jesuitismo³. O seu início foi adiado várias vezes.

Inauguração e Síntese Histórica

A Casa foi inaugurada em 10.08.1924, na mesma quinta tomada de renda à diocese em 1922 e mais tarde comprada; e começou a funcionar com acordo de parceria com a Junta Geral do Distrito do Funchal e as estruturas locais de saúde.

Vivia-se o contexto de correntes de degenerescência da alienação mental em que se procurava fazer face às consequências da doença mental com internamento por faltarem: os meios de tratamento e de cura; e as alternativas sociais. A Casa de Saúde cedo se tornou resposta à alienação, à pobreza e aos problemas seculares de alcoolização da Ilha, os quais sempre concorreram com o maior número de entradas. A Casa em 1929 enfrentou as dificuldades da crise económica quando estava a iniciar os projetos de novas construções. Dez anos depois passou por carências da II Guerra Mundial, agravadas por falta de muitos recursos e por constrangimentos de racionamento de géneros alimentícios e materiais. Como instituição privada de assistência, com acordos de diárias com os poderes locais, era obrigada a negociações frequentes para atualizar

² Carta com data de 22 de agosto de 1898, de Miguel Bombarda, in *Portugal, Madeira e Açores. Folha Noticiosa*, 12 de setembro 1898, n.º 666, Lisboa, pp. 1-2.

³ *Hospitalidade*, 1962, n.º 107, p. 27.

as diárias, equilibrar as contas e fazer face ao aumento contínuo dos doentes com novas construções. Apesar de tudo os relacionamentos com as autoridades locais foram sempre satisfatórios para ambas as partes, sem situações de rotura.

O contexto de vizinhança e de inúmeros benfeitores e amigos suavizou as situações de maiores carências, principalmente nos primeiros vinte anos. A Casa de Saúde e os seus Irmãos enfermeiros tornaram-se, por sua vez, um recurso notável de cuidados de saúde acessíveis à vizinhança, nesses anos e nas décadas seguintes. Os meios modernos, eletrochoque, insulina e psicofármacos alteraram o contexto interior da casa e diversificaram os tratamentos. Sob pressão das correntes de desinstitucionalização, permitiram reduzir o número de doentes na Casa que por 1980 tinha atingido o máximo da sua história. Começou a ter um programa autónomo para reabilitação dos alcoólicos com morbilidades psiquiátricas reduzidas. Em contexto do 25 de Abril a Casa escapou à onda de ocupações de instituições da Igreja na Madeira. Foi neste período, em 1979, que instalou um centro especializado de tratamentos de doentes alcoólicos por onde já passaram mais de 10.000 doentes. No dobrar do século XX para XXI tornou-se centro de internamento compulsivo por via forense. Nos anos 2008-2015 a crise mundial afetou o equilíbrio financeiro obrigando a contrair empréstimos até à regularização dos créditos atualmente em fase de solução. A Casa tem mantido desde o início um clima de vizinhança de proximidade favorável devido aos laços criados devido também ao número de Irmãos madeirenses e ao facto de durante mais de dez anos a igreja da Casa, entre 1960 e 1970, ter servido de igreja paroquial e continuar sempre acessível à vizinhança.

Desenvolvimentos até 1960

A fundação desta Casa de Saúde S. João de Deus só foi bem-sucedida à quarta tentativa, em 1924. Após a experiência insatisfatória do Hospital da Misericórdia, em 1844, e a visita polémica de Miguel Bombarda, em 1898, houve uma tentativa de criação de uma Casa de Saúde particular da Igreja, anterior à existência do Manicómio Câmara Pestana. Este manicómio terá tido uma fundação de antecipação, em 1906, por um grupo de filantropos para obstar ao desejo do bispo da vinda dos Irmãos de S. João de Deus para o Funchal. Este manicómio veio a funcionar apenas durante 19 anos, e em condições muito precárias, insatisfatórias e geradoras de polémicas.

Diligências da segunda tentativa, em 1908, a pedido de D. Manuel Agostinho Barreto que estava a enviar sacerdotes doentes e outros alienados para o Telhal, levou ao Funchal os Irmãos Cosme Millan, superior do Telhal, e o P.º Augusto Carreto, mestre de noviços, mas não resultaram por a benfeitora, que ofereceria a sua quinta aos

Irmãos, ter voltado atrás com a sua palavra. O Presidente da Junta Geral do Funchal, Vasco Gonçalves Marques, ao observar o mau funcionamento do Manicómio Câmara Pestana, fez uma terceira diligência em 1920 para entregar a sua gestão aos Irmãos de S. João de Deus. A certeza de que a sua diligência iria resultar, levou Vasco Gonçalves Marques a mandar vir do Telhal ao Funchal os Irmãos Elias Pereira de Almeida e Manuel Maria Gonçalves para iniciar o processo de transferência. Teve, porém, a decepção amarga de não conseguir devido ao facto de numa reunião tumultuosa da Junta Geral, em 28 de maio de 1920, a fação maçónica se ter oposto tenazmente a essa proposta⁴.

Em alternativa D. António Manuel Pereira Ribeiro passou à quarta tentativa pedindo aos Irmãos que viessem fundar a sua própria Casa de Saúde na Quinta do Trapiche, nessa altura já entregue pela proprietária à diocese. Foi desta vez que, de facto, a Casa foi fundada pelo Irmão Manuel Maria Gonçalves a 7 de fevereiro de 1922 com a colaboração de João Francisco de Almada, diretor clínico do Manicómio Câmara Pestana. A Quinta do Trapiche foi arrendada no dia 26 e a Comunidade dos Irmãos instalou-se nela a 11 de agosto de 1922, sendo instituída canonicamente pela Santa Sé a 10 de outubro de 1922.

Os Irmãos enfrentaram grandes dificuldades económicas para adaptar a quinta, situada na cota dos 500 metros, a receber doentes, mas conseguiram com muito esforço e com muita generosidade dos madeirenses, que ajudavam mediante romagens impressionantes de donativos, ofertas de materiais e seu transporte, doações de nascentes de água e outros apoios. Basta dizer que não havia qualquer estrada ou caminho para transporte de materiais, obrigando, nos primeiros tempos, a transportar tudo às costas e até alguns doentes transferidos do manicómio. Os vizinhos ofereciam géneros, materiais e serviços; e transportavam-nos; e facilitaram, algum tempo depois, a abertura de uma estrada até ao Boliquireme. As romagens e cortejos de ofertas e donativos transformaram-se em instituição que durou bastantes anos, vindo a ser continuada com as visitas de romagem aos presépios monumentais construídos na Casa. No aspeto organizativo os Irmãos criaram duas entidades civis: a Associação dos Irmãos de S. João de Deus, a 5 de agosto de 1923, para gerir as atividades de assistência, e a sociedade de responsabilidade limitada União Familiar em 26 de agosto de 1924, proprietária da Casa, ambas com Irmãos e amigos sócios, a qual se tornou instituição legal de beneficência.

⁴ Ver a ata da sessão em GAMEIRO e GONÇALVES, 2014, *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira*, vol. I, *Os Irmãos Hospitaleiros e os alienados. Dos antecedentes a 1960*, pp. 62-75.

Extinção do Manicómio Câmara Pestana e Inauguração da Casa

Em 19 de outubro de 1923 entrou o primeiro doente; e em abril de 1924, o tratamento de um passageiro da carreira Lisboa-Funchal-África do Sul, bem-sucedido, terá concorrido para a Junta Geral vencer algumas resistências dos seus membros e decidir transferir os doentes de sexo masculino do Manicómio Câmara Pestana para o Trapiche. A «insuficiência da enfermagem, o acanhado das instalações e o tratamento brutal e desumano prestado aos doentes, e ainda os escândalos de toda a ordem que se davam dentro daquela Bastilha», pesou nessa decisão⁵. A 20 e 21 de maio entraram 38 pacientes, tendo sido assinado pela Junta Geral um contrato com os Irmãos no dia 20, que estipulava o valor de 200\$00 de mensalidade por doente. A inauguração oficial foi feita no dia 10 de agosto de 1924, pelo provincial Fr. João Jesus Adradas, na presença do bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com ata assinada também por João Francisco de Almada, diretor clínico da Casa de Saúde.

Ocorreram na história desta Casa desde o princípio três dados paralelos que muito contribuíram para consolidar a fundação: o acolhimento e a assistência a doentes pobres, na sua maioria, internados pela Junta Geral; a existência de Irmãos de S. João de Deus esmoleiros, na Madeira, em contacto com as populações por cidades, vilas e campo, a recolherem ofertas para uma assistência de qualidade a esses pobres; e a divulgação da Casa e da Ordem pelos mesmos esmoleiros a jovens candidatos desejosos de ser Irmãos. Já por 1907 entrou na Ordem o jovem António Maria Rodrigues do Nascimento (Machico, 1881-Telhal, 1947) que viria a participar no arrendamento da Quinta do Trapiche em 1922.

Os Primeiros Anos

Nos anos 20 do século XX a doença mental coexistia com a pobreza levando a Casa a responder a estas duas necessidades: doença e pobreza, mas foram sempre as autoridades locais e seus serviços de saúde que controlaram as entradas. A teoria da degenerescência concorria também para internar o mais possível e de forma prolongada; pressionando sempre mais a aumentar as camas e os edifícios. O crescimento de doentes fez-se sempre em flecha até 1976 em que atingiu o número máximo de 503.

Desde a inauguração desta Casa, o aumento dos doentes foi muito rápido como resposta assistencial face a doenças mentais específicas. Entrava grande número de deficientes mentais com perturbações causadas, por exemplo, pelo consumo de

⁵ SILVA, 1929, *Paróquia de Santo António, Alguns Subsídios para a sua História*, p. 203.

álcool durante a gravidez e a amamentação, bem como doentes mentais adultos vítimas do próprio consumo excessivo de álcool e vítimas do álcool e dos maus tratos dos pais alcoólicos durante a infância. Desde o início que foi preciso proceder à separação e tratamento dos afetados de tuberculose, doença recorrente entre os doentes internados.

A Casa, além das adaptações realizadas nos velhos edifícios da quinta, teve que planear e executar sucessivos projetos para responder ao aumento dos internamentos e para melhorar as condições habitacionais dos edifícios de acordo com as exigências da assistência e do nível de vida. Nos primeiros seis anos, até 1930, os doentes ficaram alojados em espaços adaptados nas casas das duas quintas, uma de cada lado do caminho do Trapiche. De raiz foi construído em 1930 o pavilhão de S. José, edifício modelar na época, para cerca de uma centena de doentes tranquilos com patologias ligeiras. Cerca de 40 doentes continuaram nas velhas instalações. Entre 1935 e 1936, os Irmãos construíram os edifícios da portaria, administração, farmácia, clausura, cozinha, padaria, despensa e, ainda, uma capela nova para a comunidade e para os doentes. Para acolher em melhores condições os restantes doentes, foi erguido, entre 1934 e 1938, o pavilhão da enfermaria S. João de Deus, do lado poente do caminho do Trapiche, para os doentes agudos, os tuberculosos e outros mais perturbados, atingindo-se em 1940, 194 doentes.

Tratamentos, Psicofármacos e Ergoterapia

A Casa acompanhou sempre as correntes mais atualizadas de tratamentos. Logo em 1928 nos inventários da farmácia há referências a balanças de precisão, termocautérios, bisturis, pinças, seringas e instrumentos de dentista; e nos de 1931 e 1937, aparecem algalias, autoclaves e caixas de esterilizações; mais tarde, nos de 1940 e 1946, estão registados, entre outros aparelhos, otoscópios, rinoscópios, sondas esofágicas⁶. Os doentes são separados por secções, segundo o seu estado de saúde, incluindo uma enfermaria para tuberculosos. No início para controlar os sintomas psíquicos predominava o uso da hidroterapia e de calmantes: morfina, escopolamina e os brometos. Na década de 40, foram introduzidas as terapêuticas convulsivantes: sistocardil, eletrochoque, eletrocardiozol e choque insulínico. A partir de 1944 a Casa começou a dispor de aparelho de eletrochoques.

Neste período a partir de 1950 começaram a ser administrados na Casa os primeiros psicofármacos, clorpromazina ou Largactil, Serpasil; e mais tarde nos anos 60 o Librium,

⁶ Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, 6.ª Pasta/maço, Inventários.

Valium e benzodiazepinas, usadas em simultâneo com as terapêuticas convulsivantes, insulina, cardiosol, sistocardil, EC, etc.

A ergoterapia em ocupações úteis, gratificadas, e a animação lúdica continuaram como recursos terapêuticos associados mais utilizados em paralelo com as outras terapêuticas. Podemos resumir a assistência praticada na Casa em técnicas experimentais, separação dos doentes por patologias clínicas, humanização, higiene e ocupações terapêuticas ou ergoterapia.

Segundo o que já se fazia na Casa de Saúde do Telhal, a ergoterapia foi desde o início a terapia ocupacional de eleição e estendia-se a diversas ocupações úteis na agropecuária e nos serviços domésticos. Havia ainda oficinas de sapataria, carpintaria, serralharia, forja, padaria, lavandaria em que se ocupavam doentes com habilidades especiais. Todas as ocupações úteis eram gratificadas à maneira da época com tabaco, lanches, saídas em passeio, excursões e visitas pela Ilha com piqueniques. A estas juntavam também ocupações artesanais e atividades terapêuticas lúdicas dispondo os doentes de seis instrumentos de corda. A Casa de Saúde seguia o modelo das colónias de alienados mais avançadas com multiplicidade de ocupações. Os Irmãos tornaram-se experientes neste modelo com as práticas aprendidas em Espanha, de Bento Menni, fundador, e de Luís Cebola, diretor clínico de 1911 a 1949, da Casa de Saúde do Telhal⁷.

Crescimento nos Primeiros 25 Anos

Já referimos que o crescimento em número de doentes se deveu à convergência da corrente da degenerescência dos séculos XIX-XX, defendida pelos grandes alienistas, entre os quais Miguel Bombarda; seguia a expectativa de que os alienados, uma vez doentes, ficariam doentes para o resto da vida; e se deveu também às condições sociais de extrema pobreza e ao alcoolismo, o maior problema histórico de saúde na Madeira. O princípio de internar o mais possível e de modo prolongado ou para toda a vida concorria para esgotar rapidamente as camas que iam sendo aumentadas na Casa.

Resumindo, a Casa foi inaugurada em 1924 com cerca de 40 doentes; em 1950 atingiu os 361; e, em 1960, subiu para os 405. Atingiu assim os picos mais altos da história da Casa: em 1970, contava com 492 doentes e, em 1976, acolhia 506. Podemos datar a evolução de estruturas construídas nos primeiros 20 anos: 1924-1930 – doentes internados nos espaços adaptados da quinta; 1930-1932 – pavilhão de S. José; 1932-1933 – portaria nova e casa dos Irmãos; 1934-1935 – capela em acabamento para cerca de 500 pessoas de pé; 1936-1938 – enfermaria S. João de Deus para cerca

⁷ Cf. GAMEIRO, BORGES, CARDOSO e OLIVEIRA, 2009, *Dr. Luís Cebola: um maçon na Casa de Saúde do Telhal*.

de 100 doentes agudos, subagudos e enfermaria de tuberculosos. Para fazer face aos custos destas construções foi preciso entrar em negociações difíceis com a Junta Geral passando a diária para 10\$00 logo a partir de 1927.

Dado o aumento do número dos pacientes a partir de 1940, realizou-se o planeamento, a construção e a inauguração do pavilhão de Santo António de três pisos para cerca de 120 doentes em 1953. Sendo mais tarde construído um quarto piso para aumentar em largas dezenas o número de camas. Para fazer face às necessidades crescentes da Casa construiu-se, entre 1960 e 1965, no alto da quinta do lado poente, uma grande lavandaria e rouparia. Coincidindo com o pico máximo de doentes, foi programado mais um edifício para doentes agudos, construído em 1978-1979.

Articulação com Outras Estruturas Comunitárias

Uma das estratégias muito documentadas na correspondência como prática corrente eram as altas de alguns dias para verificar se o doente já estava em condições de voltar ao convívio familiar. As cartas datadas do fim dos meses de 1937 e 1938 para a Junta Geral surpreendem por inserir quase sempre dois, três e mais nomes e freguesias de naturalidade de doentes a quem é dada alta a «título de experiência» e também alguns nomes de outros que após essas altas regressam à Casa⁸.

A Casa manteve sempre colaboração com as autoridades distritais. A Junta Geral, por indicação dos seus médicos, fazia o pedido para internamento. Além disso a assistência a militares está documentada desde 1927 e manteve-se ao longo dos anos. Na Casa foram também assistidos doentes sob a alçada da justiça; numerosas cartas e ofícios de tribunais, polícia, Procuradoria da República, etc., a pedir informações, relatórios e o envio de faturas de despesa, existentes nos arquivos, documentam esta ligação às estruturas comunitárias da Madeira.

Evolução dos Recursos Humanos

Em relação aos recursos humanos a Casa tem podido contar sempre com clínicos competentes e especializados no tratamento de doentes mentais. João Francisco de Almada (Santana, 1874-Funchal, 1942) foi o primeiro diretor clínico, desde o início até ao seu falecimento, em 1942. Foi sócio da associação Irmãos de S. João de Deus e presidente da União Familiar, sendo coadjuvado por William Clode de 1932 a 1942.

⁸ Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, 2.^a Pasta de Facturas de Doentes a cargo da Junta Geral e de correspondência.

O segundo diretor clínico, Aníbal Augusto de Faria⁹, manteve-se no cargo de 1942 a 1969. No seu tempo foram introduzidas novas terapêuticas, psicofármacos, EC, insulina e outras. Neste período trabalharam na Casa também os médicos António Alberto Faria França Jardim (1916-1972) e Humberto Pestana Júnior (1912-1987).

Até aos anos 70, os Irmãos enfermeiros eram coadjuvados por auxiliares nos serviços de enfermagem, cozinha, lavandaria, costura, sapataria, lagar e agropecuária, forja/serralharia/carpintaria. Nestes serviços de apoio também se ocupava grande número de doentes em regime de ergoterapia. No final dos anos 70 deu-se uma alteração significativa nos recursos humanos de enfermagem; para assegurar os horários de 24 horas de enfermagem começaram a trabalhar na Casa enfermeiros contratados.

A animação e ludoterapia continuaram a ser implementadas; em 1960 a Casa adquiriu máquina de cinema para longas metragens que foi instalada no salão de festas do pavilhão de S. José e, nos anos 80, mudada para o novo anfiteatro cinema.

II Parte

A História da Casa de 1960 à Atualidade

Proposta do IAP Não Aceite

A instituição funcionou sempre em regime convencionado de parceria estreita com a Junta Geral do Funchal e, após a autonomia, no seguimento do 25 de Abril, com o Governo Regional da Madeira. A história da Casa, contudo, regista no seu arquivo¹⁰, nos anos 1958-1970, uma tentada articulação com o Instituto de Assistência Psiquiátrica (IAP) que não viria a resultar. O IAP constituiu uma peça importante nas sucessivas medidas para reformar a assistência social e dar uma resposta da assistência pública aos doentes sem recursos. Apesar das tendências legislativas terem começado nos anos 30 do século XX a partir da Direção Geral da Assistência, só por 1945 se começou a articular a secção de assistência psiquiátrica segundo a Lei 2006 de 11 de abril de 1945, vindo o Instituto de Assistência Psiquiátrica a ser criado em 1958¹¹. Nos anos 60 o IAP procurava aumentar as camas para dar resposta aos doentes mentais de tipo asilar, da sua responsabilidade, que ainda não eram tratados nem assistidos por falta de capacidade dos estabelecimentos existentes, tanto os de iniciativa do Estado como

⁹ Aníbal Augusto de Faria (São Vicente, 1901-Funchal, 02.11.1972), formado na Universidade de Coimbra e licenciado em Psiquiatria na Universidade de Lisboa.

¹⁰ Cf. II Livro das Atas dos Capítulos Conventuais (CC), 1948-1986, nas datas referenciadas.

¹¹ Cf. SOARES, 2008, «A Reforma dos Serviços de Assistência Psiquiátrica».

de iniciativa particular. Para implementar este objetivo o IAP precisava de aumentar as camas e a capacidade de assistir os doentes; o que o levou a pedir uma parceria à Casa de Saúde S. João de Deus do Funchal.

Na assembleia dos Irmãos da Casa, Ata 162 de 02.05.1966, foi apresentado à consideração o ofício n.º 1119/5 de 18.4.66 que a Direção Geral de Assistência (Centro [Instituto] de Assistência Psiquiátrica) enviou ao Irmão Provincial, com as bases do acordo a que se queria chegar com a criação de um Centro Psiquiátrico no Funchal, com 100 camas da Casa de Saúde do Trapiche. Todas as despesas e enfermagem seriam à conta da Casa mas o seu corpo clínico não contaria para nada. A comunidade dos Irmãos considerou que 100 camas, das 432 de que a Casa dispunha nessa data, era muito; a Casa seria mera servidora para doentes agudos e asilo para os outros: os médicos da Casa não seriam integrados no centro e os Irmãos meros enfermeiros “criados” da organização no dizer da alínea d) do ofício de resposta; e até a Casa ficaria em parte “propriedade” desse Centro. A letra do ofício não aponta sequer vantagens financeiras; nem sequer, ao contrário da Casa de Saúde S. João de Deus de Barcelos, os médicos da Casa tratariam e dariam alta aos doentes¹². Apesar da opinião geral dos Irmãos ter dito não, o IAP não desistiu e veio apresentar nova proposta de a Casa criar uma seção para menores. A Comunidade estava a planear a remodelação do Pavilhão de Santo António para melhorar as condições de superlotação dos seus serviços. De facto, a reunião dos Irmãos de 22.08.1967, volta a tratar do mesmo assunto. É apresentado novo ofício do IAP a informar que a Junta Geral pagaria por diária 32\$00 nos primeiros 120 dias sugerindo em ofício próprio que o piso a acrescentar ao pavilhão de S. António seria para uma seção de menores de 15 anos; e ainda acrescentava que os clínicos da Casa fariam parte do Centro, anteriormente proposto, se aceitassem a proposta¹³.

A Comunidade preparou a resposta nessa reunião de 22 de Agosto de 1967 que no livro de atas tem à margem o n.º 178, mas constitui apenas a minuta da resposta. Explica que a Casa não poderia aceitar; pois o quarto piso, a construir no pavilhão de Santo António, serviria para transferir doentes doutras seções superlotadas da Casa para melhorar as suas condições; e além disso, não concorda com a mistura de crianças e adultos em espaços impróprios para elas. Como se verá na alínea seguinte, o projeto de remodelação avançou fora das propostas do IAP, como estava previsto.

¹² Cf. Ofício n.º 1119/5 de 18.4.66, Direção Geral de Assistência (Centro [Instituto] de Assistência Psiquiátrica) e II Livro de Atas... (CC, n.º 162).

¹³ Cf. II Livro de Atas... (CC, n.º 177, de 22.08.1967).

Dois Edifícios

De 1961 a 1963, sob a direção do Irmão Manuel Joaquim Valente (1959-1965), foi construída uma grande lavandaria e rouparia de dois pisos, equipada e aumentada com um terceiro piso por 1970-1972. Para responder ao aumento de doentes o pavilhão de Santo António, inaugurado em 1954, e já superlotado em 1966, recebeu em 1967-1968 o planeado quarto piso sendo renovado no seu todo. As camaratas grandes, com um único bloco de salas de banho, foram divididas em salas de 6 camas, cada uma com sala de banho; foi instalado elevador e feitas outras alterações que ficaram concluídas em 1971. Como os doentes continuavam a aumentar no tempo do superior/diretor Irmão Adriano Barbosa Moreira Duarte (1965-1971), foi ainda projetado um “anexo de Santo António” entre a sua frente e a estrada, de três pisos, sobre colunas e vigas de um espaço livre, para alojar mais doentes, a inaugurar por altura dos 50 anos da Casa em 1974, sendo o rés-do-chão ocupado posteriormente com um bar e espaçoso salão e, por cima, no segundo piso, uma espaçosa sala de conferências para cerca de 150 pessoas, Sala do Sermão de S.^{to} António aos Peixes, em virtude de uma tela de António Gouvêa aí colocada em 1976.

Novo Pavilhão

O aumento dos doentes exigiu, no tempo do superior/diretor Irmão Manuel Fernandes Pimenta (1971-1977), a construção de um novo pavilhão de quatro pisos, a norte do edifício de Santo António, para alojar os doentes agudos e substituir a Enfermaria de S. João de Deus que ficaria para doentes de longo internamento. Após a construção do novo edifício, questões diversas, entre elas a doença do superior/diretor Irmão Ângelo da Silveira (1977-1980) e sua substituição por outro, interino, o Irmão Henrique Alminhas, o novo “S. João de Deus”, como veremos abaixo, acabou por ter dois primeiros pisos inaugurados em 25 de novembro de 1979 como Centro de Alcoologia (São) Ricardo Pampuri, Irmão médico italiano, só para doentes agudos do álcool.

Visitas Ilustres entre 1960 e 1969

Nesta década ficaram registadas visitas de superiores maiores, provincial e geral, e de dois bispos da diocese.

O Irmão provincial, José Joaquim Fernandes, visitou a Casa em 22 de Junho de 1962 e em 10 de Janeiro de 1964; e o provincial, Irmão Ângelo de Braga, visitou-a para estudar a construção de novo pavilhão e negociar as diárias com a Junta Geral

em 1966¹⁴, tendo feito nova visita em 1967. Recomendou melhor nível técnico associando a ciência e a técnica, a caridade e a hospitalidade, sempre dentro da sua essência eterna, conforme o exemplo que foi dado por S. João de Deus, bem como por muitos Irmãos tão veneráveis. No mesmo ano, em 25 de agosto, acompanhado pelo Provincial, a Casa foi visitada pelo Superior Geral, Fr. Higinio Aparício, com o secretário P.º Manuel Lourenço; e no dia 28.04.1970, e de novo em 1976, pelo novo Superior Geral, Fr. Alphonse Gauthier, tendo esta sido antecedida, em 1974, pelo Provincial Irmão Diamantino Ferreira.

O bispo da diocese, D. David de Sousa, celebrou a festa de S. João de Deus no dia 8 de março de 1958 na Casa; e no dia 2 agosto de 1964 administrou o crisma a 234 jovens da nova paróquia da Graça e a alguns doentes na capela da Casa que serviu durante cerca de uma dezena de anos de igreja paroquial¹⁵, felicitando a paróquia por ter comprado mais 5.000m² de terreno para a futura igreja e agradecendo o apoio dado pelos Irmãos à paróquia para utilizar, sem encargos, a capela da Casa. No fim da celebração o ilustre visitante almoçou com os Irmãos.

D. João da Silva Saraiva Inaugura Presépio Monumental em 1968

O cronista Aristides¹⁶ descreve a inauguração do presépio monumental do Natal de 1968, pelo bispo D. João da Silva Saraiva, na presença das autoridades. O presépio foi «construído numa área de 500m²» em casa de madeira coberta de colmo ao estilo madeirense. Dispunha de uma dezena de cenas e 45 figuras de tamanho natural. Em dias de muitos visitantes oferecia ainda vários quadros vivos em que entravam doentes vestidos à época. Todo ele foi integrado nas atividades de terapia ocupacional da casa que assiste 450 doentes, diz o articulista. Houve pessoas que o visitaram repetidamente, algumas até uma dúzia de vezes. Anotamos que o pavilhão coberto de colmo do presépio seria, provavelmente, aquela estrutura colocada no ângulo do caminho do Trapiche para a estrada do Boliqueime que o pintor António Gouvêa¹⁷ captou na sua tela de 1970 existente na secretaria da Casa.

¹⁴ Cf. *BIFH (Boletim de Informação Familiar e Hospitaleira)*, abril de 1966, p. 36.

¹⁵ Cf. «Trapiche informa», in *BIFH*, julho-agosto de 1964, pp. 14-18.

¹⁶ Cf. ARISTIDES, «Voz da Madeira», in *BIFH*, maio de 1969, pp. 26-31.

¹⁷ António Gouvêa (1910-1992). José Manuel Gouvêa, filho de António Gouvêa, visitou a Casa de Saúde S. João de Deus no dia 27.09.2017. Com ele observámos os quadros na Casa: 1 – tela de vista geral da Casa, 1970, na Secretaria; 2 – Ceia, 1970, no refeitório dos Irmãos; 3 – Fresco de S. João de Deus, 1974 (único na Madeira), na Receção; 4 – tela de S. Rafael, 1974, na Sala de Visitas; 5 – tela do Sermão de Santo António aos Peixes, 1976, na sala com este nome; 6 – tela de S. João de Deus a salvar doentes do fogo no Hospital Real de Granada, 1973, 03.07.1549, no Centro de Reabilitação de Alcoólicos (CRA); e 7 – S. Ricardo Pampuri, 1991, no CRA. António Gouvêa é autor de outros quadros da igreja do Bom Jesus de Ponta Delgada, Madeira.

Bodas de Ouro da Casa, 1974: Obras de Arte e Inovações

No mandato do Irmão Manuel Fernandes Pimenta, superior/diretor (1971-1977), a Casa passou por algumas renovações nas estruturas e inovações. A cozinha passou a funcionar a gás (1972), a ala sul de S. Lucas, construída por 1950 para salas de banho e apoio, no piso zero do edifício, foi duplicada para doentes (privados?) em regime de repouso junto da qual foi elevado um presépio monumental em pré-fabricado. Em 1973 João de Freitas Capelo e familiares doaram condicionadamente à Ordem uma casa e área rural no Boliqueime¹⁸.

A Casa recebeu algumas obras de arte, entre elas a estátua de S. João de Deus no jardim de entrada no dia 8 de março de 1971, em mármore de Estremoz do escultor Vasco Malveira (1971)¹⁹. Aparenta ser de inspiração/réplica da estátua de bronze do Largo de S. João de Deus, Montemor-o-Novo, do escultor Manuel Fragoso (1950).

A capela foi renovada com instalação de som, lambrins em painéis de madeira de carvalho, vitrais, genuflexórios, dois confessionários de mogno, colocação de seis painéis trípticos da vida de S. João de Deus em tela, e um quadro de Santa Cecília, pintados pelo artista Henrique Afonso Costa (1912-?)²⁰ e um Crucifixo em tamanho natural.

De 1973 a 1975 foi publicado o boletim policopiado *A Voz do Doente* com finalidades de «ergoterapia literária» do qual o Arquivo da Província conserva oito números²¹.

Obras, Edifícios e Equipamentos, 1975-1989

Para substituir o superior/diretor Irmão Ângelo Silveira de Sousa (09.06.1977 a 4.03.1978), impedido, por doença, de continuar a exercer as suas funções, foi nomeado superior/diretor interino o Irmão Henrique Alminhas que chegou à Madeira acompanhado pelo Provincial Irmão Júlio Faria, no dia 29 de abril de 1978. No seu mandato iniciou-se o tratamento de alcoólicos com programa específico em edifício próprio em 1979, como vamos descrever.

¹⁸ Cf. Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, 12.^a Pasta, Escrituras... 1922-2009.

¹⁹ Na base da estátua não há nome do escultor mas apenas: «Granitos e Catarias. Mármore de Maceira. Maceira-Sintra. Portugal».

²⁰ Henrique Afonso Costa é autor da tela de 9x8m, 1978, existente no Teatro Baltazar Dias, homenagem a Winston Churchill a pintar em Câmara de Lobos. Natural de Cascais, n. 18.09.1912, fixou residência na Madeira, por 1970, como pintor de publicidade e dedicou-se ao restauro e a trabalhos diversos de pintura, nomeadamente arte sacra, havendo obras suas em algumas igrejas da região, São Martinho, Canhas, São Jorge, Gaula, Calheta, Seixal, etc. «O pintor Luís António Bernes realizou a decoração da igreja nova de São Martinho, no Funchal, em parceria com João Silvino e Henrique Afonso Costa, assinando os três pintores o painel central em 1957» (LADEIRA, 2016, «Bernes, Família»). Terá falecido em S. Martinho em data desconhecida.

²¹ Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, 10.^a Pasta.

Na ata da reunião da comunidade dessa data (CC – Capítulo Conventual – de 03.01.1975), é dito que ia ser construído o novo pavilhão de S. João de Deus para doentes agudos entrados, entre o pavilhão de Santo António e o estendal²², tendo sido acrescentado um quarto piso para os alcoólicos. As obras começaram em 1975 e o edifício estava em acabamentos em 23.11.1977²³.

Quando se pensava na transferência dos doentes entrados para esse novo «Pavilhão de S. João de Deus» terão surgido imprevistos. O superior/diretor Irmão Henrique Alminhas decidiu em 4 de março de 1978 que o primeiro e o segundo piso deste edifício fossem destinados aos doentes alcoólicos entrados, sendo aberto no dia 5 de novembro de 1979 como Centro de Reabilitação de Alcoólicos Ricardo Pampuri²⁴.

A inauguração, em 5 de novembro de 1979, foi feita pelo Presidente do Governo Regional, Alberto João Cardoso Jardim, o superior/diretor, o Irmão Henrique Alminhas, o diretor clínico, Armindo Saturnino Figueira da Silva, e o Irmão Feliciano Gaita, enfermeiro coordenador e elo de ligação às comunidades locais de origem dos doentes em tratamento. Até ao presente esta Unidade constitui um serviço de prevenção, tratamento, recuperação e reabilitação de homens e mulheres com problemas ligados ao álcool. Convém acrescentar que após quatro anos de funcionamento, esteve fechado entre 31 de março e 5 de novembro de 1984, por falta de verba para pagamentos das diárias dos doentes pelo Governo Regional, conforme contratualizado. Resolvido o problema, foi reaberto a 5 de novembro do mesmo ano com sessão de reabertura oficial a 25 de novembro de 1985 pelo Presidente do Governo Regional, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, e vários membros do Governo Regional, tendo o Presidente destacado a ação dos Irmãos de S. João de Deus na Região no funcionamento desta Obra e assegurando o seu apoio: «sem a vossa Congregação não era possível ter esta obra a funcionar»²⁵.

Renovação de Edifícios e Novo Pavilhão de S. José

Na década de 1980 a 1990, no mandato dos superiores/diretores Irmão João Carvalho Pereira (1980-1983) e Irmão Henrique Correia Alminhas (1983-1989), a Casa teve que enfrentar a renovação total ou a demolição do velho e construção do novo

²² No dia 20.05.2015 o Irmão João Carvalho, superior de 02.06.1980 a 01.08.1983, disse ao autor que este pavilhão se destinaria a centro de saúde mental da Região Autónoma da Madeira.

²³ Cf. II Livro de Atas... (CC de 23.11.1977). No CC de 23.11.1977, já se dava por acabado sendo a Comunidade informada de que em breve se procederia à passagem dos doentes entrados (e alcoólicos) da "Enfermaria S. João de Deus para esse novo Pavilhão de S. João de Deus".

²⁴ II Livro das Atas... (CC de 12.10.1979).

²⁵ A.T. MARTINS, «Reabertura do Centro de Recuperação de Alcoólicos», in *BIFH*, dezembro de 1985, pp. 20-22.

pavilhão de S. José. Era preciso renovar e aumentar as camas do velho, datado de 1928-1932, tanto mais que o edifício acabado de construir destinado aos doentes mentais entrados servia agora para tratamento dos alcoólicos. Entretanto, nos anos 1980 e 1981, avançou a alternativa de construir um pavilhão novo a nordeste do velho sem se resolver o que fazer do velho, que já não satisfazia as necessidades dos doentes apesar de ser modelar quando foi construído. Em outubro de 1981²⁶, já o edifício novo tinha a estrutura em acabamento, mas as obras prolongaram-se até março de 1984 com grandes investimentos como vamos ver.

Ritmo de Orçamentos e Investimentos

No início de 1982 é apresentado o orçamento que contempla 15 mil contos para obras no novo pavilhão de S. José, mil contos para despesas de conservação e outras; mil contos para material de transporte e 250 contos para vários equipamentos num total de 17.250 contos. E para aquisição de gerador 3 mil contos; para equipamento das oficinas 50 contos; material audiovisual, 100 contos; móveis, 500 contos; rouparia, 500 contos; louças e talheres, 50 contos; e animais, 350 contos. Total: 4.800 contos. Tudo aprovado por unanimidade de 11 votos²⁷.

Em setembro do mesmo ano na reunião do CC de 17.09.1982²⁸ era aprovado o orçamento para 1983 em que se contemplavam 12 acrescidos de 5 mil contos de pagamentos da construção do pavilhão novo, para a empreitada e a revisão de preços; e mil contos para o projeto de remodelação do pavilhão velho.

Além desses dois itens de investimento de 17 mil contos, o orçamento de 1983 abrangia ainda 5 mil contos para o Anexo da cozinha; 5 mil para pintura e arranjos de Santo António; 800 para material de transporte; 1.000 para móveis e equipamento; 2.500 para imóveis diversos; e mais 10 mil contos equipamentos do novo S. José; 1.000 para placas solares; 750 para equipamento hospitalar; 1.250 para equipamento de oficina; 500 para material audiovisual; 500 para móveis; 1.000 para rouparia; 300 para louças e talheres; 350 para animais de aviário. Total: 46.950 contos²⁹. Foi aprovado por 10 contra zero.

O novo S. José foi acabado pelo Irmão Henrique Alminhas em novo mandato (1.08.1983-21.05.1989); foram colocados o ascensor por 1.100 (mil e cem) e placas solares, em 1983. Nos inícios de 1984 preparou-se a inauguração e decidiu-se demolir o velho

²⁶ Cf. *BIFH*, outubro de 1981, pp. 15-16.

²⁷ Cf. II Livro de Atas... (CC de 30.01.1982).

²⁸ Cf. II Livro de Atas... (CC de 17.09.1982). Uma nota a seguir a esta reunião diz que não houve reuniões formais entre 19 de setembro de 1982 e 20 de outubro de 1983. O P.^e Nuno Filipe, chegado à Casa a 24.09.1983, foi o secretário das reuniões a partir desta data.

²⁹ Na ata, por lapso, estão 41.950.

para no seu espaço construir a lavandaria/rouparia, salas de costura, gimnodesportivo, sala de espetáculos e sala de ergoterapia. O volume de investimentos tornou difícil equilibrar as contas. Na reunião da comunidade de 13.01.1984 foi dada a informação de que os 13 mil contos em caixa dão apenas para as despesas da Casa durante dois meses³⁰ deixando claro que as despesas com o novo pavilhão constituíram um esforço notável. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais foi convidado a visitar as Casas de Saúde dos Irmãos e das Irmãs para ser informado que as dificuldades financeiras não permitiam pagar o 13.º mês³¹. No princípio de 1985, veio a verificação de que as receitas do presépio monumental, em vez de cobrir as despesas, 1.490.889\$00, as ofertas da sua caixa deram apenas 1.095.531\$50 e deixaram a descoberto 395.358\$00, sem contar as horas extraordinárias ao pessoal³².

Inauguração do Novo Edifício S. José

Alexandre Tavares Martins³³ refere que o novo pavilhão de S. José está em vias de acabamento, com rampa por trás, a norte, e que se pensa inaugurá-lo a 8 de março de 1984, festa de S. João de Deus³⁴; ao passo que o velho dará lugar a uma lavandaria, rouparia, ergoterapia, gimnodesportivo e cinema; o que indica que já tinha sido posto de parte a sua remodelação ou aumento. Em março de 1984, escreve que o novo pavilhão tem capacidade para 80 doentes agudos³⁵, e em maio³⁶ que as grandes chuvadas derrubaram cerca de 20 a 30 metros do muro da quinta da Casa do lado do Laranjal. Relata a seguir a festa de S. João de Deus e a inauguração do pavilhão de S. José do dia 8 de março, presidida por D. Teodoro de Faria com 8 sacerdotes concelebrantes na presença do Irmão Provincial, o Irmão Canês, do Irmão João Carvalho Pereira e os Irmãos da comunidade; e ainda dos carmelitas, franciscanos, Irmãs dos Álamos e Câmara Pestana, que animaram o canto, muitos doentes, empregados, voluntários de S. João de Deus e povo. Terminada a missa, realizou-se a inauguração do novo pavilhão já ocupado com 35 doentes agudos com a bênção por D. Teodoro seguindo-se o almoço de confraternização para os convidados, médicos, empregados, cantoras, voluntários, amigos e benfeitores. Os acabamentos de acessos continuaram após a inauguração, em especial a galeria coberta de ligação entre o novo S. José e a cozinha.

³⁰ II Livro das Atas... (CC de 13.01.1984).

³¹ II Livro das Atas... (CC de 28.11.1984).

³² II Livro das Atas... (CC de 01.03.1985).

³³ MARTINS, Alexandre Tavares, «Notícias do Funchal», in *BIFH*, janeiro-fevereiro de 1984, p. 14.

³⁴ O texto diz 9, mas será um lapso de impressão.

³⁵ Cf. *BIFH*, março-abril de 1984, pp. 31-32.

³⁶ Cf. *BIFH*, maio de 1984, p. 24.

No período de 1978-1985 várias outras obras se realizaram: casa mortuária, escada norte entre refeitório dos Irmãos e a cozinha, quartos de banho, telhado de zinco no terraço e colocação de caixilharia de alumínio nas janelas da clausura (1981) e na longa galeria do jardim de Santo António/S. Lucas (1981), e por fim a ligação dos esgotos à rede da Câmara Municipal, estendida até à Casa de Saúde; outra galeria de 45mx5m, construída na frente sul de Santo António para lazer, salas de banho, barbearia, etc.³⁷; um gerador elétrico de emergência (1982); a cobertura no tanque da Barreira³⁸, e um tanque de água potável no local da casa da luz³⁹; um barracão-armazém de sucata de madeiras e ferro a sul do pavilhão de S. José, e relógio de ponto (1985) e uma nova máquina de lavar roupa, polimáquina, para 50 quilos pelo preço de 944.300 mil escudos. No CC de 04.01.1985 foi aprovada a colocação de painéis solares de aquecimento de água para toda a Casa de Saúde⁴⁰, e no CC de 23.08.1985⁴¹ a colocação de caixilharia de alumínio nas janelas das frontarias leste e sul dos pavilhões de S. João de Deus e S. Lucas.

Obras em Curso, 1986-1989

O anexo da cozinha ficou pronto; o pavilhão velho de S. José é demolido para construir a rouparia, lavandaria, cinema oficinas de ergoterapia e gimnodesportivo⁴²; o primeiro computador da Casa foi instalado no dia 21 de janeiro de 1987, e faziam-se as primeiras de ligação da TV. O cronista do boletim⁴³ descreve as obras em curso dizendo que o cinema mede 12x12 metros e o palco e anexos, salas de banho e vestiários 6x12, ao passo que o gimnodesportivo tem 23,50x11,50 ficando entre um e outro um espaço comum para os intervalos. No segundo piso funciona o projetor e uma tribuna de espectadores do ginásio. Por baixo do gimnodesportivo, no rés-do-chão, ficam as lavandarias, sala de costura, máquinas de secagem; e por baixo do cinema ficam quatro salas e dois quartos para teares e oficinas, etc. Obras que iriam ficaram prontas e foram inauguradas em 16 de abril de 1989⁴⁴ pelo Presidente Alberto João Jardim.

³⁷ Cf. *BIFH*, agosto-setembro de 1981, pp. 20-22.

³⁸ Cf. *BIFH*, dezembro de 1982, p. 25.

³⁹ Cf. *BIFH*, julho de 1983, p. 13.

⁴⁰ II Livro das Atas... (CC de 04.01.1985).

⁴¹ II Livro das Atas... (CC de 23.08.1985).

⁴² Cf. MARTINS, Alexandre Tavares «Notícias do Funchal», in *BIFH*, abril de 1986, pp. 28-29. Este anexo permitiu o terraço novo do mesmo tamanho por cima e substituir uma janela por uma porta entre ele e a biblioteca junto à claraboia da cozinha. Esta casa de espetáculos com 200 cadeiras recebe o nome de "Centro de Encontros Bento Menni" em abril de 1990 (*BIFH*, maio de 1990, p. 20).

⁴³ MARTINS, Irmão Alexandre Tavares, «Notícias do Funchal», in *BIFH*, dezembro de 1988, pp. 24-25.

⁴⁴ MARTINS, Irmão Alexandre Tavares, «Notícias do Funchal», in *BIFH*, maio de 1989, pp. 19-21, em que cita a crónica do *Jornal da Madeira* de 17.04.1989 a referir que o valor destas obras foi de 150 mil contos.

Na década de 1989 a 1998, nos mandatos dos superiores/diretores Irmãos António Matos Matias (1989-1992) e Horácio Martins Monteiro (1992-1998), o ritmo das obras e melhoramentos abrandou, mas não parou. Abriu-se um caminho de acesso à horta; em 1991 a estrada Trapiche/Boliqueime é alargada e alcatroada para permitir os transportes públicos⁴⁵; e é pedido à Câmara Municipal a construção de um abrigo na paragem em frente da entrada, propondo-se a Casa oferecer terreno⁴⁶. No mandato do novo superior/diretor Irmão Horácio Martins Monteiro (1992-1998) foi construído o Bar Panorâmico, inaugurado em 16 de fevereiro de 1995, na parte baixa do jardim de S. José, com vista para a Baía do Funchal, com salão de 150 cadeiras, gabinete de pastoral da saúde e animação e voluntariado, salas anexas de fumadores, biblioteca dos doentes e sala para onde foi transferida em 2003 a escola de ensino recorrente de escolarização dos utentes que funcionava no anexo de Santo António⁴⁷.

Neste período, além das ocupações de ergoterapia, utilitárias e gratificadas, funcionavam um ateliê geral no antigo bar, um ateliê de tecelagem artesanal, com professor dos serviços de educação em que alguns doentes se escolarizam. A Casa foi dotada de um ginásio equipado com dezenas de aparelhos, situado no rés-do-chão do edifício de Santo António, em que grupos de doentes começaram a praticar exercícios físicos sob orientação de monitores.

Ciclo da Desinstitucionalização

Correntes de Psiquiatria

A década de 70 do século XX foi fértil em novas correntes e tendências na área da assistência psiquiátrica. Sucederam-se, combinaram-se e atacaram-se várias delas. Recordemos, de entre elas, o sistema de porta aberta, psiquiatria social, psiquiatria comunitária; a antipsiquiatria, conceito polémico, a mais iconoclasta, e a desinstitucionalização. O encontro de 12-14 de outubro de 1974, no Hospital de Santa Maria, Lisboa, ficou marcado por cenas inesperadas. O encontro do GODIP (Grupo Organizativo de Debates sobre Instituições Psiquiátricas) teve a participação de David G. Coopers (1931-1986) e Ronald David Laing (1927-1989). Nos debates exprimiram-se barbaridades, tais como as que o enfermeiro Cândido da Costa registou⁴⁸.

⁴⁵ Cf. *BIFH*, maio de 1990, p. 20.

⁴⁶ Cf. *BIFH*, março de 1991, p. 22.

⁴⁷ Cf. *BIFH*, março de 1995, pp. 12-14.

⁴⁸ COSTA, 1975, «Sobre debates e congressos de psiquiatria»: «Vamos imediatamente destruir o busto de Egas Moniz e o museu do mesmo nome»; «vamos amanhã abrir as portas dos manicómios...» E ainda, ouvimos nós: vamos rebentar as grades do Hospital Júlio de Matos e libertar os doentes.

Por 1980 a Casa iniciou um processo de desinstitucionalização implementado com sucesso por Saturnino da Silva⁴⁹, valorizando a psiquiatria comunitária mediante a ligação à família, internamentos breves, sistema de porta giratória e colocação de doentes em lares e na família. Foi assim possível reduzir a lotação máxima da história da Casa de mais de 500 doentes e estabilizá-la à volta de 300 doentes até hoje.

O ciclo de desinstitucionalização e de redução do número de doentes internados atribui-se, porém, a vários outros fatores, a novas metodologias, aos psicofármacos de segunda geração, aos decanoatos de efeito retardado em injeções mensais e quinzenais, e outras terapias. A corrente ideológica extremista da antipsiquiatria dos anos 70, apesar de polémica e por vezes “enlouquecida”, pressionou a adoção do sistema da porta aberta, porta giratória, psiquiatria comunitária e, pela última década do século XX, a reabilitação psicossocial, sempre coadjuvadas por sucessivas gerações de psicofármacos. Estas mudanças promoveram tempos mais curtos de internamento, repetidas altas e novas readmissões em caso de crise, a manutenção dos laços familiares e mais saídas definitivas. Tudo concorreu para reduzir os doentes internados. Saturnino da Silva, no tempo em que exerceu a função de diretor clínico, como pode ser visto na documentação referida no final, favoreceu a desinstitucionalização de muitas dezenas de doentes, a par da conseqüente reinserção familiar, incluindo casos de carácter social. De 1980 a 1990 o número de doentes internados desceu para 374 e de 1990 a 2000 para 274. Nesta década, iniciou-se a reabilitação psicossocial implementada em cerca de 60 pacientes, em cinco unidades de reabilitação. O número de doentes internados estabilizou, rondando, em 2014, os 270-280 doentes.

Nos anos 70 do século XX os deficientes mentais jovens e adultos começaram a ter os seus centros de dia e escolas especiais e a serem internados cada vez menos na Casa de Saúde de psiquiatria, mantendo-se as valências de doentes agudos e de internamento longo, sendo em 1979 acrescentada a valência dos alcoólicos como veremos. Desde a inauguração da Casa, o aumento dos doentes foi muito rápido, porquanto falhava resposta assistencial face a doenças mentais específicas.

⁴⁹ Armindo Saturnino Pinto Figueira da Silva, São Pedro, Funchal, 11.02.1940, iniciou funções na Casa em 1969 como terceiro diretor clínico, coadjuvado pelo psiquiatra José Vieira Nóbrega Fernandes e por outros clínicos, técnicos e enfermeiros. Frequentou o liceu do Funchal e a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, em que se licenciou em 30.07.1965, obtendo a especialidade de Psiquiatria em 1968. Exerceu no Centro de Saúde Bom Jesus e, de 1969 a 2001, foi diretor clínico da Casa e da Casa de Saúde Câmara Pestana e do Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família. Desempenhou ainda as funções de médico chefe de Saúde Mental da Direcção Regional de Saúde Pública, ensino de Psiquiatria, atividades jornalísticas de divulgação científica sobre as doenças alcoólicas e meios de as combater, estudos sobre a evolução da Psiquiatria na Madeira. Tem sido membro de várias organizações entre elas da Sociedade para o Estudo da Deficiência Mental e de organismos de alcoologia e adições, tendo proferido várias conferências médicas e colaborado em várias publicações.

Havia também um grande número de deficientes mentais afetadas pelo consumo de álcool durante a gravidez e a amamentação, e pelo *spectrum* de perturbações alcoólicas fetais, e por sequelas de consumo excessivo de álcool. Os deficientes, vítimas do álcool das mães durante a gravidez e dos maus tratos de pais alcoólicos durante a infância ou do próprio consumo desde tenra idade, concorreram sempre para aumentar o número de doentes mentais na Ilha⁵⁰, e as crónicas jornalísticas sobre a Casa logo nos primeiros dez anos o comprovam⁵¹.

Resposta Específica para os Problemas Ligados ao Álcool

A partir de 1979 a Casa criou resposta específica para os doentes alcoólicos sem e com outras morbilidades, os quais concorriam com mais de 50% dos internamentos agudos na Casa de Saúde. Foi criado o Centro de Reabilitação de Alcoólicos S. Ricardo Pampuri com 22 camas, um programa de tratamento mais curto e específico que veio também contribuir para reduzir o número de camas no resto da Casa de Saúde. O Centro de Reabilitação de Alcoólicos (CRA) foi inaugurado em 5 de novembro de 1979, como já ficou dito, acima, pelo Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, estando presentes o diretor/superior da Casa, o Irmão Henrique Alminhas, o Secretário Regional da Saúde, Nélio Mendonça e o diretor clínico, Saturnino da Silva, alcoologista competente, coadjuvado pelo Irmão Enfermeiro Feliciano Gaita, até 2001 a marca de enfermagem do Centro. Este serviço tem continuado os seus padrões de qualidade. Funcionou desde o início em regime aberto, para homens e mulheres, oferecendo um programa de tratamento com intervenção biológica, psicossocial e espiritual, cuja duração era um mês.

Ciclo de Requalificações e de Reabilitação Psicossocial, 1998-2015

Psiquiatria Forense

Como já ficou dito acima a Casa de Saúde desde o início sempre assistiu doentes prisionais e outros referenciados pelos tribunais, mas desde finais do século XX ficou abrangida pela Lei de saúde mental, n.º 36/98, de 24 de julho, para os internamentos compulsivos, que teve nova versão com a Lei n.º 101/99, de 26/07. A Casa sempre tratou doentes sob a alçada da justiça, mas em alojamentos comuns com os dos outros doentes, podendo circular nos espaços e jardins da unidade de agudos.

⁵⁰ Cf. SILVA e MENEZES, 1922, *Elucidário Madeirense*, vol. II, na entrada «Junta Agrícola».

⁵¹ Cf. GAMEIRO e GONÇALVES, 2014, *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira*, vol. I, *Os Irmãos Hospitaleiros e os alienados. Dos antecedentes a 1960*, pp. 141-151. Cf. também GAMEIRO, LEMOS, 2017, «Alcoolismo, Prevenção e seu Tratamento na Madeira».

Os internamentos compulsivos mais frequentes são devidos à prevenção de riscos para si, para a família, a sociedade, e acidentes de condução com álcool. A Casa foi visitada no âmbito desta lei pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT), de 14 a 25 de janeiro de 2008, ficando o Comité referido agradavelmente surpreendido por este regime de meia liberdade interna dos doentes.

Reabilitação Psicossocial

Por 1998, no mandato do superior/diretor Irmão Amadeu Videira (1998-2001), foram iniciados programas de reabilitação psicossocial com alguns treinos de atividades de vida diária (AVD) para duas dezenas de utentes autónomos de internamento prolongado em ordem à criação de unidades e espaços redimensionados. A implementação progressiva da reabilitação psicossocial permitiu avançar para uma nova fase muito significativa na história da Casa de Saúde.

Este treino foi intensificado no mandato seguinte do P.^e Aires Gameiro (2001-2004), sendo, nestes anos, requalificados três pisos do edifício de Santo António para receber três unidades: gerontopsiquiatria, vocacionada para pacientes idosos estabilizados, com dependência progressiva; e duas para doentes autónomos em reabilitação e treino nas AVD. Cada uma ficou com cerca de 20 camas, em quartos de duas e três camas com sala de banho, de acordo com os graus de autonomia, sala de TV, refeitório e pequena cozinha para cada uma. A de gerontopsiquiatria foi equipada com salas de banhos assistidos, apoios nos corredores, etc. Estas unidades exigiram obras de vulto nos vários pisos dos edifícios existentes e um novo elevador. No dia 28 de maio de 2003 a Secretária dos Assuntos Sociais Conceição Estudante inaugurou a reestruturação destas unidades com os nomes de “Dr. João d’Almada”, “Irmão Manuel Maria Gonçalves” e “Irmão Manuel Pimenta”. Na sessão de inauguração esteve presente a filha de João de Almada, Senhora D. Maria do Prado de Almada Cardoso, e um neto, João Prado Almada Cardoso. No mesmo período foram requalificados outros espaços para unidades de vida autónoma como veremos abaixo.

Os 25 anos de Alcoologia

Ao comemorar os 25 anos verificou-se que o Centro de Recuperação de Alcoólicos tem concorrido para a reabilitação de mais de 10 mil alcoólicos em parceria especial com a Associação Anti-Alcoólica da Madeira. É de notar que as entradas de doentes com problemas ligados ao álcool superam todas as outras. Com efeito, ao comparar as entradas de doentes com problemas ligados à dependência do álcool com as de

doentes agudos de 1997 a 2001 observa-se que os alcoólicos admitidos superam os doentes internados por outras patologias em mais de o dobro.

Tabela n.º 1 – Doentes Internados por Problemas de Álcool e outras Patologias, 1997-2001

1997	1998	1999	2000	2001
342 – alcoólicos	377 – alc.	360 – alc.	334 – alc.	332 – alc.
145 – psiquiátricos	160 – psiq.	174 – psiq.	147 – psiq.	151 – psiq.

Fonte: Registo estatístico da Casa de Saúde S. João de Deus.

Nas várias avaliações da ação, para 88% de homens e 12% de mulheres, contam-se médias variáveis de sucesso à volta de 78% até seis meses de abstinência; as quais descem progressivamente em abstinências de dois, três, cinco e mais anos. Contudo, dois ou cinco anos, já são anos com mais saúde, de produtividade aumentada, de redução de dias de hospital por doenças dependentes, quase inteiramente devidas ao álcool. Verifica-se também que os tratamentos pelos 40 anos, quando marcados pelos danos graves do álcool, tornam mais difícil a recuperação.

A duração de um mês do programa concorreu igualmente para reduzir o tempo de internamento e a rotatividade das camas e os custos da saúde em hospital. O programa intensivo abrange as várias dimensões biopsicossociais e espirituais/religiosas da pessoa. Os afetados dos problemas ligados ao álcool chegam com sequelas da intoxicação, perturbações nervosas, insónias, cirroses, demência, perturbações. As alterações do comportamento sociomoral e das relações familiares e laborais, associadas à dependência alcoólica, não raro remontam a mais de 20 anos, sabendo-se que num terço o consumo dependente data de antes dos 15 anos.

Os aspetos comportamentais, psicológicos e espirituais merecem especial atenção nas três reuniões diárias de terapia de grupo, encontros de psico-educação e de temas de espiritualidade. A dimensão religiosa é também abordada quando o solicitam.

Prevenção

Na área da prevenção e pós-cura dos problemas ligados ao álcool, a Casa tem desenvolvido parcerias não apenas com a Associação Anti-Alcoólica da Madeira, mas com centros de saúde e outros organismos mediante ações de sensibilização e formação para promover estilos de vida saudável. Desenvolveu em 2002 o “Projeto Alerta-Saúde” realizado na Casa de Saúde em sessões de formação por turnos de duas a três horas de duração em que as crianças eram acompanhadas por professores, educadores ou técnicos. Incluíam visita às instalações da unidade de alcoologia, reunião de perguntas-respostas com um enfermeiro, e, por vezes, também com os utentes em recuperação, uma sessão de trabalhos de ateliê com desenhos e cartazes

e uma sessão de perguntas livres e respostas esclarecedoras dadas por um painel de técnicos, psicólogos, enfermeiros, assistente social. Realizou-se também uma jornada da festa da saúde: “Férias com Alerta”. Nestes projetos entre alunos e adultos participaram cerca de 350 pessoas.

Reunião das Primeiras Quartas-Feiras

Na área de pós-cura a Casa mantém, há longos anos, uma ação de ligação para os alcoólicos tratados no centro de alcoologia nas primeiras quartas-feiras, um encontro mensal com recuperados e famílias com cerca de 150 a 200 participantes vindos de fora, sendo eles mesmos os palestrantes mediante os seus testemunhos livres e histórias de vida. Durante a reunião muitos recebem diplomas pelos vários anos de abstinência total de bebidas alcoólicas. Os seus testemunhos feitos de forma livre são de tal modo pertinentes e claros que levaram um dos psiquiatras que participa a usar o termo de que estas ações se tornaram na “universidade” do Centro. Com elas reduzem-se as recaídas e os danos para os próprios, os sofrimentos das famílias e os custos do álcool.

Requalificações e Reabilitação Psicossocial

Em 2002 foram sucessivamente implantadas as Unidades de Reabilitação Lucena e Elvira, intramuros, de 12 e 8 utentes respetivamente, em áreas requalificadas de quartos de duas camas e casa de banho completa, sala de TV, sala de jantar, cozinha e lavandaria em que foi continuado o treino intensivo de capacidades sociais por uma equipa multidisciplinar, dos doentes selecionados de outras unidades. Estas duas unidades resultaram da requalificação dos espaços do terceiro e quarto piso, devolutos e degradados, no edifício de alcoologia.

No mesmo período foi requalificado o próprio Centro de Alcoologia sendo remodelados alguns quartos e instaladas casas de banho em quartos que não tinham e outros melhoramentos na sala Aquário para as reuniões de terapia de grupo e na sala de encontros na sala do Sermão de Santo António aos Peixes. Todas estas reestruturações referidas no edifício, Unidade de Alcoologia, Unidades Lucena e Elvira, foram inauguradas pelo Presidente do Governo Regional Alberto João Jardim no dia 20 de dezembro de 2003, no âmbito de uma sessão solene para antecipadamente comemorar os 25 anos do Centro de Alcoologia. A comemoração continuou noutra sessão, no anfiteatro do Centro Bento Menni, apinhado por cerca de duzentos recuperados e familiares, muitos dos quais receberam diplomas pelos vários anos de abstinência total de bebidas alcoólicas.

Situação das Valências e Unidades da Casa em 2007

No dia 8 de março de 2004, após obras de renovação e reestruturação para instalar sala de estar e refeitório, foi inaugurada a unidade Caminho nos espaços do Anexo de Santo António para 16 camas. Esta unidade de reabilitação psicossocial foi instalada no local onde se encontrava a escola de ensino recorrente, a qual foi transferida para o edifício do bar. O quarto piso do pavilhão S. João de Deus, igualmente requalificado com quartos de duas e três camas, sala de banho, casa de TV, refeitório e cozinha, acolheu a unidade Coragem para 20 doentes tomados da unidade S. Lucas e entretanto treinados nas atividades de vida diária e maior autonomia.

Em 2004, após estas requalificações, criação e subdivisão de unidades, a Casa, em vez de 5 unidades, dispunha de 11 com as seguintes valências: 1 unidade de psiquiatria de agudos e subagudos, 4 unidades de internamentos longos, 1 de psicogeriatrics, 1 de alcoologia, 4 unidades de vida apoiada e reabilitação (UVAP), ao todo, portanto, 11 unidades para o mesmo número de cerca de 270 doentes. Na unidade de 20 camas para psicogeriatrics e grandes dependências, pode dizer-se que a Casa presta cuidados continuados *avant la lettre*. De todas elas, o CRA S. Ricardo Pampuri é a única unidade que trata também mulheres com problemas ligados ao álcool.

Resta acrescentar que em 2006 se fez a transferência dos restantes 35 doentes da unidade de S. Lucas no rés-do-chão do pavilhão de S. João de Deus, para instalações provisórias remodeladas no primeiro piso de Santo António. Dado o caráter provisório desta mudança, iniciou-se o plano de instalações adequadas em edifício novo definitivo. No mesmo período, para a criada unidade Estrelícia para seis utentes autónomos, foram adquiridos dois apartamentos ligados, extra-muros, no Bairro da Madalena em Santo António.

Para o mesmo número de doentes, 270-280, a Casa de Saúde dispõe a partir desta data as valências e unidades que especificamos a seguir.

- 1 – *A Unidade de Agudos e Sub-Agudos, S. José*, com cerca de 51 camas. Nela funcionam o programa de um mês e outro de 90 dias de tratamento. E nos mesmos espaços são tratados os doentes compulsivos enviados pelos tribunais, segundo a lei de 1998, portanto, sem separação dos outros pacientes, como se disse acima.
- 2 – *A Unidade de Alcoologia, Ricardo Pampuri (S. Ricardo, O.H.)*, com 23 camas onde são tratados homens e mulheres com problemas de dependência alcoólica com um programa de quatro semanas. É um serviço de porta aberta em que os doentes são admitidos a seu pedido ou que aceitam o tratamento. Por vezes são também internados alguns compulsivamente por mandato do juiz quando houve acidente mais grave com álcool.

- 3 – *Unidade Elvira*, para treino em competências para uma vida autónoma, de 8 camas para doentes em fase avançada de reabilitação psicossocial e com probabilidades de irem viver na comunidade ou em família. Treinam-se a cozinhar, fazer compras, lavar e cuidar da roupa em ordem a adquirir competências pessoais e sociais.
- 4 – *Unidade Lucena*, também para treino de competências pessoais e sociais de autonomia, com 10 camas para doentes com menor grau de autonomia.
- 5 – *Unidade Irmão Manuel Pimenta*, para treino inicial de competências de autonomia nas atividades de vida diária (AVD) com 24 camas.
- 6 – *Unidade de psicogeriatrica de cuidados continuados Dr. João d'Almada*, com 20 camas reestruturada e equipada para esta categoria de doentes.
- 7 – *Unidade Irmão Manuel Maria Gonçalves*, de pacientes idosos menos dependentes que os da unidade anterior, com 25 camas.
- 8 – *Unidade Caminho*, com 12 camas de pacientes estabilizados que na sua maioria, por razões sociais, não preenchem ainda as condições para deixar a Casa e se ocupam em atividade utilitárias e recebem recompensas equitativas.
- 9 – *Unidade Coragem*, com 19 camas para pacientes com limitações psicológicas que usufruíram de treino prolongado nas competências pessoais e adquiriram um grau médio de autonomia nas atividades de vida diária.

Todas as unidades de 4 a 9, remodeladas nas suas estruturas e espaços; dispõem de cozinha, refeitório, sala de televisão e de estar, quartos individuais, duplos e triplos com sala de banho completa; e todo o serviço doméstico é levado a cabo pelos utentes sob a supervisão de monitora. Nalgumas também são acompanhados por auxiliar(es). A supervisão é feita por técnicos. Só na unidade Elvira a cozinha é usada diariamente.

- 10 – *Unidade S. João de Deus*, com 43 camas para pacientes semi-autónomos, 15 dos quais treinados nas atividades de vida diária a viver em quartos individuais e duplos.
- 11 – *Unidade de S. Lucas*, com 30 doentes com elevado grau de dependência e instabilidade, na sua maior parte jovens adultos em instalações provisórias à espera de novo edifício.
- 12 – *Residência Estrelícia*, na comunidade, no bairro da Madalena, Santo António, com 6 camas a uns cinco quilómetros da Casa de Saúde em Santo António, para doentes transferidos da unidade Elvira que agora vivem em maior autonomia com supervisão adequada.

Áreas Administrativas; Supressão de Barreiras Arquitetónicas

Um outro capítulo de requalificações, levado a cabo no mesmo período, 2001-2004, englobou os serviços de receção, secretaria e administração, espaços de ligação entre unidades e supressão de barreiras. Todos os espaços da portaria, secretaria, receção e serviços anexos de consultas, farmácia/depósito foram remodelados com arranjos e visual renovado pelo superior/diretor Irmão Amadeu Videira (1998-2001) o qual também reestruturou quatro quartos para hóspedes de passagem pela Casa de Saúde em serviço. As obras dos espaços administrativos foram terminadas já no tempo do novo diretor Irmão Aires Gameiro (2001-2004). Desta remodelação resultou uma sala de formação, secretaria mais espaçosa, gabinetes do diretor, diretor clínico, diretor de enfermagem e sala de direção.

No início do século XXI a Casa de Saúde começou a empreender vários programas de supressão de barreiras e abertura de acessos a ambulâncias e carros de bombeiros, a espaços semifechados. Os edifícios da Casa de Saúde foram edificados em terrenos com grande declive com muitas escadas que dificultavam a circulação e obrigavam a muitos transportes às costas.

Entre pequenas e grandes remodelações, foram construídas nestes anos mais de uma dezena de rampas, a mais longa no jardim de S. José, inaugurada com o nome de Passeio Irmão Manuel Pereira, no dia 14 de março de 2003, pela Secretária Regional dos Assuntos Sociais, Conceição Estudante, na presença de um irmão de Manuel Pereira de 91 anos e 28 desta Casa, que se deslocava em cadeira de rodas. Esta rampa, desde as oficinas ao anfiteatro/cinema, liga, sem barreiras, sete níveis e os níveis dos quatro túneis sob o caminho do Trapiche que divide as duas partes da Casa, nascente e poente; facilita a comunicação entre o bar, unidades de Santo António, rouparia e cinema/anfiteatro. Foram abertas duas outras rampas de penetração destinadas a ambulâncias e carros de bombeiros. Em 2004 deu-se início à abertura de um túnel de acesso a um novo elevador para ligar 10 unidades em seis pisos para permitir a circulação dos carros das refeições.

Na mesma linha de abrir os espaços internos da Casa e facilitar a circulação entre unidades, por toda a Casa, procedeu-se neste período à abertura de uma dezena de portas e portões de passagem e de ligação entre espaços e unidades, antes em compartimentos dificilmente comunicáveis.

Acolhimento de Emergência em 2010

O povo da Madeira sofreu uma calamidade no dia 20 de fevereiro de 2010 com as cheias, o transbordar das ribeiras e o deslizar de massas colossais das suas barreiras. Mesmo ao lado da Casa de Saúde foram arrastadas para a morte cerca de uma dezena

de pessoas e grande número ficou sem casa. A Casa transformou-se num grande centro de acolhimento de emergência onde cerca de uma centena de pessoas encontraram abrigo imediato, alimentação, roupas e uma cama. Algumas dezenas ficaram vários dias, mas cerca de meia centena teve que prolongar a estadia até ser remediada a situação.

Ações de Formação e Investigação

Desde 1979 ao presente os técnicos da Casa participaram em mais de uma dezena de jornadas e congressos internacionais de Psiquiatria “S. João de Deus” promovidos pelo Instituto S. João de Deus, em Lisboa na Reitoria da Universidade de Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa e na Culturgest, em parceria com as Irmãs Hospitaleiras do S. Coração de Jesus, congressos que atingiram entre 350 e 550 participantes, nacionais e estrangeiros. Além dos temas de saúde mental, terapêuticas medicamentosas e alcoologia, tem incluído desde há trinta anos os temas de ocupação e reabilitação psicossocial, humanização, ética, psiquiatria na comunidade, internamentos curtos, cuidados holísticos e pastoral da saúde. Quase todas as atas foram publicadas⁵². Todos tiveram uma ou duas mesas sobre os problemas ligados ao álcool. Muitos dos temas aí tratados refletem as atividades e pesquisas realizadas por alguns dos técnicos das Unidades de Alcoologia do Instituto S. João de Deus, algumas delas publicadas em livros, nas atas dos Congressos ou nas páginas da revista *Hospitalidade*.

As ações de formação promovidas e organizadas por esta Casa de Saúde também se multiplicaram nos últimos anos. No ano 2000, em conjunto com a Casa de Saúde Câmara Pestana das Irmãs Hospitaleiras, a Casa de Saúde S. João de Deus realizou as grandes jornadas de Psiquiatria comemorativas dos 75 anos de ambas as casas de saúde.

Desde então até ao presente foram dezenas as ações de formação, jornadas, seminários e encontros, abertas ao público exterior para os quais foram convidados preletores e conferencistas da região e do continente. Damos uma lista de algumas delas neste período: Jornadas de Voluntariado S. João de Deus (14.12.2001); Festa da Saúde S. João de Deus para crianças e jovens (1.05 2002); I Seminário de Reabilitação Psicossocial (16.10.2002); I Encontro de Alcoologia (18-19.10.2002); II Jornadas de

⁵² As seis primeiras foram coordenadas por Aires Gameiro: *I Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus. Comunicações*, Lisboa, Ciba-Geigy, 1979; *II Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus. Comunicações*, Telhal, Ed. Hospitalidade, 1981; *III Jornadas de Psiquiatria S. João de Deus. Comunicações*, Telhal, Ed. Hospitalidade, 1986; *IV Congresso de Psiquiatria S. João de Deus. Comunicações*, Telhal, Ed. Hospitalidade, 1991; *V Congresso de Psiquiatria S. João de Deus. Doente. Família. Comunidade*, Telhal, Ed. Hospitalidade, 1994; *VI Congresso Internacional de Psiquiatria S. João de Deus – Comunicações*, Ed. Hospitalidade, 1996.

Voluntariado S. João de Deus (4.01.2003); I Jornadas de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica da Casa e da RAM (14-15.03.2003), as quais desde essa data até ao presente tiveram mais 6 edições; I Simpósio de Pessoas Dependentes e Pessoas com deficiências (28.05.2003); Encontro de Humanização e Pastoral da Saúde (20.11.2003); II Encontro de Alcoologia nos 25 Anos do Centro Ricardo Pampuri (15-16.04.2004). Este ritmo de jornadas continuou com ritmo mais espaçado até ao presente.

Uma das ações de formação e investigação teve como tema a genética das esquizofrenias em cujo projeto esta Casa tem colaborado: o projeto “Investigação Genética das Esquizofrenias e da Doença Bipolar”, dirigido pelo Professor Doutor Carlos Pato, da Universidade de Nova Iorque (Siracusa) e financiado pelo Instituto Nacional de Saúde Mental, Estados Unidos da América. Decorreu também nas casas de saúde da Madeira, e em 2004 estava já em fase conclusiva nos Açores onde as casas de saúde dessa região também participaram.

Para implementar a comunicação e formação interna e externa, em agosto de 2001 começou a ser publicado em papel e distribuído dentro e fora de casa o boletim de 8 páginas chamado *O Joandeíno. Pela Saúde e Prevenção da Exclusão Social*. Atualmente continua com edições digitais e o nome de Newsletter.

Missão e Valores: Escola de Hospitalidade

A partir de 2012 a Ordem Hospitaleira lançou o projeto dos seus valores e missão para o Instituto S. João de Deus. Adotou o grupo de valores prioritários para promover a sua missão: qualidade, respeito, responsabilidade e espiritualidade. Para concretizar atitudes fundamentais ligadas ao valor holístico do ser humano, à sua dimensão espiritual e à sua dignidade o Instituto lançou a Escola de Espiritualidade. Estas atitudes integram ainda a criatividade, inovação, empreendedorismo, assistência integral, rigor técnico, científico, envolvimento multidisciplinar e transparência. Para consolidar a sua memória e valores o Instituto S. João de Deus implementou um sistema de gestão baseado nos critérios EQUASS – *European Quality in Social Services* –, a partir da missão, visão, valores e políticas adotadas pela Ordem Hospitaleira. Esta formação é coordenada por gestores de qualidade na Casa segundo linhas de orientação, preparadas e supervisionadas por uma equipa do Instituto.

Têm sido realizados ainda vários cursos intensivos em serviço, participados por grupos de colaboradores e de áreas disciplinares, orientados por formadores de dentro e convidados, em duas vertentes: a técnica e a dos valores da Ordem Hospitaleira. Para implementar esta formação a nível mais estruturado e avaliação contínua foi instituída a figura da Escola de Hospitalidade com cerca de duas dezenas de conteúdos, entre os quais, identidade e relacionamento interpessoal, vida de S. João de Deus,

síntese da história da Ordem, cultura hospitaleira, religiões e Igreja católica, carisma hospitaleiro, pastoral, ética, gestão carismática e liderança, técnica e humanização num total de 40 horas por cujo programa de formação já passaram cerca de 95% dos técnicos e auxiliares do pessoal desta Casa.

Celebrações dos 90 anos da Ordem Hospitaleira e da Casa

As comemorações dos 90 anos da Casa foram celebradas em duas datas: em 10 de outubro de 2012, fundação da comunidade dos Irmãos de S. João de Deus na Madeira; e inauguração da Casa a 10 de agosto de 2014.

Nos atos comemorativos da primeira data, além da celebração de missa de ação de graças e de uma exposição evocativa de fotografias e documentos, realizou-se uma sessão solene. Nesta falaram: o Irmão Provincial; António Almada Cardoso, neto do primeiro diretor clínico, João de Almada, sobre o contexto social da fundação, o P.^e Aires Gameiro, OH, sobre os inícios da Ordem Hospitaleira na Madeira; D. Teodoro Faria, bispo emérito do Funchal, com “um testemunho sobre os Irmãos e as memórias de infância e juventude”. A sessão foi encerrada por D. António Carrilho, bispo da diocese do Funchal. Esteve presente a D. Maria do Prado Almada Cardoso, filha de João Almada Cardoso.

Os 90 anos da Inauguração da Casa

As comemorações do 10 de agosto de 2014 foram transferidas para 12 de dezembro 2014. Nesse dia o Presidente do Governo Regional Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim inaugurou a requalificação de todo o edifício de S. José e todos os acessos: o espaço coberto da Praça da Hospitalidade, passadeiras cobertas e esplanadas. Além do Presidente do Governo Regional da Madeira, estiveram presentes D. António Carrilho, bispo da Diocese do Funchal, que benzeu o edifício, o provincial da Ordem, o Irmão Vítor Lameiras, o Secretário Regional da Saúde e Assuntos Sociais, Francisco Jardim Ramos, Irmãos, membros da Direção e outras individualidades e amigos da Casa. A visita a todo o edifício terminou com um Madeira de honra no Bar Panorâmico da Casa. Na ocasião o Presidente do Governo Regional destacou a importância destas instituições pois em tempo de crise esta unidade que custou 1,5 milhões de euros aos fundos europeus e teve cerca de 1 milhão de investimento da Casa, ficou a ser das melhores do país e da Europa. O Irmão Provincial, por sua vez, referiu que estes melhoramentos traduzem a preocupação da Ordem em prestar cuidados técnicos da melhor qualidade aos doentes assistidos.

Em 2018 foi requalificado o piso zero de S. Lucas, devoluto desde 2007, com 22 camas, benzido e inaugurado em 30 de maio para cuidados continuados de doentes com

demências com o nome de Unidade Beato João Jesus Adradas⁵³. No mesmo conjunto agora requalificado, sobre dois pisos para estacionamento de cerca de 80 carros foi inaugurado um amplo espaço para eventos sociais de cerca de 1.200m² que recebeu o nome de Praça (João Ávila) Angulo, um companheiro colaborador e mordomo do Hospital de S. João de Deus em Granada. A inauguração da unidade e da praça constitui um passo significativo na humanização das instalações levado a cabo nesta Casa de psiquiatria do Instituto S. João de Deus.

Publicações

No dia 12 de dezembro de 2014 na Reitoria da Universidade da Madeira realizou-se uma sessão do lançamento do livro: *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira*, vol. I⁵⁴, *Os Irmãos de S. João de Deus e os alienados. Dos antecedentes a 1960*, Lisboa, Esfera do Caos, 2014, da autoria de Aires Gameiro, OH, e Manuel Maria Gonçalves, OH, apresentado por Rui Carita em mesa presidida por José Sílvio Moreira Fernandes, Vice-Reitor da UMa, e com presença de D. Teodoro Faria, bispo emérito do Funchal, autor do posfácio do livro, e João Henrique da Silva, Diretor Regional dos Assuntos Culturais da Madeira.

Integrado nos 90 anos da Casa e 35 do CRA, foi lançado em Junho de 2016 o livro de Manuel Gama *A Reabilitação Alcoólica na Madeira. Um homem – uma causa*, Funchal, Esfera do Caos, 2016.

Recursos Humanos de 2004 a 2018

Nos inícios do século XXI a equipa era formada, ao todo, por quatro psiquiatras, um neurologista, um gastroenterologista e um médico de medicina interna. Dos restantes 146 colaboradores que integram o quadro da instituição havia 37 técnicos assim distribuídos: três psicólogos, 28 enfermeiros, um gestor de empresas, um técnico de serviço social, um técnico de recursos humanos, um educador social, um farmacêutico e um nutricionista. Nos diversos serviços, trabalham duas telefonistas, seis administrativos, cinco cozinheiros, dois técnicos de manutenção e três responsáveis de serviços gerais e um cabeleireiro, sendo os restantes empregados auxiliares. No total: 146 colaboradores. Dos quatro Irmãos um é capelão e psicólogo, e três enfermeiros.

⁵³ João de Jesus Adradas inaugurou a Casa de Saúde S. João de Deus no dia 10 de agosto de 1924, quando provincial da única província da Ordem Hospitaleira em Espanha, Portugal e México. Em 1936 foi morto em Espanha por ser Irmão de S. João de Deus vindo a ser beatificado em 1992 por João Paulo II.

⁵⁴ O volume II sairá em 2019.

Diretores da Casa de Saúde de 1959 a 2018

Deixamos a lista dos diretores da Casa de Saúde de 1959 a 2018, observando que até 2001 todos os diretores acumulavam a funções de diretores e de superiores da Comunidade, e até 2007 todos os diretores foram Irmãos. O atual é o primeiro diretor não Irmão da Ordem.

Manuel Joaquim Valente (1959-1965);
Adriano Barbosa Moreira Duarte (1965-1971);
Manuel Fernandes Pimenta (1971-1977);
Ângelo da Silveira de Sousa (09.06.1977 a 4.03.1978) (1977-1980);
Henrique Correia Alminhas (29 de abril de 1978-1980);
João Carvalho Pereira (1980-1983);
Henrique Correia Alminhas (1983-1989);
António Matos Matias (1989-1992);
Horácio Martins Monteiro (1992-1998);
Irmão Amadeu Videira (1998-2001);
Irmão P.^e Aires Gameiro (2001-2004);
Henrique Correia Alminhas (2004-2007);
João Eduardo Lemos, não Irmão (2007-2018).

Parcerias a Vários Níveis e Voluntários

De acordo com a política de qualidade a Casa de Saúde S. João de Deus criou e desenvolveu um conjunto de parcerias importantes e significativas. De entre os parceiros, formais e não formais, damos os que seguem: Associação Anti-Alcoólica da Madeira; Universidade da Madeira; Escola Superior de Enfermagem de S. José de Clunny; Ordem dos Enfermeiros. Mantém parcerias institucionais de tutela com os corpos de governação: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Saúde e Assuntos Sociais, SESARAM – Serviço de Saúde da RAM; e ainda com a Direção Geral de Serviços Prisionais e Reinserção Social; Instituto de Segurança Social da Madeira; Instituto de Emprego da Madeira IP-RAM; Câmara Municipal do Funchal; e Polícia de Segurança Pública da Madeira.

A partir de 2012 estabeleceram-se as seguintes parcerias noutras áreas: QUALIFICAR; Associação Casa do Voluntário (parceria pragmática); Clínica Dentista da Penteada; Ordem dos Psicólogos; Ritmos e Segredos – Unipessoal, Lda.; Golden Residence Hotel.

Juntos no Cuidar: Intervenção Comunitária em Saúde Mental 2017

Desde há cerca de dois anos funciona uma parceria entre a Casa de Saúde e a Junta de Freguesia de Santo António com o nome “Juntos no Cuidar”. É um projeto

inovador com o objetivo de articular os serviços da Casa com a comunidade envolvente. Os pacientes são acompanhados antes de possíveis internamentos e após a alta para assim prevenir as recaídas e dispensar ou reduzir os internamentos e a sua duração. Em 2017 houve intervenções em 15 utentes, 45 visitas a domicílio, apoio a famílias com sobrecarga de cuidados informais e cerca de uma centena de consultas psiquiátricas, duas por cada visita domiciliar.

Este projeto ajuda também a responder às novas dificuldades de focos de pobreza e de pessoas sem-abrigo, que não raro são acolhidas a partir da rua. Em 2017 a Casa de Saúde acolheu cerca de 50 destas pessoas com sintomatologias de doença mental aguda, condições de dependência alcoólica para tratamento e reabilitação e posterior reinserção na comunidade.

Com a Associação de Familiares e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde São João de Deus “EntreLaços”, constituída por um grupo de familiares, amigos e colaboradores da Casa vigora desde Fevereiro de 2007 a parceria nas intervenções para minorar situações de fragilidades e as desvantagens naqueles que enfrentam as “amarras” da doença mental. “EntreLaços” identifica-se com o ideário e os princípios que inspiram a ação da Ordem Hospitaleira dos Irmãos de São João de Deus. Tem como objetivo primordial ajudar os utentes da Casa de Saúde, melhorar a sua qualidade de vida colaborando com a instituição na missão de dignificar a vida de cada pessoa internada e em processo de pós-alta estabelecendo pontes com os familiares.

O voluntariado tem sido implementado em parceria com a Casa do Voluntariado através das “feiras de solidariedade”. Em 2018 a Casa de Saúde tinha cerca de duas dezenas de voluntários que dão apoio e acompanhamento não profissional em várias áreas de animação e de serviço pastoral.

Valências, Unidades Atuais e Número de Doentes

Na terminologia usada atualmente, a Casa de Saúde dispõe de 11 unidades: 1 unidade de psiquiatria de agudos de curto internamento; 1 unidade de alcoologia de curto internamento; 2 unidades de psicogeriatría; 1 unidade para pessoas com demências; 1 unidade intrainstitucional de psiquiatria de apoio máximo; 2 unidades intrainstitucionais de reabilitação psicossocial de apoio médio; 2 unidades intrainstitucionais de reabilitação psicossocial de apoio mínimo; e 1 unidade extrainstitucional de reabilitação psicossocial de apoio mínimo.

Movimento de doentes, 2010-2013: 732 entradas, saíram melhorados 650 (1 curado), 65 no mesmo estado, 12 falecidos. Ficaram 247. Os dias de internamento totalizaram 96.351 em 2013. Por comparação, em 1998 tinham ficado 231 e houve 98.966 dias de internamento e, em 1989, houve 272 e 100.101 dias de internamento.

Merece referência o relevo que tomaram os internamentos de doentes agudos com perturbações psicóticas por consumos de drogas sintéticas e estupefacientes: em 2013, 122, em 2014, 134, e em 2015, 159; todos na unidade de agudos.

Na unidade de alcoólicos nos últimos anos foram internados entre homens (% entre parênteses) e mulheres: em 2011, 258 (94%); 2012, 282 (86%); 2013, 246 (89%). A taxa de recaída um ano após a alta, em 213, foi de 49%. Todos os doentes, com alta, são encaminhados para as unidades concelhias.

Em 2013, no âmbito da prevenção da recaída dos que são tratados no CRA, em média 160 utentes já a viver na comunidade, participaram na reunião mensal na Casa de Saúde em parceria com a Associação Antialcoólica da Madeira e com a participação de alguns técnicos dos Centros de Saúde. Esta participação tem-se mantido nos últimos cinco anos.

Tabela n.º 2 – Casa de Saúde S. João de Deus – Funchal. Movimento em 2017

Entrados 785	Saídos 765, re-internados 22
Lotação Média Praticada	304
Doentes Tratados	1.446
Dias Internamento	108.915
Taxa de Mortalidade	0,69%
Taxa de Ocupação	98,16%

Fonte: Registo estatístico da Casa de Saúde S. João de Deus.

Requalificações Recentes de Edifícios e Certificação de Cuidados

As qualificações dos edifícios, unidades de reabilitação psicossocial e reabilitação de alcoólicos, e a supressão de barreiras até 2010 trouxeram melhorias significativas, mas não eliminaram todas as deficiências estruturais. Nos últimos anos, 2012-2018, continuaram as requalificações: edifício da unidade de agudos, S. José, e o Centro de Reabilitação de Alcoólicos, S. Ricardo Pampuri.

A primeira ficou com uma subunidade de crise e observação para os primeiros dias, com uma sala de educação para a saúde, um ginásio e um ateliê e amplos acessos e esplanadas de excelente enquadramento. O segundo tem agora os gabinetes de consulta e a sala de enfermagem no rés-do-chão; e todas as salas de estar, de TV, terapia de grupo ou sala Aquário e o Átrio de entrada com aspeto renovado e atraente, agradável e confortável. A remodelação permitiu aumentar as camas de 25 para 31. Realizou a inauguração o Presidente do Governo Regional Miguel Albuquerque no dia 12 de maio de 2016 em que afirmou que «as instituições sociais como a Casa de Saúde S. João de Deus conseguem dotar e ministrar aos nossos concidadãos um melhor

tratamento ao menor custo, e por isso o governo deve apoiar estas instituições para interesse público».

Ousando resumir poderia afirmar-se que para cerca de 140 pacientes as instalações da Casa são de nível bom e bastante bom; para 80, de nível razoável; e para os restantes, algumas deficientes, necessitam de intervenção e esperam por financiamento para avançar com os projetos de reconstrução e requalificação elaborados.

A Casa de Saúde não dispõe de hospital de dia, contudo, ocasionalmente assiste algum doente nesse regime. Além disso funciona com uma boa articulação com o hospital regional para doenças intercorrentes em situações de crise que exigem cuidados especializados doutras valências. Os casos mais frequentes são doenças pulmonares, cancerosas, cardíacas e circulatórias. Algumas exigem cuidados paliativos, ventilação assistida e amputações.

A Casa tem seguido procedimentos de qualidade supervisionados em várias áreas, que têm resultado em creditações por organizações de auditoria. Em resumo, deixamos o estado atual dessas iniciativas:

1. A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade transversal à Casa de Saúde.
2. Certificação Assistencial *Equass Assurance* em Alcoologia, Reabilitação – Área Assistencial, Reabilitação – Área Ocupacional.
3. Certificação DGERT (Entidade Formadora Certificada).
4. Implementação HACCP – Segurança dos Serviços Alimentação.

Humanização, Ética e Pastoral da Saúde

A Casa de Saúde, obra apostólica da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, faz parte da Igreja Católica e tem tido sempre a presença de Irmãos em parcerias e colaboração com leigos. Nas últimas décadas a Ordem foi integrando mais colaboradores nas responsabilidades da gestão da Casa de Saúde. A Casa é gerida pelo Instituto S. João de Deus criado em 1977 pela Província da Ordem Hospitaleira com esta finalidade. A sua espaçosa capela prestou serviços religiosos em colaboração com a paróquia de Santo António; a partir de 1960 serviu por mais de dez anos como igreja pro-paroquial da paróquia de Nossa Senhora da Graça, facilitando ainda mais a envolvimento de colaboração, boa vizinhança e pastoral da Casa.

O facto de cerca de meia centena de jovens madeirenses terem entrado na Ordem concorreu também para aproximar a população e a Casa de Saúde. Com efeito, contam-se 52 rapazes madeirenses a iniciarem o discernimento vocacional para ser Irmãos na Quinta do Trapiche. Destes 39 chegaram ao noviciado, 32 à primeira profissão e 15 à solene. Destes candidatos 20 eram naturais do Funchal,

12 de Câmara de Lobos, 9 de Santana, 4 de S. Vicente e 7 dos restantes concelhos. Dos 15 que professaram solenemente o primeiro entrou na Ordem em 17 de maio de 1907, por ocasião dos primeiros contactos de Irmãos esmoleiros na Madeira. Foi António Maria Rodrigues do Nascimento (23.09.1881-8.10.1947), natural de Água de Pena (lugar da Torre), Machico. Sendo aluno dos Salesianos em Viana do Castelo, pediu para ser Irmão de S. João de Deus, possivelmente por ter tido contactos com Irmãos esmoleiros na sua terra. Este Irmão participou no arrendamento da Quinta do Trapiche, em 1922 e, mais tarde, foi Superior na Casa de Saúde de S. Miguel, Açores, e duas vezes na de Barcelos. A partir de 1925 entraram: Leonardo Ferreira, natural de Câmara de Lobos, em 22.08.1925, e falecido a 24.07.1965 no Telhal; David Freitas Capelo, de Santo António, em 08.12.1925, estudou para sacerdote em Angra do Heroísmo e celebrou a missa nova no Trapiche, foi missionário entre os leprosos em Moçambique vindo a falecer em 24.07.1965, no Telhal; António Gonçalves de Jesus, de Câmara de Lobos, em 08.10.1926, falecido a 09.04.1939, em Barcelos; António de Freitas Bárbara, do Faial, Santana, entrado em 16.05.1927, trabalhou em Angra do Heroísmo e foi durante muitos anos esmoleiro para que o Hospital de S. João de Deus de Montemor-o-Novo pudesse tratar crianças “aleijadas” pobres de todo o país, incluindo Madeira e Açores, vindo a falecer em 18.08.1995 naquela Casa; José Cipriano Correia, nascido a 26.09.1912, no Jamboto, Santo António, entrou em 1931, trabalhou em diversas casas, Telhal, Roma, Terra Santa, Brasil, tendo falecido em Barcelos em 2010. Depôs em agosto de 2008 no processo diocesano para a beatificação da Madre Virgínia Brites da Paixão, clarissa, que ele conheceu já com reputação de santidade e de dons místicos, cuja urna foi transportada pelos irmãos do Trapiche ao cemitério em 1929. Também de Santo António, José Gonçalves Lucas, entrou em 25.11.1935, trabalhou em S. Miguel, Açores, e no Hospital de S. João de Deus em Divinópolis (Brasil), onde faleceu de acidente, com fama de grandes virtudes, em 03.03.1985; Augusto Arnaldo Neves, entrado em 1935, foi superior em várias casas e faleceu em Montemor-o-Novo, em 16.06.1997. Na década de 40, entraram os madeirenses: Manuel Joaquim Matos, de Boaventura, em 11.02.1940, falecido no Trapiche em 25.08.1983; António Arlindo Fernandes Figueira, do Trapiche, entrado em 26.12.1940 e falecido em 19.11.1965 no Telhal; Vasco Tiago Nunes Quental, do Funchal, em 04.03.1941, trabalhou no Telhal e Trapiche onde faleceu em 16.01.1959 no Trapiche. Antes de entrar terá sido sócio da União Familiar, proprietária da Quinta do Trapiche, e foi sepultado na campa que tinha doado à Ordem; o Irmão Manuel Fernandes Pimenta, do Boliqueime, 1928, entrou em 1943, teve ação notável na Casa de Saúde como superior/diretor de 1971 a 1977, tendo renovado e enriquecido com peças de arte a capela e outros locais, e construído numerosos presépios monumentais muito

visitados, vindo a falecer nesta Casa em 16.11.1985; João Manuel Barreto Júnior, em 10.02.1946, falecido de acidente em 04.07.1966 no Telhal, antes de professor.

Três Irmãos estão vivos: José Paulo Simões Pereira, da Encarnação, Estreito de Câmara de Lobos, que foi Provincial de 2001 a 2007 e é superior atual da Missão de Nampula em Moçambique; Paulo Irineu Cortes de Gouveia, da Serra de Água, é superior em Lisboa; e por fim o professante, Irmão José Inácio Pacheco da Silva, da paróquia de S. Jorge, entrou na Ordem em 2010, fez o noviciado em S. Paulo, Brasil, e primeira profissão em 02.02.2012, continuando a formação em Barcelos, trabalha atualmente em Montemor-o-Novo. Lembramos, por fim, que, além de 3 Irmãos madeirenses falecidos no Trapiche, aqui faleceram também Francisco André Peres, 13.01.1985; Manuel de Melo Braga (Açores), 27.02.1993; Alexandre Tavares Martins, 20.06.1994; Manuel Maria da Cruz, 13.11.1995; Manuel Pedro Conceição (Luís Gonzaga), 08.04.1996; António Augusto Pires Janela, 25.02.1999; Albino Jorge Lopes, 25.12.2004; Manuel Pereira, 10.06.2008.

Em 2017 três dos colaboradores/benfeitores desta Casa de Saúde foram reconhecidos e agraciados com o título de Irmãos Agregados da Ordem. No dia 8 de março de 2018, festa de S. João de Deus, o casal José Vitor Vieira e Maria da Conceição Vieira Fernandes e Jaime Abreu Vasconcelos receberam o Título de Irmãos Agregados espiritualmente à Ordem concedido pelo superior geral e entregue pelo Irmão Provincial. Este título é concedido a pessoas identificadas com a vida de fé cristã e de prática de hospitalidade da Ordem Hospitaleira.

Uma das particularidades desta Casa de Saúde é o facto de sempre ter sido apoiada com recursos para uma assistência integral incluindo a dimensão espiritual e cristã. Dispôs sempre de capelão da Ordem ou da paróquia e da presença de Irmãos. Os critérios holísticos respeitam a dignidade dos doentes e a sua liberdade religiosa. Os valores de transcendência e de fé cristã são respeitados ao lado das melhores técnicas de tratamento conhecidas. A partir de 1980 a assistência espiritual e religiosa começou a dispor de uma equipa de humanização e animação pastoral. Do ano 2000 em diante a equipa começou a chamar-se comissão e a integrar o capelão ou assistente espiritual e maior número de leigos coordenados por um técnico ou assistente espiritual. Desta comissão que está em ligação com os coordenadores de unidade e com os ateliês e a reabilitação fazem parte também alguns voluntários.

Desde o início e até finais de 2014, a casa somou a presença variável de cerca de 200 Irmãos e 30 mandatos de Irmãos superiores, os quais exerceram, até 2001, simultaneamente a função de superiores e diretores. Em 2015, contam-se quatro Irmãos: Horácio Martins Monteiro, superior, Aires Gameiro, sacerdote capelão, Amadeu Costa

Cabral e Jorge Dias Coelho, enfermeiros, sendo diretor/gestor o leigo colaborador João Eduardo Freitas Lemos.

Na linha da tradição da Ordem, a assistência prestada pautou-se sempre pelos valores e normas presentes nas constituições da Ordem, privilegiando os meios mais atualizados de tratamento para cada período. Desde o final do século XX as linhas programáticas foram atualizadas pela Carta de Identidade da Ordem de S. João de Deus, que declara que «um dos valores é o seu carácter integral [...]. Para S. João de Deus, o doente e o necessitado não eram apenas um corpo e uma alma, pecador ou pecadora, mentiroso ou indigno. Todos eram pessoas, seus irmãos e irmãs, todos dignos de serem ajudados e perdoados por ele e pelos seus colaboradores» (alínea 3.1.5, n.º 21)⁵⁵ porque o mesmo faz Deus por cada um.

Os cuidados integrais oferecidos atingem o patamar da qualidade técnica e humana e suas dimensões holísticas de espiritualidade e transcendência que respeitam a dignidade da pessoa humana. Este patamar de qualidade está reconhecido desde 2012 por vários títulos de acreditação como se referiu acima.

Fontes Manuscritas e Referências Bibliográficas

Manuscritos de Arquivos

Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, Arquivo dos Bispos, Religiosos de S. João de Deus.

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Secretaria, Livro de Atas de Reuniões da Junta Geral do Distrito do Funchal, de 1920, Sessão Ordinária do Mês de Maio, 6.ª reunião, 28 maio 1920, fls. 17v.-29v., n.º à margem 1282-130.

Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus

Cartas, Estatutos da Associação dos Irmãos de S. João de Deus, Constituição da Sociedade União Familiar, Escrituras, certidões.

Livro dos Sócios da Associação dos Irmãos de S. João de Deus, fls. 1-13v.

Livro de Atas da União Familiar, 1924-1940.

Livro de Atas da Associação dos Irmãos de S. João de Deus, 1924-1940.

⁵⁵ ORDEM HOSPITALEIRA DE SÃO JOÃO DE DEUS, 2000, *Carta de identidade*, pp. 54-55.

Livro dos Visitantes da Casa de Saúde do Trapiche dos Irmãos de S. João de Deus [1934-1970].

I Livro das Atas dos Capítulos Conventuais (CC) da Comunidade, de 1 de junho de 1922 a 1 de setembro de 1948.

II Livro das Atas dos Capítulos Conventuais (CC), 1948-1986 (12.10.1948 a 30.01.1986).

I Livro de Atas das Reuniões Familiares de fevereiro de 1984 a 2001, 157 atas.

II Livro de Atas de Reuniões Familiares, 2.03.2001 a 16.06.2008, 59 Atas.

Atas das Visitas Canónicas dos Superiores Maiores, in I Livro das Atas dos Capítulos Conventuais (CC) da Comunidade: 3 e 10.08.1924; 5.07.1929; 1 e 5.06.1938.

I Livro de Atas das Visitas Canónicas dos Superiores Maiores, 1933-1942.

II Livro de Atas das Visitas Canónicas dos Superiores Maiores, 1942-1965.

I Inventário da Casa de S. João de Deus [1928], Trapiche, Propriedades da Casa, 30 de abril de 1928 assinado por o Superior Manuel Maria Gonçalves e Irmão Benjamim Antunes em 28/5/1928, 10 pp.

II Inventário da Casa de S. João de Deus [1931], Trapiche, Propriedades da Casa, 30 de março de 1931 assinado por o Superior Irmão Benjamim Antunes e Irmão Miguel Gonçalves em 20/4/1931, 6 pp.

III Inventário da Casa de S. João de Deus [1937], Trapiche, Propriedades da Casa, 30 de junho de 1937 assinado por o Superior Irmão Cassiano Ma. Natal e Vice-Superior Irmão Miguel Gonçalves, 7 pp.

IV Inventário da Casa de S. João de Deus [1940], Trapiche, Propriedades da Casa, 30 de maio de 1940 assinado por o Superior Irmão Crisógono Gonçalves Nogueira e Irmão José Joaquim Fernandes, 6 pp.

V Inventário da Casa de S. João de Deus [1946], Trapiche, Propriedades da Casa, 1940-1946, 31 de maio de 1946 assinado por o Superior Irmão José Joaquim Fernandes e Vice Prior Salvador Marques.

Livro de inscrição dos membros da Associação dos Irmãos de S. João de Deus com termo de Abertura em 5 de junho de 1924 pelo Presidente Manuel Maria Gonçalves (primeiro membro). O último membro foi admitido em 25 de junho de 1940, p. 36.

I Livro de Entradas de Doentes de 10.10.1923 a 29.04.1933, n.º 1 a 367 doentes (com numeração emendada ao longo do livro até ao n.º 467).

II Livro de Entradas de Doentes de 2 de junho de 1933 a 10 de agosto de 1939, do n.º 368 a 897.

Livro de cópias de cartas expedidas, 1924-1937.

1.ª Pasta de Cartas recebidas e cópias de enviadas – 1937-1924.

2.ª Pasta de Facturas de Doentes a cargo da Junta Geral, agosto de 1937 até agosto inclusive de 1938.

- 3.^a Pasta de Facturas dos Doentes a cargo da Junta Geral de 1 de setembro de 1939 até 31 de dezembro de 1941.
- 4.^a Pasta de Correspondência recebida, 1932-1942.
- 5.^a Pasta de Correspondência Expedida, 1937-1943 [tem cartas anteriores a essa data].
- 6.^a Pasta/maço, com os Inventários I-VI especificados acima.
- 7.^a Pasta «Associação dos Irmãos de S. João de Deus, 1924-1960» Correspondência Avulsa, Cartas e Documentos.
- 8.^a e 11.^a Pastas «União Familiar», proprietária da Casa com documentação diversa.
- 10.^a Pasta «Voz do Doente», n.ºs 1-16.
- 12.^a Pasta «Cartas, Estatutos da Associação dos Irmãos de S. João de Deus, Constituição da Sociedade União Familiar, Escrituras, Certidões».

Livros

- DORGUETE, José Nunes, 1997, *Estado Actual da Província Portuguesa de S. João de Deus, 1997, s.l., Cúria Provincial.*
- FILIFE, Nuno, OH, 1985, *Casa de Saúde S. João de Deus, Funchal (Resumo histórico)*, Funchal.
- FILIFE, Nuno, OH, 1999, *Memória Histórica Casa de Saúde de S. João de Deus, 75 anos da sua Fundação, 1924-1999*, Funchal, Grafimadeira.
- GAMA, Manuel, 2016, *A Reabilitação Alcoólica na Madeira. Um homem – uma causa*, Funchal, Esfera do Caos.
- GAMEIRO, Aires, 2000, *Alcoolismo nos Açores e na Madeira. Padrões de Consumo em 1999 e 2000. Linhas de Prevenção*, Lisboa, Ed. Hospitalidade.
- GAMEIRO, Aires, 2016, «Casa de Saúde S. João de Deus», «Casa de Saúde S. Rafael» e «Casa de Saúde S. Miguel», in CINTRA, Pedro e PESSOA GIL, Nuno (coords.), *História dos Serviços de Saúde Mental*, vol. II – Sul e Ilhas, Edições Parsifal, Lisboa, pp. 423-480, 487-530 e 531-588.
- GAMEIRO, Aires, OH, BORGES, Augusto Moutinho, CARDOSO, Ana Mateus e OLIVEIRA, Fernando de, 2009, *Dr. Luís Cebola: um maçom na Casa de Saúde do Telhal*, Coimbra, CEIS20, Cadernos de Investigação, Ed. da Universidade de Coimbra.
- GAMEIRO, Aires e GONÇALVES, Manuel Maria, OH, 2014, *História da Casa de Saúde S. João de Deus na Madeira*, vol. I, *Os Irmãos Hospitaleiros e os alienados. Dos antecedentes a 1960*, Lisboa, Esfera do Caos.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos, 1996, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, Séc. XVIII, Subsídios para a sua História*, Funchal, CEHA/SRTC, 1996.
- ORDEM HOSPITALEIRA DE SÃO JOÃO DE DEUS, 2000, *Carta de identidade*, Editorial Hospitalidade.

- PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, 4.ª edição, Câmara Municipal do Funchal.
- SILVA, Fernando Augusto da e MENEZES, Carlos Azevedo de, 1921-1922, *Elucidário Madeirense*, vols. I e II, Funchal, Typ. Esperança.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1929, *Paróquia de Santo António, Alguns Subsídios para a sua História*, Funchal, ed. do autor.

Artigos

- Boletim de Informação Familiar e Hospitalar (BIFH)*, 1951-1998, Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira, crónicas.
- COSTA, Cândido da, 1975, «Sobre debates e congressos de psiquiatria», in *Hospitalidade – Revista de Saúde Mental e Relações Humanas*, ano 39, n.º 150, pp. 29-30.
- GAMEIRO, Aires, 2004, «Unidades de Alcoologia do ISJD», in *Hospitalidade*, n.º 263, pp. 16-25.
- GAMEIRO, Aires, 2018, «S. João de Deus: 94 anos de Saúde Mental no Alto de Santo António», in *Posto Emissor do Funchal, Almanaque PEF-2018*, Edição Posto Emissor do Funchal, pp. 60-62.
- GAMEIRO, Aires, OH, *et al.*, 2010, «Hospitaleiros», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal*, Lisboa, Gradiva, pp. 173-187.
- GONÇALVES, Manuel Maria Gonçalves, 1962-1963, «A Casa de Saúde do Trapiche (Ilha da Madeira): Subsídios para a sua História», in *Hospitalidade*, n.º 107, pp. 26-30, n.º 108, pp. 74-78, n.º 109, pp. 59-62, n.º 110, pp. 155-159.
- Hospitalidade*, 1936-2018, crónicas e artigos sobre a Casa de Saúde São João de Deus.
- MOTA, Nuno, 2016, «Loucura e periferia: O Manicómio Câmara Pestana (1906-1925)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol. I, *Administração e História*, Funchal, Arquivo Regional da Madeira, pp. 219-263.
- Portugal, Madeira e Açores. Folha Noticiosa*, 12 de setembro de 1898, n.º 666, Lisboa.
- SILVA, Armindo Saturnino da, *et al.*, 1983, «O alcoolismo na Região Autónoma da Madeira. Uma proposta de combate à doença», in *Hospitalidade*, 47, n.º 182, pp. 13-32.
- SILVA, Saturnino da, 1982, «Proposta para uma melhor Integração de Doentes Mentais, considerados Casos Sociais na Região Autónoma da Madeira», in *Revista de Saúde Mental, Hospitalidade, II Jornadas de Psiquiatria, S. João de Deus, Relações Humanas e Problemas de Marginalização*, n.º 180-181, pp. 334-344.
- SILVA, Saturnino da, 1987, «Alguns aspectos evolutivos do alcoolismo na R.A.M.», in GAMEIRO, Aires, SILVA, Saturnino da, e outros, *Liberdade de beber e de não beber*, Telhal, ed. Hospitalidade, pp. 58-75.

- SILVA, Saturnino da, 1991, «A Experiência da Casa de Saúde de S. João de Deus, no Trapiche, com Doentes de Evolução Prolongada e uma Proposta para a sua Desinstitucionalização», in *IV Congresso de Psiquiatria S. João de Deus. Progresso Científico e Humanização em Psiquiatria*, Comunicações, Editorial Hospitalidade, pp. 181-189.
- SILVA, Saturnino da, ALVES, Emanuel Raul, ABREU, Ana Maria, GAITA, Feliciano José, 1996, «Análise da Eficácia Terapêutica do Centro de Recuperação de Alcoólicos S. Ricardo Pampuri, no Funchal, e Estudo dos Parâmetros passíveis de Influenciar e serem influenciados pela Abstinência», in *Atas do VI Congresso Internacional de Psiquiatria S. João de Deus*, Editorial Hospitalidade, pp. 273-287.
- SILVA, Saturnino da, FERNANDES, Luís Filipe, *et al.*, 1996, «Contributo para o estudo psicossocial do doente alcoólico da RAM», in *VI Congresso Internacional de Psiquiatria S. João de Deus*, Comemorativo do V centenário do nascimento de S. João de Deus – 1495-1995, Editorial Hospitalidade, pp. 287-299.

Fontes Digitais

- GAMEIRO, Aires, 2016, «Trapiche (Casa de Saúde São João de Deus)», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/trapiche-casa-de-saude-sao-joao-de-deus/>, consultado em 19.11.2018.
- GAMEIRO, Aires, 2016, «Casa de Saúde Câmara Pestana», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/casa-de-saude-camara-pestana/>, consultado em 19.11.2018.
- GAMEIRO, Aires, LEMOS, João Eduardo Freitas, 2017, «Alcoolismo, Prevenção e seu Tratamento na Madeira», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/alcoolismo-prevencao-e-seu-tratamento-na-madeira/>, consultado em 19.11.2018.
- JAFFE, Jerome H., MEYER, Roger E., 2001, «Disease Concept of Alcoholism and Drug Abuse», in *Encyclopedia of Drugs, Alcohol, and Addictive Behavior*, disponível em <http://www.encyclopedia.com/doc/1G2-3403100158.html>, consultado em 08.03.2015.
- LADEIRA, Paulo, 2016, «Bernes, Família», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/bernes-familia/>, consultado em 27.09.2017.
- SOARES, Maria Isabel, 2008, «A Reforma dos Serviços de Assistência Psiquiátrica», in *Pensar Enfermagem*, vol. 12, n.º 2, disponível em http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2008_12_2_35-51.pdf, consultado em 31.08.2015.

Anexo

Imagem n.º 1 – S. João de Deus, Tríptico de Henrique Afonso Costa



Fonte: Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, Fotografia de Octávio Camacho.

Imagem n.º 2 – Irmão Manuel Fernandes Pimenta condecorado pelo Presidente da República com a Medalha de Benemerência (10.06.1981)



Fonte: Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, Fotografia de autor desconhecido.

Imagem n.º 3 – Comunidade (1980-1983) com o Superior Geral Pierluigi Marchesi



Fonte: Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, Fotografia de autor desconhecido.

Imagem n.º 4 – Placa de Inauguração descerrada pelo Presidente do Governo Regional no dia 20.11.2003



Fonte: Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, Fotografia de Octávio Camacho.

Imagem n.º 5 – Inauguração (2014)



Fonte: Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, Fotografia de Octávio Camacho.

Imagem n.º 6 – Vista Geral da Casa de Saúde S. João de Deus e requalificação de S. José



Fonte: Arquivo da Casa de Saúde S. João de Deus, Fotografia de autor desconhecido.

O Movimento Sindical na Ilha da Madeira através dos Arquivos da CGTP-IN

The Trade Union Movement in the Island of Madeira through the CGTP-IN Archives

*Filipe Caldeira*¹

Resumo

O património documental e museológico do movimento operário e sindical português, incluindo o da Região Autónoma da Madeira (RAM), é geralmente pouco conhecido. Cabe às organizações detentoras deste património assumir um papel de maior dinamismo no seu tratamento, na sua divulgação, alertando complementarmente para a urgência de uma acção mais determinante por parte das entidades estatais competentes no sentido de o identificar, conhecer e proteger.

Este contexto enforma o texto que apresentamos, na medida em que pretende contribuir para divulgar os fundos documentais custodiados pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), em especial aqueles que podem servir de base ao estudo do movimento sindical na RAM e da sua relação com esta confederação sindical. A pesquisa incidiu sobre o arquivo dos departamentos de Coordenação Geral e Organização Sindical da CGTP-IN e a Colecção Manuel Lopes, não tendo sido contemplados os acervos à guarda da estrutura sindical na RAM.

A gestão deste património é uma incumbência do Centro de Arquivo e Documentação (CAD) da CGTP-IN, pelo que finalizamos o texto com um enquadramento histórico e orgânico deste serviço.

Palavras-chave: CGTP-IN; Centro de Arquivo e Documentação; Movimento Sindical na Madeira; Movimento Sindical Unitário; Património Documental e Museológico; CAMSI; USAM.

¹ Técnico superior de arquivo no Centro de Arquivo e Documentação (CAD) da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN). Licenciado em História e mestre em Ciências da Informação e da Documentação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. *Email:* filipe.caldeira@cctp.pt.

Abstract

The documental and museum assets of the Portuguese working class and trade union movement, including the assets from Portugal's Autonomous Region of Madeira (ARM), are generally little-known. It is for the owners of those assets to play a more dynamic role in their treatment and disclosure, while, at the same time, alerting for the urgency of state authorities developing a more assertive action, in order to identify, know and protect those assets.

This is the context of the text we present, since its aim is contributing to popularize the documents under the General Confederation of Portuguese Workers – National Interunions (CGTP-IN) custody, particularly those that may be the base for the study of the trade union movement in the ARM and its relationship with this union confederation. Research focused on the archive of the CGTP-IN Coordination and Organisation departments and on the Manuel Lopes Collection. We did not target the assets under ARM custody.

The management of this asset is carried out by CGTP-IN's Archive and Documentation Centre (ADC), reason why we conclude our text with an historical and organic background of this service.

Keywords: CGTP-IN; Archive and Documentation Centre; Trade Union Movement in Madeira; United Trade Union Movement; Documental and Museum Assets; CAMSI; USAM.

Introdução

A pesquisa para este trabalho incidiu sobre o acervo documental² à guarda da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), gerido pelo seu Centro de Arquivo e Documentação (CAD). Um acervo que é constituído, na sua maioria, pela documentação produzida e recebida pela CGTP-IN, mas que tem vindo a aumentar a sua dimensão, acolhendo sucessivas doações e incorporações provenientes de estruturas sindicais filiadas ou que já foram filiadas na CGTP-IN. O documento mais antigo identificado à data em que se escreve remonta a 13 de Junho de 1897: uma acta da Assembleia-Geral da Associação de Classe dos Soldadores de Lagos que integra o fundo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro, secção de Portimão. A amplitude cronológica contemplada neste artigo é, contudo, mais modesta. Abrange o período posterior à revolução de 25 de Abril de 1974, alargando-se aos primeiros anos do século XXI.

² Por facilidade de expressão, os termos “acervo”, “espólio” e “núcleo documental” são usados neste texto como sinónimos para nos referirmos a um conjunto documental tipologicamente diverso, que pode incluir documentação bibliográfica e peças museológicas.

Partimos do pressuposto de que o património documental e museológico do movimento operário e sindical português, incluindo o da Região Autónoma da Madeira (RAM), é, geralmente, pouco conhecido, tanto entre o público menos especializado como no seio do próprio movimento sindical.

Sabemos que esta não é uma particularidade do nosso país. Com matizes próprios, outros nos falam em situações semelhantes. Rodríguez Salvanés, do Archivo Historico de La Fundación Francisco Largo Caballero (FFLC), falando no seminário “Los Archivos del Mundo del Trabajo en Andalucía”, realizado em Novembro de 2008, em Sevilha, amplia a problemática. Refere que, embora talvez tenha sido no âmbito do trabalho, do processo produtivo, do processo transformador da economia que se tenha produzido a maior quantidade de fundos de arquivo, não existia em Espanha um arquivo estatal ou um centro de arquivos do mundo do trabalho, à semelhança do que sucede, por exemplo, em França³. Acrescentava que, sendo este legado imprescindível para o conhecimento da nossa história, se encontra disperso, inacessível ou por conhecer e, sobretudo, é pouco valorizado⁴.

São observações que se podem aplicar, em nosso entender, à realidade vigente em Portugal no que a esta área diz respeito. Um breve exercício ilustrativo pode ajudar-nos a compreender um pouco melhor a situação. Visite-se os sítios *web* institucionais das associações sindicais regionais e procure-se identificar referências à sua história, a uma biblioteca, arquivo (não confundir com os arquivos de notícias...) ou centro de documentação, por exemplo. Fizemos este exercício no mês de Julho de 2018. Não sendo uma marca específica das associações sindicais da Região Autónoma da Madeira, verifica-se que, em geral, dedicam pouco espaço à sua história ou à história do movimento operário e sindical do sector em que se inserem. Referências a bibliotecas, arquivos ou serviços de gestão documental são inexistentes, ou quase. Não nos foi possível efectuar uma pesquisa mais aprofundada que permita apoiar com maior fundamentação esta conclusão preliminar, mas não deixa de ser uma observação reveladora.

Com efeito, raras são as estruturas sindicais, no nosso país, que, directa ou indirectamente, tenham ou estejam a desenvolver projectos de organização, preservação e divulgação do seu património documental. Podemos referir como excepções o trabalho desempenhado pelo Centro de Documentação e Informação

³ Veja-se, por exemplo: Archives nationales du monde du travail, sob a dependência do Ministério da Cultura (<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/>); Centre d'histoire du travail, constituído com o apoio de três centrais sindicais: CGT, CFDT e CGT-FO (<http://cht-nantes.org/association/historique>).

⁴ Cfr. RODRÍGUEZ SALVANÉS, 2010-01-20, «Los Archivos Sindicales: el Archivo de la Unión General de Trabajadores», p. 3.

da Universidade Popular do Porto e pelo Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN.

Embora não tenha sido protagonizado directamente pelas associações sindicais envolvidas, merece destaque o projecto promovido pelo Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto, que surgiu no contexto da programação da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. A iniciativa centrou-se em dois projectos de pesquisa: “Memórias do Trabalho – Testemunhos do Porto laboral no Século XX”, concretizado pela Universidade Popular do Porto e desenvolvido em parceria com a União dos Sindicatos do Porto e a Federação das Colectividades do Porto, e “Para Preservar e Divulgar a Memória do Porto – os Arquivos das Organizações de Trabalhadores”. Um dos resultados destes projectos foi a disponibilização, no sítio *web* este Centro de Documentação⁵, de um conjunto diversificado de dados. Além dos resumos dos testemunhos de vários trabalhadores, recolhidos em suporte áudio e vídeo, sobre as condições de trabalho, as lutas sociais e outros indicadores da realidade social e do mundo do trabalho no século XX, é possível aceder ao guia dos arquivos das associações sindicais participantes no projecto (identificação dos conjuntos documentais custodiados, datas extremas, dimensão, fundos e séries). Esta informação é complementada com referências às condições das instalações destinadas ao depósito de documentação (níveis de poluição, dispositivos de medição e controlo ambientais, meios de combate a incêndios, localização dos depósitos, iluminação, etc.).

Outras instituições, nomeadamente universitárias, constituíram acervos provenientes do mundo operário e sindical ou com ele relacionados e têm vindo a organizá-los e preservá-los. Evocamos apenas o caso do Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa⁶.

Abordaremos o trabalho desenvolvido pelo Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN na parte final deste texto.

A seguir, apontamos alguns dos assuntos de eventual interesse para o estudo do movimento sindical na RAM e da sua relação com a CGTP-IN, após a revolução de 25 de Abril de 1974, a partir de uma pesquisa efectuada ao acervo documental desta confederação sindical.

⁵ Cfr. Universidade Popular do Porto, Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto, «Centro de Documentação e Informação».

⁶ Cfr. Arquivo de História Social.

O Movimento Sindical da RAM e a CGTP-IN: Algumas Pistas de Estudo

No primeiro volume de *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: das Raízes até 1977*, Américo Nunes⁷, dirigente sindical do sector da Hotelaria do Sul e membro dos órgãos centrais da CGTP-IN durante largos anos, afirma:

«O edifício de toda a estrutura do movimento sindical, com cabeça, tronco e membros, viria a ser completado após o Congresso de Todos os Sindicatos, de 1977, com a constituição de federações de sindicatos por ramo de actividade onde elas ainda não existiam. A implantação de todas as formas de organização da CGTP-IN na Madeira e nos Açores viria a ser completada na década de oitenta. Só a dinâmica da revolução e uma prática sindical unitária e democrática permitiram andar tão depressa em processos tão complexos.»⁸

Em *Memórias de uma Missão Cumprida*, Guida Vieira, uma das fundadoras do Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da Região Autónoma da Madeira⁹ e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN entre 1983 e 2008¹⁰, recorda:

«Apenas em 1977 é que começámos a dar os primeiros passos para constituir a USAM, que só foi verdadeiramente validada com a publicação dos seus estatutos em Março de 1978. [...] A ideia da União nasceu dum grupo de sindicalistas de vários sectores: Bordados, Construção Civil, Carregadores, Escritórios e Bancários, aos quais depois se juntou Metalúrgicos, e Transportes Rodoviários. [...] É preciso que se diga que esta União foi a única no País a ser formada de forma autónoma fora da CGTP, e talvez isto explique alguns processos que se passaram depois da sua fundação. Todas as restantes Uniões foram, e são, estruturas intermédias da CGTP-IN, ao contrário da USAM que sempre teve autonomia organizativa desde a sua fundação e até hoje.»¹¹

Num comunicado anexo à acta da reunião do plenário da Comissão de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas (CAMSI) de 12 de Maio de 1978, caracteriza-se desta forma a situação do sindicalismo nas ilhas:

«Nos arquipélagos dos Açores e Madeira os sindicatos têm enfrentado dificuldades muito mais acentuadas, derivadas não só da debilidade económica e da carência de

⁷ Dirigente do sindicato da Hotelaria do Sul, membro suplente do Secretariado da Intersindical entre 1975 e 1977; membro do Conselho Nacional da CGTP-IN entre os mandatos 1983-1986 e 1999-2003; e do Secretariado do Conselho Nacional da CGTP-IN entre os mandatos 1996-1999 e 1999-2003; membro suplente da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN no mandato 1986-1989; membro efectivo deste órgão entre os mandatos 1989-1993 e 1999-2003. Cfr. CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Américo Nunes».

⁸ Cfr. NUNES, 2011, «A Intersindical na Revolução de Abril», p. 223.

⁹ Cujá filiação na CGTP-IN seria ratificada pelo Plenário de Sindicatos a 14 de Novembro de 1986. Cfr. CGTP-IN, 1989, *Relatório de Actividades (1986-1989) Aprovado no 6.º Congresso* [da CGTP-IN]: Maio/89, p. 92.

¹⁰ Cfr. CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Guida Maria Vieira Martins».

¹¹ Cfr. VIEIRA, 2010, *Memórias de uma Missão Cumprida*, pp. 185 e 189.

quadros das estruturas sindicais das ilhas, como do seu isolamento e, principalmente, das condições políticas existentes onde impera o caciquismo reaccionário dos que não querem renunciar aos seus privilégios [sic] conseguidos à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores e do povo e onde os traidores separatistas apoiados pelas forças poderosas do imperialismo, [sic] actuam impunemente, espalhando o terrorismo e a violência fascista.»¹²

Estes testemunhos e documentos de arquivo sugerem-nos que a CGTP-IN chegou relativamente tarde às ilhas, num contexto sindical, económico, social e político particularmente adverso.

Importa, antes de mais, clarificar que, quando nos referimos à presença desta confederação na Madeira, o caso que aqui nos ocupa, referimo-nos ao estabelecimento de estruturas estatutariamente definidas responsáveis pela coordenação e dinamização da actividade sindical na ilha, em articulação e de acordo com as orientações político-sindicais aprovadas pelos órgãos da CGTP-IN. E de acordo com os estatutos da CGTP-IN, estas estruturas correspondem aos sindicatos, às federações e às uniões. O sindicato é definido como

«[...] a associação de base da estrutura da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional a quem cabe a direcção de toda a actividade sindical no respectivo âmbito.»¹³

A federação é

«[...] a associação sindical intermédia da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, constituída pelos sindicatos representativos de um determinado ou mais ramos e/ou sectores de actividade económica ou profissão, a quem cabe a direcção e coordenação da actividade sindical no respectivo âmbito.»¹⁴

E a união

«[...] é a associação sindical intermédia da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, constituída pelos sindicatos nela filiados que exercem a sua actividade em determinada área geográfica, a quem cabe a direcção e coordenação da actividade sindical no respectivo âmbito.»¹⁵

Se atentarmos, por exemplo, ao processo de integração da União dos Sindicatos do Arquipélago da Madeira (USAM)¹⁶ nos órgãos nacionais da CGTP-IN, constatamos que os

¹² Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, comunicado aprovado no plenário da CAMSI de 12 de Maio de 1978, pt. I5, anexo 1, p. 3.

¹³ Cfr. CGTP-IN, *Estatutos* [...], capítulo III, artigo 7.º, p. 8.

¹⁴ Cfr. CGTP-IN, *Estatutos* [...], capítulo III, artigo 8.º, p. 8.

¹⁵ Cfr. CGTP-IN, *Estatutos* [...], capítulo III, artigo 9.º, p. 9.

¹⁶ Designação actual: União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira (USAM). Cfr. CGTP-IN, s.d., *Associações Sindicais do MSU* [Movimento Sindical Unitário]; CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira (USAM)».

seus primeiros estatutos, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego* n.º 11, de 22 de Março de 1978, previam que

«A União deve lutar pela unidade de todos os trabalhadores portugueses [...] e nesta conformidade poderá filiar-se na CGTP-IN, sendo necessário, para o efeito, a deliberação da maioria absoluta do plenário.»¹⁷

Na verdade, o reconhecimento estatutário desta “participação” aconteceria apenas em 1985, expressa nos seguintes termos: «A USAM participa na CGTP-IN, como estrutura de direcção e coordenação da actividade sindical na Região da Madeira.»¹⁸ Estes estatutos foram aprovados no II Congresso da USAM, realizado entre 20 e 21 de Abril de 1985, sob o lema: “Unir o Movimento Sindical; Melhorar as Condições de Vida e de Trabalho”, conforme testemunha um autocolante disponível na Colecção Manuel Lopes¹⁹.

No arquivo do departamento de Coordenação Geral da CGTP-IN, responsável pela coordenação da «[...] actividade global da CGTP-IN [...]» e por assegurar a [sua] representação institucional [...]»²⁰, encontramos informação que pode contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre o processo de implantação da estrutura da CGTP-IN na RAM na segunda metade da década de 1970. Referimo-nos à documentação produzida no âmbito da designada Comissão de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas (CAMSI), já referida. Os seus objectivos, o contexto subjacente à sua constituição, o teor das suas reuniões, a repercussão da sua actividade na imprensa estão aqui disponíveis. A constituição desta Comissão e suas atribuições são assim apresentadas, no anexo ao comunicado constante da acta da reunião do plenário da CAMSI de 12 de Maio de 1978:

«[...] por iniciativa do Secretariado da CGTP-IN²¹, realizou-se, em 12 e 13 de Maio de 1977 uma reunião para que foram convocadas todas as associações sindicais do continente com âmbito nas ilhas (sindicatos e federações). Este plenário, após dois dias de trabalho, deliberou constituir a CAMSI – Comissão de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas, formada por todas as associações com sede no continente e que representam trabalhadores nas ilhas,

¹⁷ Cfr. «União dos Sindicatos do Arquipélago da Madeira: Estatutos», 1978, p. 843.

¹⁸ Cfr. «USAM – União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira: Estatutos», 1985, p. 282.

¹⁹ A Colecção Manuel Lopes é constituída por documentação produzida e acumulada por Manuel Correia Lopes, dirigente sindical do sector dos lanifícios, membro da comissão coordenadora da CGTP-IN entre 1970 e 1975 e dos principais órgãos da CGTP-IN até 1999, ano em que faleceu. Foi membro da Juventude Operária Católica. Para mais informação biográfica, consultar: CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Manuel Correia Lopes». Através deste acervo sabemos, por intermédio da publicação intitulada *1.º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Sector Têxtil (Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Bordados da Madeira): Ofir, 29, 30 e 31 de Julho de 1975*, editada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Lanifícios e Vestuário de Portugal e a Federação dos Sindicatos dos Têxteis de Portugal, que «[...] como convidadas estiveram presentes duas camaradas em representação das Bordadeiras da Madeira, que também participaram nos trabalhos.» (p. 3).

²⁰ Cfr. CGTP-IN, [2016], *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN (Mandato 2016-2020)*, anexo 2, p. 10.

²¹ Actual Conselho Nacional da CGTP-IN.

sendo eleito um executivo de que fazem parte a Federação da Hotelaria, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, o Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas e o Secretariado da CGTP-IN. O Plenário definiu ainda as atribuições da CAMSI como Grupo de Trabalho da CGTP-IN a quem compete coordenar a solidariedade material e o apoio sindical das associações sindicais do continente aos trabalhadores e suas estruturas representativas nos Açores e na Madeira.»²²

A criação deste grupo de trabalho surgia num contexto político-sindical aparentemente propício e da necessidade de apoiar as organizações sindicais com menores capacidades financeiras, organizativas e técnicas:

«Após o Congresso de Todos os Sindicatos realizado em Janeiro de 1977 em que as forças divisionistas sofreram uma primeira grande derrota e a unidade do Movimento Sindical saiu fortalecida, estavam criadas condições para desenvolver a solidariedade das associações sindicais mais organizadas, com maior capacidade financeira e disponibilidade de quadros para com as associações sindicais mais débeis e que lutavam com grandes dificuldades, quer em certas regiões do continente quer nas ilhas.»²³

Após uma primeira visita às ilhas por parte de representantes da CAMSI, foram apresentadas ao plenário de 12 de Maio de 1978 as principais dificuldades encontradas, testemunhadas no mesmo anexo: «carência de quadros sindicais»; «deficiências de organização, nomeadamente no que se refere à organização de empresa (delegados sindicais)»; «a deficiente ligação dos sindicatos com sede no continente com os trabalhadores seus filiados nas ilhas»; «as graves dificuldades económicas, existindo sindicatos cujo orçamento, de tão reduzido, torna quase impossível o desenvolvimento da acção sindical»; «deficiências, no geral, no aparelho administrativo dos sindicatos das ilhas, o que dificulta a resposta rápida aos problemas e às situações»; «dificuldades na fiscalização e cumprimento dos CCT cujo âmbito se estende às ilhas.»

A situação do movimento sindical nas ilhas e nas várias regiões e sectores de actividade era, aliás, regularmente acompanhada pelos membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional, da qual davam nota nas reuniões deste órgão, responsável, entre outras, pela direcção político-sindical da CGTP-IN e por «[...] definir as medidas mais adequadas à concretização das iniciativas e acções aprovadas pelo conselho nacional quer ao nível das diferentes regiões, quer dos diversos sectores de actividade [...]»²⁴.

²² Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, comunicado aprovado no plenário da CAMSI de 12 de Maio de 1978, pt. I5, anexo 1, p. 3.

²³ Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, comunicado aprovado no plenário da CAMSI de 12 de Maio de 1978, pt. I5, anexo 1, p. 3.

²⁴ Esta é uma das competências deste órgão expressa nos estatutos que a CGTP-IN aprovou no seu 4.º congresso, realizado entre 11 e 13 de Março de 1983. Até este congresso, as funções da Comissão Executiva estavam definidas de forma genérica, integradas na secção dedicada ao Secretariado Nacional, a quem incumbia eleger e definir as funções dos membros daquele órgão. Nos estatutos aprovados

Embora geralmente pouco pormenorizadas, estas informações estão documentadas nas actas destas reuniões. Um exemplo mais tardio: na reunião da Comissão Executiva de 12 de Março de 1984, «Manuel Carvalho da Silva [futuro coordenador e secretário-geral da CGTP-IN] informou os presentes sobre diversos aspectos relativos à situação do movimento sindical das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.»²⁵

Voltando ao plenário da CAMSI de 12 de Maio de 1978, feito o balanço de um ano de actividade, apenas se consegue perceber claramente como tendo decorrido na Madeira uma iniciativa, porque teve lugar em ambos os arquipélagos. Trata-se de um conjunto de «[...] colóquios sobre previdência, saúde, reformados e tempos livres [...]». Menciona-se, de forma geral, as frequentes deslocações de dirigentes sindicais às ilhas para promover «[...] um maior estreitamento entre os sindicatos com sede no continente e os sindicatos e trabalhadores das ilhas [...]»; o apoio à constituição de sindicatos (caso dos trabalhadores agrícolas nos Açores); apoio material, técnico e financeiro; apoio ao movimento cooperativo, às cooperativas de trabalhadores agrícolas e pescadores, no caso dos Açores.

Nesta mesma reunião de 12 de Maio de 1978, por forma a responder mais eficiente e coordenadamente aos desafios e dificuldades inventariados, as associações sindicais presentes

«[...] deliberaram abrir delegações no Funchal, Ponta Delgada, Angra e Horta, centralizando as instalações e os meios existentes de modo a permitir uma melhor assistência aos trabalhadores que representam, possibilitando também o apoio técnico e material às associações sindicais com sede nas ilhas.»

Esta deliberação é acompanhada de um orçamento para o apetrechamento material²⁶ e as despesas mensais²⁷ previstas para o funcionamento destas delegações.

Compiladas neste processo estão também as reacções de alguma imprensa à criação e actuação da CAMSI. No *Diário Popular* de 16 de Maio de 1978, por exemplo, acusa-se

no 4.º congresso, as atribuições da Comissão Executiva ganham autonomia, passando a estar enquadradas em secção própria (V). Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta do III Congresso da CGTP-IN (Aberto a Todos os Sindicatos): 6, 7, 8 e 9 de Março de 1980, p. 019v.; CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta do IV Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (Aberto a Todos os Sindicatos): 11, 12 e 13 de Março de 1983, p. 41 (021). Actualmente, esta competência tem a seguinte redacção: «[...] coordenação da acção sindical nas diversas regiões e sectores de actividade [...]». Cfr. CGTP-IN, s.d., *Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional*, capítulo V, secção VI, artigo 63.º, p. 24.

²⁵ Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, Acta n.º 49 da Reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional, 1984-03-12, liv. 002, p. 051.

²⁶ Mobiliário diverso, máquina de escrever, duplicador, *stencil* electrónico, fotocopiador, entre outros (anexo 2 da acta da reunião).

²⁷ Com os serviços administrativos/despesas correntes, pessoal, informação e propaganda e com a USAM (anexo 3 da acta da reunião).

a CGTP-IN de ter criado «[...] um movimento paralelo ao movimento sindical unitário ali existente.» E a notícia vai mais longe:

«De facto, à revelia das Uniões dos Sindicatos os que pelo menos existem no arquipélago da Madeira (U.S.A.M.) e em Angra do Heroísmo e na Horta, a C.G.T.P. acaba de anunciar a próxima abertura naquelas três cidades, e também em Ponta Delgada, de delegações de uma chamada Comissão de Apoio ao Movimento Sindical das Ilhas (C.A.M.S.I.).

Esta C.A.M.S.I., que possui todo o apoio logístico e financeiro da C.G.T.P., é manifestamente um movimento paralelo ao unitário já existente, mas que foge, em grande parte, ao controlo da C.G.T.P. De facto, embora o secretariado da C.G.T.P. integre um elemento da Madeira como efectivo (Diamantino Alturas²⁸, do Sindicato da Construção Civil), e um dos Açores, como suplente (Paulo Borges, do Sindicato de Alimentação e Bebidas de Angra do Heroísmo), a verdade é que a C.G.T.P. não tem qualquer controlo sindical sobre a esmagadora maioria dos sindicatos das Ilhas, os quais – com excepção dos de Ponta Delgada – seguem indiscutivelmente uma linha de intransigente defesa dos trabalhadores contra o fascismo e o separatismo.»²⁹

Conclui-se, em tom irónico, que

«[...] a paladina da luta contra o divisionismo sindical acabou por não hesitar em dividir um movimento, como o da Madeira, de Angra do Heroísmo e Horta, cujo único «crime» terá sido o de não poucas vezes ter ultrapassado a C.G.T.P. pela esquerda, isto para não falar na ausência de sectarismo e na efectiva democracia interna.»³⁰

Estas observações motivaram uma resposta do Secretariado Nacional da CGTP-IN ao director do jornal, na qual se refutam «os termos da notícia». Rejeita-se que a CGTP-IN estivesse a criar um movimento sindical paralelo ao existente nas ilhas:

«Não existe M.S.U. [Movimento Sindical Unitário] deste ou daquele distrito, desta ou daquela Ilha, deste ou daquele concelho. [...] o Movimento das Ilhas está integrado no Movimento Sindical Unitário [CGTP-IN] [...]»³¹

Contesta-se que o processo estivesse a decorrer «à revelia» das uniões de sindicatos das ilhas. No caso de algumas ilhas dos Açores, o que existia eram «[...] meras uniões administrativas»³², o que significa que não correspondem a qualquer estrutura jurídico-

²⁸ Membro suplente do Secretariado Nacional, actual Conselho Nacional, da CGTP-IN entre os mandatos 1977-1980 e 1980-1983, ou seja, entre o segundo e terceiro congressos da central sindical. Cfr. CARTAXO, 2011, *CGTP-IN: 40 Anos de Luta com os Trabalhadores (1970-2010)*, p. 150.

²⁹ Cfr. *Diário Popular*, 16 de Maio de 1978, «C.G.T.P. Cria Movimento Paralelo ao Movimento Sindical Existente nas Ilhas», CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta da Reunião do Plenário da CAMSI de 1978-05-12, pt. 15, anexo 5, p. 10.

³⁰ Cfr. *Diário Popular*, 16 de Maio de 1978, «C.G.T.P. Cria Movimento Paralelo ao Movimento Sindical Existente nas Ilhas», CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta da Reunião do Plenário da CAMSI de 1978-05-12, pt. 15, anexo 5, p. 10.

³¹ Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta da Reunião do Plenário da CAMSI de 1978-05-12, ofício 1879/EM/Lisboa, de 1978-05-18, do Secretariado Nacional da CGTP-IN à Direcção do *Diário Popular*, pt. 15, anexo 6, p. 11.

³² Os sublinhados constantes deste e dos restantes excertos citados ao longo do artigo correspondem aos

-sindical [...]». No caso da Madeira, reconhece-se a existência da União dos Sindicatos do Arquipélago da Madeira e acrescenta-se que «[...] a cooperação entre a USAM e a CAMSI foi estruturada de comum acordo.» Para o demonstrar, o Secretariado Nacional da CGTP-IN cita um conjunto de excertos da acta de uma reunião entre o Secretariado Provisório da USAM e uma delegação da CAMSI, realizada a 28 de Fevereiro de 1978, no Funchal, em que se reconhece os objectivos desta Comissão e se destaca o apoio à USAM, «[...] tanto económico como técnico, no sentido de uma efectiva reestruturação sindical, com uma incidência concreta na análise e resolução da problemática dos pequenos Sindicatos.»³³ Foi ainda

«[...] vista a necessidade de realização de um PLENÁRIO REGIONAL DOS SINDICATOS COM ÂMBITO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, (encontro regional), onde seriam tratadas as questões relacionadas com a reestruturação do Movimento Sindical nesta região: a revisão dos Estatutos da USAM, a fim de a colocar numa estrutura intermédia do Movimento Sindical Unitário (CGTP-IN) e a aprovação de um programa de acção a desenvolver na região bem como a eleição dum Secretariado efectivo.»³⁴

E para o concretizar, conclui que o Secretariado Provisório da USAM havia concordado em criar uma Comissão Organizadora do Plenário com o objectivo de preparar um regulamento e de elaborar e dinamizar os assuntos a discutir.

Estes são apenas alguns dos aspectos que a documentação produzida e recebida pelo departamento de Coordenação Geral da CGTP-IN nos permite destacar no que respeita ao início da presença da estrutura intermédia da CGTP-IN na RAM. A documentação existente, estamos certos, permitirá retirar outras ilações e contribuir para um mais amplo conhecimento deste tema.

Mas o arquivo constituído por este departamento, pela própria natureza das funções que lhe foram, e que lhe estão, atribuídas, oferece a possibilidade de investigar um abundante conjunto de temas relacionados com a esfera de intervenção da CGTP-IN. Toda a actividade desta central sindical estaria aqui, inevitavelmente, espelhada. Mas a diligência, a capacidade de organização, a sensibilidade, o sentido de responsabilidade e o profundo conhecimento da vida político-sindical e da história do movimento operário e sindical por parte de um quadro sindical também podem fazer a diferença e potenciar este que, à partida, já seria um núcleo documental muito relevante para a

textos originais. O mesmo se aplica à grafia das palavras e às abreviaturas.

³³ Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta da Reunião do Plenário da CAMSI de 1978-05-12, ofício 1879/EM/Lisboa, de 1978-05-18, do Secretariado Nacional da CGTP-IN à Direcção do *Diário Popular*, pt. 15, anexo 6, p. 11.

³⁴ Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta da Reunião do Plenário da CAMSI de 1978-05-12, ofício 1879/EM/Lisboa, de 1978-05-18, do Secretariado Nacional da CGTP-IN à Direcção do *Diário Popular*, pt. 15, anexo 6, p. 11.

memória da organização. Falamos de Daniel Cabrita, que durante muitos anos exerceu as funções de adjunto do coordenador (mais tarde, com a designação de secretário-geral) da CGTP-IN e que, no exercício das suas funções, reuniu e organizou um arquivo ímpar³⁵.

Em 2012, o Centro de Arquivo e Documentação inventariou 43 metros lineares do acervo que já se encontrava em fase inactiva. As actas dos órgãos de direcção da CGTP-IN são um dos núcleos fundamentais deste acervo.

Nas actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, a que já aludimos, é possível encontrar profusa informação, ainda que muito sumária e, por vezes, meramente indicativa, sobre o movimento sindical nas várias regiões do país. A título de exemplo, na reunião da Comissão Executiva de 24 de Setembro de 1985 foi apresentado um convite dirigido à CGTP-IN pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados da Região Autónoma da Madeira para participar no primeiro Encontro Regional de Bordadeiras, a ter lugar no Funchal. A CGTP-IN decidiu enviar «[...] uma saudação, prescindindo-se de representação no encontro.»³⁶ Já na década seguinte, num anexo à acta da reunião deste órgão de 23 de Março de 1992 elaborado pelo departamento de Organização Sindical da CGTP-IN, indica-se o calendário (previsto) de eleições sindicais (para os corpos gerentes) a realizar nas várias estruturas afectas à CGTP-IN (sindicatos, federações e uniões) no ano de 1992. Neste documento também se regista as datas das últimas eleições efectuadas em cada estrutura, pelo que é possível elaborar uma cronologia com base nestes dados³⁷.

O departamento de Organização Sindical é produtor, também ele, de documentação que podemos considerar como muito relevante para o estudo do movimento sindical, na medida em que se trata da unidade orgânica responsável, entre outras, pelas «[...] questões relativas à organização e estruturação do movimento sindical; [e] à sindicalização e organização de base [...]»³⁸.

³⁵ Daniel Isidro Cabrita foi presidente da Direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa (eleito a 12 de Março de 1968) e um dos fundadores da CGTP-IN, em 1970. Em colaboração com o dirigente sindical José Ernesto Cartaxo, escreveu «A Formação da Intersindical», in NUNES *et al.*, 2011, *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: das Raízes até 1977*, pp. 117-184. Para mais informação biográfica, consultar: CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Daniel Isidro Cabrita».

³⁶ Cfr. CGTP-IN, Coordenação Geral, Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, Acta n.º 114 da Reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional, 1985-09-24, liv. 003, p. 137v.

³⁷ Cfr. departamento de Organização Sindical da CGTP-IN, «Eleições Sindicais: Previsão de Janeiro a Dezembro de 1992», Lisboa, 1992-03-20, CGTP-IN, Coordenação Geral, Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, Acta n.º 85 da 82.ª Reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, 1992-03-23, liv. 013, anexo 6, pp. 3 e 9 (297 e 299).

³⁸ Cfr. CGTP-IN, [2016], *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN (Mandato 2016-2020)*, p. 10.

Um dos núcleos centrais deste acervo reúne a correspondência e outra documentação trocada entre os sindicatos e as federações de sindicatos que representam os trabalhadores dos vários sectores de actividade e a CGTP-IN: planos de actividade das estruturas sindicais, publicações sindicais, protocolos, processos de dissolução e fusão de sindicatos e federações, eleições de corpos gerentes, informação sobre a realização de iniciativas diversas atinentes a questões sindicais e laborais, reuniões dos órgãos das várias estruturas sindicais, entre outros assuntos. São múltiplos, os exemplos, pelo que aqui ficam apenas alguns.

No sector das indústrias eléctricas, encontramos a correspondência trocada entre a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP) e os sindicatos nela filiados: ofícios, convocatórias para reuniões da Direcção Nacional da federação, assuntos relacionados com a organização sindical e a promoção de encontros e outras iniciativas relacionadas com este sector de actividade (segurança e saúde no trabalho, igualdade entre mulheres e homens, etc.), congressos da FSTIEP, gestão administrativa e financeira, acção reivindicativa (manifestações, greves gerais e sectoriais, entre outras actividades deste tipo), condições de vida e de trabalho, relações internacionais.

Consultando esta documentação, tomamos conhecimento de que a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Sector de Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica da Região Autónoma da Madeira (STEEM), sito, a 24 de Março de 2000, na Avenida do Mar, Funchal, endereçou um ofício, nesta mesma data, à Mesa da Assembleia Geral deste sindicato, com conhecimento à Direcção Nacional da FSTIEP, por intermédio do qual apresenta «[...] colectivamente a sua demissão», depois de explanar as respectivas razões³⁹.

No sector da Hotelaria, o acervo do departamento de Organização Sindical é constituído pela documentação trocada entre os respectivos sindicatos representativos e a CGTP-IN: protocolos, planos de actividade e orçamentos, publicações sobre questões laborais e sindicais (guias práticos das comissões de trabalhadores, por exemplo), moções aprovadas em plenários de trabalhadores, dissolução e fusão de sindicatos, eleições de corpos gerentes.

A documentação produzida e recebida pelo departamento de Organização Sindical no âmbito deste sector permite-nos conhecer um pouco melhor não apenas a situação laboral dos trabalhadores representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM, sito, em Outubro de

³⁹ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, cx. 026/16.

2004, na rua da Alegria, no Funchal, mas também a vida associativa e organizativa desta estrutura sindical.

No que aos problemas sentidos pelos trabalhadores diz respeito, podemos evocar, a partir deste acervo, o caso dos trabalhadores do Hotel Apartamentos do Mar, que se encontravam, em Agosto de 2004, em regime de suspensão de contrato de trabalho. Em ofício datado de 28 de Agosto de 2002, o sindicato informa a CGTP-IN de uma moção aprovada em plenário por estes trabalhadores sobre a situação em que se encontravam⁴⁰. Noutra ofício de 22 de Janeiro do mesmo ano, comunica à CGTP-IN a integração na sua associação do Sindicato da Alimentação e Bebidas⁴¹. Além das habituais rubricas financeiras e informações afins, os seus planos de actividade e orçamentos revelam que o sindicato dispõe de um Centro de Documentação e Biblioteca e de uma delegação no Porto Santo⁴². Vários ofícios, circulares e documentos anexos recebidos pelo departamento de Organização Sindical da CGTP-IN informam sobre processos de eleições para os corpos gerentes daquele sindicato e convidam esta confederação a fazer-se representar nas tomadas de posse daqueles órgãos. Acrescem as respostas da CGTP-IN, em ofício e com comunicações do Secretariado do Conselho Nacional em que se designa os seus representantes naqueles actos⁴³. Em 2001, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN saúda, em ofício de 16 de Abril assinado por Américo Nunes, os corpos gerentes do sindicato por ocasião de mais um aniversário do 18 de Abril de 1977, data em que os trabalhadores da Hotelaria na Madeira elegeram dirigentes «da sua confiança» para esta estrutura sindical⁴⁴.

No sector do Ensino, através da documentação enviada pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), é possível aceder, entre outros, aos dados sobre a distribuição por sexo dos professores sindicalizados (2001?), incluindo na Madeira, e sobre o número total de sindicalizados no Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), entre o sétimo (2001-03-21/22) e o oitavo congressos da FENPROF, este último realizado em 2004⁴⁵.

⁴⁰ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, ofício B.1-1306/02, de 2002-08-28, cx. 025/16.

⁴¹ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, ofício B.1-129/02, de 2002-01-21, cx. 025/16.

⁴² Cfr. Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM, «Plano e Orçamento 2004», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, cx. 025/16.

⁴³ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, ofícios do sindicato da Hotelaria da RAM n.º B.1-858/01, de 2001-07-03, de 2001-06-05, comunicação do Secretariado do Conselho Nacional da CGTP-IN n.º 1139, de 2001-06-20, circular do sindicato da Hotelaria da RAM n.º 8/01, de 2001-06-06, cx. 025/16.

⁴⁴ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, saudação da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, assinada por Américo Nunes, de 2001-04-16, cx. 025/16.

⁴⁵ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Ensino, cx. 023/16. Desta mesma unidade de instalação consta o «Relatório de Actividades: 2001/2004 – Um Triénio de Intensa Acção Sindical em Defesa dos Interesses e dos Direitos dos Professores, Educadores e da Escola Portuguesa». Os dados relativos ao número de associados encontram-se na página 11.

As actividades associadas à Música também se encontram representadas na documentação do departamento de Organização Sindical. O Sindicato dos Músicos, no seu jornal *Música e Músicos* n.º 71, de Maio/Junho de 2005, informa:

«O SM foi de novo instado pelos seus associados na ilha [da Madeira] a pronunciar-se publicamente contra a realização de apresentações musicais dos alunos do Conservatório do Funchal nas unidades hoteleiras da região. Estas actividades colidem com a prestação regular de profissionais da música na oferta de diversão nestes hotéis, tornando ainda mais precária a situação destes artistas. À hora de saída deste jornal parece ter-se atingido uma plataforma de consenso com a Direcção do Conservatório. Para tal contribuiu, de forma determinante, a mobilização e vigilância dos músicos nossos associados na Madeira.»⁴⁶

No sector da Construção, deparamo-nos, entre muitas outras, com informações relativas às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região Autónoma da Madeira (SICOMA) para o triénio 2002/2005, a realizar a 2002-10-31(?). Diamantino Alturas, carpinteiro, integrava a lista "A"⁴⁷.

Guida Vieira, nas suas *Memórias*, refere que este sindicato, liderado por Diamantino Alturas, e o dos Carregadores e Descarregadores do Porto do Funchal foram dos primeiros, na Madeira, a serem dirigidos pelos trabalhadores, a seguir ao 25 de Abril de 1974⁴⁸.

Para não nos alongarmos, finalizamos com o sector das Comunicações.

No relatório de actividades e contas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) relativo a 2001 apresenta-se: o número de trabalhadores sindicalizados e de delegados eleitos no ano de 2001, na secção do sindicato do Funchal, a discriminação dos gastos e o balanço das secções regionais a 31 de Dezembro de 2001, nos quais se inclui a mesma secção⁴⁹. O mesmo relativamente ao ano de 2000⁵⁰.

Na documentação relativa ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV) pode aceder-se aos resultados das eleições para a sua Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2003/2006, incluindo os verificados

⁴⁶ Cfr. Sindicato dos Músicos, «O SM Intervém de Novo na Madeira», in *Música & Músicos: Jornal do Sindicato dos Músicos*, n.º 71 (Maio/Junho de 2005), p. 3, CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Cultura, cx. 022/16.

⁴⁷ Cfr. CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Construção, composição da Lista "A" às eleições referidas, cx. 021/16.

⁴⁸ Cfr. VIEIRA, 2010, *Memórias de uma Missão Cumprida*, p. 27.

⁴⁹ Cfr. SNTCT, «Relatório de Actividades e Relatório de Contas 2001; Orçamento para 2002», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.

⁵⁰ Cfr. SNTCT, «Relatório de Actividades; Relatório de Contas 2000; Orçamento para 2001», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.

na Madeira⁵¹. Nestas eleições, que se realizariam a 26 de Maio de 2003, houve candidatos oriundos do Funchal, tanto na Lista "A"⁵² como na Lista "B"⁵³.

A gestão desta e da restante documentação produzida e recebida pela CGTP-IN está a cargo do Centro de Arquivo e Documentação desta central sindical, razão pela qual consideramos oportuno apresentar, a seguir, o seu contexto organizacional, objectivos, prioridades, desafios.

O Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN: Organização, Preservação e Valorização do Património Documental e Museológico do Movimento Sindical

Da Gestão da Documentação Bibliográfica...

Partimos do pressuposto de que o património documental e museológico do movimento operário e sindical português é pouco conhecido e de que cabe às organizações detentoras deste património um papel determinante no que respeita à sua organização, preservação e divulgação.

O trabalho desenvolvido pelo Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN surge, precisamente, da necessidade de responder a estes desafios. O seu percurso inicia-se em 1975⁵⁴, cerca de cinco anos após ter tido lugar a primeira reunião intersindical, a 11 de Outubro de 1970, assumido como o ano fundacional desta confederação sindical. Até 2006, as suas funções compreendiam a elaboração de *dossiers* temáticos e a gestão da documentação bibliográfica (essencialmente, publicações periódicas, monografias e documentação audiovisual).

... À Gestão da Documentação Arquivística e Acervo Museológico

Em 2006, na sequência do 10.º Congresso da CGTP-IN, realizado dois anos antes, num contexto em que as preocupações com o património documental e com a preservação

⁵¹ Cfr. SINTTAV, 2003-06-23, «Mesa da Assembleia Geral do SINTTAV: Eleições para o Triénio 2003/2006: Proclamação da Lista Vencedora», Coimbra, CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.

⁵² Cfr. SINTTAV, «Sempre SINTTAV: Mensagem Sindical [da Lista "A"] aos Trabalhadores», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.

⁵³ Cfr. SINTTAV, «Programa de Acção Lista B: Triénio 2003/2006», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.

⁵⁴ Denominado Centro de Documentação, a sua criação foi aprovada na reunião do Secretariado Nacional, actual Conselho Nacional da CGTP-IN, de 7 de Julho de 1975. Cfr. CGTP-IN, 1975, Coordenação Geral, *Normas de Coordenação dos Pelouros, Departamentos, Gabinetes e Serviços de Apoio*, pp. 14-16.

e valorização da memória sindical, em geral, começaram a assumir um papel de maior destaque no contexto da actividade levada a cabo por esta confederação, as funções do CAD passaram a contemplar, também, a gestão da documentação de arquivo⁵⁵. É neste ano que lhe é atribuída a actual designação.

A partir desta altura, o CAD passa a ter como missão gerir toda a documentação produzida e recebida pela CGTP-IN, a nível central, independentemente do seu suporte ou data. Integra ainda a sua missão o apoio técnico ao movimento sindical associado, na medida das suas possibilidades⁵⁶.

Mais tarde, após o XI Congresso da CGTP-IN, realizado em 2008, e o reajuste orgânico que se lhe seguiu, o CAD passou a ter uma dupla dependência orgânica. Além do Secretariado do Conselho Nacional, um órgão de gestão administrativa, passou a estar na dependência do departamento de Cultura e Tempos Livres⁵⁷, responsável pela dinamização cultural da Intersindical.

Até 2006, como referido, o património arquivístico não estava contemplado na esfera de intervenção deste serviço. O CAD teve necessidade, portanto, de delinear um plano de intervenção sustentado num diagnóstico prévio ao sistema de arquivo que fosse capaz de indicar e ajudar a hierarquizar um conjunto de prioridades. Este diagnóstico foi realizado com o apoio do então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e permitiu à CGTP-IN definir como objectivos essenciais⁵⁸:

- descrever e preservar a documentação que, por um lado, inspira maiores cuidados em função do seu estado de conservação e cujos suportes são, por natureza, mais susceptíveis a uma acelerada degradação física, por outro, que assume um valor considerado relevante para a preservação da memória da CGTP-IN e do movimento sindical associado, em particular, e da história económica, social, laboral, política e cultural de Portugal contemporâneo, de forma geral;
- criar ferramentas para a descrição, comunicação e difusão da documentação arquivística e bibliográfica que possam, simultaneamente, vir a ser utilizadas pela estrutura sindical associada, presente em todo o país;
- complementar o acervo documental custodiado através, entre outras medidas: da recolha de testemunhos orais de dirigentes sindicais que desempenharam

⁵⁵ Cfr. CGTP-IN, [2008], *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional: Mandato 2008/2012*, p. 13.

⁵⁶ Cfr. CGTP-IN, Junho de 2007, «CGTP-IN: Centro de Arquivo e Documentação», p. 2.

⁵⁷ Cfr. CGTP-IN, [2008], *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional: Mandato 2008/2012*, p. 13.

⁵⁸ Para mais pormenores sobre este processo, consultar CALDEIRA, 2009, «O Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)», pp. 163-165.

funções no período de formação e desenvolvimento da Intersindical, nomeadamente na década de 1970, época que é muito deficitária em termos de documentação, em especial a textual; da aquisição, por compra ou doação, de documentação que contribua para um maior conhecimento da história da CGTP-IN e movimento sindical a ela afecto;

– organizar iniciativas (culturais, editoriais, entre outras) que promovam o acesso, a divulgação e a valorização do acervo documental em tratamento.

Pelos elementos que recolhemos e que são públicos⁵⁹, é possível verificar que a concretização destes objectivos se tem vindo a traduzir na gradual preservação, organização e valorização do acervo documental custodiado pela CGTP-IN e na criação de condições para que este trabalho tenha continuidade.

Os Desafios

Apesar dos exíguos recursos humanos (dois técnicos superiores de arquivo e uma técnica auxiliar de biblioteca)⁶⁰ e materiais, o caminho percorrido desde 2006 permite, ainda assim, enquadrar e perspectivar de forma mais consistente, sustentada e fundamentada as tarefas que aguardam concretização.

A continuidade do trabalho de descrição dos vários fundos documentais destaca-se como uma das prioridades. Podemos indicar como exemplos as colecções sonora e audiovisual e os acervos adquiridos por doação ou compra. Enquadram-se neste último caso, entre outros: a Colecção Elsa Figueiredo, constituída, na sua maioria, por recortes de imprensa sobre o movimento operário e sindical, além de documentação diversa produzida por várias estruturas sindicais, abarcando o período compreendido entre 1944 e 1997; o fundo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro, incorporado em 2017.

⁵⁹ Alguns exemplos: o trabalho de descrição e divulgação do acervo documental visível através do sítio *web* do CAD (<http://cad.cgtp.pt/>) e dos vários números do boletim *CGTP Cultura* (<http://cad.cgtp.pt/pt/publicacoes>), a Exposição Comemorativa do 40.º Aniversário da CGTP-IN, patente ao público na praça Luís de Camões, em Lisboa, entre 3 e 11 de Dezembro de 2010, as várias publicações editadas pelo departamento de Cultura e Tempos Livres desde 2005 (http://cad.cgtp.pt/images/stories/documentos/divulgacaoedicoescgtp-in_16-12-2016.pdf), boa parte das quais sustentadas e ilustradas com documentação proveniente dos fundos documentais em tratamento, as diversas comunicações proferidas em seminários, encontros e conferências no âmbito dos quais a CGTP-IN é convidada a abordar o trabalho desenvolvido neste domínio (o último dos quais, o Encontro de História Oral, realizado no Museu da Cidade de Almada entre 11 e 12 de Outubro de 2017).

⁶⁰ Cfr. CGTP-IN, Junho de 2007, «CGTP-IN: Centro de Arquivo e Documentação», p. 3.

Outra das tarefas que urge impulsionar é o tratamento do património museológico que a CGTP-IN foi acumulando ao longo da sua história em resultado de ofertas provenientes da estrutura sindical associada, de confederações e outras organizações internacionais congéneres, bem como de outras entidades, nacionais e internacionais. Referimo-nos a um conjunto tipologicamente diverso de peças e objectos conservados, pelo seu valor histórico, artístico e cultural, para fins de estudo, investigação, exposição, educação⁶¹. Um acervo que continua a crescer com a normal actividade desta confederação e os mais variados objectos que integram a maioria das incorporações e doações provenientes da estrutura sindical filiada e de particulares com actividade ligada ao movimento operário e sindical. A identificação e a recolha do espólio existente na CGTP-IN iniciaram-se em 2017. O desafio reside, em parte, na preservação da diversidade dos tipos de suporte em causa (metal, madeira, têxtil, prata, pintura, vidro, pedra, papel, cerâmica, cestaria, etc.) e na necessidade de recursos humanos com os conhecimentos e competências exigíveis.

Terreno virgem é ainda o do património documental e museológico à guarda das estruturas que constituem o movimento sindical associado à CGTP-IN. À semelhança do pioneiro e meritório trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto, é fundamental promover-se a identificação deste património, conhecer as suas dimensões e condições de preservação, por forma a que se possa estabelecer prioridades e estratégias de intervenção e metodologias de trabalho conducentes à sua organização, salvaguarda e divulgação.

Uma das dificuldades com que a CGTP-IN se tem defrontado desde que o CAD assumiu funções no domínio da gestão de documentos de arquivo passa pelo estabelecimento de um local que cumpra os indispensáveis requisitos quanto ao tratamento, armazenamento e divulgação do seu acervo. Gradualmente, o acervo tem vindo a ser centralizado, embora em espaços com carácter provisório e desprovidos de garantia das condições de preservação e de acesso adequadas. Este problema parece estar agora a caminho de ser ultrapassado, no âmbito de um contrato de comodato celebrado, a 31 de Maio de 2018, entre a Câmara Municipal do Seixal e a CGTP-IN mediante o qual a edilidade cede parte do espaço das antigas oficinas da Fábrica da Mundet para a instalação do designado “Espaço Memória – Centro de Arquivo,

⁶¹ Temos presente o articulado da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses, e o enquadramento teórico presente na obra de HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2001, *Manual de la Museología*. Neste texto, porém, a utilização do termo “museológico” está mais próxima de uma das acepções que lhe confere o *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*: «que tem valor histórico». Cfr. «Museológico», in *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico*, 2003-2018.

Documentação e Audiovisual da CGTP-IN⁶². Pretende-se que, faseadamente, funcione como um espaço multifuncional: serviço de gestão documental e museológica, com as condições necessárias ao tratamento dos acervos documentais e museológicos sob sua custódia, serviço de pesquisa e atendimento ao público, áreas destinadas a exposições permanentes e temporárias, à realização de acções de formação, conferências e iniciativas afins, a um serviço educativo, à produção de conteúdos audiovisuais e informativos e à realização de eventos de natureza sindical e cultural, entre outros.

Este é um passo que reforça a importância que a CGTP-IN atribui à organização, preservação e valorização do seu património documental e museológico e o papel que tem assumido nesta área. Parece-nos, todavia, que, para que o património a que nos temos vindo a referir seja plenamente preservado e organizado, é fundamental ir mais além. Não é, certamente, uma limitação que condicione apenas a actividade das associações sindicais neste plano, mas sabemos que os recursos são escassos. Se tomarmos como válido que a história do movimento operário e sindical é um dos elementos cruciais da memória colectiva de um povo, de um país, então também deveria caber ao Estado, através dos organismos que tutelam a política arquivística e por outros meios ao seu alcance, um papel proactivo no sentido de promover, pelo menos, a identificação deste património, contribuindo para o seu conhecimento e salvaguarda. Sempre no respeito pela autonomia e independência das organizações sindicais⁶³, uma política articulada neste domínio poderia impulsionar o trabalho neste sector e, sobretudo, garantir que esta memória fosse preservada e conhecida.

Notas Finais

Neste artigo identificámos eventuais pontos de interesse em alguns dos fundos documentais custodiados pela CGTP-IN para o estudo do movimento sindical na RAM e a sua relação com aquela confederação sindical. Os exemplos apresentados são provenientes dos acervos produzidos pelos departamentos de Coordenação Geral e Organização Sindical da CGTP-IN e da colecção Manuel Lopes.

A documentação que visitámos (actas de órgãos de direcção, relatórios de actividade e contas, correspondência, recortes de imprensa, publicações periódicas, autocolantes, entre outros) fornece-nos pistas sobre a presença da estrutura da CGTP-IN na RAM a

⁶² Cfr. CGTP-IN, 2018, *Vai Nascer o Espaço Memória da CGTP-IN na Antiga Fábrica da Mundet*.

⁶³ Cfr. CGTP-IN, s.d., *Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional*, p. 3.

seguir ao 25 de Abril de 1974 e vários outros aspectos relacionados com a actividade do movimento sindical no arquipélago, em sectores como o das indústrias eléctricas (FSTIEP; STEEM), da Hotelaria (Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM), do Ensino (FENPROF, SPM), da Música (Sindicato dos Músicos), da Construção (SICOMA), das Comunicações (SNTCT, SINTTAV).

Outras abordagens e outros exemplos poderiam, e poderão, ser apresentados. A documentação gerida pelo CAD que se encontra fisicamente organizada totaliza 380 metros lineares, dos quais 141,24 em arquivo histórico e 238,76 em arquivo intermédio. Está, na sua maior parte, por descrever.

Com este texto, quisemos apenas sugerir algumas pistas de estudo com base numa pesquisa que carece de ser continuada e complementada, ao ritmo com que a descrição, a preservação e a disponibilização para consulta do acervo documental da CGTP-IN se for efectivando e que o património documental e museológico do movimento sindical afecto a esta confederação se for identificando, conhecendo, organizando, preservando, divulgando.

Fontes

Fontes Primárias

CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta da Reunião do Plenário da CAMSI de 1978-05-12, pt. 15.

CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta do III Congresso da CGTP-IN (Aberto a Todos os Sindicatos): 6, 7, 8 e 9 de Março de 1980, p. 019v.

CGTP-IN, Coordenação Geral, Acta do IV Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (Aberto a Todos os Sindicatos): 11, 12 e 13 de Março de 1983, p. 41 (021).

CGTP-IN, Coordenação Geral, Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, Acta n.º 49 da Reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional, 1984-03-12, liv. 002, p. 051.

CGTP-IN, Coordenação Geral, Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, Acta n.º 114 da Reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional, 1985-09-24, liv. 003, p. 137v.

CGTP-IN, Coordenação Geral, CAMSI, 1978, comunicado aprovado no plenário da CAMSI de 12 de Maio de 1978, pt. 15, anexo 1, p. 3.

CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Construção, composição da Lista "A" às eleições referidas, cx. 021/16.

- CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Ensino, cx. 023/16.
- CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, ofício B.1-129/02, de 2002-01-21, cx. 025/16.
- CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, ofício B.1-1306/02, de 2002-08-28, cx. 025/16.
- CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, ofícios do sindicato da Hotelaria da RAM n.º B.1-858/01, de 2001-07-03, de 2001-06-05, comunicação do Secretariado do Conselho Nacional da CGTP-IN n.º 1139, de 2001-06-20, circular do sindicato da Hotelaria da RAM n.º 8/01, de 2001-06-06, cx. 025/16.
- CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, saudação da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, assinada por Américo Nunes, de 2001-04-16, cx. 025/16.
- CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, cx. 026/16.
- CGTP-IN, 1975, Coordenação Geral, *Normas de Coordenação dos Pelouros, Departamentos, Gabinetes e Serviços de Apoio*, Lisboa, 30 de Junho de 1975.
- CGTP-IN, 1989, *Relatório de Actividades (1986-1989) Aprovado no 6.º Congresso* [da CGTP-IN]: *Maior/89*, Lisboa, DIF, CGTP-IN, (*Documentos da CGTP-IN*).
- CGTP-IN, s.d., *Estatutos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional*, disponível em http://www.cgtp.pt/images/stories/estatutos_cgtp.pdf, consultado a 2018-08-21.
- CGTP-IN, [2008], *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional: Mandato 2008/2012*, [Lisboa, CGTP-IN], L/9261-II.
- CGTP-IN, [2016], *Regulamento de Funcionamento da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN (Mandato 2016-2020)*, [Lisboa, CGTP-IN, 2016].
- Departamento de Organização Sindical da CGTP-IN, «Eleições Sindicais: Previsão de Janeiro a Dezembro de 1992», Lisboa, 1992-03-20, CGTP-IN, Coordenação Geral, Actas da Comissão Executiva do Conselho Nacional, Acta n.º 85 da 82.ª Reunião da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, 1992-03-23, liv. 013, anexo 6, pp. 3 e 9 (297 e 299).
- FENPROF, «Relatório de Actividades: 2001/2004 – Um Triénio de Intensa Acção Sindical em Defesa dos Interesses e dos Direitos dos Professores, Educadores e da Escola Portuguesa», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Ensino, cx. 023/16.
- Sindicato dos Músicos, «O SM Intervém de Novo na Madeira», in *Música & Músicos: Jornal do Sindicato dos Músicos*, n.º 71 (Maio/Junho de 2005), p. 3, CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Cultura, cx. 022/16.

- Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da RAM, «Plano e Orçamento 2004», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, cx. 025/16.
- SINTTAV, 2003-06-26, Mesa da Assembleia Geral do SINTTAV: Eleições para o Triénio 2003/2006: Proclamação da Lista Vencedora, Coimbra, CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.
- SINTTAV, «Sempre SINTTAV: Mensagem Sindical [da Lista "A"] aos Trabalhadores», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.
- SINTTAV, «Programa de Acção Lista B: Triénio 2003/2006», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.
- SNTCT, «Relatório de Actividades; Relatório de Contas 2000; Orçamento para 2001», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.
- SNTCT, «Relatório de Actividades e Relatório de Contas 2001; Orçamento para 2002», CGTP-IN, Organização Sindical, Sectores de Actividade, Comunicações, cx. 020/16.
- «União dos Sindicatos do Arquipélago da Madeira: Estatutos», 1978, in *Boletim do Trabalho e Emprego*, volume 45, n.º 11, 1978-03-22, pp. 842-847, disponível em http://bte.gep.msess.gov.pt/bte_consulta_n_anteriores.php, consultado a 2018-08-22.
- «USAM – União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira: Estatutos», 1985, in *Boletim do Trabalho e Emprego*, III série, n.º 16, art.º 14.º, p. 282.
- 1.º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Sector Têxtil (Têxteis, Lanifícios, Vestuário e Bordados da Madeira): Ofir, 29, 30 e 31 de Julho de 1975, 1975* [imp.], Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Lanifícios e Vestuário de Portugal, Federação dos Sindicatos dos Têxteis de Portugal, CGTP-IN, Colecção Manuel Lopes.

Fontes Secundárias

- Archives nationales du monde du travail, «Historique institutionnel», disponível em <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/>, consultado a 2018-10-22.
- Arquivo de História Social, disponível em <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/index.php>, consultado a 2018-10-22.
- CABRITA, Daniel, 2011, «A Formação da Intersindical», in NUNES, Américo, CABRITA, Daniel, MARTINS, Emídio, ROCHA, Francisco Canais, CARTAXO, José Ernesto, BARRETO, Kalidás, RANITA, Victor, *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: das Raízes até 1977*, 1.ª ed., Lisboa, CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres, IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça, pp. 117-184.

- CALDEIRA, Filipe, 2009, «O Centro de Arquivo e Documentação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)», in MARQUES, António José, STAMPA, Inez Terezinha (org.), *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, São Paulo, Central Única dos Trabalhadores.
- CARTAXO, José Ernesto (introdução, selecção e organização), 2011, *CGTP-IN: 40 Anos de Luta com os Trabalhadores (1970-2010)*, 1.ª ed., Lisboa, CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres, IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça.
- Centre d'histoire du travail, «Un peu d'histoire», disponível em <http://cht-nantes.org/association/historique>, consultado a 2018-10-22.
- CGTP-IN, Junho de 2007, «CGTP-IN: Centro de Arquivo e Documentação», in *CGTP Cultura*, [I série], n.º 6, p. 2, disponível em <http://cad.cgtp.pt/pt/publicacoes?start=6>, consultado a 2018-08-07.
- CGTP-IN, 2017, «CGTP-IN Intervém no Encontro de História Oral, em Almada», disponível em <http://cad.cgtp.pt/pt/noticias/280-cgtp-in-intervem-no-encontro-de-historia-oral-em-almada>, consultado a 2018-08-23.
- CGTP-IN, 2018, *Vai Nascer o Espaço Memória da CGTP-IN na Antiga Fábrica da Mundet*, disponível em <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/seguranca-e-saude-no-trabalho/cultura-e-tempos-livres/11951-vai-nascer-o-espaco-memoria-da-cgtp-in-na-antiga-fabrica-da-mundet>, consultado a 2018-08-20.
- CGTP-IN, s.d., *Associações Sindicais do MSU* [Movimento Sindical Unitário], disponível em http://www.cgtp.pt/images/images/2018/03/contactos_cgtp_mar2018.pdf.
- CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Américo Nunes», disponível em <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/534;isaar>, consultado a 2018-08-21.
- CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Daniel Isidro Cabrita», disponível em <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/8394;isaar>, consultado a 2018-08-23.
- CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Guida Maria Vieira Martins», disponível em <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/24371;isaar>, consultado a 2018-08-23.
- CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «Manuel Correia Lopes», disponível em <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/545;isaar>, consultado a 2018-08-22.
- CGTP-IN, Centro de Arquivo e Documentação, 2018, «União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira (USAM)», disponível em <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/6826;isaar>, consultado a 2018-08-23.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 2001, *Manual de Museología*, 2.ª reimpressão, Madrid, Editorial Síntesis.

- «Museológico», in *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico*, 2003-2018, Porto, Porto Editora, disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa0/museol%C3%B3gico>, consultado a 2018-10-30.
- NUNES, Américo, 2011, «A Intersindical na Revolução de Abril», in NUNES, Américo, CABRITA, Daniel, MARTINS, Emídio, ROCHA, Francisco Canais, CARTAXO, José Ernesto, BARRETO, Kalidás, RANITA, Victor, *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: das Raízes até 1977*, vol. I, Lisboa, CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres, IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011, pp. 185-264.
- RODRÍGUEZ SALVANÉS, Jesús, 2010-01-20, «Los Archivos Sindicales: el Archivo de la Unión General de Trabajadores», in *Arch-e: Revista Andaluza de Archivos*, n.º 2, p. 3.
- Universidade Popular do Porto, Centro de Documentação Movimento Operário e Popular do Porto, «Centro de Documentação e Informação», disponível em <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/apresentaGeral.py>, consultado a 2018-10-22.
- VIEIRA, Guida, 2010, *Memórias de uma Missão Cumprida*, 1.ª ed., Lisboa, União de Mulheres, Alternativa e Resposta (UMAR).

Reflexos, Silêncios, Fantasmas: Do Arquivo como Norma ao Arquivo como Problema na História

Reflections, Silences, Ghosts: From the Archive as a Norm to the Archive as a Problem in History

Nuno Mota¹

«[The archivist] will almost certainly make from time to time interesting [historical] discoveries and must sometimes be allowed the pleasure of following them up, in off hours, himself.»

Sir Hilary Jenkinson, 1948

«É fácil congelar uma ideia do passado e ficarmos por aí. Mas é mais interessante revisitar esse passado criativamente, refletindo [sobre] como chegámos a esta realidade que nos circunda hoje.»

Robert '3D' Del Naja, 2019²

Resumo

Desde sensivelmente a transição para o século presente que se assiste a uma valorização teórica, epistemológica e cultural do arquivo, que o tem colocado no centro de um debate que mobiliza várias disciplinas no seio das ciências sociais e humanas. Esse desenvolvimento contraria uma representação, apesar de tudo ainda não superada, do arquivo como um objeto inquestionado e naturalizado numa ordem de preocupações principalmente operatórias. Neste ensaio procede-se a uma incursão num *corpus* bibliográfico crescente e

¹ Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem mestrado curricular em Sociologia e Economia Históricas pela mesma Faculdade e pós-graduação em Ciências Documentais pela Universidade da Madeira. Desempenha desde 2006 funções de arquivista no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, onde tem coordenado projetos de descrição e tratamento documental de arquivos históricos e produzido investigação diversa em articulação com esses projetos arquivísticos. Tem atualmente como principais interesses de pesquisa a memória social e a história dos arquivos e das práticas mnemónicas. Contacto: nuno.mota@madeira.gov.pt.

² JENKINSON, 1948, citado por NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives», p. 28; BELANCIANO, 2019, «Massive Attack: 'Este espectáculo é como uma ópera destes tempos de incerteza'», entrevista a Robert Del Naja.

pluridisciplinar que problematiza o conceito de arquivo e os próprios arquivos e conduz a uma reinterpretação da relação destes com a sua envolvente socio-histórica. Uma incursão em que, por via da exploração de temas como memória, poder e usos sociais e políticos do arquivo, são valorizados contributos que permitam um novo enfoque sobre a história dos arquivos e uma valorização da sua historicidade específica. Numa perspetiva de integração das problemáticas do arquivo e da memória coletiva, é sugerida a utilidade do estudo dos arquivos para uma sociologia histórica das práticas mnemónicas.

Palavras-chave: Conceito de Arquivo; História dos Arquivos; Poder; Memória Coletiva; Interdisciplinaridade.

Abstract

Roughly since the transition to the current century, archive's theoretical, epistemological and cultural status has been widely valued, placing the archive at the core of a multidisciplinary debate within the human and social sciences. This development contradicts a secular and nevertheless not yet overcome representation of the archive as an unquestioned object, mainly framed within a practical and applied type of thought and reasoning. In this essay we proceed to an incursion into a growing and multidisciplinary bibliographic corpus that problematizes the archive as a concept and the archives themselves, leading to new perspectives on archives' relation with their socio-historical surroundings. Through the exploration of themes such as memory, power and social and political uses of the archive, this incursion highlights contributions that allow a new focus on the history of the archives and an appreciation of its specific historicity. Looking to the archive and collective memory as two interrelated and commonly grounded problems, the usefulness of the study of archives for a historical sociology of mnemonic practices is suggested.

Keywords: Archive Concept; Archives' History; Power; Collective Memory; Interdisciplinarity.

1. Da Norma ao Problema

Tomemos os discursos sobre o arquivo como um campo narrativo. Como em qualquer campo que se dispõe num plano bidimensional, é possível dividir este espaço – a exemplo do olhar que projetamos sobre um mapa – em várias regiões discursivas. No campo discursivo do arquivo destacam-se, segundo nos parece, duas grandes regiões. Talvez que todas as outras aglomerações dos discursos sobre o arquivo constituam subdivisões destas duas zonas discursivas primaciais. Seja como for, numa tal cartografia discursiva, essa divisão basilar prende-se com a natureza procedimental dos discursos: de um lado uma narrativa procedimental sobre os arquivos; do outro lado uma narrativa não procedimental. A primeira narrativa elege o arquivo como um problema operatório e estrutura o conhecimento dos arquivos como uma técnica. Por isso ela é uma narrativa eminentemente normativa e instrumental, que se tem materializado ao longo da história em manuais, tratados, glossários, normas gerais,

orientações e todo um conjunto de instrumentos que visam a estruturação das práticas arquivísticas nas suas múltiplas facetas. Tomando de empréstimo uma expressão utilizada por Brien Brothman, esse é o domínio de um «pragmatismo instrumentalista secular» dos arquivos³. Já a segunda narrativa reflete sobre o arquivo fora de qualquer preocupação pragmatista imediata; num certo sentido, ela elege o arquivo como um problema em si mesmo.

Alguns exercícios de síntese têm permitido reconstituir o que designamos aqui de narrativa procedimental ou instrumental sobre os arquivos nos seus traços gerais e nos seus marcos históricos mais relevantes. Do tratado *De Re Diplomatica*, de 1681, às propostas de Theodore Schellenberg no âmbito da avaliação documental, em plena conjuntura do pós-II Guerra Mundial, é todo um mesmo espaço narrativo que se desfralda, por muito que esse espaço seja marcado por mais ou menos pronunciadas linhas internas de diferenciação⁴. O isolamento da narrativa procedimental sobre o arquivo é facilitado pelo facto de a mesma se desenvolver num contexto disciplinar relativamente homogéneo (das ciências documentais e da arquivística) e de nesse contexto servir o propósito inequívoco de informar e iluminar os grandes desafios operatórios com que os arquivos se confrontam quotidianamente: *conservar, avaliar, descrever, classificar, comunicar*. Já do lado da narrativa não procedimental sobre os arquivos, não nos esperam semelhantes facilidades. Com efeito, esta é uma região discursiva que é alimentada por uma grande diversidade de áreas do saber e do conhecimento, no quadro da qual o problema e o conceito do arquivo servem propósitos bastante diversos e até inconciliáveis, num cenário de heterogeneidade disciplinar, heurística e metodológica que compromete logo à partida qualquer esforço de síntese. Nesta região discursiva específica, o arquivo é utilizado por autores como Michel Foucault enquanto ferramenta de análise dos mecanismos subjacentes às práticas discursivas, por Pierre Nora enquanto domínio da sacralização da memória, por Jacques Derrida enquanto metáfora da teoria da psique freudiana. Ao conceito de arquivo e à problematização dos arquivos no espaço e no tempo afluem historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, filósofos, psicólogos, biólogos, linguistas, artistas; em suma, toda uma diversidade de usos e inquirições, insuscetíveis de reconstituição ou síntese, mas, ainda assim, irmanados, ao menos, pela ausência

³ BROTHMAN, 2010, «Perfect present, perfect gift: finding a place for archival consciousness in social theory», p. 143.

⁴ DURANTI, 1989, «Diplomatics: New Uses for an old Science»; DURANTI, 1989, «The Odyssey of Records Managers»; DUCHEIN, 1992, «The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe», pp. 16-20; COOK, 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift», pp. 20-29; SILVA et al., 2002, *Arquivística*, pp. 45-201.

do propósito imediato de instituir os próprios arquivos e de definir as suas práticas. A exemplo de alguns *topoi* – lembramo-nos de *nação, cultura, língua* – que se distinguiram na história pelo facto de terem gerado uma grande profusão de discursos, o arquivo tem-se afirmado, talvez sobretudo nas últimas duas ou três décadas, como ponto fértil de convergência de um questionamento verdadeiramente multidisciplinar.

Mas estas duas regiões discursivas, como não podia deixar de ser, não são incomunicantes. Vários pontos de contacto – zonas de fluxo, intercâmbio e influência – se estabeleceram entre ambas ao longo da história. Por exemplo, os escritos com que Leopold von Ranke, a partir da década de trinta do século XIX, estabeleceu o estatuto científico da disciplina histórica concernem e envolvem de forma muito direta os arquivos, que passam a ser vistos como laboratórios da história: «o único sítio apropriado para a produção do conhecimento histórico» e condição indispensável da escrita da história, ou garante da sua objetividade e cientificidade⁵. Ora, sem essa produção discursiva sobre os arquivos, emergente no quadro de uma discussão epistemológica particular que remodelou os alicerces da própria disciplina histórica, não teria certamente tido lugar o influente manual arquivístico holandês de Muller, Feith e Fruin, de 1898, que em boa medida corresponde a uma projeção, ao nível da metodologia arquivística, da visão positivista de Ranke acerca da investigação e do conhecimento histórico⁶. Poderíamos facultar outros exemplos destes fluxos e destas trocas, mas não é este o contexto oportuno para tal. Basta-nos por ora salientar que a presente inflação de propostas de problematização e revisitação crítica do conceito de arquivo, formuladas numa ótica não operatória ou estritamente arquivística, não deixa de ter, precisamente, o campo disciplinar dos arquivos como um dos seus principais agentes de dinamização, mesmo que a arquivística não tenha estado na linha da frente desse debate, e frequentemente se encontre omissa das convocatórias para o mesmo⁷.

⁵ ESKILDSEN, 2008, «Leopold Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography», p. 437.

⁶ Cf. KETELAAR, 1996, «Archival Theory and the Dutch Manual»; COOK, 1997, «What is Past is Prologue [...]»; COOK, 2001, «Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts», nota 20, pp. 14-15.

⁷ Cf. SCHWARTZ, 2006, «'Having New Eyes': Spaces of Archives, Landscapes of Power», pp. 4-9. Naturalmente, a arquivística jamais poderia ter estado na linha da frente do atual debate pluridisciplinar em torno do arquivo, por razões que se prendem com a posição de subalternidade que as ciências do arquivo ocupam na academia e no campo social do conhecimento, às quais não será certamente alheia uma aparente tendência deste domínio disciplinar para a insulação e para a autorreferenciação (cf. JACOBSEN, PUNZALAN, HEDSTROM, 2013, «Invoking 'collective memory': mapping the emergence of a concept in archival science»). Ainda assim, o modo como algumas das principais publicações científicas internacionais no âmbito dos arquivos se têm inundado de todo um conjunto de tópicos até há pouco tempo arredados da literatura arquivística (pós-modernismo, poder, colonialismo, memória coletiva, história dos arquivos, género, minorias étnicas, etc., etc.), atesta bem a forma perentória com

Mas qual o motivo para esta obsessão pelo arquivo nas humanidades, nas ciências sociais e, por extensão, nas ciências do arquivo? Essa é uma pergunta difícil que, como é natural, não cabe aqui responder de forma minimamente conclusiva. Em todo o caso, gostaríamos de avançar três razões. Em primeiro lugar, o facto de o conceito de arquivo ter sido mobilizado por autores centrais nas ciências sociais e humanas, o que viabilizou a sua ampla circulação na academia e numa diversidade apreciável de fóruns disciplinares e do conhecimento. Referimo-nos, obviamente, a Michel Foucault e, talvez sobretudo, a Jacques Derrida, cujo famoso *Archive Fever*, publicado em 1995, parece constituir a razão imediata para uma boa parte da inflação discursiva em torno do arquivo que se verificou desde então, como, aliás, é amplamente sugerido por diversos autores⁸. Em segundo lugar, uma razão de natureza tecnológica, associada à desmaterialização da produção documental e ao advento da *web*, que por si só terão incentivado a revisitação do conceito de arquivo e apelado à flexibilização dos próprios pressupostos operatórios basilares do conhecimento arquivístico, redefinidos agora numa ótica pós-custodial e sob um enfoque que, talvez de modo suspeito, as ciências do arquivo e da informação se apressaram a designar de «pós-moderno».

Por fim, e na nossa perspetiva mais importantes, razões que talvez possamos designar de culturais, escarpelizadas de forma incisiva por Pierre Nora, e que se prendem com a transformação da experiência social da memória e com o modo como a aceleração contemporânea da história, com toda a sua valorização do novo, da mobilidade e do progresso, conduziu à perda de um sentido coletivo do passado e da memória, ou à desvinculação entre memória e história. Outrora imediatamente disponível, de ampla

que o campo disciplinar dos arquivos aderiu a este novo *archival turn*. Como é óbvio, alguns dos novos discursos sobre o arquivo, produzidos a partir do espaço disciplinar e institucional dos arquivos, não deixam de ostentar, de forma mais ou menos discreta, a finalidade operatória de reformular os próprios arquivos, mas os alicerces de tais discursos marcam claramente uma rutura com uma visão secular da arquivística enquanto ciência aplicada.

⁸ Numa lista de modo algum exaustiva, veja-se: HARRIS, 1997, «Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa», p. 134; BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», p. 66; COOK, 2001, «Archival science and postmodernism [...]», pp. 6-7; NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives»; SCHWARTZ, 2006, «'Having New Eyes': Spaces of Archives, Landscapes of Power», p. 4; ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault»; ARVATU, 2011, «Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault», pp. 142-143; BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», p. 125. Numa análise de redes aplicada à citação de autores e artigos/monografias nas quatro principais publicações arquivísticas em língua inglesa, em artigos versando a temática da memória coletiva publicados entre 1980 e 2010, *Archive Fever* figura como o artigo mais citado ou influente (JACOBSEN, PUNZALAN, HEDSTROM, 2013, «Invoking 'collective memory' [...]», p. 227 e ss.). Por outro lado, por muito impactante que se tenha afirmado, o contributo de Derrida não deixou de ter sido precedido por outros que elevaram o arquivo a um novo estatuto teórico, pelo que aquando de *Archive Fever* o *archival turn* encontrar-se-ia já em marcha (STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», pp. 92-96; STOLER, 2009, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*, pp. 44-46).

circulação em meios sociais e institucionais marcados pela tradição e recuperável numa perceção permanente de continuidade com o presente – por exemplo, por via da valorização das origens pessoais, familiares ou coletivas –, o passado tornou-se distante, exterior e não vivenciado, e a memória fundamentalmente «arquivística», i.e., «inteiramente dependente da materialidade do traço, do carácter imediato do registo, da visibilidade da imagem». É essa, segundo Pierre Nora, a origem «da obsessão com o arquivo que marca a nossa era»⁹. O arquivo desempenharia então, poderíamos nós dizer, uma função quase psicossociológica, de neutralização de uma espécie de efeito de ansiedade inerente à perceção coletiva da fratura entre o presente e o passado.

Se a uma escala global o espaço narrativo e de problematização sobre o arquivo tem prosperado, em Portugal o cenário é bem diferente, permanecendo o arquivo como um objeto largamente indisputado e muito escassamente problematizado fora de uma ordem de preocupações instrumentais tipicamente associadas às ciências do arquivo e da informação¹⁰. Claro, alguma reflexão e investigação criteriosa, produzida com recurso a expedientes metodológicos próprios, tem sido desenvolvida nos últimos anos acerca dos arquivos no âmbito da ciência da informação, sobretudo a partir da Universidade do Porto; mas, em termos gerais, tais contributos, mesmo os de maior substrato teórico, não deixam de lidar com os arquivos fundamentalmente no quadro do que designamos aqui de dimensão procedimental e operatória. Talvez que, acima de tudo, ignorem a historicidade dos arquivos e da própria informação em contexto socio-histórico, e toda a requalificação teórica e epistemológica dos arquivos a que se tem assistido no âmbito da ciência arquivística e fora dela¹¹. Tão-pouco conseguimos vislumbrar que a ciência da informação tenha concretizado em Portugal a promessa de envolver o conhecimento dos arquivos num enfoque interdisciplinar sob o pano de fundo das «ciências sociais»; nem que, postulando-se a informação como «produto resultante [de] condições estruturais (políticas, técnicas,

⁹ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», pp. 11-13.

¹⁰ Um expediente muito simples mas talvez elucidativo permite-nos verificar esta escassez do *tópos* do arquivo no contexto da arquivística e das ciências documentais e da informação em Portugal, designadamente por comparação à frequência do *tópos* da informação: uma pesquisa no repositório em linha da revista *Cadernos BAD* (edições compreendidas entre os anos de 1963 e 2016) devolve-nos 51 artigos com o vocábulo «informação» em título, e apenas dez com o vocábulo «arquivo». Note-se que a revista em causa – órgão da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – congrega a maior parte da produção científica portuguesa nesta área, sendo que em maio de 2014 esta publicação canalizava cerca de 60% dos artigos publicados por autores portugueses disponíveis no e-LiS (*e-Prints in Library and Information Science*), o maior repositório internacional em acesso aberto para a ciência da informação (NEVES e FERREIRA, 2014, «Caracterização da produção científica portuguesa em Ciência da Informação», p. 96).

¹¹ ROSA, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação [...]», pp. 550, 562-566.

económicas, culturais, etc.)» e os arquivos como «sistemas de informação» que têm «a memória» como um dos seus eixos estruturantes, se tenha minimamente concretizado a intenção de encetar um diálogo com ciências como a história, a sociologia ou a economia, entre outras relações interdisciplinares mais ou menos programaticamente anunciadas¹².

Obviamente, essa recusa em abordar o arquivo como um problema – e como um problema na história – é, em si mesmo, um produto da história, tendo antes de mais sido construída e solidificada, em Portugal e não só, no universo dos arquivos históricos e da arquivística tradicional, patrimonialista e custodial, de forte influência positivista. Na génese dessa recusa está, naturalmente, o positivismo do século XIX, com o seu «fetichismo do arquivo» e com a sua «tendência para olhar para os arquivos como repositórios a-problemáticos do facto histórico»¹³. Mas em todo o caso, mesmo que ‘colonizados’ historicamente pela disciplina histórica e por uma certa visão da mesma, são os arquivos e os saberes a eles estritamente associados os primeiros responsáveis pela renúncia a uma reflexão mais diversificada e crítica – se quisermos, humanística – em torno do arquivo. Como afirma Verne Harris, o paradigma positivista dos arquivos apropria estes como «simples, estáveis e incontestados» e como o «produto orgânico e inocente de processos exteriores aos arquivistas», dos quais os arquivos são, precisamente, o reflexo ou a evidência¹⁴. Afinal, os arquivos e os arquivistas sempre se distinguiram pela sua aptidão para impor limites. A metodologia arquivística pode na verdade ser sintetizada como uma «economia restrita» de possibilidades textuais e de significado, como uma modalidade sistemática de contenção do texto e de limitação de possibilidades de interpretação do mesmo. Não é, aliás, por acaso que ela consagrou tão claramente – desde logo através do conceito de proveniência – a ideia de contexto.

¹² RIBEIRO, 1998, «O acesso à informação nos arquivos», pp. 50-51; SILVA et al., 2002, «Arquivística», pp. 31-41. Não estamos em condições de formular um balanço objetivo sobre os níveis de abertura da ciência da informação em Portugal a outras disciplinas, mas julgamos não estar longe da verdade se afirmarmos que, entre nós, a pegada da ciência da informação no âmbito das ciências sociais e humanas é bastante limitada e quase circunscrita a ciências ditas aplicadas. Por exemplo, num artigo recentemente publicado entre nós, de balanço sobre «o paradigma pós-custodial na arquivística», são apontadas relações interdisciplinares da ciência da informação com a arquivologia e a documentação, a museologia, a informática e as ciências da computação, ou o jornalismo e a comunicação (SOARES, PINTO e SILVA, 2015, «O paradigma pós-custodial na arquivística», pp. 33-36). Se o protagonismo que a «Escola do Porto» adquiriu em Portugal conduziu a um enfoque privilegiado dos arquivos a partir da ciência da informação, é certo que essa recente tradição portuguesa é bastante contrastante com uma boa parte da literatura anglo-saxónica sobre arquivos, nomeadamente a que se produz sob a alçada da chamada *archival science*, e que é veiculada em publicações como *Archivaria*, *American Archivist*, *Archives & Manuscripts* ou *Archival Science*.

¹³ WALSHAM, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», p. 9.

¹⁴ HARRIS, 1997, «Claiming Less, Delivering More [...]», p. 133.

Com efeito, o contexto consiste num «instrumento arquivístico e intelectual de ‘controlo’ de conteúdo» que vem responder às necessidades de uma operatória ainda mais fina, por via da qual se *delimitam* espaços de fechamento e fixação da leitura dos próprios documentos¹⁵. Encerrado em unidades mais vastas que lhes concedem a sua significação última, o documento encontra nos seus contextos arquivísticos – também eles suscetíveis de uma descrição arquivística, dita «hierárquica» – a prefiguração da sua leitura, o pano de fundo do fechamento da sua interpretação.

Enfim, enquanto espaço cultural e intelectual especializado no estabelecimento de limites, as ciências do arquivo inevitavelmente subtraíram os arquivos de qualquer espécie de receção crítica ou reflexiva. Precisamente pelos mesmos motivos, esse espaço cultural, produto imediato da visão dos arquivos que resulta do manual holandês de 1898, e que a jovem ciência da informação em Portugal muito prontamente designa de «historicista», tendeu a minimizar o protagonismo histórico dos arquivos e dos processos arquivísticos e a restringir a sua historicidade à sua materialidade estrita¹⁶. No nosso entender, uma e outra coisa são duas faces do mesmo desafio. Não poderemos compreender os arquivos – desde logo na história – sem estabelecermos linhas de confluência com os múltiplos eixos de problematização sobre o arquivo que se têm estruturado recentemente no espaço pluridisciplinar das ciências sociais e humanas, nem sem operarmos um distanciamento efetivo com aquela malha tranquila de conceitos operatórios e dóceis que caracteriza ainda hoje uma grande parte do espaço disciplinar e institucional dos arquivos e da ciência da informação. Ao investirmos nessa confluência com os vários discursos que elegem o arquivo como um problema e ao nos descentrarmos dos discursos que olham para o arquivo na sua normatividade, estamos afinal a fazer justiça a um traço essencial e definidor dos arquivos, i.e., à sua natureza ambivalente e paradoxal. Dito de outro modo, estamos a fazer justiça aos arquivos enquanto *lugares de memória*: «simples e ambíguos, naturais e artificiais, ao mesmo tempo imediatamente disponíveis na experiência sensorial concreta e suscetíveis da mais abstrata elaboração»¹⁷.

Neste ensaio procuraremos, então, efetuar uma incursão no que designamos aqui de narrativa não procedimental sobre o arquivo, num exercício que, no essencial, se poderá considerar de revisão da literatura. Começaremos por nos centrar na exploração do conceito de arquivo empreendida por Jacques Derrida e Michel Foucault (objeto do ponto 2), e, a partir daí, tentaremos percorrer algumas linhas de questionamento

¹⁵ BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», pp. 79-80.

¹⁶ Cf. YALE, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», p. 336.

¹⁷ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 18.

dos arquivos que, no nosso entender, são abertas por algumas das propostas daqueles dois autores – que, por assim dizer, funcionarão para nós como diretrizes desta nossa incursão. Nos pontos 3 e 4 privilegiaremos o problema da relação dos arquivos com os temas, respetivamente, do poder e da memória coletiva. Em todo este exercício, e de forma mais ou menos explícita, colocaremos a ênfase num aspeto geral que é para nós de primeira importância: a dialética entre os arquivos e as suas envolventes socio-históricas. No edifício narrativo multidisciplinar que aqui nos ocupará, que consubstancia, em boa medida, o que se convencionou designar de novo *archival turn* no quadro das ciências sociais e humanas, figuram inúmeras propostas oriundas do próprio campo disciplinar dos arquivos, designadamente vindas a lume desde o último quartel do século XX¹⁸. Não evitaremos algum centramento nesse campo disciplinar específico, a partir de textos veiculados principalmente em língua inglesa, mas privilegiaremos sobretudo o modo como essa literatura se tem desdobrado num diálogo, que reputamos de fecundo, com outras disciplinas. De resto, e como é natural, esta incursão é, acima de tudo, parcelar e seletiva. O interesse que o arquivo¹⁹ e o seu questionamento e problematização têm suscitado e continuam a suscitar, a partir de quadrantes cada vez mais diversificados, conduziu à acumulação de um *corpus* bibliográfico avassalador. Afinal, já no início do século XVIII Leibniz afirmava que «os arquivos são por vezes desfigurados, defeituosos e enganadores, mas ainda assim constituem o melhor suporte para a História»²⁰. Impossível, portanto, reconstituir um tão vasto e temporalmente dilatado edifício narrativo, em permanente atualização pelo menos nos últimos vinte anos, pelo que a seletividade, e a arbitrariedade que esta acarreta, não são sequer motivo de escolha, mas uma limitação incontornável.

¹⁸ Muitos desses contributos, então verdadeiramente emergentes no campo da arquivística, começaram por ser coligidos em COOK, 1997, «What is Past is Prologue [...]», pp. 30-43; NESMITH, 1999, «Still Fuzzy, But More Accurate [...]», p. 143; COOK, 2001, «Archival Science and Postmodernism [...]»; COOK e SCHWARTZ, 2002, «Archives, Records, and Power [...]».

¹⁹ Ao longo deste artigo utilizaremos abundantemente a palavra *arquivo*, no singular. Com essa flexão, a que inevitavelmente recorreremos, por exemplo, quando se trate de convocar o conceito de arquivo, não queremos necessariamente excluir *os arquivos* na sua concretização institucional, mas designar o campo mais vasto e historicamente amplo das práticas de fixação de informação arquivística, independentemente de as mesmas serem enquadradas por arquivos num sentido institucional estrito. Segundo a terminologia técnica arquivística, na palavra *arquivo* compreendemos simultaneamente os conceitos de *record* e de *archive* (cf. PEARCE-MOSES, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, 2005, pp. 29-30, 326-330).

²⁰ LEIBNIZ, 1709, citado por KETELAAR, 2007, «Muniments and monuments [...]», p. 351. Para uma breve resenha de significações e usos primeiros do arquivo no início do período moderno, ver WALSHAM, 2016, «The social history of the archive: record-keeping in early modern Europe», pp. 16-17.

2. Entre o Esquecimento e a Singularidade: Derrida e Foucault

É manifesto que Michel Foucault e, talvez sobretudo, Jacques Derrida são hoje objeto de uma atenção especial pelos saberes do arquivo, figurando os escassos textos que estes autores dedicaram aos arquivos – e sobretudo, como veremos, ao conceito de arquivo – nas referências bibliográficas de dezenas e dezenas de artigos publicados nos periódicos mais relevantes sobre arquivos no espaço global. O facto de a problemática dos arquivos se encontrar em Portugal pouco explorada e de na literatura portuguesa sobre arquivos e informação praticamente não encontrarmos quaisquer alusões a ambos, conduzem-nos a que optemos aqui por convocá-los de um modo um tanto mais demorado. A nossa leitura – aqui também, mais uma vez, inevitavelmente seletiva – passará por resgatar o arquivo em concreto no meio da multiplicidade de implicações das suas propostas, ou por utilizá-las como base para uma análise substancial do arquivo e dos processos de fixação da informação arquivística no quadro socio-histórico.

Começemos por Jacques Derrida e pelo seu *Archive Fever*, ou não fosse este texto, como já assinalámos, um catalisador mais ou menos óbvio de uma renovação, presentemente em curso, de perspetivas sobre o arquivo e de uma atenção dedicada a este a partir de múltiplos prismas disciplinares²¹. Apesar de esta *febre* do arquivo evocar de algum modo a *obsessão* do arquivo de Nora, não é nos domínios específicos da memória histórica que Derrida se posiciona, mas no reduto amplo da própria memória, e tendo em vista um propósito particular que à partida não poderia ser mais estranho à problemática dos arquivos num sentido estrito: a análise da representação freudiana da estrutura psíquica²². E, diga-se, na perspetiva daquela problemática, esta utilização do conceito de arquivo dificilmente se poderá furtar à censura de alguma ambiguidade: por exemplo, ao nível da utilização indistinta do conceito de arquivo para significar quer o *Arkheion* (a casa onde se guardam os documentos) e os documentos em si mesmos, quer os processos da sua constituição. Em todo o caso, não deixam de ser também o arquivo e os arquivos num sentido estrito que estão

²¹ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression». Este texto, cujo título original é «Mal d'archive: une impression freudienne», resulta de uma conferência proferida por Jacques Derrida em Londres no ano de 1994, cujo título inicial foi «The Concept of the Archive: a Freudian Impression». A conferência foi proferida no âmbito de um colóquio sobre *Memória: a questão dos arquivos*.

²² Será porventura mais correto sugerir que a *obsessão* do arquivo em Nora é, em si mesma, um eco da atenção que o próprio Derrida concedeu, desde finais da década de sessenta, à *obsessão* tipicamente ocidental com «a identificação dos princípios, dos pontos de partida e das origens»; é essa mesma *obsessão*, tão relevante em Freud, que é recuperada enquanto *febre* ou *doença* neste *Archive Fever/Mal d'archive* (STEEDMAN, 2001, «Something She Called a Fever: Michelet, Derrida, and Dust», p. 1161).

nas cogitações do filósofo francês, como aliás sugere o facto de, logo no início do seu percurso, Derrida esclarecer que a desconstrução a que se propõe tem consequências do ponto de vista da «teoria do arquivo» e da sua própria «implementação institucional». A questão da «política do arquivo» é mesmo para si, acrescenta, uma «orientação permanente», o que de resto lhe vale o comentário de que os arquivos são um indicador de democracia: «a democratização efetiva será sempre medida por este critério essencial: a participação no arquivo e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação»²³.

A análise que Derrida empreende do arquivo é marcada pela omnipresença do aspeto da dualidade. De certo modo a leitura de *Archive Fever* pode ser vista como uma experiência pendular, como uma visita permanente dos termos contraditórios de toda uma série de oposições que têm no arquivo um espaço de conciliação. A dualidade será mesmo, parece propor Derrida, uma marca distintiva do arquivo. E por isso em termos gerais os arquivos na história podem ser perspetivados como horizontes materiais e institucionais de um equilíbrio necessariamente precário entre todos esses pares de oposições. Diz-nos Derrida: o arquivo é «institutivo e conservador», «revolucionário e tradicional». Ele implica uma exterioridade e uma exteriorização, uma inscrição ou impressão de um conjunto de traços num dado «substrato» (digamos, uma materialização – de informação – num dado suporte), efetuada de acordo com uma «técnica de repetição», que dá corpo e forma ao documento. Essa materialidade técnica do arquivo é o veículo de uma «consignação», ou seja, de «uma reunião de signos», ou de uma *acumulação* de signos, podíamos nós precisar numa concessão à linguagem arquivística aplicada. O arquivo no seu lado positivo e institutivo é isso mesmo, «um poder de consignação», que consubstancia a vertente mnésica e anamnésica dos dispositivos arquivísticos concretos²⁴.

Enquanto espaço de mnese e anamnese, o arquivo é então arena de operações de registo, inscrição, preservação e cristalização da informação e da memória. Mas no arquivo têm lugar também a hipomnese e a amnese. A *hipomnese*, que remete para a precariedade da memória, ou para a insuficiência e fragilidade dos signos externalizados por via dos dispositivos arquivísticos, inscritos na materialidade dos documentos enquanto acontecimentos singulares em si mesmo, e não como reprodução fiel de um qualquer fragmento de realidade. É por essa natureza do documento como acontecimento que os documentos valerão sempre como evidências mais ou menos frágeis dos objetos e dos referentes históricos que designam. O arquivo pode mesmo

²³ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 10-11, nota n.º 1.

²⁴ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 10-14.

ser perspectivado como um dispositivo puramente amnésico, como uma instância de negação e destruição da memória, num sentido que Derrida associa à famosa *pulsão de morte* freudiana, a qual:

«Está em funcionamento, mas uma vez que opera sempre em silêncio, nunca deixa arquivos de si mesma. Destrói antecipadamente o seu próprio arquivo, como se na verdade essa fosse a motivação precisa do seu movimento mais característico. Trabalha *para destruir o arquivo* [...]. Devora-o antes mesmo de produzi-lo no exterior. [...] Será sempre destruidora do arquivo, por vocação silenciosa.»²⁵

Esta passagem, que se nos afigura axial no texto de Derrida, envia-nos, antes de mais, para um eixo importante da história dos arquivos: a destruição documental e a perda de informação, operadas seja por via de eventos pontuais (incêndios, desastres naturais, revoluções, levantamentos populares, eliminação de arquivos por simples incúria e falta de critério patrimonial, etc.), seja por via da exposição contínua dos documentos a agentes ambientais de deterioração, seja, enfim, por via de metodologias controladas de avaliação e seleção documental²⁶. Mas mais importante do que a destruição em si mesma é a «vocação silenciosa» da pulsão que a origina: inerente ao arquivo está a «supressão radical, na verdade a erradicação, de tudo aquilo que não pode ser reduzido à mnese e à anamnese»²⁷. Esta erradicação consiste na exclusão original e constitutiva dos próprios arquivos, sugestiva da avassaladora maioria dos acontecimentos que, na história, permaneceram indocumentados e não inscritos ou materializados num dado suporte constitutivo da memória. Uma supressão ou erradicação que subsiste no próprio movimento de fixação da informação num dado suporte e sem a qual o próprio documento não teria lugar. Afinal, podemos dizer – adaptando uma famosa imagem – que todos os acontecimentos que assumiram alguma vez a forma concreta de um documento não ultrapassam a extensão de um pequeno grão de areia na vastidão incomensurável da história. Impossível expressar esta ideia melhor do que Carolyn Steedman na sua tentativa de, a partir de Derrida, imiscuir-se no verdadeiro pó arquivístico: «There is the great, brown, slow-moving strandless river of Everything, and then there is its tiny flotsam that has ended up in the record

²⁵ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 13-14, itálico no original.

²⁶ As ações recorrentes de violência deliberada contra os arquivos na história configuram uma área de pesquisa sobre os arquivos até ao momento praticamente inexplorada. Ver GEARY, 1994, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millenium*, particularmente o cap. III («Archival Memory and the Destruction of the Past»); BROWN, 1997, «Death of a Renaissance Record-Keeper: The Murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385». Como afirma a historiadora Alexandra Walsham, «os acidentes aparentemente arbitrários de sobrevivência [documental] que ditam o foco e a direção da pesquisa histórica frequentemente consistem no produto de estratégias arquivísticas contemporâneas» (WALSHAM, 2016, «The social history of the archive [...], p. 32»).

²⁷ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 14.

office you are working in»²⁸. Em suma, diz-nos Derrida, o arquivo «situa-se no lugar de um colapso original e estrutural da memória», e por isso ele comporta uma «violência do esquecimento», que se traduz numa «pressão excessiva», materializada enquanto «impressão, repressão, supressão»²⁹.

Os últimos dois vocábulos desta tríade – *repressão, supressão* – enviam-nos de uma forma muito direta, como é óbvio, para a prolífica mas também subtil e discreta história dos documentos e dos arquivos enquanto manifestações de poder. Aliás, essa história específica está seguramente no centro do percurso de Derrida, como bem atesta o facto de, na sua alusão à etimologia da palavra «arquivo», se detetar na raiz grega *Arkhe* a coordenação de dois princípios: do *começo* (o arquivo como lugar onde «as coisas *começam*») mas também do *comando* (o arquivo como lugar do exercício da «autoridade e da ordem social») ³⁰. Em todo o caso, essa história particular e fundamentalmente social e política dos documentos e dos arquivos – em que mais adiante nos tentaremos deter um pouco – não passa de uma instância de um aspeto mais geral que aos mesmos concerne na sua condição de manifestações da escrita e da linguagem: o facto de o significado não se encontrar encerrado nos signos em si mesmos, mas resultar do modo como estes se diferenciam mutuamente num sistema linguístico estruturado³¹. Com efeito, e como se poderia dizer no preâmbulo de uma qualquer análise estruturalista, o significado de uma palavra estabelece-se sempre por relação e diferenciação relativamente a outras palavras. É por essa razão primordial que os signos arquivísticos – como quaisquer outros signos – são «meros ‘traços’», e é por serem traços (imagem cara a Derrida) que implicam tanto uma presença quanto uma ausência: o que quer que seja representado num documento de arquivo implica por necessidade uma incompletude e uma parcelaridade; há nele algo que «é sempre posto de parte, deixado para trás»³². Ou seja, o facto de a história dos arquivos se encontrar impregnada de vazios e silêncios está logo à partida inscrito na própria natureza da escrita e da linguagem.

Para a mundividência clássica e positivista dos arquivos e da história, estas elaborações de Jacques Derrida contêm implicações marcantes, sendo eventualmente a mais significativa de todas o facto de não ser possível estabelecer em rigor a proveniência de um documento de arquivo. Se os documentos são também caracterizados

²⁸ STEEDMAN, 2001, «Something She Called a Fever: Michelet, Derrida, and Dust», p. 1165.

²⁹ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», pp. 50-51.

³⁰ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 9.

³¹ BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», pp. 70-71.

³² BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», p. 71.

por aquilo que neles é ausente, então o contexto de produção de um determinado documento não é medida suficiente da sua origem. Derrida faculta-nos uma ferramenta adicional para a construção dessa implicação: a noção de intertextualidade. Com efeito, os textos, quaisquer textos, e, por conseguinte, também os documentos de arquivo enquanto repositórios textuais, possuem uma «energia excessiva» que é impossível conter, são o produto de uma abundância indisciplinada de ligações a outros textos, de uma predisposição interativa (e iterativa) que os torna, fundamentalmente, em hipertextos: na era da *web* tanto quanto na Idade Média, os textos são «documentos constituídos por documentos virtuais», derivam de uma relação incessante com outros textos, são sempre constituídos por *hiperligação*³³. Assim, para os saberes do arquivo a intertextualidade encerra a necessidade de rever e de diversificar criticamente todo um *cluster* de conceitos e até de instrumentos e práticas. Gravitando em torno dos conceitos de contexto e proveniência, e estendendo-se até conceitos afins como autor, produtor ou custódia, esse *cluster*, central no discurso e nas práticas arquivísticas, tem traduzido, desde o século XIX, e num quadro de referências positivista, o centramento do conhecimento dos arquivos e da história no problema dos começos, das origens, dos princípios. *Archive Fever* é, no essencial, um questionamento dessa tradição e um apelo ao trilhar de um caminho diferente. Ou não fossem estas as suas primeiríssimas palavras: «Não comecemos pelo princípio, nem mesmo no arquivo»³⁴.

Se os contributos de Jacques Derrida ocupam um lugar de destaque no campo pluridisciplinar de reflexão em torno do arquivo, o mesmo vale para Michel Foucault, em cuja *Arqueologia do Saber* figura um capítulo inteiro dedicado a «O enunciado e o arquivo». A utilização do conceito de arquivo por parte de Foucault posiciona-se, contudo, não propriamente no reduto da temática da memória, mas na região – seguramente adjacente – da análise dos mecanismos constitutivos das «formações discursivas»: um espaço que, com a resistência mais que certa do próprio Foucault, poderíamos, para facilitação expositiva, relacionar com a história das ideias³⁵. Façamos antes de mais a ressalva de que não nos parece que a importância atual de Foucault para os saberes do arquivo derive principalmente da sua exploração do conceito de arquivo na *Arqueologia do Saber*. Mais relevante do que essa exploração nos parece ter sido o modo como, um pouco por toda a sua obra, e decisivamente em *Vigiar e Punir*,

³³ BROTHMAN, 1998, «Declining Derrida», p. 77.

³⁴ DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 9.

³⁵ Na verdade, o empreendimento de uma «arqueologia do saber» consiste precisamente numa demarcação intencional e deliberada relativamente à «história das ideias» – esse «velho solo desgastado até à miséria» (FOUCAULT, 2014, *Arqueologia do Saber*, p. 185).

História da Sexualidade ou *História da Loucura*, se aborda a relação histórica entre saber, poder e disciplina e se perseguem os vários enquadramentos institucionais dessa relação. Digamos que Foucault torna apelativo que se olhe para os arquivos – instâncias de acumulação de informação e conhecimento ao longo da história – como outros espaços institucionais de operacionalização dessa relação³⁶. Mas, bem entendido, não é esse tipo de análise que está em causa na *Arqueologia do Saber* no que concerne ao arquivo, nem tão-pouco podemos dizer que essa análise seja aí minimamente sugerida. Aliás, o arquivo, utilizado sobretudo no singular, não tem neste contexto qualquer espécie de conteúdo institucional ou histórico concreto, ele é apenas uma ferramenta para análise das práticas discursivas. O arquivo designa, mais especificamente, o campo de emergência e constituição dos discursos e dos enunciados na sua positividade e na sua unidade ou especificidade ao longo do tempo, e representa aquilo que nesse campo há de sistemático; ou seja, ele qualifica o princípio da emergência, da replicação e manutenção, da diferenciação e da própria extinção dos discursos segundo um determinado tipo de regularidade. O arquivo é, em suma, «a lei do que pode ser dito» e o que define «o modo de atualidade» e o «sistema do funcionamento» das práticas discursivas³⁷. Qualificando tanto a uniformidade dos discursos, a sua regularidade ao longo do tempo, quanto os princípios que governam

³⁶ Ou seja, Foucault não empreendeu uma análise histórica do arquivo sob o prisma das relações de poder e das tecnologias disciplinares, mas abriu o caminho para isso. Hoje, não merecerá disputa o facto de os arquivos e a produção de informação na história se terem distinguido como instrumentos de controlo e disciplina social. Se na análise de Foucault é privilegiado o modo como as tecnologias disciplinares e de exclusão se exerciam e materializavam «através do espaço» e da sua organização (por exemplo nos casos do leprosário, da quarentena e do panoptismo (cf. RABINOW e DREYFUS, 1995, «Michel Foucault, uma trajetória filosófica», pp. 206-216)), já no caso do arquivo, podemos nós acrescentar, esse efeito disciplinar e de exclusão é alcançado por via de modalidades específicas de produção e organização da informação. E se, como salientam Paul Rabinow e Hubert Dreyfus, na arquitetura panóptica se dá uma «inversão da visibilidade» (até então centrada no soberano), por via da qual «aqueles que devem ser disciplinados, observados e compreendidos [se tornam] os mais visíveis» (RABINOW e DREYFUS, 1995, «Michel Foucault, uma trajetória filosófica», p. 210)), já no arquivo podemos estabelecer que esse novo princípio de visibilidade se concilia com o princípio precedente. Com efeito, e particularmente no quadro do Antigo Regime, o arquivo é antes de mais um espaço (informacional) de visibilidade do soberano e de operacionalização da sua vontade, e, por isso mesmo, também de centralidade dos seus próprios representantes e dos grupos sociais protegidos e favorecidos numa sociedade tendencialmente estática – de que o soberano era, precisamente, o vértice. No entanto, neste mesmo contexto histórico, o arquivo é, em simultâneo, uma arena de introdução e aperfeiçoamento de metodologias e técnicas de produção sistemática de informação que visam (e visibilizam) uma grande parte do edifício social, das quais resultava um efeito disciplinar, inerente à sua utilização enquanto instrumentos de controlo administrativo, fiscal, policial ou militar da população. Dos arrolamentos, às devassas, às condenações, aos recenseamentos, às mais diversas formas de registo e inventariação – são inúmeros os exemplos de modalidades crescentemente metódicas de produção de informação utilizável para efeitos de controlo social. O arquivo no Antigo Regime será então um marco cultural – mesmo que destituído de conteúdo arquitetural relevante – de transição para o *Panopticon*?

³⁷ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 174-181.

a sua diferenciação, o arquivo é, numa palavra, «o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados»³⁸.

Assim, o arquivo corresponde a um conceito epistemológico, ou mesmo a um «contraconceito», utilizado estrategicamente por Foucault no quadro da sua crítica do enciclopedismo e como ferramenta de negação de análises da história dominadas pelas ideias de totalidade e continuidade, alicerçadas em conceitos estabelecidos e largamente apriorísticos como tradição, evolução, influência, época, contexto, origem, sujeito³⁹. O arquivo proposto por Foucault pode mesmo ser visto como um *tipo-ideal* weberiano, e, tal como ele, constitui «um quase-conceito que [...] não destrói a individualidade dos fenómenos para torná-la num ‘exemplo’ [de algo geral], mas em vez disso tenta preservar essa individualidade». O arquivo pode nesta medida ser entendido como uma ferramenta de análise das formações discursivas que parte da realidade histórica sem constituir uma descrição direta da mesma; que enquadra a formulação de hipóteses sem configurar uma hipótese em concreto; que acentua deliberada e seletivamente aspetos da realidade apenas para dirigir e clarificar a sua interpretação⁴⁰. Com este quase-conceito, Foucault, enfim, concilia aquilo que lhe era porventura mais caro, ou seja, a positividade concreta dos enunciados – e o valor específico das práticas discursivas enquanto «*performances* verbais»⁴¹ – com uma visão geral das formações discursivas, da sua organização, das suas regularidades e das suas regras de formação. Aliás, nessa indissociação do particular (dos acontecimentos discursivos) com o geral (dos princípios constitutivos dos acontecimentos discursivos) não deixa de haver algo de análogo ao modo como Max Weber concilia, precisamente a partir do tipo-ideal, a análise dos objetos históricos individuais (os «indivíduos históricos») com uma investigação causal da história⁴².

Seja um conceito epistemológico, um contraconceito, um conceito figurativo, um quase-conceito ou um tipo-ideal, é manifesto, como já assinalámos, que o ‘conceito’ de arquivo na *Arqueologia do Saber* não tem um conteúdo empírico, histórico ou institucional. Ainda assim, gostaríamos de propor que esta utilização muito peculiar do arquivo na sua relação com a problemática da «ordem do discurso» não deixa de sugerir uma aceção estritamente arquivística ou empírica do mesmo conceito. Seria na verdade estranho que, à multiplicidade de significações, identificáveis numa

³⁸ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, p. 179.

³⁹ ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault», p. 34.

⁴⁰ ARVATU, 2011, «Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault», pp. 153-154.

⁴¹ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, p. 174.

⁴² Cf. OAKES, 1987, «Max Weber and the Southwest German School [...]»; ELIAESON, 2000, «Max Weber’s methodology: an ideal-type».

linha de inquirição fundamentalmente filosófica, que conduzem a que se possa apresentar Michel Foucault como «um novo arquivista»⁴³, fossem por completo alheios os arquivos, no plural. Com efeito, subjacente ao arquivo de Foucault, enquanto princípio sistémico de caracterização das práticas discursivas e da sua transformação na história, julgamos ser possível encontrar – mesmo que em forma sugerida – o arquivo enquanto dispositivo institucional concreto:

«O arquivo é antes do mais a lei do que pode ser dito, o *sistema* que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também aquilo que faz com que nem todas as coisas ditas *se acumulem indefinidamente numa multiplicidade amorfa*, também não se inscrevam numa linearidade sem rutura, e não desapareçam simplesmente devido ao *acaso de acidentes externos*; mas *se agrupem* em figuras distintas, se componham entre si segundo *relações* múltiplas, se mantenham ou se dissipem segundo *regularidades* específicas [...]»⁴⁴

Para isolarmos essa concretude do arquivo no fragmento anterior e em várias outras passagens do capítulo III da *Arqueologia do Saber*, bastar-nos-ia um artifício de leitura muito simples: substituir os conceitos de «práticas discursivas» e «enunciado» pelos conceitos de «informação» e «documento». Aí obteríamos sem dificuldade uma visão do arquivo enquanto princípio ou sistema de constituição, diferenciação, manutenção, réplica, seleção e eliminação de informação, e enquanto domínio da positividade dos próprios documentos. Se sujeitássemos o texto de Foucault a esta leitura em particular – de que o arquivo é o domínio da *positividade* dos documentos – e, num assomo de contenção, nos mantivéssemos em absoluto fiéis ao uso que, na antecâmara da apresentação do seu conceito de arquivo, o mesmo autor faz da ideia de «positividade», então aí teríamos que o arquivo se poderia definir como espaço de «dispersão» e «relações» de documentos numa dada «exterioridade», como «figura lacunar e retalhada», tão marcada pela «raridade» quanto por «formas específicas de uma acumulação». A todas estas características do arquivo – a raridade, as relações, a acumulação – poderíamos ainda dirigir uma «análise» e uma «descrição»⁴⁵.

⁴³ DELEUZE, 2005, *Foucault*, cap. 1, «Um novo arquivista ('A Arqueologia do Saber')», pp. 11-37.

⁴⁴ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, p. 178, itálicos nossos.

⁴⁵ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 173-174. No quadro, digamos, deste deslocamento e desta descontextualização arquivísticos dos marcos concetuais da *Arqueologia do Saber*, é de facto praticamente impossível evitar um paralelo geral entre, por um lado, os enunciados e as práticas discursivas e, por outro, os documentos ou a informação. Com efeito, para Foucault o enunciado «designa a elocução histórica efetiva, arrancada de qualquer contexto estabelecido, não identificada por outra coisa que não a sua proveniência, ou seja, as suas coordenadas no espaço e no tempo»; ele é «um evento, uma singularidade, mas também o elemento possível de uma série» (ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault», p. 37; cf. SCOTT, 2008, «Introduction: On the Archaeologies of Black Memory», p. VII). Os enunciados caracterizam-se ainda pelo seu «espaço colateral, associado ou adjacente» e pelas relações que, nesse espaço, constituem grupos e famílias de enunciados; os

Curiosamente, exposto o texto de Foucault à violência de uma tal leitura, acabaríamos por posicioná-lo não muito longe da perspectiva de Derrida do arquivo enquanto instância de uma acumulação precária («lacunar» ou «hipomnésica»: adjetivos que aqui se equivalem) de signos. Propor uma tal leitura é, porém, ir muito além do que o próprio discurso de Foucault nos autoriza: «por este último termo [o arquivo] não entendo a soma de todos os textos que uma cultura conservou consigo como documentos do seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; também não entendo as instituições que, numa dada sociedade, permitem registar e conservar os discursos cuja memória se quer guardar e cuja livre disposição se pretende garantir»⁴⁶.

Enfim, o arquivo de Foucault parece envolto numa fina ironia. Porque se, num primeiro momento, ele se afirma como peça-chave de uma estratégia de inquirição da história em tudo estranha à procura tipicamente positivista dos documentos e dos arquivos enquanto *transparência* e como garante de objetividade histórica; num segundo momento, é, ainda assim, dos documentos, dos arquivos e da sua positividade que essa estratégia parece reclamar-se. Como não desembocar amplamente nos arquivos uma análise da história que pugna pela positividade efetiva e pela especificidade dos discursos, que não estabelece qualquer hierarquia entre aquilo que há neles de regular ou homogêneo e singular ou único, e que nessa medida se distancia de artefactos de leitura e interpretação – como as figuras do autor, do texto, ou da obra – particularmente vocacionados para uma «descrição das originalidades» e para uma pesquisa das grandes linhas de continuidade e coerência dos discursos?⁴⁷ Na sua justificação da publicação do dossiê do parricida Pierre Rivière, Foucault afirma que a lei da «existência» e da «coerência» dos arquivos não é «a mesma de uma obra, nem a de um texto», pelo que o estudo dos arquivos permite «pôr de lado os velhos métodos académicos da análise textual e todas as noções que decorrem do prestígio monótono e escolar da escrita»⁴⁸. O arquivo enquanto plano das «coisas ditas» no quadro histórico e a arqueologia enquanto ciência que se ocupa do arquivo, parecem implicar logicamente os arquivos, pois estes são, por excelência e

enunciados têm também o seu «espaço complementar», que designa um «meio institucional» e um horizonte material de possibilidade para o seu próprio aparecimento (DELEUZE, 1995, *Foucault*, pp. 18-23). Em suma, a terminologia que assegura uma caracterização genérica e estrutural do enunciado é igualmente aplicável ao documento e aos arquivos. Aferir e estabelecer a raridade e a singularidade, a serialidade e a regularidade, as relações, o contexto e a proveniência dos documentos e dos arquivos é, afinal, uma forma de descrever a própria análise arquivística tradicional.

⁴⁶ FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 177-178.

⁴⁷ Cf. FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, pp. 183-198.

⁴⁸ FOUCAULT, 1997, *Eu Pierre Rivière [...]*, p. 10.

em simultâneo, o domínio da singularidade, da serialidade e da regularidade (remanescentes) da história⁴⁹.

Os arquivos constituem afinal um exemplo do que, em outro lugar, Foucault designou de *heterotopias*, ou seja, espaços singulares e constituídos à parte, nos quais os outros espaços são «simultaneamente representados, contestados e invertidos». Tal como as bibliotecas e os museus, os arquivos são mais especificamente heterotopias de acumulação do tempo, constituem lugares em que os vários tempos convergem e se acumulam continuamente. Mas a acumulação do tempo conduz à sua suspensão: o arquivo posiciona-se também «fora do tempo e inacessível à sua deterioração»⁵⁰. Nele é possível que o passado, como que conservado num recipiente de formol, ressurgisse com uma veemência que anula o presente e permite (re)inscrever na história os seus fragmentos mortos. Entenda-se por isso a possibilidade de resgatar aquilo que há na história de heterogêneo e singular, de fazer falar os discursos na sua pureza e «intensidade», inclusive na sua brutalidade – *Eu, Pierre Rivière, que degolei a minha mãe, a minha irmã e o meu irmão* –, de expô-los sem a interferência de qualquer mediação interpretativa, sem mesmo incorrer na concessão de «alguns rudimentos de explicação [e de] um mínimo de significação histórica»⁵¹. É porventura por essa apropriação quase estética do arquivo e pelo fascínio de Foucault com a «materialidade extrema do suporte arquivístico», que reside a marca maior do autor francês na atual valorização do arquivo⁵². Este arquivo e estes arquivos de Foucault são sem dúvida espaços de pluralidade⁵³. Eles não estabelecem qualquer hierarquia

⁴⁹ Se a arqueologia é, para Foucault, a ciência ou, mais exatamente, a análise e o conhecimento do arquivo, é sintomático, na ótica da nossa própria leitura, que a mesma seja identificada como uma «descrição arqueológica». O arquivo em concreto, lugar de descrições *arquivísticas*, parece estar sempre subjacente ao arquivo enquanto ferramenta de análise das formações discursivas. Se o arquivo é o objeto da arqueologia do saber, também parece ser, ainda que de forma discreta e insinuante, o seu princípio. Somos nós próprios que, aqui, não nos furtamos ao fascínio pelo «segredo da origem», ou será o próprio Foucault – como todos nós... – que não se furta à obsessão do arquivo? Cf. FOUCAULT, 2014, *A Arqueologia do Saber*, cap. IV, «A descrição arqueológica», pp. 183-252.

⁵⁰ No texto original: «hors du temps, et inaccessible à sa morsure» (FOUCAULT, 1967, «Des espaces autres. Hétérotopies»).

⁵¹ FOUCAULT, 1979, «The Life of Infamous Men», p. 77; ELIASSEN, 2010, «The Archives of Michel Foucault», pp. 42-47. É sem dúvida neste mesmo espaço de leitura que Pierre Nora se posiciona quando afirma que o propósito fundamental dos lugares de memória (de que os arquivos são exemplos privilegiados) é «parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento [...], imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] – tudo isto por forma a capturar o máximo de significado nos mais escassos sinais» (NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 19).

⁵² REVEL, Judith, 2017, «L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s)», pp. 176-181.

⁵³ Ironicamente, esta poética ou estética do arquivo em Foucault não deixa de evocar Leopold von Ranke, cujo 'abraço' da história através dos arquivos é equiparável ao envolvimento tipicamente romântico com a natureza (cf. ESKILDSEN, 2008, «Leopold Ranke's archival turn [...]», pp. 437-442).

entre os contornos mais salientes e mais discretos da impressão hipomnésica; é-lhes absolutamente indiferente que as margens da marca arquivística visível sejam o produto de uma pressão quase nula, e que as inscrições remanescentes tenham ficado a um instante do silêncio absoluto da história.

3. Dos Silêncios aos Fantasmas

A história do conhecimento arquivístico desde os primórdios da diplomática pode ser retratada como um descentramento progressivo em relação ao documento e como uma correlativa consagração do contexto como unidade de análise. Do documento enquanto objeto de uma análise formal vocacionada para a determinação da sua autenticidade, por um lado, e enquanto unidade fundamental de ordenação, por outro, transitou-se, por via do princípio do «respect des fonds», cunhado por Natalis de Wally em 1841, para uma perspetiva dos arquivos assente nos conceitos eminentemente contextuais de proveniência e ordem original – perspetiva depois plasmada e propagada nos manuais de Muller, Feith e Fruin, de 1898, ou de Hilary Jenkinson, de 1922⁵⁴. O próprio Theodore Schellenberg, não obstante as suas inovações no aspeto da avaliação ou a flexibilização que confere ao princípio da proveniência, designadamente por via da introdução do conceito de «record group»⁵⁵, não deixa de laborar no quadro de uma perspetiva relativamente estática e simplificada do contexto arquivístico, apropriado numa aceção predominantemente institucional, aliás potenciada pelas preocupações eminentemente operatórias do pai da arquivística americana. A progressiva afirmação do arquivista como «contextualista» é, pois, um aspeto relativamente transversal à história da arquivística do século XX, que se impôs independentemente de várias dissensões que marcaram a disciplina neste período⁵⁶. Ora, os desenvolvimentos a que temos aludido em torno do conceito de arquivo têm conduzido a que os arquivos interessem agora não apenas *em si mesmos*, no seu conteúdo documental e na organização estrutural desse conteúdo dentro de um determinado horizonte contextual, mas também *à sua volta*. A interrogação *qual é o contexto do documento?* dá lugar à interrogação *quais são os contextos do documento?* – ou talvez melhor, *quais são os contextos dos contextos do documento?*

⁵⁴ DURANTI, 1989, «Diplomatics: New Uses for an Old Science», pp. 17-18; DUCHEIN, 1992, «The History of European Archives [...]», pp. 18-20; COOK, 1997, «What is Past is Prologue», pp. 20-26.

⁵⁵ COOK, 1997, «What is Past is Prologue», p. 28; PEARCE-MOSES, 2005, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, p. 330.

⁵⁶ NESMITH, 2004, «What's History Got to Do With It? [...]», p. 4.

Com efeito, os arquivos não são meramente o produto de um conjunto ordenado de operações de produção e acumulação documental emergentes num contexto imediato e relativamente estático, marcado por fronteiras precisas que definem uma *proveniência*; muito mais do que isso, eles são constituídos através de operações de *arquivização*, ou seja, adquirem forma e conteúdo por via da seleção, consciente ou inconsciente – mas em todo o caso dirigida por critérios culturais, ideológicos, valorativos – do que é digno de ser registado e arquivado⁵⁷. A produção dos documentos e a constituição dos arquivos ao longo da história configuram, portanto, uma «atividade social», pelo que, como afirma Tom Nesmith, aliás precocemente em 1982, «a história da sociedade é o ponto de partida do conhecimento arquivístico»⁵⁸. Essa *atividade* é relevante numa perspetiva estritamente arquivística, não somente porque a contextualização efetiva dos arquivos transcende em muito a sua dimensão administrativa/institucional e jurídico-legal, mas igualmente porque, como alerta Eric Ketelaar, claramente na pegada de Derrida, «a realidade não arquivada também determina o documento. Aquilo que foi excluído do documento determina tanto o seu significado quanto aquilo que foi incluído. Ambos fazem parte da proveniência [...]»⁵⁹. Assim, a proveniência torna-se «societal», «comunitária», «intelectual» ou «cultural»; ela complexifica-se e desmultiplica-se, deixa de coincidir com a pessoa, a família ou a instituição, ou de sobrepor-se simplesmente às entidades portadoras do poder literal da inscrição arquivística e da produção material do documento. O meio social e cultural em que uma entidade responsável pela produção e conservação de arquivos se insere infunde o documento com conteúdos e informação⁶⁰.

⁵⁷ KETELAAR, 1999, «Archivalisation and Archiving».

⁵⁸ NESMITH, 1982, «Archives From the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship», p. 7.

⁵⁹ KETELAAR, 2002, «Archival Temples, Archival Prisons», p. 223.

⁶⁰ NESMITH, 2006, «The concept of societal provenance [...]». No seu pequeno estudo sobre a proveniência societal dos arquivos produzidos no âmbito das relações interculturais entre aborígenes e europeus no oeste do Canadá durante o século XIX, Tom Nesmith faculta-nos um exemplo bastante ilustrativo da necessidade de rever e fragmentar as noções arquivísticas clássicas de contexto e proveniência. Nesmith demonstra que a cultura aborígine, apesar de destituída de recursos de escrita e da capacidade de produção documental e arquivística numa aceção tradicional, não deixou de determinar muitos aspetos da documentação produzida por europeus, disponibilizando vasta «informação tecnológica, agrícola, militar, cartográfica, económica, médica e relacionada com o clima e a vida selvagem», que consubstanciou o conteúdo dessa produção documental euro-canadiana em contexto intercultural. Se à partida poderíamos ser levados a pressupor que o contexto das trocas interculturais é particularmente propício à proveniência societal ou sociocultural dos documentos, esclarece-nos logo de seguida Nesmith: «Todos os documentos têm uma proveniência societal, não apenas os interculturais, e todas as camadas de informação respeitante à proveniência têm fontes societais» (NESMITH, 2006, «The concept of societal provenance [...]», pp. 352-353). Ver também COOK, 1997, «What is Past is Prologue», pp. 30-35; NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives»; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens [...]».

Obviamente que, entre a cadeia de fatores que determinam aquilo que é um documento, se inclui o historial da sua utilização e tratamento em contexto de guarda e custódia arquivística. Desde a criação material do documento à sua custódia final e definitiva, a proveniência não cessa de ser alimentada. A flexibilização e fragmentação do conceito de proveniência obrigam, pois, à substituição de uma visão «limitada e materialista» dos documentos e dos arquivos como «uma simples coisa física, chamada uma carta, ou uma fotografia, ou uma instituição onde se armazenam documentos», por uma visão que realce o modo como o conhecimento dos documentos e dos arquivos é determinado por todo um conjunto de «ações tomadas pelos seus utilizadores e gestores». Dito de outro modo: os arquivos e a história especificamente arquivística dos documentos intervêm «nos processos históricos de longa duração relativos à produção de sentido e à interpretação» (desses mesmos documentos e arquivos)⁶¹. Por fim, essa atividade social multifacetada e incessante que envolve o documento e o determina é ainda de primeira importância na perspetiva da crítica das fontes, e obriga a que se procure isolar as limitações do documento a partir da consideração da sua história arquivística específica, idealmente com a mesma diligência com que se elaboram análises históricas a partir daquilo que os documentos supostamente – e de modo alegadamente fiel – expressam⁶².

Se os documentos são construídos socialmente e se o seu significado incorpora essa construção, não menos válido é relevar que eles criam ou constroem também a própria realidade. Chegamos aqui a um tópico recorrente nos discursos sobre o arquivo: o poder dos documentos e dos arquivos em si mesmos. Verne Harris, por exemplo, alude à diferença entre a experiência de redação de uma carta e de um *e-mail*: «não só ambas as experiências são bastante diferentes [...] mas cada um dos dois suportes estimula padrões de pensamento específicos, encoraja abordagens distintas, regista e estimula usos específicos da linguagem»⁶³. Eric Ketelaar refere o caso da fotografia: uma fotografia de família não constitui apenas o registo documental de um acontecimento, ela dá origem a esse acontecimento⁶⁴. Poderíamos multiplicar exemplos desse poder que os arquivos e os documentos têm de instituir a realidade, mas mais importante do que isso é relevar que esse poder especificamente arquivístico permanece em grande medida, ainda hoje, meramente sugestionado na literatura, explicitado de forma genérica, casuística e não sistemática. Afinal, os discursos sobre o arquivo

⁶¹ NESMITH, 2004, «What's History Got to Do With It? [...]», p. 25.

⁶² NESMITH, 1982, «Archives From the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship», p. 17.

⁶³ HARRIS, 1997, «Claiming Less, Delivering More [...]», p. 135.

⁶⁴ KETELAAR, 2002, «Archival Temples, Archival Prisons», p. 223.

confrontam-se com o peso de uma longuíssima tradição no quadro da qual se acumulou, dentro e fora das ciências documentais e arquivísticas, um conhecimento metódico sobre o modo como os documentos refletem a realidade; do outro lado da equação, e num campo de forte apelo interdisciplinar, há um imenso percurso a percorrer no sentido da tipificação e da análise historicamente fundada do modo como os documentos intervêm sobre a sua envolvente socio-histórica.

O poder dos documentos é, antes de mais, formal e assenta na própria natureza da escrita e no modo como esta autoriza os autores do documento ou, eventualmente, quem eles visam. Podemos talvez afirmar que esse reconhecimento da autoridade formal do documento escrito consiste mesmo num traço cultural persistente, que remonta aos primórdios da cultura ocidental, pois que já no mundo romano «o documento escrito era considerado o atestado mais autorizado da vontade das partes» – por contraste com os territórios bárbaros, cuja estrutura judicial privilegiava transações que se formalizavam por via simbólica⁶⁵. Normalmente fixo e tendencialmente estável na sua pura materialidade, o documento escrito corresponde a algo que é difícil de desafiar e contestar, que se impõe pela insistência e pela «firme repetição do seu conteúdo» – por contraposição à volatilidade e à efemeridade da oralidade. Por vezes, o simples anonimato do documento fortalece o seu poder, pois a incerteza quanto à autoria das palavras que compõem um documento apela, por si só, à obediência⁶⁶. Portador de atributos formais intimamente associados à escrita e que potenciam a fixação e a cristalização da informação, o documento naturalmente se predispõe a uma utilização social enquanto instrumento de poder, estando desde o início do período moderno intimamente associado à função do registo – e portanto da defesa e da imposição – de direitos, regalias e privilégios das cidades e do Estado, por um lado, de indivíduos, famílias e corporações, por outro⁶⁷. Os arquivos tiveram mesmo um papel decisivo na consolidação da fórmula política e institucional do Estado, como se pode observar por exemplo em Itália, no fim da Idade Média, no contexto da transição das cidades-estado para os principados, onde a implementação de sistemas arquivísticos e de gestão documental racionalizados precipitou as primeiras formulações jurídicas do conceito de Estado, conduziu à estabilização de uma administração centralizada e tornou mais eficiente o controlo do território e das populações, no plano fiscal, da administração da justiça ou das atividades económicas⁶⁸.

⁶⁵ DURANTI, 1989, «The Odyssey of Records Managers, Part II [...]», p. 3.

⁶⁶ O'TOOLE, 2002: «Cortes's Notary: The Symbolic Power of Records», pp. 52-53.

⁶⁷ KETELAAR, 2007, «Muniments and monuments [...]», pp. 345-350

⁶⁸ BROWN, 1997, «Death of a Renaissance Record-Keeper [...]», pp. 6-7.

O facto de o documento escrito se revestir de propriedades formais que garantem autoridade à informação neles contida é, ao longo da história, o foco de origem de uma procura social e política do arquivo que redundava no reforço dos seus atributos simbólicos. Depositados nos arquivos, os documentos não asseguram apenas a visibilidade dos direitos e das regalias, eles garantem – magicamente – a sua inviolabilidade, o seu caráter indisputável: «o simples facto de eles [os documentos] estarem lá [nos arquivos] concedia-lhes força legal»⁶⁹. A expressão mais eloquente do apelo da escrita e do seu caráter ‘mágico’ talvez resida na prontidão com que as culturas orais adotaram a tecnologia da escrita no quadro dos primeiros contactos com a civilização ocidental. Por exemplo na Nova Zelândia, no início do século XIX, missionários europeus relataram que tribos Maori aprenderam autonomamente a ler mesmo antes de serem instruídas a tal por via da evangelização cristã e da familiarização com a bíblia escrita⁷⁰. Apesar do seu caráter tendencialmente anónimo e discreto – razão da natureza apetecível dos documentos e dos arquivos na perspetiva dos múltiplos agentes sociais e institucionais na história –, «o poder inerente à escrita é [ainda] transferível para aqueles que dominam essa competência especial»⁷¹. Os documentos garantem poderes não apenas a quem por eles fala ou a quem eles visam, mas também aos atores sociais que detêm a prerrogativa de constituir o próprio documento (ou de fazê-lo falar). Escrivães, secretários, notários, tabeliães, arquivistas – eis toda uma história social do arquivo que permanece largamente por explorar de forma metódica, e que interessaria empreender particularmente em contextos históricos de rarefação e escassa disseminação social da escrita, no seio dos quais os múltiplos ofícios da escrita eram objeto de particular valorização.

A procura social dos arquivos no quadro histórico conduz a que estes tenham uma função decisiva de mediação entre a estrutura social e a própria narrativa histórica. Mas essa mediação envolve o arquivo tanto enquanto dispositivo de fixação e retenção de informação, quanto de exclusão e eliminação da mesma. Como vimos em Derrida, a perda de informação é intrínseca ao arquivo e está estabelecida, digamos, *a priori* e em abstrato. No entanto, quando representada enquanto instância de *arquivização* no quadro dos processos históricos de constituição da memória, essa mesma dimensão arquivística ou documental da perda e da exclusão (i.e., da seleção) de informação pode adquirir a faceta do que o antropólogo Michel-Rolph Trouillot designa de práticas de

⁶⁹ DUCHEIN, 1992, «The History of European Archives [...]», p. 15.

⁷⁰ WAREHAM, 2002, «From Explorers to Evangelists: Archivists, Recordkeeping, and Remembering in the Pacific Islands», pp. 196-197.

⁷¹ O'TOOLE, 2002: «Cortes's Notary: The Symbolic Power of Records», p. 53.

«silenciamento do passado». Apropriada no quadro histórico, a seleção documental deixa de poder ser perspectivada como mera perda de informação, dirigida por critérios mais ou menos inócuos de natureza estritamente documental ou até mesmo valorativa-cultural; pelo contrário, essa ausência é construída e emerge como materialização de relações de poder concretas, envolvendo de forma mais ou menos proativa, diligente e deliberada os grupos sociais e os interesses que convergem no arquivo e subjazem aos seus procedimentos de fixação e exclusão de informação. Os arquivos podem então ser palco de múltiplas operações de silenciamento:

«By silence, I mean an active and transitive process: one «silences» a fact or an individual as a silencer silences a gun. One engages in the practice of silencing. Mentions and silences are thus active, dialectical counterparts of which history is the synthesis. [...] Inequalities experienced by the actors lead to uneven historical power in the inscription of traces»⁷².

Mas como é que este poder social e político, desigualmente distribuído, de inscrição dos traços arquivísticos se exerce em concreto na história? Como objetivar a operatória do silenciamento na construção efetiva dos dispositivos arquivísticos? Começamos por salientar que, se a dimensão do poder nos arquivos é inerente a todos os domínios da produção e conservação da informação arquivística, ela não deixa de ser mais explícita e óbvia nas «circunstâncias extremas da opressão» – como por exemplo atesta o caso da história dos arquivos na África do Sul no contexto do *apartheid* ou as várias instâncias de erradicação da memória histórica do povo palestino depois da criação do Estado de Israel em 1948⁷³. Por esse motivo, uma parte significativa da análise histórica da relação entre arquivos e poder tem privilegiado ambientes socio-históricos marcados por relações de poder profundamente assimétricas, designadamente em contexto colonial e/ou de desigualdade étnica/rácica. Em tais ambientes, os grupos sociais subordinados tendem, digamos, à rarefação e à ocultação arquivística no quadro da produção documental predominante, designadamente de cariz administrativo e burocrático, sendo o arquivo, enquanto dispositivo ou tecnologia de memória, mobilizado para, no limite, erradicar da memória os povos colonizados. O que tem conduzido os saberes multidisciplinares do arquivo a uma questão adicional: como resgatar do arquivo os espaços sociais nele e por ele silenciados?

A questão anterior tem tido no domínio dos estudos subalternos e do pós-colonialismo um espaço privilegiado de resposta, ecoando e transpondo para um espaço de problematização especificamente arquivístico a icónica interrogação

⁷² TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, p. 48.

⁷³ HARRIS, 2002, «The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa»; BUTLER, 2009, «'Othering' the archive – from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory».

da teórica literária e feminista indiana Gayatri Spivak: *Can The Subaltern Speak?*⁷⁴ A principal estratégia de resgate do 'outro' colonial, subordinado e silenciado nas narrativas oficiais, tem passado pelo investimento numa noção mais ampla de arquivo e de documento. Essa noção alastra a função documental às fontes orais e às narrativas que combinam mito e história, às fontes simbólicas, estéticas e pictóricas, à arquitetura, aos monumentos ou às comemorações, aos rituais, entre outros «significantes da memória histórica» e marcadores da cultura, tradições e identidade locais⁷⁵. O arquivo colonial torna-se «cultural» e, nesse movimento, a teoria arquivística embarca no desafio da acomodação de «culturas com mecanismos não textuais para documentar decisões, ações, relações ou memória»⁷⁶. Uma outra estratégia consiste na desconstrução e análise crítica dos arquivos constituídos pelas administrações europeias nos espaços coloniais. O arquivo 'documentaliza-se', torna-se em si mesmo suscetível de ser descrito e interpretado: «porque o arquivo não se encontra simplesmente lá à espera de ser lido, e tem de ser recuperado e descrito por forma a tornar-se suscetível de uso crítico»⁷⁷. Essa nova descrição do arquivo passa, por exemplo, pela iluminação dos modos através dos quais as várias camadas de produção documental, acumuladas ao longo dos circuitos hierárquicos de comunicação, intervêm no trabalho da distorção de factos e acontecimentos e infundem a própria narrativa histórica⁷⁸. A desconstrução e a leitura crítica dos arquivos coloniais, a análise do seu envolvimento na anulação da resistência ao colonialismo e o distanciamento em relação às narrativas que se estruturam a partir dos mesmos arquivos, conduz à construção de contra-narrativas a partir de uma análise fina dos próprios materiais arquivísticos disponíveis⁷⁹.

A metáfora da compartimentação tem sido utilizada para caracterizar o colonialismo enquanto prática eminentemente espacial, que procede por via da ocupação e divisão dos espaços geográficos e da permanente criação e recriação de espaços e lugares

⁷⁴ SPIVAK, 1988, «Can The Subaltern Speak?». Projetada na problemática arquivística, a interrogação de Spivak – que, curiosamente, foi tradutora de Jacques Derrida – configura vários pontos de ligação com muitas das questões lançadas em *Archive Fever*.

⁷⁵ WAREHAM, 2002, «From Explorers to Evangelists [...]», pp. 194-198; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens [...]», pp. 276-278; BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», pp. 127-129.

⁷⁶ GILLILAND et al., 2008, citado por BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», p. 124.

⁷⁷ SCOTT, 2008, citado por BASTIAN, 2013, «The records of memory, the archives of identity [...]», p. 126.

⁷⁸ BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens [...]», p. 274.

⁷⁹ É exemplo de tal tipo de contra-narrativa a análise que Michel-Rolph Trouillot efetua ao desaparecimento quase total nos relatos da Revolução Haitiana do coronel Sans Souci, líder militar de origem africana e ex-escravo que se distinguiu no combate às tropas criolas e francesas: um caso exemplar de silenciamento histórico e arquivístico, instituído a partir de um quadro social, étnico e rácico marcado por fortes assimetrias (TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, pp. 31-69).

segregados. A divisão colonial do espaço geográfico é assistida pela edificação de um «conhecimento categórico», pela criação de «categorias de divisão e atribuição», que replicam a representação do espaço como realidade «delimitada [e] investida de características particulares»⁸⁰. Este tipo de conhecimento atributivo visa e objetiva o tecido humano e social, ou não fosse a sua finalidade última, enquanto técnica de segregação, a sobreposição dos espaços geográfico e social. Segundo nos parece, o arquivo é, por excelência, domínio da construção, da lenta maturação histórica e da operacionalização desse conhecimento de tipo categórico, e dispositivo de aplicação do mesmo à constituição e reprodução de linhas de divisão do espaço social. O arquivo, lugar de tipologias, afirma-se também como reduto de topografias, projetando e construindo geografias de divisão e exclusão no espaço social, e, *mutatis mutandis*, iluminando as relações de poder na sua dimensão espacial, ou – claro está – silenciando essas mesmas relações. Em relação a este último aspeto, o geógrafo histórico Richard Schein ilustra o modo como na primeira metade do século XX, numa pequena comunidade do Estado do Kentucky, o acesso à propriedade pela população negra não foi objeto de qualquer registo ou formalização notarial, o que originou hiatos sistemáticos na produção documental, que podemos apropriar como zonas de silêncio arquivístico racialmente fundadas. A ocupação racial efetiva de um determinado espaço geográfico gerou, assim, uma correlativa geografia de exclusão no espaço arquivístico⁸¹.

O aspeto da afirmação do arquivo como instância privilegiada de um conhecimento de tipo categórico e atributivo envia-nos para o modo como os arquivos são, em si mesmos, unidades portadoras de especificidade cultural. É nesse pressuposto que a antropóloga Ann Laura Stoler propõe uma etnografia histórica das práticas arquivísticas da administração holandesa das Índias Orientais (atual Indonésia), e tenta isolar, nesse quadro colonial, «culturas de documentação» específicas. O arquivo colonial é então objeto de uma análise eminentemente formal, ele interessa agora «pelas suas regularidades, pela sua lógica mnemónica, pelas suas densidades e distribuições, pelas suas consistências de desinformação, omissão e engano»⁸². Ou seja, a interpretação do arquivo descentra-se da informação documental – que, como afirma Stoler, justificaria uma análise arquivística ou histórica convencional, de tipo «extrativo», e não «etnográfica» – e dirige-se à racionalidade subjacente à respetiva produção e acumulação. Nas suas convenções, os documentos coloniais veiculam ainda uma «economia emocional», por exemplo materializada na afetação e nas fórmulas

⁸⁰ KURTZ, 2006, «A Postcolonial Archive? On the Paradox of Practice in a Northwest Alaska Project», p. 75.

⁸¹ SCHEIN, 2006, «Digging in Your Own Backyard».

⁸² STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», p. 100.

reverenciais da escrita adotadas nos documentos oficiais, ou no registo mais livre e crítico reservado para as notas marginais ou para as notas de rodapé dos relatórios oficiais, «para onde a avaliação de práticas culturais era frequentemente relegada e o conhecimento local armazenado»⁸³. Por essa via, as convenções arquivísticas são um ponto de acesso privilegiado às linhas instituídas de consenso mas também de conflito, expõem um quadro normativo vigente, com as suas «taxinomas da raça e do poder», mas também zonas de dissensão e conflito político, implicadas na diversidade das práticas de uso de tais convenções e no desacordo a respeito desse mesmo uso⁸⁴. Se o desafio da identificação da dimensão do poder na inscrição arquivística tem de lidar com a dificuldade do silêncio, esse mesmo desafio não deixa de beneficiar do manancial informacional acumulado na marginália, nas convenções formais da escrita e nas múltiplas periferias do próprio texto. Dos silêncios do arquivo, invocados por Derrida ou Trouillot, passamos ao seu murmúrio discreto, aos seus interstícios, às suas redes de alusões, ao domínio subterrâneo e infratextual dos documentos.

Portanto, a equação entre arquivos e poder não se resolve apenas do lado hipomnésico do binómio arquivístico: a história do poder nos arquivos – e dos arquivos – tem tanto a ver com supressão quanto com impressão (de informação). E se podemos encontrar culturas arquivísticas e documentais específicas que resultam da integração dos arquivos em determinados contextos socio-históricos – sejam eles dominados ou não pela matriz colonial –, ainda antes disso, num nível de análise menos profundo, podemos estabelecer que os arquivos são por si só uma forma cultural genérica. Segundo o sociólogo Thomas Osborne, os arquivos são palco de uma «razão arquivística»: eles estimulam uma epistemologia singular que consubstancia um primado do particular e do detalhe. A consignação ou a acumulação de signos – marca distintiva dos arquivos, como vimos atrás – estrutura um olhar microscópico, viabiliza uma atenção ideográfica que converge em toda uma diversidade (e toda uma serialidade) de «corpos, depósitos, traços, signos ou pistas» – motivo, aliás, para uma boa parte do fascínio pelos arquivos desde o século XIX. Numa palavra, os arquivos remetem de modo muito direto para um substrato microfísico da realidade. Ora, na medida em que se distinguem como universos saturados de detalhe, os arquivos permitem objetivar o poder no seu próprio funcionamento, na sua operacionalização diária e mundana, na sua ubíqua «ordinariedade»: eles permitem-nos ver que «o poder é ordinário». Em suma, a questão do poder nos arquivos está longe de se esgotar num qualquer «enfoque romântico sobre os desprivilegiados»; mais do que isso, os arquivos

⁸³ STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», p. 101.

⁸⁴ STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», pp. 102-103.

são «um meio singular de tornar visível a própria questão do poder»: eles alargam o problema da memória ao reduto da quotidianidade⁸⁵.

Se as linhas de problematização que temos destacado equacionam de forma decisiva o arquivo com o silêncio e o esquecimento (a hipomnese), não menos certo é que as mesmas nos confrontam com o desafio da reinvenção do modo como perseguimos nos arquivos a memória. Essa reinvenção não será seguramente possível se não olharmos para o esquecimento com uma certa normalidade e se não tentarmos objetivá-lo. Como propõe Monica Wehner, às «tipologias da memória» é necessário contrapor as «tipologias do esquecimento»⁸⁶. Numa perspetiva de distanciamento em relação à psicanálise e à sua típica apropriação do esquecimento como repressão, aquele pode ser visto como «um processo necessário de ordenação da memória» e como um meio de retenção da própria informação: «esquecer alguns aspetos do passado pode ser uma forma [...] de recordar outros»; desde logo porque a mente – exatamente como todo e qualquer arquivo – tem uma capacidade limitada de armazenamento de informação, sem a qual, ou a partir da qual, se criaria uma situação de caos e «fragmentação ou distorção do self»⁸⁷. Em suma, o esquecimento é – também – uma condição e um instrumento da memória e da identidade, tal como os silêncios do arquivo são uma condição da memória histórica e dos processos coletivos de identificação que lhe poderão estar eventualmente associados. Chegados aqui, à conclusão de que «o esquecimento é simplesmente o funcionamento normal da memória»⁸⁸, não podemos evitar posicionar-nos naquele que nos parece ser, por excelência, o domínio de inquirição dos arquivos na ótica da sua relação com a história: a história social, ou a sociologia histórica, das práticas mnemónicas. Mas antes de falarmos, muito brevemente, sobre memória, falemos de fantasmas.

Para bem e para o mal, o espaço de problematização do arquivo é marcado e alimentado por metáforas. Nesse espaço, a par do silêncio, a metáfora da espectralidade é recorrente. A origem desta quase regularidade discursiva reside, mais uma vez, em Jacques Derrida, para quem, e por motivos que julgamos já explanados no ponto anterior, «a estrutura do arquivo é *espectral*»⁸⁹. Num substrato de questionamento

⁸⁵ OSBORNE, 1999, «The ordinariness of the archive», pp. 58-59.

⁸⁶ WEHNER, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul».

⁸⁷ WEHNER, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul», pp. 70-71. Note-se que a associação negativa entre memória (ou esquecimento) e repressão ocupa um lugar central na psicanálise e também nas propostas de Jacques Derrida acerca do arquivo em *Archive Fever* (cf. *supra*, ponto 2).

⁸⁸ WEHNER, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul», p. 72.

⁸⁹ Essa estrutura corresponde mesmo a um «*a priori* espectral: nem presente nem ausente 'na carne' ['in the flesh'], nem visível, nem invisível, um traço referindo-se sempre a um outro cujos olhos jamais

histórico-social, a metáfora dos espectros no arquivo tem sido utilizada para designar os grupos e os agentes sociais apagados das narrativas oficiais da memória – por exemplo em contexto colonial –, ou ‘simplesmente’ silenciados por via da tradução documental dos diferenciais de poder vigentes a montante dos sistemas de informação arquivísticos. É, digamos, da ‘presença’ destes espectros no arquivo que resulta todo o debate arquivístico dos últimos anos em torno do princípio da proveniência. Mas apesar da metáfora e da sua natureza etérea, o que nos parece importante reter é o facto de os fantasmas do arquivo resultarem de processos históricos concretos. É a essa concretude da fantasmagoria arquivística que por exemplo alude J.J. Ghaddar, quando remonta «o desaparecimento discursivo ou a espectralização» no espaço arquivístico dos povos indígenas da América do Norte ao «projeto político de removê-los da terra» ou de afastá-los do território tomado pelos colonizadores europeus⁹⁰. Seja como for, é manifesto que, no campo pluridisciplinar dos saberes do arquivo, o conhecimento sistemático dos processos políticos e sociais que subjazem à espectralidade arquivística está largamente por empreender. A uma tipologia do esquecimento arquivístico, ela própria ainda mal articulada na literatura, haveria talvez que fazer corresponder uma tipologia da espectralidade.

De todos os fantasmas do arquivo, há pelo menos um que tem uma forma bastante familiar: o arquivista. A espectralização do arquivista tem, ela própria, uma história específica, tendo emergido, desde finais do século XIX, no quadro do processo de sedimentação do seu papel social e do seu *ethos* profissional. Esse processo conduziu à especialização do arquivista numa função particular: a recuperação de uma ordem original dos documentos como técnica de objetivação e reflexo «de alguma realidade ou ‘verdade’ acerca do [seu] criador»⁹¹. Claro, e como já referimos atrás, o papel e a função do arquivista foram construídos no âmbito do paradigma positivista dos arquivos e da história, para o qual a neutralidade do arquivista é um instrumento da afirmação do arquivo como ‘laboratório’ e como garante da validação científica do saber historiográfico. Essa pretensa neutralidade assegura ao arquivista a função de ligação da «mente e [das] atividades dos criadores aos investigadores, que por sua vez interpretam os conteúdos [dos] documentos»⁹². A emergência da arquivística desde finais do século XIX como

podem ser encontrados (DERRIDA, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», p. 54). Claro, a metáfora da espectralidade é uma regularidade da própria obra de Derrida e está plasmada no título do seu *Spectres de Marx*.

⁹⁰ GHADDAR, 2016, «The Spectre in the Archive: Truth, Reconciliation, and Indigenous Archival Memory», p. 19.

⁹¹ COOK e SCHWARTZ, 2002, «Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance», p. 174.

⁹² COOK e SCHWARTZ, 2002, «Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival)

ciência eminentemente descritiva e alicerçada no mito da neutralidade do arquivista é, assim, apenas o outro lado de um mesmo processo que, mais ou menos desde a mesma altura, conduziu à afirmação da história como ciência empiricista «direcionada para a acumulação de factos e não para a elaboração de conceitos»⁹³. Reside aqui, e mais precisamente na posição auxiliar e subalterna, no campo social do conhecimento, da arquivística em face da história, o lastro concreto de materialidade deste outro fantasma do arquivo. O arquivista vê-se, assim, investido de um saber assético; é-lhe vedada a contaminação do documento com interpretações (por forma a não perturbar o valor do documento como evidência), exatamente do mesmo modo que ao técnico de laboratório se assegura, através do uso de luvas e máscaras, a imperturbabilidade do processo químico ou biológico observado. Na nossa opinião, que esta visão global dos arquivos e, particularmente, dos arquivos históricos permaneça hoje praticamente indisputada em Portugal, será talvez testemunho, antes de mais, da persistência e da tradução, de um ponto de vista institucional, de uma certa visão arcaizante e fechada da própria disciplina histórica no quadro das ciências sociais⁹⁴.

Enredado nesta malha histórica de usos e solicitações pragmáticas, o arquivista espectraliza-se no arquivo. A literatura procedimental sobre os arquivos e uma boa parte da chamada teoria arquivística são, no fundo, o decreto e a codificação dessa espectralidade. Figura tão discreta, neutra e desinteressada como interveniente, o arquivista cria o documento tanto quanto o disseca. Naturalmente, ele cria-o e recria-o no movimento mesmo dessa dissecação. O arquivista é, assim, mais um dos múltiplos autores das «narrativas tácitas do poder e do conhecimento» que povoam todo e qualquer arquivo⁹⁵. Fantasmagórico, ele junta-se no documento a todas as outras proveniências invisíveis ou silenciadas. Mas a espectralidade do arquivista não é simplesmente um epifenómeno da mundividência positivista da história. Ela é uma constante do ofício da informação. Se traçássemos a genealogia dessa espectralidade, teríamos de recuar pelo menos um milénio, para encontrarmos nos cartulários e nos arquivos monásticos da Europa os primórdios da percepção de que o presente não tem de ser uma continuação do passado, e a ideia de que os fragmentos sobreviventes deste podem ser dispostos numa nova ordem, ao sabor da liberdade individual dos guardiões da memória e dos seus interesses mais terrenos⁹⁶.

Performance», pp. 174-175.

⁹³ BUCCI, 1992, citado por COOK, 1997, «What is Past is Prologue [...]», p. 25.

⁹⁴ Cf. CURTO, 2017, «A sociologia histórica em Portugal: depoimento, crítica e história».

⁹⁵ KETELAAR, 2001, «Tacit Narratives: The Meanings of Archives», p. 132.

⁹⁶ Cf. GEARY, 1994, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millenium*.

4. O Arquivo e a Memória Social ou Coletiva: Para uma Sociologia Histórica das Práticas Mnemónicas

A recente valorização teórica multidisciplinar do arquivo apela, na nossa opinião, a uma reinterpretação da história dos arquivos a partir – entre outras – da problemática da memória social e coletiva. Se, como têm afirmado desde finais do século passado tantos dos mais insignes arquivistas na aldeia global (Nesmith, Cook, Ketelaar, Harris, Brothman – para nomear apenas alguns daqueles que têm aqui sido citados), o conhecimento dos arquivos começa na análise da sociedade, então o conhecimento da história dos arquivos depende, quase logicamente, da análise da memória social ou coletiva. Parece-nos principalmente que essa relação entre arquivo e memória coletiva constitui um enquadramento relevante para o resgate da historicidade específica das práticas arquivísticas. Uma historicidade que não existe em abstrato e desconexa do tecido social (como parecem sugerir muitos dos exercícios genéricos de historicização do arquivo tradicionalmente propostos no âmbito das ciências documentais e da arquivística), e que, se perspetivada a partir de algumas das ferramentas de pesquisa disponibilizadas pelo ainda emergente campo de estudos da memória social e coletiva, poderá representar uma integração mais substancial e ativa do arquivo na dinâmica do processo histórico. O investimento na relação entre arquivo e memória coletiva justifica-se ainda pelo facto de, quer no meio institucional dos arquivos, quer fora dele, se estabelecer com frequência uma espécie de curto-circuito entre arquivo, memória coletiva e memória histórica – como se estes termos se dispusessem de forma acrítica numa unidade global e implicassem, aprioristicamente, todo um conjunto de equivalências⁹⁷. Assim, neste ponto pretendemos facultar algumas notas ilustrativas e justificativas de possibilidades de convergência entre as problemáticas do arquivo e da memória coletiva: dois espaços de reflexão e investigação com origens bem diversas, mas que, em conjunto, formam um campo de pesquisa que nos parece largamente comum e repleto de pontos de contacto – tanto quanto ainda relativamente inexplorado.

Um dos autores que contribuíram de forma mais significativa para inscrever o arquivo na problemática da memória coletiva foi, sem dúvida, Pierre Nora e o seu projeto colossal dos *Lieux de Mémoire*. Mais do que pelo alerta de que os arquivos se institucionalizaram na Europa desde o século XIX como uma espécie de arquétipo dos lugares de memória, o contributo de Nora para a inscrição do arquivo na problemática da memória coletiva prende-se, na nossa opinião, com o realçar da historicidade da

⁹⁷ Cf. BROTHMAN, 2001, «The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records», pp. 50-51.

própria memória. Com efeito, a memória e o modo como percebemos o passado corresponde a uma experiência social dinâmica e suscetível de variação entre contextos históricos. É essa a implicação maior da proposta, a que aludimos brevemente atrás⁹⁸, de um desalinhamento entre memória e história na época contemporânea e da ideia de que a aceleração do tempo histórico no quadro contemporâneo conduziu à diluição do passado como referente sociocultural de primeira importância – ou a um «colapso fundamental da memória» no pano de fundo de «um movimento em direção à democratização e à cultura de massas numa escala global»⁹⁹. Ora, de certo modo esta análise de Nora permite-nos inscrever o arquivo num espaço de questionamento tradicionalmente sociológico, que, aliás, desde os seus primórdios mobilizou a sociologia enquanto ciência histórica. Referimo-nos à possibilidade de inserir o arquivo no âmbito do processo de modernização, como uma consequência da diluição de modelos de organização social tradicionais ou como um produto do advento de novas formas de solidariedade social, de tipo orgânico, características das sociedades industriais¹⁰⁰. Assim, podemos ver a afirmação histórica e institucional do arquivo, e a sua participação nas transformações da experiência social da memória, como consequência da dissolução do que Durkheim designa de «tipo coletivo», ou, mais exatamente, como reação a essa dissolução. O arquivo desempenharia, então, a função cultural de, precisamente por via do trabalho de religação entre memória e história, reconduzir o indivíduo ao coletivo. Afinal, essa memória de que fala Nora, outrora vivenciada e cujo colapso o arquivo vem compensar, é, por definição, coletiva. Mesmo quando assente no indivíduo (e na sua mitificação) foi fundamentalmente o coletivo que essa memória promoveu ao longo da história: por exemplo, um sentido coletivo de pertença por via do elogio histórico de heróis ancestrais e da construção de mitos fundadores, ou um dado padrão de relações sociais (um *status quo* coletivo) por via da fundação do *status* do indivíduo na nobreza das origens familiares e na linhagem – leia-se, na sua memória genealógica.

⁹⁸ Ver *supra*, ponto 1.

⁹⁹ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 7.

¹⁰⁰ Cf. DURKHEIM, 1984, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, cap. III. Na célebre divisão de Durkheim entre solidariedades mecânica e orgânica, a primeira é associada às sociedades tradicionais e reporta-se às formas de coesão social que são garantidas privilegiadamente pelo «tipo coletivo», i.e., o «conjunto mais ou menos organizado de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo»; nestes contextos, as formações sociais movem-se mecanicamente, ou seja, «em conjunto», sobrepondo-se o coletivo ao individual e a consciência coletiva à personalidade (a consciência individual «é uma simples dependência do tipo coletivo e segue-lhe todos os movimentos»). Já no caso da solidariedade orgânica, a coesão social é produzida pela divisão do trabalho e deriva das relações de interdependência promovidas pela especialização funcional; neste caso, unidade social e individuação coexistem, pelo que a sociedade se assemelha a um organismo e distingue-se pela capacidade de conciliar o movimento do conjunto com os movimentos próprios e específicos de cada uma das partes (DURKHEIM, 1984, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I, pp. 150-153).

Neste sentido, o *archival turn* da segunda metade do século XIX, emergente no contexto cultural e intelectual imediato do positivismo, teria como contexto sociológico mais vasto o primeiro impulso das sociedades industriais, promotor de um começo de erosão das estruturas sociais tradicionais associadas ao predomínio do coletivo sobre o indivíduo e de um desalinhamento inicial entre memória e história. Do mesmo modo, o atual *archival turn* – em cuja profusão multidisciplinar de discursos sobre o arquivo nos temos vindo a debruçar – parece-nos ter como pano de fundo as sociedades pós-industriais e a intensificação a que nelas se assiste dessa fratura entre presente e passado, entre memória e história. A natureza arquivística da memória encontrar-se-ia neste contexto ainda mais exacerbada, potenciada pela própria desmaterialização dos suportes documentais e pelo crescimento exponencial da circulação da informação arquivística em ambiente virtual, promotores de uma disponibilidade imediata, como diz Nora, da «materialidade do traço» e da «visibilidade da imagem» de uma memória manifestamente perdida¹⁰¹ – i.e., comprometida por uma experiência social cada vez mais atomizada e destituída de referentes coletivos.

O autor que efetivamente fundou o campo de estudos da memória social e coletiva é o sociólogo Maurice Halbwachs, aluno de Durkheim e de quem Pierre Nora pode ser visto como o «verdadeiro herdeiro»¹⁰². A utilidade primeira de Halbwachs para a problemática do arquivo reside na disponibilização de um quadro teórico de desfundamentação de uma certa noção monolítica da memória coletiva, de ampla circulação cultural e, inclusive, política, e para a qual a representação patrimonial dos arquivos não deixa de contribuir, designadamente por via da interpretação dos arquivos enquanto repositórios dessa memória. Halbwachs – contemporâneo de Jenkinson – torna inevitável que, por via do enfoque na natureza social e coletiva da memória, se aproprie os arquivos a partir de uma lente radicalmente diferente, em tudo distante da ingenuidade com que os precursores da arquivística por esta mesma altura perspetivavam os arquivos como veículos passivos e neutros do conhecimento histórico. Mais do que uma experiência individual, a memória, segundo Halbwachs, é coletiva, e diferencia-se em função dos seus «quadros sociais»¹⁰³. Numa demarcação intencional relativamente à psicologia de Freud e, em parte, ao subjetivismo de Bergson, para Halbwachs é «impossível os indivíduos recordarem-se de forma coerente

¹⁰¹ NORA, 1989, «Between Memory and History: *Les Lieux de Mémoire*», p. 13.

¹⁰² OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices», p. 121.

¹⁰³ Ver HALBWACHS, 1992, *On Collective Memory* (que inclui tradução de *Les cadres sociaux de la mémoire*, publicado em 1925).

e persistente fora dos seus contextos de grupo»¹⁰⁴. Estes contextos consistem nos quadros de pertença e enquadramento coletivo da experiência que facultam aos indivíduos os materiais onde se apoiam as suas memórias individuais. São também esses quadros que dirigem as operações de memorialização e o modo como os indivíduos se recordam de determinados acontecimentos e se esquecem de outros¹⁰⁵. Podemos então afirmar que a dimensão coletiva da memória se concretiza fundamentalmente em duas instâncias distintas: no modo como os grupos facultam a especificidade das experiências e as convenções que são objeto da memória individual; e no modo como esses mesmos grupos orientam a própria ativação de práticas mnemónicas. Bem entendido, a memória individual não se confunde com a memória coletiva, mas o seu funcionamento depende de instrumentos facultados pelo grupo, desde logo «as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que tomou de empréstimo ao seu meio»¹⁰⁶.

A memória coletiva é, assim, fundamentalmente plural. Por conseguinte, não podemos falar de *uma* memória coletiva, mas de tantas quantos os grupos sociais que enquadram uma relação orgânica com o passado no âmbito dos processos de afirmação da sua própria identidade. Ou melhor, se podemos, ainda assim, falar de uma memória coletiva geral, por exemplo nacional, ou eventualmente regional, é apenas para invocar um quadro «bastante largo» e «distante do indivíduo» e com o qual a sua história individual tem «poucos pontos de contacto»¹⁰⁷. Em suma, a memória coletiva, específica e diferenciada, designa o «passado ativo» que consubstancia a identidade do grupo; e o grupo, por sua vez, representa o quadro concreto de possibilidade de experiências que alimenta a experiência específica da partilha e da produção de memórias. Estas constituem «marcadores efetivos da diferenciação social», pelos quais os grupos constroem o passado em função de objetivos e interesses no presente¹⁰⁸.

¹⁰⁴ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 109; MARCEL, MUCCHIELLI, 2008, «Maurice Halbwachs's mémoire collective», pp. 141-143; OLICK, 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», pp. 153-154; cf. HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, pp. 82-92.

¹⁰⁵ OLICK, 1999, «Collective Memory: The Two Cultures», p. 335. Para ilustrar o modo como o grupo orienta a experiência concreta da memória, Halbwachs convoca inúmeras vezes o exemplo da infância e a forma como as memórias da e na infância são dirigidas pelo meio envolvente, desde logo o familiar (cf. HALBWACHS, 1992, *On Collective Memory*, pp. 54-83; HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, pp. 1-33).

¹⁰⁶ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, p. 36.

¹⁰⁷ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, p. 67. O realce da diversidade e da pluralidade da memória coletiva consiste na principal demarcação de Halbwachs relativamente a Durkheim e à sua visão tendencialmente unitária da sociedade e das representações coletivas (OLICK, 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», p. 157).

¹⁰⁸ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», pp. 111, 128. É fácil perceber que provavelmente reside em *La Mémoire Collective* (e particularmente no seu capítulo segundo: «Mémoire collective et

Na nossa opinião, a problemática da memória coletiva convoca o arquivo de duas formas. Por um lado, obriga-nos a olhar para o arquivo como arena de negociação da história e como plataforma de fixação da memória coletiva, não de uma comunidade abstrata e relativamente alargada, mas dos grupos que detêm a capacidade de entrar no arquivo e figurar nas suas inscrições. Num certo sentido, é a essa tarefa que, sobretudo desde *Archive Fever*, uma grande parte das linhas de problematização do arquivo, que aqui temos focado, se têm dedicado. Por outro lado – e é neste aspeto que nos gostaríamos agora de centrar –, a problemática da memória coletiva obriga-nos a olhar para o arquivo na historicidade específica das práticas mnemónicas e, em última instância, como quadro social da memória.

Estamos em crer que algumas razões específicas concorrem, no imediato, para a utilidade da convergência entre as problemáticas do arquivo e da memória social ou coletiva. Em primeiro lugar, o estudo da memória social permite recuperar e revalorizar o traço arquivístico tradicional e integrar a dimensão hipomnésica do arquivo. Com efeito, uma boa parte da recente redescoberta multidisciplinar do arquivo tem privilegiado, como vimos, uma visão mais ampla e heterogénea do arquivo, suscetível de integrar todo um conjunto de vozes e proveniências normalmente arredadas dos arquivos institucionais, particularmente associados à administração do Estado. Ora, como afirma lapidarmente Barbie Zelizer, «o estudo da memória coletiva valoriza a negação do ato» (da memória). Para o conhecimento da memória em termos gerais quanto da memória coletiva, o esquecimento é uma componente decisiva; ele não corresponde simplesmente a um défice ou a um defeito da informação produzida, registada ou preservada, mas a uma atividade significativa que «consiste numa prática tão estratégica e central quanto a própria memória»¹⁰⁹. Que fragmentos do passado são relevados pelo arquivo e que fragmentos são por ele descorados e esquecidos? De que modo a memória de determinados fragmentos da história evolui e se altera ao longo do tempo? Em que circunstâncias históricas determinados objetos mnemónicos – i.e., fragmentos específicos do passado recuperados por atos de memorialização –

mémoire historique») a inspiração principal para a distinção de Nora entre memória e história. No entanto, urge precisar que, na malha concetual que envolve as ideias gerais de memória e história, Halbwachs diferencia a memória coletiva de um conjunto de conceitos a ela intimamente associados: (1) a memória individual ou autobiográfica, que consiste na «memória dos acontecimentos por nós experienciados»; (2) a memória histórica, que consiste na «memória que chega até nós através dos documentos históricos»; (3) a história, que consiste no «passado recordado com o qual nós já não temos uma relação 'orgânica'» e que «já não constitui uma parte importante das nossas vidas». Por sua vez, a memória histórica pode ser «orgânica» (por exemplo, se recuperada coletivamente através de expedientes como as comemorações e as efemérides no âmbito da construção de uma memória nacional) ou «morta» (preservada apenas no arquivo) (OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 111.)

¹⁰⁹ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», p. 220.

são erradicados da inscrição arquivística? A resposta a estas questões, para além de contribuir para o isolamento das tradições historicamente específicas da memória e da sua componente social e normativa, permite-nos laborar no esforço da reconstituição das «comunidades mnemónicas» que subjazem aos atos mnemónicos individualmente considerados¹¹⁰. A importância do silêncio e do esquecimento arquivísticos – centrais nas interpretações mais recentes do arquivo – aponta, portanto, segundo nos parece, para um espaço prolífico de confluência entre os arquivos e os estudos da memória coletiva.

Em segundo lugar, o arquivo contém o potencial heurístico e empírico de afirmar-se como observatório privilegiado da dimensão processual da memória. Diz-nos Halbwachs: a memória coletiva «é uma corrente de pensamento contínua, de uma continuidade que não tem nada de artificial, uma vez que ela preserva do passado apenas aquilo que está ainda vivo ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém»¹¹¹. A sucessão das gerações é a mecânica dessa continuidade da memória coletiva, sendo amplas as evidências que apontam para uma diferenciação geracional da memória¹¹². É a sobreposição e a convivência temporalmente circunscritas das diferentes gerações que asseguram ao longo do *continuum* histórico uma transformação permanente da memória coletiva – mesmo que essa transformação seja normalmente lenta e mais ou menos indiferente às perturbações históricas aparentes no espectro social e político. Assim, «o processo torna-se uma pré-condição da partilha da memória»¹¹³. Dificilmente um objeto mnemónico se impõe socialmente sem uma repetição e uma recorrência ao longo do tempo e do espaço. A memória coletiva pressupõe, portanto, uma «socialização mnemónica», que é antes de mais assegurada pela família: o contexto das primeiras experiências de memorialização do indivíduo, cujas subseqüentes interpretações – verdadeiras memorializações da memória – não passam de reinterpretações da experiência original da memória familiar¹¹⁴. São duas as razões que, na nossa opinião, concorrem para que o arquivo – na aceção simultaneamente estrita (ou institucional) e lata que temos utilizado aqui¹¹⁵ – configure uma unidade de análise relevante para o isolamento da dimensão processual da memória coletiva. Em primeiro lugar ele é, por definição, instância de circulação da memória (o arquivo como *lugar de memória*) e, como tal, pode ser perspetivado como contexto de operações

¹¹⁰ ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», pp. 285-291.

¹¹¹ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, p. 70.

¹¹² OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 123.

¹¹³ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», p. 220.

¹¹⁴ ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», p. 286.

¹¹⁵ Cf. *supra*, nota n.º 19.

de socialização mnemónica e de infusão contínua de memória no tecido social; em segundo lugar, a serialidade e a repetição, enquanto marcas distintivas profundas da própria informação arquivística, facultam um instrumento de captação das modulações históricas da memória. Tal como na memória coletiva, na inscrição arquivística tendem a fundir-se, no plano diacrónico, a continuidade e a mudança. Os documentos de arquivo, na sua temporalidade característica, particularmente as longas séries arquivísticas, que por vezes se espraiam em contínuo ao longo do tempo por muitas décadas ou mesmo séculos de história, replicam, em certa medida, a temporalidade da memória coletiva, e constituem uma malha particularmente adequada para surpreender o carácter processual das práticas mnemónicas. Nessa medida, o arquivo pode desempenhar o papel de antídoto para um problema apontado aos estudos da memória coletiva: o seu enfoque estático, a apetência para circunscrever a análise a frações isoladas de espaço-tempo¹¹⁶.

Terceira razão para a convergência entre as problemáticas do arquivo e da memória coletiva: a materialidade do arquivo é um antídoto para o carácter evasivo da memória. Expliquemo-nos: a dificuldade em definir e isolar a memória consiste num desafio que confronta normalmente a sua análise, talvez sobretudo quando a mesma se direciona para os substratos subjetivo e individual da memória¹¹⁷. Uma das formas pelas quais os estudos da memória coletiva lidam com este problema consiste no realce da materialidade da memória. Com efeito, a memória coletiva tende a exteriorizar-se e a materializar-se em toda uma série de artefactos. Ela tem «textura» e «corporiza-se em diferentes formas culturais»¹¹⁸. A revisão do conceito de arquivo sob os auspícios do pós-colonialismo, a que nos referimos atrás, incide precisamente, de forma privilegiada, em toda uma série de marcadores culturais e materiais da memória coletiva. Numa linha de pesquisa diferente, designadamente sociológica, são neste âmbito hoje canónicas as leituras do próprio Halbwachs, que relewa o modo como a memória coletiva se materializa no espaço – o qual constitui, para o grupo, um quadro específico da memória; ou de Paul Connerton, para quem a memória coletiva se materializa no corpo e nas práticas corporais¹¹⁹. Ora, o arquivo, não somente na sua aceção cultural e material

¹¹⁶ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», pp. 220-221.

¹¹⁷ Cf. WEHNER, 2014, «Typologies of Memory and Forgetting [...]».

¹¹⁸ ZELIZER, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», p. 232.

¹¹⁹ HALBWACHS, 1968, *La Mémoire Collective*, pp. 130-167; CONNERTON, 1999, *Como as Sociedades Recordam*, pp. 83-119. Para Halbwachs, a natureza espacial e material da memória coletiva prende-se com o facto de o grupo representar e corporizar a sua identidade nas formas materiais e espaciais relativamente estáveis que o rodeiam. Por exemplo, os alojamentos familiares austeros da classe operária são uma reminiscência da fábrica e uma representação da condição social desfavorecida deste grupo social; já os bairros urbanos «regulam a forma pela qual os seus habitantes se juntam,

mais lata, mas também na sua aceção tradicional, consiste num reduto privilegiado de materialização histórica da memória. Por isso, no arquivo encerra-se um potencial de mitigação dos problemas de sustentabilidade e precisão dos estudos da memória coletiva. Enquanto repositório de produtos e práticas mnemónicas concretas, o arquivo presta-se a responder a um dos principais desafios do estudo da memória coletiva: a sua «definição operacional precisa», em alternativa à reificação ou ao emprego totalizador do conceito¹²⁰.

Ao contrário da memória coletiva, o conhecimento historiográfico desenvolve com o passado uma relação distanciada, garantida, precisamente, pelos documentos de arquivo e pela sua função de veículos da memória histórica. Segundo Brien Brothman, é por este motivo, e, portanto, pela associação dos arquivos à história, que estes figuram apenas marginalmente na literatura sobre a história da memória¹²¹. Por outro lado, afigura-se-nos que o impacto e a receção do projeto monumental de Nora sobre os lugares de memória, direcionado para a análise da sua participação na construção da identidade e da memória nacional francesas, estimularam que, desde então, se tenha tendencialmente limitado ao período contemporâneo a exploração da relação histórica do arquivo com a memória coletiva. Mas, como é óbvio, aquela relação histórica não tem como pressuposto ou condição necessária a institucionalização dos arquivos, e remonta à tímida propagação da literacia e à progressiva adoção da escrita como suporte da memória, pelo que podemos situá-la no início do período moderno ou mesmo na época medieval.

Note-se que a história dos arquivos, num sentido geral, tem sido apontada como uma janela para «novas formas de pensar acerca das mais importantes tendências históricas do mundo moderno inicial e do mundo moderno», designadamente «a emergência do estado-nação, o desenvolvimento das esferas pública e privada, [ou] o crescimento de instituições globais» na sua relação com os projetos imperiais europeus¹²². Assim, a organização e os instrumentos de recuperação de informação dos arquivos no período moderno podem indicar-nos «homologias estruturais com os sistemas mais vastos» em que os arquivos se inseriam, espelhar dinâmicas históricas ao nível dos diferentes regimes de governação e iluminar transformações ao nível da organização institucional do Estado e dos «regimes de conhecimento político»

os seus movimentos no espaço, o que influencia os gostos, as necessidades e os hábitos» (MARCEL, MUCCHIELLI, 2008, «Maurice Halbwachs's mémoire collective», p. 145).

¹²⁰ OLICK, 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», p. 158.

¹²¹ BROTHMAN, 2001, «The Past that Archives Keep [...]», p. 60

¹²² YALE, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», pp. 333, 336-341.

vigentes¹²³. Em parte, a exploração incipiente da história social dos arquivos e da memória no período moderno prende-se provavelmente com o facto de a aparelhagem concetual dos arquivos refletir categorias definidas em função do próprio contexto da institucionalização e da profissionalização dos arquivos. Como afirma Alexandra Walsham, a divisão entre documentos («records») e arquivos revela-se «problemática quando aplicada ao período moderno inicial, pois na prática a relação entre estas duas categorias era complexa e fluida»¹²⁴. Se, por um lado, na Europa dos séculos XVI e XVII os arquivos e os documentos tinham uma conotação pública, oficial e jurídico-legal predominante, por outro, não deixavam de ser utilizados, etimologicamente e concetualmente, para designar «outros tipos de repositórios e de documentos em que a informação, o conhecimento e a memória eram armazenados, incluindo bibliotecas, museus e as coleções de manuscritos, livros, mapas e objetos que os compunham»¹²⁵. A produção e a conservação de documentos de arquivo no período moderno têm um carácter dinâmico que remete ainda para a relativa sobreposição e deficitária diferenciação das esferas pública e privada, patente na frequência da circulação e da apropriação privada e familiar de documentos produzidos na orla do Estado, mas utilizados em proveito pessoal por detentores de cargos públicos, especialmente o alto oficialato régio¹²⁶.

A inquirição dos arquivos sob o prisma dos estudos da memória social e coletiva tem o potencial de conferir outro tipo de sistematicidade e solidez teórica ao conhecimento dos arquivos e da sua história. Num tal quadro, podemos olhar para o arquivo, por

¹²³ HEAD, 2007, «Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe», p. 319. Neste interessante estudo sobre os inventários do arquivo da cidade de Lucerna entre os séculos XV e XVIII, Randolph Head propõe que as «transformações estruturais» na «lógica organizacional» dos inventários – inicialmente listas de documentos, depois mapas e, finalmente, índices – refletem «mudanças na relação percecionada da cidade com os seus documentos e com o seu ambiente» social e político.

¹²⁴ WALSHAM, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», p. 13.

¹²⁵ WALSHAM, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», p. 14-15.

¹²⁶ YALE, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», pp. 337-340. Sobre o problema dos arquivos no período pré-moderno, ver ROSA, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna [...]». Sob pena de estender este ensaio para além do que se nos afigura razoável, não é esta a oportunidade para compulsar a emergente bibliografia sobre história social da memória e dos arquivos no período moderno. No entanto, não podemos deixar de mencionar alguns números especiais de publicações periódicas dedicados recentemente ao assunto, nomeadamente o vol. 10 da *Archival Science* (de setembro de 2010), sobre «Archival Knowledge Cultures in Europe, 1400-1900» (<https://link.springer.com/journal/10502/10/3>), o vol. 46, n.º 3 da *European History Quarterly* (de julho de 2016), sobre «Archival Transformations in Early Modern Europe» (<https://journals.sagepub.com/toc/ehqb/46/3>), e o vol. 230, suplemento 11, da *Past & Present* (de novembro de 2016), sobre «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe» (https://academic.oup.com/past/issue/230/suppl_11).

exemplo, como domínio de «transitividade mnemónica»¹²⁷. Ou seja, o arquivo não é apenas um repositório de objetos mnemónicos – que podemos entender como as práticas concretas de memorialização ou de recuperação do passado cristalizadas nos documentos de arquivo; ele assegura também o trânsito dos objetos mnemónicos ao longo do tempo. Essa função não se prende simplesmente com o facto de, por via da conservação documental, o arquivo possibilitar a circulação dos documentos no plano diacrónico. Mais importante do que isso, a transitividade mnemónica tem a ver com o facto de, no contexto arquivístico, os documentos serem objeto de uma constante autorreferencialidade. Por via das técnicas tipicamente arquivísticas da inscrição e da repetição, toda uma profusão de informação autorreferencial é produzida – nos treslados, nas cópias, nos registos, nas súmulas, nas alusões e remissões, nas mais diversas formas de indexação e recuperação de informação. O arquivo é, portanto, o domínio de uma constante reinvenção dos documentos e dos objetos mnemónicos neles contidos; ele assegura, criativamente, o trânsito mnemónico.

Mas a memória coletiva – produzida e recriada no arquivo, ou fora dele – não se presta apenas à imagem de uma maleabilidade infinita do passado. Pelo contrário, o passado resiste também à sua transformação e à sua manipulação. Essa dimensão de inércia do passado tem sido perseguida no âmbito dos estudos da memória coletiva através de conceitos como: «estrutura dos passados disponíveis» – que confronta os indivíduos e os grupos «apenas com alguns passados e que impõe limites à sua transformação», ao mesmo tempo que torna outros passados inacessíveis e insuscetíveis de percepção¹²⁸; «estrutura da escolha individual» do passado – em face da qual «alguns passados são inevitáveis e outros são impossíveis de enfrentar»; ou «estrutura do conflito social sobre o passado» – que implica que o indivíduo nem sempre tenha a possibilidade de decidir que passados recordar ou esquecer¹²⁹. Num exercício de síntese e esquematização particularmente relevante, Jeffrey Olick e Joyce Robbins propõem

¹²⁷ ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», p. 291.

¹²⁸ Um exemplo que se nos afigura particularmente ilustrativo deste efeito da estrutura dos passados disponíveis prende-se com o modo como na memória coletiva madeirense a descoberta do arquipélago e o princípio da sua história são invariavelmente associados à chegada dos navegadores portugueses em 1418-1419, ignorando os contactos precedentes ou relegando-os para uma espécie de infra-história. Um exemplo semelhante é o facto de a história dos países que resultam de processos coloniais ser frequentemente reconstituída apenas a partir dos primeiros contactos com as nações europeias colonizadoras, relegando o passado precedente para a condição de uma «'pré-história' praticamente esquecida» e negligenciável; este fenómeno, que na verdade corresponde a uma prática mnemónica específica, é designado por Eviatar Zerubavel de «partição social do passado» (ZERUBAVEL, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», p. 287).

¹²⁹ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», p. 128. O fenómeno da 'espectralização' do arquivo pode em grande medida ser entendido à luz desta dimensão estrutural da disponibilidade e da plasticidade do passado.

seis tipos-ideais da mudança e da persistência mnemónicas, definidos em função da natureza «instrumental», «cultural», ou «inerte» das mesmas. A natureza instrumental da persistência ou da mudança da memória está associada à vontade deliberada, consciente e estratégica dos atores nas suas operações de conservação/manutenção e revisão/transformação do passado; a natureza cultural da persistência/mudança da memória prende-se com o significado e a relevância cultural e simbólica do passado ou com a sua alteração ou perda; a natureza inerte da persistência/mudança da memória está associada ao hábito, à repetição/rotina e à generalização da invocação do passado ou ao seu desuso por simples atrofia ou saturação¹³⁰.

Se o arquivo constitui, genericamente, uma plataforma de circulação e negociação de objetos e práticas mnemónicas, urge precisar que assim é pelo menos em dois níveis distintos. Em primeiro lugar, no sentido que temos aqui invocado: os documentos de arquivo contêm, frequentemente, objetos mnemónicos, ou seja, podem albergar memórias de determinados acontecimentos passados, mais ou menos recuados relativamente ao momento da própria inscrição documental, sendo que tais objetos são, como vimos, relativamente dinâmicos (a memória desses passados transmuta-se ao longo do tempo de acordo com uma dada regularidade, suscetível de análise e reconstituição). Em segundo lugar, todos os documentos de arquivo representam, por definição, práticas mnemónicas; eles cumprem genericamente a função de registo, para efeitos de memória futura, de um qualquer ato ou acontecimento. Ora, o arquivo é aqui relevante para uma análise histórica das práticas mnemónicas em virtude da evolução e da transformação ao longo do tempo das técnicas arquivísticas de registo e memorialização que subjazem à produção documental. Do mesmo modo que as propriedades puramente formais de um documento determinam a informação produzida (lembremo-nos do exemplo, já aqui utilizado, da carta e do *e-mail*, que implicam usos bastante diferentes da escrita e da linguagem), também o arquivo, no singular, enquanto sistema mnemónico, inserido num determinado contexto socio-histórico, determina uma dada especificidade das modalidades e das técnicas de produção da informação. É nesse sentido que podemos dizer que o arquivo é, em si mesmo, um quadro – desta feita, mais do que social, talvez cultural – ou uma tecnologia da memória. Em suma: ao utilizarmos o arquivo para responder ao desafio de conhecer e interpretar a memória no plano histórico, interessar-nos-á «não apenas o *que* é recordado, mas *como*» se recorda¹³¹.

Como se recorda: eis, porventura, a definição fundamental do arquivo.

¹³⁰ OLICK, ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies [...]», pp. 129-130.

¹³¹ STOLER, STRASSLER, 2000, «Castings for the Colonial: Memory Work in 'New Order' Java», p. 9.

5. Considerações Finais

Começemos por revelar, não sem ironia, que não iremos transformar estas «considerações finais» numa prática mnemónica e recapitular o que até aqui dissemos ou transmutá-lo na forma de uma «conclusão» – que, no nosso caso, corresponderia, por necessidade, a uma repetição, mesmo que criativa. Afirmemos apenas que a requalificação teórica do arquivo, atualmente em curso nos mais diversos quadrantes disciplinares no seio das ciências sociais e humanas – e que tentámos aqui ilustrar –, é, em si mesmo, um agente e também um objeto de uma transformação profunda da experiência social da memória e do modo como, hoje, a compreendemos. Com efeito, assistimos presentemente, desde logo a partir do campo das neurociências, a uma vinctada remodelação dos modelos teóricos que sustentam a nossa compreensão da memória. A análise do funcionamento da memória tem conduzido a uma revisão das componentes do armazenamento, da retenção e da reprodução da informação, e à associação das mesmas a processos complexos que envolvem a seleção, reconstrução, distorção, imprecisão, imaginação e fluidez da informação¹³². Para Freud, que labora num modelo tradicional de memória de *armazenamento*, o problema não está na retenção ou na fixação da memória, mas no acesso à mesma. Toda a psicanálise assenta no pressuposto da possibilidade do acesso à informação reprimida traumáticamente no inconsciente¹³³. Do ponto de vista dos arquivos, pelo contrário, o problema começa logo no armazenamento ou na retenção da informação neles contida, que constitui apenas um fragmento da matéria histórica que, supostamente, aquela informação regista ou documenta. É aí, ao nível do armazenamento, que a ‘repressão’ (e a supressão, como afirma Derrida) da informação se verifica, com todas as conotações que, eventualmente, em termos sociopolíticos, a mesma possa ter no plano histórico. Portanto, para os arquivos, a ‘repressão’ não está fundamentalmente no acesso (se bem que também esteja aí, como vimos quando falámos de fantasmas...), mas antes na fixação ou no armazenamento da memória. Ironicamente, é como se a arquivística aplicada, com todo o seu investimento na elaboração de instrumentos de descrição e de ferramentas de acesso à informação, assentasse numa conceção freudiana – hoje manifestamente desajustada – da memória. O otimismo freudiano relativamente à memória e a ideia de que toda a informação é armazenada e recuperável por via da psicanálise consistem,

¹³² OLICK, 1999, «Collective Memory: The Two Cultures», pp. 340-341; STOLER, STRASSLER, 2000, «Castings for the Colonial [...]», pp. 7-9; FRESHWATER, 2003, «The Allure of the Archive», pp. 743-744; TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, pp. 14-16.

¹³³ FRESHWATER, 2003, «The Allure of the Archive», pp. 743.

a seu modo, numa réplica da ingenuidade positivista com que a disciplina histórica enredou os arquivos desde o século XIX. Afinal, a arquivística e a psicanálise são ambas um produto do mesmo século.

Como afirma Helen Freshwater, «parece que o que procuramos no arquivo, como na psicanálise, é, de facto, um objeto perdido»¹³⁴. Uma das respostas para este impasse, do ponto de vista da relação entre arquivos e conhecimento histórico, consiste no acolhimento de novas formas de interrogação dos arquivos e da própria história, na revisão crítica de modelos historiográficos de tipo ideográfico, na centralização de expedientes teóricos e metodológicos de mediação do uso das fontes arquivísticas, na afirmação dos arquivos como ponto focal de um questionamento multidisciplinar e interdisciplinar da história. Se o arquivo não nos deixa ver a história com a nitidez desejada, a única resposta possível é que comecemos por reinventar o nosso olhar sobre o arquivo.

Bibliografia Citada

- ARVATU, Adina, 2011, «Spectres of Freud: The Figure of the Archive in Derrida and Foucault», in *Mosaic*, vol. 44, n.º 4, pp. 141-159.
- BASTIAN, Jeannette A., 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation», in *Archival Science*, vol. 6, pp. 267-284.
- BASTIAN, Jeannette A., 2013, «The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities», in *Archival Science*, vol. 13, pp. 121-131.
- BELANCIANO, Vítor, 2019.02.18, «Massive Attack: 'Este espectáculo é como uma ópera destes tempos de incerteza'», entrevista a Robert Del Naja, in *Público*, disponível em <https://www.publico.pt/2019/02/18/culturaipsilon/entrevista/massive-attack-espectaculo-opera-tempos-incerteza-1861939>.
- BROTHMAN, Brien, 1998, «Declining Derrida: Integrity, Tensegrity, and the Preservation of Archives from Deconstruction», in *Archivaria*, n.º 48, pp. 64-88.
- BROTHMAN, Brien, 2001, «The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records», in *Archivaria*, n.º 51, pp. 48-80.
- BROTHMAN, Brien, 2010, «Perfect present, perfect gift: finding a place for archival consciousness in social theory», in *Archival Science*, vol. 10, pp. 141-189.

¹³⁴ FRESHWATER, 2003, «The Allure of the Archive», p. 745.

- BROWN, Richard, 1997, «Death of a Renaissance Record-Keeper: The Murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385», in *Archivaria*, n.º 44, pp. 1-43.
- BUTLER, BEVERLEY, 2009, «'Othering' the archive—from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory», in *Archival Science*, vol. 9, pp. 57-69.
- CONNERTON, Paul, 1999, *Como as Sociedades Recordam*, 2.ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- COOK, Terry, 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift», in *Archivaria*, n.º 43, pp. 17-63.
- COOK, Terry, 2001, «Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts», in *Archival Science*, vol. 1, pp. 3-24.
- COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M., 2002, «Archives, Records, and Power: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 171-185.
- DELEUZE, Gilles, 2005, *Foucault*, Lisboa, Edições 70.
- DERRIDA, Jacques, 1995, «Archive Fever: a Freudian Impression», in *Diacritics*, vol. 25, n.º 2, pp. 9-63.
- DUCHEIN, Michel, 1992, «The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe», in *The American Archivist*, vol. 55, n.º 1, pp. 14-25.
- DURANTI, Lucia, 1989, «Diplomatics: New Uses for an old Science», in *Archivaria*, n.º 28, pp. 7-27.
- DURANTI, Lucia, 1989, «The Odyssey of Records Managers», partes I e II, in *Records Management Quarterly*, vol. 23, n.º 3 e 4.
- DURKHEIM, Émile, 1984, *A divisão do Trabalho Social*, vol. I, Porto, Editorial Presença.
- ELIAESON, Sven, 2000, «Max Weber's Methodology: an Ideal-Type», in *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 36, n.º 3, pp. 241-263.
- ELIASSEN, Knut Ove, 2010, «The Archives of Michel Foucault», in RØSSAAK, Eivind, *The Archive in Motion: New Conceptions of the Archive in Contemporary Thought and New Media Practices*, Oslo, Novus Press, pp. 29-51.
- ESKILDSEN, Kasper Risbjerg, 2008, «Leopold Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography», in *Modern Intellectual History*, vol. 5, n.º 3, pp. 435-453.
- FOUCAULT, Michel, 1967, «Des espaces autres. Hétérotopies», disponível em <https://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heteroTopia.fr/>, consultado em 2018-11-31.
- FOUCAULT, Michel, 2014 [1969], *A Arqueologia do Saber*, Lisboa, Edições 70.
- FOUCAULT, Michel (org.), 1997 [1973], *Eu, Pierre Rivière, que degolei a minha Mãe, a minha Irmã e o meu Irmão... Um caso de parricídio no século XIX*, Lisboa, Terramar.

- FOUCAULT, Michel, 1979, «The Life of Infamous Men», in MORRIS, Meaghan, PATTON, Paul, *Michel Foucault: Power, Truth, Strategy*, Sydney, Feral Publications, pp. 76-91.
- FRESHWATER, Helen, 2003, «The Allure of the Archive», in *Poetics Today*, vol. 24, n.º 4, pp. 729-758.
- GEARY, Patrick J., 1994, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millenium*, Princeton, Princeton University Press.
- HALBWACHS, Maurice, 1968 [1950], *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HALBWACHS, Maurice, 1992, *On Collective Memory*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- HARRIS, Verne, 1997, «Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa», in *Archivaria*, n.º 44, pp. 132-141.
- HARRIS, Verne, 2002, «The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 63-86.
- HEAD, Randolph C., 2007, «Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in early modern Switzerland and Europe», in *Archival Science*, vol. 7, pp. 317-329.
- JACOBSEN, Trond, PUNZALAN, Ricardo L., HEDSTROM, Margaret L., 2013, «Invoking 'collective memory': mapping the emergence of a concept in archival science», in *Archival Science*, vol. 13, pp. 217-251.
- KETELAAR, Eric, 1996, «Archival Theory and the Dutch Manual», in *Archivaria*, n.º 41, pp. 31-40.
- KETELAAR, Eric, 1999, «Archivalisation and Archiving», in *Archives and Manuscripts*, vol. 26, n.º 1, pp. 54-61.
- KETELAAR, Eric, 2002, «Archival Temples, Archival Prisons: Modes of Power and Protection», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 221-238.
- KETELAAR, Eric, 2007, «Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony», in *Archival Science*, vol. 7, pp. 343-357.
- KURTZ, Matthew, 2006, «A Postcolonial Archive? On the Paradox of Practice in a Northwest Alaska Project», in *Archivaria*, n.º 61, pp. 63-90.
- MARCEL, Jean-Christophe, MUCCHIELLI, Laurent, 2008, «Maurice Halbwachs's mémoire collective», in ERLI, Astrid, NÜNNING, Ansgar (eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 141-149.
- NESMITH, Tom, 1982, «Archives From the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship», in *Archivaria*, n.º 14, pp. 5-26.

- NESMITH, Tom, 1999, «Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the 'Ghosts' of Archival Theory», in *Archivaria*, n.º 47, pp. 136-150.
- NESMITH, Tom, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives», in *The American Archivist*, vol. 65, n.º 1, pp. 24-41.
- NESMITH, Tom, 2004, «What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work», in *Archivaria*, n.º 57, pp. 1-27.
- NESMITH, Tom, 2006, «The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice», in *Archival Science*, vol. 6, pp. 351-360.
- NEVES, Bruno, FERREIRA, Carla, 2014, «Caracterização da produção científica portuguesa em Ciência da Informação disponibilizada em acesso aberto no e-LiS», in *Cadernos BAD*, n.º 2, pp. 95-98.
- NORA, Pierre, 1989, «Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire», in *Representations*, n.º 26, pp. 7-24.
- O'TOOLE, James, 2002, «Cortes's Notary: The Symbolic Power of Records», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 45-61.
- OAKES, Guy, 1987, «Max Weber and the Southwest German School: Remarks on the Genesis of the Concept of the Historical Individual», in *Politics, Culture, and Society*, vol. 1, n.º 1, pp. 115-131.
- OLICK, Jeffrey K., 1999, «Collective Memory: The Two Cultures», in *Sociological Theory*, vol. 17, n.º 3, pp. 333-348.
- OLICK, Jeffrey K., 2008, «From Collective Memory to the Sociology of Mnemonic Practices and Products», in ERLI, Astrid, NÜNNING, Ansgar (eds.), *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*, Berlim, Walter de Gruyter, pp. 151-161.
- OLICK, Jeffrey K., ROBBINS, Joyce, 1998, «Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices», in *Annual Review of Sociology*, vol. 24, pp. 105-140.
- OSBORNE, Thomas, 1999, «The ordinariness of the archive», in *History of the Human Sciences*, vol. 12, n.º 2, pp. 51-64.
- PEARCE-MOSES, Richard, 2005, *A Glossary of Archival and Records Terminology*, Chicago, The Society of American Archivists.
- RABINOW, Paul, DREYFUS, Hubert, 1995, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- REVEL, Judith, 2017, «L'historiographie chez Foucault et au-delà: une conversation avec Judith Revel sur histoire, liberté et archive(s). Entretien avec Judith Revel par Elisa Lopes da Silva», in *Práticas da História*, n.º 5, pp. 155-181.

- RIBEIRO, Fernanda, 1998, *O Acesso à Informação nos Arquivos*, Dissertação de Doutoramento em Arquivística, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SCOTT, David, 2008, «Introduction: On the Archaeologies of Black Memory», in *Small Axe*, n.º 26, pp. X-XVI.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2017, «Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação», in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. 30, pp. 547-586.
- SCHEIN, Richard H., 2006, «Digging in Your Own Backyard», in *Archivaria*, n.º 61, pp. 91-104.
- SCHWARTZ, Joan M., 2006, «'Having New Eyes': Spaces of Archives, Landscapes of Power», in *Archivaria*, n.º 61, pp. 2-25.
- SILVA, Armando Malheiro, et al., 2002, *Arquivística*, Porto, Afrontamento.
- SOARES, Ana, PINTO, Adilson, SILVA, Armando, 2015, «O Paradigma Pós-Custodial na Arquivística», in *Páginas a&b*, série 3, n.º 4, pp. 22-39.
- SPIVAK, Gayatri, «Can the Subaltern Speak?», 1988, in NELSON, Cary, GROSSBERG, Lawrence, (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*, London, Macmillan, pp. 271-313.
- STEEDMAN, Carolyn, 2001, «Something She Called a Fever: Michelet, Derrida, and Dust», in *The American Historical Review*, vol. 106, n.º 4, pp. 1159-1180.
- STOLER, Ann Laura, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 87-109.
- STOLER, Ann Laura, 2009, *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*, Princeton and Oxford, Princeton University Press.
- STOLER, Ann Laura, STRASSLER, Karen, 2000, «Castings for the Colonial: Memory Work in 'New Order' Java», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 42, n.º 1, pp. 4-48.
- TROUILLOT, Michel-Rolph, 2015 [1995], *Silencing the Past: power and the production of history*, Boston, Beacon Press.
- WALSHAM, Alexandra, 2016, «The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe», in *Past & Present*, vol. 230, Supplement 11, pp. 9-48
- WAREHAM, Evelyn, 2002, «From Explorers to Evangelists: Archivists, Recordkeeping, and Remembering in the Pacific Islands», in *Archival Science*, vol. 2, pp. 187-207.
- WEHNER, Monica, 2010, «Typologies of Memory and Forgetting among the Expatriates of Rabaul», in *The Journal of Pacific History*, vol. 37, n.º 1, pp. 57-73.

YALE, Elizabeth, 2015, «The History of Archives: The State of the Discipline», in *Book History*, vol. 18, pp. 332-359.

ZELIZER, Barbie, 1995, «Reading the Past Against the Grain: The Shape of Memory Studies», in *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 12, n.º 2, pp. 214-239.

ZERUBAVEL, Eviatar, 1996, «Social Memories: Steps to a Sociology of the Past», in *Qualitative Sociology*, vol. 19, n.º 3, pp. 283-299.

Contributo para o Estudo das Iluminuras dos Frontispícios dos Livros de Receita e Despesa da Misericórdia do Funchal (Séculos XVII e XVIII)¹

Contribution to the Study of the Illuminations of Frontispieces of the Books of Revenue and Expenditure of *Misericórdia do Funchal* (17th and 18th Centuries)

Rita Rodrigues²

¹ Siglas e abreviaturas: ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira; AHDF – Arquivo Histórico da Diocese do Funchal (antigo ADF – Arquivo Diocesano do Funchal); AHMF – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças; AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas; AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; APT – Arquivo Paroquial da Tabua; BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa (actual Biblioteca Nacional de Portugal); BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (antiga Biblioteca Nacional de Lisboa); CF – Conselho da Fazenda; CMF – Câmara Municipal do Funchal; CMSC – Câmara Municipal de Santa Cruz; DGARQ/ANTT – Direcção Geral de Arquivos / Arquivo Nacional Torre do Tombo; DRAC – Direcção Regional dos Assuntos Culturais (actual DRC – Direcção Regional da Cultura); IHA/FLL – Instituto de História da Arte / Faculdade de Letras de Lisboa; IOTSF – Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco; JO – Juízo dos Órfãos; MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga; PJRFF – Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal; rs – réis; SCM – Sociedade de Concertos da Madeira; SRTC – Secretaria Regional do Turismo e Cultura; UMa – Universidade da Madeira; UN/FL – Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras; UNL/FCSH – Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

² Doutorada em Estudos Interculturais pela Universidade da Madeira com a tese *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: A eficácia da imagem* (2012); mestre em História / variante História da Arte, pela Universidade da Madeira, com a tese *Martim Conrado, “insigne pintor estrangeiro” – Um pintor do século XVII na Ilha da Madeira* (2000); licenciada em Artes Plásticas / Pintura pelo Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira (1986). Desenvolve investigação na área da pintura, imaginária e talha dos séculos XVI-XVIII, e respectiva encomenda artística, especialmente concernente ao Arquipélago da Madeira. É autora de artigos em dicionários, revistas, catálogos e guias patrimoniais. É investigadora integrada do centro de investigação ARTIS do Instituto de História da Arte / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro do CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. É docente do ensino secundário do grupo 600 (Artes Visuais) da Escola Secundária Francisco Franco (Funchal) e encontra-se em regime de requisição na Direcção Regional da Cultura / Direcção de Serviços de Museus e Património Cultural desde 2015. Contacto electrónico: rodrrita@gmail.com.

Resumo

Não se conhecem “debuxos”, “apontamentos”, “plantas”, “traças” e “riscos” dos pintores e imaginários madeirenses dos séculos XVI, XVII e XVIII, por isso, o estudo das iluminuras, que abrem as portadas ou frontispícios dos livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal, possibilita o conhecimento, através destes raríssimos documentos gráficos, do modo de desenhar dos artistas regionais.

Estas iluminuras evidenciam fragilidades gráfico-pictóricas, com desenhos ingénuos, testemunhando a falta de experiência oficial e a distância significativa das aprendizagens académicas dos seus autores, sendo, por vezes, meras cópias de gravuras europeias, especialmente ítalo-flamengas, que circulavam nas oficinas ou propriedade dos comitentes. Não estão assinadas, mas pelas afinidades estilísticas e características estético-formais é possível agrupá-las, revelando alguma relação entre os encomendantes, como o provedor ou o escrivão, e o iluminador.

Palavras-chave: Iluminura; Desenho; Gravura; Estampa; Pintura; Misericórdia.

Abstract

There are no drawings, sketches or architectural plans made by madeiran painters and sculptors, from the 16th, 17th and 18th centuries, according to what we know so far. In consequence, the illuminated front pages of the account books belonging to the *Misericórdia do Funchal* are rare graphic documents, and their analysis can provide some knowledge about local artists' drawings.

The naïve solutions of these miniatures demonstrate graphic and pictorial weaknesses and testify the lack of experience of their authors and how far they were from a solid academic apprenticeship. Sometimes they are mere copies of European engravings, specially italo-flemish, common in artists' studios, or owned by the art patrons. There are no signatures, but stylistic affinities, as well as aesthetic and formal characteristics, allow to set groups, revealing relationships between the person who ordered the miniature (the provider or the scribe) and the illuminator.

Keywords: Illumination; Drawing; Engraving; Print Painting; Brotherhood of *Misericórdia do Funchal*.

A fundação das misericórdias em Portugal, directamente relacionada com a reforma da assistência cristã, deve-se ao papel dinamizador da rainha D. Leonor (1458-1525), mulher de D. João II (1455-1495), a partir da fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498, e do incentivo que deu à Misericórdia do Porto, em 1524, e ao rei D. Manuel (1495-1521), seu irmão, que estimulou a instituição das confrarias³.

Por carta régia, D. Manuel, no ano de 1508, determinou a criação da confraria da Misericórdia do Funchal, que viria a ter os mesmos privilégios que a sua congénere

³ Sobre a fundação das misericórdias em Portugal vide SÁ, 2017, «Memória, mitos e historiografia das misericórdias portuguesas», pp. 451-500.

lisboeta, sendo seu interlocutor Pêro Álvares, na vereação camarária de 9 de Novembro. No entanto, só em 1511 é que o monarca incumbiu João Fernandes de começar a Misericórdia, pedindo a envolvência dos juizes, vereadores, procuradores, oficiais e homens bons. A 28 de Maio de 1512, D. Manuel fez mercê de 12 arrobas de açúcar à Misericórdia do Funchal, retiradas do rendimento dos quintos, e em 1514 fez outra mercê, agora à confraria da Misericórdia, referente à Capela de Santa Maria do Calhau e rendas anexas ao seu hospital.

A entrada de irmão na Misericórdia do Funchal era condicionada por ter número limitado, sendo em 1605 duzentos, «çem nobres e çem mecanicos», e em 1614 eram 224⁴. Eram diferenciados os irmãos de primeira condição (fidalgos, prelados, governadores, homens letrados) dos de segunda condição (oficiais mecânicos)⁵. A entrada como irmão exigia requisitos morais e limpeza de sangue, sendo uma honra exercer funções na Misericórdia (provedor; escrivão; tesoureiro; conselheiro; visitador; mordomo; informador; parceiro). Cabia a estes homens promoverem as 14 obras de misericórdia, sete corporais e sete espirituais. Das corporais constavam: dar de comer a quem tem fome; vestir os nus; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos e aos pobres; visitar/curar os enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos. Das espirituais consignam-se: dar bons conselhos; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os tristes; perdoar as injúrias; sofrer com paciência as fraquezas do próximo; rezar a Deus pelos vivos e defuntos.

Muita documentação da Misericórdia do Funchal foi extraviada ou danificada, quer pela incúria dos homens, quer por intempéries. Em 1601, os livros da Igreja de Nossa Senhora do Calhau, à qual estava anexa a Misericórdia, «pereceram com o diluvio, ou inundaçam»⁶. Mais tarde, em 1663, o seu arquivo estava mal acautelado, junto a uma chaminé, num espaço regularmente invadido pela ribeira, deixando-o em estado deplorável, com papéis fragilizados pela humidade, como ficou documentado: «onde estam os títulos dos bens que esta Santa Caza pessuhe esta chamine e não haver outro sitio pera onde se mude fica tudo muy arriscado e perderemce os titollos com que ficaram muy dimenutos em suas rendas»⁷. As mudanças de espaço e os sucessivos transportes e armazenamento do arquivo da Misericórdia, como também do Hospital Santa Isabel, que desde o século XVI esteve junto a Nossa Senhora do Calhau, com

⁴ COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», p. 112.

⁵ SILVA, MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 366-377; JARDIM, 1997, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII*.

⁶ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 158.

⁷ ADF, *Arquivo da Misericórdia do Funchal*, n.º 426, doc. 41, citado por COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», p. 113.

obras significativas em 1668, e que entre 1687 e 1688 já se encontra no terreiro da Sé, muitas vezes em precárias condições, contribuíram para a irremediável perda de muito material documental.

De entre os documentos sobreviventes da Misericórdia do Funchal, hoje no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), destaca-se o núcleo referente aos livros de receita e despesa, especialmente os que apresentam iluminuras nas portadas de abertura ao «ano económico». O estudo destas iluminuras, que embora anatem grandes fragilidades gráfico-pictóricas, apresentando desenhos *naïfs*, praticamente, sem tratamento de volume, de claro-escuro e de perspectiva, remetendo a sua execução para artistas regionais sem formação académica ou oficial, é de relevado interesse, pois são os únicos documentos gráficos que se conhecem de produção local, possivelmente traçados por pintores ou imaginários madeirenses, quiçá até ourives, inspirados em estampas europeias que circulavam entre comitentes, como o clero, famílias nobres e abastadas, mercadores, artistas e suas oficinas, como forma de actualização do gosto artístico, executando obras *ao moderno*⁸.

Não se conhece na Madeira, até ao presente, qualquer actividade específica de iluminadores, executantes de debuxo e pintura de iluminação⁹. Por isso, neste caso

⁸ Conhecem-se na Madeira outros desenhos e iluminuras que ornam frontispícios, portadas e folhas de rosto de livros de confrarias, receitas e despesas, e até de baptismos, entre outros, um da Igreja de São Pedro (ABM, São Pedro, *L.º de Baptismos*, aberto a 25 de Outubro de 1788), com um pequeno desenho, mas de interesse documental, pela sua qualidade gráfica, com uma delicada coroa tripla, encimada por uma cruz, e duas chaves cruzadas dentro de uns enrolamentos vegetais. Outros são provenientes do Convento de São Francisco do Funchal (ABM, IOTSF, *Convento de São Francisco*, L.º 9, 1751 e ABM, GC, *Convento de São Francisco – L.º de entrada da Confraria de Nossa Senhora da Soledade*, 12 de Abril de 1779, L.º 235), com cartelas tardo-barrocas e anotando já estética *rocaille*, apresentando o primeiro um elaborado desenho, com cornucópias, flores e frutos. O livro de receita e despesa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação, de 1708-1711, apresenta também um desenho delicado, com representação de duas cornucópias das quais brotam ramagens e flores, sendo abadessa madre Mariana de São Bernardo e escritvã a madre Mariana de Santa Teresa. Outro livro que merece destaque, por apresentar uma portada bem desenhada, é do Convento de Santa Clara e sobre o qual falaremos mais adiante (DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, l.º 40 – «Das contas do que entrou este des // pendeo neste Mosteyro de N. M. // S. Clara sendo Abbadessa A madre R. M. // D. Coletta Roza de S. Angosttinho // Cujo triênio principiõ, em 23 // de Janeiro de 1740. Escrivam A. M. D. Margaryda Jacinta de // S.ª Roza». Vide RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca* [...], tomo I, pp. 576-577, Tomo II, pp. 98-100. O ABM possui exemplares quinhentistas como o *Tombo I do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal* (Inv. ABM CMFUN 1395), encadernado em pele, que se destaca pela qualidade das iluminuras, obra composta pelo beneditino Frei Diogo de Medina, em 1517-1518, talvez também autor das iluminuras, que cumpriu as determinações do corregedor Diogo Teixeira, em virtude dos papéis desta câmara serem antigos e estarem rotos e mal tratados. Vide MELO, 1972, «Tombo I.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. 1.ª Parte», pp. XVII-XXII e pp. 3-162; MELO, 1974, «Tombo I.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. 1.ª Parte. Índices», pp. 490-593; SANTOS, 2017, «Carta del Rei Nosso Senhor em que faz cidade a este Funchal, 21 de agosto de 1508», pp. 92-95.

⁹ Apesar de executado na Madeira, considera-se fora deste âmbito o *Tombo I do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal*, cujas iluminuras estão atribuídas ao beneditino Diogo de Medina, com biografia

particular das iluminuras da Misericórdia do Funchal, desde o desenho, pintura e até em alguns casos raros, a caligrafia, devem ser atribuídos a pintores e imaginários locais, que também foram chamados a ornar livros. No fundo, estes livros de receitas e despesas são manuscritos iluminados, sendo que as iluminuras funcionam apenas como meras decorações com exígua relação directa à própria Misericórdia (conceito e casa), salvo os casos que vamos identificar. Aqui os artistas limitaram-se a copiar gravados, possivelmente facultados pelos provedores ou outros irmãos de primeira condição.

Os artistas regionais recorreram à imagem gravada, em particular ítalo-flamenga, enquanto fonte e modelo iconográfico e formal, como era então comum, bem testemunhada nas obras de artistas nacionais, europeus e até coloniais¹⁰. Partindo de imagem impressa, solta ou em livro, como bíblias e missais, seguiam, copiando e sem grande variação criativa, o modelo gravado, para a produção das suas obras, como se pode observar em imaginária, talha e pintura de cavalete e de tectos, maioritariamente dos séculos XVI a XVIII, ainda observáveis nos templos e espaços religiosos madeirenses. É o caso das obras do imaginário Manuel Pereira, activo entre 1624 e 1679, especialmente nos painéis e baixos-relevos que compunham o antigo camarim da Sé, hoje no Museu de Arte Sacra do Funchal – “Visão e vocação de Isaías” (MASF11), “Agnus-Dei” (MASF10), “Arca da Aliança” (MASF9), “Abraão e Melquisedec” (MASF8), “O sonho de Elias ou Elias alimentado por um anjo” (MASF254), “A Caridade” (MASF7) e quatro cenas identificadas com apenas um número de inventário (MASF133), “Fénix em chamas”, “São João com Cristo na Última Ceia”, “Abraão e os três anjos” e “Pelicano alimentando os filhos” –, e ainda os seus retábulos na Sé, Igreja do Colégio e Convento de Santa Clara. Os modelos deste imaginário foram continuados pelos seus parceiros, mestres entalhadores, como é o caso do seu sobrinho, Manuel Pereira de Almeida, activo entre 1677-1720/1730, prolongando, assim, na Madeira, um gosto tardo-maneirista e proto-barroco além da sua fronteira temporal¹¹.

desconhecida. Vide SANTOS, 2017, «Carta del Rei Nosso Senhor em que faz cidade a este Funchal, 21 de agosto de 1508», pp. 92-95; SANTOS, 1991, «Algumas notas sobre o elemento flamengo nas iluminuras do Registo Geral do Funchal», pp. 40-42.

¹⁰ SANTIAGO, 2011, «Os usos de gravuras europeias como modelos pelos pintores coloniais: três pinturas mineiras baseadas em uma gravura portuguesa que representa a Anunciação», pp. 185-199; LEVY, 1944, «Modelos europeus na pintura colonial», pp. 148-155; PRIETO, 1998, *La pintura andaluza del siglo XVII y sus fuentes grabadas*; SOBRAL, 1992, «As gravuras de Antuérpia e a pintura portuguesa no começo do século XVII: o Missal Pontifical de Gonçalves Neto», pp. 54-66; SERRÃO, 1992, «A circulação de gravuras ítalo-flamengas», pp. 209-236; SERRÃO, 2000, «A circulação de gravuras ítalo-flamengas», pp. 182-197.

¹¹ RODRIGUES, 2010, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias», pp. 229-337.

Continuando com exemplos de oficinas regionais que copiaram estampas podemos citar uma “Sagrada Família”, firmada em 1669, por um monogramista, talvez o pintor Manuel de Andrade (activo 1665-1672), na Capela do Descanso (Funchal)¹², e “Nossa Senhora da Assumpção”, na Igreja da Tabua, do século XVII, que segue uma gravura do mesmo tema de Paulus Pontius (1603-1658) sobre composição de Rubens (1577-1640)¹³. Outro exemplo é o desaparecido retábulo da Igreja de Nossa Senhora da Luz (Gaula), perdido num incêndio, em 1964, que seguiu fielmente uma gravura, “Mater Inviolata”, dos Klauber, nome de referência na história da gravura alemã do século XVIII. Desde 1737 que Franz Christopher Klauber, conjuntamente com Gottfried Bernhard Götz (Áustria, 1708-Augsburgo, 1774), divulgava estampa de arte religiosa (católica) como editor/impresor em Augsburg, importante centro da gravura europeia¹⁴. Desta família de gravadores foram identificadas diversas gravuras, de carácter devocional, em 1950, por Eduardo Pereira, na Capela da Saúde (Funchal)¹⁵, representando vários santos, Cristo e a Virgem, incluindo uma “Nossa Senhora da Luz”, correspondendo, com certeza, a uma “Mater Inviolata”.

Na Madeira estão documentadas estampas, mormente de carácter devocional, especialmente em inventários e partilhas de bens, mas que serviriam também como informação imagética para a execução de imaginária, pintura e iluminura pelos artistas locais. Entenda-se que a designação de estampa, gravura, lâmina e retábulo de papel poderá remeter para um mesmo objecto: imagem impressa. A referência a retábulo de papel é muito escassa, mas em 1665, nos bens do capitão Luís de Atouguia da Costa «derão a Inventario treze retabulos de papel piquenos arrematados a Affonso Pereira por mil e trezentos que paga»¹⁶. Sem alusão específica a retábulo, encontramos outras obras

¹² RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira* [...].

¹³ Esta tela tem sido atribuída a uma oficina nacional, mas requiere novos estudos.

¹⁴ RODRIGUES, 2009, «Mater Inviolata: O retábulo perdido da Igreja Matriz de Gaula», pp. 23-47.

¹⁵ PEREIRA, 1971, «Arte Religiosa na Madeira», pp. 5-15.

¹⁶ ABM, *Misericórdia do Funchal, L.º dos Bens que ficaram de Luís Atouguia da Costa*, l.º 39, fls. 10 e 12. O capitão Luís de Atouguia da Costa era um homem do poder local funchalense, tendo sido vereador na Câmara do Funchal (1673, 1679, 1683, 1691, aqui referido como “vereador mais velho”, e 1696) e esteve ligado à Companhia das Ordenanças do Funchal (1661). Foi mordomo e escrivão da Misericórdia do Funchal (1656-1657; 1660-1661), a cuja instituição doou em 1685, juntamente com a sua mulher, D. Joana de Andrade, parte do terreno para a nova construção. Na sua passagem por esta instituição, em 1685, juntamente com Aires de Ornelas Vasconcelos e Luís Soares Pais, pagou as obras da igreja para onde será executado o retábulo barroco de talha dourada e policromada (1689), obra próxima da oficina de Manuel Pereira de Almeida, com carpintaria documentada de Salvador Lopes e Inácio de Miranda. É também durante a sua função de mordomo no Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira que é encomendado e pago um retábulo ao imaginário Manuel Pereira de Almeida, entre 1692 e 1693. Já em 1665 tinha comprado três painéis ao Convento de São Francisco. Foi mordomo zeloso da confraria de Nossa Senhora do Rosário, entre 1656 e 1698, tendo sido cognominado de “devoto” e elogiado pelo bispo D. Frei José de Santa Maria, na visitação de 29 de Março de 1696. Em 1700 surge

em papel. Na Igreja de São Vicente, em 1669, o visitador denunciou que na «sanchristia [estava] huma Imagem de Christo Crucificado indisente para delle se usar em lugares públicos per ser de papellam e mal obrada», ordenando que fosse recolhida e feita outra do Descimento da Cruz «mais decente»¹⁷. Ao tempo do bispado de D. José da Costa Torres (1784-1796) há referência a obras decorridas, sob as suas ordens, na Sé do Funchal, aquando das «mudansas que fez dos altares do cruzeiro onde estavam, para o corpo da Igreja, abrindo arcos nas paredes, e forrando de papel pintado [...]»¹⁸. Também na Sé, em 1778, foram dispensados \$500 rs, «dinheiro para huma pessa de papel pintado do que o Sr. Prezidente Chantre recebeo o resto»¹⁹, e, em 1799, \$800 rs custaram «as 5 pessos de papel pintado para o ornato dos Altares do corpo da Igreja comprado a Antonio Manuel de Castro»²⁰.

Centremos, agora, as referências documentais na designada estampa, «Figura impressa em papel por meyo da Imprensa», sendo o acto de estampar «Impremir alguma figura; ou escritura. [...] Abrir ao buril.»²¹. A estampa ou gravura é

«executada sobre madeira, cobre (com buril ou água-forte) ou pedra litográfica e tirada sobre papel. [...] ou qualquer outro material não rígido, para o qual se transferiu uma imagem, figura ou cor, por meio da tinta, ao pôr em contacto mediante a pressão exercida pela prensa vertical, o referido papel com uma lâmina metálica ou madeira previamente gravadas, ou com uma pedra sobre a qual se desenhou e tratou convenientemente»²².

Por sua vez, a lâmina poderá também identificar uma pintura «executada em lâmina de metal» ou poderá remeter para a própria matriz (metal), gravada, a partir da qual se realizam as impressões (estampadas), mas igualmente poderá ser a estampa, ou seja, a imagem impressa, «que resulta de uma gravura em lâmina metálica»²³.

referido na confraria da Candelária, na Igreja de São Pedro (Funchal). ABM, *Misericórdia do Funchal*, cx. 2, doc. 62 (Obras-1685); ABM, Ordem 3.^a de São Francisco, *L.º de Entrada de Irmãos: 1600-1741*, l.º 4; ABM, *Recolhimento do Bom Jesus do Funchal, Fundação e Ereção*, l.º 10; DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário, 1694-1764*, l.º 24 e l.º 25; COSTA, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», p. 118; RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira [...]*, vol. I; VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, pp. 238, 240, 242, 243 e 341.

¹⁷ AHDF, *Livro das Visitações de São Vicente, 1589 a 1699*, cx. 4, doc. 48, fl. 94.

¹⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 9, doc. 42 – *Cartas do cônego Gregório Rodrigues de Abreu – Lisboa, 1797 a 1798*.

¹⁹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal – 1769*, l.º 8, fl. 100.

²⁰ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Livro de receita e despesa da Fábrica da Sé do Funchal – 1769*, l.º 8, fl. 200v.º.

²¹ SILVA, 1789, «Estampa» e «Estampar», in *Diccionario da Lingua Portuguesa*, vol. 1, p. 771.

²² SILVA, CALADO, 2005, *Dicionário de termos de arte e arquitectura*, p. 152.

²³ SILVA, CALADO, 2005, *Dicionário de termos de arte e arquitectura*, p. 215.

Nos documentos madeirenses a estampa, imagem impressa, é raras vezes referenciada. Em 1615, num inventário de bens na Misericórdia do Funchal, ficou registada «hua estampa de são lourenso [...] avaleiada [sic] em meio tostão»²⁴. Em 1731, na Igreja do Socorro (Funchal), foi dada a inventário uma estampa do Evangelho de São João²⁵. No Convento das Mercês (Funchal), em 1895, existia

«Um quadro de São João, estampado com moldura de pinho e com vidro quebrado tendo 0,30 m por 0,25 cm (\$200 rs) [...] quinze pequenas estampas, com molduras diferentes, ornamentando o nicho da Senhora da Natividade [...] [e] seis pequenas estampas diferentes, com molduras, ornamentando o interior do nicho»²⁶.

Em 1831, na Igreja da Santíssima Trindade (Tabua), havia «um macinho» de imagens de Nossa Senhora Mãe de Deus²⁷, com certeza estampas devocionais.

Deve-se referir o interessante oratório do Senhor Bom Jesus, no claustro do Convento de Santa Clara, ornado com várias estampas, de carácter devocional, representando na maioria a Imaculada Conceição, Cristo e diversos santos franciscanos. São de pequenas dimensões e foram coloridas, em processo manual (?), depois de impressas. Este oratório data da primeira metade do século XVIII, como se pode ler numa inscrição coeva: «ESTE SANTUÁRIO MAN//DOU FAZER A Madre Dona VITORINA // CAYETANA DE JESUS. Ano 1733». Algumas estampas estão marcadas «I N Merlen» e «Th. Van Merlen», identificando uma família de pintores e gravadores activos em Antuérpia e Paris, cuja obra gravada circulava pela Europa. «Th. Van Merlen» [II] deverá ser o gravador nascido em 1609 e falecido em 1672, filho de Abraham Van Merlen (1579-1660), discípulo de Adriaen Colaert (1560-1618) e membro da guilda de São Lucas em Antuérpia. Vejam-se gravuras dos Merlen, muito idênticas às do convento madeirense, existentes no Museu de Aveiro (Inv. 88/Hg, 89/Hg, 91/Hg e 176/Hg). De uma data muito próxima à construção deste oratório do Bom Jesus, é um inventário de bens e partilhas, datado de 1769, mas com referência a documentos desde 1730, pertencente à madre D. Francisca de São Diogo, legítima herdeira de D. Bartolomeu de Sá Machado Bettencourt, seu irmão, no qual ficaram indicados «sincoenta e hum paineizinhos de pinturas francezas», no valor de 4\$080 rs²⁸, e que poderão identificar gravuras idênticas às do referido oratório.

²⁴ ABM, *Misericórdia do Funchal*, cx. 1, doc. 39 (Inventário – s.d., caligrafia de princípios de XVII).

²⁵ ABM, *CMF*, l.º 460, fl. 1v.º («Inventário dos bens da capela mor de santiago e do senhor morto da igreja da senhora do socorro» – 1731).

²⁶ DGARQ/ANTT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, cx. 2076, IV/B/49(12) e IV/B/49(10), fl. 25v.º.

²⁷ APT, *Livro do Tombo*, fl. 41.

²⁸ DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç.º 13, cx. 49, doc. 2 (Pertence à madre D. Francisca de São Diogo, e hoje a este mosteiro, legítima de seu irmão, D. Bartolomeu de Sá Machado Bettencourt).

Por sua vez, também surge referida nos documentos madeirenses a litografia, gravura cuja matriz é pedra calcária de grés muito fino, que possibilita grande tiragem de impressões, inventada, entre 1796 e 1798, pelo austro-alemão Johann Alois Senefelder (1771-1834)²⁹. Possivelmente será uma litografia a gravura que representa “Cristo e o Pai Eterno”, de finais do século XVIII, existente no já citado oratório do Bom Jesus, no claustro do Convento de Santa Clara. Em 1896, no Convento das Mercês, existiam várias litografias dispersas pelas diferentes dependências como atestam os inventários: «Um quadro de Nossa Senhora lithographado com moldura de madeira pintada de preto com vidro, com 0,35 m por 0,25 m» (\$200 rs); «Um quadro representando a Assumpção de Nossa Senhora lithographado, moldura de madeira com 0,58 por 0,28» (\$500 rs); «Um quadro representando a Cêa do Senhor, lithographado, com moldura de pinho, e vidro tendo 0,25 d’alto por 0,20 m de largo» (1\$000 rs); «Um quadro representando a descida do Espirito Santo, lithographado, com moldura de pinho usando com 0,25 d’alto por 0,20 m de largo» (\$300 rs); «Um quadro representando a Assenção [sic] do Senhor, lithographado, com moldura de pinho usado 0,25 m d’alto por 0,20 m de largo» (\$300 rs); «Um quadro de Nossa Senhora, lithographado, com moldura de madeira pintado de preto, com vidro, com 0,35 m por 0,25 m» (\$200 rs)³⁰. Em muitos templos madeirenses, quer pertença da Diocese do Funchal, quer de privados, encontramos, ainda, muitas estampas litográficas do século XIX. Também comum são as impressões de cromolitografia, litografia impressa a cores, de produção oitocentista e de estética clássica, normalmente copiando pinturas de grandes mestres europeus. Testemunhos disto parecem ser algumas gravuras ainda no Convento de Santa Clara, hoje nos coros: “Nossa Senhora” e “Ecce-Homo”, em tondo redondo, e “São José com o Menino”, muito danificada³¹.

Segue-se, com mais frequência, a indicação de lâminas na documentação arquivística madeirense. Normalmente remete para imagens impressas em papel³², cuja matriz poderá ser madeira ou metal, mas também poderão identificar pinturas executadas em cobre ou pequenas placas com relevos em jaspe, alabastro e mármore, por vezes policromadas. Em 1684, no testamento do padre Mateus Gomes Correia, ficaram inventariadas «honze laminas de varias pinturas de chapa de cobre [...]» e mais

²⁹ SILVA, CALADO, 2005, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, p. 221.

³⁰ DGARQ/ANTT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, cx. 2076, IV/B/49(12) a IV/B/49(24).

³¹ RODRIGUES, SANTA CLARA, 2015, «O espólio de pintura do Convento de Santa Clara do Funchal», pp. 285-314; RODRIGUES, SANTA CLARA, 2016, «Contributos para o Estudo das Pinturas do Convento de Santa Clara do Funchal», pp. 19-64 e anexo documental.

³² Em 1745, encontramos «huma lamina em pano», não sendo clara esta designação. DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, mç.º 6, cx. 38, doc. 28 – *Partilhas da madre D. Antónia Luísa do Céu* [...], fl. 28.

lâminas, crê-se devocionais, sem explicitação técnica: «dez laminas de varias pinturas com guarnição pelo meio [...] seis laminas de guarniçoens doiradas [...] quinze laminas pequenas de varios santos». Este padre, que possuía 21 painéis, sendo 14 grandes e sete pequenos, afirma ter encomendado a António Gomes Correia, através de Diogo de França de Ornelas, «huns quadros» da Holanda³³, donde poderão ter vindo as lâminas, confirmando-se a existência na Ilha da Madeira, no século XVII, de obras oriundas dos Países Baixos, incluindo pinturas sobre cobre e gravuras³⁴. Na Capela das Angústias, na Quinta Vigia (Funchal), no altar-mor e nos intercolúnios do lado do Evangelho e da Epístola, simetricamente distribuídas, encontram-se doze pinturas sobre cobre, de pequenas dimensões. Seis são de produção nacional (“Circuncisão”, “Jesus entre os doutores”, “São Pedro”, “São António e o Menino”, “Imaculada”, “São Jerónimo”), quatro de oficina regional (“Santa Dominicana”, “Rei São Luís”, “São Francisco Xavier” e “Adoração dos pastores”) e duas, pelas suas qualidades plásticas, poderão ser de oficina estrangeira ou mesmo nacional (“São João Baptista” e “Calvário” ou “Lamentação junto à cruz”)³⁵. Igualmente na capela-mor da Igreja do Convento de Santa Clara, nas grades do lado da Epístola e fixada a rebites, encontra-se uma lâmina, pintura a óleo sobre cobre, de finais do século XVII, representando “Cristo” à maneira gótica de *Salvator Mundi*, de gosto flamengo. Merecem referências as lâminas de cobre de portas de sacrários, como a “Crucificação”, hoje na Igreja Paroquial do Santo da Serra, de finais do século XVII ou do primeiro quartel do século XVIII, de oficina portuguesa, e as de produção madeirense, do século XVII, como o “Cristo” da Igreja da Ponta Delgada (São

³³ ABM, JO, *Contas do testamento do padre Mateus Gomes Correia*, cx. 12, fls. 2-2v.º, 4 v.º-5 v.º, 15-16 v.º.

³⁴ Veja-se o testemunho dado, em 1950, por Eduardo Pereira sobre o espólio da Capela de Nossa Senhora da Saúde onde havia «um tesouro de arte religiosa representado por mais dum milhar de Registos ou Estampas, a maior parte desenhadas e esculpidas por processos vários, entre os quais o de xilogravura a buril, primitiva incisão artística, a goiva, escarpelo, lanceta, lâmina sobre metal, cobre, aço, madeira de buxo, nogueira ou pereira, matéria-prima das mais rijas da flora silvestre. Foram autores destes trabalhos artistas consagrados na Alemanha, França, Holanda, Catalunha e Portugal». Representavam devoções religiosas populares, como oragos e padroeiros, mas cujas estampas estavam em lastimoso estado devido às humidades, traças e prejuízos dos tempos e dos homens. As estampas estavam emolduradas em pequenos quadrinhos, algumas coloridas com aguarelas e decoradas com papéis de fantasia e dourados. PEREIRA, 1971, «Arte Religiosa na Madeira», pp. 5-15. Testemunhando a existência de gravuras nas colecções madeirenses, lembre-se que em 1950 nas “Galerias da Madeira”, então à Rua Bettencourt, esquina com a Rua 5 de Outubro, propriedade do antiquário judeu Jan Wetzler, encontravam-se «nas paredes gravuras autênticas dos notáveis artistas Dürer e Rembrandt». VELOZA, 1950, «Galerias da Madeira», p. 15. Sobre João Wetzler vide WILHELM, 1988, «Estrangeiros na Madeira, João Wetzler, industrial de bordados, antiquário e doador de uma colecção de pratas», pp. 69-76; WILHELM, 1996, «João Wetzler vendendo bordados e antiguidades, um refugiado judeu fez fortuna na Ilha da Madeira», pp. 83-92.

³⁵ SIMÕES, 1982, *Capela de Nossa Senhora das Angústias – Inventários Regionais na Madeira*; RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira [...]*; KOL, 2014, *Capela de Nossa Senhora das Angústias*.

Vicente), possivelmente proveniente do altar-mor, mas hoje numa capela lateral³⁶, e o “Ecce-Homo” do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira (Funchal)³⁷. Desta tipologia, ou seja, pinturas sobre cobre, seriam, possivelmente, as referidas em diversa documentação regional: «Hua Lamina de N. Snr.^a pintada em cobre com sua folhage dourada» registada nos bens do vigário de Câmara de Lobos, Manuel Álvares da Costa Barreto, em 1750³⁸; a «Imagem de Nossa Senhora pintada em cobre em huma lamina com moldura de pao de Ebano e cantos de prata que está sobre o plano do altar»³⁹, pertencente à Capela de São Francisco Xavier na Igreja de São João Evangelista (Colégio, Funchal), conforme inventário de 1770 e 1781; as inventariadas no Convento de São Francisco (Funchal), em 1834, «Onze laminas pequenas velhas, sendo huma d’ellas pintada a óleo»⁴⁰; as do Convento das Mercês, em 1895, «Um pequeno quadro representando São Pedro pintado em cobre sem moldura, com 0,15 m por 0,12 m», avaliado em 1\$000 réis⁴¹.

Do mesmo modo, outras lâminas, em metal ou pedra, devem ser mencionadas. Novamente remete-se para o núcleo de vários relevos em alabastro branco, com restos de policromia dourada, integrados em molduras octogonais, firmados com as iniciais I.D.F., possivelmente de produção italiana, de finais de quinhentos ou já de inícios de seiscentos, hoje no altar-mor da Capela das Angústias (Quinta Vigia, Funchal). Desta tipologia também ficaram mencionadas em documentação coeva, como é o caso de um rol de lâminas de Diogo Fernandes Branco⁴², em 1689: «Hua lamina dos Reys de

³⁶ Este sacrário barroco, de talha dourada e policromada, atribuído à oficina de Manuel Pereira, activo entre 1624 e 1679, ou ao seu sobrinho Manuel Pereira de Almeida, documentado desde 1677 a 1720/1730, é de imponente cenografia arquitectural, com colunas coríntias de fustes decorados com panos, anjos e flores, tendo de cada lado, em relevo e policromadas, as figuras de “Santa Teresa” e “Santa Clara”, com os seus atributos. Acontece que a presença destas santas obriga a repensar a origem do sacrário. Seria de um convento madeirense? Ou teria sido oferta de um devoto ou confraria? São necessárias novas informações documentais. Sabe-se que em 1733, 1737 e 1758 foi denunciado que os devotos e romeiros se ajoelhavam e oravam, enganadamente, em frente ao sacrário da Igreja de Ponta Delgada, sem ali estar o Santíssimo Sacramento, causando então grande escândalo, ressaltando-se que o sacrário era «tam bom». Foi durante o bispado de D. José da Costa Torres (1784-1796) que foi ordenada a feitura de um novo sacrário, tendo sido, possivelmente, movimentado o primeiro para outra capela ou altar da igreja. ABM, AHDF, *Livro do Provimto da Ponta Delgada, Visitação, contas e inventário de 1696-1794*, fls. 28, 75 e 128.

³⁷ RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira [...]*. Não listamos aqui algumas lâminas de cobres existentes na Casa-Museu Frederico de Freitas e Museu Quinta das Cruzes, porque a sua origem é de colecções privadas e é necessário verificar quais as que são especificamente provenientes de famílias e templos madeirenses.

³⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 4, doc. 22, *Autos das contas do vigario de Câmara de Lobos, Manuel Álvares da Costa Barreto, 1750-1764*, fls. 38-39.

³⁹ DGARQ/ANTT, AHMF, Colégio de São João Evangelista, cx. 2267, *Inventário n.º 488, IV/D/54(2)*.

⁴⁰ DGARQ/ANTT, AHMF, Convento de São Francisco do Funchal, cx. 2267 – *Cópia do inventário do extinto Convento de São Francisco desta cidade* (n.º 2), fl. 10v.º.

⁴¹ DGARQ/ANTT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, cx. 2076, IV/B/49(12).

⁴² Deve ser o mercador e capitão Diogo Fernandes Branco, descendente de mercadores, filho de outro

Jaspe com molduras negras perfiladas de prata, e com argola e cantos, e varão para cortinas tudo de prata [...] lamina de mármore da Magdalena [...] lamina de Nossa Sr.^a do Populo de bronze com S.^{to} Ignacio, e S. Francisco Xavier» e outras sem referência ao suporte, como a «lamina de S. Francisco [...] Duas duzias de laminaz sextavada na guarnição que serviam de guarnecer o oratório, e me parecem duas dúzias, penso mais ou menos. Outras miudezas de rezistos com molduras e Reliquiaz [...]»⁴³. Na Igreja de São João Evangelista (Colégio, Funchal), nos inventários de 1770 e 1781, ficaram anotadas «tres laminas pequenas de pedra jaspe entre os oito nixos inferiores todas em vidraças», pertencentes à Capela das Onze Mil Virgens, e mais «huma lamina de Alabastro nas portas⁴⁴ do nixo da Senhora entermetida no Retabulo dourado [...] huma lamina de pedra jaspe entermetida no remate do retabulo dourado», da Capela Interior⁴⁵.

Lâminas, sem outras explicitações, ficaram registadas nos mais diversos documentos. As lâminas entravam na Madeira juntamente com outros produtos, como atesta um documento de 23 de Março de 1649, listagem de mercancia de João Tomé da Vila, vinda num navio, que afirma: «enviei como havia reverendo francisco gonçalvelz Barros sem carta hum tapete de que havia mandado pedir [...] huã Lamina de nossa Sr.^a, renda negra de manto [...] corais meudos [...] os corais he couza aqui de pouco gosto», afirmando que a 30 de Julho apenas tinha sido entregues dois maços de corais, «lâmina» e vestidinhos de algodão⁴⁶. Também nos «Treslados dos Apontamentos que o Ilustrissimo Senhor Bispo Dom Frei Gabriel de Almeida [1670-1674] fez antes de morrer» se declarou que

«todas as Laminas que tenho na casa donde tomo as visitas, e toda a minha Levraria trouxe de Lisboa tudo comprado por meu dinheiro de que não pertencia real delle a este Bispado [...] ter licença [...] para poder dispor de tudo [...] e dallo a quem quer [...] das ditas laminas

de igual nome, falecido em 1644, e de Antónia Gonçalves. Era proprietário de duas quintas, uma em Santa Luzia e outra nos Louros, onde mandou edificar uma capela da invocação à Senhora da Encarnação. As suas propriedades eram ricas em terras de vinhas. Esteve ligado ao mercado de escravos (Angola e Brasil) e do açúcar (Brasil), e foi possuidor de uma fábrica de conservas de fruta. Os seus negócios chegaram, também, a Lisboa, Amesterdão, Bordéus, Hamburgo, Londres, Rochela e Saint-Malo. Mandou construir o reduto da ribeira de Gonçalo Aires (Forte dos Louros), tendo sido capitão da Companhia da Ribeira de Gonçalo Aires e do Fortim dos Louros, substituindo seu pai. Chegou a administrador da Junta do Comércio Geral da Ilha. Faleceu a 21 de Outubro de 1683. VIEIRA, 1996, *O Público e o Privado na História da Madeira – Correspondência Particular do Mercador Diogo Fernandes Branco (1649-1652)*; VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*.

⁴³ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.^o 32, doc. 32 – 9 de Abril de 1689 – *Rol do que está na Caza de meu Primo Francisco de França que levou minha irmã quando cazou com elle* (no verso: «rol do que levou Maria, irmã, quando casou com meu primo Francisco de França»).

⁴⁴ No inventário de 1781 está «nas costas» em vez de «nas portas».

⁴⁵ DGARQ/ANTT, AHMF, Colégio de São João Evangelista, cx. 2267, *Inventário n.º 488, IV/D/54(2)*.

⁴⁶ DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, l.º 19, fl. 29v.º.

e toda a livraria ao Collegio da Companhia de Jesus desta Cidade, e as laminas servão ao Sancto Ignacio»⁴⁷.

Em 1688, Antónia Felícia Branco, proprietária de uma fábrica de conservas, deixou «laminas e hũ menino Jesus» do seu oratório e mais um retábulo dos «Santos Reis», à sua irmã, Josefa Maria, freira no Convento de Santa Clara⁴⁸. Em 1722, Henrique Henriques de Noronha refere que na paróquia de Santo António (Funchal), na Ermida da Madre de Deus, «que hoje se diz de S. Amaro por estar nella este Sancto», se «depozitão no seu altar mayor varias laminas de singular pintura de alguns Apostulos»⁴⁹. Nos bens do tenente general Francisco Berenguer de Lumilhana estava «1 lamina de nossa Senhora da Graça rematou Ambrozio Soares» (3\$100 rs), em 1738⁵⁰. Numa sentença contra o padre Marcos João Serra e no inventário dos seus bens, entre 1773-1790, ficaram anotadas «Duas laminas retábulos hum de N. Senhora da Consulação e outra de S. Agostinho [...] seis retábulos ou laminas [...]», estando os «seis retábulos laminas» avaliados em \$300 rs (1780-1781), e sendo outras arrematadas, como «hua lamina ou retabullo de N. S. Consulação Senticima [sic] de moldura dourada (1\$200 rs)» e outra de Santo Agostinho (1\$150 rs), arrematadas, respectivamente por José Caetano, que assina, tratando-se, possivelmente, de um boticário, e Manuel Luís, barbeiro, que também assinou⁵¹. Novamente na Igreja do Colégio (Funchal) ficaram inventariadas várias lâminas, em 1770 e 1781: Capela das Onze Mil Virgens – «huma lamina com a Imagem de Nossa Senhora de Pedra e altura de meyo palmo e ossos das Virgens em hum dos ditos nixos [...] tres laminas com molduras de pao de Ebano, com ossos das mesmas virgens em tres dos mesmos nixos»; Capela Interior – «duas laminas pequenas pouco mais de meyo palmo cada huam entremetidas no Retabulo dourado sobre o nixo do santo Ignacio, e são de Alabastro [...] duas laminas do mesmo e semelhantes, as de sima entermetidas no mesmo Retabulo sobre o nixo de Sam Francisco Xavier»⁵². Em 1797, numa acção movida pela fábrica da Sé contra o mercador de nação inglesa Ricardo Bruch, surgem

⁴⁷ ABM, *Livro I do Registo da Câmara Eclesiástica para a trasladação de Cartas de confirmação, alvarás de erecção de altares e bênçãos de Ermidas, e outros documentos, 1613-1708*, Caderno I (e único) do Livro I, pp. 4-5.

⁴⁸ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 20, doc. 22, *Testamento de Antónia Felícia Branco – 1687*. Nelson Veríssimo cita este documento: VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 70, nota 168.

⁴⁹ NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas [...]*, p. 195.

⁵⁰ Curiosamente esta lâmina apresenta um valor mais elevado do que cinco quadros (1\$750 rs) que rematou André de Sousa, neste mesmo inventário. ABM, *Misericórdia do Funchal – L.º dos Bens que se acharam do Tenente General Francisco Berenguer de Lumilhana*, l.º 47, 1738, fls. 1-5.

⁵¹ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 19 (Sentença contra o padre Marcos Serra, 1773-1790); DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 23, doc. 11, *Inventário e arrematação dos bens do padre Marcos João Serra, 1780-1781*.

⁵² DGARQ/ANTT, AHMF, Colégio de São João Evangelista, cx. 2267, *Inventário n.º 488, IV/D/54(2)*.

indicadas «sete laminas quadradas de molduras douradas [...] [mais] dezassete ditas douradas»⁵³. Já no século XIX, o pároco da Igreja de Santa Luzia (Funchal), em 1895, adquiriu as «Catorze Estações da Via Sacra», em papel, possivelmente gravuras ou estampas, que custaram 2\$700 rs, e pelas molduras, em til, pagou 11\$000 rs⁵⁴.

Como se documentou, na Ilha da Madeira circulavam gravuras e estampas, enquanto imagens devocionais, ou sejam, pagelas, muitas vezes designadas popularmente de “santinhos”, correspondendo a uma imagem impressa de um santo e acompanhada de oração escrita, quer nas fábricas e confrarias de igrejas, quer nos conventos, especialmente propriedade das freiras clarissas que herdavam de partilhas, como nos bens de várias famílias. É possível que a imagem gravada servisse de base inspiratória aos artistas que desenharam, pintaram e esculpiram, respondendo às encomendas religiosas, assim como para a execução das iluminuras dos livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal. Anote-se, por exemplo, a ordem do cônego da Sé, João Rodrigues Oliva, que, em 1728, disponibilizou 3\$000 rs «para mandar a quem pintou e estampou no livro da fabrica», numa clara alusão a uma iluminura⁵⁵, infelizmente sem referência ao seu autor e local de produção.

As iluminuras da Misericórdia do Funchal são documentos gráficos importantes, pela sua raridade, no contexto insular. Infelizmente não se conhecem esboços, estudos ou desenhos preparatórios para pintura, escultura, talha ou retábulos, de artistas regionais ou residentes na Madeira. Situação análoga acontece em Portugal continental. São abundantes as referências escritas a “risco”, “debuxo”, “apontamento”, “planta”, “traça” e “rascunho”, mas são raros os testemunhos físicos – o desenho sobre o papel. Flório de Vasconcelos assinalou que para

«uma enorme quantidade de obras de talha doirada, dos sécs. XVII e XVIII, que chegaram até aos nossos dias – e já não falamos das muitas que desapareceram – é quase insignificante o número de desenhos preparatórios que nos restam, como já algures notou Reynaldo dos Santos»⁵⁶.

São raros os riscos retabulísticos conhecidos até para as grandes cidades e centros de produção de talha e imaginária, como Lisboa e Porto, embora alguns estudos recentes tenham contribuído para a sua divulgação, especialmente para a época barroca⁵⁷.

⁵³ Por vezes aparece a grafia «Bruxe» e «vendeiro inglês». DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º 30 («Autos de mandado executivo contra Ricardo Bruch, mercador inglês movido pela fábrica da Sé – 4 de Março de 1797 a 18 de Julho de 1797»).

⁵⁴ MATOS, 1996, *Inventário Histórico da Freguesia de Santa Luzia*, pp. 31-32.

⁵⁵ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, l.º 9, fl. 40.

⁵⁶ VASCONCELOS, 1984, *Cinco desenhos de talha doirada*, p. 387. Referência ao artigo de SANTOS, 1950, «Plantas e desenhos barrocos», pp. 57-65.

⁵⁷ SANTOS, 1950, «Plantas e desenhos barrocos», pp. 57-65; CARVALHO, 1977, *Catálogo da Coleção de*

Na Madeira ressalve-se o único “risco” (desenho/projecto), que chegou até ao presente, do retábulo da capela-mor da Igreja de São Jorge (Santana), de 1750, da autoria do mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1781), que exerceu este cargo desde 1748 até 1779, sendo a talha executada pelo entalhador Julião Francisco Ferreira, natural de São Miguel (Açores), que residiu na Madeira pelo menos desde 1730, e o douramento feito por José António da Costa, pintor e dourador, natural das Canárias, que assentou casa na Madeira exactamente para a execução desta obra⁵⁸.

Pelo que temos vindo a expor, assevera-se, assim, de relevada importância o estudo e divulgação das iluminuras dos livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal, pelo seu valor inerente ao desenho e à pintura de artistas regionais, únicos documentos gráficos conhecidos, pois não foram, até ao presente, localizados os “debuxos”, “apontamentos”, “plantas”, “traças”, “papéis” e “riscos” que deram origem aos diversos projectos de retábulos, talha, imaginária e pintura (de cavalete, sobre tela ou madeira, tectos e frescos), que ainda ornaram as igrejas e capelas madeirenses. Existem algumas referências documentais a estes projectos, que a partir do século XVIII começam a ser mencionados com mais regularidade, no entanto, os testemunhos físicos, os desenhos sobre papel, não chegaram até nós. A pesquisa nos arquivos madeirenses e portugueses⁵⁹ tem-se revelado infrutífera, pois não se conhece nenhum fundo que recebesse ou incorporasse, especificamente, esta tipologia documental. É possível que algumas plantas e riscos possam ainda sobreviver, quiçá mal catalogados e inventariados. Na vasta correspondência entre a Provedoria e Junta da Real Fazenda

Desenhos, Lisboa, BNL; FERREIRA, 2009, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720) – Os Artistas e as Obras*, I vol., pp. 144-145. Remetemos a leitura para a vasta obra publicada de Reynaldo dos Santos, Flório de Vasconcelos, Fausto Martins, Natália Marinho, Francisco Ladeira, Vitor Serrão, Sílvia Ferreira, etc., cuja bibliografia não discriminamos aqui por não ser o propósito deste artigo.

⁵⁸ Este desenho pertenceu à colecção privada de Rui Carita e hoje está depositado no ABM. LADEIRA, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, capa e pp. 17, 36-39, 42, 46, 66, 87, 90 e 194-197.

⁵⁹ ABM, AHDF, DGARQ/ANTT, AHU e AHTC. No arquivo da CMF as plantas reportam-se, essencialmente, a projectos do século XIX. Pelo menos as plantas dos edifícios deveriam estar incorporadas no fundo da Direcção das Obras Públicas do Distrito do Funchal. Existe, por exemplo, uma planta do Convento das Mercês levantada e desenhada por Joaquim António de Carvalho (11/09/1895). AHMF, Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal, cx. 2076 (IV/B/49(1) – *Planta do extinto Convento de Nossa Senhora das Mercês* – (também disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224463ANTT>). Na DGARQ/ANTT, no fundo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), encontramos algum material gráfico, custo de obras e materiais referentes a conventos, igrejas, palácios, teatros, ruas, etc., de Portugal Continental (século XIX), mas nenhum documento sobre os edifícios madeirenses. No mesmo arquivo existe uma nota a lápis sobre o Funchal referindo moedas e «uma planta aquarelada que foi extraída da caixa para ser conservada na Casa Forte» – Caixa de Plantas do Ministério do Reino. DGARQ/ANTT, Ministério do Reino (com a nota de ter sido retirada a 01.04.1987), mç.º 294, cx. 393, Classe 3.ª – Divisão 2.ª – Ministério do Reino – Consultas – 1757. Não consta esta planta no Índice da Casa Forte e revelou-se infrutífera o empenho dos funcionários em localizá-la.

do Funchal e o Conselho da Fazenda, concernente a arrematações de obras, relacionadas com a execução de projectos de arquitectura, incluindo retábulos, camarins, tribunas e sacrários, que tinham lugar na Sala dos Contos da Alfândega do Funchal, como em diversa documentação dos arquivos paroquiais, é referido explicitamente esse material gráfico do qual se faziam várias cópias. Uma era enviada para Lisboa, acompanhada de orçamento, para ser avaliado e aprovado o projecto, outras ficavam guardadas na Fazenda do Funchal e na posse dos mestres das obras reais, a fim de ser realizada a arrematação, “examinação” e fiscalização das obras, e outras ainda eram entregues aos empreiteiros ou arrematantes, aos mestres (oficiais de pedreiros e de carpinteiros) e aos artistas, especialmente imaginários e entalhadores, pois nem sempre os executantes eram os autores dos riscos, como se depreende de alguma documentação coeva, mas seguiam, normalmente, os modelos aprovados, como aconteceu, em 1750, na Igreja de São Jorge, exemplo já referido. Registe-se que também alguns vigários ficavam na posse de uma cópia do projecto quando assumiam a administração e fiscalização da obra da sua igreja.

A perda desta documentação gráfica condiciona, em parte, o desenvolvimento de estudos mais aprofundados.

Na documentação regional não está sinalizada a designação de “debuxos”, “mostras”, “invenções” ou “pinturas”, vocabulário comum em documentação nacional relativo à realização de projectos artísticos⁶⁰. Há uma referência a debuxo, em 1583, quando o recebedor da Sé, António Marinho, entregou \$400 rs «ao mestre das obras pello debuxo que fez do sacrário do Caniço»⁶¹, e rascunho apenas uma vez surge num documento do dourador António Lopes, em 1695 (Sé):

«Digo eu Antonio Lopes dourador que he verdade estou conchavado com o muito R. Sr. Conigo Antonio Lopes deandrada para pintar e dourar yaspear As cadeiras dos muitos Reverendos Senhores [...] e juntamente pintar As dos padres capelois na forma do rescunho que dey Ao dito Sor' por preso de des mil reis cada cadeira que Ao todo emporta duzentos e Corenta mil reis [...]»⁶².

Como já foi referido, o único risco que se conhece é do retábulo da Igreja de São Jorge (Santana), da autoria de Domingos Rodrigues Martins, executado em Julho de 1750. Neste templo, a talha retabular (altar-mor e altares laterais e colaterais), o sacrário, o trono eucarístico e o púlpito formam um conjunto artístico de grande aparato cenográfico, bem ao gosto do barroco joanino, produção situada no 2.º quartel do século XVIII até cerca de

⁶⁰ CAETANO, 2010, «Privilégio e ofício nos começos de uma profissão artística – Um pintor, o que é?», p. 61.

⁶¹ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, l.º 6, fl. 147.

⁶² DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º 29, doc. 4 – 1695 – 23 de Janeiro.

1740-1750, mas já anotando incursões estéticas de gosto *rocaille*, tão característico na arte retabular de cerca de 1735 a 1765.

O desenho de Domingos Rodrigues Martins, de excelente qualidade gráfico-plástica, apresenta traço seguro, sendo a linha e a mancha conjugadas na representação de volumetrias e detalhes. Testemunha, na Madeira, a transição da gramática barroca, tão bem implementada nas igrejas madeirenses, fruto das operosas oficinas regionais, para o rococó, sendo visíveis os típicos “Cs” e concheados, nas grinaldas de flores, folhas de acanto e volutas, com partes lisas nas colunas e entablamentos. A talha, executada pelo imaginário Julião Francisco Ferreira, natural de São Miguel (Açores), seguiu de perto o risco inicial, especialmente na estrutura, mas observam-se alterações nos pormenores decorativos, com certeza devidamente autorizadas pelo próprio autor do risco, que então fiscalizava a obra, enquanto mestre das obras reais. A existência de um debuxo e a permanência *in loco* da talha, como este exemplo da Igreja de São Jorge, permite verificar que os desenhos, projectos e riscos serviam de base à execução de uma peça, mas estavam sujeitos, quer por razões económicas, quer estéticas, como é este caso, a modificações e alterações. A profícua experiência do imaginário Julião Francisco Ferreira, como também a sua capacidade técnica e criativa, já evidenciada em outras obras na Madeira, marcadamente barrocas, permitiram que o retábulo e o trono ficassem ainda mais monumentais e majestosos, passando de planta recta para planta curva, com acentuados jogos de saliências e reentrâncias, com três pares de colunas, em vez de dois, acrescentando anjos no remate, e um brasão ornamentado com motivos *rocaille*.

Deve-se mencionar algumas notas biográficas de Domingos Rodrigues Martins (c. 1710-1770), autor daquele raro desenho. Era natural da Madeira e ocupou o cargo de mestre das obras reais entre 1749 e 1779, embora sua irmã, Quitéria do Espírito Santo, ficasse habilitada, a partir de 20 de Abril de 1778, a receber o seu ordenado, talvez por incapacidade do mesmo⁶³. Domingos Rodrigues Martins frequentou, em Lisboa, a Real Academia de Fortificação e Desenho, e em Março de 1745 pediu para ser admitido ao ofício de mestre das obras reais, na Madeira. Justificava-se este pedido pelo facto de Diogo Filipe Garcês, autor da traça inicial da Igreja de São Jorge (Santana), e mestre das obras reais entre 1727 e 1744, ter então passado à côrte de Lisboa. Domingos Rodrigues Martins apresentou a sua «carta de exame e mais papeis que outros não mostraram», tendo por opositores João Martins de Abreu, Pedro Fernandes Pimenta e José da Costa. A 12 de Novembro de 1749, o Conselho da Fazenda autorizou Domingos Rodrigues

⁶³ Sobre Domingos Rodrigues Martins vide LADEIRA, *A Talha e a Pintura Rococó* [...], pp. 17, 36-39, 87, 133, 156, 159 e 200.

Martins a servir «por tempo de mais de um ano»⁶⁴, seguindo-se outras nomeações em 1750, 1752, 1754 e 1755⁶⁵. São de sua autoria os riscos de várias fortificações, igrejas (Monte e Socorro), Paço Episcopal, ampliação da Alfândega do Funchal, reparos de várias igrejas (Santa Luzia, no Funchal, e São Lourenço, na Camacha), etc., embora não sejam conhecidos os respectivos desenhos. É referido, também, como capitão-engenheiro. Um dos opositores de Domingos Rodrigues Martins foi João Martins de Abreu, que também frequentou em Lisboa as aulas de desenho, e que ocupará o cargo de mestre de obras reais em 1747⁶⁶, cargo entretanto servido por Brás Martins de Abreu, enquanto «não houvesse outro mais capaz»⁶⁷. João Martins de Abreu era mestre carpinteiro⁶⁸ e, juntamente com o mestre pedreiro Pedro Fernandes Pimenta, outro opositor ao concurso, fez o risco e o orçamento para a Igreja de Nossa Senhora da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos⁶⁹. Pedro Fernandes Pimenta, em 1745, tinha sido mencionado pelo custódio provincial dos religiosos de São Francisco, que pretendia a reedificação da igreja do convento, como «o melhor Pedreiro», e o então mestre das obras reais foi designado de «melhor official de pedreiro que tinha a ilha»⁷⁰. Este conceito de “melhor” tem, evidentemente, a sua relatividade, mas este documento é importante porque refere “plantas” e “riscos”, embora não localizados. Os franciscanos foram acusados, pela Fazenda Real, de quererem uma igreja demasiado faustosa e que era «pouco necessario hum templo tão grande na cidade do Funchal», ordenando que o architecto fizesse «outra Planta de menor Despeza, e de igreja mais pequena», e que examinados «os ditos riscos, [se] achava serem feitos por algum curiozo, e não era pratico de obras, nem nas nicipionaes (excepcionais?) Purporções e que era copia a igreja de São Francisco desta cidade [de Lisboa], com pouca diferença»⁷¹. A falta do documento gráfico impossibilita tecer qualquer observação ao projecto, mas este deveria ser mesmo muito insipiente e sem regras técnicas, pois a 28 de Novembro de 1750, o Conselho da Fazenda ordenou que as obras fossem feitas «pellos riscos que se vos remetem»⁷², supondo-se que foram executados em Lisboa. No entanto, os franciscanos não reedificaram a igreja «pella

⁶⁴ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314, fls. 88-90.

⁶⁵ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, l.º 973, fls. 75-75vº, 157, 216vº, 264.

⁶⁶ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, l.º 972, fl. 189vº.

⁶⁷ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314, fls. 88-90.

⁶⁸ AHTC, CR e C/ER, *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça* [...], Apenso A, CC 44, mfs. D-72 e D-125, fl. 27.

⁶⁹ AHTC, CR e C/ER, *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça* [...], Apenso A, CC 44, mfs. D-72 e D-125.

⁷⁰ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314, fls. 110vº-112.

⁷¹ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314, fls. 157vº-158.

⁷² DGARQ/ANTT, *PJRFF*, l.º 973, fl. 112vº.

sua pobreza» e não contaram com os madeirenses devido ao «miserável estado dos moradores desta ilha»⁷³.

Infelizmente a não localização destes “riscos” impossibilita a comparação dos projectos executados na Madeira, quer por mestres regionais ou por nacionais residentes na ilha, ou mesmo das Ilhas Canárias que aqui obraram especialmente no século XVIII, com os que chegavam de Lisboa. Tomemos o exemplo do contrato com o mestre carpinteiro Francisco Gomes da Silva, que em 1784 arrematou «a obra do Monumento da sagrada Sepultura da Real Igreja de S. João Evangelista a qual se obrigou a fazer na forma do risco e Orsamento que se lhe apresentou»⁷⁴, cujo projecto e obra não sobreviveram, ficando impossibilitado qualquer estudo comparativo.

Antes da execução de qualquer obra, quer a nível da arquitectura, quer concernente à obra retabular, os riscos eram avaliados em Lisboa. Tomemos o exemplo do pedido efectuado pelo padre Francisco Eleutério Tavares, vigário da colegiada de Santa Cruz, em 1759, para abrir duas janelas na capela-mor, uma no frontispício e duas nas ilhargas, justificando que a «igreja [era] muy suturna, e se não poder rezar bem nella, e celebrar em dias de Inverno», e, ainda, ter «pulpito sanchristia camarim retabollo e pianha», citando a «adevertencia que fez o Mestre das obras reais da Ilha da Madeira do perigo que tinha fazerse o Camarim na capella mor pello estado em que se achão as paredes e por estas rezões se deve tomar outra vez expediente nesta materia e lhe parecia que devia examinar primeiro estes papeis o Tenente Coronel Carlos Mardel», que, depois de analisados os «papeis inclusos», concordou com o parecer do mestre das obras reais da Madeira, Domingos Rodrigues Martins, por estarem bem fundamentadas todas as razões e o orçamento não ser excessivo⁷⁵. Também em 1756, Carlos Mardel opinara positivamente sobre os lanços da obra de reedificação da matriz do Porto Moniz classificando-os de «não só racionáveis, mas munto mais baratos, visto que os materiais devem de hir de munto longe e lhe parecia justo mandasse rematar, com obrigação da segurança e bondade da obra como a arte pede»⁷⁶. Outro risco, agora em 1764, da obra do retábulo e tribuna, que incluía a talha, da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, do Estreito de Câmara de Lobos, foi visto e avaliado pelo

«Coronel Enginheyro Carlos Mardel Arquitecto das Obras Reais, vendo o mesmo Risco, e ornamento, de que tudo ouve vista o Procurador da Fazenda vos mandamos façais entregar

⁷³ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, l.º 973, fl. 112v.º.

⁷⁴ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, l.º 426, fl. 55.

⁷⁵ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 315, fls. 226v.º-228; DGARQ/ANTT, Ministério do Reino, mç.º 295, cx. 395 – 27, Classe 3.ª – Divisão 2.ª – Ministério do Reino – Conselho da Fazenda – *Consultas, 1759 – Janeiro a Novembro*.

⁷⁶ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 315, fls. 186-186v.º.

a dita obra ao referido Mestre Julião Francisco Ferreira, que deu nella o dito lanço fazendo termo de a executar, conforme o dito Risco que se vos remete firmado»⁷⁷.

São escassas as referências às competências e qualidades técnicas e artísticas de arquitectos, mestres-de-obras, imaginários, pintores, ourives, ou mesmo de mestres marceneiros e carpinteiros. Citamos alguns exemplos, pela sua raridade, mas também porque referem o risco, mais uma vez desaparecido. É o caso de Manuel Vieira, pintor, que em 1604 recebeu 6\$000 rs «por um despacho do Senhor Bispo [...] [do] retábulo da Igreja de São Pedro no que toca a pintura e ouro [...] Em recompensa do trabalho e despesa que lhe acareceu nisso, além do conteúdo na traça e arrematação da Obra»⁷⁸, o que parece ser uma valorização das apetências do artista, segundo Vitor Serrão⁷⁹. Outro elogio foi feito aos «oficiais competentes» que acompanharam o provedor na vistoria à igreja do Convento de São Francisco, em 1745, com certeza referência ao «melhor Pedreiro» e «melhor official de pedreiro que tinha a ilha», ou seja, Pedro Fernandes Pimenta, e o mestre das obras reais⁸⁰. Em 1749, o provedor da Fazenda do Funchal deixou registado um rasgado elogio ao «lllo. Pintor, e dourador Joze António da Costa», natural das Ilhas Canárias, que se encontrava na Madeira por causa do douramento do retábulo da Igreja de São Jorge (Santana), quando sublinhou que «nesta Ilha tem feito algumas obras de sua arte com perfeição», colocando-o, juntamente com o mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins, a medir o retábulo da Igreja de São Pedro, e a orçar o seu douramento (retábulo, camarim, tribuna) e ainda painéis e materiais (madeiras, tintas)⁸¹. Em 1758, para as obras das cadeiras do coro da Sé, exigiu o Cabido

«consertar, e fazer de novo, com a mesma obra com que forão feitas [...] [mandando] o mesmo Reverendo Cabbido, que o Cónego Fabriqueiro se ajustasse com os Mestres mais idoneos, que lhe parecece para fazerem toda a obra necessaria, assim de Entalhador, como de pintura do tecto da capella mor, se pintasse o frontispicio, e todas as frestas, e portas»⁸².

Entre os mestres «mais idóneos» encontrava-se outro pintor-dourador, natural de La Laguna, João António Villavicêncio, a quem foi entregue a obra de pintura do tecto da capela-mor, exercendo mais tarde o cargo de mestre das obras reais e sendo referido como «Perito architecto»⁸³, sabendo-se que fora um grande empreiteiro e empreendedor, para usar uma terminologia contemporânea, pois conseguiu agregar em torno da sua oficina os mestres mais conceituados que trabalhavam na Madeira.

⁷⁷ DGARQ/ANTT, *PJRF*, l.º 975, fl. 75.

⁷⁸ DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, l.º 6, fl. 279.

⁷⁹ SERRÃO, 1992, *A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657*, vol. II, p. 867.

⁸⁰ DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314, fls. 110v.º-112.

⁸¹ DGARQ/ANTT, *PJRF*, l.º 974, fls. 24-24v.º.

⁸² DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, l.º 10, fl. 144.

⁸³ LADEIRA, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó* [...], p. 39.

Anota-se algum cuidado na entrega de determinadas obras, exigindo a presença de “peritos”, não só na arquitectura, retábulos e imaginária, mas até em concertos de órgãos. A 10 de Março de 1721 a Real Fazenda ordenou que se não fizessem medições e obras de igrejas sem a presença de um engenheiro, como ficou registado:

«Fui informado que na obra que por conta de minha fazenda se fez em huma igreja dessa Cidade na medição della houve hum grande excesso da parte dos impreiteiros por se não fazer por pessoa perita, e que entendense [...] e me pareceo estranhar [...] que havendo nessa Cidade hum capitam Engenheiro que pela sua faculdade teria melhor intellegencia para ella [...] que daqui em diante se não façam medição alguma sem intervenção do Engenheiro, qua ahi houver»⁸⁴.

Em 1737 registou-se uma advertência curiosa feita pelo visitador ao vigário da Igreja de São Pedro: «e não se mande encarnar [a imagem do Senhor Jesus do altar-mor] sem constar que haja pessoa perita, e por ora bastará se trate com toda a limpeza e cuidado»⁸⁵. Não sabemos a que “perito” foi entregue a imagem, mas então no Funchal estão identificados vários imaginários e douradores com destaque para o “castelhano” (activo 1721-1741) que fora muito solicitado para este tipo de trabalho. Outro castelhano, agora pouco perito, em 1735, deixara «aparentemente concertado» o órgão da Catedral, oferta de D. Manuel, do «tempo em que se edificara a Sé», tendo em conta as palavras do provedor Jorge Vieira de Andrade: «fiz vistoria no mencionado Orgão que hé grande e se acha incapaz de uzo e concerto, havendo já sido concertado por hum castelhano pouco percizo que casualmente veyo a esta Ilha, aonde não há Mestre, ou official para semelhante ministério», por isso, pediu um órgão «mais moderno, como se uza em os Coros de algũas Cathedrais, e outras Igrejas vista a impossibilidade de se poderem concertar os Orgãos grandes, e de maior fabrica pela falta de pessoa perita, que os conserte de qualquer desmanxo que tenha»⁸⁶.

Como temos vindo a constar existem algumas referências escritas a projectos, no seu formato de “risco” ou “traça”. O risco é, no entanto, poucas vezes mencionado. Em 1591, aquando da construção da Igreja de São Jorge (Santana), mandou «el rey fazer sancristia e capella mor e retabolo [...] e porque o corpo da dita Igreja não se pode fazer e traçar como deve, se não fazendosse juntamente a capella moor que he de obrigação de S. Magestade»⁸⁷. Em São Vicente, na visitação de 1598, ficou determinado que o alpendre da igreja matriz se fizesse «pela traça que foi dada na visitação passada»,

⁸⁴ DGARQ/ANTT, *PJRFF*, l.º 970, fls. 8v.º-9.

⁸⁵ AHDF, *São Pedro*, l.º 35, fl. 7.

⁸⁶ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, Fábrica – Obras e Sentenças (I), mç.º 29, doc. 10 – 1735 – 23 de Outubro – Pedido de um órgão grande para a Sé.

⁸⁷ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 4, doc. 9 – 8 de Maio de 1591 – Lisboa – Igreja de São Jorge – Obras.

o que subentende-se a existência de um desenho, ficando advertido que não dessem «escusa da capela ficar muito escura e não vêem levantar o senhor» porque estava autorizada a abertura de frestas e janelas⁸⁸. Nesta mesma igreja, em 1640, ficou claro que «covem muito acodir-lhe fazer-se de novo pois a obra he antiga, e não admite concerto; rigolando as paredes com o corpo da igreja e fazer a carpintaria da mesma maneira, e traça»⁸⁹, ou seja, respeitando o modelo já existente, o primitivo.

Outro testemunho é dado num decreto de D. José I devido às arrematações exorbitantes e pouco seguras, que então grassavam, tendo determinado que as mesmas seriam feitas à porta do concelho na presença do procurador da Fazenda, com assistência de um arquitecto, fazendo este

«uma planta se a obra for nova e uns apontamentos se for só uma reparação [...] exceptuando se com tudo as obras de Escultura assim em pedra como em madeiras porque estas se poderam rematar á vista dos debuchos que delles se fizer em pôr lanços fechados, que sejam respectivos á justa estimaçam que merecem. E o mesmo se observará nas obras de pintura [...] as obras que excederem do valor de quatrocentos mil reis nam sendo de pintura e excultura nam poderam daqui em diante ser rematadas a Artífices que nam sejam Mestres examinados, e que nam tenham servido na Casa dos vinte e quatro, com os requzitos extabelecidos pelos alvarás da mesma caza».

Foi assinado a 8 de Março de 1751⁹⁰. Aqui se verifica a importância dada aos arquitectos, imaginários e pintores, com salvaguarda dos projectos (plantas, apontamentos e debuxos).

Na Madeira, os “debuxos”, “apontamentos”, “plantas”, “papéis”, “traças” e “riscos” não chegaram até nós, mas como já referimos poderão estar *algures* mal catalogados. A referência a “papéis”, tão abundante nos livros das fábricas das igrejas e confrarias madeirenses, é pouco clara, mas na maioria das vezes entende-se como sendo documentação avulsa referente a legados pios, dotes, testamentos, doações, escrituras, penhoras e pleitos, mas quando estão acompanhados de notícias de arrematações de obras, especialmente as que decorriam na Sala dos Contos da Alfândega do Funchal, ou na correspondência com a Fazenda Real, anotam informações, algumas explicitamente assinaladas, como sejam as listas de materiais, preços, condições de arrematação, contratos e fianças, que também, infelizmente, se perderam os originais, que seriam muitos úteis para o desenvolvimento da investigação histórica. No entanto, em algumas ocasiões a referência a “papéis” parece remeter para documentação gráfica (desenho), ou seja, projecto de obra, que também se perdeu.

⁸⁸ AHDF, *Livro das Visitações de São Vicente, 1589 a 1699*, cx. 4, doc. 48, fl. 17.

⁸⁹ AHDF, *Livro das Visitações de São Vicente, 1589 a 1699*, cx. 4, doc. 48, fl. 69.

⁹⁰ DGARQ/ANTT, *PJRF*, l.º 973, fls. 238-239v.º.

Infelizmente, é desconhecido o debuxo praticado pelos pintores, entalhadores, imaginários e escultores regionais, activos desde os séculos XV e XVI, mas é mais abundante as referências à sua actividade social e religiosa nos séculos XVII e XVIII. Perderam-se, assim, os estudos propedêuticos, ensaios de composições e de figuras, no fundo, os projectos para a pintura e imaginária. Só um estudo técnico e laboratorial, com recurso a radiografia, reflectografia de infravermelhos e fluorescência de ultravioleta, do vasto património pictórico, ainda existente no Arquipélago da Madeira, poderá desvendar, colocar a descoberto, o desenho subjacente, quando existente, descortinando assim o grafismo dos artistas, como seja, a tipologia da linha, mancha, sombra ou pincelada, com a sua dinâmica de direcção, velocidade e espessura, ou formas de aplicação da matéria cromática, ou ainda a construção e modelação das figuras, paisagens, objectos e adereços, ou mesmo deslindar questões técnicas e estilísticas.

É um pequeno contributo para este estudo as iluminuras que ornam os livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal. É de relevado interesse este estudo não pelas qualidades gráfico-pictóricas das mesmas, porque na maioria são iluminuras e debuxos ingénuos, cópias de gravados sem qualquer iniciativa criativa, com fragilidades a nível da perspectiva, representação / modelação das figuras e formas, mas porque são os únicos documentos gráficos que conhecemos dos imaginários e pintores regionais. O estudo destas iluminuras poderá contribuir para confrontar com pinturas e esculturas de artistas locais, compreendendo, em parte, as suas práticas artísticas. Também outros desenhos e iluminuras, que ornam os frontispícios de livros de confrarias, receitas e despesas e baptizados, como os da Igreja de São Pedro e os dos conventos da Encarnação, Santa Clara e São Francisco, embora aqui alguns possam ser de prática conventual, são outras fontes a considerar para este tipo de estudo. Foi comum cultivar este gosto pela ornamentação dos livros das irmandades e misericórdias.

As iluminuras dos livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal foram já objecto de estudo na nossa tese de doutoramento, que aqui seguimos, por não haver até ao presente novas informações.

As iluminuras da Misericórdia do Funchal foram executadas em papel e a maioria abre, em forma de portada ou frontispício, o ano económico, por vezes incluindo o nome do provedor e escrivão. As tintas recorrentes foram uma tinta aguada, acastanhada, talvez bistre, antes designada por ferrugem da chaminé, que «é a parte da lenha volátil, e terrestre, que se levanta com o fumo, pelo movimento que lhe dá a actividade do fogo»⁹¹, ou outra tinta feita a partir de corantes castanhos, parecendo,

⁹¹ CRUZ, 2009, «Os materiais usados em pintura em Portugal [...]», pp. 385-406.

por vezes, ser tinta ferrogálica devido à fragilidade actual do papel, nas partes pintadas, consequência da acção corrosiva da tinta, com descoloração e desvanecimento da cor. Outras tintas, de várias cores e aguareláveis, umas mais transparentes, outras opacas, com predominância de amarelos, ocre, verdes e azuis, e mais raramente dourados, também foram utilizadas, assim como a tinta-da-china. Para a elaboração do desenho foi usado o lápis de chumbo (?) e de grafite. Todas as portadas apresentam iluminuras de página plena, ou seja, preenchem totalmente o fólio, tendo a maioria uma moldura rectangular ricamente ornamentada com motivos vegetalistas e *feronneries*, e outras com cartelas circulares e elípticas, e uma em forma de coração. Todas as iluminuras são coevas da abertura dos livros.

Nenhuma iluminura está assinada, mas é possível agrupá-las por unidade de conjunto, através das afinidades formais, cromáticas e proximidades estilísticas, verificando-se que o mesmo pintor, imaginário ou dourador executou mais do que um desenho e nem sempre em anos consecutivos. Sugerimos agrupar os livros por afinidades entre as iluminuras, da seguinte forma:

Grupo A – 1643-1644 e 1646-1647;

Grupo B – 1650-1651 e 1651-1652;

Grupo C – 1652-1653;

Grupo D – 1653-1654; 1654-1655; 1655-1656; 1656-1657; 1657-1658; 1658-1659; 1659-1660; 1660-1661; 1661-1662; 1663-1664; 1681-1682;

Grupo E – 1668-1669;

Grupo F – 1673-1674; 1679-1680; 1680-1681;

Grupo G – 1682-1683 e 1684-1685;

Grupo H – 1688-1689;

Grupo I – 1690-1691;

Grupo J – 1691-1692 e 1692-1693;

Grupo L – 1695-1696; 1697-1698; 1698-1699; 1699-1700; 1705-1706; 1710-1711; 1712-1713; 1713-1714

Grupo M – 1704-1705; 1706-1707;

Grupo N – 1720-1721; 1721-1722;

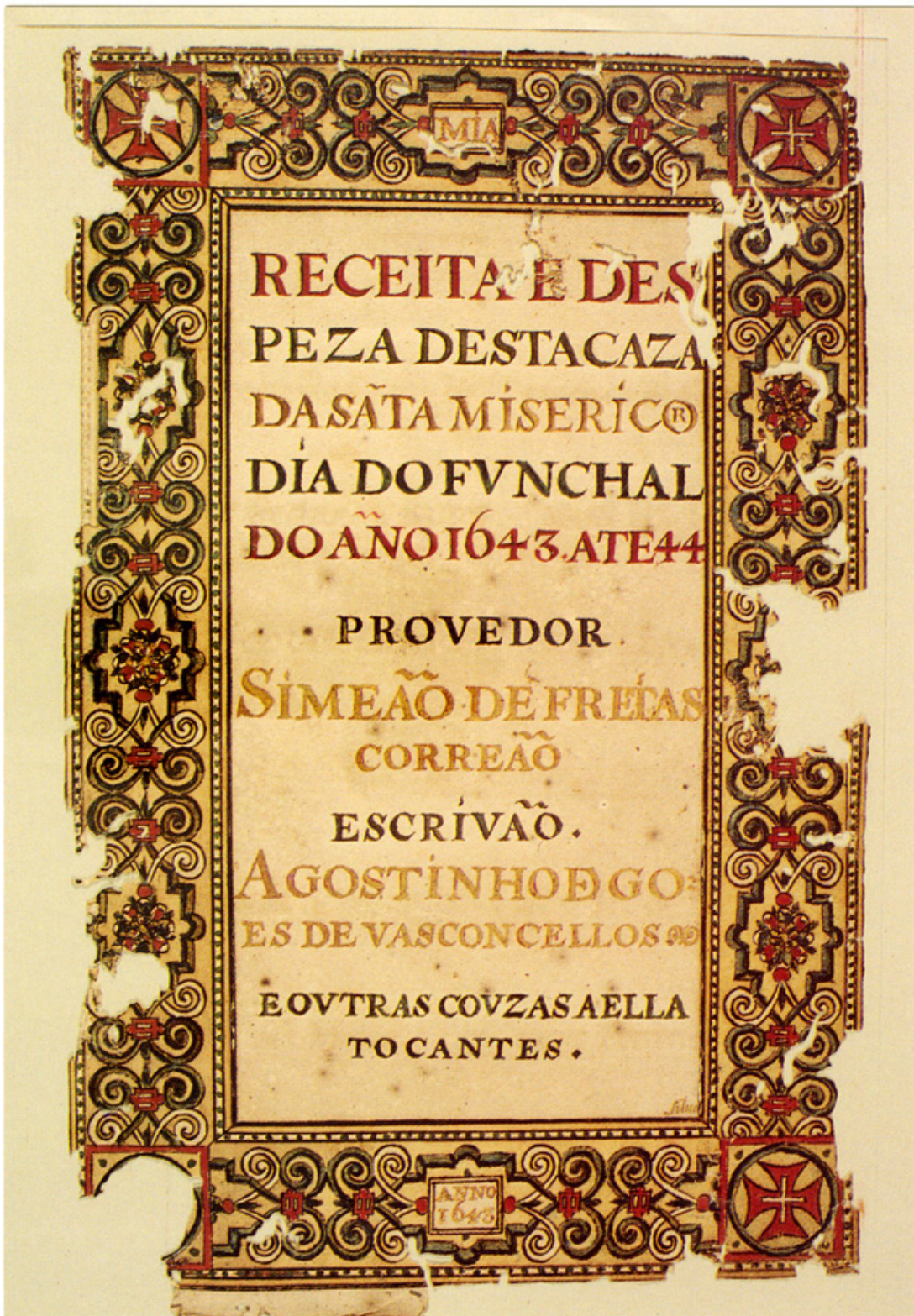
Grupo O – 1724-1725;

Grupo P – 1735-1736;

Grupo Q – 1739-1740; 1740-1741; 1741-1742; 1742-1743; 1743-1744; 1744-1745; 1745-1746; 1747-1748; 1748-1749.

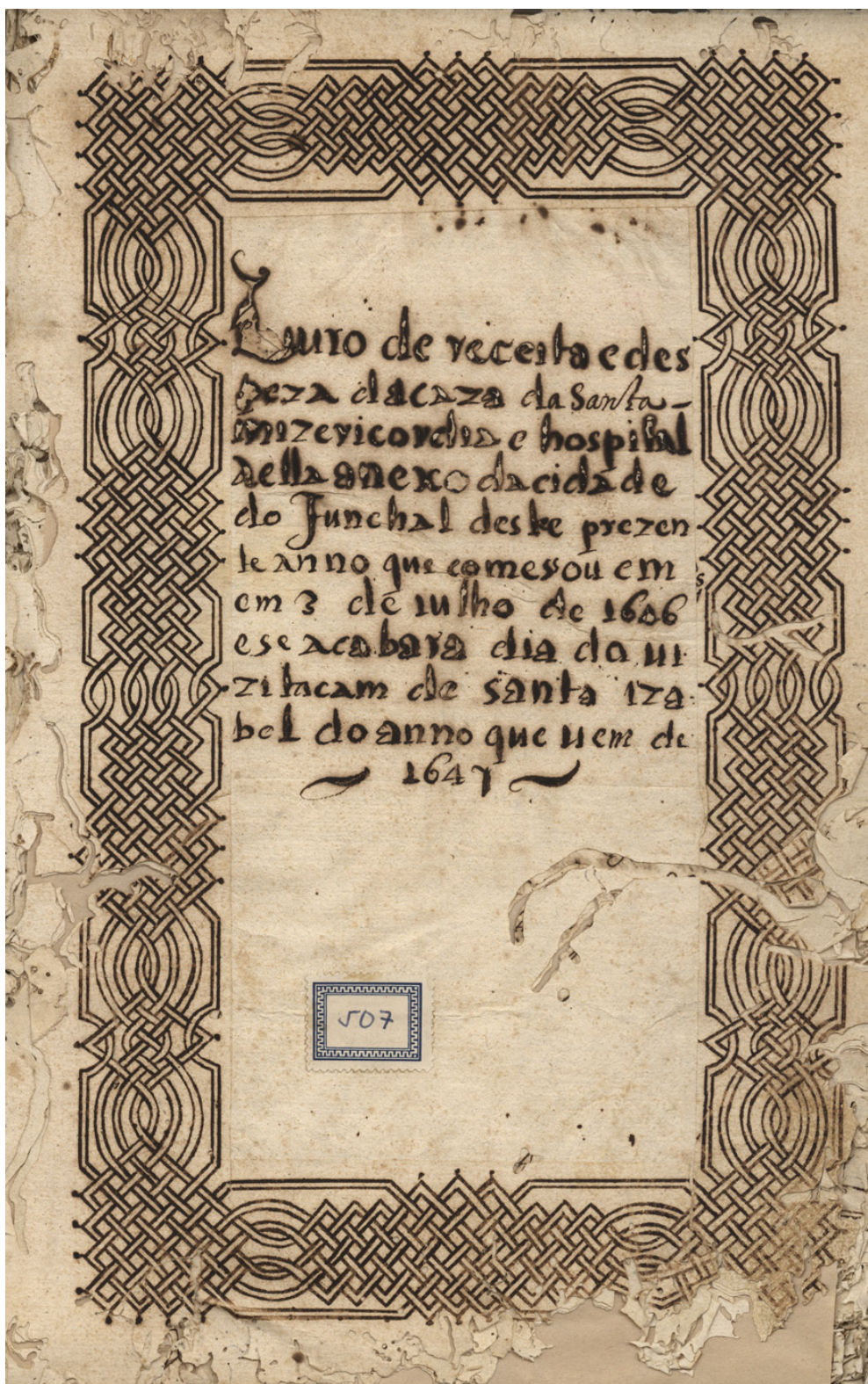
Grupo A – 1643-1644 e 1646-1647

Dos livros consultados para os séculos XVII e XVIII, a iluminura mais antiga é a de 1643-1644. Neste ano, entre várias personalidades eleitas de primeira condição estavam o provedor Simão de Freitas Correia, o escrivão Agostinho de Góis de Vasconcelos e o informador Cristóvão de Atougua. Foi eleito parceiro do informador, o irmão de segunda condição, José Fernandes de Morim, que embora sem indicação da sua profissão deverá ser o imaginário madeirense activo no Funchal entre 1627 e 1654, e bem documentado na Misericórdia do Funchal. Não podemos traçar uma relação directa entre o desenho e o imaginário, mas o tipo de grafismo desta portada não se repetiu nos outros livros. No friso superior lê-se a palavra «MIA» (Misericórdia) e na base «ANNO 1643», sendo a cercadura um entrelaçado de espirais criando um padrão geométrico, lembrando formas de *ferronneries* divulgadas em gravuras europeias, que foram também fonte/modelo para a elaboração da padronização das cercaduras/molduras das iluminuras dos restantes livros do século XVII e de alguns do século XVIII. Neste livro de 1643, remata os ângulos superiores e inferiores um círculo tendo no interior a representação da cruz de Cristo, pintada a vermelho, cor que se aplica a outros pequenos pormenores dos motivos decorativos, como nas palavras «RECEITA E DES» e «DO ANO 1643 ATÉ 44», numa procura de harmonização cromática, sendo o restante desenho a castanho. O seu autor expressa um traço rígido, mas seguro. Era provedor Simeão de Freitas Correia e escrivão Agostinho de Goes de Vasconcelos, como ficou escrito no interior da moldura. O livro de 1646-1647 apresenta moldura de entrelaçados geométricos, de traçado seguro, lembrando ornamentação muçulmana.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1643-1644), l.º 506.

Iluminura n.º 2



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1646-1647), l.º 507.

Grupo B – 1650-1651 e 1651-1652

Os livros de 1650-1651 e 1651-1652 apresentam cercadura rectangular, muito simples a nível de grafismo e cromatismo, com fragilidades técnicas e plásticas. A moldura está preenchida apenas com elementos vegetalistas, por vezes enrolados em Ss, ao gosto das *feronneries*, com predomínio de verde-esmeralda e vermelho-acastanhado, cujo desenho é de mancha plana e sem tratamento de claro-escuro, revelando um artista de parca formação artística. Na cercadura do livro de 1650-1651 foram traçados círculos nas bandas superiores, inferiores e nas verticais com as palavras «MIA» (Misericórdia) e «IHS» (Iesus Hominum Salvator / Jesus Salvador dos Homens), enquanto que no livro de 1651-1652 «MIA» e «IHS» ficaram desenhados nos vértices do rectângulo dentro de uma flor em forma de campânula invertida. Em ambos os livros o seu autor procurou harmonizar as cores do desenho com as palavras escritas.

Iluminura n.º 3



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1650-1651), l.º 511.

Grupo C – 1652-1653

O livro de 1652-1653 apresenta duas iluminuras de página plena: uma fazendo jus à instituição, com a representação iconográfica comum de «Nossa Senhora da Misericórdia» – a *Mater Misericordiae* ou *Mater Omnium* –, integrada num medalhão e com moldura elaborada com *grutescos*; e outra com cercadura de idêntico programa decorativo contendo no espaço interior o texto de abertura do livro, que encerrava sempre no dia da Visitação.

A primeira iluminura apresenta uma composição com dois rectângulos, sendo o exterior a cercadura, envolvendo Nossa Senhora da Misericórdia que ocupa o centro do campo visual da composição. A cercadura apresenta um elaborado desenho, identificador do *grutesco*, com disposição simétrica das formas, onde se observam figuras e animais fantásticos e híbridos, *putti*, grifos, aves de rapina e mascarões em conjugação com ornatos florais, folhagens e enrolamentos, pintados a magenta escura sobre um fundo verde-esmeralda. No centro, e como emblema, foi representada Nossa Senhora da Misericórdia, aureolada, com o seu manto protector da humanidade pintado de azul e aberto por dois anjinhos afrontados, protegendo no seu lado direito um rei, identificado pela coroa, e um padre tonsurado, e no lado esquerdo duas dignidades eclesiásticas, um papa e um bispo, identificados pela coroa tripla e mitra, respectivamente. O papa e o rei, hierarquicamente representando o poder espiritual e temporal, encontram-se ajoelhados sobre dois coxins de veludo (?), um verde e outro azul, com borlas vermelhas. Aos pés da virgem encontra-se uma ingénua cabecita de anjo. A Virgem, os anjos e as restantes figuras apresentam um desenho anatómico inseguro e irregularidades no tratamento da volumetria. Esta parte central da iluminura é plasticamente mais insipiente que a cercadura, de desenho modelado e pormenorizado, embora apresente interessantes apontamentos de expressividade nos rostos das figuras, com faces rosadas, olhos arregalados e enlevados. O fundo do emblema é dourado, tendo sido representados o sol e a lua, antropomórficos, com rosto desenhado no centro das formas, sobre o lado direito e esquerdo, respectivamente, da Senhora da Misericórdia, e pintados de amarelo intenso. A simbologia do sol e da lua não está aqui clarificada, pois ao sol se associa a ideia de masculino, de fecundador, de poder e imortalidade, como fonte de luz, de vida e de conhecimento, porque irradia directamente a sua luz própria, enquanto a lua está associada à figura da mulher, sendo apenas reflexo do sol porque privada de luz própria, simbolizando assim o «princípio passivo, mas fecundo, a noite, a humidade, o subconsciente, a imaginação, o psiquismo, o sonho, a receptividade, a mulher e tudo o que é instável, transitório e influenciável, por analogia com o seu papel

astronómico de reflector da luz solar»⁹². Em algumas representações sob o desenho do sol encontram-se figuras masculinas e sob a lua figuras femininas⁹³, mas nesta iluminura não estão representadas figuras femininas. Assim, deduz-se que o autor desta iluminura ou o seu comitente quiseram atribuir outro significado a estes elementos, ou seguiram um gravado sem descodificar a sua simbologia.

O segundo fólio, no qual se evidencia um intenso amarelo-dourado dos ornatos *brutescos* sobre um fundo azul-turquesa luminoso, apresenta no centro o texto de abertura, com as palavras «LIVRO DE RECEITA» pintadas a dourado e as restantes a preto e vermelho. A cercadura é de um rico e cuidado desenho, detalhado, com modelação de claro-escuro que contribuiu para as volumetrias das formas, como são o interessante enrolamento de *ferronneries*, mascarões, candelabros e dois engraçados *putti* cada um cavalgando sobre uma cornucópia.

As cercaduras destas duas iluminuras apresentam composição fantasiosa de *grutesco*, com elementos retirados de estampas ítalo-flamengas, com especial eco das gravuras de Giovanni Antonio Brescia (1460-1523), Zoan Andrea (activo entre 1475 e 1520) e Nicoletto Rosex da Modena (1490-1569)⁹⁴. Apresentam um carácter festivo e fantástico, de pendor simbólico, mas valorizando, essencialmente, o aspecto ornamental. Deve-se o gosto pelo *grutesco* (*grotesche*) às descobertas, em 1480, por pintores italianos, das pinturas murais das “grottes” (grutas), encontradas nas ruínas de edifícios soterrados, especialmente no Pallazo da Domus Áurea, a casa dourada do imperador Nero, que governou desde finais do século VI a meados do século VII, e que foram profusamente divulgadas pelos artistas do Renascimento, através de pinturas e gravuras⁹⁵.

Outro livro com a representação de Nossa Senhora da Misericórdia, iluminura de página plena, é o de 1681-1682, mas de desenho e pintura muito *naïf*, também

⁹² CHEVALIER, GHEERBRANT, 1994, *Dicionário de Símbolos* [...], p. 420.

⁹³ Veja-se na Madeira a organização do retábulo da Capela de Nossa Senhora da Saúde, sita na Freguesia de São Pedro, entre o Beco dos Moinhos e o Largo do Marquês, em que as armas da fundadora estavam sob o sol e as do fundador sob a lua, numa posição inversa ao comum, remetendo, neste caso, para a posição económica mais elevada da figura feminina. Esta capela foi fundada em 1659 pelo Dr. Pedro de Carvalho de Valdavesso, Juiz dos Órfãos do Funchal e da Ponta de Sol, formado em Coimbra, e por D. Maria Gondim, sua mulher, na Quinta da Vinha, imóvel solarengo propriedade dos fundadores, infelizmente já destruído, onde foi fundada a primeira fábrica de cerveja da Madeira, Miles & C.ª H. P., por Henry Price Miles, em 1872. Vide: RODRIGUES, Rita, 2010, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias», pp. 229-337; SOBRAL, 1992, «As gravuras de Antuérpia e a pintura portuguesa no começo do século XVII: o Missal Pontifical de Gonçalves Neto», pp. 54-66.

⁹⁴ Os *brutescos* pintados nos frisos do tecto da Sé do Funchal também seguiram gravados de Nicoletto Rosex da Modena. OLIVEIRA, 2003, «Estrutura e decoração dos tectos de alfarge», pp. 41-49; SANTA CLARA, 2004, *Das coisas visíveis às invisíveis* [...], vol. I, pp. 141-145 e vol. II, pp. 1-3.

⁹⁵ Sobre o *grutesco* vide, por exemplo, CHASTEL, 1988, *La grottesque*; RODRIGUES, 1875, *Diccionario tecnico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*; SERRÃO, DACOS, 1992, «Do Grotesco ao brutesco [...], pp. 35-53.

seguinte gravados ou pinturas expostas nos altares ou oratórios das igrejas madeirenses, como modelo de inspiração. Nossa Senhora da Misericórdia está coroada e aureolada, protegendo com o seu manto o poder espiritual (papa, bispos, cardeais, clero) e temporal (imperadores, reis, rainha e nobreza). No fólho com a eleição e atribuição de cargos, as letras iniciais são todas caligrafadas, pintadas e ornadas com desenhos geométricos. De resto segue a cercadura os modelos dos livros que agrupamos no Grupo D. Era provedor o tenente general Inácio da Câmara Leme e escrivão Manuel de Castro de Freitas.

Iluminura n.º 4



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1652-1653), l.º 513.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1652-1653), l.º 513.

Grupo D – 1653-1654; 1654-1655; 1655-1656; 1656-1657; 1657-1658; 1658-1659; 1659-1660; 1660-1661; 1661-1662, 1663-1664; 1681-1682

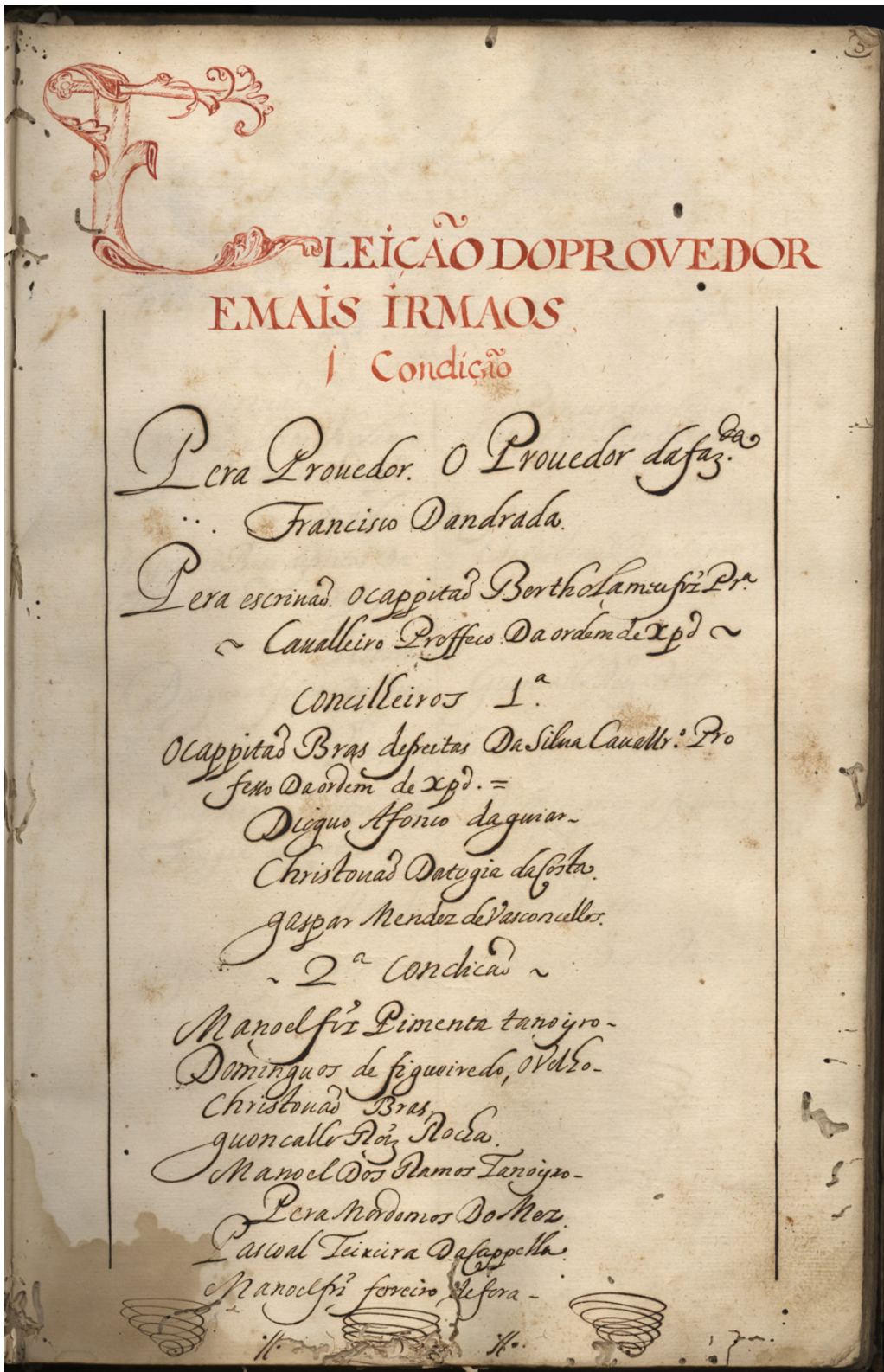
Podemos agrupar os livros de 1653-1654 a 1661-1662, sem interrupção, e 1663-1664. Os de 1653 a 1655 e de 1658 a 1662 apresentam composições semelhantes, com a cercadura rectangular envolvendo o texto no centro e na parte inferior, e em alguns livros surgem os nomes dos provedores e escrivães escritos dentro de dois círculos na base inferior (1656-1567; 1658-1659; 1659-1660 e 1661-1662) ou em dois octógonos (1660-1661), repetindo os elementos decorativos (*ferronneries*, enrolamentos, folhagens, flores – cravos, flores estilizadas e rosas-bravas ou anémons ou ranúnculos?), sendo os cromatismos predominantes o verde-esmeralda, vermelho-acastanhado, laranja-acastanhado e castanho. No livro de 1653-1654, a letra «L» é caligrafada e no fólio onde ficou registada a distribuição dos cargos encima um desenho linear, com mancha cromática, com mascarão e pássaros, tendo em baixo, como que suspensa por um cordão, a cruz de Cristo, justificado pelo seu escrivão ser o capitão Bartolomeu Fernandes Pereira, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, como ficou escrito, sendo provedor Francisco de Andrade. Nos livros de 1658-1659 e de 1660-1661 abre-se o capítulo com a letra «L» (Livro) caligrafada, pintada e ornada com um rosto masculino em forma de máscara. Este rosto, de perfil, volta a estar representado no livro de 1691-1692. O livro de 1659-1660 abre com letra «L» ornada com flores e ramagens, tendo um círculo com as iniciais “IHS”. O livro de 1657-1658 apresenta cercadura ainda mais *naïf* que os anteriores, com uma cabeça de anjo alado a rematar cada vértice da moldura. Em todos os livros a cor é aplicada com tinta muito transparente que ocupa o espaço interno do desenho linear sem quase modelação volumétrica. No livro de 1663-1664 anota-se uma maior preocupação do autor em reproduzir mais naturalisticamente os elementos decorativos, vegetalistas, com a tentativa de representar a volumetria de uma flor, através da mancha de cor vermelha, mas persiste grande fragilidade plástica.

Os livros que apresentam o nome dos provedores e escrivães são: 1656-1657 (Francisco de Noronha e Riguez e D. Sancho de Herédia) e 1660-1661 (João Rodrigues de Teives e Luís da Atouguia da Costa).

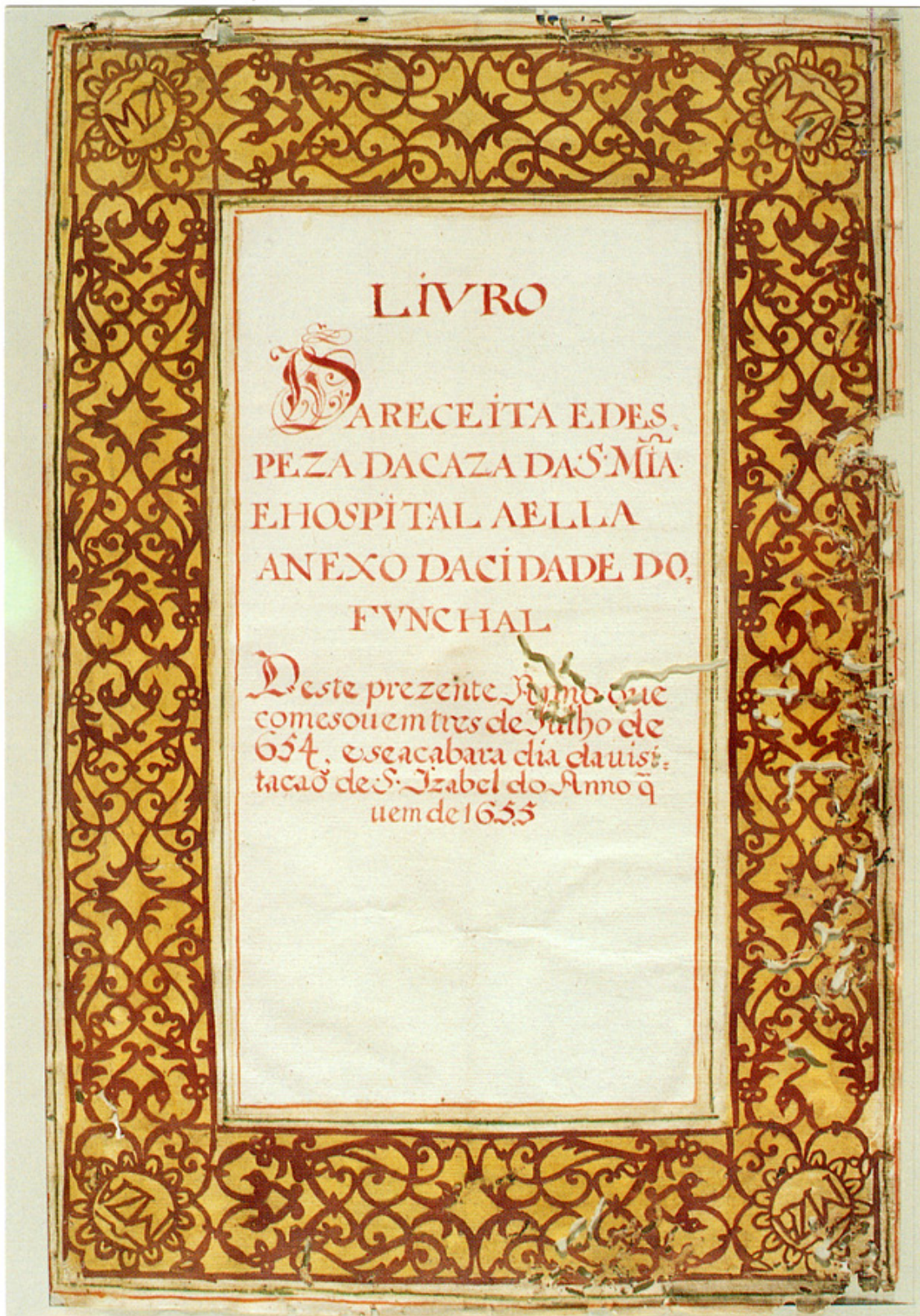
No livro 1661-1662 verifica-se que o mordomo da capela é Pedro Nunes, imaginário, que assina. Trata-se de Pedro Nunes de Morim activo entre 1655 e 1693, que embora sem obra identificada, está bem referido na Misericórdia pagando foros. Era filho de outro imaginário, José Fernandes de Morim activo entre 1627 e 1654. No entanto, não é possível relacionar Pedro Nunes de Morim com os desenhos deste livro.



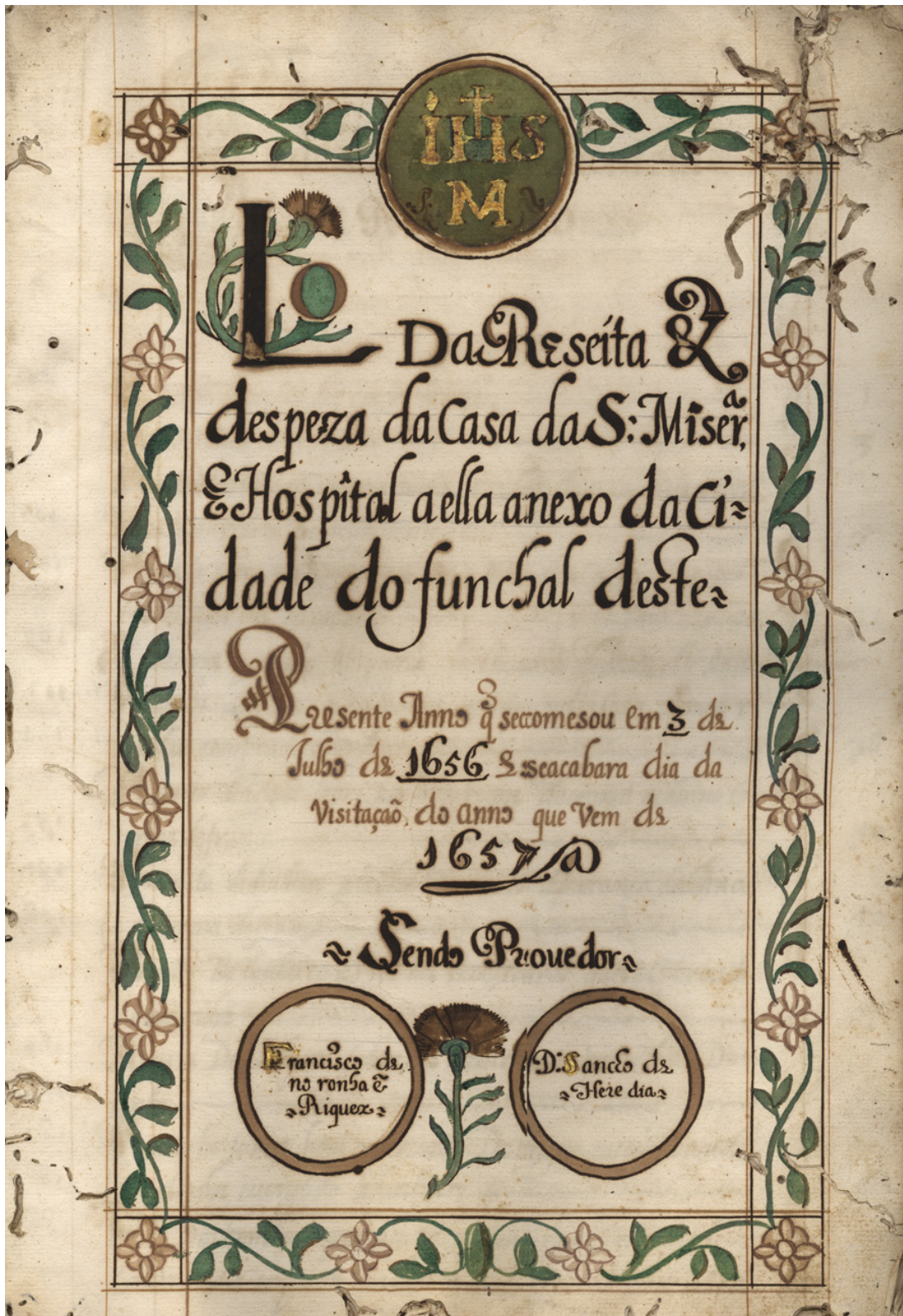
Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1653-1654), l.º 514.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1653-1654), l.º 514.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1654-1655), l.º 515.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1656-1657), l.º 517.



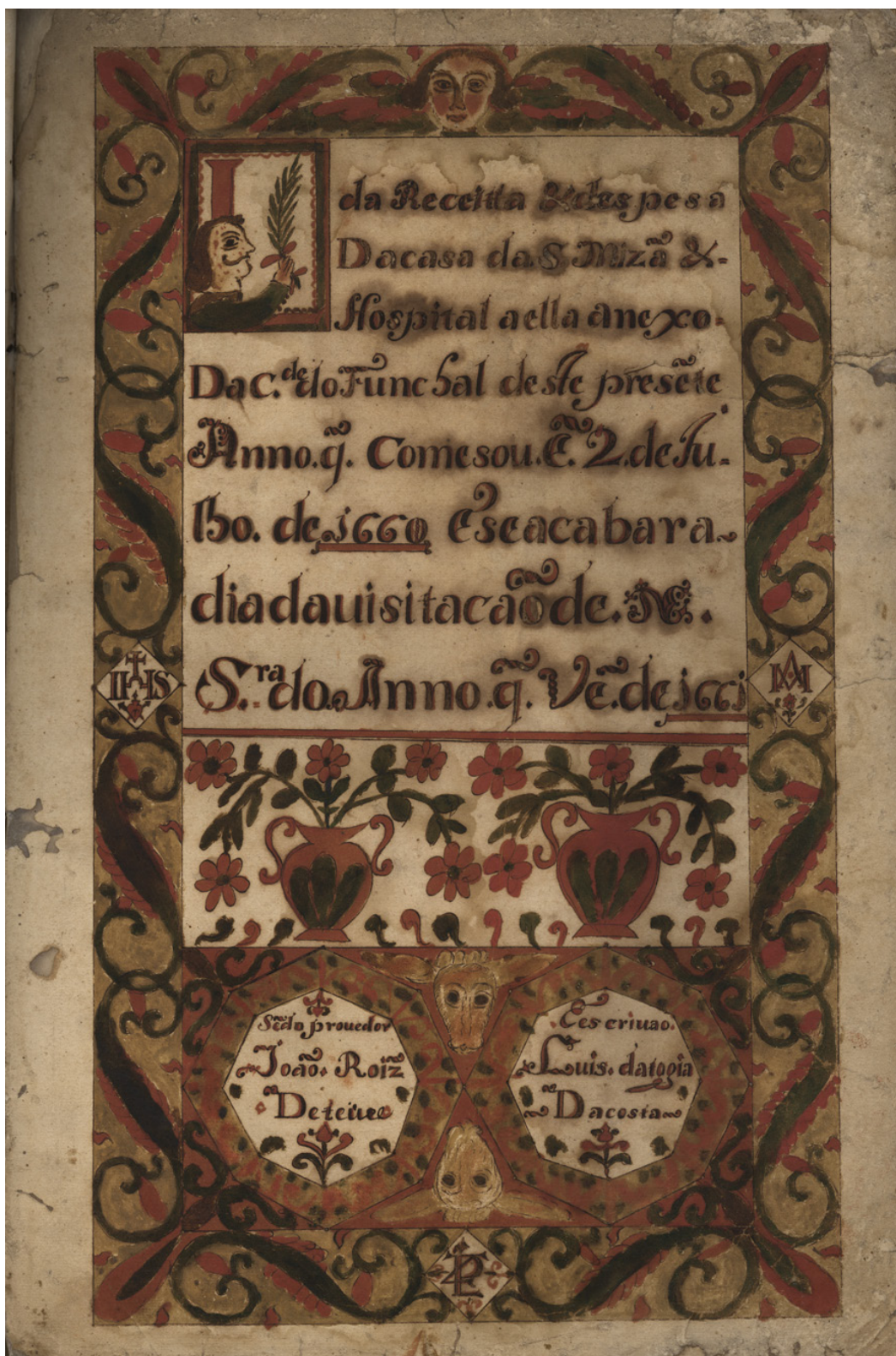
Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1657-1658), l.º 518.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1658-1659), l.º 519.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1659-1660), l.º 520.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1660-1661), l.º 521.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1661-1662), l.º 522.

Iluminura n.º 15



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1663-1664), l.º 523.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1681-1682), l.º 539.

Grupo E – 1668-1669

Uma iluminura isolada será a do livro de 1668-1669, todavia pelas afinidades técnicas e formais poderá ser atribuída ao mesmo autor ou oficina das anteriores (Grupo D), tendo sido substituído os círculos por rectângulos onde estão registados os nomes do provedor e do escrivão. A cercadura foi preenchida por uma planta trepadeira, com folhas e flores (rosas-bravas?), com apenas duas cores, vermelho e verde. Era provedor Brás de Freitas da Silva e escrivão o padre Inácio de Sousa Pereira, prioste geral do bispado.

Iluminura n.º 17



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1668-1669), l.º 529.

Grupo F – 1673-1674; 1679-1680; 1680-1681

Outro grupo engloba os livros de 1673-1674, 1679-1680 e 1680-1681. Apresentam iluminuras com desenho elaborado, valorizando a linha e a mancha como construtoras de formas e de volumetrias, com suaves procedimentos de claro-escuro e com cuidado de pormenores. As cercaduras são novamente retiradas de gravuras antuerpianas, com *ferronneries*, enrolamentos de folhas de acanto, conchas, mascarões, *putti*, anjos alados, elmos, armas, vasos, conchas, e dois *putti*, na faixa inferior, cavalgam sobre cornucópias (1679-1680), muito idênticos às figurinhas de um dos livros mais antigos (1652-1653), testemunhando a circulação de gravados na Ilha da Madeira e repetição de formulários.

Segundo Isabel Santa Clara, o livro de 1679-1680 segue as portadas de meados do século XVI divulgadas por obras impressas, como, por exemplo, *Commentarios de Affonso de Albuquerque* (1577), de João Barreira, ou *Ho octavo livro da historia do descobrimento e conquista da India Portuguesa*, de Fernão Lopes de Castanheda (1583), que «Transpostas para os livros de receitas e despesas, sem a justificação que lhes dava o conteúdo nos livros acima citados, testemunham o esvaziamento de uma fórmula, repetida sem noção do significado»⁹⁶.

Numa das cercaduras (1673-1674), umas das flores representadas parece-nos o cravo da China (*dianthus chinensis*), pelas manchas interiores das pétalas, e outras em forma de campânula fechada, com os estames visíveis, não identificamos. Neste livro, no friso superior, dois anjinhos afrontados seguram numa cartela oval com a letra M e no oposto encontra-se uma máscara coroada com vieira. Os livros de 1673-1674 e 1680-1681 apresentam cercaduras monocromáticas, castanho-cinza, e no de 1679-1680 os elementos *brutescos* foram pintados de rosa-salmão sobre um fundo azul-turquesa e as armas dos Bettencourts, com leão negro de rompente, encimando o texto sépia, cor que se repete em todos os textos deste grupo. Neste ano foi provedor João Bettencourt Vasconcelos e escrivão Pedro da Silva Favila de Vasconcelos, o que se justificará a representação daquele brasão de armas.

⁹⁶ SANTA CLARA, 2004, *Das coisas visíveis às invisíveis* [...], vol. I, p. 300.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1673-1674), l.º 532.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1679-1680), l.º 537.

Iluminura n.º 20



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1680-1681), l.º 538.

Grupo G – 1682-1683 e 1684-1685

Dois livros, de 1682-1683 e 1684-1685, apresentam iluminuras plasmadas de gravuras de *brutescos* sobre fundo azul-ultramarino luminoso. No primeiro, as figurinhas (anjos alados, *putti*, grifos e figuras híbridas), as flores estilizadas e os frutos foram anotados com pinceladas de tinta rosa-salmão e no segundo as figuras (caras masculinas, barbadas e coroadas com folhas de louro, hibridamente enroladas em folhas de acanto) e charolas ou grinaldas de frutos foram pintadas de amarelo vivo com toques de branco nas aberturas lumínicas. Os textos dos dois livros estão escritos a sépia escura. A segunda iluminura é de um desenho ágil e desenvolto, com largas e expressivas manchas que vão desde o branco, passando por um amarelo intenso e chegando a um castanho muito escuro, criando a ilusão de terceira dimensão, no jogo de profundidade e volumetria. No friso superior a palavra «MIA» (Misericórdia) está dentro de uma cartela oval de moldura com *rollwerks*. Toda a iluminura é composta dentro de uma composição que remete para uma estrutura retabular. Isabel Santa Clara descreve a portada deste livro como sendo «uma tradução de obra de talha, com marcações de claro-escuro vigorosas. Uma cartela entre festões de frutos ocupa a parte superior, a cercadura transforma-se em pilastras, sobre as quais os rostos coroados de louros se metamorfoseam em acantos, que ganham um volume acentuado»⁹⁷.

⁹⁷ SANTA CLARA, 2004, *Das coisas visíveis às invisíveis* [...], vol. I, p. 300.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1682-1683), l.º 540.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1684-1685), l.º 542.

Grupo H – 1688-1689

Outra iluminura, isolada nestes agrupamentos, é a do livro 1688-1689, de sabor *naïf*, com florinhas esboçadas através de manchas irregulares e contornadas com imprecisão, nas quais, pela configuração, recorte e número de pétalas, reconhecemos o trevo de quatro pétalas. Como consequência da corrosão da tinta e borramento da mesma, devido às humidades e tinta ferrogálica (?), partes do desenho são apenas uma mancha escura, mas observam-se ainda pormenores coloridos de tons vermelhos, verdes, amarelos, ocres e azuis. No cimo e ao centro, um anjo alado tocando corneta, em forma de arauto, está sobre uma ingénua cartela que envolve a palavra «MIA» (Misericórdia).

Iluminura n.º 23



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1688-1689), l.º 545.

Grupo I – 1690-1691

No livro de 1690-1691 observa-se uma iluminura muito colorida, mas desfavorecida pelas manchas mal distribuídas e, possivelmente, danificada pela humidade. Representa uma espécie de estrutura retabular, em forma de pórtico, com duas colunas torsas, simétricas, com o primeiro terço ricamente decorado. Na base estão três rectângulos com ornamentações. Na parte superior, no frontão, e dentro de uma cartela oval, sustida por dois anjos alados, de corpo inteiro, encontra-se Nossa Senhora da Misericórdia, representada como Imaculada, coroada, sobre a lua de pontas para cima e três anjinhos, seguindo, de resto, ingenuamente, a iconografia de *Mater Omnium*, que sob o manto protege o poder espiritual, ao seu lado direito, com as figuras do papa, cardeal e outras figuras clericais, e o poder temporal, no seu lado esquerdo, com figuras da realeza e nobreza, identificadas pela indumentária. Abaixo do texto, com o nome do provedor (João de Bettencourt Henriques) e escrivão (Gaspar Mendes de Vasconcelos), foi pintada um rosinha, compositivamente despropositada. Predominam nesta iluminura tons de sépia (anjos), verdes (cartelas, colunas e roupagens), vermelhos (fundos e vestes), amarelos e ocres (vestes), azul da Prússia (manto da virgem) e um vivo azul-ultramarino (apontamentos nos *rollwerks* da cartela e primeiro terço inferior das colunas). Segue esta iluminura um gravado próximo ao do livro de 1684-1685. Anote-se, apesar da ingenuidade gráfica e plástica, a proximidade com a iluminura do Compromisso da Irmandade de São Lucas de Lisboa, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga (Inv 23/1 Ilum)⁹⁸.

⁹⁸ Publicado em PEIXEIRO, PINTO, CUSTÓDIO, 2019, *Compromisso da Irmandade do Benaventurado São Roque em a Igreja da Companhia de Jesus [...]*, p. 100.

Iluminura n.º 24



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1690-1691), l.º 548.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1690-1691), l.º 548.

Iluminura n.º 26



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1690-1691), l.º 548.

Iluminura n.º 27



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1690-1691), l.º 548.

Grupo J – 1691-1692 e 1692-1693

O livro de 1691-1692 é ricamente decorado, apresentando no fólho, com os nomes dos eleitos de primeira condição, a inicial de cada nome caligrafada, pintada e ornamentada, especialmente com elementos vegetalistas. Cada capítulo é aberto com desenho, sendo, por exemplo, o «O» (de «Officios que se fizeram pellas almas dos irmãos que este anno falleceram») desenhado com um sol, antropomórfico, apresentando um rosto expressivo envolvido por moldura circular, e o «P» (de «Prezos que a caza liurou & sustentou») toma a forma de um candelabro, tendo no bojo um rosto desenhado, assim como na curva do P um rosto de perfil, muito idênticos aos representados nos livros de 1657-1658, 1658-1659 e 1660-1661. No fólho com a eleição e atribuição de cargos, as letras são caligrafadas e ornadas com arabescos, tendo o «O», por exemplo, um rosto ou motivos florais. Era provedor Roque Acciaolly de Vasconcelos e escrivão o reverendo padre Tomás Bettencourt Henriques. A iluminura do livro de 1692-1693 apresenta uma cercadura novamente com enrolamentos de folhas de acanto, entrelaçadas com

feronneries e *rincaux*, com apontamentos de flores (ranúnculos?) nos frisos superiores e inferiores, rematada, em baixo e ao centro, com uma máscara. Predominam as cores amarelo, laranja e vermelho. A letra «L» (de «Livro de receita») é ricamente ornada com enrolamentos. Era provedor o general D. Rodrigo da Costa e escrivão Francisco de Vasconcelos Bettencourt.

Iluminura n.º 28



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1692-1693), l.º 549.

Grupo L – 1695-1696; 1697-1698; 1698-1699; 1699-1700; 1705-1706; 1710-1711; 1712-1713; 1713-1714

As iluminuras de quatro livros, de 1695 a 1700, e mais quatro entre 1705 e 1714, devem ter sido executadas pelo mesmo artista. São as oito portadas com as iluminuras de melhor desenho e pintura deste núcleo da Misericórdia do Funchal e só comparáveis, em termos de qualidade gráfica e plástica, ao excelente risco do retábulo da Igreja de São Jorge (Santana), da autoria do mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins, executado em 1750. São todas monocromáticas, de castanho-escuro ou sépia, à excepção do livro de 1699-1700 que apresenta uma harmoniosa cromia entre verdes-amarelados, verde-esmeralda, amarelos, laranjas e azuis-turquesa. Apesar de partir de gravuras italianas e flamengas, comumente usadas em frontispícios, este grupo de desenhos revela um autor seguro no traço, com correcta modelação lumínica que permite representar formas e volumes tridimensionais, fortemente naturalistas, delineados por uma linha sinuosa com variação de espessura de acordo com as zonas de sombra ou luz. As cartelas são molduradas com *rollwerks* e *rinceaux*.

O livro de 1695-1696 apresenta uma portada barroca, com dois anjinhos gorduchos a abrirem, na parte superior, a cena, agarrados a uns cortinados volumosos, com borla pendente no centro. Uma cartela oval, com delicado trabalho de claro-escuro e volumetrias nos *rollwerks*, é encimada com uma cabeça de querubim com um cesto de flores sobre a cabeça, e na parte inferior seguram a cartela dois anjos, um de costas, nu, e outro em posição frontal com um pano a cobrir a zona púbica. Abaixo do texto foi desenhado uma taça com um vistoso ramo de flores.

No livro de 1697-1698 o fólio com a eleição e cargos apresenta cercadura rectangular com motivos vegetalistas, de desenho seguro, e cada letra inicial é caligrafada, assim como as que abrem os capítulos são delicadamente desenhadas e ornadas com motivos vegetalistas. Era provedor D. Jorge Henriques e escrivão António Correia Bettencourt.

Os desenhos das iluminuras dos livros 1698-1699 e 1705-1706 são exactamente iguais, diferindo apenas no cromatismo. O primeiro é pintado a sépia um pouco avermelhado, com modelação lumínica bem marcada visualizando as formas tridimensionalmente, enquanto o segundo apresenta uma aguada muito clara, ficando valorizado o desenho de contorno e linear, mas o suficiente para percepcionarmos as formas na sua volumetria. Os livros de 1712-1713 e 1713-1714 seguem composição, desenho e cor praticamente iguais aos livros anteriores. Apresentam desenho delicado, sendo as formas construídas com linhas que vão

dando a sombra e respectiva volumetria nas folhagens e volutas, revelando domínio na concepção do desenho.

Os livros em cujas cartelas ficaram indicados os nomes dos provedores e escrivães, além dos já referidos, são: 1698-1699 (Francisco da Câmara Leme e D. Augusto H. de Sá); 1712-1713 (arcediogo António Correia Bettencourt e Tomás Henriques de Noronha); 1713-1714 (D. Pedro Alves da Cunha, general desta ilha, e António Carvalho Esmeraldo da Cunha).

Destaca-se o livro de 1710-1711 pelo desenho exímio e elaborado. No centro, a figura de um deus (mensageiro?), sobrevoando uma paisagem, com asas nos pés e no elmo permitindo-lhe voar pelo espaço, talvez Hermes (Grécia) ou Mercúrio (Roma), patronos dos comerciantes, da boa sorte e da riqueza. Segura o deus um pano onde foi escrito, seguindo a ondulação do tecido, os nomes do provedor – «Mestre de Campo Ignácio de Bettencourt e Vasconcelos», e do escrivão, Jorge Correia Bettencourt, ambos homens da governança. Inácio de Bettencourt de Vasconcelos foi tenente general, conforme carta de patente de 22 de Novembro de 1694, e chegou a coadjuvar o governador da Madeira.

Atendendo que as iluminuras são executadas já com a informação dos eleitos e seus cargos, e respectivo ano económico, faz todo o sentido que fossem realizadas na Madeira. Para este período estão documentados alguns imaginários e pintores, documentados na Misericórdia do Funchal, nos registos paroquiais e na Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, por exemplo, mas sem relação directa com obra de talha ou pintura, à excepção de Manuel Pereira de Almeida, activo desde 1677 até cerca de 1720/1730, e seus parceiros, mas as obras a ele atribuídas não vislumbram que fosse autor de desenhos tão aprimorados. Por isso, o mais seguro, até prova do contrário, e na ausência de documentação escrita coeva, é apontar como autores destas iluminuras os mestres das obras reais, tendo por referência o já citado desenho de Domingos Rodrigues Martins. Pois só um artista com formação e aprendizagem oficial teria capacidade de apresentar esta obra de iluminura.

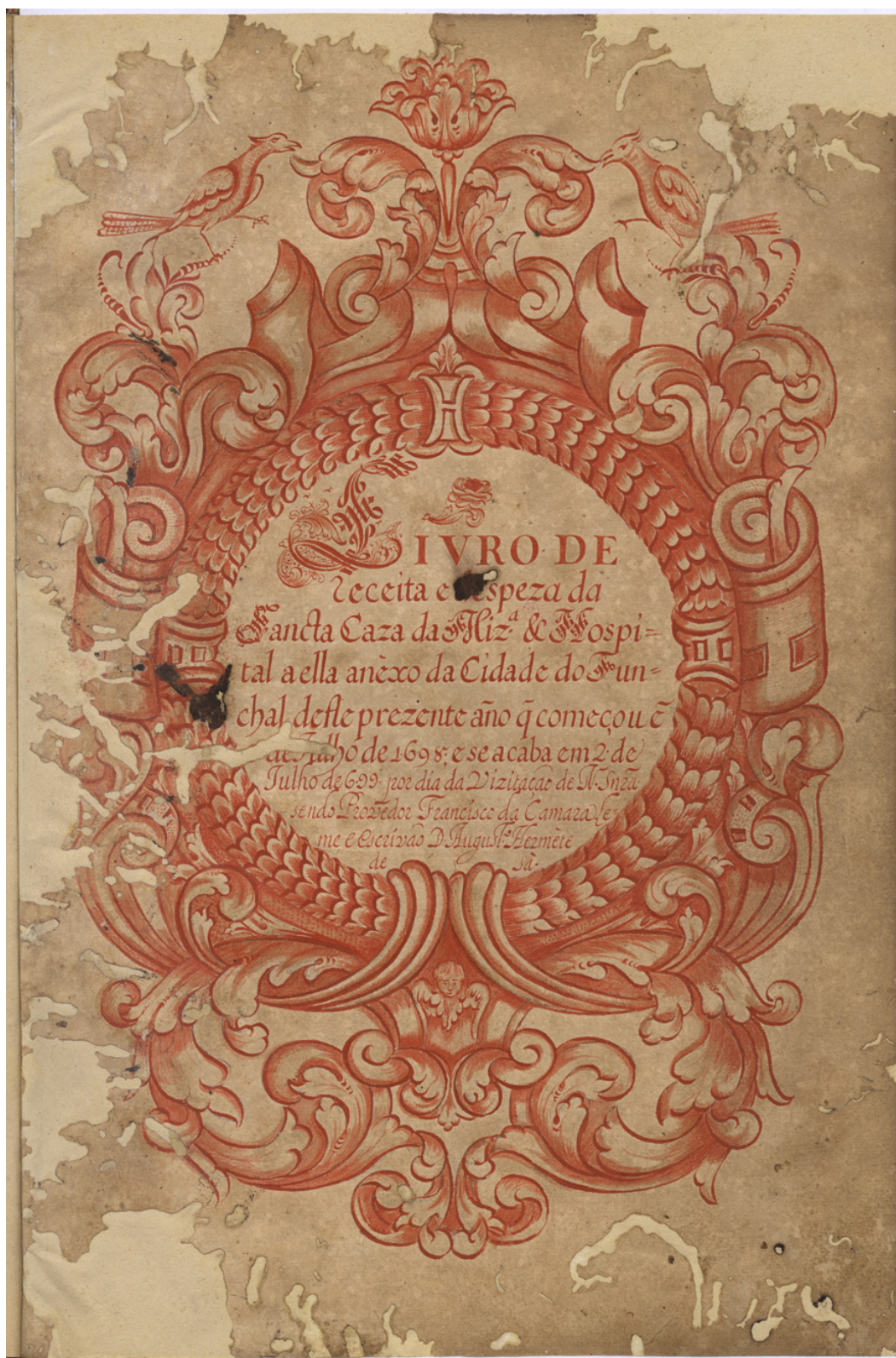


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1695-1696), l.º 552.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1697-1698), l.º 554.

Iluminura n.º 31



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1698-1699), l.º 555.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1699-1700), l.º 556.

Iluminura n.º 33



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1710-1711), l.º 566.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1712-1713), l.º 567.



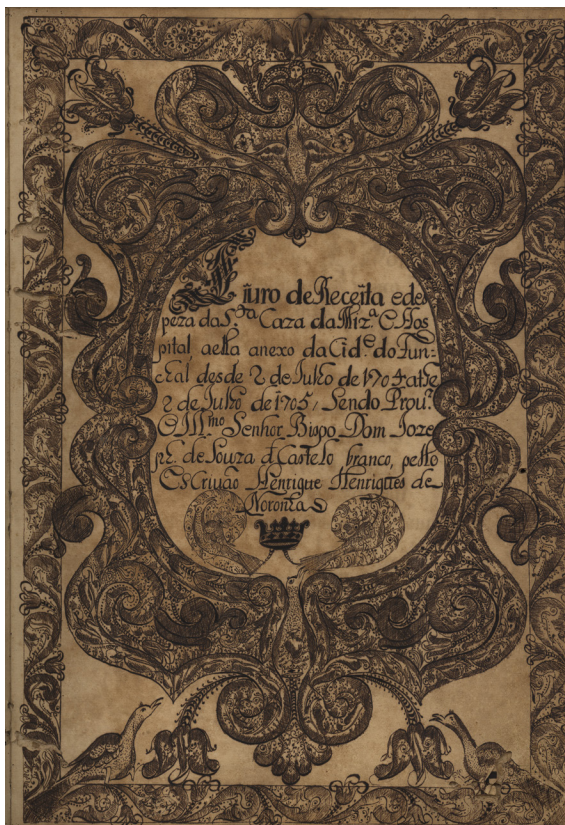
Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1713-1714), l.º 568 B.

Grupo M – 1704-1705; 1706-1707

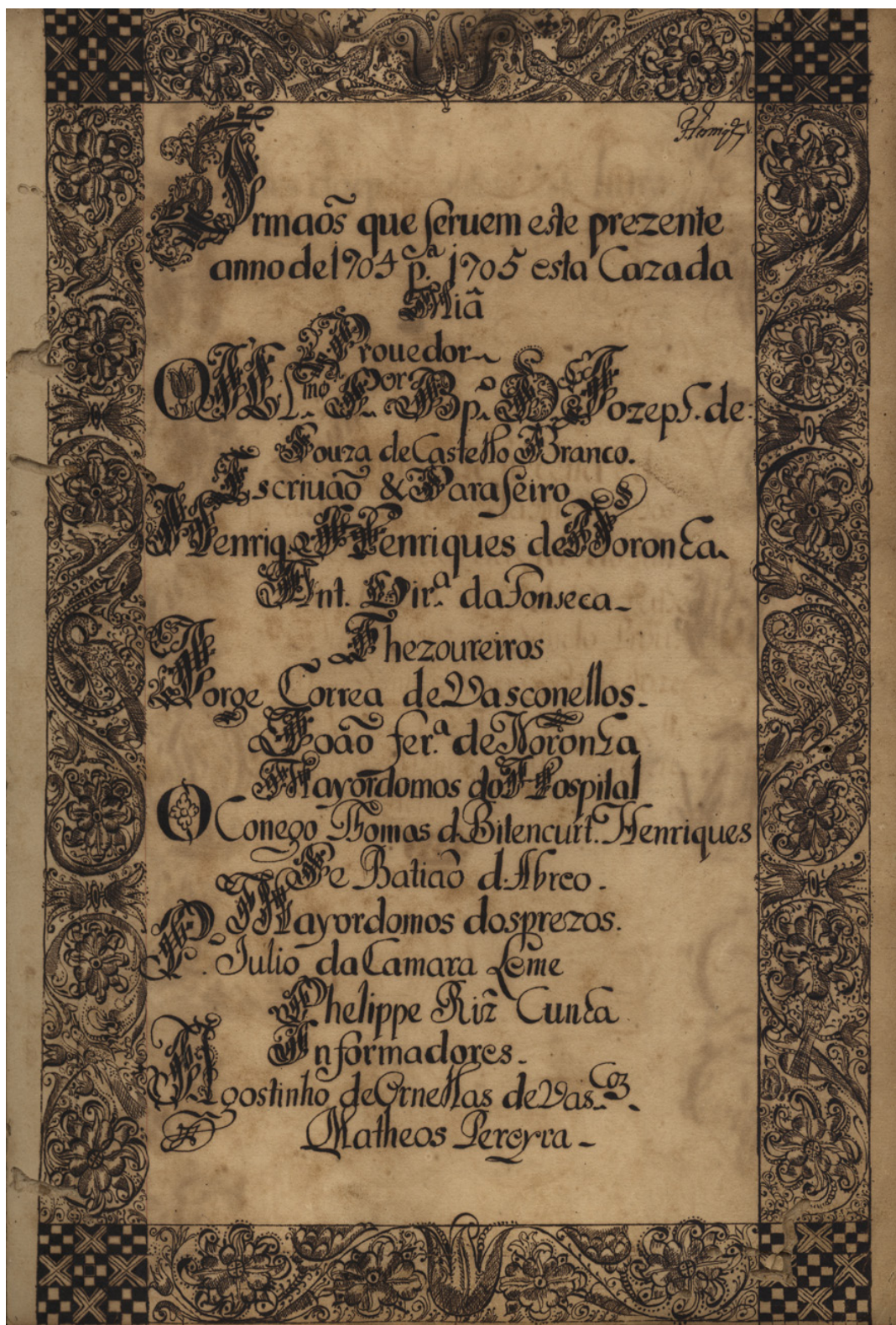
Intercalaram o núcleo anterior as iluminuras dos livros de 1704-1705 e 1706-1707, de dois autores distintos e ambas de factura ingénuua. A iluminura do primeiro livro, sendo provedor o bispo D. José de Sousa Castelo Branco e escrivão Henrique Henriques de Noronha, apresenta uma pintura monocromática, castanho-escuro, densamente composta, e essencialmente linear e pontilhista, com laboriosos enrolamentos de motivos florais e ornitológicos e elementos decorativos espiralados, tendo na base da cartela uma coroa. Este esquema decorativo repete-se na cercadura do fólio da apresentação da eleição e cargos, sendo as letras iniciais caligrafadas.

O livro de 1706-1707 apresenta o nome do provedor, Henrique Henriques de Noronha, e do escrivão, padre Tomé Bettencourt Henriques, dentro de um coração construído por uma moldura comum das cartelas. Apresenta um desenho simples, mas interessante pelo seu colorido vivo, com amarelos, ocres, laranjas, vermelhos, rosas e verde-esmeralda. A cercadura, de desenho e pintura insipientes, representa uma trepadeira com vários tipos de flores intercaladas com pássaros.

Iluminura n.º 36



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1704-1705), l.º 561.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1704-1705), l.º 561.

Homenagem

Indes do que contem este liuro.

A rrastados do di. deste anno	53
A rrastados do di. dos annos passados	57
A rrastados do sup. deste anno	57
A rrastados do sup. dos annos passados	57
A ver q. esta s. para tem de Venda	34. vj.
B olha, e sua despesa.	45. vj.
C aza alugada.	34.
D inheiro q. ficou na Mão.	74. vj.
D inheiro q. a Junta levou acentenas	64.
D espesa em os pagamentos das demandas	52.
D espesa do Lendilho da Torre da	74. vj.
D espesa dos registros q. ficou na Mão.	72. vj.
E leição de Governador, e mais Conselheiros.	4.
E leição de Governador, e mais Conselheiros.	33. vj.
E leição de Governador, e mais Conselheiros.	67. vj.
E leição de Governador, e mais Conselheiros.	4.
F orras q. esta s. para tem de di.	5. vj.
F orras q. esta s. para tem de di.	84.
F orras q. este anno se fizeram.	72.
F orras q. este anno se fizeram.	74. vj.
F orras do Vinho q. tem estas s. para	34. vj.
G aveta, e sua despesa.	36.

Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1704-1705), l.º 561.



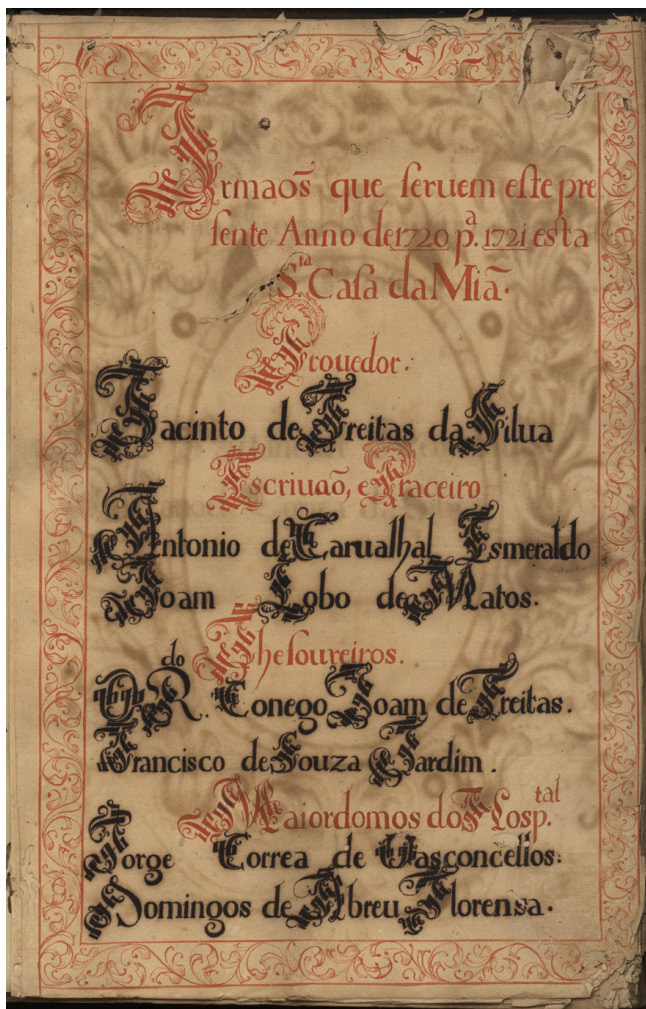
Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1706-1707), l.º 563.

Grupo N – 1720-1721; 1721-1722

No livro de 1720-1721, sendo provedor Jacinto de Freitas da Silva e escrivão António Carvalho Esmeraldo, observa-se no fólho da eleição, com os nomes e respectivos cargos, uma cercadura rectangular, com motivos vegetalistas, monocromáticos, sendo as letras iniciais caligrafadas.

O livro de 1721-1722 apresenta o fólho totalmente preenchido por um padrão construído por enrolamento de flores, com o que parecem ser cravos, narcisos e beijo-turco (?) (*impatiens walleriana*), basicamente executado através de um desenho linear, com umas espirais decorativas traçadas a pontos regulares. No centro e em cartela oval estão os nomes do provedor (Cristóvão Esmeraldo de Atougia e Câmara) e escrivão (D. Noitel (?) de Castro).

Illuminura n.º 40



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1720-1721), l.º 573.

Iluminura n.º 41



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1721-1722), l.º 574.

Grupo O – 1724-1725

O livro de 1724-1725, novamente cópia de gravura flamenga, apresenta desenho linear e quase sem marcação de sombras, cuja noção de tridimensionalidade é dada apenas pelas linhas de contorno e espaços abertos a branco. Também no centro e em cartela oval, com moldura decorada com ramos, folhagens e enrolamentos, estão os nomes do provedor (Jorge Correia Bettencourt) e escrivão (Pedro Bettencourt Atougua).

Iluminura n.º 42



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1724-1725), l.º 577.

Grupo P – 1735-1736

A portada do livro de 1735-1736, totalmente executada a lápis, é um documento gráfico indispensável para o estudo dos desenhos dos pintores e imaginários madeirenses. É possível observar, nos primeiros planos, o carregar no lápis para acentuar o negro e as linhas suaves, acinzentadas, no fundo, dão uma maior leitura de profundidade. É bem visível a utilização e exploração da linha na sua componente gráfico-expressiva, enquanto elemento construtivo e descritivo do registo/acção do desenhador para representar figuras, objectos, espaços e perspectivas. A linha é neste desenho geradora de superfície, recorte e contorno de formas, e quando conjugada com diversos cruzamentos e sobreposições criou tramas e sombreados que sugerem volumes, devido, também, à recorrência a diferentes intensidades e gradações tonais, incisões, texturizações. Na parte superior foi representada uma paisagem com montanhas e uma árvore frondosa em primeiro plano, seguindo-se árvores mais esguias e três figuras femininas (deusas?), sobre plintos (?), apenas esboçada a lápis, mas muito claro, e não finalizado. Aqui o seu autor, embora numa acção gráfica ingénua, recorreu à aplicação do ponto como modelador formal, concentrando-o ou dispersando-o de forma a criar e diferenciar as zonas escuras e as aberturas lumínicas sugerindo tons negros, cinzas e brancos, e criando ilusão de profundidade.

Este frontispício representa um espaço arquitectónico, com duas colunas coríntias em primeiro plano, vendo-se no lado esquerdo parte de um cortinado, com panejamento ligeiramente geometrizado mas com modelação correcta, seguindo-se no plano posterior a continuidade de uma arquitectura clássica com colunas coríntias, arcos de volta perfeita e um varandim de balaustrada. Abre a cena um anjo gorducho, sentado no degrau, com uma baqueta em cada mão em gesto de tocar o timbale, instrumento de repercussão que na prática musical é usado em par e não individualmente, como aqui ficou representado. Dois anjinhos, sentados junto à base das colunas, tocam instrumentos de sopro: o do lado esquerdo segura na mão esquerda um estranho instrumento, enrolado em múltiplas volutas, parecendo ser de metal, que sopra fortemente, possivelmente uma trombeta ou trompa, instrumento associado à caça, mas que no século XVIII foi utilizado em contexto musical, e segura na outra mão uma partitura, enquanto o anjo do lado direito toca uma charamela, longo instrumento com uma larga campânula⁹⁹.

Nos três panos de paredes, fundeira e as duas laterais, estão esboçadas paisagens enquadradas por molduras com entrelaçados de folhas de acanto (laterais) e *brutescos*

⁹⁹ Agradecemos à música e mestra Isabel Monteiro a identificação dos instrumentos musicais.

e acantos (fundeira), lembrando tapeçarias ou tapetes de azulejos. À esquerda está representada uma árvore esguia ocupando todo o espaço e, à direita, em composição centrada, ficou desenhada uma paisagem com árvore em segundo plano e no primeiro uma figura masculina, talvez um pastor.

Ao centro, dois anjos afrontados de corpo inteiro exibem uma trabalhada cartela, encimada com um mascarão com vieira, estando no centro o texto de abertura do ano económico e com o nome do provedor: o governador e capitão-general João de Abreu Castelo Branco.

Toda a composição parece seguir um gravado de uma alegoria à Música, aqui adaptado para a entrada do ano económico da Misericórdia do Funchal. O autor deste desenho, apesar de seguir uma gravura, revela conhecer as regras da perspectiva, quer a nível das tomadas dos pontos de vista, quer das escalas e proporções, quer, ainda, na aplicação da variação lumínica do claro-escuro. Julgamos, no entanto, que este desenho está incompleto, pois parece-nos, pelo seu traço, que foi executado para ser concluído a tina-da-china, o que não aconteceu, ficando apenas a lápis.

No interior do livro várias entradas apresentam letras caligrafadas e ornadas com elementos vegetalistas, de bom desenho. O fólio que abre o registo da eleição com o nome do provedor, escrivão e mais irmãos, começa com a letra «O» («O Provedor [...]»), desenhada dentro de um quadrado com uma perspectiva de um espaço com arcadas, varanda balaustrada, chão de azulejos e parede com uma frondosa árvore, estando a letra «O» a tinta e o desenho ainda a lápis, enquanto duas letras «Rs», em fólios separados, abrindo «Resumo da Receita [...]» e «Resumo da Despesa [...]», foram desenhadas com igual ornamentação, com ramos de folhas de acanto enroladas, estando num deles um *putti* pendurado. Estas letras foram pintadas a aguarela, de tom cinzento, e apresentam bom desenho e domínio técnico.

Num livro de contas do Convento de Santa Clara do Funchal encontra-se uma portada desenhada que do ponto de vista técnico aproxima-se à iluminura deste livro do Misericórdia do Funchal. Trata-se do livro «Das contas do que entrou este des//pendeo neste Mosteyro de N. M. //S. Clara sendo Abbadessa A madre R. M. // D. Coletta Roza de S. Angostinho // Cujo triénio principiõ, em 23 // de Janeiro de 1740. Escrivam A. M. D. Margaryda Jacinta de // St.^a Roza», com desenho correcto, de modelação claro-escurista e com interessante cruzamento de linhas para as zonas de sombreado, representando os volumes pela variação lumínica, com uma cartela inserida entre duas colunas coríntias. Desenho este que revela agilidade gráfica do seu autor, pintor ou imaginário.

A organização deste livro não difere dos outros deste convento. Apresenta contabilidade comum com receitas assentes em foros e diversos gastos: sapatos, hábito e saial do donato; botas para o moço; vestido para o moço que serve no pátio;

guardanapos; «Duas varas de olanda em duas toalhas»; ordenados aos procuradores, incluindo um procurador em Lisboa/corte; «dinheiro para hum orinol»; armação do sepulcro/monumento; armação das festas de S.^{ta} Clara, dos Reis; moleques que tocaram tambor e charamela; conserto da cruz e castiçais da igreja, etc. Sendo as maiores despesas assinaladas em 1750 com o «gasto no conserto do sacrário 91\$000 de feitoria. Do nincho de N.^a Sr.^a do Monte 50\$000 rs, e dinheiro que fica em deposito athé a disizão da Demanda, 70\$000 rs, todo» (211\$000 rs)¹⁰⁰.

Neste livro ficou registado um rasgado elogio às autoras por tão sábia “aritmética” pelo padre franciscano Frei José de Jesus Maria, em 1742, antes do encerramento final do livro:

«Vi este livro da despozição, e governo no segundo abadeçado da M. Religioza Madre a Snr.^a D. Colleta Roza de S. Agostinho¹⁰¹, feito pela M. R. M. Snr.^a D. Margarida Jacinta de S.^{ta} Roza. Com temor aceytei esta impreza, com gosto a continuei, e com utilidade lhe dei fim; aceitei temerozo por me parecer fosse curta a minha comprehensão [...] e continuei gostozo pelo deleitavel no modo, com que esta disposto [...] que seria todo o louvor [...] se fazia às suas Authoras continuey para me admirar. Já daqui para diante não tenho que louvar por sabias as que a antiguidade tanto celebrou, e athe agora andavão escriptas nos anaes da fama».

E enumera algumas mulheres da História: a «Rainha de Sabaa» que se atreveu a disputar com Salomão, e se o não convenceu, também não foi convencida; a «Menina chamada Proba Valeria» que com apenas quinze anos, já muito douta nas letras gregas, latinas e sagradas, escreveu sobre a vida e morte de Cristo convertendo os versos gentílicos de Virgílio em poesia católica; «Tianonea molher de Pitagoras» que escreveu uns comentários sobre a virtude em poemas sentenciosos do seu marido; «Leoncia natural de Grecia» que disputou com o filósofo Teofrates; «e finalmente para não fazer relação sem fim de molheres sabias Cornèlia May dos Gracos, que foy quem deu Letras e ensinou em Aula publica os Egipcios»;

«E baste huma por todas [...] a nossa Portugueza, tão douta em muitas lingoas, artes e Sciencias, que escreveu hua carta ao Pontífice Paulus 3.^o nas Lingoas Latina, grega, hebraica, caldea, e Arabica¹⁰², porque nem hua destas poderia ter nome se houvesse

¹⁰⁰ DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, l.^o 43, fl. 70v.^o

¹⁰¹ A Madre Coleta Rosa de Santo Agostinho era já abadessa em 1730. ABM, IAC, *Convento de Santa Clara, Livro de Quitações*, 1730 – doc. 46.

¹⁰² Esta portuguesa douta só poderá ser Luísa Sigeia (Taracón, 1522-Burgos, 1560), poetisa de referência do humanismo ibérico, que serviu na corte portuguesa como dama e companheira da Infanta D. Maria (1521-1577), última filha de D. Manuel. Escreveu o poema *Syntra*, em 1546, publicado em 1566 por esforços do embaixador francês em Portugal, Jean Nicot, onde aludia ao casamento da infanta, que acabou por não se concretizar, e às belezas naturais da vila de Sintra. Luísa Sigeia enviou o poema ao papa acompanhado de uma carta de obediência, escrita a 6 de Janeiro de 1547. «Luísa Sigeia, a sua [da infanta D. Maria] juvenil mestra, da mesma idade aproximadamente que a Infanta [...] O poema *Syntra* da Sigeia, em que se alude claramente ao casamento da Infanta com um grande príncipe

naquele tempo hua Colleta, e hua Margarida tão sabias na Arismetica [sic], que so podem servir pelo admiradas e invejadas de todos, e imitadas de ninguém, pois cada regra deste seu livro hé hum clarim pregoeyro da sua fama [...] não encareço a sabedoria das Authoras deste Livro, porque não chego a alcançalla [...].»

E conclui: «e finalmente hua obra em tudo louvavel e digna que para eterna memoria se guarde entre os Livros do Vaticano. Este hé o meu parecer. Convento de S. Francisco do Funchal 6 de Setembro de 1742. Fr. Jozé de Jezus M.^a»¹⁰³.

Aqui levanta-se também a dificuldade de atribuir uma autoria. Quem foi o autor da portada deste livro? Seria traçado por uma das autoras tão elogiadas ou pelo próprio frei franciscano? Este, apesar de afirmar ser homem das ciências e aritméticas, podia praticar a arte do desenho e da pintura, pois afirma «Com temor aceytei esta impreza...», por isso, podia ter aberto a portada do livro. De qualquer forma, como aconteceu com o livro de 1735-1736 da Misericórdia do Funchal, o autor do desenho do livro do Convento de Santa Clara, embora partido de gravado, também conhecia as regras do desenho no que concerne à modelação lumínica, conseguindo uma representação elaborada.

Iluminura n.º 43

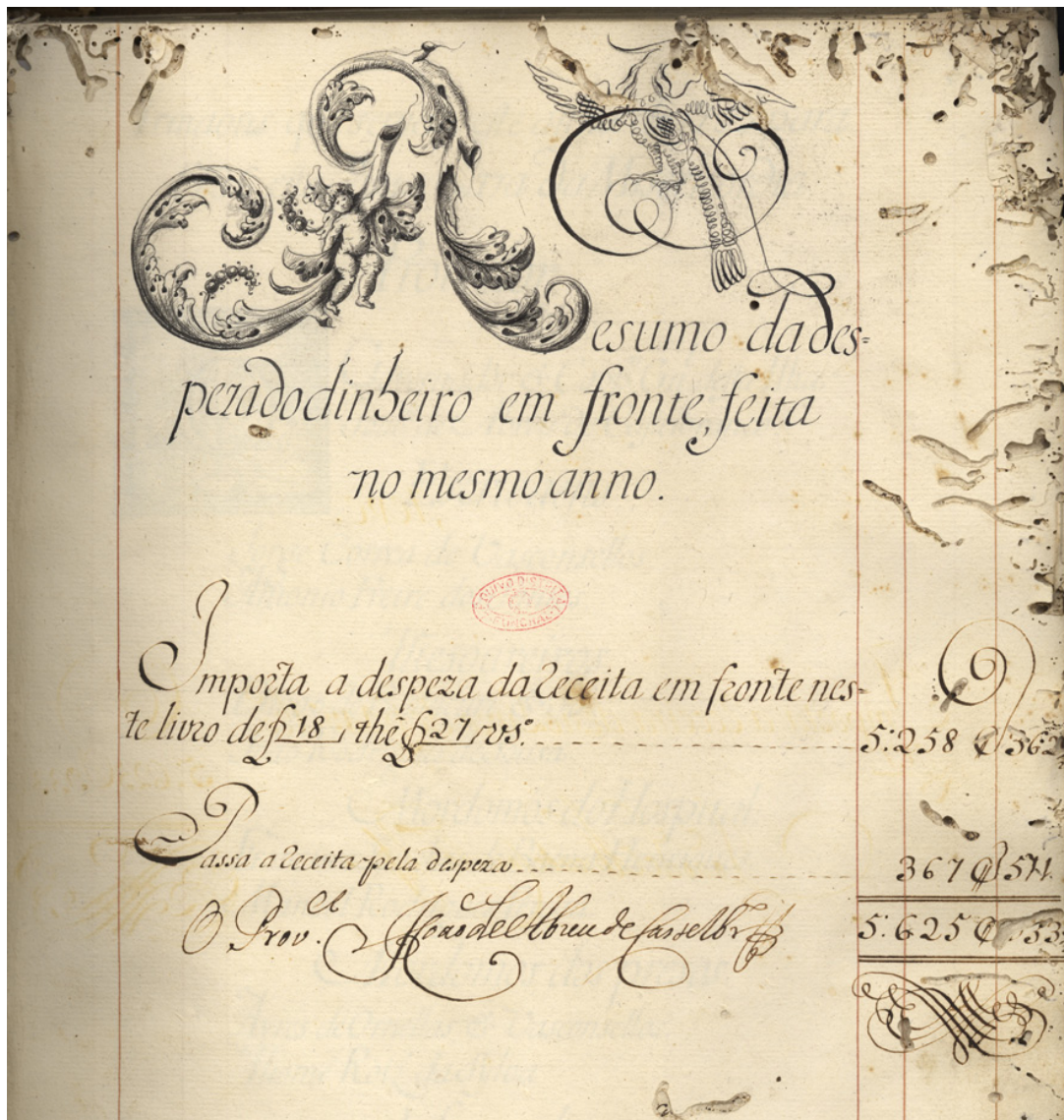


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1735-1736), l.º 584.

da Europa, estava pronto em 1546, pois nesse ano o enviou Luísa ao papa Paulo III com uma carta redigida em latim, grego, hebraico, árabe e siríaco, línguas que a jovem sábia, de cerca de vinte e cinco anos, mostrava conhecer». RAMALHO, 1985-1986, «A Infanta D. Maria e o seu tempo», pp.181-182. O franciscano Frei José Jesus Maria, em 1742, conhecia, directa ou indirectamente, o poema ou a obra do humanista Jerónimo Cardoso (c. 1508-c. 1569), onde é citado o referido poema.

¹⁰³ DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, l.º 43.

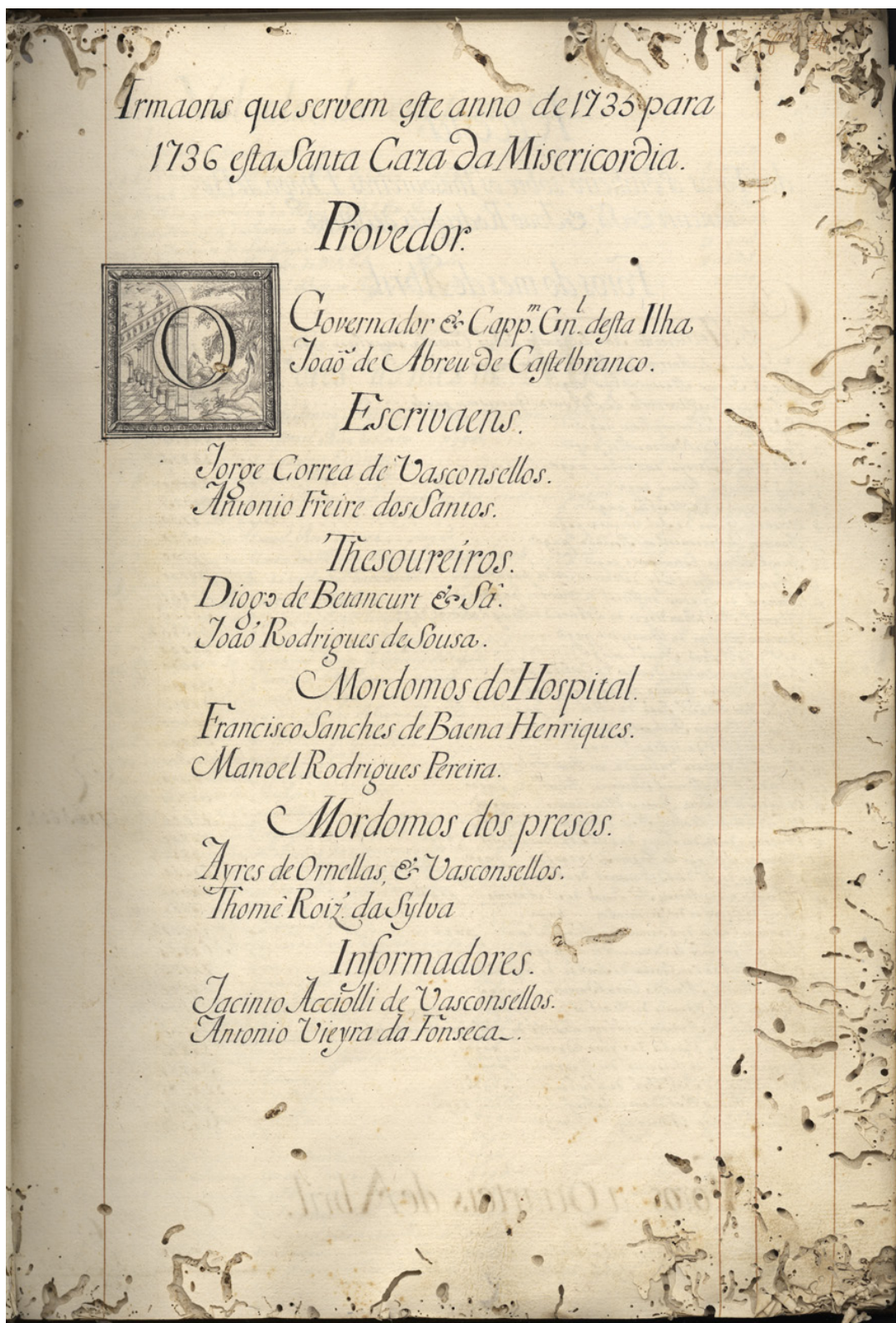
Iluminura n.º 44



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1735-1736), l.º 584.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1735-1736), l.º 584.



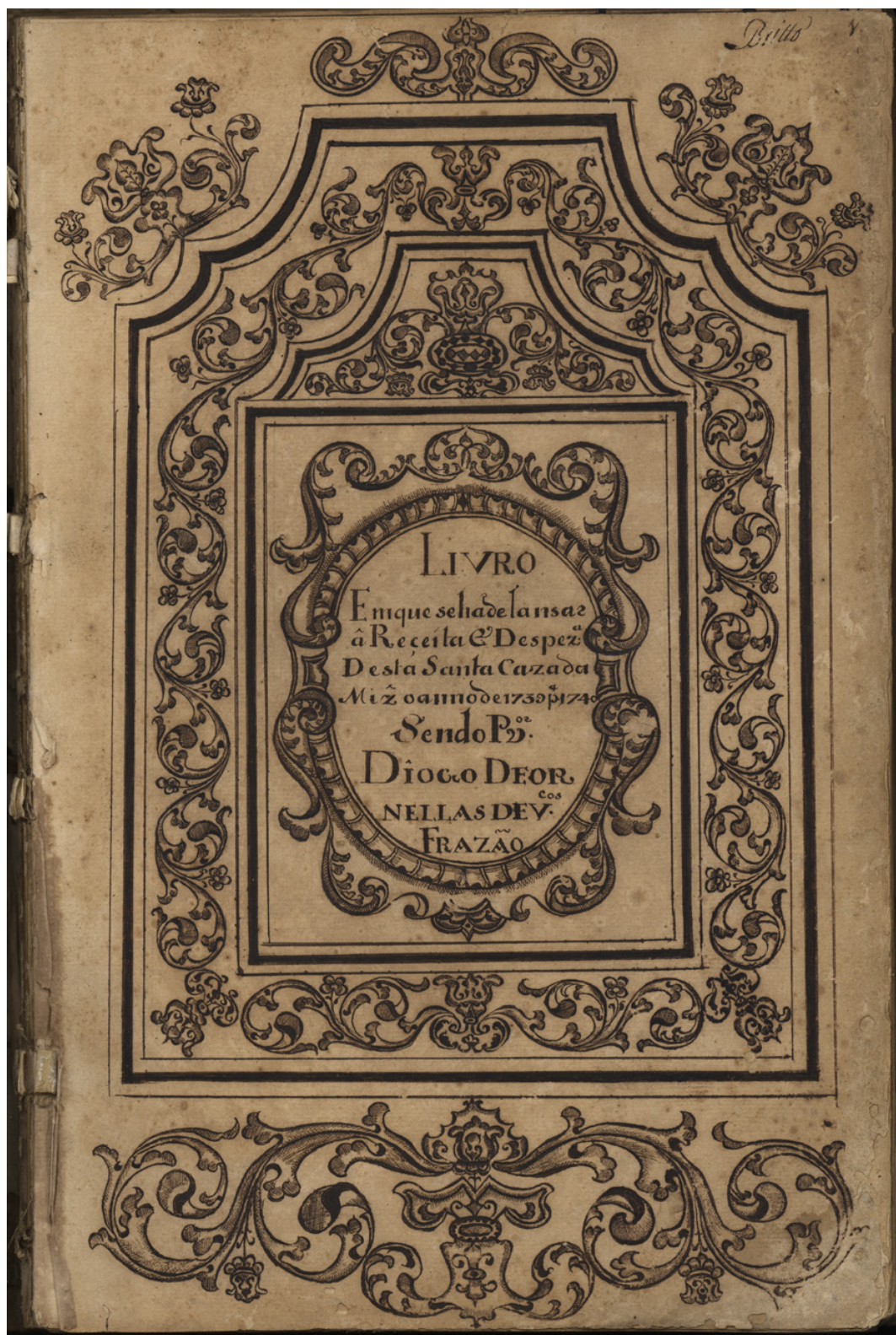
Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1735-1736), l.º 584.

Grupo Q – 1739-1740; 1740-1741; 1741-1742; 1742-1743; 1743-1744; 1745-1746; 1747-1748; 1748-1749

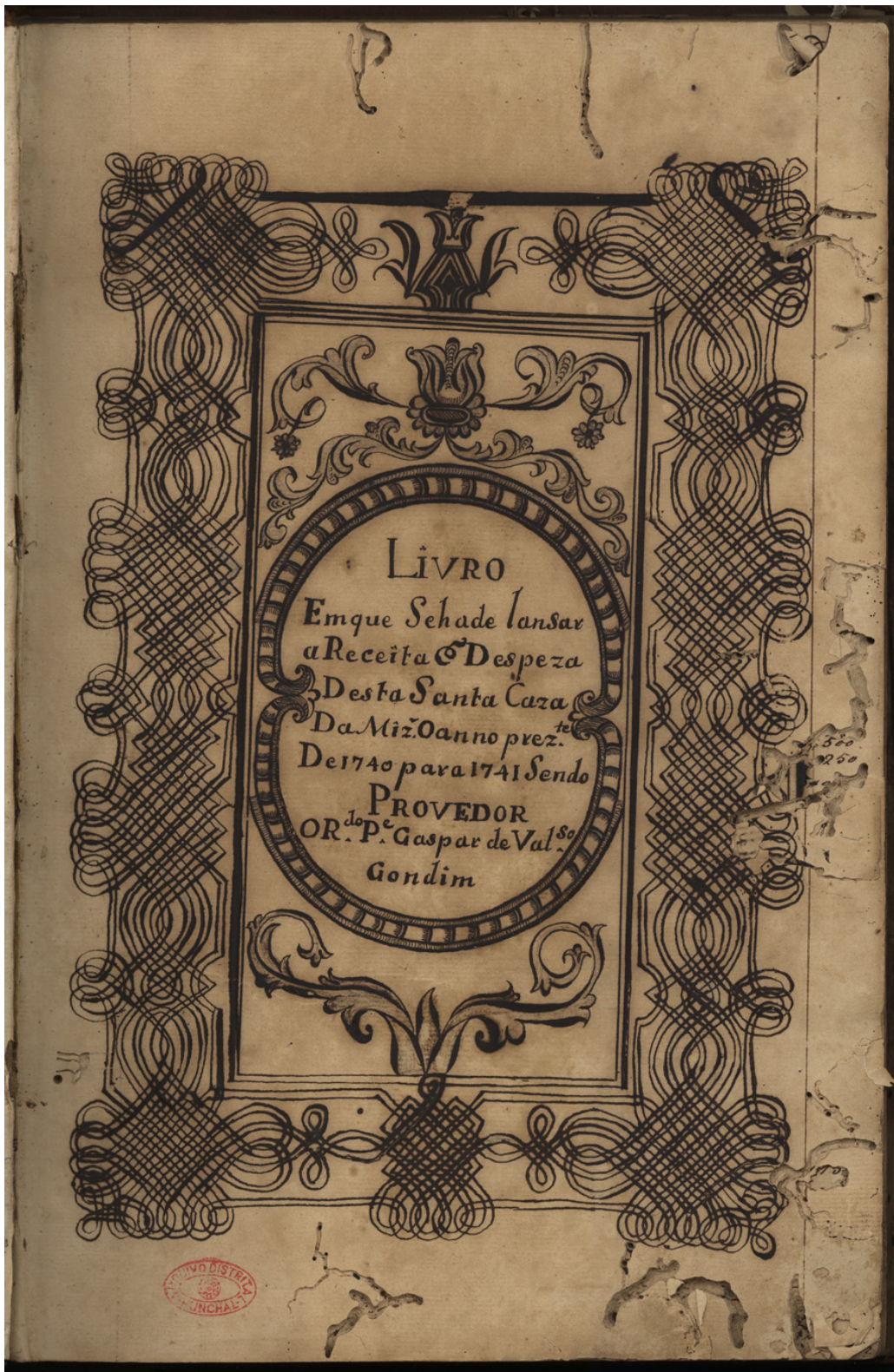
Encerra este núcleo seis livros cujos desenhos das portadas seguem gravados comuns. Parecem do mesmo autor ou oficina, a avaliar pelo traço, modelação formal e monocromia em tons de sépia ou de cinza. Todos apresentam cartelas interiores, em forma oval e com moldura, com a abertura do ano económico e algumas com o nome do provedor. As cercaduras são simples, apenas com apontamentos de enrolamentos de folhas de acanto, por vezes com ramos de flores num vaso, de desenho linear e irregular. A cercadura do livro de 1740-1741 é de delicados entrelaçados lineares, reportando para arabescos. O livro de 1742-1743 apresenta no fólio da eleição e cargos uma cercadura de *ferronneries* e iniciais caligrafadas. Alguns volumes apresentam aguadas a cinza, o que contribui para uma melhor leitura dos volumes. No entanto, é um grupo de portadas que atesta que o seu autor tinha exercício da prática do desenho.

Os livros que apresentam nas cartelas os nomes dos provedores e escrivães são: 1739-1740 (Diogo de Ornelas de Vasconcelos Frazão); 1740-1741 (reverendo padre Gaspar de Valdavesso Godim); 1742-1743 (Tristão de França Bettencourt e Luís António Esmeraldo Teles de Meneses); 1747-1748 (Nuno de Freitas da Silva e Jacinto Acciaolly de Vasconcelos); e 1748-1749 (Pedro Henriques da Câmara Leme e Pedro Bettencourt Henriques).

Iluminura n.º 47

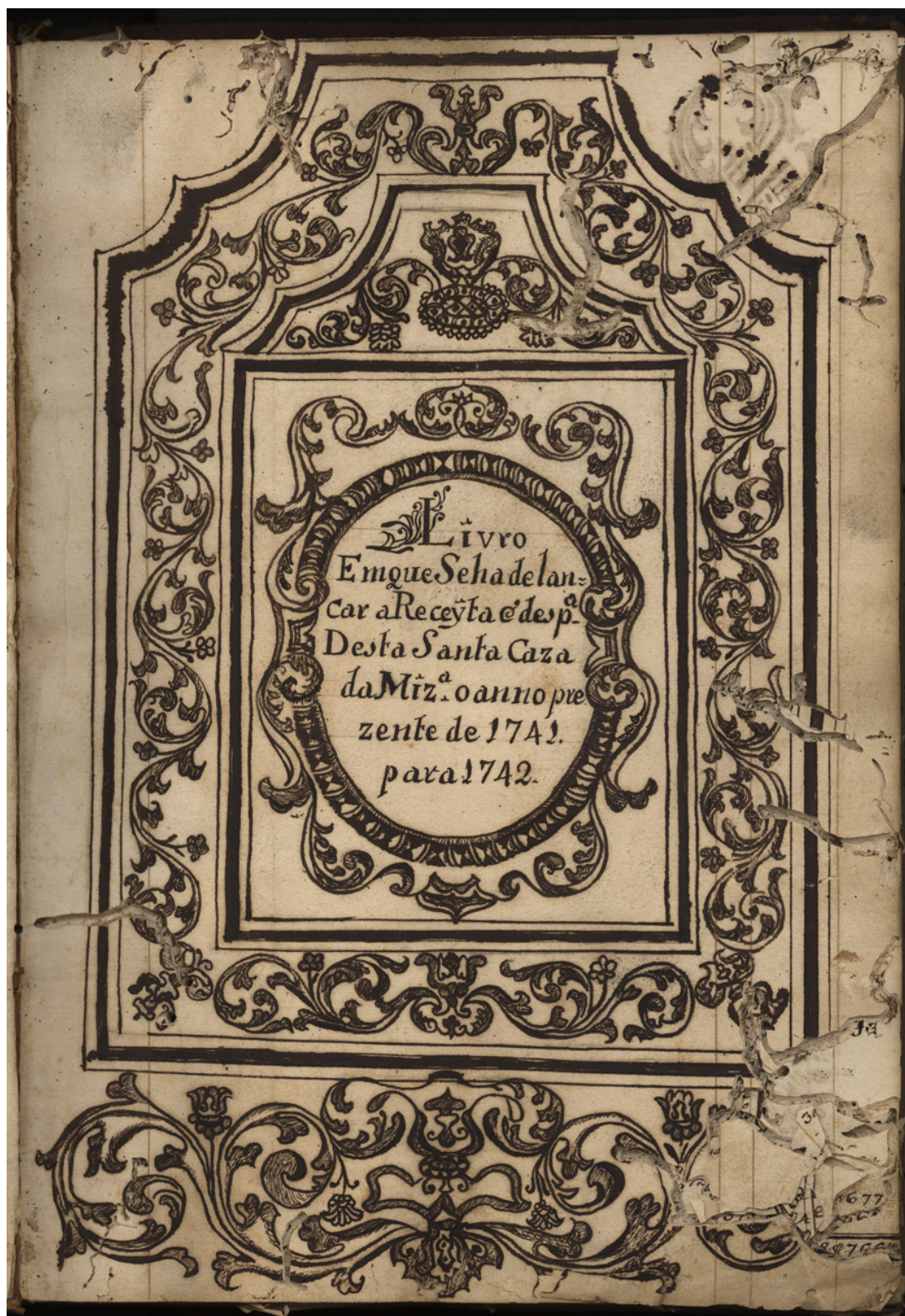


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1739-1740), l.º 588.

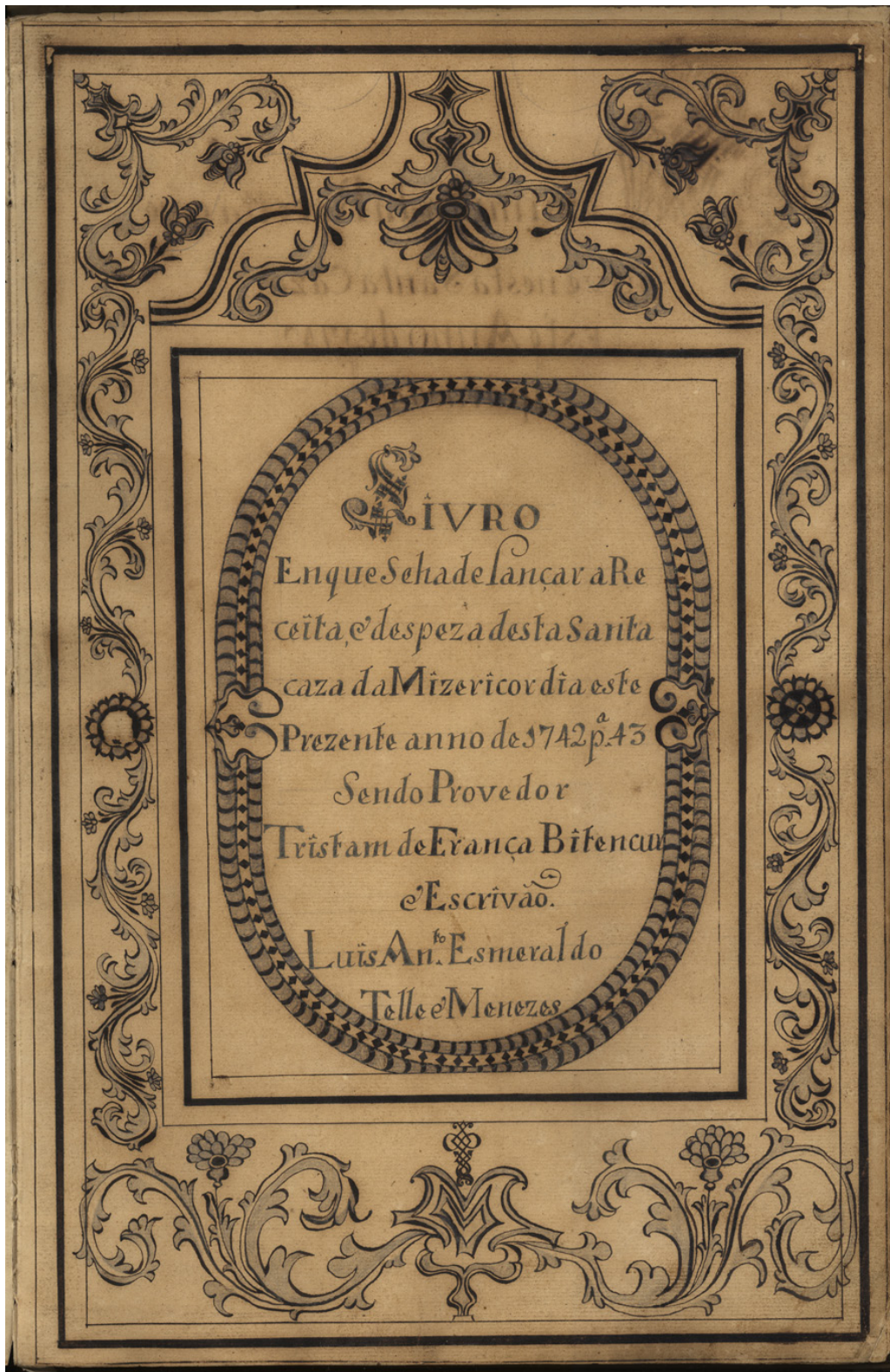


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1740-1741), l.º 589.

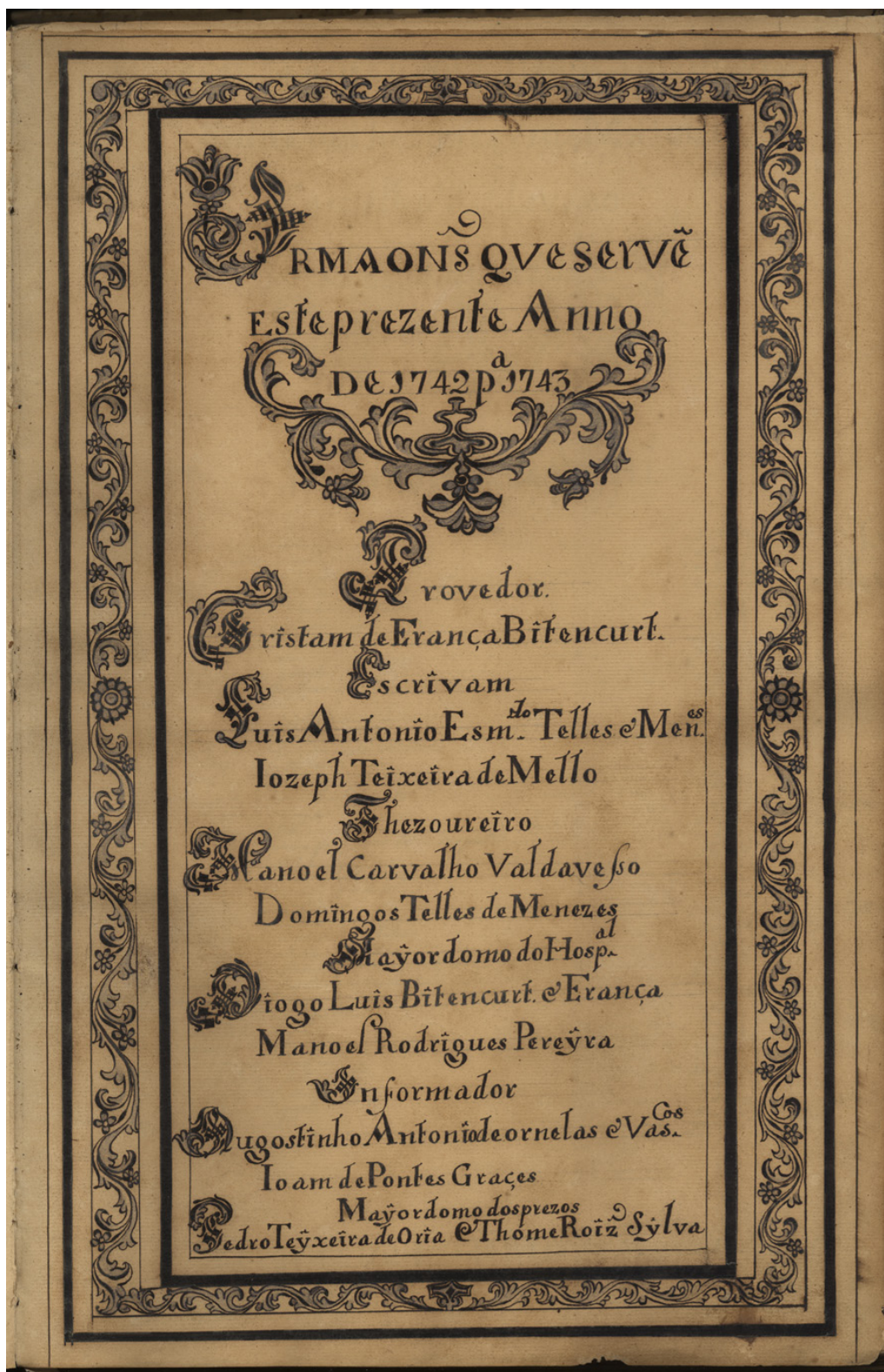
Iluminura n.º 49



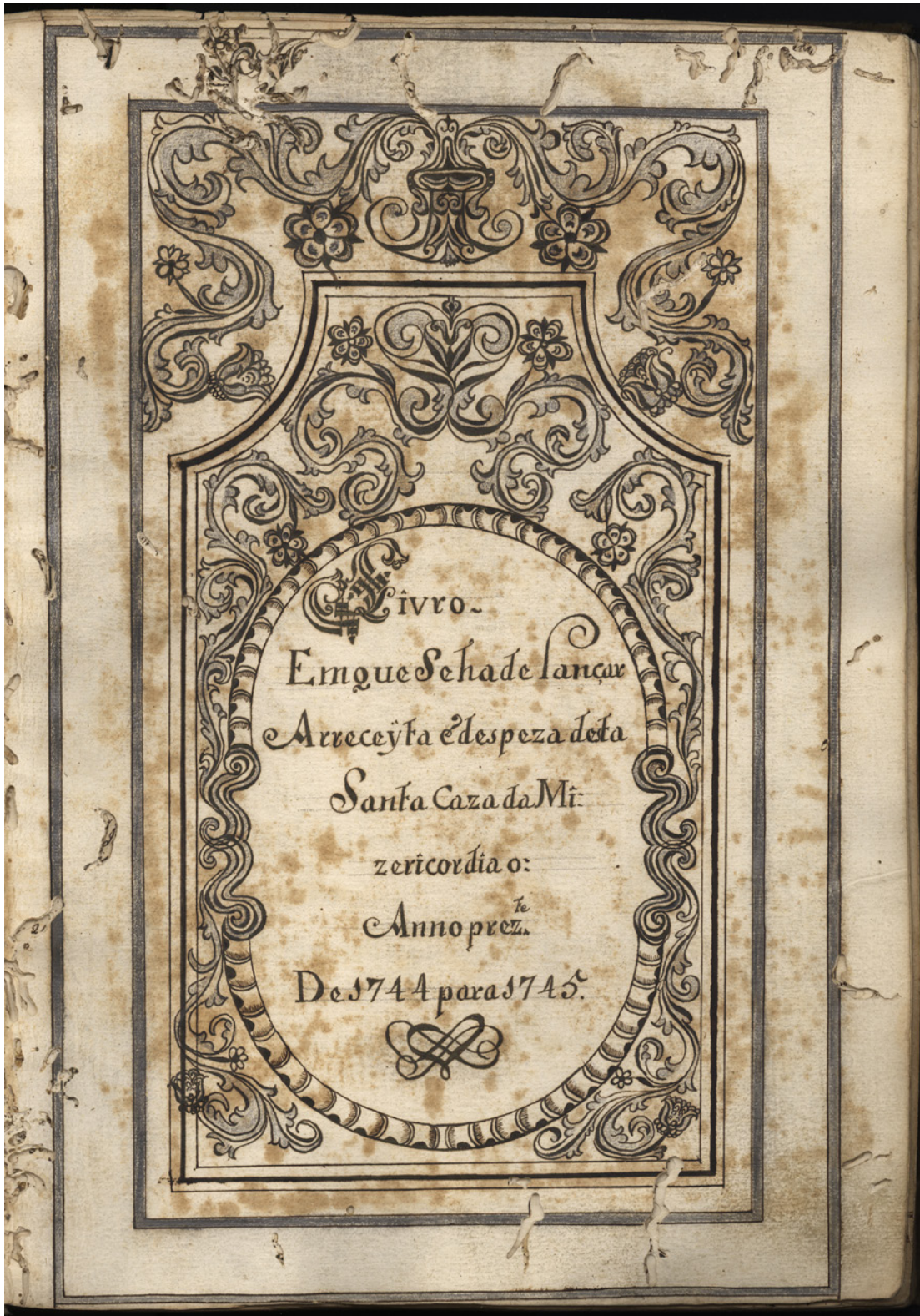
Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1741-1742), l.º 590.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1742-1743), l.º 591.

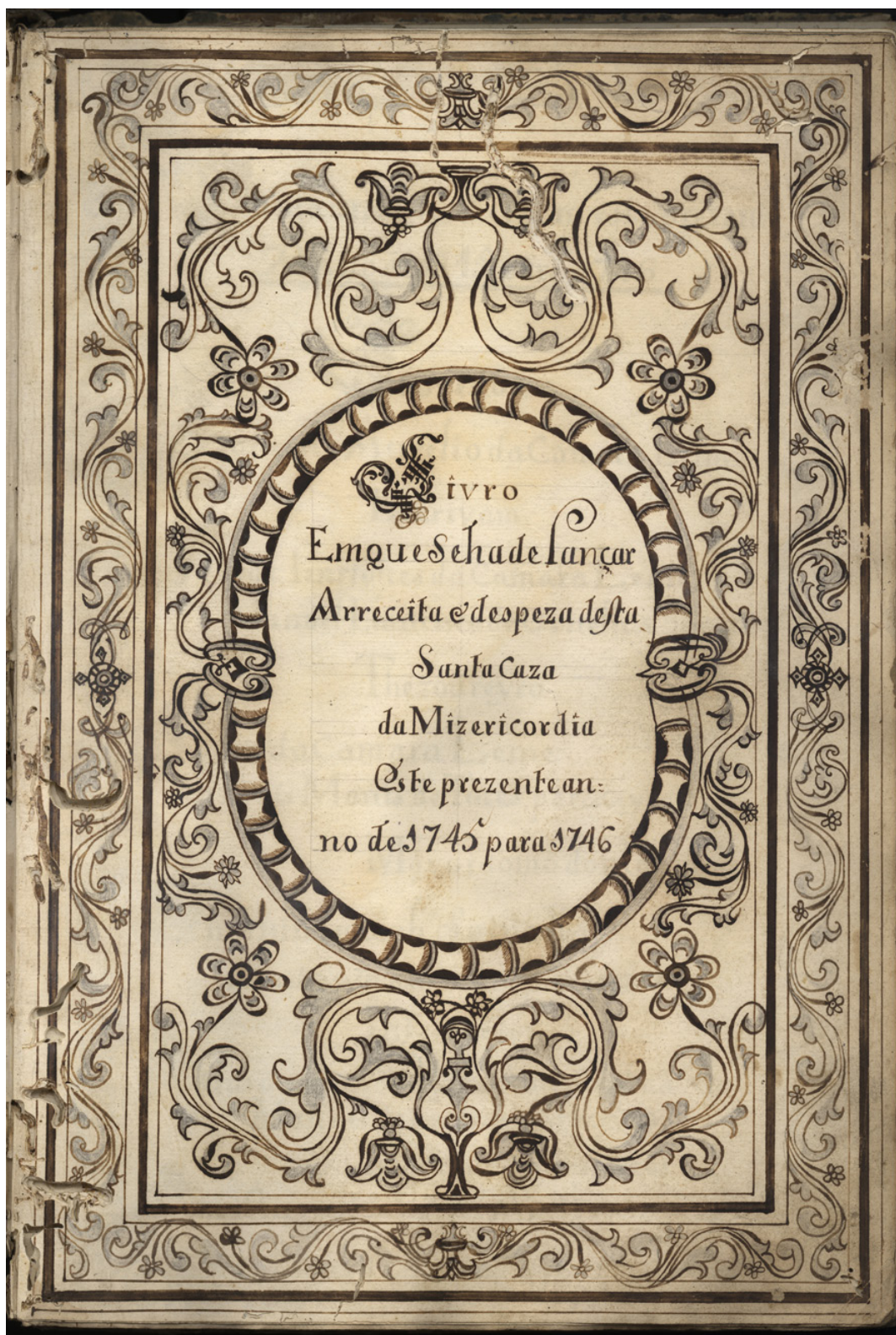


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1742-1743), l.º 591.

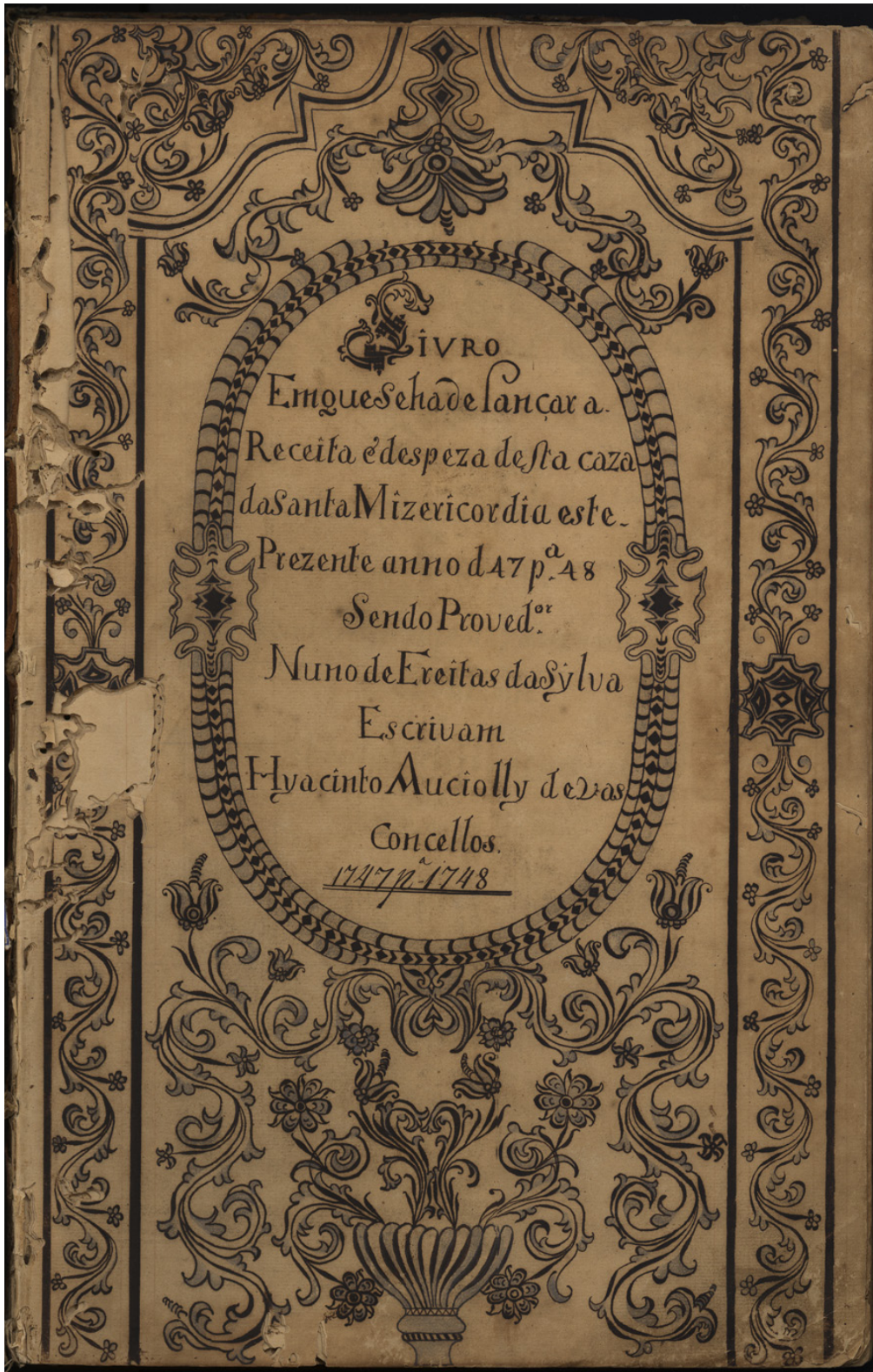


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1744-1745), l.º 592.

Iluminura n.º 53

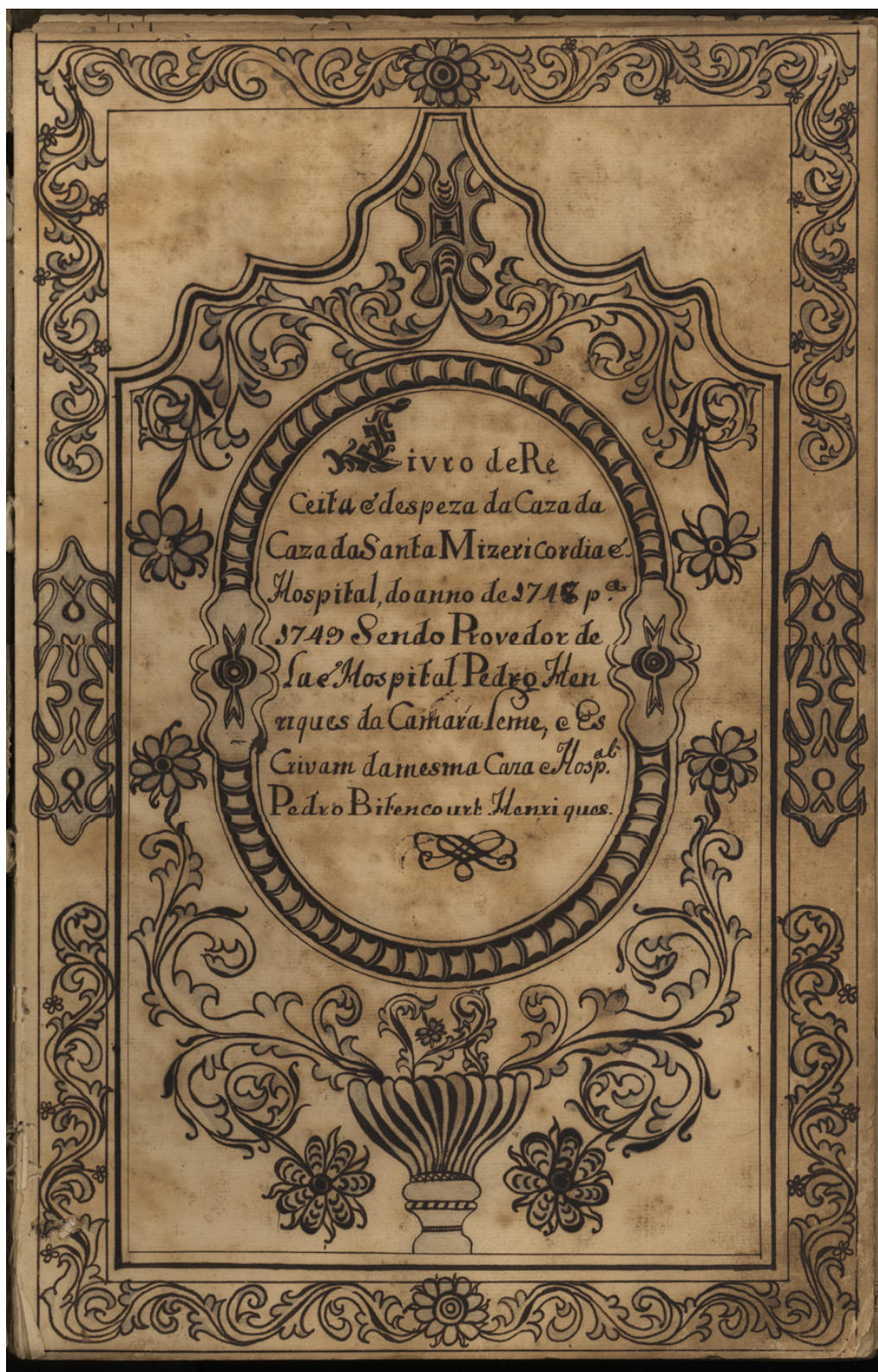


Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1745-1746), l.º 593.



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1747-1748), l.º 595

Iluminura n.º 55



Fonte: ABM, Misericórdia do Funchal, Receita e Despesa (1748-1749), l.º 596.

Observando algumas das portadas e frontispícios dos livros da Misericórdia do Funchal verifica-se que foram inspirados explicitamente por gravuras de Nicolleto Rosex da Modena (1490-1569, muito activo entre 1500 e 1512), Agostino Musi (1490-1540), Perino del Vaga (1501-1547), Hans Sebald Beham (1500-1500), Lucas van Leyden (1494-1533), Agostino Carracci (1557-1602) e Cornelis Galle (1576-1650). Atesta-se, assim, que estes gravados circulavam na Madeira.

Devido ao recurso de gravados, há muitas similaridades formais entre as iluminuras dos livros da Misericórdia com recurso à decoração de ornatos *brutescos* (1652-1653 e 1679-1680) e a talha do retábulo-mor da Capela de Nossa Senhora da Saúde (Funchal), fundada pelo Dr. Pedro de Carvalho de Valdavesso e por D. Maria de Godim, em 1659, que curiosamente também exhibe um sol e uma lua na mesma posição que o desenho do livro de 1652-1653, e os relevos que forram os arcos da capela do Amparo, na Sé do Funchal, executados na década de 60 ou 70 do século XVII, que estão atribuídos ao imaginário madeirense Manuel Pereira, activo entre 1624 e 1679, mas que pela irregularidade de entalhe deverá ser de outra oficina, sua contemporânea, pois este imaginário apresenta obra de melhor qualidade técnica¹⁰⁴.

Não foi possível atribuir autorias às iluminuras e desenhos apresentados, porque não estão assinados e não há qualquer registo de pagamento aos seus autores, situação que, ao invés, não se verificou na Catedral do Funchal, em 1728, quando o reverendo cônego João Rodrigues Oliva anotou a conta de 3\$000 rs no pagamento de um livro para «mandar a quem pintou e estampou no livro da fábrica»¹⁰⁵. Apenas podemos referir que imaginários, douradores e ourives serviram como mordomos de segunda condição na Misericórdia do Funchal, podendo ter auferido alguma verba pelo seu trabalho ou ofertado os seus préstimos artísticos à instituição. Indicamos alguns dos nomes anotados: Imaginários – José Fernandes de Morim (1643; 1648); Pedro Nunes de Morim (1659); Manuel Coelho (1685); Manuel da Silva (1685). Douradores – Baltasar Gomes (1658; 1661; 1671; 1678; 1690 e 1692); Francisco Gomes (1656); António Lopes (1688). Ourives – Gonçalo Vaz de Negro (1651; 1656); Manuel Ferreira Jardim (1688); Manuel de Freitas (1740).

As iluminuras dos livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal são muito modestas se comparadas, por exemplo, com iluminuras seiscentistas ou setecentistas de irmandades, confrarias e até misericórdias portuguesas, que entregavam, muitas vezes, a obra a artistas de boas oficinas, muitos ligados aos círculos

¹⁰⁴ RODRIGUES, 2010, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII [...]», pp. 229-337.

¹⁰⁵ DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1722-1741*, l.º 9, fl. 40.

clericais ou até à corte¹⁰⁶. Refiram-se o *Missal Pontifical* que Estêvão Gonçalves Neto fez, em 1622, para o bispo de Viseu, João Manuel (1610-1625)¹⁰⁷, ou a iluminura de Luís Tinoco, de delicado desenho, juntamente com a notável miniatura, *Imaculada*, atribuída a Bento Coelho da Silveira, da irmandade de Porto Salvo, estudadas por Vitor Serrão¹⁰⁸, ou ainda as iluminuras dos compromissos de Misericórdias portuguesas como a de Lisboa e a de Estremoz, para citar apenas alguns exemplos¹⁰⁹.

Não existe um estudo específico sobre iluminuras e desenhos de portadas ou frontispícios dos livros madeirenses, mas recorrendo às palavras de Oliveira Caetano e Vitor Serrão sobre duas iluminuras do Concelho de Moura, estas, apesar de revelarem «escasso poder inventivo e frouxo desenho», são objectos «com interesse documental», situação que também se aplica ao contexto regional madeirense, numa perspectiva de também entender os «naturais limites – dos artistas locais»¹¹⁰, sendo aqui um bom exemplo as iluminuras dos livros de receitas e despesas da Misericórdia do Funchal.

Sugere-se, assim, a inventariação e a catalogação de livros madeirenses com portadas e frontispícios iluminados, contribuindo para o estudo desta documentação gráfico-pictórica de tão relevado interesse para a história da arte.

Fontes Documentais

ABM, *Câmara Municipal do Funchal*, l.º 460 («Inventário dos bens da capela mor de Santiago e do senhor morto da igreja da senhora do socorro» – 1731.

ABM, IAC, Convento de Santa Clara, *Livro de Quitações*, 1730.

ABM, Juízo dos Órfãos, *Contas do testamento do padre Mateus Gomes Correia*, cx. 12.

ABM, *Livro I do Registo da Câmara Eclesiástica para a trasladação de Cartas de confirmação, alvarás de erecção de altares e bênçãos de Ermidas, e outros documentos* (Alvarás de Erecção de altares e bênção de Ermidas noutra caderno) – 1613 até 1708. Caderno I (e único) do Livro I.

ABM, *Misericórdia do Funchal*, cx. 1, doc. 39 (Inventário).

¹⁰⁶ Veja-se os exemplos em PEIXEIRO, PINTO, CUSTÓDIO, 2019, *Compromisso da Irmandade do Benaventurado São Roque em a Igreja da Companhia de Jesus* [...].

¹⁰⁷ GONÇALVES, 1931, *Uma jóia da iluminura portuguesa – O Missal Pontifical de Estêvão Gonçalves Neto*; SOBRAL, 1992, «As gravuras de Antuérpia e a pintura portuguesa no começo do século XVII: o Missal Pontifical de Gonçalves Neto», pp. 54-66.

¹⁰⁸ SERRÃO, 2010, «O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima (1675) por Luís Nunes Tinoco e Bento Coelho da Silveira», pp. 10-11.

¹⁰⁹ AA.VV., 1996, «A luz do Mundo – Iluminura Portuguesa Quinhentista», pp. 76-77.

¹¹⁰ CAETANO e SERRÃO, 1999, *A pintura em Moura* [...], p. 53.

- ARM, *Misericórdia do Funchal*, cx. 2, doc. 62 (Obras-1685).
- ABM, *Misericórdia do Funchal*, *L.º dos Bens que ficaram de Luís Atouguia da Costa*, l.º 39.
- ABM, *Misericórdia do Funchal*, *L.º dos Bens que se acharam do Tenente General Francisco Berenguer de Lumilhana*, 1738, l.º 47.
- ABM, *Misericórdia do Funchal*: Receita e Despesa (1643-1644), l.º 506; Receita e Despesa (1646-1647), l.º 507; Receita e Despesa (1650-1651), l.º 511; Receita e Despesa (1651-1652), l.º 512; Receita e Despesa (1652-1653), l.º 513; Receita e Despesa (1653-1654), l.º 514; Receita e Despesa (1654-1655), l.º 515; Receita e Despesa (1655-1656), l.º 516; Receita e Despesa (1656-1657), l.º 517; Receita e Despesa (1657-1658), l.º 518; Receita e Despesa (1658-1659), l.º 519; Receita e Despesa (1659-1660), l.º 520; Receita e Despesa (1660-1661), l.º 521; Receita e Despesa (1661-1662), l.º 522; Receita e Despesa (1663-1664), l.º 523; Receita e Despesa (1664-1665), l.º 524; Receita e Despesa (1668-1669), l.º 529; Receita e Despesa (1673-1674), l.º 532; Receita e Despesa (1679-1680), l.º 537; Receita e Despesa (1680-1681), l.º 538; Receita e Despesa (1681-1682), l.º 539; Receita e Despesa (1682-1683), l.º 540; Receita e Despesa (1684-1685), l.º 542; Receita e Despesa (1688-1689), l.º 545; Receita e Despesa (1690-1691), l.º 547; Receita e Despesa (1691-1692), l.º 548; Receita e Despesa (1692-1693), l.º 549; Receita e Despesa (1695-1696), l.º 552; Receita e Despesa (1697-1698), l.º 554; Receita e Despesa (1698-1699), l.º 555; Receita e Despesa (1699-1700), l.º 556; Receita e Despesa (1704-1705), l.º 561; Receita e Despesa (1705-1706), l.º 562; Receita e Despesa (1706-1707), l.º 563; Receita e Despesa (1710-1711), l.º 566; Receita e Despesa (1712-1713), l.º 567; Receita e Despesa (1713-1714), l.º 568 B; Receita e Despesa (1720-1721), l.º 573; Receita e Despesa (1721-1722), l.º 574; Receita e Despesa (1724-1725), l.º 577; Receita e Despesa (1735-1736), l.º 584; Receita e Despesa (1739-1740), l.º 588; Receita e Despesa (1740-1741), l.º 589; Receita e Despesa (1741-1742), l.º 590; Receita e Despesa (1742-1743), l.º 591; Receita e Despesa (1744-1745), l.º 592; Receita e Despesa (1745-1746), l.º 593; Receita e Despesa (1747-1748), l.º 595; Receita e Despesa (1748-1749), l.º 596.
- ABM, *Ordem 3.ª de São Francisco*, *L.º de entrada de Irmãos: 1600-1741*, l.º 4.
- ABM, *Recolhimento do Bom Jesus do Funchal*, *Fundação e Erecção*, l.º 10.
- AHDF, *Livro das Visitações de São Vicente, 1589 a 1699*, cx. 4, doc. 48.
- AHDF, *São Pedro*, l.º 35.
- AHTC, CR e C/ER, *Orçamento de despesa para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos na Ilha da Madeira no ano de 1747*, Apenso A, CC 44, mfs. D-72 e D-125.
- APT, *Livro do Tombo* (Cópia do Inventário das Alfaias e Ornamentos que tomou o Vigário Valério António Camacho, 9 de Novembro de 1831).

- DGARQ/ANTT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, cx. 2076 (IV/B/49(1) a (IV/B/49(24)).
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário, 1694-1764*, l.º 24 e l.º 25.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica – Obras e Sentenças (I)*, mç.º 29, doc. 4 – 1695 – 23 de Janeiro.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica – Obras e Sentenças (I)*, mç.º 29, doc. 10 – 1735 – 23 de Outubro – *Pedido de um órgão grande para a Sé*.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé – Livro de Receita e Despesa: 1574-1604*, l.º 6.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1722-1741*, l.º 9.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *Fábrica da Sé: 1741-1768*, l.º 10.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, *L.º de Receita e Despesa da Fábrica da Sé do Funchal – 1769*, l.º 8.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 4, doc. 9 – 8 de Maio de 1591 – Lisboa – Igreja de São Jorge – Obras.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 4, doc. 22 – *Autos das contas do Vigário de Câmara de Lobos, Manuel Álvares da Costa Barreto, 1750-1764*.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 9, doc. 42 – *Cartas do cônego Gregório Rodrigues de Abreu – Lisboa, 1797 a 1798*.
- DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º 19 (Sentença contra o padre Marcos Serra, 1773-1790).
- DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º 20, doc. 22 – *Testamento de Antónia Felícia Branco – 1687*.
- DGARQ/ANTT, Cabido da Sé do Funchal, mç.º 23, doc. 11 – *Inventário e arrematação dos bens do padre Marcos João Serra, 1780-1781*.
- DGARQ/ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º 30 (Autos de mandado executivo contra Ricardo Bruch, mercador inglês movido pela fábrica da Sé – 4 de Março de 1797 a 18 de Julho de 1797).
- DGARQ/ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314 e l.º 315.
- DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, l.º 19.
- DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, l.º 43.
- DGARQ/ANTT, Convento de Santa Clara do Funchal, mç.º 6, cx. 38, doc. 28 – *Partilhas da madre D. Antónia Luísa do Céu, religiosa em Santa Clara, por falecimento de seu pai, capitão cabo Tristão de França Bettencourt, que deu seu filho primogénito, Diogo Luís Bettencourt Esmeraldo*.
- DGARQ/ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç.º 13, doc. 2, cx. 49.

DGARQ/ANTT, AHMF, Convento de São Francisco do Funchal, cx. 2267 – *Cópia do inventário do extinto Convento de São Francisco desta cidade* (n.º 2).

DGARQ/ANTT, *Ministério do Reino*, mç.º 295, cx. 395 – 27, Classe 3.ª – Divisão 2.ª – Ministério do Reino – Conselho da Fazenda – Consultas, 1759 – Janeiro a Novembro.

DGARQ/ANTT, *Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal*, l.º 426, l.º 970, l.º 972, l.º 973, l.º 974 e l.º 975.

Documentação Impressa

MELO, Luís Francisco Cardoso Sousa, 1972, «Tombo I.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. 1.ª Parte», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XV, Funchal, pp. XVII-XXII e pp. 3-162.

MELO, Luís Francisco Cardoso Sousa, 1974, «Tombo I.º do Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal. 1.ª Parte. Índices», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XVIII, Funchal, pp. 490-593.

NORONHA, Henrique Henriques de, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, [1722], Funchal, SRTC/CEHA.

SILVA, António de Moraes, 1789, «Estampa» e “Estampar”, in *Diccionario da Lingua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Typographia Lacerdina, p. 771.

Bibliografia

AA.VV., 1996, «A luz do Mundo – Iluminura Portuguesa Quinhentista», in *Oceanos*, n.º 26, Lisboa, pp. 76-77.

ANICETO, Ricardo, 2010, «Compromisso dos Pescadores e Mareantes do Alto da Confraria, e Irmandade do Espírito Santo», in *Invenire*, n.º 1, pp. 34-37.

CAETANO, Joaquim Oliveira, 2010, «Privilégio e ofício nos começos de uma profissão artística – Um pintor, o que é?», in CARVALHO, José Alberto Seabra (comis.), *Primitivos Portugueses (1450-1550) – O Século de Nuno Gonçalves*, Lisboa, MNAA/ATHENA.

CAETANO, Joaquim Oliveira, SERRÃO, Vitor, 1999, *A pintura em Moura – Séculos XVI, XVII e XVIII*, Câmara Municipal de Moura.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes (coord.), 2015, «Fiat Lux – Estudos sobre manuscritos iluminados em Portugal», in *Invenire*, Especial 2015.

- CARITA, Rui, 1987, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal – Descrição e Inventários*, vol. II, Funchal, GRM/SRE.
- CARITA, Rui, 1995, «Os Mestres das Obras Reais no Século XVIII e a reconstrução do Paço Episcopal», in *Isleña*, n.º 17, Funchal, Jul.-Dez., DRAC, pp. 18-24.
- CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira – O Século XVIII: Arquitectura de Poderes*, vol. IV, Funchal, Secretaria Regional da Madeira.
- CARVALHO, Ayres de, 1977, *Catálogo da Coleção de Desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- CHASTEL, André, 1988, *La grottesque*, Paris, Le Promeneur / Quai Voltaire.
- CHEVALIER, Jean, GHEERBRANDT, Alain, 1994, *Dicionário de Símbolos, Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*, Lisboa, Teorema.
- COSTA, José Pereira da, 1966, «Notas sobre o Hospital e a Misericórdia do Funchal», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIV, Funchal, pp. 93-239.
- COSTA, Tiago Bartolomeu, 2012, «Georges Didi-Huberman – Vermos o telejornal à mesma hora é comportarmo-nos como na Idade Média», in *Público*, Lisboa, 15.03.2012, p. 29 (entrevista a Georges Didi-Huberman).
- CRUZ, António João, 2009, «Os materiais usados em pintura em Portugal no início do século XVIII, segundo Rafael Bluteau», in *Artis*, n.ºs 7-8, Lisboa, IHA/FLL, pp. 385-406.
- FERREIRA, Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva, 2009, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720) – Os Artistas e as Obras*, I vol., Dissertação de Doutoramento, Lisboa, UL/FL, disponível em file:///F:/LIVROS%20DIGITALIZADOS%20-1/Talha%20Barroca%20em%20Lisboa%20-%20Sílvia%20Ferreira.pdf.
- GONÇALVES, J. Cardoso, *Uma jóia da iluminura portuguesa – O Missal Pontifical de Estêvão Gonçalves Neto*, Ed. Pátria, Gaia, 1931.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos, 1997, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII*, SRTC/CEHA.
- KOL, Ana, 2014, *Capela de Nossa Senhora das Angústias – Funchal*, Guias / Capelas e Igrejas da Madeira, Funchal, SRT/DRAC.
- LADEIRA, Paulo, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, CEHA.
- LADEIRA, Paulo, RODRIGUES, Rita, 2011, «Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – II Parte: Contributos para o estudo do seu património artístico», in *Girão*, n.º 6, Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Câmara de Lobos, 2011, pp. 53-98.
- LEVY, Hannah, 1944, «Modelos europeus na pintura colonial», in *Revista do SPHAN*, n.º 8, Rio de Janeiro, pp. 148-155, reedição, disponível em https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wpcontent/uploads/2012/01/ae15_Hannah_Levy.pdf).

- MATOS, José Lobo de, 1996, *Inventário Histórico da Freguesia de Santa Luzia*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de, 2003, «Estrutura e decoração dos tectos de alfrage», in *Monumentos*, n.º 19, Lisboa, DGEMN/MOPHT, pp. 40-49.
- PEIXEIRO, Horácio Augusto, PINTO, Helena Gonçalves, CUSTÓDIO, Delmira Espada (coord. ed.), 2019, *Compromisso da Irmandade do Benaventurado São Roque em a Igreja da Companhia de Jesus ordenado pelos irmãos desta antiga Confraria em Lisboa o anno de M.D.C.V. – Estudo e edição fac-similada*, Lisboa, Irmandade e Misericórdia de São Roque.
- PEREIRA, Eduardo, 1971, «Arte Religiosa na Madeira», in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. VIII, n.º 41, Ano XXI, Funchal, SCM, pp. 5-15.
- PIAZZA, Walter F., 2004, «Madeirenses no povoamento de Santa Catarina (Brasil) – Século XVIII», in *A Madeira e o Brasil – Colectânea de Estudos*, Funchal, SRTC/CEHA, pp. 305-318.
- PRIETO, Benito Navarrete, 1998, *La pintura andaluza del siglo XVII y sus fuentes grabadas*, Madrid, Fundación de apoyo a la Historia del Arte Hispánico.
- RAMALHO, Américo da Costa, 1985-1986, «A Infanta D. Maria e o seu tempo», in *Humanitas*, n.ºs 37-38, Coimbra, pp. 173-190, disponível em http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas37-38/06_Costa_Ramalho.pdf.
- RODRIGUES, Assis, 1875, *Diccionario tecnico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, disponível em <http://arquivodigital-7cv.blogspot.com/2011/02/diccionario-tecnico-e-historico-de.html>.
- RODRIGUES, Rita, 2009, «Mater Inviolata: O retábulo perdido da Igreja Matriz de Gaula», in *Origens*, n.º 19, Santa Cruz, CMSC, pp. 23-47.
- RODRIGUES, Rita, 2010, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, Funchal, SREC/CEHA, pp. 229-337 (disponível em CD-ROM).
- RODRIGUES, Rita, 2011, «A Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos – I Parte: Contributos para a sua história», in *Girão*, n.º 6, Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Câmara de Lobos, pp. 5-52.
- RODRIGUES, Rita, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira, entre 1646 e 1750: A eficácia da Imagem*, tomo I e tomo II, Dissertação de Doutoramento, Funchal, UMa (policopiado).

- RODRIGUES, Rita, SANTA CLARA, Isabel, 2015, «O espólio de pintura do Convento de Santa Clara do Funchal», in FRANCO, José Eduardo, COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global – História, Cultura e Espiritualidade*, vol. II, Lisboa, pp. 285-314.
- RODRIGUES, Rita, SANTA CLARA, Isabel, 2016, «Contributos para o Estudo das Pinturas do Convento de Santa Clara do Funchal», in *Isleña*, n.º 58, Funchal, DRC, pp. 19-64 e anexo documental.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 2017, «Memória, mitos e historiografia das misericórdias portuguesas», in PAIVA, José Pedro (coord. cient.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Novos Estudos*, vol. 10, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, pp. 451-500, disponível em file:///C:/Users/Rita%20Rodrigues/Downloads/historiografia%20sobre%20miseric%CC%81rdias.pdf.
- SANTA CLARA, Isabel, 2004, *Das coisas visíveis às invisíveis. Contributos para o estudo da pintura Maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, vol. I, e *Imagens – Tábua cronológicas*, vol. II, Dissertação de Doutoramento, Funchal, UMA.
- SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães, 2011, «Os usos de gravuras europeias como modelos pelos pintores coloniais: três pinturas mineiras baseadas em uma gravura portuguesa que representa a Anunciação», in *Temporalidades – Revista de História*, vol. 3, n.º 1, ed. 05, Belo Horizonte, pp. 185-199.
- SANTOS, Filipe dos, 2017, «Carta del Rei Nosso Senhor em que faz cidade a este Funchal, 21 de agosto de 1508», in PEREIRA, Fernando António Baptista, e SOUSA, Francisco Clode de (comissários), *As Ilhas do Ouro Branco. A Encomenda Artística na Madeira. Séculos XV-XVI*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 92-95.
- SANTOS, Joaquim António F., 1991, «Algumas notas sobre o elemento flamengo nas iluminuras do Registo Geral do Funchal», in *Isleña*, n.º 9, Jul.-Dez., DRAC, pp. 40-42.
- SANTOS, Reynaldo dos, 1950, «Plantas e desenhos barrocos», in *Belas Artes*, 2.ª Série, n.º 2.
- SERRÃO, Vitor, 1992, *A Pintura Proto-Barroca em Portugal: 1612-1657 – O triunfo do naturalismo e do tenebrismo*, vol. I, e *Os pintores e as suas obras*, vol. II, Dissertação de Doutoramento, Coimbra (policopiado).
- SERRÃO, Vitor, 2000, *A Pintura Protobarroca em Portugal: 1612-1657 – O Triunfo do Naturalismo e do Tenebrismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- SERRÃO, Vitor, 2010, «O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora de Porto Salvo de Caspolima (1675) por Luís Nunes Tinoco e Bento Coelho da Silveira», in *Boletim da DGARQ/ANTT*, n.º 12, pp. 10-11.
- SERRÃO, Vitor, DACOS, Nicole, 1992, «Do Grotesco ao brutesco – As artes ornamentais e o fantástico em Portugal (séculos XVI a XVIII)», in *Portugal e a Flandres – Visões da Europa: 1550-1680*, Lisboa, IPPC, pp. 35-53.

- SILVA, Fernando Augusto da Silva, MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, F-N, Funchal, SRTC/DRAC.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da, CALADO, Margarida, 2005, *Dicionário de termos de arte e arquitectura*, Lisboa, Ed. Presença.
- SIMÕES, Álvaro Vieira, 1982, *Capela de Nossa Senhora das Angústias – Inventários Regionais na Madeira*, Funchal, DRAC, n.n. (reimpresso em 1992 – Congresso da APOM, Évora).
- SOBRAL, Luís de Moura, 1992, «As gravuras de Antuérpia e a pintura portuguesa no começo do século XVII: o Missal Pontifical de Gonçalves Neto», in *Portugal e a Flandres – Visões da Europa (1550-1680)*, Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos e IPPC, pp. 54-66.
- TELES, Cátia, [2016], «hospitais», in *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/hospitais/>, acedido em 11.02.2019.
- VASCONCELOS, Flório, 1984, *Cinco desenhos de talha doirada*, Porto, MC/DRN/ Centro de Estudos Humanísticos.
- VELOZA, J. Ezequiel, 1950, «Galerias da Madeira», in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. 1, n.º 1, Funchal, SCM, pp.15-17.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, STRC/DRAC.
- VIEIRA, Alberto (ed. lit.), 1997, *Os Arquivos Insulares: Atlântico e Caraíbas – Actas de Sessão de Arquivos do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA.
- VIEIRA, Alberto, 1996, *O Público e o Privado na História da Madeira – Correspondência Particular do Mercador Diogo Fernandes Branco (1649-1652)*, vol. I, Funchal, SRTC/CEHA.
- WILHELM, Eberhard Axel, 1988, «Estrangeiros na Madeira, João Wetzler, industrial de bordados, antiquário e doador de uma colecção de pratas», in *Islenha*, n.º 2, Funchal, DRAC, pp. 69-76.
- WILHELM, Eberhard Axel, 1996, «João Wetzler vendendo bordados e antiguidades, um refugiado judeu fez fortuna na Ilha da Madeira», in *Estudos Judaicos*, n.º 3, Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, pp. 83-92.

The Colonial Gaze – A Paisagem do Arquipélago da Madeira pelos Olhos de Mildred Cossart¹

The Colonial Gaze – The Landscape of Madeira Archipelago as Seen by Mildred Cossart

Anne Martina Emonts²

Resumo

O contributo apresenta o olhar artístico de Mildred Cossart (1879-1966) sobre as paisagens do Arquipélago da Madeira na primeira década do século XX no seu contexto histórico, literário e pictórico. Para além de ser analisado o valor estético, geográfico e histórico da representação da paisagem do Arquipélago e dos seus habitantes nas fotografias do tempo do colonialismo, será estudada a sua representação enquanto apropriação simbólica: gesto que actualmente encontra o seu contínuo na turistificação pictórica do espaço insular.

Palavras-chave: Paisagem; Colonialismo; *Visual Studies*; Turismo, Geocrítica; *Travelogue*; Género.

Abstract

This contribution presents the artistic view of Mildred Cossart (1879-1966) on the landscapes of the Madeira Archipelago in the first decade of the 20th century in its historical, literary and

¹ Este ensaio nunca teria sido escrito sem a ajuda preciosa de Fátima Barros, Otília Welsh, Anthony Miles, Adam Blandy, Andrew Blandy, David Cossart, Anne Cossart, Emanuel Gaspar e Manuel Biscoito. Os meus sinceros agradecimentos pela sua paciência e pela sua generosidade em dispor fontes de informação.

² Professora Auxiliar da Universidade da Madeira (UMa); Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), Universidade Católica Portuguesa, Lisboa; Colaboradora do Centro de Investigação de Estudos Regionais e Locais (CIERL), UMa, Funchal; entre outros. Licenciada, em 1983, em Estudos Alemães e Teologia Católica na Universidade e Bona, Alemanha, e em Estudos Portugueses na Universidade de Lisboa (1995). A sua tese de Mestrado em História Contemporânea de Portugal na UMa foi premiada com o prémio nacional Mulher Investigação – Carolina Michaëlis de Vasconcellos e publicada em 2001. Em 2006, na mesma universidade, concluiu o seu Doutoramento, publicado em 2009. A sua investigação (século XX) contempla Estudos Culturais, *Visual Studies*, Estudos de Género, Modernismos, Mobilidade e Transferência Cultural (em contextos insulares). Foi *visiting fellow* no Centro de Estudos de exílio alemão e austríaco, da Universidade de Londres (Abril-Julho de 2015). Contacto: martina.emonts@staff.uma.pt.

pictorial context. Beyond its aesthetic, geographical and historical value, the representation of the Archipelago's landscape and inhabitants on the photographs of the colonial period will be analysed for its symbolic appropriation: a gesture that continues in the pictorial turistification of the insular space.

Keywords: Landscape; Colonialism; Visual Studies; Tourism; Geocritic; Travelogue; Gender.

1. Introdução

O conceito de paisagem tornou-se, no início do século XXI, e no contexto da globalização, de uma geopolítica alterada, das migrações maciças e do papel socioeconómico relevante do turismo, paradigma científico por excelência. Acompanhada pela reflexão crítica sobre o paradigma fértil de espaço³, a representação da paisagem literária e pictórica revelou-se objecto de estudo interessante para as mais variadas áreas de investigação. O presente trabalho apresentará o olhar artístico de Mildred Cossart (1879-1966) sobre as paisagens do Arquipélago da Madeira na primeira década do século XX no seu contexto histórico, literário e pictórico. Pretendemos analisar a representação da paisagem do Arquipélago e dos seus habitantes nas fotografias do tempo do colonialismo – para além do seu valor estético, geográfico e histórico – como apropriação simbólica: gesto que actualmente encontra o seu contínuo na turistificação pictórica do espaço insular. Interpretamos as fotografias de Mildred Cossart no enquadramento teórico e no contexto alargado da 'literatura visual' de viagem em inícios do século XX⁴.

2. A História das Ilhas Desertas

Sem discutir e desenvolver o facto da presença inglesa no Arquipélago da Madeira através da História referimos aqui apenas o curto espaço temporal da viragem do século XIX para o século XX, ou seja, os tempos do auge do colonialismo exercido pelas potências europeias. O Arquipélago da Madeira, terra cobiçada por razões de estratégia geopolítica e comercial⁵, foi e é destino de viagens cujas motivações complexas e

³ AUGÉ, 1992, *Non-Lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*; WESTPHAL, 2007, *La Géocritique: Réel, fiction, espace*.

⁴ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*; ARONDEKAR, 1993, «Reading (Other)Wise: Transgressing the Rhetoric of Colonization», pp. 163-176; LANGBEHN, 2010, «Picturing Race: Visuality and German Colonialism [Introduction]», pp. 1-33.

⁵ RODRIGUES, 2006, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de poder e influência Britânica*.

entrelaçadas⁶ foram e são documentadas por escritores, cartógrafos, pintores e, *last but not least*, por fotógrafos. O presente ensaio focar-se-á nas Ilhas Desertas e é motivado pela feliz circunstância de que, no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), se encontra um álbum “Desertas”, com fotografias compostas por e provavelmente da autoria de Mildred Cossart, cedido generosamente ao arquivo por Anthony Miles⁷. Trata-se de um álbum privado, de 1910. Nas 24 páginas estão coladas 62 fotografias, das quais nove contêm motivos de um país da África do Norte não identificado.

2.1 As Ilhas Desertas como Território

A história, as propriedades geofísicas e o destino das Ilhas Desertas foram minuciosamente descritos por historiadores, assim como a sua fauna e flora em inúmeras publicações de biólogos ou geólogos. Nelson Veríssimo e Jorge Valdemar Guerra relatam a instituição do morgado das Desertas⁸, um ensaio acompanhado por fotografias de teor geológico, de 1997. O primeiro estudo da dependência administrativa das Desertas é apresentado por Rui Santos, igualmente em 1997⁹. Santos descreve a história da propriedade das Ilhas no século XIX e o processo da ‘arrematação’ das Ilhas por Charles John Cossart e Henry Calverley Hinton, em 1894, apresentando, entre outras, fotografias de uma caçada nas Desertas em que participou o Príncipe Alberto de Mônaco, em 1889, e um desenho de Louis Tinayre, de quem ainda iremos falar no presente estudo. Esclarece o processo documental complexo que reflecte uma história territorial algo complicado até 1972, ano em que «o Estado Português, em 24.01.1972, regista a seu favor, aquelas ilhotas»¹⁰. O estudo mais completo e panorâmico sobre as Ilhas Desertas é de autoria de João Adriano Ribeiro, de 1999¹¹. Ribeiro abrange no seu pequeno livro a história do território, assim como a sua exploração económica, flora, fauna e geologia. Para o presente estudo os tempos da aquisição das Ilhas por cidadãos britânicos tem especial interesse. Como todos os autores referidos salientam, a compra das Ilhas por ‘estrangeiros’ incitou alguma polémica na imprensa de então. Completamos a investigação sobre a questão por uma leitura do chamado *Scrapbook*, uma espécie de dossier composto pelos compradores das Ilhas em causa. Contém

⁶ REBOK, 2009, «La Exploración Naturalista de Madeira en el Siglo XIX: los Viajeros alemanes y su Interés por esta Isla», pp. 1323-1337.

⁷ ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3.

⁸ VERÍSSIMO, GUERRA, 1997, «A Instituição do Morgado das Desertas», pp. 5-22.

⁹ SANTOS, 1997, «As Desertas. A sua Dependência Administrativa», pp. 23-34.

¹⁰ SANTOS, 1997, «As Desertas. A sua Dependência Administrativa», p. 32.

¹¹ RIBEIRO, 1999, *As Ilhas Desertas*.

cópias de uma certidão de compra de 1481 e respectiva transcrição, demais legislação em relação ao território, correspondência, mapas, peritagens sobre a flora e fauna das Ilhas, assim como fotografias, uma lista dos ilustres visitantes, artigos de revistas e artigos dos jornais que comentam a aquisição de território português, assim como artigos sobre a prática de desporto, ou seja, da caça, nas Ilhas¹². O gesto colonial da apropriação de território português por 'estrangeiros' é, por exemplo, comentado no *Diário de Notícias* de 9 de Janeiro de 1895. Relata-se, citando o *Commercio de Portugal* de 4 de Janeiro de 1895, que «O capitão do porto e o comandante militar protestaram contra a adjudicação, mais [!] o juiz de direito manteve-a.»¹³ O *Diário de Notícias* do dia seguinte traz um artigo crítico em que é expressa a maior preocupação:

«Causa estranheza esta compra feita por súbditos inglezes e por um tão alto preço e muito mais o empenho que mostram os actuaes proprietários em as obter quando ellas produzem pouco ou nada. Diz o nosso solícito informador que é de suppôr que da parte dos dois inglezes não haja intenção alguma criminosa a respeito das referidas ilhas, mas nem por isso deixa de ser grande e serio o perigo da passagem d'aquellas ilhas para mãos de estrangeiros. [...] Sendo estrangeiros os seus actuaes possuidores, poderão amanhã, se quiseram, arvorar o pavilhão inglês nas ilhas Desertas, e ninguém poderá obstar a que o façam.»¹⁴

O grande interesse das potências europeias no Arquipélago da Madeira, assim como a concorrência entre elas, explica-se pela posição estratégica das ilhas no meio do Atlântico, ou seja, como estação incontornável nas rotas marítimas entre os continentes. A aquisição das Ilhas Desertas por dois dos *beneficent usurpers*¹⁵, em 1894, poderá ser compreendida, também, no contexto da, como diz o título de um dos capítulos no livro de Desmond Gregory, «German Challenge to British Monopoly»¹⁶ e do Ultimato Inglês, de 1890.

2.2 Os Cossart & Companhia: *Possunt Quia Posse Videntur*

O trabalho mais completo em relação à presença da família Cossart no arquipélago da Madeira devemos a Elisabete Teixeira Gouveia Rodrigues, com a sua tese *Os Cossart* em que traça a história desta dinastia de comerciantes de origem huguenote, que estabeleceu o seu negócio na Madeira em 1745¹⁷.

¹² Uma cópia do dossiê, doravante chamado *Scrapbook*, cujo original se encontra em mãos de David Cossart, foi-me gentilmente emprestado por Manuel Biscoito a quem dirijo os meus agradecimentos.

¹³ «AS ILHAS DESERTAS», 1895, in *Diário de Notícias*, 9.1.1895, s.p.

¹⁴ «AS ILHAS DESERTAS», 1895, in *Diário de Notícias*, 10.1.1895, p. 2. Mantivemos a ortografia do original.

¹⁵ GREGORY, 1988, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*.

¹⁶ GREGORY, 1988, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*, pp. 112-124.

¹⁷ RODRIGUES, 2013, *Os Cossart. Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*.

Elisabeth Rodrigues apresenta a história completa desta família de comerciantes britânicos desde a explicação da heráldica familiar (Moto: *Possunt quia posse videntur* [“Podem, porque parecem poder”]), através do desenvolvimento do comércio de vinho, até o episódio das Ilhas Desertas em que é, brevemente, mencionada Mildred Cossart na sua qualidade de ilustradora do livro de William Henry Koebel¹⁸ e representada com a emblemática e surpreendente fotografia «Mildred Cossart – Pesca de Enguias – Ilhas Desertas» (ver fig. n.º 1).

Fig. n.º 1 – «Eel fishing at the Castanheira»: Mildred Cossart caça enguias, nas Ilhas Desertas



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 17.

¹⁸ KOEBEL, William Henry, 1909, *Madeira: Old and New, Illustrated with Photographs by Miss Mildred Cossart*.

Neste caso, o fotógrafo tem que ter sido outra pessoa não identificada. Uma tiragem com temporizador automático, nesta situação específica, é pouco provável. Uma política de casamentos entre as famílias dominantes da Madeira era usual nesta altura e, ainda, no século XX: Mildred Cossart, por exemplo, é fruto de uma ligação dos Cossart com a família Blandy. As notícias sobre os Cossart e a sua ligação com as Ilhas Desertas devemos às informações que constam do mencionado *Scrapbook*, que contém também uma documentação bastante completa sobre as tentativas de cultivo de plantas nas ilhas à base de peritagem científica e reflecte o grande interesse que o território teve para as famílias britânicas presentes no Arquipélago da Madeira.

Fig. n.º 2 – Fotografia Emblemática contida no *Scrapbook*: para além da representação paisagística romântica demonstra-se o gesto de tomada de posse das Ilhas Desertas e sugere-se uma sensação de habitabilidade – até para mulheres



Fonte: *Scrapbook*, cortesia de David Cossart e Manuel Biscoito.

2.3 Os Cossart & Companhia e as Desertas

Desmond Gregory, no seu livro sobre a presença prolongada dos britânicos na Ilha da Madeira, procura responder à questão «why this small community was able to exert so marked an influence, one that the Portuguese have acknowledged but perhaps not always appreciated»¹⁹, não deixando, já no seu prefácio, qualquer dúvida sobre a própria atitude colonial (ou seja, neste caso, pós-colonial) em relação ao território: «Madeira has always been a province of Portugal but, as I shall try to demonstrate, it was until fairly recent years an associate outpost of the British Empire»²⁰. Ou seja: já através do título irónico, chamando os usurpadores de beneficentes, deixa transparecer que julga a presença inglesa na Ilha justificada e proveitosa. Sem querendo discutir o que se entende, ainda em 1988, sob o conceito de um «associate outpost», ou o sucesso provado do espírito empresarial beneficente para a Ilha das famílias britânicas residentes, é óbvia a naturalidade com que os sujeitos britânicos se apropriam de terra alheia – de forma simbólica ou não – justificando a sua presença justamente com este sucesso económico.

Louise Pratt, no seu livro influente *Imperial Eyes, Travel Writing and Transculturation*, formula:

«Like the rise of interior exploration, the systematic surface mapping of the globe correlates with an expanding search for commercially exploitable resources, markets, and lands to colonize, just as navigational mapping is linked with the search of trade routes.»²¹

No entanto, Gregory indica como razão principal deste interesse a popularidade do vinho da Madeira e do clima ameno que, desde séculos, atraiu viajantes. Conta a história completa dos colonizadores britânicos desde 1590, e se um dos capítulos tem o título conseguido «Wine, Sugar, and Land»²², outro explica a faceta religiosa dos conflitos causados pela presença britânica na Madeira.

A corrida colonial deve ter contribuído para o desejo de alargamento do território de influência britânica: para além de interesses desportivos a satisfazer nas Ilhas Desertas, outros interesses devem ter motivado a compra do território português. Ou seja: as fotografias de Mildred Cossart, para além de serem documentos de memória familiar, comprovam um processo de colonização em miniatura, inclusive a ostentativa demonstração da caça, das presas e dos acampamentos – sempre em

¹⁹ GREGORY, 1988, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*, p. 7.

²⁰ GREGORY, 1988, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*, p. 7.

²¹ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 30.

²² GREGORY, 1988, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*, p. 34.

presença de mulheres. As próprias mulheres vão à caça, no entanto, nenhuma delas é representada com uma espingarda: as caçadoras limitem-se à caça de peixe e de lapas. No citado *Scrapbook* encontra-se uma fotografia de uma menina («Margie»), ao lado de uma foca--monge-do-mediterrâneo (*Monachus monachus*) viva e alegre. Ou seja: os animais são, paradoxalmente, representados por um lado como companheiros ‘focos’ do ser humano (e até de meninas), e por outro lado são objectos de caça; noutras fotografias do *Scrapbook* são representados, com certa brutalidade, como presas. Um texto datilografado contido no mesmo dossiê (uma nota manuscrita data-o do ano de 1888, indicando como autor «C. B. Cossart») deve ter sido escrito para uma revista e relata a captação de uma foca jovem que foi mandada para o Jardim Zoológico de Londres onde teria morrido, infelizmente, pouco mais tarde. A propaganda para a caça em revistas e jornais é típica da altura, como p. ex. demonstra a revista *Illustrated Sporting and Dramatic News*, em que é relatada a caça nas Ilhas Desertas em dois artigos sobre o «Wild Goat Shooting» e o «Goat and Seal Shooting», o primeiro do 18 de Junho de 1892, o outro em 20 de Outubro de 1906²³. Os artigos são ilustrados com fotografias semelhantes às de Mildred Cossart, no entanto, estão no foco de interesse os resultados da caça e a força e a habilidade dos caçadores, especialmente nas cenas desenhadas, portanto imaginadas, em que caçadores em uniforme de caça apontam as suas espingardas à presa cobiçada numa atitude paramilitar. Outro exemplo é a revista *Country Life* que publica um artigo sob o título «Sport in Other Lands», apresentando igualmente algumas fotografias que captam, em primeiro lugar, a paisagem das Ilhas²⁴, todas não idênticas com as fotografias no álbum de Mildred Cossart em estudo.

²³ A revista foi fundada em 1874 e existiu até 1945 sob este nome.

²⁴ Encontramos este artigo no *Scrapbook*, sem indicação de data que não conseguimos apurar em arquivos online – ao contrário do artigo citado em *Illustrated Sporting and Dramatic News*. A revista *Country Life* foi fundada em 1897 e existe até hoje.

Fig. n.º 3 – Fotografia de Gesto Colonial Típico de uma Caça nas Desertas em que é visível o arsenal retórico completo: a relação hierárquica entre o Senhorio dominante, possuidor de armas e sentado, e os ajudantes batedores que parecem ter também o seu ‘chefe’, a rica presa nos ombros; foi esta a fotografia publicada, entre outras, na revista *Country Life*



Fonte: *Scrapbook*.

Nos artigos mencionados está patente o que pode ser chamado por repertório europeu da ‘retórica colonial’: a descrição de apropriação aventureira de fauna, flora e paisagem desconhecida numa ‘expedição’, com acampamentos com tendas e refeições em ar livre, cenas de chegada ao território, cenas que apresentam a presa, as armas utilizadas, a ‘moda’ das roupas de caça, e no caso aqui analisado, também a ‘moda feminina’ usada durante um acampamento e na caça, os ajudantes ‘indígenas’, etc. Louise Pratt, no seu livro mencionado, chama à atenção para a representação de «zonas de contacto», analisando narrativas de superioridade europeia, ou seja, a função ideológica das mesmas, criando ou inventando, assim como as guias de viagem na sua generalidade até a presente data, o que Pratt chama o «domestic subject»²⁵. Pratt revela também a falsa inocência de relatos de viagem para o seu discurso sobre

²⁵ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 4.

paisagem: o homem europeu «whose imperial eyes passively look out and possess»²⁶. Pratt analisa tropos da retórica de linguagem verbal assim como visual, e no presente estudo iremos referir alguns dos conceitos chave do quadro de referência teórica de Pratt que pretende analisar a ‘literatura de viagem e exploração’²⁷.

Como o naturalista na sua ‘expedição’ naturaliza a presença e autoridade global do Europeu colonizador²⁸, para o presente estudo interessa o desportista, nomeadamente o caçador com as suas armas. Os seus ‘novos’ olhares (*gazes*) incorporam a paisagem numa linguagem já estabelecida e repetitiva, o arsenal é sempre igual. Os espaços são descritos como «unhabited, unpossessed, unhistoricized, unoccupied», nem pelos próprios viajantes. A presença humana é representada como ‘pertencente à paisagem’. Pratt designa esta estratégia narrativa como «anti-conquest», ou seja: o discurso aparentemente inocente serve «for a way of taking possession without subjugation and violence»²⁹. Ora: é justamente esta atitude que liga a narrativa colonial dos séculos passados ao turista global moderno. Em relação à representação visual Pratt afirma:

«The eye “commands” what falls within its gaze; mountains and valleys “show themselves”, “present a picture”; the country “opens up” before the visitors. [...] At the same time, the landscanning European eye seems powerless to act upon or interact with this landscape that offers itself. [...] the observers role is not only to collect the visible, but to interpret it in terms of the invisible.»³⁰

Em relação aos ‘domestic subjects’ representados Pratt ainda vai mais longe, afirmando: «Abstracted away from the landscape that is under contention, indigenous peoples are abstracted away from the history that is being made—a history into which Europeans intend to reinsert them as an exploited labor pool.»³¹

Em inícios do século XX, a fotografia alarga o repertório de representação de encontros interculturais, ou seja, de zonas de contacto, consideravelmente – através do olhar de quem possuiu as máquinas fotográficas. O mais ilustre visitante das Ilhas Desertas deve ter sido Alberto, o 1.º Príncipe do Mónaco. Quer da sua expedição científica, quer da sua caçada acompanhado entre outros por Harry Hinton, deixou as suas memórias em forma de livro. Devemos à exposição «Um Príncipe explorador, Alberto I do Mónaco, A Descoberta da Madeira, 1879-1912», no Museu de História Natural do Funchal (6 de Setembro de 2017 até 7 de Janeiro de 2018),

²⁶ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 7.

²⁷ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 37.

²⁸ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 28.

²⁹ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 57.

³⁰ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 60.

³¹ PRATT, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, p. 64.

um catálogo³², que nos permite o acesso a algumas fotografias tiradas pelo próprio príncipe cientista³³ e a numerosos desenhos e esboços, de Louis Tinayre (1861-1942). A edição de 1913-1914 do livro *La Carrière d'un Navigateur*, de Alberto, 1.º Príncipe de Mônaco, foi ilustrado com desenhos deste artista que nunca participou em nenhuma destas excursões ou caçadas do príncipe. Ou seja: estamos perante uma colecção de imagens, de paisagens e pessoas nelas, que chamo, neste presente trabalho, por 'lugares inventados'. Tinayre baseia-se, talvez, nos textos e descrições do príncipe, eventualmente nas fotografias deste e em esboços de outrem – e, em primeiro lugar, na sua imaginação.

3. Mildred

Partimos do princípio de que o objecto em apreço, o álbum "Desertas" cedido por Anthony Miles ao ABM, foi composto por Mildred Cossart: uma parte das fotografias é idêntica àquelas publicadas no guia de viagem *Madeira: Old and New*, de William Henry Koebel, em 1909, no capítulo sobre as Ilhas Desertas. O frontispício do livro indica: «illustrated with photographs by Miss Mildred Cossart»; no prefácio Koebel destaca uma vez mais o trabalho de Mildred Cossart: «In addition to Miss Cossarts illustrations, which I take no little pride in including in the volume»³⁴; o autor agradece também as outras personalidades algumas poucas fotografias que não são da autoria da fotógrafa. Ou seja: se Mildred Cossart não fosse a fotógrafa da maioria das fotografias do seu livro, não faria sentido mencionar fotografias singulares de outrem. A capa pintada à mão do próprio álbum tem qualidade artística (ver fig. n.º 9) e, sabendo que Mildred Cossart pintava (ver figs. n.º 7 e n.º 8), consideramos ser muito provável que é ela a fotógrafa pelo menos da maioria das fotografias.

Mildred Cossart, filha de Charles Cossart e de Anna Mary Furber Blandy, nasceu a 5 de Novembro de 1879³⁵. Em Maio de 1914 casou com o Major Robert George Anthony Trail³⁶, que foi morto na I Guerra Mundial, na batalha do Somme, em 1917. Mais tarde

³² «ALBERTO I, PRÍNCIPE DO MÓNACO: UMA EXCURSÃO ÀS ILHAS DESERTAS: MADEIRA», 2017 [Catálogo de Exposição].

³³ Os originais encontram-se na Colecção do Museu Oceanográfico de Mônaco.

³⁴ KOEBEL, 1909, *Madeira: Old and New, Illustrated with Photographs by Miss Mildred Cossart*.

³⁵ ABM, Igreja Inglesa da Madeira, Batismos, Livro 1, fl. 26.

³⁶ ABM, Igreja Inglesa da Madeira, Casamentos, Livro IIM 1, fl. 70. Existe uma placa memorial na Igreja Inglesa do Funchal em honra do Major que é testemunha de uma história trágica («Killed in Action near Cambrai December 1.st 1917») e menciona o casamento: «Married in this Church May 1914 to Mildred, daughter of C. J. Cossart of Madeira»

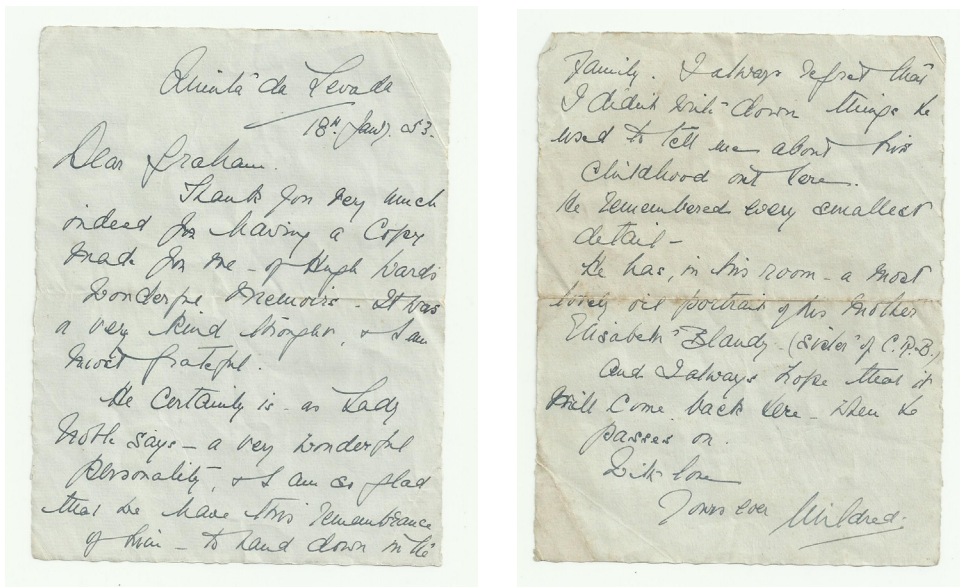
casou com Jack Lee que faleceu em 1959³⁷. Mildred faleceu em 6 de Julho de 1966 e foi enterrada no Cemitério Britânico³⁸ (ver fig. 4). Tivemos acesso a duas cartas de Mildred Lee a Graham Blandy (uma do dia 18 de Janeiro de 1953, outra de data ilegível mas certamente dos anos 50), gentilmente cedidas por Adam Blandy (ver figs. n.º 5 e n.º 6).

Fig. n.º 4 – Lápide de «Mildred B. C. Lee» no Cemitério Britânico, Funchal



Fonte: Arquivo privado de Anne Martina Emonts.

Figs. n.º 5 e n.º 6 – Carta de Mildred Lee, nascida Cossart, Lee a Graham Blandy, de 1953



Fonte: Arquivo privado de Adam Blandy.

³⁷ Pouco mais se sabe sobre o seu casamento com Jack Lee: não consta do registo de casamentos da Madeira no ABM. Jack Lee viveu com Mildred na Quinta da Levada. Neste momento, o acesso aos registos de falecimentos (*Burial Register*) da Igreja Inglesa é vedado.

³⁸ Informação cedida por Jonathan Calvert, curador da igreja, conforme consulta do *Burial Register* da Igreja Inglesa.

As cartas testemunham uma relação amigável com os Blandy por esta altura. Mildred nunca teve filhos. Habitou, até a sua morte, na Quinta da Levada, no Caminho do Monte, em que se encontram actualmente poucos vestígios da sua presença. Das entrevistas realizadas no decorrer da investigação³⁹ transparece que Mildred Lee, depois da morte do seu segundo marido, viveu em solidão e com poucos recursos. As pinturas florais no interior (!) da porta do seu quarto (ver figs. n.º 7 e n.º 8), no primeiro andar, e a capa pintada já mencionada do álbum em análise fundamentam o facto de que Mildred deve ter sido uma pessoa de grandes dons artísticos, facto esse que nos foi confirmado por Anne Cossart, que afirma que «All I know about her [Mildred Cossart] embroidery, painting, and photography is that she was extremely gifted in these three arts. She was a pioneer of the fairly new art of photography, developing her own photos, enlarging them etc. onto glass plates herself.»⁴⁰ O reconhecimento público dos mesmos, no entanto, limita-se às citadas observações de Koebel no seu livro sobre a Madeira.

Figs. n.º 7 e n.º 8 – Porta pintada por Mildred Cossart, primeiro andar da Quinta da Levada; à direita um pormenor da porta



Fonte: Arquivo privado de Anne Martina Emonts, Fotografias tiradas com a licença de Otilia Welsh.

³⁹ Entrevistas com Adam Blandy, Anthony Miles e Otilia Welsh, em 2018.

⁴⁰ Anne Cossart em *email*, 6 de Fevereiro de 2019, cortesia de Andrew Blandy.

Fig. n.º 9 – Capa do Álbum “Desertas”



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3.

Não sabemos a origem da sua inclinação pela fotografia. Podemos avançar como hipótese que o seu interesse pela fotografia poderá ter sido despertado pelo trabalho de Charles F. Raleigh Blandy, falecido em 1905. Da exposição das suas fotografias na Casa da Cultura de Santa Cruz – Quinta do Revoredo (*Fotografias de Charles F. Raleigh Blandy. A Ilha no Final do Séc. XIX*, patente de 6 de Dezembro de 2018 até 9 de Fevereiro de 2019), constam duas em que aparece a jovem e encantadora Mildred, numa cena de piquenique e num passeio de rede na montanha da Madeira (ver figs. n.º 10 e n.º 11).

Fig. n.º 10 – Picknick Alegre; à direita: a jovem Mildred



Fonte: Arquivo privado, Fotografia de Charles F. Raleigh Blandy; a digitalização foi gentilmente cedida por Emanuel Gaspar.

Fig. n.º 11 – Passeio na Montanha com a Rede; à direita: a jovem Mildred



Fonte: Arquivo privado, Fotografia de Charles F. Raleigh Blandy; a digitalização foi gentilmente cedida por Emanuel Gaspar.

Uma outra hipótese seria que Mildred guardou as fotografias de Charles F. Raleigh Blandy e ilustrou o livro de Koebel com eles. No entanto, refutamos esta hipótese pelas seguintes razões: não há, para além das fotografias de Charles F. Raleigh Blandy, em que Mildred é objecto, até a presente data, qualquer prova de uma ligação estreita entre os fotógrafos. Para além disso, Koebel teria, entre tantos agradecimentos que faz no seu prefácio, mencionado a verdadeira autoria. Tomamos a liberdade de afirmar que o olhar do engenheiro naval, reconhecível na maioria da colecção de fotografias expostas na exposição da Casa da Cultura de Santa Cruz, é algo diferente do olhar de Mildred Cossart, este reconhecível, em primeiro lugar, nas suas captações romantizantes de paisagens, quer no livro de Koebel, quer no seu álbum privado. Não negamos, no entanto, a hipótese de se encontrar, em ambos os objectos, algumas fotografias de outrem, nomeadamente de familiares Blandy, Cossart, Hinton e amigos. A todos estes olhares devemos as imagens paisagísticas únicas das Ilhas Desertas no estado em que se encontravam na viragem do século XIX para o século XX.

4. As Ilhas Desertas como Lugar Inventado

Como nos ensina a geocrítica, a literatura de viagem, verbal e visual, abunda em descrições e exploração de espaços. Quem escreve sobre território de outrem ou faz fotografias cria mapas do seu mundo e combina, sempre, os sítios reais com um espaço imaginário fictício – o que é o caso até para mapas indicados como geográficos que, na verdade, não retratam o espaço mas descobrem-no numa complexa mistura de relações imaginárias⁴¹.

No contexto maior de ilustrações e narrativas coloniais⁴² já aludimos aos desenhos imaginados por Louis Tinayre no livro do Príncipe Alberto de Mónaco. Na sua generalidade, as ilustrações de Tinayre sublinham o espírito aventureiro da narrativa eloquente do príncipe e o perigo da empresa da caça nas Desertas, em que ‘homens com barba rija’ põem à prova a sua virilidade:

⁴¹ WESTPHAL, 2007, *La Géocritique: Réel, fiction, espace*.

⁴² Os *gazes*, ou olhares, de Mildred Cossart, objecto do nosso pequeno estudo, lembram-nos, entre outras, das fotografias em *Twelve Days. An account of a journey across the Bakhtiari Mountains in South-western Persia*, de Vita Sackville-West. Também estas fotografias e, neste caso, especialmente os textos de Sackville-West, comprovam por excelência, o referido anteriormente: também a Pérsia se torna lugar imaginado da aventureira viajante, e os interesses políticos e económicos britânicos não são discutidos, porém fotografados: numa das fotografias de paisagem desse livro podem ser vistos, no fundo, os campos de petróleo. Para além disso são usadas as narrativas pictóricas do costume: paisagem quase intocada, com ou sem os exploradores, ‘indígenas’, ‘domestic subjects’, fazendo parte das mesmas. O livro de Sackville-West contribuiu para a divulgação da presença de mulheres como viajantes e ‘exploradoras’ e a autora pode ser considerada também como uma das mulheres que acompanham a apropriação verbal e visual de território.

«Les campagnes aventureuses, les expéditions difficiles, les navigations hasardées m'ont toujours séduit; c'est pourquoi devant ces îles barbares où ne vivaient que des chèvres sauvages, des phoques, des oiseaux rnarins; devant la poésie qui planait sur ce domaine presque vierge dans la ceinture blanche qui lui faisait les vagues de l'Océan, je fus ardemment sollicité.»⁴³

As paisagens das Ilhas Desertas são representadas como hostis, cabras caem de abismos arrepiantes, tempestades põem em perigo os acampamentos, etc. Ou seja: também Tinayre apresenta-nos uma combinação entre sítio real e espaço fictício – mais outra versão de apropriação de paisagem: a conquista de uma virgem.

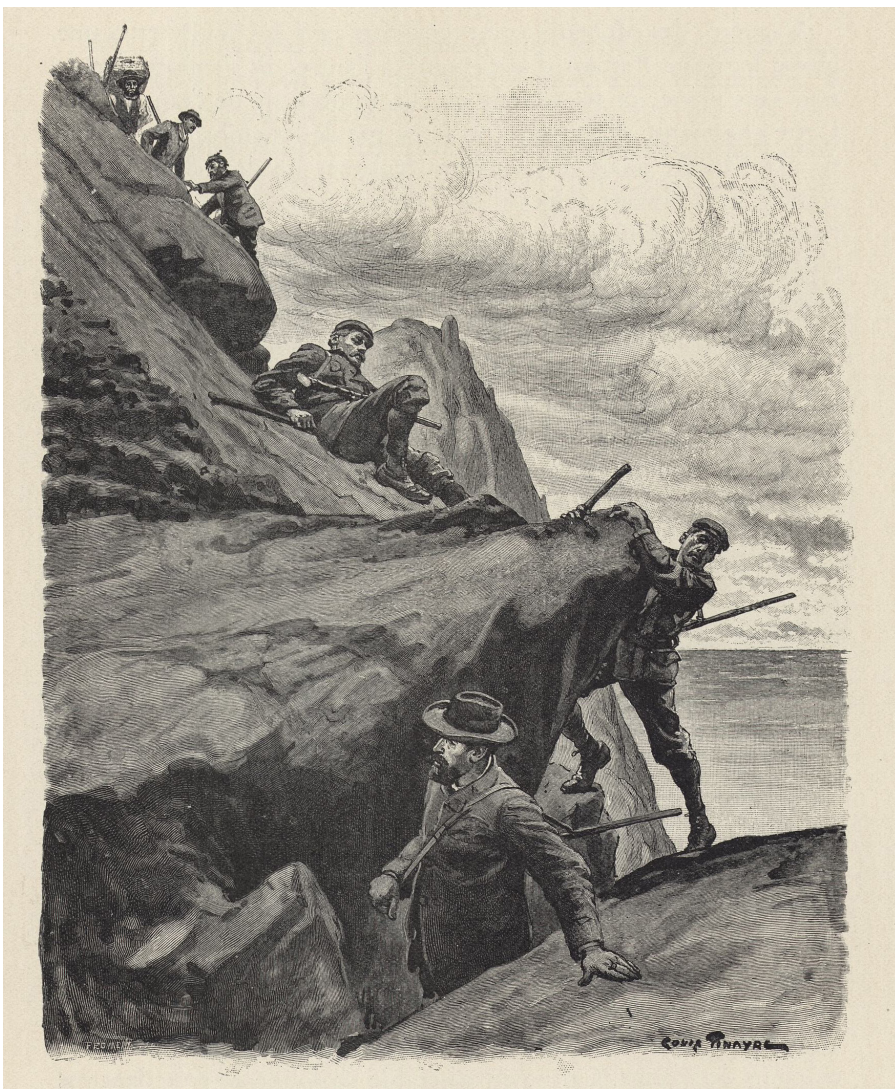
Fig. n.º 12 – Um dos Desenhos por Louis Tinayre para o livro do Príncipe Alberto de Mônaco, *La Carrière d'un Navigateur*: a cena da chegada à ilha inóspita; a imaginação 'mo(n)stra' as rochas, e parece que a sua conquista apenas pode ser feita sob perigo de morte



Fonte: Archives du Palais Princier de Monaco, Louis Tinayre.

⁴³ ALBERT, 1901, *La Carrière d'un Navigateur*, p. 76.

Fig. n.º 13 – Cena de Caça que sublinha o perigo em que se encontram os caçadores; em primeiro plano, o Príncipe Alberto I; o seguinte, Arthur Cossart; a descer a escarpa, sentado, parece ser Harry Hinton; em cima, à direita, John Ernest Blandy (com chapéu à Sherlock Holmes); e, à esquerda, o Príncipe d’Arenberg⁴⁴



Fonte: Archives du Palais Princier de Monaco, Louis Tinayre.

O que Pratt chama por «anti-conquest», a estratégia de apropriação sem subjugação e violência, é reforçada pela presença feminina e de crianças, nas fotografias de Mildred Cossart assim como no *Scrapbook*. Como habitual em toda a literatura de viagem colonial a representação verbal e pictórica começa com as cenas de chegada. Assim é feito no início do capítulo sobre as Desertas em Koebel (entre as páginas 196 e 197), e no álbum privado de Mildred Cossart.

⁴⁴ Agradeço a identificação das pessoas a Manuel Biscoito.

Fig. n.º 14 – «Landing at Castanheira»; uma das várias cenas de chegada, repertório típico de relatos de viagens, neste caso às Desertas



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 2.

Fig. n.º 15 – «Landing at Castanheira»; o acesso às Ilhas Desertas não parece fácil



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 2.

Anne Martina Emonts

Fig. n.º 16 – A Paisagem intitulada como «Long Valley» com acampamento



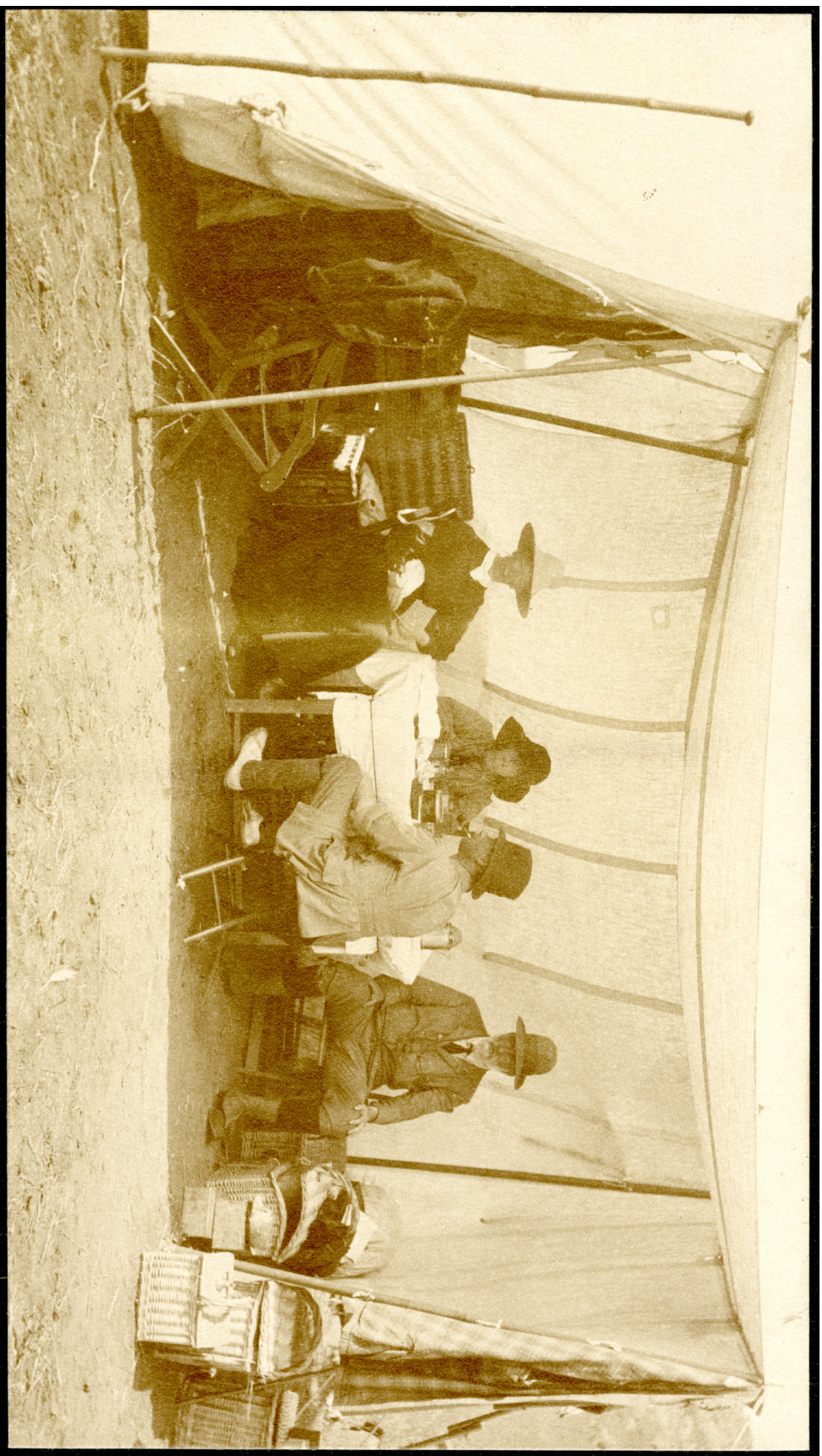
Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 4.

Fig. n.º 17 – O Acampamento no «Long Valley», com mulheres; à esquerda, Charles John Cossart; a primeira senhora, da esquerda para a direita, é a sua mulher, Anne Mary Furber Cossart, nascida Blandy; a senhora mais nova, à direita, é Mildred Blandy Cossart, filha dos primeiros; aqui a mensagem é semelhante à de relatos de viagem e representações pictóricas dos tempos coloniais: mulheres são bem-vindas no processo de colonização



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 4.

Fig. n.º 18 – Outro Acampamento de outra visita, igualmente com mulheres; no acampamento, nunca são representados os batedores, nunca juntos com as mulheres; no entanto, há fotografias de cenas de caça, juntamente com os caçadores



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 18.

Fig. n.º 19 – Arthur Cossart com grande chapéu no Ilhéu Chão



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 11.

Fig. n.º 20 – Um dos Batedores, representado individualmente e com o seu nome: «Jose Nunes with buck»



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 3.

Fig. n.º 21 – Mildred Cossart a pescar; a vida parece fácil, até para jovens mulheres



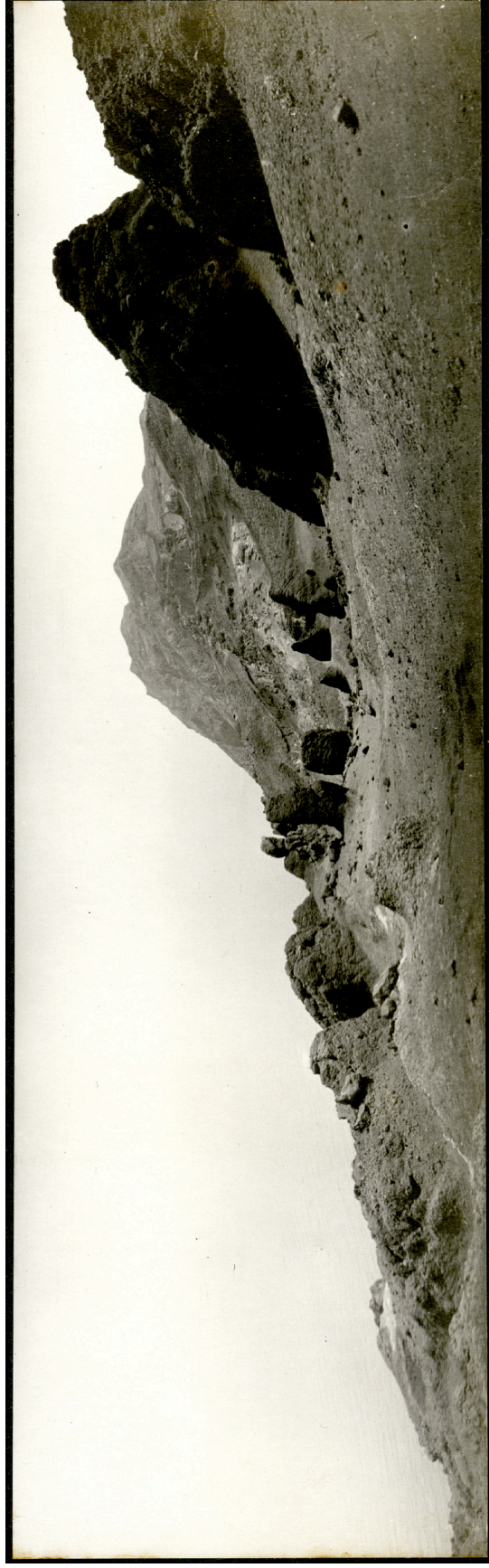
Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 1.

Fig. n.º 22 – «Beaters coming from Rochador das Casas»; paisagem das Desertas: à direita são reconhecíveis restos de habitação humana



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 7.

Fig. n.º 23 – Fotografia de Formações Vulcânicas nas Desertas – «Volcanic formations near Enchalmaças»



Fonte: ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, p. 10.

5. Em Jeito de Uma Conclusão

Conseguimos apresentar apenas uma pequena amostra das numerosas fotografias nunca vistas de Mildred Cossart. O tesouro guardado no ABM aguarda a sua exposição ao público pelo seu interesse inestimável estético, paisagístico, geológico, histórico e cultural. Devemos, paradoxalmente, este precioso legado ao gesto de apropriação colonial do território, seja este físico ou pictórico. Sem as máquinas fotográficas das famílias Blandy, Hinton e Cossart e o seu olhar artístico não teríamos acesso às imagens das Ilhas Desertas no seu estado na viragem do século XIX para o século XX. Esperemos ter lançado uma luz sobre a presença e o papel de mulheres no processo colonial que muitas vezes é negligenciada e aguarda interpretação mais profunda.

O nível cultural de uma sociedade mede-se pela relação com a sua paisagem. Se não queremos correr o perigo de subjugar-nos ao neocolonialismo turístico e à apropriação – não só simbólica – de espaços (pela pegada ecológica do turismo maciço, pela gentrificação das cidades, etc.), urge a preocupação, por exemplo, com documentos como estes aqui interpretados e ainda outras medidas de conservação da memória colectiva. Assumimos, felizmente, como indispensável a protecção da verdadeira dona das Ilhas Desertas, a foca-monge-do-mediterrâneo. Uma exploração turística das Ilhas poderá ser refletida com precaução, mas a democratização da ‘caça turística aos olhares’, o *gaze* do turista⁴⁵, nunca deve levar à destruição do nosso património.

6. Fontes e Bibliografia

Fontes em Arquivos

ABM, Espólio Anthony Miles, cx. 1, álbum 3, “Desertas”.

ABM, Igreja Inglesa da Madeira, Batismos, Livro 1.

ABM, Igreja Inglesa da Madeira, Casamentos, Livro IIM 1.

Archives du Palais Princier de Monaco, Louis Tinayre.

Arquivo privado de Adam Blandy, Cartas de Mildred Lee, nascida Cossart, a Graham Blandy (cedidas pelo proprietário).

Arquivo privado de Anne Martina Emonts, Fotografias tiradas com a licença de Otilia Welsh.

Arquivo privado de David Cossart, *The Scrapbook* (cópia cedida por Manuel Biscoito).

⁴⁵ URRY, 1990, *The Tourist Gaze*.

Arquivo privado, Fotografias de Charles F. Raleigh Blandy, gentilmente cedidas por Andrew Blandy e Emanuel Gaspar.

Bibliografia

- ALBERT, 1.^{er} Prince de Monaco, 1901, *La Carrière d'un Navigateur*, Paris.
- «ALBERTO I, PRÍNCIPE DO MÓNACO: UMA EXCURSÃO ÀS ILHAS DESERTAS: MADEIRA», 2017, Funchal, Museu de História Natural [Catálogo de exposição].
- «AS DESERTAS», Serviço do Parque Natural da Madeira, 2013, in *Diário de Notícias da Madeira, Revista Mais*, 9.6 2013, pp. 8-10.
- «AS ILHAS DESERTAS», 1895, in *Diário de Notícias*, 9.1.1895, s.p.
- «AS ILHAS DESERTAS», 1895, in *Diário de Notícias*, 10.1.1895, p. 2.
- ARONDEKAR, Anjali, 1993, «Reading (Other)Wise: Transgressing the Rhetoric of Colonization», in *symplokē*, vol 1, n.º 2, Presentations Of The Subject, pp. 163-176.
- AUGÉ, Marc, 1992, *Non-Lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, coll. La librairie du XXI^e siècle.
- CIARLO, David, 2012, «Advertising and the Optics of Colonial Power at the Fin de Siècle», in LANGBEHN, Volker (ed.), *German Colonialism, Visual Culture, and Modern Memory*, New York, London, Routledge, pp. 37-54.
- «DESERTAS», 1995, in *Diário de Notícias da Madeira, Suplemento*, 1.7.1995, pp. I-XXIII.
- FRUTUOSO, Gaspar, 1522-1591, *As Saudades da Terra: História das ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens: manuscrito do séc. XVI anot. por Álvaro Rodrigues de Azevedo*, int. de Alberto Vieira, Funchal, Empresa Municipal "Funchal 500 anos", 2008.
- «GOAT AND SEAL SHOOTING IN THE DESERTA [sic!] ISLANDS, 1906, in *Illustrated Sporting and Dramatic News*, 20.10.1906, London, p. 10.
- GREGORY, Desmond, 1988, *The Beneficent Usurpers. A History of the British in Madeira*, Rutherford, Madison, Teaneck, Fairleigh Dickinson University Press, London and Toronto, Associated University Presses.
- KOEBEL, William Henry, 1909, *Madeira: Old and New*, Illustrated with Photographs by Miss Mildred Cossart, London, Francis Griffiths.
- LANGBEHN, Volker, 2010, «Picturing Race: Visuality and German Colonialism [Introduction]», in LANGBEHN, Volker (ed.), *German Colonialism, Visual Culture, and Modern Memory*, New York, London, Routledge, pp. 1-33.
- PÃO, Nélio, 2013, «O príncipe Alberto I do Mónaco na Madeira em 1888: observações sobre o porto do Funchal, as ilhas Desertas e a História Natural do arquipélago», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 5, Funchal, pp. 243-260.

- PITA, Alberto, 1999, «"Jóias da Coroa" da Europa», in *Diário de Notícias da Madeira*, 5.9.1999, p. 6.
- PRATT, Mary Louise, 2003 [1992], *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, New York, London, Routledge.
- REBOK, Sandra, 2009, «La Exploración Naturalista de Madeira en el Siglo XIX: los Viajeros alemanes y su Interés por esta Isla», in *Arbor, Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. CLXXXV, n.º 740, noviembre-diciembre 2009, pp. 1323-1337.
- RIBEIRO, João Adriano, 1999, *As Ilhas Desertas*, Ed. Calcamar.
- RODRIGUES, Paulo Miguel Fagundes, 2006, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de poder e influência Britânica*, Funchal, Universidade da Madeira [Tese de Doutoramento].
- RODRIGUES, Elisabete Teixeira Gouveia, 2013, *Os Cossart. Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*, Funchal, Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, Centro de Estudos de História do Atlântico [Coleção Teses 12].
- SACKVILLE-WEST, Vita, 1928, *Twelve Days. An account of a journey across the Bakhtiari Mountains in South-western Persia*, London, The Hogarth Press.
- SACKVILLE-WEST, Vita, 2011, *Zwölf Tage in Persien. Reise über die Bakhtiari-Berge*, Berlin, Verlag Klaus Wagenbach.
- SANTOS, Rui, 1997, «As Desertas. A sua Dependência Administrativa», in *Islenha*, n.º 21, Julho-Dezembro de 1997, pp. 23-34.
- URRY, John, 1990, *The Tourist Gaze*, London, Sage.
- VERÍSSIMO, Nelson, GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, «A Instituição do Morgado das Desertas», in *Islenha*, n.º 21, Julho-Dezembro de 1997, pp. 5-22.
- WESTPHAL, Bertrand, 2007, *La Géocritique: Réel, fiction, espace*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- «WILD GOAT SHOOTING IN THE DESERTAS ISLANDS OF MADEIRA», 1892, in *Illustrated Sporting and Dramatic News*, 18.6.1892, London, pp. 14-19.

A Questão Autónoma na Madeira: Elementos para uma Reflexão¹

The Question of Autonomy in Madeira: Elements for a Critical Reflexion

*Fernando Tavares Pimenta*²

Resumo

Neste artigo procuramos contribuir para uma maior problematização histórica da questão autónoma na Madeira, fornecendo alguns elementos para uma reflexão sobre o tema. É nosso objectivo identificar algumas linhas de força da história do protesto autonomista, nomeadamente a reivindicação de uma autonomia financeira, condição *sine qua non* para uma efectiva autonomia administrativa e política, bem como o sentimento de que o arquipélago estava votado ao abandono por parte do poder central. Poder central que, na opinião das elites regionais, estaria tão só interessado em arrecadar as receitas fiscais provenientes da Madeira, não investindo o suficiente no desenvolvimento económico-social do arquipélago. Por outro lado, a nossa abordagem demonstra a ausência de linearidade na história do protesto autonomista madeirense. De facto, esse protesto conheceu momentos de maior intensidade, mas também outros de estagnação ou mesmo de algum silêncio, segundo o contexto político nacional, os regimes políticos e as circunstâncias políticas e económicas regionais. Procura-se assim dar uma visão

¹ Uma versão mais ampla e aprofundada deste texto integra o estudo intitulado *Regionalismo e Autonomia. Os Casos dos Açores e da Madeira das Origens ao Debate Constitucional*, que foi distinguido pela Assembleia da República com o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares 2018, encontrando-se em fase de publicação por essa mesma Assembleia.

² Professor Auxiliar Convidado do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI/NOVA) e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra (CEIS20-UC). Doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, é autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea e da História Colonial. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o *Prémio Victor de Sá de História Contemporânea* (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o *Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares 2018*, conferido pela Assembleia da República. Email: fernandopimenta_2000@yahoo.com.

de conjunto sobre a questão autonómica na Madeira, adoptando para o efeito uma perspectiva de “longa duração” e tendo em consideração um lato período cronológico antecedente a 1976.

Palavras-chave: Madeira; Autonomia; Regionalismo; História Política Portuguesa; Constituição de 1976.

Abstract

In this article we seek to contribute to a larger historical problematization of the question of autonomy in Madeira, providing elements for a more in-depth reflexion on the subject. Our scope is to identify the main guidelines in the history of the autonomist protest, namely the demand for financial autonomy, a *sine qua non* condition for an effective administrative and political autonomy, as well as the feeling that the archipelago was voted to abandonment by the central government. A central government which, in the opinion of the regional elites, would only be interested in collecting the tax revenues coming from Madeira, and not in investing enough in the socio-economic development of the island. Additionally, our approach will demonstrate the absence of linearity in the history of the Madeiran autonomist protest. In fact, this protest has experienced moments of greater intensity, but also others of stagnation and even silence, according to the national political context, the political regimes and the regional political and economic circumstances. We can thus see advances and setbacks in the history of the autonomist protest, as in the case of many other historical processes. As such, we seek to give an overview of the historical question of autonomy in Madeira, adopting a “long-term” perspective and considering a prolonged chronological period prior to 1976.

Keywords: Madeira; Autonomy; Regionalism; Portuguese Political History; 1976 Constitution.

Neste artigo procuramos contribuir para uma maior problematização da questão autonómica na Madeira, fornecendo alguns elementos para uma reflexão historiográfica sobre o tema. Neste sentido, colocamos em perspectiva a problemática autonómica, equacionada em termos regionais, adoptando para o efeito uma cronologia ampla, numa óptica de “longa duração”³, mais concretamente desde o século XIX até 1976. Esta abordagem permite-nos identificar algumas das linhas de força do protesto autonomista madeirense, nomeadamente a reivindicação de uma autonomia financeira, condição essencial para uma efectiva autonomia político-administrativa. E torna também evidente a ausência de linearidade na história desse mesmo protesto autonomista, que conheceu momentos de maior intensidade, mas também outros de estagnação ou mesmo de recuo, segundo o contexto político nacional e as circunstâncias políticas e económicas regionais.

³ BRAUDEL, 1958, «Histoire et Sciences Sociales: La longue durée», pp. 9-37.

Por outro lado, este estudo é fundamentalmente um trabalho de síntese historiográfica, sustentado na leitura de bibliografia, bem como de alguma imprensa periódica, sobretudo no período após o 25 de Abril de 1974, e do *Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira*, promulgado em 30 de Abril de 1976. Como tal, é largamente devedor de vários ensaios já escritos sobre o tema pelos historiadores e estudiosos da Madeira, nomeadamente Alberto Vieira, Nelson Veríssimo, Rui Carita e Rui Nepomuceno. Os trabalhos de Gregório Gouveia e de Luís Calisto também se revelaram fontes preciosas para a sua elaboração, tal como a obra recentemente publicada pelo Arquivo Regional da Madeira sobre a Junta Geral do Funchal. Outros estudos relevantes sobre o assunto surgem citados ao longo do texto e na bibliografia final.

A Questão Autonomica no Século XIX

Em termos políticos, a questão autonómica só emergiu nas primeiras décadas do século XIX⁴. Para o efeito concorreram vários factores históricos de ordem política e militar, entre as quais a ocupação britânica da Madeira (1801 e 1807-1808) e a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, o que debilitou consideravelmente a capacidade de controlo do território insular por parte do poder central⁵. No entanto, foi a Revolução Liberal de 1820 que possibilitou, pela primeira vez, a livre expressão de reivindicações de cariz autonomista na imprensa madeirense, nomeadamente no jornal *O Patriota Funchalense* (1821-1823). Dirigido por Nicolau Caetano Bettencourt Pita, esse periódico assumiu uma posição de afrontamento ao centralismo de Lisboa. Porém, o retorno transitório do regime absolutista levou ao silenciamento do jornal, que foi encerrado em 1823, bem como ao desterro de Nicolau Pita para os Açores. Mais tarde, em 1828, o deputado padre Caetano Alberto Soares, eleito pela Madeira às Cortes Portuguesas (1826), insurgiu-se contra o tratamento dado pelo poder central ao arquipélago, em especial no que dizia respeito aos pesados tributos que gravavam sobre a economia insular, sem que a metrópole tivesse dado nada de relevante em troca. Mas a restauração do regime absolutista por D. Miguel, nesse mesmo ano, levou Caetano Soares a retirar-se para o Brasil⁶.

⁴ Para o período imediatamente anterior às invasões francesas e ao liberalismo veja-se: SOUSA, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira* [...].

⁵ RODRIGUES, 2001, «As guerras napoleónicas e o fim do Antigo Regime na construção da ideia de Autonomia na Madeira», pp. 87-107. Sobre o mesmo período veja-se: RODRIGUES, 1999, *A política e as questões militares na Madeira – o período das Guerras Napoleónicas*. Sobre a fase das guerras liberais veja-se: RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*. Cf. RODRIGUES, 2015, *Estudos sobre o século XIX na Madeira* [...].

⁶ SILVA; MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 557.

Em todo o caso, a legislação liberal transformou significativamente o estatuto político-administrativo da Madeira e dos Açores, integrando os dois arquipélagos no espaço metropolitano português. A Madeira deixou de ser um território ultramarino e passou a fazer parte do Reino. Assim, por lei de 9 de Março de 1821, a Madeira deixou de depender da repartição do Ultramar, passando a ser considerada uma província do Reino. Mas este processo não foi linear, em virtude do recuo do liberalismo após 1823, da breve restauração absolutista e da guerra civil entre liberais e miguelistas. Como tal, a Madeira só foi definitivamente integrada no Reino com a reorganização administrativa levada a cabo por Mouzinho da Silveira em 1832, se bem que na prática tenha continuado sob a tutela do Conselho Ultramarino até 1833⁷.

Mas esta aparente elevação do estatuto político-administrativo da Madeira não resultou numa descentralização administrativa, na medida em que o arquipélago passou a ser governado da mesma maneira – e segundo os mesmos códigos administrativos – que as outras parcelas do território metropolitano, em detrimento das especificidades decorrentes da sua situação de insularidade. A este respeito, a legislação emanada pelos liberais na década de 1830 foi particularmente relevante para a reorganização administrativa do país. Assim, a reforma administrativa de 18 de Julho de 1835 instituiu as Juntas Gerais de Distrito, consagrando o distrito como circunscrição administrativa intermédia entre o poder central e os municípios. À frente do distrito estava o Governador Civil, na qualidade de alto magistrado administrativo, nomeado directamente pelo governo central, com funções de coordenação e de fiscalização, superintendendo a acção dos vários municípios que formavam o todo distrital⁸. Junto do Governador Civil funcionava a Junta Geral de Distrito, órgão colegial composto por procuradores eleitos pela população em representação dos concelhos. De referir que o tipo de sufrágio foi sendo alterado ao longo do tempo, segundo os códigos administrativos em vigor. Mas o corpo eleitoral permaneceu sempre restrito devido aos critérios que definiam a capacidade eleitoral dos cidadãos durante o período da monarquia constitucional, em especial os de carácter censitário.

Embora tuteladas pelo Governador Civil, as Juntas Gerais tinham variadas funções, nomeadamente a votação dos orçamentos anuais do distrito, elaborados e propostos pelo Governador Civil, e a aprovação das contas do distrito apresentadas pelo mesmo Governador. As Juntas possuíam ainda outras competências ao nível da administração financeira e fiscal dos distritos, em particular ao nível da repartição das contribuições directas do Estado pelos vários municípios, o lançamento de derramas,

⁷ VIEIRA, 2001, «A autonomia na História da Madeira. Questões e Equívocos», pp. 146-148.

⁸ MOTA, 2016, «A Junta Geral do Distrito do Funchal durante o liberalismo [...]», pp. 11-32.

a contratualização de obras de interesse distrital, a contração de empréstimos, etc.⁹ Com a promulgação do Código Administrativo de 1878, as Juntas Gerais consolidaram o seu papel de instância de debate e decisão ao nível distrital. As Juntas passaram então a actuar em áreas como a instrução, a beneficência, as obras públicas, o sistema penal e o de segurança pública. Melhoramentos como escolas, asilos, estradas, cemitérios, cadeias ou a polícia dependiam da decisão e do financiamento das diferentes Juntas Gerais¹⁰.

No entanto, a criação da Junta Geral do Distrito do Funchal não representou por si só um passo no sentido da autonomização político-administrativa da Madeira, na medida em que ela em pouco diferia das Juntas instituídas nos restantes distritos do país. Porém, ao consagrar a unidade administrativa do arquipélago, por um lado, e ao permitir a representação – e por conseguinte a participação política – da população a um nível intermédio da administração, por outro, a Junta Geral contribuiu poderosamente para o desenvolvimento de uma ideia de unidade política entre a população da Madeira e do Porto Santo, alicerçada de resto no sentimento de pertença a um espaço geográfico bem definido pela natureza da insularidade¹¹. Paralelamente, o carácter limitado dos poderes e das atribuições da Junta Geral foi um dos argumentos que alimentou as reivindicações autonomistas das elites madeirenses durante o século XIX. Essas reivindicações subiam de tom nos períodos de maior aperto económico e financeiro do arquipélago, muitas das vezes acochado por crises de subsistência, em especial na década de 1880¹².

O protesto contra o centralismo e contra as deficiências da administração monárquica, bem como as reivindicações autonomistas foram também impulsionados pela emergência do movimento republicano na Madeira, sendo disso um sinal claro a eleição do primeiro deputado republicano à Câmara dos Deputados, o açoriano Manuel de Arriaga, pelo círculo do Funchal, em 1882. De facto, o republicanismo, com as suas promessas de descentralização e a sua crítica feroz da governação monárquica, acalentou os anseios autonomistas de alguns sectores letrados da população madeirense. A imprensa republicana serviu assim para potenciar a contestação insular ao centralismo do governo de Lisboa. O jornal *O Povo* foi particularmente veemente nas suas críticas ao governo, ao ponto de afirmar:

«[...] não duvidamos em dizer ao Governo e ao País que nos envergonhamos de ser portugueses. Pois saiba o Governo do Rei, que se a Madeira continuar a ser desatendida pelos poderes públicos e se Lhe não derem a justa compensação aos dolorosos sacrifícios

⁹ MOTA, 2016, «A Junta Geral do Distrito do Funchal durante o liberalismo [...]», pp. 11-14.

¹⁰ GONÇALVES, 2015, «O aparelho policial e a construção do Estado em Portugal, c. 1870-1900», pp. 470-493.

¹¹ MOTA, 2016, «A Junta Geral do Distrito do Funchal durante o liberalismo [...]», p. 15.

¹² NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira [...]*, pp. 64-68.

tributários, os madeirenses [...] irão solicitar da poderosa União Americana a prosperidade que os governos portugueses lhe têm sempre recusado, do modo mais injusto»¹³.

Mas mesmo entre os monárquicos havia vozes favoráveis à autonomia. Por exemplo, o deputado progressista Manuel José Vieira também denunciou a espoliação dos recursos financeiros do arquipélago pelo poder central através de um conjunto de impostos e de tributos. É famosa a sua intervenção parlamentar de 7 de Maio de 1883 contra o esbulho dos recursos insulares pelo poder central:

«Sabemos que fazemos parte do reino de Portugal única e exclusivamente para quinhoarmos nos encargos que se renovam ou baptizam com nomes diferentes mas que sempre se acrescentam»¹⁴.

Neste contexto, muito embora estejamos ainda longe da existência de um protesto autonomista politicamente estruturado, pelo menos em termos programáticos e partidários, podemos falar já na existência de uma consciência política autónoma entre alguns sectores da população insular, em particular entre as suas elites letradas.

A Autonomia Administrativa de 1901

No entretanto, a crise política provocada pelo Ultimato Inglês, seguida da crise financeira de 1891/1892, gerou alterações substanciais ao nível da política portuguesa, inclusivamente no campo da organização administrativa. Desta forma, por decreto de Dias Ferreira, de 6 de Agosto de 1892, as Juntas Gerais foram extintas sob a alegação de que teriam contribuído para o descalabro financeiro do Estado. Nos distritos do Continente, as Juntas Gerais só foram restauradas em pleno regime republicano, pela lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913. Mas não foi assim nos territórios insulares.

Nos Açores, um amplo e significativo movimento autonomista obteve do governo central a atribuição de um estatuto de autonomia administrativa para o distrito de Ponta Delgada (e, mais tarde, para Angra do Heroísmo), por decreto de 2 de Março de 1895. O deputado Aristides Moreira da Mota, membro da Comissão Autónoma do Distrito de Ponta Delgada (1893) e redactor do jornal *A Autonomia dos Açores*, foi uma das figuras de proa desse movimento, juntamente com Gil Mont'Alverne de Sequeira, membro dessa mesma Comissão¹⁵. A Madeira não teve

¹³ *O Povo*, 3 de Março de 1883, apud NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], p. 102.

¹⁴ Apud VIEIRA, 2001, «A autonomia na História da Madeira. Questões e Equívocos», p. 151.

¹⁵ LEITE, 1995, *Política e Administração nos Açores de 1840 a 1910* [...]. Cf. ALMEIDA, 2008, *Os precedentes*

uma participação tão acutilante neste primeiro grande movimento autonomista insular¹⁶.

No entanto, poucos anos depois, a carta de lei de 22 de Março de 1901 alterou algumas disposições do decreto de 2 de Março de 1895 e, muito embora tenha limitado o grau de autonomia, autorizou o governo a torná-lo extensivo à Madeira¹⁷. Neste sentido, o decreto de 8 de Agosto de 1901 estabeleceu a Autonomia Administrativa do Distrito do Funchal, em moldes semelhantes aos definidos para os distritos açorianos. Foi então instituída uma Junta Geral, com quinze procuradores eleitos pela população, na qualidade de representantes dos vários concelhos do distrito do Funchal. A Junta Geral reunia-se em sessão ordinária duas vezes por ano, em Abril e em Novembro. O seu primeiro presidente foi o conselheiro José Leite Monteiro. Uma Comissão Executiva, eleita pela Junta Geral e composta por três membros, tinha a função de deliberar nos intervalos das sessões, devendo depois apresentar os relatórios das deliberações em sessão ordinária. Relativamente ao passado, a Junta Geral tinha maiores e mais amplas funções ao nível da administração distrital, sobretudo em termos de coordenação financeira, económica, obras públicas, ensino, saúde e assistência, mas nunca dispôs de poder legislativo próprio. Não foi portanto instituída uma verdadeira autonomia política, nem tão pouco financeira, mas tão só uma limitada autonomia administrativa. Uma forma de autonomia que ficou muito aquém da autonomia preconizada pelos representantes dos distritos insulares, sobretudo pelos açorianos¹⁸.

A República e a Autonomia da Madeira

A implantação do regime republicano suscitou grandes expectativas – rapidamente frustradas – entre os partidários da descentralização e da autonomia dos distritos insulares. Na Madeira, a República teve como figura de proa Francisco Correia de Herédia, Visconde da Ribeira Brava. Embora tenha contribuído para a realização

histórico-teóricos dos Regionalismos dos Açores e da Galiza, pp. 137-150.

¹⁶ VIEIRA, 2001, «A autonomia na História da Madeira. Questões e Equívocos», p. 168. Em 1900, houve contudo uma iniciativa nesse sentido por parte do deputado João Augusto Pereira, que apresentou um primeiro projecto tendente à autonomia da Madeira, mas que nunca chegou a ser votado pelo Parlamento. Permanece desconhecido até hoje o paradeiro desse documento, cujo teor não é conhecido pela historiografia. SILVA; MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 66.

¹⁷ MONJARDINO, 1990, «Raízes da Autonomia Constitucional», pp. 885-909.

¹⁸ NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], pp. 103-104. Cf. ABREU, 2016, «Administração distrital e conflito político [...]», pp. 71-90. Cf. MOTA, 2016, «Sobre as bases materiais de possibilidade da autonomia: a evolução das finanças distritais (1903-1974)», pp. 91-116.

de alguns progressos relevantes para a economia e o bem-estar das populações, nomeadamente o “projecto de melhoramentos para o Funchal” da autoria do arquitecto Miguel Ventura Terra, Ribeira Brava não logrou obter alterações relevantes ao estatuto administrativo da Madeira no sentido de um aprofundamento da autonomia. De facto, a lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, manteve sem alterações substanciais o regime administrativo instituído em 8 de Agosto de 1901¹⁹.

Por outro lado, a perene instabilidade governativa, o descrédito dos partidos republicanos e as grandes dificuldades económicas sentidas no arquipélago durante a Primeira Guerra Mundial, agravadas pela elevada carga fiscal imposta por Lisboa, geraram um acentuado descontentamento entre amplos sectores da população madeirense. Motivo de particular escândalo foi a «cobrança na Madeira de 5% sobre todos os direitos de exportação para se custearem as obras do porto de Leixões». Mas não foi o único. Rui Carita enumera algumas das principais razões da contestação ao poder central: «a exigência de cobrança em ouro, o imposto sobre a navegação, o regime cerealífero, a criação de sobretaxas especiais sobre o vinho da Madeira, a falta de soluções para a cultura sacarina e a recusa de verbas para a manutenção das levadas»²⁰.

É pois neste contexto que deve ser entendido o forte movimento autonómico dos primeiros anos da década de 1920, precedido de resto por certas reivindicações autonomistas na fase final da Grande Guerra. E, diversamente do que tinha acontecido no final do século XIX, a Madeira teve um papel de primeiro plano na estruturação deste segundo grande movimento autonomista insulano, ainda que a participação açoriana tivesse continuado a ser extremamente relevante²¹. O debate autonómico foi potenciado pelas comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, tendo coincidindo com a visita à Ilha do Presidente da República, António José de Almeida, na sua viagem de regresso do Brasil, em Outubro de 1922. De facto, a questão autonómica foi levantada pelo Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal, Fernando Tolentino da Costa, na cerimónia de boas vindas ao mais alto magistrado da República, no dia 9 de Outubro de 1922. Uma posição que teve uma forte repercussão na sociedade insular. A este respeito, o *Diário de Notícias*, do Funchal, teve um papel bastante significativo na mobilização da opinião pública, reivindicando com veemência «uma administração autónoma mais ampla e

¹⁹ FERNANDES, 2014, *Francisco Correia de Herédia, visconde da Ribeira Brava: revolucionário e autonomista*. Refira-se que Ribeira Brava morreu assassinado em 1918.

²⁰ CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 17. Cf. VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», p. 495.

²¹ LEITE, 1990, «O segundo movimento autonomista açoriano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento», pp. 877-883.

radical»²². Por exemplo, em 9 de Novembro de 1922, um artigo no *Diário de Notícias* afirmava:

«A meu ver deve, na Madeira, existir uma única ideia, uma única vontade, uma única ambição política: a nossa completa e absoluta Autonomia, devendo a Bandeira ser a única ligação com a Mãe Pátria»²³.

Na verdade, a ideia de um estatuto de Estado Federado para a Madeira, de alguma forma semelhante ao das *Crown Colonies* britânicas, foi aventado por alguns sectores autonomistas²⁴.

Em 16 de Dezembro de 1922, numa reunião convocada pela Junta Geral do Funchal para discutir a questão autonómica, foi apresentado um projecto para o estudo das bases de uma mais ampla autonomia administrativa e política. O projecto foi elaborado por Manuel Pestana Reis, jurista e publicista na imprensa madeirense, tendo sido publicado no dia seguinte pelo *Diário de Notícias*. Uma segunda versão do documento, com algumas alterações, serviu de “prólogo” a uma publicação comemorativa alusiva ao *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira*. Este documento foi estudado de forma detalhada por Nelson Veríssimo, que o reproduziu num interessante estudo sobre a questão autonómica na década de 1920²⁵. Por isso, salientamos apenas alguns aspectos que consideramos mais significativos. Desde logo, Pestana Reis reclamou a constituição da Madeira em «unidade política e administrativa»:

«Dar autonomia à Madeira, é constituí-la em unidade política e administrativa. É outorgar-lhe a carta constitucional dos seus direitos políticos e públicos, compatíveis com os direitos de soberania nacional e em bases conformes com as condições d’existência do agregado regional»²⁶.

E, embora repudiasse o separatismo e a ideia de independência, reivindicou a «auto-administração» do arquipélago, no quadro de uma ampla «desconcentração política e administrativa». Neste sentido, Pestana Reis propôs as seguintes bases para a autonomia da Madeira:

²² VERÍSSIMO, 1995, «O alargamento da autonomia insular. O contributo açoriano no debate de 1922-23», p. 22.

²³ *Diário de Notícias*, 9 de Novembro de 1921, *apud* VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», p. 494. Cf. NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], p. 107.

²⁴ VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», p. 494.

²⁵ VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», pp. 493-515. Cf. NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], pp. 109-110.

²⁶ REIS, 1922, «Regionalismo. A Autonomia da Madeira» [reproduzido em VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», p. 509].

«1. – Função representativa: desempenhada por um governador civil que não seja exclusivamente um *alter-ego* do Ministro do Interior, mas apenas um representante do Estado.

«2. – Função governativa: compreendendo um Conselho Legislativo e um Conselho Executivo. As atribuições do Conselho Legislativo são especiais, restritas aos interesses puramente regionais, quer públicos, quer privados. São-lhe interditas as questões de Soberania (formas de governo, exército e relações exteriores), a função judicial, a instrução secundária e superior. Eleição indirecta. O Conselho Executivo, saído do Conselho Legislativo por eleição, recolhe e administra as receitas, orçamenta e fiscaliza as despesas. Sob a sua direcção estão todas as obras de fomento e instituições de assistência distritais (Junta Geral, Obras Públicas, Juntas autónomas, 9.ª Região Agrícola, serviços de saúde e asilos).

«3. – Função administrativa: Câmaras Municipais.

«4. – Função educativa: Liberdade de ensino. Instrução primária a cargo dos municípios [...].

«5. – Função judicial: alteração do número de comarcas e da sua jurisdição territorial [...]. Uma possível criação dum tribunal de 2.ª instância no Funchal [...].

«6. – Função de Ordem Pública: Guarda Fiscal e Guarda Civil, compreendendo esta uma Polícia de Investigação Criminal, uma Polícia de Segurança Pública. Uma Polícia rural e uma Polícia Florestal.

«7. – Sobre o produto bruto das receitas criadas e arrecadadas no arquipélago, será deduzida uma percentagem fixa para o Estado.

«8. – A organização administrativa e social fundar-se-á na família (restrição do divórcio e criação do *homestead*), paróquia, município e associações de classe.

«9. – Religião: a católica reconhecida e protegida como sendo a tradicional e a única capaz de produzir a unidade moral do agregado regional. Liberdade de culto, de ensino religioso e assistência religiosa»²⁷.

Relativamente à «Função governativa», Pestana Reis atribuiu uma grande importância ao Conselho Legislativo, na medida em que ele teria a faculdade de legislar sobre todos os assuntos exclusivamente regionais, quer públicos, quer privados, excepto os que colidiam ou colocavam em causa a soberania nacional. E, tal como sublinhou Nelson Veríssimo, «o direito da Madeira legislar para si própria era reivindicado como ponto capital da autonomia». Contudo, Pestana Reis propunha a eleição indirecta desse mesmo Conselho, bem como dos outros órgãos político-administrativos (Conselho Executivo e Câmaras Municipais), segundo princípios próximos do corporativismo então em voga nalguns países da Europa, nomeadamente na Itália. Paralelamente, Pestana Reis equacionou o princípio da autonomia financeira da Madeira (base 7), afirmando peremptoriamente:

«O produto do nosso trabalho, das nossas riquezas, deve ser aplicado em nosso proveito. O que não faz sentido é que se esteja a contribuir para as obras do Porto de Leixões, para

²⁷ REIS, 1922, «Regionalismo. A Autonomia da Madeira» [reproduzido em VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», pp. 509-510].

o sorvedouro dos bairros sociais e de todas as Revoluções que a irrequieta gente da capital queira fazer e alimentar»²⁸.

No entanto, o projecto de Pestana Reis não gerou consensos, sendo evidentes as divergências existentes no seio da comissão autonomista então formada: uns defendendo um mero alargamento das atribuições da Junta Geral; outros – como Pestana Reis – pugnando por uma autonomia política, dispondo de poderes legislativo e executivo²⁹.

No entretanto, em 6 de Novembro de 1922, a Junta Geral do Funchal tinha apelado aos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo para se associarem ao movimento autonómico iniciado na Madeira³⁰. Assim, uma delegação de autonomistas açorianos – Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara e José Bruno Carreiro, por Ponta Delgada, e Frederico A. Lopes da Silva, por Angra do Heroísmo – visitaram o Funchal, tendo trabalhado com os autonomistas madeirenses durante o mês de Dezembro de 1922 e na primeira metade de Janeiro de 1923. Desses trabalhos resultou a redacção de um documento conjunto, da autoria de José Bruno Carreira e Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, denominado *Projecto de bases para uma reorganização geral administrativa dos distritos insulanos*. Embora este documento não perspectivasse a autonomia política dos arquipélagos atlânticos, tinha a mais-valia de pensar a questão autonómica no seu conjunto e não meramente ao nível dos diferentes distritos que compunham o território insular³¹. Como tal, poderia ter sido a base para a constituição de uma plataforma autonomista mais ampla, que, se tivesse tido continuidade política, poderia ter resultado numa efectiva coordenação – e cooperação – dos protestos autonomistas nos dois arquipélagos.

Mas isso não aconteceu. A Comissão Autonomista da Madeira adoptou o documento conjunto como proposta inicial de trabalho, mas não chegou publicamente a apresentar um projecto de estatuto autonómico. Por outro lado, a Comissão Autonomista de Ponta Delgada adoptou como base de trabalho um projecto de lei apresentado por Francisco d'Atayde de Faria e Maia em Outubro de 1921. Por seu turno, Angra do Heroísmo, pela mão da sua Junta Geral, acabou por aprovar – em 24 de Fevereiro de 1923 – um terceiro documento com vista à revisão do decreto de 2 de Março de 1895. Pouco depois, em 9 de Março de 1923, o senador Vasco

²⁸ REIS, 1922, «Regionalismo. A Autonomia da Madeira», [reproduzido em VERÍSSIMO, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», pp. 509-510].

²⁹ VERÍSSIMO, 1995, «O alargamento da autonomia insular. O contributo açoriano no debate de 1922-23», p. 24.

³⁰ CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 16.

³¹ VERÍSSIMO, 1995, «O alargamento da autonomia insular. O contributo açoriano no debate de 1922-23», pp. 24-25 e 28-30.

Gonçalves Marques, presidente da Junta Geral do Funchal, apresentou ao Congresso da República uma proposta com algumas alterações ao estatuto administrativo em vigor³². Claramente, esta descoordenação das iniciativas políticas levadas a cabo pelos autonomistas insulanos contribuiu para o fracasso do movimento autonomista. De resto, a instabilidade governativa dos anos finais da Primeira República, aliada à desconfiança do poder central em relação às reivindicações autonomistas insulares, não propiciava uma alteração significativa do estatuto administrativo das ilhas atlânticas.

Em todo o caso, a efervescência política prosseguiu por mais alguns anos, tendo suscitado o aparecimento de um movimento de cariz regionalista formado por alguns elementos das elites madeirenses. O conceito de “regionalismo” passou então a ser utilizado em substituição do de “autonomia”, mas o objectivo era semelhante: obter a governação do arquipélago pelos seus habitantes, mas sempre no quadro da soberania portuguesa. A este respeito, o padre Fernando Augusto da Silva terá deixado bem claro os limites dessas reivindicações regionalistas: «não queremos separatismo, não queremos independência, nem queremos atentar contra a soberania da Nação»³³.

Luís Vieira de Castro e o Visconde do Porto da Cruz foram duas das personalidades que mais se destacaram na difusão de um “espírito regionalista”, que resultou na criação de uma Liga de Defesa Regional em Novembro de 1930³⁴. No entanto, a Liga de Defesa Regional não chegou a desenvolver uma acção política significativa, tendo soçobrado poucos meses depois, em 1931, na sequência da Revolta da Madeira. Com efeito, a Liga Regional não resistiu ao desiderato de António Oliveira Salazar de suprimir todas as forças político-partidárias que não a União Nacional. De resto, o antipartidarismo do regime salazarista não era consentâneo com a existência de partidos políticos, tão pouco de base regional. Daí o insucesso da Liga de Defesa Regional³⁵.

A Ditadura Militar, o Início do Estado Novo e as Revoltas de 1931 e de 1936

Durante a Ditadura Militar, a questão da autonomia das ilhas atlânticas mereceu alguma atenção por parte do poder central. A este respeito, não terá sido porventura

³² VERÍSSIMO, 1995, «O alargamento da autonomia insular. O contributo açoriano no debate de 1922-23», pp. 25-26. CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 18.

³³ JANES, 2001, «A luta pela autonomia da Madeira: um projecto de Liga Regionalista [...]», p. 128.

³⁴ JANES, 2001, «A luta pela autonomia da Madeira: um projecto de Liga Regionalista [...]», pp. 127-142.

³⁵ De salientar que um dos ideólogos do salazarismo, o madeirense Quirino Avelino de Jesus, também escreveu sobre a questão da autonomia da Madeira, mormente no campo financeiro. Veja-se VERÍSSIMO, 1990, «Autonomia insular: as ideias de Quirino Avelino de Jesus», pp. 32-36.

alheio o facto de um oficial madeirense – José Vicente de Freitas – ter ocupado os cargos de Ministro do Interior (26 de Agosto de 1927 a 18 de Abril de 1928) e, sucessivamente, o de Presidente do Ministério (18 de Abril de 1928 a 8 de Julho de 1929). Neste sentido, em 16 de Fevereiro de 1928, a Ditadura publicou o decreto n.º 15.035 que ampliou a autonomia dos distritos insulares, regulando a constituição, o funcionamento e as competências das Juntas Gerais. Poucos meses depois, o decreto n.º 15.805, de 31 de Julho de 1928, aprofundou a descentralização administrativa, atribuindo mais alguns poderes às Juntas Gerais. Porém, em termos financeiros, as Juntas Gerais continuaram a estar altamente dependentes do poder central, pelo que ao alargamento das atribuições não correspondeu o aumento dos meios financeiros indispensáveis à realização de obras fundamentais para o desenvolvimento económico e social dos dois arquipélagos³⁶.

Por outro lado, a partir de Janeiro de 1931, a Madeira foi palco de um conjunto de protestos contra o governo da Ditadura. Esta situação foi espoletada pelo decreto n.º 19.273, de 26 de Janeiro de 1931, que alterou o regime cerealífero do arquipélago, restabelecendo o monopólio da importação de cereais a um grupo restrito de moageiros madeirenses. Conhecido como “Decreto da Fome”, esta medida teve a oposição da Junta Geral, da Câmara Municipal do Funchal, da Liga de Defesa Regional, da Associação Comercial do Funchal, do Ateneu Comercial e da generalidade da população. Os protestos populares – conhecidos como “Revolta da Farinha” – foram veementes, sendo marcados por manifestações, «comícios», greve dos estivadores do porto funchalense e assaltos a algumas das principais moagens (Panificações dos Lavradores, do Anadia e a F.B. Freitas Sucessores)³⁷. Contudo, os protestos foram reprimidos pela polícia, o que acentuou ainda mais o ambiente de críspação política e de confronto social, preparando o terreno para a famosa Revolta da Madeira de Abril de 1931.

A Revolta da Madeira constituiu um dos mais importantes levantamentos militares do “Revirinho”³⁸. Iniciada em 4 de Abril de 1931, a revolta foi levada a cabo por um número significativo de deportados militares, que tinham participado em levantamentos anteriores contra a Ditadura e que por isso tinham sido desterrados para a Madeira. Os revoltosos lograram prender ou neutralizar os elementos leais ao governo, tomando conta de toda a ilha. Foi então constituída uma Junta Provisória Revolucionária presidida pelo General Sousa Dias. Pouco depois, a revolta alastrou a algumas ilhas açorianas (8 de Abril) e à Guiné (17 de Abril). Mas a capacidade de mobilização político-militar dos meios

³⁶ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 46-49; MONJARDINO, 1990, «Raízes da Autonomia Constitucional», pp. 890-891.

³⁷ NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], p. 81.

³⁸ FARINHA, 1998, *O Revirinho. Revoltas republicanas contra a ditadura* [...].

oposicionistas foi reduzida no território continental, tendo a rebelião ficado adstrita às regiões insular e ultramarina. Neste sentido, a Ditadura conseguiu dominar militarmente a revolta, primeiro nos Açores, entre 17 e 20 de Abril, e depois na Madeira, onde uma expedição militar conseguiu derrotar os revoltosos ao fim de sete dias de combates (2 de Maio). Na Guiné, os rebeldes renderam-se a 6 de Maio de 1931³⁹.

A Revolta da Madeira de 1931 não foi uma revolta autonomista, mas a forte adesão por parte da população madeirense deve ser entendida no quadro do profundo descontentamento popular em relação à Ditadura. A autonomia estava – certamente – no horizonte político de muitos madeirenses que apoiaram a rebelião militar, mas os objectivos últimos do levantamento seriam o fim da Ditadura e a restauração do regime parlamentar republicano. Por outro lado, a repressão da Ditadura, especialmente intensa no rescaldo da revolta, atingiu um número significativo de democratas madeirenses, o que de alguma forma contribuiu para o gradual apagamento do protesto autonomista.

No entanto, novos episódios de contestação popular à governação salazarista surgiram nos anos subsequentes à Revolta da Madeira (por exemplo, a contestação ao monopólio sacarino em 1934). Neste âmbito, teve especial relevo o levantamento popular conhecido como “Revolta do Leite”⁴⁰, contra o estabelecimento de mais um monopólio no arquipélago, desta vez o do leite. O levantamento teve a sua origem no decreto-lei n.º 26.655, de 4 de Junho de 1936, que instituiu o monopólio desse género através da Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira. Mas o decreto teve um custo económico e social elevadíssimo, na medida em que a pecuária era uma das principais actividades económicas do arquipélago, empregando milhares de pessoas, sobretudo pequenos produtores. Segundo Rui Nepomuceno, os camponeses madeirenses criavam mais de 30.000 vacas leiteiras e muito do leite ordenhado era utilizado na produção de manteiga, havendo então 64 fábricas e 1.108 postos de desnatação que produziam uma média de 840 toneladas de manteiga por ano. A manteiga era de resto uma das principais exportações da Madeira. Com a promulgação desse decreto, a Junta de Lacticínios passou a controlar todo o processo produtivo, determinando os preços do leite a pagar aos produtores e administrando os postos de desnatação. Contudo, a manipulação dos preços pelo ente monopolista afectou negativamente quer os produtores de leite, quer os pequenos industriais da manteiga. De facto, os preços oferecidos pelo leite não eram suficientes para satisfazer as necessidades dos produtores, agravando assim as condições

³⁹ Sobre a Revolta da Madeira veja-se: SOARES, 1979, *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné* [...]. REIS, 1990, *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*. BRAZÃO; ABREU, 2008, *A Revolta da Madeira 1931*.

⁴⁰ Para uma leitura mais detalhada da “Revolta do Leite” veja-se: FREITAS, 2011, *A Revolta do Leite* [...].

de vida de uma parte substancial da população rural. Além disso, o número de postos de desnatação foi fixado em 320, o que obrigava ao encerramento de cerca de 800 postos e lançava muitos trabalhadores no desemprego⁴¹.

Foi neste contexto que se deu a revolta da população camponesa, em especial no Norte da ilha, no concelho de Santana. No dia 29 de Junho de 1936, um grupo de agricultores desse município impediu – em sinal de protesto – que a manteiga fosse transportada para o Funchal. A situação foi temporariamente desbloqueada pela intervenção do cura do Faial, padre César Miguel Teixeira da Fonte. Mas, cerca de um mês depois, uma multidão de aproximadamente 4.000 agricultores manifestou-se contra o monopólio do leite na freguesia do Faial. No dia seguinte, houve nova manifestação de cerca de 5.000 pessoas. Nos primeiros dias de Agosto de 1936, a revolta dos agricultores alastrou a vários pontos do território, nomeadamente a Machico, à Ribeira Brava, à Ponta do Sol, aos Canhas. No Funchal, os produtores de leite entraram em greve e a população assaltou alguns estabelecimentos comerciais e as fábricas de manteiga Martins e Rebelo, Leacock e Reis e Freitas. A reacção das autoridades foi extremamente dura. O governo central enviou forças militares para a ilha, em particular os navios de guerra Gonçalves Zarco e Bartolomeu Dias, ao mesmo tempo que reforçou o contingente policial com agentes da polícia política. A repressão foi brutal. Foram presas centenas de pessoas, entre as quais o padre Teixeira da Fonte, e houve dezenas de feridos e vários mortos na sequência de confrontos entre as forças do regime e a população revoltada. Alguns dos presos foram deportados para os Açores e outros para o Campo do Tarrafal, em Cabo Verde⁴².

Enfim, em 5 de Setembro de 1936, o decreto-lei n.º 26.982 estabeleceu que as despesas resultantes dos levantamentos populares seriam pagas pelos habitantes da Madeira. Os madeirenses foram assim obrigados a pagar – a preços especulativos – os encargos com o envio de forças policiais e militares, bem como com a reconstituição das matrizes prediais e com a reparação dos edifícios danificados durante os motins. Este decreto incrementou ainda mais a já elevada carga fiscal que gravava sobre o arquipélago, prejudicando o crescimento da economia insular. Por outro lado, a violenta repressão da “Revolta do Leite” encerrou um período de grande agitação política e social na Madeira. Doravante e durante um largo período de tempo não houve lugar a contestação político-social de monta à governação salazarista.

⁴¹ NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], pp. 93-94.

⁴² NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], pp. 94-96.

O Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes

Em 23 de Maio de 1935, numa carta dirigida ao Governador Civil do Funchal, João Abel de Freitas, o Presidente do Conselho de Ministros, António Oliveira Salazar, exprimiu assim a sua opinião sobre as aspirações autonómicas madeirenses:

«Todos os partidários da Autonomia supuseram que esta consistia simplesmente na liberdade de gastar, dando o Poder Central quanto fosse necessário para isso. A Autonomia não é a autonomia de gastar, mas a de administrar um património ou uma receita, tirando de um ou da outra o maior rendimento. (...) Por outro lado, a minha opinião acerca da administração das Juntas é má: muito pessoal, remunerações por vezes superiores às do Estado, serviços demais, com duvidosa eficácia, contratos ruinosos, administração improvisada, falta de planos de conjunto, bastas mudanças de orientação, etc.»⁴³.

Este breve excerto ilustra bem a posição de Salazar em relação à questão autonómica na Madeira. Fica também evidente que o principal entrave à promulgação de um estatuto de efectiva autonomia para o arquipélago era de natureza financeira. Para Salazar, o controlo das finanças pelo governo central era um postulado fundamental. E este postulado condicionou toda a legislação salazarista relativamente à questão da autonomia.

Na verdade, o artigo 124.º da Constituição de 1933 reconheceu em termos constitucionais a especificidade insular ao afirmar que a organização administrativa das “Ilhas Adjacentes” seria regulada por legislação especial. Em consonância com o texto constitucional, a lei n.º 1967, de 30 de Abril de 1938, aprovou a Lei de Bases da Administração do Território das Ilhas Adjacentes. Posteriormente, o decreto-lei n.º 30.214, de 22 de Dezembro de 1939, aprovou o “Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes”, cuja redacção coube a Marcelo Caetano. Este diploma foi revisto no ano seguinte pelo decreto-lei n.º 31.095, de 31 de Dezembro de 1940, tendo sido sucessivamente alterado pelos decretos-lei n.º 31.386, de 14 de Julho de 1941, e n.º 36.453, de 4 de Agosto de 1947⁴⁴. Esta legislação – que consagrou a designação “distritos autónomos” – encarou como um todo a questão da autonomia insular, não estabelecendo diferenças significativas entre os dois arquipélagos atlânticos. E, pela primeira vez, o regime autonómico foi estendido ao Distrito da Horta.

No entanto, o Distrito Autónomo do Funchal nunca dispôs de uma efectiva autonomia política porque a população madeirense nunca foi chamada a escolher os

⁴³ António Oliveira Salazar, «Carta ao governador Dr. João Abel de Freitas», Lisboa, 23 de Maio de 1935, *apud* NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], p. 121.

⁴⁴ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 47-49. Esta legislação revogou o regime autonómico estabelecido pelo Decreto n.º 15.035, de 16 de Fevereiro de 1928, e pelo Decreto n.º 15.805, de 31 de Julho de 1928.

seus governantes. Lisboa nomeava o Governador Civil que, por sua vez, nomeava – por quatro anos – o Presidente da Junta Geral. Na qualidade de representante do “Governo da Nação”, o Governador Civil tinha a seu cargo «a gestão dos interesses políticos e administrativos do Estado, a superintendência da polícia geral e a inspecção e fiscalização tutelar da administração distrital autónoma». O Governador Civil tinha ainda poderes para suspender as deliberações da Junta Geral e da respectiva Comissão Executiva, o que na prática cerceava a autonomia administrativa da Junta. Esta tinha atribuições no âmbito da «administração dos bens, coordenação económica, obras públicas, viação, educação, cultura e polícia, podendo arrecadar receitas provenientes de impostos do Estado». Mas tudo era feito debaixo da vigilância apertada do Estado central e do seu representante no distrito, o Governador. O carácter ditatorial do regime, a suspensão dos direitos e das liberdades democráticas, a perseguição do dissenso político, tudo isso contribuía para o agravamento do centralismo da administração e da dependência do arquipélago em relação a Lisboa. E, muito embora o Estatuto reconhecesse ao Distrito do Funchal a qualidade de «pessoa moral de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira», a verdade é que as finanças distritais continuaram a ser superiormente controladas por Lisboa. Neste sentido, a autonomia do Distrito Autónomo do Funchal era mais nominal do que real⁴⁵.

O Debate Autónómico durante a Governação de Marcelo Caetano

Na década de 1960, o debate autónómico ganhou projecção graças à acção do semanário *Comércio do Funchal*. A partir de 1966, o *Comércio do Funchal* promoveu a discussão política de um conjunto de assuntos de significativo interesse para o desenvolvimento da Madeira, não obstante o controlo exercido pela censura, o que aliás lhe valeu algumas suspensões. Vicente Jorge Silva foi um dos principais impulsionadores desse semanário. Desde o início da sua publicação, o jornal tomou posição a favor da planificação da economia regional com vista ao desenvolvimento do arquipélago, o que só poderia ser feito com um aprofundamento da autonomia. A este respeito, o *Comércio do Funchal* deu ampla cobertura à *I Semana de estudos sobre problemas sociais e económicos do desenvolvimento*, promovida pela Junta Geral do Funchal e pela Comissão Distrital de Assistência. Embora não se tivesse discutido abertamente a questão da autonomia, as conclusões dessa «semana de estudos» sublinharam a urgência de acelerar o desenvolvimento económico e social da Madeira e a necessidade de se

⁴⁵ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 48.

iniciar o planeamento regional. Contudo, o *Comércio do Funchal* levou a questão mais além em termos políticos, salientando a necessidade de uma «revisão administrativa do arquipélago [...] no sentido de o dotar com uma autoridade administrativa central, condizente com a expressão *distrito autónomo*»⁴⁶.

Por outro lado, Marcelo Caetano, com o decreto-lei n.º 48.905, de 11 de Março de 1969, impulsionou a questão do planeamento regional. Assim, a Madeira passou a constituir uma região de planeamento, tal como os Açores, mas ao contrário do que aconteceu neste arquipélago, na Madeira não foi criada uma Comissão Regional de Planeamento. A Junta Geral do Funchal assumiu as funções de Comissão Consultiva Regional, facto que suscitou as críticas dos próprios meios afectos ao regime, entre as quais a do deputado Agostinho Cardoso, médico e proprietário do jornal *Voz da Madeira*. Da mesma forma, o *Comércio do Funchal* chamou a atenção para o facto de não se poder dissociar o planeamento regional da questão da autonomia, havendo um claro «desfasamento administrativo». E, ao afirmar a necessidade da reforma administrativa do Distrito Autónomo do Funchal, tornou bem claro o imperativo de dar mais poderes aos órgãos administrativos regionais, inclusivamente no plano financeiro, bem como o direito das populações de escolherem os seus representantes⁴⁷.

Foi neste contexto que um grupo de democratas madeirenses escreveu uma carta ao então Governador Civil do Funchal, Coronel Braamcamp Sobral, em Abril de 1969, «pedindo a reformulação das instituições vigentes, no sentido da sua democratização». Relativamente à questão da autonomia, o documento⁴⁸ denunciava o carácter fictício da autonomia distrital:

«A base mesma do problema do Estatuto de Autonomia é esta constatação simples de que a autonomia é quase meramente nominal, pois os passos fundamentais de qualquer esforço para o desenvolvimento das estruturas regionais terão de ser dados sob o olhar benevolente do poder central e sujeitar-se, permanentemente, ao poder inquiridor do representante do governo no Distrito.»

Mais à frente, afirmava que a administração regional estava submetida a um regime de «liberdade condicionada» pela tutela permanente do poder central. Além disso, criticava as ineficiências da administração distrital, nomeadamente da

⁴⁶ VERÍSSIMO, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», pp. 7-8.

⁴⁷ VERÍSSIMO, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», p. 9.

⁴⁸ O documento foi transcrito e publicado na íntegra no n.º 57 da revista *Isleña*, nas páginas 47-58, em anexo ao artigo de SILVA, 2015, «As Eleições Legislativas de 26 de Outubro de 1969», pp. 19-66. Cf. VERÍSSIMO, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», pp. 10-11. António Egídio Fernandes Loja foi o primeiro signatário do documento, que foi subscrito por trinta e nove democratas de diferentes estratos sócio-profissionais (advogados, médicos, sacerdotes católicos, comerciantes, proprietários, agricultores, operários, etc.). Uma boa parte dos signatários desempenhou funções de relevo na vida política e cívica madeirense depois do 25 de Abril de 1974.

Junta Geral, que não saberia cumprir de forma eficiente as respectivas atribuições que, embora limitadas, poderiam ter contribuído para a resolução dos problemas económicos do distrito. Assim, considerava que o problema do Estatuto da Autonomia colocava-se em dois planos: «uma autonomia altamente condicionada e fiscalizada, totalmente sujeita à política do governo central; e, mesmo nas possibilidades de actuação autónoma da administração regional – um deficientíssimo uso das atribuições dessa mesma administração». Neste sentido, os signatários defendiam uma reforma profunda desse Estatuto:

«A primeira necessidade **a prover** seria a de reforma do Estatuto de Autonomia, de modo a elaborá-lo em moldes de participação democrática das populações da ilha nas decisões de que depende o seu futuro. Organização, portanto, da região autónoma em estruturas de participação democrática directa – ligadas decerto à Metrópole, mas suficientemente individualizadas e libertas para actuações de política interna»⁴⁹.

O documento abordou ainda um conjunto de questões relevantes para o desenvolvimento económico-social da Madeira, nomeadamente a «emigração, a agricultura, a indústria e comércio, o turismo, a educação e cultura, a saúde e a habitação». De referir ainda que do grupo signatário saiu o núcleo duro da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM), que concorreu às eleições para a Assembleia Nacional de 26 de Outubro de 1969. Foram candidatos oposicionistas António Egídio Fernandes Loja, Fernando Pereira Rebelo e José Manuel dos Reis Barroso, sendo suplente Ivo Caldeira⁵⁰. Mas, tal como no resto do território nacional, as eleições foram ganhas pela lista da União Nacional, formada por Agostinho Cardoso, Eleutério Gomes de Aguiar e José Adolfo Pinto Eliseu.

No entanto, a questão da autonomia motivou também alguma reflexão por parte das estruturas locais da União Nacional, que por várias vezes sublinharam a necessidade de rever o Estatuto. Neste âmbito, salientou-se a figura de Agostinho Cardoso, que propôs a realização de modificações significativas ao diploma. Aliás, em 1970 foram discutidas e aprovadas as “Bases para a alteração do Estatuto dos Distritos Autónomos”, mas que não tiveram um impacto significativo na subsequente Revisão Constitucional de 1971. E, em 9 de Janeiro de 1974, no jornal *Voz da Madeira*, Alberto João Jardim, sobrinho de Agostinho Cardoso, defendeu um regime de «autonomia selectiva» para a Madeira, considerando que o Estatuto então em vigor estava desfasado da realidade. Alberto João Jardim perspectivava um «mais íntimo apoio material, técnico, humano e político à conjuntura distrital, vindo de Lisboa, mas remetendo para a administração

⁴⁹ Mantivemos o sublinhado tal como aparece na versão publicada na revista *Islenha*.

⁵⁰ SILVA, 2015, «As Eleições Legislativas de 26 de Outubro de 1969», pp. 22-23, 31-32 e 43-45. Cf. CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 31.

local a tomada pormenorizada de decisões»⁵¹. Anteriormente, Alberto João Jardim tinha defendido a «descentralização administrativa e a autonomia financeira» do arquipélago, bem como o desenvolvimento de um «regionalismo político» e a «representatividade das populações» na estrutura do Estado⁵².

Neste sentido, nas vésperas da revolução de 25 de Abril de 1974, as reivindicações autonómicas – ainda que diferindo entre si – eram transversais a todos os quadrantes políticos madeirenses.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Autonomia da Madeira

O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 foi caracterizado por uma grande efervescência política e social na Madeira. A luta político-partidária foi acompanhada por uma poderosa movimentação social, marcada por greves, comícios e manifestações. Os partidos políticos, com especial relevo para os da esquerda, tiveram um papel decisivo na mobilização da população contra as formas de exploração arcaicas que caracterizavam a sociedade insular, nomeadamente o regime agrário da “colónia”⁵³. A Igreja Católica teve também uma intervenção decisiva – mas não unitária – no processo revolucionário. Alguns clérigos – por exemplo o grupo denominado “Padres do Pombal” – apoiaram activamente a revolução social, colocando-se ao lado dos movimentos populares de esquerda. Um pequeno número chegou mesmo a integrar partidos políticos de inspiração marxista. Ao invés, o bispo do Funchal, D. Francisco Santana⁵⁴, combateu os fermentos “marxizantes” na sociedade madeirense, apoiando as forças de centro-direita, nomeadamente o Partido Popular Democrático (PPD). À medida que foi avançando o processo revolucionário, um ambiente de crispação tomou conta da sociedade insular, desembocando por vezes em episódios algo violentos. Enfim, a emergência de formas de independentismo agravou a situação política e social no arquipélago, gerando um “clima” de uma certa “insegurança” que só se atenuou após a entrada em vigor do novo regime de autonomia política em 1976.

Não é nosso objectivo fazer aqui a história do processo revolucionário na Madeira. E também não cabe nos horizontes deste artigo o estudo do independentismo

⁵¹ VERÍSSIMO, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», p. 17.

⁵² VERÍSSIMO, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», pp. 11-18.

⁵³ Sobre a história do regime agrário da “colónia” veja-se: BRANCO, 1987, *Camponeses da Madeira* [...]; SOUSA, 1994, *História Rural da Madeira* [...].

⁵⁴ D. Francisco Santana foi eleito bispo do Funchal em 18 de Março de 1974, tendo recebido a ordenação episcopal três dias depois. Em 12 de Maio de 1974, fez a sua entrada solene na Sé do Funchal. Cf. CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 49.

madeirense. O que nos interessa salientar é que foi a revolução de 25 de Abril de 1974 que criou as condições políticas necessárias ao estabelecimento de um regime de autonomia política, administrativa e financeira na Madeira. Uma autonomia reivindicada pela generalidade dos madeirenses, dos vários quadrantes políticos, tanto à esquerda como à direita, e que retirou espaço político aos eventuais focos de independentismo, que rapidamente soçobraram à instalação do governo próprio no arquipélago.

Dito isto, vejamos sucintamente o quadro institucional que presidiu à fase de transição para a autonomia, bem como o panorama partidário que enformou o processo político insular entre 1974 e 1976.

Durante o período revolucionário, a Madeira foi administrada por uma governação provisória que só terminou com a tomada de posse do 1.º Governo Regional em 1 de Outubro de 1976. Neste sentido, pelo decreto-lei n.º 170/74, a Junta de Salvação Nacional (JSN) exonerou o comandante Daniel Farrajota Rocheta das funções de Governador Civil, tendo os poderes sido provisoriamente transmitidos ao Secretário de Governo. Pouco depois, em 2 de Maio de 1974, o tenente-coronel de Cavalaria Carlos de Azeredo foi nomeado Delegado da JSN na Madeira, assumindo no plano governativo funções civis e militares. Três meses mais tarde, a 7 de Agosto de 1974, o Ministro da Administração Interna nomeou o advogado Fernando Pereira Rebelo para o cargo de Governador Civil do Funchal. Fernando Rebelo tinha sido um dos candidatos opositoristas às eleições de 1969 e era um dos dirigentes mais destacados do – entretanto formado – Movimento Democrático da Madeira (MDM). No discurso de tomada de posse, realizado no Palácio de São Lourenço, no Funchal, a 12 de Agosto, Fernando Rebelo venceu a posição da maioria dos madeirenses quanto à questão da autonomia: «A Madeira não pode viver sem uma autonomia, de amplitude a determinar, mas autêntica. Só a descentralização é democrática e nela está a tradição mais nobre do povo português»⁵⁵.

Um mês depois, em 13 de Setembro de 1974, o Governador Civil nomeou António Loja – outro dirigente do MDM – para substituir o demissionário Rui Vieira na Presidência da Junta Geral. Enfim, a 10 de Outubro de 1974, o governo central procedeu à dissolução da Junta Geral e à nomeação, em sua substituição, de uma Comissão Administrativa presidida por António Loja. Dessa comissão faziam parte como vogais Gaudêncio Figueira (Vice-Presidente), Henrique Pontes Leça e Maria Teresa Pinheiro⁵⁶.

No entretanto, os principais partidos de base nacional tinham-se instalado no arquipélago, com especial destaque para o Partido Popular Democrático (PPD), o Partido Socialista Português (PS), o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido

⁵⁵ *Jornal da Madeira*, 13 de Agosto de 1974, n.º 13.536, pp. 1 e 4.

⁵⁶ NEPOMUCENO, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira* [...], p. 128.

Comunista Português (PCP). O PPD surgiu na Madeira em Agosto de 1974, tendo rapidamente mobilizado uma parte substancial da população madeirense, em larga medida graças ao apoio da hierarquia da Igreja Católica, nomeadamente do bispo D. Francisco Santana. O bispo do Funchal foi aliás um dos principais promotores da ascensão política de Alberto João Jardim dentro do PPD⁵⁷. O PPD foi, desde o início, um dos maiores defensores da autonomia política, administrativa e financeira da Madeira. Paralelamente, o PS emergiu como organização partidária no arquipélago em Agosto/Setembro de 1974, tendo-se imposto como o maior partido da esquerda regional. O PS defendeu desde cedo uma ampla autonomia política, administrativa e financeira, bem como a regionalização de alguns serviços. Já o CDS teve inicialmente grandes dificuldades em se instalar na Madeira devido à concorrência do PPD, bem como às acusações de ser o representante dos interesses dos senhorios e o herdeiro dos valores do Estado Novo. Mesmo assim, o CDS logrou mobilizar os sectores mais conservadores da população, tendo defendido a instituição de uma «forte autonomia no campo político, administrativo, económico e financeiro». O PCP, já presente na Ilha antes do 25 de Abril, optou inicialmente por colaborar na formação de movimentos unitários de esquerda, nomeadamente a União do Povo da Madeira (UPM). Mas a radicalização desse movimento levou à saída dos comunistas. Como tal, no final de Julho de 1974, o PCP abriu oficialmente a sua sede no Funchal. Contudo, o PCP sentiu algumas dificuldades de implantação entre a população, sofrendo quer a concorrência dos movimentos da extrema-esquerda, quer a campanha de desacreditação movida pela direita⁵⁸.

Para além dos partidos de base nacional, o quadro partidário madeirense apresentou várias especificidades, em particular a formação de movimentos políticos regionais, alguns de pendor autonomista e com uma certa capacidade de mobilização popular. Importa por isso conhecer de forma mais pormenorizada a história desses movimentos. Vejamos.

O Movimento Democrático da Madeira (MDM) foi formado em 19 de Maio de 1974 por antigos opositores e democratas, sendo liderado por Fernando Rebelo e António Loja. O MDM era um movimento autónomo e não dependia do Movimento Democrático Português (MDP/CDE)⁵⁹. Além disso, o MDM tomou posição pela rápida

⁵⁷ Director do *Jornal da Madeira*, órgão da diocese do Funchal, Alberto João Jardim integrou a lista para deputados à Assembleia Regional em 1976, tendo sido eleito presidente da Comissão Política Regional do partido em 21 de Agosto de 1976. Dois anos depois substituiu o engenheiro Ornelas Camacho como Presidente do Governo Regional da Madeira, cargo que ocupou até 2015. Sobre Alberto João Jardim veja-se: JARDIM, 2017, *Relatório de Combate. Memórias*.

⁵⁸ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 142-169 e 182-190.

⁵⁹ O MDP/CDE também desenvolveu alguma actividade política na Madeira, nomeadamente durante o ano de 1975. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, o MDP/CDE apresentou uma lista própria

democratização da administração insular e pela atribuição de um estatuto de autonomia política, administrativa e financeira à Madeira. Inicialmente, o MDM obteve um certo sucesso político, tendo conseguido ocupar posições chave no aparelho de Estado, mais especificamente no Governo Civil e na Junta Geral. Porém, o MDM perdeu rapidamente esse ascendente e acabou por se eclipsar na primeira metade de 1975⁶⁰.

A UPM foi criada no início de Maio de 1974, tendo como núcleo duro um grupo de pessoas ligado ao jornal *Comércio do Funchal*. A UPM mobilizou um conjunto de padres ditos “progressistas” – o grupo dos “Padres do Pombal” –, bem como muitos dos membros mais politizados da Juventude Operária Católica (JOC) e do Centro de Cultura Operária (CCO). Teve aliás um forte impacto na organização do movimento sindical no período posterior ao 25 de Abril. Os seus dirigentes mais destacados foram Vicente Jorge Silva, Milton Morais Sarmiento, Paulo Martins e Liberato Fernandes. Em 29 de Junho de 1974 foi tornada pública a constituição do movimento em moldes estalinistas, inspirada no modelo em vigor na Albânia. Mais tarde, o movimento evoluiu para posições maoístas, o que conduziu ao afastamento de alguns militantes e até de dirigentes (por exemplo, Vicente Jorge Silva). De referir que o 1.º Comício da UPM realizou-se em 30 de Julho de 1974, no Jardim Municipal do Funchal. Nessa ocasião, a UPM afirmou que pretendia constituir uma “Democracia Popular Revolucionária”. Nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, a UPM apresentou uma lista no âmbito de uma Frente Eleitoral de Comunistas (Marxista-Leninista) – FEC (ML) e, mais tarde, deu a sua adesão à União Democrática Popular (UDP)⁶¹.

A Frente Popular Democrática da Madeira (FPDM) foi um movimento de esquerda unitária, cujos estatutos foram inspirados nos do MDP/CDE, e que reuniu um conjunto de militantes que posteriormente vieram a militar no PS e no PCP, bem como alguns católicos progressistas e independentes. Uma parte significativa dos seus membros também militou na UPM. A FPDM foi muito crítica da nomeação de Fernando Rebelo para o cargo de Governador Civil. No entanto, a FPDM nunca logrou obter apoios significativos na sociedade madeirense e desentendimentos internos conduziram ao gradual apagamento do movimento, tendo alguns dos seus militantes entrado a fazer parte de uma nova organização partidária denominada Frente Eleitoral de Resistência Popular (FERP)⁶².

que obteve 1668 votos. Mais tarde, surgiu coligado com o PCP na FEPU, vindo gradualmente a desaparecer da cena política a favor do seu parceiro de coligação. GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 191-198.

⁶⁰ CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, pp. 32, 36 e 47-48.

⁶¹ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 170-181.

⁶² GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 199-201.

O Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo (MAIA) começou a ser esboçado ainda antes do 25 de Abril de 1974 por meio de reuniões clandestinas e de estudos realizados por alguns autonomistas de centro-direita, entre os quais José António Camacho, José Maria da Silva, Crisóstomo de Aguiar e Carlos Lélis. No seu programa político, publicado depois do 25 de Abril, o MAIA propôs a instituição de uma autonomia política avançada, no âmbito de um Estado Democrático de Direito, e a constituição de órgãos de governo próprio, nomeadamente de uma Câmara Legislativa com latos poderes, Secretários Executivos e um Governador eleito por sufrágio directo. A este respeito, o MAIA chegou a enviar um telegrama ao Presidente da República, ao Governo e ao MFA a pedir que o novo Governador Civil do Funchal fosse escolhido mediante consulta popular e não por nomeação⁶³. Mas esse pedido não foi atendido pelas autoridades portuguesas. O MAIA reclamou também a autonomia financeira e fiscal da Madeira, bem como a regionalização da organização judicial e dos serviços periféricos da administração pública, à excepção dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Interna e Externa. Com a consolidação política do PPD na Madeira, a larga maioria dos membros do MAIA aderiu a esse partido, tendo as suas teses autonomistas inspirado a acção política regional do PPD⁶⁴.

Um outro movimento regional de forte pendor autonomista foi a Frente Centrista da Madeira (FCM). Fundada por Alberto João Jardim, Luciano Castanheira, Henrique Pontes Leça e António Aragão de Freitas, a FCM foi uma formação política de centro-direita, conservadora e autonomista. No seu programa político, publicado no *Jornal da Madeira*, em 8 de Agosto de 1974, a FCM perspectivava «a construção de uma Madeira autónoma e próspera», pugnando no plano governativo pela eleição do Governador por mandatos de quatro anos, por sufrágio directo e universal, e pela instituição de uma Assembleia Regional, formada por vinte e cinco elementos⁶⁵. No entanto, após negociações com representantes nacionais do PPD, a FCM decidiu aderir ao partido liderado por Sá Carneiro, na base do respeito por um princípio fundamental: a defesa de uma ampla autonomia para a Madeira⁶⁶.

Para além destes movimentos, houve outros grupos políticos menos expressivos e com pouco peso na vida política madeirense. Houve também algumas formações independentistas, das quais a mais saliente foi a Frente de Libertação do Arquipélago

⁶³ *Jornal da Madeira*, 26 de Julho de 1974, n.º 13.521, p. 3.

⁶⁴ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 214-215; CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, p. 28.

⁶⁵ *Jornal da Madeira*, 8 de Agosto de 1974, n.º 13.532, pp. 5-6.

⁶⁶ CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, pp. 28-33; GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 233.

da Madeira (FLAMA). Segundo Rui Nepomuceno, a FLAMA teria sido fundada em finais de 1974 por um «punhado de idealistas da independência insular», aos quais se teriam juntado alguns «retornados das ex-colónias portuguesas», bem como um certo número de «ex-salazaristas contrários às grandes transformações económicas, políticas, sociais e culturais» provocadas pelo processo revolucionário. Todos, ou quase todos, seriam profundamente anticomunistas⁶⁷. Um sector mais extremista da FLAMA terá constituído uma brigada armada denominada BRIMA, a qual terá sido responsável por um surto bombista e por actos de fogo posto, em especial no biénio 1975/1976. No entanto, após a instituição do regime de autonomia (1976) e a consolidação política dos Governos Regionais do PPD/PSD, a FLAMA perdeu o seu impulso inicial e desapareceu da cena política⁶⁸.

Muito embora não caiba no âmbito deste trabalho fazer a história desse movimento independentista, importa ressaltar que a FLAMA “serviu” de algum modo como instrumento de pressão sobre o poder central no que diz respeito à modificação do estatuto político da Madeira. A mera existência de movimentos independentistas com alguma capacidade de mobilização popular tornou evidente ao Estado Português que o arquipélago nunca aceitaria a continuação de um estatuto que não consagrasse um regime de ampla autonomia política, administrativa e financeira. Mas, por outro lado, o radicalismo e o anticomunismo desse independentismo contribuiu para um incremento acentuado da tensão política e social, gerando fortes contrastes na sociedade madeirense.

Na verdade, os esforços das autoridades administrativas no sentido de manter a normalidade institucional não foram suficientes para conter a grande efervescência política e social que se viveu durante o período revolucionário na Madeira. Por exemplo, o Governador Civil Fernando Rebelo enfrentou desde o início da sua governação uma forte oposição política movida tanto pela extrema-esquerda, de pendor maoísta, como pelos partidos do centro-esquerda, que lhe censuraram as nomeações de figuras ligadas ao regime deposto para cargos de relevo nas comissões administrativas municipais da Ponta do Sol e do Porto Santo. Em 21 de Outubro de 1974, uma manifestação do Sindicato da Construção Civil pediu a demissão de Fernando Rebelo. E, a 31 de Outubro de 1974, a ocupação do edifício do Seminário Menor da Encarnação, no Funchal, por elementos conotados com a esquerda, provocou um aumento exponencial da tensão política entre, por um lado, os partidos de esquerda (PS, PCP, FPDM, UPM) e, por outro, os meios católicos favoráveis à diocese, nomeadamente o *Jornal da Madeira*, dirigido

⁶⁷ NEPOMUCENO, 2006, *História da Madeira. Uma visão actual*, p. 425.

⁶⁸ Sobre a FLAMA veja-se: CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, pp. 53-182.

por Alberto João Jardim. O bispo D. Francisco Santana chegou a ficar retido algumas horas dentro do edifício⁶⁹. O episódio extremou a posição desse prelado em relação ao processo revolucionário, o que beneficiou claramente o PPD.

Neste contexto, para reforçar a autoridade do Estado e assegurar a ordem e a paz social, Lisboa determinou o regresso de Carlos de Azeredo à Madeira, na qualidade de Governador Militar e com a patente de Brigadeiro, em 3 de Dezembro de 1974.

No entretanto, o MDM foi perdendo gradualmente a influência adquirida nos primeiros meses após o 25 de Abril de 1974. Assim, Fernando Rebelo, desapoiado politicamente pelas chefias partidárias locais e duramente criticado pelas forças de esquerda e pelos sindicatos, pediu a sua demissão do cargo de Governador Civil em Março de 1975⁷⁰. Por despacho do Ministro da Administração Interna, Carlos de Azeredo assumiu então as funções de Governador Civil, acumulando essas funções com as de Governador Militar⁷¹. Poucas semanas depois, em Abril de 1974, António Loja e os restantes elementos da Comissão Administrativa, nomeada em substituição da antiga Junta Geral, pediram a sua exoneração ao novo Governador Civil⁷².

Por outro lado, o Presidente da República, General Costa Gomes, tinha procedido à criação de uma Junta de Planeamento, pelo decreto-lei n.º 139, de 11 de Março de 1975 (publicado em 18 de Março). Empossada em 25 de Março de 1975, a Junta de Planeamento era presidida por Carlos de Azeredo, na qualidade de Governador, e era constituída por mais três vogais: Virgílio Pereira, Paquete de Oliveira (director do *Diário de Notícias*) e João Abel de Freitas, este último militante do PCP. Um quarto vogal, o major Faria Leal, foi admitido por decreto-lei n.º 339-A/75, de 2 de Julho de 1975. A Junta de Planeamento tinha uma autonomia significativa e poderes relevantes, que aliás foram ampliados por decreto de 2 de Julho de 1975⁷³. No entanto, a acção política e de coordenação económica da Junta de Planeamento foi contestada pelos sectores políticos do centro-direita, que a consideravam demasiado próxima da esquerda de tendências comunistas. Com efeito, a Junta de Planeamento foi amiúde acusada de não reflectir a vontade da população madeirense por ter sido imposta por decisão do poder central, sem prévia auscultação das forças políticas locais, e pelo facto de a sua

⁶⁹ CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 60-61.

⁷⁰ Fernando Rebelo terá exprimido a vontade de deixar o cargo de Governador Civil em Novembro de 1974. Mas a sua saída só se concretizou em 20 de Março de 1975. Cf. GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 63-64.

⁷¹ Carlos de Azeredo manteve-se em funções até à tomada de posse do I Governo Regional em 1 de Outubro de 1976. CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 72-73.

⁷² GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 68-69.

⁷³ OLIVEIRA, 2016, «Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro [...]», pp. 5-18. CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 72-73.

composição não exprimir os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte.

De facto, as eleições de 25 de Abril de 1975 tinham dado uma vitória esmagadora ao PPD, que obteve 78.200 votos (ou seja 61,9%) e elegeu cinco deputados. O Partido Socialista ficou em segundo lugar com 24.737 votos (22,3%), tendo eleito apenas um deputado. Nenhum outro partido elegeu deputados. Os partidos mais à esquerda tiveram votações pouco expressivas: o PCP conseguiu 2.086 votos; a UPM – que não se tinha registado como partido e por isso não podia concorrer às eleições – patrocinou a candidatura de uma lista no âmbito de uma plataforma eleitoral denominada Frente Eleitoral de Comunistas (Marxista-Leninista) – FEC (ML), tendo obtido uns escassos 1.468 votos. Os resultados evidenciaram uma vitória clara das forças ditas moderadas e redimensionaram o peso político das correntes mais radicais que pretendiam um aprofundamento do processo revolucionário⁷⁴.

Os meses subsequentes às eleições para a Assembleia Constituinte foram de grande tensão. Tal como no resto do território nacional, o chamado “Verão Quente de 1975” foi caracterizado por um ambiente de acentuada confrontação política e social, resultando em alguns casos em episódios de violência, em ocupações selvagens de espaços públicos e privados, em assaltos a sedes partidárias, etc. Na Madeira, esta situação foi agravada por um conjunto de atentados bombistas, sobretudo a partir de Agosto de 1975, cuja autoria foi na maior parte das vezes atribuída à FLAMA. Um desses atentados provocou a destruição de um avião da Força Aérea Portuguesa, em 14 de Novembro de 1975. Por outro lado, a FLAMA anunciou – por meio de um comunicado – a formação de um «governo clandestino» da Madeira na Flórida (EUA) em Agosto de 1975⁷⁵. E, pouco depois, começaram a circular “notas” de uma «pseudo-moeda» madeirense, o Zarco. Além disso, em vários pontos da Ilha, foram aparecendo bandeiras da FLAMA⁷⁶. Paralelamente, a FLAMA promoveu um conjunto de manifestações, entre as quais uma que, em 29 de Setembro de 1975, apeou parte do letreiro do Banco Totta & Açores, no Funchal, substituindo a palavra “Totta” por “Madeira”, tendo ficado Banco Madeira & Açores. Uma semana depois, em 7 de Outubro de 1975, um grupo de independentistas e alguns «retornados das ex-colónias» ocuparam as instalações do posto regional da Emissora Nacional, na Rua dos Netos (Funchal). A ocupação foi seguida de confrontos com elementos do Sindicato da Construção Civil, ligados às forças de esquerda, tendo motivado a intervenção das Forças Armadas⁷⁷.

⁷⁴ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 170-191.

⁷⁵ CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, p. 77.

⁷⁶ CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, pp. 132-133; CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 77-78.

⁷⁷ CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, pp. 88-93; CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 78-80; GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 132-134.

Em clara oposição às actividades dos independentistas da FLAMA, a esquerda madeirense levou a cabo uma forte campanha de mobilização popular contra a hipótese da independência da Madeira. Para a esquerda, o independentismo servia apenas os interesses das forças mais reaccionárias das elites locais que, assustadas com a força do processo revolucionário, se opunham às profundas transformações económicas, sociais, políticas e culturais em curso em todo o país desde o 25 de Abril de 1974. Na perspectiva dos partidos de esquerda, a independência teria como consequência final a manutenção da situação de subalternização económica, social e cultural da maioria da população madeirense, tal como ela existia antes da Revolução dos Cravos. Foi neste contexto que os partidos, sindicatos e grupos de esquerda – com especial relevância para a UPM – organizaram uma imponente manifestação popular contra a hipótese da independência no dia 19 de Setembro de 1975, no Funchal⁷⁸.

Mas se a ideia da independência era recusada por largos sectores da população, o mesmo não se podia dizer do ideal da autonomia. Todos os partidos reconheciam – ainda que em grau diferente – a necessidade imperiosa da promulgação de um estatuto de ampla autonomia política, administrativa e financeira para a Madeira. O PPD foi talvez o partido que mais pressão política exerceu sobre as autoridades nacionais no sentido de ser concedida a tão almejada autonomia à Madeira. Nas páginas do *Jornal da Madeira*, Alberto João Jardim distinguiu-se no combate pela autonomia insular, bem como nas críticas ao andamento do processo revolucionário e à gestão da Junta de Planeamento⁷⁹.

Neste sentido, a Junta de Planeamento, duramente criticada pelas forças de centro-direita, pela imprensa, pela hierarquia da Igreja Católica e pela FLAMA, sentindo a sua acção boicotada pelos seus oponentes e alegando necessidade de maior autonomia, pediu a sua demissão em 5 de Agosto de 1975. O pedido partiu dos dois vogais politicamente mais à esquerda, Paquete de Oliveira e João Abel de Freitas, no que foram seguidos pelos restantes membros da Junta. Todavia, mantiveram-se em funções por mais algum tempo, até à sua substituição por um novo órgão governativo. Por sua vez, o brigadeiro Carlos de Azeredo continuou em funções como Governador Civil do Funchal, para além de Governador Militar, tendo assumido um peso cada vez maior no processo de decisão política⁸⁰.

No entanto, a clarificação do processo político madeirense só se tornou possível depois da definição da situação política nacional em 25 de Novembro de 1975. O país

⁷⁸ NEPOMUCENO, 2006, *História da Madeira. Uma visão actual*, p. 421; CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, p. 85.

⁷⁹ OLIVEIRA, 2016, «Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro [...]», pp. 10 e 15-18; CALISTO, 1995, *Achas na Autonomia*, pp. 60-61.

⁸⁰ OLIVEIRA, 2016, «Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro [...]», pp. 16-17.

entrou então num processo de normalização institucional que culminou – durante o ano de 1976 – com a aprovação e a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, a realização de eleições para a Assembleia da República, a eleição do Presidente da República e a tomada de posse do I Governo Constitucional⁸¹.

Na Madeira, num contexto político caracterizado ainda por uma certa crispação política, o governo português decidiu substituir a demissionária Junta de Planeamento por um novo órgão governativo denominado de Junta Governativa e de Desenvolvimento Regional. Proposta pelo PPD, a ideia da sua criação teve o apoio do PS. A Junta Regional tomou posse no dia 20 de Fevereiro de 1976, na presença do Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, no Funchal⁸².

Presidida pelo brigadeiro Carlos de Azeredo, a Junta Regional era composta por elementos ligados a ou próximos do PPD e do PS, nomeadamente por David Caldeira (Pelouro do Planeamento e Finanças), Rui Vieira (Pelouro da Agricultura e Pescas), Ribeiro de Andrade (Pelouro do Abastecimento, Preços e Turismo), Ornelas Camacho (Pelouro do Equipamento Social, Ambiente, Transportes e Comunicações), Evangelista de Gouveia (Pelouro da Administração Escolar e Cultura) e Monteiro de Aguiar (Pelouro dos Assuntos Sociais, Trabalho e Emigração). A Junta Regional levou a cabo as primeiras regionalizações dos serviços periféricos da administração, produziu bastante legislação e interveio politicamente no sentido de resolver os problemas financeiros, económicos, sociais e culturais do arquipélago⁸³.

O Estatuto Provisório e a Instituição da Autonomia

A Junta Regional assegurou a transição final para o novo regime de autonomia, nomeadamente no que diz respeito à elaboração do *Estatuto Provisório da Madeira*. De facto, no dia 2 de Abril de 1976, a Assembleia Constituinte tinha aprovado a Constituição da República Portuguesa, que definiu os arquipélagos dos Açores e da Madeira como «regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios» (parágrafo 2.º do artigo 6.º). O texto constitucional definiu ainda o *Regime Político-Administrativo dos Açores e da Madeira* (Título VII, da Parte III), remetendo para as futuras Assembleias Legislativas de cada uma das regiões a elaboração dos respectivos estatutos político-administrativos, cuja aprovação final caberia à Assembleia da República. No entretanto

⁸¹ PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1976*, pp. 150-156.

⁸² GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 77-80; CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 80-84.

⁸³ NEPOMUCENO, 2006, *História da Madeira. Uma visão actual*, pp. 130-131.

e até à aprovação dos estatutos definitivos, o que só veio a acontecer em 1980, os Açores e a Madeira seriam regidos por estatutos provisórios.

No caso da Madeira, o projecto de *Estatuto Provisório* foi redigido por Fernando Rebelo, por incumbência da Junta Regional, que deliberou nesse sentido em reunião ordinária de 13 de Abril de 1976. O documento foi depois apreciado em reunião extraordinária dessa mesma Junta, a 26 de Abril de 1974, sendo então submetido à apreciação do Conselho da Revolução e do Conselho de Ministros, que aprovou a versão final do projecto em 29 de Abril de 1976. No dia seguinte, o Presidente da República, General Costa Gomes, promulgou o *Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira*, publicado no mesmo dia no 3.º Suplemento do *Diário da República* (decreto-lei n.º 318-D/76)⁸⁴.

O *Estatuto Provisório* definiu o arquipélago da Madeira como uma «região autónoma da República Portuguesa», sendo que a autonomia política-administrativa do território não afectava a integridade da soberania do Estado. O Estatuto definiu como «órgãos de governo próprio da Região a Assembleia Regional e o Governo Regional», sendo que a «soberania da República» seria «especialmente representada na Região por um Ministro da República».

Nos termos definidos pelo *Estatuto Provisório*, a Assembleia Regional seria composta por deputados regionais eleitos por mandatos de quatro anos por sufrágio universal, directo e secreto, de harmonia com o princípio da representação proporcional e por círculos eleitorais. Cada concelho da Região constituiria um círculo eleitoral, perfazendo um total de onze. E cada um dos círculos elegeria um deputado por cada 3500 eleitores ou fracção superior a 1750. Seriam eleitores os cidadãos inscritos no recenseamento de cada um dos círculos regionais, sendo elegíveis todos os eleitores com residência habitual no território da Região há mais de um ano. À Assembleia Regional competiria elaborar o projecto definitivo de Estatuto Político-Administrativo da Região, bem como legislar em matérias de interesse específico para a Região que não estivessem reservadas à competência própria dos órgãos de soberania. A Assembleia Regional teria também a faculdade de: regulamentar as leis gerais emanadas dos órgãos de soberania nacional; exercer iniciativa legislativa mediante apresentação de propostas de lei à Assembleia da República; aprovar o plano económico regional; aprovar o orçamento regional; aprovar as contas da Região respeitantes a cada ano económico; solicitar ao Conselho da Revolução a declaração de inconstitucionalidade

⁸⁴ República Portuguesa, *Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira*, decreto-lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril de 1976. Cf. GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, pp. 86-87.

de normas emanadas dos órgãos de soberania; vigiar pelo cumprimento do Estatuto e das leis e apreciar os actos do governo e da administração regionais; votar moções de confiança e de censura ao governo regional; elaborar o seu regimento; etc.

No entanto, apesar da ampla autonomia legislativa e do vasto leque de competências atribuídas à Assembleia Regional, os decretos votados por esse órgão deveriam ser assinados e publicados em *Diário da República* pelo Ministro da República. Além disso, o Ministro da República poderia exercer o direito de veto sobre os decretos regionais, solicitando nova apreciação do diploma por essa Assembleia. Neste caso, se a Assembleia confirmasse o voto por maioria absoluta, o Ministro da República não poderia recusar a assinatura, mas tão só remeter para o Conselho da Revolução a verificação da sua constitucionalidade. Seria também competência do Ministro da República a marcação da data das eleições para a Assembleia Regional, bem como a abertura da primeira sessão de cada legislatura. Ao Ministro da República caberia a coordenação dos serviços centrais do Estado no tocante aos interesses regionais, bem como a superintendência nas funções administrativas exercidas pelo Estado na Região. O Ministro da República teria ainda assento nas reuniões do Conselho de Ministros que tratassem assuntos de interesse para a Região. Refira-se enfim que o Ministro da República seria nomeado pelo Presidente da República, mas sob proposta do Primeiro-Ministro e ouvido o Conselho da Revolução.

Por outro lado, o Governo Regional seria formado pelo Presidente, pelos Secretários Regionais e pelos Subsecretários Regionais, se os houvesse. O Presidente do Governo Regional seria nomeado pelo Ministro da República tendo em conta os resultados das eleições para a Assembleia Regional. Os Secretários e Subsecretários seriam igualmente nomeados e exonerados pelo Ministro da República, mas sob proposta do Presidente do Governo Regional. O Governo Regional seria politicamente responsável perante a Assembleia Regional, mas o Ministro da República teria a faculdade de exonerar ou demitir o Presidente do Governo Regional. Ao Governo Regional competiria: conduzir a política na Região; elaborar os decretos regulamentares regionais necessários ao bom funcionamento da administração; dirigir os serviços e a actividade da administração regional; administrar e dispor do património regional; elaborar a proposta do plano económico da Região; elaborar a proposta de orçamento da Região; apresentar à Assembleia Regional propostas de decretos regionais; etc.

O *Estatuto Provisório* definiu ainda o regime económico e financeiro da Região, atribuindo à Assembleia Regional e ao Governo Regional o controlo dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social da Região. Caberia portanto aos órgãos regionais a definição das políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, mediante proposta a

apresentar aos órgãos de soberania. A apreciação da legalidade das despesas públicas seria efectuada por uma secção regional do Tribunal de Contas.

O *Estatuto Provisório* estabeleceu enfim alguns limites relativamente aos poderes dos órgãos regionais, vedando-lhes a possibilidade de restringir os direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores, bem como de limitar a livre circulação de pessoas e bens entre a Região e o restante território nacional. A Região ficou também inibida de reservar o exercício de qualquer profissão ou o acesso a qualquer cargo público aos naturais da Região ou nela residentes. A título provisório, o Estatuto definiu a continuidade administrativa da Junta Regional da Madeira até à entrada em funções da Assembleia Regional e do Governo Regional. Enfim, ficou estabelecido que o *Estatuto Provisório* iria vigorar até à entrada em vigor do Estatuto definitivo da Região Autónoma da Madeira.

O *Estatuto Provisório* consagrou pela primeira vez na história do arquipélago madeirense um regime de efectiva autonomia política, administrativa e financeira. Neste sentido, em 27 de Junho de 1976, em simultâneo com as eleições para a Presidência da República, tiveram lugar as primeiras eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira⁸⁵. Estas eleições foram ganhas pelo PPD, com 60,4% (63.963 votos), seguido de longe pelo PS, com 22,6% (23.968 votos) e pelo CDS, com 9,62% (10.185 votos). A UDP ficou em quarto lugar com 5,1% (5.466 votos), tendo o PCP ficado em quinto lugar com 1,8% (1.959 votos). Estes resultados determinaram a primeira maioria absoluta do PPD, com 29 dos 41 deputados que formavam a Assembleia Legislativa Regional. O PS elegeu apenas oito deputados, ao passo que o CDS e a UDP elegeram, cada um, dois deputados. Presidida pelo Brigadeiro Carlos de Azeredo, a cerimónia de abertura da Assembleia Regional teve lugar no dia 19 de Julho de 1976, no Salão Nobre da antiga Junta Geral. Foi primeiro Presidente da Assembleia Legislativa Regional o deputado Emanuel Rodrigues, eleito pelo PPD⁸⁶. Alberto João Jardim assumiu a função de líder do Grupo Parlamentar do PPD, tendo sido eleito Presidente da Comissão Política Regional desse partido em 21 de Agosto de 1976⁸⁷.

No entanto, Lisboa nomeou Lino Miguel, coronel da Força Aérea, Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, em 14 de Agosto de 1976⁸⁸. E, um mês depois, em 16 de Setembro de 1976, foi anunciada a composição do I Governo Regional

⁸⁵ Refira-se que a 25 de Abril de 1976 tinham ocorrido as primeiras eleições para a Assembleia da República, que confirmaram a supremacia política do PPD na Madeira. De facto, o PPD ganhou as eleições com maioria absoluta, tendo eleito quatro deputados. O PS ficou em segundo lugar, tendo elegido um deputado, tal como o CDS, que foi o terceiro partido mais votado. Nem o PCP, nem a UDP conseguiram eleger qualquer deputado pela Madeira.

⁸⁶ CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, pp. 88-89.

⁸⁷ GOUVEIA, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, p. 148.

⁸⁸ CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 91.

da Madeira presidido pelo engenheiro Jaime Ornelas Camacho. O Governo Regional – o primeiro do PPD – era constituído pelos seguintes secretários: José António Camacho (Planeamento, Finanças e Comércio), Manuel Gonçalves Alegria (Agricultura, Indústria e Pescas), Manuel Bazenga Marques (Trabalho), Gonçalo Nuno de Araújo (Equipamento Social, Transportes e Comunicações), Margarida Neves da Costa (Educação e Cultura) e Nélío Ferraz Mendonça (Assuntos Sociais e Saúde). O I Governo Regional tomou posse a 1 de Outubro de 1976, perante o Ministro da República, no Palácio de São Lourenço, no Funchal⁸⁹. Estava assim montado o edifício político da autonomia madeirense.

Fontes e Bibliografia

- AAVV, 2001, *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- AAVV, 2016, *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, 2 volumes, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura.
- ABREU, Fátima, 2016, «Administração distrital e conflito político: em torno de algumas inconsistências cronológicas nas séries de Atas da Junta Geral», in AAVV, *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, 1.º volume, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 71-90.
- ALMEIDA, Manuel Ângelo Gomes Abrunhosa Marques de, 2008, *Os Precedentes Histórico-Teóricos dos Regionalismos dos Açores e da Galiza*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- BRANCO, Jorge de Freitas, 1987, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Dom Quixote.
- BRAZÃO, Maria Elisa de França; ABREU, Maria Manuela, 2008, *A revolta da Madeira 1931*, 2.ª edição, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- BRAUDEL, Fernand, 1958, «Histoire et Sciences Sociales: La longue durée», in *Annales*, n.º 4, vol. 13, pp. 9-37.
- CALISTO, Luís, 1995, *Achas na Autonomia*, Funchal, Diário de Notícias.
- CARITA, Rui, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, Funchal, Assembleia Legislativa da Madeira.

⁸⁹ CARITA, 2008, *30 Anos de Autonomia, 1976-2006*, p. 102. Com a posse do I Governo Regional, a Junta Regional cessou funções. O I Governo Regional da Madeira esteve em exercício até 17 de Março de 1978, tendo então sido alvo de uma remodelação que resultou na ascensão de Alberto João Jardim à qualidade de Presidente do Governo, cargo que ocupou ininterruptamente até 20 de Abril de 2015.

- FARINHA, Luís, 1998, *O Revivalho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa.
- FERNANDES, Francisco J. V., 2014, *Francisco Correia de Herédia, visconde da Ribeira Brava: revolucionário e autonomista*, Ribeira Brava, Câmara Municipal da Ribeira Brava.
- FREITAS, João Abel de, 2011, *A Revolta do Leite: Madeira 1936*, Lisboa, Edições Colibri.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha, 2015, «O aparelho policial e a construção do Estado em Portugal, c. 1870-1900», in *Análise Social*, n.º 216, volume I (3.º trimestre), pp. 470-493.
- GOUVEIA, Gregório, 2002, *Madeira. Tradições Autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, O Liberal.
- JANES, Emanuel, 2001, «A luta pela autonomia da Madeira: um projecto de Liga regionalista que não chegou a realizar-se (1928-1930)», in AAVV, *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 127-142.
- JARDIM, Alberto João, 2017, *Relatório de Combate. Memórias*, Lisboa, Dom Quixote.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1989, «A Autonomia das Ilhas Atlânticas: os Açores e a Madeira. A Experiência Açoriana do Séc. XIX», in AAVV, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, volume I, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 388-402.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1990, «O segundo movimento autonomista açoriano e a importância da Madeira no seu desenvolvimento», in AAVV, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Coimbra, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 877-883.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1995, *Política e Administração nos Açores de 1840 a 1910 – o 1.º movimento autonomista*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura.
- MONJARDINO, Álvaro, 1990, «Raízes da Autonomia Constitucional», in AAVV, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Coimbra, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 885-909.
- MOTA, Nuno, 2016, «A Junta Geral do Distrito do Funchal durante o liberalismo: atribuições, poderes e grupos de interesse (1836-1862)», in AAVV, *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, 1.º volume, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 11-32.
- MOTA, Nuno, 2016, «Sobre as bases materiais de possibilidade da autonomia: a evolução das finanças distritais (1903-1974)», in AAVV, *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, 1.º volume, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 91-116.

- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *A Conquista da Autonomia da Madeira. Os conflitos dos séculos XIX e XX*, Lisboa, Caminho.
- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *História da Madeira. Uma visão actual*, Porto, Campo das Letras.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, 2016, «Madeira: do 25 de Abril ao 25 de Novembro – 40 Anos Depois. Uma Caminhada para a Autonomia da Região», in *Islenha*, n.º 58, pp. 5-18.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1976*, Porto, Afrontamento.
- PORTUGUESA, República, *Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira*, decreto-lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril de 1976.
- REIS, Célia, 1990, *A Revolta da Madeira e Açores 1931*, Lisboa, Livros Horizonte.
- REIS, Manuel Pestana Reis, 1922, «Regionalismo. A Autonomia da Madeira», in *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira* (Publicação Comemorativa), Funchal [reproduzido em VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», in AAVV, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Coimbra, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 508-510].
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 1999, *A Política e as Questões Militares na Madeira – o Período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2001, «As guerras napoleónicas e o fim do Antigo Regime na construção da ideia de Autonomia na Madeira», in AAVV, *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 87-107.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Funchal, Funchal500Anos.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2015, *Estudos sobre o século XIX na Madeira. Política, Economia e Migração*, Funchal, Imprensa Académica.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da Silva; MENESES, Carlos de Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense* (Fac-Símile da edição de 1940-1946), volume III, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- SILVA, Gorete, 2015, «As Eleições Legislativas de 26 de Outubro de 1969, na Madeira», in *Islenha*, n.º 57, pp. 19-66.
- SOARES, João (Organização de), 1979, *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné, 4 de Abril a 2 de Maio de 1931*, Lisboa, Perspectiva&Realidades.

- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2004, *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, João José de, 1994, *História Rural da Madeira: A Colonia*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1985, «Em 1917, a Madeira reclama autonomia», in *Atlântico*, n.º 3, pp. 229-232.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)», in AAVV, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Coimbra, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 493-515.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1990, «Autonomia insular: as ideias de Quirino Avelino de Jesus», in *Islenha*, n.º 7, pp. 32-36.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1991, «Autonomia insular: o debate na Primavera Marcelista», in *Islenha*, n.º 9, pp. 5-20.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1995, «O alargamento da autonomia insular. O contributo açoriano no debate de 1922-23», in *Islenha*, n.º 16, pp. 22-30.
- VIEIRA, Alberto, 2001, «A autonomia na História da Madeira. Questões e Equívocos», in AAVV, *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 143-175.
- VIEIRA, Alberto (coordenação de), 2001, *História da Madeira* [colaboração de Abel Soares Fernandes, Emanuel Janes, Gabriel Pita], Funchal, Secretaria Regional da Educação.
- VIEIRA, Alberto (coordenação de), 2001, *25 Anos de Autonomia na Madeira. Projecto Comemorativo do CEHA. A Autonomia: História e documentos* (Cd Rom), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

Imprensa Periódica

Jornal da Madeira, 1974.

Visconde do Porto da Cruz: Um Estudioso da Cultura Madeirense

Visconde do Porto da Cruz: A Scholar of Madeiran Culture

Sílvia Gomes¹

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo contribuir para o conhecimento de uma vertente da obra do Visconde do Porto da Cruz (1890-1962), no que concerne aos estudos relativos ao património cultural do arquipélago da Madeira.

Figura incontornável da sociedade e da cultura madeirenses do século XX, Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz (desde 1921), distinguiu-se como jornalista, publicista, escritor, folclorista e conferencista, revelando ainda múltiplas facetas em diferentes fases da sua vida. Como escritor, deixou um vasto legado, composto por textos de diferentes géneros literários e variadas temáticas. Como estudioso e profícuo promotor das suas raízes culturais, proferiu conferências e publicou estudos em periódicos, opúsculos e volume, contribuindo para preservar aspetos da memória cultural e identidade madeirense.

Palavras-chave: Visconde do Porto da Cruz; Cultura Popular; Património Cultural; Identidade; Madeira.

Abstract

The main objective of this article is to contribute to the knowledge of a part of the work of *Visconde do Porto da Cruz* (1890-1962), regarding the studies related to the cultural heritage of the Madeira archipelago.

An inescapable figure of the Madeiran society and culture of the 20th century, Alfredo de Freitas Branco, *Visconde do Porto da Cruz* (since 1921), has been distinguished as a journalist,

¹ Mestre em Gestão Cultural e licenciada em Ciências da Cultura pela Universidade da Madeira. Investigadora do CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Colaboradora no projeto *Aprender Madeira* (CLEPUL/APCA – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa / Agência de Promoção da Cultura Atlântica) na autoria de diversas entradas para o *Dicionário Enciclopédico da Madeira* (em preparação). Os seus principais interesses de investigação são a cultura, a sociedade e as tradições madeirenses. Contacto: silvia.gms1@gmail.com.

publicist, writer, folklorist and lecturer, revealing many facets in different phases of his life. As a writer, he left a vast legacy, composed by texts from different literary genres and varied themes. As a scholar and prolific promoter of his cultural roots, he lectured and published studies in periodicals, opuscles and volume, helping to preserve aspects of Madeiran identity and cultural memory.

Keywords: *Visconde do Porto da Cruz*; Popular Culture; Cultural Heritage; Identity; Madeira.

Breve Perfil Biográfico

Alfredo António de Freitas Branco nasceu no Funchal, a 1 de janeiro de 1890, onde também veio a falecer, a 28 de fevereiro de 1962. Descendente de ilustres famílias madeirenses, filho de Luís Vicente de Freitas Branco e de D. Ana Augusta de Castro Leal Freitas Branco, cedo afirmou as suas convicções monárquicas, que o levariam a adotar o título de Visconde do Porto da Cruz, pertencente ao seu bisavô materno, e pelo qual ficaria conhecido².

Viveu a maior parte da sua vida entre a Madeira e Lisboa e conviveu com distintas personalidades, que o inspiraram a seguir diversas causas e ideais, em diferentes fases da sua existência, pelo que acabaria por revelar múltiplas facetas: foi monárquico, integralista, antissemita, regionalista, nacionalista, fascista, nacional-sindicalista e germanófilo.

Saiu da Madeira muito jovem, aos 11 anos, rumo a Lisboa, para estudar no Colégio de Campolide, dirigido por Jesuítas. Contudo, por motivo de doença, regressou à Ilha, pouco tempo depois, onde terminou o Curso do Liceu. Mais tarde, fez o Curso das Alfândegas, frequentou o Curso de Direito, na Faculdade de Direito de Lisboa, que não concluiu, e ainda concorreu à Escola de Guerra.

Em 1910, Alfredo de Freitas Branco testemunhou o fim da Monarquia Constitucional portuguesa e consequente Implantação da República, acontecimentos que iriam alterar o rumo da sua vida, devido às suas opções políticas. Desde logo abraçou a Causa Monárquica, envolvendo-se em conspirações, junto com outros camaradas que, como ele, ambicionavam a restauração do regime anterior. Porém, teve de abandonar o país, na condição de exilado, devido ao clima de insegurança que então sentiam os monárquicos. Partiu primeiro para Espanha e, a partir da Galiza, ingressou nas hostes lideradas por

² O título de Visconde do Porto da Cruz foi atribuído a Alfredo de Freitas Branco, em Abril de 1921, legalmente autorizado por D. Manuel II, no exílio, e reconhecido pelo Conselho da Nobreza em 1950. O título pertencia ao seu bisavô materno, Valentim de Freitas Leal, conforme afirmou o próprio Alfredo de Freitas Branco nos 2.º e 3.º vols. de *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira* (1950 e 1953). Cf. PORTO DA CRUZ, 1950, *Notas e Comentários [...]*, p. 22 e PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas e Comentários [...]*, p. 24 e p. [331].

Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944), participando nas incursões de 1911-1912. No entanto, após a derrota no combate de Chaves, a 8 de julho de 1912, foi forçado a sair de Espanha, acabando por refugiar-se em França, vivendo exilado em Paris, até 1914.

O seu regresso a Portugal, após a amnistia concedida pela República, sucedeu pouco antes do início da Primeira Grande Guerra. Chegou à ilha da Madeira em junho de 1914 e dedicou-se à escrita e ao jornalismo, antes de partir para a capital, para prosseguir os estudos no curso de Direito, na Universidade de Lisboa. A partir de então colaborou assiduamente na imprensa periódica, como redator, diretor e fundador de jornais e revistas, entre os quais, *O Realista*, *A Monarquia*, *Diário da Madeira*, *Independência*, *O Jornal* e muitos outros, publicando inúmeros textos, de temas diversos, de interesse social, político, literário e cultural. Aliás, a imprensa seria mesmo o seu principal instrumento de intervenção pública, através da qual debateu-se pelas convicções e ideologias que foi abraçando, ao longo da vida.

Com efeito, começou por aderir ao Integralismo Lusitano, contribuindo na formação e propagação daquele movimento doutrinário (que passaria a ser também político). Em 1918, encantou-se pela figura de Sidónio Pais, tornando-se um dos seus mais fervorosos apoiantes, tendo sido um dos homens a prender o assassino do 'Presidente-Rei' (como lhe chamou Fernando Pessoa). Frequentava, então, o curso de oficial na Escola de Guerra, da qual viria a ser demitido, no ano seguinte (a 29 de Maio de 1919), devido ao seu envolvimento na formação de Juntas Militares, para defesa do regime edificado pelo malogrado presidente. Anos mais tarde chegou, até, a dedicar-lhe um livro, intitulado *Paixão e morte de Sidónio* (1928).

Depois do fracasso das Juntas Militares participou em várias conspirações monárquicas para derrubar o regime republicano, que fracassaram. Mais tarde, participou ativamente no movimento militar de 28 de maio de 1926, que pôs termo à Primeira República e, em 1931, durante a Revolta da Madeira, prestou auxílio às forças salazaristas, no restabelecimento da ordem no Funchal. Todavia, acabou por se afastar da política devido ao desencanto que manifestou, pelo rumo que seguiu o Estado Novo, embora a sua desilusão nada tivesse a ver com a figura de Salazar, que admirava, e a quem dedicou a obra *Olhando o passado... considerando o futuro* (1949).

O Visconde do Porto da Cruz foi partidário de regimes ditatoriais, fascistas e nacional-socialistas, como os regimes de Mussolini (Itália) e de Hitler (Alemanha), chegando a abraçar, em 1933, o movimento do Nacional-Sindicalismo, dirigido por Francisco Rolão Preto (1893-1977). Afirmou-se um grande admirador da Alemanha e esteve, durante a Segunda Guerra Mundial, ao serviço daquele país, proferindo palestras radiofónicas na Emissora de Berlim, sob o título "Pontos nos ii", através das quais procurou transmitir uma propaganda favorável do governo alemão, aos falantes

de língua portuguesa. Nos últimos anos da sua vida, na década de 1950, também proferiu algumas palestras radiofónicas, na Estação Rádio Madeira, de teor social, intituladas “Comentários ao acaso...”. Naquela derradeira etapa da sua vida, reuniu ainda diversos estudos acerca das tradições e folclore madeirense, publicados anos antes, na imprensa periódica, editando-os em opúsculos e em volume.

Do seu legado literário fazem parte obras de diferentes géneros, entre os quais, romances, novelas, contos, teatro, biografias, memórias, política, etnografia e vários estudos de interesse económico, social e cultural relacionados com o arquipélago da Madeira. Pertenceu a várias associações culturais, como a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Sociedade de História, Arqueologia e Etnografia, a Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas, entre outras.

Estudos da Cultura Popular Madeirense

O Visconde do Porto da Cruz dedicou grande parte da sua vida à investigação do folclore madeirense, recolhendo elementos etnográficos e registando diversas manifestações culturais do povo, nos seus usos e costumes, nas lendas, nas crenças e superstições, nas danças, nas músicas, no traje, na medicina popular e na culinária.

Foi um profícuo promotor da cultura madeirense, tendo dado a conhecer as suas raízes culturais em conferências, e publicado vários estudos de teor etnográfico, na imprensa periódica, em opúsculos e em volume.

Na verdade, cedo manifestou interesse pelo estudo dos costumes, do viver e do sentir islenho, sobretudo da população rural madeirense. Tudo indica que terá iniciado as suas pesquisas sobre o folclore do arquipélago da Madeira nas primeiras décadas do século XX, numa época em que, no país, evidenciava-se a ação de vários movimentos nacionalistas, cujas manifestações patrióticas incluíam o interesse pelas recolhas das tradições, pela defesa do património cultural e pela procura de um conjunto de referências no passado do povo português, que os identificasse como povo. Neste ambiente de exaltação nacional destaca-se a ação do Integralismo Lusitano, um movimento doutrinário (e político) que surgiu em Portugal, em 1914, através de um grupo de monárquicos, inspirados no nacionalismo francês de *Charles Maurras*, cujos elementos também revelavam interesse pela cultura popular do povo português. Entre os integralistas estava inserido Alfredo de Freitas Branco que, no âmbito da sua intensa atividade no seio do grupo, contribuiu com as suas recolhas etnográficas, para mostrar as tradições populares da sua região, valorizando as suas raízes culturais, de acordo com o que se estava a fazer no território nacional.

Assim, numa fase de intensa atividade na difusão dos princípios integralistas, sobretudo no período entre 1920 e 1930, Freitas Branco publicou na imprensa periódica, escreveu os seus primeiros livros e realizou diversas conferências, abordando assuntos diferenciados, de teor político, social e cultural. No que diz respeito aos estudos do folclore e da cultura popular, o jovem monárquico realizou três conferências em Lisboa, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, com os títulos: “Algumas lendas e alguns monumentos do arquipélago da Madeira” (1924); “Trovas e Cantigas madeirenses” (1924); e “Crendices e superstições e costumes do arquipélago da Madeira” (1930). Desta forma, promoveu fora da Ilha vários aspetos culturais da sua terra, contribuindo para dar a conhecer, a um público mais abrangente, uma vertente da cultura popular do arquipélago madeirense. Também foi publicando vários textos sobre as lendas, as crenças e as superstições madeirenses, na imprensa periódica, nomeadamente, na revista *Arqueologia e História* (1924), no *Diário de Notícias* (1927-1928), no *Independência* (1928), n’*O Jornal* (1929) e na revista *Ilustração Madeirense* (1929).

A partir da década de 30, continuou os seus trabalhos de recolha de elementos de âmbito folclórico e etnográfico, sobretudo com o surgimento do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em 1933, um organismo ao serviço do Governo do Estado Novo. Saliente-se que o SPN tinha como missão, despertar no espírito dos portugueses, o interesse para os assuntos relacionados com a cultura popular, com as tradições, pelo que se procurava representar vários aspetos de um país rural, na demanda de uma identidade nacional. É neste quadro que se insere o interesse demonstrado pelo Visconde do Porto da Cruz, pelos temas de carácter etnográfico e folclórico, ocupando-se, nos anos seguintes, das recolhas da cultura popular do arquipélago madeirense, que ajudou a promover e a preservar. Neste sentido, entre 1936 e 1944, destacam-se as conferências proferidas em Lisboa, nas quais abordou as danças, as trovas e as músicas madeirenses, no Liceu Pedro Nunes (“Danças e Músicas”, em 1936) e na Casa da Madeira (“Trovas e Músicas”, em 1936 e “Danças madeirenses”, em 1944). Mais tarde, apresentou um estudo denominado “A Flora madeirense na medicina popular”, no I Congresso de Ciências Agronómicas, realizado em Lisboa, em 1943, e na I Conferência da Liga de Proteção à Natureza, organizada no Funchal, em 1950. Publicou ainda vários textos sobre a cultura popular madeirense nos periódicos *Arquivo Histórico da Madeira* (1931-1936), *Brotéria* (1935), *Das Artes e da História da Madeira* (suplemento de *O Jornal*, 1948-1949), *Revista Portuguesa* (1939-1958) e na revista *Das Artes e da História da Madeira* (1951-1962), abordando as lendas, as crenças e as superstições madeirenses, as danças, as trovas e cantigas, o traje, a culinária e a medicina popular madeirense.

Além dos textos de teor folclórico e etnográfico publicados em periódicos, editou os seus estudos em opúsculos, depois compilados no livro *Folclore Madeirense* (1955),

estruturado nos seguintes catorze capítulos: I – Lendas; II – Crendices e Superstições, III – Trovas e Cantigas; IV – Danças e Músicas; V – O Trajo; VI – Culinária e Doçarias; VII – A Medicina Popular e a Flora; VIII – A Fauna Terrestre; IX – A Fauna Marítima; X – Colombo no Arquipélago da Madeira; XI – A Imperatriz e a Princesa Imperial do Brasil na Madeira; XII – O Arquipélago da Madeira no Testamento do Infante; XIII – Indústrias Regionais; XIV – Monumentos.

Nestes textos sobressaem as tradições da sociedade madeirense, do século XX, sobretudo da população do meio rural. Na verdade, o Visconde do Porto da Cruz afirmou ter recolhido grande parte dos elementos etnográficos junto do povo, através da observação presencial, às quais agregou informações recebidas de amigos, entre os quais Alberto Artur Sarmiento (1878-1953) e Eduardo Antonino Pestana (1891-1963), que depois foi registando para legar às gerações vindouras.

De acordo com os seus estudos relativos à cultura popular, verifica-se que era essencialmente nos tempos de lazer, durante as festas religiosas e romarias, que o povo manifestava as suas tradições, revelando a sua essência, aquilo que os identificava enquanto comunidade. Os arraiais mencionados, realizados em várias localidades da ilha³, sempre muito concorridos, eram ocasiões que proporcionavam momentos de diversão e alegria. Os romeiros normalmente seguiam a pé, desde as suas habitações até o local onde se realizava a festa e, chegando ao arraial, divertiam-se pela noite fora. Muitas vezes, percorriam grandes distâncias, mas, ainda assim, ignoravam o cansaço da jornada, parando em diversos estabelecimentos comerciais para beber (as chamadas ‘vendas’). No decorrer daqueles eventos festivos, formavam-se vários grupos que cantavam e dançavam, muitas vezes «com o acompanhamento da “viola de arame”, do “rajão”, do “machete” e até por vezes do “braguinha” e da “gaita-de-foles”»⁴. Desta forma, o Visconde deu a conhecer uma vivência peculiar do povo, que inclui os típicos despiques, as trovas, as músicas e as danças características de várias freguesias da Madeira, das quais destaca «a cantiga fundamental [...] o *Xaramba*»⁵, definindo-a como «caracteristicamente regional, [da qual] partem as imensas variações, segundo a fantasia ou a habilidade dos executantes»⁶.

Quanto às danças populares, salienta-se a descrição de três géneros diferentes de danças características da Madeira: o *Passo de Romaria*, a *Ala-moda*, o *Bailhinho das*

³ O Visconde indica como principais festas da Madeira «a «Senhora d’Agosto» no Monte, o «Senhor Jesus» em Ponta Delgada, o «Senhor dos Milagres» em Machico, o «Domingo do Senhor» no Caniço, o «Santo Amaro» em Santa Cruz e «São Pedro» na Ribeira Brava». Cf. PORTO DA CRUZ, 1954, *Trovas e cantigas* [...], pp. 17-18.

⁴ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 69.

⁵ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 69.

⁶ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 103.

Camacheiras e ainda uma dança típica da ilha do Porto Santo, o *Baile da meia volta*⁷. De realçar, nestes textos, os comentários do Visconde do Porto da Cruz relativos à indumentária dos romeiros, os quais, na sua opinião, deveriam usar os trajes antigos, nas danças. Com efeito, o Visconde realizou estudos acerca do traje típico, descrevendo a indumentária usada pelos madeirenses, desde os tempos da descoberta da Ilha até à sua época, procurando explicar as influências e evolução do traje regional. Assim, Porto da Cruz afirma que os trajes dos povoadores seriam semelhantes aos usados nas províncias de Portugal, embora a indumentária tenha sofrido alterações, para se adaptar ao clima da Madeira. O Visconde pondera ainda possíveis influências dos mouros, nos fatos dos homens, e nas cores vivas das saias das mulheres, por via das escravas mouras.

Ao longo dos séculos, os trajes foram apresentando alterações, como se pode constatar na seguinte observação do Visconde:

«[...] os Camponeses da Ilha da Madeira até chegarem aos típicos e tão conhecidos fatos dos «Vilões», primitivamente, em diversas regiões e por diversas épocas, mais ou menos recuadas, tiveram outro estilo de fatos, seguindo quanto possível o uso das regiões de Portugal Continental de onde provinham os Colonos ou Povoadores que vieram fixar-se nessas zonas»⁸.

Nos textos acerca da indumentária madeirense, apresenta algumas diferenças entre os trajes usados pelos homens e pelas mulheres, do campo e da cidade, e ainda entre as capitania de Machico e do Funchal. Na capitania de Machico, por exemplo, as mulheres usavam saias de cor uniforme, que mais tarde passaram a ter riscas verticais, em cores vivas, embora as saias com riscas, segundo indica, teriam surgido primeiro no Funchal. Relativamente ao meio urbano, de acordo com as observações do Visconde, as vestes foram revelando influências dos estrangeiros que chegavam ao Funchal, em oposição ao meio rural, onde o povo era mais apegado às tradições. Assim, na sua opinião, a vida cosmopolita e movimentada do Funchal estimulava outro tipo de indumentária, com mais luxo e elegância, onde a população era mais rica e nobre e, portanto, mais propensa a aceitar novas vestimentas, vindas do exterior. É neste sentido que critica as modas do seu tempo, por entender que estavam a estragar os trajes tradicionais. Desta forma, evidenciou um desencanto pelo desaparecimento do típico traje regional, embora felicitando a iniciativa, por volta de 1933, de Gastão de Deus Figueira (1896-1957), então presidente do Município do Funchal, por ter feito aprovar uma norma, que obrigava alguns profissionais a usarem trajes típicos como uniforme de trabalho, nomeadamente, as Floristas, os Boieiros, os Candeeiros e os Carreiros do Monte.

⁷ Sobre estas danças veja-se, por exemplo, PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, pp. 102-108.

⁸ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 120.

O Visconde do Porto da Cruz observou que o povo madeirense era profundamente religioso, mas, ainda assim, não deixava de ter crenças e superstições, que acabavam por condicionar a sua vida. Numa abordagem a esta vertente da cultura popular, Porto da Cruz relata diversas experiências de muitos anónimos madeirenses, que cumpriam rituais para diversas situações que ocorriam no quotidiano, ou mesmo para curar algum mal-estar, enfermidade ou doença. Estas práticas consistiam em orações e rituais apropriados para casamentos e nascimentos, para conseguir um namoro, atrair felicidade e ter saúde ou resolver certas angústias, como os males de amor, de inveja e ciúmes. Verifica-se ainda que, frequentemente, o povo procurava as chamadas ‘Mulheres de Virtudes’, consideradas curandeiras, que tratavam de diversas aflições surgidas no dia-a-dia. Também em épocas específicas realizavam-se rituais próprios, como por altura das festas dos Santos Populares, sobretudo pelas raparigas solteiras, que desejavam conhecer o nome do futuro marido, e acreditavam em tais práticas. Entre os diversos ritos apresentados, atente-se ao seguinte exemplo:

«Nas festas de S.^{to} António, S. João e São Pedro há grande reboição entre o povo da Madeira. «Ao repicar das Avé-Marias deitam sortes com os nomes dos pretendentes escritos em três papelinhos que enrolam e põem dentro de um copo com água e que benzem com alecrim, rezando ao mesmo tempo o «credo em cruz». Antes do romper do dia vão ver qual o papel que abriu e esse nome será daquele com quem casará»⁹.

O povo atribuía um significado a tudo: às flores, que poderiam representar sentimentos (uma rosa amarela, por exemplo, indicava infidelidade); aos dias da semana, que podiam ou não ser propícios para realizar determinadas tarefas (acreditava-se que o cabelo enfraquecia se fosse cortado à sexta-feira); entre muitas outras crenças – o que levaria o Visconde a afirmar que «em matéria de *bruxedos* não têm fim as superstições. A cada facto da vida, a cada gesto anda quase [sempre] ligada uma superstição»¹⁰.

O Visconde do Porto da Cruz também compilou narrativas da tradição oral madeirense, que foram transmitidas por gerações consecutivas, totalizando 17 lendas. Embora tenha garantido que as mesmas foram registadas de acordo com aquilo que ouviu diretamente da boca do povo, o Visconde, num estilo particular que caracteriza a sua escrita, intercala as narrativas com comentários, descrições da paisagem e das belezas naturais da ilha, críticas, denúncias e apelos para a necessidade de preservação do património cultural madeirense. A este respeito, poderá ser destacado, por exemplo, a lenda de Colombo, em cuja narração Porto da Cruz reprova a atitude dos

⁹ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 48 (itálico do autor).

¹⁰ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, pp. 59-60 (itálico do autor).

governantes, pelo desinteresse em preservar as residências (na Madeira e no Porto Santo), onde se acreditava ter vivido Cristóvão Colombo, acusando-os de destruição do seu património.

As narrativas coligidas, de temática diversificada, incluem lendas relacionadas com religião e história, lendas etiológicas e lendas de entidades míticas. Nas lendas de teor religioso, nomeadamente, nas da Capela das Almas, do Convento das Mercês, de Nossa Senhora do Monte e do Senhor dos Milagres, verifica-se que o povo procurava explicações divinas para justificar a construção de templos religiosos. De uma forma geral, as lendas cristãs estão relacionadas com a interferência de Nossa Senhora, de Cristo e de Santos na vida terrena, e referem-se divindades como o Senhor dos Milagres, a Virgem das Mercês, o Frei Pedro da Guarda, São Francisco e Nossa Senhora do Monte. Surgem também lendas cujos protagonistas estão ligados à História de Portugal, como é o caso das duas apresentadas relativas ao Rei D. Sebastião (a lenda da Espada de D. Sebastião e a lenda de Arguim) e outra dedicada a Cristóvão Colombo (a lenda de Colombo, narrada no Porto Santo).

Entre as lendas etiológicas que coligiu, ou seja, aquelas que tentam explicar um nome, uma forma ou um fenómeno físico, sobressaem as lendas de Machim, da Ribeira das Cales e a lenda da Cidade Encantada. Relativamente à de Machim, na qual a tradição oral procurava a explicação para o nome de Machico, referindo-se aos dois amantes Robert Machim e Ana d'Arfet, saliente-se que o Visconde apresenta argumentos para a desmistificar, indicando a existência de documentos antigos, onde consta o nome *Monchico*, atribuído àquela capitania da Madeira. Destaca-se ainda as duras críticas apontadas ao Padre Manuel Juvenal Pita Ferreira (1912-1963) que, segundo afirmou, procurou dar credibilidade à lenda de Machim, contrariando investigadores que tinham provas fundamentadas para a contestar.

Por fim, nas lendas que evocam entidades míticas, do maravilhoso popular, como o Diabo, fantasmas ou bruxas, incluem-se as seguintes: a lenda do *Cavalum*, que se refere ao aparecimento da imagem de Cristo Crucificado após a aluvião de 1803; a lenda do Cedro do Diabo, sobre um velho e secular cedro que provocava receio no povo, crente em feiticeiras e no diabo; a lenda da Furna do Negro, relacionada com um negro, que se acreditava ter sido engolido por um monstro, ao tentar descobrir a causa do mar entrar numa rocha; a lenda das Almas do Lombo dos Leais, que conta a história de um Morgado do Solar do Lombo dos Leais, sepultado longe dos familiares, assegurando-se que o som produzido pelas aves noturnas era a alma do fidalgo que ficara isolado dos outros; e a lenda do Bicho Cidrão, a propósito de um pastor que perdeu o seu cão, que morreu ao cair num abismo entre o Pico Cidrão e o Pico Ruivo, resultando daí a fantasia popular, que acreditava existir um espírito mau nesse sítio. Esta é também uma

oportunidade para o Visconde descrever e enaltecer a beleza das paisagens naturais do arquipélago da Madeira.

Relativamente à culinária madeirense, o Visconde do Porto da Cruz observou os hábitos alimentares dos seus conterrâneos, registando alguns alimentos consumidos no arquipélago e a forma como estes eram elaborados.

Nestes textos apresentam-se vários produtos presentes nas mesas da população insular, observando-se que era o milho o principal sustento dos pobres, habitualmente consumido em papa, frito ou mesmo frio, depois de cozido. Atente-se à descrição da preparação deste alimento:

«Numa peneira fazem a separação da farinha e do «farelo». Depois, põem numa panela de ferro seis litros de água e quando esta começa a amornar, pela acção do lume brando, deitam-lhe um «punhado» de sal e uma colher, das de sopa, de «banha».

«A água aquece ainda um pouco mais e então juntam-lhe um quilo de farinha de milho.

«Vão mexendo, sempre para o mesmo lado, para não criar «gudelhão» e só depois de ferver é que passam a dar uma «mexidela» de quando em vez. O cozimento do milho demora o mínimo de uma hora. É então que tiram a «papa» para os pratos e saboreiam-na quente»¹¹.

Verifica-se uma predominância dos produtos agrícolas na alimentação dos madeirenses, sobretudo no meio rural. Os produtos provenientes da lavoura serviam de base para a elaboração de uma variedade de sopas, nomeadamente as sopas de couve, de abóbora-tenra, de abóbora amarela, de feijão, de boganga (podia ser substituída por pimpinela ou por papaia verde), de trigo e ainda a sopa de agrião, esta última considerada muito saudável, confeccionada com o agrião, abundante nas levadas e ribeiras da Madeira. Além das sopas, o Visconde descreve outro prato típico dos campos madeirenses, designado pelo povo como o «Comer»¹², constituído por batatas, feijão, pimpinelas e maçarocas de milho, que iam a cozer ao mesmo tempo, na mesma panela.

As recolhas culinárias incluem também receitas populares de atum, cavalas, chicharros, lapas, caramujos, carne de vinho e alhos, espetada, bolo-do-caco e uma variedade de doces e sobremesas (bolo de mel, queijadas, fartos de batatada e de especiaria, bolo preto, morgados, pão de ló, broas e doces de uveira, de amoras, de goiaba, de figos, de gila, de pimpinela e de tomate inglês), entre outras iguarias típicas.

Salientamos um prato que era, segundo o Visconde, muito apreciado pelo povo, preparado com cagarras, umas aves marinhas que habitavam na Madeira, na Ponta de São Lourenço e nas Ilhas Desertas, Selvagens e Porto Santo. As aves eram capturadas entre os meses de Agosto a Outubro, por pescadores que se deslocavam às Ilhas

¹¹ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. [125].

¹² PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 129.

Desertas e Selvagens, para ali recolher as aves, ainda nos ninhos: «As aves retiradas dos ninhos ainda antes de implumadas, são mortas, limpas, salgadas e secas ao sol»¹³. Depois de preparadas (lavadas em água quente, fritas e temperadas com vinho e alhos), as cagarras serviam de acompanhamento para a papa de milho.

Outro aspeto da cultura popular que despertou o interesse do Visconde do Porto da Cruz foi a chamada ‘medicina popular’, uma prática que consistia no uso de plantas para fins terapêuticos. Segundo indica nos textos, o povo acreditava no poder curativo das plantas e recorria à flora do arquipélago da Madeira para fabricar ‘remédios caseiros’, de forma artesanal, evitando consultar os médicos. Como estudioso e interessado nos costumes e saberes populares, o Visconde do Porto da Cruz procurou recolher elementos sobre a utilização das plantas pelo povo madeirense, dando depois a conhecê-los, através da realização de conferências, publicações em periódicos, separatas e volume, como já referido.

O Visconde apresenta, assim, um trabalho de pesquisa, indicando uma variedade de plantas encontradas na Madeira e respetivas aplicações terapêuticas para o tratamento de diversas situações, como indisposições ou doenças. Verifica-se que as plantas podiam ser aplicadas na sua forma natural, ou utilizadas em chás, infusões ou sumos, sendo que, por vezes, substituíam os fármacos indicados pelos médicos.

Apresenta, portanto, um conjunto de remédios populares obtidos na diversidade de plantas encontradas na ilha, por ordem alfabética, referindo primeiro o nome como estas eram conhecidas pelo povo, seguindo-se a designação científica. Sobre este aspeto, salienta-se o desabafo do Visconde que, para a realização do seu estudo, confessou ter sentido dificuldades na identificação das plantas, pois a designação usada na Madeira, não correspondia à denominação das mesmas noutros pontos do país.

Segundo o Visconde do Porto da Cruz, o povo, mesmo parecendo rude, «distinguia as características e as qualidades de cada planta»¹⁴ e, mesmo sem formação médica, os populares reuniam saberes e práticas tradicionais sobre as doenças, sua cura e prevenção, que iam passando de geração em geração. Desta forma, o Visconde descreve alguns remédios caseiros usados por aqueles indivíduos, quando adoeciam, afirmando que acreditavam mais no poder curativo das plantas do que nos fármacos indicados pelos médicos. Estes últimos, de acordo com o texto, tinham pouco trabalho no meio rural, uma vez que o ‘Vilão’ procurava em primeiro lugar as «mulheres de virtude»¹⁵, que eram também consideradas curandeiras e boas massagistas.

¹³ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 131.

¹⁴ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 136.

¹⁵ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. [135].

Entre os conselhos para curar as várias doenças e outros problemas descritos, podemos encontrar, por exemplo, as mezinhas para combater a asma, aconselhando-se «[...] o uso do chá de *Poejos* [...] [ou] um cozimento com seis raminhos de *Funcho* [...], *Hortelã pimenta* [...], um pouco de excremento de pombos, umas colheres de açúcar, em duas chávenas de água»¹⁶. Encontram-se ainda receitas para problemas da bexiga (por exemplo, a linhaça, o espinheiro, o hipericão, o agrião, o aipo e o alho, usados em chás, infusões ou na sua forma natural); para combater o cancro; curar constipações; tratar diabetes; e muitas outras doenças que são indicadas neste seu estudo.

É curioso verificar que, além do uso das plantas com finalidade medicinal, há ainda indicações práticas para outras situações do quotidiano. À natureza, os populares também iam buscar plantas para afugentar moscas e mosquitos; obter narcóticos; remover nódoas; fazer iscas para a pesca; remover piolhos; combater pulgas; e obter perfumes para diversos fins. Também procuravam plantas para usos culinários, como para «tornar a carne tenra»¹⁷ (por exemplo, envolvendo a carne, usando folhas de papaia) ou para colorir bolos (com sumo de agrião ou de alface). Aliás, para dar cor a diversos materiais como tecidos e madeiras, indica várias plantas, como o açafraão, o agrião, a alface, entre outras, através das quais obtinham diversas cores, como o amarelo, o azul, o vermelho e púrpura. Refere ainda alguns venenos presentes em certas plantas e que podiam ter efeitos mortais, dependendo da dose administrada, por exemplo, o chá de dedaleira.

Em suma, verificamos que o Visconde do Porto da Cruz cedo manifestou curiosidade pela cultura popular da Madeira e retratou quadros típicos do povo madeirense, que deu a conhecer a diferentes públicos, dentro e fora da Ilha, publicando diversos textos e participando em conferências. Contribuiu, assim, para o conhecimento de uma vertente da cultura, da sociedade e da identidade da sua terra, bem como para preservar uma parte da memória cultural insular.

Registos e Observações do Património Cultural Edificado

Para além da cultura popular, o Visconde do Porto da Cruz revelou interesse pelo estudo do património cultural material da Madeira, nos seus monumentos e estatuária, tendo realizado diversas pesquisas, nas quais procurou identificar aqueles que considerava os principais monumentos do arquipélago. Entre os bens imóveis

¹⁶ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 141.

¹⁷ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 158.

inventariados encontram-se castelos, palácios, fortalezas, conventos, igrejas, capelas, cruzeiros, chafarizes e estatuária diversa.

Em 1924, apresentou uma comunicação, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, publicada no mesmo ano, sob o título “Algumas lendas e alguns monumentos do Arquipélago da Madeira”. Mais tarde, publicou outros trabalhos no semanário *Independência*, na revista *Ilustração Madeirense*, na revista *Das Artes e da História da Madeira* e no livro *Folclore Madeirense* (1955), contribuindo, assim, para o conhecimento de vários aspetos do património edificado madeirense.

Nos seus textos, o Visconde descreve, de forma concisa, alguns monumentos da Ilha e foca aspetos relativos à história dos mesmos. Por vezes refere o estado de conservação de alguns edifícios, onde sobressai uma atitude crítica, perante aquilo que considerava ser incúria das entidades competentes, alertando ainda para a necessidade da preservação do património material madeirense.

Relativamente aos templos e outros elementos religiosos considerados nos seus trabalhos encontram-se referências à Sé do Funchal, à Capela de Santa Catarina, à Capela de S. Paulo, à Igreja de Santa Clara, à Igreja de Machico, à Capela dos Varadouros, à Igreja de Santa Cruz e, em frente desta, o Cruzeiro dos Monizes, ao Monumento a Nossa Senhora da Paz, no Terreiro da Luta, e à Estátua do Cristo do Garajau.

Nos escritos acerca da Sé do Funchal, o Visconde descreve a Catedral madeirense, e refere a demora na sua edificação, iniciada em 1493, e só terminada em 1513, devido a dificuldades financeiras. Na sua opinião, o estilo manuelino daquele templo religioso não tinha a opulência de outros monumentos da época. Ainda assim, considerava a Sé um belo monumento, cujos interiores, com os seus motivos e relevos eram «verdadeiras obras de Arte»¹⁸. Contudo, tal não o impediu de criticar o «mau gosto [...] de cobrirem as soberbas colunas, de negras cantarias cuidadosamente buriladas, com uma pintura a óleo imitando os laivos raiados do mármore»¹⁹. Aliás, num estilo crítico que o caracterizava, escreveu diversas denúncias no semanário *Independência*, em defesa da Catedral do Funchal, ora apelando para que «em nome da Arte, da Estética, do bom gosto e do bom senso»²⁰ fossem ouvidas as reclamações, e retirados os postes da rede de telefones, antes que acontecesse algum imprevisto e viesse a torre ao chão, durante um temporal; ora protestando contra as roupas a secar, para o lado do mar, afirmando que iria continuar a contestar até «conseguir restitui-la à sua primitiva beleza,

¹⁸ PORTO DA CRUZ, 1924, *Algumas lendas* [...], p. 15.

¹⁹ PORTO DA CRUZ, 1924, *Algumas lendas* [...], p. 15.

²⁰ S.A., 1928, «Letras, Ciências & Artes», p. 2.

livrando-a de todos os parasitas, de todas as incrustações e barbaridades de que t[inha] sido vítima»²¹.

Já nas proximidades da Sé, no Largo do Chafariz, o Visconde refere o Chafariz ali existente, que outrora servia para abastecer água aos moradores e comerciantes da zona, o qual considerava «com pretensões de monumento, apesar da sua modéstia e falta de originalidade»²².

No que diz respeito aos castelos, palácios e fortalezas, Porto da Cruz apresenta o Castelo de S. João do Pico, a Fortaleza do Ilhéu e o Forte de S. Tiago, três construções filipinas; a Fortaleza e Palácio de S. Lourenço, onde, segundo indica, residiram os Capitães-Donatários do Funchal, descendentes de Zarco, numa época em que o Funchal teria sido assaltado por corsários franceses. Refere ainda o Palácio do Município do Funchal, que pertencera aos Condes de Carvalhal, mais tarde ampliado e remodelado, sob a presidência de Fernão de Ornelas, e menciona o Chafariz do Largo da Fortaleza, mandado construir também pelo mesmo governante.

Saliente-se as menções a monumentos demolidos, nomeadamente, o Convento das Mercês (destruído após a Implantação da República), do qual o Visconde guardava boas memórias de infância, quando visitava aquele mosteiro, sendo por isso, recordado com nostalgia. O Pilar de Banger foi outro marco demolido, cuja destruição reprovou, indignando-se por nada ter sido feito para preservar a sua história²³. Evidencia-se ainda a alusão à casa de Cristóvão Colombo, na Ilha do Porto Santo, que estaria reduzida a ruínas, sendo então, aproveitada para uma modesta moradia; e a referência à Janela do Solar de Colombo no Funchal, uma janela gótica, que restara da casa de Colombo, demolida no século XIX. A janela teria sido adquirida por Harry Hinton, que a preservara na sua Quinta da Palmeira.

Relativamente às esculturas diversas existentes na Ilha, sobressaem as obras da autoria de Francisco Franco (1885-1955), seu amigo e conterrâneo. Com efeito, o Visconde refere as seguintes criações daquele escultor madeirense:

- ‘Monumento aos Mortos da *Surprise*’, feito em homenagem às vítimas do bombardeamento na baía do Funchal, a 3 de Dezembro de 1916, por um submarino alemão;
- ‘Monumento a Rocha Machado’, mandado construir pelos seus herdeiros;

²¹ S.A., 1928, «A torre da Sé», p. 6.

²² PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 283.

²³ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, pp. 289-290. O Pilar de Banger, construído em 1789, pelo comerciante John Banger, e demolido em 1939, foi parcialmente reconstruído, em memória do antigo Pilar, após terem sido encontrados os seus alicerces, nas obras na Avenida do Mar, em 1990. Está situado nas proximidades da sua localização original.

- ‘Monumento alegórico à primeira travessia aérea Lisboa-Madeira, empreendida por Gago Coutinho e Sacadura Cabral’;
- ‘Estátua a João Gonçalves Zarco’, na Avenida Arriaga;
- ‘Busto ao 1.º Capitão Donatário do Funchal, Gonçalves Zarco’, no Terreiro da Luta;
- Estátua ‘O Semeador’.

Ainda no inventário às estátuas da Madeira, da autoria de diversos criadores, o Visconde menciona o ‘Busto do madeirense João Fernandes Vieira, o heroico libertador de Pernambuco’, inicialmente colocado em frente à Sé e depois transferido para o Jardim Municipal; o ‘Busto ao Conde de Canavial’ e a ‘Estátua ao Infante D. Henrique’, que considerou ser «uma estátua muito infeliz de um arquiteto de mau gosto»²⁴, chegando mesmo a afirmar que o Infante merecia melhor, revelando-se, uma vez mais, crítico em relação às questões respeitantes ao património cultural do arquipélago.

O Visconde do Porto da Cruz revelou, em diversas ocasiões, um olhar crítico e atento a tudo o que ocorria no seu meio social, chegando até a envolver-se em polémicas com alguns coevos. Contudo, apesar de um feitio inconformista que assumiu, é fundamental evidenciar a sua faceta como estudioso da cultura madeirense, nas suas múltiplas vertentes, da cultura popular e imaterial ao património edificado. Neste sentido, é importante valorizar o contributo do Visconde do Porto da Cruz, na publicação de diversos textos de teor cultural, com o intuito de dar a conhecer e de preservar, para as gerações futuras, uma parte da herança cultural e da identidade madeirenses.

²⁴ PORTO DA CRUZ, 1955, *Folclore Madeirense*, p. 288.

Fotografia I – Alfredo António de Castro Teles de Menezes de Vasconcelos
de Bettencourt de Freitas Branco, 1916-04-20



Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Photographia Vicente, n.º inv. 20546.

Fontes e Bibliografia

- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, *Fundo Visconde do Porto da Cruz*, caixas 4-13.
- CLODE, Luís Peter, 1983, *Registo Bio-bibliográfico de Madeirenses: Séculos XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.
- GOMES, Sílvia Gilberta, 2013, *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, Universidade da Madeira.
- JANES, Emanuel, 1997, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos anos trinta (1928-1926)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MARINO, Luís, 1959, *Musa Insular (Poetas da Madeira)*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- MATTOSO, José (dir.), 1993, *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do [Alfredo António de Castro Teles de Menezes de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas Branco], 1917, *No Exílio – scenas da vida dos conspiradores monarchicos*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, *Algumas lendas e alguns monumentos do archipelago da Madeira*, Lisboa, Tip. do Comercio.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, Funchal, Tipografia Esperança.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1934, *Trovas e cantigas madeirenses*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1935, *A flora madeirense na medicina popular*, Lisboa, Sep. da Revista *Brotéria*, Série de Ciências Naturais, vol. IV, (XXXI), fascs. I, II, III e IV.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1946, *Danças madeirenses*, Lisboa, Studium de Comércio e Organizações Técnicas.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1949, *Olhando o passado... considerando o futuro*, [Funchal], ed. do autor.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1950, *A flora madeirense na medicina popular e na indústria – I Conferência da liga para a protecção da natureza*, Lisboa, Sep. das Publicações da Liga para a Protecção da Natureza, IV.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1950, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. II Volume 2.º Período: 1820-1910*. [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1953, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. III Volume 3.º Período: 1910-1952*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1954, *Memórias da Guerra na Alemanha*, [Aveiro], ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1954, *Crendices e Superstições do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1954, *Danças e músicas do arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1954, *Lendas do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1954, *Trovas e cantigas do arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1954, *O Trajo do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1955, *Folclore Madeirense*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

S.A., 1928, «Letras, Ciências & Artes», in *Independência*, n.º 22, p. 2.

S.A., 1928, «A torre da Sé», in *Independência*, n.º 25, p. 6.

A Identidade Madeirense: Contributos das Crónicas Jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia

Madeira's Cultural Identity: Contributions of Horácio Bento de Gouveia's Journalistic Chronicles

*Lisandra Ornelas Faria*¹

Resumo

Presença assídua na imprensa madeirense, Horácio Bento de Gouveia reúne um vasto espólio de textos jornalísticos cujo tema central é a ilha da Madeira. Ao longo de mais de seis décadas de colaboração periodística, o autor elaborou uma análise à Madeira do século XX, abordou algumas vivências, rituais e objetos característicos da ilha, comparou-os com os demais povos, realçando assim algumas das características identitárias da ilha. Entendida como uma intervenção de natureza livre, a crónica, nos jornais, dá predominância à subjetividade de quem escreve, como se comprova através dos textos de Horácio Bento, em que, em muitos momentos, o cronista madeirense expressa o seu parecer e a sua faceta regionalista, nomeadamente quando exalta alguns dos costumes arcaicos que ainda se podem encontrar em algumas zonas da Madeira e quando revela traços inerentes à sua ilha.

Palavras-chave: Crónica Jornalística; Horácio Bento de Gouveia; Identidade Madeirense.

Abstract

Horácio Bento de Gouveia, a constant presence in Madeira press, has a wide collection of journalistic chronicles about Madeira island. Over six decades, the columnist analysed Madeira island during the 20th century, approached some experiences, rituals and characteristic objects of the island, comparing them with other people and highlighting some of Madeira's cultural identity characteristics. Understood as a free intervention, the

¹ Natural da ilha da Madeira, licenciou-se em Comunicação Social e Cultura pela Universidade dos Açores. Com interesse nas temáticas da identidade e da cultura, defendeu uma tese de mestrado, na mesma instituição, intitulada *As crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia: contributos para a afirmação da identidade madeirense*, onde expõe a importância do trabalho jornalístico de Horácio Bento para a exaltação dos modos de ser e de estar tipicamente madeirenses. Contacto: lisandrafaria@hotmail.com.

chronicle, in the newspapers, gives predominance to the writer's subjectivity, as we can see through Horácio Bento's texts. In several moments, the chronicler expresses his opinion and his regionalist point of view particularly when he exalts some archaic traditions that can still be found in certain areas of Madeira and when he reveals traits inherent to his island.

Keywords: Journalistic Chronicle; Horácio Bento de Gouveia; Madeira's Cultural Identity.

Nos dias de hoje, paradoxalmente a um mundo cada vez mais globalizado, assistimos ao fenómeno da exaltação das especificidades regionais. E, à semelhança das demais, a identidade madeirense tem sido afirmada sob as mais diversas formas e nos mais diversos territórios.

A tradição, transmitida de geração para geração, é assim o *ex-libris* da sociedade contemporânea, onde a uniformização se tornou vulgar e a procura pelo diferente e específico é uma verdadeira lufada de ar fresco. Com a massificação dos meios de informação, com o crescimento das redes sociais e, no fundo, com a maior facilidade de comunicação que os novos tempos proporcionam, podemos observar que os usos e costumes madeirenses têm vindo a ser exaltados mundo além.

No entanto, e apesar desta ampla difusão actual, a preocupação com a afirmação destas características próprias não é uma novidade. São vários os autores e entidades que, ao longo de décadas passadas, tiveram o cuidado de observar, distinguir e registar estas mesmas vivências; entre eles está o nome incontornável de Horácio Bento de Gouveia.

Figura marcante da cultura madeirense, enquanto professor, escritor, cronista e jornalista, Horácio Bento de Gouveia fez da maior parte do seu trabalho uma alavanca para a afirmação dos traços e características típicas do arquipélago. Na sua faceta de cronista, a exaltação da terra *mater* era uma constante, de tal forma que até mesmo hoje os seus escritos continuam a ser um contributo fundamental para a afirmação da identidade madeirense.

Desde a sua descoberta, no século XV, a ilha da Madeira absorveu um conjunto de usos, costumes e tradições dos primeiros colonizadores e, com o passar dos séculos, estas formas de ser e de agir moldaram-se à realidade madeirense e assumiram-se como características identitárias daquele espaço e daquele povo; não só dos madeirenses que vivem efetivamente nas ilhas, mas também daqueles que emigraram e que recriaram nas terras de acolhimento alguns dos costumes e vivências da terra-natal.

Ainda que não esteja tão cimentada e teorizada como a açorianidade², a “madeirensidade”³, nas palavras de Paulo Miguel Rodrigues, apoiada pela interdisciplinaridade da filosofia, da etnografia, da linguística, da antropologia, da sociologia, da história e da geografia, traduz a realidade e os traços característicos das ilhas da Madeira.

Convém realçar que a Madeira é um território insular e tem, por isso, maior facilidade em preservar os traços etnográficos primitivos, como afirma Alberto Vieira:

«A ilha assume-se como uma região particular, dispondo de uma identidade própria. [...] É por si só unidade social, económica e política, constituindo uma forma singular de mundo. O mar, factor de aproximação e isolamento, é o principal gerador da individualização. Por tudo isto é possível falar do mundo insular, assente numa singular personalidade, numa particular cosmovisão, ou melhor ainda, numa forma de ser e estar no mundo»⁴.

Em Horácio Bento de Gouveia, embora haja a consciência do contacto da Madeira com o mundo, há também a afirmação de que «os hábitos estruturantes do ilhéu não se modificaram porque as ilhas sempre foram ciosas de suas tradições, conservadoras de seu carácter, fechadas ao desnacionalismo das ideias e costumes doutras raças avaras do sentimento nativo que a terra cria»⁵.

Consciente das especificidades da Madeira, a escrita bentiana constitui-se como depósito da memória do século XX e esboçou um verdadeiro retrato do *modus vivendi* madeirense, nomeadamente do seu dialeto, da sua gastronomia, das suas festividades e dos seus modos de expressão sociocultural. Tendo como temáticas as vindimas, o Natal, a gastronomia, a música e o folclore, a emigração, as festividades e os arraiais, as crónicas bentianas, «preciosas joias da memória e vivência madeirense»⁶, imortalizaram a identidade autóctone.

Até mesmo a acentuada orografia da ilha, originada por fenómenos vulcanológicos, foi um fator que determinou e condicionou, desde os primeiros tempos, a vivência e o modo de ser dos seus habitantes. A este respeito, Horácio Bento de Gouveia afirmou na crónica intitulada «Civilização Madeirense»: «As comunicações do Sul para o Norte, difíceis e extenuantes, por caminhos que vão a nascer através das gargantas angostas da serra, são verdadeiro cabo tormentório»⁷.

² Termo criado em 1932 por Vitorino Nemésio para expressar o sentir ilhéu e a conjugação de diversos fatores, naturais e culturais, que moldam o povo açoriano.

³ RODRIGUES, 2012, «*Madeirensidade*: Breves Reflexões em torno de um conceito identitário a repensar».

⁴ VIEIRA, s.d., «O discurso da identidade insular no Atlântico Lusíada Açores, Madeira e Santa Catarina».

⁵ SOARES, 2011, «Civilização Madeirense», in *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 53.

⁶ PINTO-CORREIA, 2002, «Acerca da festa/ do Natal nas crónicas de Horácio Bento de Gouveia», p. 137.

⁷ SOARES, 2011, «Civilização Madeirense», in *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 51.

No fundo, toda esta dificuldade de comunicação e transporte serviu também para Horácio Bento exaltar o carácter de perseverança e de superação do madeirense.

Neste sentido, o destaque para o norte da ilha, de onde o cronista é natural, e onde as barreiras comunicacionais eram mais expressivas, foi uma constante e remete-nos para a “insularidade, dentro da insularidade” e para as diferenças entre o norte e a cidade (ao sul), em representação da tradição e do cosmopolitismo.

O isolamento era de tal forma que algumas freguesias costeiras tinham os seus próprios cais: «Era o mar a estrada por onde se transportavam as mercadorias e se deslocavam, quando as condições marítimas favoreciam, aqueles que iam à cidade»⁸.

Não obstante estas barreiras, é nestes sítios mais isolados que as marcas identitárias permaneceram no seu estado mais puro: «Viviam as freguesias acantonadas em presépio por lombas e entre enrugamentos, em remanso poético, e os costumes e a linguagem, em sua rusticidade, gozavam da mais pura simplicidade, alheios ao abastardamento procedente do exterior»⁹.

Convicto regionalista, Horácio Bento de Gouveia serviu-se assim da dicotomia campo/cidade para ilustrar dois universos: um mais autêntico onde os valores mais ancestrais continuavam pouco alterados, e outro moldado pela civilização, onde reinava a artificialidade.

Neste contexto, ao abordar a floricultura madeirense, o cronista reportou: «E, na cidade e circunferências, as quintas tornam-se alfobres dos mais fascinantes exemplares de botânica decorativa. Porém, sem embargo de sua riqueza variada de espécies, não existe, verdadeiramente, no Funchal, a paixão desutilitária das flores»¹⁰.

Não obstante a “preferência” pela simplicidade do Norte, Horácio Bento de Gouveia reconheceu, ainda que com alguma ironia, que o Funchal era também uma montra do regionalismo madeirense:

«Ali, no Largo do Chafariz, a feira das botas chãs, as *botas de vilão* de canos com vira encarnada, chamavam os olhos dos transeuntes. [...] E as botas, em carreiras, naquele larguinho, de típico chafariz ao centro, à semelhança de canteiro exótico, espertava a vista, em sua nota colorida a marcar sadio regionalismo ao peregrino cobiço do diferente»¹¹.

Os turistas não só contemplavam o singular, mas também, aos poucos, iam acrescentando cosmopolitismo à vivência da cidade madeirense. No entender

⁸ GOUVEIA, 1966, «Memórias da ilha: os velhos cais do Norte – o progresso matou o cais e extinguiu hábitos de muitas gerações», in *Canhenhos da Ilha*, p. 45.

⁹ SOARES, 2014, «A Madeira: visão de ontem e de hoje», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 157.

¹⁰ GOUVEIA, 1966, «Madeira, terra das flores», in *Canhenhos da Ilha*, p. 30.

¹¹ GOUVEIA, 1966, «Da cidade: Roteiro Sentimental», in *Canhenhos da Ilha*, p. 69.

do cronista, algumas das marcas identitárias já estavam desviadas da sua origem: «Observando os velhos usos da Madeira nota-se que alguns já se extinguiram e outros vão perecendo. O traje característico do campónio do interior (exceptuando o barrete de orelhas) apenas redivive na vendedeira de flores e frutas, como efeito cénico»¹².

No fundo, e contrariando o senso comum que cataloga as ilhas como espaços fechados sobre si mesmo, esta mundivivência proporcionada pelo turismo fez com que a Madeira não assumisse uma postura isolacionista, nem um regionalismo fechado. Mais, foi ao tomar conhecimento de que o “Outro” procurava a sua autenticidade, que o povo madeirense se consciencializou do seu potencial etnográfico e sociocultural.

Embora estivesse apreensivo com a influência do turismo, Horácio Bento de Gouveia não deixou de reconhecer importância desta abertura ao mundo exterior. Aliás, foi com base nela que os aspectos característicos do arquipélago foram exaltados e valorizados mundo fora: «De há muito que a Madeira é uma afirmação de particularismo regionalista e, graças a ela, e à sua notícia, ao seu reflexo nos países estrangeiros do Ocidente através do cartaz, do postal, do opúsculo, etc., os paquetes de recreio nos visitam, os hotéis enchem»¹³.

Não obstante estas influências, a Madeira conservou ainda um conjunto de ritos e características mais primitivas, entre eles a agricultura manual, potenciada pela já referida orografia.

No seio da ode à agricultura, em Horácio Bento de Gouveia houve um destaque considerável para as vindimas e para o vinho Madeira, um dos produtos que melhor identificam a região mundo além:

«os vinhedos, cujas folhas amarelam, deixam pender das latadas os cachos fartos como tetas de rês. [...] E a prova insofismável está nos barreiros acogulados de uvas, mesmo a transbordar, que os homens conduzem às costas, a quina do fundo dos cestos descansando na áspera molhelha feita de saca, formando degrau»¹⁴.

Paralelamente ao elogio da labuta rural na cultura da vinha, das sementes (batatas), do inhame e do feijão, o cronista deu relevância a outro dos produtos mais identitários da região, o bordado-Madeira. Exaltando a nobreza e a dureza deste trabalho manual, maioritariamente executado por mulheres, Bento de Gouveia afirmou: «As raparigas ocupam-se no bordado todo o santo dia e pela noite dentro até às três ou quatro da manhã, alcachinadas, à luz bruxoleante dum candeeiro de petróleo.»¹⁵

¹² SOARES, 2014, «A Madeira: visão de ontem e de hoje», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 158.

¹³ SOARES, 2014, «Regionalismo e Turismo», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 139.

¹⁴ GOUVEIA, 1966, «Madeira, terra das flores», in *Canhenhos da Ilha*, pp. 57-58.

¹⁵ GOUVEIA, 1994, «Aspectos rurais em Ponta Delgada», in *Crónicas do Norte*, p. 57.

No fundo, a exposição destas duas vertentes laborais, a agricultura e o bordado, aviva-nos uma vez a memória para o carácter robusto, destemido e persistente do povo madeirense.

Ainda acerca das marcas identitárias da região, outro dos universos sobejamente aclamados por Horácio Bento de Gouveia foi o das festividades madeirenses.

Durante todo o ano, e em cada um dos lugarejos do arquipélago, segundo o cronista, assistia-se a uma proliferação de festas religiosas e pagãs, onde não faltavam os tradicionais comes e bebes, as desgarradas, o folclore e o convívio entre os participantes:

«A Maria mai-lo Manel, em bailarico desconcertado de atitudes grotescas, cirandando em doidice de “flirt” e desfiava cantarotas á porfia, envaidecidos, narcisando-se na sua exibição garrida, espaventosa, alardeante. [...] Uma chusma de romeiros, boquiabertos, espantam em pasmo de admiração, o ouvir o grupo que estaciona em frente de uma barraca, onde se bebe vinho, e onde se vende carne pronta para espetar»¹⁶.

No fundo, o cronista apresentava-nos a confirmação de que os arraiais eram (e continuam a ser) um dos meios de afirmação da maneira de ser e agir do povo madeirense.

Ainda dentro do âmbito das festividades, o cronista atribuía à música e aos grupos folclóricos o papel de difusores da identidade da região:

«Como expressão mais viva de regionalismo, irrequieta, veia quente da terra porque de raiz telúrica, o rancho transportando as danças, os cantares e as músicas onde quer que as migratórias o conduzam. [...] No que respeita a este aspecto folclórico a Madeira ocupa lugar proeminente de vanguarda. A mestria do bem ensaiado, a selecção do repertório, a vestimenta típica, a naturalidade de saber apresentar-se, tudo são factores que imprimem personalidade»¹⁷.

No âmbito etnográfico e festivo, um dos rituais mais tradicionais e mais mencionados pelo cronista foi a “Festa”, isto é, o Natal madeirense. Dezembro, assumindo-se como o mês mais festivo da ilha, é tido mesmo como um marco temporal: engordava-se o porco para o matar na Festa, preparava-se a melhor roupa para a ocasião e pelas casas reservava-se as melhores iguarias para brindar as visitas do Natal.

Sendo uma época singular, com raízes ancestrais, a celebração do nascimento do menino Jesus no arquipélago é carregada de particularidades e, reconhecendo a importância identitária desta quadra, ao longo de mais de uma dezena de crónicas, Horácio Bento de Gouveia afirma:

«É esta a quadra por excelência dos divertimentos: as guitarradas, o fogo de artifício, as bombas e a visita às “lapinhas” pela boca da noite, com o pretexto muitas vezes de se jogar às cartas até a deshoras, sob o patrocínio da imagem de Jesus Menino, colocado no cimo de

¹⁶ SOARES, 2001, «Do meu afecto pela terra», in *Escritos de Juventude: 1919-1930*, p. 99.

¹⁷ GOUVEIA, 1994, «Regionalismo: ranchos folclóricos», in *Crónicas do Norte*, p. 142.

um altar armado sobre uma mesa que fica geralmente situada num angulo da melhor sala da casa, quer seja rica ou humilde»¹⁸.

A verdade é que, estando enraizada nas gentes da Madeira, a “Festa” era também celebrada fora da ilha, no continente e no estrangeiro pelos madeirenses que partiam e que não deixavam de seguir as tradições das suas terras, sendo a elaboração dos presépios típicos um destes ritos.

Segundo Bento de Gouveia, os presépios feitos em lapinha ou em rochinha não só evocavam o nascimento do menino, como também aproveitavam a cena religiosa para recriar os usos, o viver e a própria identidade da região.

As montanhas que engalanavam a rochinha eram o quadro perfeito da própria morfologia da ilha. Já a lapinha, na sua simplicidade, exaltava uma série de aspectos curiosos: o alegre-campo e as searinhas como símbolo da natureza e os pêros e tangerinas como desejo e agradecimento das boas colheitas.

Ainda acerca da quadra natalícia, há também referência por Horácio Bento de Gouveia às centenas de madeirenses que se reuniam de madrugada para celebrar durante nove dias a gestação da Virgem Maria, nas Missas do Parto: «É êste o período das Missas do Parto, ante-manhã, que são anunciadas pelo toque cadenciado do sino da igreja e pelo estoitar de alguns morteiros»¹⁹.

Iniciadas antes da alvorada, para não atrasar os trabalhos do campo, estas celebrações eucarísticas estavam carregadas de simbolismo. Introduzidas no arquipélago pelos franciscanos aquando do povoamento do arquipélago, estas celebrações revelavam a identidade madeirense, na vertente mais simples e autêntica.

O presépio de lapinha exposto nos altares, por mais singelo que fosse aos olhares comuns, não deixava de estar envolto em memórias e tradição. Também os comes e bebes após a cerimónia, os cantares e despiques aliados aos cânticos à Virgem Maria traduziam o espírito alegre e festivo do Natal Madeirense.

No culminar de dezembro, a ilha brindava-nos com um conceituadíssimo espetáculo de fogo-de-artifício que, já naquelas épocas, fazia as delícias dos locais e dos milhares de turistas. No entender de Horácio: «O cenário dos quinze minutos de fogo no Funchal, é, sem dúvida patético, petrificante. Vive-se, nesse curto espaço de tempo, uma das maiores maravilhas do mundo»²⁰.

No fundo, todas estas vivências natalícias, toda a alegria demonstrada e toda a musicalidade e cor foram algumas das provas evidentes para Horácio Bento tentar afirmar

¹⁸ GOUVEIA, 1933, «Lapinhas e Pastores», in *Páginas de Jornalismo*, p. 4.

¹⁹ GOUVEIA, 1933, «Lapinhas e Pastores», in *Páginas de Jornalismo*, p. 4.

²⁰ SOARES, 2011, «Festas da Cidade», in *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 99.

a personalidade identidade do povo madeirense, quer estivesse na ilha, quer estivesse espalhado pelo mundo.

Aliás, o madeirense que vivia além-fronteiras não só recriava estes hábitos e rituais natalícios, como também outros tantos. Na apoteose do regionalismo, foi inclusivamente capaz de recriar, no Havai, uma réplica da igreja de Nossa Senhora do Monte, padroeira da sua ilha mãe.

Apesar deste apego à terra, mundo fora, o madeirense era também reconhecido pela astúcia e temperamento calmo. No entender de Horácio Bento, o madeirense era: «de uma energia rara, com um poder de adaptação milagroso, em todos os climas, em todas as ambiências geográficas, trabalhando, lutando em prol dos seus, amigo da paz, de uma submissão que o edifica aos olhos de Deus»²¹.

Numa outra vertente, e analisando as marcas identitárias da Madeira presentes nas crónicas bentianas, podemos encontrar também especiais referências às diversas particularidades dialetais do arquipélago.

Sendo um dos fatores que mais identifica a região no exterior, Horácio Bento de Gouveia fez questão de exaltar nas suas linhas o demarcado dialeto madeirense, a sua singular pronúncia e os diversos regionalismos, entre eles, “semilha”, “cabrinhas” e “pêro” (que designam respeitavelmente “batata”, “feto-dos-carvalhos” e maçã).

Aliás, em alguns momentos, Horácio Bento de Gouveia fez questão de demarcar as diferenças entre a linguagem corrente e as expressões de pronúncia madeirense, como se pode observar num dos excertos da crónica «Bom Jesus da Ponta Delgada»:

«– *Nã t'esqueças da rebecca e do bumbo que tão no armairo, q'a gente espera in casa do vezinho.*

«– O pai *nã* leva o bordão de conto?

«– Já *qui* vai *p'rai* voltas da *Incumeada* com a ajuda do Senhor *Jasus*»²².

Ao transcrever para o papel a forma particular como o madeirense pronunciava as expressões supra em itálico, Horácio Bento de Gouveia chamou a atenção para a autenticidade do dialeto regional mas também reportou o facto de na Madeira, por via do seu isolamento geográfico e morfológico, ainda se conservar, naquela altura, algumas expressões arcaicas, como é o exemplo de “*armairo*” (forma latina da palavra armário).

O aparecimento do nome “José” como “Josia” foi também recorrente na crónica bentiana e ilustrava precisamente um alongamento na passagem do latim para o português. “Cafia” (café), “Tomia” (Tomé), “Faiz” (faz) e “Cuma” (como) foram outras das expressões que ilustram este fenómeno e que, segundo o próprio Horácio Bento de

²¹ GOUVEIA, 1966, «Madeira, terra das flores», in *Canhenhos da Ilha*, p. 101.

²² SOARES, 2014, «Bom Jesus da Ponta Delgada», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, p. 167.

Gouveia, espelhavam também a «tendência geral do homem em expressar-se da maneira mais simples e mais breve, e mais económica no dispêndio de energia fisiológica»²³.

Outro dos pormenores interessantes do dialeto regional, e sobejamente assinalado por Bento de Gouveia, foi o uso do sufixo *inha*. Palavras como *lapinha*, *searinha*, *escadinha* foram uma constante em toda a obra. Acerca deste fenómeno, Maria Elisabete Almeida alerta:

«Inicialmente, o diminutivo, na maioria das vezes afectivo, difundiu-se de tal ordem na Madeira que acabou, a nosso ver, por ser utilizado em qualquer circunstância e sem valor específico. Todavia, confere ao falar madeirense uma espécie de doçura e de mansuetude que caracterizam os hábitos da ilha»²⁴.

No fundo, tanto o recurso a estas expressões mais arcaicas (que já haviam caído em desuso na norma padrão do Português), como a referência às próprias alterações fonéticas, proporcionadas pelas vivências e pelo quotidiano, contribuíram de certa forma para o cronista confirmar a autenticidade do dialeto madeirense e, por conseguinte, a própria identidade.

Em suma, analisados apenas alguns dos trechos jornalísticos de Horácio Bento de Gouveia, apercebendo-nos do seu forte apego à terra e podemos efetivamente atribuir-lhe um papel de destaque na enumeração e expressão da identidade madeirense.

Através de descrições e memórias de festividades, de lugares e de situações, fica subjacente que há uma preferência pela simplicidade e pelos valores tradicionais, em detrimento dos novos modos de vida.

Ao longo das centenas de crónicas, Horácio Bento consegue revelar-nos também um conjunto de particularidades etnográficas e sociais da região, entre elas as vindimas, os bordados, a gastronomia, o folclore, a emigração, o turismo, os arraiais e as festividades religiosas e pagãs e a própria orografia.

A verdade é que, embora tenham sido escritas sobretudo na 2.ª metade do século XX, a maior parte destas crónicas tornaram-se intemporais, ao revelar características, práticas socioculturais e formas de sentir e agir que ainda hoje são atuais.

Ainda que se observe uma melhoria inegável nas vias de comunicação e transporte na Madeira, a verdade é que a acentuada orografia é ainda uma realidade que faz as delícias dos turistas e que traz à lembrança dos habitantes as dificuldades, vivências e superações de outrora. A vitória sobre esta barreira da natureza revela mesmo o carácter forte, persistente e destemido do povo.

²³ GOUVEIA, 1994, «Respigos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada», in *Crónicas do Norte*, p. 159.

²⁴ ALMEIDA, 2002, «Antiguidade e Modernidade na Linguagem de Horácio Bento de Gouveia», p. 21.

Também num passeio rápido pela ilha podemos ainda hoje em dia observar as clivagens existentes entre o Funchal e algumas das freguesias mais recônditas. De resto, convém salientar que, embora Horácio Bento de Gouveia tenha realçado a importância do Funchal e da abertura ao mundo exterior, foi no recurso à ruralidade que o cronista exprimiu o verdadeiro sentir e agir ilhéu. A cidade é tida como um lugar artificial e as zonas mais rurais são consideradas palco de eleição para a originalidade.

A capital, como grande centro urbano e cosmopolita, é ainda atualmente a montra “turística” de uma série de *modi vivendi* que eram e são praticados nas zonas mais rurais. Um pouco por toda a cidade aparecem diversas bancas de frutos típicos (vindos sobretudo da agricultura manual da ilha) e desfilam ainda mulheres com o traje típico a vender as suas flores.

De igual modo, proliferam os barretes de vilão e os trajes usados no folclore. Aqui e acolá ainda se ouvem muitos regionalismos e ainda se preserva o tão característico e identitário sotaque descrito por Horácio Bento.

Em época de festividades cidadinas, rumam ao centro do Funchal vários grupos de cantares que, com cores garridas, mostram toda a alegria e vivacidade do povo madeirense e, alimentando o motor do turismo, fazem com que o destino Madeira seja conhecido além-fronteiras.

Nunca como hoje se ouviu e viu tanto sobre a Madeira. Através dos facilitismos comunicacionais existentes atualmente o mundo e os próprios emigrantes estão constantemente informados e entretidos com temas e assuntos acerca do arquipélago.

O vinho continua a ser aclamado mundo além e pela região tem vindo a ganhar cada vez mais destaque. Durante o mês de setembro, tanto a cidade, como o campo celebram este que é um dos principais cartazes da Madeira.

O Natal, à semelhança do que foi descrito em diversas crónicas de Horácio Bento de Gouveia, continua a dar lugar a uma série de rituais e modos de agir singulares, entre eles: as Missas do Parto, a Matança do Porco, a confeção de iguarias típicas, e no culminar, o espetáculo de fogo-de-artifício que enche o anfiteatro funchalense e que encanta os turistas e os residentes.

A “Festa”, vivida na Madeira com grande simbolismo, é também celebrada mundo fora, com a mesma emoção. Recriam-se alguns dos ritos da quadra e demarcam-se os traços identitários de um povo.

Em Lisboa, por exemplo, em dezembro de 2018, soube da existência de quatro Missas do Parto. Assisti a uma delas, em Alfragide, e deparei-me, logo no início, com um presépio em lapinha exposto no altar, com o pano listado típico e as searinhas e tangerinas a adornar. No final da cerimónia não faltou a carne de vinha d’alhos, a poncha, o cacau e o bolo de mel, saboreados ao som dos mais diversos cantares e

bailares. Apesar de estarmos deslocados da nossa terra, aconteceu ali uma das mais expressivas manifestações de identidade madeirense.

No fundo, são estes modos singulares de ser e estar que ainda hoje se praticam, que fazem com que se possa almejar a uma identidade própria. E, no seio das provas documentais, a obra jornalística de Bento de Gouveia ganha um enorme destaque. Assumidamente regionalistas, os escritos bentianos traçaram com precisão uma série de usos e costumes tipicamente madeirenses e são por isso um enorme contributo para a afirmação da identidade madeirense.

Fotografia I – Horácio Bento de Gouveia, 1923-05-14



Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Photographia Vicente, n.º inv. 569.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Elisabete, 2002, «Antiguidade e Modernidade na Linguagem de Horácio Bento de Gouveia», in *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 16-25.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1933, «Lapinhas e Pastores», in *Páginas de Jornalismo*, Alcobça, Papelaria e Tipografia Minerva, pp. 4-6.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1966, «Madeira, terra das flores», in *Canhenhos da Ilha*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pp. 29-31.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1966, «Memórias da ilha: os velhos cais do Norte – o progresso matou o cais e extinguiu hábitos de muitas gerações», in *Canhenhos da Ilha*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pp. 45-48.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1966, «Da cidade: Roteiro Sentimental», in *Canhenhos da Ilha*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pp. 65-72.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1994, «Aspectos rurais em Ponta Delgada», in *Crónicas do Norte*, organização de José António Gonçalves, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, pp. 56-58.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1994, «Respigos de Fonética no linguajar da gente – freguesia da Ponta Delgada», in *Crónicas do Norte*, organização de José António Gonçalves, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, pp. 59-62.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1994, «Regionalismo: ranchos folclóricos», in *Crónicas do Norte*, organização de José António Gonçalves, São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, pp. 142-144.
- PINTO-CORREIA, João David, 2002, «Acerca da festa/ do Natal nas crónicas de Horácio Bento de Gouveia», in *Isleña*, n.º 30, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 137-143.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2012, «Madeirensidade: Breves Reflexões em torno de um conceito identitário a repensar», in *Newsletter do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 15, disponível em http://www.madeira-edu.pt/portals/31/ceha/newsletter/newsletter_15.pdf, consultado a 2018-12-18.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia (org.), 2001, «Do meu afecto pela terra», in *Escritos de Juventude: 1919-1930*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, pp. 99-100.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia (org.), 2011, «Civilização Madeirense», in *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição de Autor, pp. 51-53.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia (org.), 2011, «Festas da Cidade», in *Escritos 4 (1950-1959 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição de Autor, p. 99.

- SOARES, Maria de Fátima Gouveia (org.), 2014, «Regionalismo e Turismo», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição de Autor, pp. 138-139.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia (org.), 2014, «A Madeira: visão de ontem e de hoje», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição de Autor, pp. 157-158.
- SOARES, Maria de Fátima Gouveia (org.), 2014, «Bom Jesus da Ponta Delgada», in *Escritos 5 (1960-1969 Horácio Bento de Gouveia)*, Braga, Edição de Autor, pp. 167-168.
- VIEIRA, Alberto, s.d., *O discurso da identidade insular no Atlântico Lusíada Açores, Madeira e Santa Catarina*, disponível em https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular?auto=download, consultado a 2018-12-18.

Aspetos da Sintaxe do Português Popular Falado no Funchal

Syntax Aspects of Popular Portuguese Spoken in Funchal

Aline Bazenga¹

Resumo

A investigação sobre variação sintática nas variedades do português europeu falado no Funchal (ilha da Madeira) só muito recentemente tem vindo a ser desenvolvida, em grande parte graças ao Projeto Concordância, que envolve a participação de investigadores portugueses e brasileiros. No âmbito deste projeto foi criado o *Corpus Concordância*, com 27 entrevistas sociolinguisticamente controladas e que integra o *Corpus Sociolinguístico do Funchal* (CSF). Este artigo, fundamentado nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, na importância das variáveis sociais na variação linguística, em particular, pretende contribuir para a caracterização sintática da variedade do português europeu popular falado no Funchal (ou PEP-Funchal). Os resultados de vários estudos realizados sobre fenómenos sintáticos variáveis – realização pronominal da função objeto direto, concordância verbal de terceira pessoa do plural, a construção existencial com o verbo *ter*, entre outros – mostram uma preferência marcada por usos não-padrão por parte de falantes madeirenses com poucos anos de escolaridade, mais ou menos estigmatizados na comunidade de fala em foco. Esta variedade possui características estruturais próprias, cuja natureza sociolinguística carrega traços identitários, configurados num *português popular madeirense*.

¹ Doutorada em Letras / Linguística Francesa (2004) pela Universidade da Madeira, é docente desta instituição desde 1992. Foi Diretora da Licenciatura em Ciências da Cultura, Presidente do Departamento de Estudos Romanísticos, Vice-Presidente e Presidente da Faculdade de Artes e Humanidades. Investigadora integrada na Equipa de Investigação Dialectologia e Diacronia do CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), desde 2005. Colabora ainda com o CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa) e com o CIERL-UMa (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais – Universidade da Madeira), enquanto coordenadora da área de Linguística do Projeto *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira* e do Projeto *ARPOFAMA (Arquivo do Português Falado na Madeira)*, respetivamente. Desde 2010, tem vindo a desenvolver investigação na área da Variação Sintática em Variedades do português, no âmbito da Sociolinguística Variacionista. Das suas mais de três dezenas de publicações são de destacar as mais recentes, sobre aspetos sintáticos do português europeu insular (Madeira). Tem em preparação a publicação de um conjunto de estudos, com o título provisório *Um Português com Açúcar. Aspetos da Sintaxe do Português Falado por Madeirenses (Produção e Perceção)*, e que contará com o contributo de vários investigadores portugueses e estrangeiros. Contacto: aline.bazenga@staff.uma.pt.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista; Variedade Português Europeu Popular do Funchal; Variação Sintática; Ilha da Madeira.

Abstract

Only very recently has research been developed on the syntactic variation in Spoken European Portuguese Varieties in Funchal (Madeira Island). This research is largely due to the Agreement Project (*Projeto Concordância*) which involves the participation of both Portuguese and Brazilian researchers. In this project, an Agreement Corpus, or *Corpus Concordância*, was established, with 27 sociolinguistically controlled interviews which are integrated in the, *Sociolinguistic Corpus of Funchal (Corpus Sociolingístico do Funchal, or CSF)*. This article, based on the assumptions of Variationist Sociolinguistics, in particular the importance of social variables in linguistic variation, intends to contribute to the syntactic characterization of the Popular European Portuguese Spoken in Funchal (or PEP-Funchal). The results of several studies on variable syntactic phenomena – pronominal realization of the direct object function and the variable verbal third-person plural agreement, among others – demonstrate a marked preference for non-standard uses in Madeiran speakers with little schooling, who are more or less stigmatized in the community. This variety has its own structural characteristics, whose sociolinguistic nature carries identity features, configured in a *Madeiran Popular Portuguese*.

Keywords: Sociolinguistic Variation; Popular European Portuguese Spoken Variety of Funchal; Syntactic Variation; Madeira Island.

1. Introdução

A sintaxe do português, tal como outros dos seus domínios, mudou ao longo do tempo. No entanto, algumas variedades do português europeu (PE), sobretudo insulares, exibem traços sintáticos não-padrão, conservadores, tendo resistido à mudança ocorrida em variedades continentais, ou inovadores, enquanto formas sem paralelo naquelas variedades. O uso da variante verbal em -o ([u]), com ou sem traço nasal, de terceira pessoa do plural (3PP) no pretérito perfeito do indicativo (*eles comero*) ou ainda a do verbo *ter* com valor existencial (*onde eu trabalho tem muita gente de idade*) constituem exemplos de formas ainda em uso em variedades do PE falado no Funchal na ilha da Madeira e que remontam a um português medieval, excluídas da norma do PE atual.

Os estudos sobre variação sintática, que têm vindo a ser realizados desde 2010², ano da integração da amostra de dados de fala produzidos por falantes madeirenses

² Os trabalhos sobre fenómenos sintáticos variáveis e que se enquadram numa abordagem sociolinguística e variacionista são os seguintes: VIANNA, 2011, *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*; VIEIRA e BAZENGA, 2013, «Patterns of third person plural verbal agreement», pp. 7-50; BAZENGA, ANDRADE e RODRIGUES, 2016 (no prelo), «Variantes sintáticas (padrão e não-padrão) em Português: representações sociais e atitudes linguísticas de Falantes madeirenses»; BAZENGA, 2017, «A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais numa variedade insular do PE (Funchal)».

do Funchal no *Corpus Concordância*³, põem em evidência a relevância dos fatores extralinguísticos ou sociais – o sexo, a idade e o nível de escolaridade dos falantes – na variação linguística. De entre os fatores acima mencionados, o do nível de escolarização é aquele que se afigura como o que mais atua nos fenómenos variáveis de natureza sintática estudados. Verifica-se uma situação de polarização linguística: os falantes menos escolarizados produzem formas não-padrão, o que não ocorre ou acontece muito raramente em falantes com grau de escolaridade do ensino superior, cuja gramática é mais coincidente com a variedade padrão da língua. Neste trabalho, a variedade falada por falantes do Funchal, capital da ilha da Madeira, analfabetos ou pouco escolarizados, alguns só até ao 9.º ano, será considerada como uma variedade dita popular e urbana, em contraste com a variedade culta, dita das elites, caracterizadas por terem um contacto mais prolongado com a norma padrão veiculada pela escola e pelo uso de formas de prestígio.

A cidade do Funchal, capital do arquipélago da Madeira, e localidade de referência neste trabalho, é atualmente a cidade mais populosa fora do território continental português. A nível nacional, faz parte das sete cidades com uma população acima de 100.000 habitantes (Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Funchal e Coimbra, por ordem decrescente) e nas quais se concentram cerca de 14% da população total do país. A cidade configura-se como socioeconomicamente assimétrica. A população de menores rendimentos concentra-se nas freguesias limítrofes, a oeste e a norte. A população rural, em busca de melhores condições económicas e sociais, tem vindo a abandonar os campos e instala-se no Funchal, ocupando a sua periferia. A cidade é ainda atravessada por fluxos permanentes de turistas, que a tornam um centro aberto e multicultural. Apresenta-se, assim, na sua estrutura social, um contraste entre urbanidade, rural-urbanidade e cosmopolitismo, enquanto na sua periferia se observam

³ O *Corpus Concordância* foi criado no âmbito do projeto internacional *Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias*, iniciado em 2008 e da responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Brasil, e do CLUL, em Portugal, coordenado por Sílvia Rodrigues Vieira e Maria Antónia Mota, respetivamente. Este *corpus* tem por objetivo estabelecer padrões variantes de concordância, associando-os a variedades e subvariedades (desde o padrão até outras variedades dialetais), o que contribui para determinar diferentes normas/gramáticas em coexistência e em concorrência em cada espaço geográfico onde se fala português. Em Portugal continental, foram recolhidas 25 gravações em Lisboa/Oeiras, 27 gravações no Cacém, cidade-dormitório vizinha de Lisboa, além de 27 gravações no Funchal, na ilha da Madeira, realizadas por estudantes da Universidade da Madeira sob a coordenação de Aline Bazenga, da mesma universidade. As recolhas de dados no Funchal e noutras localidades da ilha da Madeira continuam a ser realizadas, recorrendo à metodologia utilizada no projeto. Este corpus integra o *Corpus Sociolinguístico do Funchal* (CSF), um projeto iniciado em 2012, ainda a decorrer, dedicado à recolha de dados empíricos. Até 2014 tinham sido coletadas cerca de 50 entrevistas, perfazendo um total aproximado de 40 horas de gravações (BAZENGA, 2014, «Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese»), atingindo, em 2018, as 90 entrevistas.

aglomerados sociais com atividades agrícolas de subsistência. À descontinuidade geográfica, definida pela fronteira natural atlântica, associam-se, assim, outras formas de organização social na comunidade urbana em foco, marcada por contrastes sociais, para os quais contribuem, entre variadíssimos fatores, os diferentes graus de contacto com a variedade padrão do PE, ou os níveis de escolaridade (básico, secundário e superior), medidos pelo tempo de permanência na escola – e de contacto com outras variedades e línguas da sua população. Deste fator decorre a hipótese de quanto maior for o nível de escolaridade dos falantes mais a sua forma de falar se aproxima da variedade tida como prestigiante. Inversamente, quanto menor for o nível de estudos, maior será a probabilidade da variedade falada não incorporar as formas padrão transmitidas pela escola. A distinção variedade popular / variedade culta corresponderiam aos dois perfis sociolinguísticos acima descritos. Esta distinção esteve na base, por exemplo, de dois projetos no âmbito das variedades do Português do Brasil: o projeto *Norma Linguística Urbana Culta* ou *NURC*⁴, que reúne amostras de fala de informantes com nível de escolaridade superior provenientes de grandes centros urbanos do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, São Salvador da Baía, Porto Alegre e Recife), por um lado, e o *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)*⁵, cujos trabalhos sociolinguísticos têm por base amostras de fala de informantes pouco escolarizados⁶.

Os dados que sustentam a hipótese de existência de uma variedade popular urbana do PE falado na ilha da Madeira, distinta tanto da variedade culta, associada à elite insular, como das variedades rurais, foram selecionados em vários trabalhos na área da Sociolinguística Variacionista, desenvolvidos a partir de 2010, data em que o corpus de PE falado no Funchal passa a integrar o *Corpus Concordância*, já referido. Estes trabalhos têm por objeto algumas áreas críticas do português, por serem mais sensíveis à variação, nomeadamente os seguintes fenómenos, que foram objeto de investigação: a realização variável da concordância verbal na terceira pessoa do plural (3PP), a variação entre *nós* e *a gente*, a variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais, a realização variável do objeto direto (OD) anafórico. Os seus resultados permitem considerar, no seio da variedade urbana insular, a existência de «uma situação **sociolinguisticamente polarizada** [sublinhado nosso], reforçada pelo fato de

⁴ Desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Brasil. Contem um acervo de entrevistas gravadas nas décadas de 70 e 90 do século XX, num total de 350 horas, com informantes com nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro.

⁵ Coordenado pelo Prof. Anthony Naro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com início em 1979. Mais informações em <http://www.lettras.ufrj.br/peul/historia.html>.

⁶ Outros trabalhos, no âmbito do PB, têm vindo a analisar as variedades populares urbanas. Refira-se, a título de exemplo, o de LUCCHESI, de 2015, sobre «A variação da concordância verbal no português popular da cidade de Salvador».

o nível de escolaridade (...) se associar a outras variáveis, como nível socioeconômico, maior ou menor acesso a bens culturais, maior ou menor contato com indivíduos de diferentes estratos sociais»⁷. Parece, então, existir na sociedade madeirense uma nítida fronteira entre os falantes pouco escolarizados, estigmatizados pela sua linguagem popular⁸, e as elites que se manifestam pelo uso consolidado do PE padrão. Sendo a cidade do Funchal, capital insular, o espaço insular partilhado por estes dois grupos sociais, é também aquele onde é possível observar os seus contrastes relativamente aos comportamentos linguísticos. Este facto leva-nos a considerar a importância da influência do *nível de escolarização* na manutenção ou não de um estado de língua junto dos falantes. As formas de prestígio estão codificadas nas gramáticas normativas e adquirem o estatuto de formas corretas e são transmitidas através do processo de escolarização⁹. Assim, também na sociedade insular, a escola desempenha, na ótica de Pierre Bourdieu¹⁰, um papel destacado como dispositivo ao serviço da manutenção e legitimação de privilégios sociais, e a língua padronizada participa neste processo. Deste modo, quando mais escolarizados mais os falantes têm a possibilidade de adquirirem estas formas linguísticas e estatuto social positivo. Pelo contrário, aqueles que não dispõem na sua gramática das formas codificadas como corretas, usam as que estão em circulação na sua comunidade de fala e tendem, por esse motivo, a serem estigmatizados na escala social e coletivamente avaliados como inferiores. No arquipélago da Madeira, fatores de vária natureza terão levado à construção de variedades madeirenses de PE falado com características muito próprias. De entre eles, são de destacar os que se enquadram no «ciclo de expansão da língua», que decorre entre o século XV e o início do século XVI, e que Ivo Castro explica como sendo:

⁷ BRANDÃO e VIEIRA, 2012, «Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português», p. 1054.

⁸ A linguagem popular, modo de falar “vilão”, tem sido objeto de interesse por parte de estudiosos madeirenses, como dão conta as publicações, entre outras, *Linguagem Popular da Madeira* de Eduardo Antonino Pestana (nas revistas *Língua Portuguesa* e *Revista Lusitana*, entre 1914 e 1940, e posteriormente editado em 1970, num volume intitulado *Ilha da Madeira II – Estudos Madeirenses*), o *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira* do Padre Fernando Augusto da Silva (1950), ou ainda *Falares da Ilha – Dicionário da Linguagem Popular Madeirense*, de Abel Caldeira, na sua 2.ª edição (1993). Também Filomena Varejão, na sua tese de doutoramento sobre concordância verbal e estratégias de relativização, restringe o seu estudo (2006, *Varição em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*). Neste trabalho, distinguimos dois subtipos de linguagem popular: uma variedade rural e uma variedade urbana, baseado no facto de corresponderem a comunidades de fala com características sociolinguísticas e culturais distintas, ou na perspetiva do sociólogo F. Bourdieu, a dois tipos de práticas sociais, ou *habitus* (BOURDIEU, 1986, «Habitus, Code et Codification», pp. 40-44).

⁹ Sobre a relação entre “standardização” e variação linguística, consultar o artigo de PILLIÈRE e LEWIS, 2018, «Revisiting standardisation and variation».

¹⁰ BOURDIEU, 1996, «L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et devant la culture».

«aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extraeuropeu»¹¹,

assim como os que estão relacionados com a origem geográfica dos seus primeiros povoadores, vindos de várias partes do reino, mas na sua grande maioria do norte¹². Por outro, tanto o isolamento atlântico, ou a discontiguidade insular com Portugal peninsular, como também uma história particular de contactos linguísticos¹³ com vários povos de grande diversidade étnica, nos quais se incluem os escravos africanos, cuja «presença na sociedade teria, forçosamente, algum impacto no favorecimento da simplificação e nivelamento linguísticos, fortalecendo a deriva do português meridional»¹⁴, terão impulsionado o desenvolvimento de variedades do português marcadamente salientes, e cuja origem remonta ao português falado pelos primeiros habitantes no século XV. A padronização do PE, apenas se iniciaria no século XVI, com base numa distanciação «não só do castelhano mas também dos dialetos setentrionais falados pela antiga nobreza portuguesa»¹⁵. O arquipélago da Madeira rapidamente se transformou num espaço multilingue, situação que já caracterizava o Brasil à chegada dos portugueses. As variedades do PE falado na Madeira, como sublinham Brissos, Gillier e Saramago, apresentam, a nível fonético e lexical, um conjunto de «traços característicos inexistentes nos dialetos continentais, que lhe confere um estatuto singular»¹⁶, e que Cintra¹⁷ considera como as que mais se destacam no PE. A realidade linguística do arquipélago da Madeira é ainda marcada por grande diversidade interna, coexistindo no seu território um «complexo conjunto de dialectos de um modo ou de outro distintos e por vezes muito divergentes entre si»¹⁸. De acordo com a nossa hipótese, os traços madeirenses mais originais e distintos tenderiam a manter-se junto dos falantes de variedades rurais como urbanas, com menor contacto com a variedade normativa difundida pela escola, em contraste com as variedades das elites que combinam formas

¹¹ CASTRO, 2006, *Introdução à História do Português*, pp. 84-85.

¹² PINTO e RODRIGUES, 1993, «Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI».

¹³ CORNIPS, 2014, «Language contact, linguistic variability and the construction of local identities», pp. 67-90.

¹⁴ CARDEIRA, 2009, «Revisitando a periodização do português: o português médio», p. 112.

¹⁵ CARDEIRA, 2009, «Revisitando a periodização do português: o português médio», p. 111.

¹⁶ BRISSOS, GILLIER e SARAMAGO, 2016, «O problema da subdivisão dialetal madeirense: estudo dialetométrico da variação lexical», p. 32.

¹⁷ CINTRA, 2008, «Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses», p. 95.

¹⁸ CINTRA, 2008, «Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses», p. 99.

de prestígio supradialectais com particularidades locais. A descrição e análise destas variedades, encaradas deste ponto de vista, ainda estão por fazer. Este trabalho pretende constituir uma aproximação à caracterização sintática do PE falado e popular no Funchal e um contributo para uma descrição geral das variedades faladas no espaço insular.

2. Para uma Caracterização Sintática da Variedade Popular do Português Falado no Funchal

Todos os trabalhos selecionados para fundamentar empiricamente a proposta de bipolarização sociolinguística das variedades urbanas do PE falado no Funchal, baseados em evidências de natureza sintática, recorrem a amostras retiradas do *Corpus Concordância* ou da sua versão alargada, iniciada após 2012, o *Corpus Sociolinguístico do Funchal* (CSF), com entrevistas realizadas junto de informantes madeirenses naturais e/ou residentes na cidade do Funchal. Têm em comum o facto da variável independente, de natureza extra-linguística, o *nível de escolaridade* dos falantes, resultar como sendo estatisticamente significativa.

Variantes de *Terceira Pessoa do Plural* (3PP) no Verbo em Contexto de Concordância Verbal

O estudo da aplicação variável da regra de concordância verbal de 3PP é um dos fenómenos morfofonológicos e sintáticos mais estudados nas variedades do português, sobretudo no quadro do projeto internacional *Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias*¹⁹.

No contexto sintático acima referido, a investigação levada a cabo por Aline Bazenga (2010-2012) permitiu observar 85% de uso de formas com valor de marcação de concordância verbal de 3PP²⁰, percentagem inferior à registada em variedades continentais do PE em outros estudos²¹. Na amostra do Funchal, ficou clara também a

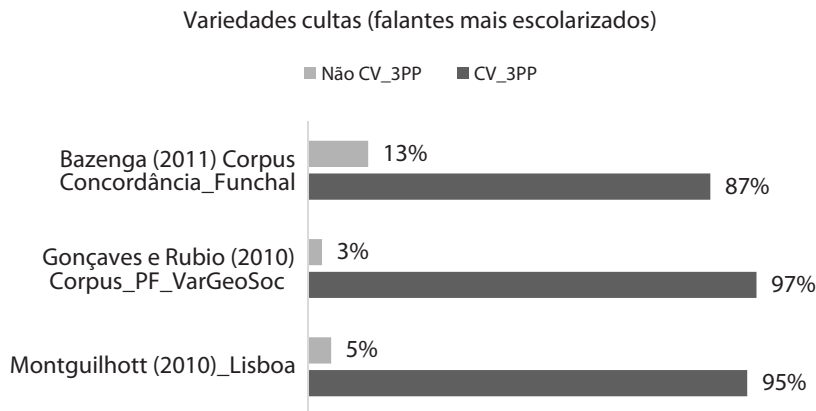
¹⁹ Projeto internacional (2008-2011), coordenado pelas Professoras Maria Antónia Mota (CLUL – Portugal) e Maria Sílvia Rodrigues Vieira (UFRJ – Brasil) e financiado pelo Programa CAPES/GRICES. Mais informações aqui: <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/702-estudo-comparado-dos-padroes-de-concordancia-em-variedades-africanas-brasileiras-e-europeias>.

²⁰ BAZENGA, 2011, «Concordância Verbal e variantes de 3.ª pessoa do plural em PE: Resultados preliminares de um estudo sociolinguístico com base numa amostra de Português Falado no Funchal»; BAZENGA, 2012, «Variation in subject-verb agreement in an insular dialect of European Portuguese».

²¹ VAREJÃO, 2006, *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*; MONTGUILHOTT, 2010, «Variação da Concordância Verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE»; GONÇALVES e RUBIO, 2010, «Confrontos e Contrastos entre duas variedades lusófonas no emprego da concordância verbal».

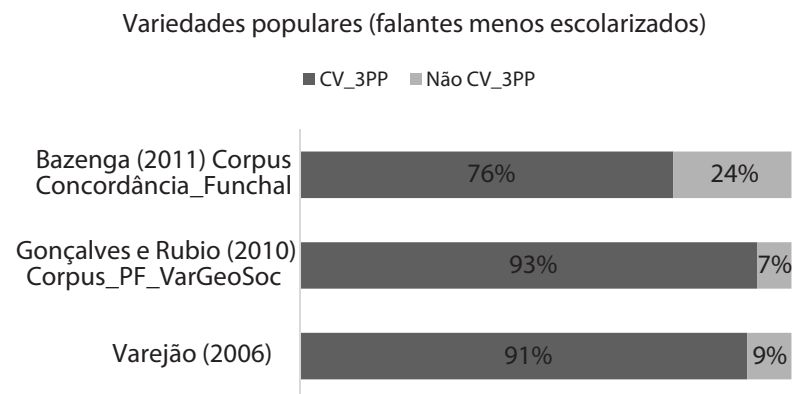
significância do fator *nível de escolaridade*, com um peso relativo de 0.63²². Assim, quando se considera este fator, os falantes mais escolarizados do Funchal exibem percentagens de realização de marcas de concordância verbal, na ordem dos 87%, enquanto os de Lisboa e de outros pontos de inquérito do país, realizam a regra entre 95% e 97%, respetivamente (Gráfico n.º 1).

Gráfico n.º 1 – Realização Variável da Concordância Verbal de 3PP em Variedades Cultas (Falantes Mais Escolarizados) do PE



Já os falantes menos escolarizados apresentam valores substancialmente inferiores, em particular no Funchal (76%), em contraste com os valores registados nas variedades continentais: 91% (Lisboa) e 93% (Variedades geográficas e sociais, com dados de falantes de diversas localidades e com vários perfis sociais) (Gráfico n.º 2).

Gráfico n.º 2 – Realização Variável da Concordância Verbal de 3PP em Variedades Populares (Falantes Menos Escolarizados) do PE



²² Trata-se de uma medida estatística, obtida quando se realiza a análise de dados em termos de *regra variável* no *Goldvarb X*, um modelo de análise multivariada, concebido no âmbito da Sociolinguística Variacionista.

Num trabalho posterior, de 2013, Sílvia Rodrigues Vieira e Aline Bazenga²³, recorrendo também a uma amostra do mesmo *corpus*, mas adotando critérios uniformizados na seleção dos dados, excluindo, por exemplo, algumas construções com os verbos *ser* e *ter*, registam 94,7% de ocorrências com marca de 3PP em contexto de concordância verbal. Este valor, acima do registado nos trabalhos anteriores referidos, situa-se ainda assim numa posição intermédia, quando comparado com os resultados obtidos tanto em amostras de variedades europeias, como brasileiras e africanas: 99,1% (Oeiras) e 99,2% (Cacém) – as duas amostras do PE continental –; 89,1% (Copacabana) e 78,2% (Nova Iguaçu), do português brasileiro (PB); e 93,1% na amostra de São Tomé²⁴. Estes índices gerais permitem observar o contraste entre variedades do português, quanto ao tipo de regra²⁵: as variedades do PE continental caracterizam-se por apresentarem uma regra semicatórica de concordância de terceira pessoa do plural, enquanto as variedades não europeias exibem uma regra variável. Neste conjunto, a variedade do PE do Funchal apresenta um comportamento que se situa no limite entre uma regra semicatórica e variável. Neste estudo, tal como no anterior, o nível de escolaridade dos informantes mostrou também condicionar de forma significativa a variação (Tabela n.º 1).

Tabela n.º 1 – Atuação da Variável *Escolaridade* na Realização da Variante com Ditongo Nasal Padrão em Contexto Sintático de 3PP no PE, em VIEIRA e BAZENGA²⁶

Variedade/Amostra		Nível fundamental (5 a 8 anos)	Nível médio (9 a 11 anos)	Nível superior (12 a 15 anos)
P E	OEI (Oeiras)	411/417 98,6%	386/388 99,5%	657/662 99,2%
	CAC (Cacém)	374/377 99,2%	390/391 99,7%	412/417 98,8%
	FNC (Funchal)	212/236 89,8%	257/268 95,9%	397/410 96,8%

Os falantes licenciados produzem as formas verbais de 3PP padrão, em 96,8%, o que acontece em apenas em 89,8% das ocorrências produzidas por falantes com poucos estudos.

²³ VIEIRA e BAZENGA, 2013, «Patterns of third person plural verbal agreement», pp. 7-50.

²⁴ BRANDÃO e VIEIRA, 2012, «Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português».

²⁵ LABOV, 2003, «Some sociolinguistic principles». Ver, também, a aplicação do conceito de regra variável ao fenómeno de aplicação da concordância verbal de 3PP no trabalho de VIEIRA e BRANDÃO, 2014, «Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português».

²⁶ Em VIEIRA e BAZENGA, 2013, «Patterns of third person plural verbal agreement», p. 19.

Para além dos resultados globais, ficou patente, tanto na primeira investigação como na segunda, que as variedades do PE falado no Funchal se distinguem das variedades urbanas do PE por apresentarem um conjunto de padrões de variantes flexionais de 3PP mais rico, apenas comparável com os dados de subvariedades rurais ou semiurbanas²⁷, dos dialetos setentrionais do PE, de que também faz parte a variedade de Braga, estudada por Celeste Rodrigues²⁸.

Para além das variantes flexionais-padrão do presente do indicativo (*falam*), do pretérito imperfeito do indicativo (*falavam*) e do pretérito perfeito do indicativo (*falaram*) é possível constatar o uso das seguintes variantes não-padrão:

- (i) realização de um ditongo nasal que não está em conformidade com a morfologia do paradigma verbal-padrão (*falem; falavem*) ou variante -EM);
- (ii) em vogal oral, resultante da não realização do traço de nasalidade, isomorfa de 3PS (*fala; falava; falara*), igualmente atestada, ainda que de forma pouco produtiva, em variedades do PE continental, e normalmente analisada como não contendo a marca de número exigida pelo contexto de concordância verbal de 3PP;
- (iii) com uma vogal oral (*falavo*) ou nasal (*falavõ*) em posição verbal final e designadas por variantes -U. A Tabela n.º 2 dá conta desta tipologia com dados que constam do trabalho de Aline Bazenga, publicado em 2015.

Tabela n.º 2 – Variantes Flexionais em Contexto de Concordância Verbal de 3PP (BAZENGA²⁹)

Variantes não-padrão em vogal oral = isomórfica de 3PS		Variante não-padrão em -EM		Variante não-padrão em -U		Variantes-padrão (ditongo nasal -AM / -EM)	
N.º ocorrências (oc.)	%	N.º oc.	%	N.º oc.	%	N.º oc.	%
48 /914	5,3%	75/914	8,2%	8/914	0,9%	783/914	85,7%

As duas variantes (-EM e -U) representam cerca de 9% dos dados, ou seja, 83 em 866 ocorrências totais de marcação explícita da concordância verbal, nos dados analisados e quase o dobro das realizações sem a marca de número de 3PP (5,3%).

²⁷ MOTA *et al.*, 2012, «A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância», pp. 161-187; MOTA e VIEIRA, 2008, «Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo», pp. 87-113; MOTA, RODRIGUES e SOALHEIRO, 2003, «Padrões flexionais nos pretéritos fortes, em PE falado setentrional», pp. 129-156.

²⁸ RODRIGUES, 2012, «Variantes não-standard e tipo de discurso: (des)encontro de resultados», pp. 215-228, estudo sobre dados retirados do *CPE-Var*, um *corpus* que inclui 180 entrevistas sociolinguísticas de falantes de Lisboa e Braga, coletadas entre 1996 e 1998.

²⁹ Em BAZENGA, 2015, «Concordância de terceira pessoa plural: a variedade insular do PE (Funchal)», p. 82.

A realização em [ẽ̃] de -EM, que integra o paradigma do presente do indicativo dos verbos com vogal temática (VT)/e/ e /i/, estende-se aos verbos com VT /a/, estabelecendo uma convergência na marcação 3PP. Este processo de nivelamento na marcação de 3PP é também observado nos paradigmas do pretérito imperfeito do indicativo e do pretérito perfeito do indicativo, ilustrados pelos exemplos atestados em (1)-(3):

- (1) Presente do indicativo
 - a. aqueles *carres* [carros] que *andem* [andam] de noite. (C1h);
 - b. os próprios portugueses massacrem [massacram] os outros. (C2m).
- (2) Pretérito imperfeito do indicativo
 - a. tanto é qu'as minhas primas elas *diziem* [diziam]. (B1M);
 - b. eles me *chamavam* [chamavam] madeirense de segunda. (C2m).
- (3) Pretérito perfeito do indicativo
 - a. as casas *caírem* [caíram]. (C1m);
 - b. depois eles *mandarem-me* [mandaram-me] reformar. (C1h).

As variantes com final verbal em -U atestadas e ilustradas em (4), a seguir, incidem, como anteriormente referido, apenas sobre o pretérito imperfeito, sendo produzidas na sua totalidade por um informante da faixa etária dos 36-55 anos, do sexo feminino e com escolaridade básica (B1m)

- (4) a. quando os meus pais *moravo* na casa;
- b. eles *vinho* brincare;
- c. *alevantavo-se* durante a noite cedo.

Atendendo ao conhecimento histórico das mudanças ocorridas no português, a variante em -U (oral ou nasal) da forma padrão 3PP poderá ser considerada “histórica” ou “conservadora”, e deste modo ser associada às vogais nasais existentes no período arcaico da história do PE (-ã, -õ e -ãõ), antes da convergência em ditongo nasal [ẽ̃w̃], que já no século XVI integrava a variedade-padrão do PE (português literário e língua culta do centro do país), como observa Maria Clarinda Maia³⁰.

³⁰ MAIA, 1986, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XV*. Fundamentando-se nas observações de Duarte Nunes de Leão, um gramático do século XVI, a autora refere que «a pronúncia -õ era tida pelos gramáticos da época como característica da região interamense», o que leva Rosa Mattos e Silva a supor que durante o processo de convergência teriam convivido “como variantes no diassistema do português o ditongo [ẽ̃w̃], proveniente do etimológico [-anu], e do [ẽ̃], do etimológico [-ane] e [-ant]; e o ditongo [õw̃] de [õ], do etimológico [-one] e [-unt]”, com a norma que se estabelece no século XVI a selecionar o ditongo [ẽ̃w̃] como forma de prestígio em detrimento do ditongo [õw̃], avaliado negativamente e ainda hoje marcado como “popular, arcaizante e regional». Ver MATTOS e SILVA, 1989, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico* e MATTOS e SILVA, 2008, *O português arcaico, uma aproximação*.

As variantes flexionais de 3PP não-padrão realizadas por uma vogal oral isomórfica de 3PS correspondem a 5,3% dos dados atestados na variedade do Funchal. As 49/914 ocorrências deste tipo são produzidas maioritariamente em verbos com VT /a/ e /e/, em contexto de palavra seguinte iniciada por vogal (21 das 29 ocorrências)³¹.

Uma observação mais pormenorizada dos dados evidencia que os informantes com baixa escolaridade são responsáveis por maiores índices de cancelamento de marca de plural e também por maiores valores de produção de variantes não-padrão de 3PP, principalmente em contextos estruturais caracterizados por enunciados com sujeitos antepostos e sujeitos não expressos (Tabela n.º 3).

Tabela n.º 3 – Efeito da Variável *Escolaridade* na Produção de Variantes Não-Padrão Sintático de Concordância Verbal de 3PP (BAZENGA³²)

	Variantes não-padrão -EM e -U		Variantes não-padrão em vogal oral	
	N.º oc.	%	N.º oc.	%
Nível fundamental (5 a 8 anos)	51/82	62,2	20/30	66,6
Nível médio (9 a 11 anos)	31/82	37,8	5/30	16,7
Nível superior (12 a 15 anos)	-		5/30	16,7

A total ausência de ocorrências das variantes em -EM e -U nos dados de fala dos informantes cultos e a percentagem expressiva do seu uso (62,2%) por falantes com pouco estudos, levam-nos a considerá-las como um traço com valor social, como fazendo parte do conjunto de características sintáticas da variedade popular do PE falado no Funchal.

A Variação entre *Nós* e *A Gente*

A fraca implementação da variável concordância verbal em informantes pouco escolarizados, fenómeno não estatisticamente atestado nas variedades continentais

³¹ Nestes paradigmas, a distinção entre 3PS e 3PP na morfologia verbal-padrão resulta apenas da ancoragem ou não do autosegmento nasal /N/. Por outro lado, o contexto [+vogal] corresponde, na sua maioria (15 das 21 ocorrências de variantes -A e -E, realizadas foneticamente pelas vogais átonas [-e] e [-i]), às realizações fonéticas [a] e [e]. Este encontro intervocálico na fronteira de palavra (sândi externo) resulta na elisão das finais verbais átonas e na ressilabificação das duas sílabas em contacto, como em: «as mercearias na altura fechava às onze. (B1m)», ou seja [fiʃave + aʃ] > [fiʃavaʃ].

³² Em BAZENGA, 2015, «Concordância de terceira pessoa plural: a variedade insular do PE (Funchal)», pp. 74-101.

do PE, mas amplamente estudado em variedades do PB, tem paralelo com um outro estudo realizado por Juliana Vianna sobre o fenómeno variável *nós / a gente* em variedades do português, no âmbito da sua tese de doutoramento³³. Os resultados gerais da amostra do Funchal não se distinguem dos verificados nas outras duas amostras do PE continental (Cacém e Oeiras), sendo a forma padrão *nós* (74%) a forma preferencial. No entanto, o uso da forma inovadora *a gente*, como em (5), parece ser mais significativo junto de informantes funchalenses, contabilizando 25%, ou seja 140/541 ocorrências.

(5) isto faz parte da exposição, por isso é *c'a gente não costumamos* vender antúrios, \emptyset *vendemos* a assim a alguma pessoa ou a um vizinho ou coisa mas \emptyset *não costumamos* apanhar... (Amostra Funchal: dados 237 e 238, M1C)³⁴.

Também realizado com dados retirados do *corpus* do *Projeto Concordância*, neste trabalho o fator *localidade* tem relevância estatística, distinguindo claramente a variedade insular das duas variedades continentais do PE (Cacém e Oeiras). Foram também controlados três níveis de escolarização (Nível Básico; Nível Secundário; e Nível Superior) de que resultaram os dados que constam da Tabela n.º 4, a seguir.

Tabela n.º 4 – O Fator *Nível de Escolaridade* na Variação entre *Nós* e *A Gente* em Amostras do PE Retiradas do *Corpus Concordância*³⁵

Localidade /Escolaridade do falante		nós		a gente	
		Oc.	%	Oc.	%
Funchal	Nível 1 (Básico)	93/195	48	102/195	52
	Nível 2 (Secundário)	164/196	84	32/196	16
	Nível 3 (Superior)	144/150	96	6/150	4
Cacém	Nível 1 (Básico)	238/352	68	114/352	32
	Nível 2 (Secundário)	104/120	87	16/120	13
	Nível 3 (Superior)	197/219	90	22/196	10
Oeiras	Nível 1 (Básico)	292/335	87	43/335	13
	Nível 2 (Secundário)	216/230	94	14/230	6
	Nível 3 (Superior)	211/222	95	11/222	5

³³ VIANNA, 2011, *Semelhança e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*.

³⁴ VIANNA, 2011, *Semelhança e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*, p. 106.

³⁵ Em VIANNA, 2011, *Semelhança e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*, p. 128.

De um modo geral, conforme constata a autora, «quando se tem em vista o uso de *nós*, em todos os *subcorpora* do PE, observou-se o aumento percentual do emprego do pronome padrão correlacionado ao aumento de escolaridade»³⁶. A escolaridade dos falantes atua de forma determinante e mais expressiva na amostra do Funchal, que apresenta 52% de ocorrências de *a gente* em informantes poucos escolarizados, contra apenas 32% no Cacém e 13% em Oeiras. Estas discrepâncias, em termos de desempenho linguístico, não são sempre observadas. Quando se tem em consideração os falantes com nível 3 de escolaridade, os valores aproximam-se mais: nas três amostras perfilam-se características semelhantes, com valores de uso de *nós* que oscilam entre os 90% e os 96%. Os resultados desta investigação levam-nos a integrar o uso da forma *a gente* na variedade popular do PE falado no Funchal.

Construção com *Ter Existencial*

A construção com *ter existencial* tem sido referida como uma variável que permite contrastar variedades do português, as do PE e do PB, como nos exemplos a seguir indicados e retirados de Maria Helena Mira Mateus³⁷:

- (6) a. PB: tem fogo naquela casa;
PE: há fogo naquela casa.
b. PB: no baile tinha muitos homens bonitos;
PE: no baile havia muitos homens bonitos.

Mais concretamente, como referem Yvonne Leite, Dinah Callou e João Moraes, «o uso de *ter* por *haver* tem sido objeto de estudo sistemático e costuma-se dizer que essa substituição, em estruturas existenciais, constitui **uma das marcas que caracterizam o português do Brasil** [sublinhado nosso], afastando-o do português de Portugal e aproximando-o do de Angola e Moçambique»³⁸. Muito estudada no âmbito do PB³⁹, só recentemente esta construção foi objeto de análise no âmbito do

³⁶ VIANNA, 2011, *Semelhança e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*, p. 129.

³⁷ MATEUS, 2002, «Variação e variedades: o caso do Português».

³⁸ LEITE, CALLOU e MORAES, 2003, «Processos de Mudança no Português do Brasil: Variáveis Sociais», p. 101.

³⁹ Entre muitos outros, ver: VIOTTI, 1999, *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*; MATTOS e SILVA, 2002, «Vitórias de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros», pp. 17-28; DUARTE, 2003, «O sujeito expletivo e as construções existenciais», pp. 121-131; CALLOU e DUARTE, 2005, «A fixação do verbo ter em contextos existenciais», pp. 149-155; AVELAR, 2006, «De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro», pp. 49-74.

PE. O artigo de Ernestina Carrilho e Sandra Pereira⁴⁰, a partir dos dados facultados pelo *CORDIAL-SIN*⁴¹, mostra que esta construção está presente em variedades do PE, nomeadamente nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Trata-se de uma construção em que o verbo *ter* é usado não com o seu valor de posse, como na gramática da variedade normativa do PE, mas sim como verbo existencial, em vez da variante normativa com *haver*, fenómeno que se encontra ilustrado através dos exemplos, em (7), retirados deste trabalho:

- (7) a. Porque aqui à nossa frente, *tinha* um alto, *tinha* um moinho de vento e não via a casa da minha mãe! (PST16);
b. Mas *tinha* muitos moinhos por aqui fora. (CLH03).

Também Aline Bazenga⁴² identificou ocorrências desta construção no CSF, de que se fornecem alguns exemplos em (8), o que confirma a vitalidade desta construção:

- (8) a. nunca tive oportunidade só_só italiano lá em baixo no centro onde *tem* [padrão: *há*] um italiano espetacular. (FNC11_HA1);
b. Porque no Continente *tem* as discotecas onde vai toda a gente e *tem* [padrão: *há*] as discotecas que são escondidas só vai quem quiser. (FNC11_HA2);
c. no meu trabalho onde eu trabalho onde eu trabalho *tem* [padrão: *há*] muita gente de idade e há velhotes que têm pensões. (FNC11_MB2);
d. *tem* [padrão: *há*] bastantes colégios aqui na Madeira. (FNC11_MA3 111-2);
e. *tem* [padrão: *há*] pessoas com estudos e não têm trabalho. (FNC11_MC1.2 177);
f. na rua dos Ilhéus onde *tem* [padrão: *há*] dez_vinte prédios de apartamentos. (FNC_CH 3.1 102).

A construção com *ter* existencial é marcada pela ausência de um sujeito explícito, com valor impessoal. Atualmente em desuso nas variedades continentais do PE, estava presente na língua portuguesa nos séculos XV e XVI, em concorrência com *haver*, conforme exemplos datados do século XVI dados em (9), com *haver*, e (10), com *ter*, retirados de um estudo de Evani Viotti⁴³.

⁴⁰ CARRILHO e PEREIRA, 2011, «Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em Português europeu», pp. 125-139.

⁴¹ *CORDIAL-SIN*, ou projeto do *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*, iniciado em 1999, e coordenado desde então por Ana Maria Martins, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Contem dados provenientes de 42 pontos de inquéritos selecionados a partir do Arquivo Sonoro do CLUL, constituído por materiais sonoros provenientes dos projetos de geografia linguística (ALEAÇ, ALEPG, ALLP, BA).

⁴² BAZENGA, 2012, «Non-dominant Ter (to have) – Existential in Spoken EP of Funchal (Madeira Island)».

⁴³ VIOTTI, 1988, «Uma história sobre “ter” e “haver”», p. 46.

(9) *haver*:

- a. “Hum dos nobres que hy ha ca este ajuda os dous” (AX 120.5);
- b. “Avya hi hua donzella muy fremosa” (CGE 93.12/13);
- c. “Ouve hy muitos mortos e feridos” (CGE 94.17).

(10) *ter*:

- a. “Antre esta coroa darea e esta ilha tem canal pera poder sahir” (MNS 314.2);
- b. “Para cima tendo dous bons canais hum aloeste e outro ao leste” (MNS 324.9);
- c. “Na sua ponta da banda da sua tem hua terra alta” (MNS 326.19).

De acordo com Evani Viotti⁴⁴ e Rosa Virgínia Mattos e Silva⁴⁵, a percentagem de uso da variante com *ter* (42%) em construções de posse já se aproximava da variante com *haver*, no século XV, e atingiria os 86% no século XVI, suplantando o de *haver*, que começa também a ser usado em construções impessoais com valor existencial. Nas variedades do PE continental, observa-se desde essa altura, uma fixação nos usos destes dois verbos: o verbo *ter* em construções de posse e o verbo *haver* em construções existenciais impessoais, o que não ocorre de modo categórico na gramática de alguns falantes madeirenses do PE e em variedades extraeuropeias do português, brasileiras, como referido, mas também africanas⁴⁶.

A investigação de Aline Bazenga⁴⁷, realizada em 2017, sobre este fenómeno variável, numa amostra de 405 ocorrências de *ter* e *haver*, a partir das entrevistas de 12 informantes madeirenses, residentes na cidade do Funchal, extraídas do CSF, mostrou, após o tratamento estatístico processado pelo *Goldvarb X*⁴⁸, em termos de resultados globais, em percentagens, que os falantes preferem o verbo *haver* (69%) numa construção existencial, contra 31% de ocorrências com o verbo *ter*. A Tabela n.º 5 dá conta dos resultados, distribuídos pelas variáveis sociais ou extra-linguísticas.

⁴⁴ VIOTTI, 1988, «Uma história sobre “ter” e “haver”».

⁴⁵ MATTOS, 1989, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*.

⁴⁶ Nomeadamente no Português de Angola – MENDES, 1985, *Contribuição para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*; INVERNO, 2009, *Contact-induced restructuring of Portuguese morpho-syntax in interior Angola*; CHAVAGNE, 2005, *La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*; ADRIANO, 2014, *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola* – e do Português de Moçambique – GONÇALVES, 1990, *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*.

⁴⁷ BAZENGA, 2017, «A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais numa variedade insular do PE (Funchal)».

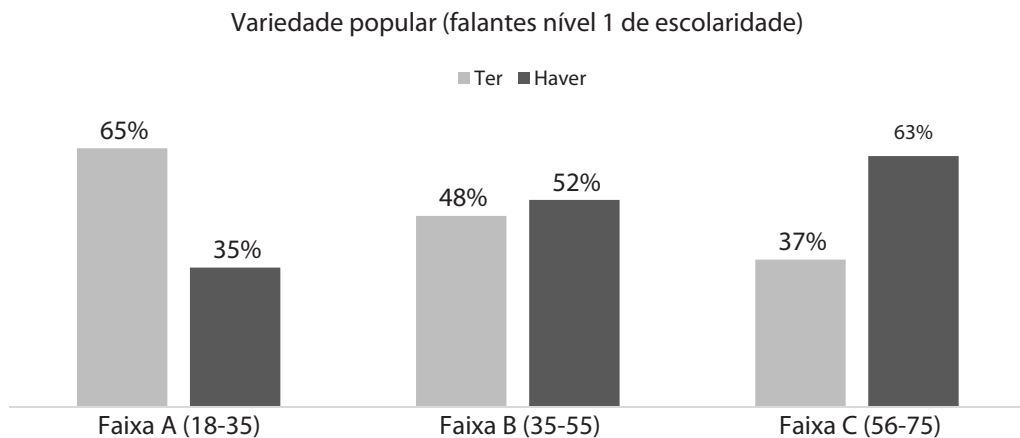
⁴⁸ Trata-se de um programa de estatística, especialmente concebido para análises quantitativas multivariadas de fenómenos linguísticos variáveis. O modelo incorpora a ideia de que os processos linguísticos são influenciados simultaneamente por diversas variáveis independentes (linguísticas e sociais). Ver SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005, *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*.

Tabela n.º 5 – Resultados Globais. Fatores Externos e Internos Relevantes (Pesos Relativos) em Construções Existenciais com *Ter* e *Haver* numa Amostra de 12 Informantes na Variedade do PE Falado no Funchal

Fatores		Percentagens		Ocorrências	
		Ter	Haver	Ter	Haver
Externos	Sexo				
	Homem	31,4	68,6	61/194	133/194
	Mulher	30,8	69,2	65/211	146/2151
	Idade				
	(18-35)	38,4	61,6	28/73	45/73
	(36-55)	35,6	64,4	36/101	65/101
	(56-75)	26,8	73,2	62/231	169/231
Escolaridade					
Nível 1	44	56	106/241	135/241	
Nível 3	12,2	87,8	20/164	144/164	

Relativamente aos condicionamentos de tipo social, observa-se uma vez mais, que o *nível de escolaridade* condiciona a aplicação da regra variável; são os menos escolarizados (44%) os que mais utilizam a variante não-padrão *ter*. De acordo com os resultados estatísticos extraídos com o programa *Goldvarb X*, a maior probabilidade de ocorrência deste fenómeno situa-se, considerando apenas as variáveis sociais, ao nível dos falantes com poucos estudos (*nível 1 de escolaridade* – e peso relativo no valor de 0.664.) Quando se cruza esta variável com a faixa etária dos informantes é possível observar um aumento acentuado de usos de *ter* (65%) nos mais jovens (Faixa A: 18-35 anos) (Gráfico n.º 3).

Gráfico n.º 3 – Construções Existenciais com *Ter* e *Haver* numa Amostra de PE Falado no Funchal. Informantes com Nível 1 de Escolaridade e Fator *Faixa Etária*

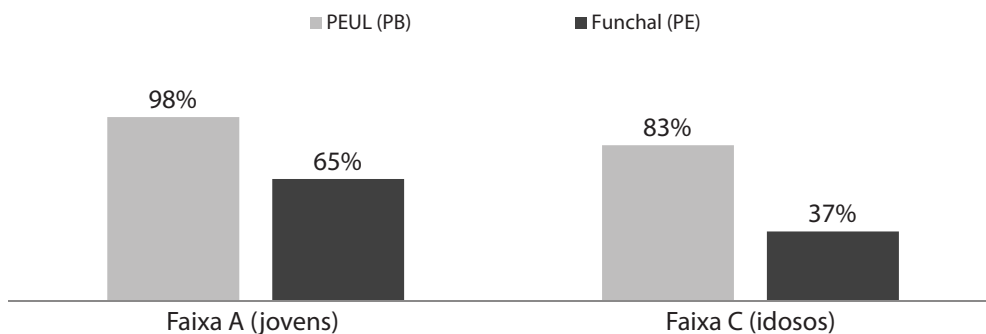


Apesar de não terem sido utilizados rigorosamente os mesmos critérios de análise testados no PB, foi possível estabelecer algumas comparações com os resultados encontrados para esta variedade, em particular, no que se refere aos contrastes sociais, entre falantes pouco escolarizados (*nível 1 de escolaridade* ou, no caso do PB, os que fazem parte do corpus do PEUL) (Gráfico n.º 4).

Observa-se, assim, que a variedade popular do PE-Funchal, à qual estão associados os falantes menos escolarizados ou analfabetos, se aproxima da variedade do PB popular, quando se tem em conta o fator *faixa etária* dos informantes, e que representa a percentagem mais elevada de usos de *ter*.

Gráfico n.º 4 – Usos de *Ter*: Comparação de Informantes com *Nível 1 de Escolaridade* (PEUL – PB; 6 Informantes PEI-Funchal)

Usos de *ter* – informantes pouco escolarizados (nível 1) no PE (Funchal) e no PB (PEUL)



Fonte: PB (fala): AVELAR e CALLOU⁴⁹

Ambas as variedades exibem a mesma tendência (Gráfico n.º 4), embora com valores distintos: os jovens são aqueles que maioritariamente produzem *ter* existencial, sendo este fenómeno mais expressivo no PB (98% no estudo realizado por Avelar e Callou)⁵⁰.

A variação *ter/haver* existencial mostra-se, assim, condicionada socialmente e este estudo permite considerar o uso *ter* existencial não-padrão como um indicador popular.

⁴⁹ AVELAR e CALLOU, 2007, «Gramática e Variação no Português Brasileiro: considerações sobre *ter-haver* e *de-em*».

⁵⁰ AVELAR e CALLOU, 2007, «Gramática e Variação no Português Brasileiro: considerações sobre *ter-haver* e *de-em*», pp. 183-197.

Estratégia de Marcação de OD de Terceira Pessoa: Pronome Ele, Clítico Lhe e OD Nulo –

Em 2011, Aline Bazenga realizou uma análise preliminar com amostras do *Corpus Concordância*⁵¹ do fenómeno da realização variável do OD anafórico de terceira pessoa, tendo selecionado como variantes, algumas das estratégias linguísticas referidas na literatura sobre este assunto no âmbito das variedades do PB⁵². Uma dessas estratégias consiste na não realização da posição argumental com função de OD, como ilustrado em (11), fenómeno designado por Objecto Nulo:

- (11) a. [...] faço o jantar *sirvo* [sirvo-o] à família. (FNC11_MA1:010);
b. a minha licenciatura termina-se antes do tempo pretendido_ tive que me enquadrar no bolonha e tive que [a] *acabar* mais cedo. (FNC-MA3.1:013).

Nesta análise identificaram-se ainda ocorrências não só deste fenómeno como também das que correspondem aos usos do pronome *ele* e do clítico *lhe*, de que se dá conta nos exemplos (12) e (13), respetivamente, a seguir:

- (12) a. ponho *ele* [ponho-o] a ver bonecos. (FNC11_MA1 243);
b. meto *ele* [meto-o] a andar de bicicleta. (FNC11_MA1 243);
c. e depois o marido deixou *ela* [deixou-a] e ficou na quinta. (FNC11_MC1.1 453).
(13) a. Tento-*lhe* explicar e *lhe* informar [informá-lo] sobre as coisas. (FNC11_HA1426);
b. Levo-*lhe* [levo-o] à escola. (FNC11_MA1 006);
c. eu não gostava dele nem *lhe* [nem o podia] ver à frente. (FNC11_MA1 204-5).

Para além destas três variantes e a do uso dos clíticos *o*, *a*, *os*, *as*, conforme preconizado pela português-padrão, os falantes recorrem ainda a estratégias de repetição lexical, como ilustrado em (14):

- (14) a. gostava de comprar uma mota_ e os meus pais detestam [detestam-nas] *motas* – (FNC-HA1:004);
b. queria a minha roupa vestia a *minha roupa* [vestia-a]. (FNC11_MA1:067).

Estes dados levaram a que fosse aprofundada posteriormente a sua análise, mas ainda recorrendo a amostras pequenas. Assim, em duas amostras⁵³, constituídas a partir

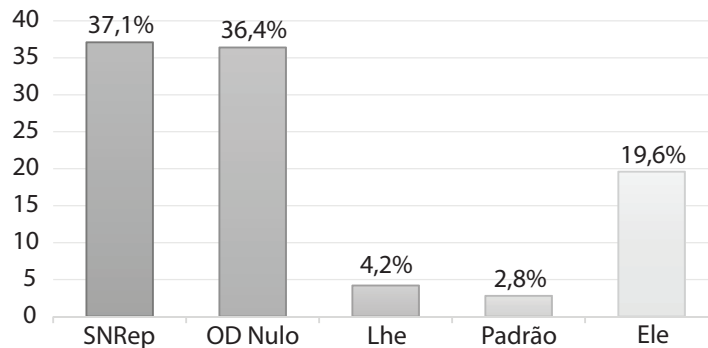
⁵¹ BAZENGA, 2011, «Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português».

⁵² DUARTE, 1986, *Varição e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*; CYRINO, 1997, «O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrónico»; DUARTE, 1995, *A perda do princípio "Evite pronome" no português brasileiro*; FREIRE, 2000, *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*; FIGUEIREDO, 2014, «Objeto nulo versus estratégias pronominais no português rural do estado da Bahia e no de Portugal», pp. 81-114.

⁵³ Estes trabalhos foram realizados no âmbito dos seminários de Gramáticas da Pluralidade do Mestrado

do CSF – a amostra OD-Funchal-1 (pouco escolarizados) e a amostra OD-Funchal-C (56-75 anos), ambas com 6 informantes. Os resultados, nas duas amostras, podem ser observados nos Gráficos n.º 5 e n.º 6.

Gráfico n.º 5 – Resultados da Amostra de 6 Informantes Pouco Escolarizados (OD-Funchal-1)

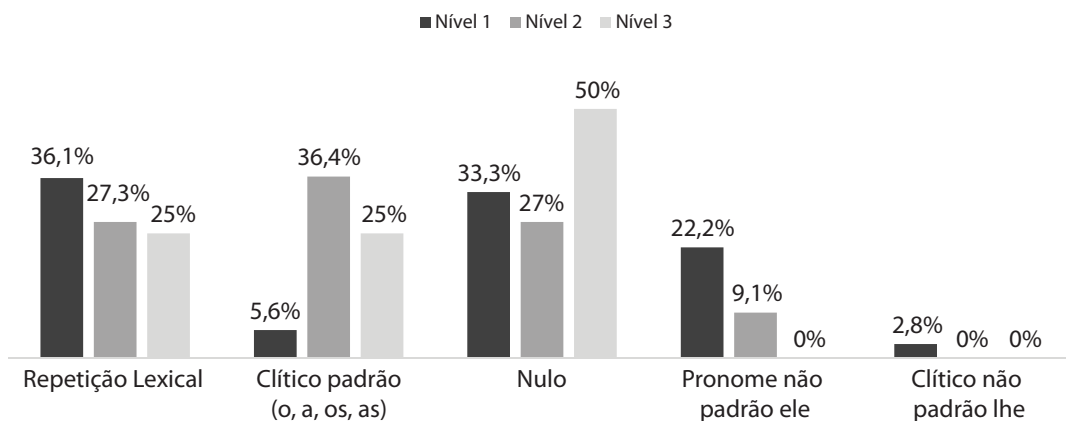


O uso do clítico em função OD (-o, -a, -os, -as e as suas variantes contextuais, -no, -na, -nos, -nas e -lo, -la, -los, -las), e que corresponde à variante-padrão, é a estratégia menos utilizada pelos falantes do Funchal (2,8%), logo seguida à da variante com *lhe* (4,2%). As estratégias preferenciais traduzem-se pelo recurso à repetição lexical (37,1%) e à não-marcação desta função ou OD nulo (36,4%). O uso da variante com *ele* apresenta valores expressivos (19,6%).

O Gráfico n.º 6, a seguir, mostra os resultados quando se aplica o fator *nível de escolaridade* a uma amostra OD-Funchal-C(idosos) 6 de informantes.

Gráfico n.º 6 – OD-Funchal-C(idosos) e Variável Nível de Escolaridade

Realização de OD_informantes (56-75 anos) e factor nível de escolaridade



em Estudos Linguísticos e Culturais da Universidade da Madeira, em 2014, sob a orientação de Aline Bazenga. Aguarda-se a sua publicação através do artigo de BAZENGA, RODRIGUES e ANDRADE, 2016 (no prelo), «Variantes sintáticas (padrão e não-padrão) em Português: representações sociais e atitudes linguísticas de Falantes madeirenses».

Os falantes idosos mais escolarizados (com estudos do ensino superior) não recorrem, por exemplo, à variante com *ele*, muito utilizada por aqueles que têm poucos estudos (22%); inversamente, utilizam a variante-padrão (25%), em contraste com o uso pouco significativo (5,6%) por parte de falantes menos escolarizados.

Tal como nos outros fenómenos anteriormente apresentados, relativamente à variação na marcação de OD anafórico de terceira pessoa, é possível concluir que as formas *ele* e *lhe* constituem boas candidatas a serem consideradas populares, por estarem ausentes das produções linguísticas das elites madeirenses.

3. Considerações Finais

Os fenómenos considerados neste artigo permitem, em nosso entender, sustentar a hipótese de uma bipolarização sociolinguística da comunidade de fala urbana do PE (Funchal). As variedades do PE falado nesta cidade, capital da ilha da Madeira, têm em comum o facto de apresentarem características de urbanidade e insularidade. Os falantes funchalenses partilham as mesmas crenças relativamente ao traço de *madeirensidade*⁵⁴ indexado ao espaço onde habitam e à sua história sociocultural. No entanto, é possível distinguir dois tipos das variedades. As das elites que têm tendência a usarem as formas padrão e as camadas da população que, pelo contrário, tendem a não cumprirem as regras da gramática normativa, e ao uso de formas linguísticas excluídas da norma institucionalizada do PE.

Os usos não-padronizados recebem uma avaliação negativa por parte dos falantes madeirenses de um modo geral, conforme ficou concluído na dissertação de mestrado de Catarina Andrade⁵⁵. Estes usos, apenas produzidos na fala de falantes do Funchal analfabetos e com poucos estudos, tais como *falem* ou *falavo* e de construções do tipo *a gente vamos comer, eu vi ele* ou ainda *tem muita gente a estudar na universidade*, constituiriam, em nosso entender, indicadores de localidade e de classe⁵⁶, ou seja, combinariam traços de *madeirensidade*, por se tratarem de formas parcialmente atestadas ou ausentes em variedades do PE continental e de “popularidade”, produzidas tipicamente por este grupo grupo social. Uma história de contacto linguístico, potencialmente geradora de variação e de mudança linguísticas,

⁵⁴ Designação e conceito desenvolvidos inicialmente por RODRIGUES, 2010, «Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)», pp. 210-228.

⁵⁵ ANDRADE, 2014, *Crenças, Percepção e Atitudes Linguísticas de Falantes Madeirenses*.

⁵⁶ LABOV, 1972, *Sociolinguistic Patterns*.

e o seu cruzamento com o traço *insularidade*, a moldar a sociedade madeirense, seriam fatores a considerar para explicar os usos de formas linguísticas não prestigiadas do ponto de vista da norma do PE e objeto de estigma social. Numa comunidade de fala com as características marcadas pela *insularidade*, a mudança linguística poderia, assim, ser mais lenta, observando-se uma tendência a preservar as formas fortes e identitárias⁵⁷. Esta tendência pode ser reforçada por uma estrutura social fortemente hierárquica⁵⁸, em que os membros da classe popular, mais densa e mais coesa do que a classe média ou superior⁵⁹, procuram manter os traços linguísticos mais distintivos. As especificidades do contacto linguístico e cultural⁶⁰ a que se assiste no espaço insular, ao longo do tempo e dos seus ciclos económicos, terão certamente sido primordiais para a construção das variedades faladas madeirenses distintas, em vários aspectos, da variedade padrão e das variedades peninsulares do PE.

Em suma, os resultados dos vários estudos apresentados contribuem para confirmar a singularidade do português falado no Funchal, sobretudo nas suas variedades ditas populares e incitam ao aprofundamento da hipótese formulada, através do alargamento da análise a um maior número de fenómenos linguísticos.

Referências Bibliográficas

ADRIANO, Paulino S., 2014, *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Portugal.

⁵⁷ MILROY e MILROY, 1985, «Linguistic change, social network and speaker innovation», pp. 339-384.

⁵⁸ Desde o início do seu povoamento, pouco depois da sua descoberta, em 1419, e quase um século antes da chegada do português ao Brasil (1500), a história social do arquipélago da Madeira é marcada pela mobilidade humana e por uma bipolarização social, com uma comunidade popular, representada pelo *vilão*, por um lado, e as elites, mais escolarizadas e que procuram fazer uso da variedade padrão do PE, e que continuam a linhagem dos parcos “homens bons” do século XV, de que fala Ernesto Gonçalves no seu texto publicado em 1958 (GONÇALVES, 1958, «Os «Homens Bons» do Concelho do Funchal em 1471», pp. 1-8, 76-82).

⁵⁹ MILROY e MILROY, 1992, «Social network and social class: Toward an integrated sociolinguistic model».

⁶⁰ No final do século XV, ainda no século do povoamento do arquipélago da Madeira, ao lado das comunidades portuguesas e daquelas provenientes de outros espaços europeus (genoveses, flamengos, franceses), estimadas entre 15 mil a 18 000 habitantes, «a comunidade de escravos, oriundos das ilhas Canárias, do norte de África e do Golfo da Guiné, chegou a atingir 2000 pessoas. A sua presença perdurou até 1733, altura em que foi proibida a importação de escravos (SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 405-409; ALBUQUERQUE e VIEIRA, 1987, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*; FERRAZ, 1971, «Povoamento e economia da ilha da Madeira no século XV»; PINTO e RODRIGUES, 1993, «Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI», pp. 403-472; VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*), como referido por BAZENGA, 2016, «Sociedades insulares e identidade: aspetos linguísticos da “madeirensidade” no Atlântico lusófono», p. 220.

- ALBUQUERQUE, Luís de e VIEIRA, Alberto, 1987, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- ALEAç – *Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores*, SARAMAGO, João (coord.), disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/projecto_aleac.php.
- ALEPG – *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza*, SARAMAGO, João (coord.), disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/projecto_alepg.php.
- ALLP – *Atlas Linguístico do Litoral Português*, VITORINO, Gabriela (coord.), disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/projecto_allp.php.
- ANDRADE, Catarina G., 2014, *Crenças, Perceção e Atitudes Linguísticas de Falantes Madeirenses*, Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais, Funchal, Universidade da Madeira.
- ARAUJO, Silvana S. de F., 2014, «Concordância verbal e formação da realidade sociolinguística brasileira», in *Cuadernos de la Alfal*, n.º 7, pp. 144-184.
- AVELAR, Juanito e CALLOU, Dinah, 2007, «Gramática e Variação no Português Brasileiro: considerações sobre ter-haver e de-em», in LOBO, COUTINHO, Maria Antónia (orgs.), *Textos Seleccionados do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 183-197.
- AVELAR, Juanito e CALLOU, Dinah, 2007, «Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais na história do português», in CASTILLO, Ataliba et. al. (orgs.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, Campinas, Pontes, pp. 375-402.
- AVELAR, Juanito e CALLOU, Dinah, 2011, «Sentenças existenciais e preenchimento de sujeito: indícios de mudança em progresso na fala culta carioca», in SILVA, Augusto Soares da, TORRES, Amadeu e GONCALVES, Miguel (orgs./eds.), *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas*, Braga, Publ. da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa / ALETHEIA – Associação Científica e Cultural, pp. 251-263.
- AVELAR, Juanito e CALLOU, Dinah, 2012, «Preservação e mudança na história do português: de possessivo a existencial», in *Madruga*, 19, 30, pp. 224-235.
- AVELAR, Juanito e GALVES, Charlotte, 2013, «Concordância locativa no português brasileiro: questões para a hipótese do contato», in MOURA, Maria Denilda e SIBALDO, Marcelo A. (eds.), *Para a história do português brasileiro*, Maceió, Edufal, pp. 103-132.
- AVELAR, Juanito, 2006, «De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro», in *Letras de Hoje*, 143, pp. 49-74.
- AVELAR, Juanito, 2006, «Gramática, competição e padrões de variação: casos com ter/haver e de/em no português brasileiro», in *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 14, n.º 2, pp. 99-143.

- BATISTA, Priscila G., 2012, *Ter e Haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre: do social ao linguístico*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- BAXTER, Alan N., 1998, «O português vernáculo do Brasil – Morfossintaxe», in PERL, Matthias e SCHWEGLER, Armin (eds.), *América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*, Frankfurt am Main, Vervuert, pp. 97-134.
- BAZENGA, Aline M., 2011, «Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português», comunicação apresentada no *III SIMELP (Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa)*, Universidade de Macau, Macau, China, disponível em https://www.researchgate.net/publication/273203640_Aspectos_do_portugues_falado_no_Funchal_e_Variedades_do_Portugues.
- BAZENGA, Aline M., 2011, «Concordância Verbal e variantes de 3.^a pessoa do plural em PE: Resultados preliminares de um estudo sociolinguístico com base numa amostra de Português Falado no Funchal», in SILVA, Augusto Soares da, TORRES, Amadeu e GONCALVES, Miguel (orgs./eds.), *Línguas Pluricêntricas. Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas*, Braga, Publ. da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa / ALETHEIA – Associação Científica e Cultural, pp. 301-318.
- BAZENGA, Aline M., 2012, «Non-dominant Ter (to have) – Existential in Spoken EP of Funchal (Madeira Island)», comunicação apresentada no *II International Conference of WGNV – Exploring Linguistic Standards in Non-dominating varieties*, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha, disponível em https://www.academia.edu/1802252/_Nondominat_TER_Existential_to_have_in_Spoken_European_Portuguese_of_Funchal_Madeira_Island_.
- BAZENGA, Aline M., 2012, «Variation in subject-verb agreement in an insular dialect of European Portuguese», in MUHR, Rudolf (ed.), *Non-dominating Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In memory of Prof. Michael Clyne*, Wien, Peter Lang, pp. 335-356.
- BAZENGA, Aline M., 2014, «Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese», comunicação apresentada no *CILC06 (6th International Conference on Corpus Linguistic)*, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, 22-24 de Maio de 2014, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273203396_Corpus_of_Madeira_island_A_Spoken_Variety_of_European_Portuguese_Linguistic_Universidad_de_Las_Palmas_de_Gran_Canaria_Spain_May_2014.
- BAZENGA, Aline M., 2015, «Concordância de terceira pessoa plural: a variedade insular do PE (Funchal)», in VIEIRA, Sílvia R. (org.), *A concordância verbal em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*, Rio de Janeiro, FAPERJ/Vermelho Marinho, pp. 74-101.

- BAZENGA, Aline M., 2016, «Sociedades insulares e identidade: aspetos linguísticos da “madeirensidade” no Atlântico lusófono», in FRANCO, José Eduardo (org.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira. Volume ante zero*, Lisboa, CLEPUL/INCM, Suplemento da *Revista Letras com Vida*, n.º 7, p. 216-225.
- BAZENGA, Aline M., 2017, «A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais numa variedade insular do PE (Funchal)», in *IV CILH – Homenagem a Ivo Castro*, FLUL, Lisboa, 17-21 de Julho de 2017, disponível em <http://ivo-cilh.lettras.ulisboa.pt/a/campus.ul.pt/4cilh/programa>. DOI: 10.13140/RG.2.2.17638.32321.
- BAZENGA, Aline M., ANDRADE, Catarina e RODRIGUES, Lorena, 2016 (no prelo), «Variantes sintáticas (padrão e não-padrão) em Português: representações sociais e atitudes linguísticas de Falantes madeirenses» in *Atas do IV CIDS (Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística)*.
- BOURDIEU, Pierre, 1986, «Habitus, Code et Codification», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 64, pp. 40-44.
- BOURDIEU, Pierre, 1996, «L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et devant la culture», in *Revue Française de Sociologie*, 7, 3, pp. 325-347.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo e VIEIRA, Silvia Rodrigues, 2012, «Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português», in *Alfa*, 56 (3), pp. 1035-1064.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo e VIEIRA, Silvia Rodrigues, 2012, «Concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística», in *Papia*, 22 (1), pp. 7-40.
- BRISSOS, Fernando, GILLIER, Raissa e SARAMAGO, João, 2016, «O problema da subdivisão dialetal madeirense: estudo dialetométrico da variação lexical», in *Textos Seleccionados. XXXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 31-47.
- BRITAIN, David, 2010, «Supralocal Regional Dialect Levelling», in LLAMAS, Carmen e WATT, Dominic (eds.), *Language and Identities*, Edinbourg, Edinbourg University Press, pp. 193-204.
- CALDEIRA, Abel Marques, 1993, *Falares da Ilha – Dicionário da Linguagem Popular Madeirense*, 2.ª ed., Funchal, Editorial Eco.
- CALLOU, Dinah e AVELAR, Juanito, 2000, «Sobre TER e HAVER em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil», in *Gragoatá*, 9, pp. 85-114.
- CALLOU, Dinah e AVELAR, Juanito, 2012, «Preservação e mudança na história do português: de possessivo a existencial», in *Matraga*, v. 19, n.º 30, pp. 224-235.

- CALLOU, Dinah e DUARTE, Maria Eugênia L., 2005, «A fixação do verbo ter em contextos existenciais», in DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel (eds.), *Textos Seleccionados – Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 149-155.
- CARDEIRA, Esperança, 2009, «Revisitando a periodização do português: o português médio», in *Domínios de Lingu@gem*, ano 3, n.º 2, pp. 103-115.
- CARRILHO, Ernestina e PEREIRA, Sandra, 2011, «Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não-padrão em Português europeu», in COSTA, Armanda, BARBOSA, Pilar e FALÉ, Isabel (eds.), *Textos seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 125-139.
- CARRILHO, Ernestina e PEREIRA, Sandra, 2013, «On the areal dimension of non-standard syntax: Evidence from a Portuguese dialect corpus», in BARYSEVICH, Alena, D'ARCY, Alexandra e HEAP, David (eds.), *Proceedings of Methods XIV (Papers from the Fourteenth International Conference on Methods on Dialectology 2011)*, Bamberger Beiträge zur englischen Sprachwissenschaft / Bamberg Studies in English Linguistics 57, pp. 69-79.
- CARRILHO, Ernestina, 2003, «Ainda a 'unidade e diversidade da língua portuguesa': a sintaxe», in CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês (eds.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*, v. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 19-41.
- CASTRO, Ivo, 2006, *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri.
- CHAMBERS, Jack K., 2004, «Dynamic Typology and Vernacular Universals», in KORTMANN, Bernd (ed.), *Dialectology Meets Typology. Dialect Grammar from a Cross-Linguistic Perspective*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, pp. 127-145.
- CHAVAGNE, Jean-Pierre, 2005, *La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*, Tese de doutoramento, Université Lumière Lyon 2, disponível em http://demeter.univ-lyon2.fr/sdx/theses/lyon2/2005/chavagne_jp.
- CINTRA, Luís Filipe, 2008, «Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses», in FRANCO, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 95-104.
- CORDIAL-SIN – *The Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects*, A. M. Martins (coord.), disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin_corpus.php.
- CORNIPS, Leonie, 2014, «Language contact, linguistic variability and the construction of local identities», in AFARLI, Tor A. e MAEHLUM, Brit (eds.), *The Sociolinguistics of Grammar*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins, pp. 67-90.

- CYRINO, Sonia M. L., 1997, *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático, e diacrônico*, Londrina, UEL.
- DUARTE, M. Eugênia L. 2003, «O sujeito expletivo e as construções existenciais», in RONCARATI, Claudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs.), *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*, São Paulo, 7 Letras, pp. 123-131.
- DUARTE, M. Eugênia L., 1986, *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*, Dissertação de Mestrado, São Paulo.
- DUARTE, M. Eugênia L., 1995, *A perda do princípio "Evite pronome" no português brasileiro*, Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ELEUTÉRIO, Silvia, 2003, *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII*, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, 1971, «Povoamento e economia da ilha da Madeira no século XV», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. 3, pp. 13-53.
- FIGUEIREDO, Maria Cristina, 2014, «Objeto nulo versus estratégias pronominais no português rural do estado da Bahia e no de Portugal», in *Revista Confluência*, n.º 46, pp. 81-114.
- FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, Esmeralda, e VIOTTI, Evani, 1998, «Sobre a gramática das sentenças impessoais com TER/HAVER», in *Delta*, 14, pp. 105-144.
- FREIRE, Gilson Costa, 2000, *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*, Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas / Língua Portuguesa, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.
- GANDRA, Ana S., 2009, «A concordância verbal no português europeu rural», in OLIVEIRA, Klebson, SOUZA, Hirão F. C. e GOMES, Luis (orgs.), *Novos Tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva*, Salvador, EDUFBA, pp. 142-161.
- GONÇALVES, Ernesto, 1958, «Os «Homens Bons» do Concelho do Funchal em 1471», in *Das Artes e da História da Madeira*, 5, 28, pp. 1-8, 76-82.
- GONÇALVES, Perpétua, 1990, *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite e RUBIO, Cássio Florêncio, 2010, «Confrontos e Contrastes entre duas variedades lusófonas no emprego da concordância verbal», in MARÇALO, M.^a João, LIMA-FERNANDES, M.^a Célia, ESTEVES, Elisa, FONSECA, M.^a Céu, GONÇALVES, Olga et al., (eds.), *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, pp. 158-179, disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/sl5/17.pdf>.

- GUY, Gregory, 1989, «On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese», in *Ponencias Presentadas en el 45 Congreso Internaciona de Americanistas: Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, pp. 226-244.
- INVERNO, Liliana, 2009, *Contact-induced restructuring of Portuguese morpho-syntax in interior Angola*, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- JON-AND, Anna, AVELAR, Juanito e LOPEZ, Laura, 2017, «Contact, variation and change in Angolan Portuguese: the case of existential constructions in Cabinda», in *Bulletin of Hispanic studies*, abstract disponível em <http://www.diva-portal.se/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1096138&dswid=-4112>.
- LABOV, William, 1972, *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- LABOV, William, 1994, *Principles of linguistic change: Internal factors*, Cambridge, MA, Blackwell.
- LABOV, William, 2001, *Principles of linguistic change: social factors*, Oxford, Blackwell.
- LABOV, William, 2003, «Some sociolinguistic principles», in PAULSTON, Christina B. e TUCKER, G. Richard (eds.), *Sociolinguistics: the essential readings*, Massachusetts, Blackwell Publishing, pp. 234-250.
- LEITE, Yonne, CALLOU, Dinah e MORAES, João, 2003, «Processos de Mudança no Português do Brasil: Variáveis Sociais», in CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês (eds.), *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 1, Lisboa, INCM, pp. 87-114.
- LUCCHESI, Dante, 2015, «A variação na concordância verbal no português popular cidade de Salvador», in *Estudos Linguísticos e literários*, n.º 52, pp. 166-204.
- LUCCHESI, Dante, BAXTER, Alan e RIBEIRO, Ilza (orgs.), 2009, *O Português Afro-Brasileiro*, Salvador, EDUFBA.
- MAIA, Clarinda A., 1986, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*, ed. 1, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARINS, Juliana E., 2013, *As repercussões da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com ter e haver no PB e no PE*, Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARTINS, Ana Maria, 2003, «Variação e Mudança no Português», in *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2002*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais & Instituto de Estudos Sociais, pp. 29-44.

- MARTINS, Ana Maria, 2009, «Subject doubling in European Portuguese dialects: The role of impersonal se», in ABOH, Enoch O., LINDEN, Elisabeth van der, QUER, Joseph e SLEEMAN, Petra (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2007*, Amsterdam & Philadelphia, John Benjamins, pp. 179-200.
- MARTINS, Ana Maria, 2016, «O Português numa perspetiva diacrónica e comparativa», in MARTINS, Ana Maria e CARRILHO, Ernestina (eds.), *Manual de linguística portuguesa*, Berlim, New York, De Gruyter, pp. 1-40.
- MATEUS, Maria Helena M., 2002, «Variação e variedades: o caso do Português», in GROSSE, Sybille e SCHÖNBERGER, Axel (eds.), *Ex Oriente lux. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*, Frankfurt am Main, Valentia, pp. 287-296.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 1989, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 1997, «Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista», in *Estudos lingüísticos e literários*, 19, pp. 253-285.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 2002, «Vitórias de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros», in MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia e FILHO, A. Venâncio (eds.), *O Português Quinhentista – Estudos Lingüísticos*, Salvador, EDUFBA/UEFS, pp. 17-28.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 2008, *O português arcaico, uma aproximação*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MENDES, Beatriz C., 1985, *Contribuição para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MILROY, James e MILROY, Lesley, 1985, «Linguistic change, social network and speaker innovation», in *J. Linguistics*, 21, pp. 339-384.
- MILROY, James e MILROY, Lesley, 1992, «Social network and social class: Toward an integrated sociolinguistic model», in *Language in Society*, 21, pp. 1-26.
- MONTGUILHOTT, Isabel, 2010, «Variação de Concordância Verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE», in *Anais do IX Encontro do CELSUL*, Palhoça, SC, 2010, Universidade do Sul de Santa Catarina.
- MOTA, Maria Antónia e VIEIRA, Sílvia Rodrigues, 2008, «Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo», in GONÇALVES, C. A. e ALMEIDA, M. L. L. (orgs.), *Língua portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*, UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas, pp. 87-113.
- MOTA, Maria Antónia et al., 2012, «A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância», in *Papia*, 22(1), pp. 161-187.

- MOTA, Maria Antónia, RODRIGUES, M. Celeste e SOALHEIRO, Elisabete, 2003, «Flexionais nos pretéritos fortes em PE falado setentrional», in CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 129-156.
- NARO, Anthony J. e SCHERRE, M. Marta, 2003, «O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate», in RONCARATI, Claudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs.), *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*, Rio de Janeiro, 7 Letras, pp. 285-302.
- NARO, Anthony J. e SCHERRE, M. Marta, 2007, *Origens do português brasileiro*, São Paulo, Parábola.
- NURC – *Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, disponível em <http://www.nurcrj.letas.ufrj.br/>.
- OLIVEIRA, Klebson e LOBO, Tania (eds.), 2009, *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*, Salvador, EDUFBA.
- PEREIRA, Sílvia Afonso, 2014, «A sintaxe na classificação dos dialetos portugueses», in *Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, APL, pp. 445-464.
- PERES, João e MÓIA, Telmo, 1995, *Áreas críticas da língua portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- PESTANA, Eduardo Antonino, 1970, *Ilha da Madeira – Estudos Madeirenses*, vol. II, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PEUL – *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, disponível em <http://www.letas.ufrj.br/peul/index.html>.
- PILLIÈRE, Linda e LEWIS, Diana, 2018, «Revisiting standardisation and variation», in *E-rea. Revue électronique d'études sur le monde anglophone*, 15.2, disponível em: <https://journals.openedition.org/erea/6391>.
- PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa Ferreira, 1993, «Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, pp. 403-472.
- Projeto Estudo comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias*, CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), disponível em <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/702-estudo-comparado-dos-padroes-de-concordancia-em-variedades-africanas-brasileiras-e-europeias>.
- RODRIGUES, Lorena e BAZENGA, Aline, 2017, «A categoria caso nos pronomes pessoais de terceira pessoa: “estou estudando ela” em perspectiva sociolinguística», in FERREIRA, António Manuel *et al.* (eds.), *Pelos mares da língua portuguesa 3*, Universidade de Aveiro, UA Editora, pp. 981-993.

- RODRIGUES, M. Celeste, 2012, «Variantes não-standard e tipo de discurso: (des)encontro de resultados», in COSTA, Armanda e DUARTE, Inês (eds.), *Nada na linguagem lhe é estranho. Estudos em homenagem a Isabel Faria*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 215-228.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2010, «Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeirensidade (1910-1926)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, pp. 210-228.
- SAMPAIO, Maria Lúcia P., 1978, *Estudo diacrônico dos verbos TER e HAVER, duas formas em concorrência*, São Paulo, Assis, disponível em <https://pt.scribd.com/document/159053795/Estudo-Diacronico-Dos-Verbos-TER-e-HAVER-Maria-Lucia-Pinheiro-Sampaio>, acedido em 10.11.2017.
- SANKOFF, David, TAGLIAMONTE, Sali A. e SMITH, Eric, 2005, *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*, Department of Linguistics, University of Toronto.
- SCHERRE, M. Marta, 2012, «Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista», in *Tabuleiro de Letras*, 4, disponível em http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo09.pdf.
- SEGURA, Maria Luísa e SARAMAGO, João, 1990, «Açores e Madeira: Autonomia e Coesão Dialectais», in FARIA, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 707-738.
- SEGURA, Maria Luísa, 1987, *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SEGURA, Maria Luísa, 2003, «Variação dialectal em território português. Conexões com o Português do Brasil», in BRANDÃO, Sílvia e MOTA, Maria Antónia (orgs.), *Análise Contrastiva de Variedades do Português. Primeiros Estudos*, Rio de Janeiro, In-Fólio, pp. 181-196.
- SEGURA, Maria Luísa, 2013, «Variedades dialetais do Português Europeu», in RAPOSO, Eduardo B. Paiva et al. (orgs.), *Gramática do Português*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 85-142.
- SILVA, António Marques da, 1953-1958, «Linguagem Popular da Madeira», in *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, jul. 1952, pp. 227-228; fev. 1953, pp. 91-92; jul. 1954, pp. 315-316; jul. 1955, pp. 324-325; jan. 1956, pp. 20-21; abr. 1956, pp. 156-157; fev. 1957, pp. 63-64 e 67; jun. 1957, pp. 271-273; jun. 1958, pp. 169-170 e 189.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1950, *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira: Alguns Subsídios para o Seu Estudo*, Funchal, Junta Geral do Funchal.

- SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal.
- TAGLIAMONTE, Sali A., 2006, *Analysing sociolinguistic variation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TARALLO, Fernando, 1993, «Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias», in ROBERTS, Ian e KATO, Mary (eds.), *Português Brasileiro, uma viagem diacrônica*, Campinas, Editora da Unicamp, pp. 35-68.
- VAREJÃO, Filomena, 2006, *Varição em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*, Dissertação de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas, 2011, *Semelhança e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*, Tese de doutorado em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras /UFRJ, Brasil.
- VIEIRA, Alberto (coord.), 2001, *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- VIEIRA, Sílvia e BRANDÃO, Sílvia, 2014, «Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português», in *Lingüística*, 30 (2), pp. 81-112.
- VIEIRA, Sílvia e BAZENGA, Aline, 2013, «Patterns of third person plural verbal agreement», in *Journal of Portuguese Linguistics*, vol.12.2, pp. 7-50.
- VIOTTI, Evani, 1988, «Uma história sobre "ter" e "haver"», in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 34, pp. 41-50.
- VIOTTI, Evani, 1999, *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*, Tese de Doutorado, USP, São Paulo.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin, 1968, «Empirical foundations for a theory of language change», in LEHMANN, Winfred P. e MALKIEL, Yakov (eds.), *Directions for historical linguistics*, Austin, University of Texas Press, pp. 97-195.

Uma Questão de Património Linguístico Madeirense: Saloia/Saloio

A Question about Linguistic Madeiran Patrimony: Saloia/Saloio

*Helena Rebelo*¹

Para Carlos Dias, uma ajuda indispensável na recolha

Resumo

No Arquipélago da Madeira, realizam-se “visitas pascais” do domingo de Páscoa ao dia do Pentecostes. A acompanhar as insígnias do Espírito Santo, vão crianças chamadas “saloias”. Em praticamente todas as paróquias em que elas participam, são meninas. Estas raparigas de tenra idade vão trajadas de modo particular. Na pesquisa concretizada em todos os concelhos, houve uns casos com rapazes. É deles que se pretende aqui falar. Serão o masculino e o feminino equivalentes? Porquê o predomínio de meninas nas visitas? Por que razão a escassez de rapazes? Em que difere a presença de ambos? Estas são algumas das interrogações a colocar, condensando-se a problemática na questão do género gramatical (masculino/feminino) do termo que desencadeou uma pesquisa no âmbito do Património Linguístico da Região Autónoma da Madeira: o uso do termo “saloia” para “menina que acompanha as insígnias do Espírito Santo”.

Palavras-chave: Arquipélago da Madeira; Visitas das Insígnias do Espírito Santo; Saloias; Saloios; Género Linguístico.

¹ Licenciada e mestre pela Universidade de Coimbra, é docente na Universidade da Madeira (helenreb@uma.pt). Realizou uma qualificação em Ciências da Educação na Universidade Aberta. Doutorou-se em Linguística Portuguesa, na Universidade da Madeira, e desenvolveu, na Universidade de Aveiro, um pós-doutoramento. Dedicou-se aos Estudos Linguísticos e à Língua Portuguesa, estando ligada ao CLLC-UA – Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro – e ao CIERL-UMa – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. É sócia da AIL – Associação Internacional de Lusitanistas – e tem participado em encontros científicos com trabalhos publicados (*vide* <http://orcid.org/0000-0002-8345-9436>).

Abstract

In the Archipelago of Madeira, “Easter visits” take place from Easter Sunday to the day of Pentecost. To accompany the insignia of the Holy Spirit, go children called “saloiias”. In practically all the parishes in which they participate, they are girls. These young girls are dressed by a special way. In the research carried out in all counties, there were cases with boys. This is what we intend to talk about here. Are the masculine and the feminine equivalent? Why the predominance of girls in the visits? Why the shortage of boys? How does the presence of both differ? These are some of the questions that are to be addressed, condensing the problematic in the question of the grammatical gender (masculine/feminine) of the term that triggered a research in the Linguistic Patrimony of the Autonomous Region of Madeira: the use of the term “saloiia” for “girl who accompanies the insignia of the Holy Spirit”.

Keywords: Archipelago of Madeira; Visits of the Insignia of the Holy Spirit; *Saloiias*; *Saloios*; Linguistic Gender.

Introdução

Quando, numa conversa quotidiana sobre a variação linguística regional na Região Autónoma da Madeira (RAM), se pergunta quantos modos de falar existem, neste espaço insular, é frequente ouvir responder aos falantes autóctones que “cada sítio tem uma maneira específica de falar”². Ao tentar delimitar a área geográfica recoberta pelo termo “sítio”, verifica-se que lhe está subjacente um nome, isto é, está sempre associado a um topónimo distinto do de “lugar” – localidade menor pertencente a um “sítio” – e “freguesia” – localidade administrativa incluída no concelho –, como se houvesse uma escala gradativa relativamente à dimensão: ENORME – concelho, MAIOR – freguesia, MÉDIA – sítio e PEQUENA – lugar³. Esta mesma subdivisão parece existir no Algarve, segundo um testemunho recolhido em 2014. Assim, a crer nesta divisão empírica das variedades regionais (dialectos/falares ou subdialectos/subfalares) defendida por quem se dedica a estudar o assunto⁴, haverá tantas variedades quantos “sítios” (localidades de média dimensão) ou quantos concelhos (áreas administrativas conjuntas de localidades e, por isso, de enorme dimensão). Sem o saberem, esta ideia é repetida no discurso de estudantes universitários ilhéus, inclusive de Artes e Humanidades, que a defendem com afinco, justificando que, por exemplo, o léxico varia consoante esses “sítios”. Porém, têm faltado estudos científicos que corroborem esta posição.

² REBELO, 2011, «A variação na variedade regional madeirense. Aplicação de um teste perceptivo».

³ REBELO, 2014, «Património Linguístico Madeirense: alguns Aspectos Lexicais, Fonéticos, Morfológicos e Sintácticos».

⁴ SILVA, 2008, «Novos Apontamentos sobre Regionalismos Madeirenses».

Ora, uma semelhante visão fragmentada da realidade linguística regional não se coaduna com os propósitos científicos evidenciados, a título exemplificativo, na proposta de Lindley Cintra para a divisão dialectal do Português. Nela, o reputado linguista de Lisboa considerou haver dois grupos de dialectos: os Setentrionais e os Centro-Meridionais. Para a RAM, numa primeira fase, defendeu que o dialecto insular – sendo, agora, difícil especificar se é o arquipélago ou a ilha maior – faria parte do conjunto Centro-Meridional, por não ter as marcas conservadores dos Setentrionais⁵. Numa segunda fase, avançou que o caso da Madeira (a ilha, uma vez que não refere o Porto Santo) era singular, isto é, original, não integrando nenhum daqueles dois grupos⁶. Possuiria, segundo o autor, um conjunto de dialectos próprios. O plural é a reter. Contudo, não identificou ou delimitou áreas, nem especificou fenómenos para estas. Aliás, isso ainda não foi concretizado, nem mesmo tendo em conta posições que propõem uma distinção entre as maneiras de falar das duas ilhas habitadas: a do Porto Santo e a da Madeira⁷. A questão tem-se mantido.

1. Uma Proposta de Divisão em Áreas Linguísticas

A inexistência de dados substanciais que permitam esboçar uma resposta definitiva permitiu que se avançasse com uma proposta baseada em critérios históricos e geográficos. Relativamente aos primeiros, separaram-se as três capitanias: por um lado, a capitania de Bartolomeu Perestrelo (= cap. BP) para o Porto Santo e, por outro, a capitania de Tristão Vaz Teixeira (= cap. TVT) e a de Gonçalves Zarco (= cap. GZ), porque estas correspondem, sensivelmente, à separação entre Norte e Sul para a ilha da Madeira. Quanto, explicitamente, aos geográficos, opera-se com a divisão entre Norte e Sul para a pequena ilha do Porto Santo e a de Este/Oeste, com zona de fronteira no eixo Ribeira Brava – concelho integrado na parte Sudoeste – e São Vicente – concelho incluído na zona noroeste – para a ilha da Madeira. Esta divisão – baseada em ambos os critérios – é a que se tem vindo a testar (cf. Figura n.º 1).

⁵ CUNHA e CINTRA, 1995, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

⁶ CINTRA, 2008, «Os Dialectos da Ilha da Madeira no Quadro Geral dos Dialectos Galego-Portugueses».

⁷ Vide ROGERS, 1946, «Insular Portuguese Pronunciation: 1 – Madeira» e 1948, «Insular Portuguese Pronunciation: 2 – Porto Santo and Eastern Azores» ou MONTEIRO, 1950, «Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica».

Figura n.º 1 – Proposta de Divisão do Arquipélago em Áreas Linguísticas a testar, segundo Critérios Históricos e Geográficos

Ilha da Madeira				Ilha do Porto Santo	
Cap. TVT	Noroeste	Nordeste		Cap. BP	Norte
Cap. GZ	Sudoeste	Sudeste			Sul

É essencialmente no âmbito do AMPER⁸ que esta proposta tem sido estudada, embora, nela, o Funchal seja considerado como um caso à parte por, *grosso modo*, o “grande Funchal” congregar metade da população regional. A ideia de subdividir o Porto Santo – pese embora a sua reduzida dimensão – realça a diferença de acessibilidade ao centro – a, presentemente, chamada “cidade Vila Baleira” – pelas populações: as mais isoladas do Norte (Camacha, Serra de Fora, etc.) e as menos isoladas do Sul (Campo de Baixo, Lapeira, Vila, etc.). O facto de dividir primeiro o território para testar, posteriormente, a variação linguística em áreas deveu-se à observação *in loco* da realidade arquipelágica. Esta é difícil para quem não tem meio de transporte próprio, ainda no século XXI, apesar de a mobilidade humana ser mais frequente do que há alguns anos, tornando-se uma constante e estando amplamente facilitada. No entanto, continua bastante diminuta para a população envelhecida, que permanece na sua “terra” (seja “lugar”, “sítio” ou “freguesia”), sendo, obviamente, dela representativa a nível linguístico e não só. A fraca mobilidade da população idosa é uma mais-valia para os Estudos Linguísticos e torna-se indispensável tirar dela partido porque tende a esvanecer-se com o desaparecimento das pessoas idosas.

Na procura de uma resposta consistente para saber até que ponto existem áreas linguísticas no arquipélago, com a possibilidade de traçar isoglossas, propõe-se partir do estudo do Património Linguístico. Centra-se a investigação no património ligado à tradição cultural imaterial das chamadas “saloiias do Espírito Santo”, ou seja, no próprio termo “saloiia”, amplamente em uso a nível regional. Esboça-se uma proposta, já que se defende que o estudo deste fenómeno da cultura tradicional religiosa existente em todos os concelhos da RAM poderá propiciar um fundamento em que radique uma divisão geolinguística.

⁸ MOUTINHO, AMPER – *Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico*, disponível em <http://www.varialing.eu/>.

2. “As Corridas do Espírito Santo”

A tradição das conhecidas, a nível nacional, como “visitas pascais” é ancestral no Arquipélago da Madeira, mas existe, sob outros moldes, em diversos pontos lusófonos, nomeadamente no Continente Português e também no Arquipélago dos Açores ou no Brasil, pelo que se sabe até ao momento. Trata-se de uma vivência pascal-pentecostal conhecida no plano regional como as “visitas do Espírito Santo” ou as “corridas do Espírito Santo”. No território madeirense, a tradição tem-se mantido em praticamente todas as paróquias, salvo, como observado *in loco*, numa ou noutra, sobretudo as mais citadinas, em que as populações já não convivem e há um desconhecimento da vizinhança. Porém, a sua não realização sucede igualmente em algumas localidades rurais, visto que pode acontecer apenas num domingo e não em todos os do período pascal. Além disso, por exemplo em alguns “sítios” do Jardim da Serra, os organizadores das visitas decidem levar ou não “saloias”, mas, na maioria dos casos desta freguesia, elas não vão a acompanhar as insígnias, podendo o sacerdote estar presente (Fotografias n.º 1 e n.º 2). No caso da Camacha, a título exemplificativo, as saloias apenas participam numa ou noutra ocasião das visitas como quando percorrem o comércio situado no centro da localidade (Fotografia n.º 3). Contudo, habitualmente, não seguem com as insígnias, embora possam estar nas visitas de alguns “sítios”.

Fotografia n.º 1 – Visita do Espírito Santo, no Jardim da Serra, com o sacerdote, mas sem saloias, 2018



Fonte: Fotografia da autora.

Fotografia n.º 2 – Visita do Espírito Santo, no Jardim da Serra, sem sacerdote ou saloias, 2018



Fonte: Fotografia da autora.

Fotografia n.º 3 – Visita do Espírito Santo ao comércio do centro da Camacha com a participação das saloias, 2018



Fonte: Fotografia da autora.

Como é compreensível, essencialmente o “campo” (localidades fora do Funchal e também do centro de Machico) regista esta tradição religiosa. Decorre desde o domingo de Páscoa até ao dia de Pentecostes, podendo realizar-se em todos os domingos deste período ou apenas em alguns, como ficou expresso. Isto vai depender do número de casas a visitar. Se houver muitas, maior será o número de domingos com visitas. Porém, se o número for reduzido, menos domingos serão

necessários. Andar à procura das visitas em diversas localidades é uma aventura sem igual, não se sabendo se se realizam ou não. Talvez a criação de roteiros religiosos diocesanos ajudasse, neste pormenor, a manter viva a tradição, dando-lhe maior visibilidade. Poderia mesmo tornar-se um chamariz para as populações vizinhas, o que, segundo alguns relatos, aconteceria no passado, formando-se como que um cortejo com a multidão que acorria à visita. É corrente na imprensa regional do século XIX, registando-se igualmente algumas nos séculos XX e nos primórdios do XXI, encontrar notícias relacionadas com as festividades do Espírito Santo. Por enquanto, os melhores informadores continuam a ser as populações que sabem por “onde anda o Espírito Santo”. Há quem, no passado, se lembre de estas visitas se realizarem durante os restantes dias da semana, não sendo as visitas exclusivamente dominicais, e crê-se que isso se devia à quantidade elevada de casas por onde as insígnias deviam passar.

Observadas na sua globalidade estas festividades, provavelmente, um dos elementos mais característicos e marcantes da tradição no Arquipélago da Madeira é a presença das crianças a que a população dá o nome de “saloias”. São meninas trajadas de um modo específico. Elas vão acompanhando os adultos com os seus cestos enfeitados. Eles transportam uma coroa “do império do Espírito Santo” (ou uma salva), uma bandeira e um pendão, podendo haver, igualmente, uma cruz ou um crucifixo. A questão que tem motivado a investigação em curso no âmbito do Património Linguístico é a de compreender a razão de ser do nome “saloia” atribuído à criança, uma menina, numa faixa etária pré-adolescente, neste contexto religioso católico: acompanhando as insígnias do Espírito Santo. Porquê este nome? De onde vem? O que o originou? Que relação existe entre o culto ao “Divino Espírito Santo” e a presença de saloias (uma particularidade madeirense, até prova em contrário) nas visitas pascais-pentecostais? Sendo o tema demasiado amplo, vai importar centrar a questão. Importa, agora, pelas razões expostas, a diferença entre “saloio” e “saloia”. Haverá apenas “saloias” a acompanhar as insígnias do Espírito Santo ou também haverá “saloios”? Que presença predomina nas visitas pascais? Haverá diferenças entre eles?

É indubitável que, para a Igreja Católica, a Páscoa é uma festividade mais significativa e central do que a do Natal. Todavia, a vivência do povo madeirense revela que a “Festa” é essencialmente o Natal. Então, como explicar a azáfama que a Páscoa provoca nos lares, em todos os concelhos, incluindo no do Funchal? É nesta altura, marcada pelo sol e o florescer primaveril, que se limpa a casa em profundidade e se prepara um espaço específico para pôr a mesa com comeres e beberes que vão receber o “Divino Espírito Santo”, quando (e se) se abre a porta à visita. A diferença estará neste ponto: enquanto no Natal as celebrações acontecem nas igrejas, da Páscoa ao Pentecostes, a celebração vai de casa em casa, recebendo cada família a presença divina, se é possível dizer assim. As visitas

das insígnias do Espírito Santo têm realmente um cunho local porque em cada paróquia os “sítios” (como ficou explícito: é a povoação mais pequena do que a freguesia, mas maior do que os “lugares” que integra) organizam-se e sabem quem recebe e em que dia está programada esta ilustre visita. É certo que a espera pode ser longa, podendo demorar mais numa casa do que noutra, uma vez que, em cada lar, há uma situação particular: viuvez, doença, emigração, etc. Porém, a população local sabe, desde a missa dominical da manhã, de onde partiu e quem leva as insígnias (sendo a tarefa da responsabilidade dos “festeiros”, isto é, mordomos), além de conhecer o percurso que vai realizar. “Ou vai de cima para baixo ou de baixo para cima: depende dos anos” – esta foi a explicação facultada por uma idosa do Jardim da Serra. Em Santana, houve quem dissesse que “a corrida do Espírito Santo” andava, naquele domingo, em determinado local porque, no anterior, tinha sido noutra. Procurar o ponto preciso com a finalidade de observar a manifestação, para quem vem de fora, não é tarefa evidente porque nada de exteriormente significativo indica a sua realização, embora o cantar e a música, quando existentes, possam ser indícios da sua passagem, bem como as pétalas de flores, maioritariamente de rosas, que se vão encontrando pelo chão ou, em algumas localidades, as luzes exteriores acesas das casas que aguardam a visita para a iluminar, assinalando o caminho.

Pensar no vocábulo “corrida” leva a considerar vários tópicos, nomeadamente estes três: a rapidez da visita, o percurso a fazer (desde o ponto de partida ao ponto de chegada, que é, normalmente, a igreja paroquial) e o movimento, ou seja, o andamento. Quanto a este último, por regra, a visita faz-se a pé (como no Continente, onde, em muitos locais, é designada como “compasso”). Porém, localidades da RAM há em que o relevo obriga ao uso de carros, sobretudo carrinhas de “caixa aberta”, como na localidade da Santa, onde, em 2018, a esposa de um dos homens que levavam as insígnias aguardava no carro para conduzir os membros da visita de um local para outro (Fotografia n.º 4). Na paróquia da Ponta Delgada, em 2017, também sucedeu que uma carrinha conduzisse todos os elementos ligados à visita até um ponto cimeiro de onde iam começar a descer, para, depois, todos seguirem a pé. Frequentemente, uma das “desculpas” dadas para a utilização deste meio de locomoção é o facto de as crianças terem alguma dificuldade em percorrer um relevo acidentado – com muitas subidas e descidas íngremes – como é tão característico no relevo madeirense. Aliás, esse foi o argumento ouvido na Camacha, tanto em 2017, como em 2018, para que as saloias não acompanhassem, em muitas localidades, as visitas, se bem que, no Curral das Freiras, onde o relevo consegue ser mais acidentado, as saloias estão presentes e caminham com as insígnias. Todavia, no dia do Cortejo do Pão, na Camacha, nas próprias ruas da localidade mais ou menos planas, mesmo havendo veículos automóveis, as saloias integram, a pé, o cortejo, embora também possam ser transportadas.

Fotografia n.º 4 – Na Localidade da Santa, em 2018, é usada uma carrinha



Fonte: Fotografia da autora.

Fotografia n.º 5 – Na Camacha, no Cortejo do Pão, há automóveis, mas as saloias vão a pé, 2018



Fonte: Fotografia da autora.

3. A Tradição das Saloias no Arquipélago da Madeira

Não se sabe desde quando existe a tradição das saloias associada à festividade do Espírito Santo no Arquipélago da Madeira. Como real tradição que é, a sua origem, assim como a sua causa ou a explicação para a sua razão de ser, perdeu-se na memória da comunidade com o passar do tempo. Também se desconhece quem lhe deu origem, ou seja, quem fez com que houvesse saloias aquando das visitas das insígnias. A reconstrução que se empreende a partir do que se conhece no presente,

pelas vivências que se recolheram, leva a afirmar que é uma tradição regional com manifestações locais específicas, assumindo contornos próprios nas diversas paróquias onde é perpetuada no presente.

O que em comum têm as várias saloias é o facto de existirem em todo o arquipélago, sendo, nos diferentes locais, designadas e conhecidas por “saloiias”. Ao nome associa-se o traje e há mais alguns pormenores a ter em conta, como os acessórios (nomeadamente o cesto de vime enfeitado, as pétalas de flores que vão distribuindo, entre outros pormenores). Elas são escolhidas por alguém da paróquia responsabilizado para o efeito. Muitas vezes, é também essa pessoa que as ensaia e distribui os trajes que podem, ou não, ser guardados nas sacristias. O processo de preparação das saloias do ano requer alguns cuidados e elas têm de estar prontas no domingo de Páscoa, já que nesse dia principia o seu aparecimento público. Em muitas localidades, participam, inclusive, nas procissões dessa data e, ocasionalmente, a sua marcante presença pode ver-se até à grande procissão do Corpo de Deus, no Funchal. Todavia, o número de saloias é aí insignificante e crê-se que seria interessante ver reunidos todos (ou pelo menos alguns) os membros das “visitas do Espírito Santo” da diocese, de que, evidentemente, não se pode esquecer o Porto Santo, onde esta manifestação religiosa se mantém viva nas paróquias, com algumas diferenças. Na procissão pascal em Santana, além dos membros das confrarias, seguem as insígnias do Espírito Santo, incluindo as saloias (cf. Fotografia n.º 6). Curiosamente, com elas, vão igualmente uns jovens rapazes (cf. Fotografias n.º 6 e n.º 7) que poderiam parecer “saloiios”, mas, a acreditar nas informações das populações, não o serão, como se explicará à frente.

Fotografia n.º 6 – Procissão do Dia de Páscoa de 2018, em Santana, com elementos das visitas das insígnias do Espírito Santo



Fonte: Fotografia da autora.

Fotografia n.º 7 – Na Procissão Pascal (Santana, 2018), participam rapazes trajados com vestimentas das mesmas cores usadas pelas saloias



Fonte: Fotografia da autora.

Presume-se que a tradição das saloias tenha vindo com os primeiros povoadores. Sendo os territórios insulares pertença do Infante D. Henrique e estando ele ligado à Ordem de Cristo, deduz-se que todos estes elementos constituem partes de um mesmo puzzle. Esta ordem religiosa portuguesa fundada por D. Dinis – após a extinção papal da Ordem dos Templários em todo o mundo cristão – tinha como símbolo duas cruzes sobrepostas que foram acompanhando as caravelas dos Descobrimientos: a vermelha era a dos Templários e a branca (uma cruz grega) central indicava que os religiosos portugueses eram inocentes. Aliás, este símbolo católico permanece, ainda hoje, nas bandeiras dos arquipélagos portugueses. Estas duas cores estão repletas de simbolismo e reencontram-se nos trajes brancos e vermelhos das saloias madeirenses. As que vestem como “viloas” e “camacheiras”, ou seja, camponesas, ainda hoje presentes nos grupos de folclore da ilha da Madeira, não correspondem, crê-se, à tradição inicial das saloias, tendo, no entanto, esta dualidade de traje uma explicação que não importa desenvolver aqui.

É preciso lembrar que, segundo a tradição popular portuguesa, a esposa de D. Dinis, a rainha Santa Isabel, está na origem das festividades do Espírito Santo em Portugal. Além disso, é indispensável recordar ainda que Alenquer, na zona limítrofe de Lisboa designada desde a época medieval como “saloia”, foi terra por onde Isabel passou e que a celebração do Espírito Santo é, aí, uma vivência antiga. O território a

norte da capital portuguesa recebeu esse nome porque era povoado essencialmente por “saloios”, isto é, camponeses que iam vender os seus produtos a Lisboa. Neles, estaria incluído o pão. Os dicionários indicam que “saloio” tem origem num termo árabe que significava originalmente “habitante do deserto” para vir a significar “habitante do campo”⁹. Esta área saloia é vasta e estende-se do norte de Lisboa até sensivelmente Leiria, integrando povoações como Alenquer (onde supostamente com a rainha Santa Isabel terá sido celebrada a primeira festividade em honra do Espírito Santo), Tomar (que mantém viva a tradição da Festa dos Tabuleiros dedicada ao Espírito Santo) e Fátima que é um santuário mariano, em que a última basílica a ser construída é dedicada à Santíssima Trindade, de que o Espírito Santo é a Terceira Pessoa. Além do mais, a contemplação da paisagem dessa região deixa ver alguns moinhos, significando que era mesmo uma zona em que o pão era um elemento essencial. Embora isso seja verdade para todo o território português, em que o pão (de trigo, centeio, etc.) foi e continua a ser um alimento elementar da dieta das populações. A moleira podia não ser padeira, mas também poderia conciliar as duas funções ou, então, elas eram distribuídas pelos membros da família. Não seria de estranhar que a mãe ficasse no moinho ou preparasse o pão para as filhas irem vender por diversas localidades. Não será por acaso que, em Tomar, sede da Ordem de Cristo, localidade saloia igualmente ligada à festividade do Espírito Santo, como se sublinhou, as jovens nabantinas levam à cabeça, na procissão do dia da festa que vai até à Misericórdia da cidade, um cesto chamado “tabuleiro”, enfeitado com flores e fitas, do tamanho delas com pão para doar aos mais necessitados. Recorde-se que muitas destas jovens combinam o branco com o vermelho nas fitas e no traje.

Por todas estas interligações que a temática suscita, e uma vez que o arquipélago madeirense foi, religiosamente, orientado pela Ordem de Cristo, enquanto não teve diocese própria – por sinal a maior, quando foi constituída, já que incluía as “novas terras” do “novo mundo” –, considera-se que as saloias madeirenses (assim como as jovens nabantinas com os seus cestos de pão) são uma reminiscência das padeiras da zona saloia. Sublinhe-se que a festa do Espírito Santo está ligada à partilha do pão e que faria sentido que ele fosse distribuído por quem fazia desse trabalho a sua vida. Aliás, o chamado “pão saloio” pode ser o comprovativo disso mesmo, não sendo uma associação linguística fortuita, ou seja, arbitrária, no sentido saussuriano do que é para Ferdinand de Saussure a “arbitrariedade do signo linguístico”.

⁹ Cf. HOUAISS e VILLAR, 2001, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.

4. Saloia/Saloio: Dois Vocábulo Distintos

A pesquisa linguística suscitada pela singularidade de associar o termo “saloia” à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, levou a considerar que o vocábulo, enquanto masculino, e entre outros sentidos que foi ganhando, representa um etnónimo, designativo da população de origem árabe que se terá instalado durante o período da Reconquista Cristã na zona limítrofe da capital, a norte de Lisboa e a sul de Leiria, passando, como se disse, esta região a ser identificada como a zona “saloia”, isto é, dos “saloios”. Segundo a etimologia da dicionarística portuguesa, “saloio” significa “habitante do deserto”, tendo derivado para “habitante do campo”.

O tema das “saloias” é vasto e, na impossibilidade de abordar esta temática no seu todo, considera-se unicamente a questão linguística do masculino “saloio” e do feminino “saloia” (no singular, mas recebendo igualmente o plural: “saloios”/“saloias”). Poderia pensar-se que “saloia” é o feminino de “saloio”, mas no arquipélago madeirense, com o uso de “saloia” no âmbito religioso, verifica-se que não é assim.

Os dicionários de Língua Portuguesa têm a entrada “saloio” com diversos sentidos. No entanto, nenhum regista a especificidade de sentido atribuída ao feminino “saloia”, próprio da RAM e presente em vocabulários, como o de Abel Marques Caldeira¹⁰, que não regista o masculino. Nos dicionários, encontra-se a entrada “saloio”, equivalendo-lhe um feminino que não ocorre como entrada dicionarística, já que estas obras apenas registam, pelos dois, o masculino. Por exemplo, o dicionário de Língua Portuguesa conhecido como “Houaiss”¹¹ indica a primeira ocorrência do termo em 1629 (atribuindo-a a Miguel Leitão de Andrade em *Miscelânea do Sítio [curioso!] de N. S.ª da Luz do Pedrógão Grande*) e faculta a seguinte definição de “saloio”, de que se retêm os sentidos 1, 2, 3 e 4:

- adjetivo: «1 que é dos arredores de Lisboa, a norte do Tejo, dos seus habitantes, ou que lhes diz respeito Ex.: a região s. abastecia a capital de produtos frescos 2 diz-se de certo pão feito de uma variedade de trigo durázio cultivada nos arrabaldes de Lisboa»;
- adjetivo e substantivo masculino: «3 diz-se de ou homem do campo das cercanias de Lisboa Ex.: <gente s.> <um s. da gema> 4 diz-se de ou camponês, aldeão, indivíduo rústico Ex.: <aparência s.> <um típico s. de Odrinhas> 5 Uso: pejorativo. diz-se de ou indivíduo que revela falta de civilidade, de traquejo social ou de bom gosto Ex.: <modos s.> <não passar de um s.> 6 Uso: pejorativo. diz-se de ou indivíduo que procede com manha ou velhacaria Ex.: <fazer-se de s.> <ser um s. em matéria de ladinice>».

A nível etimológico, este dicionário assinala uma origem árabe, apontando para um uso medieval da época de D. Dinis. Todavia, o registo da primeira ocorrência é do século XVII:

¹⁰ CALDEIRA, 1993, *Falares da Ilha*.

¹¹ HOUAISS e VILLAR, 2001, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*.

«ár. *Sahrawíí* através do ár. vulg. *Sahróí* 'habitante do deserto'; esta passagem é bastante elucidativa sobre o voc. *saloio* e seu uso: "[...] deixando el-Rei D. Afonso Henriques ficar no termo de Lisboa os mouros, em suas fazendas e lugares com obrigação de pagar o mesmo que aos seus reis mouros, a estes chamavam saloios [...].»

Observa-se que este processo não é idêntico ao das entradas dos vocabulários regionais porque alguns possuem a entrada "saloia", a que não corresponde um masculino. Veja-se, a título ilustrativo, *Falares da Ilha* de Abel Marques Caldeira:

«Salôia – Criança que, envergando o traje regional, acompanha as insígnias do Espírito Santo nos peditórios para a respectiva festa, cantando hinos, acompanhados duma orquestra. – E' vou acompanhar o Divino Espírito Santo, de saloia.»

Aliás, evidencia-se que prevalece o uso do feminino sobre o masculino em todo o arquipélago porque, ao feminino, se associa um sentido linguístico regional que não possui o termo "saloio" no uso português comum como ficou comprovado. Por conseguinte, a fim de dar a conhecer o tema, aborda-se, sumariamente, a distinção entre "saloia" e "saloio", quanto à vivência festiva do Espírito Santo no território arquipelágico madeirense.

O trabalho de campo que se tem desenvolvido nos diversos concelhos da RAM para recolher informações sobre a tradição das saloias do Espírito Santo tem evidenciado o uso recorrente do feminino no sentido de "menina trajada de modo específico que acompanha as insígnias do Espírito Santo" (cf. Figura n.º 2). Está comprovado que a população usa o termo nesse sentido em todos os lados por onde decorreu a recolha de dados, isto é, os 11 concelhos da RAM. Frequentemente, o uso até inclui uma síncope com a supressão da primeira vogal, ficando "s'loia". Este fenómeno fonético está, sobretudo, mas não só, presente nos falantes mais idosos, em todas as seis áreas histórico-geográficas pré-definidas, não se distinguindo em nenhuma delas a nível linguístico quanto ao uso do termo (cf. Figura n.º 2).

Figura n.º 2 – Uso de "Saloia" (do Espírito Santo) nas Áreas Linguísticas a testar, tendo Fronteiras Histórico-Geográficas

Ilha da Madeira		Ilha do Porto Santo	
Cap. TVT	Noroeste "saloia"	Nordeste "saloia"	Cap. BP
Cap. GZ	Sudoeste "saloia"	Sudeste "saloia"	Norte "saloia"
			Sul "saloia"

Quando se pergunta pelo masculino, as respostas vão variando (cf. Figura n.º 3). Isso resulta, decerto, das manifestações vivenciais da tradição.

Figura n.º 3 – Uso de “Saloio” (do Espírito Santo) nas Áreas Linguísticas a testar com base numa Divisão Histórico-Geográfica

Ilha da Madeira			Ilha do Porto Santo Cap. BP
Cap. TVT	Noroeste X	Nordeste X (saloio?)	Norte X
Cap. GZ	Sudoeste X	Sudeste “saloio”	Sul X

Os únicos locais onde se encontraram rapazes trajados de modo específico e coincidente com o das saloias foi em Santana, na procissão do dia de Páscoa, em Câmara de Lobos, no dia de Pentecostes, a acompanhar as insígnias do Espírito Santo na visita aos barcos (na realidade, um passeio marítimo) e, embora com traje diverso, na Assomada, aquando da própria visita. Vejam-se os três casos.

Em Santana, comprovou-se numa visita das insígnias num domingo de 2018, que dos três rapazes presentes, dois não levavam o traje da procissão (cf. Fotografias n.º 6 e n.º 7), mas vão como acólitos, sendo conhecidos e identificados, por vezes, como os “meninos da água benta” e o terceiro, embora se revista do traje, é igualmente associado à água benta (cf. Fotografias n.º 8 e n.º 9). Não se entende a diferença, mas também não se obteve resposta para a explicar. Fica, porém, o registo, para se vir, ou não, a comprovar a existência de “saloios” com as mesmas tarefas que as “saloias do Espírito Santo”.

Fotografia n.º 8 – Os rapazes não são tidos como “saloios”, mas como “meninos da água benta” (Santana, 2018)



Fonte: Fotografia da autora.

Fotografia n.º 9 – Em Santana (2018), numa visita das insígnias, segue um rapaz trajado e dois vestidos de acólitos, estando os três associados à água benta



Fonte: Fotografia da autora.

Em muitas paróquias, as insígnias são acompanhadas por acólitos, já que as casas e os barcos são benzidos, sendo abençoados. Por exemplo, isso aconteceu na Lombada dos Marinheiros. Operando, aí, os próprios jovens uma distinção clara entre eles e as saloias, apresentaram uma explicação do género de “nós fazemos isto e elas [as saloias] fazem aquilo” (cf. Fotografias n.º 10 e n.º 11).

Fotografia n.º 10 – Acólitos e saloias (Lombada dos Marinheiros, 2018)



Fonte: Fotografia da autora.

Fotografia n.º 11 – Visita do Espírito Santo na Lombada dos Marinheiros (2018)
com acólitos e saloias



Fonte: Fotografia da autora.

Em Câmara de Lobos, observou-se a existência de um rapaz que foi identificado como “saloio”. Porém, curiosamente, não entrou no cortejo que chegou à igreja para a celebração da missa campal do dia de Pentecostes, em 2017. A sua presença foi posterior (cf. Fotografia n.º 12), já a caminho do porto para o passeio dos barcos que tinham sido abençoados. Ficou por esclarecer o papel e a história do “saloio” em Câmara de Lobos porque não se conseguiram recolher informações que validassem qualquer interpretação para a sua presença. Porém, o termo “saloio” para o identificar foi ouvido.

Fotografia n.º 12 – As Insignias do Espírito Santo com as saloias e o saloio, Câmara de Lobos, 2017



Fonte: Fotografia cedida por Carlos Dias.

Na Assomada, embora o rapaz seja, simultaneamente, o acólito, a designação de “saloio”, tendo sido induzida pela pergunta para saber o que ele representava e porque estava trajado daquela maneira, foi usada como resposta. O masculino surgiu, então, numa sugestão por analogia com “saloia” porque, na prática, ele é, realmente, o “rapaz que leva a água benta”. Além disso, é ele quem vai, muitas vezes, à frente na visita, seguindo-o as insígnias.

Fotografia n.º 13 – Saloio e saloia da Assomada (2017), com as insígnias do Espírito Santo



Fonte: Fotografia da autora.

O traje masculino acastanhado e o vermelho com riscas da saloia fazem lembrar umas vestimentas típicas do folclore regional. Isso coloca questões como a de saber se a tradição das saloias é do domínio do folclore ou não. Defende-se que não o é em toda a RAM pelo seu valor religioso e pela dimensão de sagrado que comporta. Não se desenvolve nestas linhas, como ficou expresso, tendo sido abordado num outro artigo que aguarda publicação.

Fotografia n.º 14 – Saloio da Assomada, 2017



Fonte: Fotografia da autora.

Em síntese, de toda a recolha, há apenas usos para o masculino “saloio” aplicado no mesmo sentido de “saloia do Espírito Santo” em duas localidades da Costa Sul, na parte este da ilha da Madeira (cf. Figura n.º 3, o “X” significa inexistência da ocorrência): na Assomada (recolhido mais propriamente nos Moinhos), ou seja, na freguesia do Caniço, no concelho de Santa Cruz, e em Câmara de Lobos, onde se observou no centro e no porto. O caso de Santana difere um pouco dos dois anteriores porque, embora o traje indicie semelhanças com as “saloias”, o termo “saloio” não foi assumido para o designar. Assinala-se, no entanto, essa possibilidade com um ponto de interrogação (cf. Figura n.º 3), precisando o assunto de ter algum aprofundamento com mais recolhas para compreender o fenómeno dos trajes e das representações que não parecem ter consequências linguísticas. Nas localidades regionais em que se recolheram materiais, os rapazes participam nas visitas, sendo definidos como “acólitos” e não como “saloios”. Aliás, a própria vestimenta o reforça.

A Figura n.º 3 revela, no entanto, existir alguma diferença entre as áreas estabelecidas, parecendo concentrar-se o uso do masculino na vertente este da ilha da Madeira. Pode isto significar que a tradição das saloias está a ser alterada, fazendo com que os rapazes participem nas visitas ao mesmo nível que as raparigas, assumindo o mesmo papel? É provável que assim seja, embora não se tenham dados palpáveis

para o afirmar. Sabe-se que as tradições mudam, adaptando-se às circunstâncias da vida e dos tempos, embora, por serem o que são (tradições), mantenham elementos constantes que as permitem identificar e reconhecer. Na que se está a estudar, o que é certo é que as saloias predominam em comparação com os saloios porque eles correspondem a um número demasiado reduzido para ser significativo.

Conclusão

As visitas das insígnias do Espírito Santo percorrem as localidades de pequena e média dimensão do arquipélago, organizando-se nas paróquias com os “festeiros” responsáveis pela gestão do evento festivo. Seguem com a coroa ou a salva, o pendão e a bandeira, podendo também haver uma cruz ou um crucifixo. A acompanhar podem ir músicos e saloias. Às vezes, vai também um rapaz ou vão vários. Estes são tidos como os acólitos, por levarem a caldeirinha de água benta. Há, no entanto, outros que parecem não ter essa função, distinguindo-se deles.

Se se compararem as Figuras n.º 2 e n.º 3, verifica-se que o termo “salovia” (“s’loia”) está amplamente em uso em toda a RAM, não se distinguindo de qualquer forma em nenhuma das áreas pré-definidas, o que revela alguma homogeneidade e, por conseguinte, uma falta de variação linguística. O facto poderá evidenciar uma uniformização linguística (lexical, neste caso, por se tratar de um vocábulo), reconhecendo-se todo o território como apenas uma área. Evidentemente, este simples dado é insuficiente para validar categoricamente esta observação que precisa de mais argumentos, apesar de ser um ponto de partida. A continuação no procedimento com todos os vocábulos ligados às saloias (peças dos traje e adornos) ajudará, decerto, neste processo. De momento, para um provável correspondente masculino (“saloiio”), verifica-se que é pouco empregue e apenas se recolheu enquanto tal em duas localidades com visitas pascais: ambas na área sudeste. O fenómeno linguístico apresenta-se, por conseguinte, como insignificante. Contudo, merece atenção porque pode ser uma alteração à tradição, com repercussões linguísticas evidentes.

Se se multiplicarem os “saloiios do Espírito Santo”, deixará de fazer sentido propor uma entrada dicionarística no feminino, sendo preferível adicionar uma acepção à de “saloiio”. Se tal não suceder e se verificar que o “saloiio do Espírito” é uma novidade da ancestral tradição identitária feminina, continua o vocábulo “salovia”, no sentido dos vocabulários regionais madeirenses, a merecer honras de entrada de dicionário de Língua Portuguesa. Distancia-se o feminino do masculino, não sendo correspondentes por, neste pormenor, prevalecer “salovia” em detrimento de “saloiio”. Será, crê-se,

indispensável diferenciar “saloio-saloia” (etnónimo com extensão de sentido, incluindo valores pejorativos) de “saloia” (do Espírito Santo), que assume, enquanto regionalismo madeirense, contornos valorativos extremamente positivos.

Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, Abel Marques, 1993, *Falares da ilha. (Pequeno) Dicionário da linguagem popular madeirense*, Funchal, Eco do Funchal, com coordenação de José Abel Caldeira.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 2008, «Os Dialectos da Ilha da Madeira no Quadro Geral dos Dialectos Galego-Portugueses», 26-12-1990, texto manuscrito, apresentado por João David Pinto Correia, no II Congresso de Cultura Madeirense, no Funchal, e transcrito, com algumas alterações, sob o título «Os Dialectos da Ilha da Madeira no Quadro dos Dialectos Galego-Portugueses», in FRANCO, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense. Temas e problemas*, Campo das Letras, pp. 95-104.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley, 1995, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles, 2001, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, Rio de Janeiro, Objetiva.
- MONTEIRO (DOS SANTOS COSTA), Maria de Lourdes Oliveira, 1950, «Porto Santo. Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica», separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, Editora Casa do Castelo e in *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, tomo II, 1947, pp. 340-390 / vol. II, tomo I, 1948, pp. 28-92 / vol. III, 1949, pp. 90-151.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro (coord.), *AMPER – Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico*, disponível em <http://www.varialing.eu/>.
- REBELO, Helena, 2011, «A variação na variedade regional madeirense. Aplicação de um teste perceptivo», in REBELO, Helena (coord.), *Lusofonia: tempo de reciprocidades, Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Agosto de 2008, vol. I, pp. 149-160.
- REBELO, Helena, 2014, «Património Linguístico Madeirense: alguns Aspectos Lexicais, Fonéticos, Morfológicos e Sintácticos», in DIOS, Ángel Marcos (ed.), *Língua Portuguesa, Estudos Lingüísticos*, vol. II, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 627-647.
- ROGERS, Francis Millet, 1946, «Insular Portuguese Pronunciation: 1 – Madeira», in *Hispania Review*, U.S.A., vol. XIV, pp. 235-253.

- ROGERS, Francis Millet, 1948, «Insular Portuguese Pronunciation: 2 – Porto Santo and Eastern Azores», in *Hispania Review*, Pennsylvania, Lancaster Press, vol. XVI, pp. 1-32.
- SILVA, António Carvalho da, 2008, «Novos Apontamentos sobre Regionalismos Madeirenses», in *Islenha*, n.º 42, jan-jun. 2008, pp. 62-78.

A Lírica Madeirense Contemporânea: Folheando os Cadernos de Poesia que a têm registado (1952-2016)

Contemporary Madeiran Lyric: Browsing through the Poetry Journals that have been collecting it (1952-2016)

*Thierry Proença dos Santos*¹

Resumo

Considera-se neste artigo a poesia madeirense contemporânea, à luz dos coletivos de poesia inédita ou de cadernos de poesia, desde a década de 50 do século passado até à atualidade. Nessa década, surgem os primeiros sinais de rutura na lírica até então cultivada na Madeira com vozes como Herberto Helder, Jorge de Freitas e António Aragão. A par das tendências observáveis em Portugal, o cultivo da poesia na Ilha recrudescer nos anos 70, sobretudo após a Revolução dos Cravos. As décadas de 70-90 são os anos de ouro da poesia na Madeira, a verificar pela quantidade de poetas que surgiram nessa altura, nomeadamente Irene Lucília Andrade, José Sainz-Trueva, Gualdino A. Rodrigues, José António Gonçalves, João Dionísio, João Carlos Abreu, Laurindo Goes, Fátima Pitta Dionísio, Maria Aurora C. Homem, Luís Viveiros, Carlos N. Fino, David Pinto Correia, Teresa Jardim, José Tolentino Mendonça, Ângela Varela, Laura Moniz e Isabel Aguiar. Na Região Autónoma da Madeira, apesar do paradigma generalizado da cultura do espetáculo, das novas tecnologias e da globalização, o século XXI assiste a uma multiplicidade de projetos de expressão poética. O público que se interessa por poesia mantém-se reduzido, mas conta com mais leitores especializados. Trata-se, assim, de uma abordagem que visa sintetizar mais de meio século desta prática na Madeira.

Palavras-chave: Lírica Madeirense; Caderno de Poesia; Antologia; Sistema Cultural; Vida Literária da Madeira.

¹ CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, e CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais, Universidade da Madeira; endereço eletrónico: thierry@uma.pt. Doutorado em Linguística Aplicada, é professor auxiliar da Faculdade de Artes e Humanidades na Universidade da Madeira. Autor de uma monografia, coordenador de três volumes coletivos e coautor de outros seis livros, publicou alguns estudos linguísticos e dezenas de trabalhos sobre aspetos culturais, literários e linguísticos do arquipélago da Madeira em revistas e atas de congresso, nacionais e internacionais.

Abstract

In this paper, we consider contemporary Madeiran poetry based on collections of new poetry or poetry journals from the 1950s to the present. That decade saw the appearance of the first signs of rupture in the lyric of Madeira, with voices such as Herberto Helder, Jorge de Freitas and António Aragão. Following the trends observable in continental Portugal, interest in creation of poetry on the Island grew in the 1970s, particularly after the Carnation Revolution. The 1970s-1990s were the golden years of poetry in Madeira, as is clear from the number of poets that emerged at that time, namely Irene Lucília Andrade, José Sainz-Trueva, Gualdino A. Rodrigues, José António Gonçalves, João Dionísio, João Carlos Abreu, Laurindo Goes, Fátima Pitta Dionísio, Maria Aurora C. Homem, Luís Viveiros, Carlos N. Fino, David Pinto Correia, Teresa Jardim, José Tolentino Mendonça, Ângela Varela, Laura Moniz and Isabel Aguiar. Despite the generalised paradigm of the show culture, the new technologies and globalisation, in the Autonomous Region of Madeira the 20th century is witnessing a multitude of poetic expression projects. The public who is interested in poetry remains scarce, but comprises more specialised readers. This is, therefore, an approach that sums up over half a century of poetry in Madeira.

Keywords: Madeiran Lyric; Poetry Journal; Anthology; Cultural System; Madeiran Literary Life.

1. Sobre a Possibilidade de Vida Literária na Madeira²

A hipótese de trabalho que me proponho desenvolver neste texto parte do pressuposto de que existe uma atividade literária na Madeira com os seus circuitos de comunicação e problemas particulares. Por um lado, a interrogação que este assunto levanta é já em si uma especificidade madeirense. Por outro, os factos falam por si: há autores com profícuas memórias e experiências do Arquipélago; este espaço tem inspirado temas e motivos literários; com a instalação da imprensa em 1821, inicia-se a produção de textos orientado para o consumo local; na segunda metade do século XIX, constituem-se tertúlias, ganha expressão o teatro amador que suscita textos dramáticos versando sobre assuntos locais, lançam-se periódicos literários de vida curta, organizam-se antologias de vozes poéticas madeirenses e, a espaços, a partir de finais do século XIX, surgem quezílias entre literatos, com troca de galhardetes nas páginas dos jornais. Os grandes autores portugueses são as fontes preferenciais e os modelos seguidos. Na primeira metade de novecentos, Guerra Junqueiro é um dos poetas mais apreciados pelos literatos locais, a fazer fé no testemunho de Luís

² No presente ponto deste artigo, retomo e adapto os primeiros parágrafos de dois artigos meus: 2008, «Geografia literária, Madeira, séc. XX: a prosa de ficção», pp. 1579-1587; e 2006-2008, «Gerações, Antologias e outras Afinidades Literárias: a Construção de uma Identidade Cultural na Madeira», pp. 559-582.

Marinho³. Na viragem para a década de 50 do século XX, vem a lume uma história literária em três volumes e, a partir daí, tem-se publicado bibliografias de autores da Região. Tradições literárias estrangeiras – brasileiras, inglesas e francesas – insinuam-se nas leituras de autores madeirenses. A par das numerosas edições de autor, não de se criar pequenas editoras, embora de atividade breve e irregular, dado o restrito mercado de bens culturais. Nesse mesmo período, com a massificação do ensino, alarga-se o público de leitores; instituem-se concursos literários e, a partir dos anos 70, proliferam as iniciativas artísticas. Os *media* (imprensa, rádio e TV) acompanham a produção intelectual, fazendo eco da vida cultural. Com o novo regime em 1976, intensifica-se a autonomia político-cultural. Criada em 1988, a Universidade da Madeira virá a incentivar o estudo de livros de autores ligados ao Arquipélago. Em 1989, nasce a Associação de Escritores da Madeira, embora desde então vítima de polémicas internas e com dificuldade de existir. Muitos dos livros publicados na Madeira continuam a ser prefaciados por uma personalidade afeta à vida cultural ilhoa. Na década de 90, multiplicam-se, com regularidade, as edições de colóquios, conferências e revistas animadas por investigadores e escritores, contribuindo assim para a emergência, ainda que de modo tímido, de uma crítica informada à produção literária local. No século XXI, o atual Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, resultado da fusão do Arquivo Regional da Madeira, criado em 1931, e da Biblioteca Pública Regional da Madeira, inaugurada em 1979, já recebe, trata e divulga “arquivos de escritores e investigadores madeirenses”. Inspirados no Plano Nacional de Leitura, as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, têm vindo a implementar um Plano Regional de Leitura, cujo impacto sobre os jovens escolarizados está ainda longe de determinado⁴.

Assim se vai constituindo, de facto, mau grado a sonolência cultural que parece definir as periferias, um sistema em que cabem um fundo bibliográfico local, uma tradição literária, um naipe de criadores com público, ainda que reduzido, e até um mercado de colecionadores das coisas impressas de e sobre a Madeira, que apontam para uma crescente identidade histórico-cultural. É, pois, este todo que corresponde ao critério comunicacional definido por Fernando Cristóvão⁵, em prol de uma «consciência coletiva de integração» e de «um património reconhecido como próprio».

³ MARINO, 1986, *Páginas de memória: uma lacuna nas Obras completas de Guerra Junqueiro: como o monólogo dramático O Naufrago aparece na Madeira*.

⁴ COELHO & SANTOS, 2015, «A literatura infantil e juvenil de ambientação madeirense: contributo para um plano regional de leitura», pp. 229-260.

⁵ CRISTÓVÃO, 1983, *Cruzeiro do Sul, a Norte: estudos luso-brasileiros*, pp. 27-28.

Por isso, vale a pena «repensar o regionalismo literário em termos de lugar e de possibilidade de discurso», como escreveu Maria Alzira Seixo⁶. Para a ensaísta, dada a crescente globalização dos modelos de interpretação do meio envolvente, é preciso «dar lugar de relevo à voz da própria terra», num sistema cultural que «é em si mesma uma voz», um *locus* de enunciação. Como observa Onésimo Teotónio de Almeida, a respeito da literatura açoriana e aplicável ao caso madeirense:

«Portugal só terá a beneficiar com o florescimento cultural das ilhas que gravitam à volta do seu centro mas que podem e devem gravitar simultaneamente à volta de si mesmas. Não no isolamento, mas na busca de si próprias e reescrevendo-se para se refletirem coletivamente. O adjetivo do local não deve ser nunca restritivo nem normativo, mas apenas uma marca descritiva, identificadora, se preferirem. Dele é importante evoluir para o alto e para os lados.»⁷

Os literatos do Arquipélago da Madeira têm estado, por um lado, enraizados numa tradição literária portuguesa e, por outro, sobretudo a partir de finais do século XIX, preocupados em transmitir marcas regionais temáticas, fossem elas humanas, ambientais, sociais, políticas, culturais ou linguísticas. Esta preocupação é muito mais evidente na narrativa, pois, no que respeita à poesia, os períodos e movimentos literários que marcaram a literatura portuguesa ao longo dos séculos encontram-se presentes na produção poética insular, na sua maioria sem grandes desfasamentos de modelos, de temáticas ou, mesmo, de inserção de temporalidade, no que toca a gostos e tendências estéticas, mau grado uma generalizada afinidade com o posicionamento conservador e moralista na cultura e nos costumes.

Os primeiros poetas associados ao Arquipélago, e cuja produção literária abrange o século XV, encontram-se representados no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende⁸ e, sobre esse conjunto de vozes, vale sublinhar a seguinte observação:

«Não se podendo, de facto, assumir como escola independente, mas antes um ramo do ciclo continental, para ela reivindicamos a grande virtude de ter colocado a Ilha da Madeira na história da Literatura Nacional.»⁹

Desde o século XVIII, há registo de tentativas de constituição de grémios científicos e literários que não deixaram obra que se visse. No século XIX, fundou-se em 1821 a “Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e das Artes”, cuja existência foi efémera por causa dos acontecimentos políticos de 1823¹⁰. Menos ambicioso, criou-se em 1871,

⁶ SEIXO, 2005, «Açores e Madeira», p. 43.

⁷ ALMEIDA, 2001, «As Ilhas e os Mundos, Literaturas & Literaturas», p. 191.

⁸ O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516, engloba produção literária poética dos séculos XV e XVI, de 1450 a 1516, organizada por géneros, predominando a poesia em língua portuguesa, embora contenha composições em castelhano.

⁹ STÉPHANE, BORGES & CARITA, 1986, *Antologia Literária – Madeira sécs. XV e XVI*, p. 21.

¹⁰ BRANCO, 1990, «A sociedade funchalense dos amigos das ciências e artes», pp. 311-326.

o “Grémio Literário e Recreativo do Funchal”. Na verdade, a cultura madeirense, no seu sentido elitista, está, desde o século XIX, em grande parte associada às secções literárias dos periódicos, às edições de autor com pequena tiragem destinada ao círculo de amigos e aos florilégios. Muitos deles tiveram como incentivadores um espírito de grupo ou um ideário comum, características que se mantêm, gerando até acesas discussões. Consoante o vigor da imprensa, assim palpitava a escrita literária.

Nos anos 70 do século XIX, homens e mulheres da boa sociedade funchalense, que farão parte do grupo de colaboradores do primeiro diário madeirense fundado em 1876 pelo Cónego Alfredo César de Oliveira, o *Diário de Notícias* do Funchal – cuja longevidade é merecedora de respeito –, assinam os textos das primeiras compilações literárias: *Flores da Madeira*¹¹, sendo o primeiro volume editado em 1871 e o segundo, em 1872, a *Miscelânea Madeirense*¹², em 1877, e o *Álbum Madeirense*¹³, em 1884. Estas coletâneas expressam, de acordo com Maria Mónica Teixeira, os valores do romantismo madeirense que qualifica de «cristão, restaurador, historicista e burguês»¹⁴, em que se destila não raro um lirismo melancólico ou pessimista. Integrando-as no espaço de sociabilidade doméstica, o surgimento dessas antologias revela a promoção de uma madeirensidade¹⁵ de base letrada, como sublinham os seus títulos, que integram o nome da terra ou o respetivo gentílico.

Além das traduções de narrativas de autores estrangeiros então em voga, a imprensa insular oferece sobretudo sonetos, epigramas, gazetilhas, crónicas, contos, romances moralistas e narrativas históricas em folhetim de autores locais. Dadas as condições pouco favoráveis à produção escrita, é quando têm tempo livre que os letrados madeirenses escrevem e, por isso, cultivam sobretudo os géneros facilmente adaptados a breves períodos de labor literário. Muito poucos, a exemplo do publicista e romancista João Augusto de Ornelas, conseguem publicar obras de fôlego.

¹¹ MONTEIRO & OLIVEIRA, 1871-1872, *Flores da Madeira*, “*Poesias de Diversos Autores Madeirenses*”, sendo a primeira série publicada em 1871 e a segunda em 1872.

¹² AZEVEDO, 1877, *Miscelânea Madeirense*. Trata-se de uma encadernação de fragmentos de periódicos reunidos por Álvaro Rodrigues de Azevedo, textos, na sua maioria, publicados na rubrica “folhetim do *Diário de Notícias*” nos anos 1876 e 1877, com escassas prosas breves mas com poemas em abundância. Quer parecer-me que a maioria dos autores pertence ao “Grémio Literário e Recreativo do Funchal”, fundado em 1871, a saber: Joaquim Pestana, Jorge Luís Nóbrega, Marina S. F. Francisco Henrique Ornelas, Luís de Ornelas Pinto Coelho, Joana de Castel-branco, Arsénia de Bettencourt Miranda, D. Mariana Belmira d’Andrade, Eduardo E. de Carvalho, Manoel Alexandre de Sousa, António César Rodrigues, Jorge Magdalena, Faustino Brazão, Teotónio J. Pinheiro da Costa, Francisco Vieira, entre outros. O (único?) exemplar encontra-se em “mau estado” na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota: L. 10651 P.).

¹³ VIEIRA, 1884, *Álbum Madeirense*, “*Poesias de Diversos Autores Madeirenses*”.

¹⁴ TEIXEIRA, 2005, *Tendência da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, p. 55.

¹⁵ Sobre o conceito, v. RODRIGUES, 2015, «Da Madeirensidade: contributo para uma reflexão necessária», pp. 165-190.

A comunicação escrita de natureza literária realizava-se, na Madeira, em círculos restritos, pouco expansivos, quer em livros, quer em periódicos¹⁶, assim como em almanaques locais. A escassa atenção que o público insular dava ao labor criativo e intelectual condenava tais projetos editoriais a uma visibilidade reduzida, por conseguinte a uma longevidade curta ou a uma produtividade muito irregular. Embora sendo um assunto pouco estudado da recente história insular, tudo indica que o potencial cultural das ilhas, até meados do século XX, assentava no labor intelectual de padres, altas patentes militares¹⁷, professores, advogados, jornalistas, estudantes, alguns autodidatas e filhos de família que iam para Portugal continental ou para a Europa cursar a Universidade.

Daí resulta que, no tocante à ideologia social dominante, a sociedade madeirense se afigura tendencialmente puritana, mas transigente, conservadora, mas cosmopolita, liberal, mas conformista, elitista, mas pragmática, como deixam entrever os romances do quilate de *Eternidade* (1933) de Ferreira de Castro, tendo como pano de fundo a Madeira dos anos 30, e *Nudez Uivante* (1983), de José Marmelo e Silva, que reverbera a Ilha nos anos da Segunda Guerra Mundial. A produção literária e cultural local vivia – e continua a viver – do diletantismo, sendo atribuído ao literato reduzido crédito simbólico, diminuto reconhecimento social e fraco poder de influência sobre a opinião pública. No atual meio madeirense, tal como na sociedade portuguesa, quem ocupa a cena social são os intervenientes dos jogos políticos e económicos, assim como os dirigentes do mundo do futebol.

Em suma, serão estes os polos aglutinadores em que se desenvolveram os elementos embrionários de um processo literário descontinuado e até então pouco consistente, como observou Herberto Helder, no ensaio «A Actividade Literária Madeirense», dado a lume, em 1954, em três números consecutivos do *Voz da Madeira*.

2. O Papel dos Cafés e das Redações de Jornais na Vida Social e Cultural Madeirense

À semelhança do que era usual em grandes cidades europeias do século XIX, é nos cafés e nas redações da imprensa periódica da baixa do Funchal que se desenvolve a vida cultural madeirense no século XX. Intelectuais, periodistas, estudiosos, padres, empresários, poetas, pedagogos, artistas e autores têm como ponto de encontro esses

¹⁶ Para mais informação, v. CASTRO, 2017, «Mesa do centenário / ou grupo do centenário e V centenário da descoberta da Madeira».

¹⁷ V., a esse respeito, CORREIA, 1998, *Os Militares e a Literatura Madeirense – Reflexões e Notas*.

lugares perto da baía do Funchal, de onde se pode acompanhar o pulsar da cidade e aceder a notícias do mundo, ainda que com semanas de atraso, ou seja, ao ritmo das escalas de transatlânticos.

Em *A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940)*, Joana Catarina S. Góis¹⁸, apoiando-se nos testemunhos do Visconde do Porto da Cruz, de Horácio Bento de Gouveia e de César Pestana, recenseou as sete tertúlias mais significativas de que há memória. Essas reuniões, umas de carácter informal e outras empenhadas na realização de projetos de interesse regional, não impedia a circulação dos seus membros entre vários núcleos: 1) o Grupo do Visconde da Ribeira Brava, composto pelo próprio e por Alberto Jardim, Fernando Tolentino da Costa, Francisco de Gouveia Rodrigues, José Varela, Manuel Pestana Júnior, Pedro Goes Pita e Vasco Gonçalves Marques, tanto discorria sobre Literatura, Arte e História, como tratava de interesses políticos. Deve-se a esse grupo a criação da Escola de Artes e Ofícios do Funchal. 2) Outro convívio, sem nome, reunia Antonino Pestana, Armando Pinto Correia, Eduardo Pereira, Ezequiel Velosa, Fernando de Meneses Vaz, Juvenal Henriques de Araújo, Manuel Pestana Reis, Plácido Pereira e Ramon Correia Rodrigues. 3) O grupo dos Cinco Artistas Vagabundos, formado por jovens intelectuais ligados ao Integralismo Lusitano, contava com Álvaro Manso de Sousa, João Cabral do Nascimento, Luís Vieira de Castro, Rodolfo Ferreira, Visconde do Porto da Cruz, e, mais tarde, António da Cunha de Eça e Ernesto Gonçalves. 4) A tertúlia dos Artistas Independentes, tendo o Café Golden Gate como ponto de encontro, ao longo de quinze anos, entre 1918 e 1933, juntava pedagogos que lecionavam na Escola Industrial e Comercial do Funchal (atual Escola Secundária de Francisco Franco). Desse grupo restrito faziam parte os irmãos Henrique e Francisco Franco, Alfredo Miguéis, Emanuel Ribeiro, Ernesto Gonçalves, João Abel Manta, Adolfo de Noronha e João Francisco de Almada. O Museu Municipal do Funchal nasceu da iniciativa dos seus membros. 5) No café Kit-Kat, uma informal coletividade jornalística agrupava Jaime Câmara, Feliciano Soares, Carlos Marinho Lopes, João Marinho de Nóbrega, Teodoro Correia e Henrique Pereira. 6) Outro núcleo de intelectuais, liderados por Frederico da Cunha Freitas e Pedro Goes Pita, fundou a *Revista de Direito*, que existiu entre 1920 e 1921, trazendo a lume um total de quinze números. 7) Finalmente, o Grupo do Centenário ou Mesa do Centenário, mais conhecido por Cenáculo, do qual se pode destacar João dos Reis Gomes, o P.º Fernando Augusto da Silva e Alberto Artur Sarmiento, preparou as bases do programa comemorativo do V Centenário da Descoberta da Madeira (1419-1919) e o executou com sucesso. Do grupo fizeram parte Adolfo de Figueiredo,

¹⁸ GÓIS, 2015, *A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940)*, pp. 14-19.

António Rodrigues dos Santos, Rui de Bettencourt da Câmara, Emanuel Ribeiro, Azevedo Ramos, Alfredo César de Oliveira, Adolfo de Noronha, João Francisco de Almada, Alfredo Miguéis, Elmano Vieira, Francisco Franco, Henrique Franco, Luís Pinheiro, Baptista dos Santos, Fernando Câmara, Francisco Bento de Gouveia, Soares de Andrade, Dário Flores ou Jaime Câmara. «Nos últimos anos do Cenáculo, a tertúlia, ainda presidida por João dos Reis Gomes, realizava-se, todas as tardes, no café Apolo»¹⁹, em frente da Sé do Funchal.

Muitos dos intelectuais acima referidos, que se destacaram em áreas como História, Literatura, Jornalismo, Política, Artes Plásticas, Música, Ciências Naturais, Ensino e Solidariedade Social, empenhados em trabalhar pelo desenvolvimento e pela ilustração do Arquipélago, participaram na revista *Das Artes e da História da Madeira* (1950-1971). Embora a Ilha contasse com algumas escritoras, as literatas madeirenses, habitualmente confinadas ao recato dos salões e jardins e raramente solicitadas a desempenhar um papel de relevo nas manifestações culturais, estão arredadas desses debates.

Na primeira metade do século XX, no que à poesia diz respeito, as personalidades madeirenses mais interessantes andavam pelo continente e costumavam reunir-se, em 1915, na Brasileira, com o grupo de *Orpheu*, nomeadamente Albino de Meneses, João Gouveia, Edmundo Bettencourt e Octávio de Marialva²⁰. Alguns farão grande parte da sua vida no continente, a exemplo do simbolista João Gouveia, cuja paixão pela aeronáutica o afastou da Literatura, do futuro ex-presencista Edmundo Bettencourt e do saudosista-modernista Cabral do Nascimento. Outros, como o modernista Albino de Meneses, o esotérico Octávio de Marialva e o presencista João de Brito Câmara, regressarão à Madeira. Os adjetivos que os qualificam funcionam aqui como rótulos de marca temporal ou de afinidade estético-ideológica, já que todos eles acabaram por se afastar de correntes ou movimentos, cultivando uma poesia pessoal, de rigor clássico, preservando a sua individualidade. Nesse período, os livros de poesia que se publicavam, na Madeira, eram, maioritariamente, de expressão sentimental, de cunho humorista, de sentido religioso ou evocadores dos primórdios da sua História, com acento épico.

No decénio de 50, no Funchal, constituiu-se a “tertúlia ritziana”, assim chamada porque se reunia no café-concerto Ritz. A esse convívio tomavam parte os poetas Florival dos Passos, Carlos Cristóvão, Rebelo de Quental, Rogério Correia, Silvestre Pereira, assim como Herberto Helder, Jorge de Freitas e António Aragão. Alguns deles tiveram, nessa década, papel relevante nas atividades culturais promovidas pelo Ateneu Comercial do Funchal, então o principal polo de debate cultural na Madeira (onde se organizavam

¹⁹ CASTRO, 2017, «Mesa do centenário / ou grupo do centenário e V centenário da descoberta da Madeira».

²⁰ MARTINS, 2017 [1.ª ed. 2008], «MENEZES, Albino Espiridião de (18/12/1889, Santana – 1949, Funchal)».

jogos florais e conferências). Da “tertúlia ritziana” nasceu, em 1952, o volume coletivo *Arquipélago*, em cujo texto de abertura se lê: «A MADEIRA FOI BERÇO DE TODOS NÓS; A POESIA, NUTRIX DE NÓS TODOS (...)». Cerca de dois meses depois, surge *Areópago*, uma paródia *pastiche* de *Arquipélago*, preparada anonimamente por Jorge de Freitas, em colaboração com Alírio Sequeira, Carlos Camacho e Paulo Sá Braz²¹. Tendo em conta o regime político que então vigorava, este projeto editorial humorístico e corrosivo aponta para uma atitude que subverte as convenções e os discursos institucionalizados. Em 1954, vem a público *Poemas Bestiais*, outra *plaque* com textos de Carlos Camacho, Herberto Helder e Jorge de Freitas. Atendendo ao suporte material e aspeto formal inusitado e ao conteúdo assumidamente cabotino, Mónica Teixeira sublinha o caráter antiacadémico e a intencionalidade de «uma escrita de intervenção literária»²², contra o apático panorama cultural da Madeira daquela altura. Poucos anos depois, Herberto Helder deixava a Ilha, não querendo mais envolver-se no processo do fazer cultural madeirense. Note-se que se tinha, então, tornado prática recorrente, em todo o país, autores se agruparem para lançar em conjunto a sua ocasional criação poética, superando assim os custos de publicação. Tal estratégia perdurou na Madeira até ao novo milénio.

Em 1957, a diretora do *Eco do Funchal*, Maria Mendonça, dinamiza uma confraternização de jornalistas batizada “Tertúlia Sem Título” que se reunirá com alguma regularidade até aos meados dos anos 80. Nesses encontros que tinham lugar num restaurante, fala-se da condição profissional, dos problemas de sociedade, da vida das letras, dos projetos editoriais que uns e outros acalentam.

Na passagem dos anos 60 para a década seguinte, Portugal e as então chamadas “ilhas adjacentes” não ficam completamente imunes aos ventos de mudança que sopram por esse mundo fora: uma mais elevada escolarização da população, o processo das guerras de independência, a expansão das ideias inspiradas na *beat generation*, a influência da cultura marcada pelos *mass media*, o progressivo reconhecimento das minorias e o desenvolvimento da industrialização do turismo desencadeiam inevitavelmente transformações sociais e culturais na Madeira. As novas mentalidades e os discursos alternativos não deixarão de fascinar jovens madeirenses; alguns deles hão de publicar os seus primeiros versos nos suplementos de jornais.

Em 1972, Maria Mendonça assume a gerência do café literário “Rês-do-chão: Tertúlia do Livro – Pátio das Artes”, estabelecido cerca de 1967-68 pelo professor Carlos Lélis, o escultor Anjos Teixeira e o fotógrafo João Pestana, que passa a denominar-se

²¹ MENDONÇA, 1980, «Evocação».

²² TEIXEIRA, 2005, *Tendência da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, pp. 397-402.

“Sociedade Pátio, Livros & Artes”. Continua a organizar exposições de pintura, tertúlias e conferências, com personalidades locais e de fora da Madeira²³.

Na década de 80, a Zona Velha da cidade é, além de turística, sinónimo de boémia para jornalistas e gente ligada às Artes e Letras. João Carlos Abreu, Maria Aurora C. Homem e José António Gonçalves, figuras de proa da vida cultural madeirense, tornam-se personalidades icónicas do lugar.

Na viragem para os anos 90, as exposições de Artes Plásticas aproximam ainda mais artistas e poetas e as entidades oficiais, como a Câmara Municipal do Funchal e a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, graças à mediação que uma das três personalidades referidas podia exercer, caucionam edições individuais de poesia. A dependência do sistema cultural madeirense em relação ao poder político reflete-se na promoção de intelectuais e criadores, favorecendo não só oportunidades de publicação, mas implicando também tensões que lançaram algum descrédito sobre o meio literário da Região Autónoma da Madeira. No dobrar do século e nos anos seguintes, alguns poetas da Madeira apresentam em seus respetivos percursos uma produção lírica consistente que, evoluindo, se reconfigura em cada momento, enquanto outros nomes emergem pela primeira vez e se fazem ao caminho da aventura poética.

3. Um Jogo de Ligações entre as Margens: Os Cadernos de Poesia

Os cadernos de poesia têm uma dimensão pragmática que permite a uma literatura existir para os públicos que por ela têm curiosidade. Partindo de um interesse individual para a construção de uma vontade comum, assente na convicção de enveredar pela ação e intervenção cultural, tais obras coletivas relacionam, ainda, a criação literária com uma comunidade cultural, sugerindo então uma certa leitura dos textos que pode influenciar a cenografia das obras por vir, promovendo o diálogo entre os três agentes da comunicação na cultura: o criador, o investigador e o público fruidor, cujos papéis podem ser trocados entre si.

Em 1956, rompendo com o geografismo insular, António Aragão dá à estampa, no Porto, o caderno literário *Búzio*. Nesse caderno, a par dos continentais David Mourão-Ferreira, José Escada e Esther de Lemos, os madeirenses Edmundo de Bettencourt, Eurico de Sousa, Herberto Helder e António Aragão ensaiam uma escrita que tira a sua matéria do meio insular, os três primeiros levados por uma tendência surrealista, o último enveredando já pelo experimentalismo poético. Este caderno resulta de «um enfeixar de

²³ SANTOS, 2018, «Maria Mendonça».

diferentes vozes», entre o continente e a Ilha, visando um «novo entendimento com o mundo em função de uma visão da arte como «valor universal»»²⁴.

Se, no Portugal dos anos 60, boa parte da poesia se apresentava «com o fardo do compromisso sócio-político herdado da orientação neo-realista», de que o melhor exemplo, na Madeira, era João Brito de Câmara, outra anunciava-se «com a ânsia da renovação estética, incentivada pela movimentação surrealista, por meio de experimentalismos formais, ou pela afirmação do sujeito na experiência narrativa a dar conta do cotidiano e do mundo», como sublinha Ida Alves²⁵.

Em 1964, António Aragão e Herberto Helder organizam, em Lisboa, o primeiro número dos cadernos de *Poesia Experimental*, que chegaria a um segundo número, em 1966, sob a mesma coordenação alargada a Melo e Castro. Em 1985, virá a lume *Poemografias* em Lisboa, uma antologia de poesia visual, com autores ligados à Madeira. Influenciados por esses horizontes literários e performativos, o artista António Dantas e o poeta João Dionísio irão beber nesses exemplos para levarem a cabo os seus projetos criativos. António Aragão tornar-se-á uma das maiores referências da literatura experimental portuguesa, sem deixar de fazer a sua vida na Madeira.

Seguindo a esteira de *Búzio*, António José Vieira de Freitas lança, em 1973, *Movimento, cadernos de poesia & crítica*. O número único de *Movimento* reúne textos de António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Pedro Tamen, José Bento, A. J. Vieira de Freitas, José António Gonçalves, José Agostinho Baptista e Gualdino Avelino Rodrigues. De acordo com a tendência do “regresso ao real” característica da época, os poemas apresentados por Rosa, Eugénio e Tamen tendem a evitar o efeito de hermetismo, incorporando a linguagem do quotidiano configurada numa formulação narrativizante ou de verso mais longo. Quanto aos jovens poetas da Madeira, estes não se conformam com a opressão da distância e do mar, do atraso insular e das promessas por cumprir de uma modernidade que tarda em chegar e, através da palavra poética, abolem a condição insular e o até então desfasamento com o mundo²⁶.

Os projetos acima referidos resultam de uma dinâmica grupal, mas que surgem num período marcado, quer pela renovação e revalorização das textualidades poéticas, em geral, quer pela afirmação identitária e cultural, em particular.

Vozes da Madeira não deixam de tomar assim parte no «debate intensificado sobre lirismo, subjetividade e experiência» que a poesia portuguesa dos anos 70

²⁴ MONIZ, 2011, «*Búzio* de António Aragão: um enfeixar de diferentes vozes», pp. 30-40.

²⁵ ALVES, 2003, «Diálogos e silêncios na poesia portuguesa: décadas de 60 a 90», p. 84.

²⁶ COELHO, no prelo, «O Contributo Cultural e Literário de A. J. Vieira de Freitas (1940-1982)».

lançou²⁷, quando «postula[va] simultaneamente o enigma do mundo e da existência no seu emprego da metáfora e a solução deste pelo esforço criativo do leitor»²⁸. Têm a particularidade de trazerem consigo a experiência insular, a valorização do dizer assertivo e libertador e a esperança na força transformadora de uma recém-instalada autonomia política, promessa de um muito ansiado desenvolvimento económico e sociocultural.

Essas iniciativas editoriais decorrem do contexto favorável que as folhas literárias de jornais, quer a nível regional, quer a nível nacional, instituíram, ao darem espaço a jovens fascinados pela linguagem poética²⁹. Na década de 60, novas vozes, como A. J. Vieira de Freitas, José Sainz-Trueva e José Agostinho Baptista, ensaiavam-se, por exemplo, no suplemento literário “Pedra”, cuja primeira série saiu a 25 de março de 1965 no *Eco do Funchal*, e a segunda, no *Comércio do Funchal*, na sua fase dita cor-de-rosa (1967-1973)³⁰, então dirigida por Jorge Vicente Silva, com Luís Angélica como responsável pela página de poesia. Nos anos 70, nasce a página juvenil “2000 (poesia)” do *Jornal da Madeira*, dinamizada por José António Gonçalves, na altura com dezanove anos: os colaboradores desse suplemento irão constituir o embrião do coletivo *Ilha*. Além de colaborarem com as folhas literárias da imprensa local e nacional, alguns desses poetas madeirenses vão estar representados em antologias no continente como *Poesia 71*, lançado no Porto e com seleção de F. H. Pais Brandão e Egito Gonçalves, nos anos 80, no *Anuário de Poesia – Autores não publicados*, em Lisboa, com seleção de, entre outros, José Agostinho Baptista, e, nos anos 90, também na capital, *Aqueles que Têm Os Ossos Frágeis*, organizada por Manuel Maria Barreiros e José Tolentino Mendonça. Mau grado tratar-se de textos de juventude, estas páginas literárias terão o condão de oferecer uma montra para jovens talentos exporem os seus poemas e se afirmarem no género.

No pós-25 de Abril, em 1975, no Funchal, vem para a linha da frente o grupo do projeto *Ilha*, com nomeadamente José António Gonçalves e José Laurindo Goes. É a jornalista Maria Aurora C. Homem, recentemente chegada à Madeira, quem apresenta a coletânea de jovens poetas no “Pátio das Artes”, dirigido por Maria Mendonça. A série

²⁷ ALVES, 2014, «“Escrevia à mão a cidade”: paisagens urbanas na poesia portuguesa», p. 25.

²⁸ BORDINI, 2012, «A Metáfora Pós-Moderna na Poesia Portuguesa Contemporânea», p. 13.

²⁹ Sobre a importância da secção “juvenil” dos periódicos nos anos 60 e 70 do século passado, adianta José Manuel Sainz-Trueva, a quem agradeço o seguinte testemunho: «encontrei muitos suplementos do Juvenil, do *Diário de Lisboa*, dirigido pelo Mário Castrim, com textos do José Agostinho Baptista, do João Dionísio e meus, datados de 1969-70. Antes da “Pedra”, também o *Comércio do Funchal* teve o seu Juvenil (1968) e o *Madeira Popular* (1965) teve uma página literária, “Elo”, dirigida pelo Gualdino Avelino Rodrigues, onde, julgo, terá a Ana Margarida Falcão publicado o seu primeiro poema. Poemas e textos de juventude, mas foi aí que o caminho começou.» (e-mail enviado a 14 de julho de 2018).

³⁰ O primeiro número de *O Comércio do Funchal* impresso em papel cor-de-rosa data de 1 de janeiro de 1967.

Ilha, que se estenderá ao longo de trinta e três anos com cinco números: 1975, 1979³¹, 1991, 1994 e 2008, gerou uma autorreflexão sobre o vazio regional de propostas poéticas e influiu a situação, atraindo novos perfis. Outros nomes, como Irene Lucília de Andrade, José Sainz-Trueva, José Viale Moutinho, Carlos Nogueira Fino e Luís Viveiros, reforçarão a iniciativa com as suas colaborações nos números seguintes. A partir de 1981, Ernesto Rodrigues acompanha esse ciclo editorial, o que lhe permitirá pronunciar-se sobre ele, criticamente, em *Ilha 4*, de 1994, num prefácio tão esclarecedor quanto seminal, e em *Ilha 5*, de 2008, em prefácio atualizador.

Em 1977, A. J. Vieira de Freitas junta poemas de jovens madeirenses em *Da Ilha que Somos*. Nessa obra coletiva, em que reencontramos da *Ilha* e *Ilha 2*, Laurindo Goes, António Duarte Figueirôa e Carlos Alberto Fernandes, aparecendo pela primeira vez Fátima Pitta Dionísio, os poemas revelam o complexo mundo do homem insular através de uma escrita atualizada: dessacralização da palavra poética, transfiguração do quotidiano, enfoque na cultura urbana, intertextualidade, exploração da linguagem e exercício de meta-poética constituem a matéria dos seus versos. A coletânea dá, assim, conta de várias inflexões, corporizadas em poéticas que ora dialogam com a tradição de uma modernidade já consolidada, ora com as modernidades subseqüentes, multifacetadas e explorativas³².

Graças a esse quadro auspicioso, falou-se de Poesia e, por espírito de emulação, multiplicaram-se as vozes poéticas na *Ilha*, sendo que algumas se tornariam artesãs de persistentes projetos literários originais que têm vindo a deleitar algumas gerações de leitores. Por isso, não admira que, em *Dez Anos de Poesia em Portugal 1974-1984*, Manuel Frias Martins destaque a ação cultural conduzida na Madeira por A. J. Vieira de Freitas e por José António Gonçalves³³. Ambos tinham contactos no continente e no estrangeiro com revistas, ensaístas e criadores: gozando de boa reputação, mediavam, mobilizavam e concretizavam.

Note-se que nenhuma destas iniciativas editoriais desenvolvidas na *Ilha* – e sublinho “na *Ilha*”, já que o experimentalismo literário dessa altura, em que se destacou António Aragão, é um movimento estético transnacional cujos centros nevrálgicos se situavam longe da mesma – se apresentou como manifesto literário, programa estético, desejo velado de inseminar um determinado ideário político-cultural para fazer escola na Região: tratava-se tão-somente de celebrar o culto da língua portuguesa, de incentivar à

³¹ Note-se que este número vem com prefácio de Natália Correia. V. também GOUVEIA, 1980, «Poesia Madeirense – estreia de *Ilha*».

³² COELHO, no prelo, «O Contributo Cultural e Literário de A. J. Vieira de Freitas (1940-1982)».

³³ MARTINS, 1986, *Dez Anos de Poesia em Portugal 1974-1984 – Leitura de uma Década*, pp. 147-148.

prática poética em manifestação coletiva, na diversidade de conceitos e vozes, ainda que marginalizadas pelo sistema literário institucionalizado. Não havia outro objetivo para aquelas publicações a não ser o de juntar escritas poéticas, literárias e críticas, aproximar talentos com afinidades, lançar pontes com outros lugares do mundo, promover o debate cultural, suscitar sensibilidades artísticas e conquistar novos leitores.

Na verdade, além de encarar a Poesia como um ato libertador, sopro criativo, exploração dos impossíveis e subversão dos discursos dominantes, de todas as atitudes patententes nessas coletâneas, a mais relevante é aquela que parece estar no ADN desses criadores madeirenses inconformados, a busca pelo diálogo entre estilos, artes e culturas, bem como a recusa da condenação de si mesmo e do ensimesmamento. Daí o interesse em participar em coletivos, na medida em que a comunidade criativa, aproximando tanto poetas reconhecidos como por confirmar, se reencontra para confrontar as suas propostas e testemunhar o seu sentimento de pertença ao lugar.

A maioria evita as formas da tradição, pratica a desconstrução de modelos, ensaia discursos híbridos, experimenta formas depuradas de outras culturas literárias. Poucos confiam no passado literário madeirense; preferem desenvolver uma poesia pessoal, pouco ou nada referenciável às propostas das gerações anteriores da Madeira – embora não deixem de reverenciar Herberto Helder, José Agostinho Baptista e José Tolentino Mendonça –, preservam a individualidade, optam por influências externas e longínquas. Aliás, muitos dos nomes que surgiram nos anos 70 passaram a residir no Continente. Vivem entre o Continente (espaço efetivo) e a Ilha (espaço afetivo) e revelam, por vezes, uma relação crítica com a Região Autónoma da Madeira.

4. A Atual Produção Poética na Madeira e o Projeto *Cadernos de Santiago*: Renovação na Continuidade

Além de A. J. Vieira de Freitas e de José António Gonçalves, essa “época áurea” da poesia na história literária madeirense teve como figuras de referência duas personalidades ligadas à dinamização cultural e à escrita poética: a jornalista e escritora Maria Aurora C. Homem e o governante João Carlos Abreu, que dirigia então a Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Na sua qualidade de assessora do Departamento da Cultura da Câmara Municipal do Funchal, Maria Aurora organizou “ciclos de poesia madeirense”, realizou diversos colóquios no Funchal com criadores e ensaístas, ligados ao Atlântico e à Macaronésia, e promoveu a publicação de livros de poesia. Ao João Carlos Abreu deve-se, em parte, a bienal de Poesia que teve cinco edições entre 1998 e 2006, intitulada *Poesia no Porto Santo*. Desses encontros internacionais de poetas na Ilha de Porto Santo

resultaram cinco antologias multilingues, as últimas três com edição literária de Casimiro de Brito. Em 2017, João Carlos Abreu organizou o primeiro “Encontro Internacional de Poesia” que reuniu, na cidade de Ponta Delgada, poetas de Itália, Espanha, Portugal, Cabo Verde, Açores, Canárias e Madeira para debater a condição do ilhéu. Em 2018, o segundo Encontro teve lugar no Porto Santo.

As antologias como «expediente coletivo de legitimação e chamada de atenção para a existência de uma comunidade literária activa e criadora como é a madeirense»³⁴ instituem quadros de referência que ajuda a traçar a geografia literária da Madeira. A título de exemplo, refiram-se: *A Musa Insular: Poetas da Madeira* (1959), de Luís Marino, os coletivos *Poet’Arte 90* (1990), *Olhares Atlânticos – Poesia da Ilha* (1991) e *Vers’Arte 91* (1991), coordenados por José António Gonçalves, *Poeti contemporanei dell’isola di Madera* (2001), composta e bilinguizada por Giampaolo Tonini, *Saudades da Ilha: Evocações poéticas da Ilha da Madeira* (2003), dirigida por José Viale Moutinho, assim como a coletânea *Pontos Luminosos – Açores e Madeira* (2006), com seleção de textos de Urbano Bettencourt e de Maria Aurora Homem, e organizada por Diana Pimentel. Nestes filtros revelam-se a mobilidade das linhas de demarcação, movimentos e estratégias, o *locus* da enunciação e a perspetiva do olhar, a sua plurivocidade e especificidade³⁵. Mais do que enaltecer as particularidades da Ilha, os sujeitos poéticos problematizam – e bem – a condição insular. No entanto, tais antologias não deixam de constituir um sintoma da “crise de desenvolvimento” do meio literário madeirense que continua a encontrar dificuldades para se consolidar. Tal acontece, talvez porque, como observa Ana Salgueiro, a imagem da Ilha e a sua identidade cultural estão plasmadas num “lugar-fronteira”, definido pela “instabilidade”, pela “flutuação” e pelo “caráter híbrido”³⁶, que fazem dele um *corpus* incessantemente ambivalente e esquivo.

Vale a pena mencionar a série de números da revista *Margem 2* dedicados a personalidades literárias da Madeira e publicados na primeira década do novo milénio, retomando, com mais ambição, o exemplo do periódico temático referente a Herberto Helder³⁷, saído em maio de 1996: Ernesto Leal³⁸, José António Gonçalves³⁹, José Agostinho Baptista⁴⁰, Irene Lucília Andrade e António Aragão, sendo estes últimos quatro (não só...

³⁴ FOURNIER, 2014, «La poesia en Madeira».

³⁵ SANTOS & FOURNIER, 2012-2013, «Antologias, traduções e redefinição dos mapas da cultura – o caso madeirense», pp. 102-111.

³⁶ SALGUEIRO, 2011, «Os imaginários culturais na construção identitária madeirense (implicações cultura/economia/relações de poder)», pp. 184-196.

³⁷ AA.VV. (coord.), 1996, «Herberto Helder», *Margem 2*, n.º 3.

³⁸ FOURNIER (coord.), 2007, «Leais a Leal», *Margem 2*, n.º 22.

³⁹ FOURNIER (coord.), 2008, «Um dia com José António Gonçalves», *Margem 2*, n.º 24.

⁴⁰ FOURNIER (coord.), 2009, «José Agostinho Baptista, de A a Z», *Margem 2*, n.º 27.

mas também) poetas. Os três primeiros foram organizados por António Fournier, o quarto por Leonor M. Coelho⁴¹ e o último por Nelson Veríssimo⁴².

Também na Madeira se assiste nestes últimos anos ao aparecimento de uma webliteratura que, dado o seu carácter fragmentário e volátil, além de questionar a condição de leitura, de escrita e de interação entre autor e leitor, pode deixar esse mesmo leitor perplexo num labirinto de textos destituído de fio condutor e/ou de contextualização. Contudo, esses novos meios de comunicação têm a vantagem de permitir um contacto direto com uma comunidade de leitores e promovem novos formatos de escrita. Em blogue ou em rede social, perfis como o do Vítor Sousa⁴³ e o da Lília Mata⁴⁴ partilham, a par de um conjunto heteróclito de linguagens e discursos, textos poéticos, em formas muitas vezes breves, com impacto e significado profundo, testando assim novos processos comunicativos em literatura. Outros perfis haverá que desconheço, porque sigo poucas páginas de redes sociais.

Aproveitando a possibilidade que a internet oferece e contrariando a dispersão de textos poéticos de fatura desigual, é criada, em junho de 2015, a página *A.Poética, periódico de poesia*⁴⁵. A iniciativa é de Maria Fernandes e foi abraçada por José de Sainz-Trueva, João Dionísio, José Agostinho Baptista e Rui Camacho, que compõem a Comissão de Leitura da revista. O periódico visa promover a Poesia com critério e ligar o mundo da Lusofonia a partir da Madeira. Sempre que possível, a linguagem fotográfica é aproximada à linguagem poética.

No mesmo ano, em setembro, chegou ao público o projeto poético-musical “Vértice. Em Legítima Defesa da Poesia Insular”, por iniciativa do músico António José Cardoso que, em colaboração com outros instrumentistas como o Rui Camacho e o ator António Plácido, compõe fundos musicais, alguns com sonoridades da tradição madeirense, para cantar e dizer poemas de grandes nomes da poesia com ligação ao Arquipélago.

Ainda em 2017, foi criada no Funchal pela dupla de investigadores, Duarte Santo e Ana Salgueiro, a revista em linha *Translocal. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas*⁴⁶, para versar transversalmente sobre diversos temas, tais como natureza, território, urbanismo, turismo, criatividade e mobilidade. Há lugar nas suas abordagens para artistas e poetas da Madeira.

⁴¹ COELHO (coord.), 2009, «Irene Lucília Andrade: uma voz na margem», *Margem 2*, n.º 26.

⁴² VERÍSSIMO (coord.), 2011, «António Aragão», *Margem 2*, n.º 28.

⁴³ V. <https://www.facebook.com/vitor.sousa.146>.

⁴⁴ V. <https://www.facebook.com/lilia.mata.902>.

⁴⁵ V. <https://periodicoapoetica.wordpress.com/>.

⁴⁶ V. <http://translocal.cm-funchal.pt/>.

Decorrente de práticas de declamação e de escrita em ambiente de laboratório criativo, recusando a ideia de que a poesia, em particular, e a literatura, em geral, são arte elitista, mas sim performance na expressão de emoções e pensamentos, o grupo, moderado por Jorge Ribeiro de Castro, no Espaço 116, publicou duas antologias *Bem, a Poesia... I*, em 2017, e *Bem, a Poesia... II*, em 2018, que reúne trabalhos inéditos de vozes locais. Também é certo que algumas das coletâneas lançadas com a chancela da Chiado Editora, nestes últimos anos, sob o título de *Entre o Sono e o Sonho – Antologia de Poesia Contemporânea*, integram textos de autores originários da Madeira.

Com ou sem filtro, ora em modo pioneiro, ora em abordagem convencional, os projetos editoriais e artísticos em torno da poesia têm vindo a multiplicar-se na Madeira, tal como os seus promotores. Assiste-se a uma pluralidade de falas de poetas. Uns, encontrando-se na capital da Região, outros, vivendo fora dela; uns, mais próximos do meio universitário, outros, associados a núcleos de convívio entre aficionados e autores; uns, ligados a determinado grupo, outros, preferindo seguir o seu caminho solitariamente. Embora a poesia seja um mau negócio sob o ponto de vista da rentabilidade do setor editorial e livreiro, não deixa de conferir prestígio a quem publica. Verifica-se, por isso, uma crescente culturalização da poesia na Região. Todavia, «[n]o que a literatura tem de instituição, a lírica produzida na Madeira, vista globalmente, não se vê recenseada, apoiada», como observou Ernesto Rodrigues em 2014⁴⁷.

É nesse contexto que saiu, em 2016, o primeiro volume *Cadernos de Santiago*, uma coletânea de poesia de intervenção cultural, estando, em abril de 2019, a ser ultimado o segundo número. Tal projeto assume a herança deixada pelo caderno *Movimento* e pela série de coletivos *Ilha*. No entanto, os organizadores, nomeadamente José Sainz-Trueva, Irene Lucília Andrade, Ana Margarida Falcão, Leonor M. Coelho e Thierry P. dos Santos, entenderam redefinir a ideia inicial, com vista a criar um novo ciclo editorial, colocando lado a lado textos de poetas credenciados, inéditos de autores desaparecidos e novíssimas vozes ligadas à Madeira. Outra particularidade: articular sequência poemática e leitura crítica, cabendo ao poeta, sempre que possível, convidar o ensaísta para a elaboração da nota de leitura.

Proporcionar um espaço de encontro para as vozes poéticas com eco na Região é uma das razões de ser desse caderno. Vários são os discursos que, em diálogo, se fazem ouvir nele: o poético, o ensaístico e o de apresentação. Todas essas vozes, em unísono, celebram a Poesia: as do lado de cá – do Arquipélago – e as do lado de lá do mar,

⁴⁷ RODRIGUES, 2014, «Olhares sobre a Literatura Madeirense Contemporânea», p. 422.

irmanadas pelo fascínio do fazer poético e por uma simples ligação afetiva à Madeira. Visar desassossegar leitores e levá-los a interessar-se pela Poesia será uma outra razão. Com eles, continuar-se-á a perguntar, em jeito de desafio: o que é um poema? De que vale a poesia? Para que servem hoje-em-dia os poetas? A que tipo de leitor se dirige a poesia atual?

Essa iniciativa editorial incorpora, deste modo, a vertente pedagógica como uma das vias de acesso à poesia, associando a fruição estética e pessoal a uma leitura analítica e crítica. É certo que toda a obra literária aspira a impor-se ao público sem mediações nem recomendações. Todavia, a poesia, mesmo a mais despojada e aparentemente direta, é sempre desafiante e enigmática. Embora a valia do poema resida na sua capacidade em projetar o leitor no palco das emoções, no labirinto dos sentidos e na narrativa em abismo das imagens, o dispositivo que essa iniciativa oferece consiste na encenação de diálogos acerca da poesia, entre dicções e recursos, noções e percursos, visando despertar «uma nova geração de leitores, mais informados e apetrechados para uma recepção crítica da poesia feita na Madeira»⁴⁸.

Em linha com as tendências da poesia contemporânea, distinguindo-se pelo seu ecletismo, o projeto *Cadernos de Santiago* exhibe poemas que se caracterizam por uma grande diversidade de traços formais: verso livre, versículo, aforismo, prosa, fragmentos, diário, apontamento, reminiscência, narrativa, haikai... Isso não quer dizer que o verso tradicional seja liminarmente abandonado. Alguns revisitam a tradição para desconstruir ou reformular o exercício da poesia de forma fixa. Encerra também os mais variados temas: o diálogo ilha-mundo, paisagens e períodos históricos interiorizados, um «existencialismo telúrico»⁴⁹, o imaginário madeirense, homenagens, memórias da infância, a relação com a morte, um erotismo de pulsão fusional, episódios e geografias sentimentais, o exercício contra o silêncio e o ostracismo, a crítica aos desmandos da coisa pública, a pressão antrópica na paisagem insular, a transposição de locais para lugares mitificados, artes e letras em sobreimpressão, a viagem sonhada, o teatro do tempo, a micrologia do quotidiano insular e a autoironia sobre o papel atual da literatura. São facetas díspares de um caleidoscópio revelador da constituição humana e poética daquele que vivenciou, (d)escreve e projetará uma experiência insular portuguesa, porventura reconfigurada na imagiologia da madeirensidade.

Quanto às mais recentes vozes poéticas na Madeira, os *Cadernos de Santiago* revelam nomes que vale a pena reter: Rui Guilherme Gabriel, Dinarte Vasconcelos, Carlos Nó, Maria Fernandes e Filipe Camacho. Uns reciclam a tradição, numa reinvenção

⁴⁸ FOURNIER, 2014, «La poesia en Madeira».

⁴⁹ TONINI, 2001, *Poeti contemporanei dell'Isola di Madera*, p. 26.

criativa; outros enveredam por uma expressão configurando uma arte bruta. Todos exibem um nervo crítico, quando não um sarcasmo corrosivo, relativamente às criações textuais que buscam aproximar o leitor do autor ou que confortam o leitor, sem nunca o colocar em dúvida, sem nunca lhe fazer sentir a estranheza dos tempos hodiernos.

Tendo em conta as condições de produção/divulgação/receção da lírica madeirense apresentadas ao longo do presente texto, o projeto *Cadernos de Santiago* propõe-se abrir caminhos para repensar os instrumentos conceptuais e pressupostos de análise da criação poética em foco, visto que as noções como “cânone”, “legitimidade”, “movimento” e “valor”, constitutivas do quadro de referências da literatura institucionalizada, são, neste contexto socio-discursivo, contraproducentes por promoverem, à partida, o preconceito e a inferiorização, impedindo assim de se perceber a dinâmica produtiva do universo literário madeirense.

Em última análise, a iniciativa denominada *Cadernos de Santiago* surgiu para investir na perspetivação diacrónica da escrita poética e dos processos da produção de bens culturais na Madeira. Através não só da liberdade de que gozam os seus organizadores e participantes, mas também graças aos apoios de que beneficia, provenientes de entidades públicas, tal projeto, com a chancela de uma editora continental, constitui mais uma prova de que a Madeira tem condições para se afirmar como um polo dinâmico, aberto e descomplexado, empenhado em fortalecer a sua relação com o Mundo.

Bibliografia Citada ou Consultada

AA.VV., 1952, *Arquipélago*, poemas inéditos de [António] Aragão [Mendes] Correia, Carlos Cristóvão [de Bettencourt], Florival [Hermenigildo] de Passos, Herberto Helder, [José] Jorge [da Felicidade de] Freitas, [António Manuel] Rebelo [Pereira] de Quental, Rogério [Óscar Mota] Correia e [Manuel] Silvério Pereira, Funchal, Eco do Funchal.

AA.VV., 1952, *Areópago*, poemas inéditos de Abraão Mereia, Claro-Covão de Bento e Couto, Floricouve dos Santos, Roberto Eldorado, Jofre Maleita, Rebole Terreiro, Romeu Chorão, Valério Nespereira, Funchal, Eco do Funchal.

AA.VV., 1954, *Poemas Bestiais*, textos inéditos de Carlos Camacho, Herberto Helder e Jorge de Freitas, Funchal.

AA.VV., 1984, *Anuário de Poesia – Autores não Publicados*, com seleção de Fernando Luís, José Agostinho Baptista e José Bento, Lisboa, Assírio & Alvim.

AA.VV., 1985, *Anuário de Poesia – Autores não Publicados*, com seleção de José Agostinho Baptista, José Bento e Miguel Serras Pereira, Lisboa, Assírio & Alvim.

AA.VV., 1986, *Anuário de Poesia – Autores não Publicados*, com seleção de Fiamma Hasse Pais

- Brandão, José Agostinho Baptista e Miguel Serras Pereira, Lisboa, Assírio & Alvim.
AA.VV. (coord.), 1996, «Herberto Helder», *Margem 2*, n.º 3, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- AA.VV., 1998, *Poesia no Porto Santo / Poetry at Porto Santo / Poésie à Porto Santo: Antologia de Poetas participantes no I Encontro de Poetas na Ilha de Porto Santo*, [s.l.], Limiar.
- AA.VV., 2000, *Poesia no Porto Santo / Poetry at Porto Santo / Poésie à Porto Santo: Antologia de Poetas participantes no II Encontro de Poetas na Ilha de Porto Santo*, Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / DRAC.
- AA.VV., 2014, *Entre o Sono e o Sonho – Antologia de Poesia Contemporânea*, Vol. V, prefácio de Oliveira Martins, seleção de Gonçalo Nuno Martins, organização de Afonso Oliveira Rodrigues, Lisboa, Chiado Editores.
- AA.VV., 2016, *Entre o Sono e o Sonho – Antologia de Poesia Contemporânea*, vol. VII, seleção de Gonçalo Martins, organização de Rita Costa, Lisboa, Chiado Editora.
- AGUIAR, Fernando & PESTANA, Silvestre (eds.), 1985, *Poemografias, Perspetivas de Poesia Visual Portuguesa*, Lisboa, Ulmeiro.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 2001, «As Ilhas e os Mundos, Literaturas & Literaturas», in *Caminhos do Mar, Livro de Comunicações do Colóquio*, Funchal, Câmara Municipal, Departamento de Cultura, pp. 187-192.
- ALVES, Ida Ferreira, 2014, «“Escrevia à mão a cidade”: paisagens urbanas na poesia portuguesa», in PENJON, J. & DUMAS, C., *Paysages urbains du monde lusophone*, Paris, Centre de Recherche sur les Pays Lusophones-CREPAL, Cahier hors-série n.º 2, Sorbonne Nouvelle, pp. 23-33.
- ARAGÃO, António (ed.), 1956, *Búzio: Caderno Literário*, Funchal, Empresa Industrial Gráfica do Porto.
- ARAGÃO, António & HELDER, Herberto (eds.), 1964, *Poesia Experimental: 1.º Caderno Antológico*, Lisboa, A. Aragão.
- ARAGÃO, António, MELO e CASTRO, E. M. de & HELDER, Herberto (eds.), 1966, *Poesia Experimental: 2.º caderno antológico*, Lisboa, A. Aragão.
- AZEVEDO, Rodrigues de (ed.), 1877, *Miscelânea Madeirense*, Funchal, s.n.
- BARREIROS, Manuel Maria & MENDONÇA, José Tolentino (org.), primavera / verão 1999, *Aqueles que Têm Os Ossos Frágeis*, n.º 2, Lisboa.
- BORDINI, Maria da Glória, 2012, «A Metáfora Pós-Moderna na Poesia Portuguesa Contemporânea», in PETROV, P., SOUSA, P. Q. de, SAMARTIM, R. L.-I e FEIJÓ, E. J. T. (eds), *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas, séc. XX*, vol. 3, Santiago de Compostela-Faro, Associação Internacional de Lusitanistas / Através Editora, pp. 11-27.

- BRANCO, Fernando Castelo, 1990, «A sociedade funchalense dos amigos das ciências e artes», in AA.VV., *Atas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 311-326.
- BRANDÃO, Fiama Hasse Pais (org.) & GONÇALVES, Egito (sel.), 1972, *Poesia 71*, Porto, Inova.
- BRITO, Casimiro de & PEDRO, Susana Tavares (org.), 2002, *Poesia no Porto Santo / Poetry at Porto Santo / Poésie à Porto Santo: Antologia de participantes no III Encontro de Poetas na ilha de Porto Santo*, «Que faremos com tanta guerra?», Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- BRITO, Casimiro de (org.), 2004, *Poesia no Porto Santo / Poetry at Porto Santo / Poésie à Porto Santo: Antologia de Poetas participantes no IV Encontro Internacional de Poesia no Porto Santo*, «Que paz depois dessas guerras?», Madeira, Secretaria Regional do Turismo.
- BRITO, Casimiro de (org.), 2006, *Poesia no Porto Santo / Poetry at Porto Santo / Poésie à Porto Santo: Antologia de Participantes no V Encontro de Poetas na Ilha de Porto Santo*, «A Poesia é um Arquipélago», Porto Santo, Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional do Turismo e Cultura / DRAC.
- CASTRO, Jorge Ribeiro de (org.), 2017, *Antologia: Bem, a Poesia... I*, Funchal.
- CASTRO, Jorge Ribeiro de (org.), 2018, *Bem, a Poesia... Antologia II*, Funchal.
- COELHO, Leonor M. (coord.), 2009, «Irene Lucília Andrade: uma voz na margem», *Margem* 2, n.º 26, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- COELHO, Leonor, no prelo, «O Contributo Cultural e Literário de A. J. Vieira de Freitas (1940-1982)», comunicação apresentada no Congresso Santa Cruz 500 anos, em novembro de 2015.
- COELHO, Leonor & SANTOS, Thierry Proença dos, 2015, «A literatura infantil e juvenil de ambientação madeirense: contributo para um plano regional de leitura», in VERÍSSIMO, Nelson e SANTOS, Thierry Proença dos (eds.), *Universidade da Madeira: 25 anos*, Funchal, Universidade da Madeira, pp. 229-260.
- CORREIA, João David Pinto, 1998, *Os Militares e a Literatura Madeirense – Reflexões e Notas*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / DRAC.
- CRISTÓVÃO, Fernando, 1983, *Cruzeiro do Sul, a Norte: estudos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FALCÃO, Ana Margarida, 2011, «O Funchal na Poesia Insular do Séc. XV ao Séc. XX», in MONIZ, Ana Isabel et alii, *Funchal (d)Escrito: Ensaios sobre representações literárias da Cidade*, Vila Nova de Gaia, 7 dias 6 noites, pp. 77-113.
- FOURNIER, António, 2002, «A síndrome de Bartleby», in *Tribuna da Cultura, Tribuna da Madeira*, 6 de dez., pp. 4-5.

- FOURNIER, António, 2004, «Para uma biblioteca do imaginário madeirense», in *Tribuna da Cultura, Tribuna da Madeira*, 31 de dez., pp. 4-5.
- FOURNIER, António, 2005, «De tudo ficou tão pouco», in *Tribuna da Cultura, Tribuna da Madeira*, 22 de abr., p. 3.
- FOURNIER, António, 2005, «Uma estrada em Liliput», in *Tribuna da Cultura, Tribuna da Madeira*, 30 de dez., pp. 4-5.
- FOURNIER, António, 2006, «Electrolírica», in *Tribuna da Madeira*, 29 de dez., pp. 26-27.
- FOURNIER, António (coord.), 2007, «Leais a Leal», *Margem 2*, n.º 22, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- FOURNIER, António (coord.), 2008, «Um dia com José António Gonçalves», *Margem 2*, n.º 24, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- FOURNIER, António (coord.), 2009, «José Agostinho Baptista, de A a Z», *Margem 2*, n.º 27, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- FREITAS, A. J. Vieira de (coord.), 1973, *Movimento, Cadernos de Poesia & Crítica*, Funchal, Oficinas Gráficas do *Jornal da Madeira*.
- FREITAS, A. J. Vieira de (coord. e pref.), 1977, *Da Ilha que Somos: Poemas*, Funchal, Câmara Municipal.
- GOES, José Laurindo, 1994, «Idade da poesia», in *Islenha*, n.º 14, Funchal, DRAC, pp. 72-75.
- GOMES, Alberto Figueira, 1953, «Algumas Notas sobre os Poetas das “Flores da Madeira”», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 15, pp. 20-24.
- GONÇALVES, José António (coord.), 1975, *Ilha*, Funchal, “Poesia 2000”.
- GONÇALVES, José António (coord.), 1979, *Ilha 2*, prefácio de Natália Correia, Funchal, Câmara Municipal.
- GONÇALVES, José António (org.), 1990, *Poet’Arte 90 – Antologia de Poesia Madeirense*, Madeira, Associação de Escritores da Madeira.
- GONÇALVES, José António (org.), 1991, *Olhares Atlânticos – Mostra de Artes e Letras da Madeira: Poesia da Ilha*, Lisboa, Biblioteca Nacional / Associação de Escritores da Madeira.
- GONÇALVES, José António (org.), 1991, *Vers’Arte 91*, Funchal, Associação de Escritores da Madeira.
- GONÇALVES, José António (coord. e pref.), 1991, *Ilha 3*, Funchal, Câmara Municipal.
- GONÇALVES, José António (coord.), 1994, *Ilha 4*, prefácio de Ernesto Rodrigues, Funchal, Câmara Municipal.
- GONÇALVES, José António, 2008, «Breve panorâmica da moderna literatura madeirense», in FRANCO, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense: Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 139-150.

- GONÇALVES, Marco (coord.), 2008, *Ilha 5*, prefácio de Ernesto Rodrigues e posfácio de João David Pinto Correia, Vila Nova de Gaia, 7 dias 6 noites.
- GOUVEIA, Horácio Bento de, 1980, «Poesia Madeirense – estreia de *Ilha*», in *Diário de Notícias*, 27 de jan., Funchal.
- HELDER, Herberto, 1954, «Actividade Literária Madeirense», in *Voz da Madeira*, 13 de nov.; «Actividade Literária Madeirense. Um Livro de novelas», in *Voz da Madeira*, 27 de nov.; «Actividade Literária Madeirense. Um Livro de novelas [Continuação]», in *Voz da Madeira*, 4 de dez.
- MARINO, Luís (ed.), 1959, *Musa Insular: Poetas da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- MARINO, Luís, 1986, *Páginas de memória: uma lacuna nas Obras completas de Guerra Junqueiro: como o monólogo dramático O Náufrago aparece na Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- MARTINS, Manuel Frias, 1986, *Dez Anos de Poesia em Portugal 1974-1984 – Leitura de uma Década*, Lisboa, Caminho.
- MENDONÇA, José Tolentino, LUCÍLIA, Irene, FINO, Carlos e JARDIM, Teresa, 1987, «Entrevista. Viagem ao interior da «poesia madeirense», in *Jornal da Madeira*, 22 de set., pp. 5-6.
- MENDONÇA, Maria, 1980, «Evocação», in *Tela em Branco*, de Jorge de Freitas, 2.^a ed., Funchal, Ilhatur.
- MONIZ, Ana Isabel, 2011, «Búzio de António Aragão: um enfeixar de diferentes vozes», in *Margem 2*, n.º 28, pp. 30-40.
- MONTEIRO, José Leite & OLIVEIRA, Alfredo César de (eds.), 1871-1872, *Flores da Madeira, “Poesias de Diversos Autores Madeirenses”*, Funchal, Typ. da Imprensa Livre.
- MOUTINHO, José Viale (org.), 2003, *Saudades da Ilha: Evocações Poéticas da Ilha da Madeira*, com uma aguarela de José Encarnação, Porto, Edições ASA.
- PIMENTEL, Diana (org., posf. e notas), 2006, *Pontos Luminosos – Açores e Madeira, Antologia de Poesia do Século XX*, seleção de textos de Urbano Bettencourt e de Maria Aurora C. Homem, Porto, Campo das Letras.
- RODRIGUES, Ernesto, 2014, «Olhares sobre a Literatura Madeirense Contemporânea», in FRANCO, José Eduardo e TRINDADE, Cristina, *Que Saber{es} para o séc. XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, pp. 413-423.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2015, «Da Madeirensidade: contributo para uma reflexão necessária», in VERÍSSIMO, Nelson e SANTOS, Thierry Proença dos (eds.), *Universidade da Madeira: 25 anos*, Funchal, Universidade da Madeira, pp. 165-190.
- SAINZ-TRUEVA, José de et alii (org.), 2016, *Cadernos de Santiago I*, Lisboa, Âncora Editora.

- SALGUEIRO, Ana, 2011, «Os imaginários culturais na construção identitária madeirense (implicações cultura/economia/relações de poder)», comunicação apresentada no II Congresso Internacional “As ilhas do Mundo e o mundo das ilhas”, in VIEIRA, Alberto (org.), *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, Funchal, SREC / CEHA, pp. 184-196.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2006-2008, «Gerações, Antologias e outras Afinidades Literárias: a Construção de uma Identidade Cultural na Madeira», in *Dedalus*, n.º 11-12, Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 559-582.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2008, «Geografia literária, Madeira, séc. XX: a prosa de ficção», in VILLARINO-PARDO, Carmén, TORRES FEIJÓ, Elias J. e RODRÍGUEZ FÉRNANDEZ, José Luís (eds.), *Da Galiza a Timor – A Lusofonia em Foco*, vol. II, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela Publicacións, pp. 1579-1587.
- SANTOS, Thierry Proença dos & FOURNIER, António, 2012-2013, «Antologias, traduções e redefinição dos mapas da cultura – o caso madeirense», in *Letras Co(m)vida*, n.º 6, Lisboa, CLEPUL, pp. 102-111.
- SEIXO, Maria Alzira, 2005, «Açores e Madeira», na rubrica “um livro por mês”, in *Visão* (7 de abril), p. 43.
- STÉPHANE, I., BORGES, A. & CARITA, R., 1986, *Antologia Literária – Madeira sécs. XV e XVI*, 1.º vol., Funchal, Secretaria Regional de Educação.
- TEIXEIRA, Maria Mónica, 2005, *Tendência da Literatura na Ilha da Madeira nos Séculos XIX e XX*, Funchal, Centro de Estudos da História do Atlântico / Região Autónoma da Madeira.
- TONINI, Giampaolo (ed. e trad.), 2001, *Poeti contemporanei dell’Isola di Madera*, com nota introdutória de José António Gonçalves, Venezia, Centro Internazionale della Grafica.
- VERÍSSIMO, Nelson (coord.), 2011, «António Aragão», *Margem 2*, n.º 28, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- VIEIRA, Francisco (ed.), 1884, *Álbum Madeirense, “Poesias de Diversos Autores Madeirenses”*, Funchal, Editor – M. J. Teixeira Jardim, Typ. Funchalense.

Webgrafia

- ALVES, Ida Ferreira, 2003, «Diálogos e Silêncios na Poesia Portuguesa: Décadas de 60 a 90», in *Revista Letras*, Curitiba – Paraná, n.º 59, pp. 83-92, disponível em http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/alves59.pdf, consultado a 31 de ago. de 2018.
- CASTRO, Fernanda de, 2017, «Mesa do centenário / ou grupo do centenário e V centenário da descoberta da Madeira», in *Aprender Madeira: Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/mesa-do-centenario-ou-grupo-do-centenario-e-v-centenario-da-descoberta-da-madeira/>, consultado a 05 de nov. de 2017.
- FOURNIER, António, 2014, «La poesia en Madeira», in *ACL Revista Literaria* (digital), n.º 2, Santa Cruz de Tenerife y Las Palmas de Gran Canaria, disponível em <http://acrevistaliteraria.academiacanarialengua.org/la-poesia-en-madeira/>, consultado a 11 de nov. de 2017.
- GÓIS, Joana Catarina Silva, 2015, *A Geração do Cenáculo e as Tertúlias Intelectuais Madeirenses (da I República aos anos 1940)*, Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81057/2/36953.pdf>, consultado a 13 de jun. de 2018.
- MARTINS, Fernando Cabral (coord.), 2017 [1.ª ed. 2008], «MENEZES, Albino Espiridião de (18/12/1889, Santana – 1949, Funchal)», in *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, disponível em <https://www.modernismo.pt/index.php/a/505-albino-de-menezes-1889-1449>, consultado a 02 de jul. de 2018.
- RODRIGUES, Ernesto, 2008, «Poesia portuguesa: uma década (1996-2006)», in *Conexão Letras* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), vol. 3, n.º 3, Porto Alegre, Nova Prova Editora, pp. 37-52, disponível em <http://www.artistasgauchos.com/conexao/3/cap4.pdf>, consultado a 03 de jun. de 2018.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2018, «Maria Mendonça», in *Aprender Madeira: Dicionário Enciclopédico da Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/mendonca-maria/>, consultado a 04 de jul. 2018.

Tolentino Mendonça: Da Insularidade à Poesia do Corpo

Tolentino Mendonça: From Insularity to the Poetry of the Body

Cidália Dinis¹

Resumo

Tolentino Mendonça nasceu em 1965 na Ilha da Madeira (Machico). Considerado por muitos como um dos poetas mais representativos da nova geração de escritores portugueses, Tolentino é o poeta da saudade, da infância, do Corpo. A sua poesia é muito mais do que a mera simplicidade ou sentimento, é a poesia do afeto, da pluralidade de sentidos, da insularidade do silêncio, a partir do qual se desnuda um mundo – o da materialidade do Corpo.

Em *A Noite Abre Meus Olhos – Poesia reunida*, o leitor é não só reconduzido pelos meandros da memória, como também é confrontado não com o *Corpo* enquanto finitude, mas enquanto «fuga para a pluralidade dos sentidos», enquanto «Verbo», sem cortar o cordão umbilical com a Alma. Aqui os cinco sentidos ganham forma e a limpidez dos versos adquirem os contornos de um *Corpo*.

Palavras-chave: Poesia; Memória; Insularidade; Corpo.

Abstract

Tolentino Mendonça was born in 1965 on the Island of Madeira (Machico). Considered by many as one of the most representative poets of the new generation of Portuguese writers, Tolentino is the poet of *saudade*, of childhood, of the Body. His poetry is much more than mere simplicity or feeling; it is the poetry of affection, of the plurality of meanings, of the insularity of silence, from which a world – that of the materiality of the Body – is exposed.

In *A Noite Abre Meus Olhos – Poesia reunida*, the reader is not only brought back by the intricacies of memory, but is also confronted not with the Body as finitude, but as «fuga para a pluralidade dos sentidos», as «Verbo», without cutting the umbilical cord with the

¹ Doutorada em Literaturas e Culturas Românicas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e bolsista de pós-doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas (FCT/POPH/QREN/UE). Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». O seu campo de investigação abrange a edição crítica de textos da Época Barroca, tendo já artigos publicados em revistas e participado em colóquios da especialidade. Contacto: [cidaliadinis@sapo.pt](mailto:cidaliaadinis@sapo.pt).

Soul. Here the five senses take shape and the limpidity of the verses acquire the contours of a Body.

Keywords: Poetry; Memory; Insularity; Body.

«ISTO É O MEU CORPO

«O corpo tem degraus, todos eles inclinados
milhares de lembranças do que lhe aconteceu
tem filiação, geometria
um desabamento que começa do avesso
e formas que ninguém ouve

«O corpo nunca é o mesmo
ainda quando se repete:
de onde vem este braço que toca no outro
de onde vêm estas pernas entrelaçadas
como alcanço este pé que coloco adiante?

«Não aprendo com o corpo a levantar-me
aprendo a cair e a perguntar»²

«Isto é o meu Corpo» – Corpo, que é de luz, de partilha, de celebração, de simplicidade, de efemeridade, mas também de sentimentos, da razão, da emoção, da entrega e da memória. O Corpo enquanto Poesia do afeto, da pluralidade de sentidos, da insularidade do silêncio. Aqui os cinco sentidos ganham forma e a limpidez dos versos adquirem os contornos de um Corpo.

Em *A Noite Abre Meus Olhos*, poesia reunida, com posfácio de Jerónimo Pizarro, assistimos já a uma poesia que instiga o leitor a uma constante indagação enquanto «ser» no mundo, enquanto portador de voz, mas também do silêncio:

«O silêncio é a partilha
do furtivo
lume»³

Degrau a degrau, o leitor é convidado a embrenhar-se no Corpo, a penetrar no mundo da memória e a (re)descobrir todo um percurso de vida imbuído de «lembranças»:

«A PRIMEIRA MORADA
«lembro-me, a mãe subia
pela tarde transportando
pequenos vasos de
orquídeas, cavando junto

² MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 246.

³ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 37.

ao muro alto
onde se abrigavam pezinhos
de hortelã e crisântemos, vigiando
o florir lento dos antúrios
pondo e dispondo flores
com uma atenção muito grave
feita de silêncio e
cuidado
«[...]»⁴

É desta «partilha do silêncio», clara evocação da memória, que se esboça *A Noite Abre Meus Olhos*. A Noite nada mais é do que a lente de uma câmara que fotografa a verdadeira essência de cada um, o reflexo do Homem e da sua consciência, na procura de uma resposta interior para as suas indagações. É desta consciencialização da sua existência que o Poema irrompe num «exercício de dissidência», obrigando a «pernoitar na solidão dos bosques, em campos nevados, por orlas intactas. Que outra verdade existe no mundo para lá daquela que não pertence a este mundo? O poema não busca o inexprimível: não há piedoso que, na agitação da sua piedade, não o procure. O poema devolve o inexprimível»⁵.

Abraçando a «impureza que o mundo repudia»⁶, o poema abre os olhos, para o constante (re)começar, para um silêncio do Corpo que se quer interior – o do espaço, o da escuta, o da fé.

É do encontro com o mundo dos afetos, com o silêncio, o quotidiano, a circunstância e a noite que a sua poesia espelha intemporalidade, num «espaço» que é não só o da insularidade, mas também da redescoberta do Corpo enquanto ser finito e infinito, alimentado pelas recordações:

«A CASA ONDE ÀS VEZES REGRESSO
«A casa onde às vezes regresso é tão distante
da que deixei pela manhã
no mundo
a água tomou o lugar de tudo
reúno baldes, estes vasos guardados
mas chove sem parar há muitos anos
«Durmo no mar, durmo ao lado de meu pai
uma viagem se deu
entre as mãos e o furor

⁴ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, pp. 15-16.

⁵ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 202.

⁶ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 202.

uma viagem se deu: a noite abate-se fechada
sobre o corpo

«Tivesse ainda tempo e entregava-te
o coração»⁷

O «coração» é pois símbolo de vida, do amor, a representação máxima da individualidade de cada um, da sabedoria, da justiça, do nascimento e da regeneração, pois «dele procedem as fontes de vida»⁸. Mas é também lugar de «afectos», da infância e da marca que essa infância deixou tatuada na pele, na memória do Corpo:

«[...]»

«lembro-me de uma janela
na Travessa da Infância
onde seguindo o rumor dos autocarros
olhei pela primeira vez
o mundo

«[...]»⁹

Deste fascínio pela Infância vai-se modelando um mundo marcado pela insularidade e pela palavra divina – «No princípio era a Ilha»¹⁰ – o «arché» do Corpo, do Verbo. O simples «olhar as estrelas», do «tempo» que «marcava a latitude das estrelas/ ordenando berlines/ sobre a erva», dá lugar a «um tumulto/ que pode abalar/ a ordem do universo». Abre-se a porta para uma poesia enquanto pluralidade de significados, enquanto espaço, onde o «Eu» se dá a conhecer pela (re)descoberta e a observação do Outro.

Tal como Fernando Guimarães, também Tolentino Mendonça parece «indagar no mundo o seu semelhante que é o seu diferente»¹¹:

«SCRIPTUM

«Poderá a imagem
descrever o rosto?
e a voz explicar
a palavra?»¹²

– «um outro absoluto que vagueia pelo mundo para, no seu espaço, na construção que é o poema, se encontrar a si mesmo:

⁷ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 85.

⁸ ALVES, HENRIQUES, 2003, «Provérbios», in *Bíblia Sagrada*, 4: 23.

⁹ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 14.

¹⁰ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 11.

¹¹ SILVEIRA, 1992, «A Cerimónia do Rosto», p. 11.

¹² MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 17.

«O poema nasce
dentro das tuas mãos
enquanto repousa
nelas o teu rosto.

«Não é uma canção:
são os lábios apenas
ou o peito respirando
antes da palavra.

«Arquitectura última
que depois se eleva,
porque tua a criaste
para sempre livre.

«Talvez uma ave
seja a sua forma
ao passar o voo
que continua o poema.»¹³

O poema é então «uma das formas de manifestação do espírito, constituindo uma reserva de beleza capaz de salvar o mundo, ou de, pelo menos, se contrapor à corrente dessacralizante que o percorre»¹⁴. Pode ser apenas um mero «ofício incerto das palavras/ a evocação do tempo/ [...] o provisório olhar»¹⁵, mas também um ato de purificação, num claro diálogo com o sagrado, mesmo quando «Deus apaga/ o nosso rasto/ como se apagasse uma vela»¹⁶.

Daqui resulta um caminho que por vezes é tortuoso, labiríntico, ermo, onde o poeta vivencia uma experiência religiosa de interrogação, de clara insatisfação interior. É nesse contacto, com o mundo real, com essa sede e fome de compreender o ser imperfeito que vislumbra Deus:

«PARA LER AOS NOVIÇOS

«Deus não aparece no poema
apenas escutamos a sua voz de cinza
e assistimos sem compreender
a escuras perícias

«A vida reclama inventários e detalhes
não a oiças

¹³ Poema de Fernando Guimarães citado por SILVEIRA, 1992, «A Cerimónia do Rosto», pp. 11-12.

¹⁴ REYNAUD, 2012, «José Tolentino Mendonça: O Ofício Incerto das Palavras», p. 64.

¹⁵ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 25.

¹⁶ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 329.

quando inutilmente perscruta as sequências
do seu trânsito

«Só há um modo verdadeiro de rezar:
estende o teu corpo ao longo do barco
que desce silencioso o canal
e deixa que as folhas mortas dos bosques
te cubram»¹⁷

Deus é então intemporal, do Mundo e para o Mundo, mesmo quando «vacila»
dentro de nós:

«QUANDO DEUS VACILA EM MIM

*«Deus é impotente e fraco no mundo, e somente
assim está conosco e nos ajuda.*

DIETRICH BONHOEFFER

«Quando Deus vacila em mim
sem adornos, ataduras, sem outro pretexto
Quando o sinto a ponto de perder-se
na folhagem a meu lado
compreendo o grande mistério
uma lei face à qual as palavras
não servem

«Deus abraça o meu vazio profundamente grato
Abraça a imundície de todos os seus filhos
e continuamente declara-os bem-aventurados

«Pois Deus sendo casto deixa-se consumir
com a paixão insultuosa
dos devassos»¹⁸

Partindo de um mundo pleno de contrastes, onde a Luz/Noite, o Pagão/o Divino, o
Sonho/o Real se fundem, o poeta inscreve a sua marca de uma forma lapidar e cristalina,
reflexo da sua condição de «Caminhante», em clara articulação com a Bíblia ou com outros
poetas. Daqui, resultará uma certa familiaridade com Fernando Guimarães pela busca do
Outro, ou com Sophia de Mello Andresen¹⁹, visível na arquitetura extremamente clara e

¹⁷ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 213.

¹⁸ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 260.

¹⁹ Veja-se a este propósito o poema de Sophia ANDRESEN (1958):
«Corpo

«Corpo serenamente construído
Para uma vida que depois se perde
Em fúria e em desencontro erguidos
Contra a pureza inteira dos teus ombros.

cristalina que os seus poemas refletem, na preferência pelas palavras nuas e limpas, ou com Carlos Drummond de Andrade, numa viva comunicação das necessidades primeiras do Corpo e da Alma:

«A Metafísica do Corpo

«A Sonia von Brusky

«A metafísica do corpo se entremostra
nas imagens. A alma do corpo
modula em cada fragmento sua música
de esferas e de essências
além da simples carne e simples unhas.

«Em cada silêncio do corpo identifica-se
a linha do sentido universal
que à forma breve e transitiva imprime
a solene marca dos deuses
e do sonho.

«[...]»²⁰

Contudo, Tolentino Mendonça impõe-se num outro sentido, deixa transparecer uma escrita dúctil, elegante, perpassada simultaneamente por uma voz acutilante, mas também pela voz do silêncio – o silêncio da palavra, nua e crua, o silêncio das memórias vividas, o sentimento de insularidade, enquanto pequeno espaço que se desdobra num mundo rico em múltiplas e infinitas vidas; o silêncio que advém do conhecimento poético, da experiência com Deus e de todo o conhecimento adquirido através da utilização dos sentidos:

«OS VERSOS

«Os versos assemelham-se a um corpo
quando cai
ao tentar de escuridão a escuridão
a sua sorte

«Pudesse eu reter-te no espelho
Ausente e mudo a todo outro convívio
Reter o claro nó dos teus joelhos
Que vão rasgando o vidro dos espelhos.

«Pudesse eu reter-te nessas tardes
Que desenhavam a linha dos teus flancos
Rodeados pelo ar agradecido.

«Corpo brilhante de nudez intensa
Por sucessivas ondas construído
Em colunas assente como um templo.»

²⁰ ANDRADE, 2015, *Corpo*, p. 13.

«nenhum poder ordena
em papel de prata essa dança inquieta»²¹

É desta sua capacidade de conferir ao discurso um sopro renovador, que os seus versos se revestem de originalidade. Em *A Noite Abre Meus Olhos*, mais do que uma atenta observação dos pequenos nada, da realidade que o rodeia, realidade que é Corpo, mundo subtil entre o Céu e a Terra, o leitor é confrontado não só com a indagação constante,

«[...]

«Eu por mim nunca sei
se estou irremediavelmente longe ou demasiado perto de Deus
às vezes pergunto-me quantas vezes o corvo deverá
bater as asas negras
entre o meu corpo e o seu»²²

como também com poéticas soluções:

«[...]

«Só há um modo verdadeiro de rezar:
estende o teu corpo ao longo do barco
que desce silencioso o canal
e deixa que as folhas mortas dos bosques
te cubram»²³

Engana-se o leitor que pensa encontrar na sua obra uma poética platoniana voltada para a dicotomia entre Corpo e Alma, ou para uma poética cartesiana, onde a alma é a «res cogitans» de natureza espiritual – o pensamento – e o corpo a «res extensa», o corpo enquanto máquina, regido pelas leis universais²⁴. Nela, encontramos antes o Corpo numa ligação umbilical com o Cosmos. Aqui Corpo e Alma fundem-se num só. O Corpo já não encerra em si o sinónimo de finitude, mas é antes o lugar onde se resiste ao tempo, onde se «aprende» a cair e a «perguntar», na busca pela infinita diversidade de sentidos:

²¹ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 97.

²² MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 201.

²³ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 213.

²⁴ Veja-se a este propósito o artigo «Corpo Lírico: A Poesia em Tempos de Desfalecimentos e Inanição» (CINTRA, 2010, pp. 141-150). Aqui faz-se uma primeira abordagem sobre a concepção dual Corpo/Alma em Platão. Tal como o mundo platónico, também o Homem se compõe de duas partes: uma parte eterna – a alma, e uma parte corpórea, susceptível de se corromper. Já em Descartes, a Alma é-nos descrita enquanto «substância pensante», por oposição ao corpo «substância extensa» com comprimento, largura e altura. A existência do Homem deve-se, assim, à essência da Alma. Por último, em Nietzsche, destaque para a importância que outrora era conferida ao «Eu» na Filosofia Moderna e que dá agora lugar ao Corpo.

«Perguntas quanto tempo deves rezar?
a papoila na encosta
é vermelha sempre»²⁵

É através desta conjugação de sentidos (visão, olfato, gosto, audição, tato), que se «desenha músculos, cavidades/ sistematiza nervuras que sirvam/ de guia à estranheza»²⁶:

«O corpo não é composto de um só membro, mas de muitos. Se o pé dissesse: «Uma vez que não sou mão, não faço parte do corpo», nem por isso deixaria de pertencer ao corpo.

«E se o ouvido dissesse: «Uma vez que não sou olho, não faço parte do corpo», nem por isso deixaria de pertencer ao corpo. Se todo o corpo, fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo ele fosse ouvido, onde estaria o olfacto?

«Deus, porém, dispôs os membros no corpo, cada um conforme lhe pareceu melhor. Se todos fossem um só membro, onde estaria o corpo? Há, pois, muitos membros, mas um só corpo.»²⁷

Em *A Noite Abre Meus Olhos*, o poeta convida o leitor a embrenhar-se no mundo dos sentidos, mesmo quando o tempo é fugaz:

«[...]»
«Vem sentir o cheiro das amendoeiras
«[...]»²⁸

O «olhar» ganha, assim, especial destaque nesse processo de avaliação e progressão interior. Os olhos são «a lâmpada do Corpo»²⁹, com eles contemplamos ora o mundo exterior, mas também penetramos na nossa memória, renovando-nos interiormente. Aqui embora «cego», o poeta alimenta-se da luz divina. Símbolo da percepção intelectual, da clarividência, «os olhos» são, pois, o elo entre o mundo interior e o exterior. Já a boca, mesmo quando «cheia de silêncio»³⁰, ela tem a capacidade de discernir o Bem do Mal, de questionar-se sucessivamente, uma vez que quem tem o sentimento de Cristo tem a capacidade de saborear a palavra divina. Mas, é com os seus «dedos inquietos na ignorância/ do fogo»³¹ que procura desvendar esta sua ligação umbilical com o divino. Sentir o mundo exterior é, assim, feito desse contacto com a pele, com as mãos num ato de cura e libertação, numa aproximação clara de Deus com o Homem; é o regressar novamente ao Mistério do Corpo: Quem nos criou? De onde vimos? Somos seres finitos ou infinitos?

²⁵ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 357.

²⁶ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 209.

²⁷ ALVES, HENRIQUES, 2003, «1.ª carta aos Coríntios», *Bíblia Sagrada*, 12: 14-20.

²⁸ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 13.

²⁹ ALVES, HENRIQUES, 2003, «S. Mateus», *Bíblia Sagrada*, 6: 22.

³⁰ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 387.

³¹ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 29.

«A TUA MÃO

«Reconheço a tua mão nesse abandono
visível não sei se pela escuridão
ou pela luz
quase sinto a natureza da tua vida
uma linha de fogo em enormes proporções
nesta mão
elegante, íntima, delicada
os dedos em inclinação muito leve
nem chega a ser um gesto

«tanto se parece a uma despedida»³²

Voando nas asas do silêncio, as palavras revestem-se de intemporalidade e o poema esse pronuncia-se:

«Há vários silêncios
desde o início aprende a dizer
o plural»³³

Essa intemporalidade insurge-se pela capacidade que o poeta tem de alimentar e ouvir a sua «desobediência interior»³⁴:

«[...]

«Ela deixava quebrar os vasos só para os ouvir
porque tudo tem uma voz mesmo as coisas mudas
e o silêncio é uma ímpia forma de desobediência

«[...]

«e ficava a ouvir não os tiros
mas o incrível silêncio que sucede a cada tiro
De noite dizia-se vacilante e perdida
Depois vinha o dia e a rasura
a repetida ordenação que os acentos concedem
às palavras
a quase paixão que jamais tocava os seres
sempre e só a sua representação»³⁵

De silêncio em silêncio, cabe ao leitor, peregrino errante, encontrar-se com o poema para saborear, escutar, cheirar, ver e sentir as palavras nuas, os profundos versos que adquirem os contornos de um Corpo. Resta-lhe, agora, fundir-se com o Corpo do Poema:

³² MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 157.

³³ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 302.

³⁴ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 71.

³⁵ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, pp. 71-72.

«Agora só resta
tornares-te
o poema»³⁶

Bibliografia

- ALVES, Herculano (ed. lit.), HENRIQUES, Américo (trad.), 2003, *Bíblia Sagrada: Para o Terceiro Milénio da Encarnação: versão dos textos originais*, 4.ª ed., Lisboa, Fátima, Difusora Bíblica.
- ANDRADE, Carlos Drummond de, 2015, *Corpo*, posfácio de Maria Esther Maciel, 1.ª ed., S. Paulo, Companhia das Letras.
- ANDRESEN, Sophia de Mello, 1958, *Mar Novo*, 1.ª ed., Guimarães Editores.
- CINTRA, Elaine Cristina, 2010, «Corpo Lírico: A Poesia em Tempos de Desfalecimentos e Inanição», in *Olho d'Água*, S. José do Rio Preto, 2(1), pp. 141-150.
- GUIMARÃES, Fernando, 1992, *Conhecimento e Poesia*, Póvoa de Varzim, Oficina Musical-Porto.
- MENDONÇA, José Tolentino, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos* [poesia reunida], posfácio de Jerónimo Pizarro, 3.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim.
- REYNAUD, Maria João, 2012, «José Tolentino Mendonça: O Ofício Incerto das Palavras», in *Rassegna Iberistica*, Roma, Bulzoni, n.º 95, pp. 61-67.
- SILVEIRA, Laureano, 1992, «A Cerimónia do Rosto», in GUIMARÃES, Fernando, *Conhecimento e Poesia*, Póvoa de Varzim, Oficina Musical-Porto, pp. 9-21.

³⁶ MENDONÇA, 2014, *A Noite Abre Meus Olhos*, p. 438.



Secretaria Regional
do Turismo e Cultura
Direção Regional da Cultura

